SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 03 de Fevereiro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XIV | Nº 3461

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 004-2026 - ASTORGA

Página 1 de 7Contrato de Rateio nº 004/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE ASTORGA Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antonio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE ASTORGA jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 75.743.377/0001-30, com sede na Avenida Dr. Jo sé Soares de Azevedo, 48, Centro, Astorga, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sr. Suzie Aparecida Pucillo Zanata, brasileira, casada, RG: 4354029-7 SESP/PR, CPF/MF nº 650.818.209-97, residente e domiciliada a Rua Bahia nº 26, Astorga/PR, autorizado pela Lei Municipal nº 3.198 de 19 de outubro de 2022, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 2 de 7 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 3 de 7 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. Página 4 de 7 IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 55.991,02 (cinquenta e cinco mil,

novecentos e noventa um reais e dois centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 4.665,92 (quatro mil e seiscentos e sessenta e cinco mil e noventa dois centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 5 de 7 Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Elemento de Despesa: 07001121220007201833717000000 Valor (R$) Fonte Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 55.991,02 1026 1028 TOTAL R$ 55.991,02 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; Página 6 de 7 § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações Página 7 de 7 financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026. Suzie Aparecida Pucillo Zanata Prefeita Municipal de Astorga. Airton Antônio Agnolin Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:50A297B8

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 008 -2026 - CAFELÂNDIA

Página 1 de 7
Contrato de Rateio nº 008/2026 que entre si
fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ -
CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE
CAFELÂNDIA Estado do Paraná.
Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E
ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa
jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta
cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo
Presidente, Sr. Airton Antonio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro,
casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia
Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF
sob o n° 78.121.878/0001-72, com sede na Rua Vereador Luís Picolli, 299, Centro,
Cafelândia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter,
brasileiro, casado, RG: 7.532.361-1 SESP, CPF/MF nº 032.971.299-30, residente e
domiciliada Rua Padre Luiz Luise, 68, Centro, Cafelândia – Paraná, autorizado pela
Lei Municipal nº 1.792 de 29 de setembro de 2021, doravante denominado
CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício
financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11
de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as
condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições
seguintes:
I. DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre
os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por
fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e
Página 2 de 7
finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social.
II.
DAS ESPECIFICAÇÕES
O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras:
a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social;
c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas;
d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados;
e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR;
f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado.
III.
DAS OBRIGAÇÕES:
CLÁUSULA SEGUNDA:
As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações:
Página 3 de 7
COMPETE AO CIEDEPAR:
a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR.
b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000;
c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO;
d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR;
e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados;
f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados;
g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato.
COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO:
a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR;
b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR;
c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada;
d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO;
f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO;
g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO.
Página 4 de 7
IV.
DO VALOR:
CLÁUSULA TERCEIRA:
Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 47.992,30 (quarenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta centavos), divididos em 4 (quatro) parcelas iguais de R$ 11.998,08 (onze mil, novecentos e noventa e oito reais e oito centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026.
§ 1.º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos.
§ 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas.
§3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício.
V.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CLÁUSULA QUARTA:
As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO.
Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026.
Página 5 de 7
Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR.
Elemento de Despesa:
Valor (R$)
Fonte
Rateio pela Participação em Consórcio Público
R$ 47.992,30
103
TOTAL
R$ 47.992,30
VI.
DO PRAZO
CLÁUSULA QUINTA:
O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 01 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026.
VII.
DAS PENALIDADES:
CLÁUSULA SEXTA:

O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades:
a)
previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos);
§ 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação;
§2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e e-mail). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto;
§ 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas,
Página 6 de 7
prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo.
§ 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato.
§ 5º Durante a 25ª Assembleia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar;
§ 6ºDurante a 16ª Assembleia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor
CLÁUSULA SÉTIMA:
Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento.
CLÁUSULA OITAVA:
As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO.
VIII.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
CLÁUSULA NONA:
Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam
Página 7 de 7
ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.
CLÁUSULA DÉCIMA:
O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês.
IX.
DO FORO:
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:
As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento.
E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias.
Curitiba, em 2 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito de Cafelândia – Paraná

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú
Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:2DB6437B

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 010-2026 - CAMPO MAGRO

Página 1 de 8 Contrato de Rateio nº 010/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 01.607.539/0001-76, com sede na Rod. Gumercindo Boza, 20823 - Km 20 - Centro, Campo Magro - PR, 83535-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rilton Boza, brasileiro, casado, RG: 3.472.065-7/SSP-PR, CPF/MF nº 470.805.159-04, residente e domiciliado: Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.099, Centro, Campo Magro/Paraná, autorizado pela Lei Municipal nº 1396/2025, 29 de abril de 2025, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 2 de 8 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a

troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 3 de 8 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. Página 4 de 8 IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 55.991,02 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa um reais e dois centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 4.665,92 (quatro mil e seiscentos e sessenta e cinco mil e noventa dois centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2025, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 5 de 8 Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Órgão: 04:00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Unidade: 04:01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Secretaria Rubrica: 3.3.90.39.00.00 – Outros Servidos de Terceiros de Pessoa Jurídica Valor (R$) Fonte Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 55.991,02 103 TOTAL R$ 55.991,02 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; Página 6 de 8 §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. Página 7 de 8 VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Página 8 de 8 Curitiba, em 03 de janeiro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal de Campo Magro.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:1F06AF3B

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 019-2026 - CONTENDA

Página 1 de 8 Contrato de Rateio nº 019/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE CONTENDA Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE CONTENDA, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.105.519/0001-04, com sede na Av. João Franco, 400 - Centro, Contenda - PR, 83730-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Antonio Adamir Digner, brasileiro, casado, RG: 4.638.701-5 SESP, CPF/MF nº 660.952.049-68, residente e domiciliado RUA AMAZONAS nº 250, CENTRO CONTENDA/PR,, autorizado pela Lei Municipal nº 2.209/2025, 8 de abril de 2025, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 2 de 8 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 3 de 8 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. Página 4 de 8 IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 47.992,30 (quarenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta centavos), divididos em 12 (dez) parcelas iguais de R$ 3.999,36 (três mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 5 de 8 Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Elemento de Despesa: Valor (R$) Fonte 06.002.12.365.0012.2.029.3.3.71.70.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO R$15.000,00 103 06.002.12.365.0012.2.029.3.3.71.70.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO R$10.000,00 104 06.002.12.361.0013.2.024.3.3.71.70.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO R$15.000,00 103 06.002.12.361.0013.2.024.3.3.71.70.00.00 - RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO R$7.992,30 104 TOTAL R$ 47.992,30 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 01 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às

penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; Página 6 de 8 §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. Página 7 de 8 VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 02 de fevereiro de 2026. Página 8 de 8

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal de Contenda.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú
Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:11B54761

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 043-2026 - JUSSARA

Página 1 de 7 Contrato de Rateio nº 043/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antonio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE JUSSARA, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 75.789.552/0001-20, com sede na Rua Princesa Isabel, nº 350, Centro, Jussara – PR, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Moacir Luiz Pereira Valentini, brasileiro, casado, RG: 3.997.041-4 SESP, CPF/MF 700.111.259- 34 , residente e domiciliado Rua Líbero Badaró, Centro de Jussara/PR, autorizado pela Lei Municipal nº 1.804 de 25 de agosto de 2021, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 2 de 7 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 3 de 7 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes

consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; Página 4 de 7 g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 23.996,15 (vinte e três mil, novecentos e noventa e seis reais e quinze centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 1999,68 (um mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1.º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Página 5 de 7 Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Dotação Orçamentária: 07.001.12.122.0027.2.024.3.3.71.70.00.00 Valor (R$) Fonte Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 23.996,15 00103 3 TOTAL R$ 23.996,15 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o título será levado a protesto; Página 6 de 7 § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembleia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembleia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações Página 7 de 7 financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal de Jussara.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú
Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:A86610F3

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO_DE_RATEIO_072_2026_PONTAL_DO_PARANA

Contrato de Rateio nº 072/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antonio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9, CPF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito

público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 01.609.843/0001-52, com sede na Rodovia PR 407, KM 19, Praia de Leste, Pontal do Paraná / PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rudisney Gimenes Filho, brasileiro, casado, RG: 7.766.743-1, CPF nº 055.717.339-69, residente e domiciliado na Rua Baroneza do Cerro Azul, 458, Praia de Leste, Pontal do Paraná / PR, autorizado pela Lei Municipal nº 2.186 de 05 de agosto de 2021, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas às condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 1 de 7 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 2 de 7 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. Página 3 de 7 IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 55.991,02 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa um reais e dois centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 4.665,92 (quatro mil e seiscentos e sessenta e cinco mil e noventa dois centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2025, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 4 de 7 Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Projeto / Atividade Elemento de Despesa Fonte de Recurso Conta Reduzida Valor 10.001.12.361.0061.2.041 3.3.71.70.00.00 104 374 R$ 55.991,02 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, Página 5 de 7 incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do

Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam Página 6 de 7 ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026. Rudisney Gimenes Filho Prefeito Municipal de Pontal do Paraná. Airton Antônio Agnolin Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR TESTEMUNHAS 1 TESTEMUNHAS 2 Nome: Jacir Bombonato Machado Nome: _____ CPF: 061.684.699-15 CPF: _____ Página 7 de 7 RUDISNEY GIMENES FILHO:055717339 69 Assinado de forma digital por RUDISNEY GIMENES FILHO:05571733969 Dados: 2026.01.29 09:52:10 -03'00'Contrato de Rateio nº 072/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ Estado do Paraná. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antonio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9, CPF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 01.609.843/0001-52, com sede na Rodovia PR 407, KM 19, Praia de Leste, Pontal do Paraná / PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rudisney Gimenes Filho, brasileiro, casado, RG: 7.766.743-1, CPF nº 055.717.339-69, residente e domiciliado na Rua Baroneza do Cerro Azul, 458, Praia de Leste, Pontal do Paraná / PR, autorizado pela Lei Municipal nº 2.186 de 05 de agosto de 2021, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas às condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 1 de 7 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 2 de 7 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. Página 3 de 7 IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 55.991,02 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa um reais e dois centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 4.665,92 (quatro mil e seiscentos e sessenta e cinco mil e noventa dois centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1 .º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo

CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2025, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 4 de 7 Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Projeto / Atividade Elemento de Despesa Fonte de Recurso Conta Reduzida Valor 10.001.12.361.0061.2.041 3.3.71.70.00.00 104 374 R$ 55.991,02 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, Página 5 de 7 incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam Página 6 de 7 ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal de Pontal do Paraná.

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:2E61943C

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 090-2026 - SÃO JORGE DO IVAI

Página 1 de 8 Contrato de Rateio nº 090/2026 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ Estado do Paraná. Aos 03 de janeira de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.º 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antônio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9 , CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ, jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.282.649/0001-04, com sede Praça Santa Cruz, 249 - Centro, São Jorge do Ivaí - PR, 87190-000, ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Agnaldo Carvalho Guimarães, brasileiro, casado, RG: 4.184.198-2 SESP/PR, CPF/MF nº 604.540.919-15, residente e domiciliado na Rua Visconde do Rio Branco, 1.450, em São Jorge do Ivaí, Estado do Paraná, autorizado pela Lei Municipal nº 028/2024, de 20 de dezembro de 2024, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: I. DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre os entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.º 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e Página 2 de 8 finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 ª do Protocolo de Intenções e os Art. 4º e Art. 5º do seu Estatuto Social. II. DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede; b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de

Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. III. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações: Página 3 de 8 COMPETE AO CIEDEPAR: a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.º 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados; g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demais municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas; e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO; f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; Página 4 de 8 g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. IV. DO VALOR: CLÁUSULA TERCEIRA: Fica estabelecido que a título de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 23.996,15 (vinte e três mil, novecentos e noventa e seis reais e quinze centavos), divididos em 12 (doze) parcelas iguais de R$ 1999,68 (um mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. § 1.º O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.º O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Página 5 de 8 Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ – CIEDEPAR. Elemento de Despesa: Valor (R$) Fonte Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 23.996,15 104 TOTAL R$ 23.996,15 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VII. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1º. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2º Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; Página 6 de 8 § 3º. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4º. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato. § 5º Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6ºDurante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações Página 7 de 8 financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal de São Jorge do Ivaí

AIRTON ANTÔNIO AGNOLIN
Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR _____

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:74186D52

GABINETE DO PRESIDENTE
CONTRATO DE RATEIO 094-2026 - SENGÉS

Contrato de Rateio n° 094/2025 que entre si fazem o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR e o MUNICÍPIO DE SENGÉS Estado do Paraná. I. Aos 03 de janeiro de 2026, na cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR, doravante denominado CONSÓRCIO, pessoa juridica de direito público, com sede à Voluntários da Pátria, nº 400, sala 402, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o n.° 37.584.276/0001-74, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Airton Antonio Agnolin, Prefeito de Nova Cantu, agricultor, brasileiro, casado, RG: 4.414.003-9, CPF/MF nº 676.205.159-68, com endereço na Rodovia Vacilo Km 05, Município de Nova Cantú, no Estado do Paraná, e de outro lado o MUNICÍPIO DE SENGÉS jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.911.676/0001-07, com sede na Travessa Souza Naves, 95, Centro, Sengés, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gerson Nunes da Silva, brasileiro, solteiro RG: 4.189.794-5 SESP, CPF/MF no 120.174.888-79, residente e domiciliado no Bairro Erva Doce, sn, Sengés- PR, autorizado pela Lei Municipal nº 699 de 08 de março de 2024, doravante denominado CONSORCIADO, considerando a aprovação do Plano do Trabalho para o exercício financeiro de 2026, na 25ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio, realizada em 11 de outubro de 2025, acordaram em firmar o presente contrato, obedecidas as condições expressas na Lei nº 11.107/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes: DO OBJETO: Os O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimento do CIEDEPAR entre entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei N.° 11.107/2005, tendo por fim o efetivo funcionamento do CIEDEPAR, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO, nos termos das cláusulas 4ª e 5 a do Protocolo Intenções e os Art. 4° e Art. 5° do seu Estatuto Socíal. de Página 1 de 7 q IL. CIEDEPAR Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná DAS ESPECIFICAÇÕES O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais projetados do CIEDEPAR no exercício financeiro de 2026, sendo que as demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, e por outras fontes de receita própria. CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se despesas do CIEDEPAR entre outras: a) Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção sua sede; de b) Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do CIEDEPAR, previstos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social; c) Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas; d) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do CIEDEPAR, bem como, para a execução de ações e projetos conforme dispostos no Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social, em benefício dos municípios consorciados; e) Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao CIEDEPAR; treinamentos, f) Custos despendidos na participação de eventos, cursos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado. 11I. DAS OBRIGAÇÕES: CLÁUSULA SEGUNDA: As partes contratantes comprometem-sea cumprir as seguintes obrigações: COMPETE AO CIEDEPAR: Página 2 de 7 g CIEDEPAR Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná a) Disponibilizar ao CONSORCIADO os serviços demandados pelo consorciado, no tocante ao previsto nos artigos 4º e 5º do Estatuto do CIEDEPAR. b) Enviar ao CONSORCIADO os relatórios da execução orçamentária e financeira do CIEDEPAR, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo CONSORCIADO e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os artigos 52 e 54 da Lei Complementar N.° 101/2000; c) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO; d) Acompanhar o faturamento dos serviços prestados pelo CIEDEPAR; e) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados; f) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados: g) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste contrato. COMPETE AO MUNICÍPIO CONSORCIADO: a) Selecionar em conjunto com os demaís municípios consorciados as ações, programas, projetos e serviços no âmbito do CIEDEPAR; b) Enviar imediatamente ao CIEDEPAR cópia da Nota de Empenho e a respectiva Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta e lançamento do crédito financeiro no sistema gerencial do CIEDEPAR; c) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CIEDEPAR, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada; d) Informar ao CIEDEPAR, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas: e) Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente CONTRATO: f) Acompanhar a fiscalização e a execução do presente CONTRATO; g) Dar ampla divulgação do presente CONTRATO na imprensa oficial do CONSORCIADO. IV. DO VALOR: CIEDEPAR Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná CLÁUSULA TERCEIRA: Fíca estabelecido que a titulo de rateio das despesas do CONSÓRCIO, o CONSORCIADO repassará o valor anual de R$ 47.992,30 (quarenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta centavos), divididos em 12 (dez) parcelas iguais de R$ 3.999,36 (trés mii novecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos), devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro de 2026. §1.°O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do CONSORCIADO, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos. § 2.° O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao CONSÓRCIO, por meio de transferência bancária, podendo ainda ser pago via fatura emitida pelo Consorcio ou outro meio que vier a ser indicado pelo CIEDEPAR, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o último dia do mês pertinente à execução das despesas. §3.° O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos na Cláusula Terceira até a data limite de 31/12/2026, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio, para que recurso financeiro do ente consorciado seja contabilizado como receita dentro do referido exercício. V. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CLÁUSULA QUARTA: As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento do CONSORCIADO. Os repasses, sejam em parcela única ou dividido em parcelas mensais, feitos pelos CONSORCIADOS ao CONSÓRCIO, serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2026. Página 4 de 7 CIEDEPAR Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná Dotação orçamentária para cobrir as despesas com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO DO PARANÁ - CIEDEPAR. Elemento de Despesa: (Inserir dotação orçamentária) Valor (R$) Rateio pela Participação em Consórcio Público R$ 47.992,30 Fonte inserir TOTAL R$ 47.992,30 VI. DO PRAZO CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato, por força do disposto no §1°, do artigo 8º da Lei n° 11.107, de 01 de abril de 2005, entra em vigor 01 de janeiro de 2026 e vigorará até o dia 31 de dezembro de 2026. VIL. DAS PENALIDADES: CLÁUSULA SEXTA: O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas

neste instrumento na data de seus respectivos vencimentos sujeita o CONSORCIADO faltoso às penalidades: a) previstas no Art. 8°, § 5°, da Lei Federal n.° 11.107/2005 (Lei Geral dos Consórcios Públicos); § 1°. No caso de inadimplemento por prazo superior a 90 dias, poderá o Consorcio suspender as atividades previstas no Contrato, mediante notificação extrajudicial, até cumprimento da obrigação; §2° Concomitantemente as notificações extrajudiciais serão encaminhadas notificações por meios extraoficiais como aplicativos de conversação (WhatsApp) e email). Não havendo o adimplemento do valor devido, mesmo após o envio de notificação extraoficiais, as notificações serão conduzidas por meios oficiais, qual seja, notificação extrajudicial, não surtindo efeito o titulo será levado a protesto; § 3°. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a infração de qualquer das cláusulas, Página 5 de 7 CIEDEPAR Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 2% (dois por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. § 4°. As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato § 5° Durante a 25ª Assembléia Geral que ocorreu nesta capital em data de 11 de outubro de 2025, na sede do Ciedepar, após apresentada a pauta, todos os itens tratados foram votados e aprovados, especialmente a ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar. Sendo que cada município deve criar sua própria lei de ratificação do Estatuto e do Protocolo de Intenções do Ciedepar; § 6°Durante a 16ª Assembléia Geral foi aprovada a possibilidade do Ciedepar reter o IRRF dos prestadores de serviços terceirizados e dos funcionários do Ciedepar. Contudo, a retenção efetiva entrará em vigor CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores estabelecidos neste contrato poderão ser alterados por decisão fundamentada da Assembleia Geral, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento. CLÁUSULA OITAVA: As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do CIEDEPAR ou do CONSORCIADO em material estranho ao objeto deste CONTRATO. VIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: CLÁUSULA NONA: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam Página 6 de 7 g CIEDEPAR Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos. CLÁUSULA DÉCIMA: O descumprimento das obrigações financeiras decorrentes do presente instrumento pelo CONSORCIADO, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, ensejara a cobrança pela via judicial pelo CONSÓRCIO acrescido da atualização monetária, de juros de 1% (um por cento) ao mês. IX. DO FORO: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As partes declaram que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado, e elegem de comum acordo, o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir quaisquer questões judiciais ou extrajudiciais resultantes das obrigações recíprocas assumidas neste instrumento. E, por estarem assim acordes, foi este instrumento lavrado, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado, na presença de duas testemunhas, em uma única via, de onde serão extraídas as cópias necessárias. Curitiba, em 03 de janeiro de 2026. Gersonu Nunes daa Silva Prefeito Municipal de Sengés. Airton Antônio Agnolin Prefeito Municipal de Nova Cantú Presidente Consórcio Intermunicipal de Educação e Ensino do Paraná - CIEDEPAR

Publicado por:
Cristiane Dalmut Machado
Código Identificador:653450E1

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DESPACHO PREFEITO

PROCESSO ADMINSITRATIVO N° 016/2025
INEXIGIBILIDADE N° 003/2026

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no artigo nº 74, inciso II, da Lei 14.133/21, conforme solicitação, justificativa e parecer jurídico constantes no processo abaixo, tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA IG PRODUÇÕES ARTÍSTICA LTDA, CNPJ 32.709.736/0001-20, PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA DUPLA ICARO E GILMAR, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 1H30MIN, NO DIA 24 DE ABRIL DE 2026, NO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU/PR, EM ALUSÃO ÀS COMEMORAÇÕES DO 33° ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO.**

AUTORIZO a Inexigibilidade em cumprimento às determinações contidas no art. 72, VIII da Lei retro mencionada.

FAVORECIDO: **IG PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° 32.709.736/0001-20.

VALOR TOTAL: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Boa Esperança do Iguaçu/PR, 02 de fevereiro de 2026.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:0A5231EC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 027 DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto suplementar nº 027 de 2 de fevereiro de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$94.322,00 (noventa e quatro mil trezentos e vinte e dois reais), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
08.02.08.245.0008.1.035.4.4.90.52 (1687)	5940	1.770,00
08.02.08.245.0008.1.035.4.4.90.52 (1688)	51941	1.770,00
08.03.08.243.0009.6.001.3.1.90.11 (1683)	925	48.517,01
08.03.08.243.0009.6.001.3.1.90.11 (1686)	5925	21.882,99
08.03.08.243.0009.6.001.3.1.91.13 (1684)	925	4.500,00
08.03.08.243.0009.6.001.3.3.90.30 (1685)	925	11.500,00
08.03.08.243.0009.5.001.4.4.90.52 (1689)	5880	4.382,00
TOTAL		**94.322,00**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Superávit financeiro - Rec. Vinculados:

NOMENCLATURA DA FONTE	FONTE	VALOR
Convênio Casa lar	5925	21.882,99
Contrib.elegados de entid.n gov-eca/FNDA	5880	4.382,00
Gestão do Programa Bolsa Família e do Cad. Único – SUPERAVIT	5940	1.770,00
Bloco de Fin da Proteção Social Especial de Média e Alta Compl - SUP	51941	1.770,00
TOTAL		**29.804,99**

II – Excesso de arrecadação - Rec. Vinculados:

CODIGO DA RECEITA	FONTE	VALOR
1.7.3.2.99.0.1.01 - Convênio Casa Lar (206)	925	64.517,01
TOTAL		**64.517,01**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 2 de fevereiro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:558BC97C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 90004/2026 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão. Edital nº 90004/2026. Forma: Eletrônico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Licitação: 24 de fevereiro de 2026, às 09:00 (nove) horas. Objeto: Contratação de serviços para controle populacional de cães e gatos. Valor máximo estimado: R$ 66.055,80 (sessenta e seis mil, cinquenta e cinco reais e oitenta centavos). Gênero: Serviços. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:1A821BBD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
DECRETO - 26-2026 - EXONERA ROSANGELA APARECIDA BECKER

DECRETO Nº 26/2026

Exonera servidor efetivo a pedido.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o término do procedimento do Protocolo Eletrônico n.º 066/2026;

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR a servidora Rosangela Aparecida Becker, RG nº 8.***.*80-1 SESP/PR, matrícula nº 3326-7, ocupante do cargo de Professor, a partir de 02 de fevereiro de 2026, a pedido.

Art. 2º. Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 63 da Lei Complementar nº 068/2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:C0059410

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 82-2026 - EXONERA ODETE RODRIGUES

PORTARIA Nº 82/2026

Exonera servidor temporário a pedido.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e o Decreto 090/2018, de 21 de março de 2018,

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 232/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora Odete Rodrigues, RG nº 8.***.*34-6 SESP/PR, matrícula funcional nº 3714-4, do cargo Temporário de Professor, a partir de 02 de fevereiro de 2026, a pedido.

Art. 2º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CASSIA TRES
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:EB8F4774

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 83-2026 - CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO EDICLEIA FATIMA MIRANDA DAMSKI

PORTARIA Nº 83/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a solicitação da servidora para usufruir do benefício da Licença para Tratar de Interesse Particular (Protocolo Eletrônico n.º 174/2026), de acordo com o Estatuto do Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Interesse Particular, sem remuneração, pelo período de 03 (três) anos, à servidora Edicleia Fatima Miranda Damski, matrícula funcional nº 2303-6, ocupante de cargo de provimento efetivo de Professor, para fruição de 02 de fevereiro de 2026 a 31 de janeiro de 2029.

Art. 2º. Esta portaria a entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:05613ACC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 025/2026 - HOMOLOGAÇÃO PSS ZELADOR ESCOLAR TEMPORÁRIO

DECRETO Nº 025/2026

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Temporária de Zelador Escolar, Edital de Abertura nº 001/2026.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Zelador Escolar, publicado pelo Edital nº 019/2026 em 28 de janeiro de 2026.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

ALVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:AB4DF74C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 024/2026 - CONVOCAÇÃO PSS ZELADOR ESCOLAR TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Zelador Escolar, realizado de acordo com o edital de abertura nº 001/2026,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: ZELADOR ESCOLAR TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1º	SALETE ALVES DE LIMA FENILI
2º	SIRLEI BASSANESE
3º	DIRLEI DE ALMEIDA OLIVEIRA
4º	JOCELI FERNANDES
5º	VANIA ANGELA PIAIA
6º	VILMA PIRES ROEGELIN
7º	SILVIA MIGUEL DE OLIVEIRA
8º	ROSECLEIA BATISTA
9º	FRANCIELI BOCALON
10º	RUBIA MARA SPEGIORIN

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:722F697C

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 025/2026 - CONVOCAÇÃO EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/2026

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, a vista dos resultados finais do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Educador/Cuidador Social, realizado de acordo com o edital de abertura nº 064/2024,
Resolve:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, para assumirem o cargo para qual se habilitaram, pela ordem de classificação, dentro do limite de vagas:
Cargo: EDUCADOR/CUIDADOR SOCIAL TEMPORÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	NOME
33º	PATRICIA APARECIDA ASSUNÇÃO

II – Os convocados deverão comparecer na Divisão de Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, em **até 05 (cinco) dia úteis**, a contar da data da publicação deste Edital, no horário de expediente, para aceitar ou declarar a desistência da vaga.
III – O não comparecimento no prazo previsto neste Edital, caracterizará a desistência da vaga.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Camila Cancelier
Código Identificador:02EAB0F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL

PORTARIA Nº 81/2026

Constitui Comissão Especial para avaliação e julgamento das propostas apresentadas na Licitação Especial para Contratação Pública de Solução Inovadora (CPSI), com fundamento na Lei Complementar nº182/2021.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Constituir a Comissão Especial de Avaliação e Julgamento das propostas a serem apresentadas no processo de licitação especial para Contratação Pública de Solução Inovadora (CPSI) que tem como objeto a contratação de uma solução inovadora para coleta, processamento e análise integrada de dados em tempo real, destinada a apoiar a gestão pública e orientar a formulação de políticas baseadas em evidências, pelos seguintes membros titulares:
I – Alisson Andrey Puska, Diretor do Departamento de Inovação e Tecnologia;
II – Gustavo Gomes Kuhn, Professor concursado da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR;
III – Fernando Grezzana, Administrador de Empresa;
IV – Silvio Alves da Rosa, Agente Administrativo.
Art. 2º As atribuições, duração, composição e funcionamento da Comissão Julgadora serão de acordo com a Lei Complementar nº182/2021 e Edital da Licitação Especial para Contratação Pública de Solução Inovadora (CPSI).
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:31C53FD8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE SORTEIO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO

EDITAL DE SORTEIO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO

REF: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025.

Edital da sessão para sorteio da ordem de contratação, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 04/2025.

Aos dois dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às 09 (nove) horas, em sessão pública, sob a responsabilidade dos membros da Comissão Julgadora, Senhores Alana Patrícia Locatelli, Juliane Aparecida Alves e Silvio Alves da Rosa, reuniu-se a Comissão designada pela Portaria nº 1.369/2025, para proceder ao sorteio da ordem de contratação, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 04/2025 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA. Aberta a sessão, apresentaram-se presencialmente os proponentes EDIMAR TRENTIN e RUDIMAR ZANCHETTI SIQUEIRA DE FARIAS, ao passo que **foi dado início ao sorteio, de modo que se chegou à seguinte ordem da contratação:**

LOTE 01 – TIPO CARROS		
EMPRESA/PESSOA FÍSICA	**CNPJ/CPF**	**CLASSIFICAÇÃO**
RUDIMAR ZANCHETTI SIQUEIRA DE FARIAS	43.681.753/0001-12	**1º sorteado**
ALFREDO ROSZAK	11.425.119/0001-22	**2º sorteado**
VALDEMIR DE MATTOS	60.386.514/0001-59	**3º sorteado**
MECANICA E ESTÉTICA DE VEICULOS TRENTIN LTDA	48.762.647/0001-87	**4º sorteado**

Consoante o **item 1.10.6 do Edital**, o quantitativo de lavagens será distribuído de forma equitativa entre as empresas participantes, sendo celebrado contrato individual com cada uma delas. Assim, o quantitativo previsto para o Item 01 (tipo carros), correspondente ao total de 2.496 lavagens, será rateado igualmente entre as quatro empresas classificadas, observada a ordem de contratação. Consoante **Item 9.4 do Edital**, da deliberação do resultado, o Município de Chopinzinho convocará o(s) proponente(s) para assinar o Termo de Contrato em até 5 (cinco) dias, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21. Nada mais havendo, a sessão deu-se por encerrada e eu, Alana Patrícia Locatelli, Assessora Executiva, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Julgadora.

ALANA PATRÍCIA LOCATELLI –
Membro da Comissão Julgadora.

JULIANE APARECIDA ALVES –
Membro da Comissão Julgadora.

SILVIO ALVES DA ROSA –
Membro da Comissão Julgadora.

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:A0431E15

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

CÂMARA DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA 001/2026

Trata-se, em síntese, de procedimento administrativo de dispensa de licitação destinado à **contratação de empresa especializada para a confecção de adesivos colantes personalizados,** contendo os nomes dos Vereadores, a serem fixados em **placas de alumínio no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores,** visando à adequada identificação dos parlamentares e à organização do ambiente legislativo.
Após análise, verificou-se que não houve propostas adicionais, posterior a publicação do aviso e do termo de referência postado no dia 27 de janeiro de 2026, desta maneira a proposta da empresa **PALADINI INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS E ADESIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.494.210/0001-05, sediada na Rua Guilherme Guzzo, 294, Centro de Dois Vizinhos – PR, foi considerada a mais vantajosa para o poder legislativo, atendendo a todos os requisitos do edital e apresentando o menor preço global.
A despesa encontra-se devidamente **amparada por dotação orçamentária**, conforme informado pela Contabilidade, estando o processo instruído com os documentos exigidos pela legislação vigente.
O valor global da contratação perfaz o montante de **R$ 372,00,** compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa realizada.
Diante do exposto, **eu, JULIANO MORELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cruzeiro do Iguaçu/PR**, no uso de minhas atribuições legais, **HOMOLOGO** o procedimento de **Dispensa de Licitação nº 001/2026**, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Cruzeiro do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Agda Kayane Nunes de Oliveira
Código Identificador:D89689C7

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6389-2026

Lei/Ato nº 3608 - Decreto nº 6389/2026 de 29/01/2026

Escopo

Nº Ano

Autorização: 3576 **Crédito adicional**	Lei ordinária	**Recurso do crédito adicional**	Lei Orçamentária Anual - LOA	**Previsto**	1632 2025 **Realizado**
Suplementar		Excesso de Arrecadação		1.693.011,73	1.693.011,73
Despesa					

05 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
05.002 DIRETORIA DE VIAÇÃO E OBRAS
15.451.0006.1014 PAVIMENTAÇÃO E OBRAS PUBLICAS
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
840 00956 TERMO DE CONVENIO 10/2023 SECID

Acréscimo Abertura

1.693.011,73

Crédito adicional:

Suplementar

Recurso do crédito adicional:

Excesso de Arrecadação

Suplementar Excesso de Arrecadação

Acréscimo

1.693.011,73 1.693.011,73

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:6A578D70

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6389-2026

DECRETO Nº 6389/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632** publicada em **09** de **dezembro** de **2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$ **1.693.011,73** (Um milhão, seiscentos e noventa e três mil, onze reais e setenta e três centavos) Excesso de Arrecadação, conforme consta do anexo I.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante deste Decreto, será utilizada dotação de excesso de arrecadação, conforme anexo I ao presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria deAdministração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:1F4AAB47

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6390-2026

DECRETO Nº 6390/2026

Exonera a pedido a servidora ANDRESSA DE BARROSCORDEIRO RODAS.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o constante no Protocolo nº **034/2026** de **20/01/2026**.

D E C R E T A:

Art.1º - Fica exonerada a pedido a servidora **ANDRESSA DE BARROS CORDEIRO RODAS** portadora do RG:**6.885.**-***, ocupante do Cargo Efetivo de **"Psicóloga"**, nomeada através do Decreto nº **2776/2012** de **08/02/2012**, a partir do dia **29** de **janeiro** de **2026**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:74A35CA5

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6391-2026

DECRETO Nº 6391/2026

Declara imóvel de Utilidade Pública para fins de Desapropriação amigável ou judicial, visando a ampliação do Parque Industrial de Cruzeiro do Iguaçu e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XII do Art. 9º, Art. 19, inciso IX do Art. 68, Art. 122 e Art. 169 da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Iguaçu, c/c com o disposto no Art. 2º, Art. 5º, Art. 6º e Art. 15 do Decreto-Lei nº 3365/1941, e, conforme o § 3º do Art. 182 da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO a necessidade constante de promover a política de desenvolvimento com foco no aumento na oferta de empregos e geração de renda para as pessoas e ao Município;

CONSIDERANDO que compete ao Município promover o adequado ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico local;

CONSIDERANDO que a atual área industrial do Município se encontra com sua capacidade de ocupação comprometida, tornando necessária à sua ampliação para viabilizar a instalação de novos empreendimentos industriais;

CONSIDERANDO o interesse público na criação de nova área industrial para atrair investimentos, ampliar o parque produtivo, gerar emprego e renda e aumentar a arrecadação tributária municipal;

CONSIDERANDO que a implantação da nova área industrial depende da aquisição de fração de imóvel rural, cuja localização é essencial e estratégica para o projeto de expansão econômica;

CONSIDERANDOque a Administração Municipal identificou como estrategicamente adequada, do ponto de vista logístico, urbano, ambiental e socioeconômico, a área objeto deste decreto, por sua proximidade à malha urbana e às rodovias locais, o que maximiza o impacto positivo na geração de empregos;

CONSIDERANDO a necessidade urgente da aquisição do imóvel tendo em vista que há possibilidade de liberação de recursos do Governo do Estado para a aquisição da área referida neste Decreto;

CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, notadamente em seus Arts. 2º, 5º, 6º e 15, que autorizam a desapropriação por utilidade pública e a decretação de urgência para a imediata imissão provisória na posse;

CONSIDERANDO a necessidade premente de iniciar o processo de desapropriação ainda este ano, visando vincular possíveis recursos estaduais em razão das limitações impostas pela Lei Eleitoral (Lei nº

9.504/97), portanto há URGÊNCIA na desapropriação pretendida, e consequente vinculação dos recursos financeiros;

CONSIDERANDO a supremacia do interesse público sobre o interesse privado.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada utilidade pública para fins desapropriação visando a ampliação do parque industrial do Município de Cruzeiro do Iguaçu, a área de 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados), encravada no Lote de Terras Rural n° 65 (sessenta e cinco), da Gleba n° 79-FB, do Núcleo Francisco Beltrão, Colônia Missões, do Município e Comarca de Dois Vizinhos-PR, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Dois Vizinhos sob nº 1.390, Livro 2, Ficha 1, de propriedade de Lino Celestino Cappellesso.

Parágrafo único - Os elementos técnicos constarão do memorial descritivo e da planta que deverá ser providenciada pelo Departamento de Engenharia, que passam a integrar este Decreto. As confrontações da referida área são as seguintes:

Descrição Perimétrica: Inicia-se no ponto PT1 definido pelas coordenadas N: 7.163.897,545 m e E: 287.641,480 m. Deste segue até o ponto PT2 definido pelas coordenadas N: 7.164.023,267 m e E: 287.868,346 m, com azimute de 61°00'22" e distância de 259,37. Deste segue até o ponto PT3 definido pelas coordenadas N: 7.163.965,169 m e E: 287.952,887 m, com azimute de 124°29'53" e distância de 102,58. Deste segue até o ponto PT4 definido pelas coordenadas N: 7.163.963,000 m e E: 287.950,216 m, com azimute de 230°54'41" e distância de 3,44. Deste segue até o ponto PT5 definido pelas coordenadas N: 7.163.949,727 m e E: 287.932,195 m, com azimute de 233°37'45" e distância de 22,38. Deste segue até o ponto PT6 definido pelas coordenadas N: 7.163.933,221 m e E: 287.909,782 m, com azimute de 233°37'45" e distância de 27,83. Deste segue até o ponto PT7 definido pelas coordenadas N: 7.163.916,000 m e E: 287.886,399 m, com azimute de 233°37'45" e distância de 29,04. Deste segue até o ponto PT8 definido pelas coordenadas N: 7.163.898,301 m e E: 287.862,367 m, com azimute de 233°37'45" e distância de 29,85. Deste segue até o ponto PT9 definido pelas coordenadas N: 7.163.861,241 m e E: 287.812,046 m, com azimute de 233°37'45" e distância de 62,49. Deste segue até o ponto PT10 definido pelas coordenadas N: 7.163.800,643 m e E: 287.729,766 m, com azimute de 233°37'45" e distância de 102,19. Deste segue até o ponto PT11 definido pelas coordenadas N: 7.163.897,545 m e E: 287.641,480 m, com azimute de 317°39'49" e distância de 131,09. Total do perímetro = 770,27 metros.

Art. 2º A área 30.000,00 m² (trinta mil metros quadrados), descrita no Art. 1º, será individualizada e desmembrada do Lote de Terras Rural n° 65 (sessenta e cinco), da Gleba n° 79-FB.

Art. 3º O imóvel declarado de utilidade pública, destina-se à ampliação do parque industrial, pois apresenta-se como indispensável ao atendimento do interesse público, em virtude de suas características e localização, devendo ser utilizado exclusivamente para este fim.
Art. 4º O Município adotará as medidas administrativas, judiciais ou extrajudiciais, se necessário, para a efetivação da transferência da área referida no Art. 1º ao patrimônio do Município, na forma da legislação vigente.

Art. 5º O imóvel de que trata este Decreto, será avaliado por no mínimo 3 Avaliadores credenciados via chamamento público, e também pela Comissão Especial ou Permanente de Avaliação de Bens Imóveis.

Art. 6º.O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização.

§ 1º- A notificação de que trata o *caput* deste artigo conterá:

I - Cópia deste decreto de declaração de utilidade pública;
II - Planta ou descrição dos bens e suas confrontações;
III - valor da oferta, (Ata de Avaliação);
IV - Informação de que o prazo para aceitar ou rejeitar a oferta é de 15 (quinze) dias e de que o silêncio será considerado rejeição;
VII – Matrícula do imóvel atualizada.

§ 2º -Aceita a oferta, será exarado o Decreto Expropriatório, o qual será título hábil para a transcrição no registro de imóveis.

§ 3º -Rejeitada a oferta, ou transcorrido o prazo sem manifestação, a Procuradoria Jurídica do Município procederá na forma dos Arts. 11 e seguintes do Decreto-Lei nº 3.365/1941, promovendo o processo judicial de desapropriação.

Art. 7º - Os atos de que tratam este Decreto são feitos por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74, Inciso V, da Lei nº 14.133/2021, em razão de que as necessidades de instalação e localização condicionam à escolha do imóvel.

Art. 8º - As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, na forma da lei.

Art. 9º - Este Decreta entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor De Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria De Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:AEC1989D

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6392-2026

DECRETO Nº 6392/2026

Abre Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632** publicada em **09** de **dezembro** de **2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$ **70.870,00** (Setenta mil, oitocentos e setenta reais) Excesso de Arrecadação, conforme consta do anexo I.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante deste Decreto, será utilizada dotação de excesso de arrecadação, conforme anexo I ao presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria deAdministração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:0157948C

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6392-2026 ANEXO

Lei/Ato nº 3609 - Decreto nº 6392/2026 de 02/02/2026

Escopo

Nº Ano

Autorização: 3561 **Crédito adicional**	Lei ordinária	**Recurso do crédito adicional**	Lei Orçamentária Anual - LOA	**Previsto**	1629 2025 **Realizado**
Suplementar		Excesso de Arrecadação		70.870,00	70.870,00
Despesa					

08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
08.003 DIRETORIA DE CULTURA
13.392.0010.2039 EVENTOS CULTURAIS
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3211 01938 Transf erências Voluntárias Públicas Estaduais

Acréscimo Abertura

8.700,00

Crédito adicional:

Suplementar

Recurso do crédito adicional:

Excesso de Arrecadação

08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
08.003 DIRETORIA DE CULTURA
13.392.0010.2039 EVENTOS CULTURAIS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3222 01938 Transf erências Voluntárias Públicas Estaduais

Acréscimo Abertura

62.170,00

Crédito adicional:

Suplementar

Recurso do crédito adicional:

Excesso de Arrecadação

Suplementar Excesso de Arrecadação

Acréscimo

70.870,00 70.870,00

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:8D95C3B9

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1640-2026 ANEXO

LEI Nº 1640-2026
ANEXO I
CARGOS E ATRIBUIÇOES DOS CARGOS DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Nº de cargos	**Denominação**	**Nível** anexo III (Tabela de Vencimentos) da Lei Municipal 1104/2015	**Remuneração**	**Carga horária mínima semanal**	**Exigências**
01	Médico Generalista	62	R$ 11.813,51	25 horas	Graduação em Medicina e Registro no Conselho regional de Medicina – CRM
01	Enfermeiro	31	R$ 3.502,24	25 horas	Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN
01	Farmacêutico	29	R$ 3.238,02	25 horas	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN
01	Técnico em Enfermagem	16	R$ 1.944,67	25 horas	Graduação em Farmácia e Registro no Conselho Regional de Farmácia - CRF

CARGO: MÉDICO GENERALISTA DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR
Escolaridade e Requisitos: Graduação em Medicina e registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM.

Atribuições:
I – realizar atendimentos médicos clínicos no horário estendido do Programa;
II – efetuar consultas, diagnósticos, solicitações e interpretação de exames;
III – prescrever tratamentos, medicamentos e orientações terapêuticas;
IV – atender casos de urgência e emergência de baixa complexidade;
V – realizar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do trabalhador;
VI – encaminhar pacientes para atendimento especializado quando necessário;
VII – registrar atendimentos em prontuário físico ou eletrônico;
VIII – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;
IX – cumprir normas técnicas, éticas e administrativas do SUS e da Secretaria Municipal de Saúde;
X – responsabilidade técnica pelo programa e pelo estabelecimento de saúde,
XI – executar outras atividades correlatas compatíveis com a função.

CARGO: ENFERMEIRO DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Escolaridade e Requisitos: Graduação em Enfermagem e registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.
Atribuições:
I – planejar, organizar, coordenar e executar as ações de enfermagem no horário estendido;
II – realizar consulta de enfermagem e procedimentos privativos do enfermeiro;
III – supervisionar as atividades do técnico em enfermagem;
IV – executar ações de promoção, prevenção e educação em saúde;
V – prestar assistência direta aos usuários do Programa;
VI – participar da elaboração de protocolos e fluxos de atendimento;
VII – registrar informações em prontuário e sistemas oficiais;
VIII – zelar pelos materiais, medicamentos e equipamentos sob sua responsabilidade;
IX – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;

X – responsabilidade técnica pelo programa e pelo estabelecimento de saúde,
XI – executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Escolaridade e Requisitos: Curso Técnico em Enfermagem e registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Atribuições:
I – prestar assistência de enfermagem sob supervisão do enfermeiro;
II – aferir sinais vitais e preparar pacientes para consultas e procedimentos;
III – administrar medicamentos conforme prescrição médica ou de enfermagem;
IV – realizar curativos, coleta de material para exames e demais procedimentos técnicos;
V – auxiliar no atendimento de urgências de baixa complexidade;
VI – organizar e manter a sala de atendimento em condições adequadas;
VII – registrar informações e procedimentos realizados;
VIII – cumprir normas de biossegurança e rotinas da unidade de saúde;
IX – executar outras atividades correlatas compatíveis com o cargo.

CARGO: FARMACÊUTICO DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Escolaridade e Requisitos: Graduação em Farmácia e registro ativo no Conselho Regional de Farmácia – CRF.
Atribuições:
I – realizar a dispensação de medicamentos no horário estendido do Programa;
II – promover a atenção farmacêutica e orientar os usuários quanto ao uso correto dos medicamentos;
III – controlar, armazenar e zelar pela conservação dos medicamentos e insumos;
IV – acompanhar prescrições médicas, verificando interações e dosagens;
V – participar de ações educativas voltadas à saúde do trabalhador;
VI – manter registros e relatórios de controle farmacêutico;
VII – garantir o cumprimento das normas sanitárias e técnicas vigentes;
VIII – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;
IX – executar outras atividades compatíveis com a função.

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:C597C3DF

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7687-2026

PORTARIA Nº 7687/2026

Designa Professora para exercer função gratificada.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art.68 - Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o constante do Art.**26** - Inciso **II** da Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a Professora **TANIA MARA CAPPELLESSO**, portadora do RG:**8.046.***-***, nomeada através do Decreto nº **547/1998** de **01/06/1998** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotada na **Escola Municipal Paulino Gaidzinski – Educação Infantil e Ensino Fundamental**, com carga horária de vinte **(20:00)** horas semanais, com gratificação constante do **Parágrafo Primeiro** - letra **"a"** da Lei supracitada, no período de **02** de **fevereiro** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:5E317974

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7688-2026

PORTARIA Nº 7688/2026

Designa Professora para exercer função gratificada.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art.68 - Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o constante do Art.**26** - Inciso **II** da Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a Professora **JULIANA GUYSS**, portadora do RG:**10.128.***-***, nomeada através do Decreto nº **5418/2023** de **04/09/2023** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotada na **Escola Municipal Paulino Gaidzinski – Educação Infantil e Ensino Fundamental**, com carga horária de vinte **(20:00)** horas semanais, com gratificação constante do **Parágrafo Primeiro** - letra **"a"** da Lei supracitada, no período de **02** de **fevereiro** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:ACEC4D4C

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7689-2026

PORTARIA Nº 7689/2026

Designa Professora para exercer função gratificada.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art.68 - Inciso VIII da

Lei Orgânica Municipal e o constante do Art.**26** - Inciso **II** da Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a Professora **LETICIA BOEIRA DA ROCHA**, portadora do RG:**10.198.***-***, nomeada através do Decreto nº **5864/2025** de **03/02/2025** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotada na **Escola Municipal Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado**, com carga horária de vinte **(20:00)** horas semanais, com gratificação constante do **Parágrafo Primeiro** - letra **"a"** da Lei supracitada, no período de **02** de **fevereiro** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas eResponsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:75BA4EE8

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7690-2026

PORTARIA Nº 7690/2026

DESIGNA PROFESSORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art.68 - Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o constante do Art.**26** - Inciso **II** da Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a Professora **JULIANE DE SOUZA**, portadora do RG:**8.727.***-***, nomeada através do Decreto nº **2826/2012** de **02/05/2012** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotada na **Escola Municipal Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado**, com carga horária de vinte **(20:00)** horas semanais, com gratificação constante do **Parágrafo Primeiro** - letra **"a"** da Lei supracitada, no período de **02** de **fevereiro** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:FA3374DA

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7691-2026

PORTARIA Nº 7691/2026

Designa Professora para exercer função gratificada.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art.68 - Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o constante do Art.**26** - Inciso **II** da Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a Professora **BIANCA EDUARDA SOARES**, portadora do RG:**12.629.***-***, nomeada através do Decreto nº **5596/2024** de **08/02/2024** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotada na **Escola Municipal Foz do Chopim**, com carga horária de vinte **(20:00)** horas semanais, com gratificação constante do **Parágrafo Primeiro** - letra **"a"** da Lei supracitada, no período de **02** de **fevereiro** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:8A849E50

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7692-2026

PORTARIA Nº 7692/2026

Designa Professora para exercer função gratificada.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art.68 - Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o constante do Art.**26** - Inciso **II** da Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a Professora **LEONILDE VIEIRA DOS SANTOS**, portadora do RG:**6.694.***-***, nomeada através do Decreto nº **3203/2014** de **03/02/2014** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotada na **Escola Municipal Foz do Chopim**, com carga horária de vinte **(20:00)** horas semanais, com gratificação constante do **Parágrafo Primeiro** - letra **"a"** da Lei supracitada, no período de **02** de **fevereiro** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:815A3315

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 7693-2026

PORTARIA Nº 7693/2026

Designa Professora para exercer função gratificada.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e, nos termos que assegura o Art.68 - Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o constante do Art.**26** - Inciso **II** da Lei Municipal nº **875/2012** de **10/04/2012**.

R E S O L V E:

Art.1º - Designar a Professora **SIMONI GREGOLON GRASSI**, portadora do RG:**7.949.***-***, nomeada através do Decreto nº **2784/2012** de **01/03/2012** do Quadro Próprio do Magistério para responder pela **"Coordenação Pedagógica"**, lotada no **Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato**, com carga horária de vinte **(20:00)** horas semanais, com gratificação constante do **Parágrafo Primeiro** - letra **"a"** da Lei supracitada, no período de **02** de **fevereiro** de **2026** a **31** de **dezembro** de **2026**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:FCDACCD1

SECRETARIA DE FINANCAS
ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO N° 005/2022

ESPÉCIE	CONTRATO DE PRESTACAO DE SERVICOS INEXIGIBILIDADE Nº 044/2021
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU
	Instituto Gamma De Assessoria A Órgãos Públicos
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos especializados na revisão, atualização conforme legislação vigente, da estrutura organizacional, do quadro de cargos, reformulação e atualização do Estatuto dos Servidores públicos, leis e decretos relativos ao Regime jurídico, bem como Revisão do Plano de Carreira do Magistério Municipal e dos servidores regidos pela Lei 1104/2015.**
DO PRAZO	**Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato até 10/01/2027.**

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:E1D9E9FA

SECRETARIA DE FINANCAS
DECISÃO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E PREFEITO

GERAL, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS.

DISPENSA n°. 003/2026
RECORRENTE: SANDER A. BEARZI - ME

Assunto: Recurso interposto pela empresa SANDER A. BEARZI - ME, inerente a sua desclassificação na Dispensa n°. 003/2026, que tem como objeto "(...) aquisição de mudas de verduras, plantas ornamentais (...)".
RELATÓRIO

Nos foi solicitado análise e posterior parecer jurídico quanto ao Recurso interposto pela empresa SANDER A. BEARZI - ME, inerente a sua desclassificação na Dispensa n°. 003/2026, que tem como objeto "(...) aquisição de mudas de verduras, plantas ornamentais (...)", cuja publicação ocorreu na data de 21/01/2026.
A recorrente apresentou recurso em razão da sua desclassificação, alegando em síntese que houve erro de digitação no preenchimento da proposta.
Em síntese, estes são os fatos e argumentos, decorrente do respectivo recurso apresentado, sendo que após a análise e estudada a matéria correlata, passo a opinar, posicionando no seguinte sentido:

FUNDAMENTAÇÃO

O recurso apresentado entendo que é tempestivo, bem como constou em ata a intenção de interpor recurso.
A recorrente alega que que houve erro de digitação no preenchimento da proposta.
Porém, erros ou falhas só podem ser sanados, desde que não altere a substância da proposta. E no caso em apresso, entendo que houve alteração do objeto, inclusive quanto a quantidade.
Preliminarmente, cumpre ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 5.º da Lei n.º 14.133/2021, que dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições doDecreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Isto posto, passo à análise do mérito.
Forçoso se faz mencionar que esta Instituição, através de sua equipe de Pregoeiros preza pela utilização de todos os princípios balizadores das contratações públicas, e que não se utiliza somente de um em detrimento dos demais.
Analisando a sessão, observa-se que a empresa Recorrente apresentou proposta com valor maior e ainda, com quantidades não correspondentes ao objeto da dispensa.
De acordo com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021, são princípios expressos da licitação: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, **da vinculação ao edital**, **do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, **da razoabilidade**, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, **da economicidade** e do desenvolvimento nacional sustentável.
Dentre eles, destaca-se os princípios da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da economicidade, onde a Administração Pública deve conduzir a licitação de acordo com o

constante no edital, na economia para a administração, bem como demais princípios citados.
Observa-se nos documentos anexados, que a empresa classificada cumpriu todas as exigências do edital, e ainda, apresentou proposta mais vantajosa.
O afastamento de uma contratação mais vantajosa constitui uma verdadeira violação à ordem jurídica, em especial aos princípios da competitividade, da economicidade e da razoabilidade e proporcionalidade, bem como da eficiência,afastando-se uma contratação mais vantajosa e onerando os cofres públicos sem qualquer necessidade.
Marçal Justem Filho, in Comentários àlei de licitaçõese contratos administrativos, 13. ed, p. 76, ao tratar do princípio da proporcionalidade ensina, *in verbis*:

"O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger.Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos. Sob esse ângulo, as exigências da lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais."

CONCLUSÃO

Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende esta Procuradora Jurídica improcedente o recurso apresentado pela recorrente.
Este é meu entendimento jurídico. É o parecer.
Este parecer é de cunho opinativo, sendo competente à Pregoeira e/ou ao Gestor Municipal tomar as medidas que entender necessárias.

Cruzeiro do Iguaçu - PR, 02 de fevereiro de 2026.

CONCLUSÃO AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende está com fulcro no parecer jurídico 004/2026 que o Recurso é improcedente apresentado pela recorrente.

Dê ciência à Impugnante, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei. Em atenção, da Lei 14.133/2021, encaminham-se os autos ao Senhor prefeito municipal, para sua análise e superior decisão.

Cruzeiro do Iguaçu, 02 de Fevereiro de 2026.

KELLI MORESQUI
Agente de Contratação

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA nº 003/2026
RECORRENTE: SANDER A. BEARZI - ME
OBJETO: "(...) aquisição de mudas de verduras, plantas ornamentais (...)".
Em análise aos fatos e documentos encartados no processo, diante a análise está com fulcro no parecer Jurídico nº 004/2026, bem como, diante da decisão da Agente de Contratação a qual é responsável pelo certame que também entende ser improcedente, assim, RATIFICO a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.
Comunique-se a recorrente e o recorrido da decisão tomada, bem como aos demais interessados.

Cruzeiro do Iguaçu, 02 de Fevereiro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:941BE44E

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO

ATA DE REGISTRO Nº 018

ESPÉCIE	CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO
PARTES: OBJETO:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2025 RF COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA CNPJ: 33.088.750/0001-16 Registro de preço para aquisição de tênis escolar para alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, para entrega no ano letivo 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
VALOR TOTAL:	R$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais).
PRAZO:	Até 02/02/2027
DOTAÇÃO:	3.3.9, 0.30.00.00 –Material de Consumo

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:69CDCCF9

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO DE DISPENSA 003-2026

EXTRATO DE DISPENSA Nº 003/2026

ESPÉCIE	CONTRATO DE FORNECIMENTO
PARTES:	MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR DISPENSA 003/2026
	PILATTI PAISAGISMO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 59.783.441/0001-50
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para aquisição de mudas de verduras, plantas ornamentais, arranjos de flores e outros insumos para jardinagem para atender às demandas do Município de Cruzeiro do Iguaçu – PR.
VALOR TOTAL:	R$ 31.853,00 (trinta e um mil oitocentos e cinquenta e três reais).
DOTAÇÃO:	3.3.90.30.00.00 Material de Consumo.

Publicado por:
Kelli Moresqui
Código Identificador:C6F9249B

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026

Prefeitura Municipal de Enéas Marques
Extrato do Contrato administrativo Nº 01/2026
Pregão Eletrônico Nº 44/2025
Partes: **MUNICÍPIO DE ENÉAS MARQUES** e **MARULA TRANSPORTES LTDA**
Objeto: **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Transporte Escolar Gratuito, destinado ao atendimento de alunos regularmente matriculados nas Redes de Ensino Público Municipal e Estadual, residentes na zona rural do Município de Enéas Marques/PR, nos turnos matutino, vespertino e alunos da Educação Integral em Tempo Integral**.
Valor: **R$ 145.866,00 (cento e quarenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e seis reais)**
O pagamento será feito conforme especificações feitas no edital.
Duração: **12 meses**
Data Assinatura: **30/01/2026**
FORO: **Comarca de Francisco Beltrão/PR.**

Enéas Marques, 02 de fevereiro de 2026

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Renosto
Código Identificador:39CA8835

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2026-

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2026-
CONTRATANTE: Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, com sede à Rua Avenida Joaquim Bonetti, nº 579, centro, inscrito no CGC/MF nº 76.205.657/0001-57, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, EDSON LUPATINI, portador da Cédula de Identidade RG nº 49383932 e do CPF/MF nº 861.204.419-72, e
CONTRATADA: PAVIMAR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, com sede à Rodovia PR 483, KM 09, S/N, interior, cidade de Francisco Beltrão/PR, inscrito no CGC/MF Nº 79.569.398/0001-72, neste ato representado pelo Sr. LUCIMAR CELLA, portador da Cédula de Identidade RG nº 55441189 e do CPF/MF nº 839.835.899-87.
OBJETO: Contratação para pavimentação asfáltica de Estrada Vicinal Municipal em CBUQ, 6.245,25m², incluindo os serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. - lote 1, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 06/2025.
VALOR: R$ 987.800,00 (novecentos e oitenta e sete mil e oitocentos reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de janeiro de 2026.
FORO: Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.
Enéas Marques, 02 de fevereiro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Renosto
Código Identificador:48D08806

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 15, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Atualiza os valores do Auxílio Transporte instituído pela Lei nº 948, de 11 de maio de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o §2º do art. 2º da Lei Municipal nº 948/2022 dispõem que *Os valores declinados no caput deste artigo poderão ser revistos anualmente pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, após análise das condições orçamentárias e financeiras do Município*.

DECRETA:

Art. 1º A partir de 2026, o Auxílio Transporte será concedido nos seguintes valores:

I - R$ 500,00 (quinhentos reais) para os estudantes que tenham que se deslocar para os municípios de Maringá, Londrina ou Apucarana para frequência das aulas;

II - R$ 200,00 (duzentos reais) para os estudantes que tenham que se deslocar para os municípios de Santo Inácio, Colorado, Santa Fé e demais localidades para frequência das aulas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças/PR, 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:21D6077E

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
LEI Nº 1.182, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a reposição dos vencimentos e salários a título de reposição de perdas dos profissionais do magistério.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR APROVOU E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reposição de salário no percentual de 5,4 % (cinco vírgula quatro por cento) aos profissionais do Magistério regidos pelas Leis Municipais nº 711/2014 e 947/2022.

Parágrafo único. O percentual previsto no *caput* será devido a partir de 1º de janeiro de 2026.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação dessa Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nossa Senhora das Graças (PR), 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:0B85BE48

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 79/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI**,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 630,00 (Seiscentos e trinta reais) a favor da Srª. Lidiane Ramos da Silva Salatta, Conselheiro Tutelar, referente ao pagamento de 1 e 1/2/(uma e meia) diárias, face a viagem do dia 01/02/2026 a 03/02/2026 para Ponta Grossa -PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:2FCD887D

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 80/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI**,** PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE:

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 630,00 (Seiscentos e trinta reais) a favor do Sr°. Eduardo Fernandes de Oliveira Souza, Conselheiro Tutelar, referente ao pagamento de 1 e 1/2/(uma e meia) diárias, face a viagem do dia 01/02/2026 a 03/02/2026 para Ponta Grossa -PR, tratar de assuntos de interesse do município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:D50E77B1

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
LEI Nº 1185 2026

LEI Nº 1.185/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na LDO/PPA e no Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.017.110,00 (um milhão, dezessete mil e cento e dez reais) nas seguintes dotações:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	- SECRETARIA		
03.001.04.122.0003.2.301	- MANTER SERV. DA ADMINTRAÇÃO GERAL		
4.4.90.52.00.00	- Equipamentos e Material Permanente		
31973	- Convênio 1766/2025 – 02 Veículos - SECID	R$	206.910,00
31974	- Convênio 1751/2025 – 01 Veículo – SECID	R$	115.000,00
1000	- Recursos Ordinários Livres	R$	22.200,00
07.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
07.001.00.000.0000.0.000	- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
07.001.10.301.0007.1.702	- ADQUIRIR VEÍCULOS PARA DEPTO. SAÚDE		
4.4.90.52.00.00	- Equipamentos e Material Permanente		
1500	- Bloco de Investimentos na Rede de Serviços da Saúde	R$	350.000,00
1000	- Recursos Ordinários Livres	R$	30.000,00
11.000.00.000.0000.0.000	**- DEPTO. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE**		
11.001.00.000.0000.0.000	- DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
11.001.20.608.0014.2.113	- AUXILIAR PEQ. E MÉDIOS PRODUTORES		
4.4.90.52.00.00	- Equipamentos e Material Permanente		
31883	- Convênio nº 525/2025 – Central de Alimentos	R$	207.879,09
03501	- Alienação de Ativos	R$	49.917,24
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	35.203,67
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		**R$**	**1.017.110,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	- SECRETARIA		
03.001.04.122.0003.2.301	- MANTER SERV. DA ADMINTRAÇÃO GERAL		
3.3.90.30.00.00 – 043	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	87.403,67
TOTAL DO CANCELAMENTO		**R$**	**87.403,67**

Superávit Financeiro O Superávit Financeiro no valor de R$ 399.917,24 (cento e quarenta e nove mil, novecentos dezessete reais e vinte e quatro centavos) apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do Art. 43 43 § 1º da Lei 4.320/64.Conforme tabela

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
3500	- Bloco de Investimento na Rede de Serv. da Saúde	350.000,00
3501	- Alienação de Ativos	49.917,24

Provável excesso de arrecadação no valor de R$ 529.789,09 (quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e oitenta e nove reais e nove centavos) proveniente do Governo do Estado do Paraná através da SECID – Termo de Convênio nº 1751 e 1766/2025 e da SEAB Termo de Convênio nº 525/2025.

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
31974	- Convênio 1751/2025 – 01 Veículo – SECID	115.000,00
31973	- Convênio 1766/2025 – 02 Veículos - SECID	206.910,00
31883	- Convênio nº 525/2025 – Central de Alimentos	207.879,09

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Evandro Carlos Porto
Código Identificador:4C2CB09F

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
LEI Nº 1186 2025

LEI 1.186/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na LDO/PPA e no Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 749.083,63 (setecentos e quarenta e nove mil, oitenta e três reais e sessenta e três centavos) nas seguintes dotações:

02.000.00.000.0000.0.000	**- EXECUTIVO MUNICIPAL**		
02.004.00.000.0000.0.000	- GESTÃO PARTICIPATIVA		
02.004.04.122.0002.1.201	- AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE EVENTOS		
4.4.90.51.00.00	- Obras e Instalações		
31975	- Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	R$	700.000,00
30015	- Cessão Onerosa – Pré Sal	R$	49.083,63
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		**R$**	**749.083,63**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Provável excesso de arrecadação no valor de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) proveniente do Governo do Estado do Paraná através da SECID – Termo de Convênio nº 2169/2025.

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
031975	- Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	700.000,00

b) Superávit Financeiro no valor de R$ 49.083,63 (quarenta e nove mil, oitenta e três reais e sessenta e três centavos) apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do Art. 43 43 § 1º da Lei 4.320/64.Conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
30015	- Cessão Onerosa – Pré Sal	49.083,63

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Evandro Carlos Porto
Código Identificador:DAE74F46

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura do Município de Nossa Senhora das Graças/PR, comunica que realizará Dispensa Eletrônica de licitação, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com inicio da disputa no dia 09/02/2026 a partir das 09h até às 15h.. Link para participação: www.bnc.org.br. Objeto: Registro de preços para eventual e futura Contratação de empresa especializada para aquisição e serviço de recarga e manutenção de extintores de incêndio, atendendo as necessidades dos diversos departamentos da Prefeitura e Câmara Municipal do município de Nossa Senhora das Graças, estado do Paraná, conforme especificações e quantidades definidas neste instrumento. Valor total de referencia: **R$ 5.504,79 (CINCO MIL QUINHENTOS E QUATRO REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS).** A Dispensa Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. O Aviso de Contratação Direta e seus anexos estarão disponíveis aos interessados junto ao Departamento de Licitação na Praça deputado Nilson Batista Ribas (paço municipal), n° 131, de seg a sex, das 8h às 12h e das 13h às 17h. Ou solicitada pelo e-mail: licitacao@nossasenhoradasgracas.pr.gov.br; www.bnc.org.br ou no site do município:

Nossa Senhora das Graças/PR, 02 de FEVEREIRO de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:1C758ACB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026. Tipo: Menor Preço por item. O Município de Nossa Senhora das Graças/PR torna público que realizará, pela plataforma BNC (www.bnc.org.br). licitação na modalidade Pregão Eletrônico. Objeto: Registro de Preços para compra parcelada de óleos, lubrificantes, fluidos, graxas, aditivos e produtos de limpeza, destinados à manutenção da frota, máquinas e equipamentos do Município. Licitação exclusiva para MEI, ME e EPP locais. Envio das Propostas: de 04/02/2026, às 08h30min, até 13/02/2026, às 08h30min. Início da Fase de Lances: 13/02/2026, às 09h00min. Valor estimado: (R$): 538.899,27 Edital e informações: www.bnc.org.br, telefones (44) 9 9129-5155 e (44) 9 9137-8221 (WhatsApp). Nossa Senhora das Graças, 30 de janeiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:EF0DEFDB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

AVISO DE REVOGAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026. Fica REVOGADO, em todos os seus termos, por interesse da Administração, com fundamento no inciso II, art. 71 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Pregão Eletrônico nº 03/2026, referente ao Processo Licitatório nº 03/2026, cujo objeto é a aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10), para atendimento da frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais de Nossa Senhora das Graças/PR. A justificativa da revogação encontra-se devidamente motivada nos autos do processo administrativo. Dê-se ciência aos interessados, abrindo-se o prazo de 03 (três) dias úteis para eventual interposição de recurso, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021. Após o cumprimento das providências legais, DETERMINE-SE a instauração de novo procedimento licitatório, com as adequações necessárias. Nossa Senhora das Graças/PR, 29 de janeiro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ana Cristina Pereira
Código Identificador:F6D9AD6C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVOS A ARP N°03/2025

ESPÉCIE: Prestação de serviços.
REF.: Pregão Eletrônico nº02/2025.
PARTES: Município de Nossa Senhora das Graças e a empresa Luiz G. Rocco & Cia Ltda.

CNPJ: 27.461.548/0001-95.

DO OBJETO : O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses , bem como a renovação dos quantitativos para o novo período de vigência a ARP nº03/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº02/2025, que tem por objeto o registro de Preços para contratação de empresa para prestação de Serviços Funerários, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ação Social do município de Nossa Senhora das Graças/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DA VIGÊNCIA: Com a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, o contrato passa a viger de ***05/02/2026 á 04/02/2027.***

DO VALOR: Com o restabelecimento do saldo inicial, o presente termo aditivo tem o valor de **R$65.000,00(sessenta e cinco mil reais)** tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor total
1	Urna funerária sextavada medindo aproximadamente 1,90 x 0,65 m, conforme necessidade, com (06) seis alças duras, (04) quatro chavetas, com renda e pintura em verniz sem brilho	Unidade	16	R$1.910,10	R$30.561,60

2	Tanatopraxia.	Serviço	21	R$751,70	R$15.785,70
3	Urna infantil, sextavada 0,90 cm, com alça dura (04), quatro (04) chavetas, com renda e pintura em verniz sem brilho.	Unidade	5	R$1.149,22	R$5.746,10
4	Serviço de translado por km rodado.	Quilômetros	1.200	R$3,50	R$4.200,00
5	Arranjo floral para cerimônias, (flores naturais).	Unidade	21	R$414,60	R$8.706,60

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 30/01/2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaella Vitória Pereira Gomes
Código Identificador:B775C4E4

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 82/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora abaixo relacionada:

- JOICE CRISTINA DA SILVA, matrícula nº 1263 – Referentes ao exercício: 01/06/2024 à 31/05/2025.

Período de férias: 02/02/2026 à 16/02/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 02 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Aparecido Marquetti
Código Identificador:DE818C20

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

CAMARA DE VEREADORES
ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2026 – UASG 932858

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2026 – UASG 932858

A **CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JORGE D'OESTE**, Estado do Paraná, avisa aos interessados que fará realizar no dia 10 de janeiro de 2026 até às 08h00min, a abertura da licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço global que tem por objeto a "Aquisição de aparelhos condicionadores de ar e cortinas de ar, bem como serviços de desinstalação, instalação completa, higienização, manutenção e peças para o prédio da futura sede da Câmara de Vereadores de São Jorge D'Oeste".
CREDENCIAMENTO: das 07h30min às 08h00min do dia 10 de fevereiro de 2026.
INÍCIO DA FASE DE LANCES: 08h00min do dia 10 de fevereiro de 2026.
ENDEREÇO: A sessão pública se dará de forma presencial no Plenário do Poder Legislativo, sito à Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR.
EDITAL NA ÍNTEGRA à disposição dos interessados no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores de São Jorge D'Oeste (https://www.camarasjo.pr.gov.br/home), no menu "licitações", modalidade "pregão".
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES através do e-mail leandrojacobs@camarasjo.pr.gov.br ou presencialmente na Câmara de Vereadores sito à Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR das 07h45min às 11h45min e das 13h15min às 17h15min.

São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná. 02 de fevereiro de 2026.

ROSANE FÁTIMA LOTTI
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Leandro Pagliari Jacobs
Código Identificador:452A76E0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ALTERAÇÃO DISPENSA 38/2025

AVISO DE ALTERAÇÃO AO EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 38/2025 – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.

O Município de São Jorge D'Oeste - Pr, Inscrito no CNPJ nº 76.995.380/0001-03, com sede administrativa na Avenida Iguaçu, nº 281, Bairro: Centro, CEP: 85.575-000, na Cidade de São Jorge D'Oeste/Pr, Estado do Paraná, através de seu Prefeito, torna público que realizará Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR VALOR, nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, conforme critérios definidos neste edital, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários estabelecidos a seguir:

Data limite para apresentação das propostas e documentação: 06/02/2026 até as 17h00.
Endereço eletrônico para envio das propostas e documentação: licitacao@pmsjorge.pr.gov.br
Link do Processo de Dispensa de Licitação: https:// pmsjorge.pr.gov.br/licitacoes

Alterando a quantidade do item 2 e valor total:

ONDE LÊ-SE:
ITEM 2:
08 UNIDADES – VALOR R$ 1.600,00

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

LEIA-SE:
ITEM 2:
200 UNIDADES – VALOR R$ 4.000,00

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Fica alterada a data **limite para apresentação das propostas e documentação para 06/02/2026 até as 17h00**.

Permanecem inalteradas as demais condições.

São Jorge D'Oeste, 02 de fevereiro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:F6E7F0ED

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026 – UASG 926478

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 19/02/2026 até as **08h00**, a abertura da licitação na

modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item que tem por objeto **Contratação de empresa especializada no fornecimento de cadeiras plásticas com assento rebatível e encosto anatômico, conforme especificações do produto no Centro Esportivo Egídio Veronese (Ginásio "Carecão"), incluindo a instalação e os materiais necessários para a instalação, ou ainda, poderão ser instaladas em outros centros esportivos municipais, adequando as arquibancadas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, bem como, do interesse da Administração Municipal de São Jorge D'Oeste/PR.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 19 de fevereiro de 2026,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 30/01/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:2531BACF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 4º TERMO ATA 23/2025

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 23/2025**, parte integrante do(a) Pregão nº 14/2025
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**ALDERI DE CESARO & CIA LTDA – CNPJ nº.** 01.973.331/0001-70
Objeto:	**O presente Termo tem por objeto o reequilíbrio do valor dos seguintes produtos;** **LOTE 1 – ITEM 23: IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS: de R$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos), para R$ 9,22 (nove reais e vinte e dois centavos).**
Prazo de vigência	**18/06/2026**
Prazo de execução	**18/06/2026**
Data assinatura	02/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:A83DAEAF

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 4º TERMO CONTRATO 38/2024

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo aditivo:	**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 38/2024**, parte integrante do(a) Concorrência nº 1/2024
Contratante:	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº.76.995.380/0001-03
Contratada:	**CRESCER CONSTRUTORA LTDA – CNPJ nº.** 28.393.409/0001-34
Objeto:	**O presente Termo Aditivo de Contrato tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência/execução do contrato originário nº 38/2024 celebrado entre as partes em 05/06/2024, passando o mesmo a ter sua vigência até 06/07/2026 e execução até 30/04//2026.**
Prazo de vigência	**06/07/2026**
Prazo de execução	**30/04/2026**
Data assinatura	02/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:9F0F0036

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 08/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 8/2026 Processo inexigibilidade/Nº. 2/2026**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	JULIA LUIZA PICININ LTDA- CNPJ nº. 60.885.914/0001-09
Objeto	**Contratação direta por INEGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, amparada nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Nº 14.133/2021, da empresa JULIA LUIZA PICININ LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.885.914/0001-09, localizada a Rua Francisco Debortoli, nº 704, Centro, CEP. 85.575-000, São Jorge D'Oeste/PR, especializada na prestação de serviços médicos "clínico geral", para atuar com Equipes da Estratégia da Saúde da Família Rural, (ESF Rural) e nas demais Unidades Básicas de Saúde, conforme a necessidade e mediante as solicitações da Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 276.000,00 (Duzentos e Setenta e Seis Mil Reais)
Prazo de execução	12(Meses), até 02/02/2027
Prazo de vigencia	até 02/02/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 02/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:A40A7BF8

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 09/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 9/2026 Pregão/Nº. 78/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	CRISTAL E-COMMERCE LTDA- CNPJ nº. 59.718.657/0001-31
Objeto	**Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos (parque infantil e bebedouro de água), para executar o Plano de Aplicação nº 09032022-019175/2022, vinculado à Emenda Individual nº 20223702020013 e atender as demandas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Jorge D'oeste, e vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 4.400,00 (Quatro Mil e Quatrocentos Reais)
Prazo de execução	12(Meses), até 02/02/2027
Prazo de vigencia	até 02/02/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 02/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:B7E718AD

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 10/2026

EXTRATOS PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

Contrato	**Nº 10/2026 Pregão/Nº. 78/2025**
Contratante	MUNICIPIO DE SÃO JORGE D' OESTE – PARANÁ - CNPJ Nº. **76.995.380/0001-03**
Contratada	J D N JUNIOR LTDA- CNPJ nº. 15.300.246/0001-56
Objeto	**Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos (parque infantil e bebedouro de água), para executar o Plano de Aplicação nº 09032022-019175/2022, vinculado à Emenda Individual nº 20223702020013 e atender as demandas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Jorge D'oeste, e vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social e da Mulher de São Jorge D'Oeste/PR.**
Valor	R$ 18.598,00 (Dezoito Mil, Quinhentos e Noventa e Oito Reais)
Prazo de execução	12(Meses), até 02/02/2027
Prazo de vigencia	até 02/02/2027
Data assinatura	São Jorge D´Oeste/Pr, 02/02/2026

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:CD9DE66C

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DISPENSA 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação Modalidade: Dispensa Nº 001/2026

Objeto:
Contratação Direta por DISPENSA DE LICITAÇÃO, fundamentada no inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para contratação da empresa VERUM PESQUISAS CONSULTORIA E SERVICOS LTDA. CNPJ Nº. 37.229.464/0001-84, com sede na RUA VEREADOR ROMEU LAURO WERLANG, 1811 SALA 4 - CEP: 85601020 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Francisco Beltrão/PR **especializada para realização de pesquisa de opinião pública, sob o aspecto de ALTERAÇÃO DO PERTENCIMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE PARA A JURISDIÇÃO DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS/PR, com**

abordagem quantitativa, compreendendo o planejamento, a coleta de dados, a análise e tratamento das respostas, a elaboração e a apresentação dos resultados à Administração Municipal de São Jorge D'Oeste/PR.

Em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, torna público o resultado da Dispensa de licitação em epigrafe:

O valor total será de **R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).**

Homologo a presente Dispensa de Licitação.
São Jorge D'Oeste – Pr, 09/01/2026

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:13A5723F

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DISPENSA 39/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Licitação Modalidade: Dispensa Nº 039/2025

Objeto:
Contratação por Dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, da empresa DA ROSA & THOMAZ LTDA. **CNPJ Nº. 31.351.628/0001-65**, com sede na R CONCORDIA, 466 ***** - CEP: 85575000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: São Jorge D'Oeste/PR **para fornecimento de vacinas e produtos para operacionalização do Programa permanente de esterilização cirúrgica de cães e gatos (CASTRAPET), em atendimento ao Convênio nº 094/2025, celebrado pelo Município de São Jorge D'Oeste com o Instituto Água e Terra – IAT/PR, para execução do Plano de Trabalho protocolado sob o nº 23.676.427-3 sob a responsabilidade da Vigilância Sanitária vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de São Jorge D'Oeste/PR**.

Em cumprimento ao disposto no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, torna público o resultado da Dispensa de licitação em epigrafe:

O valor total será de **R$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).**

Homologo a presente Dispensa de Licitação. São Jorge D'Oeste – Pr, 09/01/2026

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:081C9D0D

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90080/2025 - PROCESSO Nº 364/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O prefeito municipal de São Jorge D' Oeste - PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90080/2025 - PROCESSO Nº 364/2025.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, visando à futura e eventual aquisição de SÊMEN BOVINO E INSTRUMENTOS AUXILIARES À INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, para atender a demanda do Programa de Inseminação Artificial, instituído pela Lei Municipal nº 853/2018, e vinculado as ações estratégicas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de São Jorge D'Oeste/PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal nº 11462/2023 e Decreto Municipal nº 3927/2023; Lei Complementar n. º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa SEGES 73/2022 e legislação complementar.

EMPRESA VENCEDORA – MENOR PREÇO POR ITEM.

1 – PECPLAN ABS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - 60.431.863/0001-45. LOTE 1 - Item: 3 – R$ 80,50; 5 – R$ 80,50; 6 – R$ 99,00; 7 – R$ 98,00 e 8 – R$ 98,00. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 308.500,00 (Trezentos e oito mil e quinhentos reais).**

2 – ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA - 00.771.945/0001-07. LOTE 1 - Item: 4 – R$ 84,90. **VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 84.900,00 (Oitenta e quatro mil e novecentos reais).**

São Jorge D'Oeste-PR, 02 de fevereiro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Mario Augusto Sangaletti
Código Identificador:8725B482

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4852 EXONERA ADELIO BIAVATI

DECRETO Nº 4852/2026

Exonera o Sr. Adélio Biavati, do cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Infraestrutura Rural.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera o Sr. **ADELIO BIAVATI,** portador do CPF n. º 623.839.579-68, do cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Infraestrutura Rural.**

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:81A76070

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4853 EXONERA ADRIELI FATIMA MORAES

DECRETO Nº 4853/2026

Exonera a Sra. Adrieli Fatima Moraes, do cargo de provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Habitação.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a Sra. **ADRIELI FATIMA MORAES,** portadora do CPF n. º 091.952.959-33, do cargo de provimento em comissão de **Chefe da Divisão de Habitação.**

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:FE895BB7

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4854 PEDRO PAULO SCHMOLLER

DECRETO Nº 4854/2026

Exonera o Sr. Pedro Paulo Schmoller, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Administração de Cemitérios.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera o Sr. **PEDRO PAULO SCHMOLLER,** portador do CPF n. º 028.077.869-44, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Administração de Cemitérios, (**Símbolo CC-20**).

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:DFE9F852

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 4855 EXONERA TAYANARA REGINA SEIBEL

DECRETO Nº 4855/2026

Exonera a Sra. Tayanara Regina Seibel, do cargo de provimento em Comissão de Chefe da Divisão de Transporte Escolar.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a Sra. **TAYANARA REGINA SEIBEL,** portadora do CPF n. º 100.754.349-38, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Transporte Escolar.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:0D606C16

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS Nº 001 2026
DO CONCURSO 002 2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO APROVADOS 001/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2023

O Senhor **GELSON COELHO DO ROSÁRIO** – Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 02/2023, conforme Edital nº 02/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 021/2024.

2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de São Jorge do Oeste, PR, no prazo de 10 (dez) dias uteis, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme itens 14 e 15 do EDITAL nº 02/2023.

3º - 15.3 Não atendidos quaisquer dos requisitos exigidos para a nomeação no cargo, conforme especificados neste Edital ou na legislação que o rege, fica impedida a posse do candidato e o exercício do cargo, havendo a então a automática eliminação do candidato do Concurso Público.

OPERADOR DE MAQUINAS I

LUIZ CARLOS DA COSTA	**12º**

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação Prefeitura do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:92197B09

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3086 REVOGAR

Portaria n.º 3086/2026

Revogar a Portaria n.º 3002 de 10 de setembro de 2025.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º REVOGAR a Portaria n.º 3002/2025 de 10 de setembro de 2025, que concedeu Função Gratificada FG 6 a Sra. **SONIA MARA FRANCESCHINA**, a partir de 31 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos vinte oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63 anos de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:DEB3F943

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3091 DESIGNA ADELIO BIAVATI

Portaria n. º 3091/2026

Designa o Servidor Sr. Adélio Biavati, Coordenador Municipal de Serviços Urbanos e dá outras providencias.

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 70 da Lei 776 de 31 de janeiro de 2017 e pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designa o Servidor Sr. **ADELIO BIAVATI**, portador do CPF n. 623.839.579-68, ocupante do cargo efetivo de Motorista, como **COORDENADOR MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, ORGANIZANDO AS EQUIPES, ROTEIROS PARA LIMPEZA, COLETA DE ENTULHOS, CORTES DE GRAMA E JARDINAGENS**.

Art. 2º Fica atribuída gratificação ao servidor mencionado no Artigo 70, Anexo 2, Símbolo FG-3, desta Lei.

Art. **3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos retroativos a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:287EBC2D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3093 CONVERTER 20 DIA SDE FERIAS EM ABONO PECUNIARIO DA SERVIDORA SIDIANE APARECIDA SCHMOLLER SULZBACH

Portaria n.º 3093/2026

"Dispõe sobre a conversão de férias em ABONO PECUNIÁRIO a servidora SIDIANE APARECIDA SCHMOLLER SULZBACH e da outras providências."

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69. §1º, da Lei Complementar n.º 04 de julho de 2025 e pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da Servidora Sr. **SIDIANE APARECIDA SCHMOLLER SULZBACH**

RESOLVE:

Art. 1º. **Converter 20 (vinte dias) de Férias** da Servidora, **SIDIANE APARECIDA SCHMOLLER SULZBACH,** CPF nº 042.504.299-54, ocupante do cargo de Professora, Adjunta a Matrícula nº 10401, lotada na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em abono pecuniário referente ao período aquisitivo de **01/02/2024 a 31/01/2025**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:2253056E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3094 CONVERTER 20 DIAS DE FERIAS EM ABONO PECUNIARIO MARCIO LEANDRO KOCH

Portaria n.º 3094/2026

"Dispõe sobre a conversão de férias em ABONO PECUNIÁRIO ao servidor MARCIO LEANDRO KOCH e da outras providências."

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69. §1º, da Lei Complementar n.º 04 de julho de 2025 e pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor Sr. **MARCIO LEANDRO KOCH**

RESOLVE:

Art. 1º. **Converter 20 (vinte dias) de Férias** do Servidor, **MARCIO LEANDRO KOCH,** CPF nº 015.963.779-17, ocupante do cargo de Motorista, Adjunta a Matrícula nº 10571, lotado na Secretaria de Obras, Infra estrutura Rural e Serviços Urbanos, em abono pecuniário referente ao período aquisitivo de **31/12/2024 a 30/12/2025**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:9D91C639

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3095 CONVERTER 20 DIAS DE FERIAS EM PECUNIA CLODOALDO BLANK

Portaria n.º 3095/2026

"Dispõe sobre a conversão de férias em ABONO PECUNIÁRIO ao servidor CLODOALDO BLANK e da outras providências."

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69. §1º, da Lei

Complementar n.º 04 de julho de 2025 e pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor Sr. **CLODOALDO BLANK**

RESOLVE:

Art. 1º. **Converter 20 (vinte dias) de Férias** do Servidor, **CLODOALDO BLANK,** CPF nº 700.299.389-53, ocupante do cargo de Agente de Licitações, Adjunta a Matrícula nº 29567134, lotado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em abono pecuniário referente ao período aquisitivo de **27/05/2024 a 26/05/2025**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:65B9774D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTRIA Nº 3092 CONVERTER 20 DIAS EM ABONO PECUNIARIO DO SERVIDOR VALTER JOSE GONÇALVES

Portaria n.º 3092/2026

"Dispõe sobre a conversão de férias em ABONO PECUNIÁRIO ao servidor VALTER JOSE GONÇALVES e da outras providências."

Gelson Coelho do Rosário, Prefeito de São Jorge D´Oeste**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 69. §1º, da Lei Complementar n.º 04 de julho de 2025 e pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do Servidor Sr. **VALTER JOSE GONÇALVES**

RESOLVE:

Art. 1º. **Converter 20 (vinte dias) de Férias** do Servidor, **VALTER JOSE GONÇALVES,** CPF nº 913.249.559-53, ocupante do cargo de Operador de Maquinas I, Adjunta a Matrícula nº 16651, lotado na Secretaria de Obras, Infra estrutura Rural e Serviços Urbanos, em abono pecuniário referente ao período aquisitivo de **02/04/2024 a 01/04/2025**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D´Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Alceu Antonio Bordignon
Código Identificador:8E899801

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM VIA MUNICIPAL SECUNDÁRIA (ESTRADA RURAL MUNICIPAL), PARA FINS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO E CHÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Decreto nº 4856/2026

Declara de Utilidade Pública para fins de Licenciamento Ambiental em via municipal secundária (estrada rural municipal), para fins de pavimentação asfáltica sobre calçamento e chão, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, Senhor **GELSON COELHO DO ROSÁRIO**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei;
CONSIDERANDO o interesse público na melhoria da infraestrutura viária do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de adequação e pavimentação asfáltica das estradas rurais municipais para garantir melhores condições de trafegabilidade;

DECRETA:

Art. 1°. Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de Licenciamento Ambiental, junto ao Órgão Ambiental competente (IAT), bem como para a execução de obra de asfaltamento, a área correspondente à via municipal secundária (estrada vicinal), conforme descrito a seguir:
I – O TRECHO: localizado na comunidade de Nossa Senhora do Carmo, com extensão de 3.510 (três mil quinhentos e dez) metros lineares e área total de 21.060,00 m² (vinte e um mil e sessenta metros quadrados), tendo como trecho inicial a coordenada 7158806.97 m N – 307744.70 m E e com o trecho final a coordenada 7159199.13 m N – 304485.74 m E.
Parágrafo único. A área declarada como de utilidade pública totaliza 3.510 metros lineares e 21.060,00 m², destinada exclusivamente à implantação e regularização da infraestrutura viária.

Art. 2°. A declaração de utilidade pública objetiva a adequação, pavimentação asfáltica e manutenção da via municipal secundária denominada estrada vicinal, visando à melhoria das condições de trafegabilidade para o escoamento da produção agropecuária, transporte escolar e deslocamento dos moradores da comunidade e demais usuários da via.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:36C812F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
ERRATA

ERRATA

No DECRETO Nº 4846/2025, publicado em 27 de janeiro de 2026, onde se lê:

"DECRETO Nº 4846/2025"

Leia-se:

"DECRETO Nº 4846/2026"

Ficam mantidos os demais termos do Decreto.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:AE2A01FB

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2026 - PMSI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2026-PMSI

O município de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, torna público que fará realizar, às 9 horas do dia 23 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Rua do Desenvolvimento, S/n, Bairro Industrial	Centro do Idoso	507,38 m²	240 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura www.saudadedoiguacu.pr.gov.br e na plataforma BLL COMPRAS. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Saudade do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:8E774255

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2025 - PMSI

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 9/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia para a construção de creche do Programa Infância Feliz Paraná, conforme a Resolução nº 212/2024 - SEDEF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família. conforme Concorrência 8/2025. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob nº 95.585.477/0001-92, representada por seu Prefeito Municipal, senhor ROGÉRIO GALLINA, portador do CPF nº ***.***.***-** e do RG nº *.***.***-* SESP/PR CONTRATADA:CONSTRUTORA CARRA LTDA, com CNPJ Nº08.255.500/0001-86, com sede RUA SANTA CATARINA, NOVA LARANJEIRAS - PR a neste ato representado por MARCELO AUGUSTO CARRA, portador do CPF Nº ***.***.***-**e do RG nº*.***.***-*. ITENS: LOTE: 1 – ITEM: 1 – VALOR UNIT. R$ 1.800,000,00 – VALOR TOTAL R$ 1.800,000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 270 DIAS, PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/07/2027. ASSINATURA DO CONTRATO: 02/02/2026.

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:BF27962B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2025 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2025

Processo Adm: Nº 87/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia para a construção de creche do Programa Infância Feliz Paraná, conforme a Resolução nº 212/2024 -
SEDEF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família.
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais): CONSTRUTORA CARRA LTDA (08255500000186) com os lotes: 1 no valor total de R$
1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas
alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), segunda-feira, 2 de fevereiro de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:50D27F28

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025

Processo Adm: Nº 112/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores, atendendo toda a frota Municipal, composta pelos veículos e
máquinas utlizados por todas as secretarias e departamentos.
Empresas vencedoras valor total: R$ 835.791,54 (oitocentos e trinta e cinco mil e setecentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos): ESPINHA AUTO CENTER
LTDA (60259844000183) com os lotes: 2, 3, 11, 21 no valor total de R$ 44.224,00 (quarenta e quatro mil e duzentos e vinte e quatro reais). J.E PNEUS LTDA (48910213000187)
com os lotes: 7, 8, 15, 27, 35 no valor total de R$ 77.178,00 (setenta e sete mil e cento e setenta e oito reais). J R PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA (49909194000131) com os
lotes: 26, 28 no valor total de R$ 134.000,00 (cento e trinta e quatro mil reais). MAGBA E-COMMERCE LTDA (55695599000117) com os lotes: 4, 9, 10, 14, 17, 20, 22, 23, 24,
29, 30 no valor total de R$ 232.619,32 (duzentos e trinta e dois mil e seiscentos e dezenove reais e trinta e dois centavos). LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA
(56933664000168) com os lotes: 16, 25, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 no valor total de R$ 209.627,92 (duzentos
e nove mil e seiscentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos). TEREZA PNEUS LTDA (01179914000124) com os lotes: 1, 5, 6, 12, 13, 18, 19, 38, 39, 40, 48 no valor total
de R$ 138.142,30 (cento e trinta e oito mil e cento e quarenta e dois reais e trinta centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas
alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), quinta-feira, 29 de janeiro de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:83F4F81E

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL 1 2026 - CONVOCAÇÃO PSS

EDITAL Nº 1, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

O PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto no Edital nº 037, de 13 de junho de 2025, que regulamentou o Processo Seletivo Simplificado;
CONSIDERANDO a classificação final e homologação divulgados pelo Edital nº 045 de 28 de julho de 2025;
CONSIDERANDO o memorando nº 030/2026, tramitado no sistema de protocolo digital, da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO as exonerações das servidoras estatutárias inscritas nas matrículas funcionais sob o nº 1244-0, nº 1313-7 e nº 1437-0;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados para que compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Saudade do Iguaçu, até o dia **05 de fevereiro de 2026,** no horário das 07h45 às 11h45 e das 13h às 17h, para manifestar o interesse em assumir a vaga e apresentar a documentação relacionada neste Edital.

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – TEMPORÁRIO - PSS:

Classificação	Inscrição	Nome
10º	56	Cristiane Marcondes Backmann
11º	104	Renata do Rosário Miranda
12º	15	Neli Terezinha Peroza

Art. 2º - Os candidatos convocados no ato do comparecimento deverão apresentar os seguintes documentos:
I – Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Carteira de Trabalho;
e) Número de Inscrição no PIS/PASEP;
f) Certificado de Reservista (para sexo masculino);
g) Certidão de nascimento/casamento;
h) Certidão de nascimento de filhos menores de 18 anos, se houver;
i) Carteira de vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
j) Cópia do comprovante de residência (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
k) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
l) Originais e cópias dos comprovantes que foram apresentados na prova de títulos e tempo de serviço;
m) Original e cópia da CNH-Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" para o cargo de Operador de Máquinas e categoria "D" para Motorista.
n) Originais ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor público dos títulos e documentos encaminhados de forma digital no Formulário Eletrônico de Inscrição;

II – Originais dos documentos relacionados a seguir:
a) 01 foto 3x4 colorida e recente;
b) Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município;
c) Certidão de Quitação Eleitoral;
d) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelo Foro da Justiça Federal
emitida através do site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php.
e) Atestado de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual, no domicílio onde o candidato reside, expedida através do site: http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102.
f) Certidão Negativa para Efeitos Civis, do Cartório Distribuidor da Comarca onde resida (expedida, no máximo, há trinta dias de sua apresentação).
g) Original e cópia do comprovante de inscrição no órgão de Classe Fiscalizador do exercício profissional.

III – Declarações em formulário próprio a serem fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos:
a) Declaração de não acúmulo ilícito de aposentadoria, emprego ou função pública;
b) Declaração de bens e valores;
c) Declaração de Parentesco;
d) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público;
e) Ficha de dados cadastrais devidamente preenchida.

Art. 3º - O não comparecimento dos convocados por este Edital até o prazo de 05 de fevereiro de 2026, resultará em perda automática da vaga.
Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:ADFBA658

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL 2 2026 - CONVOCAÇÃO PSS

EDITAL Nº 2, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

O PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto no Edital nº 037, de 13 de junho de 2025, que regulamentou o Processo Seletivo Simplificado;
CONSIDERANDO a classificação final e homologação divulgados pelo Edital nº 045 de 28 de julho de 2025;
CONSIDERANDO o memorando nº 030/2026, tramitado no sistema de protocolo digital, da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a exoneração do servidor estatutário inscrito na matrícula funcional sob o nº 1220-3;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR o candidato abaixo relacionado para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Saudade do Iguaçu, até o dia **05 de fevereiro de 2026,** no horário das 07h45 às 11h45 e das 13h às 17h, para manifestar o interesse em assumir a vaga e apresentar a documentação relacionada neste Edital.

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – TEMPORÁRIO - PSS:

Classificação	Inscrição	Nome
1º	**11**	Rafael Rodrigo Hilgemann

Art. 2º - O candidato convocado no ato do comparecimento deverá apresentar os seguintes documentos:
I – Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Carteira de Trabalho;
e) Número de Inscrição no PIS/PASEP;
f) Certificado de Reservista (para sexo masculino);
g) Certidão de nascimento/casamento;
h) Certidão de nascimento de filhos menores de 18 anos, se houver;

i) Carteira de vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
j) Cópia do comprovante de residência (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
k) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
l) Originais e cópias dos comprovantes que foram apresentados na prova de títulos e tempo de serviço;
m) Original e cópia da CNH-Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" para o cargo de Operador de Máquinas e categoria "D" para Motorista.
n) Originais ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor público dos títulos e documentos encaminhados de forma digital no Formulário Eletrônico de Inscrição;

II – Originais dos documentos relacionados a seguir:
a) 01 foto 3x4 colorida e recente;
b) Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município;
c) Certidão de Quitação Eleitoral;
d) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelo Foro da Justiça Federal
emitida através do site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php.
e) Atestado de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual, no domicílio onde o candidato reside, expedida através do site: http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102.
f) Certidão Negativa para Efeitos Civis, do Cartório Distribuidor da Comarca onde resida (expedida, no máximo, há trinta dias de sua apresentação).
g) Original e cópia do comprovante de inscrição no órgão de Classe Fiscalizador do exercício profissional.

III – Declarações em formulário próprio a serem fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos:
a) Declaração de não acúmulo ilícito de aposentadoria, emprego ou função pública;
b) Declaração de bens e valores;
c) Declaração de Parentesco;
d) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público;
e) Ficha de dados cadastrais devidamente preenchida.

Art. 3º - O não comparecimento do convocado por este Edital até o prazo de 05 de fevereiro de 2026, resultará em perda automática da vaga.
Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:2A9E70FC

DEPARTAMENTO DE RH
EDITAL 3 2026 - CONVOCAÇÃO PSS

EDITAL Nº 3, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

O PREFEITO DE SAUDADE DO IGUAÇU, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto no Edital nº 037, de 13 de junho de 2025, que regulamentou o Processo Seletivo Simplificado;
CONSIDERANDO a classificação final e homologação divulgados pelo Edital nº 045 de 28 de julho de 2025;
CONSIDERANDO o memorando nº 030/2026, tramitado no sistema de protocolo digital, da Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO as exonerações dos servidores matriculados sob o nº 133-3, nº 1158-4 e nº 1160-6;
CONSIDERANDO licença prêmio da servidora matrícula funcional sob o nº 988-1, concedida pela Portaria nº 013/2026;
CONSIDERANDO a designação da servidora matrícula funcional sob o nº 1263-7 para desempenhar a função de Suporte Pedagógico junto a Escola Municipal Padre Felipe, concedida pela portaria nº 011/2026;
CONSIDERANDO a abertura de 01(uma) nova turma para o ano letivo de 2026, junto a Escola Municipal Padre Felipe;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR os candidatos abaixo relacionados para que compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Saudade do Iguaçu, até o dia **05 de fevereiro de 2026,** no horário das 07h45 às 11h45 e das 13h às 17h, para manifestar o interesse em assumir a vaga e apresentar a documentação relacionada neste Edital.

CARGO: PROFESSOR – TEMPORÁRIO - PSS:

Classificação	Inscrição	Nome
6º	62	Ketlyn Daianny Lopes dos Santos
7º	115	Emanuely Regi Bovino Algeri
8º	109	Talita Roberta Recalcatti
9º	139	Andreia Wojahn Lazeri
10º	119	Susielli de Fatima Schmidt
11º	88	Ivonete de Lima Esmerio Selzler

Art. 2º - Os candidatos convocados no ato do comparecimento deverão apresentar os seguintes documentos:
I – Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF;
c) Título de Eleitor;
d) Carteira de Trabalho;
e) Número de Inscrição no PIS/PASEP;
f) Certificado de Reservista (para sexo masculino);
g) Certidão de nascimento/casamento;
h) Certidão de nascimento de filhos menores de 18 anos, se houver;
i) Carteira de vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
j) Cópia do comprovante de residência (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
k) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
l) Originais e cópias dos comprovantes que foram apresentados na prova de títulos e tempo de serviço;
m) Original e cópia da CNH-Carteira Nacional de Habilitação, categoria "C" para o cargo de Operador de Máquinas e categoria "D" para Motorista.
n) Originais ou cópias autenticadas em cartório ou por servidor público dos títulos e documentos encaminhados de forma digital no Formulário Eletrônico de Inscrição;

II – Originais dos documentos relacionados a seguir:
a) 01 foto 3x4 colorida e recente;
b) Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município;
c) Certidão de Quitação Eleitoral;
d) Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelo Foro da Justiça Federal
emitida através do site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php.
e) Atestado de antecedentes criminais expedida pela Justiça Estadual, no domicílio onde o candidato reside, expedida através do site: http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102.
f) Certidão Negativa para Efeitos Civis, do Cartório Distribuidor da Comarca onde resida (expedida, no máximo, há trinta dias de sua apresentação).
g) Original e cópia do comprovante de inscrição no órgão de Classe Fiscalizador do exercício profissional.

III – Declarações em formulário próprio a serem fornecidas pela Divisão de Recursos Humanos:
a) Declaração de não acúmulo ilícito de aposentadoria, emprego ou função pública;
b) Declaração de bens e valores;
c) Declaração de Parentesco;
d) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público;

e) Ficha de dados cadastrais devidamente preenchida.

Art. 3º - O não comparecimento dos convocados por este Edital até o prazo de 05 de fevereiro de 2026, resultará em perda automática da vaga.
Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:415CC40B

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 015 2026

PORTARIA Nº 015/2026, de 02 de fevereiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO os pedidos constantes nos memorandos nº 021/2026 e nº 031/2026, ambos tramitados no sistema de protocolo digital,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a **PORTARIA de nº 153/2025** de 09 de maio de 2025, onde atribuía Gratificação de Dedicação Exclusiva de 50% (cinquenta por cento), ao servidor **VERGILIO AFONSO PEREIRA**, matrícula funcional nº 621-1, ocupante do cargo efetivo de motorista.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos legais e financeiros a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:E8A776A9

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 016 2025

PORTARIA Nº 016/2026, de 02 de fevereiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no protocolo nº 035/2026, tramitado no sistema de protocolo digital,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 03 de fevereiro de 2026, **ROSANGELA APARECIDA BECKER,** Servidora Pública Municipal, matrícula funcional nº 1160-6, do cargo de Professor com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada através da Portaria nº 022/2018, de 05 de fevereiro de 2018.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:03EF54D2

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 017 2025

PORTARIA Nº 017/2026, de 02 de fevereiro de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no protocolo nº 026/2026, tramitado no sistema de protocolo digital,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 03 de fevereiro de 2026, **ADRIELI KURPEL,** Servidora Pública Municipal, matrícula funcional nº 1158-4, do cargo de Professor com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nomeada através da Portaria nº 018/2018, de 05 de fevereiro de 2018.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 02 de fevereiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:72B955AD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2026

PROCESSO Nº 487/2025

CONCORRÊNCIA PÙBLICA ELETRÔNICA Nº 04/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro, inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: ESPAÇO CONSTRUIR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 52.538.682/0001-94.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção da sede do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na Rua José Pacheco, Bairro Buriti neste Município de Abatiá.
VALOR TOTAL: R$ 921.836,49 (novecentos e vinte e um mil oitocentos e trinta e seis reais e quarenta e nove centavos).
VIGÊNCIA: 02/02/2026 a 02/07/2026.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:C48BD6AC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2026

PROCESSO Nº 462/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABATIÁ-PR, Estado do Paraná, com sede à Avenida João Carvalho de Mello, nº 135, centro,

inscrito no CNPJ nº 75.743.567/0001-57, neste ato representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sônia Aparecida de Souza Chaves, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.303.448-2 e do CPF/MF nº 447.258.179-53, e

CONTRATADA: SAMPAIO SALGADOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.803.914/0001-60

OBJETO: Aquisição de parcelada de pães para Secretaria de Educação cuja finalidade é complementar a merenda escolar dos alunos matriculados na rede municipal de ensino e para a Secretaria de Assistência Social para colaborar com os programas sociais a ela vinculados.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PAO FRANCES ASSADO	KG	11.425,00	R$ 12,85	R$ 146.811,25
2	PÃO HOT DOG PÃO MACIO PARA HOT DOG	KG	950,00	R$ 15,95	R$ 15.152,50

VALOR TOTAL: R$ 161.963,75 *(cento e sessenta e um mil novecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).*
VIGÊNCIA: 30/01/2026 a 29/01/2027.

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:C02E67BC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 13/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2026
Processo Adm: Nº 449/2025

Objeto:Aquisição de serviços de empresa especializada em adesivo micro perfurado na porta de vidro temperado da Farmácia da UBS.
Empresas vencedoras valor total: R$ 517,14(quinhentos e dezessete reais e quatorze centavos):ALAN APARECIDO DE PAULA - ME(11507161000192) com os lotes: 1 no valor total de R$ 517,14 (quinhentos e dezessete reais e quatorze centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE ABATIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) , e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

ABATIÁ (PR), segunda-feira, 2 de fevereiro de 2026

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Autoridade Competente

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:09C42DF5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026 REFERENTE AO PROCESSO CARONA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025 - SECID -

PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026 REFERENTE AO PROCESSO CARONA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025 – LOTE 1 - SECID – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 – CONVÊNIO Nº 1877/2025 - SECID.

RESULTADO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Abatiá, Estado do Paraná, torna público a adjudicação e homologação do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe referente ao processo CARONA, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2025 – SECID – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 – CONVÊNIO Nº 1877/2025 - SECID, com objeto: **Aquisição de um veículo HATCH, marca FIAT, modelo ARGO DRIVE 1.3 FLEX, 0km, ano e modelo 2025, no valor de R$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais),** da empresa PINHEIRO VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.692.763/0001-03, com sede na Avenida T9, nº 500, Quadra J-17 LT-0, Setor Marista, da cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74.150-300.

Abatiá – PR, 02 de fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rosângela Maria de Oliveira Martins
Código Identificador:615F6015

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

REFERENTE: A finalidade da presente dispensa de Chamamento Público e a Celebração de Parceria com a Associação dos Trabalhadores da Pioneiro de Abatiá (ATAPA), inscrita no CNPJ sob o nº 31.874.262/0001-09, com sede na Rua José Pacheco nº 11, Vila Nova, Abatiá – Paraná, por meio de formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo.

TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA PIONEIRO DE ABATIÁ

JUSTIFICATIVA: Consoante o entendimento consagrado pelo jurista Hely Lopes Meirelles, segundo o qual "os fins da Administração Pública Municipal resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada", impõe-se à Administração Pública o dever de estruturar e executar políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento social e econômico do Município, assegurando condições efetivas de acesso ao trabalho, à renda e à dignidade humana.
Nesse contexto, a presente iniciativa deve ser compreendida e reenquadrada como **política pública de mobilidade laboral e desenvolvimento econômico**, uma vez que viabiliza o deslocamento seguro, regular e economicamente acessível de trabalhadores residentes em Abatiá – PR para municípios vizinhos, onde exercem suas atividades laborais. Tal ação reduz barreiras geográficas ao acesso ao emprego, amplia oportunidades de inserção produtiva e contribui diretamente para a geração e manutenção de renda no âmbito local.
A mobilidade laboral configura instrumento estratégico de desenvolvimento econômico, especialmente em municípios de pequeno porte, nos quais a oferta de empregos formais é limitada. Ao garantir meios adequados de deslocamento para o exercício da atividade profissional, o Poder Público fomenta a permanência do trabalhador no município de origem, fortalece a economia local, estimula o consumo interno e reduz impactos sociais decorrentes do desemprego e da informalidade.
Sob essa perspectiva, a atuação da Administração Municipal por meio de parcerias com Organizações da Sociedade Civil revela-se plenamente legítima e necessária. O Estado, valendo-se de instrumentos de cooperação baseados no consenso, passa a atuar de forma integrada com entidades do Terceiro Setor, que possuem maior proximidade com o público beneficiário e capacidade operacional especializada, potencializando a efetividade das políticas públicas e garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.
Insere-se nesse cenário a **Associação dos Trabalhadores da Pioneiro de Abatiá**, entidade sem fins lucrativos que detém notória especialização, histórico de atuação consolidado e comprovada

experiência na execução de ações voltadas à mobilidade laboral. A Associação atua especificamente no transporte de trabalhadores que se deslocam diariamente ou periodicamente para exercer suas atividades laborais fora do Município, em um raio de até 200 km, oferecendo transporte seguro, regular e financeiramente viável aos associados.
A singularidade da atuação da Associação, aliada ao seu vínculo direto com os trabalhadores beneficiários e ao caráter específico do objeto da parceria, evidencia a **inviabilidade de competição**, tornando inexequível a realização de chamamento público. Não há, no âmbito do Município de Abatiá, outra entidade que reúna, de forma concomitante, condições técnicas, operacionais, organizacionais e experiência comprovada para a execução da política pública proposta com o mesmo nível de eficiência, alcance social e impacto econômico.
A celebração direta do Termo de Fomento, com dispensa de chamamento público, mostra-se, portanto, não apenas juridicamente amparada, nos termos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014, mas também necessária para assegurar a continuidade da política pública de mobilidade laboral, evitando a descontinuidade do serviço, prejuízos aos trabalhadores beneficiados e reflexos negativos na economia local.
O acompanhamento, a fiscalização e o monitoramento da parceria serão realizados pela Comissão de Monitoramento, com apoio técnico da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Viação e Urbanismo, mediante avaliação física e financeira das ações desenvolvidas, com foco no cumprimento das metas, indicadores de desempenho e resultados socioeconômicos estabelecidos no plano de trabalho.
Dessa forma, diante do interesse público envolvido, da relevância social e econômica da ação, da natureza singular do objeto e da exclusividade da entidade executora no âmbito municipal, conclui-se pela legalidade, legitimidade e conveniência administrativa da dispensa do chamamento público para a formalização do Termo de Fomento com a Associação dos Trabalhadores da Pioneiro de Abatiá.
Assim, atendidos os requisitos legais e regulamentares, **recomenda-se a formalização direta da parceria, com dispensa de chamamento público, como instrumento de implementação da política pública municipal de mobilidade laboral e desenvolvimento econômico**, garantindo a efetividade das ações, a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Abatiá, 02 de fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Karina Castilho Okada
Código Identificador:DA83846D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 25/2026

Portaria Nº 25, de 02 de Fevereiro 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I - NOMEAR, a partir de **04/02/2026,** o candidato aprovado no Concurso Público Municipal, regido pelo **Edital Nº 001/2023 de 19/12/2023,** homologado pelo **Edital nº 18.01/2023** em **30/04/2024,** publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em **03/05/2024, Edição nº 3015,** para o Cargo de Provimento Efetivo do Quadro Pessoal do Município, como segue:

CARGO – MOTORISTA

CLASSIF.	Candidato	CPF	Nascimento	Modalidade
13º	ADENILSON ROGERIO PINTO DE MELO	043.619.159-89	26/02/1984	Ampla Concorrência

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 02 de Fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:B6D893FB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 26/2026

Portaria Nº 26, de 02 de Fevereiro 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I - NOMEAR, a partir de **04/02/2026,** a candidata aprovada no Concurso Público Municipal, regido pelo **Edital Nº 001/2023 de 19/12/2023,** homologado pelo **Edital nº 18.01/2023** em **30/04/2024,** publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em **03/05/2024, Edição nº 3015,** para o Cargo de Provimento Efetivo do Quadro Pessoal do Município, como segue:

CARGO – ASSISTENTE SOCIAL

CLASSIF.	Candidato	CPF	Nascimento	Modalidade
3º	RAQUEL DE ALMEIDA MARTINS	015.939.929-71	10/11/1969	Ampla Concorrência

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 02 de Fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:CEA2AEA2

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 27/2026

Portaria Nº 27, de 02 de Fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I – Conceder, ao servidor, **ADRIANO DA SILVA LIMA,** ocupante do Cargo Efetivo de **OFICIAL ADMINISTRATIVO,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendido entre **2025/2026**, convertendo 1/3 (um terço) da mesma em pecúnia, a partir de **02/03/2026,** com retorno em **22/03/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, em 02 de Fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:A0CEC7F5

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 28/2026

Portaria Nº 28, de 02 de Fevereiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:
I – Conceder, a servidora, **CASSIA FERRARI FERREIRA DE SOUZA,** ocupante do Cargo Efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente aos períodos de trabalho compreendido entre **2024/2025**, a partir de **11/03/2026,** com retorno em **10/04/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.
Gabinete da Prefeita, em 02 de Fevereiro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:F1A7A3E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 017/2026 - ADMISSÃO POR PSS 2025 - PROFESSORA - CARINA DE FATIMA COSTA VALE

PORTARIA nº 017/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão de Servidora Pública Municipal por Teste Seletivo Simplificado e dá outras providências"

Considerando, a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual;

Considerando, a existência de recursos financeiros e disponibilidades para o município arcar com a respectiva despesa;

Considerando, a necessidade de funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais.

Considerando, o Processo Seletivo Simplificado – nº 01/2025.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte PORTARIA

ARTIGO 1º - Fica admitida a Sra. CARINA DE FATIMA COSTA VALE, portadora da RG nº 45.749.646-0 SP, para exercer o cargo de Professora, com vencimentos de "Nível 103 – N1-A".

PARAGRAFO PRIMEIRO – Tendo como atribuições do cargo: Docência nas séries iniciais; participar na elaboração da proposta pedagógica da escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer e implementar estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação com as famílias e a comunidade; desenvolver tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais e do processo de ensino-aprendizagem da escola; cumprir as determinações da Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 02 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:881BB2DC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 018/2026 - ASSESSOR DE DEPARTAMENTO - REGINALDO DA SILVA ROSA

PORTARIA nº 018/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Admissão por Cargo Comissionado e da outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...
Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica admitido, o Sr. **REGINALDO DA SILVA ROSA,** portador da RG nº 8.450.813-6 PR, para exercer o cargo comissionado de **Assessor de Departamento**, com vencimento de "Nível 101 - CC-17".
PARAGRAFO ÚNICO – Tendo como atribuições do cargo: Prestar assessoramento ao Gabinete e as Secretarias Municipais, no cumprimento das funções que são inerentes à mesma; Assessor na comunicação aos Secretários Municipais e no acompanhamento da execução de programas municipais; Participar das reuniões com as Secretarias Municipais, quando convocado; Despachar com o Prefeito e com os Secretários sobre matérias pertinentes a mesma; Receber e encaminhar documentos relativos as Secretarias Municipais; Assessorar as Secretarias na elaboração, redação, digitação, revisão e encaminhamento de correspondências ao Gabinete, cartas, ofícios, circulares, entre outros documentos; Assessorar as Secretarias no agendamento e organização de atos e eventos em geral, dentro ou fora do recinto da Municipalidade, em que a mesma seja promotora ou participe de alguma forma; Assessorar a Secretarias na promoção e/ou apoio a realização de debates, encontros, seminários e fóruns sobre políticas e programas de interesse da Prefeitura; Manter o cadastro de autoridades atualizado; Contatar e recepcionar autoridades e convidados da Prefeitura, quando determinado pelo Prefeito;

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLICA-SE. CUMPRA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 02 de Fevereiro de 2026

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:EF0FB521

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 019/2026 - CONCESSÃO DE DOBRA DE JORNADA - GRAZIELA DA APARECIDA DE SOUZA SCHEFER

PORTARIA nº 019/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Sumula: "Dispõe sobre Concessão de Dobra de Jornada e da outras providências"

Considerando, o Art. 36 da Lei Municipal nº 665/2008;
Considerando, o Memorando nº 014/2026 da SMED, de 28 de janeiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**

ARTIGO 1º - Fica concedido a Professora **GRAZIELA DA APARECIDA DE SOUZA SCHEFER,** Dobra de Jornada – na Secretaria Municipal de Educação (período da tarde).
ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 02 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:66F38A24

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 020/2026 - CONCESSÃO DE LICENÇA NÃO REMUNERADA - RAQUEL RODRIGUES CONCEIÇÃO

PORTARIA nº 020/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Concessão de Licença Não Remunerada e da outras providencias"

Considerando, o Requerimento protocolado sob o nº 022/2026, de 30 de Janeiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica concedida **Licença Não Remunerada** para a Servidora Pública Municipal Sra. **RAQUEL RODRIGUES CONCEIÇÃO**, portadora da RG nº 48.210.427-2 SP, conforme faculta o Artigo 97 da Lei Municipal nº 465/94 (Estatuto do Servidor Público Municipal).
PARAGRAFO ÚNICO - A mesma entrará em Licença por 02 (dois) anos, de **02.02.2026** a **01.02.2028.**
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 02 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:588C5FAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 021/2026 - CONCESSÃO DE LICENÇA NÃO REMUNERADA - SIMONE DE OLIVEIRA PINHEIRO

PORTARIA nº 021/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Concessão de Licença Não Remunerada e da outras providencias"

Considerando, o Requerimento protocolado sob o nº 025/2026, de 30 de Janeiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
ARTIGO 1º - Fica concedida **Licença Não Remunerada** para a Servidora Pública Municipal Sra. **SIMONE DE OLIVEIRA PINHEIRO**, portadora da RG nº 22.986.781-9 SP, conforme faculta o Artigo 97 da Lei Municipal nº 465/94 (Estatuto do Servidor Público Municipal).
PARAGRAFO ÚNICO - A mesma entrará em Licença por 02 (dois) anos, de **02.02.2026** a **01.02.2028.**
ARTIGO 2º - Esta Portaria entrara em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.
REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 02 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:94779DC3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 022/2026 - CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO - ILZA CONCEIÇÃO

PORTARIA nº 022/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre Concessão de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal"

Considerando, o Art. 100 da Lei Municipal 465/94, de 29 de Julho de 1994;
Considerando, o Requerimento Protocolado sob nº 024/2026, de 02 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legais,

Resolve Baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. **ILZA CONCEIÇÃO**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço público municipal, referente ao período 2020/2025.
Artigo 2º - Fica estabelecido que a servidora gozará de 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, de **02.02.2026 até 02.05.2026.**
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 02 de Fevereiro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:BA239464

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 53, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	**Nº licitação:**	01/2026
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA CURSO DE PROFESSORES		
Gestor:	JAIME JUNIOR FERREIRA	**Cpf:**	***.822.009-**
Fiscal:	LUCIMARA DE CAMARGO	**Cpf:**	***.044.839-**
Vigência:	02/02/2026 a 02/02/2027		

Detentor:	HARBS & SANTOS LTDA CNPJ: 03.995.069/0001-90

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do contrato, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados.
Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 02 de fevereiro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:EA78B426

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026

FICA DISPENSADA A LICITAÇÃO, NA FORMA DO ART. 75, INCISO II DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, A CONTRATAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO DE KARATE

CONTRATADA: 53.361.403 KAUANNY VITORIA APARECIDA MASBA DOS SANTOS
CNPJ: 53.361.403/0001-22
ENDEREÇO: AV. BRASIL, Nº 246, SALA 02, CENTRO, CEP 83.850-000, AGUDOS DO SUL – PR
VALOR GLOBAL: R$ 24.652,50

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa referente a contratação acima, correrá por conta do orçamento geral de exercício de 2025, nas seguintes Dotações Orçamentárias, a saber:

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.001.12 – EDUCAÇÃO
05.001.12.361 - ENSINO FUNDAMENTAL
05.001.12.361.0011 - DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
05.001.12.361.0011.2018 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
141 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
141 -3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 - 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
141 -3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 - 25% VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
05.005 - DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.005.13- CULTURA
05.005.13.392 - DIFUSÃO CULTURAL
05.005.13.392.0015 - INCREMENTAR E DESENVOLVER A CULTURA
05.005.13.392.0015.2025 - MANTER A DIVISÃO DE CULTURA
171-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

Agudos do Sul, 02 de fevereiro de 2026

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:A74A4CA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2026

É INEXEGIVEL DE LICITAÇÃO, NA FORMA DO ART. 74, INCISO V, DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, A CONTRATAÇÃO ABAIXO ESPECIFICADA:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA CURSO DE PROFESSORES
CONTRATADA: HARBS E SANTOS LTDA
CNPJ: 03.995.069/0001-90
ENDEREÇO: AV. GETÚLIO VARGAS, S/N, CENTRO, AGUDOS DO SUL – PR, CEP 83.850-000
VALOR TOTAL: R$ 24.000,00
VIGÊNCIA: 01 MES

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa referente a contratação acima, correrá por conta do orçamento geral de exercício de 2026, nas seguintes Dotações Orçamentárias, a saber:

05.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
05.001 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
05.001.12 – EDUCAÇÃO
05.001.12.361 - ENSINO FUNDAMENTAL
05.001.12.361.0011 - DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
05.001.12.361.0011.2018 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
141 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessé Schueda Rocha
Código Identificador:0013CBF1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
DECRETONº 001/2026

DECRETONº 001/2026

ESTABELECE NORMAS PARA PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE PARA O EXERCÍCIO DO ANO DE 2026EDÁOUTRAS PROVIDENCIAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47 da Lei Federal n. 4230, de 17 de março de 1964, o art. 8 da Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),no artigo 12 da Lei Municipal Nº 2.562/2025, de 27 de novembro de 2025 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2026, e suas alterações, e, e Lei 2.563/2025 de 04 de dezembro de 2025 - Lei Orçamentaria Anual para o Exercício de 2026.

DECRETA:

ART. 1°-Ficam estabelecidas a Programação Financeira e a Execução Orçamentária, bem como o Cronograma de Desembolso Mensal para o exercício de 2026, do Poder Legislativo,conforme no Anexo I do presente Decreto.

Parágrafo único– São partes integrantes deste Decreto:
I – o Anexo I, que dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Execução Mensal de Desembolso da administração. A Câmara Municipal fica autorizada a utilizar no exercício de 2026, com base nas metas de arrecadação constantes no Anexo I, servindo como demonstrativo para publicação legal, em atendimento aos artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º–A programação financeira e o cronograma de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas, destina-sea:

I – Assegurar à Administração Municipal aimplementaçãodo planejamento realizado, com vistas à melhor execução dos programas de governo;
II — Identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;
III — Servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000;
IV — Permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a administração municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.3°:A Programação Financeira e a Execução Orçamentária bem como o Cronograma de Desembolso Bimestral aprovados por este Decreto poderão seralteradas durante o corrente exercício, sempre que o comportamento da arrecadação(interferências financeiras)indicarem a necessidade de intervenção para alcançar o equilíbrio proposto pelas metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias 202.

Art.4°: Este Decreto entrara em vigor nesta data.

Almirante Tamandaré,02 de Janeiro de2.026.

FERRUGEM
Presidente

RODRIGO PAVONI
Vice-Presidente

DENYS MORAES
Primeiro Secretário

PROFESSOR VANDERLEI
Segundo Secretário

Publicado por:
Caroline Schoffen Costa
Código Identificador:41034AB3

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
Contratada: NXNV PARTICIPAÇÕES E INTERMEDIAÇÕES EIRELI-ME
CNPJ/MF: nº 11.505.433/0001-15
Processo: INEXIGIBILIDADE 001/2021
Objeto: LOCAÇÃO
DE IMÓVEL
Valor global do contrato: R$ 334.884,96 (trezentos e trinta e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos).
Valor mensal: R$ R$ 27.907,08, (doze mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos)
Prazo de vigência: 07 de janeiro de 2026 à 06 de janeiro de 2027
Data de Assinatura: 15 de dezembro de 2025

Publicado por:
Stefani Castro
Código Identificador:D5611D88

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2025

Número Do Processo: 0018.000020009/2025.
OBJETO: Aquisição de materiais médico-hospitalares para o pronto atendimento 24 horas do Município de Almirante Tamandaré
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
As partes, de comum acordo, prorrogam os prazos de execução e vigência, por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 15.01.2026 e finalizando-se em 15.01.2027, limitada ao valor do saldo contratual de R$ 129.579,80 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO E DO VALOR DO SALDO CONTRATUAL
O valor do contrato permanece o mesmo informado no contrato originário, na cláusula segunda, de R$ 134.220,00 (cento e trinta e quatro mil, duzentos e vinte reais), e o valor do saldo do contrato, segundo informações da Secretaria Municipal da Fazenda – Protocolo nº 20009/2025, é de R$ 129.579,80 (cento e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 05/01/2026.

Almirante Tamandaré, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:4B9162BF

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2025

Número Do Processo: 0018.000020395/2025.

OBJETO: Aquisição de materiais médico-hospitalares para o pronto atendimento 24 horas do Município de Almirante Tamandaré.

PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E MEDEVICES PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

As partes, de comum acordo, prorrogam os prazos de execução e vigência do contrato administrativo nº 014/2025, por mais 12 (doze) meses, com início em 15 de janeiro de 2026 e término em 15 de janeiro de 2027. Referida prorrogação é limitada ao valor do saldo do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO E VALOR DO SALDO DO CONTRATO

O valor do saldo do contrato conforme discriminado pela Secretaria Municipal de Fazenda – Protocolo nº 00410/2026 (fl. 31), é de R$ 6.121,18 (seis mil, cento e vinte e um reais e dezoito centavos). Permanece o valor do contrato especificado na cláusula segunda, item

"2.1", do contrato administrativo nº 074/2025, de R$ 8.199,60 (oito mil, cento e noventa e nove reais e sessenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Altera-se a cláusula décima do contrato administrativo nº 014/2025, conforme segue:

Onde se lê:

"10.01. O acompanhamento e a fiscalização ficarão a cargo do servidor ERNESTO ANTONIO ROSSI, inscrito no CPF nº 685.894.929-15, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes do Termo de Referência, Edital e Contrato.

10.2. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE fará a gestão do contrato, através do Secretário, servidor Senhor MARCELO CZAIKOWSKI inscrito no CPF nº 816.370.129-34 a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos".

Leia-se:

"10.01. O acompanhamento e a fiscalização ficarão a cargo do Sr. WELLINGTON DE LIMA, inscrito no CPF nº 077.766.439-98, coordenador da Unidade de Saúde (US) 24 horas, com a verificação dos quantitativos, das especificações técnicas e demais conformidades constantes do Termo de Referência, Edital e Contrato.

10.2. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE fará a gestão do contrato, através da Secretária, servidora Senhora LUISE CAROLINA WINHASKI inscrita no CPF nº 054.099.089-29, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos".

Data da Assinatura: 18/12/2025.

Almirante Tamandaré, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:51290D9B

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2025

Número Do Processo: 0018.000000410/2026.
OBJETO: Aquisição de medicamentos manipulados, com fornecimento parcelado.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO IDEAL FÓRMULAS LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA
As partes, de comum acordo, prorrogam os prazos de execução e vigência do contrato administrativo nº 074/2025, por mais 12 (doze) meses, com início em 19 de março de 2026 e término em 19 de março de 2027. Referida prorrogação é limitada ao valor do saldo do contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR DO CONTRATO E VALOR DO SALDO DO CONTRATO
O valor do saldo do contrato conforme discriminado pela Secretaria Municipal de Fazenda – Protocolo nº 00410/2026 (fl. 31), é de R$ 6.121,18 (seis mil, cento e vinte e um reais e dezoito centavos). Permanece o valor do contrato especificado na cláusula segunda, item "2.1", do contrato administrativo nº 074/2025, de R$ 8.199,60 (oito mil, cento e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Data da Assinatura: 21/01/2026.

Almirante Tamandaré, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:353A0302

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 59/2023

Número Do Processo: 0018.000021314/2025.
OBJETO: Prestação de serviços de impressão (outsourcing e impressão), com fornecimento de multifuncionais monocromáticas, impressoras monocromáticas e color, plotters, para gerenciamento de cópias/impressões, serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo servidor de impressão e software, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel, conforme especificações técnicas.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E ALMAQ – EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Inclui-se a dotação orçamentária – fonte 1222, da cláusula sexta do contrato nº 059/2023, conforme segue especificado:
09.01- Secretaria Municipal de Saúde
10.301.0015.2.046 – Serviços de Saúde Pública
3.3.90.39.00-**1222-** Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica

Data da Assinatura: 20/12/2025.

Almirante Tamandaré, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:A4495A25

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 027/2025

Número Do Processo: 0018.000017444/2025.
OBJETO: Empresa para reforma e ampliação da capela mortuária, cemitério sede, contendo 3 capelas, pátio coberto, administração, 3 copas, instalação sanitária, DML, pergolado e jardim.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E INCUBO ENGENHARIA LTDA
Considerando os termos e da legislação pertinente, em especial do disposto na Lei Federal n° 8.666/93, no Procedimento Administrativo n° 0018.000017444/2025 e no Contrato n°
027/2025, que tem por objeto a Reforma e Ampliação da Capela Mortuária - Cemitério Sede, resolve RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO N° 027/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:
***1.* CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**
1.1. O presente termo tem por objeto a rescisão do contrato n° 027/2025, para a Reforma e Ampliação da Capela Mortuária.
2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL
2.1. O presente instrumento está amparado nos artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/1993, CLÁUSULA VIGÉSIMA E VIGÉSIMA PRIMEIRA letras "C" e "d" do referido Contrato.
3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO DISTRATO
3.1. Por força da presente rescisão, o MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ dá por terminado, a partir da assinatura do presente termo, o CONTRATO N° 027/2025.
4. CLÁUSULA QUARTA - DOS CRÉDITOS
4.1 Os créditos remanescentes do contrato deverão ser retidos até o limite dos prejuízos causados à Administração, conforme inciso IV, do artigo 80, da lei 8.666/93.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
5.1 Pela inexecução parcial do contrato, poderá a Administração aplicar as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, garantida a prévia defesa e de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
6. **CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**
6.1. Este Termo de Rescisão somente terá eficácia depois de assinado pela DISTRATANTE e publicado seu extrato na Imprensa Oficial, conforme dispõe o art.
61, parágrafo único, da Lei n.° 8.666/93, atualizada.
6.1.2 Parágrafo único - Incumbirá à Distratante, no prazo estipulado na Lei n° 8.666/93, atualizada, a publicação do Extrato deste Termo de Rescisão Unilateral na
Imprensa Oficial.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**
Para dirimirem questões oriundas do presente TERMO DE RESCISÃO, fica eleito o Foro da Comarca de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná.

Data da Assinatura: 23/01/2025.

Almirante Tamandaré, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO HENRIQUE VAL FEITOSA
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
OAB/PR n° 61.284

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:037AB215

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2026 SME

Dispõe sobre o Processo de Escolha de Linhas do Transporte Escolar Público da Rede Municipal de Educação de Almirante Tamandaré.

A Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, estabelece por meio da presente Instrução Normativa, os critérios que devem ser adotados no Processo de Escolha de Linhas pelos Monitores do Transporte Escolar Público da Rede Municipal de Educação. CONSIDERANDO:

Considerando a Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a garantia dos direitos a todos os cidadãos brasileiros;

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Lei nº 656 de 03 de maio de 1999, que institui o serviço de Transporte Escolar no município de Almirante Tamandaré;

Considerando a Lei Complementar Nº 19/2011, que regulamenta o Estatuto do servido publico do município de Almirante Tamandaré;

Considerando a Resolução 777/2013 (SEED/PR), que estabelece os critérios para o Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE), regulamentando o serviço para atendimento aos educandos da Educação Básica, da Rede pública municipal, focando em zonas rurais e urbanas;

Considerando as Normas para Gestão do Transporte Escolar Publico do Paraná (SEED/2014);

Considerando a Instrução Normativa Nº 001/2025, que dispõe sobre o Serviço de Transporte Escolar Público do Município de Almirante Tamandaré;

RESOLVE:
Instituir a presente Instrução Normativa, com objetivo de orientar quanto aos procedimentos de Escolha de Linha pelos Monitores do Transporte Escolar da Rede Municipal de Educação, visando o desenvolvimento das atribuições do cargo no ano letivo de 2026.

Art. 1° A escolha de linha do Monitor de Transporte Escolar atenderá a seguinte ordem: (Vide Anexo 1)
I. Monitor Efetivo;
II. Monitor Efetivo em Estágio Probatório;
III. Monitor contratado pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS;
IV. Disposição Funcional.

Art. 2º Para escolha de linhas do Monitor Efetivo ou Monitor Efetivo em Estágio Probatório serão observados os seguintes critérios:

Tempo de atuação do Monitor Efetivo por Concurso Público do Município	Pontuação: 1,0 por ano	Máximo: 3,0
Carga horária de atualização profissional do ano anterior (cursos ofertados pela mantenedora ou por demanda espontânea e individualizada pautadas na área).	A cada 10 horas = 0,5	Máximo: 3,0
Assiduidade do ano anterior (considerando 200 dias letivos)	100% de frequência = 3,0 90% de frequência de 1 a 20 faltas = 2,5 80% de frequência 21 a 40 faltas = 2,0 70% de frequência 41 a 60 faltas = 1,5 Abaixo de 70% não obtém pontuação	Máximo: 3,0
Pontuação da Avaliação de Desempenho do ano anterior	0 ate 50 pontos – 0,25 50 ate 75 pontos – 0,50 75 ate 114 pontos – 0,75 115 pontos – 1,0	Máximo: 1,0

SOMA DOS CRITÉRIOS:

3,0	Tempo de atuação no concurso
3,0	Carga horária de formação
3,0	Assiduidade
1,0	Nota da Avaliação de Desempenho Anual ou Avaliação do Estágio Probatório
10,0	TOTAL

Art. 3º Para escolha de linhas do Monitor contratado pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS serão observados os critérios a seguir:

Tempo de atuação no cargo de Monitor no município	Pontuação: 1,0 por ano	Máximo: 4,0
Carga horária de atualização profissional do ano anterior (cursos ofertados pela mantenedora ou por demanda espontânea e individualizada pautadas na área).	A cada 10 horas = 0,5	Máximo: 3,0
Assiduidade do ano anterior (considerando 200 dias letivos)	100% de frequência = 3,0 90% de frequência de 1 a 20 faltas = 2,5 80% de frequência 21 a 40 faltas = 2,0 70% de frequência 41 a 60 faltas = 1,5 Abaixo de 70% não obtém pontuação	Máximo: 3,0

SOMA DOS CRITÉRIOS:

4,0	Tempo de atuação no cargo
3,0	Carga horária de formação
3,0	Assiduidade
10,0	TOTAL

Art. 5° A escolha de linha pelo Monitor fica condicionada à compatibilidade de seu perfil profissional com as demandas específicas da linha pretendida, mediante avaliação técnica da perícia médica e registro em ata.
Parágrafo único: Os Monitores que se encontram em licença médica e outras licenças no ano anterior ou com previsão de afastamento para o ano vigente, não deverão participar do Processo de Escolha de Linha, considerando o efetivo exercício da função.

Art. 6° Considerando que a preservação do vínculo é condição essencial para a fluidez do trabalho e a segurança de educandos e familiares, eventuais alterações nas linhas serão admitidas apenas mediante justificativa fundamentada, devendo ser obrigatoriamente registradas em ata, autorizada pela Diretoria do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º Todo o processo da Escolha de Linha deverá ser validado pelo Comitê de Transporte Escolar Público do Município, devidamente registrado em ata, contendo as informações para fins de transparência e comprovação do processo.

Art. 8° Os casos omissos serão analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e os princípios desta Instrução Normativa.

Art. 9° Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANE DE FATIMA TREVISAN
Secretária Municipal da Educação

ANEXO I
PLANILHA DE ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO CONFORME CRITÉRIOS E PONTUAÇÃO

1° Monitor Efetivo	2° Monitor Efetivo em Estágio Probatório	3° Monitor contratado pelo Processo Seletivo Simplificado – PSS	4° Disposição Funcional
1°	1°	1°	1°
2°	2°	2°	2°
3°	3°	3°	3°
4°	4°	4°	4°
5°	5°	5°	5°
6°	6°	6°	6°
7°	7°	7°	7°
8°	8°	8°	8°
9°	9°	9°	9°
10°	10°	10°	10°

Publicado por:
Vera Von Kriger
Código Identificador:56E413DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 044/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º. ANULAR, tornando sem efeitos a Portaria n° 038/2026, de 26 de janeiro de 2026.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, em 02 de fevereiro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

ANULADA DEVIDO A INCORREÇÕES

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:65BC52C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2026 – PSS/SMRH

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2026 – PSS/SMRH

A Secretária Municipal de Recursos Humanos, no uso das atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 1º, §4º da Lei Complementar nº 019/2011, Artigo 3º da Lei Complementar 018/2011 e parágrafo 1º, Inciso IV do Artigo 8° da Lei nº 173/2020 e na autorização exarada no Parecer Jurídico nº 001/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS – PSS** a comparecer no Centro Administrativo Vereador Dirceu Pavoni, situado à Rua Maurício Rosemann, nº 15, Cachoeira – Almirante Tamandaré– PR para ENTREGA DE ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO em conformidade com o item 13.4 do Edital 003/2025– PSS/SMRH.

O Candidato deve cumprir o contido no item 14.2 do Edital nº 003/2025 – PSS/SMRH **"Quando convocado para contratação, o candidato deverá apresentar Atestado de Saúde, expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná**, considerando-o **APTO** para o exercício da função".

Além do Atestado de Saúde **original**, considerando APTO, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos no item 13.4 do Edital nº 003/2025 – PSS/SMRH contidos no **ANEXO II**, apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou cópias autenticadas em cartório.

O não comparecimento em local, data e hora determinados e o não cumprimento dos itens contidos neste Edital fará com que o candidato **SEJA ELIMINADO DO CERTAME,** conforme item 13.5 do Edital nº 003/2025 – PSS/SMRH**.**

Almirante Tamandaré, 02 de fevereiro de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
CONVOCAR PARA ENTREGA DE **ATESTADO MÉDICO E DOCUMENTAÇÃO**
DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2026
Horário: 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30
CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA – EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS – PSS/SMRH 2025

CLASSIFICAÇÃO	NOME	R.G	NOTA	NASCIMENTO
128	LUCINEIA RIBEIRO DA CONCEIÇÃO	10. ***.***-8	45	2/7/1989
129	GISLAINE LEILA FERREIRA CORDEIRO	10. ***.***-7	45	7/11/1991
131	JULIANA RICETTI MONTEIRO	10. ***.***.5	45	10/2/1994
132	JOÃO PAULO DE OLIVEIRA	10. ***.***-3	45	6/5/1994
133	IRONILDES DO PILAR RIBEIRO	6. ***.***.4	45	14/8/1995
134	DAMARIS APARECIDA RODRIGUES PEREIRA	11. ***.***-1	45	28/1/1997
135	TAINARA APARECIDO	13. ***.***-0	45	16/7/1997
136	KAREN CHEVONICA	13. ***.***-1	45	11/4/1998
137	MIRELLA MANOSSO	13. ***.***-3	45	3/8/1998
138	ANNA LIVIA ZAMPIERI	13. ***.***-0	45	12/8/1999
139	GABRYELLA ALVES DE PAULA	6. ***.***	45	7/2/2000

AFROSDECENDENTE

CLASSSIFICAÇÃO	NOME	R.G	NOTA	NASCIMENTO
16	ISABELLE VIEIRA DA ROCHA DE LUCENA	16. ***.***-2	26	10/9/1997

ANEXO II
De acordo com o item 13.4 do Edital 003/2025 – PSS/SMRH
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ENTREGA

Apresentar as cópias juntamente com os originais ou autenticadas em cartório
a) cópia e original da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) prova de quitação com a Justiça Eleitoral - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
c) prova de quitação como serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) cópia e original do documento de Identificação com foto;
e) cópia e original do Cartão do CPF;
f) cópia e original do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
g) cópia e original da Certidão de Nascimento e cartão do CPF do(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) **certidão Negativa Criminal (ORIGINAL)** expedida pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
i) cópia e original do comprovante de residência;

j) cópia da carteira de trabalho constando páginas de identificação, dados pessoais do trabalhador e o número do PIS/PASEP(**ATUALIZADO**);
k) Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público, contida no **Anexo V** preenchida pelo candidato.
l) cópia e original do cartão do Sistema Único de Saúde;
m) **Atestado de Saúde ORIGINAL,** expedido por médico registrado no Conselho Regional de Medicina do Paraná, considerando-o APTO para o exercício da função, objeto da contratação;
n) 01 (uma) fotos ¾ recentes;
j) Conta no Banco Caixa;

ANEXO III

CARGO:_____
DADOS PESSOAIS:
Nome: _____
RG: _____Emissão: / / _____UF:_____
CPF:_____
PIS/PASEP:_____ Cart. De Trabalho: _____ UF:_____ Série: _____
Titulo Eleitoral: Zona: Seção:
Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Estado civil _____Nasc. _____
Endereço
Residencial:_____nº:_____Bairro: _____
CEP: _____Cidade: _____ Estado: _____
Telefones: residencial: (____) _____
celular: (____) _____
E-mail: _____

QUANT. DOC.	DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE
	Exame admissional
	cópia e original da **Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento**;
	prova de **quitação com a Justiça Eleitoral** - comprovante de votação da última eleição ou Certidão do Cartório Eleitoral;
	prova de **quitação como serviço militar** para o candidato do sexo masculino;
	cópia e original do **documento de Identificação** com foto;
	cópia e original do **Cartão do CPF**;
	cópia e original do **Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade** exigido pelo requisito do cargo - Diploma/Certificado devidamente registrado no MEC ou habilitação legal equivalente de conclusão do curso;
	Cópia e original do Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente
	cópia e original da Certidão de Nascimento de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
	cópia e original do CPF de(s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
( ) SIM ( ) NÃO	**Autorizo a inclusão do menor acima mencionado como dependente do Imposto de Renda.**
	certidão Negativa **Criminal** expedido pelo respectivo Cartório Distribuidor da Comarca (Município) onde reside;
	cópia e original do **comprovante de residência**;
	Cópia da carteira de trabalho **(identificação e número do PIS/PASEP);**
	Declaração de existência ou inexistência de acúmulo de cargo público.
	Cópia e original do Cartão Único de Saúde
	01 (uma) fotos ¾ recentes;
	Conta no Banco Caixa

Almirante Tamandaré/PR em _____/_____/_____

_____
Assinatura do Candidato

_____
Assinatura e carimbo do Funcionário Receptor da Entrega da Documentação

Publicado por:
Amanda Milleck Purkote
Código Identificador:914D0EFD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
O MUNICÍPIO de Altamira do Paraná torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 19 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada da Bota	Construção de Centro de eventos	1,060,81 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Altamira do Paraná e na plataforma BLL COMPRAS. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Altamira do Paraná/PR, 02 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:7D9A3D56

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026.

O MUNICÍPIO de Altamira do Paraná torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 18 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada da Bota	Pavimentação CBUQ	42.000,00 m²	450 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Altamira do Paraná e na plataforma BLL COMPRAS. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Altamira do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:E1D4C49A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026.
O MUNICÍPIO de Altamira do Paraná torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 19 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma BLL COMPRAS no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Cristalina	Pavimentação em CBUQ	36.000 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Altamira do Paraná e na plataforma BLL COMPRAS no endereço eletrônico: https://bllcompras.com/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Altamira do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:4D2D7C84

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 01 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, através da Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados a **RETIFICAÇÃO** do Aviso de Contratação Direta referente à Dispensa Eletrônica em epígrafe, publicada anteriormente, procedendo-se às seguintes alterações:

1. DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE PARTICIPAÇÃO: Informa-se que o certame passa a reger-se pelo critério de **AMPLA CONCORRÊNCIA**, afastando-se a exclusividade para ME/EPP, mantido o tratamento diferenciado (empate ficto) previsto na LC 123/2006.

2. DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL: Houve alteração nas exigências de Qualificação Técnica (Licença Ambiental da Destinação Final). O Edital Retificado encontra-se disponível no PNCP e no site oficial.

3. DAS DATAS E HORÁRIOS: Em virtude das alterações supramencionadas, reabre-se o prazo da disputa. Desta forma:

ONDE SE LÊ:
"Início do Recebimento das Propostas**:** A partir das 08h00min do dia **29/01/2026.**
Recebimento das Propostas: Até às 08h30min do dia **03/02/2026**.
Abertura e Julgamento das Propostas: Das 08h31min às 09h29min do dia **03/02/2026**.
Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 09h30min do dia **03/02/2026**."

LEIA-SE:
"Início do Recebimento das Propostas**:** A partir das 08h00min do dia **03/02/2026.**
Recebimento das Propostas: Até às 08h00min do dia **06/02/2026**.
Abertura e Julgamento das Propostas: Das 08h01min às 08h59min do dia **06/02/2026**.
Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 09h00min do dia **06/02/2026**."

As demais informações constantes no Aviso original permanecem inalteradas.

Altamira do Paraná/PR, 02 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:D84D1834

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2026

O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO PARANÁ, através de sua **Prefeita Municipal**, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que, em virtude da decisão administrativa proferida em resposta à impugnação interposta, procede-se à **RETIFICAÇÃO** do Edital em epígrafe, conforme segue:

1. NO ITEM 2 - DO CRONOGRAMA (Página 1 do Edital):

ONDE SE LÊ:
"2.1. Recebimento de Proposta: 29 de janeiro de 2026, às 08h00min.
2.2. Fim de Recebimento de Propostas: 03 de fevereiro de 2026, às 08h00min.
2.3. Início disputa de lances: 03 de fevereiro de 2026, às 09h00min.
2.4. Encerramento disputa: 03 de fevereiro de 2026, às 15h00min."

LEIA-SE:
"2.1. Recebimento de Proposta: 03 de janeiro de 2026, às 08h00min.
2.2. Fim de Recebimento de Propostas: **06 de fevereiro de 2026**, às 08h00min.
2.3. Início disputa de lances: **06 de fevereiro de 2026**, às 09h00min.
2.4. Encerramento disputa: **06 de fevereiro de 2026**, às 15h00min."

2. NO ITEM 3.4 - DA PARTICIPAÇÃO (Página 1 do Edital):

ONDE SE LÊ:
"**3.4.** O presente processo de dispensa é destinado **exclusivamente** à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, tendo em vista que o valor da contratação é inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos do Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme previsto no item 10 do Termo de Referência deste processo."

LEIA-SE:
"**3.4.** A presente dispensa eletrônica será realizada sob o regime de **AMPLA CONCORRÊNCIA**, permitindo a participação de quaisquer interessados que atendam às exigências deste Edital.
3.4.1. Será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o benefício do empate ficto (preferência de contratação), nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006."

3. NO ITEM 9.4.2 - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA (Página 7 do Edital):

ONDE SE LÊ:
"9.4.2. Licença Ambiental:
a) Comprovação de que a empresa está devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente (ex: IAT/PR Instituto Água e Terra, ou órgão equivalente do estado sede da licitante) para a atividade de coleta e/ou transporte de resíduos, válida na data de abertura da licitação."

LEIA-SE:
"9.4.2. Licença Ambiental:
a) Comprovação de que a empresa está devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente (ex: IAT/PR Instituto Água e Terra, ou órgão equivalente do estado sede da licitante) para a atividade de coleta e/ou transporte de resíduos, válida na data de abertura da licitação;
b) Apresentação da Licença de Operação (LO) válida do local de destinação final dos resíduos (Aterro Sanitário ou Usina de Tratamento), emitida pelo órgão ambiental competente, acompanhada de declaração de aceite ou contrato vigente que comprove o vínculo entre a licitante e a unidade receptora."

4. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Edital que não foram modificadas por este Termo de Retificação.

Altamira do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriel Loures Caetano
Código Identificador:C26414C0

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/2026 CONCURSO PÚBLICO 2024

A Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a **HOMOLOGAÇÃO** do **RESULTADO FINAL** e **CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS** do **CONCURSO PÚBLICO** através do **EDITAL N. 35/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** e tendo em vista a necessidade de preenchimento do cargo abaixo relacionado, CONVOCA o(a) seguinte candidato(a) classificado(a), para comparecer à Secretaria de Recursos Humanos, situada à Rua Cantu, nº 180 - Centro, Altamira do Paraná (Paço Municipal), no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação deste edital, munido dos seguintes documentos:
(a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
(b) PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado);
(c) Registro de nascimento ou certidão de casamento ou Declaração de União Estável;
(d) Carteira de identidade;
(e) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
(f) Título de Eleitor;
(g) Certidão de quitação eleitoral;
(h) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação (no caso de candidato do gênero masculino);
(i) Laudo médico com data do mês de contratação, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido;
(j) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
(k) Certidão de nascimentos dos filhos menores de 21 anos, se possuir;
(l) Comprovante de residência atual;
(m) Certidão negativa de antecedentes criminais;
(n) Declaração da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como, de não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da Constituição Federal), com exceção das hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal e a compatibilidade de horário.
(o) Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

O candidato convocado deverá apresentar fotocópias dos documentos exigidos juntamente com os originais para autenticação. (Item 3.2 do Edital 01/2024 do Concurso Público).

CARGO: Farmacêutico 20 horas

Candidato(a)	Classificação
Greice Mendes Batista	19ª

Altamira do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:EAC48F87

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 091/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares à servidora pública municipal.

ELZA APARECIDA DA SILVA, *Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*
RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER *a partir do dia 02 (dois) de fevereiro de 2026, 30 (trinta) dias de FÉRIAS à servidora* ***ROZANGELA GOMES DE MORAIS,*** *matrícula funcional nº* ***12513****, exercendo o cargo efetivo de GARI, lotada no Pátio Rodoviário, referente ao período aquisitivo de 31/10/2024 à 30/10/2025, conforme Lei 130/2005, seção inciso 1º, artigo 67.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:7475C73C

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 092/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de servidor público municipal.

ELZA APARECIDA DA SILVA*, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*
R E S O L V E

Art. 1º - DESIGNAR *a partir do dia 02 (dois) de fevereiro de 2026, o servidor* ***CRISTIANO DE CASTRO KLIPE,*** *matrícula funcional nº* ***14009****, ocupante do cargo de*
CONTADOR, *para atuar como responsável pela função de coordenação e acompanhamento do planejamento orçamentário.*

Art. 2º - Em virtude da designação acima, fica concedido ao servidor o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o seu salário base a título de Gratificação por realizar tarefas especializadas temporárias não correlatas as atribuições inerentes ao cargo do servidor, conforme inciso I do Art. 115 da Lei Municipal nº 130/2005.
Art. 3º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:4CB49750

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 093/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação da PORTARIA Nº 133/2025.

ELZA APARECIDA DA SILVA*, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

R E S O L V E
Art. 1º - REVOGAR *a partir do dia 02 (dois) de fevereiro de 2026, a PORTARIA Nº 133/2025, que designou a servidora* ***ELISMARI TERESINHA ANTONIO,*** *matrícula funcional nº* ***508744****, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA para exercer a função de ORIENTADORA EDUCACIONAL na Escola Municipal Dr. Augustinho Kauling, por 20 horas semanais, no período vespertino.*

Art. 2º *- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE*.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ligia Gisele Viana Missio da Silva
Código Identificador:5B17D5F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 050/2026

PORTARIA Nº 050/2026

SÚMULA: Concede a Servidor(a) Público(a) Municipal em cargo em Comissão, férias regulamentares e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 69 da Lei Municipal nº 173/2006:

RESOLVE:
Art. 1o – Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao(a) Sr(a). **ROSELI APARECIDA LUZA DE OLIVEIRA,** lotado(a) no Departamento de Saúde, no cargo em comissão de **AUXILIAR DE DENTISTA,** relativas ao período de 16/02/2024 a 15/02/2025, a partir de **02/02/2026.**

Art. 2o - Esta portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:8944EBEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 05.54/2025 - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO, PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

EDITAL N.º 05.54/2025 - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO,
PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Data, horário, período e local de aplicação da prova objetiva e discursiva** do Concurso Público n.º 542025, nos seguintes termos.

Art.1° As provas do Concurso em comento serão realizadas na data de **08/02/2026** (**DOMINGO**), nas cidades de Amaporã e Paranavaí, ambas no Estado do Paraná.

Art.2º As provas serão aplicadas no período **MATUTINO** e **VESPERTINO**, observando-se as disposições a seguir:

DATA DA APLICAÇÃO	PERÍODO	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES	INICIO DAS PROVAS
08/02/2026	Matutino	07h00min	07h40min	08h00min
	Vespertino	13h00min	13h40min	14h00min

I. O portão de acesso ao local de realização das provas permanecerá aberto por **40 (quarenta) minutos**, observado o horário oficial de Brasília – DF.

II. A aplicação das provas terá início **20 (vinte) minutos** após o fechamento do portão de acesso, observado o horário oficial de Brasília – DF.

III. Aos cargos **PROFESSOR 20h, PROFESSOR 40h, PROFESSOR DE ARTES** e **PORCURADOR JURÍDICO**, a aplicação terá a duração de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.

IV. Para **DEMAIS CARGOS**, a aplicação terá a duração de **03 (três) horas**, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.
Art.3º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato deverá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO**, disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art.4º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **CANETA ESFEROGRÁFICA DE TINTA PRETA FABRICADA EM MATERIAL TRANSPARENTE,** de seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o cartão de convocação do candidato impresso através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Amaporã (PR), 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS MARIN	*GABRIELA GONÇALVES*
Prefeito	Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:553F558F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 06.55/2025 - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO, PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

EDITAL N.º 06.55/2025 - DIVULGAÇÃO DA DATA, HORÁRIO,
PERÍODO E LOCAL DE APLICAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

O Prefeito do Município de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICA** a **Data, horário, período e local de aplicação da prova objetiva** do Concurso para Emprego Público n.º 55/2025, nos seguintes termos.

Art.1° As provas do Concurso em referência serão aplicadas na data de **08/02/2026** (**DOMINGO**), na **UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí,** situada na Avenida Gabriel Esperidião, S/N, Parque Morumbi, Centro, CEP: 87703-000, Paranavaí, Estado do Paraná.

Art.2º As provas serão aplicadas no período **VESPERTINO**, observando-se as disposições a seguir:

DATA DA APLICAÇÃO	PERÍODO	HORÁRIO DE ABERTURA DOS PORTÕES	HORÁRIO DE FECHAMENTO DOS PORTÕES	INICIO DAS PROVAS
08/02/2026	Vespertino	13h00min	13h40min	14h00min

I. O portão de acesso ao local de realização das provas permanecerá aberto por **40 (quarenta) minutos**, observado o horário oficial de Brasília – DF

II. A aplicação das provas terá início **20 (vinte) minutos** após o fechamento do portão de acesso, observado o horário oficial de Brasília - DF

III. A prova objetiva terá a duração de 03 (três) horas, incluído o tempo de marcação das folhas de respostas.

Art.3º Para conhecer o endereço do local de realização das provas, o candidato poderá acessar o **LINK** – *Consulta do local de prova* e imprimir o **CARTÃO DE CONVOCAÇÃO,** disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br. A identificação do local de realização das provas é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.

Art.4º O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização das provas, munido de **CANETA ESFEROGRÁFICA, PREFERENCIALMENTE DE TINTA PRETA, FABRICADA EM MATERIAL TRANSPARENTE,** de seu **DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO** e o cartão de convocação do candidato impresso através da "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Amaporã (PR), 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS MARIN	*GABRIELA GONÇALVES*
Prefeito	Presidente da Comissão Organizadora

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:AAB99028

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 109/2025 VINCULADO A DISPENSA EMERGENCIAL N° 046/2025

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANAHY/PR, pessoa jurídica de direito público, Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, Anahy/PR, CEP 85.425-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.594/800/0001-94, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ARILSON BATISTA DE SOUZA**, brasileiro, residente na Rua Duque de Caxias, Município de ANAHY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 5.341.856-2, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 764.217.169-20. **CONTRATADO:** A empresa **CONSEMED CONSULTORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO E MEDICINA OCUPACIONAL LTDA,** inscrita no **CNPJ nº 07.594.228/0001-04,** com endereço na Rua Margarida, N° 612, Centro, Corbélia – PR, CEP: 85.420-000 telefones (45) 99835-1694; E-mail: segurancaconsemed@gmail.com, neste ato representada por sua sócioa administradora, a Sra. Loana Rinaldi Fontanela, Portador(a) do RG sob nº 8.XXX.XXX-7 e CPF nº 050.XXX.XXX-70. **CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** Contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho para a realização de exames ocupacionais (admissionais, demissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e de mudança de risco) e para o envio das informações ao eSocial (eventos S-2220 e S-2240), visando garantir a continuidade dos serviços de saúde ocupacional do Município de Anahy/PR, em razão da suspensão do Contrato nº 100/2025 determinada pela Portaria nº 7.017/2025 até a conclusão do respectivo processo administrativo sancionador. **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA:** Fica prorrogado em até 60 (sessenta) dias, O PRAZO DA VIGÊNCIA previsto no contrato n°. 109/2025 firmado em 06 de novembro de 2025. A prorrogação compreende o período entre 07/02/2025 à 08/04/2026. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA:** Considerando a iminência do término da vigência do Contrato Administrativo nº 109/2025, a suspensão do Contrato nº 100/2025 por meio da Portaria nº 7.017/2025 e a continuidade do trâmite do Processo Administrativo Sancionador nº 002/2025, cujo prazo recursal se encerra após o fim do referido contrato, verifica-se a impossibilidade de adoção imediata de solução contratual definitiva. Ademais, a realização de exames ocupacionais e o envio das informações ao eSocial configuram serviços essenciais e continuados, cuja interrupção é vedada. Diante disso, torna-se necessária a adoção de medida administrativa que assegure a continuidade ininterrupta desses serviços, em atendimento ao interesse público e às obrigações legais da Administração. **CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:** O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 124, II, e alíneas da Lei n.º 14.133/21. **CLÁUSULA QUINTA- DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:** Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes. **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:** As partes elegem o Foro da Comarca de Corbélia, para dirimirem eventuais dúvidas oriundas deste instrumento. E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito. **Anahy/PR, 02 de fevereiro de 2026**.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:464D8A16

SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 005/2026-CMS

Dispõe sobre a aprovação *"Ad Referendum"* da Lista de bens a serem adquiridos (Transporte Sanitário) para o Município de Anahy-Pr., na modalidade Fundo a Fundo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANAHY, no uso de suas atribuições legais, competências regimentais, e atribuições conferidas pela Lei nº 566/2012 e,

Considerando a RESOLUÇÃO SESA Nº 769/2019 que dispõe sobre a Adesão dos Municípios ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo.

Considerando a RESOLUÇÃO SESA Nº 1985/2025 que habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

Considerando O ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1985/2025, de municípios habilitados a pleitearem a adesão ao incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário.

RESOLVE APROVAR

Art. 1º - Lista de bens a serem adquiridos (Transporte Sanitário) para o Município de Anahy-Pr., na modalidade Fundo a Fundo.

Objeto	Quant.	Valor unitário	Valor Total
VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	01	R$ 220.000,00	R$ 220.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSE MARIA ROTTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Anahy, 02 de fevereiro de 2026
Homologo a Resolução nº 003/2026-CMS – nos termos do Art.1º, § 2º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

VILMA MITTMAN LEÃO
Diretora do Departamento Municipal de Saúde

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A9004C73

SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 006/2026 - CMS

Dispõe sobre a aprovação "Ad Referendum" da Lista de bens a serem adquiridos (Transporte Sanitário) para o Município de Anahy-Pr., na modalidade Fundo a Fundo.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ANAHY, no uso de suas atribuições legais, competências regimentais, e atribuições conferidas pela Lei nº 566/2012 e,

Considerando a RESOLUÇÃO SESA Nº 769/2019 que dispõe sobre a Adesão dos Municípios ao Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios, no Programa de Qualificação de Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo.

Considerando a RESOLUÇÃO SESA Nº 1899/2025 que habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

Considerando O ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1899/2025, de municípios habilitados a pleitearem a adesão ao incentivo financeiro de investimento para o transporte sanitário.

RESOLVE APROVAR

Art. 1º - Lista de bens a serem adquiridos (Transporte Sanitário) para o Município de Anahy-Pr., na modalidade Fundo a Fundo.

Objeto	Quant.	Valor unitário	Valor Total
AMBULÂNCIA BÁSICA	01	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

JOSE MARIA ROTTA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Anahy, 02 de fevereiro de 2026

Homologo a Resolução nº 003/2026-CMS – nos termos do Art.1º, § 2º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

VILMA MITTMAN LEÃO
Diretora do Departamento Municipal de Saúde

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:57CFA7A2

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.233/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Gabinete do Prefeito Municipal deste poder e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do Senhor Arilson Batista de Souza, Prefeito Municipal, portador do RG. 5.341.856-2/PR, 02 (duas) diárias para empreender viagem a serviço do Município, sendo:

Data:	03 à 05 de fevereiro de 2026.
Destino:	Curitiba/PR.
Objetivo:	Tratar de assuntos de interesse do Município onde irei participar de audiências junto aos órgãos do governo do estado abaixo relacionados: SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; SESA – Secretaria de Estado da Saúde. E audiência com o Deputados Estaduais: Gugu Bueno e Ademar Traiano. O deslocamento será realizado com o veículo FIAT TORO placa: TBL6B67.
Protocolo nº	068/2026.
Quant. de diárias:	02 (duas) diárias.
Valor Total:	R$ 1.400,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:A38A5893

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.234/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor do servidor comissionado Marlon Raffael Pinto, Diretor do Depto. de Administração, portador do RG. 9.102.893-0/PR, lotado no Departamento de Administração, matrícula funcional nº 12085-1, 02 (duas) diárias para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	03 à 05 de fevereiro de 2026.
Destino:	Curitiba – Pr.
Objetivo:	Transportar o Prefeito o Municipal de Anahy que irá Participar de audiências junto aos órgãos do governo do estado abaixo relacionados: SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; SEAB – Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; SESA – Secretaria de Estado da Saúde. E audiência com o Deputados Estaduais: Gugu Bueno e Ademar Traiano. Para o deslocamento será utilizado o veículo TORO placa: TBL6B67.
Protocolo nº	069/2026
Quant. de Diária:	02 (duas) diárias
Valor Total:	R$ 1.000,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:7031229F

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.238/2026.

Exonera servidor de cargo comissionado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 53, inciso I, da Lei Municipal nº 338, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar a pedido, a partir de 03 de fevereiro de 2026, o servidor Luciano Theodoro Ribeiro, portador do RG. 6.425.502-9/PR, matrícula funcional nº 11878-4, do cargo comissionado de Diretor do Departamento de Industria, Comércio e Serviços, nomeado para o cargo através da Portaria nº 6.511, de 10 de janeiro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C3973D26

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.235/2026.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de fevereiro de 2026, Antonio Gonçalves Cota, portador do RG. 2.372.123-0/PR, para o cargo de Chefe de Equipe, matrícula funcional nº 12084-2, lotado no Departamento de Obras e Urbanismo, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:7F310D78

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.236/2026.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de fevereiro de 2026, Lara Geovana de Sousa Diniz Pena, portadora do RG. 10.974.987-7/PR, para o cargo de Chefe de Equipe, matrícula funcional nº 12036-2, lotada no Departamento de Saúde, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:C5D8C67A

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.237/2026.

Nomeia para Cargo de Provimento em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 337/2005 e Lei nº. 339/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 02 de fevereiro de 2026, Heloisa Lais Possa de Carvalho, portadora do RG. 15.393.624-2/PR, para o cargo de Chefe de Equipe, matrícula funcional nº 12053-2, lotada no Departamento de Ação Social, CC – VI, Grupo de Cargos de Provimento em Comissão, conforme Lei Municipal nº 337/2005 de 27 de abril de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:E9709BDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação nº 004/2026, a despesa e emissão de empenho para a empresa **DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ sob o n° **76.437.383/0001-21**, no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais),** para **CONTRATAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - DIOE - GOVERNO DO PARANA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ/PR, ATENDENDO A SECRETARIA**

MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO, em conformidade com o art. 74, "caput" e inciso I, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizado pelo Decreto nº 9.858/2023.
Andirá, 02 de fevereiro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:E80FC24F

GABINETE DA PREFEITA
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

Autorizo a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2026, a despesa e emissão de empenho para a empresa **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, inscrita no CNPJ sob o n° **04.196.645/0001-00**, no valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais),** para **CONTRATAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL PARA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO,** em conformidade com o art. 74, "caput", da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizado pelo Decreto nº 9.858/2023.

Andirá, 02 de fevereiro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:2C3F4C3D

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 003/2026 PSS - MOTORISTA ESCOLAR/AMBULÂNCIA

A Prefeita Municipal de Andirá, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de MOTORISTA ESCOLAR/AMBULÂNCIA, objeto do Edital nº 005/2025, homologado em 15 de agosto de 2025, CONVOCA para contratação, os candidatos abaixo relacionados, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer na Prefeitura Municipal de Andirá – Pr., no Departamento de Recursos Humanos, sito na Rua Mauro Cardoso de Oliveira, n. 190 – Jardim Vésper – Andirá-Pr, e se apresentar até a data de 04 de fevereiro de 2026, das 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00.

Candidato convocado:

CARGO: MOTORISTA ESCOLAR/AMBULÂNCIA

CLASSIFICAÇÃO GERAL	CANDIDATOS
5°	SILVANA TRAVALINI

O candidato classificado convocado que não se apresentar para os procedimentos administrativos de admissão no prazo fixado de dois dias úteis, deve ser considerado desistente, sendo convocado o candidato classificado em ordem subseqüente, de acordo com item 12.6 do Edital nº 001/2025.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Andirá, 02 de fevereiro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal De Andirá

Publicado por:
Gustavo Taconi
Código Identificador:227E0017

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º, 2° E 3° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO - INFORMÁTICA ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **02/02/2026** e término em **01/02/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de Valores, na importância de **R$ 112.496,00** (cento e doze mil, quatrocentos e noventa e seis reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
Os valores deste instrumento foram ajustados conforme a variação do IPCA, a partir da data da proposta, aplicando-se o percentual acumulado no período.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas da ata de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02.02.2026

Pregão Eletrônico n° 109/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

RODRIGO AUGUSTO CADAMURO ALBINO
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:87490925

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º E 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 011/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
TOP TOUR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com inicio em **02/02/2026** e término em **01/02/2027**, com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto - Manutenção de Valores, na importância de **R$ 1.186.228,80** (um milhão cento e oitenta e seis mil duzentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), com fundamento no Art. 106, I e II da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e

pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02.02.2026

PREGÃO Nº 087/2024

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
PREFEITA

EDIVALDO JOSE REGO
REPRESENTANTE LEGAL

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:DB6B8D80

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.815 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a Portaria 19.476 de 18 de setembro de 2025, a qual concedeu 30 dias de férias, a partir do dia 16 de janeiro de 2026, a Servidora Pública Municipal **VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI.**

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper**,** a partir do dia 03 de fevereiro de 2026**,** o período das férias da Servidora Pública Municipal **VIVIANI MILLANI TEIXEIRA HATORI** ocupante do cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE.**

Art. 2°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:C01A0379

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 19.816 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO que o Servidor Público Municipal do quadro efetivo, abaixo discriminado, **JOÃO MITROVINI NETO** atualmente se encontra lotado na entidade autárquica SAMAE,

CONSIDERANDO a Portaria nº 1.464 de 30 de janeiro de 2026 que resolve ceder e lotar o referido servidor público na Prefeitura Municipal de Andirá –PR, a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º. Lotar, a partir do dia 01 de fevereiro de 2026, o Servidor **JOÃO MITROVINI NETO**, ocupante do cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:1B09429D

GABINETE DA PREFEITA
RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso Administrativo** interposto por **OTÁVIO ZANETTE GALDINO**, nos autos do Processo Administrativo nº 205/2025, em face da decisão administrativa que indeferiu o pedido de isenção/não incidência de IPTU incidente sobre o imóvel de sua propriedade, matriculado sob nº 18.005, cadastro municipal nº 11838.
Consta dos autos que o recorrente formulou pedido administrativo visando ao reconhecimento da não incidência do IPTU, ao argumento de que o imóvel possui destinação rural, sendo integralmente utilizado para atividade agrícola (plantação de soja).

A decisão recorrida indeferiu o pleito sob os fundamentos de que:
não teria havido a apresentação dos documentos necessários à comprovação da atividade rural; e
o imóvel encontra-se situado em Zona de Expansão Urbana, nos termos da Lei Municipal nº 1.645/2006, o que atrairia a incidência do IPTU, independentemente da comprovação dos melhoramentos previstos no art. 32, § 2º, do Código Tributário Nacional.
Inconformado, o contribuinte interpôs o presente recurso administrativo, sustentando, em síntese, que:

a) o imóvel possui efetiva destinação agrícola, encontrando-se atualmente cultivado com soja em toda a sua extensão, circunstância que afastaria a incidência do IPTU;

b) a destinação econômica do imóvel deve prevalecer sobre sua localização geográfica, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 57/1966, bem como conforme entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça;

c) a classificação do imóvel como localizado em zona de expansão urbana não é critério absoluto para fins de incidência do IPTU, quando demonstrado o uso rural do bem;

d) foram juntados novos documentos ao recurso, inclusive imagens aéreas, com o objetivo de comprovar a exploração agrícola da área; e

e) a manutenção da exigência do IPTU configuraria enriquecimento ilícito da Administração Pública, diante da inexistência do fato gerador.

Ao final, requer o recebimento do recurso, sua remessa ao Procurador-Geral do Município e, no mérito, a reforma da decisão administrativa, para reconhecer a não incidência do IPTU sobre o imóvel. Subsidiariamente, postula a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até a análise final da documentação apresentada.
É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO.

Na origem, o contribuinte requereu a denominada "isenção" do IPTU, sustentando, em síntese, que o imóvel, embora localizado em zona urbana, não dispõe de infraestrutura urbana mínima e seria destinado à atividade rural, motivo pelo qual defenderia a incidência exclusiva do ITR.

Regularmente intimado, por despacho datado de 19/08/2025, a comprovar documentalmente suas alegações — mediante apresentação de matrícula atualizada, cadastro rural, declaração e recolhimento de ITR, notas fiscais de produtor rural ou contratos de arrendamento — o interessado deixou transcorrer o prazo *in albis*, sem juntada de qualquer documento.

Diante da ausência de provas por parte do contribuinte, o Auditor Fiscal da Receita Municipall promoveu diligências administrativas, constatando que:
o imóvel encontra-se classificado como área de expansão urbana, nos termos da Lei Municipal nº 1.645/2006;
o antigo código rural vinculado ao imóvel originário foi cancelado em 24/02/2016, em razão da inclusão da área no perímetro urbano;
o contribuinte não possui cadastro como produtor rural, nem inscrição ativa junto à Divisão de Nota de Produtor Rural do Município;
inexistem declarações de ITR, notas fiscais de produção rural ou qualquer outro elemento contemporâneo ao fato gerador que comprove a alegada exploração agrícola.

A decisão recorrida concluiu que, estando o imóvel situado em zona de expansão urbana, é prescindível a comprovação dos melhoramentos previstos no art. 32, §1º, do CTN, nos termos do §2º do mesmo dispositivo, bem como da jurisprudência consolidada do Tribunal de Justiça do Paraná.

Ressaltou-se, ainda, que a destinação rural do imóvel deve ser comprovada na data do fato gerador do IPTU (01 de janeiro de cada exercício), ônus do qual o contribuinte não se desincumbiu, sendo insuficientes meras alegações ou imagens aéreas desacompanhadas de prova documental idônea.

Ao final, o Auditor Fiscal indeferiu o pedido, mantendo integralmente os lançamentos de IPTU, por entender demonstrada a legalidade da exigência tributária e ausente qualquer prova apta a afastá-la.

A controvérsia no caso diz respeito, a incidência ou não do IPTU referente ao imóvel de matrícula nº 18.005.

Nos termos do art. 32 do Código Tributário Nacional, o IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana do Município.
Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a **propriedade predial e territorial urbana** tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil**, localizado na zona urbana do Município**. (destaque nosso)

O §1° do referido artigo estabelece os melhoramentos mínimos que caracterizam a zona urbana, tais como meio-fio, abastecimento de água, sistema de esgoto, iluminação pública e escola ou posto de saúde nas proximidades.
Art. 32
§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:
I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
II - abastecimento de água;
III - sistema de esgotos sanitários;
IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Todavia, o §2° do art. 32 do CTN dispõe expressamente que a lei pode considerar urbana as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana.
§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

Acerca do tema, restou consolidado na Súmula nº 626 do Superior Tribunal de Justiça, que:
"A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN".

A Lei Municipal nº 1.645/2006 classificou a área onde está inserida a matrícula 18.005 como zona de expansão urbana, o que afasta a exigência de comprovação dos melhoramentos urbanos elencados no art. 32, §1º, do CTN, bastando o enquadramento legal promovido pelo Município.
Art. 1.
[...]
§ 1° ZONA ESPECIAL DE EXPANSÃO URBANA DO CINZA, constituí a faixa de terras marginal ao Rio Cinzas.
I - A faixa de terras referida neste parágrafo, em relação ao Rio das Cinzas, tem início na divisa com o Município de Barra do Jacaré, próximo a foz do Córrego Barreirão Grande, seguindo daí pela margem direita do Rio Cinzas, no sentido das jusante, pelo nível máximo das água, percorrendo em toda sua extensão, da outra margem fazendo divisa com o Município de Bandeirantes, até a divisa com o Município de Itambaracá, próximo a foz do Córrego Água do Cedro.
II - A faixa de terras descrita neste parágrafo terá genericamente uma altura de 600 (seiscentos) metros lineares, contados a partir dos níveis das águas citadas no parágrafo primeiro.

Portanto, considerando que a lei municipal definiu que a área em que está localizado o imóvel do recorrente é de expansão urbana, resta caracterizada a incidência do IPTU, conforme entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça.

No mesmo sentido, é uníssona a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná de que a incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência de infraestrutura mínima.
Direito tributário e direito administrativo. Agravo de instrumento. **Exigibilidade de créditos tributários e incidência de IPTU em área de expansão urbana**. Agravo de Instrumento não provido. I. Caso em exame1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que rejeitou objeção de pré-executividade em execução fiscal promovida pelo Município de Nova Laranjeiras, visando a cobrança de IPTU e COSIP devidos pela Residencial Alto dos Laranjais Ltda., referente aos exercícios de 2016 a 2019, sob a alegação de inexigibilidade dos créditos tributários em razão da falta de infraestrutura mínima e da ausência de registro individualizado dos lotes do loteamento aprovado. II. Questão em discussão 2. A questão em discussão consiste em saber se são exigíveis os créditos tributários referentes ao IPTU e à contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP) em face da Residencial Alto dos Laranjais Ltda. III. Razões de decidir3. **A área do loteamento, embora sem infraestrutura, é considerada urbana devido ao Decreto Municipal n. 332/2013, que aprova o parcelamento em lotes urbanos.4. A incidência do IPTU não está condicionada à existência de melhoramentos, conforme a Súmula 626 do STJ.**5. A alegação de impossibilidade de cumprimento das condicionantes ambientais não afasta a exigibilidade do crédito tributário.6. A exceção de pré-executividade não é cabível para matérias que demandem dilação probatória, conforme a Súmula 393 do STJ.IV. Dispositivo e tese7. Agravo de instrumento conhecido e não provido.Tese de julgamento: **A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada urbanizável ou de expansão urbana não está condicionada à existência de infraestrutura mínima**, sendo suficiente a aprovação do loteamento pelos órgãos competentes e a individualização dos lotes para a exigibilidade do crédito tributário._____Dispositivos relevantes citados: CTN, arts. 32, § 1º e § 2º; Decreto Municipal nº 332/2013; Lei nº 6.766/1979, art. 12, § 1º.Jurisprudência relevante citada: STJ, Súmula 626; STJ, Súmula 393.Resumo em linguagem acessível: O Tribunal decidiu que a cobrança de IPTU e contribuição para o serviço de iluminação pública feita pelo Município de Nova Laranjeiras contra a Residencial Alto dos Laranjais Ltda. é válida. O juiz entendeu que, mesmo que a área do loteamento não tenha a infraestrutura necessária, ela é considerada urbana porque foi aprovada como loteamento. A

decisão também destacou que a falta de individualização dos lotes não impede a cobrança do imposto, pois a lei permite que áreas urbanizáveis sejam tributadas. Assim, o pedido da empresa para não pagar os tributos foi negado. (TJPR - 3ª Câmara Cível - 0065119-13.2025.8.16.0000 - Toledo - Rel.: DESEMBARGADOR JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA - J. 01.12.2025)

APELAÇÃO CÍVEL – TRIBUTÁRIO – IPTU – AÇÃO ANULATÓRIA DE TRIBUTOS – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA – ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO CONFIGURAÇÃO – AUSÊNCIA DE INSURGÊNCIA CONTRA A DECISÃO QUE INDEFERIU A JUNTADA DE DOCUMENTOS PELAS PARTES E DETERMINOU QUE FOSSEM RISCADOS – PRECLUSÃO CONFIGURADA – RECURSO NÃO CONHECIDO NESTE PARTICULAR - 2.) INEXIGIBILIDADE DO IPTU INCIDENTE SOBRE CADA IMÓVEL DOS LOTEAMENTOS – TESE DE QUE NÃO ESTAVAM PRESENTES OS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ARTIGO 32, PARÁGRAFO 1º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL A AMPARAR A EXAÇÃO – NÃO ACOLHIMENTO **– LOTEAMENTOS LOCALIZADOS EM ÁREA DE EXPANSÃO URBANA DO MUNICÍPIO – INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 626 DO STJ, QUE DISPENSA A DEMONSTRAÇÃO DOS MELHORAMENTOS PARA INCIDÊNCIA DO TRIBUTO** – 2.1.) ALEGAÇÃO DE QUE FOI ILEGAL O DESMEMBRAMENTO DO LOTEAMENTO – NÃO VERIFICAÇÃO – POSSIBILIDADE, NA SITUAÇÃO ESPECÍFICA DOS AUTOS – LEGISLAÇÃO INVOCADA PELA APELANTE QUE SÃO POSTERIORES – INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE CADA LOTE.RECURSO CONHECIDO EM PARTE, E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. (TJPR - 1ª Câmara Cível - 0011728-63.2022.8.16.0190 - Maringá - Rel.: DESEMBARGADOR ROBERTO ANTONIO MASSARO - J. 26.08.2025)

Destarte, não há óbice legal à incidência do IPTU, uma vez que estão presentes os requisitos legais para sua cobrança, especialmente a previsão expressa em lei municipal e a caracterização da área como urbanizável.
Ressalte-se, ainda, o entendimento dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado em área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do Decreto-Lei nº 57/1966). Contudo, compete ao contribuinte comprovar que, na data do fato gerador, o imóvel era efetivamente utilizado para tais finalidades.
APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA. IPTU. IMÓVEL EM ZONA URBANA. DESTINAÇÃO RURAL. INCIDÊNCIA DO ITR. PEDIDOS JULGADOS PROCEDENTES. INCIDÊNCIA DO IPTU AFASTADA, INCLUSIVE PARA EXERCÍCIOS FUTUROS. EXECUÇÃO FISCAL RELATIVA AO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2018 EXTINTA. MUNICÍPIO RÉU/EXEQUENTE CONDENADO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APELAÇÃO PELO RÉU/EXEQUENTE. 1. INCIDÊNCIA DO ITR. IMÓVEL COM DESTINAÇÃO RURAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 15 DO DECRETO-LEI 57/66. ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP. 1.112.646/SP, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. 2. PROVAS QUE DEMONSTRAM A NATUREZA RURAL. ARTIGO 173-A DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL OBSERVADO. MAIS DE 80% DO IMÓVEL DESTINADO À ATIVIDADE AGRÍCOLA OU DE REMANESCENTE VEGETAL. DESTINAÇÃO RURAL RECONHECIDA PELA PRÓPRIA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. RECURSO DESPROVIDO. REEXAME NECESSÁRIO. 1. PROVETO ECONÔMICO SUPERIOR A 100 SALÁRIOS MÍNIMOS. MUNICÍPIO QUE NÃO É SEDE DE CAPITAL DO ESTADO. REEXAME NECESSÁRIO. CABIMENTO. 2. AÇÃO ANULATÓRIA. OBJETIVO DE INVALIDAÇÃO DO LANÇAMENTO DE TRIBUTO QUE REPUTA ILEGAL. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO IPTU EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO DE 2019. AUSÊNCIA DE PROVA DO LANÇAMENTO. AUTOR QUE INDICA APENAS OS DÉBITOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2018. PEDIDO IMPROCEDENTE NESSE PONTO. 3. PEDIDO DE ANULAÇÃO DE LANÇAMENTOS FUTUROS DO IPTU RELATIVOS AO IMÓVEL. DESCABIMENTO. ANULAÇÃO DE DÍVIDA OU OBRIGAÇÃO INEXISTENTE QUE SE REVELA JURIDICAMENTE IMPOSSÍVEL. **HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA QUE DEVE SER ANALISADA NA DATA DO RESPECTIVO FATO GERADOR, OBSERVANDO-SE OS REQUISITOS LEGAIS**. IMPOSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DE DÍVIDA QUE SEQUER FOI CONSTITUÍDA. REQUSITOS PARA INCIDÊNCIA DO ITR QUE DECORREM DE LEI E DEVEM SER OBSERVADAS NA DATA DO FATO IMPONÍVEL. 4. CANCELAMENTO DO DÉBITO ANTERIOR À APRESENTAÇÃO DE DEFESA E DE DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA EM SEDE DE EXECUÇÃO FISCAL. APLICABILIDADE DO ARTIGO 26 DA LEI Nº 6.830/1980. EXECUÇÃO FISCAL EXTINTA SEM ÔNUS PARA AS PARTES. 5. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA EM RELAÇÃO À AÇÃO ANULATÓRIA REDISCIPLINADO. SENTENÇA PARCIALMENTE MODIFICADA.1. “Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial” (REsp 1112646/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 28/08/2009).2. A ação anulatória de débito fiscal busca invalidar o lançamento de tributo em razão de vício que o torne inexigível.3. "Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes” (art. 26 da Lei nº 6.830/80). (TJPR - 1ª Câmara Cível - 0014423-63.2019.8.16.0038 - Fazenda Rio Grande - Rel.: DESEMBARGADOR LAURI CAETANO DA SILVA - J. 10.07.2023, destaque nosso)

No caso concreto, o contribuinte, em seu recurso submetido à análise desta Procuradoria Jurídica, não trouxe elementos capazes de comprovar que, na data do fato gerador, o imóvel — localizado em área de expansão urbana, nos termos da lei municipal — era utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, circunstância que afastaria a incidência do IPTU..
Destarte, diante da legislação municipal e dos entendimentos jurisprudenciais acima elencados, opino, salvo melhor entendimento, pela incidência do IPTU sobre imóvel inserido por lei municipal em área de expansão urbana, independentemente da comprovação dos melhoramentos previstos no art. 32, § 2º, do Código Tributário Nacional, uma vez que o contribuinte não se desincumbiu de seu ônus probatório, ou seja, não comprovou que o imóvel, na data do fato gerador, era utilizado para fins de exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

DISPOSITIVO
Diante do exposto, essa Procuradora, com fulcro no art. 500, I, da Lei 1.140/2001, **DECIDE** manter a decisão do Auditor Fiscal da Receita Municipal no processo administrativo tributário n°. 205/2025 que determinou que o bem “*se encontra sujeito a incidência do tributo municipal*”.
Por fim, destaca-se que, caso o contribuinte deseje recorrer da presente decisão, caberá recurso voluntário para o Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do art. 508 do Código Tributário Municipal.
.
Andirá, 02 de fevereiro de 2026.

PAULA RODRIGUES PERES
Procuradora Municipal
OAB/PR nº. 56.756
Decreto nº 5.734/2011

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:80D4BAC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE ANDIRÁ

ILUSTRISSIMA SENHORA OFICIAL DO REGITRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍCIDA DA COMARCA DE ANDIRÁ, ESTADO DO PARANÁ.

SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE ANDIRÁ, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 73.038.114/0001-18, com sede na Avenida Major Barbosa Ferraz Júnior, nº 980, na cidade de Andirá, Estado do Paraná, neste ato representada por sua provedora IONE ELISABETH ALVES ABIB, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº 624.150.779-68, residente e domiciliada na Fazenda São João, Andirá – PR, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, requerer a AVERBAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE, devidamente aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28.01.2026, conforme ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS SÓCIOS em anexo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Andirá (PR), 29 de janeiro de 2026.

IONE ELISABETH ALVES ABIB
Provedora

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:27BDDBAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Orienta a distribuição de aulas de Profissionais do Magistério contratados por PSS – Processo Seletivo Simplificado - pela Rede Municipal de Educação, para o ano letivo de 2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº 18.980 de 11/02/2025.
CONSIDERANDO a necessidade de garantir transparência, isonomia e eficiência na distribuição de aulas;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal vigente, no Estatuto do Magistério Municipal e nas normas que regem o Processo Seletivo Simplificado (PSS);

CONSIDERANDO a necessidade de suprir demandas temporárias da Rede Municipal de Ensino;
RESOLVE:
Art. 1º Regulamentar a distribuição de aula aos professores contratados por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS), para atuação nas Instituições de Ensino da Rede Municipal.

Art. 2º A distribuição de aulas será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação final do PSS vigente, respeitada a habilitação exigida para cada componente curricular, etapa ou modalidade de ensino, respeitando a seguinte ordem.

I - Ordem crescente, conforme Edital de classificação, publicado no https://andira.pr.gov.br/
II – Data de admissão.
III – Maior idade.

§ 2º O professor que assumir a função de auxiliar de regência fica obrigado a substituir faltas de professores, licenças, bem como atender às necessidades do estabelecimento.

§ 3º O professor em função de auxiliar de regência não usufruirá ao direito de hora atividade.

Art. 3º O professor com contratados pelo PSS que assumir turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, em especial as turmas de alfabetização inseridas no **PROGRAMA "COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA E PRO-LEEI"** automaticamente assume o compromisso de participar de programas de capacitação ofertados pelo **MEC/FNDE, FTD, EMPRESAS PARCEIRAS e SME**.

Parágrafo único – O professor que assumir turmas de alfabetização e educação infantil não poderá desistir da turma, nem da formação ao longo do ano letivo de 2026, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado mediante requerimento.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação ofertará Formação Continuada durante todo o período letivo de 2.026 e somente serão certificados quem obtiver 75% de participação.

Art. 5º Ao assinar a ata de distribuição de aulas, o professor automaticamente aceita as condições estabelecidas nesta Resolução e as atribuições que lhe forem conferidas.

Art. 5º O professor que não puder comparecer na distribuição de aulas por motivos particulares, deverá nomear um representante legal através de procuração.

Art. 8º - Somente serão aceitos recursos contra a distribuição de aulas, protocolados na Secretaria Municipal de Educação no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que se realizou a distribuição de aulas.

Art. 9º A distribuição das aulas (turmas) para o PSS será dia 03/02/2026 as 9:00h na Secretaria de Educação.

Art. 10º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Andirá, 02 de fevereiro de 2026.

ROSILENE MARQUES FERNANDES FARINHA
Secretária Municipal de Educação
Portaria n° 18.980 de 11/02/2025

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:70FD3B32

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO N° 02/2026 - DISPENSA Nº 12/2025

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ, E C & X DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MEDIDOR DE NÍVEL PARA POÇOS.

PREÇO: Pela contratação dos produtos o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, o qual poderá, a critério da Administração Superior, ser prorrogado, mediante elaboração de termo aditivo, aplicando-se no que couber a Lei nº 14.133/2021.

VIGÊNCIA: 02/02/2026 a 01/02/2027.

ASSINATURAS:
MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA

Diretor Presidente
JOAO RICARDO COSTA FRITZEN

Representante Legal

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:E5EC7D9E

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 1.465 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE,

Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**EDSON LUIZ DE SOUZA**		
Fiscal Substituto:	**REGINALDO LUIZ DOS SANTOS**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
CONTRATO:	**002-2026**	**Vigência:**	**02/02/2026 a 01/02/2027**
ID DO CONTRATO:	**002-2026**		
Modalidade:	**DISPENSA ELETRÔNICA**		
Nº Licitação:	**12/2025**		
Contratado:	**C & X DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS HIDRAULICOS LTDA.**		
Objeto:	**AQUISIÇÃO DE MEDIDOR DE NÍVEL PARA POÇOS.**		
Valor:	**R$ 7.740,00 (Sete mil, setecentos e quarenta reais)**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do Samae

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:14AE6C57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 034/2026 - NAFS - "ALTERA O DECRETO Nº 435/2025,

DECRETO Nº 034/2026, DE 28 DE JANEIRO DE 2026

"Altera o Decreto nº 435/2025, de 08 de outubro de 2025, que designa servidores para o Núcleo Administrativo financeiro – NAF das Secretarias Municipais, fiscais e gestores de contratos e dá outras providências"

A Prefeita Municipal de Antonina – Estado do Paraná, Senhor ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI, no uso de suas atribuições legais e considerando o protocolo nº 8608/2025;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o artigo 3º do Decreto nº 435/2025 de 08 de outubro de 2025, em relação a designação de NAFs, Fiscal e Gestor da Secretaria Municipal de Finanças, passando a ter a seguinte redação:
(...)

Secretaria/unidade	NAF/Matrícula funcional	Fiscal de contrato/Matrícula	Gestor de contrato/Matrícula
		Funcional	**funcional**
SECRETARIA DE FINANÇAS	Renato Pinheiro Gluchowski, 6206	Simone dos Santos Gouvea , 247401	Kethlyn dos Santos Martins – Matrícula 6259, Gestora

(...)

Art. 2°. Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 435/2025, de 08 de outubro de 2025.

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Antonina-PR, 28 de janeiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OZAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:6F5101C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 030/2026 - PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DOS CONTRATOS PSS Nº 001/2025, CONSIDERANDO TABELA ANEXA A PORTARIA.

PORTARIA Nº 030/2026, de 29 de janeiro de 2026.

Prorroga o prazo de validade dos Contratos PSS nº 001/2025, Considerando tabela Anexa a Portaria.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, **ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI** no uso de suas atribuições legais de acordo com o PSS Nº 001/2025 – Semed,

Considerando PSS Nº 001/2025 e os Contratos por Tempo determinado para Professores com fundamento no art. 4º , da Lei nº 12/2017, determina que "o prazo de validade do Contrato Público será de até 06 (seis) meses, prorrogável por igual período até o máximo de 02 (dois) anos [...]",

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado por 06 (seis) meses, a partir de 29 de JANEIRO de 2026, o prazo de validade dos **Contratos do Processo Seletivo Processo Público nº 001/2025** , considerando relação do Anexo divulgada abaixo:

PROCESSO SELETIVO CONTRATO VENCIMENTO 2025
PROFESSOR I

Nome do Contratado	Início	Vencimento
JULIANA VEIGA	**29/01/2026 - (GIL FERES)**	**27/07/2026**
FLAVIANE VELOZO DOS SANTOS	**29/01/2026 - (MARIA ROSA)**	**27/07/2026**
LAURINEIDE DAS DORES MENDES	**29/01/2026 - (JOÃO PAULINO)**	**27/07/2026**

Art. 2º - Está Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos vigentes na data estabelecida conforme discriminado no anexo acima , revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Procedam-se as devidas anotações na sua ficha funcional

Gabinete da Prefeita, 29 de janeiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:050843FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº 031/2026 - EXONERAR, A PEDIDO, A(O) SERVIDOR(A) RAYANE DE OLIVEIRA CUNHA , MATRICULA Nº 6397

PORTARIA Nº 031/2026, de 29 de janeiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Protocolo n. 1274/2026

Resolve:

Exonerar, a pedido, **a(o)** Servidor(a) **RAYANE DE OLIVEIRA CUNHA , Matricula nº 6397** , do cargo **PROFESSOR(A) I – (20 HORAS) – Contratado PSS 001/2025,** considerando o Requerimento Protocolo nº 1274/2026

Declarar vago o cargo público de **PROFESSOR(A) I – (20 HORAS)** no Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 29 de janeiro de 2026.

ROSANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FEDBFBE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 032/2026 - DESIGNA COORDENADORA DA "CASA DE PASSAGEM – IRENE GUIMARÃES DIAS - ANA FLAVIA BARRETO OLIVEIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 032/2026, de 29 de janeiro de 2026.

Súmula: Designa Coordenadora da "Casa de Passagem – Irene Guimarães Dias"

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Memorando nº 020/2026 - SEMAS, e Protocolo nº 1114/2026.

Resolve:

Art. 1º - Designar, em 26/01/2026, **ANA FLAVIA BARRETO OLIVEIRA DA COSTA** – Matrícula nº 6449, para ser Coordenadora da "Casa de Passagem – Irene Guimarães Dias".

Art, 2º - Devendo observar as disposições contidas na Lei nº 8.069/1990, em especial no TÍTULO I (DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO) e, CAPÍTULO II (DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO), assim como as expressas na Lei Municipal nº 019/2005, e demais legislações afins.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos legais vigentes na data estabelecida no primeiro parágrafo, revogando-se as disposições em contrário , e a Portaria nº 523/2025..

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA, em 29 de janeiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:111B24A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 033/2026 - DESIGNAR CARLOS FERNANDO DE LORENZO FILHO - SECRETÁRIO ESCOLAR

PORTARIA Nº 033/2026, de 29 de janeiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Memorando nº 052/2026 SEMED e o Protocolo nº 1220/2026.

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 02/02/2026 o servidor abaixo relacionado para exercer a função – Secretário Escolar da Escola Municipal Professor Dr. João Paulino Vieira Filho-EIEF. – Antonina/PR.
.
Secretário Escolar
Escola Municipal
Professor Dr. João Paulino Vieira Filho-EIEF. – Antonina/PR.

CARLOS FERNANDO DE LORENZO FILHO
RG nº 13.095.518-5 SSP/PR

Os Servidores designados farão jus ao recebimento de uma gratificação por encargos especiais, durante a sua permanência na função designada conforme Decreto nº 134/2025.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando as demais disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA em, 29 de janeiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:F6F8E14F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 034/2026 - LICENÇA POR MOTIVO DE FALECIMENTO NA FAMÍLIA, WAGNER DOS SANTOS VEIGA – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 034/2026, de 29 de janeiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando Protocolo nº 1272/2026

Resolve:

Conceder a(o) Servidor(a) **WAGNER DOS SANTOS VEIGA – Auxiliar de Serviços Gerais – Matricula nº 29289-1**, 07 (sete) dias de **Licença por Motivo de Falecimento na Família**, conforme atestado de óbito em anexo, de **27/01/2026 até 02/02/2026.**

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 29 de janeiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:DB235FCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 035/2026 - LICENÇA PARA ACOMPANHAR PESSOA DOENTE NA FAMÍLIA, MIRIAN CALISTO ROSA DOS SANTOS, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,

PORTARIA Nº 035/2026, de 29 de janeiro de 2026.

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, e considerando requerimento protocolado sob nº 648/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **MIRIAN CALISTO ROSA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais,** 30 (trinta) dias de Licença para acompanhar pessoa doente na família, no período de **15/01/2026 à 13/02/2026**, conforme requerimento anexo ao protocolo n° 648/2026.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 29 de janeiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:20AD9349

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 038/2026 - LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ANA LUCIA PINHEIRO SCHUNEMANN , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

PORTARIA Nº 038/2026, de 29 de janeiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, Considerando o Protocolo nº 0919/2025

Resolve:

Conceder, a(o) Servidor(a) **ANA LUCIA PINHEIRO SCHUNEMANN , AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ,** 15 (quinze) dias, Licença Tratamento de Saúde, conforme atestado anexo ao protocolo supracitado, sendo os primeiros 15 (quinze) diasde **21/01/2026a04/02/2026,** pagos pela Prefeitura e a partir do 16º (décimo sexto) dia pago pelo RGPS/INSS, desde que deferido pela perícia médica/INSS.

Conforme atestado o servidor deverá permanecer em tratamento médico/clinico por um período **–30 (trinta)** dias, devendo requerer auxilio doença junto ao RGPS/INSS, auxiliado pelo Setor de Recursos Humanos – PMA.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 29 de janeiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:768C5B25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 043/2026 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CELSO LUÍS MACHADO DA COSTA, AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO

PORTARIA Nº 043/2026, de 30 de janeiro de 2026

A Prefeita Municipal de Antonina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei n° 033/98 de 25/11/98, considerando o protocolo nº 1337/2026

Resolve:

Conceder a(o) servidor(a) **CELSO LUÍS MACHADO DA COSTA, AGENTE FISCAL TRIBUTÁRIO ,** 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **26/01/2026 à 09/02/2026**, conforme o protocolo nº 1337/2026
.

Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Procedam-se as devidas anotações em sua ficha funcional.
GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ANTONINA, em 30 de Janeiro de 2026

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

JETRO SANTOS CALISTO
Secretário Mun de Administração

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:88257DBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 011/2025

MUNICÍPIO DE ASTORGA-PR
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 011/2025
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 052/2024

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ASTORGA** – CNPJ: 75.743.377/0001-30;
CONTRATADA: **ALOCIR GOMES DOMICIANO LTDA** - CNPJ/MF: 10.548.288/0001-97;
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado, por igual período, o prazo de vigência previsto na cláusula segunda do Termo Contratual, ou seja, até o dia 03/02/2027, conforme solicitado pela Diretora do Departamento de Tributação, com autorização do Secretário de Administração, Finanças e Planejamento, nos termos do parecer jurídico fundamentado no art. 107 da Lei 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA: Fica reajustado os valores contratuais pelo índice INPC/IBGE, no percentual de 3,89% (três vírgula oitenta e nove por cento), nos termos da cláusula sexta do alusivo termo contratual, conforme memória de cálculo em anexo.
CLÁUSULA TERCEIRA: Considerando a prorrogação constante na Cláusula Primeira do presente Termo Aditivo, fica acrescido ao valor do contrato o montante de R$ 58.598,40 (cinquenta e oito mil quinhentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), referente à recomposição do saldo da prorrogação, devidamente reajustado nos termos da Cláusula Segunda do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 011/2025, Dispensa Eletrônica n° 052/2024, não alteradas expressamente por este aditivo.
SIGNATÁRIOS: Suzie Aparecida Pucillo Zanatta e Alocir Gomes Domiciano.
DATA DO ADITIVO: 30/01/2026.

Publicado por:
Murilo Cesar Matheus Garcia
Código Identificador:9B0B3FD4

MUNICÍPIO DE ASTORGA DEPARTAMENTO ADMINISTRAÇÃO, PATRIMÔNIO E SUPRIMENTOS HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2025
(REGISTRO DE PREÇOS)

A Prefeita do Município de Astorga - PR, no uso de suas atribuições legais; considerando a inexistência de recursos pendentes de julgamento; torna pública a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do objeto do presente certame, à empresa abaixo:

K3BBB COMERCIAL E SERVICOS LTDA., CNPJ: 11.128.236/0001-24, sagrou-se vencedora dos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121,122, 123, 124,126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 169 170, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 209, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 231, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244 e 245 pelo valor total de R$ 229.643,65 (Duzentos e vinte e nove mil seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e cinco centavos);

- HOMOLOGA DESERTOS os itens nº 20, 32, 38, 44, 46, 47, 64, 84, 85, 102, 114, 168, 172, 196, 200, 201, 203, 207, 208, 210, 213, 224, 225, 228, 230, 232 e 233.

- HOMOLOGA FRACASSADOS os Itens nº 48, 52, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 86, 101, 104, 105, 107, 115, 125, 132, 136, 139, 147, 152, 155, 164, 166, 171, 174, 211, 212, 219 e 234.

Astorga, 28 de Janeiro de 2026.

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia Albertini Camargo Fernandes
Código Identificador:B053D548

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONVOCAÇÃO

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher- CMDM, no uso de suas atribuições legais, convoca os membros do Conselho para a **ReuniãoORDINÁRIA** a ser realizada no dia03/02/2026(terça–feira)ás09h00min horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Idosos e Pessoas com Deficiência. Localizada na: AV. Dr. José Soares de Azevedo, n°405, Astorga/PR.

Pauta:

Deliberação sobre o Plano de Trabalho da Resolução 004 da SEMIPI
Mudança nas atividades do Plano de Trabalho Proposto
Programas e atividades em desenvolvimento
Parcerias institucionais
Planejamento das próximas ações do Conselho
Definição de prioridades
Cronograma de reuniões e eventos

Assuntos gerais

PATRICIA SILVA FRAGAS
Presidente do CMDM

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:215E0CDE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONVOCAÇÃO

APresidente do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com deficiência– CMPCD, no uso de suas atribuições legais, convoca os membros do Conselho para a Reunião Ordinária a ser realizada no dia 11/02/2026 (quarta–feira)às 09 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Idosos e Pessoas com Deficiência, localizada na: AV. Dr. José Soares de Azevedo, n°405, Astorga/PR.

Pautas:

Assuntos gerais.
Alinhamento de datas da reunião.
Alinhamento sobre os membros do conselho.
Projetos estabelecidos no plano.

ROZIMEIRE NUNES MONTEIRO
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Pessoa Com Deficiência.

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:F6F0F012

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO N.º 014/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Art. 53, da Lei Municipal nº 2.017/2008, de 05/05/2008 – Código de Posturas do Município, que determina os feriados municipais;

D E C R E T A

Art. 1º - Fixa o dia **17 de fevereiro de 2026, como feriado de Carnaval**, no Município de Astorga.

Art. 2º - Suspende o expediente nas repartições públicas municipais, nos **dias 16 e 18 de fevereiro de 2026**, mantidos os serviços considerados essenciais à Administração Pública Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:08A52577

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DECISÃO PAS 49/2025

Aos Srs.
Loteadora Orimar LTDA
CNPJ: 08.814.903/0001-18
Rua Apucarana, 111 – Centro
Santa Fé – PR – 86.770-000
Vanderleia de Oliveira de Souza
CPF: 056.596.859-94
Rua 19 de Dezembro, 503 – Vila Industrial
Astorga – PR – 86.730-000

Prezados Senhores,
Na qualidade de **Diretora da Vigilância em Saúde do Município de Astorga - PR**, faço uso da presente para adverti-los a respeito do descumprimento da **Lei Complementar nº 2.017/2008 (Código de Postura do Município)**, no que diz respeito ao imóvel**Quadra 26, Lote 1, Cadastro Imobiliário 12347** localizado na **Rua Pioneira Alaide Lino Rebelo – Astorga - PR**, que apresentava mato alto, propiciando o favorecimento à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico, em descumprimento ao **Art. 128**, Os proprietários, inquilinos, ou outros ocupantes de imóveis, são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios, lotes, glebas e outras áreas que ocupem.
Solicito, assim, aos proprietários do imóvel, uma maior atenção às Leis do Município, a fim de evitar descumprimentos futuros e eventual imposição de multa.
Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos vossa colaboração e ficamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.
Após, baixa e arquivamento do auto.

Astorga – PR, 27 de Janeiro de 2026.

LUCIANE SOARES DE LIMA MATTOS
Diretora da Vigilância em Saúde

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:3B4CD19B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
JULGAMENTO

1 - FUNDAMENTAÇÃO
1.1 - SOBRE O AUTO DE INFRAÇÃO
Verifica-se no **Auto de Infração nº 49/2025** de 17 de Dezembro de 2025 a existência de irregularidade sanitária quanto à questão de mato alto propiciando o **FAVORECIMENTO** à proliferação de criadouros do mosquito (*Aedes aegypti*) transmissor da **DENGUE** e também o aparecimento de animais indesejados e ou peçonhentos, tais como escorpião, ratos, cobras, os quais possam trazer prejuízo à saúde pública, expondo seus familiares, a si próprio e a população ao redor em **RISCO** sanitário e epidemiológico.
Justifica-se então correta **Infração** e **Processo Administrativo Sanitário**, em vista que a irregularidade encontrada está claramente citada nas páginas deste processo.

1.2 SOBRE A DEFESA
Os infratores não apresentaram quaisquer formas de **defesa prévia** dentro do prazo previsto de **15** dias úteis descrito no **Auto de Infração nº 49/2025** de 17 de Dezembrode 2025.
Em visita realizada pela **Vigilância Sanitária** no dia 27 de Janeiro de 2026 às 16:43h, constatamos que o imóvel citado apresentou situação **regularizada**, com limpeza do mesmo, eliminando **RISCO** sanitário.
Não há existência de **Processo Administrativo Sanitário** transitado em julgado nos arquivos da **Vigilância Sanitária**.

2 – DECISÃO
Assim, plenamente demonstradas às irregularidades através do **Auto de Infração nº 49/2025** de 17 de Dezembro de 2025, acima citado e nas provas documentais apresentadas, ficamos infratores sujeitos as penalidades cabíveis em legislação.
Com base no **Art. 88 da Lei Complementar 2.017/2008**, considerando recurso imagem do dia 27 de Janeiro de 2026 às 16:43h anexo ao processo, e também não existir processo administrativo sanitário transitado em julgado contra o recorrente em vigência, caracterizando serem primáriosos infratores, fica a infração sanitária classificada como grau **MÍNIMO**, previsto no **Art. 73 da Lei Complementar 2.017/2008**, cominada a penalidade de **ADVERTÊNCIA POR ESCRITO**.

Astorga – PR, 27 de Janeiro de 2026.

LUCIANE SOARES DE LIMA MATTOS
Diretorada Vigilância em Saúde

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:44571D77

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO E SUJEIÇÃO A APLICAÇÃO DE MULTA

Atendendo ao disposto no § 8º, Art. 6º, da Lei Complementar 3.014/2020, de 03 de abril de 2020, **NOTIFICAMOS**, ao(s) proprietário(s) do(s) terreno(s) listado(s) abaixo, sobre a infração ao disposto no Art. 128, da Lei Complementar 2.017/2008, de 05 de maio de 2008, que dispõe sobre a limpeza de terrenos, **estando sujeito a aplicação de multa**, de acordo com o Art. 147, da referida Lei, ficando concedido o **prazo de 15 dias úteis**, para apresentação de defesa e/ou contestação da referida infração.

CADASTRO	PROPRIETÁRIO	ENDERECO	QUADRA	LOTE
3618	547.***.***-68	RUA AGEU RODRIGUES CAROLINO	3	9
12969	08.***.***/0001-18 068.***.***-33	RUA AGENOR GOMES BARBOSA	11	14
13487	33.***.***/0001-28	RUA CARLOS GOMES	2	1

BRUNO WLMER GOMES DE OLIVEIRA
Fiscal Sanitário

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:0AA5A663

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 108/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.696/2004-E, de 28/12/2004, que dispõe sobre o Estágio Probatório do Servidor Público do Município de Astorga;

CONSIDERANDO o resultado da avaliação realizada pela Comissão de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório, nomeada pela Portaria n.º 243/2024, de 06/02/2024;

R E S O L V E

EFETIVAR a servidora aprovada em avaliação individual, realizada pela Comissão de Avaliação de Desempenho de Estágio Probatório do Município de Astorga, após o período de 03 (três) anos de Estágio Probatório:

SERVIDOR	CARGO	RESULTADO DA AVALIAÇÃO
- Gabriely Duarte Ricci	Professor de Educação Infantil	Aprovada

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:EEF275F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 113/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E

NOMEAR, **VITOR FREDDI BUENO**, brasileiro, solteiro, portador do RG. nº 38.085.814-9 - SESP/SP e CPF/MF sob nº 351.649.078-01, nascido aos 11/03/2000, em São Bernardo do Campo – SP, residente e domiciliado à Rua Ipanema, nº 140, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Supervisão de Conselhos, Símbolo CC-04,** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, com início em 1º de fevereiro de 2026, revogando-se a Portaria nº 1.278/2025, de 07/11/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:93A2AB8F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 114/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E

NOMEAR, o servidor **RONALDO ADRIANO BARROS**, lotado no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Lavador, Nível 03-O, para exercer o cargo em comissão de **Assessor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, Símbolo CC-06**, com início em 1º de fevereiro de 2026, revogando-se a Portaria nº 1.285/2025, de 07/11/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:9B0F8371

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 115/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;
R E S O L V E

NOMEAR, **SANDRA ROSA CELEGHIM**, brasileira, com união estável, portadora do RG. nº 6.304.572-1 - SESP/PR e CPF/MF sob nº 994.501.609-10, nascida aos 10/06/1977, em Astorga - PR, residente e domiciliada à Rua Cataguazes, nº 309, Jardim Licce, na cidade de Astorga, Estado do Paraná, para exercer o cargo em comissão de **Assessor do Departamento de Assistência Social, Símbolo CC-07**, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:4F2921C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.° 116/2026

A PREFEITA DO MUNICIPÍO DE ASTORGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o advento da Lei nº 3.369/2025, de 1º/10/2025, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e define a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal;

R E S O L V E

Art. 1º - NOMEAR a servidora **JOISY APARECIDA MARCHI DE MIRANDA**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Enfermeiro, Nível 20-A, para exercer o cargo em comissão de **Secretário Municipal de Saúde, Símbolo CE-01**, com início em 1º de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Fica o valor do vencimento do cargo efetivo da servidora, Enfermeiro, Nível 20-A, acrescido da Função Gratificada, FG-01, nos termos da alínea "a", do art. 7º, da Lei nº 3.369/2025, de 01/10/2025, revogando-se a Portaria nº 1.194/2025, de 03/11/2025.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:AC0DC214

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 003/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ASTORGA – PREVISA, no uso de suas atribuições legais,

E, considerando a necessidade de adequação ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS,

R E S O L V E

DESIGNAR, o servidor **RONI EVERSON FAVERO**, portador do RG nº 4.534.664-1, inscrito no CPF/MF sob nº 690.176.469-34, para integrar a equipe de controle interno da **Caixa de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Astorga – PREVISA**, sem ônus financeiro.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, 02 (dois) de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCUS EVANDRO GIAROLA
Diretor Presidente

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:49C42305

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 109/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

EXONERAR, a pedido, a servidora **ÉRICA CRISTINA DE SOUZA**, portadora do CPF sob n.º 025.846.619-77, do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR, Nível MC-5**, permanecendo até o dia 28 de janeiro de 2026, conforme requerimento protocolado sob nº 872/2026, de 29/01/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:28714F38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 112/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

EXONERAR, a pedido, a funcionária **MARLENE MINGARELLI DE ARAÚJO**, portadora do CPF sob n.º 690.177.009-04, do emprego público de **AUXILIAR DE ENFERMAGEM - PSS**, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, permanecendo até o dia 30 de janeiro de 2026, conforme requerimento protocolado sob nº 997/2026, de 30/01/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:2253764F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 117/2026

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ASTORGA, ESTADO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

EXONERAR, a pedido, a funcionária **JÉSSICA DONADELI**, portadora do CPF sob n.º 083.358.469-36, do emprego público de ZELADOR - PSS, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, permanecendo até o dia 30 de janeiro de 2026, conforme requerimento protocolado sob n.º 1048/2026, de 02/02/2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

SUZIE APARECIDA PUCILLO ZANATTA
Prefeita Municipal

EMERSON FÁBIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:4A3F0F3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 118/2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n.º 1.352/2025, de 13 de novembro de 2025;
Considerando o inciso III, do Art.112, da Lei Complementar n.º 1.232/94-E - Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Astorga, com redação dada pela Lei Complementar n.º 2.528/2013, de 25/04/2013 e a Lei Complementar n.º 3.139/2021, de 11/11/2021;

R E S O L V E

Art.1º - Autorizar a **conversão de 04 (quatro) dias da licença-prêmio**, relativos ao período aquisitivo de 12/03/2012 a 11/03/2017, da servidora **DAYANE KELI DE CARLI CAMPOS**, lotada no quadro de pessoal de provimento efetivo, com o cargo de Professor de Educação Infantil, conforme requerimento protocolado sob n.º 335/2026, de 21/01/2026.

Art. 2º - A conversão em pecúnia prevista no artigo anterior, será utilizada exclusivamente para o pagamento de tributos municipais (IPTU), existentes em nome da servidora.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E ANOTE-SE,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASTORGA, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

EMERSON FABIO PELOSI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Silvana Martins Canizares Chiarandi
Código Identificador:B3C2CD1B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O Municipio de Balsa Nova, torna público que fará realizar, às 09 horas do dia 23 de fevereiro do ano de 2026, na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL Compras, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Distrito Bugre	Pavimentação em CBUQ	3.782,4 m²	240 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Balsa Nova e na plataforma Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL Compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Balsa Nova, 02 de fevereiro de 2026.

SUÉLI LUCIANE ROECKER DE SOUZA
Agente de Contratação
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Sueli Luciane Roecker de Souza
Código Identificador:9C2352D0

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 004/2026 - CHAMADA PÚBLICA 008/2025 - TÉCNICO EM SAÚDE

EDITAL Nº 004/2026

A Secretária Municipal de Saúde, considerando rigorosamente a ordem classificatória do Processo Seletivo Simplificado 008/2025, homologado pelo Decreto nº 203/2025 que visa à contratação em caráter temporário para o cargo de Enfermeiro e Técnico em Saúde, conforme consta nos autos de Processo Administrativo n° 16.063/2025, e nos termos das Leis Municipais nº 879/2015 e 624/2011,

TORNA PÚBLICO:

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **ITEM 9 - DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO** da **CHAMADA PÚBLICA 008/2025,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 665, Centro – Balsa Nova/PR, no dia **04/02/2026, às 10h00min**, para manifestar interesse em assumir o cargo temporário de **TÉCNICO EM SAÚDE** ou, alternativamente, pela opção de desistência, conforme consta no item 9.3 do edital, sendo que **não é facultado o pedido de final de lista.**

DAS VAGAS
Conforme o Memorando n.º 04/2026 - Processo n.º 113/2026 – SMS, a vaga disponível é:

CARGO TÉCNICO EM SAÚDE		
LOCAL	**N° DE VAGAS**	**TURNOS**
UBS Governador José Richa	01	De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

A escolha das vagas seguirá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CARGO TÉCNICO EM SAÚDE		
CLASS.	**CANDIDATOS**	**INSCRIÇÃO**
15°	JULIANA XAVIER MACHADO	22638/2025
**16°*	**ELZINELI DO SOCORRO POLITCHUK DAMBROSKI*	**22458/2025*

**Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

O candidato que, ao ser convocado, recusar a admissão no momento da chamada, desistirá definitivamente da vaga.
O não comparecimento na data e horário estipulados implicará a desistência do candidato, conforme item 11.3 do edital.

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Anexo II – Rol de Documentos Necessários para Assunção do Cargo

O candidato convocado deverá apresentar os documentos originais e uma cópia de cada, às suas expensas, todos em situação regular:

1. Cédula de Identidade de Registro Geral - CIRG e Cadastro de Pessoa Física - CPF;
2. 1 (uma) foto 3x4 recente;
3. Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (páginas da foto e verso) e o número do PIS;
4. Comprovante de abertura de conta corrente no banco indicado pelo Departamento de Gestão de Pessoas, contendo o número da agência e conta;
5. Comprovante de endereço atualizado;
6. Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
7. Título de eleitor e comprovante da última votação, ou Certidão de Quitação Eleitoral, (disponível em www.tre-pr.jus.br/eleitor/certidões/quitação-eleitoral);
8. Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas;
9. Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo em razão de ordem judicial, transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, nos termos do Anexo III;
10. Certidão negativa de antecedentes criminais emitida pelos distribuidores ou cartórios criminais ou varas de execução penal em Fóruns da Justiça Estadual do (s) município (s) no (s) qual (ais) o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação.
11. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, conforme artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal e suas alterações, conforme modelo do Anexo IV.
12. CPF dos dependentes;
13. Registro profissional no respectivo Conselho de Classe;

Os candidatos interessados deverão entregar a documentação necessária para sua admissão conforme item 9.5 do edital.

Balsa Nova, 02 de fevereiro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal 113/2023
DEISE NOVAK GALLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:B69635DC

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: JUAREZ PAULO RAMOS GARRETT.
OBJETO: Locação de imóvel do tipo barracão, com área construída aproximada de 1.000 m², edificado sobre terreno com área total de

5.233,00 m², registrado sob a Matrícula nº 22.189 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo/PR, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, para fins de instalação e funcionamento do Projeto Escola em Tempo Integral.
VALOR: Até R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) por todo o objeto contratado, em parcelas mensais de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
08.001.12.122.0009.2047-3.3.90.36.00.00.2104.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Municipal nº 02/2024 e Lei Federal nº 14.133/2021.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana.
Balsa Nova, 29 de janeiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:EF83B8FD

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 046/2026

PORTARIA N.º 046/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos do processo administrativo nº 26262/2025;
RESOLVE:
Art. 1º - Arquivar o procedimento de sindicância nº 26262/2025, com fulcro nos termos da Lei 1.306/2023, com fundamento no Art.58 § 2º.
Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Balsa Nova, em 02 de fevereiro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:26E7C834

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 047/2026

PORTARIA N.º 047/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e pautado nos autos do Processo administrativo nº 31077/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Instaurar sindicância visando averiguar os fatos relatados no Processo administrativo nº 31077/2025. O procedimento será conduzido pelo servidor **FERNANDO APARECIDO CAMARA**, Assistente Social, matrícula 46821.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 02 de fevereiro de 2026
.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal 113/2023
CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:F90D77E7

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 048/2026

PORTARIA N.º 048/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 006/2024 - Processo Administrativo N.º 8231/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 006/2024, pelo prazo de **06/02/2026 a 05/10/2026.**

ROSANI SCHEUFELE
Matrícula: 542002
Cargo: PSS – TÉCNICO EM SAÚDE
Lotação: Secretaria Municipal de Saúde – Centro Médico Bom Jesus
Processo nº: 2297/2026
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de fevereiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:23620534

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 049/2026

PORTARIA N.º 049/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento na Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 – Do Prazo de Vigência, do Contrato Administrativo – Chamada Pública N.º 006/2024 - Processo Administrativo N.º 8231/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo de vigência da contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público no Município de Balsa Nova, sob o Regime Especial de Trabalho, da Chamada Pública N.º 006/2024, pelo prazo de **02/02/2026 a 01/10/2026.**

CAMYLLA APARECIDA GARRETT
Matrícula: 541865
Cargo: PSS – ENFERMEIRO
Lotação: Secretaria Municipal de Saúde – Unidade de Saúde José Richa (S.L.Purunã)
Processo nº: 2296/2026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de fevereiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:1F2E07BB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 050/2026

PORTARIA N.º 050/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 2300/2026,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica transferida a servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
JUCILENE DE FÁTIMA MERCHIORI **Origem:** SMS – Unidade de Saúde Tancredo Neves - Bugre **Destino:** SMS – Unidade de Saúde Itambé – Jardim Serrinha	Enfermeiro	542090	02/02/2026

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Balsa Nova, 02 de fevereiro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:62787B7E

GABINETE
DECRETO Nº 022/2026

DECRETO Nº 022/2026

Súmula: "Dispõe sobre a convocação de Conselheira Tutelar suplente para substituição temporária."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições aplicáveis **à** espécie,

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição temporária do quadro do Conselho Tutelar em razão do gozo de férias de um de seus membros titulares;

CONSIDERANDO a ordem de classificação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

DECRETA:

Art. 1º Fica CONVOCADA a Sra. **DÉBORA SCHUESSLER**, Conselheira Tutelar **suplente**, inscrita no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-98, para ocupar, em caráter temporário, a função de Conselheira Tutelar no Município de Balsa Nova – PR.

Art. 2º A convocação de que trata este Decreto tem por finalidade a substituição de Conselheiro Tutelar titular durante o período de gozo de férias, compreendido **de 05 de fevereiro de 2026 a 09 de junho de 2026**.

Art. 3º Durante o período de substituição, a Conselheira convocada fará jus a todos os direitos, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, em 02 de fevereiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal de Balsa Nova/PR

Publicado por:
Lucimara Silva Oliveira Falarz
Código Identificador:95EAC9F2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

2° Termo aditivodo contrato nº12 / 2024, decorrente de Tomada de Preços N°3/ 2023 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO, COMPREENDENDO A CRIAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS E PUBLICITÁRIAS DO PODER EXECUTIVO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **OLÉ - PROPAGANDA E PUBLICIDADE EIRELI,** portador do CPF/CNPJ sob nº03.979.287/0001-31, neste ato representada por FABIA VALERIO PAULIKI, portador do CPF sob n° 02560796929, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 30/01/2027, com finalidade da manutenção do contrato que será mais vantajosa que a realização de uma nova contratação dos serviços em questão. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente. A contratação pode estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, com o presente aditivo a administração pretende garantir a prestação de serviços em questão, com fundamento da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

BARBOSA FERRAZ, 30 de janeiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
Contratante
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Olé - Propaganda e Publicidade EIRELI
03.979.287/0001-31
FABIA VALERIO PAULIKI
Representante Legal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:12C72C03

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026

EDITAL Nº 008/2026
De: 02/02/2026

Súmula: Convocação de candidatos aprovados em Concurso Público Municipal nos termos do Edital nº

01.001/2024 - Concurso Público nº 001/2024, homologado pelo Edital nº 09.001/2024 em 04/07/2024.

O Prefeito do Município de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, **Carlos Rosa Alves**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e nos termos do **Edital de Concurso Público n° 01.001/2024, Concurso nº 001/2024 publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná em 10/04/2024.**

CONVOCA:

Os candidatos abaixo relacionados, por ordem de classificação, aprovados para o cargo de provimento efetivo cujo resultado foi homologado através do **Edital de Homologação de Classificação Final nº 09.001/2024**, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 04 de julho de 2024, **para comparecer durante o período PRAZO MÁXIMO DE 15 DIAS ÚTEIS A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DESSE REFERIDO EDITAL**, das 09:00 as 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, sito a Avenida Presidente Kennedy, 363, centro, Barbosa Ferraz –Pr, **munidos de fotocópia devidamente autenticada de toda documentação (anexo I) e originais**, além da declaração de não cumulação de cargos ou empregos públicos - art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal - **(anexo II)**, para fim de serem apreciados tais documentos e somente após serem nomeados, assinarem o Termo de Posse e entrarem no exercício de suas funções**,** de acordo com a respectiva lotação dentro das prioridades, necessidades e conveniência da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz.

Cargo: **PROFESSOR**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO/NOME

21º Ana Maria dos Reis Novais — Ampla Concorrência

Esclarece por oportuno, que **o não comparecimento no prazo do presente Edital, implicará em reconhecimento de DESISTÊNCIA TÁCITA**, do classificado, autorizando o Poder Executivo Municipal, se for conveniente para a administração, convocar outro candidato, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação. Esclarece finalmente, que a **apresentação de documentação incompleta ou fraudulenta, implicará na sua imediata exclusão do certame**, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis a espécie.

Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, em 02 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

ANEXO I
RELAÇAO DA DOCUMENTAÇÃO QUE DEVERÁ SER APRESENTADA
FOTOCÓPIAS E ORIGINAIS
FOTOCÓPIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE (RG);
FOTOCÓPIA DO CPF;
FOTOCÓPIA DO PIS/PASEP;
FOTOCÓPIA DA CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL;
FOTOCÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR;
FOTOCÓPIA DO CERTIFICADO DE RESERVISTA OU DE DISPENSA DE INCORPORAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR (SE DO SEXO MASCULINO);
FOTOCÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO/CASAMENTO;
FOTOCÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
FOTOCÓPIA DO CPF DOS FILHOS MENORES DE 21 ANOS;
FOTOCÓPIA DO CERTIFICADO (DIPLOMA) DE ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA O CARGO;
FOTOCÓPIA DO REGISTRO DO CONSELHO DE CLASSE EXIGIDO PELO CARGO;
FOTOCÓPIA DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (SE POR EXIGENCIA DO CARGO);
FOTOCÓPIA DO COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO, SEM ABREVIATURAS COM BAIRRO E CEP;
01 (UMA) FOTO 3X4 RECENTE;
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA ELEITORAL;
CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO CARTÓRIO DISTRIBUIDOR. LOCAL DE RESIDÊNCIA OU DOMÍCILIO DO CANDIDATO;
DECLARAÇAO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO (ANEXO II) DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO);
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO PRIVADO CONFORME PRESCRITO NO ART. 32 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, NO DECRETO ESTADUAL N° 4.202 DE 30 DE MAIO DE 2001, NA LEI ESTADUAL N° 13.047 DE 16 DE JANEIRO DE 2001 E NA LEI N° 8.429 DE 02 DE JUNHO DE 1992;
DECLARAÇÃO DE NÃO DEMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL;
EXAME MÉDICO DE CAPACITAÇÃO FUNCIONAL, EMITIDA PELO MÉDICO DO TRABALHO;
DEMAIS EXAMES MEDICOS COMPLEMENTARES SERÃO EXIGIDOS EM CONFORMIDADE DO LAUDO PCMSO DO MUNICÍPIO **(Consultar Departamento de Recursos Humanos do Município)**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO CUMULAÇÃO DE CARGOS OU EMPREGO PÚBLICO

Eu, _____,
Inscrição nº _____, aprovado (a) na _____colocação para o cargo de _____, declaro sob as penalidades da Lei (**art. 299 CP***), que **NÃO exerço** nenhum cargo ou emprego público que se enquadre nos **impedimentos legais previstos no art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal**, e ainda que **NÃO infrinjo** o disposto no **art. 37 inciso 10 da CF com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98 quanto aos proventos de aposentadoria**, **AUTORIZANDO** o Poder Público Municipal, a qualquer tempo e por qualquer modo, verificar a veracidade da presente declaração, estando ciente de que, caso seja encontrado incompatibilidade, **além de responder na esfera penal, estarei automaticamente excluído do aludido concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da minha nomeação**, respondendo, inclusive, pelos danos causados ao erário público. Por ser expressão da verdade, firmo a presente Declaração, que vai devidamente assinada por mim, para que produza os legais efeitos jurídicos.
*** Art. 299 do Código Penal – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa.**

Barbosa Ferraz, Pr, em _____de _____de 2026.

_____
Declarante

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:5B2F5E30

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 022/2026

PORTARIA N° 022/2026
DE: 29/01/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a readaptação funcional da servidora municipal Luzia Marroco, pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz e dá outras providências.

CARLOS ROSA ALVES Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

CONSIDERANDO, a Emenda Constitucional EC 103/2019, que implantou a Reforma da Previdência, o parágrafo 13 do artigo 37 estabelece que "o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem".

CONSIDERANDO, que o intuito da readaptação tem o objetivo de manter em atividade produtiva aqueles servidores que sofreram limitações de suas capacidades em decorrência de doença ou acidente.

CONSIDERANDO, que a readaptação deve ser precedida, preferencialmente, de manifestação da autarquia que gere o Regime Geral de Previdência Social, in casu, Instituto da Seguridade Social, aplicando-se no que couber as regras da Reabilitação Profissional.

CONSIDERANDO, que o art. 37, §13, da Constituição, que disciplina a readaptação de servidores públicos, é norma de eficácia plena, estando apta à imediata aplicação pela administração pública, independentemente de legislação infraconstitucional, de modo que os entes federativos que não a previam em seu ordenamento deverão admiti-la, ao passo que os que a estabeleciam em sua legislação local deverão adaptá-la, se necessário, para se alinhar ao comando constitucional.

R E S O L V E:

Art. 1° - READAPTAR a servidora **LUZIA MARROCO**, matrícula 600166, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar De Enfermagem Clt (40 horas semanais), **para exercer as atribuições e funções do cargo de Recepcionista e Triagem** (40 horas semanais), conforme o ASO de mudança de riscos ocupacionais em **17/12/2025.**
Parágrafo Único. A readaptação que trata o artigo supracitado dar-se-á, com fulcro no Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Barbosa Ferraz Lei n° 2.269/2018.

Art. 2º - A servidora readaptada exercerá nova função observando as normas específicas que a regem perante a nova função, tais como as de horário e de jornada de trabalho, de subordinação hierárquica, riscos ocupacionais, dentre outras.

Art. 3º - A servidora readaptada submeter-se-á, anualmente a exame médico realizado por junta médica oficial, a fim de ser verificada a permanência das condições que determinaram sua readaptação e a possibilidade de reversão ao cargo de origem.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros em 17/12/2025.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 29 de janeiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:090B09BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 024/2026

PORTARIA N° 024/2026

De: 02/02/2026

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação de Anderson Cassio Geremias para assumir cargo de provimento efetivo e dá outras providências".

CARLOS ROSA ALVES, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE:

Artigo 1° - **NOMEAR** em 02 de fevereiro 2026, **ANDERSON CASSIO GEREMIAS, portador do CPF nº 104.XXX.XXX-28** para exercer o cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE ENDEMIAS** carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município de Barbosa Ferraz em virtude de sua habilitação no Concurso Público aberto pelo Edital n° 01.001/2024 - Concurso Público nº 001/2024.
Artigo 2° - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros em 02/02/2026.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barbosa Ferraz, 02 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:AD7A8B2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
ADITIVO WEBLINE

3º TERMO ADITIVO - Contrato Adm. 01/2023 – Dispensa 01/2023
Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software, desktop, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de controle de usuários, manutenção do site da Câmara Municipal, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de gerenciamento e consolidação de leis, ata eletrônica, cadastro de documentos diversos, organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagem e atualização da página na internet.
A CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ - Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Rui Barbosa nº. 98, Centro, inscrita no CNPJ/MF nº 00.814.688/0001-43, denominada como CONTRATANTE, representada por seu Presidente Cleiton Penteado Calixto, RG: 8.xxx.xxx-4, CPF: 0xx.xxx.xxx-54 e de outro lado a Empresa WEBLINE SOFTWARE LTDA ME, situada na rua Oscar Leopoldino da Silva, 119, Jardim Dirceu Marília/SP, inscrita no CNPJ/MF 07.673.796/0001-92, denominada como CONTRATADA, representada por Guilherme Roberto Alvarez Ribeiro, portador do CPF: 2xx.xxx.xxx-02, celebram o Termo Aditivo mediante as cláusulas que segue:
Cláusula Primeira – Do Objeto
Contratação de empresa para fornecimento e manutenção de licença de uso de software, desktop, abrangendo sistema de gestão de todo o trâmite do processo legislativo, sistema de controle de usuários, manutenção do site da Câmara Municipal, hospedagem integrada ao sistema legislativo, integração de sistema ao site da Câmara, sistema de gerenciamento e consolidação de leis, ata eletrônica, cadastro de documentos diversos, organização e acompanhamento das proposições com geração de documentos automáticos, protocolo digital, protocolo do SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), sistema

de recurso de acessibilidade, sistema profissional de backup automático local e remoto, suporte técnico (online remoto), atualizações do sistema via internet de forma automática e hospedagem e atualização da página na internet.

Cláusula Segunda – Da Prorrogação do Contrato

"Parágrafo único. Fica prorrogado o prazo de vigência para um período de 12 meses a contar de 26 de fevereiro de 2026."

Cláusula Terceira – Da Fundamentação Legal

A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no Art. 57, II da Lei No 8.666/1993 e no parecer exarado pela Assessoria Jurídica do Contratante.

Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária

4.1 A dotação orçamentária relativa às modificações constantes neste Termo Aditivo serão realizadas com uso da seguinte Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2-001 – Manutenção do Legislativo Municipal.

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.000 – Serviços de Tecnologia da Informação

Cláusula Quinta – Do Valor

Fica reajustado no índice IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses. O valor do presente aditivo corresponde ao montante de R$ 11.487,36 (onze mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos), sendo pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 957,28 (novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos).

Cláusula Sexta – Da Inalteração

As demais cláusulas do contrato não atingidas por este termo aditivo, ficam inalteradas.

E por estarem de acordo assinam o presente Termo Aditivo em duas vias, de igual teor e forma com testemunhas abaixo.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, em 09 de janeiro de 2026.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente
Contratante

Webline Software LTDA - EPP
GUILHERME ROBERTO ALVAREZ RIBEIRO
Contratada

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:9A024A6B

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 01/2026 - CMDPI

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Nº777 de 08 de março de 2022.

Considerando a reunião do CMDPI realizada no dia 28 de janeiro de 2026, Ata 01/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovaram sem ressalvas a Prestação de Contas do Recurso Incentivo ao serviço de centro-dia e outras linhas de ação em prol da população Idosa Del.019/2023 via FIPAR - Fundo Estadual do Direito da Pessoa Idosa.

Art. 3º -Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra do Jacaré - Pr, 02 de fevereiro de 2026.

LEONICE AGUIAR
Presidenta do CMDPI

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:D8BC7236

CONSELHOS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 02/2026 - CMDPI

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CMDPI, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Nº777 de 08 de março de 2022.

Considerando a reunião do CMDPI realizada no dia 28 de janeiro de 2026, Ata 01/2026

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovaram sem ressalvas a Prestação de Contas do Recurso Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023 via FIPAR - Fundo Estadual do Direito da Pessoa Idosa.

Art. 3º -Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Barra do Jacaré - Pr, 02 de fevereiro de 2026.

LEONICE AGUIAR
Presidenta do CMDPI

Publicado por:
Ednalberto Goulart
Código Identificador:A9CD9E04

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 016/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: Designa servidores públicos para as funções de Gestor, Fiscal e Identificador.

LUIZ FABIANO ZANATTA, Prefeito Municipal de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNA a servidora pública ANDREIA APARECIDA DA SILVA, Matrícula nº 6281, portadora da CI – RG nº x.xxx.x56-5, e inscrita no CPF nº xxx.xxx.xx9-64ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, como Gestora do Convênio/ Termo de Cooperação a ser firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Art. 2º DESIGNA a servidora pública ANA JULIA RAGANHON AGUIAR, Matrícula nº 360717, portadora da CI – RG nº xx.xxx.x50-8, e inscrita no CPF nº xxx.xxx.xx9-38 ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Social, como Fiscal do Convênio/ Termo de Cooperação a ser firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Art. 3º DESIGNA o servidor público JOSIMAR SANTIAGO ALVES, Matrícula nº 360510, portador da CI – RG nº xx.xxx.x01-1, e inscrita no CPF nº xxx.xxx.xx9-58 ocupante do cargo de Assistente Administrativo, como Identificador do Convênio/ Termo de Cooperação a ser firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

I – Registre-se, Certifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 02 de fevereiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:A043D3B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 014/2026

DECRETO Nº 014/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art. 1º Progressão Funcional à **ELIANDRA BUTZKE**, portadora do RG nº 8.XXX.XXX-3 SSP/PR e CPF 049.XXX.XXX-36, ocupante do cargo de Recepcionista, Nível "15", do Grupo Ocupacional – Administração Geral, passando ao Nível "16", pela avaliação de desempenho, de acordo com a Lei Municipal 386/2011 de 11 de julho de 2011 e pela Portaria n° 0186/2024 de 06 de junho de 2024.

Art. 2° O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:783B4689

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 015/2026

DECRETO N° 015/2026

Declara como utilidade pública, para fins de Dispensa de Licenciamento Ambiental - DLAM para Pavimentação Asfáltica em CBUQ, o trecho que liga a sede municipal a Comunidade de Linha Santa Lúcia, Município de Bela Vista da Caroba.

O Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE
Art. 1° - Fica declarada a utilidade pública, para fins de pavimentação asfáltica em CBUQ em estradas rurais, no trecho que liga a sede municipal a Comunidade de Linha Santa Lúcia, com extensão de 5.443,27 metros (cinco mil e quatrocentos e quarenta e três metros e vinte e sete centímetro) e largura da pista variando de 6,00 (seis) metros, totalizando 32.659,62 m² (trinta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove metros quadrados e sessenta e dois centésimos de metro quadrado), com as seguintes coordenadas, ponto inicial: 234792,06 m.E, 7130165,91 m.S; coordenadas ponto final: 233025,94 m.E, 7134377,25 m.S.
Art. 2° - O Presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:AA7BA32B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Onde lê-se:
Sendo a ÚNICA entidade denominada OSC no Município.

Leia-se:
Sendo a ÚNICA entidade denominada OSC, prestadora desta natureza de serviço no Município.

Bela Vista da Caroba, 02/02/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Clair Juliane Levandoski Severo
Código Identificador:87903181

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 004/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA
Contratada.: SAUERPETRO COMBUSTIVEIS LTDA
Valor.....: R$ 1.353.150,00 (um milhão e trezentos e cinquenta e três mil e cento e cinquenta reais)
Vigência...: Início: 02/02/2026 Término: 01/02/2027
Licitação..: Inexigibilidade Nº.: IL1/2026
Recursos...: Dotação: 489 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339030 Material de Consumo
484 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339030 Material de Consumo
468 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339030 Material de Consumo
467 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339030 Material de Consumo
463 - 1 . 9002 . 8 . 243 . 5 . 6.54 . 0 . 339030 Material de Consumo
456 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339030 Material de Consumo
455 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
454 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
356 - 1 . 10001 . 4 . 121 . 1 . 2.60 . 0 . 339030 Material de Consumo
372 - 1 . 12001 . 15 . 452 . 8 . 2.63 . 0 . 339030 Material de Consumo
362 - 1 . 11001 . 27 . 812 . 3 . 2.61 . 0 . 339030 Material de Consumo
339 - 1 . 9002 . 8 . 243 . 5 . 6.54 . 0 . 339030 Material de Consumo
307 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339030 Material de Consumo
306 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339030 Material de Consumo
305 - 1 . 9003 . 8 . 244 . 4 . 2.46 . 0 . 339030 Material de Consumo
290 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339030 Material de Consumo
289 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339030 Material de Consumo
288 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339030 Material de Consumo
287 - 1 . 8001 . 26 . 782 . 8 . 2.41 . 0 . 339030 Material de Consumo
266 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339030 Material de Consumo
265 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339030 Material de Consumo
264 - 1 . 7002 . 10 . 304 . 2 . 2.37 . 0 . 339030 Material de Consumo
256 - 1 . 7002 . 10 . 305 . 2 . 2.36 . 0 . 339030 Material de Consumo
232 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
231 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
230 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 2 . 2.31 . 0 . 339030 Material de Consumo
209 - 1 . 7001 . 10 . 122 . 2 . 2.29 . 0 . 339030 Material de Consumo
200 - 1 . 6001 . 12 . 366 . 9 . 2.25 . 0 . 339030 Material de Consumo
190 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
189 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
188 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
187 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
186 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
185 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 9 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
76 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.8 . 0 . 339030 Material de Consumo
69 - 1 . 5001 . 20 . 606 . 7 . 2.7 . 0 . 339030 Material de Consumo
57 - 1 . 4001 . 4 . 123 . 1 . 2.6 . 0 . 339030 Material de Consumo
48 - 1 . 3001 . 4 . 122 . 1 . 2.5 . 0 . 339030 Material de Consumo
33 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 1 . 2.2 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Bela Vista da Caroba, 02/02/2026

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:771D238C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 068/2026

PORTARIA Nº 068/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art. 1º - 15 dias de férias a partir de 02 de fevereiro de 2026, ao servidor **LEONIR MARINS** portador do RG nº 8.xxx.xxx-2 SSP/PR e CPF 029.xxx.xxx -23, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:649F4B9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 069/2026

PORTARIA Nº 069/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 20 dias de férias a partir de 02 de fevereiro de 2026, ao servidor **ILSO DE ARAUJO**, portador do CPF 025.xxx.xxx-21, ocupante do Cargo de Assessor de Gabinete.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:003278C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 070/2026

PORTARIA Nº 070/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 05 dias de férias a partir de 02 de fevereiro de 2026, ao servidor **RENATO GONCALVES DA SILVA,** portador do RG nº 25.xxx.xxx-4 SSP/PR e CPF 184.xxx.xxx-25, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Médico.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:B3EA6D99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 071/2026

PORTARIA Nº 071/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

CONCEDER

Art.1º - 20 dias de férias a partir de 05 de janeiro de 2026, a servidora **ANA PAULA LEVANDOSKI PIGOSO**, portadora da Cédula de Identidade nº 9.xxx.xxx-0, SSP/PR e CPF 071.xxx.xxx-45, ocupante do cargo Efetivo de Nutricionista.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, retroagindo seus efeitos a 05/01/2026, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 02 DE FEVEREIRODE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Dickel
Código Identificador:966F3A0A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL1/2026
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data Homologação: 02/02/2026
d) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA DO MUNICÍPIO.
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

3089 - SAUERPETRO COMBUSTIVEIS LTDA (26.294.693/0001-66)

TOTAL GERAL: R$ 1.353.150,00

Bela Vista da Caroba, 02/02/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:0EC7C4BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 61-2025

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 61-2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 61-2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL ADM REG NO ESTADO DO PARANA- SENAC/PR.

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL ADM REG NO ESTADO DO PARANA- SENAC/PR, pessoa juridica de direito privado, inscrita no Cnpj sob nº 03.541.088/0033-24, sita na Rua Calixto Razolini, 2151, Portão, Curitiba/ PR, CEP: 81070060 - Curitiba/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) JEFERSON VANDERLEI BASSO, portador (a) do Cpf sob nº025.990.149-05, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado no dia 04/08/2025, altera-se a **Cláusula Sexta – Vigência** - Fica prorrogado o prazo originalmente estabelecido, passando o mesmo a ter sua vigência até 31/10/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA- Efeitos:

• As alterações e condições estabelecidas neste Termo Aditivo terão efeitos prospectivos, passando a vigorar integralmente a partir da data de vencimento do último termo.

• As demais cláusulas e condições do contrato original que não foram expressamente alteradas ou revogadas por este Aditivo permanecem válidas e em pleno vigor.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.
BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 26/01/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***JEFERSON VANDERLEI BASSO***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS: _____ _____

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:CE2254E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

O Município de Boa Ventura de São Roque-PR, torna público que no dia **17 de Março de 2026 às 08h00min (horário de Brasília).** Através da Plataforma BLL - Compras **www.bll.org.br** realizará Concorrência Eletrônica, para o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO COMPLETA DA INSTALAÇÃO DE POSTO DE TRANSFORMAÇÃO DE 75 KVA – 34,5 KV – 380/220 V, INCLUINDO FORNECIMENTO INTEGRAL DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA, ENSAIOS, COMISSIONAMENTO E REGULARIZAÇÃO JUNTO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DEMAIS DOCUMENTOS E ANEXOS.**

TIPO DE DISPUTA:	Menor Preço Global.
VALOR TOTAL:	R$122.660,00 (cento e vinte e dois mil seiscentos e sessenta reais).
CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:	De 03 de Fevereiro de 2026 às 00h01min.
	Até 17 de Março de 2026 às 08h00min.
LOCAL:	BLL Compras: www.bll.org.br.

INFORMAÇÕES: Esclarecimentos, modelos e anexos poderão ser solicitados junto ao Agente de Contratação do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91, WhatsApp 42 93300-6042 ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, a pasta técnica, com o inteiro teor deste Aviso e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br ou http://www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque - PR, 02 de Fevereiro de 2026.

Assinado Digitalmente
SILAS DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto 34/2025

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:D5FFD574

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 66/2026

DECRETO N.º 66/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura De São Roque, para o Exercício de 2026 no total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

O Prefeito Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 combinados com a Lei Municipal n.º 1.320/2025 resolve:

DECRETAR
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Boa Ventura de São Roque para o exercício de 2026, na importância de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mediante as seguintes providências:
· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	
05.001	Departamento de Educação	
12.361.503.2.38	UNIFORME PARA TODOS - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1860	0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	150.000,00
12.365.503.2.45	UNIFORME PARA TODOS - PRÉ ESCOLA/EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2620	0103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000,00
	SUBTOTAL	200.000,00
	TOTAL	**200.000,00**

Art. 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025 das fontes de recursos abaixo relacionadas, conforme previsto no inciso I, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Fonte	Descrição	Valor
00104	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	150.000.00
00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	50.000.00
TOTAL		**200.000,00**

Art. 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1.302/2025, e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1.303/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso de 2026, no que couber.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 02 de fevereiro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito

Publicado por:
Janete Aparecida de Oliveira Soares
Código Identificador:F0EBC7D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO VIGESIMO NONO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2025

EXTRATO DO VIGESIMO NONO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR.

CONTRATADA: AUTO POSTO BOA VISTA LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

VALOR ATUAL POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL (R$)
01	ETANOL	LTS	R$ 4,29
02	GASOLINA COMUM	LTS	R$ 6,09
03	DIESEL S10	LTS	R$ 5,88

VALOR REAJUSTADO POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA (%)	VALOR REAJUSTADO (R$)
01	ETANOL	LTS	4,50%	R$ 4,29
02	GASOLINA COMUM	LTS	2,50%	R$ 6,09
03	DIESEL S10	LTS	3,00%	R$ 5,89

Boa Vista da Aparecida - PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:FB5E99A2

LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 001/2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE SERVIÇOS MECÂNICOS, TROCA DE ÓLEO E ALINHAMENTO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS PESADAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**.**

EMPRESA - HABILITADA	SITUAÇÃO
RODAMOTRIZ COMERCIO DE PECAS LTDA	CREDENCIADA

Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:C6121205

LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 002/2026
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

OBJETO: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**.**

EMPRESA - HABILITADA	SITUAÇÃO
ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE BOA VISTA DA APARECIDA - AAFAB	CREDENCIADA

Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:9D8EF5B1

LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 005/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO MODALIDADE: CHAMAMENTO PÚBLICO N° 005/2025
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO POR DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN E PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS DO REGISTRO DOS MOVIMENTOS ARRECADADOS PARA O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**.**

EMPRESA - HABILITADA	SITUAÇÃO
COOPERATIVA DE CREDITO SICOOB CREDICAPITAL	CREDENCIADA

Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mateus Panisson Zucco
Código Identificador:D4E48058

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 33 2026

DECRETO nº 33/2026
Data: 02/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração pedido de servidora municipal ocupante do Cargo de Agente Político e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o requerimento sob nº 027/2026, de 15 de janeiro de 2026,
DECRETA

Art. 1º - Fica exonerada, a partir da data de 30 de janeiro de 2026, a pedido de servidora municipal ocupante do "Cargo de Agente Político de Secretária de Assistência Social, Família e Habitação" a sra. **POLYANA ZUCO,** portadora do CPF nº 089.124.319-43.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, surtindo seus efeitos retroativos a data de 30 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:AF49EE43

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 34 2026

DECRETO nº 34/2026
Data: 02/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor municipal ocupante do Cargo Exclusivo em Comissão e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado, a partir da data de 30 de janeiro de 2026, a pedido de servidor municipal ocupante do "Assessoria da Secretaria de Turismo" o sr. **SANDRO MARCOS DOS SANTOS,** portador do CPF nº 001.363.059-89.
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, surtindo seus efeitos retroativos a data de 30 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:096C6637

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 35 2026

DECRETO nº 35/2026
Data: 02/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidores municipais temporários por iniciativa da administração municipal a partir de 02 de fevereiro de 2026 e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Ficam exonerados servidores municipais temporários por iniciativa da administração pública, a partir da data de **02 de fevereiro de 2026**, conforme abaixo relacionados:

	Nome	CPF	Cargo	Exoneração
	Adriano Estelito De Souza	033.344.459-09	Técnico De Enfermagem - Esf	02/02/2026
	Ademir Chafre	524.817.869-04	Operador De Maquinas Rod. E Agrícolas	02/02/2026
	Marcelo Heinz Alexandre	066.888.129-16	Operador De Maquinas Rod. E Agrícolas	02/02/2026
	Flavio Luiz	079.005.749-21	Operador De Maquinas Rod. E Agrícolas	02/02/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:7CE0FA8E

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 36 2026

DECRETO nº 36/2026
Data: 02/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidor para ocupar cargo exclusivo em Comissão e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado, nesta data de 02 de fevereiro de 2026, o **Sr. SANDRO MARCOS DOS SANTOS,** portador do RG nº 61.126.428-45 e inscrito no CPF nº 001.363.059-89, para ocupar o cargo em comissão de "**Chefe Geral dos Transportes" (Lei Municipal nº 886/2025**).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:E6B8E18A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 483/2023

DECRETO Nº 483/2026

Súmula: Nomeia Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 01 de fevereiro de 2026, Cleria Vieira Nascimento CPF Nº ***483.648-**, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de Chefe de Divisão CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 01 de fevereiro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:03185D14

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 484/2026

DECRETO Nº 484/26

Súmula: Nomear Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Nomear a partir de 01 de fevereiro de 2026, **Valfrido da Cruz Santos** CPF ***.136.939-****,** para ocupar o cargo em provimento em Comissão de Chefe de Divisão CC4, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 01 de fevereiro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:292F6512

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 485/2026

DECRETO Nº 485/26

Súmula: Nomear Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Nomear a partir de 01 de fevereiro de 2026, Suellen Batista de Souza CPF Nº ***916.299****, para ocupar o cargo em provimento em Comissão de Diretora de Departamento CC II, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 01 de fevereiro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:621796C5

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 486/2026

DECRETO Nº 486/2026

Súmula: Nomeia Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 01 de fevereiro de 2026, Daiane de Mattos dos Santos CPF nº ***.317.839-** para ocupar o cargo de provimento em Comissão de Diretora Extraordinária CC II, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 01 de fevereiro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:DD9F930A

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 487/2026

DECRETO Nº487/26

Súmula: Exonera Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam exonerados, os cargos de provimento em comissão conforme especificado abaixo:

NOME	CARGO	DATA
Crislaine de Souza Prestes	Chefe de Divisão CC4	02.02.2026
Ester Cavalari	Chefe de Divisão CC4	02.02.2026
Vani Pires dos S. da Silva	Chefe de Divisão CC4	02.02.2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 01 de fevereiro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:0DBCA5B2

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 488/2026

DECRETO Nº 488/2026

EMENTA: *Define o valor máximo para as requisições de pequeno valor – RPV – nos termos da Lei Municipal nº 1030/2025 e Portaria Interministerial MPS/MF nº 13/2026*

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, JOÃO DE LIMA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos VI, da Lei Orgânica do Município de Bocaiúva do Sul,
DECRETA:
Art. 1º Conforme autorização da Lei Municipal nº 1030/2025 e Portaria Interministerial MPS/MF nº 13/2026, a qual reajustou o valor máximo (Teto do RGPS) em R$ 8.475,55 (oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) para o exercício de 2026.

Art. 2º Fica definido o valor descrito no artigo anterior como valor máximo para pagamentos de débitos (Requisição de Pequeno Valor – RPV), do Município de Bocaiúva do Sul, oriundos de sentença judicial transita em julgado, nos termos do que alude o § 3º, do artigo 100, da Constituição Federal, com efeitos financeiros a partir de 1° de janeiro de 2026.
Art. 3º Os valores superiores a R$ 8.475,55 (oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), obrigatoriamente serão pagos na modalidade de Precatório nos termos do art. 100 da Constituição Federal e demais pertinentes.
Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul/PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal
Município de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:9116B53C

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº489/2026

DECRETO Nº 489/26

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, nos termos do Art. 37 e seguintes da Lei Municipal nº 013/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Bocaiúva do Sul) para o servidor público efetivo abaixo nominado:

NOME	CARGO	PORCENTAGEM
Erivaldo Fracaro De Brito	Motorista	15%

Art. 2º - Para o exercício das funções mencionadas na tabela do artigo 1º, a servidora fará jus ao percentual ali indicado, sobre o respectivo vencimento básico.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 01 de fevereiro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:11F4DD3D

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 490/2026

DECRETO Nº 490/2026

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições, em vista da Comunicação pelo INSS a Prefeitura Municipal, em 05.01.2026, que concede Aposentadoria por tempo de contribuição.

DECRETA:

Art. 1º - Fica DESLIGADO, ACIR DE JESUS ASSUNÇÃO, RG 5.815.986-7 0 PR, admitido em 01 de junho de 1995, ocupante do Cargo de Auxiliar Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo autorizada a baixa de sua documentação junto ao Setor de Pessoal, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se / Publique-se

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:98726137

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, por meio da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Conselheiros Tutelares, instituída pela Resolução nº 004/2023 do CMDCA, no uso das atribuições, baseado nas Lei Municipal nº 799/2023, na resolução nº 231/2022 do CONANDA

RESOLVE:
Art. 1º – Autorizar o Conselheiro Tutelar Suplente a assumir o exercício da função durante o período de férias dos Conselheiros Tutelares titulares, garantindo a continuidade do atendimento e das atividades do Conselho Tutelar no exercício de 2026.
Art. 2º – O Conselheiro Tutelar Suplente fará jus aos direitos, deveres e responsabilidades inerentes à função durante o período de 02/02/2026 a 16/05/2026.

NOME	CPF
Alexandre Souza	0XX.194.4XX-60

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 30 de janeiro de 2026

ARI BERNARDI
Presidente CMDCA

Publicado por:
Guilherme Novakoski Bandeira
Código Identificador:3E2ADF56

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA - PREGÃO Nº 10/2026

AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026
PROCESSO Nº 10/2026
Fica prorrogada a data de abertura do Pregão Eletrônico nº 10/2026, **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, NOVOS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL, COM RECURSOS ORIUNDOS DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, SUPORTE À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E INFRAESTRUTURA AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS,** para o dia 13 de fevereiro de 2026, às 08:30 horas, devido alteração do edital.

1º - Fica prorrogada a abertura da licitação para o dia 13 de janeiro de 2026, às 008:30 horas;

2º - Pelo presente ato ficam intimados os licitantes da decisão estabelecida no artigo anterior.

Bocaiúva do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

ESTEFANIA TAVARES FREITAS SILVA BUSATO
Agente de Contratação

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:1447A017

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO - PREGÃO Nº 02/2026

AVISO DE CANCELAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
PROCESSO Nº 02/2026

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do Processo Licitatório Nº 02/2026 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,** tendo em vista alterações necessárias no processo.

Bocaiúva do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO
Secretário Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:0A2540BD

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO Nº 07/2026

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026
PROCESSO Nº 07/2026

O Município de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do Processo Licitatório Nº 07/2026 do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026, referente à **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO QUILÔMETRO, TIPO CAMINHONETE/PICAPE, CABINE DUPLA, QUATRO PORTAS, COM CAPACIDADE PARA ATÉ 5 PASSAGEIROS, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,** tendo em vista Identificação de erro material insanável que prejudica o processo licitatório em face das disposições da Lei 14.133/2021.

Bocaiúva do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

CLAUDINÉIA FALCADE SCREMIM PORKOTE
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:3D400749

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATOS – CHAMADA PÚBLICA 06/2025 - INEXIGIBILIDADE 43/2025 CONTRATOS 15/16/17/18/19/20/21/22/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS, PESSOAS FÍSICAS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO CARGO DE CUIDADOR SOCIAL

CONTRATO Nº 15/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: CRISLAINE DE SOUZA PRESTES
CPF: XXX.932.XXX-76
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATO Nº 16/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: ESTER CAVALLARI
CPF: XXX.018.XXX-05
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATO Nº 17/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: GISLAINE CRISTINA DOS SANTOS
CPF: XXX.880.XXX-40
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATO Nº 18/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: JAINE FREITAS BENTO
CPF: XXX.087.XXX-13
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATO Nº 19/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: JESSICA FRACARO DE BRITO COLETI
CPF: XXX.572.XXX-42
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATO Nº 20/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: LUCIMERI ALBERTI
CPF: XXX.734.XXX-68
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATO Nº 21/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: VANI PIRES DOS SANTOS DA SILVA
CPF: XXX.184.XXX-10
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATO Nº 22/2026
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CUIDADOR SOCIAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL - CNPJ: 76.105.592/0001-78
CONTRATADO: JULIANE STRAUBE
CPF: XXX.847.XXX-06
VALOR: R$ 56.784,00 (Cinquenta e seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/02/2026 a 02/02/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CLAUDINEIA FALCADE SCREMIN PORKOTE
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:9F059B5A

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – RESCISÃO DOS CONTRATOS: 144/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONDUÇÃO VEICULAR - CATEGORIA D
CONTRATADO: JORGE LUIS DOS SANTOS
CPF: XXX.863.XXX-00
DATA DA RESCISÃO: 02/02/2026

BOCAIÚVA DO SUL, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:EEE7F776

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 1 DO CONTRATO N° 174-2025

TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo do Contrato N°174/2025, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrito sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **KFX PRÉ FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.870.582/0001-60, com sede à Rodovia BR 163, KM 11, Sala 02, Bairro Industrial, na cidade de Barracão, Estado do Paraná, neste ato representada pela Sra. SUELEN PETROLI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade sob n° 4.391.705 SESP/PR, inscrita no CPF nº 093.090.219-00, residente e domiciliada na cidade de Barracão - PR, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO
Fica acrescida em **25%** a quantidade do **item 7**, totalizando um acréscimo do presente contrato no montante de **R$ 22.048,75 (vinte e dois mil e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 02 de fevereiro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
-Contratante-

KFX PRÉ FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
-Contratada-

MIGUEL MUNIZ DA SILVA
-Gestor-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
ALCIONE MAZZOCATO

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:23DE450B

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 1422/2026

SÚMULA: Nomeia JOSIANE DORNELES DE MELO para o Cargo temporário de auxiliar de serviços gerais – feminino.

HELIO JOSE SURDI, PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n0 **803/2017 de 14 de dezembro de 2017** e Lei nº 1118/2023 de 17 de novembro de 2023, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, do seu quadro de pessoal em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 2/2025 - Edital n0 1/2025 de 11 de setembro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 10 - Fica nomeada **JOSIANE DORNELES DE MELO** portadora do CPF**: 091.***.***-86** para o Cargo em Caráter Temporário de **Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Educação e Cultura, no período **de 02 de fevereiro de 2026 à 04 de novembro de 2026**.
Art. 2º - Uma vez cessado o motivo que deu causa a nomeação, fica revogada a nomeação
Art. 30 - O presente Decreto entrará em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul – Estado do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:6843CC2D

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1420/2026

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal nomeado para o cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a pedido a Servidor Senhor RODRIGO MARAM FORTES**,** matrícula nº 2811, ocupante do Cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, nomeado através do Decreto nº 1370/2025 de 17 de outubro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 02 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1BA01383

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1421/2026

SÚMULA: Exonera Servidor Público Municipal nomeado para o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido a Servidora Senhora MILENA DA SILVA MORAIS**,** matrícula nº 2817, ocupante do Cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino, nomeada através do Decreto nº 1385/2025 de 14 de novembro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul-PR, 02 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:15F79C81

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5810 /2026.

Concede Férias aos Servidores Públicos que especifica.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias aos servidores a seguir arrolados, a serem gozadas no período que especifica, conforme período aquisitivo de cada servidor:

Nome	Matrícula	Cargo	Dias d Férias	Período Aquisitivo	Período de Férias
Luan Rodrigues Borges	1208	Assessor Técnico I	7,00	05/03/2025 a 04/03/2026	02/02/2026 a 08/02/2026
Ediclei dos Santos Cavagnoli	600	Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	15,00	13/10/2026 a 12/10/2024	23/02/2026 a 09/03/2026
Edmilson Zachow	905	Motorista de Veículo	30,00	06/03/2024 a 05/03/2025	03/02/2026 a 04/03/2026
Orasil Cezar Bueno da Silva	303	Enfermeiro em Extinção	10,00	06/10/2023 a 05/10/2024	02/02/2026 a 11/02/2026
Arilson Teixeira Sabi	1151	Farmacêutico	10,00	18/04/2024 a 17/04/2025	02/02/2026 a 11/02/2026
Carina Donini Ruppel	654	Professor de Educação Infantil	20,00	18/02/2025 a 17/02/2026	09/02/2026 a 28/02/2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Bom Jesus do Sul-PR, 30 de janeiro de 2026.

ORASIL CEZAR BUENO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:8C2F4CB8

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5811/2026.

Autoriza conversão de Licença-Prêmio a Servidor Efetivo.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Autoriza a conversão em espécie de 50% da Licença-Prêmio a funcionária Senhora VÂNIA MARIA DA SILVA matrícula nº 336, referente ao período aquisitivo de 06/10/2020 a 05/10/2025 referente a 45 dias, de acordo com o disposto no Art. 101 da Lei nº. 003/1997, de 09 de janeiro de 1997.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Bom Jesus do Sul – PR, 02 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3AA9FFDB

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 5812/2026

Exonera Servidor Público Municipal.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Servidor público Senhor ERVERSON COUTINHO, matrícula nº. 1210, ocupante do Cargo de Chefe de Divisão de Comunicação Social, nomeado através da Portaria nº 5538/2025 de 05 de março de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 5538/2025.

Bom Jesus do Sul-PR, 02 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:16226939

ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PSS N° 4/2024
EDITAL Nº 25/2026– CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a lei Orgânica de Bom Jesus do Sul, a Lei nº 803/2017 e a Lei 1138/2024 e tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS PARA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, conforme Edital nº 6/2025,

RESOLVE:

Convocar os candidatos descritos a seguir, classificados no Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 4/2024, aberto pelo edital nº 1/2024

homologado pelo Edital nº 6/2025, a comparecer no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, à Rua São Paulo nº 185, Centro, no Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, impreterivelmente, no período de 03/02/2026 à 13/02/2026 no horário de expediente, das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h, munidos de documentos constantes no subitem 2 deste Edital, para contratação temporária conforme segue:

Inscrição	Candidato	Cargo	Pontuação	Classificação
051	CLEVERSON SCHKALEI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	20	3º
036	ADÃO CARNEIRO FIRMINO	ENGENHEIRO CIVIL	17,5	12º

Os candidatos convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos, munidos dos seguintes documentos mediante a apresentação em fotocópia autenticada ou simples, desde que neste caso, os candidatos apresentem o original para conferencia no local da entrega nos prazos abaixo descritos:
cópia da Carteira de Identidade;
cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
cartão PIS/PASEP;
cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
cópia da certidão de nascimento ou casamento;
cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovadas por exame médico admissional;
certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
comprovante de endereço;
declaração de acúmulo de cargos e/ou empregos públicos;
ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, na data da posse;
ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparo pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12, da Constituição Federal.
declaração de que não recebe nenhum benefício pelo Regime de previdência Própria –RPPS, em quaisquer esferas, Federal, Estadual e Municipal (modelo anexo II);
cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes da tabela do item 2 deste Edital;
carteira de Habilitação categoria D para o cargo de motorista e categoria C para o cargo de Operador de Máquinas;
declaração de não ter sido demitido de cargo ou função pública, federal, estadual ou municipal por justa causa;
Número de Conta Bancária;
Documentos para comprovação das informações Declaradas na ficha de inscrição, de acordo com o Item 1 – DAS INSCRIÇÕES, previsto no edital nº 1/2024.

O candidato considerado inapto nos Exames Médicos Admissionais ou que não se sujeitarem a realização dos mesmos serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado – PSS.

A inexatidão das declarações e/ou informações prestadas ou a apresentação irregular de documentos, ainda que verificado posteriormente, eliminará o candidato, anulando todos os atos decorrentes das respectivas contratações temporarias.

O candidato poderá optar uma única vez pelo final de lista, devendo preencher formulário próprio, e protocolar impreterivelmente em 02 (dois) dias úteis da sua convocação. Após, não serão aceitos pedidos de final de lista.

O não comparecimento no prazo em qualquer das fases agendadas implicará em eliminação do concurso, passando a ser chamado o candidato subsequente, na ordem de classificação.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Bom Jesus do Sul-PR, 02 de fevereiro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:CCDE8EDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N°3.783 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

---Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria Fonte de Recursos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.

DECRETA

Art.1o – Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R$ 392.905.86 (trezentos e noventa e dois mil, novecentos e cinco reais e oitenta e seis centavos), na Fonte de Recursos: 894 – para suprir a dotação orçamentária abaixo especificada:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
10.00	**Depto de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente**		
10.01	**Div. Fom. Agri Pec e Meio Amb.**		
20.606.0013.1.011	**Aquis. de Veículos Maquinas e Equip Agrícola e Pecuária**		
4.4.90.52	Equip e Mat Permanente	894	392.905,86
TOTAL			**392.905,86**

Art.2o - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação em acordo com o inciso II do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64 e com o Art. 4º inciso VI, da Lei Municipal nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.

I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 392.905.86 (trezentos e noventa e dois mil, novecentos e cinco reais e oitenta e seis centavos),

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
2419.99.01.06 (181)	Convênio MAPA 941935/2023 - Maquina Agrícola - Retroescavadeira	894	392.905,86
	TOTAL		**392.905,86**

Art. 3º - Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carise Regina Nesello
Código Identificador:8941246F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 008/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2025

ATA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº 008/2025
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 036/2025

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco (29/01/2025), às 14h00min, na sala da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, reuniram-se o Agente de Contratação **Sr. Daniel Cruz Bartoski** e a servidora **Sra. Ana Julia Barbosa**, Secretário de Administração e Planejamento **Sr. Jheison Adryson Cazzo Macedo,** designados para condução dos trabalhos referentes ao **Credenciamento nº 008/2025**, vinculado ao **Processo de Inexigibilidade nº 036/2025**, com a finalidade de proceder à análise da documentação de habilitação apresentada.

Registra-se que todo o procedimento de conferência documental foi **devidamente registrado por meio de gravação em vídeo**, assegurando a transparência e a publicidade dos atos praticados.

Verificou-se que houve a participação de **uma única interessada**, sendo:

SUNSHINE IDIOMAS E AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA
CNPJ nº **04.855.146/0001-70**

O Agente de contratação procedeu à conferência integral da documentação apresentada, analisando os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e demais exigências previstas no edital de chamamento público.

Após a verificação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigido no instrumento convocatório, ficando o resultado da análise sujeito à formalização mediante despacho administrativo e publicação dos atos subsequentes, observando-se o prazo recursal previsto.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos responsáveis pela condução do procedimento.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Agente de Contratação

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:995FA8FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2025 EDITAL 005/2026

O Prefeito Municipal de Braganey, **Valdir Zielinski**, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, resolvem,

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º A convocação do candidato relacionado, aprovado no Processo Seletivo Municipal regido pelo Edital de PSS 001/2025, cuja classificação final e homologação se deram pelo Edital n.°003/2025, de 15/12/2025.

Art. 2º Os professores abaixo convocados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura dia 03 de fevereiro de 2026, às 08h00min para distribuição das turmas/aulas remanescentes sob pena de perda dos direitos adquiridos do Processo Seletivo Simplificado (PSS) Edital Nº003/2025.

Art.3º Os professores abaixo relacionados deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos no dia 04 de fevereiro do presente ano munidos das documentações apresentadas no ato da inscrição do Edital Nº001/2025.

Art.4º A contratação dos convocados se dará a partir do dia 04/02/2026.

Classificação	Nome do candidato	Data de Nascimento	Pontuação
43°	Janaina Morawski Oliveira	05/11/1998	70
44°	Eduarda Cogo Caetano Gomes	31/07/1999	70

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Braganey, Estado do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:28AD4E2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 04, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

SÚMULA: Aplica penalidade de suspensão convertida em multa à servidora VIVIAN IZABELA JULIÃO, matrícula nº 465, em decorrência do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2025.

O Excelentíssimo Senhor **ELTON FÁBIO LAZARETTI,** Prefeito do Município de Cafeara, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, notadamente as conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em estrita conformidade com o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cafeara (Lei Complementar nº 354/2011) e no Estatuto do Magistério (Lei nº 243/2005),

CONSIDERANDO os princípios basilares que regem a Administração Pública, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a necessidade imperiosa de se manter a disciplina, a ordem e o decoro no serviço público municipal, assegurando a prestação de um serviço educacional de qualidade e respeitoso à dignidade dos alunos da rede pública de ensino;

CONSIDERANDO a instauração e a regular tramitação do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2025, deflagrado pela Portaria nº 74/2025, de 15 de setembro de 2025, com o objetivo de apurar supostas irregularidades funcionais atribuídas à servidora **VIVIAN IZABELA JULIÃO,** ocupante do cargo efetivo de Professora, matrícula nº 465, decorrentes de fatos apurados preliminarmente na Sindicância Investigativa nº 001/2025, garantindo-se, em todas as fases processuais, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes, inclusive com a participação ativa de defesa técnica constituída, apresentação de defesa prévia, alegações finais e acompanhamento da oitiva de testemunhas;

CONSIDERANDO o teor do relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, datado de 15 de dezembro de 2025, que, após exaustiva instrução probatória e análise detalhada do conjunto fático-jurídico, concluiu pela existência de materialidade e autoria em relação a condutas incompatíveis com o exercício do magistério, especificamente no que tange ao tratamento dispensado aos discentes em sala de aula, refutando-se as alegações de perseguição ou irregularidades processuais arguidas pela defesa;

CONSIDERANDO que a Comissão Processante, embora tenha deliberado unanimemente pela absolvição da servidora quanto às imputações de agressão física e uso de expressões homofóbicas (Fatos 1 e 3 do indiciamento) por ausência de provas robustas, divergiu quanto à capitulação legal e gravidade do Fato 2, consistente na utilização de expressão irônica e vexatória contra o aluno Davi Pereira, consubstanciada na frase “esse moleque quer ser o professor da turma e que na próxima aula ele iria dar aula”, proferida diante de toda a classe;

CONSIDERANDO a divergência apresentada no relatório final, onde o Presidente da Comissão opinou pela classificação da falta como de natureza leve e consequente reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, enquanto a maioria da Comissão reconheceu a gravidade da conduta, classificando-a como infração sujeita à penalidade de suspensão, afastando, por conseguinte, a tese de prescrição, dado que o prazo prescricional para faltas puníveis com suspensão é de um ano, conforme artigo 241, inciso II, da Lei

Complementar nº 354/2011, lapso este não transcorrido entre a ciência do fato (abril de 2025) e a presente data de julgamento;

CONSIDERANDO que a autoridade julgadora não está adstrita ao relatório da Comissão, mas deve fundamentar sua decisão, acolhendo integralmente o voto da maioria (voto divergente) constante do Relatório Final, por entender que a conduta da servidora, ao expor um aluno menor de idade a situação vexatória e irônica perante seus pares, viola frontalmente os deveres de urbanidade, desvelo e estima para com o educando, previstos no artigo 90, incisos XI e XVIII, da Lei nº 243/2005 (Estatuto do Magistério), e no artigo 218, inciso VI, da Lei Complementar nº 354/2011, revestindo-se de gravidade que transcende a mera advertência, exigindo uma resposta disciplinar proporcional à responsabilidade do cargo de educador;

CONSIDERANDO que a aplicação da penalidade de suspensão se mostra adequada e necessária para a repressão da conduta e prevenção de novas infrações, mas que, diante do inegável interesse público na continuidade da prestação dos serviços educacionais e da carência de professores na rede municipal, o afastamento efetivo da servidora da sala de aula poderia causar prejuízos pedagógicos aos alunos, sendo, portanto, conveniente e oportuna a conversão da penalidade de suspensão em multa, na forma permitida pela legislação municipal vigente, garantindo-se a punição pecuniária sem desfalcar o corpo docente;

RESOLVE:
Art. 1º ACOLHER o relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2025, adotando especificamente os fundamentos do voto da maioria, para o fim de **CONDENAR** a servidora **VIVIAN IZABELA JULIÃO,** ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 465, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pela prática de infração disciplinar de natureza grave, consistente na violação dos deveres funcionais de tratar com urbanidade as pessoas e de zelar pela estima e respeito aos educandos.

Parágrafo Único. A conduta punível restou configurada pela utilização de linguagem irônica e exposição vexatória de aluno em sala de aula, infringindo o disposto no artigo 218, inciso VI, da Lei Complementar nº 354/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos), combinado com o artigo 90, incisos XI e XVIII, da Lei nº 243/2005 (Estatuto do Magistério), **sendo rejeitada a tese de prescrição da pretensão punitiva,** uma vez que, para a penalidade ora aplicada, o prazo prescricional é de 01 (um) ano, nos termos do artigo 241, inciso II, da Lei Complementar nº 354/2011, prazo este não consumado.

Art. 2º Em consequência da condenação descrita no artigo anterior, **APLICAR** à servidora **VIVIAN IZABELA JULIÃO** a penalidade de **SUSPENSÃO POR 30 (TRINTA) DIAS, COM PERDA DE TODAS AS VANTAGENS E DIREITOS DECORRENTES DO EXERCÍCIO DO CARGO,** nos termos do artigo 232 da Lei Complementar nº 354/2011.

Art. 3º Com fulcro no artigo 232, § 3º, da Lei Complementar nº 354/2011, e considerando a conveniência para o serviço público municipal, determino a **CONVERSÃO DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO EM MULTA**, ficando a servidora obrigada a permanecer em exercício.

Parágrafo Único. O valor decorrente da aplicação da multa será descontado diretamente na folha de pagamento da servidora, podendo ser parcelado em 02 (duas) vezes, nas competências imediatamente subsequentes à publicação desta Portaria, observados os limites legais de consignação e descontos em folha.

Art. 4º Determinar à Divisão de Recursos Humanos que proceda às devidas anotações nos assentamentos funcionais da servidora, para que a presente penalidade surta todos os seus efeitos legais e administrativos, servindo como antecedente disciplinar para eventuais fins de reincidência ou progressão funcional.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Cafeara/PR, 02 de fevereiro de 2026.

ELTON FABIO LAZARETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:E38387A1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 001.2026 - COBERTURAS E ESTRUTURAS METÁLICAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei nº 14.133/2021, e segundo as informações constantes na Ata nº 005/2026, referente ao Processo Administrativo nº 002/2026, confeccionada pelo Agente de Contratação do Município de Cafelândia/PR, designado pelo Decreto Municipal nº 098/2024, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2026, que tem por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras contratações de empresa especializada no fornecimento de coberturas e estruturas metalúrgicas, acompanhado da execução dos serviços necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, verificou-se como vencedora do certame a empresa abaixo relacionada:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
TONELO METALURGICA LTDA CNPJ 24.578.780/0001-10	486.640,00	quatrocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e quarenta reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

O valor total da licitação perfaz a quantia de R$ 486.640,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e quarenta reais), contemplando o princípio da economicidade. Diante do exposto, **ADJUDICO e HOMOLOGO** o procedimento licitatório em favor da empresa vencedora acima elencada, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, determinando o encaminhamento do respectivo contrato ao setor competente para as providências cabíveis.

Cafelândia/PR, 02 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:6330EAD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA Nº 005.2026 - PREGÃO Nº 001.2026 - COBERTURAS E ESTRUTURAS METÁLICAS

ATA Nº 005/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026
Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, (27/01/2026), às 14:00 horas, no endereço www.gov.br/compras na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, o Agente de Contratação, Adriano Effting, designado pelo Decreto Municipal n° 098/2024, conduziu o **Processo de Administrativo nº 002/2026**, na Modalidade **Pregão Eletrônico nº 001/2026**, que tem por objeto o Registro de Preços para eventuais e futuras contratações de empresa especializada no fornecimento de coberturas e estruturas metalúrgicas, acompanhado da execução dos serviços necessários, conforme as condições, quantidades e exigências descritas neste edital e em seus anexos. Para a condução do certame,

foi realizada sessão pública, seguindo os procedimentos previstos no Pregão Eletrônico, com modo de disputa "ABERTO" e critério de julgamento "Menor Preço por LOTE". Abriu-se a fase de lances, onde os participantes puderam apresentar suas propostas de preço. Concluída essa etapa, o Agente de Contratação solicitou a documentação de habilitação e a proposta ajustada do licitante melhor classificado. Em seguida, iniciou-se a fase de julgamento, na qual foi verificado que a empresa que apresentou a melhor proposta atendeu integralmente às exigências do edital, cumprindo os requisitos de habilitação e garantindo a conformidade com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório. Na sequência, foi concedido prazo para manifestação de intenção de recurso, ocasião em que houve o registro de intenção por parte de licitante. Contudo, em 30/01/2026, o prazo transcorreu sem que fossem apresentadas as razões recursais. Dessa forma, restou consolidado o resultado do julgamento, declarando-se como vencedora a seguinte empresa:

Vencedores do lote				
Participante/Vencedor	Valor R$	Valor R$ por extenso	Condições de pagamento	Lote
TONELO METALURGICA LTDA CNPJ 24.578.780/0001-10	486.640,00	quatrocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e quarenta reais	EM ATÉ 30 DIAS MEDIANTE NOTA FISCAL	001

O valor total da licitação é de R$486.640,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil e seiscentos e quarenta reais), contemplando com o princípio da economicidade. O Agente de Contratação informou que a adjudicação e homologação do Pregão fica a cargo do Prefeito Municipal, assim como, o Contrato/Ata de registro de preços será encaminhada para setor competente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão dia 02/02/2026, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 098/2024

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:4A74A9BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2026 – Concorrência ELETRÔNICA nº 001/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: PAVCHELL PAVIMENTACOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 59.293.329/0001-30, RUA JOÃO CALAZANS, 278 - CEP: 85825000 - BAIRRO: PARQUE VERDE, E-MAIL: andersonschnell40@gmail.com, Telefone, (44) 99978-8017 CIDADE: Santa Tereza do Oeste/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) ANDERSON MANOEL SCHNELL.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA NO TRECHO DA ESTRADA QUE LIGA O DISTRITO DE CENTRAL SANTA CRUZ À COMUNIDADE RIO VERDE, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 5.500 M (CINCO MIL E QUINHENTOS METROS) E ÁREA TOTAL DE 33.372,30 M² (TRINTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E DOIS METROS QUADRADOS E TRINTA DECÍMETROS QUADRADOS). A EXECUÇÃO DA OBRA DEVERÁ OBSERVAR RIGOROSAMENTE O PROJETO ARQUITETÔNICO, OS PROJETOS COMPLEMENTARES, A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E O MEMORIAL DESCRITIVO, **EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO Nº 315/2021,** CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA E O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB.

Valor Total: R$ 634.429,02 (Seiscentos e Trinta e Quatro Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove Reais e Dois Centavos).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, ANDERSON MANOEL SCHNELL
Vigência: 02/02/2026 a 01/02/2027.
Data da Assinatura:02/02/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:079BC14A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 068/2026 - DRH

PORTARIA N.º 068/2026-DRH

SÚMULA: Exonera a pedido Servidora Ocupante de Cargo de Provimento de Contratação Temporária - PSS.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR a pedido em 02/02/2026 a Servidora **YASMIN DA SILVA** matrícula 767322835 contratada para ocupar o Cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS - PSS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D36BACD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 069/2026-DRH

PORTARIA N. º 069/2026-DRH

SÚMULA: Designar Junta Médica para Servidores Efetivos.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1.º Designar os Médicos Dr. Maycon Rogério Grigio, Dr. Frederico Haruo Adatihara e Dr. Christoffer Stephanovichi Bresolin, sob a presidência do primeiro, para realizarem perícia médica, em Servidores ocupantes de Cargos Efetivos.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, 02 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E28DC477

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 070/2026 - DRH

PORTARIA N.º 070/2026-DRH

SÚMULA: Concede Adicional Especial de Vigilância Motorizada a Servidor Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 01/02/2026, ao Servidor **CHARLES SCHUSTER** Matricula 767321565, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **VIGIA,** o adicional correspondente de 390,61 (trezentos e noventa reais e sessenta e um centavos) mensais, por estar em sistema de plantão.

Art. 2º O reajuste anual deste adicional, será efetuado conforme o índice de reajuste anual dos servidores.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:A909DBED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 071/2026-DRH

PORTARIA N.º 071/2026-DRH

SÚMULA: Exonera Servidor Ocupante de Cargo de Cargo em Comissão.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Art.1º EXONERAR em 02/02/2026 o Servidor **KAYO WALDIR GHISLANDI** matrícula 767322949**,** ocupante do cargo em Comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA DA DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS,** do quadro único de pessoal do Município de Cafelândia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data supracitada em conformidade com o Oficio Nº 007/2026 - SMP.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D8CC346F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 072/2026-DRH

PORTARIA N.º 072/2026-DRH

SÚMULA: Nomeia Servidora para ocupar Cargo em Comissão do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR em 02/02/2026 **VANESSA ELAINE FERNANDES MECCA SARAGIOTO,** para ocupar o Cargo em Comissão de **ASSESSOR DE SECRETARIA DA DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS**, símbolo CC-6 do Quadro Único de Pessoal, do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C1097406

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N.º 073/2026-DRH

PORTARIA N.º 073/2026-DRH

SÚMULA: Nomeia Servidora para ocupar Cargo em Comissão do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR em 03/02/2026 **KAYO WALDIR GHISLANDI** para ocupar o Cargo em Comissão de **DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, PROJETOS E HABITAÇÃO** símbolo CC-3 do Quadro Único de Pessoal, do Município de Cafelândia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de fevereiro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:48C546E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA
REQUERIMENTO DE DIÁRIA

REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES E VEREADORES - Nº 03/2025

Lei de Concessão: Lei nº 2129/2025 – Publicada em: 10/04/2025
IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE
( ) SERVIDOR (X) VEREADOR: Neuci Venâncio Ferreira.
DESLOCAMENTO: -
Local de origem: - Califórnia-PR **Local de Destino: -** Curitiba– PR
Data e horário para saída: 05h00min do dia 03.02.2026.
Data e horário para retorno: 19h00min do dia 04.02.2026.
Quantidade de diárias: 1 diária com pernoite e 1 sem pernoite.
Valor pago: - R$ 1.020,00.
OBJETIVO DA VIAGEM: - Viagem a Curitiba em companhia do senhor prefeito Paulo Sérgio Chileide, com audiências agendadas na Secretaria de agricultura e do Abastecimento – SEAB, na Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e com o deputado Artagão Júnior. Bem como visitarei gabinetes de outros Deputados na Assembleia Legislativa, para tratar de assuntos de interesse público, conforme documentos comprobatórios que serão apresentados após retorno.
MEIO DE TRANSPORTE.

( ) AÉREO (X) VEÍCULO OFICIAL ( ) VEÍCULO PRÓPRIO.
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: - apresentar e acompanhar pedidos de recursos para o nosso município.
Excelentíssimos Senhores Membros da Mesa Diretora da Câmara - , requeiro autorização para viagem conforme descrito neste formulário, bem como o recebimento da respectiva diária.
Declaro estar ciente de que a importância recebida, não poderá ser aplicada em despesas alheias ao fim a que se destina e que não irei utilizar desta viagem para fins particulares, bem como não resido na localidade de destino.
Data e assinatura do Requerente:
Data: - 02/02/2026. Requerente: - _____
Data e assinatura da Concessão:
Data: - 02/02/2026. Presidente da Mesa: - _____

Publicado por:
Monica da C Cordeiro
Código Identificador:78C0E33B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2026 DISPENSA ELETRÔNICA N.º 01/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2026
DISPENSA ELETRÔNICA N.º 01/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, encontra-se aberto o edital de DISPENSA ELETRÔNICA objetivando a **Registro de Preços para contratação de empresa para a realização de cursos de "Transporte Coletivo" e " Condutor de Emergência" para motoristas do quadro municipal.** As empresas interessadas poderão encaminhar proposta entre os dias **18/02/2026 a 23/02/2026.**

Obs: O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com

Califórnia, 02 de fevereiro de 2026.

DANIELE RAMARI MOSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:452BDE3D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 007/2026
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 020/2026 de 19 de janeiro de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **08h00min do dia 25 de fevereiro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** DISPENSA ELETRÔNICA, objetivando a **AQUISIÇÃO DE VACINAS ANTIRRÁBICAS, PARA IMUNIZAÇÃO DE CÃES E GATOS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA/PR.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 02 de fevereiro de 2026.

DANIELE DE LURDES RAMARI MOSSI
Pregoeira

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:98CA85A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 005/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 020/2026 de 19 de janeiro de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 24 de fevereiro de 2026**, no endereço eletrônico: **www.bnc.org.br,** PREGÃO ELETRÔNICO, objetivando o **Registro de Preços para prestação de serviços de limpeza de caixa d'água e dedetização dos prédios públicos do município de Califórnia.** Julgamento: Menor Preço. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br ou na plataforma BNC e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 02 de fevereiro de 2026.

DANIELE DE LURDES RAMARI MOSSI
Pregoeira

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:72DA6833

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 22/2026

DECRETO 022/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$142.960,00 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e sessenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.2.014 MANUTENCAO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.
4.4.90.52.00.00 507 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 120.100,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE

05.001.10.301.0010.2.023 CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS E INSTITUICOES EQUIPARADAS
3.3.71.70.00.00 303 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO 22.860,00

Total Suplementação: 142.960,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de Dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrito abaixo:

Redução:

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA - SEIMOB
04.001 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
04.001.15.452.0005.2.017 MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA.
4.4.90.39.00.00 507 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 120.100,00

05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE
05.001.10.301.0010.2.023 CONSORCIOS INTERMUNICIPAIS E INSTITUICOES EQUIPARADAS
3.3.72.39.00.00 303 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA 22.860,00

Total Redução: 142.960,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 03 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:F2323BFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 23/2026

DECRETO 023/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.100.000,00 (um milhão, cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E OBRAS - SEHADO
08.003 DEPARTAMENTO DE OBRAS, PROJETOS E INFRAESTRUTURA URBANA
08.003.15.451.0005.1.011 PAVIMENTACAO E REVITALIZACAO DE RUAS E AVENIDAS.
4.4.90.51.00.00 905 OBRAS E INSTALACOES 1.100.000,00

Total Suplementação: 1.100.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrito abaixo:

Receita:

2.4.2.2.99.0.1.17 CONVENIO SECID SIT 76910 INSTRUMENTO 1101 1.100.000,00

Total da Receita: 1.100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 03 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:D1331027

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 24/2026

DECRETO 024/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$582.451,82 (quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação:

08 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E OBRAS - SEHADO
08.003 DEPARTAMENTO DE OBRAS, PROJETOS E INFRAESTRUTURA URBANA
08.003.15.451.0005.1.011 PAVIMENTACAO E REVITALIZACAO DE RUAS E AVENIDAS.
4.4.90.51.00.00 504 OBRAS E INSTALACOES 582.451,82

Total Suplementação: 582.451,82

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit Financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrito abaixo:

Fonte:

504 COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO FEP

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 03 de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Janaina Barcala Paulo
Código Identificador:553991FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 025/2026

DECRETO Nº 025/2026

SÚMULA: Exonerar o funcionário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SERGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - EXONERAR, na data de 02/02/2026, A servidora, **THAIS DE JESUS VILELA DA SILVA MEDEIROS**, matrícula sob nº 1056, o qual deixará de ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário – S1, junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SESLA - conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas

Artº. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 02º dia do mês de Fevereiro de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:5CE1796E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 026/2026

DECRETO Nº 026/2026

SÚMULA: Nomeia Secretário do Poder Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - NOMEAR partir de 03/02/2026, **LUCAS ANTONIO MELO DE OLIVEIRA**, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário – S1, junto a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SESLA, conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se às disposições em contrário**.**

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao, 02º dia do mês de Fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:FCF604B7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 002/2026

PROCESSO SELETIVO SEDU Nº 046/2026 – PADRÃO EXTRAORDINÁRIO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 02/2026

O Prefeito Municipal de Califórnia, no uso de suas atribuições legais, segundo previsão do Edital de Classificação Final, **DIVULGA** a convocação para Padrão Extraordinário**.** Comparecer até dia 03/02/2026, na Secretaria Municipal de educação.

Professor I

Classif.	Nome	Pont.
1º	Agda Mary Fernandes Viotto	8,1

Professor I I

Classif.	Nome	Pont.
1º	Wagner Cardoso de Aguiar	6,0

Edifício da Prefeitura de Califórnia, aos 02 dias do mês fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:70261290

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO DE PERMUTA DE SERVIDORES 001/2026

Espécie: Termo de Adesão de Permuta que entre si celebram o Município de Califórnia, CNPJ 75.771.279/0001-06 e o Município de Marilândia do Sul CJPJ 75.771.303/0001-07 – Processo: RH Califórnia nº 008/2025.
Objeto: As servidoras Débora Maria do Carmo Polato, detentora do cargo de Professor, matrícula nº 89201 do Município de Marilândia do Sul, passará a desempenhar suas atribuições exclusivamente no Município de Califórnia e Vana Aline Guizeline, detentora do cargo de Professor I, matrícula nº 538 do Município de Califórnia, passará a desempenhar suas atribuições exclusivamente no Município de Marilândia do Sul de acordo com as Leis nº 2111/2024 de Califórnia e nº 26/2023 de Marilândia do Sul.
Vigência: 02 de fevereiro de 2026 à 31/12/2026, podendo ser prorrogado nos Termos do art. 3º da Lei nº 2111/2024, do Município de Califórnia.
Data de assinatura: 27 de janeiro de 2026.
Signatários: Paulo Sérgio Chileide – Prefeito de Califórnia e Walmir Peres – Prefeito de Marilândia do Sul.

Publicado por:
Vinicius Eduardo Das Neves
Código Identificador:2B858D86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 8/2026 PREGÃO Nº 85/ 2025

EXTRATO DO CONTRATO N° 8/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/ 2025
MODALIDADE Pregão Nº 85/ 2025

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos no âmbito do Município de Califórnia PR
FORNECEDOR: TERRA NORTE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.465.327/0001-52
REPRESENTANTE LEGAL: ALVARO GUGELMIN PEREIRA JORGE
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.122.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 29/01/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:AF4E0300

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 032/2026

PORTARIA Nº 032/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - Conceder férias regulamentares aos seguintes servidores:

Servidor(a)	Matricula	Período Aquisitivo	Período de Gozo
DAIANE LEITE BENTO	904	10/01/2025 a 09/01/2026	11/02/2026 a 12/03/2026
NEIDE MARIA GONÇALVES DE OLIEVIRA	906	10/01/2025 a 09/01/2026	16/03/2026 a 14/04/2026

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 02° dia do mês de fevereiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Vinicius Eduardo Das Neves
Código Identificador:8A002690

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
EXONERA FUNCIONARIA

PORTARIA N° 02 DE 03 DE MAIO DE 2022.

Súmula: Exonera Franciele de Fatima da Silva, do cargo de Secretario Executivo.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a funcionaria Franciele de Fatima da Silva, CPF/MF: **107.549.059-69** RG: **12.697.537-6,** cargo de Secretario Executivo, de acordo com a Lei 213/2006, art.01°, Símbolo CC-1.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se em, 02 de Fevereiro de 2026.

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente

Publicado por:
Paulo Marcio Camilo
Código Identificador:29C5D6CC

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
NOMEA CARGO DE SECRETÁRIO EXECUTIVO.

PORTARIA N° 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Nomea Andrews Bortolanza, do cargo de Secretário Executivo.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica Nomeado o servidor, Andrews Bortolanza, CPF:094.382.779-51, RG:10.098.292-7 para o cargo de Secretario Executivo, de acordo com a Lei 213/2006, art.01°, cargo CC1, 40 horas semanais com a remuneração de R$5.692,29 (Cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e nove centavos).

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se em, 02 de fevereiro de 2026.

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente

Publicado por:
Paulo Marcio Camilo
Código Identificador:00DD0652

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO
NOMEIA CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO.

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2026

Súmula: Nomeia Thiago do Nascimento Kulisnek, para cargo de Assessor Jurídico.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia Thiago do Nascimento Kulisnek, CPF/MF: **067.049.889-86** RG: **106377073,** para o cargo de Assessor Jurídico, de acordo com a Lei 213/2006, art.01°, cargo CC-1, 40 horas semanais com a remuneração de R$ 5.688,95 (cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se em, 02 de fevereiro de 2026.

ESTEVÃO DA CRUZ PETRICOVSKI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Marcio Camilo
Código Identificador:0B36F9AF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO

DISPENSA Nº 01/2026-PMCS

CONTRATO 01/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEGURO DA FROTA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, inscrito no CNPJ n.º **01.611.489/0001-09**, com endereço à Rua José Pedro Seleme, 3516, Cep: 85.148-000, Campina do Simão, PR, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **André Junior de Paula.**

CONTRATO 01/2026
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ nº **61.198.164/0001-60**, com sede à **Avenida Rio Branco, nº 1489, Bairro Campos Elíseos, CEP 01.205-001, São Paulo/SP**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. º Juliano Scarmeloto Larizza** e pelo **Sr.º Marcelo Augusto Ferreira**

VALOR: R$ 62.000,00 (Sessenta e Dois Mil Reais).

VIGÊNCIA: 27 DE JANEIRO DE 2027.
DATA ASSINATURA: 28 DE JANEIRO DE 2026.

FORO: COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:292079BA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 02, DE 03 DE FEVEREIRO 2026.

Súmula: Nomeia servidor para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento e gestão.

O Prefeito Municipal de Campina do Simão, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais em especial a Lei n° 23, de 13 de novembro de 2025;

Resolve:

Art. 1° - Nomear Franciele de Fatima da Silva, portadora do CPF n° ******059-69, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento e Gestão.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se em 03 de fevereiro de 2026**.**

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:DC13B42F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA N° 02, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 510/2017, qual dispõe sobre a indenização das despesas de viagem dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, e o Decreto N° 2.597/2025, que atualiza a URF - Unidade de Referência Fiscal do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, resolve:

Art. 1 º Fica AUTORIZADA à concessão do pagamento de 03 (três) diárias, para o servidor **Sr. Diogo Fernando Tonet Pinheiro, matrícula n°430,** conforme abaixo discriminado:
I Valor da Diária: R$ 780,50 (setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos).
II Valor total da Diária: R$ 2.341,50 (dois mil trezentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).
III Destino: Foz do Iguaçu - PR.
IV Objetivo da Viagem: Participação no curso: Gestão Responsável no 2º ano de Mandato: PCA, Inventários, Patrimônio e Cuidados em ano Eleitoral, na cidade de Foz do Iguaçu-PR.
V Período da Viagem: 03 a 06 de fevereiro de 2026.
VI Observação: O transporte será realizado por meio do veículo oficial.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.
Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:509B7630

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 03/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA GERAL DOS PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.
Critério de julgamento: Maior Percentual de Desconto
Valor Máximo: R$ 1.490.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa mil reais)
Data de abertura: 23/02/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtido no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:3FF21025

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°2 TERMO DO CONTRATO Nº.11/2024

Termo de aditivo n°2 Termo do contrato nº.11/2024, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMRPESA ESPECIALIZADAPARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, TRANSPORTE E INSUMOS, A SEREM PRESTADOS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO SETOR DE URBANISMO E DEMAIS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE. decorrente de Pregão n° 177/2023, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a empresa EMPREITERIA **BALDIN LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º**10.714.915/0001-12.** Constitui o objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do contrato nº 11/2024, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 30/01/2026 a 29/01/2027, com fulcro no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. Para o novo período o valor do contrato corrigido pelo IPCA será de R$ 384.214,25(trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e vinte e cinco centavos), e nos termos do instrumento contratual, atendendo ao inciso XI do art. 40 e inciso III do art. 55 da Lei nº 8.666/93.Campina Grande do Sul, 29/01/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:1E3CA852

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO N°3 TERMO DO CONTRATO Nº.16/2023

Termo de **aditivo n°3** Termo do contrato nº.16/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E COMUNICAÇÃO. decorrente de Concorrência n° 7/2022, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a TRADE COMUNICAÇÃO E MARKETING SS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 81.078.289/0001-63. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato nº 16/2023 em mais 12 (doze)

meses, ou seja, de 10/02/2026 a 09/02/2027, com fundamento no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93. Para o novo período o valor do contrato permanecerá inalterado, ou seja, o valor de R$ 680.037,22 (seiscentos e oitenta mil, trinta e sete reais e vinte e dois centavos). CAMPINA GRANDE DO SUL,02 de fevereiro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:A008DB07

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 100/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 100/2025
Processo nº 442/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 100/2025, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM TIPO SPT NAS ÁREAS ONDE SERÃO EXECUTADAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ÁGUA & MINÉRIO SONDAGENS DE SOLO LTDA - ME	12.043.671/0001-19	R$ 91.400,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 02/02/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:B50132A3

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 92/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 92/2025
Processo nº 400/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 92/2025, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE KIT DE UNIFORME ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
R.R INDUSTRIA E COMERCIO DE MALHAS LTDA	08.827.389/0001-55	R$ 1.868.800,00

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 02/02/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:8A9A6C04

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 98/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Pregão nº 98/2025
Processo nº 488/2025
Eu, Luiz Carlos Assunção, **Prefeito Municipal**, no uso das atribuições que me foram conferidas na Lei Federal nº 14.133/21 e com base no Parecer Jurídico que atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o julgamento proferido pelo Agente de Contratação, referente ao processo Pregão nº 98/2025, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTE NO EDITAL E SEUS ANEXOS, em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), conforme relatório(s) de julgamento disponível(is) no sistema eletrônico Compras BR (www.comprasbr.com.br) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
ECOMERCIO AR CONDICIONADOS LTDA - MATRIZ	61.474.811/0001-19	R$ 433.899,51
TECNOBLU COMERCIO DE REFRIGERACAO LTDA	21.613.975/0001-65	R$ 209.659,93

Determino, ainda, que o presente Termo de Adjudicação e Homologação seja devidamente publicado, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP (www.diariomunicipal.com.br/amp/) e no Portal de Transparência do Município (www.campinagrandedosul.pr.gov.br).
Campina Grande do Sul, 02/02/2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leile Bednartczuk Pontes
Código Identificador:AAFA35CD

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE JULGAMENTO E DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ARQUIVAMENTO

A Secretária Municipal de Administração, SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO, no uso das atribuições que lhes foram conferidas pelo art. 172, da Lei Municipal nº. 09/2004, após analisar o relatório apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, referente a **SINDICÂNCIA Nº 003/2025**, decide:
HOMOLOGAR e ACOLHER INTEGRALMENTE o Relatório Conclusivo N°. 05/2025 apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, haja vista que restou demonstrada a ausência de dolo ou responsabilidade individual passível de punição disciplinar por parte dos servidores envolvidos nos fatos investigados;
DETERMINAR o ARQUIVAMENTO dos presentes autos da Sindicância nº. 003/2025, com a devida ciência dos envolvidos no processo.

Publique-se e cumpra-se.
Campina Grande do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

SILMARA APARECIDA GIACOMITTI BELO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:D9B42812

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 063/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o requerimento da Servidora protocolado sob nº. 298/2026;

C O N C E D E

Prorrogação da licença sem vencimentos com base no artigo 107 da Lei Municipal nº. 09/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campina Grande do Sul) pelo período de 01 (um) ano à Servidora **QUELI BANDEIRA CHAVES DE SOUZA - Matrícula nº. 130211,** ocupante do cargo efetivo de Atendente de Unidade de Saúde – Nível C04 da Tabela de Vencimentos Anexo VII da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, a partir do dia 15 de janeiro de 2026 até 14 de janeiro de 2027.

Campina Grande do Sul, 14 de janeiro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, em 14 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6FB0C19F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO Nº 044/2025

Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica 01/2025
Fundamento: Art. 111 da Lei nº 14.133/2021.
Objeto: 1º termo aditivo de prorrogação de vigência ao contrato 044/2025, pelo prazo de 60(sessenta) dias, vigendo até 21/06/2026.
Empresa(s) contratada(s):
SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.123.631/0001-09
Data de Assinatura: 14/01/2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo do Rocio Thimotheo
Código Identificador:E7CCD6FE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 050/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Rafael Mai Santos, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Planejamento Urbano, matrícula nº 15831, no período de 19 de Fevereiro de 2026 a 28 de Fevereiro de 2026, e também de 19 de Outubro de 2026 a 18 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 06 de Janeiro de 2025 a 05 de Janeiro de 2026.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:63A1976F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 051/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Rafaelle de Lima Portela, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 15281, no período de 01 de Fevereiro de 2026 a 02 de Março de 2026, referente ao período aquisitivo de 05 de Junho de 2024 a 04 de Junho de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:D453F283

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 052/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Rafaelle de Lima Portela, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 15281, no período de 01 de Fevereiro de 2026 a 02 de Março de 2026, referente ao período aquisitivo de 05 de Junho de 2024 a 04 de Junho de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:D4231DF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 053/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Roberto Leuch, ocupante do cargo de Técnico em Radiologia, matrícula nº 11951, no período de 02 de Fevereiro de 2026 a 03 de Março de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2024 a 30 de Setembro de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:40BBEDC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 054/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Simone Moreira dos Santos, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 6781, no período de 02 de Fevereiro de 2026 a 01 de Março de 2026, referente ao período aquisitivo de 04 de Julho de 2024 a 03 de Julho de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:5167E0DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 055/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Francieli Rodrigues, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 12891, no período de 01 de Março de 2026 a 30 de Março de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de Dezembro de 2024 a 30 de Novembro de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:E9251943

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 056/2026

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares à Servidora Pública Municipal Ezilda de Fátima Nunes, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 9171, no período de 12 de Janeiro de 2026 a 10 de Fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 15 de Outubro de 2023 a 14 de Outubro de 2024.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:B522D6EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 057/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

Weverton Willian Vizentin, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Denis Gelbcke de Souza, ocupante do cargo de Advogado, matrícula nº 13491, no período de 04 de Fevereiro de 2026 a 13 de Fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 18 de Janeiro de 2025 a 17 de Janeiro de 2026, ficando a definir os próximos 10 dias restantes.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:E05084C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 058/2026

REVOGA A PORTARIA N° 010/2017, QUE CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogada a portaria nº 010/2017, que concede função gratificada à servidora estatutária Zeila de Fátima Cavalheiro Urban, matrícula nº 71, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros até 31 de Janeiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 02 de Fevereiro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

INÊS MARIA WERNER
Secretária de Administração e Finanças

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Jucileidi Dos Santos
Código Identificador:D28210DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 044/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.994.362,02 (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e dois centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 1.994.362,02 (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e dois centavos), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE			
12.243.1051.2.710 – Construção Creche Feliz			
4.4.90.51.00.00	Obras e instalações	0894	1.994.362,02
TOTAL			**1.994.362,02**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação, através do convênio 7072/2025 no valor de R$ 1.994.362,02 (um milhão, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e dois centavos), proveniente da fonte: 0894.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 02 de fevereiro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:D8C7869B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 045/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 356.352,10 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 356.352,10 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.1.003 – Const. Ampli. e ref. Das Unidades CMEIS e Esc. Municipais			
4.4.90.51.00.00	Obras e instalações	0908	356.352,10
TOTAL			**356.352,10**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação, através do convênio SECID 2121/2025 no valor de R$ 356.352,10 (trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), proveniente da fonte: 0908.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 30 de janeiro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:6FED9BD9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 046/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 732.686,11 (Setecentos e trinta e dois mil seiscentos e oitenta e seis reais e onze centavos) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 732.686,11 (Setecentos e trinta e dois mil seiscentos e oitenta e seis reais e onze centavos), como segue:

ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO			
20.608.1010.2.041 – Manut. Ativ. Dep. Agric. Abastecimento			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	0883	732.686,11
TOTAL			**732.686,11**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso arrecadação, no valor de R$ 732.686,11 (Setecentos e trinta e dois mil seiscentos e oitenta e seis reais e onze centavos), proveniente da fonte: 0883.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 02 de fevereiro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:8C532139

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

O **MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.539/0001-76, com sede na Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.823, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rilton Boza, doravante denominado CONCEDENTE, e a **ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DA FAZENDA SOLIDARIEDADE – ACARFS**, inscrita no CNPJ nº 28.354.121/0001-50, com sede à Rua Mauro Medeiros Damas, n° 333, Campo Magro/PR, representada por seu Presidente Sr. Robson Carvalho de Matos, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, firmam o presente **TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a formalização da responsabilidade da Associação sobre os bens móveis (**Prensa Enfardadeira Horizontal 25 Toneladas com Esteira Elevada; Empilhadeira Motorizada; Veículo Modelo Iveco Daily 65-180 CS Hi Matic EE 4350 Tq 90L** e **Balança Digital Série B650 com Plataforma em Aço Carbono**) destinados ao processamento e triagem de resíduos recicláveis secos, recebidos pelo Município por meio do Projeto Expansão UVR – ITAIPU/CISPAR, conforme Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel.

1.2. Os bens encontram-se atualmente na posse da COMPROMISSÁRIA e passam, com este Termo, a ser formalmente atribuídos à sua guarda, utilização e conservação, **exclusivamente** para a execução das atividades de coleta seletiva, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

A COMPROMISSÁRIA declara estar ciente e concordar com as obrigações abaixo:

a) Zelar integralmente pela integridade, conservação, funcionamento e segurança dos maquinários, mantendo-os em perfeito estado de uso;

b) Realizar manutenção preventiva e corretiva, incluindo lubrificação, ajustes e substituição de peças, sempre que necessário, arcando com os custos decorrentes;

c) Utilizar os bens exclusivamente para os fins previstos no projeto de coleta seletiva e nas atividades relacionadas ao manejo e processamento de materiais recicláveis;

d) Evitar o uso indevido, sobrecarga ou operação contrária às orientações do fabricante, respondendo por quaisquer danos decorrentes de negligência ou má utilização;

e) Garantir que os operadores dos equipamentos sejam devidamente treinados, seguindo normas de segurança e operação adequada;

f) Manter os equipamentos limpos, organizados e livres de acúmulo de resíduos que possam prejudicar sua operação ou segurança;

g) Permitir acesso de representantes do Município para vistorias, fiscalizações e avaliações técnicas sempre que solicitado;

h) Responder integralmente por danos, extravios, furtos, perdas, sinistros ou deteriorações decorrentes de culpa, dolo, negligência ou uso inadequado, podendo ser exigida a reparação, reposição ou indenização correspondente;

i) Arcar com eventuais franquias ou despesas relativas ao seguro, caso o dano decorra de responsabilidade da COMPROMISSÁRIA;

j) Não transferir, emprestar, ceder ou permitir que terceiros utilizem os bens, salvo autorização expressa e formal do Município;

k) Devolver os bens ao Município sempre que solicitado, em razão de revogação da cessão originária ou por necessidade administrativa, preservado seu estado de conservação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

3.1. A COMPROMISSÁRIA declara estar plenamente ciente de que os bens são patrimônio público, recebidos pelo Município mediante cessão da CISPAR/ITAIPU, e que sua conservação e adequada utilização constituem obrigação legal e administrativa.

3.2. A COMPROMISSÁRIA reconhece que eventual descumprimento das obrigações assumidas poderá gerar responsabilização civil, administrativa e criminal, inclusive com obrigação de indenizar eventuais prejuízos ao Município.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRECARIEDADE E DA DEVOLUÇÃO

4.1. Este Termo possui natureza precária, podendo ser revogado pelo Município a qualquer tempo, por interesse público ou em razão de descumprimento de suas cláusulas.

4.2. Havendo revogação, ou ao término das atividades pactuadas, a COMPROMISSÁRIA deverá restituir imediatamente os bens, em condições equivalentes às recebidas, ressalvado desgaste natural decorrente do uso regular.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Campo Magro, 11 de dezembro de 2025.

Município de Campo Magro
RILTON BOZA
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO ACARFS
Presidente

Publicado por:
Isabel Cristine da Paixao Azevedo Marques
Código Identificador:C0652831

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 3° ADITIVO DO CONTRATO Nº 03/2023
ORIGINÁRIO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO MAGRO
CNPJ: 01.607.539/0001-76
CONTRATADA: MARCIO FULGENCIO DA CRUZ - MEI
CNPJ: 20.347.363/0001-05
DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Musicoterapia, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.
DO OBJETO DO ADITIVO CONTRATUAL: Pelo presente termo aditivo, originário do protocolo n.º **8593/2025,** fica prorrogado o prazo de vigência do contrato, pelo período de 12 (doze) meses, passando de **07 de FEVEREIRO de 2026 até 07 de FEVEREIRO de 2027**
DO VALOR: Pelo presente termo aditivo, fica reajustado o valor do contrato em 3,921440% de acordo com o índice IPCA para o período de 01/25 a 11/25, totalizando o valor de R$ 50.377,68 (cinquenta mil, trezentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos)
DATA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 8.666/1993.

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:D53524B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 004/2026

PROTOCOLO 0343/2026

O Prefeito Municipal de Campo Magro, no uso de suas atribuições legais, e ressaltando a necessidade, conveniência e interesse da Administração Pública, com fundamento no Art.75, inciso II da Lei 14.133/2021, **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE JORNAL DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES,** em favor de **INCO EDITORA DIÁRIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA,** inscrita no **CNPJ 09.570.162/0001-30**, com o valor global de **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Campo Magro, 02 de fevereiro de 2026

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilead Reges Valente Raab
Código Identificador:0EEE9FC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

CÂMARA MUNICIPAL
ATO DE CONVOCAÇÃO

ATO DE CONVOCAÇÃO

No âmbito do Processo Administrativo referente à Dispensa Eletrônica nº 19/2025, considerando a não entrega do item pelo fornecedor originalmente vencedor;
Com fundamento no art. 49 da Resolução nº 06/2023 da Câmara Municipal de Candói,
FICAM CONVOCADOS os fornecedores remanescentes, observada rigorosamente a ordem de classificação, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação do fornecimento do objeto nas mesmas condições, preços e prazos da proposta do fornecedor vencedor.
A contratação, em caso de aceite, ocorrerá estritamente conforme a ordem de classificação do certame. Na hipótese de recusa ou ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido, será convocado o fornecedor subsequente.

Registre-se nos autos e adotem-se as providências cabíveis.

Candói, 30 de janeiro de 2026.

RICARDO DE OLIVEIRA
Agente de Contratação
Câmara Municipal de Candói

Publicado por:
Márcia da Luz
Código Identificador:65AEC2EB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 074/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **JULIANA FERREIRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 058.xxx.xxx-79, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C06, nomeada pela Portaria nº 157/2008, matrícula nº 1966-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araujo, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:29AA7527

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 075/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **LAIS FERNANDA CASTEL**, brasileira, inscrita no CPF nº 123.xxx.xxx-81, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível B01, nomeada pela Portaria nº 292/2024, matrícula nº 3914-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araujo, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:825A16B7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 076/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **JULIANE MUHLENBRUCH PEDROSO**, brasileira, inscrita no CPF nº 034.xxx.xxx-83, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C12, nomeada pela Portaria nº 750/2000, matrícula nº 1403-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araujo, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F1FE7232

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 077/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ANA LUCIA PEDROSO REGINATO**, brasileira, inscrita no CPF nº 037.xxx.xxx-922, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C10, nomeada pela Portaria nº 035/2003, matrícula: 1621-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araujo.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:697485C0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 078/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **LEDIANE DE FATIMA TEIXEIRA VIANA**, brasileira, inscrita no CPF nº 065.xxx.xxx-78, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível B01, nomeada pela Portaria nº 286/2024, matrícula nº 3916-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araujo, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:5822D501

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 079/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **LIA KAUFFMANN RAMOS**, brasileira, inscrita no CPF nº 003.xxx.xxx-67, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C06, nomeada pela Portaria nº 328/2012, matrícula nº 2415-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araujo, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:58A24C26

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 080/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **EDINA MALAQUIAS**, brasileira, inscrita no CPF nº 144.xxx.xxx-47, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C12, nomeada pela Portaria nº 762/2000, matrícula nº 1406-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araújo, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:3DF0B1B2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 081/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA CLEUZA DA ROCHA**, brasileira, inscrita no CPF nº 020.xxx.xxx-25, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C14, nomeada pela Portaria nº 633/1995, matrícula nº 933-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araújo, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:EA5D76CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 082/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ELISANGELA PERIN**, brasileira, inscrita no CPF nº 035.xxx.xxx-58, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C04, nomeada pela Portaria nº 211/2017, matrícula nº 3037-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Ormi França Araujo.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:0B2C05D3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 083/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **LUCIMARA RAMOS MARTIN**, brasileira, inscrita no CPF nº 041.xxx.xxx-02, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C05, nomeada pela Portaria nº 124/2012, matrícula nº 2298-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:2289101C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 084/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **LUCIMARA RAMOS MARTIN**, brasileira, inscrita no CPF nº 041.xxx.xxx-02, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C02, nomeada pela Portaria nº 399/2017, matrícula nº 3061-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:95F4AF32

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 085/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **CARLA SIMONE WINTER SEIBERT**, brasileira, inscrita no CPF nº 066.xxx.xxx-05, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C02, nomeada pela Portaria nº 444/2018, matrícula nº 3135-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:ECA3C078

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 086/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art.1º Designar a servidora **CARLA SIMONE WINTER SIBERT**, brasileira, inscrita no CPF nº 066.xxx.xxx-05, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível B01, nomeada pela Portaria nº 246/2025, matrícula: 4091-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA**, na Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A8664B22

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 087/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **DOROTEIA KOZECHEN,** brasileira, inscrita no CPF nº 081.xxx.xxx-73, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível B01, nomeada pela Portaria nº 559/2025, matrícula nº 4234-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal Professora Tereza Stavny da Silva, no período da tarde.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:57F25AC2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 088/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE
Art. 1º Designar a servidora **LIDIANE CRISTINA TRENTIN DESCHK**, brasileira, inscrita no CPF nº 855.xxx.xxx-87, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C11, nomeada pela Portaria nº 039/2003, matrícula nº 1617-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo São Pedro, no período da manhã.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:101F5ED8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 089/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **SIRLEI MARIA PINHEIRO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 7.772.264-5/PR e inscrita no CPF nº 021.622.359-86, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C04, nomeada pela Portaria nº 210/2017, matrícula nº 3036-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Emílio Francisco Silva.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:572E287D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 090/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **VALERIA DE FATIMA DESCHK**, brasileira, inscrita no CPF nº 052.xxx.xxx-80, ocupante do cargo

efetivo de **PROFESSOR –** Nível C04, nomeada pela Portaria nº 235/2017, matrícula nº 3038-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo São Pedro, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:EB067457

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 091/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **GISLAINE PAULA CALDATO**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 9.868.832-3/PR e inscrita no CPF nº 071.027.489-06, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C02, nomeada pela Portaria nº 405/2017, matrícula nº 3062-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Emílio Francisco Silva.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4AA65379

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 092/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE
Art. 1º Conceder a servidora **JOSEANE TEXEIRA VIANA BARBOSA**, brasileira, inscrita no CPF nº019.xxx.xxx-55, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C14, nomeada pela Portaria nº 582/1995, matrícula nº 872-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Emílio Francisco Silva.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7E33E401

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 093/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **VANILZE DE COL**, brasileira, inscrita no CPF nº 063.xxx.xxx-73, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C05, nomeada pela Portaria nº 363/2014, matrícula nº 2658-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Francisco Solano Bueno, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:2DC84EB5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 094/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **JUCEMARA BARBOSA**, brasileira, inscrita no CPF nº 060.xxx.xxx-59, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C05, nomeada pela Portaria nº 367/2014, matrícula nº 2660-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Francisco Solano Bueno, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:B72860B4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 095/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor **CLEVERTON GUSTAVO SEMCHECHEN**, brasileiro, inscrito no CPF nº 080.xxx.xxx-58, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C04, nomeado pela Portaria nº 079/2016, matrícula nº 2822-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADOR PEDAGÓGICO** na Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:889FEEC4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 096/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **MARIA MADALENA DIAS DOS SANTOS**, brasileira, inscrita no CPF nº 023.xxx.xxx-17, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C02, nomeada pela Portaria nº 150/2019, matrícula nº 3158-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:8F2D1A62

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 097/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **LUCIANE KELI CHECCHI GIACOMIN**, brasileira, inscrita no CPF nº 774.xxx.xxx-53, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C03, nomeada pela Portaria nº 496/2018, matrícula nº 3142-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeit

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:CE548292

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 098/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ANDREIA MARINHO XAVIER**, brasileira, inscrita no CPF nº 925.xxx.xxx-15, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C06, nomeada pela Portaria nº 364/2012, matrícula nº 2424-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:98C16388

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 099/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **FRANCIELE SUEKE MARTINS BIAGINI**, brasileira, inscrita no CPF nº 060.xxx.xxx-39, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível B01, nomeada pela Portaria nº 287/2024, matrícula nº 3908-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** na Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DCC68723

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 100/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **JAQUELINE PINHEIRO ZARPELON**, brasileira, inscrita no CPF nº 054.xxx.xxx-75, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C04, nomeada pela Portaria nº 063/2016, matrícula: 2812-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no CMEI Maria Irene Araujo Alves.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:252F19B4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 101/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **JAQUELINE PINHEIRO ZARPELON**, brasileira, inscrita no CPF nº 054.xxx.xxx-75, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C04, nomeada pela Portaria nº 067/2017, matrícula: 2997-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no CMEI Maria Irene Araujo Alves.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:DCECB4C9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 102/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **CLAUDETE FERRI PARE ZUBRESKI**, brasileira, inscrita no CPF nº 068.xxx.xxx-31, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C07, nomeada pela Portaria nº 118/2012, matrícula nº 2292-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Maria Irene Araújo Alves, no período da manhã.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:60E31B41

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 103/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **SOLANGE PEREIRA KICH**, brasileira, inscrita no CPF nº 031.xxx.xxx-65, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C11, nomeada pela Portaria nº 31/2003, matrícula nº 1625-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Maria Irene Araújo Alves, no período da tarde.
Art. 2º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:F567F93B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 104/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **MARGARETH CZEKAY**, brasileira, inscrita no CPF nº 023.xxx.xxx-32, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C10, nomeada pela Portaria nº 109/2004, matrícula nº 1731-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, 20 (vinte) horas adicionais, sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:7FEA091A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 105/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ANA LARISSA MARTINS VASSELECHEN**, brasileira, inscrita no CPF nº 085.xxx.xxx-28,

ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível B01, nomeada pela Portaria nº 248/2025, matrícula nº 4100-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, 20 (vinte) horas adicionais, sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, no período da manhã.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:A341DB2C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 106/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE

Art.1º Conceder a servidora **ANDRESSA TELASKO GIRARDI**, brasileira, inscrita no CPF nº 084.xxx.xxx-97, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível B01, nomeada pela Portaria n° 293/2024, matrícula: 3912-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:254D1A23

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 107/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ROBERTA FONTANA,** brasileira, inscrita no CPF nº 031.xxx.xxx-14, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR –** Nível C08, nomeada pela Portaria nº 201/2004, matrícula nº 1783-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho 40(quarenta) horas semanais.
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, no período da manhã.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:CF6A3642

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 108/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ENIA JUDITE TURCO DE PAULA**, brasileira, inscrita no CPF nº 713.xxx.xxx-15, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR** - Nível C05, reintegrada pela Portaria nº 057/2024, matrícula: nº 3828-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Professor Andrei Mugnol Ribeiro.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:B1049E0C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 109/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE

Art. 1º Conceder a servidora **ROBERTA DE ALMEIDA FERREIRA**, brasileira, inscrita no CPF nº 058.xxx.xxx-10, ocupante do cargo efetivo de **PROFESSOR** - Nível C05, nomeada pela Portaria nº 362/2014, matrícula: nº 2659-1, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, **20 (vinte) horas adicionais** sobre seu vencimento básico, passando sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais
Art. 2º Designar a servidora acima mencionada, para exercer a função de **COORDENADORA PEDAGÓGICA** no Centro Municipal de Educação Infantil Professor Andrei Mugnol Ribeiro, no período da tarde.
Art. 3º Conceder 15% de gratificação pelo exercício da função de Coordenação Pedagógica – Lei Complementar nº 049/2021.
Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos legais em 01/02/2026.
Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:1155CDD4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 110/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, em conformidade com o Art. 111 da Lei Complementar nº 032/2017 de 22/12/2017, alterada pela lei Complementar nº 45/2019,

RESOLVE

Art. 1º Ceder o servidor **DANIEL DA SILVA**, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, brasileiro, inscrito no CPF n° 030.xxx.xxx-79, nomeado pela Portaria nº 722/2000, matrícula: 1367-1, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Administração, para exercer suas funções na Assembleia Legislativa do Paraná, com ônus para o órgão de origem, mediante ressarcimento no período de 01/02/2026 a 31/12/2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do Prefeito, 02 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:5330C909

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 111/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Nomear **LUCIMARA DOS ANJOS,** brasileira, inscrita no CPF nº 082.xxx.xxx-81, para o cargo em Comissão de **CHEFE DE SETOR – Nível D1-10**, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde.
Art. **2º** Designar a servidora para exercer suas funções no **SETOR PSF BAIRRO SANTA CLARA** na referida secretária.
Art**. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 02 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E681826E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 116/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Delegar atribuições ao Secretário Municipal de Finanças, nos termos do art. 62 da Lei Orgânica Municipal, para a administração de contas bancárias junto a instituições financeiras responsáveis pela gestão dos pagamentos dos servidores do Executivo Municipal.
Art. 2º As atribuições previstas no art. 1º desta portaria limitam-se a movimentação dos saldos financeiros, transferência de arquivos, e outras movimentações necessárias ao pagamento dos servidores do Executivo Municipal.
Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do prefeito, 02 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:E3B88D94

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 117/2026

O Prefeito do Município de Candói, estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar o servidor **BRUNO PADILHA**, brasileiro, inscrito no CPF nº 132.xxx.xxx-62, do cargo em comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO – NÍVEL C1-10**, nomeado pela Portaria n° 479/2025, matrícula:4198-1, com jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do prefeito, 02 de fevereiro de 2026.

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:8942F652

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025

CONVITE

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDÓI TORNA PÚBLICOeCONVIDAas autoridades, os representantes de classes e a sociedade em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 12 de Fevereiro de 2026, com início às 14:00 horas, na sede da Câmara Municipal, situada a Av. Alfredo Antônio Budel nº 1067 – Bairro Pioneiros, tendo como pauta:

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais da LDO referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025 (Art. 9º parágrafo 4º da LRF);

2. Prestação de Contas da Educação referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025;

3. Prestação de Contas da Saúde referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025;

4. Prestação de Contas Assistência Social, incluindo Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, referente aos meses de Setembro á Dezembro de 2025;

Candói, 19 de janeiro de 2026

ALDOINO GOLDONI FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Zenilda de Fátima Pereira
Código Identificador:6462056F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO - CONTRATO 15/2025

PROCESSO Nº 279/2026

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 015/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E CARLOS UILIAN MACHADO SALDANHA.

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria de Administração, com sede administrativa na

Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói - PR, CEP 85.140- 000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói - PR, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 expedida pela SESP/SC, e **CARLOS UILIAN MACHADO SALDANHA**, microempreendedor individual, inscrito no CNPJ sob o nº 58.322.013/0001-67, com sede administrativa na 10 Rua Manoel Lopes de Oliveira, n° 2288, Bairro Pioneiros, CEP 85.140-000, Candói-PR, neste ato representado pelo Sr. CARLOS UILIAN MACHADO SALDANHA, inscrito no CPF sob o nº 111.559.259-98, endereço eletrônico: cm.turismo147@gmail.com, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O objeto deste termo aditivo é a prorrogação do prazo do contrato nº 015/2025 decorrente do Pregão Eletrônico nº 095/2024 decorrente da ata de registro de preços nº 027/2024 e a proposta do contratado, Processo Licitatório nº 4.308/2024, que trata do "fretamento de veículos destinados ao transporte rodoviário escolar municipal".

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

O presente termo aditivo deu-se início a partir do memorando n° 2797/2025 encaminhado pela Secretária de Educação, o qual esse consta anexado aos autos do Processo Administrativo nº 279/2026.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Conforme previsto em contrato e solicitação da Secretária de Educação o qual consta no Autos do Processo Administrativo, Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato constante da cláusula 2.1, por um período de mais 12 (doze) meses.
- Fim da vigencia e execução: **11 de fevereiro de 2027.**

CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR, E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prorroga-se o valor global do contrato em **R$ 133.553,70** (cento e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e setenta centavos.
O valor diário foi reajustado conforme previsto no edital, utilizando-se o índice INPC como parâmetro de correção, resultando em um reajuste de 4,40**%.**

Segue os itens:

Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
25	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 22 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Cachoeira x APAE Candói. Período: Vespertino. Itinerário: Alagado, Fazenda do Biff, Alto Cachoeira, Samambaial I e II até a Escola Renascer (APAE). Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 100 km.	DIA	215,00	621,18	133.553,70

As despesas das parcelas vincendas em 2026 serão pagas com os créditos orçamentários da dotação relacionada a seguir consignadas na LOA (Lei Orçamentária Anual) conforme classificação abaixo.

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)
002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR
12.782.0005.2019 - MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR
01540 00104 E 06.002.12.782.0005.2019 - 3390330000

CLÁUSULA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.:

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:83563A0F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO N° 026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

REVOGA A CONCORRÊNCIA Nº 018/2025, DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Maxwell Scapini, Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:
CONSIDERANDO que o Município instaurou o procedimento de **Concorrência nº 018/2025**, destinada à contratação de agência de publicidade, com fundamento na Lei Federal nº 12.232/2010 e na Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que, foram identificadas **necessidades de ajustes no edital**, especialmente quanto à conformidade integral com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a adequação prévia do instrumento convocatório é medida necessária para **assegurar a legalidade, a isonomia, a eficiência administrativa e a competitividade do certame**;
CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 71, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a revogação da licitação por razões de interesse público devidamente justificadas;
DECRETA
Art. 1º Fica REVOGADA a Licitação na modalidade Concorrência Pública nº 018/2025, tendo por objeto contratação de agência de publicidade para a execução de serviços de comunicação institucional do Município de Capitão Leônidas Marques.
Parágrafo único: A revogação toma por fundamento o art. 71, inciso II, da Lei 14.133/21, justificando-se pela necessidade de adequação do edital, com vistas ao melhor atendimento da finalidade da contratação.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto no 024.2026.
Capitão Leônidas Marques – Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julia Cristina Magnabosco Zeniewicz
Código Identificador:CE2CF0E9

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 008/2022.

REF: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. º 004/2022.
PROCEDIMENTO SUBSEQÜENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. º 021/2021.
Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal senhor *MAXWELL SCAPINI,* e, de outro lado a empresa ***MARINEZ MENGUES DA SILVA 99023903900,*** situada na Rua Salvador, 118, Santa Rita, município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85.790-000, inscrita no CNJP 43.016.896/0001-00, neste ato representada legalmente por *MARINEZ MENGUES DA SILVA*, inscrito no CPF sob n. º 990.239.039-00 e RG sob n. º 6.705.266-8-SSP/PR. Fundamentando-se no artigo 65, Inciso II, da Lei n. º 8666/93, ajustam o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS OBJETIVOS
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência contratual e da prestação dos serviços para até mais 03 (três) meses e em consequência do valor contratado originalmente e aditivado proporcional ao período aditivado, para a prestação de serviços (***FACILITADOR DE OFICINA DE ARTESANATO COM RECICLAGEM)***, firmada no termo original em 27 de janeiro de 2022 e aditivos subsequentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Soma-se aos valores dantes contratados o total de R$ 4.525,98 (quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogado a vigência até 27.04.2026.
CLÁUSULA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do Contrato não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 27 de janeiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

MARINEZ MENGUES DA SILVA 99023903900
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:A14B55DF

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATOS PE 153/2025

MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR
PORTARIA N. º 44/2026 de 02.02.2026.
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 153/2025 de 22.12.2025,** destinado a aquisição de ferramentas, insumos e materiais necessários para a manutenção das atividades do viveiro municipal e demais serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 418/2025 e de acordo com as especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o ***"Menor Preço Por Item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade com o edital e atendidas as determinações das Leis aplicáveis, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***AGROPECUÁRIA LEONIDAS LTDA*** com os itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 10, 16, 18, 31, 45, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75 no valor de R$ 26.533,40 – ***AGROPECUÁRIA PAVANELO LTDA*** com os itens nº 06, 07, 08, 11, 12, 14, 15, 17, 19, 20, 34, 38, 41, 44, 46 e 66 no valor de R$ 8.961,00 – ***SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA*** com os itens nº 09 e 37 no valor de R$ 1.286,00 – ***FGS COMERCIAL LTDA*** com os itens nº 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 39, 40, 42, 43, 47, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62 e 65 no valor de R$ 5.411,05 – ***TRIUNFAL MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA*** com os itens nº 48, 49, 50, 63 e 64 no valor de R$ 779,00 – ***59.256.266 BRUNO PATRIK BERALDE*** com o item nº 53 no valor de R$ 478,00, conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 43.448,45 (Quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de Fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 41/2026 ao 46/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 153/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: M M J INDUSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E SERVIÇOS LTDA c – ***THE SUPPLY COMPANY LTDA*** – ***M. P. BAUER COMÉRCIO DE PAPELARIA LTDA ME*** e ***RZR DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA.***
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de ferramentas, insumos e materiais necessários para a manutenção das atividades do viveiro municipal e demais serviços da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Capitão Leônidas Marques-Pr, em atendimento a solicitação nº 418/2025 e de acordo com as especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 43.448,45 (Quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 532 – 15.001.18.541.1017.2211.3.3.90.30.00.**
Capitão Leônidas Marques, em 02 de Fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:600700FB

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
TERMO ADITIVO Nº 001/2025. TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 068/2024. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N º 667/2024.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* em pleno exercício de seu mandato e funções, e de outro lado a empresa ***SÃO FRANCISCO VETERINÁRIA LTDA,*** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.937.409/0001-46, com sede à Avenida Iguaçu, nº 441, Centro, Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, CEP 85790-000, neste ato representada por Clara Gouveia Marta Miyahira, brasileira, veterinária, inscrita no CPF/MF sob o nº 098.241.809-40. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual,

assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência para até mais 03 (três) meses a partir do seu vencimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

Fica prorrogada o prazo de execução para até 19.03.2026.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 19 de dezembro de 2025.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

SÃO FRANCISCO VETERINÁRIA LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:6D9D28A1

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 147/2024. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 642/2024.

Que entre si celebram. De um lado o ***MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor *MAXWELL SCAPINI* e de outro lado a empresa ***ADG SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÕES EM LICITAÇÕES,*** com sede na Rua Luiz Bage, nº 21, Campo Comprido, Município de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 81.210-500, inscrita no CNPJ sob n. º 49.483.960/0001-49, neste ato devidamente representada por seu Titular, Senhor *ABRAHAN DE DEUS GRITEM,* portador do CPF sob n. 134.354.459-98. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

Constitui objetivo deste Termo Aditivo, o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento), na quantidade e valor, contratado a favor da referida empresa, conforme Termo firmado em 16 de dezembro de 2024 e aditivo subsequente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

Modifica-se somente o valor contratado, conforme a aquisição de materiais (camisetas), afim de atender os eventos e as atividades de educação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, no limite de até vinte e cinco por cento do total de R$ 1.922,40 (um mil novecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

ADG SERVIÇOS DE INTERMEDIAÇÕES EM LICITAÇÕES
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:180E7475

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026.

Referências:
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 006/2022 de 25.01.2022.
TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 002/2022 de 25.01.2022.
Fundamentação: Lei 8.666/93 de 21.06.93 e cláusula sexta do Termo Contratual.
OBJETO: Prestação de serviços bancários no recolhimento de tributos, impostos, taxas, dívida ativa e demais receitas públicas devidas a esta municipalidade, através de DAM (documento de arrecadação municipal) em padrão FEBRABAN, com prestação de contas por intermédio de suas agências, através de recebimento realizados no Guichê, em Terminais de Auto Atendimento (TAA - caixas eletrônicos), nos Correspondentes Bancários (COBAN - Lotéricas, Banco Postal/Correios, etc...), Pix, através Internet Banking e demais meios, cfm solicitação 451/2021 da Secretaria Municipal Fazenda, Departamento de Finanças e Tributos.
Que entre si celebram:
MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor MAXWELL SCAPINI; *e,*
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDICAPITAL, estabelecida no Av. Iguaçu, 218, Centro, Capitão Leônidas Marques-PR, inscrita no CNPJ sob n. º 04.529.074/0001-70, neste ato devidamente representada legalmente por *JULIANA PEDROTTI*, Identidade sob n. º 102478215-SSP-PR, portador do CPF sob n. º 084.049.199-92, na qualidade de Supervisora Administrativo.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a ***prorrogação da vigência*** para mais até 12 (doze) meses a contar da data de vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência para até 25 de janeiro de 2027.
CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 23 de janeiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB CREDICAPITAL
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:3AD54B35

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026.

Referências:
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 007/2022 de 25.01.2022.
TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 003/2022 de 25.01.2022.
Fundamentação: Lei 8.666/93 de 21.06.93 e cláusula sexta do Termo Contratual.
OBJETO: Prestação de serviços bancários no recolhimento de tributos, impostos, taxas, dívida ativa e demais receitas públicas devidas a esta municipalidade, através de DAM (documento de arrecadação municipal) em padrão FEBRABAN, com prestação de contas por intermédio de suas agências, através de recebimento realizados no Guichê, em Terminais de Auto Atendimento (TAA - caixas eletrônicos), nos Correspondentes Bancários (COBAN - Lotéricas, Banco Postal/Correios, etc...), Pix, através Internet Banking e demais meios, cfm solicitação 451/2021 da Secretaria Municipal Fazenda, Departamento de Finanças e Tributos.

Que entre si celebram:
MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, situada na Av. Tancredo Neves, 502, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 76.208.834/0001-59, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, Senhor MAXWELL SCAPINI; *e,*
CONTRATADA: BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A., estabelecida à Av. Assis Brasil, 3940, Torre D, 4º andar, Bairro São Sebastião, Porto Alegre - RS, CEP: 91.060-900, inscrita no CNPJ sob n. º 01.181.521/0001-55, neste ato devidamente representada legalmente por ***BRUNO CARCAGNOLI,*** Identidade sob n. º 29069226 SSP-SP, portador do CPF sob n. º 224.590.038-38 e ***LEIDIANE CAROLINE ONGARATTO***, Identidade sob n. º 1081572594 SJS-RS, portador do CPF sob n. º 018.657.630-71.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a ***prorrogação da vigência*** para mais até 12 (doze) meses a contar da data de vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência para até 25 de janeiro de 2027.
CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 23 de janeiro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:686377BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
PREGÃO ELETRÔNICO 010/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO
A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de instalação de forro em DRYWALL tipo RU (resistente à umidade), com acabamento em junta de tabica, incluindo pintura integral do forro, execução, adequação e regularização das instalações elétricas necessárias, bem como o fornecimento e a instalação de esquadrias, compreendendo portas de giro com duas folhas, confeccionadas conforme especificações técnicas, dotadas de veneziana e tela mosquiteiro, incluindo ferragens, acessórios e todos os materiais necessários à perfeita execução dos serviços. A presente demanda decorre da necessidade de implantação, adequação e finalização das áreas internas e externas do Novo Hospital Municipal de Capitão Leônidas Marques – PR, garantindo condições adequadas de funcionamento, segurança, conforto e atendimento às normas técnicas e sanitárias vigentes, em atendimento a solicitação nº 018/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 41.120,00 (quarenta e um mil, cento e vinte reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: até às 08:15 do dia 19.02.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30 do dia 19.02.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Menor preço por item***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Sim***

· ***PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014, ART. 48, I, E NOS TERMOS DA LEI N. 123/06, ART. 3º, INCISOS I E II.***
· ***AS EMPRESAS QUE NÃO FOREM/COMPROVAREM SER ENQUADRADAS ME, EPP OU MEI QUE PARTICIPAREM DA DISPUTA ESTARÃO SUJEITAS AS PENALIDADES LEGAIS.***
· ***SERÁ ESTABELECIDO PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS SEDIADAS LOCAL OU REGIÃO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. º 28/2023 – PROGRAMA MUNICIPAL PROSPECAP.***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 **– Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacaoclm@hotmail.com.

ATENÇÃO
- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone na CPL fones: 3286-8424/8407.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:9A6AE76F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. PREGÃO ELETRÔNICO N. º 001/2025. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. º 018/2025.

Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES,*** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES* e de outro lado a empresa ***OX-AIR GASES LTDA***, sita à Rua Francisco Bertinik, 1021, Coqueiral, município de Cascavel, Estado do Paraná, CEP 85.807-550 inscrita no CNPJ sob n. º 03.051.739/0001-10, neste ato devidamente representada pelo, Senhor *PAULO SERGIO DOS SANTOS*, portador do CPF sob n. º 681.068.239-20. Fundamentando-se na Lei 14.133/2021, conforme previsão contratual, assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência para até mais 01 (um) mês do seu vencimento.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:
Fica prorrogada a vigência para até 28.02.2026.
CLÁUSULA TERCEIRA — DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Ratificam-se as demais disposições do Contrato originário não modificado por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 29 de janeiro de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

OX-AIR GASES LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:D6435483

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

O Presidente do Legislativo Municipal o senhor Elton Hernandes Trindade – Presidente da Câmara, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações legais, a vista do parecer exarado pela procuradoria jurídica desta Casa.

RESOLVE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

Processo nº1/2026.
Licitação nº1/2026.
Modalidade: Inexigibilidade.
Data da homologação: 26 de janeiro de 2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO..

EMPRESA AUTORIZADA: Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR ., inscrita no CNPJ Nº. 76.484.013/000145

O prazo de vigência, iniciando-se em 1º de janeiro de 2026, e com término em 31 de dezembro de 2026. Valor Total de: R$ 2.461,95 Dois mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos, divididos em parcelas/faturas mensais.

Carlópolis, 29 de janeiro de 2026

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:4B83CED8

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 02/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

O Presidente do Legislativo Municipal o senhor Elton Hernandes Trindade – Presidente da Câmara, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações legais, a vista do parecer exarado pela procuradoria jurídica desta Casa.

RESOLVE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

Processo nº2/2026.
Licitação nº2/2026.
Modalidade: Inexigibilidade.
Data da homologação: 26 de janeiro de 2026.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CÂMARA MUNICIPAL..

EMPRESA AUTORIZADA: COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A .
CNPJ Nº. 04.368.898/0001-06.

O prazo de vigência, iniciando-se em 1º de janeiro de 2026, e com término em 31 de dezembro de 2026.
VALOR: R$ 10.883,66 Dez mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos.

Carlópolis, 29 de janeiro de 2026

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:78183915

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 03/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

O Presidente do Legislativo Municipal o senhor Elton Hernandes Trindade – Presidente da Câmara, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações legais, a vista do parecer exarado pela procuradoria jurídica desta Casa.

RESOLVE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

Processo nº3/2026.
Licitação nº3/2026.
Modalidade: Inexigibilidade.
Data da homologação: 29 de janeiro de 2026.
Objeto: Inscrição no curso Fortalecendo o Mandato Parlamentar Início da 2ª Sessão Legislativa e os Desafios do Ano Eleitoral . Curso promovido pela Datalegis - Consultoria, Ensino & Pesquisa com a IDADI Consultoria e Tecnologia e a UVEPAR - União de Câmaras.

EMPRESA AUTORIZADA: DATALEGIS – CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA . CNPJ Nº..01.031.983/0001-96

O prazo de vigência, iniciando-se em 04 de fevereiro, e com término em 06 de fevereiro do corrente ano.
Valor Total de: R$ 7.170,00. Sete mil cento e setenta reais

Carlópolis, 29 de janeiro de 2026

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:0BB0A621

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO Nº 04/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

O Presidente do Legislativo Municipal o senhor Elton Hernandes Trindade – Presidente da Câmara, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações legais, a vista do parecer exarado pela procuradoria jurídica desta Casa.

RESOLVE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

Processo nº4/2026.
Licitação nº4/2026.
Modalidade: Inexigibilidade.
Data da homologação: 29 de janeiro de 2026.
Objeto: Contratação de curso de capacitação: Providências Iniciais de Abertura de Exercício, Organização Institucional e Responsabilidade Administrativa dos Parlamentares. Fornecedor: UNICURSOS Período de realização: 04 a 06 de fevereiro de 2026.

EMPRESA AUTORIZADA: UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA .
CNPJ Nº. .19.949.769/0001-89.
O prazo de vigência, iniciando-se em 04 de fevereiro e com término em 06 de fevereiro de 2026.
Valor Total de: R$ 12.950,00. Doze mil novecentos e cinquenta reais.

Carlópolis, 29 de janeiro de 2026

ELTON HERNANDES TRINDADE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:A4EAC0EB

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 01/2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE: Nº1/2026.
PROCESSO: Nº1/2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO..
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À vista, após conclusão do objeto.
EMPRESA AUTORIZADA: Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR .
CNPJ Nº. .76.484.013/000145
VALOR: .R$ 2.461,95 Dois mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021 Inexigibilidade de Licitação.

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:83D9D854

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 02/2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE: Nº2/2026.
PROCESSO: Nº2/2026.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CÂMARA MUNICIPAL..
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À vista, após conclusão do objeto.
EMPRESA AUTORIZADA: COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A .
CNPJ Nº. 04.368.898/0001-06
VALOR: R$ 10.883,66 Dez mil, oitocentos e oitenta e três reais e sessenta e seis centavos.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021 Inexigibilidade de Licitação.

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:C5B9D6D1

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 03/2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE: Nº3/2026.
PROCESSO: Nº3/2026.
OBJETO: Inscrição no curso Fortalecendo o Mandato Parlamentar Início da 2ª Sessão Legislativa e os Desafios do Ano Eleitoral . Curso promovido pela Datalegis - Consultoria, Ensino & Pesquisa com a IDADI Consultoria e Tecnologia e a UVEPAR - União de Câmaras.
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À vista, após conclusão do objeto.
EMPRESA AUTORIZADA: DATALEGIS – CONSULTORIA , ENSINO & PESQUISA LTDA .
CNPJ Nº. .01.031.983/0001-96
VALOR: . 7.170,00 Sete mil cento e setenta reais.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso III,f da Lei 14.133/2021 Inexigibilidade de Licitação.

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:FAED602A

CÂMARA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 04/2026

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE: Nº4/2026.
PROCESSO: Nº4/2026.
OBJETO: Contratação de curso de capacitação: Providências Iniciais de Abertura de Exercício, Organização Institucional e Responsabilidade Administrativa dos Parlamentares. Fornecedor: UNICURSOS Período de realização: 04 a 06 de fevereiro de 2026.
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À vista, após conclusão do objeto.
EMPRESA AUTORIZADA: UNICURSOS CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS LTDA .
CNPJ Nº. .19.949.769/0001-89
VALOR: .R$ 12.950,00 Doze mil novecentos e cinquenta reais.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso III, f da Lei 14.133/2021 Inexigibilidade de Licitação.

Publicado por:
Edson Carlos Faiz
Código Identificador:D55077C6

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 008/2026-DP

Súmula: - "Nomeia ocupantes para cargos efetivo, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. - Nomear os seguintes cidadãos para ocuparem o cargo efetivo de Motorista, a partir de 02 de fevereiro de 2.026:

ANDRÉ HENRIQUE DE SOUZA, portador da cédula de Identidade RG nº 13.788.845-9, inscrito no CPF 107.102.119-64.
SIDNEI APARECIDO FRANCO, portador da cédula de Identidade RG nº 30.875.409-8, inscrito no CPF 251.054.288-54.
VAGNER ALVES DE ANDRADE, portador da cédula de Identidade RG nº 7.981.955-7, inscrito no CPF 036.788.669-30.
Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.
Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlópolis-Pr, 30 de janeiro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:1A99D56E

DEPARTAMENTO PESSOAL
DECRETO Nº. 009/2026-DP

Súmula: - "Nomeia ocupantes para cargos efetivo, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. - Nomear os seguintes cidadãos para ocuparem os respectivos cargos *efetivos*, a partir de 03 de fevereiro de 2.026:

CAMILA FRANÇA DIAS DO COUTO, portadora da cédula de identidade RG nº. 26.xxx.xxx-3—SESP-PR, inscrita no CPF/MF 262.xxx.xxx-19, para o cargo de Professora;
ELIANE DE ARRUDA SILVA, portadora da cédula de identidade RG nº. 32xxx.xxx-3 —SSP-SP, inscrita no CPF/MF 302.xxx.xxx-60, para o cargo de Professora;
HELENA MARIA BATISTA SANTOS, portadora da cédula de identidade RG nº. 19.xxx.100- —SSP-SP, inscrita no CPF/MF 077.xxx.xxx-96, para o cargo de Professora;

LEUCIANE SILVA DE OLIVEIRA, portadora da cédula de identidade RG nº. 7.xxx.xxx-4 —SESP-PR, inscrita no CPF/MF 030.xxx.xxx-76, para o cargo de Professora;
MARIA ANGÉLICA VICELI, portadora da cédula de identidade RG nº 8.xxx.xxx-8 – SESP-PR, inscrita no CPF/MF 038.xxx.xxx-67, para o cargo de Professora.

Art. 2º. - Determinar ao Departamento de Pessoal da Municipalidade as providências necessárias para o cumprimento do presente decreto.
Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Carlópolis-Pr, 02 de fevereiro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:F260602C

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 021/2026 – DP

SÚMULA: Registrar o requerimento e reposicionamento ao final da fila de candidata aprovada e convocada pela Portaria nº 015/2026 – DP.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

Art.1º. Registrar o reposicionamento ao final da fila de candidata aprovada e convocada pela Portaria nº 015/2026-DP, AMANDA GUSMÃO DE SOUSA RG 12.463.825-9 CPF 083.922.199-10.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Cumpra-se.

Carlópolis, 30 de janeiro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:1D131250

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 022/2026-DP

Súmula: - "*Convocação de Classificada para o cargo de Professor em Ampla Concorrência, conforme Edital do Concurso Público 001/2024".*

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. Convocar, para assumir a vaga efetiva, em virtude de aprovação no Concurso Público realizado e regulamentado na forma do Edital nº 001/2024, para o cargo de Professor, em Ampla Concorrência:

Ampla Concorrência	
Candidato	**Classificação Final**
Janaina Ferreira Dutra Silva	72

Art. 2º. Das lotações, conforme ordem de apresentação da documentação:
I – Professor:
Secretária Municipal de Educação, conforme o plano de carreira estabelecer, de acordo com a classificação dentro do concurso.

Parágrafo único: As lotações serão realizadas, após o candidato apresentar a documentação completa de admissão, em que o Departamento de Recursos Humanos não necessite solicitar mais nenhuma documentação ou correção. Em nenhuma hipótese, será atribuído o direito a vaga com apresentação de documentação parcial ou incorreta, levando-se em consideração, sempre, a ordem de classificação do concurso.
Art. 3º. Os candidatos deverão apresentar a documentação no prazo máximo de 15 dias corridos, a partir da data da publicação do presente ato.
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.
Cumpra-se.
Carlópolis, 30 de janeiro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jayme Egivaldo Soares
Código Identificador:F7558677

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
10º TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 18/2021.

10º TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 18/2021
Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 76.208.842/0001-03, com sede a Avenida dos Pioneiros, 500, neste ato representado pelo Senhor Prefeito municipal abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado, e de outro a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, estabelecida na Av. Ayrton Senna da Silva, nº 1703, Gleba Fazenda Palhano, CEP 86.050-460 na cidade de Londrina, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas/MF sob n°33.458.003/0001-22, neste ato representada por seu representante legal, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, consoante o permissivo legal previsto pelo parágrafo 1º do Artigo 65 e §§ 1º e 2º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, com previsão contratual, mediante as cláusulas e condições a se-guir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a Cláusula quinta do contrato original, prorrogando o prazo de execução do contrato em mais 3 meses, passando a vigorar até 01/05/2026. O prazo de vigência é de 30 dias além do prazo da execução.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em razão da prorrogação do prazo fica alterada a Cláusula terceira do contrato original, acrescendo o valor total do contrato em mais **R$ 214.940,85 (Duzentos e quatorze mil novecentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos).**

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	**Quantidade de plantões**	**Valor do plantão 12 horas**	**Valor total p/ 3meses**
Prestação de serviços de plantão médico para o Pronto Atendimento Municipal, com clinico geral, plantão de 12h. **De segunda a sexta-feira** das **07h00min às 19h00min.**	80	1.583,49	126.769,20
Prestação de serviços de plantão médico para o Pronto Atendimento Municipal, com clinico geral, plantão de 12h. **Aos sábados, domingos e feriados** das **07h00min às 19h00min.**	27	1.619,48	43.725,96
Prestação de serviços de plantão médico para o Pronto Atendimento Municipal, com clinico geral, plantão de 12h. **Aos sábados, domingo e feriados** das **19h00min às 07h00min.**	27	1.649,47	44.535,69

CLÁUSULA TERCEIRA – O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicado prévio de 30 (trinta) dias, por qualquer das partes.

CLÁUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.
E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo de Prorrogação, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.

Catanduvas, 29 de janeiro de 2026

Município De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF 065.xxx.xxx-01

Avive Gestão De Serviços Médicos LTDA
THIAGO DE CASTRO SILVEIRA
Representante Legal
CPF 022.xxx.xxx-21

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:377A1B57

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2025

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2025
Os infra-firmados, de um lado o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida dos Pioneiros, 500, Centro, Catanduvas/PR, inscrito no CNPJ sob o nº 76.208.842/0001-03, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito municipal, Sr. Ademar Luiz Burckhardt, como CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa **GIMAVE MEIOS DE PAGAMENTOS E INFORMAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 2222, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.989.476/0001-10, representada por seu administrador o Sr. Jaime Luis de Salles Agostinho, portador do CPF 032.xxx.829-xx, ao final assinado, doravante designada CONTRATADA, com base nos documentos anexos ao processo, aditivam o contrato mediante as cláusulas e condições a se-guir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica alterada a clausula terceira, parágrafo oitavo, passando a ter o seguinte dizer:
"PARAGRAFO OITAVO – Deverão ser credenciados "supermercados", *padarias e lanchonetes/restaurantes*, tantos quantos interessados**"**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Considerando que não há alteração de valores, sequer prejuízo a quaisquer das partes, resta mantida a forma de execução dos trabalhos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Os documentos que comprovam/originam a presente alteração, estão anexados e ficam fazendo parte do processo licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – Todas as demais cláusulas do documento inicial permanecem inalteradas e vigentes.

E, por estarem assim acordes, foi lavrado o presente Termo, que depois de lido e achado conforme, vai por todos assinados.
Catanduvas, 30 de janeiro de 2026.

Municipio De Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.xxx.xxx-01

Gimave Meios De Pagamentos E Informações LTDA
JAIME LUIS DE SALLES AGOSTINHO
Representante Legal
CPF 032.XXX.829-XX

Publicado por:
Natielly Santos de Oliveira
Código Identificador:C925113B

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 07/2026 - REVOGA LICENÇA SEM VENCIMENTOS.

PORTARIA Nº 07/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em observância a Lei Orgânica do Município,
RESOLVE

Art. 1º)- Revogar a pedido, a partir de 02/02/2026, o ato administrativo que concedeu a licença SEM VENCIMENTOS pelo período de dois anos, a servidora "ADRIANA LIMA HARTECOF POTRATZ, matrícula nº 100099-3, auxiliar de Serviços Gerais".
Art. 2º)- A Servidora nominada no artigo primeiro, deverá retomar imediatamente as suas atividades laborais, conforme solicitação.
Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02/02/2026, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 30 de janeiro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:863BB3CE

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 08/2026 - LSV

PORTARIA Nº 08/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no exercício da função e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em observância a Lei Orgânica do Município, e considerando que a requerente atende aos requisitos exigidos para deferimento do pedido,
RESOLVE
Art. 1º) - Conceder licença SEM VENCIMENTOS pelo período de dois anos, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

Nome	CPF nº	Matricula	Cargo	Período da Licença
Elisandra Garcia de Rezende	***.318.479-**	100233-3	Professora	03/02/2026 a 02/02/2028

.
Art. 2º)- A Servidora nominada e beneficiada com a licença sem vencimentos deverá retomar suas atividades no primeiro dia útil subseqüente ao último dia da licença que ora é concedida, sem qualquer aviso ou notificação.
Art. 3º) -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:1A44724D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 020/2026

DECRETO Nº 020/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) senhor(a): POLIANA PAPKER LAVALL.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Nomear, por **20 DIAS**, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2026, o(a) servidor(a) **POLIANA PAPKER LAVALL**, para ocupar temporariamente o cargo de Provimento em Comissão de

SECRETÁRIO(A) DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO em decorrência de férias do(a) titular da pasta.

Artigo 2º - Receberá pelos dias trabalhados o valor do cargo temporariamente ocupado.

Artigo 3º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul, 02 Fevereiro de 2026

SUELI CASTELUZZI VECHIATTO
Prefeita Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:58C8E057

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 021/2026

DECRETO Nº 021/2026

SÚMULA: Determina a exoneração e conseqüente retirada da folha de pagamento de servidor(a) que já se encontra aposentado(a) pelo Regime Geral de Previdência.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar por aposentadoria, a partir de 02 de Fevereiro de 2026, o(a) servidor(a) **CLEUSA RAMOS DE ALMEIDA**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS**, matrícula nº 369, haja vista que o(a) mesmo(a) aposentou-se e passou a perceber regularmente o provento junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, tudo em estrita conformidade com o art. 37 § 14 da Constituição Federal de 1988.
Artigo 2º - Determina a vacância do cargo público, decorrente da aposentadoria acima referida.
Artigo 3º - Proceda-se a devida notificação do(a) servidor(a) **CLEUSA RAMOS DE ALMEIDA** para que interrompa imediatamente as atividades que esteja desempenhando.
Artigo 4º - Proceda-se com as devidas anotações na ficha do(a) aludido(a) servidor(a).

Centenário do Sul/PR, 02 de Fevereiro de 2026

SUELI CASTELUZZI VECHIATTO
Prefeita Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:04158B0C

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 022/2026

DECRETO Nº 022/2026

SÚMULA: Determina a exoneração e conseqüente retirada da folha de pagamento de servidor(a) que já se encontra aposentado(a) pelo Regime Geral de Previdência.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar por aposentadoria, a partir de 02 de Fevereiro de 2026, o(a) servidor(a) **CREUSA GOMES**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS**, matrícula nº 554, haja vista que o(a) mesmo(a) aposentou-se e passou a perceber regularmente o provento junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, tudo em estrita conformidade com o art. 37 § 14 da Constituição Federal de 1988.
Artigo 2º - Determina a vacância do cargo público, decorrente da aposentadoria acima referida.
Artigo 3º - Proceda-se a devida notificação do(a) servidor(a) **CREUSA GOMES** para que interrompa imediatamente as atividades que esteja desempenhando.
Artigo 4º - Proceda-se com as devidas anotações na ficha do(a) aludido(a) servidor(a).
Centenário do Sul/PR, 02 de Fevereiro de 2026

SUELI CASTELUZZI VECHIATTO
Prefeita Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:E130E0EF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 023/2026

DECRETO Nº 023/2026

SÚMULA: Determina a exoneração e conseqüente retirada da folha de pagamento de servidor(a) que já se encontra aposentado(a) pelo Regime Geral de Previdência.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar por aposentadoria, a partir de 02 de Fevereiro de 2026, o(a) servidor(a) **MESAQUE MELO**, ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS**, matrícula nº 524, haja vista que o(a) mesmo(a) aposentou-se e passou a perceber regularmente o provento junto ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, tudo em estrita conformidade com o art. 37 § 14 da Constituição Federal de 1988.
Artigo 2º - Determina a vacância do cargo público, decorrente da aposentadoria acima referida.
Artigo 3º - Proceda-se a devida notificação do(a) servidor(a) **MESAQUE MELO** para que interrompa imediatamente as atividades que esteja desempenhando.
Artigo 4º - Proceda-se com as devidas anotações na ficha do(a) aludido(a) servidor(a).
Centenário do Sul/PR, 02 de Fevereiro de 2026

SUELI CASTELUZZI VECHIATTO
Prefeita Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:16BC7D8E

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 024/2026

DECRETO Nº 024/2026

SÚMULA: Exoneração do(a) servidor(a): SERGIO NAITZK.

A PREFEITA EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado(a) a pedido, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2026, o(a) servidor(a) **SERGIO NAITZK**, ocupante do cargo de **MOTORISTA**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 02 de Fevereiro de 2026

SUELI CASTELUZZI VECHIATTO
Prefeita Municipal em Exercício

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:93B7D9B3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
DECRETO Nº 003/2026

NOMEIA A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO, MEMBROS DA COMISSÃO E DA EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, EM VIRTUDE DA LEI 14.133/2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, Estado do Paraná, Sr. ROGÉRIO DA SILVA GODOI, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que dispõem a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01/04/2021, e o Decreto nº 009/2024 de 12 de abril de 2024, que estabelecem as atribuições e demais disposições das funções do agente de contratação, pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação;

DECRETA

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal da Câmara de Cerro Azul/PR, a Comissão de Contratação, composta pelos servidores: **Jocenir de Barros Stepenowsky** matrícula nº 036, **Eliane de Fátima dos Santos** matrícula nº 035, **Jorge Pereira dos Santos Júnior** matrícula nº 116, sob a presidência do primeiro, para receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares.

Art. 2º Designa o servidor efetivo Sr. **JOCENIR DE BARROS STEPENOWSKY**, como Agente de Contratação para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo único*. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será o servidor efetivo* ***JOCENIR DE BARROS STEPENOWSKY*** *designado como Pregoeiro.*

Art. 3º Os Sr (a). **ELIANE DE FÁTIMA DOS SANTOS**, matrícula nº 035 e **JORGE PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR**, matrícula nº 116, quando não atuarem no processo como comissão de contratação, atuarão como equipe de apoio ao agente de contratação e Pregoeiro se este julgar necessário.

Art. 4º A Comissão de Contratação assim como o Agente de Contratação poderá contar com o apoio dos órgãos da Procuradoria jurídica e de Controle Interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei 14.133/2021.

Art. 5º Quanto ao processo de Contratação direta (dispensa e inexigibilidade), o mesmo será conduzido pelo Agente de Contratação com ou sem equipe de apoio, ficando ao seu critério.

Art. 6º Para contratações de maiores complexidades e especiais será conduzida pela Comissão de Contratação.

Art. 7º Este decreto entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se; Publique-se; Cumpra-se.

Cerro Azul/PR, 09 de janeiro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Jocenir de Barros Stepenowsky
Código Identificador:DF1BC46C

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 005/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao Vereador deste Poder Legislativo Municipal, Sr. Paulo Cezar Pereira, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 03 de fevereiro de 2026, em Curitiba/PR, ocasião em que participará de uma reunião com o Deputado Federal Geraldo Mendes, com o objetivo de tratar da destinação de recursos para o Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 02 de fevereiro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:9B5B4FA8

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 006/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida a servidora deste Poder Legislativo Municipal, Ana Cláudia de Oliveira Sponholz, a quantia correspondente a duas (2) meias diárias, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para os dias 9 e 10 de fevereiro de 2026, ocasião

em que participará do curso Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em Curitiba/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 02 de fevereiro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:A8E5D5E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO N. 33/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
C.N.P.J.: 76.105.626/0001-24
Município: CERRO AZUL
DECRETO Nº 33/2026, de 30 de Janeiro de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CERRO AZUL, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CERRO AZUL e autorização contida na Lei Municipal nº 61/2025, de 18 de Novembro de 2025.
D E C R E T A:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 142.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.	
09.001.10.301.160.2011-3.1.90.04.00.00.00.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	R$142.000,00
00001/00001.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	142.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$142.000,00
00001/00001.01.07.00.00.2.501.0000 (SF) - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	142.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 30 de Janeiro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
..159-**
Prefeito

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:3BDDC176

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PORTARIA Nº 006/2026

PORTARIA Nº 006/2026

Presidente da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear para ocupar o Cargo de Provimento efetivo de Agente Administrativo I, do Poder Legislativo da Câmara Municipal de Clevelândia/Pr, com carga horária de quarenta horas semanais (40h), a senhora **Eliaki Marceli Zanini**, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Clevelândia/PR, em 02 fevereiro de 2026.

MANOEL AUGUSTO GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:6D0BAB10

GABINETE
DECRETO Nº027/2026

DECRETO Nº027/2026

Institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e cria a Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Clevelândia, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e em conformidade com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução nº 160, de 18 de novembro de 2013, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, Lei Municipal nº 1.345 de 20 de outubro de 1993 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Município de Clevelândia o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo em meio aberto, com atendimento às medidas judiciais de reparação de dano, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, a serem executadas intersetorialmente, de acordo com a Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente e as diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º O Plano Individual de Atendimento (PIA) será elaborado por equipe técnica com representação das Secretarias Municipais da Saúde, da Educação e da Assistência Social.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social as funções executiva e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, proverem o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades da Comissão Intersetorial.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 5º Fica criada a Comissão Intersetorial Municipal de Acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, composta por representantes governamentais e não governamentais, adiante relacionados, conforme indicações de seus respectivos órgãos:
I - Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - Secretaria Municipal de Educação, esporte e cultura;
III - Secretaria Municipal de Saúde;
IV - Secretaria Municipal de Trabalho;
V- Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Serão convidados representantes do Sistema de Segurança Pública (polícia civil e militar) e representantes do Sistema de Justiça (Ministério Público do Estado do Paraná e Poder Judiciário).

Art. 6º A Comissão Intersetorial poderá:
I- Constituir grupos de trabalho e subcomissões sobre temas específicos; e
II- Convidar profissionais de notório saber na matéria ou especialistas de outros órgãos ou entidades e da sociedade civil para prestar assessoria às suas atividades.

Art. 7º São atribuições da Comissão Intersetorial:
I- Acompanhar o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e Estado;
II- Discutir, propor e contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, segundo as deliberações do Plano Nacional e Estadual;
III- Garantir um espaço de articulação, planejamento e acompanhamento das ações de desenvolvidas no atendimento socioeducativo, dividindo as responsabilidades e promovendo a intersetorialidade das políticas públicas no Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo;
IV- Construir as normativas relacionadas à organização e funcionamento da Comissão;
V- Construir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno das temáticas relacionadas aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa;
VI- Recomendar a adoção de meios e instrumentos que assegurem o acompanhamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito do programa;
VII - Denunciar aos órgãos competentes a ocorrência de negligência no atendimento e acompanhamento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa;
VIII- Construir para o levantamento e a consolidação das informações, subsidiando o órgão gestor municipal na operacionalização e na avaliação das ações implantadas e na implementação das políticas públicas voltadas para os adolescentes em conflito com a Lei.

Parágrafo único: O Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo será submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após período de consulta pública.

Art. 8º A participação na Comissão Intersetorial é considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVEÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:384E0EF0

GABINETE
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO
Notificante:
Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Município de Clevelândia – PR
Notificado(a):
Nome: **Camila Ferron Carneiro**
CPF:045.531.579-50
Data da Notificação: 02 de fevereiro de 2026.
Local da Infração: Rua: 7 de setembro, bairro: centro, quadra 0035, lote 0006.
Base Legal: Lei Municipal nº 2.690/2019 – Arts. 35 e 44, incisos I e II

DISPOSITIVOS LEGAIS — Lei Municipal nº 2.690/2019:

• **Art. 35:** O proprietário ou possuidor é responsável pela construção, conservação e limpeza do passeio (calçada) em frente ao seu imóvel, devendo mantê-lo livre de resíduos, vegetação e quaisquer obstáculos que impeçam o trânsito de pedestres e comprometam a higiene e a segurança pública.
• **Art. 44, inciso I:** O proprietário ou possuidor é responsável por manter o imóvel limpo, drenado e livre de matérias que possam comprometer a salubridade, higiene, segurança e o meio ambiente.
• **Art. 44, inciso II:** Constatado o descumprimento do disposto no inciso I, o Município poderá determinar a limpeza compulsória, às expensas do proprietário, além de aplicar multa e outras sanções previstas.

Descrição da Infração:
Verificou-se que o terreno/lote de sua propriedade encontra-se em estado de abandono, com acúmulo de resíduos, vegetação alta e falta de limpeza no passeio (calçada), contrariando o disposto nos Arts. 35 e 44 da Lei Municipal nº 2.690/2019.
Tal conduta compromete a salubridade, a segurança e o meio ambiente no entorno.

Providência Obrigatória:
Determina-se que o(a) notificado(a) **efetue a limpeza completa do terreno e do passeio (calçada)** no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento desta notificação.

Advertência:
O não cumprimento do disposto no prazo estabelecido permitirá à Secretaria Municipal do Meio Ambiente:

• Promover a limpeza compulsória do imóvel e do passeio, com despesas cobradas do(a) infrator(a);
• Aplicar multa conforme previsto na referida lei;
• Adotar outras medidas administrativas cabíveis.

Em caso de regularização dentro do prazo, desconsidere esta notificação.
Clevelândia – PR, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:2A29438B

GABINETE
PORTARIA N°015/2026

PORTARIA N°015/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1° - Fica designada a servidora, **Camila Onssi Prestes,** para desempenhar as funções como Assessora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais das 13h às 17h, a partir de 02/02/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:E6B62BD0

GABINETE
PORTARIA N°016/2026

PORTARIA N°016/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1° - Fica designada a servidora, **Rafaela Batistella Inocêncio,** para desempenhar as funções como Assessora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais das 07h30 às 11h30, a partir de 02/02/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n°010/2026 as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:891B94B7

GABINETE
PORTARIA N°017/2026

PORTARIA N°017/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, RAFAELA MARTINS LOSI, no uso de suas atribuições legais previstas no art.46, inciso IV da Lei Orgânica Municipal;
RESOLVE:

Art. 1° - Fica designada a servidora, **Gisele Alves Barbieri,** para desempenhar as funções como Assessora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais das 13h às 17h, a partir de 02/02/2026.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A1917840

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
ADITIVO AO CONTRATO Nº 09/2025

ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E PROJETOS COMPLEMENTARES

CONTRATANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO**, órgão independente do Município de Colombo, com sede e foro nesta cidade de Colombo/PR, na Rua Francisco Busato, nº 8005, Centro, CEP 83.414-290, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.093.241/0001-82, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Joel Bueno da Rocha, portador da Cédula de Identidade R.G nº **.730.***-SESP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 021.695.879-26, doravante denominada CONTRATANTE.
CONTRATADA: **AP LOCAÇÕES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº54.326.883/0001-53, com sede na Rua Monsenhor Aloizio Domanski, n°136, Bairro Centro, Município de Campo Largo, Estado do Paraná, CEP 83.601-200, neste ato representada pelo Sr. Arthur Milton De Oliveira Muller, inscrito no CPF nº ****.802.***- 70, e no RG nº **.357.***-8 SESP/SP, denominado CONTRATADO.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato nº **09/2025**, pelo período de **90 (noventa) dias**, nos termos da legislação vigente.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA
A prorrogação do prazo justifica-se em razão de que o **Processo Administrativo nº 2216/2026** encontra-se, atualmente, em análise junto à **Secretaria Municipal de Urbanismo**, circunstância alheia à vontade das partes, que impossibilita a conclusão das obrigações contratuais dentro do prazo originalmente estabelecido.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O presente aditivo é celebrado com fundamento na **Lei nº 14.133/2021**, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à prorrogação contratual, mediante justificativa devidamente formalizada no processo administrativo.
CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem **inalteradas e ratificadas** todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº **09/2025** que não conflitarem com o disposto neste Termo Aditivo.
E, por estarem de acordo, firmam o presente Termo Aditivo para que produza seus legais e jurídicos efeitos.
Colombo, 27 de janeiro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Colombo

ARTHUR MILTON DE OLIVEIRA MULLER
AP Locações LTDA – Contratada

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:292E9A4F

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
ERRATA

Protocolo nº 20250618.
Processo Administrativo: n° 790/2025.
Instrumento de Prorrogação ao Contrato nº 07/2022.
Publicado no dia 08 de janeiro de 2026, Edição 3443 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

ONDE SE LÊ:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:
1.1 Fica ampliado o prazo de vigência do Contrato nº 07/2022 por mais 2 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias, até a data de 07 de janeiro de 2026, nos termos previstos no § 2º da Cláusula Quinta do contrato em referência c/c o art. 57, inciso IV, da Lei Federal n. 8.666/93.

LEIA-SE:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:

Fica ampliado o prazo de vigência do Contrato nº 07/2022 por mais 90 (noventa) dia, até a data de 07 de abril 2026, nos termos previstos no § 2º da Cláusula Quinta do contrato em referência c/c o art. 57, inciso IV, da Lei Federal n. 8.666/93.
O presente contrato poderá ser **rescindido antecipadamente**, a qualquer tempo, **quando concluída a implantação do novo contrato** oriundo do **Processo Administrativo nº 36.511/2024** do Executivo Municipal, destinando-se tal medida a garantir a continuidade e a eficiência da gestão do sistema.
A rescisão antecipada dar-se-á **sem ônus para a Administração**, limitando-se o pagamento aos serviços efetivamente prestados até a data da rescisão, conforme comprovações apresentadas pela contratada.

ONDE-SE LÊ:
Colombo, 10 de outubro de 2025.

LEIA-SE:
Colombo, 08 de janeiro de 2026.

Colombo, 30 de janeiro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:3D6182BE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 107/2026

PORTARIA N.º 107/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ADERLI DE SOUZA CRUZ TEIXEIRA,** portadora do RG n.º 4.XXX.XXX-3**,** CPF n.º 567.XXX.XXX-91**,** inscrita na matrícula 10610**,** para o cargo de GESTORA do SCFV JARDIM DAS GRAÇAS, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Exonerar a servidora **LEONILDA BRUM**, portadora do RG n.º 4.XXX.XXX-8, CPF n.º 621.XXX.XXX-15, inscrita na matrícula 12902, do cargo de GESTORA do SCFV GIRASSOL, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Designar a servidora **LEONILDA BRUM,** portadora do RG n.º 4.XXX.XXX-8**,** CPF n.º 621.XXX.XXX-15**,** inscrita na matrícula 12902, para o cargo de GESTORA doSCFV IRMÃO CAÇULA, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 4º - Exonerar a servidora **LOURDES BARBOSA DA FONSECA DE BORBA**, portadora do RG n.º 3.XXX.XXX-0, CPF n.º 650.XXX.XXX-49, inscrita na matrícula 16925, do cargo de GESTORAdoSCFV IRMÃO CAÇULA, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 5º - Exonerar a servidora **LOURDES BARBOSA DA FONSECA DE BORBA,** portadora do RG n.º 3.XXX.XXX-0, CPF n.º 650.XXX.XXX-49, inscrita na matrícula 16925, do cargo de GESTORA do SCFV IRMÃO CAÇULA, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 6º - Exonerar a servidora **VERA KOZOW**, portadora do RG n.º 10.XXX.XXX-7, CPF n.º 274.XXX.XXX-04, inscrita na matrícula 15193, do cargo de GESTORA do SCFV JARDIM DAS GRAÇAS, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 7º - Designar a servidora **VERA KOZOW,** portadora do RG n.º 10.XXX.XXX-7**,** CPF n.º 274.XXX.XXX-04**,** inscrita na matrícula 15193**,** para o cargo de GESTORA do SCFV SÃO GABRIEL, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:568A352F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 108/2026

PORTARIA N.º 108/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANDRIELE FERREIRA DE LIMA,** portadora do RG n.° 11.XXX.XXX-1, CPF n.° 076.XXX.XXX-43, para o cargo de GESTORA do SCFV GIRASSOL, no Departamento de Proteção Social Básica, vinculado á Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 04 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:12B94AA7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 109/2026

PORTARIA N.º 109/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **EMANUELE DIAS BATISTA PHELIPE,** portadora do RG n.° 13.XXX.XXX-6, CPF 095.XXX.XXX-48, matrícula n.° 17808, para a função de GESTORA DO NÚCLEO DE TREINAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DE ENSINO INFANTIL, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4C2196A3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 110/2026

PORTARIA N.º 110/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **MATHEUS RODRIGUES DA SILVA,** portador do RG 13.XXX.XXX-9, CPF 086.XXX.XXX-58, matrícula n.° 17798, para a função de GESTOR DO NÚCLEO DE

TREINAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL DE ENSINO FUNDAMENTAL, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:202EDA96

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 111/2026

PORTARIA N.º 111/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **MARCELO VIANA DE CASTILHOS,** portador do RG n° 6.XXX.XXX-9, CPF n° 018.XXX.XXX-65, matrículas n.° 11060 e 11360, da função de PROFESSOR 20H, do Departamento de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:33AFCCE5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 112/2026

PORTARIA N.º 112/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de contrato, dos Contratos n.º 043/2026 a 045/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação n.º 007/2026**,** com objeto de Contratação de Cota de Patrocínio categorias OURO/PRATA/BRONZE para ações exclusivas durante a "59ª Festa da Uva", no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026, no Parque Municipal da Uva, na cidade de Colombo/PR., conforme segue:

Gestor do Contrato:
Jeronimo Strapasson, matrícula n.º 16.119;

Fiscal do Contrato:
Fabiano Mores Machado, matrícula n.º 19.485;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:5F0AD0DE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 113/2026

PORTARIA N.º 113/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **DANIEL MARTINS AAL JUNIOR,** da função de Assistente Administrativo, matrícula n.° 19116, portador do RG 9.XXX.XXX-0, CPF 068.XXX.XXX-78, para a função de GESTOR DO NÚCLEO DE PROJETOS ORÇAMENTOS E CONTRATOS, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:2D85F2A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 114/2026

PORTARIA N.º 114/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **THAIS FERREIRA DOS SANTOS,** portadora do RG n.° 13.XXX.XXX-5, CPF n.° 049.XXX.XXX-24, matrícula n.° 17820, para a função de GESTOR DO NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:43D3D764

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 115/2026

PORTARIA N.º 115/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a senhora **MARIANA AMÉRICO LEITE,** portadora do CPF n.° XXX.XXX.XXX-89, matrícula n.° 19369, do cargo de Gestora do Núcleo de Análise de Projetos, do Departamento de Habitação, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Nomear a senhora **MARIANA AMÉRICO LEITE,** portadora do CPF n.° XXX.XXX.XXX-89, matrícula n.° 19369, para o cargo Coordenadora de Regularização Fundiária, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:E5852515

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 116/2026

PORTARIA N.º 116/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar servidor **EDUARDO ANDRE DE SOUZA,** portador do RG 7.XXX.XXX-1, CPF 069.XXX.XXX-10, matrícula n.° 16049, para a função de GESTOR DO NUCLEO DE CONTROLE DE DOCUMENTAÇÃO E INSPEÇÃO VEICULAR, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:232BDEDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 117/2026

PORTARIA N.º 117/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **BIANCA ZANCHI MACHADO**, portador do CPF n.° 028.XXX.XXX-08, Matrícula n.° 16468, para a função de GESTORA DO NÚCLEO AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E ACOMPANHAMENTO SOCIAL, Coordenação de Educação Especial, do Departamento de Educação, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:63C07C39

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 118/2026

PORTARIA N.º 118/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **ANDERSON ROGERIO BONATTO**, do cargo de Assistente Administrativo, matrícula n.° 16943, portador do RG n.° 13.XXX.XXX-0, CPF n.° 359.XXX.XXX-03, para a função de GESTOR DO NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de fevereiro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:6CB63D56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N.º 045/2026 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 007/2026

Processo: 44.399/2025
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Agronegócio
Contratada: CENTER AUTOMÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.402.181/0001-70
Fiscalização: A fiscalização do presente Contrato será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr Jeronimo Strapasson, matrícula funcional n.º 16.119; e Fiscal de Contrato Sr Fabiano Mores Machado, matrícula funcional n.º 19.485.
Objeto e valor: O presente contrato tem por objeto a Cota de Patrocínio categoria OURO, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para ações exclusivas durante a "59ª Festa da Uva", no período de 05 a 08 de fevereiro de 2026, no Parque Municipal da Uva, na cidade de Colombo/PR.
Vigência: O prazo de vigência e execução do Contrato de Patrocínio se iniciará 30 (trinta) ANTES da realização da "59ª FESTA DA UVA", a execução se encerrará 1 (um) dia após, e a vigência no dia 08 de fevereiro de 2026.
Local e data da emissão: Colombo, 30 de janeiro de 2026
Assinatura: Jeronimo Strapasson

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:109379E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2025

Processo: 32.620/2025
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde

Contratada: T. D. & V. COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, CNPJ n.º 10.696.932/0001-74
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade das seguintes servidoras: Gestora de Contrato - Srª Miriam Appel Martins, matrícula funcional n.º 9055; Fiscal de Contrato - Srª Marli dos Santos Silva, matrícula funcional n.º 9296
Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais e instrumental odontológico para atendimento das demandas dos estabelecimentos odontológicos do Município de Colombo/PR.
Valor: O valor total é de R$ 46.099,60 (quarenta e seis mil, noventa e nove reais e sessenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/2024.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 27 de janeiro de 2026
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:086D54EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2025.

Processo: 37077/2025.
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Contratada: BALAX EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 45.811.792/0001-12.
Fiscalização. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Sr. Erick Marcelo Assunção de Melo, matricula nº 19.718, telefone para contato: (41) 98823-1578, E-mail: colomboesporte@gmail.com, e o fiscal Sr. Cristiano Aurélio Furlan, matricula nº 19.335, telefone para contato: (41) 98823-1578, E-mail: colomboesporte@gmail.com.
Objeto: O Registro de empresa especializada para prestação de serviços de Arbitragem para jogos, torneios e competições de diversas modalidades, nos termos do edital e abaixo:
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/24.
Valor: O valor total é de R$ 218.414,50 (duzentos e dezoito mil e quatrocentos e quatorze reais e cinquenta centavos).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de janeiro de 2026.
Assinatura: Rodrigo Marcel Coradin.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:E7AEF757

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2025.

Processo: 37077/2025.
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Contratada: ANDREIA DE SOUZA R. ALVES EVENTOS ME, inscrita no CNPJ nº 25.237.379/0001-89.
Fiscalização. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor o Sr. Erick Marcelo Assunção de Melo, matricula nº 19.718, telefone para contato: (41) 98823-1578, E-mail: colomboesporte@gmail.com, e o fiscal Sr. Cristiano Aurélio Furlan, matricula nº 19.335, telefone para contato: (41) 98823-1578, E-mail: colomboesporte@gmail.com.
Objeto: O Registro de empresa especializada para prestação de serviços de Arbitragem para jogos, torneios e competições de diversas modalidades, nos termos do edital e abaixo:
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1815/24.
Valor: O valor total é de R$ 17.630,00 (dezessete mil e seiscentos e trinta reais).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 29 de janeiro de 2026.
Assinatura: Rodrigo Marcel Coradin.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:54E91240

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DANIEL CHALCOSKI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: GRACE KELLY DALFRE
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANGELA SEBASTIANA DA SILVA DA ROSA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: IUCIMAR ARAÚJO DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: JOSIELI APARECIDA VON DENTZ
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: JUCELI CHAVES RIBEIRO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: THAMIRES SILVA PRUENCIO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VIVIANE DE SOUZA OLIVEIRA DE MORAIS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: CLAUDIANE DE OLIVEIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: IZABEL CRISTINA SIMÕES SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARTA REGINA FERREIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DEBORA CRISTIANE SOARES TUROK DE ARAUJO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: FRANCIELE GONÇALVES SANTANA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARYLLIN JANAINA PADILHA BATISTA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: BIANCA PINA GONÇALVES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: JHENIFFER CRISTINY DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA IZAIRA DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LETICIA APARECIDA ALCANTARA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SALETE DE FATIMA BONFIM
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MAUREN ADRIANE RIBEIRO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DÉBORA LOPES DO PRADO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: CLAUDINEIDE DE OLIVEIRA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: GABRIELA THAIS DE SOUSA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE ASSISTENTE DE ALUNOS
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 1.861,26

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SIMONE BRANDINO FIGUEIRO FIRMINO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: IRENE FIGUEIRA PEREIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ADRIANA DE OLIVEIRA NUNES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: THAIS RODRIGUES DE OLIVEIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANDRÉA CRISTINA ANDERSON PAIVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VIVIANE CRISTINA MACIEL DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA NEUMA DOS SANTOS ROSA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ZEILA URSULINO DIAS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: EDILEUZA CASTRO RIBEIRO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: CARMEN DE FATIMA GARRETT DA LUZ DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ISADORA LUISE DE OLIVEIRA SCHULTZ
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA APARECIDA DA SILVA RIBEIRO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DANIELE DOS REIS SILVA FRANCISCO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA LUCIA RIGONATTO DE BRITO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: NILCEIA MISS BAZZOTTI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MIRIAN PETRIS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LOURDES NAZARETH URSULINO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SOLANGE DA SILVA FERNANDES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DEIZIANE SENA DE OLIVEIRA DE MATTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ELAINE DE OLIVEIRA KROGER RODRIGUES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: FABIANE DOS SANTOS CABREIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: CARLA ANDREASSY DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LILIANE DE PAULA MEIRA SOARES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ARLETE NASCIMENTO DE JESUS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA LUIZA NASCIMENTO FERREIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ELI ELMA DE OLIVEIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LIGIA LUCIA BARBOSA PAKUSZEWSKI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: GLEICE GONÇALVES DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VIVIANE APARECIDA STENZEL RATTI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: JULIANE SOARES DA SILVA CORREA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANDREIA PEREIRA DA SILVA DE AMADEU
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: IARA DO ROCIO HUY DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SANDRA ARAUJO DE SOUZA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: JOSIELI DE JESUS CORREIA

OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: TERESA CRISTINA SCHELEDER
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ELIANE BLASIUS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VANESSA CRISTINA MULLER GONÇALVES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: FRANCISCA MARIA MENEZES DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ELIANE DA SILVA CARVALHO PEREIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: NAIARA FERREIRA DE BARROS OLIVEIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VIVIANE CORDEIRO DE SOUZA RIBEIRO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: TATIANA PEREIRA DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: JOSIANE CAMARGO ROSA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: EDNEY TEIXEIRA DOS SANTOS BATISTA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: EUNICE LOPES DE FRANÇA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: JOSUE LUCINDO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SOLANGE CRISTINA DE MATOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LIZANDRA LUIZ CANESTRARO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: CHRISTIANE DE FATIMA DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ESTEFANE CRISTIANE ACHENDER
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.433,88

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: NOELI SALETE MARCANTE
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANA MÉURI BORDIGNON MACAGNAN
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: IZABELE DE BRITO QUINSLER
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO PAULINO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: DAYANE PATRICIA DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: NEIDE MARIA LOPES DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: GISLAINE DE OLIVEIRA ROSA BUENO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARCIA TEREZINHA MOREIRA GARCIA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LORENI INEZ FERREIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ADIANE DA ROSA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: PRISCILA DALPRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: LUCIMARA DE FÁTIMA DA ROSA JUSTINO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARCELO ALVINO DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: GIANE MARIA ANDREASSY DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA AUGENIA LEONARDI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.805,87

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANTONIA IVANEIDE MOURÃO RIBEIRO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: TELMA APARECIDA GONÇALVES BURCOSKI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ESTER LUCAS DE LIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VALDIVINA APARECIDA DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: EVELIM POLI GASPARIN
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CONTRATADO: BEUKIS VICELLI DE FARIA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA INACIA DE FATIMA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: TEREZINHA PINTO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ELISANE DOS REIS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VERGINIA APARECIDA FORTES GARCIA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSOR
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 2.439,00

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARIA DO CARMO SANTOS DE OLIVEIRA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ADRIANO CARDOSO JUNIOR
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: PRISCILA IVANOWSKI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANDRESSA WUNDERLICK DE ANDRADE MARTIN
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SILMA DE LOURDES MARQUES
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: EMILLI TAUANY DE FREITAS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VALERIA RIEDLINGER
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: PATRICIA TEIXEIRA DA COSTA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: FERNANDA BITENCOURT DE OLIVEIRA PRADO
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ERIKA ALONSO DE MOURA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: EDUARDA EMANUELLY PAIM DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ALANA FAGUNDES DA SILVA DOS ANJOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: VANIA CRISTINA DO AMARAL CORREA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: CLAUDIA MARIA DA LUZ HANC
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ROSANE TEREZA DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SILVANETE MOREIRA DOS SANTOS
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ELINEIA PEREIRA DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: SOLEIDE KARLOSKI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: MARCIA WACHILISKI
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO
CONTRATADO: ANA THAIS RAIMUNDO DA SILVA
OBJETO: SERVIÇO TEMPORÁRIO NO CARGO DE EDUCADOR INFANTIL
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03/02/2026a 03/08/2026
REMUNERAÇÃO BRUTA: R$ 4.867,77

Publicado por:
Cibelle Cristina Strapasson Toniolo
Código Identificador:39E73C9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 046/2026- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

PROCESSO: 1106/2026
Locatário: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR - Secretaria Municipal de Industria, Comércio e Trabalho.
Locador: FRANCISCO RENATO CAVALLI, inscrita no CPF: 02x.xxx.xxx-20.
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr. Heleno de Oliveira Santos e Fiscal de Contrato: Sra. Elizabet Alzira Bontorin.
Objeto: O objeto do presente instrumento é a Locação do imóvel situado na Rua João Batista Lovato, n.º 152, Térreo, Centro, Colombo-PR, CEP 83414-324, com área de 442,35 m², destinado às instalações da Secretaria Municipal de Industria, Comércio e Trabalho.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), referente ao valor do aluguel e condomínio pelos 12 (doze) meses de locação. O valor do contrato, para efeito contábil, é de R$ 13.000,00 (treze mil reais) referente ao aluguel mensal, e R$ 500,00 (quinhentos reais) referente a despesas de condomínio.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato serão atendidas através dos recursos de dotação orçamentária, LOA 1882/25.
Prazo: A presente contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O referido prazo poderá ser prorrogado, mediante comprovação de que as condições pactuadas e o preço contratado permanecem vantajosos à Administração, observado o disposto nos artigos 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de
2021.
Local e data de emissão: Colombo, 02 de fevereiro de 2026.
Assinatura: José Osmair Possebam

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:0F06EC97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 012/2025 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

ERRATA - HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal de Saúde do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 104/2025, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025,** cujo objeto trata-se da aquisição de materiais médico-hospitalares para atendimento das demandas dos estabelecimentos de saúde do Município de Colombo.
EMPRESA VENCEDORA: **ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**, CNPJ:
00.802.002/0001-02, com os lotes: 1 e 58 no valor total de R$ 1.154,00 (um mil e cento e cinquenta e quatro reais).
EMPRESA VENCEDORA: **CIRURGICA UNIÃO LTDA**, CNPJ:04.063.331/0001-21, com os lotes: 7, 8 e 55, no valor total de R$ 444,80 (quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).
EMPRESA VENCEDORA: **LA DALLAPORTA JUNIOR**, CNPJ: 11.145.401/0001-56, com o lote: 15 no valor total de R$ 6.060,00 (seis mil e sessenta reais).
EMPRESA VENCEDORA: **MEDVERSUS COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ:57.394.275/0001-74, com os lotes: 50, 51, 52, 53 e 54, no valor total de R$ 869,00 (oitocentos e sessenta e nove reais).

EMPRESA VENCEDORA: **ODONTOMED CANAÃ LTDA ME**, CNPJ: 07.947.536/0001-68, com o lote: 29 no valor total de R$ 570,00 (quinhentos e setenta reais).

VALOR TOTAL: R$ 137.302,30 (Cento e trinta e sete mil reais, trezentos e dois reais e trinta centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, art. 84 da Lei 14.133/21.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Edital.
PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, em depósito bancário, até 30 (trinta) dias após a entrega do pedido e emissão das notas fiscais com aceite do fiscal técnico.
996107672
Dê-se publicidade.
Colombo, 02 de fevereiro de 2026

MARILDA FRANÇA GIMENES ZANONI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:2AEB042E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ANULAÇÃO - LOTE 02, 03, 05 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 082/2025

TERMO DE ANULAÇÃO
A Secretária Municipal de Turismo do Município de Colombo, no uso de suas atribuições, torna público que a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 082/2025 cujo objeto consiste na Contratação de empresa para prestação de serviços em locação de estruturas de eventos para atuar na 59ª Festa da Uva no município de Colombo/PR, compreendendo as quantidades e especificações e, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, fica ANULADO os itens **02, 03 e 05**, pela impossibilidade de dar prosseguimento regular ao procedimento licitatório referente aos **Lotes 2, 3 e 5** do Edital nº 82/2025, tendo em vista a inviabilidade prática e legal de observância de todos os prazos e fases processuais previstas em lei e no edital, DETERMINAR a anulação dos Lotes 2, 3 e 5, com base no poder-dever de autotutela da Administração (conforme Art. 53 da Lei 14.133/2021), para resguardar o interesse público e a legalidade do certame. Os documentos encontram-se acostados ao processo licitatório.
Para conhecimento dos licitantes e a quem mais possa interessar.
Dê-se publicidade
Colombo, 02 de fevereiro de 2026

ANA PAULA POLLI
Secretária Municipal de Turismo

Publicado por:
Janile de Freitas Milistete Chemin
Código Identificador:8FB20F17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 20/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 20/2026 de 29/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2298/2026 de 27/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.000.000,00 (três milhões de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.1.014		PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS	
766 - 4.4.90.51.00.00	898	OBRAS E INSTALACOES	3.000.000,00
Total Suplementação:			3.000.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Provável Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.14 REPASSE CONVENIO Nº 769/2025 SECID - REVITALIZAÇÃO DE VIA URBANA – FONTE 898	3.000.000,00
Total da Receita:	3.000.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 29 de Janeiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:F4E985E1

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 21/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 21/2026 de 29/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2301/2026 de 27/01/2026.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$600.000,00 (seiscentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.005		FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE	
06.005.27.812.0018.2.039		DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER	
444 - 3.3.90.30.00.00	889	MATERIAL DE CONSUMO	278.500,00
450 - 3.3.90.39.00.00	889	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	321.500,00
Total Suplementação:			600.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Provável Excesso de arrecadação;
Receita

Receita: 1.7.1.7.99.0.1.02 REPASSE CONVENIO MINISTERIO DO ESPORTE Nº 83/2024 –Fonte889	600.000,00
Total da Receita:	600.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 29 de Janeiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:12E2F74D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 22/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 22/2026 de 29/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2304/2026 de 27/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$105.000,00 (cento e cinco mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.1.021		EQUIPAMENTOS - CONSERVACAO E MANUTENCAO VIARIA	
820 - 4.4.90.52.00.00	899	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	105.000,00
		Total Suplementação:	105.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Provável Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.15 REPASSE CONVENIO Nº 1129/2025 SECID - VEICULO PICK UP –Fonte899	105.000,00
Total da Receita:	105.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 29 de Janeiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:CFB070C0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 24/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 24/2026 de 29/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2303/2026 de 27/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$199.958,00 (cento e noventa e nove mil e novecentos e cinquenta e oito reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA DE SAUDE	
07.003		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.003.10.301.0019.2.043		MANUTENCAO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
506 - 3.3.90.30.00.00	838	MATERIAL DE CONSUMO	41.952,00
512 - 3.3.90.39.00.00	838	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	158.006,00
		Total Suplementação:	199.958,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Provável Excesso de arrecadação;

Receita		
Receita: 1.7.1.7.99.0.1.01 REPASSE CONVENIO FUNASA - PLATAFORMA + BRASIL Nº 919815/2021 –	Fonte 838	199.958,00
	Total da Receita:	199.958,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 29 de Janeiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:7B80C34F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 27/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 27/2026 de 29/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2302/2026 de 27/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$3.700.000,00 (três milhões, setecentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.1.002		AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA	
127 - 4.4.90.52.00.00	894	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.700.000,00
		Total Suplementação:	3.700.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Provável Excesso de arrecadação;

Receita	
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.12 REPASSE CONVENIO SEAB Nº 404/2025 -PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO – Fonte: 894	
3.700.000,00	
Total da Receita:	3.700.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 29 de Janeiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:31521D12

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 070/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 128.442,23 (Cento e vinte e oito mil, quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos)
CONTRATADA: PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 57.707.826/0001-02
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:25E48F2B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 32.330,68(Trinta e dois mil, trezentos e trinta reais e sessenta e oito centavos)
CONTRATADA: TAKE DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 52.575.274/0001-02
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:EE2D7C86

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 158.352,38 (Cento e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos)
CONTRATADA: SCHALOM PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 44.714.471/0001-37
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:8FA844E5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 2.819,52 (Dois mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e dois centavos)
CONTRATADA: DEMBINSKI & MIKOSKI LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 28.453.476/0001-05
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:D3DF761E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 13.044,63 (Treze mil, quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos)
CONTRATADA: ALEXIA VERNIZE ALVES ALEXANDRE, inscrita no CNPJ sob nº 60.503.550/0001-55
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:6F47A8B6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R $ 179.611,92 (Cento e setenta e nove mil, seiscentos e onze reais e noventa e dois centavos)
CONTRATADA: MI COMERCIO DE MATERIAIS LTDA CNPJ 10.670.020/0001-23

DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:88B31AD4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 076/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 3.154,92 (Tres mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos)
CONTRATADA: CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA CNPJ 60.915.736/0001-11
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:9B641A26

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 077/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 27.802,23 (Vinte e sete mil, oitocentos e dois reais e vinte e três centavos)
CONTRATADA: INOVA ASSESSORIA E RESULTADOS LTDA CNPJ 57.589.415/0001-60
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:0D305593

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 62.493,13 (Sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e treze centavos)
CONTRATADA: A L BRUM PAPELARIA E INFORMÁTICA-ME CNPJ 14.572.000/0001-70

DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:E8224AE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 079/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 11.329,14 (Onze mil, trezentos e vinte e nove reais e quatorze centavos)
CONTRATADA: DAGEAL COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO Ltda CNPJ 07.245.458/0001-50
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:CF940F2B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 64.808,50 (Sessenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e cinquenta centavos)
CONTRATADA: MATHEUS PEREIRA GURGEL LTDA CNPJ 60.950.324/0001-12
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:B48A3BB5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 35.285,00 (Trinta e cinco mil e duzentos e oitenta e cinco reais)
CONTRATADA: POLISPORT ARTIGOS ESPORTIVOS E CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 18.828.722/0001-02
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:04AD87AF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 983,96 (Novecentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos)
CONTRATADA: LICITASHOP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 50.958.011/0001-57
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C1B2F9D4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 1.797,30 (Um mil, setecentos e noventa e sete reais e trinta centavos)
CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 51.740.794/0001-60
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C99EAF0F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 2.402,38 (Dois mil, quatrocentos e dois reais e trinta e oito centavos)
CONTRATADA: M3. BUSINESS GROUP LTDA CNPJ: 54.494.740/0001-50
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:C45EB895

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 40, inciso II, 78 IV e 82 e 87 da Lei Federal 14.133/2021 regulamentada pelo decreto Municipal nº 288/2023.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE
VALOR TOTAL: R$ 140.325,54 (Cento e quarenta mil, trezentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)
CONTRATADA: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA CNPJ 83.413.591/0003-18
DATA: 27/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:7554130B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRONICA Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026

CONTRATANTE:
Secretaria Municipal de Saude

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de talonários de notificação de receita B1.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.330,00 (Um mil, trezentos e trinta reais)
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até o dia 09/02/2026 as 08:30hs.
ABERTURA DA FASE DE DISPUTA: 09/02/2026 às 08:35hs.
DURAÇÃO DA DISPUTA: 06 (SEIS) HORAS
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br
REFERENCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasilia/DF

PREFERENCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM
EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS: SIM

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Contenda/PR, sito http://www.contenda.pr.gov.br/licitacao; e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, sito http://www.bll.org.br.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** ou no Departamento de Licitações das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 02 de fevereiro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:0693E0EB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2026

Objeto: Aquisição de **Registro de Preços para** futura e eventual **aquisição de materiais, insumos, instrumentais e equipamentos odontológicos.**
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 390.139,97** (**trezentos e noventa mil, cento e trinta e nove reais e noventa e sete centavos**).
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 04/02/2026 as 08h30m do dia 19/02/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 19/02/2026 as 09h:00m do dia 19/02/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 19/02/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 02 de fevereiro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:4E12F422

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 016/2026

Objeto: Aquisição de **Registro de Preços para Aquisição de tecidos, panos de prato** e **cobertores**, **destinados à utilização nas atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Promoção e Assistência Social**, **incluindo atendimentos e demandas do CRAS** e **CAPS.**
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 236.517,80** (**Duzentos e trinta e seis, quinhentos e dezessete reais e oitenta centavos).**
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 04/02/2026 as 08h30m do dia 23/02/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 23/02/2026 as 09h:00m do dia 23/02/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 23/02/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 02 de fevereiro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:E06CA00C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 016/2026

Objeto: Aquisição de **Registro de preços para contratação de empresa especializada em gerenciamento e administração das despesas da frota municipal, compreendendo abastecimento de combustíveis e a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, por meio de sistema informatizado e rede credenciada, com remuneração por taxa de administração.**
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 10.136.868,60** (Dez milhões, cento e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta ae oito reais e sessenta centavos).
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 04/02/2026 as 08h30m do dia 24/02/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 24/02/2026 as 09h:00m do dia 24/02/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 24/02/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 02 de fevereiro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:53C36263

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 312/2025
OBJETO: AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO ESPECIAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.002.12.361.0015.2.027.3.3.90.32.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA
VALOR: R$ 16.510,68 (dezesseis mil, quinhentos e dez reais e sessenta e oito centavos)
CONTRATADA: FRANCISCO CAVALIM LEAL, CPF 110.793.639-04
DATA: 24/01/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:59E3D0C3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 033/2026

SÚMULA: Nomeia candidato (a) aprovado (a) em Concurso Público.

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, obedecendo ao disposto no art. 37, inciso II da

CF, na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, e ainda conforme o ato homologatório do resultado final do Concurso Público nº 001/2024, por meio do Edital de Homologação nº 017/2024,

D E C R E T A

Art.1º Fica nomeado (a) o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a) e aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2024, para provimento ao cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, em conformidade com as disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 032/2025.

Candidato	CPF	CLASSIFICAÇÃO	DATA
JULIANE DE BRITO TEIXEIRA DA SILVA	087.608.159-65	27º	03/02/2026

Art.2º As despesas da presente nomeação correrão pela seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11.00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Contenda, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wellington Miguel Correa Padilha
Código Identificador:637AE771

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 032/2026

"Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, conforme especifica."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidos pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, nos termos do inciso XXVIII do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de Contenda, combinados com o artigo 5º, incisos "g" e "m" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o imóvel constante na Matrícula nº 24.038 do Cartório de Registro de Imóveis do Município da Lapa, nas dimensões conforme descrito na presente matrícula.

Art. 2º A presente desapropriação destina-se a implantação de um centro de eventos e Sede da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

Art. 3º Havendo concordância quanto ao preço e a forma de pagamento, far-se-á desapropriação amigável, desde que os expropriados apresentem certidões negativas de ônus sobre os imóveis e provas de sua propriedade, a qual deverá ser juntado ao processo administrativo interno.

Art. 4º Não havendo ou não sendo possível acordo, a desapropriação se fará judicialmente, dentro do que estabelece a legislação específica.

Art. 5º As despesas decorrentes deste decreto, correrão por dotações orçamentarias próprias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Contenda, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:B17BD9B5

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.306/2026

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Municipal de Incentivo ao Empreendedorismo Local durante eventos oficiais incluindo isenção ou redução simbólica de taxas para empreendedores residentes no município, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, de autoria da Vereadora Simone Nunes Javorski e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:
LEI
Art. 1º Fica autorizado o Poder executivo criar a Política Municipal de Incentivo ao Empreendedorismo Local, com o objetivo de fortalecer a economia municipal, promover a geração de renda e valorizar os empreendedores residentes no município.
Art. 2º O Programa poderá ser constituído de medidas de apoio aos empreendedores locais, especialmente durante:
I - Festas oficiais do município;
II - Feiras municipais ou eventos temáticos promovidos ou apoiados pelo Poder Público;
III - Ações de fomento ao comércio e à economia criativa.
Art. 3º Os empreendedores residentes no município poderão ter direito a benefícios especiais em eventos oficiais, tais como:
I - Isenção total das taxas de uso de espaços públicos durante as festas tradicionais do município e feiras;
II - Cobrança de taxa simbólica, definida anualmente pelo Poder Executivo, não superior a 50% do valor integral cobrado de empreendedores não residentes;
III - Prioridade na inscrição para participação em feiras, exposições e eventos realizados ou apoiados pelo munícipio.
Art. 4º Para usufruírem dos benefícios previstos nesta Lei, os empreendedores poderão:
I - Comprovar residência no munícipio por, no mínimo, 12 meses;
II - Apresentar documentação comprobatória de atividade econômica formal ou informal, conforme regulamentado pelo Executivo.
Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar as ações e os serviços previstos nesta Lei por meio de programas e estruturas existentes, observadas as dotações orçamentárias próprias.
Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por meio de decreto, no que for cabível, para garantir sua plena execução.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Contenda, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:9C8DA401

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.307/2026

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a doação de cestas básicas para pacientes portadores de doenças graves e pacientes que estão passando por tratamento de hemodiálise, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, de autoria do Vereador Alexsandro Miguel Tulik de Freitas, e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a realizar a doação de cestas básicas para pacientes portadores de doenças graves e pacientes que estão passando por tratamento de hemodiálise.
Art. 2º Para os fins desta Lei são consideradas doenças graves:

I – AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).
II – Alienação mental.
III – Cardiopatia grave.
IV – Cegueira (inclusive monocular).
V – Contaminação por radiação.
VI – Doença de Paget em estados avançados (Osteíte Deformante).
VII – Doença de Parkinson.
VIII – Esclerose múltipla.
IX – Espondiloartrose anquilosante.
X – Fibrose cística (Mucoviscidose).
XI – Hanseníase.
XII – Nefropatia grave.
XIII – Hepatopatia grave.
XIV – Neoplasia maligna (câncer).
XV – Paralisia irreversível e incapacitante.
Art. 3º Para fins de concessão das cestas básicas, são requisitos essenciais:
I – Diagnóstico médico, emitido por profissional de saúde habilitado, comprovando ser o beneficiário portador de doença grave ou que está passando por tratamento de hemodiálise.
II – Comprovação de regularidade no tratamento, por meio de acompanhamento médico.
III – Comprovante de residência no Município de Contenda.
IV – Comprovação de renda familiar inferior a um salário mínimo.
Art. 4º A concessão das cestas básicas poderá ser realizada da seguinte forma:
I – A solicitação poderá ser feita pelo próprio paciente ou por seu responsável, junto à Secretaria Municipal de Saúde;
II – A Secretaria Municipal de Saúde poderá realizar a triagem e avaliação da documentação apresentada, incluindo o laudo médico de diagnóstico, o comprovante de residência e a comprovação da renda familiar.
III – As cestas básicas serão entregues mensalmente, durante o período de tratamento, conforme a orientação do profissional de saúde responsável pelo acompanhamento.
Art. 5º O conteúdo das cestas básicas poderá ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social, de modo a garantir que os alimentos sejam adequados à dieta e necessidades nutricionais dos pacientes.
Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário, podendo o Poder Executivo firmar convênios e parcerias público-privadas com órgãos e entidades estaduais, federais e da iniciativa privada para viabilizar a aplicação do disposto nesta Lei.
Art. 7º Os pacientes que deixarem de cumprir as condições estabelecidas no Art. 3º ou que interromperem o tratamento médico, terão a concessão da cesta básica suspensa, podendo ser reestabelecida após a regularização da situação, conforme orientação médica.
Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, editando os atos normativos necessários à sua implementação.
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Contenda, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:96F32C73

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 2.308/2026

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a Instituir, no Calendário Oficial do Município, o "Dia do Jovem Empreendedor" e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, aprovou, de autoria da Vereadora Simone Nunes Javorski, e eu Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais, sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo instituir no Calendário Oficial do Município de Contenda o "Dia do Jovem Empreendedor" a ser comemorado anualmente no dia 05 de outubro.
Art. 2º O Dia do Jovem Empreendedor tem por objetivo:
I - Incentivar a cultura empreendedora entre os jovens;
II - Valorizar iniciativas de inovação, liderança e geração de renda;
III - Incentivar a participação de escolas em atividades que valorizem o empreendedorismo jovem;
Art. 3º O Poder Executivo poderá desenvolver ações alusivas ao Dia do Jovem Empreendedor, com as seguintes iniciativas:
I - Promover atividades educativas, palestras, feiras, e demais ações voltadas ao desenvolvimento do empreendedorismo juvenil;
II - Divulgar histórias de jovens empreendedores do município como forma de inspiração e reconhecimento;
III - Apoiar campanhas educativas que estimulem inovação, liderança e criação de novos negócios entre os jovens;
IV - Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para ampliar as atividades comemorativas e formativas relacionadas à data.
V - Promover formação e capacitação de jovens empreendedores.
Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar as ações e os serviços previstos nesta Lei por meio de programas e estruturas existentes, observadas as dotações orçamentárias próprias.
Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei por meio de decreto, no que for cabível, para garantir sua plena execução.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Contenda, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice de Souza Cerqueira Silva
Código Identificador:79B6BBB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
PORTARIA Nº 008/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 2º e artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

RESOLVE

Art.1°. Designar a servidora SUZANA DE FÁTIMA NUNES CORREIA, inscrita no CPF/MF nº 035.895.539-44, professora, matrícula 37221 como GESTORA da parceria celebrada pelo TERMO DE COLABORAÇÃO, em que figuram o MUNICÍPIO DE CONTENDA e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CONTENDA/APAE – CNPJ/MP 1.951.850/0001-38 – ESCOLA ALAOR CORDEIRO DE SOUZA – EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FASE I – NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Art. 2º. São atribuições do Gestor.
I – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II – Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam compreender as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como, as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
III – Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei nº 13019/2014 e suas alterações;
IV – Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

Art. 3º. O Termo de Colaboração de que trata o artigo 1º possui autorização através da Lei Municipal n° 2.305 de 27 de Janeiro de 2026 e Dispensa de chamamento Público fundamentada no inciso VI Artigo 30, da Lei Federal n° 13019/2014 e suas alterações.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Contenda, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Gregovsky Gomes
Código Identificador:709F68EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 033 DE 02/02/2026 - PSS 002/2025

EDITAL Nº. 033/2026, de 02 de fevereiro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2025 DE 07/04/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 004/2025 de 27/05/2025 (homologação) e a Lei Municipal nº. 056/2020;
Considerando que a(s) candidata(s) convocada(s) no edital nº 032/26 de 29/01/2026, não compareceu no prazo estipulado no referido edital de convocação de candidatos habilitados no processo Seletivo Simplificado,
RESOLVE
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***Exclusão*** do(s) candidato(s) habilitado(s) no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025, para o provimento de vaga temporária conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Sirlei Bernadete Weber Bonamigo	11º	1973/25

Art. 2º Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

JOÃO MARCOS MIOTTO
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:D64873FA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 034 DE 02/02/2026 - PSS 002/2025

EDITAL Nº. 034/2026, de 02 de fevereiro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2025 DE 07/04/2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 004/2025 de 27/05/2025 (homologação) e a Lei Municipal nº. 056/2020;
Considerando a necessidade do Município de Coronel Vivida, **RESOLVE,**
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a)s habilitado(a)s no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 001/2025 de 07/04/2025, para o provimento de vaga temporária de **Professor Municipal**, conforme abaixo:
Cargo: **PROFESSOR MUNICIPAL**

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	Angela Hort de Lima Salvador	19º	1653/25
2	Raquel Maria Fernandes	21º	1669/25
3	Dariane Bortoline da Rosa	29º	1937/25
4	Elisabet Rosa dos Santos	31º	1917/25

Art. 2º. O(A) Candidato(a) convocado(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **03 (três) de fevereiro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 001 de 07/04/2025, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal Correio do Povo de Laranjeiras do Sul – PR, do endereço eletrônico: *http://www.diariomunicipal.com.br/amp/* - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de fevereiro de 2026, 137 da República e 71 do Município.

JOÃO MARCOS MIOTTO
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Bruno Cesar Müller Amaral
Código Identificador:554C30C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO 2 AO CT 101-2023 CEINEE

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – PR
Aditivo 02 ao Contrato nº 101/2023 – Pregão Eletrônico nº 84/2023 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES - CEINEE, CNPJ nº 07.136.551/0001-26. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 meses, de 06 de fevereiro de 2026 a 05 de fevereiro de 2027. Taxa de administração: 1,77%. O valor total deste, somando a estimativa de despesa anual com bolsa estágio e a taxa administrativa proposta é de R$ 1.221.240,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 28 de janeiro de 2025.

JOÃO MARCOS MIOTTO,
Prefeito em Exercício.

Publicado por:
Maira Soares
Código Identificador:B6250B41

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO A ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
ADITIVO Nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 48/2025 - Pregão Eletrônico nº 84/2024 – Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORA: ASSISPEC – ASSISTÊNCIA PECUÁRIA LTDA CNPJ/MF sob o n.º 09.581.750/0001-79. Prorroga-se a vigência da ata

de registro de preços por mais 12 (doze) meses, de 24 de março de 2026 a 23 de março de 2027.Conforme relatório do saldo restante do lote, de 28/01/2026. Fica reajustado o valor unitário dos itens do lote 01, com base no INPC de dezembro de 2025, na ordem de 3,897870%. O valor total estimado deste aditivo é de R$ 85.810,50. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 28 de janeiro de 2026.

JOÃO MARCOS MIOTTO,
Prefeito em Exercício.

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
ADITIVO Nº 01 - Ata de Registro de Preços nº 49/2025 - Pregão Eletrônico nº 84/2024 – Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORA: NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA CNPJ/MF sob o n.º 09.492.811/0001-21. Prorroga-se a vigência da ata de registro de preços por mais 12 (doze) meses, de 24 de março de 2026 a 23 de março de 2027. Conforme relatório do saldo restante dos lotes, de 28/01/2026 e solicitação do contratante, sem reajuste de valores, para o presente aditamento. O valor total estimado deste aditivo é de R$ 150.000,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 28 de janeiro de 2026.

JOÃO MARCOS MIOTTO,
Prefeito em Exercício.

Publicado por:
Juliano Ribeiro
Código Identificador:44BA7FA7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVOS

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
Aditivo n° 01 ao CONTRATO n° 31/2025 – Inexigibilidade nº 12/2025 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: ABG SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE LTDA, CNPJ nº 33.696.164/0001-54. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 07 de abril de 2026 a 06 de abril de 2027. Os valores permanecem inalterados. O valor total deste aditamento é de R$ 228.121,35. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 29 de janeiro de 2026.

JOÃO MARCOS MIOTTO,
Prefeito em Exercício.

CONTRATO n° 09/2026 – Dispensa de Licitação nº 02/2026 – Município de Coronel Vivida. CONTRATADA: ISSOC CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, CNPJ nº 24.227.299/0001-80. Objeto: Contratação de empresa especializada para a Obtenção de Licenciamento Ambiental – PRAD, PCA; Elaboração De Inventário Florestal; Elaboração De Plano De Manejo De Fauna; Elaboração De Mapa Georreferenciado. Valor total: R$ 64.000,00. Prazo de vigência: 12 meses, 02 de fevereiro de 2026 a 01 de fevereiro de 2027. Coronel Vivida, 30 de janeiro de 2026.

JOÃO MARCOS MIOTTO,
Prefeito em Exercício.

Aditivo n° 01 ao CONTRATO n° 18/2025 – Inexigibilidade nº 07/2025 - Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: GASOT E MARQUES SERVIÇO DE RADIOLOGIA LTDA, CNPJ nº 35.502.138/0001-73. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 03 de março de 2026 a 02 de março de 2027. Os valores permanecem inalterados. O valor total deste aditamento é de R$ 228.121,35. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO MARCOS MIOTTO,
Prefeito em Exercício.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:5A59CB5A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 005/2026

OBJETO: A presente inexigibilidade de licitação visa **a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de mentoria estratégica, capacitação prática e suporte técnico continuado, voltados à aplicação da Lei nº 14.133/2021, com foco na resolução de casos concretos, análise de processos reais, orientação técnica personalizada e acompanhamento das rotinas administrativas do Município,** conforme especificações em anexo ao processo.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21.

CONTRATADA: PORTAL DE LICITAÇÕES MUNICIPAIS LTDA

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

VALOR: R$ **75.241,00** (setenta e cinco mil, e duzentos e quarenta e um reais)

Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo setor requisitante no Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência, ambos juntados aos autos, e considerando os princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, AUTORIZO a contratação direta em epígrafe, por meio da Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026, com fundamentação legal no Art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21.
Cruz Machado, 02 de fevereiro de 2026.

RONALDO SCHRIBENIG
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:E83F56C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO N° 001/2026 EDITAL Nº. 05.001/2026

PROCESSO SELETIVO N° 001/2026
EDITAL Nº. 05.001/2026
O Município de Diamante D'oeste, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amarildo Aparecido da Silva**,** que no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:
I - A convocação dos candidatos abaixo relacionado, aprovados no Processo Seletivo nº 001/2026, conforme edital nº 05.001/2026 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 004.01/2026.
II – Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Diamante do Oeste PR, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação,
II – O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistente.
PROFESSOR SUBSTITUTO

INSC.	CLASS.	NOME	DT. NASC.	PONT.
1º	24	Claucia Virgilio	15/02/1975	80,0
2º	06	Tatiane Roberta Bortolini	04/06/1982	80,0
3º	27	Cristiani Lazzaretti	27/10/1993	80,0

4º	08	Andréia Luiza Birim da Silva	06/11/1985	77,50
5º	09	Gerlei Salete da Silva	05/10/1964	70,0

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1º	01	Adionilda T. de Oliveira	27/01/1984	70,5
2º	15	Nádia Cristina da Silva	03/11/1995	70,0
3º	22	Adriano G. M. Hartmann	29/03/1987	68,75

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:8BFF9E40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO CONTRATUAL INEXIGIBILIDADE 01

EXTRATO CONTRATUAL DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE,** e de outro lado à empresa abaixo qualificada; Processo Licitatório sob nº 03/2026, Inexigibilidade de Licitação sob nº 01/2026. OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada e autorizada pelo fabricante RENAULT para fornecimento de peças, lubrificantes e prestação de serviços de natureza continuada para manutenção preventiva, corretiva e preditiva, incluindo reposição de peças e/ou acessórios quando necessário nos veículos, LOGAN EXPRESSION PACK AVANTAGE 1.6, placa BCG2986 e MASTER EXTRA FURGÃO L3H2 2.3-PACK CONFORTO FURGÃO PLACA-SED4E23, pertencente a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO SOB Nº 09/2026, datado de 02-02-2026, com Vigência de 06 (seis) meses, ou seja, até 02-08-2026.

EMPRESA CONTRATADA	Valor Global R$
"OPEN VEÍCULOS LTDA", CNPJ/MF. Sob nº 04.675.147/0002-13;	R$ 6.052,45

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:BB19B7F0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
CONCESSÃO DE DIÁRIAS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS
ATO Nº 003/2026
DATA: 02/02/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº. 1530/2025 de 05/02/2025.

RESOLVE:

Art 1º - **CONCEDER** a Sr.º **LUIZ PIRES CARDOSO** inscrito sob a matrícula nº 459818-1 e CPF nº ***.571.***, 91 ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, ligado à Secretaria Municipal de Saúde, uma (01) diária (valor unitário: R$ 450,00/valor total: R$ 450,00) para o dia 30 de janeiro de 2026, em decorrência de viagem a cidade de Jandaia do Sul - PR. O Sr.º Luiz Pires Cardoso levou os pacientes A*** D** S***** e L*** T***** para internamento no Hospital Regional Vale do Ivaí. Transporte: Ônix, placas SFE-5A62.

Art 2º - Este ato de concessão entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:E7364F83

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 3484/2026

DECRETO Nº 3484/2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação - CME, e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - FUNDEB, do Município de Diamante do Sul – PR e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1617/2026, que atualiza a organização, competências e funcionamento do Conselho Municipal de Educação – CME e o integra como Câmara do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o funcionamento regular do Conselho Municipal de Educação;
DECRETA: Art. 1º
Ficam nomeados os membros **titulares e suplentes** do Conselho Municipal de Educação – CME de Diamante do Sul, para **mandato de 04 (quatro) anos**, permitida **01 (uma) recondução consecutiva**, nos termos da Lei Municipal nº 1617/2026.
CÂMARA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
(Competências normativas, consultivas e deliberativas)
I – Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: **JOCEMARA DA APARECIDA CRISTO DE FREITAS**
Suplente: **DEBORA ALVES DE MELO**

II – Representante dos Diretores das Instituições Municipais de Ensino
Titular: **JULIANA DE LIMA**
Suplente: **JOCIELI ADAMI**
III – Representante dos Professores da Rede Municipal de Ensino
Titular: **CLEONICE EUZEBIO DA ROCHA**
Suplente: **SOLIANY CEGOSKI**
IV – Representante dos Profissionais da Educação Básica
Titular: **CHAIANE CRISTINA TAVARES KOHL**
Suplente: **ILDA CEGOSKI**
V – Representante dos Pais de Alunos da Rede Municipal de Ensino
(não servidor público municipal)
Titular: **ROSENI DO SANTOS CAMPANHOLI PERIN**
Suplente: **ROSANGELA DA APARECIDA FERREIRA FURQUIM**
VI – Representante do Conselho Tutelar
Titular: **ROSANA PAZETO ASSONI**
Suplente: **LEILA ADRIANA DA LUZ**
VII – Representante da Sociedade Civil Organizada
Titular: **JOSÉ IVONEI ANDRADE GOMES**
Suplente: **ADEMIR DOS SANTOS FRANÇA**
CÂMARA DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS-FUNDEB
(Competências de acompanhamento, fiscalização e controle social)
VIII – Representante do Poder Executivo Municipal
(que não seja ordenador de despesas)
Titular: **JULYANE PILOTTO DE PAULA COLET**
Suplente: **GRACIELI BOSETTI**

IX – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública Municipal
Titular 1: **SOLANGE CARVALHO CREPALDI**
Suplente 1: **LUCIANE APARECIDA COSTA**
Titular 2: **MARA APARECIDA GOES**
Suplente 2: **NEUSA DE FÁTIMA SOARES ANTONIETTI**
X – Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: **VERA LUCIA SOARES TOMAZI**
Suplente: **NERI BORSSI**
XI – Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais
Titular: **ILDICE BRAUN NERI**
Suplente: **SANDRA CARDOSO SIQUEIRA**
XII – Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública Municipal
(não servidores públicos municipais)
Titular: **RUTH DOS SANTOS NERI DA ROSA**
Suplente: **MAYARA RAUTA**
Art. 2º A Diretoria do Conselho Municipal de Educação será composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário (a) Geral, eleitos pelo Conselho Pleno, conforme o art. 8º da Lei Municipal nº 1617/2026.
Art. 3º O Conselho Municipal de Educação atuará em consonância com a legislação federal, estadual e municipal vigente, bem como com seu Regimento Interno aprovado.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:3788B3CC

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
DECRETO Nº 3485/26

DECRETO Nº 3485/26
DATA: 02/02//2026

Súmula: Exonera servidora nomeada para exercer cargo de provi-mento em comissão e dá outras providências .

O Prefeito Municipal de Diamante do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art.1º Exonerar a Senhora Cleís Oliveira Menon, nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Esportes, Lazer e Juventude, através do Decreto 3353/2025 de 10/04/2025, ficando exonerada a partir 29/01/2026, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, em 02 de fevereiro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:B3F65195

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2026
CONCURSO PÚBLICO 001/2022

O Município de Diamante do Sul, através de seu representante legal, CONVOCA, as pessoas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público nº 001/2022, a comparecerem na Prefeitura Municipal de 02/02/2026 a 16/02/2026, munidos de cópia da documentação a seguir:

certidão de nascimento ou casamento
certidão de filhos menores
PIS/PASEP
01 foto 3x4
Demais documentos constantes nos ítens 2.1 a 2.15 do Edital de Concurso
Demais documentos solicitados pelo Departamento de RH
Exames admissionais

CARGO: Motorista de Veículos Pesados

3º lugar: Adelir Ferreira de Paula

O não cumprimento no prazo previsto implica na tácita desistência da vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante do Sul, 02 de fevereiro de 2026

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:2BE4D5E8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2026

CONCURSO PÚBLICO 001/2023

O Município de Diamante do Sul, através de seu representante legal, CONVOCA, as pessoas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público nº 001/2023, a comparecerem na Prefeitura Municipal de 02/02/2026 a 16/02/2026, munidos de cópia da documentação a seguir:

certidão de nascimento ou casamento
certidão de filhos menores
PIS/PASEP
01 foto 3x4
Demais documentos constantes nos ítens 2.1 a 2.15 do Edital de Concurso
Demais documentos solicitados pelo Departamento de RH
Exames admissionais

CARGO: Operador de Máquinas Rodoviárias

8º lugar: Felipe Nascimento de Oliveira

CARGO: Motorista de Veículos Leves

5º lugar: João Eduardo Siqueira Correia
6º lugar: Daniel José Liquine Chaves
7º lugar: Marcio Cassiano Eggert

O não cumprimento no prazo previsto implica na tácita desistência da vaga.

Diamante do Sul 02 de fevereiro de 2026

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:A214DDDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA 01/2025 LEI PAULO GUSTAVO

ATA 01/2025
LEI PAULO GUSTAVO

Ao dia 12 do mês de dezembro de 2025, reuniram-se no Departamento de Cultura do Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, a Comissão de Gestão Estratégica dos Recursos Oriundos da Lei Complementar n° 195 de 08 de julho de 2022 nomeada através da portaria nº 111/2024 , para proceder a análise do material de execução e prestação de contas dos projetos culturais executados pelos proponentes beneficiários dos recursos da Lei Paulo Gustavo, conforme resultado dos editais de chamamento público nº 001 e nº 002/2024, estavam presentes na sessão:
Clesiani Rodrigues Bedra Ricardi, matrícula 18774-1; Gilvana Fatima Schmoeller, matrículas 18326-1 e 18326-2; Maria Cristina Carioletti matrícula 17538-1; Jades Henrique matrícula 17901-1 e Tatiana Dalpasqual Duarte matrícula 9630-1. Iniciada a sessão constatou-se que os agentes culturais listados abaixo executaram seus projetos culturais, conforme os relatórios de execução do projeto cultural conforme anexo II dos editais apresentados e protocolados a esta Comissão.
Assim, a comissão procedeu a análise dos documentos de prestação de contas dos projetos culturais executados pelos Agentes Culturais Beneficiários, chegando ao seguinte resultado:

Edital nº 01/2024 - Demais Áreas Culturais

Nome e dados do proponente	Nome e informações do projeto cultural	Data da realização	Resultado da Prestação de Contas
Everton Luiz Carlet	Mostra de Teatro – Dois Vizinhos em Cena	10/04/2025 a 30/09/2025	Projeto executado de forma satisfatória. Prestação de Contas aprovada.

Edital nº 02/2024 – Audiovisual

Nome e dados do proponente	Nome e informações do projeto cultural	Data da realização	Resultado da Prestação de Contas
Associação de Pais, Alunos e Amigos da Cultura de Dois Vizinhos - APAAC	Vértice: 1ª Mostra de Audiovisual de Dois Vizinhos	15/04/2025 a 30/09/2025	Projeto executado de forma satisfatória. Prestação de Contas aprovada.

Não tendo mais nada a tratar, a sessão foi encerrada, sendo a presente Ata assinada pelos membros da Comissão de Gestão Estratégica dos Recursos Oriundos da Lei Complementar n° 195 de 08 de julho de 2022 nomeada através da portaria nº 111/2024.

CLESIANI RODRIGUES BEDRA RICARDI

GILVANA FÁTIMA SCHMOELLER

JADES HENRIQUE

MARIA CRISTINA CARIOLETTI

TATIANA DALPASQUAL DUARTE

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:D8474709

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23046/2026

DECRETO Nº 23046/2026

Nomeia os componentes do Conselho Municipal de Trânsito - CMUTRAN.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Dois Vizinho;

D E C R E T A:

Art. 1º O **Conselho Municipal de Trânsito - CMUTRAN**, criado pela Lei nº 2359/2019, será composto pelos membros a seguir relacionados:

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE DOIS VIZINHOS		
Titular	**Suplente**	**Órgão que representa**
Carlos Eduardo Mangini Silva	Márcio Antônio Gomes	Órgão responsável pelas questões de urbanismo e rodovias municipais
Andressa Rodrigues Borbas	Leonardo Felipe Brunetto Wilamowski	Assessor de Assuntos Jurídicos
Ederson Anzolin	Willian Magnum Donato	Polícia Militar do Paraná
Diego Celso Borsatti	Bruno Felipe Alves de Lima	Comunidade (indicado pelo Prefeito)
Claudia Britto Lorenzo	Valdemar da Silveira	Câmara de Vereadores
Anacleto Basso	Neiva Girotto	31ª CIRETRAN
Dib Mohamad Nabhan Junior	Wagner Junior Provensi	Conselho de Segurança de Dois Vizinhos

Art. 2º As atribuições do Presidente e do Secretário CMUTRAN, encontram-se especificados, respectivamente, nos artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 2359/2019.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 17170/2026.

Art. 4º O presente entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FE5193F6

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23053/2026

DECRETO Nº 23053/2026

Nomeia o Senhor Joberson Antonio Roveda Galvan para o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Rodoviária, Nível – 24.

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Nomeia o Senhor **JOBERSON ANTONIO ROVEDA GALVAN**, matrícula funcional 20622-1, regularmente aprovado em Concurso Público, Edital 001/2023, para o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Rodoviária, Nível – 24, para desempenhar suas atividades junto a Secretaria de Desenvolvimento Rural, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026, com base na Lei 577/1993, Lei 1666/2011 e suas posteriores alterações.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:ECA49A58

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 23058/2026

DECRETO Nº 23058/2026

Institui a Política de Segurança da Informação (PSI) e o Uso de Ativos de Tecnologia no âmbito do Poder Executivo Municipal de Dois Vizinhos, estabelecendo princípios, diretrizes e responsabilidades para o uso seguro e ético dos recursos tecnológicos

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Política de Segurança da Informação – PSI, observadas as diretrizes estabelecidas neste Decreto e em seus anexos.

Art. 2º A Política de Segurança da Informação aplica-se a todos os agentes que, de qualquer forma, utilizem ou tenham acesso aos ativos de tecnologia e informação da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, incluindo servidores efetivos, comissionados, temporários, estagiários, menores aprendizes, prestadores de serviço e demais colaboradores.

Art. 3º Para fins deste Decreto, consideram-se Ativos de Tecnologia e Informaçãotodos os dados, informações e recursos, físicos ou digitais, utilizados para acessá-los, processá-los, armazená-los ou transmiti-los, compreendendo:
I – equipamentos, tais como computadores, notebooks, servidores, tablets, smartphones, impressoras e dispositivos de rede;
II – softwares e sistemas, incluindo sistemas de gestão (ERP), sistemas operacionais, aplicativos, bases de dados e serviços de produtividade;
III – infraestrutura, abrangendo redes cabeadas ou sem fio, links de internet, e-mail institucional e serviços em nuvem autorizados;
IV – informações, referentes a todos os dados gerados, recebidos ou armazenados pela Prefeitura, em qualquer tipo de mídia.

Art. 4º A gestão da Segurança da Informação caberá à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico.

CAPÍTULO II

DA INFRAESTRUTURA FÍSICA

Art. 5º A instalação de infraestrutura de rede lógica no âmbito da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, seja em edificações novas ou existentes, em layouts inéditos ou adaptados, deverá observar rigorosamente as especificações técnicas definidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e dependerá de aprovação prévia do Departamento de Tecnologia da Informação.

Parágrafo único. Os projetos técnicos elaborados por qualquer órgão da Prefeitura que envolvam implantação ou adequação de redes e estruturas lógicas de tecnologia da informação deverão ser encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico para análise e aprovação do Departamento de Tecnologia da Informação.

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS E RESPONSABILIDADES

Art. 6º A Política de Segurança da Informação rege-se pelos seguintes princípios fundamentais:
I – confidencialidade: garantia de acesso às informações apenas por pessoas autorizadas;
II – integridade: preservação da exatidão, consistência e completude das informações e dos métodos de seu processamento;
III – disponibilidade: asseguramento de acesso às informações e aos ativos tecnológicos pelos usuários autorizados sempre que necessário;
IV – autenticidade: verificação da identidade de quem envia ou recebe a informação;
V – legalidade: observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Art. 7º Constituem responsabilidades dos usuários dos ativos de tecnologia e informação do Poder Executivo Municipal:
I – utilizar os recursos tecnológicos de forma ética, profissional e exclusivamente para o desempenho das atribuições funcionais;
II – manter sob guarda e sigilo suas credenciais de acesso, as quais são pessoais e intransferíveis;
III – comunicar imediatamente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico qualquer incidente de segurança, incluindo perda de dispositivo, suspeita de malware ou recebimento de comunicação eletrônica maliciosa;
IV – observar integralmente as normas e diretrizes previstas nesta Política e em seus anexos;
V – assinar a Declaração de Ciência e Responsabilidade constante do Anexo I.

Art. 8º Compete aos gestores das Secretarias Municipais:
I – definir os níveis de acesso de suas equipes aos sistemas corporativos, em conformidade com o princípio da necessidade de acesso;
II – assegurar que suas equipes tenham conhecimento e cumpram as diretrizes estabelecidas nesta Política;
III – comunicar à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e ao Departamento de Recursos Humanos, imediatamente após o desligamento de colaboradores, para a pronta revogação dos respectivos acessos.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES DE SEGURANÇA

Art. 9º A governança e a classificação das informações no âmbito da Prefeitura Municipal observarão as seguintes diretrizes:
I – toda informação produzida, recebida ou custodiada pela Prefeitura será classificada quanto ao seu nível de sensibilidade, nas seguintes categorias:
a) Pública– informação destinada à divulgação ampla, sem restrições de acesso;
b) Interna– informação cujo acesso é restrito aos agentes públicos que dela necessitem para o desempenho de suas atribuições;
c) Confidencial–informação cujo acesso é limitado e depende de autorização específica, em razão de seu potencial impacto institucional, estratégico, operacional, financeiro ou legal;
II – norma específica, a ser editada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, detalhará os critérios e procedimentos para a correta classificação, rotulação, armazenamento e tratamento das informações previstas no inciso I;
III – o tratamento de dados pessoais observará integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, garantindo a segurança, os direitos dos titulares e a limitação do acesso às finalidades estritamente necessárias;
IV – a cópia, o compartilhamento ou a exportação de bases de dados somente poderão ocorrer mediante autorização formal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e para finalidades legítimas, conforme a natureza e a classificação da informação.

Art. 10. O controle de acesso aos sistemas e às redes municipais observará as seguintes regras:
I – o acesso será concedido mediante credencial única e intransferível;
II – é obrigatório o uso de senhas fortes, com requisitos de complexidade e periodicidade de troca, conforme o Anexo II - Manual de Senhas;

III – a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico implementará, sempre que aplicável, autenticação multifator para acesso a sistemas críticos e serviços em nuvem;
IV – o usuário deverá bloquear a estação de trabalho sempre que se ausentar do posto.

Art. 11. O acesso às rotinas e módulos de execução orçamentária e financeira, no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda, e às rotinas de gestão de pessoas, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, dependerá de autorização prévia e formal dos respectivos Secretários Municipais ou de Diretores por eles delegados.

Art. 12. O uso do e-mail institucional, das ferramentas de comunicação e da internet observará as seguintes disposições:
I – o e-mail institucional destina-se exclusivamente às comunicações profissionais;
II – é proibida a abertura de mensagens ou links suspeitos, devendo o usuário reportar imediatamente tentativas de phishing à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico;
III – é vedado o envio de mensagens com conteúdo ilegal, ofensivo, discriminatório ou contrário à legislação vigente;
IV – o acesso à internet será monitorado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico para fins de segurança e otimização de recursos, podendo ser bloqueados sites que representem risco ou contenham material inapropriado.

Art. 13. O uso de softwares e serviços em nuvem no ambiente municipal obedecerá às seguintes regras:
I – é proibida a instalação de software não homologado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico;
II – é vedada a utilização de serviços de armazenamento em nuvem não autorizados, devendo-se utilizar as plataformas oficiais disponibilizadas pelo Município;
III – o download de arquivos deverá restringir-se a necessidades profissionais e a fontes confiáveis.

Art. 14. O uso de dispositivos móveis e o acesso remoto observarão as seguintes diretrizes:
I – a utilização de dispositivos pessoais para acesso aos sistemas municipais poderá ser autorizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, mediante instalação de solução de gerenciamento que assegure ambiente de trabalho segregado e seguro;
II – o acesso remoto à rede da Prefeitura deverá ocorrer exclusivamente por meio da VPN institucional;
III – os dispositivos portáteis fornecidos pela Prefeitura são de responsabilidade do usuário, que deverá adotar medidas de segurança física e lógica, comunicando imediatamente perda ou roubo.

Art. 15. A resposta a incidentes de segurança obedecerá às seguintes regras:
I – qualquer evento que comprometa ou possa comprometer a segurança da informação deverá ser comunicado imediatamente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico pelos canais oficiais;
II – a omissão ou tentativa de ocultar incidentes será considerada falta grave, sujeitando o infrator às penalidades cabíveis.

CAPÍTULO V

DAS VEDAÇÕES E SANÇÕES

Art. 16. É expressamente vedado aos usuários, além das demais proibições previstas nesta Política:
I – utilizar os recursos de tecnologia da informação para fins particulares, ilícitos ou alheios ao interesse público;
II – efetuar vendas ou compras online no horário de expediente, ou fora dele, utilizando-se de recursos da Administração Pública para fins alheios ao interesse público, de acordo com as compêtencias que lhe foram delegadas por autoridade superior;
III - compartilhar informações classificadas como internas ou confidenciais com pessoas não autorizadas, sejam elas integrantes ou não da Administração Municipal;
IV – realizar download ou upload de arquivos, aplicativos, softwares ou quaisquer mídias que não guardem relação direta e necessária com suas atividades profissionais;
a) incluem-se nessa vedação, entre outros, jogos, filmes, séries, músicas, aplicativos de uso pessoal e conteúdos destinados ao entretenimento;
b) excetuam-se os arquivos e aplicativos indispensáveis ao desempenho das funções do usuário, desde que o download ou upload seja expressamente autorizado pela chefia imediata ou pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico;
c) em qualquer hipótese, é proibido baixar, enviar ou compartilhar conteúdo que viole direitos autorais ou de propriedade intelectual, bem como material ilegal, malicioso, pornográfico, discriminatório ou ofensivo;
V – tentar burlar, desativar ou comprometer os sistemas de segurança, tais como firewalls, antivírus ou filtros de conteúdo;
VI – conectar dispositivos de armazenamento pessoais (pen drives, HDs externos, entre outros) sem prévia verificação de segurança e autorização da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico;
VII – realizar manutenção, alteração física ou modificação de configuração dos equipamentos de TI sem autorização expressa da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico;
VIII – interferir, danificar ou comprometer, de qualquer modo, o funcionamento do sistema de monitoramento por câmeras (CFTV), incluindo, mas não se limitando a:
a) danificar, destruir, remover ou desconectar câmeras, cabos, fontes de energia ou equipamentos de gravação;
b) obstruir, cobrir, sujar ou direcionar objetos que impeçam a captação das imagens;
c) alterar a posição ou o ângulo das câmeras sem autorização prévia da Segurança Patrimonial;
d) tentar praticar ou auxiliar terceiros na prática de quaisquer dessas condutas;
IX – deixar de comunicar imediatamente ao gestor imediato ou à Segurança Patrimonial qualquer dano, obstrução, mau funcionamento ou irregularidade identificada no sistema de vigilância eletrônica.

Art. 17. O descumprimento das normas desta Política de Segurança da Informação sujeitará o infrator às sanções disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Municipais de Dois Vizinhos, mediante processo administrativo, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico poderá promover, treinamentos e campanhas de conscientização destinados a todos os usuários, com o objetivo de reforçar boas práticas de segurança da informação e incentivar a cultura institucional de proteção de dados.

Art. 19. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico poderá monitorar o tráfego de rede, acessar registros de sistemas e realizar auditorias em equipamentos corporativos, a qualquer tempo e sem aviso prévio, exclusivamente para garantir a observância desta Política e a segurança do ambiente tecnológico da Administração. Tais ações deverão observar integralmente a legislação aplicável, especialmente as normas de proteção de dados pessoais.

Art. 20. Esta Política será revisada sempre que circunstâncias extraordinárias justificarem atualização, assegurando sua compatibilidade com novas tecnologias, ameaças emergentes e alterações normativas.

Art. 21. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico, que poderá expedir orientações complementares quando necessário.

Art. 22. Revoga-se o Decreto n° 20271/2024.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor em 29 de janeiro de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, 65º ano de emancipação.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

DIONE LUIZ DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Eu,_____, matrícula nº _____, CPF nº _____, declaro ter recebido, lido e compreendido integralmente os termos da Política de Segurança da Informação (PSI) instituída pelo Decreto Municipal nº 23058/2026.
Estou ciente de minhas responsabilidades quanto ao uso ético e seguro dos ativos de tecnologia e informação da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, incluindo a proteção de minhas credenciais de acesso e a obrigação de reportar quaisquer incidentes de segurança.
Concordo em cumprir todas as diretrizes estabelecidas e reconheço que o não cumprimento implicará na aplicação das sanções disciplinares cabíveis, conforme a legislação vigente.
Autorizo, por meio deste, o monitoramento do uso dos recursos tecnológicos que me forem disponibilizados, para os fins de segurança previstos na PSI.

Dois Vizinhos/PR, ___ de _____ de 20___.

_____
Assinatura do Servidor

ANEXO II

POLÍTICA DE USO E PROTEÇÃO DE SENHAS

1. Objetivo
O objetivo desta política é estabelecer um padrão para o uso seguro e a proteção de todas as senhas relacionadas ao trabalho.

2. Aplicação e Responsabilidade
Esta política é aplicável a todos os funcionários, prestadores de serviços, consultores, trabalhadores temporários e outros, incluindo todo o pessoal afiliado a terceiros. Esta diretriz se aplica a todas as senhas, incluindo, entre outras, contas de nível de usuário, contas de nível de sistema, contas da Web, contas de e-mail, proteção de proteção de tela, correio de voz e logins de roteador local.

3. Definições
Credencial: qualquer forma de prova ou evidência que serve para autenticar a identidade de um indivíduo ou a autoridade de um sistema, permitindo o acesso a recursos ou informações restritas.
Criptografia: é um mecanismo de segurança e privacidade que torna determinada comunicação (textos, imagens, vídeos e etc) ininteligível para quem não tem acesso aos códigos de "tradução" da mensagem.
MFA: A autenticação multifator (MFA) é um processo de login de conta com várias etapas que obriga o usuário a inserir informações que vão além de uma simples senha. Por exemplo, juntamente com a senha, os usuários podem ser solicitados a inserir um código que foi enviado para o e-mail deles, responder a uma pergunta secreta ou verificar uma impressão digital. Em caso de comprometimento de uma senha do sistema, uma segunda forma de autenticação pode ajudar a impedir o acesso não autorizado à conta.

4. Procedimento

4.1. Requisitos Senhas fortes: São longas; quanto mais caracteres uma senha tiver, mais forte ela será.
Recomendação: Mínimo de 8 caracteres em todas as senhas relacionadas ao trabalho.

Incentiva-se: O uso de frases-senha, senhas compostas de várias palavras. Justifica-se esse procedimento pois, as frases-senha são fáceis de lembrar e digitar, mas atendem aos requisitos de força.

Senhas para usuário e para o sistema: Todas devem estar em conformidade com as Diretrizes de Senhas moderadas, compostas por 8 caracteres, incluindo números, letras maiúsculas e minúsculas, e símbolos especiais.

Restrições do Sistema: Nos casos em que o sistema não obrigue o uso de senhas com no mínimo 8 caracteres, cabe ao colaborador assegurar que essa prática seja adotada.

Gerenciadores de Senhas: Os usuários estão autorizados a utilizar gerenciadores de senhas como (KeePass, Dashlane), que armazenam e gerenciam de forma segura todas as suas senhas relacionadas ao trabalho.

Senha Errada: Após cinco tentativas fracassadas de login, a conta será bloqueada por pelo menos 15 minutos.

4.2. Troca das Senhas

Troca obrigatória: As senhas devem ser alteradas sempre que houver indícios de comprometimento ou caso não estejam em conformidade com os requisitos de criação de senha.

Expiração das senhas: As senhas de credenciais usadas para acessar a rede ou as aplicações serão reiniciados automaticamente a cada 180 dias.

Senhas novas: Os sistemas de informação registrarão um histórico das últimas quatro senhas utilizadas por cada usuário, proibindo a reutilização dessas senhas para garantir uma maior segurança.

4.3. Proteção de Senhas

Pessoalidade: Cada conta de acesso é pessoal e intransferível, destinada exclusivamente ao usuário designado.

Responsabilidade: O usuário é totalmente responsável por todas as atividades realizadas através de sua conta, incluindo quaisquer violações ou atos ilícitos, mesmo que executados por terceiros que tenham acesso à mesma.

Não se recomenda: Evite usar nomes, sobrenomes, nomes de familiares ou colegas de trabalho, bem como qualquer informação pessoal facilmente acessível, como placas de carro, datas de aniversário ou endereços, nas suas senhas.

Senhas não autorizadas: Não é possível usar repetições ou sequências de caracteres, números ou letras.

Não gerar senha: Não inclua qualquer parte ou variação dos nomes das Secretarias Municipais e/ou Prefeitura nas suas senhas.

Senhas proibidas: É proibido utilizar senhas associadas ao trabalho em contas pessoais.

Informe imediatamente: A equipe de segurança deverá ser comunicada imediatamente, caso se detecte qualquer falha ou vulnerabilidade que possa permitir o uso não autorizado de ativos de informação, sistemas ou recursos computacionais das Secretarias Municipais e/ou Prefeitura.

Guarda das Senhas: As senhas não devem ser inseridas em mensagens de e-mail ou outras formas de comunicação eletrônica, nem reveladas por telefone a ninguém.

Recursos que não devem ser utilizados: Não use o recurso "Lembrar senha" nos aplicativos (por exemplo, navegadores da Web).

Autenticação multifatorial (MFA): é altamente recomendada e deve ser usada sempre que possível, não apenas para contas relacionadas ao trabalho, mas também para contas pessoais.

4.4. Os desenvolvedores de aplicativos devem garantir que seus programas contenham as seguintes precauções de segurança: Os aplicativos devem oferecer suporte à autenticação de usuários individuais, não de grupos.
Os aplicativos não devem armazenar senhas em texto claro ou em qualquer forma facilmente reversível.
Os aplicativos não devem transmitir senhas em texto claro pela rede.
Os aplicativos devem fornecer algum tipo de gerenciamento de funções, de modo que um usuário possa assumir as funções de outro sem precisar saber a senha do outro.

4.5. Senhas de Uso Privilegiado
Todas as contas privilegiadas (ex: administrator, root, etc.) devem ter as senhas trocadas, renomeadas e desabilitadas.
Os acessos privilegiados, por questões de segurança, devem ser realizados por uma quantidade mínima de usuários, que terão perfis de administradores e autorização de acesso para essas funcionalidades.
Caso as contas privilegiadas não possam ter as senhas trocadas ou renomeadas, serão desabilitadas e consideradas “contas de serviço” não sendo utilizadas para qualquer tipo de acesso.
As senhas não devem ser introduzidas em linhas de comando (códigos fontes) e ou em scripts abertas, mas, caso seja necessário, devem ser criptografadas se consideradas “contas de serviço”. Todas senhas em trânsito, ou seja, que sejam trafegadas pela rede obrigatoriamente deverão estar encriptadas.

5. Política de Conformidade

5.1. Medição de Conformidade: A equipe de Segurança da Informação verificará a conformidade com essa política por meio de vários métodos, incluindo, entre outros, relatórios de ferramentas de negócios, auditorias internas e externas e feedback para o proprietário da política.

5.2. Exceções: Qualquer exceção à política deve ser aprovada com antecedência pela equipe de Segurança da Informação.

5.3. Não Conformidade: Um funcionário que tenha violado esta política pode estar sujeito a medidas disciplinares, incluindo a rescisão do contrato de trabalho.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:EDDA8C12

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 006/2026

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Inciso XII, do art. 67 da Lei Orgânica do Município de Dois Vizinhos, visando suprir vagas em seu Quadro Efetivo de Pessoal, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, regularmente aprovados no Concurso Público para os cargos de **ENFERMEIRO, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, TÉCNICO EM ENFERMAGEM E TERAPEUTA OCUPACIONAL,** com base no Edital 001/2023, para comparecerem junto ao Departamento de Gestão de Pessoas para a entrega da documentação exigida e o encaminhamento aos exames médicos pré-admissionais no prazo de 10 (dez) dias no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h30.

ENFERMEIRO

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Beatriz Buthers Soares	14° Lugar

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Willian José Silva da Costa	76° Lugar
Alexandre Luiz Rosler	77° Lugar
Maristela Bizzotto Morelli	78° Lugar
Lucimara Lovatto	79° Lugar

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Érica Milena Mochnacz	42° Lugar

TERAPEUTA OCUPACIONAL

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Geizibel Oliveira dos Santos Dal Molin	2° Lugar

DOIS VIZINHOS - PR, 29 de janeiro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:FC1D2C0C

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 012/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 012/2026

Contrato	018/2026 – Concorrência nº 90019/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	FEG Engenharia de Obras Ltda - CNPJ 80.372.808/0001-39.
Objeto	Pavimentação asfáltica de vias urbana em CBUQ, 53.155,25 M², incluindo serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
Valor	R$ 5.640.000,00 (cinco milhões, seiscentos e quarenta mil reais).
Prazo de Vigência	360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura.
Prazo de Execução	180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura.
Data de Assinatura	28 de janeiro de 2026.

Contrato	019/2026 – Concorrência nº 90023/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	FEG Engenharia de Obras Ltda - CNPJ 80.372.808/0001-39.
Objeto	Pavimentação sobre pedras irregulares e pavimentação asfáltica de vias urbana em CBUQ, 35.001,90 m², incluindo serviços preliminares, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.
Valor	R$ 5.575.000,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais).
Prazo de Vigência	360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura.
Prazo de Execução	180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da assinatura.
Data de Assinatura	28 de janeiro de 2026.

Contrato	023/2026 – Pregão Eletrônico nº 90108/2025
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Horti Foods Distribuidora de Alimentos Ltda - CNPJ/MF nº 07.939.649/0001-11.
Objeto	Aquisição de alimentos perecíveis e não perecíveis para atender a demanda da Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Com itens de Ampla Concorrência, Cota Reservada e Exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 12.844,00 (doze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses.
Data de Assinatura	28 de janeiro de 2026.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 030/2022 – Concorrência nº 005/2021	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Pema Limpeza e Conservação Ltda - CNPJ nº 03.040.285/0001-82.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda – do valor e reajuste de preços – Acresce-se ao contrato o valor de R$ 5.352.000,00 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e dois mil reais). Cláusula Segunda - Fica alterada a Cláusula Quinta – Prazos De Execução e Vigência - Prorrogam-se os prazos de até 02 de março de 2027.
Data de Assinatura	30 de janeiro de 2026.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2023 – Dispensa de Licitação nº 06/2023.	
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratada	Lauri Francisco Siega - CPF nº 452.xxx.xxx-68.
Objeto	Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Segunda - do valor contratual – Acresce-se ao contrato o valor de R$ 34.166,16 (trinta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais e dezesseis centavos). Cláusula Segunda - Fica alterada a

	cláusula quinta - do prazo de vigência do contrato - Prorroga-se o prazo até 08 de fevereiro de 2027.
Data de Assinatura	30 de janeiro de 2026.

Dois Vizinhos, 02 de fevereiro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:13D2AFFE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO
Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que **HOMOLOGA E RATIFICA** o objeto da licitação relativamente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025**, considerando o 3º Termo Aditivo, que prorroga o prazo de vigência até 23 de janeiro de 2027, cujo objeto é o credenciamento de empresas interessadas em fornecer peças, componentes, acessórios e fluídos para manutenção dos veículos de passeio e utilitários, vans, ônibus, caminhões e máquinas rodoviárias e agrícolas, necessários para a manutenção da frota do Município de Dois Vizinhos, em favor das seguintes proponentes:

Proponentes	Ordem	CNPJ
C.A MENON & CIA LTDA	03	04.283.722/0001-51
EBPS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	04	13.199.002/0001-01
F WRZESINSKI COMERCIO PECAS E ACESSORIOS LTDA	05	31.339.600/0001-02
BETTONI E CARLESSO LTDA	06	40.288.695/0001-73
VENDRAMINI IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	07	43.231.338/0001-67
DOVIPEÇAS DOIS VIZINHOS PEÇAS LTDA	08	80.549.041/0001-70
AUTO PEÇAS E MECÂNICA AVENIDA LTDA	09	59.058.311/0001-54
R TECH REFRIGERACAO AGRICOLA E AUTOMOTIVA LTDA	10	32.771.203/0001-78
CHAPEACAO E AUTO PECAS GUDOSKI LTDA	11	15.006.855/0001-05
VENDRAMINI MECÂNICA E RECUPERADORA LTDA	12	05.923.756/0001-26

O referido procedimento atendeu a todas as formalidades legais, sendo o resultado oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 29 de janeiro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:39F6AE62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - ERRATA 001/2026

ERRATA Nº 001/2026

A Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Presidente da Câmara;
CONSIDERANDO, a inclusão incorreta dos vereadores e Anexo I da Resolução 01/2026 a qual já foi devidamente publicada, apresenta o presente documento com o fim de apresentar a correção em conformidade com o Projeto de Resolução nº 01/2026 aprovado por esta Casa de Leis;
Altera o contido no art. 1º e Anexo I da RESOLUÇÃO Nº 01/2026 deste Poder Legislativo Municipal, publicada na Edição 3453 de 22/01/2026 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, passando a entender em consonância com o descrito abaixo:
Onde se lê:
"Art. 1º.Fica concedida recomposição da perda inflacionária ao subsídio dos servidores efetivos, ocupantes de cargos comissionados e Vereadores da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de janeiro a dezembro do ano de 2025 em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento)."
Leia-se:
"Art. 1º.Fica concedida recomposição da perda inflacionária ao subsídio dos servidores efetivos, ocupantes de cargos comissionados da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, de acordo com o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, de janeiro a dezembro do ano de 2025 em 4,18% (quatro vírgula dezoito por cento)."

Onde se lê:
ANEXO I
QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS

TABELA – "A"

VALORES APLICADOS AOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
Matriz de Vencimentos dos Servidores Públicos Civis Municipais do Poder Legislativo Municipal.

	SIMBOLOGIA	VALOR
QUADRO A- CARGOS COMISSIONADOS	CC – 01	R$ 5.346,99
	AP – 01	R$ 2.085,31
	AP – 02	R$ 1.764,49
	AP – 03	R$ 1.443,66
QUADRO B- FUNÇÕES GRATIFICADAS	FG – 01	50% a 100% do vencimento básico
	FG – 02	50% a 80% do vencimento básico

Leia-se:
ANEXO I
QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS

TABELA – "A"

VALORES APLICADOS AOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
Matriz de Vencimentos dos Servidores Públicos Civis Municipais do Poder Legislativo Municipal.

	SIMBOLOGIA	VALOR
QUADRO A- CARGOS COMISSIONADOS	CC – 01	R$ 5.570,49
	AP – 01	R$ 2.172,47
	AP – 02	R$ 1.838,24
	AP – 03	R$ 1.493,59
QUADRO B- FUNÇÕES GRATIFICADAS	FG – 01	50% a 100% do vencimento básico
	FG – 02	50% a 80% do vencimento básico

Câmara Municipal de Doutor Ulysses, Sala da Presidência, em 28 de janeiro de 2026.

MIGUEL DOS ANJOS DIAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3F71851E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 021/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 21/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DoutorUlysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$**

31.689,62 (trinta e um mil seiscentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
109 - 3.1.90.94.00.00	01303	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	26.805,13
110 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	4.353,38
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.003.12.122.0002.2.013.		Manutenção da Secretária Municipal de Educação	
475 - 3.1.91.13.00.00	01103	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	531,11
		Total Suplementação:	**31.689,62**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0013.2.040.		Manutenção da Atenção Básica de Saúde	
120 - 3.3.90.34.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	31.158,51
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
09.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
09.001.12.365.0003.2.086.		Manutenção das escolas de Ensino enfantil - creche	
285 - 3.3.90.14.00.00	01103	DIÁRIAS - CIVIL	531,11
		Total Redução:	**31.689,62**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

ELIAS ANDERSON STRAUBE
Contador

ABEL DE MOURA E COSTA
Controle Interno

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:487F4829

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0020/2026 EXONERAR TECNICOS DE ENFERMAGEM

DECRETO Nº 0020/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Prefeito Municipal;
CONSIDERANDO o término do Contrato;
DECRETA
Artigo 1º – EXONERAR por término de contrato as servidoras abaixo discriminadas:

NOME CPF CARGO
NEUSA NICOLAU DE PINA DE OLIVEIRA 963.xxx.xxx-49 TÉCNICO DE ENFERMAGEM
PATRICIA RODRIGUES MIRANDA 038.xxx.xxx-11 TÉCNICO DE ENFERMAGEM
THAIS NICOLAU DA COSTA 088.xxx.xxx-81 TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 30 de janeiro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:F7498C73

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 006/2026 CONCEDER AFASTAMENTO PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS AO SERVIDOR MATEUS ALVES DE PINA

PORTARIA Nº. 006/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pelo servidor;

RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER afastamento pelo período de 30 (trinta) dias ao servidor MATEUS ALVES DE PINA, portador do CPF/MF n° 029.xxx.xxx-10, servidor temporário, admitido no cargo de MOTORISTA,

Art. 2° - Esta portaria tem efeitos retroativos a 07/01/2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, 29 de janeiro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D725DDD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026
CONTRATO Nº 011-2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA**
CNPJ: 07.797.967/0001-95

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, denominado “Banco de Preços.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12(doze) meses.
VALOR ANUAL: R$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, Caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fernandes Pinheiro, 02 de fevereiro de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:FEDED7FB

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO 27/2026 SÚMULA: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA TRECHO DE VIA PÚBLICA URBANA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR.".

O Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e conservação da malha viária urbana do Município, visando garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários;
CONSIDERANDO que o recapeamento asfáltico constitui medida essencial para a recuperação do pavimento existente, prolongando sua vida útil e reduzindo custos futuros de manutenção;
CONSIDERANDO o interesse público na execução de obras de infraestrutura urbana, em conformidade com o planejamento municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de **Utilidade Pública**, para fins administrativos, urbanísticos e de regularização junto aos órgãos competentes, o(s) trecho(s) de via(s) pública(s) urbana(s) do Município de Fernandes Pinheiro/PR destinados à execução de **obra de recapeamento asfáltico com fresagem**.
Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade viabilizar a realização das obras de recapeamento asfáltico, bem como instruir processos de licenciamento, captação de recursos, celebração de convênios, contratos e demais atos administrativos necessários à sua execução.
Art. 3º O trecho objeto deste Decreto possui as seguintes referências geográficas, em coordenadas UTM:

NOMENCLATURA DA VIA	LATITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL	LONGITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL
AVENIDA IVO LEÃO	7188288.45 m S	544984.12 m E
	7189345.26 m S	545839.52 m E
AVENIDA VEDOLINO NEVES	7188951.71 m S	545388.57 m E
	7188985.56 m S	545287.66 m E
AVENIDA REMIS JOÃO LOSS	7188986.15 m S	545310.00 m E
	7189577.45 m S	545362.96 m E

Situados na **Sede** do Município de Fernandes Pinheiro/PR.
Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais indispensáveis à execução das obras, observada a legislação vigente.
Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas necessárias à execução da obra, inclusive firmar convênios, contratos, termos de cooperação e promover os atos indispensáveis à sua efetivação.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:1208B4AC

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO 28/2026 SÚMULA: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA TRECHO DE VIA PÚBLICA URBANA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR.".

O Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e conservação da malha viária urbana do Município, visando garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários;
CONSIDERANDO que o recapeamento asfáltico constitui medida essencial para a recuperação do pavimento existente, prolongando sua vida útil e reduzindo custos futuros de manutenção;
CONSIDERANDO o interesse público na execução de obras de infraestrutura urbana, em conformidade com o planejamento municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de **Utilidade Pública**, para fins administrativos, urbanísticos e de regularização junto aos órgãos competentes, o(s) trecho(s) de via(s) pública(s) urbana(s) do Município de Fernandes Pinheiro/PR destinados à execução de **obra de recapeamento asfáltico sem fresagem**.

Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade viabilizar a realização das obras de recapeamento asfáltico, bem como instruir processos de licenciamento, captação de recursos, celebração de convênios, contratos e demais atos administrativos necessários à sua execução.

Art. 3º O trecho objeto deste Decreto possui as seguintes referências geográficas, em coordenadas UTM:

NOMENCLATURA DA VIA	LATITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL	LONGITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL
AVENIDA IVO LEÃO	7187755.00 m S	545106.00 m E
	7188288.45 m S	544984.12 m E
RUA ROMANO BETEGA	7189339.00 m S	545825.00 m E
	7189414.00 m S	545346.00 m E
RUA PADRE GUIDO	7189087.00 m S	545401.00 m E
	7189391.00 m S	545445.00 m E
TRAVESSA LAURA MARQUES AIRES	7189296.00 m S	545431.00 m E
	7189310.00 m S	545333.00 m E
RUA ALZIRO PEDROSO	7188063.00 m S	544710.00 m E
	7188416.00 m S	544986.00 m E
RUA MARIA PAVELSKI 1	7188758.00 m S	545480.00 m E
	7188816.00 m S	545399.00 m E
RUA MARIA PAVELSKI 2 – RUA JOÃO CORDEIRO DE PAULA	7188904.00 m S	545374.00 m E
	7188894.00 m S	545455.00 m E

Situados na **Sede** do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais indispensáveis à execução das obras, observada a legislação vigente.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas necessárias à execução da obra, inclusive firmar convênios, contratos, termos de cooperação e promover os atos indispensáveis à sua efetivação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:8CBE2D98

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO 30/2026 SÚMULA: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA TRECHO DE VIA PÚBLICA URBANA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO SOBRE PEDRA IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR.".

O Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e conservação da malha viária urbana do Município, visando garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários;
CONSIDERANDO que o recapeamento asfáltico constitui medida essencial para a recuperação do pavimento existente, prolongando sua vida útil e reduzindo custos futuros de manutenção;
CONSIDERANDO o interesse público na execução de obras de infraestrutura urbana, em conformidade com o planejamento municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de **Utilidade Pública**, para fins administrativos, urbanísticos e de regularização junto aos órgãos competentes, o(s) trecho(s) de via(s) pública(s) urbana(s) do Município de Fernandes Pinheiro/PR destinados à execução de **obra de recapeamento asfáltico sobre pedra irregular Lote 02 – distrito de Queimadinha no Município**.

Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade viabilizar a realização das obras de recapeamento asfáltico sobre pedra irregular, bem como instruir processos de licenciamento, captação de recursos, celebração de convênios, contratos e demais atos administrativos necessários à sua execução.

Art. 3º O trecho objeto deste Decreto possui as seguintes referências geográficas, em coordenadas UTM:

NOMENCLATURA DA VIA	LATITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL	LONGITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL
RUA SILVIO RUFINO	7183574.80 m S	544015.55 m E
	7183286.98 m S	544078.08 m E
RUA UBALDO ANDREOLA	7183489.51 m S	544085.01 m E
	7183303.25 m S	544166.01 m E
RUA JOSÉ CALISKEVISCK	7183482.93 m S	544082.31 m E
	7183481.06 m S	544039.71 m E
RUA ALEX LUCAS DE SOUZA RAMOS	7183407.86 m S	544112.55 m E
	7183403.36 m S	544057.61 m E
RUA ANTONIO MUZINOSKI	7183295.71 m S	544175.23 m E
	7183290.65 m S	544084.12 m E

Situados no distrito de **Queimadinha** do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais indispensáveis à execução das obras, observada a legislação vigente.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas necessárias à execução da obra, inclusive firmar convênios, contratos, termos de cooperação e promover os atos indispensáveis à sua efetivação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:FC94BECC

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2026/PMFP - REPUBLICAÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2026/PMFP

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO – CNPJ Nº 01.619.323/0001-20.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE - CNPJ 08.320.504/0001-09, COM SEDE EM FERNANDES PINHEIRO – PR.
OBJETO: O OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO DECORRENTE DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026, QUE TEM COMO OBJETO O REPASSE FINANCEIRO EM FORMA DE SUBVENÇÃO SOCIAL COM O OBJETIVO APOIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS DECORRENTES DA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA APAE DE FERNANDES PINHEIRO PARA ATENDIMENTO A PPNE (PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS) DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O PLANO DE TRABALHO.
VIGÊNCIA: 08/01/2026 A 31/12/2026.
VALOR: R$ 795.600,00 (setecentos e noventa e cinco mil e seiscentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 407/2009, Lei Municipal nº 904/2025, Resolução nº 28/2011 alterada pela Resolução nº 46/2014, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Art. 25, inciso IV, alínea "a", Lei 14.133/2021 e Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

Fernandes Pinheiro, 08 de janeiro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Município de Fernandes Pinheiro Administração Pública

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
APAE de Fernandes Pinheiro Organização da Sociedade Civil

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:1E976FC3

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2026/PMFP - REPUBLICAÇÃO POR ERRO DE DIGITAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2026/PMFP

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO – CNPJ Nº 01.619.323/0001-20.
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE - CNPJ 08.320.504/0001-09, COM SEDE EM FERNANDES PINHEIRO – PR.
OBJETO: O OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO DECORRENTE DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026, QUE TEM COMO OBJETO O REPASSE FINANCEIRO EM FORMA DE SUBVENÇÃO SOCIAL COM O OBJETIVO APOIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS DECORRENTES DA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA APAE DE FERNANDES PINHEIRO PARA ATENDIMENTO A PPNE (PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS) DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O PLANO DE TRABALHO.
VIGÊNCIA: 12/01/2026 A 31/12/2026.
VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 407/2009, Lei Municipal nº 902/2025, Resolução nº 28/2011 alterada pela Resolução nº 46/2014, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Art. 25, inciso IV, alínea "a", Lei 14.133/2021 e Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações.

Fernandes Pinheiro, 12 de janeiro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Município de Fernandes Pinheiro Administração Pública

CLEONICE APARECIDA KUFENER SCHUCK
APAE de Fernandes Pinheiro Organização da Sociedade Civil

Publicado por:
Sidnei Antonio de Lima
Código Identificador:8745B09F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

JURIDICO
DELEGA PODERES AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

DECRETO Nº 004/2026

SÚMULA: Designa autoridades para assinatura de ofícios e resposta a requerimentos administrativos, com a finalidade de descentralizar a Administração Pública Municipal de Flor da Serra do Sul – Paraná, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL**, Estado do Paraná, **VALMOR FELIPE JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior celeridade, eficiência e economicidade aos atos administrativos;
CONSIDERANDO os princípios da eficiência, da legalidade e da razoabilidade previstos no art. 37 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a delegação de poderes previsto no art. 61 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de descentralizar atos meramente administrativos, sem prejuízo da competência privativa do Chefe do Poder Executivo,
DECRETA:
Art. 1º Ficam designados os Secretários Municipais, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação, para **assinar ofícios e responder requerimentos administrativos**, inclusive aqueles oriundos de munícipes, órgãos públicos e entidades privadas.
Art. 2º A delegação prevista neste Decreto restringe-se a atos de natureza administrativa e informativa, **não abrangendo:**
I – atos normativos;
II – decisões que importem criação, extinção ou modificação de direitos e deveres;
III – atos que envolvam matéria financeira relevante, licitatória ou contratual, salvo quando houver delegação específica;
IV – atos de competência exclusiva do Prefeito Municipal, nos termos da legislação vigente.
Art. 3º Os atos praticados com fundamento neste Decreto deverão observar rigorosamente a legislação aplicável, respondendo o agente público por eventual excesso, desvio de finalidade ou ilegalidade.
Art. 4º O Prefeito Municipal poderá, a qualquer tempo, **avocar, revisar ou revogar** a presente delegação, total ou parcialmente, mediante ato expresso.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Flor da Serra do Sul – PR, 30 de Janeiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:DA381684

LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
OBJETO: Aquisição de calcário dolomítico a granel, destinado à correção da acidez do solo em propriedades rurais do Município de Flor da Serra do Sul/PR, conforme Lei Municipal nº 949/2025.

O Município de Flor da Serra do Sul, por intermédio de seu Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados a **RETIFICAÇÃO** do Edital do Pregão Eletrônico acima citado.

DA RETIFICAÇÃO:

Onde se lê no **MODELO DE EXECUÇÃO** do Edital:

8.1 Nos termos do art. 1º, §1º, inciso I, da Lei Municipal nº 949/2025, o **fornecimento do calcário ocorrerá sem a obrigação de entrega no Município**, cabendo **exclusivamente aos produtores rurais beneficiários a responsabilidade pelo transporte do insumo**, desde o local disponibilizado pelo fornecedor contratado até a propriedade rural beneficiada. Assim, a obrigação da empresa contratada limita-se ao fornecimento do produto nas condições pactuadas, não abrangendo frete, descarga ou logística de distribuição aos produtores.

8.1.1 O calcário fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas exigidas no processo licitatório. Caso seja constatada qualquer desconformidade em relação às características, qualidade ou especificações do produto, a Administração notificará o fornecedor para que proceda à substituição do material, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados da data da notificação formal.

8.1.2 O fornecedor contratado deverá disponibilizar o calcário dolomítico no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, a qual poderá ser formalizada por meio eletrônico (e-mail) ou outro meio oficial de comunicação, observando rigorosamente os quantitativos e especificações técnicas estabelecidas no certame.

8.1.3 O prazo para disponibilização do produto poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja solicitação formal do fornecedor antes do término do prazo inicialmente estabelecido, ficando a concessão da prorrogação condicionada à análise e anuência da Secretaria Municipal de Agricultura, com base no interesse público.
Leia-se:
8.1 Nos termos do art. 1º, §1º, inciso I, da Lei Municipal nº 949/2025, o **fornecimento do calcário ocorrerá sem a obrigação de entrega no Município**, cabendo **exclusivamente aos produtores rurais beneficiários a responsabilidade pelo transporte do insumo**, desde o local disponibilizado pelo fornecedor contratado até a propriedade rural beneficiada. Assim, a obrigação da empresa contratada limita-se ao fornecimento do produto nas condições pactuadas, não abrangendo frete, descarga ou logística de distribuição aos produtores.

8.1.1 O calcário fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas exigidas no processo licitatório. Caso seja constatada qualquer desconformidade em relação às características, qualidade ou especificações do produto, a Administração notificará o fornecedor para que proceda à substituição do material, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados da data da notificação formal.

8.1.2 O fornecedor contratado deverá disponibilizar o calcário dolomítico no prazo máximo de **20 (vinte) dias**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, a qual poderá ser formalizada por meio eletrônico (e-mail) ou outro meio oficial de comunicação, observando rigorosamente os quantitativos e especificações técnicas estabelecidas no certame.

8.1.3 O prazo para disponibilização do produto poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja solicitação formal do fornecedor antes do término do prazo inicialmente estabelecido, ficando a concessão da prorrogação condicionada à análise e anuência da Secretaria Municipal de Agricultura, com base no interesse público.

8.1.4 O produto deverá ser retirado pelo Beneficiário no local indicado pela proponente, na distância máxima prevista no item abaixo descrito:

8.1.4.1. O local de retirado do calcário deverá estar localizada numa distância máxima de 600 (seiscentos) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul, justifica-se esta distância

visando a economicidade, pois o item será retirado pelos pequenos produtores rurais do Município.

8.1.5 Na entrega do produto a Nota Fiscal deverá vir acompanhada de Laudo que comprove o Poder Relativo de Neutralização Total (PRNT).

2. DA DATA DE ABERTURA:
Informa-se que a data e o horário da sessão pública permanecem inalterados, sendo mantida para as 09h00 (nove horas) do dia **26 de Fevereiro de 2026**.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
Os demais itens e condições do Edital, bem como as cláusulas da Minuta do Contrato, permanecem inalterados.
O Edital retificado e seus Anexos estão disponíveis nos endereços eletrônicos:
https://www.gov.br/compras/pt-br
https://pncp.gov.br/app/editais
https://transparencia.betha.cloud/#/cvQsSiZRsNPfVtIntlwt-A==
Informações adicionais poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@fssul.pr.gov.br.

Flor da Serra do Sul, 02 de Fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:A6CFE885

LICITAÇÕES
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026
PROCESSO DE COMPRA Nº 002/2026

O Prefeito de Flor da Serra do Sul – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerado o Processo Administrativo 002/2026, o julgamento do Agente de Contratações e Equipe de apoio, o parecer jurídico com fulcro no art. 75 inciso XV da Lei 14.133/2021, que julgo a Dispensa de Licitação para a Contratação direta através de dispensa de licitação da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE, inscrita no CNPJ Nº 03.757.610/0001-22 para organização, planejamento, elaboração das provas, realização e execução de concurso público visando ao provimento de cargos e formação de cadastro de reserva, de nível fundamental, nível médio técnico e nível superior, do Município de Flor da Serra do Sul/PR, ADJUDICO e HOMOLOGO o resultado do processo de Dispensa de Licitação nº 001/2026, conforme segue:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso XV da Lei Federal: 14.133/2021.

Nome Empresarial	Total (R$)
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE CNPJ: 78.680.337/0001-84	R$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais).

Flor da Serra do Sul, 02 de Fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Borges da Rosa de Almeida
Código Identificador:C6326905

RH
AUDIENCIA PUBLICA 01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO MULTIUSO

AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 001/2026.
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL**, inscrita no CNPJ. nº 95.589.271/0001-30, **TORNA PÚBLICO**, que realizará a **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO MULTIUSO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 930/2025**
.
Data: 18/02/2025
Horário: 13:00 Hs.
Tema: Concordância da População acerca da aquisição do terreno para construção
Assuntos:
- Apresentação do projeto do Centro Multiuso;
- Análise do terreno a ser adquirido.

A Audiência Pública será realizada de forma híbrida (presencial e online) simultaneamente, através dos seguintes endereços:
Presencial: Prefeitura Municipal de Flor da Serra do Sul.
Endereço: Avenida Francisco Perondi, n° 756, Centro, Flor da Serra do Sul, Paraná.
Online:
Facebook da Prefeitura: https://www.facebook.com/flordaserra.dosul.7?mibextid=ZbWKwL

Dúvidas ou informações (46) 35651132
Sem mais para o momento
Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul – PR.
Em, 02 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:CCBB95C0

RH
PORTARIA 046/2026

PORTARIA 046/2026

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA DE CARGO EFETIVO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a PEDIDO a servidora pública municipal Sra. LUSALENE MIQUELI TORTORA CHORNA, inscrita no RG nº 88757068 SSP-PR do Cargo efetivo de PROFESSORA 20 Horas, matricula 1242, que ocupa junto a este munícipio, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 02 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:F0C30498

RH
PORTARIA 047/2026

PORTARIA 047/2026

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA DE CARGO EFETIVO

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a PEDIDO a servidora pública municipal Sra. MARLI DE FÁTIMA RODRIGUES DA SILVA inscrita no RG nº 68571030 SSP-PR do Cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, que ocupa junto a este munícipio, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 02 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:16FC1A0B

RH
PORTARIA 048/2026

PORTARIA Nº 048/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **CLEIDE LOCH CAZALLI**, inscrita no RG sob nº 90040189 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias referente ao período aquisitivo 2016/2021, baseando-se na Lei Municipal nº 033/93, no seu Artigo 101, a partir de 03 de fevereiro de 2026, devendo retornar às suas atividades em 04 de maio de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 02 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:10265BCD

RH
PORTARIA 049/2026

PORTARIA Nº 049/2026

Indica servidores para acompanhar e fiscalizar contratos da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

O Prefeito do Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo elencados para acompanhamento e fiscalização de contratos referentes **à DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026, Processo Nº 02/2026**:

Objeto / EXECUÇÃO	**Gestor**
Contratação de serviços de organização, planejamento, elaboração das provas, realização e execução de Concurso Público visando ao provimento de cargos e formação de cadastro de reserva, de Nível fundamental, nível médio técnico e nível superior, do Município de Flor da Serra do Sul/PR.	Taciane Andreghetto Cipriani
	Fiscal Titular
	Silvana Fatima Ongaratto

Art. 2º- Os servidores designados têm como incumbência básica:
I - obter cópia do contrato da Secretaria em que se encontra vinculado junto ao Departamento competente;
II - Acompanhar a data de vencimento do contrato, devendo comunicar o departamento competente quando houver necessidade de renovação, com antecedência de 60 (sessenta) dias;
III - Ser o elo de contato entre a secretaria e o departamento competente quando houver a necessidade de comunicar quaisquer problemas havidos com o serviço ou o produto.
IV - Preencher o Relatório de Acompanhamento do Contrato.

Art. 3º - Em caso de contrato que envolve prestação de serviços ou fornecimento a mais de uma secretaria, a responsabilidade pela fiscalização dos materiais ou serviços ficará a cargo da secretaria solicitante, quando entregue ou executado no departamento; e a cargo do responsável pelo acompanhamento ou recebimento quando for unificada em um único departamento, desde que possui profissional designado para a respectiva fiscalização.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 02 de fevereiro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:4D596F7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº002/2026

A Câmara Municipal de Flórida, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro nº 613, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 00.969.141/0001-17, neste ato representado pelo Presidente em pleno exercício de seu mandato e funções, ratifica a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2026, nos termos do Artigo 75, inciso IX da Lei nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 002/2026
CONTRATADA: Mayara Yuna.Takahashi Eireli-ME.
CNPJ: 24.193.766/0001-06
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO (MENOR PREÇO GLOBAL), PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLÓRIDA-PR

VALOR: R$14.423,73 (QUATORZE mil quatrocentos e vinte e três reais e setenta e três centavos).

FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Câmara Municipal de Flórida- PR, 02 de fevereiro 2026

CLAUDINEI CESNIK
Presidente da Câmara

Publicado por:
Alison de Paiva Leoni
Código Identificador:B81869A0

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº004/2026

A Câmara Municipal de Flórida, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro nº 613, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 00.969.141/0001-17, neste ato representado pelo Presidente em pleno exercício de seu mandato e funções, ratifica a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2026, nos termos do Artigo 75, inciso IX da Lei nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 003/2026
CONTRATADA: CAMACHO COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS Ltda CNPJ 40.876.182/0001-83.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 10 (Dez) Cadeiras para o plenário da Câmara Municipal de Flórida.

VALOR: R$7.632,00 (SETE MIL CENTO SEISSENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)
FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Câmara Municipal de Flórida- PR, 02 de fevereiro 2026

CLAUDINEI CESNIK
Presidente da Câmara

Publicado por:
Alison de Paiva Leoni
Código Identificador:FDAEC642

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº005/2026

A Câmara Municipal de Flórida, Estado do Paraná, com sede na Rua São Pedro nº 613, CEP 86780-000, inscrito no CNPJ/MF sob n° 00.969.141/0001-17, neste ato representado pelo Presidente em pleno exercício de seu mandato e funções, ratifica a DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2026, nos termos do Artigo 75, inciso IX da Lei nº 14.133/2021.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 004/2026
CONTRATADA: Mayara Yuna.Takahashi Eireli-ME.
CNPJ: 24.193.766/0001-06
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA , COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO (MENOR PREÇO GLOBAL), PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE FLÓRIDA-PR

VALOR R$5.363,22 (cinco Mil trezentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos)

FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Câmara Municipal de Flórida- PR, 02 de fevereiro 2026

CLAUDINEI CESNIK
Presidente da Câmara

Publicado por:
Alison de Paiva Leoni
Código Identificador:8804F3A3

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 002/2025
Processo:Dispensa de Licitação nº 002/2025
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência
Contratante:Câmara Municipal de Flórida
Contratada:COPEL DISTRIBUIDORA S/A CNPJ Nº 04.368.898/0001-06
Valor:R$ 5.442,00 (cinco mil quatrocentos e quarenta e dois reais).
Fundamento Legal:artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021
Vigência:10/02/2026 à 09/02/2027
Signatários: Pela contratante o Sr. Claudinei Cesnik e pela contratada o Sr. Diogo Mantovani

Assinado em:30/01/2026

Publicado por:
Alison de Paiva Leoni
Código Identificador:945A1689

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 004/2025
Processo: Dispensa de Licitação nº 007/2025
Objeto: Prorrogação de prazo de vigência e acréscimo de valores 6,5%
Contratante: Câmara Municipal de Flórida
Contratada: : WKG Assessoria e Consultoria em Medicina e Segurança do Trabalho CNPJ Nº 21.012.728/0001-03.
Valor R$ 3.482,55 (três mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)
Fundamento Legal: artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021
Vigência: 27/02/2026 à 26/02/2027
Signatários: Pela contratante o Sr. CLAUDINEI CESNIK pela contratada o Sra. KELLY CRISTINA ANASTACIO DE OLIVEIRA
Assinado em: 30/01/2026

Publicado por:
Alison de Paiva Leoni
Código Identificador:2D7EC8A7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 2.533, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 2.533, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Prorroga licença para tratamento de saúde a servidora Senilda Aparecida Menegassi Cardoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 123 da Lei Municipal nº 003/2001, e considerando o resultado da perícia médica

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a licença para tratamento de saúde, a servidora Senilda Aparecida Menegassi Cardoso, matrícula 2-00423, até a data de 28 de março de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27 de janeiro de 2026.

Flórida, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dall Ago Barbosa
Código Identificador:4A491BAF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
EXTRATO DO CONTRATO 02/2026

EXTRATO DO CONTRATO 02/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, CNPJ/MF 01.615.560/0001-13, CONTRATANTE, e, de outro, a empresa **ASSOSSIAÇÃO DE HORTIFRUTI GRANJEIROS DE FOZ DO JORDÃO PR.** CNPJ/MF sob Nº 08.704.240/0001-89, **CONTRATADA**, nos termos do processo de Dispensa de Licitação 01/2026, homologado em 19/01/2026.

DO OBJETO
Contratação de empresa especializada no fornecimento de coffee break, sob demanda, para eventos institucionais, seminários, reuniões, palestras, cursos e outros eventos correlatos, que poderão vir a ser realizados pela Câmera municipal de Foz do Jordão conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas do Termo de Referência. (CNAE 5620-1/02).

DO PRAZO E GARANTIA
O contrato terá vigência e garantia pelo prazo de 12 (meses), a contar de 20 de Janeiro de 2026.

DO VALOR
O Valor total acertado e ajustado é pelo valor de R$ 15.718,00 (Quinze Mil Setecentos e Dezoito Reais), Que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, Conforme proposta apresentada e adjudicada.

Foz do Jordão/PR, 20 de Janeiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:96D912FB

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
EXTRATO TERMO ADITIVO-02

EXTRATO

TERMO ADITIVO 02 - CONTRATO ADMINIST RATIVO Nº 30/2025.

PROCESSO: Inexigibilidade nº 08/2025
CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Foz do Jordão, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 01.615.560/0001-13.
CONTRATADO: LF GRANDO CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob nº. 26.343.359/0001-55.
OBJETO: Reajuste de dilatação do prazo de execução através da revisão do Contrato Administrativo nº 030/2025 da Inexigibilidade nº 08/2025 qual tem por objeto a dilatação de prazo de execução através da revisão do Contrato Administrativo nº 030/2025 da inexigibilidade nº 08/2025 qual tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em consultoria legislativa ou assessoria jurídica institucional para a prestação de serviços técnicos especializados voltados à revisão, atualização e consolidação da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Foz do Jordão, conforme exigências estabelecidas do Termo de Referência.

REAJUSTE DE VALORES: O presente Termo visa o Reajuste de dilatação de prazo de execução permanecendo o valor original do contrato R$ 20.000,00 para o prazo de 90 (Noventa) dias.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente termo visa a dilatação do prazo de execução do contrato acima descrito, pelo período de 90 (Noventa) dias, com vigência até a data de 02 de Maio de 2026.

DATA DE ASSINAT URA: 02/02/2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente

Publicado por:
Edimar Junior de Paula Spagnoli
Código Identificador:149EC1D2

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
PORTARIA Nº. 010/2026

PORTARIA Nº. 010/2026

SÚMULA: Dispõe sobre o deferimento da dilação de prazo da Comissão Especial de Estudos e Revisão da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Foz do Jordão, instituída pela Portaria nº. 49/2025, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno, resolve:

Considerando – Ofício nº. 003/2026 de autoria do Presidente da Comissão Especial de Estudos e Revisão da Lei Orgânica Municipal, do Regimento Interno e do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Foz do Jordão, instituída pela Portaria nº. 49/2025, onde solicita a dilação de prazo de 90 (Noventa) dias para finalizar os trabalhos.
Considerando – A justificativa apresentada pela Comissão Especial, que alega o seguinte:
Justificamos a solicitação, tendo em vista que foi concedido a dilação de prazo através da Portaria nº. 055/2025, no entanto em decorrência do contido no art. 119, § 2º do Regimento Interno que define o recesso parlamentar de 16 dezembro a 31 de janeiro de 2026, não foi possível dar seguimento nos trabalhos da comissão especial".
Ainda, considerando a complexidade dos trabalhos, demandando várias reuniões, o envolvimento de outros setores da Administração Pública, onde fora recebido o retorno por parte do Executivo Municipal, no entanto não foi possível realizar as reuniões necessárias para debater as sugestões e apontamentos, sendo necessário a dilação de prazo novamente para que possamos dar andamento na elaboração da Redação final do Ante Projeto da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Fica deferido a segunda dilação do prazo contida no artigo 3º da Portaria nº. 49/2025, por mais 90 dias, para conclusão dos trabalhos e apresentação das propostas revisadas à Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, 02 de Fevereiro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Gilvan Pinheiro da Silva
Código Identificador:3BB5B8EB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DISPENSA DE LICITACAO

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SRP Nº 003/2026
Processo Adm: Nº 347/2026

Objeto: "CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO ENCANAMENTO DO SISTEMA DE GÁS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI (SUPER CRECHE) DO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR".

Empresa vencedora:
ELETRONICA E REFRIGERAÇÃO SANPRES LTDA, CNPJ Nº 01.820.801/0001-66, vencedora com um total de R$ **3.100,00 (Três mil e cem reais); para serviços de encanamento de gas com fornecimento de material necessários para creche pro-infância.**
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 75 Inciso II, e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Dispensa de Licitação (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Segunda-feira, 02 de Fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:9AEFEE3B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 15/2026

PORTARIA Nº 015/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 937/2022.

RESOLVE

Artigo 1º - Designar a servidora "**BRUNA ANDRIELE DE LIMA"** portadora do RG nº 13.865.928-2 SSP/PR e inscrita no CPF nº 107.743.909-13, ocupante de cargo efetivo de "**AUX. DE SERVIÇOS GERAIS"** para exercer as suas funções junto a "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE",** neste Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:840A1E7F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 16/2026

PORTARIA Nº 016/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 937/2022.

RESOLVE

Artigo 1º - Designar a servidora "**JAINE CLEIN"** portadora do RG nº 13.901.802-8 SSP/PR e inscrita no CPF nº 106.970.059-25, ocupante de cargo efetivo de "**AUX. DE SERVIÇOS GERAIS"** para exercer as suas funções junto a "**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO",** neste Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:D65844BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 17/2026

PORTARIA Nº 017/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 937/2022.

RESOLVE

Artigo 1º - Designar a servidora "**FATIMA M. MENDES DE ALMEIDA"** portadora do RG nº 2.067.719-8 SSP/PR e inscrita no CPF nº 359.349.809-04, ocupante de cargo efetivo de "**ASSISTENTE SOCIAL"** para exercer as suas funções junto a "**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO",** neste Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:78F7A0C1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 18/2026

PORTARIA Nº 018/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade a seguinte Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revoga a Portaria **344/2025** que nomeou o Senhor "**JOSÉ LOPES DA SILVA"** portador do RG n° 4.120.000.6 e inscrito no CPF nº 563.992.519-15, ocupante do cargo Efetivo de "**SERVENTE",** para exercer função gratificada de **RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E GERENCIAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA,** Município de Foz do Jordão Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:93F9905C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 19/2026

PORTARIA Nº 019/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade a seguinte Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revoga a Portaria **213/2025** que nomeou a Senhora "**LUCIMAR FERNANDES DE AGUIAR"** portadora do RG n° 8.508.731 e inscrita no CPF nº 005.802.130-21, ocupante do cargo Efetivo de "**OPERADORA DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS",** para exercer função gratificada de **RESPONSÁVEL PELA GUARDA E UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS,** Município de Foz do Jordão Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:DB139ADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 20/2026

PORTARIA Nº 020/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1062/2025.

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar o servidor "**ADEMIR DA SILVA RICARDO"** portador do RG nº 7.394.617-4 SSP/PR e CPF nº 060.912.559-16, ocupante do Cargo de **CHEFE DE SETOR**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos legais para a data de 31/01/2026.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:68437F21

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 21/2026

PORTARIA Nº 021/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 e a Lei Municipal nº 1062/2025.

RESOLVE

Artigo 1º - Nomear o senhor "**ADEMIR DA SILVA RICARDO"** portador do RG nº 7.394.617-4 SSP/PR e CPF nº 060.912.559-16, para ocupar o Cargo de **CHEFE DE DEPARTAMENTO**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 02 de fevereiro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:1D7F47C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 072 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe: Sobre a ALTERAÇÃO do cargo do Servidor Comissionado

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

ALTERAR o cargo da Servidora Comissionada Srª. **PRISCILA APARECIDA DOS SANTOS**, matrícula n.º 3263 para o cargo de COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO do Municipio de General Carneiro.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeito em 02/02/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

ATO MUNICIPAL	DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ	Edição n. º	Páginas	data	Ass. Servidor
			Até	/ /2025	

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:2B955B94

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 073 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe: Sobre a NOMEAÇÃO do cargo deCOORDENADOR DE VAGAS DE TRABALHO.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

NOMEAR a Sra. **CLAUDINEIA APARECIDA SALES SIEGA**, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE VAGAS DE TRABALHO** do Município de General Carneiro.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 03 de Fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:EEFA5197

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 074 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe: Sobre a NOMEAÇÃO do cargo de DIRETOR DE SAÚDE MENTAL.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

NOMEAR o Sr. **FABIO HENRIQUE GRESELLE**, para exercer o cargo de **DIRETOR DE SAÚDE MENTAL** do Município de General Carneiro.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 03 de Fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:58CF1D94

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 075 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe: Sobre a Exoneração da função de COORDENADOR DE PROGRAMAS AMBIENTAIS

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

EXONERAR , a Sr.ª **FERNANDA FILIPAKI**, Matrícula funcional n.º 3495 do cargo de **COORDENADOR DE PROGRAMAS AMBIENTAIS** do Municipio de General Carneiro.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:F72EC2A4

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 076 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal,férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **10** dias de férias regulamentares, ao Sr. **ANDRE GUERIOS CORDEIRO,** Lotado na Secretaria Municipal de Obras, referente ao período aquisitivo 2024 a 2025, a partir de **03/02/2026 A 12/02/2026** com retorno em **13/02/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:83F6AEB9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 001/2026
Processo Licitatório nº 002/2026
Chamamento Público n° **001/2026**
Adjudicação/Homologação: 02/02/2026
Credenciados:
AUTO POSTO SANTO ANTÔNIO LTDA
COMÉRCIO COMBUSTÍVEL MARINHO LIDER LTDA
GIACOMINI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**Chamamento Público visando o futuro credenciamento de Postos de Combustíveis para o Fornecimento de Etanol e Gasolina Comum, visando atender a demanda da frota de veículos do município de General Carneiro/PR, de forma parcelada**".

Valor Estimado da Despesa: R$ 1.821.000,00 (um milhão oitocentos e vinte e um mil reais).

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:9FFAFA9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO Nº 222/2025
CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2025
CONTRATANTE: Município de General Carneiro – PR.
CONTRATADO: **JUCELIA DE PAULA MAZURECHEM BENAZZI** - CNPJ 31.012.188/0001-11
OBJETO: **Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de materiais de construção, com base na Tabela SINAPI – Desonerada, destinados à manutenção, conservação, recuperação e execução de serviços diversos das Secretarias Municipais de General Carneiro – PR**
RESCISÃO: O presente contrato fica rescindido **a pedido do contratado**, nos termos da Cláusula Décima Sexta do contrato, bem como os arts. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021; mediante solicitação formal apresentada à Administração.
DATA DA RESCISÃO: 02 de fevereiro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e cláusulas contratuais pertinentes.

General Carneiro – PR, 02 de fevereiro de 2026.

KIMBERLY DE MOURA DA ROSA
Agente de Contratação

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:3D44A730

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 01/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Especial, na importância de **R$ 148.422,06 (Cento e quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos)** destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.001 Manutenção do quadro de servidores
Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil
Fonte de Recurso: 1064 - Assistência Financeira Destinada aComplementação do Piso Salarial para Profissionais da Enfermagem
Valor: R$ 148.422,06 (Cento e quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos)

Art. 2º A importância de **R$ 148.422,06 (Cento e quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos)** é decorrente de provável excesso de arrecadação por fonte de recursos conforme quadro:

CASCAVEL	18.020,30
CORBELIA	111.927,21
GUAIRA	2.442,51
NOVA AURORA	3.005,32
TOLEDO	6.513,36
TRÊS BARRAS DO PARANÁ	6.513,36

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.
Cascavel – PR, 30 de janeiro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:7661BD6B

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 02/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 01/2026 que altera o Orçamento do Exercício de 2026 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
1064– Assistência Financeira Destinada aComplementação do Piso Salarial para Profissionais da Enfermagem	3 Despesa Corrente	R$ 148.422,06

Art. 2º A importância de **R$ 148.422,06 (Cento e quarenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos)** é decorrente de provável excesso de arrecadação por fonte de recursos.

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 30 de janeiro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:15D8B29F

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº03/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:

Art. 1º Fica este Consórcio autorizado abrir, no corrente exercício, Crédito Adicional Especial, na importância de **R$ 155.289,37 (Cento e cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos)** destinado à rubrica orçamentária a seguir relacionada:

Projeto/Atividade: 01.001.10.302.0001.2.004 Manutenção Contratos de Programa
Despesa: 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil
Fonte de Recurso: 1064 - Assistência Financeira Destinada aComplementação do Piso Salarial para Profissionais da Enfermagem
Valor: R$ 155.289,37 (Cento e cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos)

Art. 2º A importância de **R$ 155.289,37 (Cento e cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos)** é decorrente de provável excesso de arrecadação por fonte de recursos.

CASCAVEL	81.199,90
GUAIRA	17.097,57
TOLEDO	56.991,90

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 30 de janeiro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:1227B152

CONSAMU
ATO DE CONSÓRCIO Nº 04/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo Estatuto Social e no Ato de Consórcio nº 150/2025, resolve:
Considerando a publicação do Ato de Consórcio nº 03/2026 que altera o Orçamento do Exercício de 2026 e sua Programação Financeira.

Art. 1º Alterar o Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026 do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná - CONSAMU, como estabelece abaixo:

§ 1º Alterações Adicionais do Cronograma de Desembolso do Exercício de 2026:

FONTE DE RECURSO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	VALOR
1064– Assistência Financeira Destinada aComplementação do Piso Salarial para Profissionais da Enfermagem	3 Despesa Corrente	R$ 155.289,37

Art. 2º A importância de **R$ 155.289,37 (Cento e cinquenta e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos)** é decorrente de provável excesso de arrecadação por fonte de recursos.

Art. 3º Este Ato de Consórcio entra em vigor nesta data.

Cascavel – PR, 30 de janeiro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:56034B85

CONSAMU
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ 17.420.047/0001-07, torna público, que realizará no dia **20/02/2026** às **08h31min** a abertura da licitação na modalidade Pregão Eletrônico do **tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** que tem por objeto **"**Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de lavanderia hospitalar, com fornecimento, em regime de comodato, de enxoval hospitalar e sistema de rastreabilidade por RFID (Identificação por Radiofrequência) para atender as demandas do Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho, localizado em Cascavel-PR, pelo período de 12 (doze) meses, sob regime de empreitada por preço unitário**".** Início da sessão de disputa de preços às **09h00min** do dia **20/02/2026.** A retirada do edital poderá ser realizada através de solicitação encaminhada para o e-mail: licitacao@consamu.com.br, pelo site www.novobbmnet.com.br ou na Sede Administrativa do CONSAMU, situado à Rua Uruguai, nº 283, Setor de Compras/Licitação, Bairro Alto Alegre, Cascavel – PR. Telefone: (045) 3036-7117 – Site: https://www.consamu.com.br/

Cascavel – PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA
Pregoeiro

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:B06FC350

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO DO CONTRATO – Nº 015/2023 – DISPENSA Nº 08/2023

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: EDITORA OKAVANGO LTDA
OBJETO: Pelo presente termo renova-se a execução e vigência pelo período de 12 (doze) meses a partir de **15 de fevereiro de 2026.** O valor total estimado da renovação será de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Não haverá reajuste contratual valores, conforme anuência das partes.
FIRMADO EM: 30 de janeiro de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 1.002/2025.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Juraci Maria Formighieri

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:2CDE6229

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais:

RESOLVE:
Constituir as Comissões Permanentes do Poder Legislativo para o exercício de 2026, nos termos seguintes:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO
PRESIDENTE: MARCIO VIEIRA DA SILVA
RELATOR: WESLEY GIOVANI GOBBO
MEMBRO: EDINALDO DE JESUS DA SILVA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
PRESIDENTE: GILBERTO ANTUNES BARBOSA
RELATOR: ROMULO ADRIANO BUSIGNANI
MEMBRO: RINALDO SANTANA DOS SANTOS

COMISSÃO DE MÉRITOS TEMÁTICOS
PRESIDENTE: WESLEY GIOVANI GOBBO
RELATOR: RONALDO VLADIMIR MOREIRA
MEMBRO: ILSON RODRIGUES

Salas de sessões da Câmara Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 30 dias de Janeiro de 2026.

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:C73679F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 023/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder Licença Especial a servidora abaixo relacionada, conforme dispõe o artigo 153 da Lei Municipal nº 892 de 18 de dezembro de 2021:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Início da licença	Término da licença
Secretaria Municipal de Educação				
Denise de Oliveira Paulozi	Professor	09/04/2019 09/04/2024	02/02/2026	02/05/2026

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Guaraci, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de janeiro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:7F8EBF39

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 648/2026 DE 30/01/2026

Decreto nº 648/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS
07.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS
07.001.04.122.0002.2.149. GERENCIA DE SERVIÇOS GERAIS E AQUISIÇÃO PERMANENTES

DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE

271 - 3.3.90.36.00.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA
FÍSICA 60.000,00

Total Suplementação:60.000,00
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
07.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS
07.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS
07.001.04.122.0002.2.149. GERENCIA DE SERVIÇOS GERAIS E AQUISIÇÃO PERMANENTES
DA SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE
269 - 3.3.90.30.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 60.000,00
Total Redução: 60.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Kelly Araujo Rego Pereira
Código Identificador:FBB98838

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 649/2026 DE 30/01/2026

Decreto nº 649/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 261.250,00 (duzentos e sessenta e um mil duzentos e cinqüenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação

09.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENV.
09.001.00.000.0000.0.000.	SUSTENTÁVEL DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTÁVEL
09.001.20.608.0007.2.169.	AÇÕES QUE CONTEMPLEM A ASSISTENCIA DO PESCADOR E PRODUTOR RURAL
574 - 3.3.90.32.00.00	2009 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃOGRATUITA261.250,00

Total Suplementação: 261.250,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.2.4.99.01.01.00000000 Fonte: 2009 261.250,00

Total da Receita:261.250,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Kelly Araujo Rego Pereira
Código Identificador:8C99A6A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - CMDCA

SÚMULA:

O Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente do município de Guaraqueçaba, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 686/2018 de 29 de agosto de 2018, com suas posteriores alterações, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações das Políticas de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Artigo 1º - Resolve pela Exoneração da Senhora Camila Cardoso Grobe, CPF 083.315.349-80 do Cargo de Conselheira Tutelar.

Artigo – 2º O pedido de Exoneração foi feito pela Senhora Camila Cardoso Grobe na data de 02/02/2026.

Artigo 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraqueçaba, 02 de fevereiro de 2026.

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescentes

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:CB6C28C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2026 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº 002/2026 - CMDCA

SÚMULA:

O Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente do município de Guaraqueçaba, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal nº 686/2018 de 29 de agosto de 2018, com suas posteriores alterações, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no exercício de sua função deliberativa e controladora das ações das Políticas de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Artigo 1º - Resolve pela convocação da Srª. Aline de Freitas, portadora do RG 12.305.079-7, inscrito no CPF 071.626.639-31, para compor o Conselho Tutelar do Município de Guaraqueçaba-PR, na Gestão 2024/2027.

Artigo – 2º Esta convocação é para substituição da Conselheira Camila Cardoso Grobe, visto que o mesmo pediu a sua saída como conselheiro Tutelar.

Artigo 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraqueçaba, 02 de fevereiro de 2026.

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescentes

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:7D7E6BA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 02/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: M. CORNELLI BERTINATTTO
CNPJ: 04.166.333/0002-27.
Objeto: Aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira (A) nova, zero hora, tração 4x4, motor diesel (Tier III), com cabine fechada e ar-condicionado, visando o atendimento das metas de manutenção de estradas rurais do Convênio SEAB nº 701/2025 – Programa Estradas da Integração

Valor global: R$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais).
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
(552) 4.4.90.52.00.0. fonte 2006, Equipamentos e Material Permanente

Guaraqueçaba, 02 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:74CEFB4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 03/2026, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 03/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 03/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratado: EMPRESAS FL LTDA
CNPJ: 17.922.286/0001-65
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software via web, destinado à consulta de banco de dados com preços de peças de veículos, contemplando peças genuínas de montadora, originais de fabricante e equivalentes, a ser utilizado como ferramenta eletrônica de orçamentação nos processos de licitação para aquisição de peças destinadas à manutenção de veículos médios, veículos pesados e máquinas pesadas que integram a frota municipal, bem como para futuras aquisições.

Valor global: R$ 22.080,00(vinte e dois mil e oitenta reais)
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
(15) 3.3.90.39.00.0 01000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
(60) 3.3.90.39.00.0 01000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
(195) 3.3.90.39.00.0 01000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
(272) 3.3.90.39.00.0 01000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Guaraqueçaba, 02 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:FACD9609

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LEILÃO 01/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO Nº 01/2026

O **MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA,** Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria nº 04/2026, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie; e o leiloeiro oficial contratado, André Luiz Wuitschik, Matriculado na Junta Comercial do Paraná, em conformidade de Leiloeiro Oficial 20/327-L, designado pela portaria Municipal 19/2025 em conformidade com o disposto no art. 4º do Decreto nº. 21.981 de 1932, e art. 32, I, da Lei nº. 8.934/94, de 18 de novembro de 1994 , suas alterações e demais legislações aplicáveis à espécie, **TORNA PÚBLICO** a realização de licitação no dia **03/03/2026**, às **10:30 horas**, o evento será realizado exclusivamente na forma **ON-LINE** através do site ANDRÉ LUIZ LEILÕES www.andreluizleiloes.com.br; e Considerando que o Leiloeiro André Luiz Wuitschik é um agente de vendas no Superbid Exchange, através do SUPERBID EXCHANGE www.superbid.net na modalidade **LEILÃO**, na forma **ON-LINE** visando a alienação dos **BENS** especificados no item nº.1 deste edital, sendo a presente licitação do tipo **"MAIOR LANCE"**, de cada **LOTE**, observadas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Federal nº. 21.981/32, de 19 de outubro de 1932, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº. 22.427/33, de 01 de fevereiro de 1933, e de mais legislações pertinentes, bem como as disposições contidas no presente Edital.

Honório Serpa, 02 de Fevereiro de 2026

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:211173F8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2026

A Prefeitura Municipal de Honório Serpa – PR avisa aos interessados que fará realizar no dia **20 DE FEVEREIRO DE 2026 ÀS 09HS00MIN**, a abertura da licitação na modalidade de Pregão Presencial tipo MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: **Contratação de empresa especializada, legalmente constituída e devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, para a prestação de serviços contínuos de recebimento, tratamento e destinação**

final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, abrangendo resíduos orgânicos e rejeitos de materiais recicláveis Classe II, provenientes do serviço público municipal de coleta de resíduos do Município de Honório Serpa/PR, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), normas técnicas aplicáveis, condicionantes ambientais e demais legislações correlatas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. E que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos**.**

Do Protocolo e Sessão de Abertura: **O Credenciamento** e os envelopes de Proposta e Habilitação deverão ser protocolados no dia **20 de FEVEREIRO de 2026**, **das 08hs00min horas até as 09hs00min**. Local do protocolo e da realização da sessão pública do pregão: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Honório Serpa – PR, situada na Rua Elpídio dos Santos, Nº 541, centro, na cidade de Honório Serpa – PR. Edital na íntegra: à disposição dos interessados no Departamento de Licitações e no site www.honorioserpa.pr.gov.br . Informações complementares através do telefone (46) 3245-1130 pelo e-mail: licitacao@honorioserpa.pr.gov.br

Honório Serpa - PR, 02 de Fevereiro de 2026

ÉRICA PATRÍCIA VIEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:A41FDD86

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 13/2025

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, com base na Lei nº 14.133, de 2021 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato, referente ao processo Inexigibilidade 13/2025. Credenciamento 07/2025.

PARTES: Município de Honório Serpa - PR e a pessoa jurídica: M1 AUTO CENTER LTDA
CNPJ: **08.855.183/0001-39**
ESPÉCIE: Contrato nº 07/2026 – Inexigibilidade 13/2025.
OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE CONSERTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS, LAVAGENS, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CONSERTO E PRENSAGEM DE MANGUEIRAS HIDRÁULICAS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA - PR. PRESTAÇÃO CONTINUADA E/OU FRACIONADA DO OBJETO CONFORME NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO SOLICITANTE.**
PRAZO: **12 (doze) meses.**
VALOR TOTAL: **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).**
FORMA DE PAGAMENTO: até 30 dias da data de emissão da nota fiscal.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Lei Nº 1031 de 13 de dezembro de 2024
ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
49	06/001	04.122.0017.2.012	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
125	12/001	20.608.0003.2.026	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
150	12/003	20.608.0003.2.028	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
161	12/005	20.608.0003.2.048	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
182	14/001	10.301.0005.2.034	33.90.39.	1303

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
201	14/002	10.301.0006.2.036	33.90.39.	4950

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção Básica

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
211	14/002	10.301.0006.2.100	33.90.39.	4951

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Atenção Básica

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
256	15/001	15.451.0004.2.053	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
298	16/001	12.361.0021.2.057	33.90.39.	1103

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
299	16/001	12.361.0021.2.057	33.90.39.	1104

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
300	16/001	12.361.0021.2.057	33.90.39.	1107

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Salário Educação

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
348	16/008	12.365.0021.2.105	33.90.39.	1103

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
349	16/008	12.365.0021.2.105	33.90.39.	1104

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: LIVRES

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
350	16/008	12.365.0021.2.105	33.90.39.	1107

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Salário Educação

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
325	16/005	27.812.0014.2.064	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Recursos Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
363	17/001	08.243.0023.2.066	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
380	17/003	08.243.0018.2.072	33.90.39.	93412

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Proteção Social Básica - SUAS

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
388	17/003	08.243.0018.2.073	33.90.39.	9341

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Proteção Social Básica - SUAS

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
461	19/001	15.452.0033.2.085	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
471	21/001	15.452.0035.2.091	33.90.39.	1000

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Livres

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.
FORO: Comarca de Coronel Vivida-PR.
Gabinete do Prefeito Municipal - João Carlos Garbin

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:400E09D7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE 16/2025

EXTRATO DE CONTRATO

O Prefeito do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, com base na Lei nº 14.133, de 2021 e legislação complementar, torna público extrato de Contrato, referente ao processo de **Inexigibilidade n°16/2025.**

PARTES: Município de Honório Serpa - PR e a pessoa jurídica: EW LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 00.579.445/0001-78
ESPÉCIE: Contrato nº 08/2026 – Inexigibilidade 16/2025.
OBJETO: **Credenciamento de empresas especializadas em serviços de agenciamento de viagens para execução do Projeto Viaja Mais 60 do governo do Estado do Paraná, para atendimento a necessidade de execução do programa pelo departamento**

municipal de assistência Social do Município de Honório Serpa - PR. Prestação continuada e/ou fracionada do objeto conforme necessidade do Departamento solicitante, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR TOTAL: **R$ 13.165,06 (treze mil cento e sessenta e cinco reais e seis centavos).**
FORMA DE PAGAMENTO: até 30 dias úteis da data de recebimento da nota fiscal.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Lei Nº 1031 de 13 de dezembro de 2024.

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
359	17/001	0008.0243.0023.2066	33.90.30	9001

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011

Conta	Órgão/Unidade	Funcional/Programática	Elementos de despesa	Fonte
364	17/001	0008.0243.0018.2072	33.90.39	9001

ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS: Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026
FORO: Comarca de Coronel Vivida-PR.
Gabinete do Prefeito Municipal - João Carlos Garbin

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:3937E020

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 13/2025

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

Com base nos orçamentos, justificativas e parecer jurídico, anexos, **RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação nº 13/2025, processo administrativo nº 37/2025, para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE CONSERTO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS, LAVAGENS, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO, CONSERTO E PRENSAGEM DE MANGUEIRAS HIDRÁULICAS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE AR CONDICIONADOS AUTOMOTIVOS, PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA - PR. PRESTAÇÃO CONTINUADA E/OU FRACIONADA DO OBJETO CONFORME NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO SOLICITANTE**. À seguinte Credenciada: **M1 AUTO CENTER LTDA**, inscrita no CNPJ sob n° 08.855.183/0001-39, localizada na Avenida Generoso Marques, n° 1157, Bairro Schiavini, na cidade de Coronel Vivida - PR. CEP: 85.553-000. Com valor total CREDENCIADO de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Com base no Art. 74, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas alterações.
Ciências aos interessados.
Encaminhe se para as demais providencias legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:8F0DD40F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 16/2025

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2025

Com base nos orçamentos, justificativas e parecer jurídico, anexos, **RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação nº 16/2025, processo licitatório nº 44/2025, para**: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO VIAJA MAIS 60 DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, PARA ATENDIMENTO A NECESSIDADE DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA - PR. PRESTAÇÃO CONTINUADA E/OU FRACIONADA DO OBJETO CONFORME NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO SOLICITANTE.** Ao seguinte credenciado**: EW LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n°00.579.445/0001-78, sediada na Rua Farrapos n° 58, Pato Branco - PR – Centro. CEP: 85.501-340. Com valor total CREDENCIADO **de R$ 13.165,06 (treze mil cento e sessenta e cinco reais e seis centavos).** Com base no Art. 74, inciso I, da Lei Federal 14.133 de 01 de Abril de 2021 e suas alterações.
Ciências aos interessados.
Encaminhe se para as demais providencias legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, Estado do Paraná, em 02 de Fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Indianara Patricia Brizola
Código Identificador:3C2FB33E

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 01/2026

Contrato de Trabalho Nº 01/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		CNPJ:95585444/0001-42
Endereço: Rua Elpídio dos Santos, 541	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná
Empregado(a): Rosana Aparecida Passoni de Oliveira		
Endereço: Pinho Fleck	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***ROSANA APARECIDA PASSONI DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:B3A63D76

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 02/2026

Contrato de Trabalho Nº 02/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Sandra Mara Schwan Chiavagatti		
Endereço: Avenida Julio Scheibe	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***SANDRA MARA SCHWAN CHIAVAGATTI***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:F5656743

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 03/2026

Contrato de Trabalho Nº 03/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Regiane Pezzi		
Endereço: Distrito de Abundância	**Cidade: Coronel Vivida**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.

E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***REGIANE PEZZI***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:4AB035BB

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 04/2026

Contrato de Trabalho Nº 04/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Marcieli Carvalho Fiorentin		
Endereço: Avenida das Flores,627	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***MARCIELI CARVALHO FIORENTIN***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:2EC029C6

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 05/2026

Contrato de Trabalho Nº 05/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Gilvana da Silva		
Endereço: Pinho Fleck	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, CONTRATANTE e CONTRATADO, celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(a)
JOÃO CARLOS GARBIN	***GILVANA DA SILVA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:215EF0B7

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 06/2026

Contrato de Trabalho Nº 06/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		CNPJ:95585444/0001-42
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná
Empregado(a): Daniela Ribeiro da Silva		
Endereço: Pinho Fleck	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.

CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.

E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(a)
JOÃO CARLOS GARBIN	***DANIELA RIBEIRO DA SILVA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:3C9F1D27

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 07/2026

Contrato de Trabalho Nº 07/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		CNPJ:95585444/0001-42
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná
Empregado(a): Andressa dos Santos		
Endereço: Avenida XVI de novembro	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.

CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.

E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***ANDRESSA DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:F1CFFD27

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 08/2026

Contrato de Trabalho Nº 08/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		CNPJ:95585444/0001-42
Endereço:Rua Elpídio dos Santos,541	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná
Empregado(a): Carla Eduarda Oliveira Lopes		
Endereço: Rua Sebastião Eleuterio,26	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção

Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.

CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.

E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***CARLA EDUARDA OLIVEIRA LOPES***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:C5D6DC32

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 09/2026

Contrato de Trabalho Nº 09/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço:Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Sonia do Carmo de Alencar		
Endereço: Rua Fioravante Marsaro, s/n	**Cidade: Coronel Vivida**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.

CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.

E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***SONIA DO CARMO DE ALENCAR***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:85ED3BAE

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 10/2026

Contrato de Trabalho Nº 10/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Adriana de Fátima Maciel de Vargas		
Endereço: Avenida da Liberdade,1364	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o

CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***ADRIANA DE FÁTIMA MACIEL DE VARGAS***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:90FD4963

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 11/2026

Contrato de Trabalho Nº 11/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Maria Isabel Santos Polese		
Endereço: Linha Palmeirinha	**Cidade: Coronel Vivida**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***MARIA ISABEL SANTOS POLESE***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:06C0AA21

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 12/2026

Contrato de Trabalho Nº 12/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Ivone Assis dos Santos Ribeiro		
Endereço: Avenida das Flores,458	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN Prefeito Municipal	***IVONE ASSIS DOS SANTOS RIBEIRO***

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:73CED574

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 13/2026

Contrato de Trabalho Nº 13/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Juliana Aparecida Schwan de Mello		
Endereço: Distrito de Abundância	**Cidade: Coronel Vivida**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo-se em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador: ***JOÃO CARLOS GARBIN*** Prefeito Municipal	Empregado(a) ***JULIANA APARECIDA SCHWAN DE MELLO***

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:D8D8643C

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 14/2026

Contrato de Trabalho Nº 14/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço:Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Gisele Cristina da Silva		
Endereço: Linha Honório Serpa	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(a)
JOÃO CARLOS GARBIN	***GISELE CRISTINA DA SILVA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:3F7AC356

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 15/2026

Contrato de Trabalho Nº 15/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Thailini de Oliveira		
Endereço: Rua Maranhão,45	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(a)
JOÃO CARLOS GARBIN	***THAILINI DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:01567C07

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 16/2026

Contrato de Trabalho Nº 16/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Renan Osmar de Oliveira		
Endereço: Avenida da Liberdade, s/n	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISÍCA PSS,** com de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.
E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***RENAN OSMAR OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:C116FFD1

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO 17/2026

Contrato de Trabalho Nº 17/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		**CNPJ:95585444/0001-42**
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**
Empregado(a): Marcia de Souza		
Endereço: Avenida da Liberdade, s/n	**Cidade: Honório Serpa**	**Estado: Paraná**

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **PROFESSOR PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 004/2025, do Edital nº. 09-A de 18 de novembro de 2025 e Edital de Convocação nº 09-L/2026 de 22 de janeiro de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 247/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 4.868,16 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.

CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa-PR.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026, vencendo em 18 de junho de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.

CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.

E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 02 de fevereiro de 2026.

Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026

Empregador:	Empregado(A)
JOÃO CARLOS GARBIN	***MARCIA DE SOUZA***
Prefeito Municipal	

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:3381E381

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09-O

EDITAL Nº 09-O DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Teste Seletivo Simplificadonº 04/2025 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 09-K/2025 de 19 de dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Honório Serpa Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1.º Convocar os nomes abaixo relacionados, devidamente aprovados (a), para tomar posse da vaga oriunda do Teste Seletivo Simplificado n° 04/2025, devendo comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Honório Serpa-Pr, munidos dos documentos exigidos no referido edital, no prazo de 24 (vinte e quatro horas)após a publicação.

CARGO: PROFESSOR PSS 40 HS:

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
21	Pollyany Morais de Souza Vaz	21º

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA 40 HS PSS:

Nº Ordem	Candidato(a)	CLASSIFICAÇÃO
05	Gisele Mello de Lima	5º

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:8D379F55

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA LICENÇA SEM VENCIMENTOS

PORTARIA Nº 06, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HONÓRIO SERPA**, Estado do Paraná, **JOÃO CARLOS GARBIN**, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei; e

CONSIDERANDO a Lei nº 731, de 30 de maio de 2017, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Honório Serpa, Estado do Paraná, e dá outras providências, especialmente o disposto em seu artigo 201, que assegura ao servidor estável o direito à licença para tratar de interesses particulares;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença Sem Vencimento, a funcionária,**Juliana da Silva Schwanke** com matrícula funcional n° 1956932-3, lotada no Departamento Municipal de Educação, na Prefeitura Municipal de Honório Serpa, sempre exercendo a função de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 02 de fevereiro de 2026 a 02 de fevereiro de 2027, a qual retornará em suas funções na data de 03 de fevereiro de 2027.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Honório Serpa/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:95574EEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO AVISO DE SUSPENSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026 REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por meio da Pregoeira e da Equipe de Apoio, torna público que o Pregão Eletrônico nº 007/2026, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, equipamentos eletroeletrônicos, mobiliários escolares, mobiliários administrativos e utensílios correlatos, novos, de primeiro uso, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação, abrangendo as unidades escolares, cozinhas escolares, refeitórios, ambientes administrativos e áreas de apoio operacional do Município, que estava previsto para a data de 06/02/2026 está suspenso temporariamente para correção do descritivo de alguns itens.
Uma nova data para continuidade da licitação será oportunamente definida e publicada no site oficial do Município: www.iguaracu.pr.gov.br
Demais informações poderão ser obtidas no portal oficial ou pelo e-mail da Comissão de Licitação- licitacao@iguaracu.pr.gov.br

Iguaraçu, 02 de fevereiro de 2026.

DANIELE RODRIGUES DOS ANJOS
Pregoeira

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:4A31951E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO ERRATA DE PUBLICAÇÃO DA EDIÇÃO 3460 DO DIA 02/02/2026 AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

Chamamento público é o **CHAMAMENTO PÚBLICO TEM POR OBJETO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS CLÍNICOS DA SAÚDE DA MULHER (GINECOLOGIA CLÍNICA), NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU, ESTADO DO PARANÁ – por meio da Comissão Permanente de Licitação, TORNA PÚBLICA a realização de Chamada Pública que tem por finalidade o credenciamento de pessoas jurídicas acima mencionado.

Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento**, a partir do dia 19 de fevereiro de 2026, diretamente na Prefeitura Municipal, junto ao setor de Licitação, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, na Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - fone (44) 3248-1222., ou via e-mail** licitacao@iguaracu.pr.gov.br **conforme item 4.2 do edital.**
O credenciamento ficará aberto por 12 meses, a partir da data de início das inscrições.

O credenciamento ficará aberto por 12 meses a partir do início das inscrições.
Esclarecimentos relativos à seleção pública e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, tendo sido devidamente encaminhados ao Departamento de Licitação através do e-mail licitacao@iguaracu.pr.gov.br.

Iguaraçu, 30 de janeiro de 2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:DA5ADC7E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

CONTRATO Nº: 041/2025
CREDENCIAMENTO Nº: 002/2025
INEXIGIBILIDADE Nº: 005/2025
OBJETO: Contratação de prestação de serviços de forma temporária para auxiliar educacional (40 horas semanais), conforme Edital de Chamamento Público nº 002/2025.
CONTRATANTE: Município de Iguaraçu – PR, CNPJ: 75.772.525/0001-44
CONTRATADA: 58.100.771 Natalia de Oliveira Esiparrapan – CNPJ nº 58.100.771/0001-30, com sede à Rua Dezenove de Dezembro, nº 413 – Centro – Astorga/PR.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 137, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DO PEDIDO DE RESCISÃO: 19/12/2025.
MOTIVO: Pedido da contratada por motivos pessoais.
TIPO DE RESCISÃO: Amigável, por mútuo consentimento.
DATA DA FORMALIZAÇÃO: 19/12/2025

Iguaraçu – PR, 19 de dezembro de 2025.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:80B50909

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 022/2026 DISPENSA FÍSICA: Nº 005/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUARAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, realizará dispensa na **FORMA FÍSICA**, na hipótese do **art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, da *Decreto municipal* nº 233/2025 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/02/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/02/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 06/02/2026 às 17h00min
INTERVALO MÍNIMO: 03 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: 09/02/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
licitacao@iguaracu.pr.gov.br ou Paço Municipal sito Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Iguaraçu/PR, no qual deverá ser protocolado no Setor de Licitação em envelope lacrado.
LINK DO EDITAL: Portal Transparência: https://www.iguaracu.pr.gov.br/licitacoes
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
Margem de Preferência Local/Regional: ☒ Sim ☐ Não
Horário de Referência: Brasília-DF
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), nas capacidades P13 (botijão de 13 kg) e P45 (botijão de 45 kg), destinado a atender às necessidades operacionais e de manutenção de serviços essenciais das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social, Cultura, Saúde e do Paço Municipal do Município de Iguaraçu/PR.

Informações através do e-mail: **licitacao@iguaracu.pr.gov.br** ou pelo fone (44) 3248-1222.

Iguaraçu/PR, 02 de fevereiro de 2026.

DANIELE RODRIGUES DOS ANJOS
Agente de Contratação
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:D2B07A1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 001/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR JULIO CEZAR CADORIN A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **JULIO CEZAR CADORIN**, brasileiro, casado, Arquiteto, Vereador deste Legislativo Municipal, Matrícula 46, residente e domiciliado nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o veículo oficial deste Legislativo de marca HYUNDAI/CRETA, de propriedade da Câmara Municipal de Iporã, condicionado à apresentação da CNH-Carteira Nacional de Habilitação devidamente regularizada junto ao Departamento de Trânsito, com saída no dia 03 de fevereiro de 2026 e retorno no dia 06 de fevereiro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 815,00 (oitocentos e quinze reais) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.445,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 281 da Resolução nº 002/2023, de 21/12/2023, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno, atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino."

Art. 281...

§1º a omissão da não apresentação da documentação acima, implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido.

(...)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do Vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Roberto Hiromi
Código Identificador:4EDAB197

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 002/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR LEONARDO FLORES DOS SANTOS A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **LEONARDO FLORES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, estudante, Vereador deste Legislativo Municipal, Matrícula 43, nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o veículo oficial deste Legislativo de marca HYUNDAI/CRETA, de propriedade da Câmara Municipal de Iporã, condicionado à apresentação da CNH-Carteira Nacional de Habilitação devidamente regularizada junto ao Departamento de Trânsito, com saída no dia 03 de fevereiro de 2026 e retorno no dia 06 de fevereiro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 815,00 (oitocentos e quinze reais) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.445,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 281 da Resolução nº 002/2023, de 21/12/2023, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno, atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino."

Art. 281...

§1º a omissão da não apresentação da documentação acima, implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido.

(...)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do Vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Roberto Hiromi
Código Identificador:14EA863C

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
ATO DA MESA Nº 003/2026

SÚMULA: AUTORIZA O VEREADOR MARCOS ROBERTO PEREIRA A VIAJAR À CIDADE DE CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA RESOLUÇÃO N° 002/2023, DE 21/12/2023.

R E S O L V E:

Autorizar o Vereador **MARCOS ROBERTO PEREIRA,** brasileiro, solteiro, Agricultor**,** Vereador desta Casa de Leis, Matrícula 61, a viajar à Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com o veículo oficial deste Legislativo de marca HYUNDAI/CRETA, de propriedade da Câmara Municipal de Iporã, condicionado à apresentação da CNH-Carteira Nacional de Habilitação devidamente regularizada junto ao Departamento de Trânsito, com saída no dia 03 de fevereiro de 2026 e retorno no dia 06 de fevereiro de 2026, com 03 (três) diárias, no valor de R$ 815,00 (oitocentos e quinze reais) cada uma, perfazendo-se assim o valor total de R$ 2.445,00 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), para tratar de assuntos institucionais especificamente relacionados a agendas oficiais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e às Secretarias de Estado, voltadas à articulação, acompanhamento e encaminhamento de demandas de interesse do Município de Iporã, no exercício regular do mandato parlamentar.

Após a conclusão da viagem, conforme o artigo 281 da Resolução nº 002/2023, de 21/12/2023, "O beneficiário da diária, ao final da missão, deverá apresentar dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias após o retorno, atestado ou certificado que comprove a participação no evento que motivou a viagem ou outro documento que certifique a presença do beneficiário no local de destino."

Art. 281...

§1º a omissão da não apresentação da documentação acima, implicará no desconto em folha de pagamento do valor recebido.

(...)

As despesas de locomoção (combustível, peças e acessórios) serão ressarcidas mediante a apresentação dos documentos comprobatórios respectivos.

A autorização foi concedida, haja vista a manifestação do Vereador conforme o protocolo interno.

Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

JULIO CEZAR CADORIN
1º Secretário

Publicado por:
Roberto Hiromi
Código Identificador:15C45F19

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
EXTRATO DO CONTRATO N° 04/2026

Dispensa de Licitação: nº 03/2026

Contratante: Câmara Municipal de Iporã/PR
Contratada: SCHIMITT & LANGARO LTDA
CNPJ: 01.676.893/0001-52

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais do expediente, destinados ao atendimento das atividades administrativas, legislativas e de apoio da Câmara Municipal de Iporã, no exercício de 2026, conforme necessidade durante o ano.

Valor total estimado: R$ 16.732,00 (dezesseis mil e setecentos e trinta e dois reais)

Fundamento Legal: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Iporã, 30 de janeiro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:E4E2664A

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
PORTARIA Nº 007/2026

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA FABIANE SARDIMS.

ALEX SANDRO FERNANDES, Presidente da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Requerimento da Servidora Fabiane Sardims, Protocolado na Diretoria Geral deste Legislativo Municipal sob o nº 12/2026, em data de 30 de fevereiro de 2026, onde a servidora requer a concessão pelo prazo de 15 (quinze) dias de férias, relativas ao relativas ao período aquisitivo de 1º/02/2025 a 1º/02/2026;

Considerando Parecer Jurídico favorável emitido pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal;

Considerando Despacho do Presidente deferindo o Requerimento.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias de 15 (vinte) dias, relativas ao período aquisitivo de 1º/02/2025 a 1º/02/2026 a Servidora **FABIANE SARDIMS**, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, Matricula 60, Assessora Técnica, do Quadro de Servidores em Comissão deste Legislativo Municipal, a serem gozadas entre os dias 03 de fevereiro de 2026 a 17 de fevereiro de 2026, devendo a mesma retornar as suas funções normais no dia 18 de fevereiro de 2026. O restante das férias de 15 (quinze) dias, serão gozadas oportunamente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 03 de fevereiro de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente

Publicado por:
Roberto Hiromi
Código Identificador:C4175759

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 308 /2025 REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2025.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 103/2025, objetivando a Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de uniformes escolares destinados aos alunos e servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

tendo sido declaradas vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
I S MONTANINI LTDA	R$ 534.690,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 23 de dezembro de 2025.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:AC54CBA4

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 001/2026

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS (A) APROVADOS (A) NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2025 DE 17 DE JULHO DE 2025 E EDITAL N° 024/2025, QUE HOMOLOGOU O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 003/2025 de 17 de julho de 2025 e Edital n°. 024/2025, que homologou o resultado final do Processo Seletivo Simplificado.

CONVOCA os (a) candidatos (a) abaixo relacionados (a), aprovados (a) e classificados (a) no Processo Seletivo Simplificado, para realização de Exames para Aptidão Física (Consulta Ocupacional) e Sanidade Mental e posterior nomeação ao cargo público.

CARGO: TECNICO DE ENFERMAGEM	DOCUMENTO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
DAIANE PATRICIA DE SOUZA	52xxxxxxx0	88,00	1
ANA PAULA MENDES PASSOS	14xxxxxx2	80,00	2

Os candidatos (a) convocados (a) por este Edital, deverá se apresentarem para Consulta de Aptidão Física (Consulta Ocupacional) na **Unidade Básica de Saúde - João Antônio de Campos Filho**, **Avenida João XXIII, n° 715,** e na **Secretaria Municipal de Educação, Rua Pedro Alvares Cabral, nº 1880**, para exame de Sanidade Mental, conforme prevê o Art. 14, caput e Art. 22, Parágrafo Único, da Lei nº 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Iporã, portando os resultados dos exames abaixo relacionados, previamente realizados e obedecendo a seguinte ordem:

EXAMES PARA APTIDÃO FÍSICA:

CARGO	EXAMES A SEREM APRESENTADOS	DATA	HORÁRIO
TECNICO DE ENFERMAGEM	-Hemograma Completo c/ Plaquetas - Audiometria - Acetilcolinesterase Plasmática - Anti HBS - Raio X de Coluna Lombo Sacra (com laudo do Médico) - Acuidade Visual (no ato da consulta)	13/02/2026	16h00min

EXAME DE SANIDADE MENTAL:

CARGO	DATA	HORÁRIO
TECNICO DE ENFERMAGEM	12/02/2026	13h00min

As despesas decorrentes com a realização dos Exames acima mencionados são de responsabilidade do Candidato aprovado, que após aprovação nos Exames Médicos, deverá comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Iporã – Paraná, no prazo máximo de 10 (dez) dias improrrogável portando os seguintes documentos:

Carteira de Identidade (CIN) de acordo com a Lei 14.534/2023 e fotocópia;
C.P.F. e fotocópia;
Certidão de Nascimento ou casamento e fotocópia;
Certificado de Reservista e fotocópia, quando couber;
Título de Eleitor e fotocópia;
Ultimo comprovante de votação;
Comprovante de escolaridade exigida no edital;
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e fotocópia, quando couber; (quando for menor de 14 anos trazer carteirinha de vacina e se estudante, declaração da escola);
CPF dos filhos;
Duas fotos 3X4 recentes, tirada de frente;
C.N.H. e fotocópia grupo “C”, “D” ou “E”, quando couber;
Atestado de Sanidade Física e Mental;
Certidão Negativa de antecedentes civis e criminais;
Apresentação de declaração de bens e valores, de acordo com a Lei Federal nº 8429/92;
- Copia do PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho original e cópia da carteira de trabalho, página de identificação do servidor e dos contratos de trabalhos anteriores;
- Endereço completo (conta de água, luz ou telefone);
- Telefone para contato;
- E-mail.

Iporã-(PR), 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:A67A0C8D

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 070/2026 REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

CONCEDE LICENÇA ESPECIAL PARCIAL A SERVIDORA JOCACIA PRISCILA BALBO LIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-005/2026;

o disposto no Art. 164 da Lei nº. 233/1993;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 05 de fevereiro de 2026, a servidora **JOCACIA PRISCILA BALBO LIMA,** brasileira, inscrita no CPF/MF Sob nº. 072.xxx.xxx-03, residente e domiciliada no Município de Francisco Alves - Paraná, no Cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, licença do período aquisitivo de 03/05/2018 a 02/05/2023, Licença Especial de 02 (dois) meses de acordo com o Art. 164 da Lei nº. 233/93 – Estatuto dos Funcionários Públicos de Iporã – Pr.
Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 29 de janeiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:CC14C622

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 080/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA AO SERVIDOR CESAR AUGUSTO PICCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, a partir de 27 de janeiro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** ao Servidor **CESAR AUGUSTO PICCO,** brasileira, inscrito no CPF/MF sob nº 088.xxx.xxx-46, residente e domiciliado nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidor Público Municipal, contratada através do contrato nº. 020/2025, de 01 de agosto de 2025, aprovado em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde.

II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 27 de janeiro de 2026.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:0C7A7D50

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 081/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ANTONIO APARECIDO BATISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao memorando 142/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **ANTONIO APARECIDO BATISTA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 197.xxx.xxx-20, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo em Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE À SAÚDE**, lotado na Secretaria de Assistência à Saúde, férias de 30 (trinta) dias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 12/02/2025 à 11/02/2026.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:DBEA3610

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 082/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR RENAN GUSTAVO BORGES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-029/2026.

RESOLVE;

I – Conceder **FÉRIAS**, ao servidor **RENAN GUSTAVO BORGES**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 041.xxx.xxx-69, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo em Comissão de **SECRETÁRIO DE GESTÃO DE FROTAS, VEÍCULOS, PATRIMÔNIO, IDENTIFICAÇÃO E JUNTA MILITAR**, lotado na Secretaria de Gestão de Frotas, Veículos, Patrimônio, Identificação e Junta Militar, férias de 30 (trinta) dias, sendo 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 04/02/2025 à 02/02/2026, para serem gozadas a contar de 23/02/2026 a 04 de março de 2026 e 20 (vinte) dias em abono pecuniário.

Registre-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-(PR), 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2AD48775

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 083/2026

AUTORIZA O DIRETOR DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO A VIAJAR A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU NO ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, fundamentado na Lei Municipal nº. 1901/2024 de 18 de abril de 2024.

RESOLVE;

I – AUTORIZA o **DIRETOR DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, o Senhor **TARCISIO GRAZIANE TRINDADE**, a viajar no dia 04 de fevereiro de 2026, a cidade de Foz do Iguaçu no Estado do Paraná, para a participar do Evento WE do SEBRAE, cabendo-lhe o recebimento antecipado de 01 (uma) diária.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:02199FC6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 084/2026

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ANA CLARA DOS REIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao protocolo e-037/2026;

RESOLVE:

I – Exonerar a pedido, a partir de 02 de fevereiro de 2026, a Servidora, **ANA CLARA DOS REIS**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 118.xxx.xxx-08, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, ocupante do cargo em comissão de **ASSESSOR TÉCNICO NIVEL II**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de fevereiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:19F235F1

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 085/2026

NOMEIA A SENHORA NATHALY CRISTINA FERREIRA, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR TÉCNICO NIVEL II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE;

I – Nomear, a partir de 02 de janeiro de 2026, a senhora **NATHALY CRISTINA FERREIRA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 142.xxx.xxx-08, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo em Comissão de **ASSESSOR TÉCNICO NIVEL II**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo I Cargos de Provimento em Comissão, constante na Lei Complementar 002/2025 de 03/02/2025, publicada em 04/02/2025.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de janeiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:5D816188

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 086/2026

NOMEIA A SOLANGELA FERREIRA DE OLIVERIA, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR TÉCNICO NIVEL II, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE;

I – Nomear, a partir de 02 de janeiro de 2026, a senhora **SOLANGELA FERREIRA DE OLIVERIA**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 047.xxx.xxx-51, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, para exercer o Cargo em Comissão de **ASSESSOR TÉCNICO NIVEL II**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo para tanto a remuneração especificada no Anexo I Cargos de Provimento em Comissão, constante na Lei Complementar 002/2025 de 03/02/2025, publicada em 04/02/2025.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de janeiro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:434134DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

Inexigibilidade nº 04/2026. Objeto:Serviço de Publicação de Atos Oficiais no Diário Oficial do Estado do Paraná. - CNPJ: 77.778.819/0001-09. Contratada: Governo do Paraná Secr. de Estado da Fazenda - CNPJ: 76.416.890/0001-89. Valor do objeto: R$ 2.234,00 (dois mil duzentos e trinta e quatro reais). Dotação Orçamentária: 0103101012.001 – 3390390000. Prazo de execução/vigência: 12 (doze) meses. Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.333/21, artigo 74, inciso I. Câmara Municipal de Irati, 2 de fevereiro de 2026.
Selmo de Lima Vieira – Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO 04/2026.
Contratante: Câmara Municipal de Irati – CNPJ: 77.778.819/0001-09.
Contratada: Governo do Paraná Secr. de Estado da Fazenda.
CNPJ: 76.484.013/0001-45
Valor: R$ 2.234,00 (dois mil duzentos e trinta e quatro reais).
Prazo da duração do contrato: 02/02/2026 a 02/02/2027.
Data e Assinaturas Selmo de Lima Vieira – Presidente.

Publicado por:
Michell Adalberto Szczpanik
Código Identificador:68D31BDD

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
PORTARIA NR. 02/2026

PORTARIA nº 002/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 6º, inciso L e LX, da Lei Federal nº 14.133/2021; arts. 7º e 8º, §§ 1º, 2º e 3º do mesmo normativo; as disposições constantes no art. 9º, §§ 1º e 2º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Resolução nº 01/2023;

R E S O L V E

Art. 1º - Designar o servidor GERSON VICENTE DOMINGUES para desempenho da função de Agente de Contratação e os servidores RAFAELLA MAIER, MICHELL ADALBERTO SZCZPANIK e ELITON JOSÉ LAROCA, como equipe de apoio ficando aptos a tomarem decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

Parágrafo único. Fica o servidor GERSON VICENTE DOMINGUES nomeado como responsável por também exercer as funções PREGOEIRO da Câmara Municipal de Irati-PR, afim de conduzir os atos das licitações modalidade Pregão Presencial e Eletrônico derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por no mínimo 3 (três) membros dentre os nomeados no art. 1º, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 3º - O Agente de Contratação e Equipe de Apoio ou a Comissão de Contratação possuem a prerrogativa de solicitar assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º - Os membros da Comissão de Contratação e Agente de Contratação desempenharão suas atividades concomitantemente com as atribuições pertinentes aos cargos, empregos ou funções efetivas.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Irati, em 28 de janeiro de 2026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:4BF6F051

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
PORTARIA NR. 03/2026

PORTARIA nº 03/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei nº 14.133/2021, Lei nº 12.232/2010 e Resolução nº 01/2023 e demais dispositivos aplicados a Licitação,
R E S O L V E

Art. 1º - Designar os servidores RAFAELLA MAIER, GERSON VICENTE DOMINGUES e MICHELL ADALBERTO SZCZPANIK, sob a Presidência da primeira e Secretariado pelo segundo, para constituírem a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, objetivando atuarem diretamente na condução de processos de licitações para contratações que envolva bens ou serviços especiais da Câmara Municipal de Irati-PR.

Art. 2º - Esta Portaria tem efeito retroativo a 01 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de Irati, em 28 de janeiro de 2026.

SELMO DE LIMA VEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:4F3B8E79

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 052/2026

DECRETO Nº 052/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam exonerados, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
VALDECIRA FERREIRA COSMO	Técnico Em Enfermagem – Pss	Secretaria de Saúde	XXX.XXX.119-27
KAREN ELISA DOMINGOS	Diretor De Departamento III	Secretaria de Defesa Animal	XXX.XXX.199-30
VANESSA PEDROSO RIBAS	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.229-20
LAIS OBZUT	Oficineiros Educação Em Tempo Integral - Área de conhecimento: Música	Secretaria de Educação	XXX.XXX.309-08
JULIANA BERTAO	Secretário Escolar	Secretaria de Educação	XXX.XXX.839-27
SIMONE SKUBISZ	Professor - Pss 40 H/S	Secretaria de Educação	XXX.XXX.829-69
MARIANA DO CARMO BUENO DA ROCHA	Assistente Social Pss 2023	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.059-09
JESSIKA KALLYANI TRIBECK	Assistente Social Pss 2023	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.579-24
CLEUSA MARTINS CARDOSO	Assistente Social Pss 2023	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.089-78
ELIANE MARIA DA SILVA CARUNGABA	Assistente Social Pss 2023	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.427-82
CAMILA LEITE	Cuidador Social Pss 2024	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.919-40
JOSE AUGUSTO VIEIRA	Manutentor Predial AS	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.269-93
CARINE RODRIGUES MARQUES	Psicólogo PSS 2025 AS	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.949-32
SANDRA MARA BARBOSA MARINHO DE ASSIS	Auxiliar de cozinha	Secretaria de Educação	XXX.XXX.039-79
JULIANA SCHANOVSKI GUIMARAES	Secretário Escolar	Secretaria de Educação	XXX.XXX.749-45

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01/02/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:4F9C59B7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 053/2026

DECRETO Nº 053/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, por término de contrato, a servidora abaixo relacionada:

NOME	CARGO	SETOR	CPF/MF:
BRUNA FERNANDA MUZEKA	Orientador Social Pss 2023	Secretaria de Assistência Social	XXX.XXX.559-86

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 01/02/2026, revogando as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:24475C9F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 054/2026

DECRETO Nº 054/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica nomeada a servidora aprovada no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para o seguinte cargo:

CARGO: Auxiliar De Serviços Gerais / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
ELLEN CRISTINE SANTOS	XXX.XXX.839-45	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, produzindo efeitos retroativos a 05/01/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de fevereiro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:76477EEB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 055/2026

DECRETO Nº 055/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 68, IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 37, inciso Constituição Federal e Leis Municipais nº 1.243/1994, nº 4.614/2018 que dispõem sobre a contratação para a função pública temporária,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeadas as servidoras municipais, abaixo relacionadas, para comporem a Comissão de Processo Seletivo Simplificado - PSS destinado a contratação de Faxineira, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

I - Presidente: Ariane Fátima Rodrigues Pepe - RG nº XX.XXX.335-7- Professora;

II - Membro: Kellen Crovador - RG nº X.XXX.066-5 – Professora;

III - Membro: Ivana Carla Cordeiro Da Silva Francos - RG nº X.XXX.515-0 – Professora;

IV - Membro: Michelle Angela Adamski - RG nº X.XXX.704-4- Assistente Administrativo.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo Simplificado - PSS deverá proceder às inscrições, a avaliação dos títulos apresentados, bem como a divulgação do resultado do PSS.

Art. 3º - Os trabalhos efetuados pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado - PSS serão considerados de relevância à Prefeitura Municipal de Irati — PR, porém sem ônus ao erário público.

Art. 4º - A comissão possui autonomia para deliberar sobre casos omissos que venham a ocorrer no transcorrer do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 02 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal de Irati

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:866A7E62

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 056/2026

DECRETO Nº 056/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal n° 4.614/2018 combinado com o art. 37, IX, da Constituição Federal, que versa sobre a possibilidade de "*contratação de pessoal temporário*" e,

Considerando a necessidade de contratação de profissionais destinados à manutenção e limpeza dos espaços públicos, especificamente para a função de Faxineira, com atuação nas escolas da Rede Municipal situadas nas regiões do interior do município;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica **autorizada** a realização do **Processo Seletivo Simplificado** pela Secretaria Municipal de Educação, objetivando a contratação de Pessoal em caráter temporário para atender necessidade de excepcional interesse público, de acordo com o expresso acima.

Art. 2º - O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Decreto será coordenado, executado, acompanhado e fiscalizado pela Comissão de PSS (Processo Seletivo Simplificado), **instituída pelo Decreto nº 055/2026**.

Art. 3º - As contratações serão efetuadas em consonância com a necessidade apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, observando o estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao cumprimento do limite de despesa de pessoal.

Art. 4º - Fica o Presidente da Comissão de PSS autorizado a baixar os atos normativos necessários ao bom andamento do Processo Seletivo Simplificado.

Art. 5°- Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 02 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:593E60DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 030/2026

PORTARIA Nº 030/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao requerimento e de acordo com as demais disposições aplicáveis à espécie,

R E S O L V E:

Art. 1º – Reintegrar, de sua licença sem vencimentos, a pedido, o servidor público municipal **EVANS NEVES DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Assistente Administrativo, regime estatutário, a partir de 02/02/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 02 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:D2318AE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 031/2026

PORTARIA Nº 031/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao requerimento e de acordo com as disposições contidas no *caput* e parágrafos do art. 103 da Lei nº 1045/91 e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica concedida ao servidor público municipal **MARCIO DANELIV**, ocupante do cargo de Professor, regime estatutário, a **LICENÇA SEM VENCIMENTOS,** pelo **período de 2 (dois) anos**, a partir de 01/02/2026.

Art. 2º – Ressalta-se que, nos termos do art. 103 da Lei nº 1.045, de 14 de janeiro de 1991 (com redação dada pela Lei nº 1.210/1993), a licença terá prazo máximo de dois anos, podendo ser prorrogada por mais um ano, conforme as normas aplicáveis e análise do caso concreto.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/02/2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 02 de FEVEREIRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:A655D569

PROCURADORIA
SEC. EDUC. - EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2026

O Município de Irati, PR, por meio da Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o art.37, inciso IX da Constituição Federal e Lei Municipal nº 4746/2019 que dispõem sobre a contratação de pessoal temporário e, Acórdão nº 462/2009 Tribunal Pleno TCE, Decreto nº 055/2026 e Decreto nº 056/2026 que instituiu Comissão de Processo Seletivo Simplificado, para suprir as vagas para a função pública temporária de: FAXINEIRA

RESOLVE TORNAR PÚBLICO

Ficam criadas as vagas e abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado (PSS) ao provimento de Emprego Público Temporário, cujos cargos, número de vagas, carga horária semanal e vencimentos, estão estabelecidos no quadro abaixo.

QUADRO I

Nº DE VAGAS	EMPREGO	REQUISITOS EXIGIDOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO MENSAL
15 + Cr	Faxineira	Ensino Fundamental Completo	40 Horas	R$ 1.730,80

CR = Cadastro de reserva

DAS VAGAS:
● As vagas de trabalho serão ofertadas na Secretaria Municipal de Educação, Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais, e outros espaços públicos conforme a necessidade.
● Não haverá remuneração extra para o deslocamento de difícil acesso.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital se constituirá de fase única, eliminatória e classificatória, composta por: Inscrição e comprovação de títulos.
1.2.As inscrições serão efetuadas **exclusivamente de forma presencial** no período de 05/02/2026 à 06/02/2026 através do preenchimento de formulário disponibilizado na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Endereço Avenida João Stoklos s/n.
1.3.É de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) a veracidade e exatidão dos dados informados no formulário de inscrição.
1.4. No ato da inscrição o(a) candidato deverá apresentar toda a documentação comprobatória de forma presencial no momento da inscrição.
1.5.As contratações decorrentes deste Edital serão realizadas através de Contrato de Regime Especial, com fundamento no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e a contratação ocorrerá em Regime Temporário, nos termos do art. 2º, VI, h, da Lei federal nº 8.745/1993, e Lei Municipal nº4746/2019, nº4.614/2018 Acórdão nº 462/2009 TCE.
1.6.O Regime de Contratação será pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
1.7.Todos os atos pertinentes ao Processo Seletivo Simplificado, serão publicados através do Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico https://www.irati.pr.gov.br/secretariaView/?id=7.
1.8.A presente seleção terá prazo de validade de até 01 (um) ano, que será contado a partir da homologação final do resultado deste PSS.
1.9.É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes a este PSS, conforme as normas estabelecidas neste Edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições aqui estabelecidos, bem como aqueles que forem publicados durante a execução deste processo seletivo.
1.10.A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.
1.11.Os candidatos classificados fora do número de vagas previstas no quadro I deste Edital, comporão cadastro reserva, podendo ser convocados conforme necessidade e interesse público.
1.12.O horário e turno de trabalho serão de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
1.13.O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo tendo sido aprovado, no caso de ser constatado posteriormente à realização do processo seletivo.

2.ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

FAXINEIRA
● Garantir a segurança e atuar nos serviços de conservação, manutenção, preservação do ambiente, de seus utensílios e instalações;
● zelar pelo ambiente físico da instituição e suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;
● utilizar o material de limpeza, sem desperdícios, e comunicar à chefia imediata, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;
● cuidar da conservação do patrimônio, comunicando qualquer irregularidade à direção;
● Quando em escolas e CMEIs, auxiliar no acompanhamento da movimentação dos estudantes em horários de recreio/intervalo, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;
● atender adequadamente os estudantes e docentes com deficiência, que demandam apoio de locomoção, higiene e alimentação;
● ajudar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;
● coletar lixo de todos os ambientes da instituição, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;

● garantir a preservação do ambiente físico, instalações e equipamentos
● exercer sua função e, quando necessário, auxiliar nas demais atribuições inerentes ao cargo;
● atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e aos setores da instituição.

3.DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

3.1.Ser brasileiro nato ou naturalizado;
3.2.Ter, no ato da inscrição, idade mínima de 18 anos;
3.3.Ter disponibilidade de carga horária, conforme disposto no quadro I deste Edital.
3.4.Ter concluído a escolaridade e os demais requisitos mínimos obrigatórios exigidos para o cargo, conforme descrito no quadro I deste Edital até o dia da inscrição;
3.5.Estar no gozo dos direitos políticos, comprovados pela apresentação do título de eleitor e comprovante de votação da última eleição ou certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, constando estar em dia com as obrigações eleitorais;
3.6.Estar em dia com o serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
3.7.Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das atribuições atinentes à função pretendida.
3.8.Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, conforme inciso II, do art. 40,da Constituição Federal;
3.9.Não ter sofrido nenhum tipo de condenação criminal em ação penal em qualquer esfera judicial. E, se ex-servidor, não ter sofrido penalidade nos últimos 05 (cinco) anos na esfera administrativa, exceto advertência.
3.10.Não ter sido demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco) anos.

4.DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

4.1.O interessado em participar do Processo Seletivo deve efetuar a inscrição, **exclusivamente de forma presencial** através do preenchimento de formulário disponibilizado na Sede da Secretaria Municipal de Educação, Endereço Avenida João Stoklos s/n.
4.2.No formulário de inscrição o candidato informará seus dados pessoais bem como relativos à sua escolaridade, experiência profissional e existência de alguma necessidade especial, cuja comprovação se dará com a entrega da cópia dos documentos originais.
4.3.O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativa, cível e penal.
4.4.A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por avisos não recebidos devido à indisponibilidade do e-mail informado, bloqueios de antispam ou similares e endereços de correio eletrônico digitados incorretamente.

5.DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

5.1.Fica reservado à pessoa com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas nos termos da Lei Municipal 4614/2018.
5.2.A Pessoa com Deficiência – PCD (surdez, física, motora, visual ou múltipla) é categorizada na Lei Federal n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, acrescido do disposto na Lei Estadual n.º 16.945/2011, a qual classifica a visão monocular como deficiência no Estado do Paraná.
5.3.Em caráter subsidiário, quando a legislação referida no item 5.2 não dispuser de modo diverso, aplica-se o contido na Lei Federal n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.
5.4.Para a contratação é necessário que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência apresentada pelo candidato.
5.5.Para fazer jus à reserva de vagas de que trata o item 5.1, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, a função com a opção Pessoa com Deficiência (PcD).
5.6.O candidato inscrito como pessoa com deficiência participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.
5.7.No ato da inscrição, o candidato com deficiência declara que está ciente das atribuições da função para a qual pretende se inscrever e que no caso de vir a exercê-la e alegar incompatibilidade com as funções ficará sujeito ao encerramento do contrato, após processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
5.8.O candidato inscrito como pessoa com deficiência deverá entregar no momento da inscrição cópia do **laudo médico original,** dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao último dia do período de inscrição, ou, em data anterior, desde que se trate de laudo que comprove deficiência de caráter permanente, sendo essa condição devidamente informada e reconhecida no próprio documento médico, **por especialista da área, atestando a deficiência** e a compatibilidade com as atribuições da função pretendida, no qual deverá constar de forma expressa:
5.8.1.espécie e grau ou nível da deficiência;
5.8.2.código correspondente, segundo a Classificação Internacional de Doenças – CID;
5.8.3.limitações funcionais;
5.8.4.função para a qual é candidato;
5.8.5.se existe ou não compatibilidade com as atribuições da função pretendida e descritas no item 2 deste Edital;
5.8.6.data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional de Medicina – CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo;
5.9.Não será considerado laudo médico ilegível.
5.10.Será excluído deste Processo Seletivo Simplificado o candidato com deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função, caracterizada ou não pela legislação vigente.
5.11.Será excluído da lista de classificação de pessoa com deficiência, e concorrerá exclusivamente à vaga de ampla concorrência, o candidato que apresentar laudo médico em desacordo com os critérios especificados no item 5.8 ou apresentar laudo médico que não caracterize a deficiência de acordo com a legislação vigente.
5.12.Na hipótese de não existirem candidatos inscritos para reserva de vagas como pessoa com deficiência, todas as vagas serão destinadas aos candidatos classificados na lista de ampla concorrência.
5.13.O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência e concordância quanto à divulgação de seus dados em listagens e resultados, tais como aqueles relativos à pontuação, a ser pessoa com deficiência, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos atinentes ao Processo Seletivo Simplificado.

6.DA DIVULGAÇÃO DOS INSCRITOS

6.1.Uma vez finalizado o prazo de inscrições, a Comissão Organizadora publicará em Edital a Lista em ordem alfabética dos candidatos inscritos, contendo nome e número da inscrição.
6.2.O Edital mencionado no item 6.1 será publicado no endereço https://www.irati.pr.gov.br/secretariaView/?id=7 na data prevista no cronograma constante no Anexo I.

7.DA CLASSIFICAÇÃO

7.1.**Classificação Provisória**

7.1.1.Todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo dentro do prazo estabelecido no item 4.1 deste Edital terão os documentos comprobatórios conferidos e validados pela Comissão Organizadora.
7.1.2.Documentos ilegíveis ou incompletos não serão contabilizados.
7.1.3.Os candidatos serão classificados pela somatória da pontuação dos requisitos mínimos obrigatórios com a da comprovação de títulos até o limite máximo de 100 pontos.
7.1.4.O(a) candidato(a) que comprovar, através dos documentos elencados no item 10 deste Edital, que atende aos requisitos mínimos obrigatórios exigidos, receberá automaticamente 10 pontos.

7.1.5.Na prova de títulos o(a) candidato(a) poderá receber até 90 pontos;
7.1.6.A pontuação referente aos títulos divide-se em dois grupos:
I- formação acadêmica e
II- Experiência profissional na área.
7.1.7.A pontuação de todos os itens referentes a cada grupo encontra-se na Tabela de Pontos disponível no Anexo II deste edital.
7.1.8.A pontuação final será o número com duas casas decimais.
7.1.9.Ocorrendo empate na pontuação final obtida por candidatos serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:
I - Ter maior idade;
II - Ter maior número de dependentes;
III - Sorteio Público
7.1.10.Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação.
7.1.11.As Listas de Classificação Provisória referentes a cada cargo serão publicadas na data prevista no cronograma constante no Anexo I deste Edital.

7.2.Recursos

7.2.1.Caberá interposição de recurso após a divulgação da lista de inscritos e do resultado provisório, desde que:
7.2.1.1.Seja protocolado de forma presencial na Sede da Secretaria Municipal de Educação dentro do prazo estipulado no cronograma constante no Anexo I deste Edital.
7.2.1.2.Seja devidamente fundamentado com a indicação expressa do item do Edital que entenda não ter sido atendido, justificando-o.
7.2.2.Não serão apreciados recursos que apresentarem argumentação baseada em erro do candidato no preenchimento dos dados no momento da inscrição e/ou que apresentem questionamentos sobre outros candidatos.
7.2.3.Os recursos serão analisados e julgados por comissão constituída na Secretaria Municipal de Educação para coordenar o Processo Seletivo Simplificado e não caberá pedido de reconsideração ou de revisão de resultado de recurso.
7.2.4.O resultado final dos recursos será publicado no endereço eletrônico https://www.irati.pr.gov.br/secretariaView/?id=7 .

7.3 Resultado Final

7.2.5.Após a análise conclusiva dos recursos, o resultado será homologado e publicado no Diário Oficial do Município e no endereço https://www.irati.pr.gov.br/secretariaView/?id=7 . na data de 19/02/2026.
7.2.6. Após a homologação da classificação final, os candidatos estarão aptos à contratação.

8.DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

8.1.Todos os dados informados no momento da inscrição pelo(a) candidato(a) deverão ser comprovados através da cópia dos documentos;
8.2.Em hipótese alguma será admitida a entrega de comprovantes por outros meios que não seja o presencial;
8.3.Somente serão aceitos cópias de documentos legíveis, sem rasuras, manchas ou qualquer outra coisa que prejudique ou dificulte a leitura dos mesmos;
8.4.Para comprovação dos dados pessoais os seguintes documentos deverão ser entregues:
(a) Documento de identidade com foto;
(b) CPF, caso este não conste no documento de identidade;
(c) Título de eleitor e comprovante de votação da última eleição podendo ser substituídos pela certidão de quitação eleitoral;
(d) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação se do sexo masculino;
(e) Certidão de nascimento dos dependentes menores que 21 anos;

9.DA COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

9.1.A experiência profissional declarada pelo candidato deverá ser comprovada através da entrega dos seguintes documentos:
9.1.1.Carteira de Trabalho e Previdência Social contendo página da foto, página da qualificação civil/dados de identificação, página(s) onde conste o contrato de trabalho, com período trabalhado e função desempenhada, podendo ser substituída pela Carteira de Trabalho Digital; ou
9.1.2.Documento oficial emitido em papel timbrado devidamente identificado pelo setor de recursos humanos da instituição pública ou privada onde o(a) candidato(a) tenha trabalhado, assinado pelo responsável, onde deve constar o período trabalhado em anos, meses e dias e a função desempenhada.
9.2.No caso de documentos emitidos pela internet somente serão aceitos aqueles com autenticação digital para a verificação da validade do documento.
9.3.Caso no documento utilizado para a comprovação do tempo de experiência profissional conste função ou cargo com nomenclaturas diversas das previstas neste Edital, o(a) candidato(a) não poderá informar esse tempo.
9.4.Caso o(a) candidato(a) já esteja aposentado(a), o período de tempo utilizado para a concessão do benefício não será admitido para pontuação neste Processo Seletivo Simplificado.
9.5.Para comprovação de experiência, quando for o caso, não será considerado tempo paralelo ou concomitante;
9.6.Não serão computados como experiência profissional, os documentos referentes a **monitorias, atividades voluntárias e bolsas de estudo**.
9.7.A pontuação referente à experiência profissional está discriminada no Anexo II de acordo com o cargo pretendido.

10.DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

10.1.Os requisitos mínimos obrigatórios deverão ser comprovados através da entrega da cópia dos seguintes documentos:
10.1.1.**Para o cargo de Faxineira** - Histórico escolar do Ensino Fundamental emitido por instituição devidamente credenciada e reconhecida pelo MEC;

11.DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS

11.1.Os títulos informados pelo(a) candidato(a) deverão ser comprovados através da entrega da documentação no momento da inscrição.
11.2.Os documentos válidos para comprovação estão discriminados no Anexo II, de acordo com o cargo pretendido.
11.3.A pontuação referente a cada título está discriminada no Anexo II de acordo com o cargo pretendido.

12.DA ESCOLHA DE VAGAS E CONTRATAÇÃO

12.1.**Dos procedimentos para contratação**

12.1.1.Estará apto a ser contratado o candidato que comprovar os requisitos mínimos obrigatórios, os títulos e demais documentos exigidos.
12.1.2.À medida que surgirem vagas, os candidatos serão convocados, por meio de Edital, para a sessão pública de escolha de vaga.
12.1.3.Os candidatos convocados deverão comparecer nas datas e locais estipulados pelo Edital para a sessão pública de escolha de vaga, que seguirá estritamente a ordem de classificação final.
12.1.4.No momento da escolha de vaga o candidato receberá da Comissão Organizadora o Memorial de Encaminhamento, de posse do qual deverá apresentar-se na instituição onde exercerá a função.
12.1.5.Em razão da necessidade de substituição imediata nas instituições de ensino e de possíveis ausências às sessões públicas de escolha de vagas, as convocações podem ocorrer com número de candidatos maior que o número de vagas, o que não implica na obrigatoriedade de contratação, considerando que as contratações ocorrerão somente para atendimento das vagas ofertadas naquela sessão pública e de acordo com as reservas de vagas.
12.1.6.As vagas de caráter transitório, oriundas da falta de servidores na Educação decorrentes de afastamento para atestados e licenças legalmente concedidas e, ainda, da necessidade de manter a regularidade do atendimento nas instituições de ensino municipais, bem como as vacâncias definitivas que surgirem no decorrer do prazo de validade do PSS, deverão ser cumpridas de acordo com a necessidade das Escolas e CMEIs, ou seja, o servidor poderá ser

aproveitado em mais de uma instituição e em turnos e período de tempo diferentes.
12.1.7.O candidato(a) que comparecer à sessão pública de escolha de vaga e não tiver a oportunidade de escolher vaga terá sua classificação mantida e deverá participar das próximas sessões quando convocado(a) novamente.

12.2.**Dos Requisitos Básicos e Dos Documentos Para a Contratação**

12.2.1.São requisitos básicos para a contratação:
12.2.1.1.Ser brasileiro nato ou naturalizado;
12.2.1.2.Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos
12.2.1.3.Comprovar escolaridade mínima exigida para o cargo;
12.2.1.4.Estar em dia com as obrigações eleitorais;
12.2.1.5.Estar em dia com as obrigações militares (no caso de candidato do gênero masculino);
12.2.1.6.Estar no gozo dos direitos políticos;
12.2.1.7.Ter disponibilidade para o horário de trabalho, o qual deverá atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação;
12.2.1.8.Cumprir as determinações deste Edital;
12.2.1.9.Estar apto fisicamente e mentalmente para o cargo pretendido

12.2.2.No ato da contratação o(a) candidato(a) deverá entregar os seguintes documentos na Secretaria de Educação - Endereço Avenida João Stoklos, S/N, Centro - Irati, Paraná
12.2.2.1.Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
12.2.2.2.PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado)
12.2.2.3.Registro de nascimento ou certidão de casamento ou Declaração de União Estável
12.2.2.4.Carteira de identidade;
12.2.2.5.Cadastro de Pessoa Física (CPF);
12.2.2.6.Título de Eleitor;
12.2.2.7.Certidão de quitação eleitoral;
12.2.2.8.Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação (no caso de candidato do gênero masculino);
12.2.2.9.Laudo médico com data do mês de contratação, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido;
12.2.2.10.Comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo;
12.2.2.11.Certidão de nascimentos dos filhos menores de 21 anos, se possuir;
12.2.2.12.Comprovante de residência atual;
12.2.2.13.Certidão negativa de antecedentes criminais;
12.2.2.14.Declaração da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como, de não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da Constituição Federal), com exceção das hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal e a compatibilidade de horário.
12.2.2.15.Declaração, fornecida e preenchida no momento da entrega da documentação, de que não foi demitido do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar, após sindicância ou processo administrativo, nos últimos 05 (cinco anos);

13.DO FIM DE LISTA

13.1.Perderá a colocação original de classificação e será remetido para o fim da respectiva lista de classificação, o candidato que:
13.1.1.Não manifeste interesse nas vagas ofertadas quando convocado;
13.1.2.Esteja impossibilitado de assumir as vagas ofertadas por motivos de ordem pessoal;
13.2.O candidato remetido para fim de lista poderá, se houver necessidade por parte da Secretaria Municipal de Educação, ser reconvocado, até o limite de duas reconvocações, após todos os demais classificados da respectiva lista terem sido convocados.
13.3.Para contratação dos candidatos em fim de lista, será utilizada a ordem de classificação final.

14. INAPTIDÃO TEMPORÁRIA

14.1.A inaptidão temporária, caracterizada somente por licença-maternidade ou licença-saúde do candidato, as quais deverão ser justificadas mediante apresentação de atestado ocupacional ou atestado médico, pelo candidato ou por procurador legal, quando convocado.
14.2.O candidato inapto temporariamente terá sua classificação mantida, sem prejuízo à convocação dos demais classificados, desde que apresente os documentos comprobatórios de titulação.
14.3.Cessada a inaptidão temporária, o candidato deverá entregar na Secretaria Municipal de Educação atestado médico comprovando sua aptidão para o trabalho.

15.DA DESISTÊNCIA

15.1.Será considerado desistente do Processo Seletivo, o candidato que:
15.1.1.Não comparecer na instituição para onde foi designado na data de início estipulada;
15.1.2.Assinar Termo de Desistência de Vaga constante no Anexo III deste Edital;
15.1.3.Quando estiver em fim de lista e na segunda reconvocação não comparecer;

16.DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO

16.1.O candidato será excluído deste Processo Seletivo Simplificado na ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos itens abaixo:
16.1.1.Não comprove que atende aos requisitos mínimos exigidos
16.1.2.Tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos, excetuando-se os casos permitidos pelo art. 37 e 42, da Constituição Federal;
16.1.3.Tenha 75 (setenta e cinco) anos completos por ocasião da convocação ou da contratação;
16.1.4.Esteja aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função equivalente à pretendida;
16.1.5.Tiver comprovada ilegalidade nos documentos apresentados, ou declaração falsa ou inexata;
16.1.6.Apresente laudo médico atestando deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função;
16.1.7.Se inscrito como Pessoa com Deficiência, não apresente laudo médico ou apresente em desacordo com o estabelecido neste Edital ou que não caracterize a deficiência de acordo com a legislação vigente;
16.1.8.O candidato que tenha sido demitido de serviço público.
16.2.Caso seja constatado que o candidato tenha incorrido em qualquer das hipóteses citadas nos itens anteriores somente após sua contratação, estará sujeito à rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante processo administrativo.

17.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1.O prazo de validade deste processo Seletivo Simplificado (PSS) será de até 12 (doze) meses, a contar da data de divulgação do resultado final no endereço eletrônico https://www.irati.pr.gov.br/secretariaView/?id=7 e publicação no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;
17.2.O prazo de contratação inicial será de até 12 (doze) meses;
17.3.Aplicam-se aos contratados as penas de advertência, suspensão e demissão, conforme a extensão da infração apurada nos termos da legislação trabalhista.
17.4.O contratado responderá civil, penal e administrativamente no exercício de suas atribuições, funções e responsabilidades.
17.5.O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, quando o contratado:
17.5.1.Ausentar-se do serviço por mais de 4 (quatro) dias, consecutivos ou não, durante o período de contratação, sem motivo justificado;
17.5.2.Ausentar-se do serviço por motivo de doença por prazo superior a 15 dias consecutivos;
17.5.3.For nomeado ou designado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda que a título precário ou em substituição;
17.5.4.Seus serviços forem considerados ineficientes;

17.5.5.Agir com insubordinação ou desrespeito;
17.6.A aprovação no PSS, com classificação dentro do limite de vagas, não assegura ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de ser contratado, considerando sempre a conveniência e o interesse da Administração Municipal.
17.7.Preenchidas as vagas iniciais previstas neste Edital e surgindo novas vagas durante a validade deste PSS, poderão, por conveniência e necessidade administrativa, serem convocados demais candidatos aprovados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação nos termos deste Edital.
17.8.Não será contratado candidato com vínculo de trabalho por prazo determinado ou indeterminado, em empregos, cargos ou funções ou que receber proventos de aposentadoria ou de empresa pública, autarquia, sociedade de economia mista ou fundação mantida pelo poder público, caso em que o candidato deverá fazer sua opção, conforme previsto na Constituição Federal, e comprovar a opção no processo de contratação, exceto as hipóteses de acúmulo legal, nos termos da Constituição Federal, Emendas Constitucionais nº 19 e 20.
17.9.Os anexos I, II, III, IV, V, e VI são partes integrantes deste Edital.
17.10.Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Irati, 03 de fevereiro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

ANEXO I
Cronograma Processo Seletivo Simplificado

FASE	PERÍODO
Publicação do Edital	03/02/2026
Prazo para pedido de impugnação do Edital	04/02/2026
Período de Inscrição dos candidatos de forma presencial	05/02/2026 a 06/02/2026
Publicação do Edital com a lista de inscritos	09/02/2026
Prazo para interposição de recurso contra o Edital com a lista de inscritos	10/02/2026
Publicação do Resultado dos Recursos contra o Edital com a lista de inscritos	11/02/2026
Publicação da Classificação Provisória	12/02/2026
Prazo para Interposição de Recursos contra a Classificação Provisória	13/02/2026
Publicação do Resultado dos Recursos contra a Classificação Provisória	18/02/2026
Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final	19/02/2026

ANEXO III
CARGO: FAXINEIRA

ITEM	TÍTULO	PONTUAÇÃO	
		Unit.	Máxima
01	Ensino Médio Completo **Documentação exigida:** Histórico escolar do Ensino Médio, emitido por instituição devidamente credenciada e reconhecida pelo MEC	30	30
02	Curso de Capacitação na área (mín. 8 horas)* **Documentação exigida:** Diploma, certificado ou certidão de conclusão emitido por instituição devidamente credenciada	20	40
03	Experiência profissional na área (entre 06 meses e 11 meses e 29 dias será contabilizado 0,5 pontos) **	01 por ano completo de experiência	20
TOTAL		90	

*Serão aceitos cursos de capacitação realizados em instituições reconhecidas, desde que tenham relação direta com as atividades de serviços gerais, tais como:Limpeza e conservação de ambientes, higiene e segurança no trabalho, primeiros socorros, entre outros.
**Será desconsiderado qualquer comprovante que ateste menos de 06 (seis) meses de experiência profissional.

ANEXO IV
TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____CPF nº _____ convocado (a) para ocupar a vaga disponível no PSS - Secretaria Municipal de Educação nº 02/2025, para contratação na função temporária de_____, venho pelo presente declarar que não tenho interesse no momento em assumi-la e cedo minha vaga ao próximo da lista de classificados. Declaro ainda estar ciente de que ao assinar a desistência serei excluído(a) deste Processo Seletivo Simplificado e não poderei assumir vagas em outras convocações e nem ser remetido ao fim de lista.

Irati , _____ de _____de _____

_____
Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO/EMPREGO

Eu, DECLARO SOB AS PENAS DA LEI:

1. Estar ciente do disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal, que excepcionalmente autoriza a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, nos seguintes casos: a) de dois cargos de professor; b) de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de Saúde, com profissões regulamentadas;
2. Estar ciente no disposto no parágrafo 10 do artigo 37 da Constituição federal, que veda a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvadas os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
3. Não exercer cargo, emprego ou função pública nesta municipalidade ou em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios nem perceber proventos de aposentadoria ocorrida na forma dos artigos 40,42 ou 142 da Constituição Federal;
4. Estar ciente de que pela inexatidão, omissão, ou qualquer outro vício na presente declaração estarei sujeito (a) aos procedimentos e cominações legais cabíveis à espécie.

Data:
Nome:
Assinatura:

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:5A36CA4D

PROCURADORIA
SEC. SAÚDE - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado PSS 001/2025, regulamentado pelo Decreto 233 e 259/2025, convoca os nomes abaixo relacionados munidos dos documentos constantes no Item 10.2 do referido Edital, a apresentarem-se na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Zeferino Bittencourt, nº 1270, Centro, no dia 06 de Fevereiro de 2026 impreterivelmente no horário das 08h30.
Cabe ressaltar o disposto no Edital 001/2025, item 9.3 “O candidato convocado que não comparecer e não comprovar os requisitos conforme estabelecido neste Edital, será automaticamente eliminado do PSS, não cabendo pedido de prorrogação de prazo para providenciar os documentos comprobatórios” ; e item 9.5 “O candidato que deixar de comparecer em 03(três) dias úteis após a convocação e/ou deixar de apresentar o termo de Desistência, perderá automaticamente a vaga e será excluído da lista de classificados, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação”.

CARGO: TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM (PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL)

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	PONTUAÇÃO
9º	RAFAEL KUTNER	XXX.XXX.929-40	090
10º	OSMARIO RODRIGO DE BRITO	XXX.XXX.859-46	090

DANIELA DE SOUZA ZWIERZIKOWSKI RAFFO
Secretária Municipal de Saúde – PMI

Publicado por:
Matheus Felipe Matias
Código Identificador:ACF9DB7E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº04/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a formação continuada de professores da rede municipal de ensino previsto em calendário escolar para o ano letivo de 2026, com foco na melhoria das práticas pedagógicas, na elevação dos índices educacionais e no fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Itambaracá/PR.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, Estado do Paraná, com sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.235.738/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Amarildo Tostes; e

CONTRATADA: CENTRO DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL - EDUCAR EM REDE LTDA, pessoa jurídica de direito privado e devidamente inscrita no CNPJ nº 21.313.545/0001-92, com sede na Drº João de Aguiar, 525, Vila Setti – da cidade de Jacarezinho – PR, CEP 86400-000.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência de 6 (seis) meses, iniciando-se na data de assinatura do Contrato.
FORO: Comarca de Andirá.

Itambaracá/PR, 30 de janeiro de 2026

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Cristina Dos Santos
Código Identificador:4D352CA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 086/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora Claudia Mariel Parralego, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Educação, para responder cumulativamente pelas atribuições da Secretaria Municipal de Educação durante o período de afastamento da titular, sem prejuízo de suas funções habituais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 27 de janeiro de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE JANEIRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:5415EC79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 087/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Cláudia Mariel Parralego matrícula nº 600336, lotada no Departamento Municipal de Educação abaixo relacionada, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 12/01/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 0078/2026 do Ofício nº 010/2026 do da SEMED que autoriza o Retorno de Férias da servidora relacionada abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da servidora pública **CLÁUDIA MARIEL PARRALEGO,** no cargo comissionado de **DIRETOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **22/01/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2026, revogados as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE JANEIRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:2BC47C76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 088/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora Claudia Mariel Parralego, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Educação, para responder cumulativamente pelas atribuições da Secretaria Municipal de Educação durante o período de afastamento da titular, sem prejuízo de suas funções habituais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 27 de janeiro de 2026.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 30 DE JANEIRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:649BAA4F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 089/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 021/2026 do Ofício nº 011/2026 da Secretária Municipal de Saúde que solicita Férias da servidora abaixo:

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
LETÍCIA SAORI ITO A. ESTEVES	200882	FISIOTERAPEUTA	05/01/2025 A 04/01/2026	03/02/2026	22/02/2026

Art. 2º. Converter 1/3 (um terço) das férias concedidas em abono pecuniário, nos termos do disposto do Art. 114 da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:24ED77C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 019/2026

O Prefeito do Município de Itambé Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora SILVIA NEIVERTH DE AMENA SAID, brasileira, casada, portadora do Registro Geral-CPF sob nº 030.598.xxx-xx, pertencente ao Quadro de Pessoal Estatutário, com o cargo de Auxiliar de Creche, licença sem vencimentos de 02 (dois) anos, para tratar de assuntos de interesses particulares, conforme dispõe o Art. 121 da Lei Municipal nº 631/94, usufruindo a partir de 03 de fevereiro de 2026 e término em 02 de fevereiro de 2028.

Publique-se e Afixe-se.

Edifício do Município de Itambé, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:8F119E79

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 18, DE 30 DE JANEIRO DE 2026
(REPUBLICADO)

SÚMULA: Dispõe sobre a instauração de Processo Seletivo Simplificado (PSS), nomeia a Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS) para o cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) - Cadastro Reserva, e dá outras providências.

O PREFEITO DE ITAMBÉ, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas, e,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de processo seletivo público para a admissão de Agentes Comunitários de Saúde, conforme o art. 198, § 4º da Constituição Federal e a Emenda Constitucional nº 51/2006;

CONSIDERANDO o regime jurídico estabelecido pela Lei Federal nº 11.350/2006, que regulamenta as atividades de ACS e veda expressamente a contratação temporária ou terceirizada para estas funções, salvo em hipóteses excepcionais de surtos epidêmicos;

CONSIDERANDO o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná no Acórdão nº 2240/22 – Tribunal Pleno, o qual reafirma que a contratação destes agentes deve ocorrer de modo direto pelo ente público, sendo vedada a intermediação de mão de obra (terceirização) para atividades permanentes e essenciais ao SUS,

CONSIDERANDO a necessidade premente de garantir a continuidade das ações de atenção básica à saúde e a manutenção das equipes da Estratégia Saúde da Família, amparada pelas Portarias GM/MS nº 2.436/2017 e Portaria GM/MS nº 44/2024;

CONSIDERANDO, por fim, as disposições da Lei Complementar Municipal n.º 631/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a necessidade de formação de cadastro de reserva para suprir vacâncias futuras,

D E C R E T A

Art. 1º Fica autorizada a instauração de Processo Seletivo Simplificado (PSS), destinado à formação de Cadastro de Reserva (CR) para a função pública de Agente Comunitário de Saúde (ACS).

Art. 2º A contratação para o referido cargo seguirá o regime Celetista, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração conforme piso nacional vigente.

Art. 3º Fica nomeada a Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPS), que será responsável pela organização, supervisão e avaliação do certame, composta pelos seguintes membros:
I – Clodoaldo Penha Antoniassi – Matrícula Nº 7712
II – Erica Bianchessi Pereira – Matrícula Nº 7335
III – Valdirene Aparecida Scodro Peixoto – Matrícula Nº 8307

Art.4º Compete à Comissão ora nomeada:
I – Elaborar e publicar o Edital de abertura do PSS;
II – Analisar e julgar as inscrições, títulos e currículos dos candidatos;

III – Processar e julgar os recursos interpostos;
IV – Encaminhar o resultado final para homologação pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Os trabalhos da Comissão serão considerados serviço público relevante e não remunerado.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de janeiro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andre Maycon Amancio Sabino
Código Identificador:5DB6ED44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

PORTARIA N° 02/2026
Data: 29/01/2026

Súmula: *"Nomeia servidor público comissionado junto ao quadro único de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Itapejara D´Oeste e dá outras providências".*

João Carlos Venturin, Presidente da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de conformidade com a Lei Municipal n° 2.109/2023

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. Danilo Janeczko, portador do CPF n° 057.906.179-56, para o cargo de provimento em comissão de Diretor Geral da Câmara de Vereadores, símbolo C1, a partir de 1° de fevereiro de 2026.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de 1° de fevereiro de 2026.

Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 29 dias do mês de janeiro de 2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
ARQUIVE-SE

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:8F07AF01

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
PROCESSO Nº 003/2026
Processo nº 003/2026, RATIFICO, nos termos do Artigo 86, da Lei nº 14.133/2021, contendo parecer da Assessoria Jurídica deste Município, que declarou inexigível a licitação em favor do fornecedor SIGMA MAQUINAS E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.991.097/0001 - 35, no valor total de R$ 153.200,00 (Cento e cinquenta e três mil e duzentos reais). Registre-se e Publique-se.

Itapejara D'Oeste – PR, 02 (dois) de Fevereiro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:CBC62674

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 008/2026, DE 01DE FEVEREIRO DE 2026.

DECLARA LUTO OFICIAL E ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SENHOR GERSON CECCON.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU,**Estado do Paraná**, EDILSON RUIZ DE FREITAS,**no uso de suas atribuições legais e:
CONSIDERANDO o falecimento do servidor GERSON CECCON, ocorrido nesta data;

CONSIDERANDO a trajetória pública exemplar do ilustre cidadão, que serviu com distinção a este Município como Vereador, Prefeito e, por último, como Secretário Municipal de Educação;

CONSIDERANDO o legado de dedicação ao serviço público, o compromisso com o desenvolvimento da educação local e os inestimáveis serviços prestados à comunidade Itaperuçuense.

CONSIDERANDO, por fim, o profundo sentimento de pesar que acomete a sociedade e a necessidade de prestar as devidas homenagens póstumas.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial em todo o território municipal por 03 (três) dias, a contar desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Senhor GERSON CECCON.

Parágrafo único. Durante o período de luto, a Bandeira Municipal deverá ser hasteada a meio-mastro em todas as repartições públicas.

Art. 2º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 02 de fevereiro de 2026 (segunda-feira), para que os servidores possam prestar suas últimas homenagens.

§ 1º - O ponto facultativo não se aplica às unidades e serviços considerados essenciais, que por sua natureza não podem ser interrompidos (Saúde/Urgência e Limpeza Pública).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaperuçu (PR), 01 de fevereiro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janete Baido Dos Santos Paes
Código Identificador:41A5AE3B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 042/2026

PORTARIA Nº 042/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares ao servidor Bruno Vianna da Silva e estabelece outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, exercendo as competências que lhe são outorgadas pela legislação vigente e, Considerando o requerimento apresentado pelo servidor e a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder o fracionamento de férias regulamentares ao servidor Bruno Vianna da Silva, matrícula nº 927, CPF 065.9**.***-71, com o cargo comissionado de Diretor Executivo de Obras, Viação, Serviços e Desenvolvimento Econômico, lotado na Secretaria de infraestrutura e desenvolvimento econômico – Divisão de Obras e Viação, conforme detalhado abaixo:

I - O período das férias fracionadas será usufruído entre os dias 03/02/2026 e 10/02/2022, totalizando 08 (oito) dias para o período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º - Os demais períodos serão definidos de acordo com as necessidades administrativas e em consonância com requerimento do servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:743CB846

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 043/2026

PORTARIA Nº 043/2026

SÚMULA: Concede Prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a servidora Franciely Romão da Cruz Santana, e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 085/90;
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela Servidora;
CONSIDERANDO os artigos 81 a 86, da Lei Municipal 085/90, de 18 de dezembro de 1990, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a servidora Franciely Romão da Cruz Santana, matrícula nº 569, CPF nº 054.7**.***-00, com o cargo de Professor, lotada na Escola Municipal Professora Maria de Fatima Sottoriva de Mazzi – Divisão de Ensino.

Art. 2º - A Prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde ora concedida, será no período de 30/01/2026 a 29/05/2026, totalizando 120 (cento e vinte) dias conforme atestado médico, podendo ser alterada mediante parecer conclusivo da junta médica ou do médico perito.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30/01/2026, revogando-se as disposições em contrario.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

VALDIRENE LUCAS DA SILVA.
Secretária de Educação, Esportes, Cultura e Turismo.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:D5A29172

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISODP072026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026. Processo Administrativo 015.2026. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação de atos oficiais da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, compreendendo avisos de editais de licitação, extratos de contratos e aditivos, em jornal impresso com circulação diária e site de grande circulação local/regional. DATA E HORÁRIO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ADICIONAL E DOCUMENTAÇÃO: 06/02/2026 - Até as 16h00min. (E-MAIL) PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO licitacao@itaunadosul.pr.gov.br . Local de acesso no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Link Portal de transparência Municipal:WWW.ITAUNADOSUL.PR.GOV.BR Itaúna do Sul-PR, 30 de janeiro de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:06E53C62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO Nº 039/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família no Município de Ivaí – Paraná.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVAÍ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de articulação intersetorial para a adequada execução, acompanhamento e monitoramento do Programa Bolsa Família no âmbito municipal;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal para a gestão descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família do Município de Ivaí/PR, com a finalidade de promover a

integração, o acompanhamento e a execução das ações relacionadas ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único, no âmbito municipal.
Art. 2º A Comissão Intersetorial será composta pelos seguintes membros, representantes das respectivas áreas:
I – SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Coordenadora: Mayara Bardal
II – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:
Titular: Marcia Stadler Canteri
III – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
Titular: Cynthia Verenka
Art. 3º. São atribuições da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família:
I – Promover a articulação entre as políticas de assistência social, saúde e educação;
II - Realizar reuniões periódicas, com registro de presença e atas detalhadas, para planejamento e execução de ações intersetoriais;
III - Propor estratégias para o aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família no Município;
IV - Colaborar com ações de atualização cadastral e acompanhamento das famílias beneficiárias;
V - Monitorar o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, especialmente no que se refere à frequência escolar e à agenda de saúde;
VI - Analisar os resultados consolidados após cada período de acompanhamento das condicionalidades;
VII - Propor e encaminhar ações integradas para o enfrentamento de situações de não cumprimento ou ausência de acompanhamento das condicionalidades;
VIII - Manter atualizadas as informações da Comissão no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).
IX – Apoiar a gestão municipal no cumprimento das normas e orientações do Programa.
Art. 4º. A Comissão Intersetorial será coordenada pelo Coordenador do Programa Bolsa Família, conforme disposto na Portaria MDS nº 1.041, de 23 de dezembro de 2024.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Bobek
Código Identificador:1CF6B3EF

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 033/2022 LICITAÇÃO Nº 021/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2022

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – Pr, neste ato representado pelo senhor ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO, Prefeito Municipal, residente em Ivaí – Pr, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 5175278-3 SSP-PR e do CPF/MF nº 715.210.549-91, doravante neste Contrato denominada simplesmente de **CONTRATANTE**; e de outro lado a empresa **BIO RESIDUOS TRANSPORTES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Abrao Nacles, nº 514, Parque Industrial e Comercial Abrao Nacles, Cianorte, Paraná, Cep: 87.207-500, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.680.158/0001-61, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Senhor **Marcelo Gonçalves Dias** resolvem, de comum acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa para coleta, transporte e encaminhamento para tratamento pelo processo de autoclavação e incineração dos resíduos da saúde, pertencentes aos Grupos: A- Infectantes/ B- Químicos/ E- Perfurocortantes, conforme a Resolução CONAMA n°358/05, Resolução ANVISA n° 222/18.
Estimativa anual:
400 kg /mês totalizando 4.800 kg
Coletas quinzenais:
Hospital Municipal - Cidade de Ivaí;
Posto de Saúde Central - Cidade de Ivaí;
Clinica da Mulher - Cidade de Ivaí;
Posto de Saúde - Localidade de Palmital - (12 km antes de chegar em Ivaí) - Rodovia asfaltada - PR 487;
Posto de Saúde - Distrito de Bom Jardim do Sul - (07 km antes de chegar em Ivaí) - Rodovia asfaltada - PR 487;
Obs.: Fica reservado um (01) ponto de coleta o qual será utilizado caso necessário.
- Os resíduos coletados serão encaminhados para **tratamento térmico (incineração) e/ou autoclavação**, de acordo com a classificação dos Resíduos, em local de Tratamento certificado por órgãos ambientais e de saúde;
- Coleta e Transporte efetuados em veículos da frota própria, identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221 (fevereiro 2003), NBR 12810 (1993), NBR 10004(novembro 2004) e Resolução nº 420 de 12 de fevereiro de 2004 do Ministério dos Transportes e suas atualizações;
- Pessoal treinado e habilitado;
- Emissão de **Manifesto para Transporte de Resíduos - MTR,** contendo os dados da unidade geradora (inclusive indicando os locais de coleta), da transportadora e do local de tratamento;
- Emissão de CDR - Certificado comprovando o Tratamento dos Resíduos;
- Disponibilizar bombonas de polietileno de alta densidade **(em comodato)** para o acondicionamento dos Resíduos Infectantes (Grupo A) e Químicos (Grupo B). Os resíduos químicos quando não acondicionados nas embalagens originais ou primárias, devem ser acondicionadas em frascos que possam ser tampados e identificados com o tipo do resíduo.
- Será de responsabilidade do contratante:
Resíduos Infectantes - Grupo A:
Acondicionar em saco branco leitoso resistente à ruptura, conforme NBR 9.191, da Associação Brasileira das Normas Técnicas (ABNT) e depois ser colocado dentro da bombona.
- Resíduos Químicos - Grupo B:
Embalagens originais ou primárias, ou acondicionar em frasco dotado de tampa e identificar o tipo do resíduo. Depois ser colocado dentro da bombona.
- Resíduos Perfurocortantes - Grupo E:
Acondicionar em recipientes rígidos, resistentes a punctura e ruptura (caixa de papelão amarela).
O contratado deverá efetivar a coleta nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde.
conforme processo licitatório sob nº 021/2022, Pregão 014/2022, nas especificações a seguir relacionadas, através da Secretaria Municipal de Saúde, e faz parte deste contrato, este no valor global firmado entre as partes através do Contrato nº 033/2022 de:

OBJETO		UNITARIO	QUANTIDADE	VALOR GLOBAL
COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL-LIXO HOSPITALAR	TX	R$ 1,14	144	R$ 164,16
COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL-LIXO HOSPITALAR	KG	R$ 2,99	4.800	R$ 14.352,00
				R$ 14.516,16

Parágrafo Único: Nos valores acima estão incluídos todos os descontos ou despesas tais como: impostos, seguros e outros referentes ao fornecimento do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços, objeto do respectivo contrato, por doze (12) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para 08/02/2027, nos termos da Cláusula sétima do Contrato nº 033/2022 tendo em vista as justificativas e autorização para

prorrogação contratual apresentadas pelas Secretarias Municipais solicitantes e o atendimento integral do Parecer Referencial nº 004/2024 – PGM, devidamente publicado no Diário Oficial do Município em 25/11/2024.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do

Contrato Administrativo (CONTRATO Nº 033/2022 datado em 04/02/2026.

Ivaí – PR, 04 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:0E0B594B

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVAÍ – PR CONTRATADO: VITOR WIRMOND EIDAM (10*.*.***-95) DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: BENEFICIO EVENTUAL DE ALUGUEL SOCIAL - AUXÍLIO EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE**

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADO: VITOR WIRMOND EIDAM (10*.***.***-95)
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Beneficio Eventual de Aluguel Social - Auxílio em situações de Vulnerabilidade Temporária para o beneficiário Sr. Nicolau Bilek.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 09002082440801106233903600000317O
VALOR:R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 02/01/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Vitória Antunes da Silva
Código Identificador:54A64317

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2026
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
CONTRATADO: OSMAR NOVAK (06*.***.***-23)
DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Beneficio Eventual de Aluguel Social - Auxílio em situações de Vulnerabilidade Temporária para o beneficiário Sr. Aristides Padilha. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 09002082440801106233903600000317O
VALOR:R$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 28, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021.
RATIFICADO EM 02/01/2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **-**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Vitória Antunes da Silva
Código Identificador:6EA888DA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2026
OBJETO: Show da dupla “Pedro Paulo & Alex” com estilo musical sertanejo, com data prevista para 24 de abril de 2026. Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa PRESSÃO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, para a 3ª Expo Ivaí - 21ª Festa das Associações.
CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR
CONTRATADA: PRESSÃO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ Nº 44.412.410/0001-15.
VALOR R$ 240.000,00
Dotação orçamentária: 03001041220402200533903900000O240
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 02/02/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bianca Vitória Antunes da Silva
Código Identificador:2B737194

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
OBJETO: Show da dupla “Rick & Renner” com estilo musical sertanejo, com data prevista para 26 de abril de 2026. Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa MARCOS PAULO DO NASCIMENTO, para a 3ª Expo Ivaí - 21ª Festa das Associações.
CONTRATANTE: Município de Ivaí - PR
CONTRATADA: MARCOS PAULO DO NASCIMENTO EVENTOS LTDA
CNPJ Nº 17.776.657/0001-48
VALOR R$ 265.000,00
Dotação orçamentária: 03001041220402200533903900000O240
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 02/02/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Bianca Vitória Antunes da Silva
Código Identificador:C4F3E425

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 328/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 038/2025

OBJETO: ALVARÁ DA FEDERAÇÃO PARANAENSE DE AUTOMOBILISMO;
CONTRATADA: FEDERAÇÃO PARANAENSE DE AUTOMOBILISMO
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 15.000,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 05/12/2025

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO **–**
Prefeito Municipal

RUBENS MARURÍLIO GATTI **–**
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:CB99CEB4

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 026/2026

DECRETO Nº 026/2026

Súmula: Nomeia Chefe da Vigilância Sanitária

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeado a Sra. **LAURA DAL COL, RG Nº 13.440.974-6 PR**, para exercer o cargo de Chefe da Vigilância Sanitária, símbolo CC6, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:B7C0B6E0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 027/2026

DECRETO Nº 027/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **ORLI ALBERTY DE SOUZA DOS SANTOS,** RG N.º 7.361.396-5 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Cozinheira, nível 01, do Quadro de Pessoal, desta Prefeitura, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:8E002ACE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 028/2026

DECRETO Nº 028/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **JOSIANE MARGARETE CHOPEK,** RG N.º 046.232.099-54 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Professora, nível B, classe 01, do Quadro Próprio do Magistério, desta Prefeitura, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:E0D7B962

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 029/2026

DECRETO Nº 029/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **MARILEIA DE MATOS BOROCHOK,** RG N.º 16.601.018-7 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Professora, nível A, classe 01, do Quadro Próprio do Magistério, desta Prefeitura, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:B2E1456B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 030/2026

DECRETO Nº 030/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **FRANCIELI MARIA BERALDO DOS SANTOS,** RG N.º 12.509.886-0 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Professora, nível B, classe 01, do Quadro Próprio do Magistério, desta Prefeitura,

com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:ED1D5820

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 031/2026

DECRETO Nº 031/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **JOSELI DE ASSIS,** RG N.º 12.767.980-0 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Professora, nível B, classe 01, do Quadro Próprio do Magistério, desta Prefeitura, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:09C01BBD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 032/2026

DECRETO Nº 032/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **IDISLEIA IOTSCHETZ,** RG N.º 8.895.510-2 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Professora, nível B, classe 01, do Quadro Próprio do Magistério, desta Prefeitura, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026

GABINETE DO PREFEITO, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:14D864E8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 033/2026

DECRETO Nº 033/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **ANA KELLY DO NASCIMENTO KOJURA,** RG N.º 067.227.839-10 PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de Professora, nível B, classe 01, do Quadro Próprio do Magistério, desta Prefeitura, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:47566FA1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 034/2026

DECRETO Nº 034/2026

Súmula: Exonera Servidora Pública.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - É exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. **KELI APARECIDA FERREIRA SENHIV, RG Nº 8.463.588-0 PR**, do cargo de RECEPCIONISTA, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:ED8EA3FE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 036/2026

DECRETO Nº 036/2026

Súmula: Determina que o servidor exerça suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE).

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - O Servidor **ANDERSON VENCESLAU PUSZKA,** Motorista, exercerá suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE), observadas as disposições do Decreto nº 050/97, de 03 de junho de 1997.

Art. 2º - Pela prestação de serviços na forma prevista no artigo anterior, o servidor receberá, mensalmente, gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva no valor correspondente a 60 % (sessenta por cento) do vencimento do respectivo cargo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários a partir de 01 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:E8AED7CA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 037/2026

DECRETO Nº 037/2026

Súmula: Determina que o servidor exerça suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE).

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - O Servidor **DIMAS KERNISKE,** Motorista, exercerá suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE), observadas as disposições do Decreto nº 050/97, de 03 de junho de 1997.

Art. 2º - Pela prestação de serviços na forma prevista no artigo anterior, o servidor receberá, mensalmente, gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva no valor correspondente a 60 % (sessenta por cento) do vencimento do respectivo cargo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários a partir de 01 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:55891E85

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 038/2026

DECRETO Nº 038/2026

Súmula: Determina que o servidor exerça suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE).

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - O Servidor **ÁLVARO SOMER,** Auxiliar Administrativo, exercerá suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE), observadas as disposições do Decreto nº 050/97, de 03 de junho de 1997.

Art. 2º - Pela prestação de serviços na forma prevista no artigo anterior, o servidor receberá, mensalmente, gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva no valor correspondente a 65 % (sessenta e cinco por cento) do vencimento do respectivo cargo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários a partir de 01 de fevereiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:FB363F7E

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 034/2026

PORTARIA Nº 034/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Remover o Servidor Público Municipal Sr. **ÁLVARO SOMER**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Obras para Secretaria Municipal de Administração, a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - A remoção justifica-se pela existência de vaga.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:EC3B5B2F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 035/2026

PORTARIA Nº 035/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Remover a Servidora Pública Municipal Sra. **JULIANA ANDRADE AMANCIO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para

Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - A remoção justifica-se pela existência de vaga.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:9FDF732C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 036/2026

PORTARIA Nº 036/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Remover o Servidor Público Municipal Sr. **DANILO DOS SANTOS CORREIA**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - A remoção justifica-se pela existência de vaga.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:3E2C6B5A

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 037/2026

PORTARIA Nº 037/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 499/97 de 25 de março de 1997,

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar a Licença sem Vencimentos para tratamento de assuntos particulares da Servidora Pública Municipal Sra. **RAFAELI CRISTINA GALVAO, Educador Social**, matricula 1082-1, do quadro pessoal, desta Prefeitura, pelo prazo de 02 (dois) anos, no período de 02.02.2026 a 01.02.2028.

Art. 2º - Vencido o período da licença, o servidor deverá reassumir ao primeiro dia útil subsequente, sob pena de incorrer em abandono de cargo, salvo por justa causa comprovada.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:5AE960F1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 038/2026

PORTARIA Nº 038/2026
O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra. **MARINE APARECIDA GARCIA**, Auxiliar Administrativo, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito no período concessivo de 02 de fevereiro à 03 de março de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Ribeiro Silvestrin
Código Identificador:5982D559

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 035/2026

DECRETO Nº 035/2026

Súmula: Dispõe sobre o luto oficial no Município de Ivaí, em sinal de pesar pelo falecimento de Carolina de Borba Seixas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos pela Lei Orgânica Municipal
CONSIDERANDO o falecimento da Sra. **Carolina de Borba Seixas**;
CONSIDERANDO a consternação geral da comunidade e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de uma cidadã exemplar;
CONSIDERANDO os preciosos e dedicados serviços prestados por **Carolina de Borba Seixas** ao Município de Ivaí como psicóloga, atuando com excelência e humanidade junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público render justas homenagens àqueles que com seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da coletividade,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado **LUTO OFICIAL** no Município de Ivaí, por 3 (três) dias, contados a partir desta data, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da servidora **Carolina de Borba Seixas**.
Art. 2º Durante o período de luto oficial, a bandeira do Município ficará hasteada a meio-mastro em todos os prédios públicos municipais.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Ivaí, em 02 de fevereiro de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:72FE83DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DECRETO N.º 011/2026

"Altera a redação do art. 46, do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto Sanitários do SAMAE, do Decreto Municipal nº 028/1971."

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais como autoriza a Lei Orgânica Municipal.
CONSIDERANDO QUE:

A redação do art. 46, do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto Sanitários do SAMAE, do Decreto Municipal nº 028/1971 considerou as particularidades do SAMAE ao seu tempo, como insuficiência de recursos, de mão-de-obra e equipamentos, de vez que recém criado ou fundado.

Na atualidade, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE possui plenas condições técnicas e financeiras de executar as obras de recomposição da pavimentação das vias públicas, que tenha sido removida para instalação ou reparo de canalização de água e ou esgoto.

Para melhor organização administrativa e financeira tanto do Executivo quanto da Autarquia é necessário que o SAMAE faça frente às despesas e custos advindos da operação dos serviços que lhe são pertinentes por encargo institucional.

D E C R E T A

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 46, do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto Sanitários do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, do Decreto Municipal nº 028/1971, que passa a vigorar da seguinte forma.

Art. 46. Caberá ao SAMAE realizar as obras de recomposição da pavimentação asfáltica da malha viária pública que tenha sido removida ou danificada para instalação ou reparo de rede de água e esgoto ou em razão de qualquer serviço realizado pela Autarquia.

Parágrafo único: Nos casos de ramais ou coletores prediais, os custos de recomposição da pavimentação asfáltica da malha viária pública e do calçamento de passeios públicos que tenham sido removidos ou danificados para instalação ou reparo de rede de água e esgoto deverão ser suportados pelos proprietários dos imóveis beneficiados.

Art. 2º Art. 2º. Permanecem em vigor as disposições do Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto Sanitários do SAMAE, do Decreto Municipal nº 028/1971 que não sofreram alterações pelo presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, em 02 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:4E3F2673

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE RESULTADO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA N° 002/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COMERCIALIZAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETOS, PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, A SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE JAGUAPITÃ – PR, COM VISTAS A PROMOVER MELHORIAS NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, MAIS PRECISAMENTE, NA RUA HUGO DA SILVA PEREIRA, NO CONJUNTO ALFREDO BATICIOTO.

O Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, torna público o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, Adjudicando e Homologando, para que surta os efeitos legais, a proposta das empresas vencedoras, conforme segue:

FORNECEDOR: TUPY TUBOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ: 04.507.071/0001-36
VALOR TOTAL: R$ 22.060,00 (vinte e dois mil e sessenta reais).

Valor Total desta Dispensa Eletrônica: R$ 22.060,00 (vinte e dois mil e sessenta reais).

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:BE770CAB

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2026. PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 215/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.
FAVORECIDO: HIDALGO SERVICOS LTDA

CNPJ: 38.308.947/0001-37

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, NA FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, A SEREM EXECUTADOS EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE RECEPCIONISTA, AUXILIAR DE LAVANDERIA HOSPITALAR, MERENDEIRO ESCOLAR, COZINHEIRO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM E SEM INSALUBRIDADE, COLETOR DE LIXO DOMICILIAR, MESTRE DE OBRAS, PEDREIRO PARA ATENDER NECESSIDADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ/PR.

VALOR: R$ 5.594.998,80 (Cinco milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/02/2026 a 01/02/2027.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:F9DE2065

GOVERNO MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N°12/2026

Data: 02/02/2026

Endereço: Avenida Bandeirantes, 150

Proprietário ou responsável: Espólio de Jonas Pimenta Oliveira

O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Minas Gerais, 220, centro, CEP: 86.610-000, e-mail:secretaria@jaguapita.pr.gov.br, fone: (43) 3272-1122, neste ato representado por seu setor de fiscalização, vem à presença de Vossa Senhoria, comunicar o que segue:
Consta no cadastro de imóveis que Vossa Senhoria é proprietário/morador de um imóvel urbano (terreno) localizado no seguinte endereço: **Avenida Bandeirantes, 150.**
Ocorre que o agente fiscalizador deste Município averiguou, *in loco*, que o **terreno está em mal estado de conservação**, além do **mato alto** que pode servir de abrigo para animais peçonhentos ou até MOSQUITO DA DENGUE, causando riscos aos vizinhos.
Neste passo, fica Vossa Senhoria notificada para que, no prazo de **15 (quinze dias),** contados do recebimento da notificação, faça a roçada e limpeza do imóvel, sob pena da limpeza ser executada pela Prefeitura, mediante a cobrança de **multa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais)**, e após o período imposto, taxa de limpeza a título de custas do serviço, acrescido 30% sobre o valor da multa, conforme Decreto Municipal 018/2019,como também pelo Decreto Estadual Nº 5711/2002 Art. 260 onde diz que:
"Todos os terrenos baldios das áreas urbanas devem ser fechados, drenados quando necessário e mantidos **limpos e capinados**, pelo proprietário".

Obs: Apenas passar veneno não resolve o problema, pois o mato seco continua sendo abrigo de insetos e resíduos que podem acumular água.Também é proibido atear fogo no mato seco.Se o terreno já foi vendido pra outra pessoa, deverá atualizar o cadastro na prefeitura. Caso já tenha sido realizada a roçada, favor desconsiderar esta notificação.
Regularize para não ter problemas maiores.

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Públicos
Fiscal

INFORMAÇÕES: (43) 3272 1122

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:9EECDB51

GOVERNO MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N°13/2026

Data: 02/02/2026

Endereço: Rua Ceará, 300

Proprietário ou responsável: Espólio de José Bento Camilo

O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Minas Gerais, 220, centro, CEP: 86.610-000, e-mail:secretaria@jaguapita.pr.gov.br, fone: (43) 3272-1122, neste ato representado por seu setor de fiscalização, vem à presença de Vossa Senhoria, comunicar o que segue:
Consta no cadastro de imóveis que Vossa Senhoria é proprietário/morador de um imóvel urbano (terreno) localizado no seguinte endereço: **Rua Ceará, 300.**
Ocorre que o agente fiscalizador deste Município averiguou, *in loco*, que o **terreno está em mal estado de conservação**, além do **mato alto** que pode servir de abrigo para animais peçonhentos ou até MOSQUITO DA DENGUE, causando riscos aos vizinhos.
Neste passo, fica Vossa Senhoria notificada para que, no prazo de **15 (quinze dias),** contados do recebimento da notificação, faça a roçada e limpeza do imóvel, sob pena da limpeza ser executada pela Prefeitura, mediante a cobrança de **multa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais)**, e após o período imposto, taxa de limpeza a título de custas do serviço, acrescido 30% sobre o valor da multa, conforme Decreto Municipal 018/2019,como também pelo Decreto Estadual Nº 5711/2002 Art. 260 onde diz que:
"Todos os terrenos baldios das áreas urbanas devem ser fechados, drenados quando necessário e mantidos **limpos e capinados**, pelo proprietário".

Obs: Apenas passar veneno não resolve o problema, pois o mato seco continua sendo abrigo de insetos e resíduos que podem acumular água.Também é proibido atear fogo no mato seco.Se o terreno já foi vendido pra outra pessoa, deverá atualizar o cadastro na prefeitura. Caso já tenha sido realizada a roçada, favor desconsiderar esta notificação.
Regularize para não ter problemas maiores.

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Públicos
Fiscal
INFORMAÇÕES: (43) 3272 1122

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:FF7C2A80

GOVERNO MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N°14/2026

Data: 02/02/2026

Endereço: Rua Rio Grande do Norte, 1180

Proprietário ou responsável: Mol Construtora LTDA

O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Minas Gerais, 220, centro, CEP: 86.610-000, e-mail:secretaria@jaguapita.pr.gov.br, fone: (43) 3272-1122, neste ato representado por seu setor de fiscalização, vem à presença de Vossa Senhoria, comunicar o que segue:
Consta no cadastro de imóveis que Vossa Senhoria é proprietário/morador de um imóvel urbano (terreno) localizado no seguinte endereço: **Rua Rio Grande do Norte, 1180.**
Ocorre que o agente fiscalizador deste Município averiguou, *in loco*, que o **terreno está em mal estado de conservação**, além do **mato alto** que pode servir de abrigo para animais peçonhentos ou até MOSQUITO DA DENGUE, causando riscos aos vizinhos.
Neste passo, fica Vossa Senhoria notificada para que, no prazo de **15 (quinze dias),** contados do recebimento da notificação, faça a roçada e limpeza do imóvel, sob pena da limpeza ser executada pela Prefeitura, mediante a cobrança de **multa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais)**, e após o período imposto, taxa de limpeza a título de custas do serviço, acrescido 30% sobre o valor da multa, conforme Decreto Municipal 018/2019,como também pelo Decreto Estadual Nº 5711/2002 Art. 260 onde diz que:
"Todos os terrenos baldios das áreas urbanas devem ser fechados, drenados quando necessário e mantidos **limpos e capinados**, pelo proprietário".

Obs: Apenas passar veneno não resolve o problema, pois o mato seco continua sendo abrigo de insetos e resíduos que podem acumular água.Também é proibido atear fogo no mato seco.Se o terreno já foi vendido pra outra pessoa, deverá atualizar o cadastro na prefeitura. Caso já tenha sido realizada a roçada, favor desconsiderar esta notificação.
Regularize para não ter problemas maiores.

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Públicos
Fiscal
INFORMAÇÕES: (43) 3272 1122

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:85577669

GOVERNO MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N°15/2026

Data: 02/02/2026

Endereço: Rua Cornélio Consalter, 231

Proprietário ou responsável: Francisco Sanches

O **MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ - ESTADO DO PARANÁ,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 75.457.341/0001-90, com sede na Avenida Minas Gerais, 220, centro, CEP: 86.610-000, e-mail:secretaria@jaguapita.pr.gov.br, fone: (43) 3272-1122, neste ato representado por seu setor de fiscalização, vem à presença de Vossa Senhoria, comunicar o que segue:
Consta no cadastro de imóveis que Vossa Senhoria é proprietário/morador de um imóvel urbano (terreno) localizado no seguinte endereço: **Rua Cornélio Consalter, 231.**
Ocorre que o agente fiscalizador deste Município averiguou, *in loco*, que o **terreno está em mal estado de conservação**, além do **mato alto** que pode servir de abrigo para animais peçonhentos ou até MOSQUITO DA DENGUE, causando riscos aos vizinhos.
Neste passo, fica Vossa Senhoria notificada para que, no prazo de **15 (quinze dias),** contados do recebimento da notificação, faça a roçada e limpeza do imóvel, sob pena da limpeza ser executada pela Prefeitura, mediante a cobrança de **multa no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais)**, e após o período imposto, taxa de limpeza a título de custas do serviço, acrescido 30% sobre o valor da multa, conforme Decreto Municipal 018/2019,como também pelo Decreto Estadual Nº 5711/2002 Art. 260 onde diz que:
"Todos os terrenos baldios das áreas urbanas devem ser fechados, drenados quando necessário e mantidos **limpos e capinados**, pelo proprietário".

Obs: Apenas passar veneno não resolve o problema, pois o mato seco continua sendo abrigo de insetos e resíduos que podem acumular água.Também é proibido atear fogo no mato seco.Se o terreno já foi vendido pra outra pessoa, deverá atualizar o cadastro na prefeitura. Caso já tenha sido realizada a roçada, favor desconsiderar esta notificação.
Regularize para não ter problemas maiores.

SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Fiscal
Informações: (43) 3272 1122

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:37F04EE6

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 043/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

NOMEAR, a Srª **MARIA DE LOURDES CALISTO DA SILVA ALBANO**, para exercer o cargo de **EDUCADOR INFANTIL,** 40 (quarenta) horas semanais, Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, devidamente aprovada no Processo Seletivo Simplificado, resultado definitivo Edital nº 004/2025 de 10/04/2025, com resultado final homologado pelo Decreto nº 04/2025 de 17/04/2025, **a partir de 04/02/2026**.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 02 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:ECA62F42

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 044/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais,

RESOLVE,

EXONERAR a Srª. **SUZANA MARIA DA SILVA SALES**, portadora do CPF nº xxx.328.989–xx, do cargo de Educador Infantil, sob contrato por prazo determinado (PSS) Processo Seletivo Simplificado, a partir de 02/02/2026, conforme Processo Nº 397/2026.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

COMUNIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,
Em 02 de fevereiro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:51714E48

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 258-2026

DECRETO N°. 258/2026 de 02/02/2026

"Declara de Utilidade Pública as vias constantes nesse Decreto e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Jardim Olinda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei;

DECRETA:

Art. 1°) – Fica declarada de Utilidade Pública para fins de licenciamento ambiental, junto ao Instituto Água e Terra (IAT), o seguinte trecho abaixo:

I- Prolongamento da Avenida Siqueira Campos (trecho de 736,26 metros)

Art. 2º) – O presente Decreto de utilidade pública, tem fins de realização de pavimentação em concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ.

Art. 3°) – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Jardim Olinda.
Em, 02 de fevereiro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:EA5803CE

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
PORTARIA Nº 005/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM FULCRO NA LEI Nº 1.000/2025, E TABELA ESPECIFICA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS PÚBLICOS DA CÂMARA MUNICIPAL CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 039/2025 DE 02 DE ABRIL DE 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **PAULA ADRIANA CAVALCANTE DE SOUZA**, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, gratificação de função na forma de Adicional de remuneração: 80% (oitenta por cento) da Referência 1 – Nível "A", por exercer de forma acumulada as funções adicionais de **FISCAL DE CONTRATOS** da Câmara Municipal de Jardim Olinda, de conformidade com o artigo 1º e seguintes da Lei nº 1.000/2025 e tabela específica contida na tabela de vencimentos dos cargos públicos da Câmara Municipal, conforme Lei Municipal nº 039/2025 de 02 de abril de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jardim Olinda Paraná, 02 de fevereiro de 2.026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:C1ED4024

LICITAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

MUNICIPIO DE JARDIM OLINDA-PR

RESOLUÇÃO Nº. 001 /2026

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMDI do município de Jardim Olinda no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa nº. 508/2008 de 16/07/2008. Considerando a deliberação plenária realizada em 02 /02/2026.
Sumula: Aprovação das Prestações de Contas correspondente as Deliberações – do Fundo Estadual dos Direitos do Idoso - FIPAR/PR;
Art 1º- Aprovar a Prestação de Contas aNUAL; referente ao prazo: (01/01/2024 ATÉ 31/12/2024), correspondente a **Deliberação Nº 015/2022- Incentivo de Garantia de Direitos à Pessoa Idosa – Centro de Convivência.** Valor aprovado: R$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)
Art 2º- Aprovar a Prestação de Contas ANUAL; referente ao prazo: (do pagamento até 31/12/2024), correspondente a **Deliberação Nº 024/2023- Incentivo PARANÁ VIAJA MAIS 60+.** Valor Aprovado: R$ 10.767,22 (Dez mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos).

Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Jardim Olinda, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO CANDIDO BOTELHO SOBRINHO
Presidente CMDI

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:622902A6

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 044 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Dispõe sobre a designação de servidora efetiva para o exercício de função gratificada e dá outras procidências

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei:

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública **WALFRANIA APARECIDA DOS SANTOS LIMA,** matrícula nº 917, ocupante do cargo de **PROFESSOR – NÍVEL I**, para exercer a Função Gratificada de Coordenação Pedagógico do Departamento Municipal de Educação, constante na seção II da Lei n° 541 de 31 de dezembro de 2009.

Art. 2º Fica concedida gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao Nível, à Classe e SubClasse em que se encontra na Carreira, a Professora em exercício da função de Coordenação Pedagógico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, 30 de janeiro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:B3428E29

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR JARDIM OLINDA/PR

Nº 001/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de **Jardim Olinda**,/ **CMDCA** no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições da **Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**, bem como da legislação municipal vigente **Lei Municipal nº 368/2002**, torna pública a convocação da **[DESCIMIRA ARAUJO DA COSTA]**, na qualidade de 1º suplente do Conselho Tutelar eleita com 222 (votos) , para assumir **temporariamente** as funções de Conselheiro(a) Tutelar, em razão de "PERIODO DE GOZO FÉRIAS" **[DAS CONSELHEIRAS TUTELARES]**, conforme descrito a seguir:
DO OBJETO DA CONVOCAÇÃO

O presente edital tem como objetivo convocar a suplente para atuar no período de **(10/02/2026 A 12/07/2026).**
DA JUSTIFICATIVA

A convocação decorre da necessidade de substituição temporária em razão do afastamento por FÉRIAS das Conselheiras Tutelares, conforme o disposto na legislação local e nos princípios de continuidade do atendimento às crianças e adolescentes do município.
DA ASSINATURA DO TERMO DE POSSE

A suplente convocada deverá comparecer à sede do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jardim Olinda**/ Departamento Municipal de Assistência Social, localizada na **rua Gonçalves Dias nº 161**, centro- Jardim

Olinda, no prazo de **3 dias úteis**, em horário comercial para manifestação de interesse a contar da publicação deste edital, para assinatura do Termo de Posse e início das atividades.

DAS ATRIBUIÇÕES

A convocada exercerá todas as atribuições previstas na **Lei nº 8.069/1990**, no exercício de suas funções como Conselheira Tutelar, observando os princípios de ética, sigilo e compromisso com os direitos da criança e do adolescente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de não comparecimento da convocada no prazo estabelecido, será chamada a próxima suplente, conforme ordem de classificação no processo de escolha.

JARDIM OLINDA, 30 DE JANEIRO DE 2025

LUCY PALICER
Presidente do Cmdca de Jardim Olinda

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:1EB575C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°14/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 14/2026 - De 03/02/2026 à 06/02/2026.

Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Thiago Gonçalves Rodrigues	Auxiliar Administrativo	Foz do Iguaçu	03/02/2026 à 06/02/2026	Participar do WE2026-Encontro Estadual de Agentes de Desenvolvimento.	R$ 1.590,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR,29 janeiro de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:B8110747

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 014/2023

PARTES: Município de Jundiaí do Sul e a Empresa **FUNERÁRIA CRISTO VIVE**, CNPJ **08.078.788/0001-60.**
ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo de prorrogação do PRAZO de vigência do Contrato Original de Prestação de Serviços nº. 014/2023 - Processo Pregão nº 005/2023, com autorização legal do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, pelo período estimado de 12 (doze) meses.
OBJETO: Constitui objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do PRAZO de vigência do Contrato Original de Prestação de Serviços nº. 014/2023, com autorização legal do artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com previsão na Lei Orçamentária nº 802/2024 de 22/12/2025
VIGÊNCIA: Período estimado de 12 (doze) meses.
DATA DA ASSINATURA: 30/01/2026**.**
FORO: Comarca de Ribeirão do Pinhal – Pr.

Jundiaí do Sul – PR, 30 de janeiro de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:0641311A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 142/2026

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 001/2026, que declarou dispensável a licitação para Contratação do Consórcio Intermunicipal de Educação Ensino do Paraná – CIEDEPAR, a fim de atender as demandas do Departamento Municipal de Educação, com fundamento nos Art. 75, inciso XI, Art. 95, inciso I da Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Perfazendo o valor total de **R$ 23.996,15** (Vinte e três mil, novecentos e noventa e seis reais e quinze centavos), em favor da **Empresa CIEDEPAR - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCACAO E ENSINO DO PARANA, CNPJ: 37.584.276/0001-74.**

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 02 de fevereiro 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:E851EEE6

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026

Ratifico o ato da Comissão de Licitação, nomeada através da Portaria nº. 001/2026, que declarou dispensável a licitação para Aquisição de Livros Literários para o Ensino Infantil – Coleções de Bibliotecas Escolares, para atender as necessidades do CMEI Nice Braga do Município de Jundiaí do Sul, Paraná e para renovar o acervo da Biblioteca, bem como do Cantinho da Leitura das salas de aula, a fim de atender as demandas do Departamento Municipal de Educação, com fundamento nos Art. 75, inciso II, Art. 95, inciso I da Art. 176 Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

Perfazendo o valor total de **R$ 33.032,10** (Trinta e três mil, trinta e dois reais e dez centavos), em favor da **VIZU EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), CNPJ: 02.593.711/0001-42.**

Verifica-se que o presente procedimento encontra-se devidamente instruído com os requisitos previstos no art.72,§ Único da Lei 14.133/2021.

Publique-se.

Jundiaí do Sul – PR, 02 de fevereiro 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Douglas Felipe de Carvalho
Código Identificador:A881514B

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025

Processo Adm: Nº 00000000000000000005

Objeto: Construcao de Creche do Programa Infancia Feliz Parana com a execucao de servicos preliminares e administracao da obra movimento de terra drenagem e aguas pluviais fundacoes estruturas alvenaria divisorias muros e fechos cobertura esquadrias acessorios vidros e espelhos instalacoes eletricas telefonia. sistemas de protecao e ventilacao instalacoes hidrossanitarias gasglp incendio e aparelhos revestimentos de paredes e pisos impermeabilizacoes pinturas e argamassas. pavimentac

Empresas vencedoras valor total: R$ 2.158.500,00 (dois milhões e cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais): ALVORADA TOMAZINA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA (35964446000110) com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.158.500,00 (dois milhões e cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

JUNDIAÍ DO SUL (PR), segunda-feira, 2 de fevereiro de 2026

WALDERLEI LEME FERNANDES
Condutor de Processos

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:B6C3EA06

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025

Processo Adm: Nº 05

Objeto: Construcao de Creche do Programa Infancia Feliz Parana com a execucao de servicos preliminares e administracao da obra movimento de terra drenagem e aguas pluviais fundacoes estruturas alvenaria divisorias muros e fechos cobertura esquadrias acessorios vidros e espelhos instalacoes eletricas telefonia. sistemas de protecao e ventilacao instalacoes hidrossanitarias gasglp incendio e aparelhos revestimentos de paredes e pisos impermeabilizacoes pinturas e argamassas. pavimentac

Empresas vencedoras valor total: R$ 2.158.500,00 (dois milhões e cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais): **ALVORADA TOMAZINA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA** (35964446000110) com os lotes: 1 no valor total de R$ 2.158.500,00 (dois milhões e cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE JUNDIAI DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Conforme Edital, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

JUNDIAÍ DO SUL (PR), segunda-feira, 2 de fevereiro de 2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Autoridade Competente

Publicado por:
Juan Emanuel Gaveluk de Souza
Código Identificador:55E9197C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro de 2026, de conformidade com o Decreto de Nomeação 29356 de 27/01/2026, Camile Silva Nobrega, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo inicial de carreira de Analista de Licitações– Grupo Ocupacional Nível Superior, Classe C, Referência 01 do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG 14.647.165-0/PR, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi nomeada. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pela servidora.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

CAMILE SILVA NOBREGA
Servidora

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5ED4CEC7

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao terceiro dia do mês de fevereiro de 2026, com base no documento protocolado sob nº 102 de 05/01/2026, com fundamento no §1º do Artigo 19 da Lei Municipal 2280/08, e de conformidade com o Decreto de Nomeação 29313 de 22/12/2025, Rafaela Monyke Macedo Maciel de Carvalho, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo inicial de carreira de Técnico de Enfermagem – Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, Classe A, Referência 01 do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG/CPF 016.602.542-99, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi nomeada. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pela servidora.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

RAFAELA MONYKE MACEDO MACIEL DE CARVALHO
Servidora

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:29634FB4

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao terceiro dia do mês de fevereiro de 2026, com base no documento protocolado sob nº 58 de 05/01/2026, com fundamento no §1º do Artigo 19 da Lei Municipal 2280/08, e de conformidade com o Decreto de Nomeação 29312 de 22/12/2025, Edina Aparecida de Mello Ribeiro, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo inicial de carreira de Técnico de Enfermagem – Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, Classe A, Referência 01 do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG 8.182.530-0/PR, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi nomeada. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pela servidora.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

EDINA APARECIDA DE MELLO RIBEIRO
Servidora

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:516952A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como CONTRATANTE, o Município da Lapa, PR, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no

CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Administração, Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 12300733-6/PR, inscrita no CPF sob o nº 058.122.469-80, domiciliado nesta cidade, residente na Rua Treze de Maio, 49, Centro e de outro, como CONTRATADO(A), VANESSA SANTANA VIDAL, BRASILEIRO (A), Solteiro, portador (a) da Cédula de Identidade nº 10469675-9, inscrito (a) no CPF sob o nº 071.820.539-18, residente em RUA PROFESSOR RAIMUNDO, 0, CENTRO, CEP 83.750-003 - Lapa - PARANÁ, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado em Regime Especial, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGENCIA
O prazo contratual fica prorrogado por mais 02 (dois) meses, com término em 04 de abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Lapa, 30 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

VANESSA SANTANA VIDAL
Contratado (a)

Testemunhas:

CLEONICE PINHEIRO DOS SANTOS DARDAQUE
RG: 8208247-6/PR

PRISCILLA ZALESKI
RG: 9938632-0/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:56851382

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como CONTRATANTE, o Município da Lapa, PR, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Administração, Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 12300733-6/PR, inscrita no CPF sob o nº 058.122.469-80, domiciliado nesta cidade, residente na Rua Treze de Maio, 49, Centro e de outro, como CONTRATADO(A), JOCELIA DOS SANTOS, BRASILEIRO (A), Solteiro, portador (a) da Cédula de Identidade nº 8171324-3, inscrito (a) no CPF sob o nº 032.315.099-39, residente em RUA DOUTOR WALDEMAR DE MOURA CARVALHO, 0, CENTRO, CEP 83.730-171 - Contenda - PARANÁ, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado em Regime Especial, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGENCIA
O prazo contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com término em 18 de março de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Lapa, 30 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

JOCELIA DOS SANTOS
Contratado (a)

Testemunhas:

CAROLINE MURBACK BORA
RG: 12821743-6/PR

DHOUGLAS STANISK MAGALHAES
RG: 13253169-2/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:DB879BEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como CONTRATANTE, o Município da Lapa, PR, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Administração, Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 12300733-6/PR, inscrita no CPF sob o nº 058.122.469-80, domiciliado nesta cidade, residente na Rua Treze de Maio, 49, Centro e de outro, como CONTRATADO(A), JELLY TOLEDO CORDEIRO, BRASILEIRO (A), Casado, portador (a) da Cédula de Identidade nº 8962590-4, inscrito (a) no CPF sob o nº 049.016.219-39, residente em RUA ROBERTO HOFFMANN, 0, RONDA, CEP 83.751-414 - Lapa - PARANÁ, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado em Regime Especial, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGENCIA
O prazo contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com término em 10 de março de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Lapa, 30 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

JELLY TOLEDO CORDEIRO
Contratado (a)

Testemunhas:

CAROLINE MURBACK BORA
RG: 12821743-6/PR

DHOUGLAS STANISK MAGALHAES
RG: 13253169-2/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:6F8D7C9C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como CONTRATANTE, o Município da Lapa, PR, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.020.452/0001-05, representado neste ato por seu Secretário Municipal de Administração, Carlos Andre Schaphauser Martins Silva, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 12300733-6/PR, inscrita no CPF sob o nº 058.122.469-80, domiciliado nesta cidade, residente na Rua Treze de Maio, 49, Centro e de outro, como CONTRATADO(A), ROSANGELA DE FATIMA PAZ DA SILVEIRA, BRASILEIRO (A), Solteiro, portador (a) da Cédula de Identidade nº 7328813-4, inscrito (a) no CPF sob o nº 020.217.749-10, residente em RUA ROBERTO HOFFMANN, 0, RONDA, CEP 83.751-414 - Lapa - PARANÁ, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado em Regime Especial, para fazer constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGENCIA
O prazo contratual fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, com término em 06 de março de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS
As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Lapa, 30 de janeiro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Secretário Municipal de Administração

ROSANGELA DE FATIMA PAZ DA SILVEIRA
Contratado (a)

Testemunhas:

CAROLINE MURBACK BORA
RG: 12821743-6/PR

DHOUGLAS STANISK MAGALHAES
RG: 13253169-2/PR

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0B6B7CC5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de entretenimento fotográfico digital, compreendendo a disponibilização de 01 (um) espelho mágico interativo e 01 (uma) plataforma giro 360º, com fornecimento de equipamentos, software de compartilhamento instantâneo, operadores treinados e adereços temáticos, para evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, conforme TERMO DE REFERÊNCIA e ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR disponível em: lapa.atende.net, clicando no menu rotativo – Aviso de Dispensa. A proposta deverá ser formulada de acordo com as descrições e quantidades especificadas no item 1, subitem 1.1 do TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA O LOTE: R$ 6.283,33 (seis mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos), correspondente a soma do menor valor obtido entre média e mediana dos itens.

DOCUMENTAÇÃO: A empresa vencedora deverá apresentar o CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo SICAF, no portal https://www.gov.br/compras/pt-br, e os documentos abaixo descrito, salvo os que já estejam contemplados e válidos no referido certificado: Comprovante de Inscrição - CNPJ; Certidão de Tributos Federais; Certidão de Tributos Estaduais; Certidão de Tributos Municipais Certidão de FGTS; Certidão Trabalhista; Contrato Social (última alteração); Certidão de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial; Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstraçãoes contábeis dos ultimos 2 (dois) exercícios; Atestado de Capacidade Técnica comprovando experiência na digitalização e modelagem 3D de patrimônios históricos e culturais; Portifólio com projetos similares realizados para orgãos públicos ou instituições de preservação cultural; Declarações que não emprega menor de idade, que não possui fatos impeditivos para contratar com a Administração e declaração referente à Lei n.º13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA: De 03/02/2026 a 06/02/2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: A proposta deverá ser enviada no e-mail: suprimentoslapa@gmail.com. Para esclarecimento de dúvidas quanto ao objeto da contratação, favor entrar em contato com o Departamento solicitante, através do telefone: 41-3547-8064.

Lapa, 30 de janeiro de 2026.

KELLY CRISTINA BROGIAN
Diretora Técnica de Compras, Licitações e Contratos

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2AB6A06A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28392/2025, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. CARLOS ANDRÉ SCHAPHAUSER MARTINS SILVA.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 01 E 02, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;

CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 01 E 02.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5974493F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 151/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28428, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. ANDRÉ REZENDE CHERUBINI.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 02, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;
CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 151/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 02.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:3F07973A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 155/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 04, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE

CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;
CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 155/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 04.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:204CC825

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 156/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28525, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. ELIONARA MOREIRA DE CARVALHO SKRZYPIETZ.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 02, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;
CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 156/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 24487/201820875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 02.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:59AEAD47

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 154/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28510, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. JOÃO CARLOS LEONARDI FILHO.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 02 E 03, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS

FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;
CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 154/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 02 E 03.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:74B61C7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2025

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2025 (PD 2440/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391 DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADA: SRA. TÂNIA TENÓRIO FERRARI, CPF Nº 062.506.219-11.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO INSTRUTORES DE OFICINAS EDUCACIONAIS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA LAPA/PR NAS MODALIDADES DE: ARTES/ARTESANATO, BOXE CHINÊS, BALÉ, LÍNGUA INGLESA, PRÁTICAS ESPORTIVAS, PROJETOS MATEMÁTICOS, PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MUSICALIZAÇÃO E XADREZ, CONFORME ART. 105 E 107, DA LEI 14.133/2021 E O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1777/2025 (PD Nº 29915/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER E O PARECER JURÍDICO Nº 006/2026/PGM.
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2025 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 26.02.2026 E 25.02.2027, DEVENDO SER EMPENHADO PARA AS DESPESAS DO PERÍODO O VALOR CONTRATUAL DE R$36.247,68 (TRINTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E SETE REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 14/01/2026
DATA ASSINATURA: 14/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9D5CFF98

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2026

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026 (PD Nº 30350/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: MARTA TEIXEIRA - LAPA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 04.080.992/0001-65, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU PROCURADOR, SR. DIOMAR PEDRO TEIDER.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE 01 (UMA) LINHA (ROTA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, QUE DEVEM INICIAR EM 05.02.2026 PARA PROPORCIONAR O ACESSO AS RESPECTIVAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DA LAPA -PR, EM REGIME DE EXCLUSIVIDADE, DE FORMA CONTÍNUA, COM MOTORISTAS, MONITORES E VEÍCULOS SOB RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA. O SERVIÇO DE TRANSPORTE DEVERÁ SER EXECUTADO, POR UM PERÍODO PREVISTO DE 06 MESES (DE 05.02.2026 A 31.07.2026), CONSIDERANDO 106 DIAS LETIVOS, OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DO ITEM 05, LINHA 27, NO PREGÃO 018/2025, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR ESTABELECIDO PELAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, ABRANGENDO OS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E PERÍODO INTEGRAL, DE ACORDO COM A DEMANDA DE CADA ESCOLA, E ESPECIFICAÇÃO DA ROTA (LINHA 27), NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O SERVIÇO DE TRANSPORTE DEVERÁ SER EXECUTADO POR UM PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, A CONTAR DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO.
VALOR GLOBAL: R$ 125.989,48 (CENTO E VINTE E CINCO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 1795/2025 E COMUNICADO INTERNO Nº 001/2026 – SMEEL (PD Nº 30350/2025)
RECURSO: 464
ÓRGÃO: 6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.
UNIDADE: 3 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR
AÇÃO: 2274 - MANTER LINHAS - TRANSPORTE ESCOLAR
ELEMENTO: 3339033030000000000 - DESPESAS COM TRANSPORTE ESCOLAR

VÍNCULO: 104 - 25% SOBRE DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À E
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 30350/2025, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 02/02/2026
DATA ASSINATURA: 02/02/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D54FAD9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 153/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28391, DE 05.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SRA. NEUZELI SCHMIDT CAMARGO.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 01, 02 E 04, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;
CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 153/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 01, 02 E 04.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E6E2AAD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

ORIGEM: PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025 (PD Nº 24150/2025)
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DA LAPA/PR, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815/2023, DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
FORNECEDOR: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMÉRCIO LTDA, CNPJ SOB Nº 29.644.666/0001-64, AQUI REPRESENTADA POR SUA PROCURADORA, SRA. ROSANA CRISTINA CALAÇA.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, ATRAVÉS DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES QUE CONSTAM DO TERMO DE REFERÊNCIA– ANEXO I, ITENS 1, 2, 3, 5 E 7.
VALOR GLOBAL: R$ 23.199.800,00 (VINTE E TRÊS MILHÕES, CENTO E NOVENTA E NOVE MIL E OITOCENTOS REAIS), SENDO OS VALORES POR ITEM OS DISCRIMINADOS NO ITEM 2.1 DESTA ATA.
O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTADO A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, SERÁ DE 1 (UM) ANO, E PODERÁ SER PRORROGADO, POR IGUAL PERÍODO, DESDE QUE COMPROVADO QUE AS CONDIÇÕES E O PREÇO PERMANECEM VANTAJOSOS. (ART. 194 § 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815 DE 31 DE MARÇO DE 2023);
OS CONTRATOS QUE VIEREM A SER CELEBRADOS COM FUNDAMENTO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO TER VIGÊNCIA DE 12 MESES, A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA DEMANDANTE, PODENDO ULTRAPASSAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA, DESDE QUE:
A) A CONTRATAÇÃO OCORRA DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA;
B) A VIGÊNCIA CONTRATUAL OBSERVE OS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NOS ARTIGOS 105 A 112 DA LEI Nº 14.133/2021.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, NO DECRETO N.º 26.815, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
EVENTUAIS ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SEGUIR O DISPOSTO NO ARTIGO 209 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023, DISPONÍVEL EM: HTTPS://LAPA.ATENDE.NET/CIDADAO/PAGINA/DECRETOS-MUNICIPAIS
DATA: 29/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:CD2A4C9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 157/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 01, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;
CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 157/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITEM 01.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:9BD233B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 23º TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 201/2019

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2019.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
LOCADORA: LEONILDA SILVEIRA DE ALMEIDA, CPF SOB Nº 547.474.909-06.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NO ENDEREÇO: RUA CORONEL EDUARDO CORREIA, Nº 35, PISO SUPERIOR, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE LAPA/PR, OBJETO DA MATRÍCULA N° 2.704, DO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DA LAPA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE APROXIMADAMENTE 523M² CONTENDO SALA E 08 (OITO) BANHEIROS PARA AMPLIAÇÃO DA CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADAS – CTE:
SUBSTITUIR GESTOR E FISCAL DO CONTRATO SUPRA, CLÁUSULA DOZE, PASSANDO A SER: GESTORA: SRA MARCIA REGINA GUEBERT – MATRÍCULA 913 E FISCAL: SRA. ALESSANDRA BATISTA BUENO MATOSO – MATRÍCULA 8173, CONFORME PORTARIA Nº 115, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 190/2026 (PD 892/2026), QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO.
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO §8º DO ART. 65 DA LEI Nº 8666/1993, CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019.
DATA: 29/01/2026
DATA ASSINATURA: 29/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:BDD188EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 43º TERMO ADITIVO - APOSTILAMENTO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 078/2009

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2009.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
LOCADORA: LEONILDA SILVEIRA DE ALMEIDA, CPF SOB Nº 547.474.909-06.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO À RUA CORONEL EDUARDO CORREIA, Nº 35 - PISO INFERIOR PARA INSTALAÇÃO DE ÓRGÃOS DA SECRETARIA DE SAÚDE:
SUBSTITUIR GESTOR E FISCAL, CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO SUPRA, PASSANDO A SER: GESTORA: SRA MARCIA REGINA GUEBERT – MATRÍCULA 913 E FISCAL: SRA. ALESSANDRA BATISTA BUENO MATOSO – MATRÍCULA 8173, CONFORME PORTARIA Nº 115 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EM ATENDIMENTO A REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº

191/2026 (PD 897/2026), QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO.
O REGISTRO DESTA APOSTILA ESTÁ RESPALDADO NO §8º DO ART. 65 DA LEI Nº 8666/1993 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019.
DATA: 29/01/2026
DATA ASSINATURA: 29/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0F4B4BA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 005/2024

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO 118/2022 (21279/2022), QUE ORIGINOU A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2023.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
LOCADOR: COTRANS LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ SOB Nº 77.637.684/0001-61, AQUI REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR SR. LEANDRO GEMIN MEIGA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR, LIVRE QUILOMETRAGEM, PARA ATENDIMENTO À TODAS AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, ITEM 08 E 09 – DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DO TRANSPORTE DE PACIENTES, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1792/2025 (PD Nº 30285/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O PARECER JURÍDICO Nº 058/2026/PGM.
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO Nº 005/2024, POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01.02.2026 E 31.01.2027 COM O VALOR CONTRATUAL DE R$39.552,00 (TRINTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 30/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:EA33589E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 152/2025

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28430, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: SAUNT ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 25.075.446/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU ADMINISTRADOR, SR. CRISTIAN KLENTFELT.
OBJETO: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 01 E 02, EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI Nº 14.133/2021 E NOS DEMAIS FUNDAMENTOS EXTERNADOS NO PROCESSO DIGITAL Nº 20875/2025, APENSOS PD Nº 28229/2025 E PD Nº 30722/2025:
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 119/2025/DELESP/DREX/SR/PF/PR DA DELEGACIA DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA, ASSINADO EM 13.11.2025;
CONSIDERANDO O OFÍCIO Nº 600/2025 – GAB – GABINETE DO PREFEITO ASSINADO EM 10.12.2025;
CONSIDERANDO A JUSTIFICATIVA PARA ANULAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 150 A 157/2025 (PD Nº 30722/2025) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE 15.12.2025;
CONSIDERANDO O CIENTE/RECEBIDO VIA E-MAIL À CONTRATADA EM 13/01/2026 DO OFÍCIO 01/2026 – SEMAD DATADO DE 07/01/2026, OFÍCIO 02/2026 - SEMAD DATADO DE 13/01/2026 E PARECER JURÍDICO Nº 1101/2025;
CONSIDERANDO O PARECER Nº 1101/2025/PGM;
CONSIDERANDO A ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 20.01.2026 E PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ, EM 21.01.2026, EDIÇÃO Nº 3452, QUE PASSA A FAZER PARTE DESTE TERMO DE ANULAÇÃO.
O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A ANULAÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO, EM 21.01.2026, POR ATENDIMENTO LEGAL E AO INTERESSE PÚBLICO, DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 152/2025, FIRMADO EM 06.10.2025, DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025 (PD Nº 20875/2025), NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, VIII DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO, POR POSTO DE TRABALHO, DOS IMÓVEIS OCUPADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E SEUS DEPARTAMENTOS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS E EPI'S NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. ITENS 01 E 02.
A PRESENTE ANULAÇÃO É FEITA SEM QUE SEJA DEVIDA QUALQUER MULTA OU PENALIDADE DE PARTE A PARTE.
DATA: 22/01/2026
DATA ASSINATURA: 30/01/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:82F2B3CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
OFICIO 03/2026

OFÍCIO Nº 03 /2026 – SEMED Laranjal, 21 de janeiro de 2026.
Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Laranjal Maycon Lopes Simioni Prefeitura Municipal de Laranjal
Assunto: Solicitação de autorização para realização de Processo Seletivo Simplificado
Excelentíssimo Senhor Prefeito,
A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência solicitar autorização para a realização de Processo Seletivo Simplificado, visando à contratação temporária de profissionais para atender às demandas da rede municipal de ensino.
A presente solicitação justifica-se pela necessidade de garantir o regular funcionamento das unidades escolares e o cumprimento do Calendário Escolar de 2026, considerando que alguns professores

completaram seu tempo de serviço e passarão a usufruir de aposentadoria, bem como outros se encontrarão em licença especial.
Ressaltamos que o Processo Seletivo Simplificado será realizado em conformidade com a legislação vigente e com as normas estabelecidas pelo Município, visando atender, principalmente, às demandas da Escola do Campo Munhoz da Rocha, bem como a outras necessidades que possam surgir no decorrer do ano letivo.
Diante do exposto, solicitamos a autorização de Vossa Excelência para a abertura do referido processo, a fim de suprir as necessidades temporárias e urgentes desta Secretaria.
Certos de contarmos com a habitual atenção e apoio, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.
Atenciosamente,

ELISANDRA PATRÍCIA DA ROCHA
Secretaria Municipal de Educação Prefeitura Municipal de Laranjal – PR secretariadeeducacaolaranjal@gmail.com

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:C757F974

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 76/2026

PORTARIA Nº 76/2026

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, **MAYCON LOPES SIMIONI**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. **JAIME FERREIRA SCHOMA**, matrícula nº **287009**, para exercer o cargo de **Agente Político – Secretário Municipal de Esportes**, a partir de **02 de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal – PR, em **02 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:E002A145

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 77/2026

PORTARIA Nº 77/2026
O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, **MAYCON LOPES SIMIONI**, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. **JEAN LUCAS PILISSARI**, matrícula nº **287010**, para exercer o cargo em comissão de **Diretor do Departamento de Compras e Licitação**, a partir de **02 de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal – PR, em **02 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:5727F13B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 78/2026

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONCEDE:
Art. 1º Fica concedido à servidora pública municipal **OLIANI RODRIGUES DAMIÃO**, **30 (trinta) dias de férias**, sendo:
10 (dez) dias referentes ao período aquisitivo **2024/2025**;
20 (vinte) dias referentes ao período aquisitivo **2025/2026**
A serem usufruídas no período de **02 de fevereiro de 2026 a 03 de março de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal Estado do Paraná, em **02 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:15710DCF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 80/2026

PORTARIA Nº 80/2026
O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONCEDE:
Art. 1º Ficam concedidos **10 (dez) dias de férias**, referentes ao **período aquisitivo 2025/2026**, à servidora pública **LEDIANE DE LIMA PAES**, **matrícula nº 286919**, **Agente Político – Secretária Municipal de Saúde**, a serem usufruídos no período de **02 de fevereiro de 2026 a 11 de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal Estado do Paraná, em **02 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:A93204BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 81/2026

PORTARIA Nº 81/2026

O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder **20 (vinte) dias de férias** à servidora pública municipal **SIRLEI PEREIRA DE CAMPOS**, matrícula nº **286813**, ocupante do cargo **Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais**, relativas ao período aquisitivo **2024/2025**, a serem usufruídas no período de **02 de fevereiro de 2026 a 21 de fevereiro de 2026**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal – PR, em **02 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:CBD501F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 82/2026

PORTARIA n'º82/2026

SUMULA: Comunica que o servidor retorna ao seu posto retomando suas atividades normais.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE

Art. 1º - Fica excluída Licença Para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, a servidora VALÉRIA DOS SANTOS SILVA, portador da Matricula de nº286795, servidora efetiva e estável desta municipalidade lotado no departamento de Educação, retomando assim as suas atividades normais aos 02 de Fevereiro de 2026.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 02 de Fevereiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 02 dias do mês de Fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipalportaria N'º82/2026

SUMULA: Comunica que o servidor retorna ao seu posto retomando suas atividades normais.
Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
RESOLVE

Art. 1º - Fica excluída Licença Para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, a servidora VALÉRIA DOS SANTOS SILVA, portador da Matricula de nº286795, servidora efetiva e estável desta municipalidade lotado no departamento de Educação, retomando assim as suas atividades normais aos 02 de Janeiro de 2026.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 02 de Janeiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 02 dias do mês de Janeiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:55D22F02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 83/2026

PORTARIA Nº 83/2026
O Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder **30 (trinta) dias de férias** à servidora pública da Prefeitura Municipal de Laranjal – PR, **ROSALINA CORREA**, matrícula nº **1821**, ocupante do cargo **Efetivo de Servente**.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Edifícios da Prefeitura Municipal de Laranjal – PR, em **02 de fevereiro de 2026**.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:1CA9C1D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 84/2026

Portaria Nº84/2026

SUMULA: Concede licença sem vencimentos a servidora e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDER

Art. 1º - Fica concedido Licença sem vencimentos de até dois anos a servidora, ROSANA PEREIRA DOS SANTOS, com Matricula de nº286542, servidora efetiva e estável nesta municipalidade, no Período Aquisitivo de 18/05/2020 à 18/05/2025, período de gozo a partir do dia 02/02/2026 até 01/02/2028, conforme art. 39 da Lei 040/2006 de 29 de novembro de 2006 que rege o plano de cargos e salários na Administração Pública Municipal.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:A6E37144

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 85/2026

PORTARIA N°85/2026

SUMULA: Exonera servidora de cargo em Comissão e das outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais resolve:
Exonerar

Art. 1º - Fica exonerada, servidora JOARA MARTINS DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão Chefe Seção - Finanças, Matricula de nº287001.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 02 de fevereiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 02 dias do mês de Fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:9B9C58E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 86/2026

Portaria Nº86/2026

SUMULA: Concede Licença remunerada a servidora e dá outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDER

Art. 1º - Fica concedido Licença prêmio de 90 dias (3 meses) 1 licença, sendo indenizadas referente ao período aquisitivo de 24/02/1997 à 24/02/2002 a servidora GREGORIA GASQUES OYERA, portadora da matricula de nº 381, servidora efetiva e estável desta municipalidade, lotado no departamento de Educação, pelo período de 03 (três) meses, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2026 à 02 de Maio de 2026.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de 02 de Fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 02 dias do mês de Fevereiro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:A66DC9B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 87/2026

Portaria N° 87/2026

SUMULA: Concede Licença para tratar de assuntos particulares sem remuneração a servidora público e da outras providências.

Prefeito Municipal de Laranjal Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:
CONCEDE
Art. 1º - Fica concedido Licença sem remuneração de até um ano a servidora, Marilsa Pereira, com Matricula de nº 8701, servidora efetivo e estável desta Municipalidade, no Período Aquisitivo de 08/09/2010 à 08/09/2015, a partir do dia 02/02/2026 até 02/02/2027, conforme art. 39 da Lei 040/2006 de 29 de novembro de 2006 que rege o plano de cargos e salários na Administração Pública Municipal.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data da publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Laranjal, aos 02 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:3F9A7D75

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 02/2026
Dispensa de Licitação Nº 02/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA (00.661.865/0001-07)
Contratada: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS TB LTDA (14.360.280/0001-53)
Objeto: Aquisição parcelada e sem faturamento mínimo de 1.200 litros de combustível (gasolina comum), em face a necessidade de abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal de Loanda.
Valor total: R$ 7.308,00 (sete mil, trezentos e oito reais)
Vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027, podendo ser prorrogado até o prazo decenal do art. 107 da Lei n° 14133/21.
Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:D29CEC61

CAMARA MUNICIPAL DE LOANDA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 03/2026
Dispensa de Licitação Nº 03/2026
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LOANDA (00.661.865/0001-07)
Contratada: PLS PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PROFISSIONAL LTDA (CNPJ 37.356.879/0001-19)
Objeto: Aquisição de produtos de limpeza e higiene para suprir o almoxarifado, objetivando a manutenção das atividades da Câmara Municipal de Loanda/PR durante o exercício financeiro de 2026.
Valor total: R$ 7.852,10 (sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e dez centavos).
Vigência: 02/02/2026 a 02/02/2027, podendo ser prorrogado até o prazo decenal do art. 107 da Lei n° 14.133/21.
Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Joao Pereira da Silva
Código Identificador:CEFFFEF3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO "014" CARGO: MOTORISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "014"

CARGO: MOTORISTA
REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2023

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o **Concurso Público**, Aberto pelo **Edital nº 01/2023**, de 01 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2701, de 01 de fevereiro de 2023, retificado pelo Edital nº 02/2023 de 09 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2708, de 10 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final nº 009/2023, de 14 de abril de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2751a, de 14 de abril de 2023.

CONSIDERANDO o Decreto n° 049/2025, de 27 de março de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3245, de 28 de março de 2025, que Prorroga o prazo de validade do Concurso Público aberto pelo Edital n° 01/2023.

CONSIDERANDO a Autorização para Convocação e Admissão, de candidato aprovado para o Cargo de Motorista.

R E S O L V E:

CONVOCAR o(a) candidato(a): **FULGÊNCIO ALVES DA COSTA**, aprovado(a) em **14° Lugar** no Cargo de **MOTORISTA**, para comparecer perante a Divisão de Recursos Humanos, localizada na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de publicação deste Edital de Convocação, munido(a) dos documentos relacionados no Anexo Único deste edital, em conformidade com o **subitem 13.4 do Edital de Abertura nº 01/2023.**

A nomeação no cargo dependerá de **prévia** inspeção médica oficial do Município, conforme disposto no **subitem 13.3 do Edital de Abertura nº 01/2023,** o qual deverá ser realizada dentro do prazo de convocação.

Para realização da inspeção médica, o(a) candidato(a) deverá efetuar a retirada do ASO junto à Divisão de Recursos Humanos, o qual informará o local e o médico responsável pela realização da inspeção.

O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, será considerado(a) como desistente e substituído(a), na sequência, pelo(a) candidato(a) imediatamente classificado(a), conforme disposto no **subitem 13.2 do Edital de Abertura nº 01/2023.**

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ROL DE DOCUMENTOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

APRESENTAR PERANTE A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS: DOCUMENTO ORIGINAL E SUA RESPECTIVA CÓPIA,
OU SE PREFERIR, CÓPIA AUTENTICADA.

CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE - RG.
CÓPIA DO CPF.
02 (DUAS) FOTOS 3X4 RECENTES E COLORIDAS.
CÓPIA DA C.N.H. SE POSSUIR. (OBRIGATÓRIA PARA OS CARGOS: MOTORISTA, CUIDADOR/EDUCADOR, OPERADOR DE MÁQUINA PESADA)
CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR.
CÓPIA DO CERTIFICADO DE RESERVISTA, OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, OU AINDA DISPENSA DE INCORPORAÇÃO **(SEXO MASCULINO)**.
CARTEIRA DE TRABALHO ORIGINAL.
COMPROVANTE DE PIS OU PASEP.
CÓPIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO, OU SE FOR O CASO, CERTIDÃO DE NASCIMENTO.
CÓPIA DO CPF DO(A) ESPOSO(A) **(SE FOR O CASO)**.
COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUAL **(CONTA DE ÁGUA, LUZ OU TELEFONE)**.
CÓPIA DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO/ESCOLARIDADE EXIGIDO PELO REQUISITO DO CARGO.
COMPROVANTE DE REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE. **(SE FOR REQUISITO DO CARGO)**.

INFORMAÇÕES SOBRE BENS PESSOAIS:
DOCUMENTAÇÃO DOS BENS QUE POSSUÍ NO NOME. (BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E VALORES): **SE NÃO FOR DECLARANTE IR.**

SE POSSUIR FILHOS MENORES DE 18 ANOS:
CÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS.
CÓPIA DO CPF DOS FILHOS.
CÓPIA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DE FILHOS COM IDADE ATÉ 07 ANOS, **(SE FOR O CASO)**.
COMPROVANTE DE FREQUENCIA/MATRÍCULA ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS, **(SE FOR O CASO)**.

INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS VINCULOS:
SE POSSUIR VÍNCULO COM ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU EMPRESA PRIVADA: APRESENTAR DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR CONSTANDO: CNPJ E A RAZÃO SOCIAL; DESCRIÇÃO DO EMPREGO/CARGO OU FUNÇÃO QUE OCUPAM, CARGA HORÁRIA, TURNO, HORÁRIO DE TRABALHO, E REMUNERAÇÃO (APRESENTAR CÓPIA DO HOLERITE).
SE FOR NECESSÁRIO SOLICITAR DEMISSÃO DO EMPREGO PARA ASSUMIR A VAGA NO CARGO: APRESENTAR COMPROVANTE DA SOLICITAÇÃO DE DEMISSÃO.
OBSERVAÇÃO: SOLICITAR A DEMISSÃO, **SOMENTE APÓS CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, E TER SIDO CONSIDERADO **APTO** PARA FUNÇÃO, PELA INSPEÇÃO MÉDICA.
SE FOR APOSENTADO: APRESENTAR CONPROVANTE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO (DECRETO/PORTARIA/RESOLUÇÃO) OU OUTRO DOCUMENTO QUE CONSTE O REGIME DA APOSENTADORIA, MOTIVO E DATA DE INÍCIO.

CERTIDÕES NEGATIVAS:
FÓRUM DE DOMICÍLIO: CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.
RECEITA FEDERAL: COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL DO CPF:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
POLÍCIA FEDERAL: CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:
https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
JUSTIÇA ELEITORAL: CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL:
https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral
JUSTIÇA ELEITORAL: CERTIDÃO DE CRIMES ELEITORAIS:
https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:F125A9F7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO "015" CARGO: MOTORISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "015"
CARGO: MOTORISTA
REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2023

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o **Concurso Público**, Aberto pelo **Edital nº 01/2023**, de 01 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2701, de 01 de fevereiro de 2023, retificado pelo Edital nº 02/2023 de 09 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2708, de 10 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final nº 009/2023, de 14 de abril de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2751a, de 14 de abril de 2023.

CONSIDERANDO o Decreto n° 049/2025, de 27 de março de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3245, de 28 de março de 2025, que Prorroga o prazo de validade do Concurso Público aberto pelo Edital n° 01/2023.

CONSIDERANDO a Autorização para Convocação e Admissão, de candidato aprovado para o Cargo de Motorista.

R E S O L V E:

CONVOCAR o(a) candidato(a): **GILSON RAMOS DA SILVA**, aprovado(a) em **15° Lugar** no Cargo de **MOTORISTA**, para comparecer perante a Divisão de Recursos Humanos, localizada na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de publicação deste Edital de Convocação, munido(a) dos documentos relacionados no Anexo Único deste edital, em conformidade com o **subitem 13.4 do Edital de Abertura nº 01/2023.**

A nomeação no cargo dependerá de **prévia** inspeção médica oficial do Município, conforme disposto no **subitem 13.3 do Edital de Abertura nº 01/2023,** o qual deverá ser realizada dentro do prazo de convocação.

Para realização da inspeção médica, o(a) candidato(a) deverá efetuar a retirada do ASO junto à Divisão de Recursos Humanos, o qual informará o local e o médico responsável pela realização da inspeção.

O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, será considerado(a) como desistente e substituído(a), na sequência, pelo(a) candidato(a) imediatamente classificado(a), conforme disposto no **subitem 13.2 do Edital de Abertura nº 01/2023.**

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ROL DE DOCUMENTOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

APRESENTAR PERANTE A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS: DOCUMENTO ORIGINAL E SUA RESPECTIVA CÓPIA,
OU SE PREFERIR, CÓPIA AUTENTICADA.

CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE - RG.
CÓPIA DO CPF.
02 (DUAS) FOTOS 3X4 RECENTES E COLORIDAS.
CÓPIA DA C.N.H. SE POSSUIR. (OBRIGATÓRIA PARA OS CARGOS: MOTORISTA, CUIDADOR/EDUCADOR, OPERADOR DE MÁQUINA PESADA)
CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR.
CÓPIA DO CERTIFICADO DE RESERVISTA, OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, OU AINDA DISPENSA DE INCORPORAÇÃO **(SEXO MASCULINO)**.
CARTEIRA DE TRABALHO ORIGINAL.
COMPROVANTE DE PIS OU PASEP.
CÓPIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO, OU SE FOR O CASO, CERTIDÃO DE NASCIMENTO.
CÓPIA DO CPF DO(A) ESPOSO(A) **(SE FOR O CASO)**.
COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUAL **(CONTA DE ÁGUA, LUZ OU TELEFONE)**.
CÓPIA DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO/ESCOLARIDADE EXIGIDO PELO REQUISITO DO CARGO.
COMPROVANTE DE REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE. **(SE FOR REQUISITO DO CARGO)**.

INFORMAÇÕES SOBRE BENS PESSOAIS:
DOCUMENTAÇÃO DOS BENS QUE POSSUÍ NO NOME. (BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E VALORES): **SE NÃO FOR DECLARANTE IR.**

SE POSSUIR FILHOS MENORES DE 18 ANOS:
CÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS.
CÓPIA DO CPF DOS FILHOS.
CÓPIA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DE FILHOS COM IDADE ATÉ 07 ANOS, **(SE FOR O CASO)**.
COMPROVANTE DE FREQUENCIA/MATRÍCULA ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS, **(SE FOR O CASO)**.

INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS VINCULOS:
SE POSSUIR VÍNCULO COM ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU EMPRESA PRIVADA: APRESENTAR DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR CONSTANDO: CNPJ E A RAZÃO SOCIAL; DESCRIÇÃO DO EMPREGO/CARGO OU FUNÇÃO QUE OCUPAM, CARGA HORÁRIA, TURNO, HORÁRIO DE TRABALHO, E REMUNERAÇÃO (APRESENTAR CÓPIA DO HOLERITE).
SE FOR NECESSÁRIO SOLICITAR DEMISSÃO DO EMPREGO PARA ASSUMIR A VAGA NO CARGO: APRESENTAR COMPROVANTE DA SOLICITAÇÃO DE DEMISSÃO.
OBSERVAÇÃO: SOLICITAR A DEMISSÃO, **SOMENTE APÓS CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, E TER SIDO CONSIDERADO **APTO** PARA FUNÇÃO, PELA INSPEÇÃO MÉDICA.
SE FOR APOSENTADO: APRESENTAR CONPROVANTE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO (DECRETO/PORTARIA/RESOLUÇÃO) OU OUTRO DOCUMENTO QUE CONSTE O REGIME DA APOSENTADORIA, MOTIVO E DATA DE INÍCIO.

CERTIDÕES NEGATIVAS:
FÓRUM DE DOMICÍLIO: CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.
RECEITA FEDERAL: COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL DO CPF:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
POLÍCIA FEDERAL: CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:
https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
JUSTIÇA ELEITORAL: CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL:
https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral
JUSTIÇA ELEITORAL: CERTIDÃO DE CRIMES ELEITORAIS:
https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:59E2FD4A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 077/2026

PORTARIA Nº. 077/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº. 761/2026, de 29/01/2026

Resolve:

Conceder ao servidor EDER FLAVIO CIVIERI, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, matrícula nº. 966212, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de trabalho prestado entre 26/03/2023 a 25/03/2024, nos termos do artigo 101 c/c o artigo 105, da Lei Municipal nº. 003/92, a partir de 02/02/2026 a 03/03/2026, devendo retornar em atividade em 04/03/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:CADD1DBC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 078/2026

PORTARIA Nº. 078/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando as atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a solicitação emitida pela Secretaria de Saúde em 23/01/2026.

Resolve:

Alterar a data das férias concedidas a senhora DEBORA VASCONCELOS VERISSIMO, matricula nº. 966877, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, referente ao período de 20 (vinte) dias de gozo de 18/02/2026 a 09/03/2026, concedidas através da portaria nº 740/2025 de 07/11/2025, para a data de 11/05/2026 a 30/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:558FDBC9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 079/2026

PORTARIA Nº. 079/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 671/2026 de 27/01/2026;

Resolve:

Conceder a servidora ANA PAULA SANTAROSA PREVIATTO, matrícula nº. 966438, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 02/06/2015 a 27/05/2020 E 01/01/2022 a 04/01/2022, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 05/02/2026 a 05/05/2026, devendo retornar em atividade em 06/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:B37EDC9B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 080/2026

PORTARIA Nº. 080/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 679/2026 de 27/01/2026;

Resolve:

Conceder a servidora ROSILENE PANISSA DEMAZZI, matrícula nº. 107901, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 02/05/2006 a 01/05/2011, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 05/02/2026 a 05/05/2026, devendo retornar em atividade em 06/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:5CA549FD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 081/2026

PORTARIA Nº. 081/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 748/2026 de 29/01/2026;

Resolve:

Conceder a servidora CLAUDIA ZAURISO DE SOUZA FERNANDES, matrícula nº. 965909, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR INFANTIL, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, pelo período de trabalho prestado entre 03/04/2014 A 02/04/2019, nos termos da Lei Municipal nº 003/92, a partir de 05/02/2026 a 05/05/2026, devendo retornar em atividade em 06/05/2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:A76CB025

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026 – CMDI/LOANDA

CONSELHO MUNICIPAL DES DIREITOS DO IDOSO DE LOANDA
Resolução nº 01/2026 – CMDI/Loanda

Dispõe sobre a aprovação das prestações de contas referentes às Deliberações nº 015/2022, nº 024/2023 e nº 019/2023.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE LOANDA – CMDI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 083/2007 e pelo seu Regimento Interno,
CONSIDERANDO a competência do Conselho para acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados à Política Municipal da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO a apresentação das prestações de contas referentes ao exercício de 2024 das Deliberações nº 015/2022, nº 024/2023 e nº 019/2023;
CONSIDERANDO a análise técnica da documentação comprobatória, relatórios de execução física e financeira e os esclarecimentos prestados durante reunião ordinária realizada em 02 de fevereiro de 2026;
CONSIDERANDO a deliberação do plenário do CMDI, que aprovou por unanimidade as referidas prestações de contas;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar as prestações de contas referentes ao exercício de 2024 dos recursos executados por meio das Deliberações nº 015/2022, nº 024/2023 e nº 019/2023, por estarem em conformidade com as normas vigentes e com os objetivos pactuados.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser registrada em ata e publicada nos meios oficiais do município.

Loanda – PR, 02 de fevereiro de 2026.

CELIA REGINA DOS SANTOS GEROSA
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos do Idoso

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:076DA0C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 006/2026-L FÉRIAS IVANETE GIMENES LIMA CARDOSO

PORTARIA Nº 006/2026-L

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO, ESTADO DO PARANÁ,no uso das atribuições legais e, em especial, a Lei nº. 622/94-E de 05/09/1994;

Considerando a previsão contida no artigo 90, § 4º, e Parágrafo Único do artigo 91, todos da Lei Municipal nº 622/94-E, Estatuto dos Servidores Municipais;
RESOLVE:
Art. 1º -CONCEDER: 10 (vinte) dias de Férias Regulamentares, a servidora: **IVANETE GIMENES LIMA CARDOSO**, inscrita no CPF: 034.630.279-09 e RG: 4.890.011-9, ocupar do cargo de provimento efetivo de ZELADORA, nível 24, do Quadro de Provimento Efetivo, constante do Anexo II, da Resolução nº 005/2009-L, no período de 28/01/2026 a 06/02/2026. Referente ao período aquisitivo de 2024 - 2025.

Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Lobato, aos 26 dias do mês de janeiro do ano de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:315F07F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025 – PML – SAM 54.

CONTRATANTE: Município de Lobato, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, n°. 1260, Centro, nesta cidade de Lobato, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Milton Kasuyuki Inoue, portador da Cédula de Identidade RG nº *.232. ***- 8 e do CPF/MF nº ***.443. ***-20, e

CONTRATADA: MACRO CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA, CNPJ n°. 10.434.136/0001-63, localizada na Rua Presidente Juscelino Kubitschek, n°. 1376, Centro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, representada neste ato por ALEXSANDER HERBERT SCHLINDWEIN.

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA (LAZER), CONTENDO: CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO PROJETO. – PARANACIDADE – SAM 54.

VALOR: R$ 372.900,00 (trezentos e setenta e dois mil e novecentos reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 (trezentos e sessenta) dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 03 de fevereiro de 2026.

FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Lobato, 03 de fevereiro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito Municipal, em Exercício

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:73D65D42

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO 14º TERMO DE APOSTILAMENTO – REAJUSTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2025
Processo Licitatório nº 04/2025
Pregão Eletrônico nº 02/2025
Contratante: Município de Lupionópolis/PR, CNPJ nº 75.845.511/0001-03.
Contratada: Crespo & Cia Ltda, CNPJ nº 75.466.755/0001-85.
Objeto: Aplicação de desconto (reajuste para redução de valor), nos termos do art. 104, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsão na cláusula quinta da Ata de Registro de Preços e no Edital, referente ao Registro de Preços para aquisição de combustível para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Lupionópolis/PR.
Alteração: Redução do valor do item Gasolina, conforme abaixo:
– Valor da bomba: R$ 6,47
– Valor apostilado: R$ 6,15
– Percentual de desconto: 5% (redução de R$ 0,32).
Ratificação: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária.
Data da Assinatura: 02 de fevereiro de 2026.
Lupionópolis/PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:EEF8DB7F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº09/2026

Contrato N° 9/2026 – DISPENSA nº 4/2025
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS
Contratado: **CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO MEDIO PARANAPANEMA**
Objeto: ampliação da oferta de serviços ambulatoriais especializados, como consultas médicas especializadas, exames de análises clínicas, exames de imagem, aquisição de insumos e órteses de ostomia e óculos, potencializando a capacidade de atenção e cuidado dos pacientes dos municípios consorciados, tendo por finalidade a delegação da prestação de serviço ao consórcio público, mediante licitação, nos termos da Resolução nº 313 de 12 de novembro de 2021.
Valor Total 460.000,00 (Quatrocentos e Sessenta Mil Reais).
Funcional Programática:
Prazo de execução: 12
Data da assinatura: 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:13B97D4D

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 16/2026 Processo inexigibilidade nº 04/2026, a qual tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PROMOÇÃO DE EVENTOS E SHOWS ARTÍSTICOS, PARA REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA DE LUPIONÓPOLIS DE 2026, em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 02/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

L & L PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Lupionópolis-Pr, 02/02/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:6D6CAF90

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 16/2026 Processo inexigibilidade nº 04/2026, a qual tem como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA ÁREA DE PROMOÇÃO DE EVENTOS E SHOWS ARTÍSTICOS, PARA REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE RUA DE LUPIONÓPOLIS DE 2026, em favor da Empresa relacionada nos relatórios de classificação em 02/02/2026, saindo-se assim vencedora a Empresa:

L & L PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Lupionópolis-Pr, 02/02/2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto de Campos
Código Identificador:6A038701

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO N.°08/2026

DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor PEDRO KOWALCZYK.

CONTRATADO: D'RISADA PRODUCOES LTDA, CNPJ 43.706.421/0001-45, domiciliada Rua Prefeito Wenceslau Borini, n° 620, bairro Canta Galo, município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, representada pelo sócio responsável, senhor DIEGO RODRIGO LAZZAROTTO, CPF 079.254.059-02, residente e domiciliado em Rua Prefeito Wenceslau Borini, n° 620, bairro Canta Galo, município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa detentora da representação exclusiva do show humorístico Santo Fole, para a realização de uma apresentação artística no dia 21 de fevereiro de 2026, com início às 20h30min e duração mínima de 1h30min (uma hora e trinta minutos).

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$20.000,00 (vinte mil reais).

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá seu término 06 (seis) meses.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:6E1C030B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.°109/2025

DATA DE ASSINATURA: 30 de janeiro de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor PEDRO KOWALCZYK.

CONTRATADA: INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA, CNPJ 24.658.613/0001-89, domiciliada à Rua Frei Teófilo nº 293, Bairro Capão Raso, Curitiba – Paraná, CEP 81.130-070, representada pela Sócia Responsável, senhora MATILDE DIAS VICENTE, CPF 874.858.269-72, residente na rua Magdalena de Almeida, nº 224, Bairro Capão Raso, na cidade de Curitiba/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O Presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula III do Contrato nº 109/2025, conforme determinações contidas na cláusula 9, 9.1 e 9.2 do mesmo contrato.

CLAUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES:
2.1. Os valores inicialmente contratados recebem um acréscimo de R$ 8.123,75 (oito mil cento e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) visando cobrir as despesas extraordinárias geradas pelo ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, especialmente em relação aos valores unitários inicialmente pactuados, aos direitos e obrigações das partes e à legislação que o disciplina.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Rafaely Cristiane Dessoy
Código Identificador:A31A2F48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 052/2026

DECRETO N.º 052/2026

Súmula: Dispõe sobre a nomeação de Funcionário Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Cloud nº 1084.003.00203.000000188:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado**, JEAN LUCAS SUDATTI,** RG nº 9.***.***-7/PR**,** Auxiliar Administrativo, Nível A – 11, em virtude de habilitação em Concurso Público 001/2023, homologado pelo Decreto nº 999 de 04 de abril de 2024, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:F345C901

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 053/2026.

DECRETO N.º 053/2026.

Súmula: Nomeia Cargo em Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

CONSIDERANDO o contido no memorando n° 004/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo de ASSESSOR DE FOMENTO E INCENTIVO, Simbologia ASSR, **LUCIANO DILAY**, portador do RG 13.***.***-2/PR, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:9AA2D9E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 054/2026.

DECRETO N.º 054/2026.

Súmula: Dispõe sobre exoneração de funcionária pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);

Considerando Processo Cloud 000000226/2026;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a funcionária pública, MARLI TEREZINHA MARUCHIN, matrícula nº 110, cargo de Professora - 20 horas, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde a data mencionada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:9844FC18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 055/2026.

DECRETO N.º 055/2026.

Súmula: Concede Licença sem vencimentos e dá outras providências:

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet e conforme amparo no artigo 90, da Lei 632/99 de 30 de dezembro de 1999).

Considerando o Processo Cloud n° 000000308/2026;

D E C R E T A

Art. 1 º - Fica concedida licença sem vencimentos ao servidor CRISTIAN JEAN KMITA, matrícula nº 2439, cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, admitido em 09 de março de 2015, pelo período de 01/02/2026 a 01/08/2026.
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos desde a data mencionada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:073E7A39

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004.002/2026 – PSS 002/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004.002/2026 – PSS 002/2025

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025

***Republicação para correção de dados.**

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
Considerando que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025 restou homologado pelo Decreto n° 635/2025;
Considerando o processo fly **nº 000000319/2026;**
Considerando o processo fly **nº 1084.003.00204.000000059;**

TORNA PÚBLICO

I - A convocação das candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 635 de 08 de setembro de 2025.**

I – PROFESSOR – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2800/2025	ELIZANE TEREZINHA	86	12º

	BARTOSZEK		
2887/2025	ROSICLEIA APARECIDA GARSTKA	85	13º

Ainda, uma vez que o(s) candidato(s) abaixo relacionados fazem parte da classificação de pretos ou pardos, será aplicado ao presente edital as disposições do Decreto n° 1.133/2024.

Art. 1°. Ficam convocados os seguintes candidatos referentes aos seguintes cargos **(Classificação de pretos ou pardos)**:

I – PROFESSOR – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2889/2025	ELIANE MARTINS MACIEL CYMBALISTA	72	23º

II – O candidato deverá comparecer, até o dia **06 de fevereiro de 2026**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 002/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade
portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. Os candidatos convocados deverão entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Comprovante impresso CQC (comprovante de qualificação cadastral) – eSocial sem divergências;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;
III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 30 de janeiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:795D9901

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005.002/2026 – PSS 002/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 005.002/2026 – PSS 002/2025

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS
Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025

PEDRO KOWALCZYK, Prefeito Municipal de Mallet – PR, no uso de suas atribuições legais e considerando o que determina a Lei Municipal n° 1.330/2017;
Considerando que o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2025 restou homologado pelo Decreto n° 635/2025;
Considerando o processo Cloud n° 000000371/2026.

TORNA PÚBLICO

I - A convocação da candidata abaixo relacionada, aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, o qual foi homologado pelo Decreto Municipal sob **N.º 635 de 08 de setembro de 2025.**

I – PROFESSOR – 20H

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2759/2025	LUCILENE JACINTA STACIAK BAIAK	84	14°

II – O candidato deverá comparecer, até o dia **09 de fevereiro de 2026**, entre às 08:00hrs e 17:00hrs, na Prefeitura Municipal de Mallet – PR, conforme item 10.5. do Edital do PSS 002/2025, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais comprobatórios para o cargo, os quais são os seguintes:
O candidato deve ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade
portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos

termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal, bem como todos os direitos e obrigações políticas e civis reconhecidos no país;
Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos;
Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
Estar em dia com as obrigações eleitorais;
Possuir aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
Não estar em situação irregular de acúmulo de cargo público;
10.6. Os candidatos convocados deverão entregar os seguintes documentos:
Comprovante de Inscrição no Processo Seletivo Simplificado;
Carteira de Identidade – RG (fotocópia frente e verso);
Cadastro de Pessoa Física – CPF (fotocópia);
PIS ou PASEP (fotocópia);
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (fotocópia) - contendo número, série e dados pessoais;
Título de Eleitor (fotocópia);
Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral no site www.tse.jus.br;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação se candidato do sexo masculino (cópia);
Certidão de Casamento, quando couber (cópia);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos, se considerados como dependentes para fins de declaração do Imposto de Renda (cópia);
Averbação de Divórcio, quando couber (fotocópia);
Comprovante de endereço (cópia);
Foto 3x4;
Comprovante impresso CQC (comprovante de qualificação cadastral) – eSocial sem divergências;
Laudo Médico (Anexo V):
Expedido por Médico registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM ou Registro do Ministério da Saúde-RMS;
Declarar que o candidato possui plenas condições físicas e mentais para o desempenho da Função Pública objeto deste Edital Normativo;
Conter nome, assinatura e carimbo com o número do CRM ou RMS;
Estar dentro do prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição;
Declaração de que não foi demitido a bem do serviço público (Federal, Estadual, Distrital e Municipal) em consequência de aplicação de pena disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos, modelo anexo a esse Edital (Declaração de Idoneidade Profissional).
Comprovante do Tempo de Experiência Profissional dos últimos 10 (dez) anos, se registrado no formulário de inscrição;
Documentos comprobatórios da escolaridade exigida para o exercício da Função Pública, apresentados na inscrição.
Comprovantes da Prova de Títulos, se registrados no formulário de inscrição.
Atestados e Certidões Negativas de Antecedentes Criminais, conforme descritos a seguir:
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais emitida por distribuidores da circunscrição ou cartórios criminais ou varas de execução penal em fóruns da Justiça Estadual, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal a ser emitida/solicitada por meio do endereço eletrônico https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa/, expedida em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação.
Não serão aceitas certidões de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal.
Atestado de Negativa de Antecedentes Criminais:
Para o candidato com Carteira de Identidade (Registro Geral) emitida no Estado do Paraná, emitir/solicitar por meio do endereço eletrônico http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/, em até 3 (três) meses anteriores à data da convocação para a entrega da documentação;
Documento original ou eletrônico com a devida validação;
III – A candidata convocada deve se atentar aos prazos de emissão das certidões, visto que, alguns sistemas levam 24hrs para emitir o documento.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, em 02 de fevereiro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:8B09E564

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2026- CMDI

Resolução nº 05/2026

Súmula: Criação da Comissão de Alteração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Mandaguari – CMDI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 975 de 28 de março de 2005;
Considerando o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Mandaguari;
Considerando a deliberação da plenária realizada no dia 03 de dezembro de 2025.

Resolve:

Artigo 1° - Criar a Comissão de Alteração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
Governamentais:
Adriana Morganiça Gariani
Rosemere Rampi
Não governamentais:
Thais Caroline Larine Presence
Zenilda Aparecida de Lira da Luz Lima

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, 02 de fevereiro de 2026.

ADRIANA MORGANIÇA GARIANI
Presidente do CMDI

Publicado por:
Tielly Zanelli Gomes
Código Identificador:5EC61083

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 01/2026

Súmula: Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2026, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam estabelecidos a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2026 da Câmara Municipal de Mandaguari.

Art. 2º. O cumprimento da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso dar-se-á bimestralmente, e, se verificado desequilíbrio fiscal, será reconduzido para o bimestre seguinte.

Art. 3º. A execução orçamentária para o Exercício Financeiro de 2026, foi programada conforme a média executada nos últimos exercícios financeiros do Legislativo e o planejamento efetuado das licitações e correspondente pagamento da despesa.

Parágrafo Único: Os Anexos da portaria estabelecem a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício de 2026, da Câmara Municipal de Mandaguari.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ao décimo sexto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (16.01.2026)

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:6B9411B4

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 02/2026

Súmula: Autoriza a baixa de bem patrimonial inservível da Câmara Municipal de Mandaguari, e dá outras providências

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar a Câmara de Vereadores a proceder à baixa no patrimônio da Câmara do bem que, por ociosidade, foi considerado inservível de acordo com o demonstrativo constante no anexo I desta Portaria.

Art. 2º O bem móvel declarado inservível deverá ser baixado dos bens patrimoniais do Poder Legislativo Municipal com sua devida contabilização e informação ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º O bem avaliado como inservível será transferido à Prefeitura Municipal para a devida destinação, constituindo a presente Portaria um termo oficial de doação dos mesmos ao Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ao décimo sexto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis (16.01.2026).

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

ANEXO I

Chapa	Descrição	Localização	Motivo da baixa	Registro Fotográfico do Bem
312	Motoneta Biz, Modelo 125 ES, Marca Honda KM 19238	Câmara Municipal	Veículo não vem sendo utilizado com frequência, gerando um custo maior que o benefício de sua utilização. Sua doação para a prefeitura implicará numa melhor utilização do bem.	

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:2168521E

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 03/2026

Súmula: Concede férias ao servidor Edevaldo da Matta Ribeiro, ocupante do cargo de Auxiliar De Serviços Internos da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder segundo período de férias ao servidor Edevaldo da Matta Ribeiro, ocupante do cargo de Auxiliar De Serviços Internos da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no período de 19/01/2026 à 28/01/2026, 10 dias, referente ao período aquisitivo de 07/01/2024 à 06/01/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ao vigésimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis. (20.01.2026)

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:1A51F493

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 04/2026

Súmula: Concede férias a servidora Claudia Pereira Velasco Lessa, ocupante do cargo de Agente Administrativo da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder primeiro período de férias à servidora Claudia Pereira Velasco Lessa, ocupante do cargo de Agente Administrativo da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no período de 19/01/2026 à 28/01/2026, 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 07/01/2025 à 06/01/2026.

Art. 2º. Fica registrada a conversão de 10 (dez) dias de férias regulamentares em abono pecuniário, nos termos do art. 69 da lei complementar 611/2001.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 16/01/2026.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no vigésimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis. (20.01.2026)

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:D91CE3A7

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
PORTARIA Nº 05/2026

Súmula: Concede progressão por merecimento ao servidor Edevaldo da Matta Ribeiro, pertencente ao quadro de servidores efetivos da Câmara Municipal de Mandaguari.

A Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, através de seu Presidente, Edilson dos Santos Montanheri, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede progressão por merecimento, nos termos do Art. 55 e seguintes da Lei Municipal Complementar nº 3.952/2023, para o servidor Edevaldo da Matta Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de serviços internos, matrícula nº 35.

Art. 2º Nos termos do Processo Administrativo nº 01/2026, bem como a avaliação de desempenho emitida pela Direção Geral, fica concedida a progressão em 01 nível de referência da tabela constante no anexo II da Lei Complementar Municipal nº 3.952/2023, em favor do servidor supracitado.

Art. 3º Com a concessão da Progressão por Merecimento objeto desta Portaria, o servidor passa a ocupar a referência nº 25 da tabela constante no anexo II da Lei Complementar Municipal nº 3.952/2023.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para a data de protocolo do requerimento.

Edifício da Câmara Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ao vigésimo dia do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis. (20.01.2026)

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:23C71ED9

CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUARI
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA Nº 002/2026

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA
Nº 002/2026

Ratifico o ato de contratação com fundamento na Portaria CMM nº 019/2024, § 3º e demais normas aplicáveis, em especial o art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021, a favor da Empresa **R DE CANINI NETO MOVEIS**, devidamente inscrita no **CNPJ 22.767.968/0001-80,** para contratação empresa para aquisição de móvel planejado (painel em MDF – Galeria dos Presidentes), para o plenário da Câmara Municipal de Mandaguari, publicado no dia 21/01/2026, conforme resultado da sessão pública ocorrida no dia 27/01/2026, nos termos da ata da respectiva sessão (pág. 141).
Valor estimado total: **13.300,00 (treze mil e trezentos reais).**
Presente o constante dos autos, face ao disposto no art. 72 da Lei n**o** 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Mandaguari, 29 de janeiro de 2026.

EDILSON DOS SANTOS MONTANHERI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Claudia Pereira Velasco Lessa
Código Identificador:9D345F39

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 041/2026 - EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 041/2026

Súmula: Exonera servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal abaixo relacionado, pelo respectivo motivo, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONERAÇÃO	MOTIVO
97567	JOSÉ LUIZ MACHADO	Motorista Categoria D - Temporário	01/02/2024	15/01/2026	Término contrato de trabalho

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (02/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:EC14BAE3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 40/2026 - EXCLUI E NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR A COMISSÃO DE RECEBIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS

DECRETO Nº 40/2026

Súmula: Exclui e nomeia integrantes para compor a Comissão de Recebimentos de Bens e Serviços, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º Ficam excluídos os servidores abaixo relacionados da Comissão de Recebimentos de Bens e Serviços, nomeados através do Decreto Nº 96/2021, de 05/02/2021, a saber:

MATRÍCULA	NOME	MOTIVO
96558	Daniel Trovão Melo	Transferência para Secretaria de Planejamento
96796	Mariana Carvalho Fontes Tozzi	Transferência para Secretaria de Planejamento
94979	Joice Daiane Abdo Gracino	Transferência para Secretaria de Planejamento
95393	Bruna Juliana Feijo Rossini	Transferência para Secretaria de Planejamento
97398	Daniela Fernanda Bouchet	Transferência para Secretaria de Saúde
95325	Priscila Azevedo de Mattos	Desligada em 2023
97196	Bruna Rossetti de Azevedo	Desligada em 2023
1669	Márcia Zélia Silva de Souza Mourão	Desligada em 2023
97317	Ruy Carlos de Oliveira Ross	Desligado em 2025
164	Leila Cristina de Medeiros Capel	Transferência de Departamento dentro da Secretaria
2057	Alaise Canale de Oliveira	Transferência de Departamento dentro da Secretaria
10686	Flavia Marisol Medina Vieira	Transferência de Departamento dentro da Secretaria
97775	Valdelei Peretti Filho	Transferência de Departamento dentro da Secretaria
97828	Amanda Plaza Manholer	Correção de Nome
	Edson Pascoal Azzani Fineto	Inclusão de Matrícula

Art. 2º Ficam nomeados os membros abaixo para comporem Comissão de Recebimentos de Bens e Serviços, nomeados através do Decreto Nº 96/2021, de 05/02/2021, a saber:

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	DEPARTAMENTO
98091	Gabriela Farineli Duque	TITULAR	COMPRAS/ ADMINISTRATIVO

96796	Michelle Caroline Freitas Feijo	VOGAL	COMPRAS/ ADMINISTRATIVO
2344	Graciette Cristina Gomes Gracino Magon	TITULAR	PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO
2343	Leandra Aparecida Manoel Mazetti	VOGAL	PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO
94974	Edson Pascoal Azzani Fineto	TITULAR	TRANSPORTE ESCOLAR
10722	Edilaine Cristina Salvador	VOGAL	TRANSPORTE ESCOLAR
97828	Amanda Manholer Plaza Gonçalves	TITULAR	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
98400	Sara Cavazzana Fassoni	VOGAL	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
97935	Welton Aparecido Vicente De Meneses	TITULAR	MANUTENÇÃO PREDIAL
98306	Rogerio Cesar De Sousa	VOGAL	MANUTENÇÃO PREDIAL

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (02/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:A4FFE3DA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 032/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 343/2025

EDITAL N º. 032/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:
A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
10 (COTA AFRO)	JULIO CÉSAR COSTA DE ASSIS	75,5
11	PATRICIA CLAUDINO	81
12	EDUARDA DOS SANTOS GONCIM	80
13	JOHNNATHAN APARECIDO ALVES DOS SANTOS	80
14	MICHELI DE MELO THADEU	77
15	LUIS ANTONIO DA SILVA CARNEIRO	76

Mandaguari, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:577A0C4A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 033/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 344/2025

EDITAL N º. 033/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 344/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 344/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 001/2026.

MONITOR DO ENSINO INTEGRAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
01	MARCILENE APARECIDA SANGA GRELA	51
02	ANDRÉIA DE FÁTIMA DIAS	45
03	BÁRBARA HELEN MARQUES PINTO ALVES	37
04	MARIA DE LOURDES VIANA	35
05	PAULA CRISTINA MARTINS CASADO	35
06	EDNETE OLIVEIRA GOMES	34
07	NÁDIA CRISTINA DA SILVA	32

Mandaguari, 02 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:4C707ED3

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 034/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 122/2025

EDITAL N º. 034/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 252/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 277/2025.

INSTRUTOR DE MUSICALIZAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
01	MARIANA PEREIRA CAIRES	29

INSTRUTOR DE MUSICALIZAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
9	JOSIELE PATRICIA MACHADO	30
10	RAÍSSA VITÓRIA DE OLIVEIRA NUNES	24
11	ALINE GARCIA DA SILVA	21
12	LORENA CRISTINA LACERDA DA SILVA	21

Mandaguari, 02 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:CDC87935

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 035/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 345/2025

EDITAL N º. 035/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 345/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 345/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 004/2026.

MOTORISTA CATEGORIA D

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
12	AMILCAR DANIEL DIDUR	75,05
13	JOELSON RODRIGUES GONÇALVES	75
14	JOSÉ FERNANDO DA SILVA LOPES	75
15	GERSON RIBEIRO RODRIGUES	73,5
16	CLAUDIO COUTINHO	73

Mandaguari, 02 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:59C3DE90

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 036/2026 - DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N º. 036/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 122/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 122/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 145/2025.

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
08	PAMELA REGINA GONÇALVES PIRES	41

Mandaguari, 02 de fevereiro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:54616A42

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 02/2026 - COMUNIDADE SOCIAL CRISTÃ BENEFICENTE – CSCB.

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 02/2026.

Município: Município de Mandaguari.
OSC: Comunidade Social Cristã Beneficente – CSCB.

Objeto: A parceria voluntária, em regime de mútua cooperação tem por objeto a contribuição por meio de transferência voluntária de recursos financeiros do Cofinanciamento Municipal – Proteção Social Básica - Criança e Adolescente, referente ao Exercício 2026 nos termos do Chamamento Público nº 10/2025, Processo Administrativo nº 242/2025, para fins de execução pela OSC do projeto "Oficina Cultural 2026", para custear despesas com o pagamento de Vencimentos e vantagens fixas: salários, férias (abono constitucional) e 13º salário; Contribuições patronais: FGTS, PIS sobre folha de pagamento; Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica: serviços técnicos profissionais (serviço Contábil), serviço de apoio operacional (facilitador de oficina coletivo), e Materiais de consumo: gêneros de alimentação, material de expediente, materiais de limpeza e produtos de higienização, na forma estabelecida no plano de trabalho.

Valor: R$ 179.420,67 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos).
Prazo de Execução: 01 de fevereiro de 2026 a 31 de janeiro de 2027.
Prazo de Vigência: 01 de fevereiro de 2026a 28 de fevereiro de 2027.
Data da celebração: 28 de janeiro de 2026.

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:C275B1EF

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026-PMM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026-PMM

EXCLUSIVO P/ME/EPP/MEI CONFORME L.C. 123/2006

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 27/02/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 27/02/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 27/02/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: http://compras.gov.br/

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote.

INFORMAÇÕES:
Endereço: Avenida Amazonas, nº 500 – Mandaguari– Pr.
Telefone: (44) 3233-8422 ou pelo e-mail: licitacao@mandaguari.pr.gov.br.

Mandaguari-PR, 02 de fevereiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:390CACBD

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra**. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: HERNANDES E CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.798.806/0001-84, com endereço na Rua Marechal Floriano Peixoto, 226, Novo Bandeirantes, CEP: 86187-120, na cidade de Cambé/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **AUDENIR APARECIDO HERNANDES**, inscrito no CPF sob o nº. 726.831.809-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, TECIDOS E AVIAMENTOS.

VALOR: 95.590,40.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

AUDENIR APARECIDO HERNANDES
Hernandes e CIA LTDA - ME

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:CCE7E70C

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 62.350.851/0001-11, com endereço na GUARARA, 573, JARDIM PAULISTA, CEP: 1425001, na cidade de SAO PAULO/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **EDUARDA CASTELHONE DE DEUS**, inscrito no CPF sob o nº. 094.606.279-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, TECIDOS E AVIAMENTOS.
VALOR: 26.802,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

EDUARDA CASTELHONE DE DEUS
Magic Paper Atacado de Papelaria LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:F439CD54

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: PARANAGUA DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 57.707.826/0001-02, com endereço na RUA ALCEMIRO LUCIANO, 633, VILA GARCIA, CEP: 83218-160, na cidade de Paranaguá/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **ELLEN CAROLINE LIMA SANTOS COSTA**, inscrito no CPF sob o nº. 135.091.359-62.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, TECIDOS E AVIAMENTOS.

VALOR: 103.069,50.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

ELLEN CAROLINE LIMA SANTOS COSTA PARANAGUA
Paranagua Distribuidora LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:2788EC78

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SIMONE KACIANO DE ARAUJO ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.234.029/0001-54, com endereço na AVENIDA JOSE ANTUNES FABRICIO 2534, SALA 01, CENTRO, CEP: 85140-000, na cidade de CANDÓI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **SIMONE KACIANO DE ARAUJO**, inscrito no CPF sob o nº. 042.530.189-39.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, TECIDOS E AVIAMENTOS.

VALOR: 16.192,78.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

SIMONE KACIANO DE ARAUJO
Simone Kaciano de Araujo ME

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:E9C3C06E

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: TECELAGEM MADRYTEX LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.816.867/0001-00, com endereço na Rua Mauá, 2929, Centro, CEP: 85770-000, na cidade de Realeza/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **REGIS PAULO RECKZIEGEL**, inscrito no CPF sob o nº. 628.072.779-34.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, TECIDOS E AVIAMENTOS.

VALOR: 87.334,50.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Janeiro de 2026.,

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

REGIS PAULO RECKZIEGEL
Tecelagem MadrytexLTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:84AA263D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.759.356/0001-74, com endereço na Presidente Castello Branco, 670, CENTRO, CEP: 98640-000, na cidade de Crissiumal/RS, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS**, inscrito no CPF sob o nº. 217.333.090-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, TECIDOS E AVIAMENTOS.

VALOR: 11.199,50.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS
Beatriz Sulzbach Cornelius EIRELI

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:AE552FC0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 113/ 2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: CAROL DISTRIBUIDORA - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.654.231/0001-68, com endereço na NEY BRAGA, 440, VILA FRANCHELO, CEP: 87160-000, na cidade de Mandaguaçu/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO**, inscrito no CPF sob o nº. 960.210.989-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ARTESANATO, TECIDOS E AVIAMENTOS.

VALOR: 12.221,76.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

PASCOA APARECIDA CARACATO ROCCO
Carol Distribuidora -EIRELI

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:2FC007C8

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: DANIEL FERREIRA DA SILVA SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.859.346/0001-54, com endereço na **DANIEL FERREIRA DA SILVA SP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.859.346/0001-54, com endereço na Rua Benito Hernandez Martinez, 252, CEP: 18076-380, na cidade de Sorocaba/SP, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **DANIEL FERREIRA DA SILVA**, e inscrito no CPF sob o nº 353.974.918-70.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A ENTREGA DE MEDICAMENTOS VIA MOTOBOY, DE FORMA SEGURA E CONTROLADA, NO DOMICILIO DOS PACIENTES ATENDIDOS PELA FARMÁCIA MUNICIPAL DE MANDAGUARI-PR.

VALOR: 84.990,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 22 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Daniel Ferreira da Silva SP

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:715A1974

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: HAYAH SOLUCOES LTDA SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 50.608.535/0001-18, com endereço na Rua Ana Carvalho Silveira, 316, sala 3, CEP: 31140-440, na cidade de Belo Horizonte/MG, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **TOMAZ ASSIS FERREIRA JUNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 109.485.256-22.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE IMPLEMENTO AGRÍCOLA/GRADE ARADORA.

VALOR: 29.700,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 22 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

TOMAZ ASSIS FERREIRA JUNIOR
Hayah Solucoes LTDA SC

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:875760C7

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE TROCA DE MARCA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 490/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025
PROCESSO Nº 208/2025

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUARI,** Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500 centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná**,** neste ato representado pela Prefeita Municipal **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n. 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR e do outro lado a empresa**TEROS COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 24.565.507/0001-50, com endereço na Joao Chagas Ortins de Freitas, 577, Buraquinho, CEP: 42710-610, na cidade de Lauro de Freitas/BA, neste ato representada pelo seu representante legal, o **ELCICLEI DE ALMEIDA DAMASCENO, inscrito no CPF 048.495.365 - 65, portador da Cédula de Identidade nº 13.306.836-68 SSP/BA,**, têm justo e acertado o presente *Termo Aditivo a* **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 490/2025**, nos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2025,** bem como pela legislação vigente em especial a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
É do objeto do presente aditivo a substituição da marca do produto abaixo relacionado:

Lote	Descrição	Unidade	Marca homologada	Marca (TROCA)
8	MOUSE ERGONOMICO VERTICAL SEM FIO	UNID	Vinix	Fire Phoenix

CLÁUSULA SEGUNDA:
O presente aditivo fundamenta-se nas informações contidas no requerimento da Contratada solicitando a substituição da marca do item acima, bem como, parecer exarado pela secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA:
Permanecem inalteradas as demais disposições.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo à ata de registro de preços em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Mandaguari/PR, 28 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

ELCICLEI DE ALMEIDA DAMASCENO
Teros Comercio E Servicos

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:8E54B4FB

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO PARCIAL AMIGÁVEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025
PROCESSO Nº 3957/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500, centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. **Enfª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n. 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e do outro lado a empresa **HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 55.187.334/0001-08, com endereço na RUA JOSÉ MARASCA FILHO, 1360-B, GLEBA PATRIMONIO MARINGA, CEP: 87070-110, na cidade de MARINGA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **RAPHAEL MICHEL NASSER**, inscrito no CPF sob o nº. 060.188.579-10, têm justo e acertado o presente Termo de rescisão parcial amigável nos termos do comunicado interno exarado pela secretaria responsável, bem como pela legislação vigente em especial o art. 139, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações e pela seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Com o presente fica rescindido a ata de registro de preços 147/2025, referente ao Pregão Eletrônico 20/2025, no que tange ao seguinte item:

Lote	Descrição
72	FEIJÃO PRETO NOVO, TIPO 1, seco. Isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Embalagem de polietileno transparente de 1 kg. validade: mínimo de 5 meses após o ato da entrega
85	ÓLEO DE SOJA REFINADO, 100% natural. Não deve apresentar mistura de outros óleos e cheiro forte. Embalagem: garrafa "pet" com 900 ml. limpas, não amassadas, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. validade: mínimo de 06 meses após a data de entrega.
128	BISCOITO DOCE TIPO ROSCA DE LEITE
207	BALA - DE FRUTA, DURA, obtido da pasta de açúcar fundido, ausentes de sujidades, parasitos e larvas, com cor, odor e sabor próprios, acondicionado de forma adequada, embalado em saco plástico. Pacote com no mínimo 500 gramas
254	SARDINHA EM LATA

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 30 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

RAPHAEL MICHEL NASSER
Hakour Distribuidora De Alimentos LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:942033AD

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO PARCIAL AMIGÁVEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2025
PROCESSO Nº 3957/2025

O MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, Estado do Paraná pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos Três Poderes, 500, centro, no Município de Mandaguari – Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF nº 76.285.345/0001-09, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. **Enfª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade n. 4.291.301-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. CPF/MF nº 539.360.609-59, residente e domiciliada na cidade de Mandaguari – PR, e do outro lado a empresa empresa **RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 54.205.260/0001-22, com endereço na RUA CASTELO BRANCO, 206, CENTRO, CEP: 86210-000, na cidade de JATAIZINHO/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **RAFAEL PIRES GONÇALVES**, inscrito no CPF sob o nº. 297.699.628-80, têm justo e acertado o presente Termo de rescisão parcial amigável nos termos do comunicado interno exarado pela secretaria responsável, bem como pela legislação vigente em especial o art. 139, inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações e pela seguinte cláusula:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Com o presente fica rescindido a ata de registro de preços 157/2025, referente ao Pregão Eletrônico 20/2025, no que tange ao seguinte item:

Lote	Descrição
30	AZEITONA VERDE, em conserva salmoura (água e sal), sem caroço, acidulante ácido cítrico, antioxidante ácido ascórbico, embalagem contendo 340g, com identificação do produto e prazo de validade.
136	MAIONESE, embalagem tipo balde de no mínimo 3kg. Com baixo teor de gordura. Ingredientes: óleo refinado de soja, amido modificado, açúcar, vinagre, sal, gema de ovo pasteurizada, cebola, alho, suco de limão, urucum, páprica doce, acidulante ácido lático, estabilizante goma xantana, conservador sorbato de potássio, aromatizantes, sequestrante EDTA cálcio dissódico, antioxidante BHT e ácido cítrico. Não contém glúten. Rotulagem: deverão estar impressos de forma clara e indelével a identificação do produto, classificação informação nutricional, marca do fabricante, nome e endereço do fabricante, prazo de validade e peso líquido. Prazo de validade no mínimo 06 meses do ato da entrega.

CLÁUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições.

Mandaguari (PR), 30 de Janeiro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

RAFAEL PIRES GONÇALVES
RPG - Comércio De Mercadorias E Serviços LTDA

Publicado por:
Gustavo Henrique Belomi
Código Identificador:CE1755C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026.
O MUNICÍPIO de Mandirituba, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 17 de Março do ano de 2026, na plataforma https://www.gov.br/compras (Comprasgov), **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada das onças - Água Clara.	Pavimentação CBUQ	26.822,53 m²	360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Mandirituba e na plataforma https://www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Mandirituba, 02 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:CB5642F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O MUNICÍPIO de Mandirituba, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 17 de Março do ano de 2026, na plataforma https://www.gov.br/compras (Comprasgov), CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):
Local do objeto: Estrada das onças - Água Clara.
Objeto: Pavimentação CBUQ
Quantidade e unidade de medida: 26.822,53 m²
Prazo de execução: 360 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Mandirituba e na plataforma https://www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Mandirituba, 02 de fevereiro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Inocencio Pereira
Código Identificador:C0FE1F0D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.816/2026

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a instituição da Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família – CMIPBF – e nomeia seus membros".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais,

DECRETA

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família – CMIPBF.

Art. 2º Ficam nomeados os servidores abaixo citados para comporem como membros a Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família – CMIPBF:

I – Gestor do Programa Bolsa Família da Assistência Social:

Rosane de Jesus da Cruz – Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

II – Coordenador do Programa Bolsa Família da Assistência Social:

Daiane Santos – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

II – Coordenador do Programa Bolsa Família na Educação:

Cintia Cristina Gomes Monteiro – Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer.

III – Coordenador do Programa Bolsa Família na Saúde:

Evelyn Ponestki – Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.° 1.619/2025.

Mandirituba, 02 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:25FA6239

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.817/2026

DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: "Cria no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA
Art.1° Fica criada a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Mandirituba, Estado do Paraná, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos, entidades e ações da administração pública municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes competências:

I – Elaborar, a partir das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas e fontes de recursos, bem como instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II – Coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante interlocução permanente com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN e com os órgãos executores de ações e programas de SAN;

III – Apresentar relatórios e informações ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, necessários ao acompanhamento e monitoramento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Monitorar e avaliar os resultados e impactos da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Participar do fórum bipartite, bem como do fórum tripartite, para interlocução e pactuação com a Câmara Estadual Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, sobre o Pacto de Gestão do DHAA (PGDHAA) e mecanismos de implementação dos planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

VI – Solicitar informações de quaisquer órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal para o bom desempenho de suas atribuições.

VII – Assegurar o acompanhamento da análise e encaminhamento das recomendações do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN pelos órgãos de governo que compõem a CAISAN Municipal apresentando relatórios periódicos;

VIII - Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno em consonância com a Lei n.º 11.346 de 15 de setembro de 2006 e os Decretos n.º 6272 e n.º 6273, ambos de novembro de 2001 e o Decreto n.º 7272 de 25 de agosto de 2010.

Art.2° A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser construído intersetorialmente pela Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN, a partir das deliberações das Conferências Nacional, Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1° - O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional deverá:

I – Conter análise da situação municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II – Ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

III – Dispor sobre os temas previstos no parágrafo único do Art. 22 do Decreto n.º 7.272/2010, entre outros temas apontados pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEAN e pela Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV – Explicitar as responsabilidades dos órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional;

V – Incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero;

VI – Definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação;

VII – Ser revisado a cada dois anos, com base nas orientações da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, nas propostas do COMSEAN e no monitoramento da sua execução.

Art. 3° A programação e a execução orçamentária e financeira dos programas e ações que integram a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é de responsabilidade dos órgãos e entidades competentes conforme a natureza temática a que se referem, observadas as respectivas competências exclusivas e as demais disposições da legislação aplicável.

Art. 4° A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deverá ser integrada pelos secretários municipais das seguintes secretarias:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
Secretaria Municipal de Saúde;
Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional será presidida pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 5° A Secretaria Executiva da câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional deve ser exercida pelo órgão governamental que a preside, sendo seu Secretário Executivo indicado pelo titular da pasta, e designado por ato do chefe do executivo.

Art. 6° A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional poderá instituir comitês técnicos com a atribuição de proceder à prévia análise de ações específicas.

Art. 7° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial o Decreto n.º 1.400, de 20 de março de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 02 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:7908272A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 045 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar nº 058/2021,

RESOLVE

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo isolado de provimento em comissão, na conformidade do que dispõe o Inciso II do Art. 14, da Lei 02/1991**, BRUNA DOS SANTOS GAVLAK,** matrícula **4540**, para o cargo comissionado de **ASSESSOR I,** símbolo **ASSI**, lotada na **Procuradoria Geral do Município,** a qual deverá atuar no suporte das atividades da área jurídica, assessorando na elaboração, analise e acompanhamento de documentos, processos e demandas legais, garantindo conformidade com a legislação vigente e os interesses da organização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:46150D18

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 046 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, da função em caráter temporário, de Professor, a servidora **JAQUELINE GONÇALVES DA SILVA**, matrícula 500330, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:D9F61B4D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 047 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n. º 02/1991 e a Lei Complementar n. º 58/2021,

R E S O L V E

Art. 1º Exonerar a pedido, conforme disposto do Art. 47, da Lei 02/1991, de 22 de fevereiro de 1991, o servidor **ADIELSON RODRIGO CARDOS DA CRUZ,** matrícula n.º 4469, do cargo comissionado de **COORDENAÇÃO I**, símbolo **ACI**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:009F4515

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 001/2025 - RESULTADO DACONVOCAÇÃO Nº 003

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM ARTE:
AMPLA CONCORRÊNCIA

	NOME	PRESENÇA	SITUAÇÃO
9.	CHAYANE ROIKA DE AGOSTINHO	PRESENTE	ESCOLA MUN. BOM JESUS
10.	ALICE ROSA DOLCI	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)
11.	DAIANE PATRICIA ALVES DE CAMPOS	PRESENTE	FINAL DE LISTA
12.	MICHELI FATIMA DE OLIVEIRA CHEDELISKI	PRESENTE	ESCOLA MUN. ALICE MACHADO FERREIRA
13.	SAMUEL RIBEIRO RODRIGUES	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)

PROFESSOR 20H:
AMPLA CONCORRÊNCIA

	NOME	PRESENÇA	SITUAÇÃO
35.	ALCIONE DE LIMA	PRESENTE	CMEI PADRE JOÃO PALKO
36.	DEJAMIR ROIK	AUSENTE	DESCLASSIFICADO(A)
37.	ADRIELI CLAUDINO DA SILVA	PRESENTE	FINAL DE LISTA
38.	HELLEN BARABACZE ZARPELLON SOUZA	PRESENTE	ESCOLA MUN. BOM JESUS
39.	ANDRESSA MARINA DA SILVA	PRESENTE	CMEI PRIMEIROS PASSOS
40.	MARILI LACERDA DOS ANJOS	PRESENTE	ESCOLA MUN. NOSSA SENHORA DO ROCIO
41.	THATHIANE GUERREIRO DE OLIVEIRA PEREIRA	PRESENTE	FINAL DE LISTA
42.	DAPHYNEE FONTOURA TESCK	PRESENTE	ESCOLA MUN. ALICE MACHADO FERREIRA
43.	JHENIFER GOULART DOS SANTOS	PRESENTE	ESCOLA MUN. ALICE MACHADO FERREIRA

PcD

	NOME	PRESENÇA	SITUAÇÃO
2.	JOSIELI JAINE DA CRUZ	PRESENTE	CADASTRO RESERVA

Mandirituba, 02 de fevereiro de 2026

CÍNTIA CRISTINA GOMES MONTEIRO
Presidente

GLEICY KELLY DE FÁTIMA MONTEIRO DE MEDEIRO
Secretária

SIMONE UKAN HALAMA
Membro

Publicado por:
Gleicy Kelly de Fatima Monteiro de Medeiro
Código Identificador:5A54276A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 01-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 1 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Aquisição de veículos para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis por adesão a Ata de Registro de Preços nº 019/2025 oriunda do PREGÃO SRP N° 023/2025, gerenciada pelo CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU, conforme processo de Processo inexigibilidade nº 2/2026.
CONTRATADO: VIA PORTO VEÍCULOS LTDA. CNPJ: 02.266.596/0005-25
VALOR CONTRATADO: 313.800,00 (Trezentos e Treze Mil e Oitocentos Reais).
DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 02/02/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **até 30 dias após entrega do objeto e emissão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 dias após a assinatura do contrato**.**
Manfrinópolis, 02/02/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:37A45F32

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO 02-2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, Regido pela Lei Federal n° 14.133/2021 e legislações complementar, EXTRATO DE CONTRATO.
CONTRATO Nº 2 de 2026.
OBJETO: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**
Aquisição de veículo utilitário para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis, por adesão a Ata de Registro de Preços nº 046/2025 oriunda do PREGÃO SRP N° 046/2025, ADITIVO Nº 06/2025 – PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA, gerenciada pelo CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU, conforme processo de Processo inexigibilidade nº 3/2026.
CONTRATADO: VIA PORTO VEÍCULOS LTDA. CNPJ: 02.266.596/0005-25
VALOR CONTRATADO: 125.650,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil, Seiscentos e Cinquenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.
INICÍO DA EXECUÇÃO: 02/02/2026
RECURSOS: próprios e ou oriundos de Convênios.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado **Até 30 dias apos entrega do objeto e missão de nota fiscal**.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 dias após a assinatura do contrato**.**
Manfrinópolis, 02/02/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:EF1EF071

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 4404/2026 - 02.02.2026

Designa Servidora Pública Municipal para atuar como Coordenador de Fiscalização junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal do Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0529/14 de 14 de maio de 2014, e com suas alterações posteriores,
RESOLVE:
Art. 1° Designar a Servidora Pública Municipal **Sra. CRISTIANE DE SIQUEIRA MALINOSKI,** portadora do RG nº 9.149.916-9 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Fiscal Tributário, conforme Matrícula nº 1012171, para atuar como COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, devendo perceber 30% de Função Gratificada sobre seus vencimentos básicos, conforme Lei Municipal nº 0529/14 de 14 de maio de 2014, e com suas alterações posteriores.
Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor e com efetivos financeiros em fevereiro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:F96937D6

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 135/2026

Concede licença ao Vereador ALTAIR PANZERA para investidura no cargo de Secretário Municipal e convoca o suplente DAURI TEIXEIRA, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
CONSIDERANDO a comunicação formal do Vereador ALTAIR PANZERA informando sua nomeação e investidura no cargo de Secretário Municipal de Manfrinópolis/PR;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 17, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que estabelece a não perda do mandato do Vereador investido em cargo de Secretário Municipal;
CONSIDERANDO o que preceitua o Artigo 21, inciso IV, do Regimento Interno, que assegura o direito à licença ao Vereador para investidura em cargo de Secretário Municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de convocação do suplente, conforme previsto no Artigo 24, inciso II, do Regimento Interno, para preenchimento da vaga durante o período de licença do titular;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de comunicação à Casa, nos termos do Artigo 23 do Regimento Interno, por parte do Vereador que se afastar para assumir cargo de Secretário;
DECRETA:
Art. 1º Fica concedida licença ao Vereador ALTAIR PANZERA, a partir de 02 de fevereiro de 2026, para investidura no cargo de Secretário Municipal de Manfrinópolis/PR.
Parágrafo único. A licença vigorará pelo período em que o Vereador ALTAIR PANZERA permanecer investido no referido cargo.
Art. 2º Fica convocado o Sr. DAURI TEIXEIRA, suplente de Vereador, para assumir o mandato durante o período da licença do titular.
§1º O convocado deverá apresentar-se no Departamento Administrativo da Câmara Municipal para apresentação de documentação necessária à posse.
§2º A posse do suplente ocorrerá na 1ª Sessão Ordinária do ano de 2026, a realizar-se no dia 23 de fevereiro de 2026.
Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente

Publicado por:
Carla Regina Rodrigues
Código Identificador:9AFE0E4A

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº 136/2026

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 16 DE FEVEREIRO A 18 DE FEVEREIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo, em todas as Repartições Públicas da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Manfrinópolis/PR, no dia 16 de fevereiro de 2026 a dia 18 de fevereiro de 2026, devido ao feriado de carnaval e Quarta-Feira de Cinzas, respectivamente.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FRANCISCONI
Presidente

Publicado por:
Carla Regina Rodrigues
Código Identificador:A2157DB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
RESCISÃO UNILATERAL

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO N.º 137/2025 – PMM
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR
CONTRATADA: AGRO ZAIDAN COMERCIAL LTDA
CNPJ: n.° 50.630.988/00 01-40
CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo tem por objeto formalizar a EXTINÇÃO UNILATERAL do contrato referido no título, em cumprimento à Decisão Administrativa motivada proferida nos autos em 22 de janeiro de 2026, que determinou a rescisão unilateral, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
A extinção unilateral decorre do inadimplemento contratual parcial e reiterado apurado no processo, com observância do contraditório e da ampla defesa, conforme registrado na instrução e na decisão.
Este Termo é reduzido a escrito e juntado ao respectivo processo administrativo para fins de publicidade e execução das medidas decorrentes, sem prejuízo das comunicações internas e externas determinadas.
DAS DISPOSIÇÕES E CONSEQUÊNCIAS – Em cumprimento à decisão administrativa motivada constante dos autos, e observado o devido processo legal sancionador contraditório e ampla defesa, com dosimetria pautada na natureza e gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes/atenuantes e danos à Administração, ficam aplicadas as seguintes sanções administrativas, nos termos dos Arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021:

Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, perfazendo o montante de R$ 9.196,00 (nove mil cento e noventa e seis reais), calculado nos termos do Art. 156, §3º, da Lei nº 14.133/2021;
Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 18 (dezoito) meses, nos termos do Art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;
Declaração de inidoneidade, conforme consignado na Decisão Administrativa de 22 de janeiro de 2026, proferida no âmbito do Processo Administrativo Sancionador correspondente.
DATA DA ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026
Mangueirinha
PUBLIQUE-SE
DIVISÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Thiago José Costa
Código Identificador:8D61A9EA

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 027/2026

DECRETO Nº. 027, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera Amador de Freitas Santos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Exonera, por motivo de falecimento, a contar de 19 de janeiro de 2026, **Amador de Freitas Santos, CI/RG nº 3.***.***-2,** do cargo de Vigia, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando sua nomeação no decreto nº 261/2021 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:337D3A92

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 028/2026

DECRETO Nº. 028, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera Carla Adelita Brugnerotto Da Rosa, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Exonera, a pedido, a contar de 19 de janeiro de 2026, **Carla Adelita Brugnerotto Da Rosa, matrícula 195909, CI/RG nº 6.***.**-4,** do cargo de Fonoaudiólogo 20h, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando sua nomeação no decreto municipal nº 311/2022 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:41DAA7E2

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS Nº 01/2026

O **MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, PR**, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o EDITAL PSS nº 01/2026, visando o preenchimento de vagas para atender a necessidade temporaria de exepcional interesse, **TORNA PÚBLICA a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-EDITAL 001/2026**, a saber:

Professor de Educação Especial		
Classificação	**Nome do Candidato(a)**	**Nota**
1º	ROSEMERY STRINGHI	88
2º	MARCIA TONDO LAUMANN	88
3º	VERONICE GONÇALVES DE BRITO	88
4º	JUSSARA SANDINI PAGNUSSATI	88
5º	LUCIANA FERNANDES MUNIZ	88
6º	IDOLENE DE OLIVEIRA	88
7º	GRACIANE DE LIRIO	88
8º	SANDRA ANTUNES WOLF DALLÓ	88
9º	LUANA RODRIGUES DOS SANTOS	88
10º	KETLYN DAIANNY LOPES DOS SANTOS	88
11º	JAQUELINE FERREIRA BOLZANEL	88
12º	ALINE FERREIRA DOS SANTOS	88
13º	GRACIELI DE LIRIO	87
14º	CARLA ANDREIA DE ANDRADE	83

Professor de Educação Física		
Classificação	**Nome do Candidato(a)**	**Nota**
1º	CHEILA RIBEIRO FABRIS	68
2º	DAYANE DOS SANTOS RICARDO	66
3º	WILLIAN JOSÉ SAUNER DOS SANTOS	46
4º	RAQUEL APARECIDA DOS SANTOS	37
5º	DAIANE IRMA BELLAVER PEREIRA	36

1. O candidato convocado deve comparecer no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mangueirinha/PR, no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assumir a vaga.
1.1. Não ocorrendo a apresentação do candidato será considerado desistente e perderá automaticamente a vaga, facultando ao Município o direito de convocar o próximo candidato na ordem de classificação.
1.2. O servidor será alocado conforme critério da administração.
2. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de convocação para assumirem a vaga, só lhes será deferida caso apresentem:
a) Uma Foto 3 x 4 recente, tirada de frente;
b) Cópia frente e verso da Carteira de Identidade;
c) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Cópia do Diploma do cargo para o qual fez o PSS, para os cargos de nível superior;
e) Cópia da carteira de registro na classe, para os cargos que a exigiam;
f) Comprovante de endereço;
g) Certidão de Nascimento ou casamento;
h) Certidão de nascimento dos filhos;
i) Declaração de Pessoa com deficiência;
j) Declaração de Afrodescendente;
k) Carteira de Trabalho;
l) Cópia do último comprovante de votação, ou certidão de quitação eleitoral, disponível em www.tse.gov.br;
m) Declaração de não acúmulo de cargo público;
n) Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo Cartório Distribuidor;
o) Cópia do certificado de reservista, certificado de isenção, ou do certificado de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;
p) Atestado de saúde ocupacional;
q) Carteira de Motorista (se necessário);
r) Dois números de telefone;
s) Declaração de bens.

3. Eventuais casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora Municipal do Teste Seletivo Público Simplificado. O não comparecimento dentro do prazo estipulado acarretará o chamamento do próximo candidato aprovado.

Mangueirinha/PR, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:5B69C71E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 041/2026

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2026, a saber:

SERVIDOR(A) CPF CARGO
TEREZINHA PEREIRA LIMA xxx.136.179-xx PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposição em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:73D2A5D7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 042/2026

TEMPO DETERMINADO.

CELIO LELIS DA MATA PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal abaixo nominada, a partir do dia 02 de Fevereiro de 2026, a saber:

SERVIDOR(A) CPF CARGO
ADRIELI PEREIRA DE LIMA xxx.463.459-xx AUXILIAR DE CLASSE

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposição em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:351E38B4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 056/2026

De 02 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 30 (trinta) dias ao Servidor Público Municipal Sr. Nelson Barbosa da Silva**,** matricula 5713, referente ao período aquisitivo 2015/2020, a partir do dia 02/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 02 DE FEVEREIRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:9AA3DE15

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 057/2026

De 02 de Fevereiro 2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Premio de 90 (noventa) dias ao Servidor Público Municipal Sr. Aderson Lucas Silva de Paula**,** matricula 5934, referente ao período aquisitivo 2018/2023, a partir do dia 02/02/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:9803E4EB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município tendo em vista o resultado final do **Concurso Público** realizado através do **Edital Nº 001/2025** com resultado homologado pelo **Edital Nº 001.15/2025** de 05 de Agosto de 2025. **Resolve:** Convocar os candidatos abaixo, para comparecerem no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data da publicação deste Edital, na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mariópolis, na Rua Seis, nº 1030, na cidade de Mariópolis, munidos da documentação necessária, constantes na relação publicada a baixo deste edital na Página Oficial da Prefeitura, para a devida nomeação no Cargo para o qual se habilitaram no referido Concurso Público. O não comparecimento no prazo estipulado ou não apresentação da documentação necessária serão considerados desistentes.

INSC.	NOME	CARGO	CLAS.
23787820	MARIANA VALENGA VALÉRIO	PROFESSOR (A)	12º
23787151	ROSELI FERNANDES	PROFESSOR (A)	13º
23787056	DANIELA BORTOLINI	PROFESSOR (A)	14º
23786812	JAQUELINE MARIA DE SOUZA ALBANI	PROFESSOR (A)	15º
23787865	FABIANE DE ARAÚJO CHAVES	PROFESSOR (A)	02º AFRO

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 02 de Fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:43FFFCC9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
II/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 02/2025
ESTAGIÁRIOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO REMUNERADO E NÃO OBRIGATÓRIO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS,			
PR – EDITAL 02/2025 II/2026 EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 02/2025			
ESTAGIÁRIOS			
Nível Superior – 20h/30h – Administração, Direito, Contabilidade, Gestão Pública,			
Recursos Humanos – 05 Vagas + CR			
	Nome	**Curso**	**Nota**
2°	Sidyéllen Ritter do Amaral	Administração	9,37
Nível Superior – 20h/30h – Análise do Desenvolvimento de Sistemas – CR			
	Nome	**Curso**	**Nota**
1°	Larissa Rocha	Sistemas	8,85

Mariópolis, 30 de janeiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:BA9EC488

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 38/2026

PORTARIA N° 38/2026 DATA: 02/02/2026 SÚMULA: "Exonera, a pedido, Mara Juniar Mitrut, do cargo de Professora Municipal "C". " **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** EXONERAR, a pedido, **Mara Juniar Pieta**, **CPF** n° 007.223.859-35, do cargo de Professora Municipal "C", a partir de 02 de fevereiro de 2026 em conformidade com o protocolo n° 101/01/2026. **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:8116C1FD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 39/2026

PORTARIA N° 39/2026 DATA: 02/02/2026

SÚMULA: "Exonera, a pedido, Elaine Scheffer, do cargo de Professora Municipal "C". "

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** EXONERAR, a pedido, **Elaine Scheffer**, **CPF** n° 96575077900, do cargo de Professora Municipal "C", a partir de 02 de fevereiro de 2026 em conformidade com o protocolo n° 91/01/2026. **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:F74F19A4

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 40/2026

PORTARIA N° 40/2026 DATA: 02/02/2026 SÚMULA: "Exonera, a pedido, Déborah Myriam Luza Malicheski, do cargo de Auxiliar Administrativo." **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** EXONERAR, a pedido, **Déborah Myriam Luza Malicheski**, **CPF** n° 102.880.29-90, do cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 02 de fevereiro de 2026 em conformidade com o protocolo n° 99/01/2026. **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:BC6337F2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 41/2026

PORTARIA N° 41/2026 DATA: 02/02/2026

SÚMULA: "Exonera, a pedido, Aline Vitória Reis, do cargo de Professora Municipal "C".

" **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** EXONERAR, a pedido, **Aline Vitória Reis**, **CPF** n° 083.058.059-05, do cargo de Professora Municipal "C", a partir de 02 de fevereiro de 2026 em conformidade com o protocolo n° 103/01/2026. **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:6D530A3F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 42/2026

PORTARIA N° 42/2026 DATA: 02/02/2026

Súmula: "Concede licença sem vencimentos à servidora Lissandra Payano."

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais: **RESOLVE: ART. 1°-** CONCEDER licença sem vencimentos à servidora **Lissandra Payano**, ocupante do cargo de Professora Municipal "C", inscrita na Matrícula n° 641-6, a partir de 02 de fevereiro de 2026, em conformidade com o protocolo nº 90/01/2026, observadas as disposições constantes dos artigos 66 a 69 da Lei Complementar n° 01/2019. **ART. 2°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. **Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.**

MÁRIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:EB4FDF26

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 43/2026

Portaria Nº 43/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Sandro Lesnik da Costa, para exercer o cargo de Motorista.

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Sandro Lesnik da Costa, Rg. 8.430.017-9, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Motorista, no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Assistência Social em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:87FC7553

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 44/2026

Portaria Nº 44/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Claucir Suzin Fortes, para exercer o cargo de Motorista.

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Claucir Suzin Fortes, Rg. 94574536, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Motorista, no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:37A81E88

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 45/2026

Portaria Nº 45/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Thaira Goubet Pieta, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem.

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Thaira Goubet Pieta, Rg. 99027215, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Técnica em Enfermagem, no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Saúde em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 10/2023, de 06 de novembro 2023. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:BF03DE2B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 46/2026

Portaria Nº 46/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Flaviani da Silva Queiroz, para exercer o cargo de Professora Municipal "C".

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Flaviani da Silva Queiroz, Rg. 416653, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:B3FE886E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 47/2026

Portaria Nº 47/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Paula Cristina Merlo Bortolotto, para exercer o cargo de Professora Mucicipal "C".

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Paula Cristina Merlo Bortolotto, Rg. 89530679, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:277F3942

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 48/2026

Portaria Nº 48/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Gesiane Maria Secco, para exercer o cargo de Professora Municipal "C".

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Gesiane Maria Secco, Rg. 3.609.780, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:18EFF721

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 49/2026

Portaria Nº 49/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Cassiana Giacomini Rodrigues, para exercer o cargo de Professora Municipal "C".

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Cassiana Giacomini Rodrigues, Rg. 10.284.864-0, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:ADADD88A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 50/2026

Portaria Nº 50/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Mylena Fortuna Rosário, para exercer o cargo de Monitora de Creche.

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Mylena Fortuna Rosário, Rg. 13.940.865-9, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Monitora de Creche, no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 10/2023, de 06 de novembro 2023. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:31D7F95A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 51/2026

Portaria Nº 51/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Patricia Rodrigues Leandra, para exercer o cargo de Professora Mucicipal "C".

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Patricia Rodrigues Leandra, Rg. 94047528, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:9E22065D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 52/2026

Portaria Nº 52/2026 Data: 02/02/2026

SÚMULA: Nomear Cristina Fonseca Machado, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos.

Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Cristina Fonseca Machado, Rg. 12.415.241-0, para exercer a partir de 02 de fevereiro de 2026, o Cargo de Fiscal de Tributos, no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Administração em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 10/2023, de 06 de novembro 2023. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de fevereiro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:9E8D1E1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº4684, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011 e n°2105/2020 e suas alterações, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º– O servidor **RAFAEL HONORATO DOS SANTOS,** inscrito no CPF sob o nº 006.xxx.xxx-40 e portador da Carteira de Identidade RG nº 7.xxx.xxx-5, ocupante do cargo de provimento em comissão de **SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, para responder interinamente pelo cargo de **DIRETOR DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE MATINHOS - FASSEMM**.

Parágrafo único – O desempenho da função descrita no "*caput*" não fará jus à percepção do vencimento do cargo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EBF58C00

GABINETE
DECRETO Nº 4685, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, referente processo n° 3731/2026, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art.1º A pedido de **JEFFERSON FERNANDO DA SILVA MANTOVANI,** inscrito no CPF sob o nº 097.xxx.xxx-33 e portador da Carteira de Identidade RG nº 13.xxx.xxx-7 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR GERAL,** simbologia DAS, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de fevereiro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:E1D93572

GABINETE
DECRETO Nº4686, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, em face ao processo nº 3731/2026, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º A pedido, de **JEFFERSON FERNANDO DA SILVA MANTOVANI,** inscrito no CPF sob o nº 097.***.***-33 e portador da Carteira de Identidade RG nº 13.***.***-7, do cargo público de **Auxiliar de Administração,** matrícula n° 76244/1**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 03 de fevereiro de 2026, revogando o decreto 074/2016 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:21F80156

GABINETE
DECRETO Nº 4687, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 200/2025 de 27 de novembro de 2025, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Ricardo Cezar Hereck	N° 8.***.***-1	N° 058.***.***-*2

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DAE213B6

GABINETE
DECRETO Nº 4688, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

.
O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 211/2025 de 08 de dezembro de 2025, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Giovana Luiza Corrêa	Nº 050.***.***-*7	Nº 050.***.***-*7

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:4FA0B37E

GABINETE
DECRETO Nº 4689, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 211/2025 de 08 de dezembro de 2025, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Francis Vinicius Bacchini Francisco	Nº 6.***.***-7	Nº 036.***.***-00

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DA78F990

GABINETE
DECRETO Nº 4690, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 211/2025 de 08 de dezembro de 2025, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Suzana Grazieli Rover	Nº 8.***.***-0	Nº 049.***.***-25

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:33B4F669

GABINETE
DECRETO Nº 4691, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

.O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 211/2025 de 08 de dezembro de 2025, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Caroline Banhos Ramos Hollen	Nº 6.***.***-0	Nº 008.***.***-40

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DCA841AB

GABINETE
DECRETO Nº 4692, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 211/2025 de 08 de dezembro de 2025, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	RG	CPF
Dafyne Batista Basso	Nº 12.***.***-5	Nº 067.***.***-81

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:EF1077F2

GABINETE
DECRETO Nº4693, DE 02 DE FEVEREIRO 2025

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar nº182/2021, e suas respectivas alterações, resolve:

Art. 1º - Alterar a Comissão Especial de Licitação, com a finalidade de julgar a contratação de um conjunto integrado de solução tecnológica inovadora voltada para a captação de imagens, dados e informação por videomonitoramento, através de inteligência artificial, composto pelos seguintes membros:

Presidente	**CPF**
Carlos Alberto Martins da Rocha	493.216.419-04
Membro	**CPF**
Wilker Marcel de Araújo Alexandre	054.955.819-54
Jefferson Fernando da Silva Mantovani	097.725.199-33
Naiara do Rocio Leite	093.834.129-41
Rafael Ramthun	064.452.949-01
Robson Taborda Ribas	006.704.889-76
Debora Correa Teles Tavares	022.894.449-01

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 4367/2025 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:53510DAD

GABINETE
DECRETO Nº 4694, DE 02 DE FEVREIRO DE 2026

.

O Prefeito Municipal de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e nº 1430/2011 e suas alterações.

Art. 1º. Nomeia em Estágio Probatório, no Quadro de Pessoal Permanente, o(a) candidato(a) aprovado(a) em concurso público, convocado(a) através do Edital nº 003/2026 de 09 de janeiro de 2026, para exercer o cargo público de **Médico Clínico Geral Plantonista**, a saber:

Nome	**RG**	**CPF**
Anna Gabrielle de Oliveira	N° 12.***.***-5	N° 073.***.***-57

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:DF11E63E

GABINETE
DECRETO Nº4695, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com as Leis Municipais n°1430/2011 e n°2105/2020 e suas alterações, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º– O servidor **JEFFERSON FERNANDO DA SILVA MANTOVANI,** inscrito no CPF sob o nº 097.xxx.xxx-33 e portador da Carteira de Identidade RG nº 13.xxx.xxx-7, ocupante do cargo de **GESTOR DE RECURSOS HUMANOS**, para responder pelo cargo de **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS.**

Parágrafo único – O desempenho da função descrita no "*caput*" não fará jus à percepção do vencimento do cargo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0B302052

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
PORTARIA N. º 001/2026 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

A Presidente Previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Matinhos-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade a Lei Municipal n.º 2298/2021 e Decreto n.º 4683/2026, resolve:

REVOGAR

Art. 1º A designação daservidora **ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO**, inscrita no CPF sob o nº 023.320.109-20 e portadora da Carteira de Identidade Nacional CNI n°023.320.109-20para responder pela Diretoria Administrativa, Financeira e Previdenciária do Matinhos Prev.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1ºde fevereirode 2026, revogando as disposições em contrário,

Matinhos, PR 02de fevereirode 2026.

KATERINE ONDINA HERDT MANTOVANI
Presidente Previdenciário

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:C13F74D1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
PORTARIA N. º 002/2026 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

A Presidente Previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Matinhos-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com a Lei Municipal n.º 2298/2021 e Decreto n.º 4683/2026, resolve:

CONCEDER

Art. 1º A servidora **ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO**, inscrita no CPF sob o nº 023.320.109-20 e portadora da Carteira de Identidade Nacional CNI n°023.320.109-20afunção gratificada de responsabilidade técnica pelaTesouraria do Instituto de Previdência, simbologia FG-RT.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1ºde fevereirode 2026, revogando as disposições em contrário.

Matinhos, PR 02de fevereirode 2026.

KATERINE ONDINA HERDT MANTOVANI
PresidentePresidenciário

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:27A82A5C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
PORTARIA N. º 003/2026 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

A Presidente Previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Matinhos-Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade a Lei Municipal n.º 2298/2021 e Decreto n.º 3431/2025, resolve:

NOMEAR

Art. 1º A servidora **CAMILA DA ROSA BELARMINO**, inscrita no CPF sob o nº 049.318.229-24e portadora da Carteira de Identidade Nacional CNI n°8.344.408-8no cargo deDiretoria Administrativa, Financeira e Previdenciária, simbologia CC-E,do Matinhos Prev.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1ºde fevereirode 2026, revogando as disposições em contrário,

Matinhos, PR 02de fevereirode 2026.

KATERINE ONDINA HERDT MANTOVANI
Presidente Previdenciário

Publicado por:
Katerine Ondina Herdt
Código Identificador:AB6CFC86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 3756/2025 de 07/04/2025, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2025, que tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para as seguintes empresas: VIKINGS LICITACOES, SERVICOS E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.629.549/0001-79, no item: 01 no valor total de R$1.196.400,00 (um milhão e cento e noventa e seis mil e quatrocentos reais). TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 16.850.663/0001-35 com o item: 4 no valor total de R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). RODO SERVICE LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.688.075/0002-98) com o item: 3 no valor total de R$1.917.000,00 (um milhão e novecentos e dezessete mil reais).

Município de Matinhos, em 30 de janeiro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:E30B6FC2

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
PORTARIA N.º002/2026

Instauração de Processo Administrativo para apuração de responsabilidade administrativa de pessoa jurídica

O Secretário Municipal de Controle Interno, nomeado nos termos do disposto no Decreto n.º 3439 de 03.01.2025, no uso de suas atribuições legais, conforme previsão do art. 3º, § 6º do Decreto Municipal n.º 63 de 15.02.2018,

CONSIDERANDO o despacho exarado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito EDUARDO ANTONIO DALMORA, no Processo n.º 4125 /2023;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 12.846 de 01.08.2013 que regulamentou a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 63 de 15.08.2018 que no âmbito do Poder Executivo e na Lei Federal nº12.846 de 01.08.2013, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública do Município de Matinhos-PR;

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar supostAS IRREGULARIDADES previstAs na Lei Federal n.º 12.846 de 01.08.2013, lei federal nº 8666 de 21.06.1993 E DETERMINAR EVENTUAL RESPOnSABILIdade ADMINISTRATIVA da empresa **D MARTINS IMPORT & EXPORT LTDA** , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 73.234.742/0001-55, conforme disposto no art. 3º do Decreto Municipal n.º 63 de 15.02.2018 e na Lei Federal n.º 12.486 de 01.08.2013, durante a execução da Ata de Registro de Preços nº 268/2022, firmada em razão do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 121/2022.

Parágrafo único. Os fatos a serem apurados serão aqueles noticiados no processo administrativo nº 4125/2023, cujo objeto é a apuração de suposta irregularidade na execução dos serviços de decoração e iluminação natalina no ano de 2022, e apuração de eventual prejuízo ao erário municipal.

Art. 2º. O Processo Administrativo para apuração da responsabilidade da empresa , será conduzido por **COMISSÃO PROCESSANTE**, nos termos do disposto no art. 4º do Decreto Municipal n.º 63 de 15.02.2018, composta pelos seguintes servidores públicos municipais:

I – Leandro Malaguty Júnior , matricula n.º 101182-1 ;
II – Vinícius Teixeira Bressan , matrícula n.º 100910-1;
III – Marcelle Nepomuceno Gaspar, matrícula nº 101221-1

Parágrafo único. Parágrafo único. A presidência da Comissão Processante alterada nos termos desta Portaria ficará sob responsabilidade do servidor público descrito no inciso I e secretariada pelo servidor descrito no inciso II, ambos deste artigo; a servidora descrita no inciso III será membro suplente de cada um dos membros titulares, descritos nos incisos I e II deste artigo.

Art. 3º. Para o cumprimento de suas atribuições a Comissão Processante poderá produzir, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, todas as aprovas em direito admitidas sendo que seus membros terão poder/direito de reportar-se, diretamente, aos órgãos, secretarias e departamentos da Administração Direta e Indireta do Município de Matinhos.

Art. 4º. A Comissão processante, designada nesta Portaria terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta

Portaria, para concluir o processo de apuração e, ao final, deverá emitir relatório sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da empresa D MARTINS IMPORT & EXPORT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º73.234.742/0001-55, sugerindo, de forma motivada, as sanções a serem aplicadas, não descuidando-se da garantia ao contraditório e à ampla defesa conforme o disposto no art. 6º e no art. 13, ambos, do Decreto Municipal n.º 63 de 15.02.2018.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 02 de fevereiro de 2026.

JULIANO GONDIM VIANNA
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto n.º 3439 de 03.01.2025

Publicado por:
David Andre Barbosa
Código Identificador:EA2E59E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº20/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº20/2026
DISPENSA Nº 05/2026

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 30/01/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: VAGNER DA ROSA FERREIRA E CIA LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.739.358/0001-04.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Contratação/aquisição de displays de mascotes das cartilhas de educação ambiental, destinados à divulgação e apoio às ações educativas relacionadas às Unidades de Conservação do município.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 30/01/2026 e terá vigência até 30/01/2027.

VALOR TOTAL: R$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto juntamente com a apresentação da nota fiscal referente a prestação dos serviços.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2041– Manutenção das Atividades de Proteção ao Meio Ambiente
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:0FE1E652

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº21/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº21/2026
DISPENSA Nº 06/2026

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 30/01/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: **C&B BUCIOLI LTDA** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. **31.978.206/0001-14.**

OBJETO: O presente contrato tem por objeto locação de barracas tipo pirâmide (tendas) para uso durante eventos do 35° aniversário do Município de Mato Rico – PR.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 30/01/2026 e terá vigência até 30/01/2027.

VALOR TOTAL: R$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto juntamente com a apresentação da nota fiscal referente a prestação dos serviços.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2041– Manutenção das Atividades de Proteção ao Meio Ambiente
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:3A3C6E74

MUNICÍPIO DE MATO RICO
EXTRATO DO CONTRATO Nº22/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº22/2026
DISPENSA Nº 06/2026

DATA DA ASSINATURA CONTRATO: 30/01/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO, CNPJ nº 95.684.510/0001-31.

CONTRATADA: ELCIO FLAVIO DA SILVA 06655872952**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 41.512.281/0001-49.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviço de segurança privada não armada para eventos do 35° aniversário da cidade de Mato Rico – PR.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 30/01/2026 e terá vigência até 30/06/2026.

VALOR TOTAL: R$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto juntamente com a apresentação da nota fiscal referente a prestação dos serviços.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2041– Manutenção das Atividades de Proteção ao Meio Ambiente
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FORO: Comarca de Pitanga, Estado do Paraná.

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:10A15DE4

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 032/2026 NOMEAR TIBURTINO DA CRUZ OPERADOR MAQUINA A PSS 001 2025

PORTARIA Nº 032/2026

SÚMULA – Nomeia OPERADOR MAQUINA "A", selecionado em Processo de Seleção Simplificado - PSS nº 001/2025.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º - O Sr. **TIBURTINO DA CRUZ**, portador da cédula de identidade civil nº 4.391.202-0 e inscrição no CPF nº 622.963.029-04, selecionado em Processo de Seleção Simplificado - PSS nº 001/2025, classificado em 1º lugar, para o Cargo Temporário de "**OPERADOR DE MAQUINA "A"**, com carga horária de 40 horas semanais.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogado as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
02 de FEVEREIRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:04079FB4

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 033/2026 NOMEAR SECRETARIO DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMÉRCIO ADAUTO G PADILHA

PORTARIA Nº 033/2026

SÚMULA – Nomeia Secretário de Agropecuária, Industria e Comércio.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º - O Sr. **ADAUTO GONÇALVES PADILHA**, portador da cédula de identidade civil nº 14.243.109-2 e inscrição no CPF nº 115.415.729-63, para o Cargo Agente Politico de "**SECRETÁRIO DE AGROPECUÁRIA, INDUSTRIA E COMÉRCIO**".

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico, 02 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:B6B67D6C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 034/2026 - REVOGA DESIGNAÇÃO - SECRETARIO DE AGROPECUARIA , INDUSTRIA E COMERCIO - WILSON PALEZUK

PORTARIA Nº 034/2026

SÚMULA – Revogar Designação Agente Politico - "SECRETÁRIO DE AGROPECUARIA INDUSTRIA E COMERCIO"

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

REVOGAR:

Artigo 1º - A Designação do Sr. **WILSON PALEZUK**, portador da cédula de identidade civil nº 71104362 e inscrição no CPF nº 033.631.289-08, para o Cargo Agente Político de **"SECRETÁRIO DE AGROPECUARIA INDUSTRIA E COMERCIO",** retornando o mesmo para o seu cargo de origem **"TECNICO AGRICOLA",** a partir de 01/02/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico, 02 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:9644CF6B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 035/2026 NOMEAR ASSESSORA DE PLANEJAMENTO JUCIELE URBAINSKI

PORTARIA Nº 035/2026

SÚMULA – Nomeia Cargo em Comissão "ASSESSOR DE PLANEJAMENTO".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º - A Sra. **JUCIELE URBAINSKI**, portadora da cédula de identidade civil nº **13.323.988-0** e inscrição no CPF nº **086.591.699-30** no Cargo Cargo em Comissão de "**ASSESSOR DE PLANEJAMENTO**".

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico, 02 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:B31A8D1A

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 036/2026 EXONERAR ASSESSORA DE PLANEJAMENTO PRISCILLA DE SOUZA RUTESKI GOULART DOS SANTOS

PORTARIA Nº 036/2026

SÚMULA – Exonera Agente Político "ASSESSOR DE PLANEJAMENTO".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:

Artigo 1º - A Sra. **PRISCILLA DE SOUZA RUTESKI GOULART DOS SANTOS**, portadora da cédula de identidade civil nº **10.662.058-0** e inscrição no CPF nº **072.981.669-99** no Cargo Agente Político de "**ASSESSOR DE PLANEJAMENTO**", **a partir do dia 01/02/2026.**

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico, 02 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:A1CFFAD9

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 037/2026 DESIGNA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL DE PATRIMONIO - ROSILAINE PROCOPIUK

PORTARIA Nº 037/2025

SÚMULA – Designa servidora efetiva para Cargo em Comissão – Diretora do Departamento de Material e Patrimônio.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

DESIGNAR:

Artigo 1º - A Sra. **ROSILAINE DE FATIMA PROCOPIUk**, portadora da cédula de identidade civil nº 12.852.800-8 e inscrição no CPF nº 085.461.919-48, servidora efetiva ocupante do cargo de **"ATENDENTE DE BIBLIOTECA",** admitida em 17/11/2015, sob matricula nº 200790, para o Cargo em Comissão de "**DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO**", a partir do dia 01/02/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:3B59DF25

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 038/2026 EXONERAR DIRETORA DEPTO DE TRIBUTAÇÃO ANDREIA MOREIRA

PORTARIA Nº 038/2026

SÚMULA – Exonera Cargo em Comissão "DIRETORA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

EXONERAR:
Artigo 1º. – A Sra. **ANDREIA MOREIRA**, portadora da cédula de identidade civil nº 10.626.547-0 e inscrição no CPF nº 072.875.259-09, do Cargo em Comissão de "**DIRETORA DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO**", admitida 06/01/2025, sob matricula nº 400777, a partir de 01/02/2026.
Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico-PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:55316D7B

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 039/2026 NOMEAR ASSESSORA DE FROTAS ANDREIA MOREIRA

PORTARIA Nº 039/2026

SÚMULA – Nomeia Cargo em Comissão "ASSESSORA DE FROTAS".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

NOMEAR:
Artigo 1º. – A Sra. **ANDREIA MOREIRA**, portadora da cédula de identidade civil nº 10.626.547-0 e inscrição no CPF nº 072.875.259-09, para o Cargo em Comissão de "**ASSESSORA DE FROTAS**", a partir do dia 02/02/2026.
Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 02/02/2026, revogando as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico – PR, 02 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:A7C812E5

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 040/2026 DESIGNA ASSESSOR DE LICITAÇÃO - MARCELO BEDNARCZUK

PORTARIA Nº 040/2026

SÚMULA – Designa servidor efetivo para Cargo em Comissão – "ASSESSOR DE LICITAÇÃO".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

DESIGNAR:

Artigo 1º - O Sr. **MARCELO BEDNARCZUK**, portador da cédula de identidade civil nº 8.005.911-6 e inscrição no CPF nº 050.534.929-99, servidor efetivo ocupante do cargo de **"AUX. ADM II",** admitido em 03/12/2012, sob matricula nº 200707, para o Cargo em Comissão de "**ASSESSOR DE LICITAÇÃO**", a partir do dia 01/02/2026.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 01/02/2026, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini,
Mato Rico – PR, 02 de Fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:9904AFC6

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 042/2026 NOMEAR ASSESSOR ECONÔMICO FINANCEIRO MARIANE SITKO

PORTARIA Nº 042/2026

SÚMULA – Nomear Cargo em Comissão – "Assessor Econômico Financeiro".

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

NOMEAR:

Artigo 1º. – A Sra. **MARIANE SITKO**, portadora da Cédula de Identidade Civil **RG nº 136596926** inscrição no **CPF nº 086.591.979-84**, para o Cargo em Comissão de "**ASSESSOR ECONÔMICO FINANCEIRO", a partir de 02/02/2026.**

Artigo 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
02 de fevereiro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:EAD5B8A8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

CAMARA MUNICIPAL
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

AUTORIZO a contratação direta por *dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASELVA** CNPJ nº 02.402.788/0001-98	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física.	**Nome**: **CPF nº**
	☒ Pessoa Jurídica.	**Razão Social**: JIAN FRANCO MIRANDA – ME. **CNPJ nº** 10.608.937/0001-06
OBJETO	Contratação de empresa especializada na área de tecnologia da informação para prestação de serviços consistentes na licença mensal de uso de Portal de Gestão de Conteúdo (CMS) dinâmico e responsivo, contemplando modernização, inovação e implantação de novo *layout* institucional; desenvolvimento e disponibilização de aplicativo móvel (*Mobile App*); serviços de hospedagem de arquivos e de *e-mails* institucionais; manutenção mensal e suporte técnico contínuo; bem como a prestação de outros serviços de informação na internet; capacitação presencial; migração de dados; realização de *backups* de banco de dados; atendimento técnico *in loco*; disponibilização de central de atendimento aos munícipes, compreendendo Protocolo Eletrônico *Web* com emissão de comprovante, Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e demais funcionalidades correlatas; a fim de atender as exigências legais relativas à transparência, ao acesso à informação, à acessibilidade, à proteção de dados pessoais e à gestão pública digital, em conformidade com a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.460/2017, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e Lei nº 14.133/2021.	
VALOR ESTIMADO	R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01 – Câmara Municipal 001 – Legislativo Municipal 01.031.0001-2001 – Manutenção do Poder Legislativo Municipal 3.3.90.40.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Miraselva, 02 de fevereiro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:DF31D232

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 02/2026

Eu, **Valdair Aparecido Palla**, Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA e HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2026, em favor da empresa abaixo indicada:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	R$ VALOR
01	JIAN FRANCO MIRANDA – ME.	10.608.937/0001-06	R$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de tecnologia da informação para prestação de serviços consistentes na licença mensal de uso de Portal de Gestão de Conteúdo (CMS) dinâmico e responsivo, contemplando modernização, inovação e implantação de novo *layout* institucional; desenvolvimento e disponibilização de aplicativo móvel (*Mobile App*); serviços de hospedagem de arquivos e de *e-mails* institucionais; manutenção mensal e suporte técnico contínuo; bem como a prestação de outros

serviços de informação na internet; capacitação presencial; migração de dados; realização de *backups* de banco de dados; atendimento técnico *in loco*; disponibilização de central de atendimento aos munícipes, compreendendo Protocolo Eletrônico *Web* com emissão de comprovante, Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e demais funcionalidades correlatas; a fim de atender as exigências legais relativas à transparência, ao acesso à informação, à acessibilidade, à proteção de dados pessoais e à gestão pública digital, em conformidade com a Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.460/2017, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e Lei nº 14.133/2021.

Fundamentação: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Miraselva, 02 de fevereiro de 2026.

VALDAIR APARECIDO PALLA
Presidente - Câmara Municipal de Miraselva

Publicado por:
Yorran Aleixo Barone Esquiçati
Código Identificador:8D9253A9

GABINETE
EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE MIRASELVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, com sede na Avenida Dona Madalena nº 41, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO MARCOS FERRER**, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no art. 145, III, da Constituição Federal, nos arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, no Decreto-Lei nº 195/67 e na Lei Municipal nº 755/2026, **torna público o presente Edital para dar ciência aos contribuintes e demais interessados sobre os elementos da obra pública de ampliação da Avenida Papa João XXIII e da instituição da respectiva Contribuição de Melhoria.**

1. DO OBJETO
1.1. O presente edital tem por objeto dar publicidade aos elementos que compõem a obra de ampliação da **Avenida Papa João XXIII**, que ensejará a cobrança de Contribuição de Melhoria dos proprietários de imóveis beneficiados.
2. DO MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA
2.1. A obra pública consiste na ampliação e completa infraestruturação da Avenida Papa João XXIII, compreendendo os seguintes serviços, conforme projetos de engenharia arquivados nesta Prefeitura:
a) Abertura da via e serviços de terraplanagem;
b) Implantação de sistema de drenagem de águas pluviais;
c) Pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente);
d) Construção de guias, sarjetas e calçadas com acessibilidade;
e) Instalação de nova rede de iluminação pública com tecnologia LED;
f) Execução de projeto de paisagismo e implantação de sinalização viária vertical e horizontal.
3. DO ORÇAMENTO E CUSTO DA OBRA
3.1. O custo total da obra está orçado em **R$ 4.319.070,50 (Quatro milhões, trezentos e dezenove mil e setenta reais e cinquenta centavos)**, conforme planilhas de custos e cronograma físico-financeiro que integram o processo administrativo da obra.
3.2. A totalidade do custo apurado no item 3.1 será financiada pela Contribuição de Melhoria, respeitados os limites legais de cobrança.
4. DA ZONA DE INFLUÊNCIA E DELIMITAÇÃO DA ÁREA BENEFICIADA
4.1. A zona de influência da obra, para fins de incidência da Contribuição de Melhoria, abrange todos os imóveis lindeiros à Avenida Papa João XXIII, no trecho compreendido entre a **Rua Ernesto Maetiasi, Rua Mário Luigi Tonin e Estrada Rural, S/N**, conforme mapa e memorial descritivo que constituem o Anexo I deste Edital e da Lei Municipal nº 755/2026.
5. DO CÁLCULO E DO RATEIO
5.1. A Contribuição de Melhoria terá como base de cálculo a valorização imobiliária individual de cada imóvel, apurada pela diferença entre o seu valor de mercado antes e depois da conclusão da obra.
5.2. O valor a ser cobrado de cada contribuinte observará o duplo limite legal: não poderá ser superior à valorização individual do imóvel (limite individual) nem ao valor resultante do rateio do custo total da obra na proporção da valorização de cada um (limite global).
6. DO INCENTIVO À DOAÇÃO
6.1. Conforme art. 13 da Lei Municipal nº 755/2026, ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria os proprietários que, até a data de publicação deste edital, tiverem formalizado a doação ao Município da área necessária para a execução da obra.
7. DA IMPUGNAÇÃO
7.1. A partir da data de publicação deste edital, os contribuintes e demais interessados terão o prazo de **30 (trinta) dias** para apresentar impugnação, por escrito e de forma fundamentada, contra qualquer um dos elementos nele contidos (memorial descritivo, orçamento, delimitação da zona de influência ou critério de rateio).
7.2. As impugnações deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Miraselva, localizado no endereço supracitado, e serão julgadas pela autoridade competente em decisão administrativa.
8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
8.1. O presente edital, bem como seus anexos, encontra-se à disposição para consulta de qualquer interessado na sede da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.
8.2. A não apresentação de impugnação no prazo legal implicará na concordância tácita com os termos deste edital.
E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na imprensa oficial do Município.

Miraselva/PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:E548CEAE

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2026

O Município de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, torna público a errata referente à Publicação da **AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA e do TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**, publicada na Edição nº 3459, do Diário dos Municípios do Paraná no dia 30/01/2026, conforme abaixo:

Onde se lê:

"VALOR TOTAL: R$ 329.000,00 (trezentos e vinte e nove mil reais)."

Leia-se:

"VALOR TOTAL: R$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais)."

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:7D5B4A81

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026

CONTRATANTE: Município de Miraselva, situada na Avenida Dona Madalena, 41, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.529/0001-05, na cidade de Miraselva, no Estado do Paraná.

CONTRATADO: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 06.224.121/0001-84, com sede a Avenida Getúlio Vargas, 9145, São José, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.
OBJETO:Adesão a Ata de Registro de Preços nº 07/2025 do Consórcio Público do Extremo Sul para contratação da empresa **Shark Máquinas para Construção Ltda.** para a aquisição de 01 (uma) Minicarregadeira New Holland, modelo L320, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do edital de Pregão Eletrônico nº 07/2025 em atendimento a **Divisão de Obras e Serviços Públicos** do município de **Miraselva/PR**.

VALOR TOTAL:R$ 379.000,00 (trezentos e setenta e nove mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) meses.

PRAZO DE ENTREGA: 90 (noventa dias) dias após o pedido.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

03 – Secretaria de Finanças Administração e Infraestrutura
001 – Divisão de Transportes
26.782.0006.1088 – Adquirir Veículos, Maquinas e Implementos Agrícolas
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Gabinete do Prefeito 02/02/2026.

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:6DF5FE92

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026

Eu **João Marcos Ferrer**, Prefeito da Prefeitura Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 e Decreto Municipal n° 47/2023,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21, das empresas abaixo:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
01	LABNORTE MATERIAIS MEDICOS, HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA – EPP	34.922.825/0001-85	R$ 27.389,47 (vinte e sete mil trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

Miraselva/PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:1D5353AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EDITAL Nº 34, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS 01/2025

EDITAL Nº 34, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PSS 01/2025

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022, e considerando o Edital nº 01 do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, bem como o Edital de Homologação do Resultado Final e Classificação, ambos devidamente publicados nos endereços eletrônicos www.morretes.pr.gov.br e www.diariomunicipal.com.br/amp/pesquisar.

CONVOCA os candidatos abaixo relacionados para comparecerem, dentro do prazo e munidos da documentação exigida, conforme descrito **no item 5 do edital nº 01/2025**.

1º - Os candidatos convocados deverão comparecer entre os dias **03 a 05 de fevereiro de 2026**, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83350-000.

MÉDICO (A) GENERALISTA – CLASSIFICAÇÃO GERAL				
Classificação	**Nome Completo**	**Data Nascimento**	**RG**	**CPF**
14	CARLOS JAVIER RINOJO SANCHEZ	10/04/1975	147587597	55199348272

2º – os candidatos deverão apresentar, sob pena de eliminação, os documentos listados no item 5 do edital º 01/2025.

• CPF;
• RG;
• Cartão SUS;
• Certidão de nascimento que contenha o CPF ou RG e CPF de filhos de até 21 anos (se houver);
• Dados bancários (de preferência Banco do Brasil, caso não possua, pode ser outro banco).
• Certidão Negativa Criminal e Certidão Negativa Cível expedida pela comarca onde reside;
• Carteira de Trabalho;
• 1 foto 3x4 atual;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral (https://www.tre-pr.jus.br/servicos eleitorais/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral);
• PIS ou PASEP (fotocópia);
• Certidão de nascimento ou casamento, se casado for (RG e CPF do cônjuge);
• Original e cópia do Comprovante de endereço atual, de no máximo 90 dias, que conste o nome do profissional a ser contratado e o CEP do endereço, ou declaração equivalente, na forma da Lei 7115/1983;
• Declaração de bens (fornecida no momento da admissão) ou declaração anual de imposto de renda;
• Declaração de acúmulo de cargo público (fornecida no momento da admissão);
• No caso de candidato do sexo masculino, apresentar certificado de reservista (fotocópia).
• O RG poderá ser substituído pela CTPS ou carteira de registro profissional junto ao conselho Profissional competente, uma vez que são documentos com foto.
• Atestado de Saúde Ocupacional – ASO (possuir aptidão física e mental compatíveis com o exercício do emprego, mediante avaliação médica a ser entregue no ato da convocação);

3º - Os documentos exigidos nos itens 5.1 e 5.2 do edital nº 01/2025 e os títulos indicados no momento da inscrição, deverão ser apresentados em **cópias, DEVIDAMENTE ACOMPANHADOS PELOS ORIGINAIS**, para que a Comissão Especial para Elaboração do PSS possa atestar sua autenticidade, nos termos da Lei Federal n.º 13.726/2021. Os originais não serão retidos em nenhuma hipótese.

Dê-se ciência e cumpra-se,

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:BE00907C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2625 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 2625 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a nomeação da Comissão de Credenciamento junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

O **Prefeito de Morretes** – Estado do Paraná, Senhor **Sebastião Brindarolli Junior**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 79, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as necessidades de credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas para o atendimento da secretaria de cultura e turismo e dar apoio ao fortalecimento econômico local por ocasião das festividades de programas culturais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar aComissãodeCredenciamento para atuar na condução do Processo de Inexigibilidade n° 01/2026, a qual é composta pelos empregados públicos:
I – Julia Moretti Pereira, matrícula nº 128588839, Presidente;
II – Wagner do Rosario Lourenço, matrícula nº 115701, Membro;
III – Gabriel Nunes Silvério, matrícula nº 214046, Membro.

Art. 2º Os trabalhos destaComissãonortear-se-ão pelas normas que regulamentem a matéria.

Art. 3º Compete àComissãode Credenciamento:

I. Receber, examinar e verificar os documentos de habilitação apresentados segundo o respectivo edital de credenciamento, compreendendo o cadastramento de fornecedores, recebimento dos documentos, a análise e o julgamento de documentos exigidos para habilitação no certame e elaboração da ata de julgamento com o rol dos respectivos classificados durante toda a validade do credenciamento.

II. Responsabilizar-se legalmente pelo julgamento dos procedimentos de credenciamento de credenciamento de bandas, grupos musicais, músicos, cantores e artistas perante o Poder Executivo Municipal.

Art. 4º AComissãodeCredenciamento para o objeto credenciamento de bandas, grupos musicais, músicos, cantores e artistas adotará as seguintes normas de trabalhos:

I - Convocada pelo Presidente, sempre que necessário, reunir-se-á para apreciação de editais e análise dos documentos de credenciamento

II - O quórum mínimo" será de 03 (três) membros, preferencialmente integrada por servidores efetivos.

Art. 5º AComissãodeCredenciamento será presidida pela servidora municipal designada, a qual atuará em conjunto com os demais membros.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:A5C7967B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NONO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 31/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

NONO TERMO DE APOSTILAMENTO DO CONTRATO Nº 31/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, o Sr. **GILTON DIAS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF n°069.XXX.XXX-79, residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022; com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 31/2025, Id nº 141/2025, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 019/2025, tendo como objetivo a contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE/PR com foco na inclusão socioeconômica e eficiência em compras públicas no município de Morretes/PR, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se a Inexigibilidade de Licitação nº 019/2025, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo, prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:

- Reduzido - 468 **12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0** - Fonte 01000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Conforme demonstrativo em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Inexigibilidade de Licitação nº 019/2025.

Morretes, 30 de janeiro de 2026

GILTON DIAS JUNIOR
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:BFCFD1CE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023 - ID Nº 44/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023 - ID nº 44/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000,

em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 029/2023, ID nº 44/2023, oriundo do Pregão Eletrônico nº 02/2023, que tem por objeto **"contratação de empresa para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra destinada ao atendimento de atividades do Poder Executivo Municipal, pelo período de 12 (doze) meses em atendimento as Secretarias Municipais".**

O presente instrumento advém o Pregão Eletrônico nº 02/2023, Contrato administrativo nº 029/2023 e ID nº 44/2023, com a empresa **EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 15.079.514/0001-51, estabelecida na Avenida Higienópolis, nº 1601, Loja 08, bairro Jardim Higienópolis, em Londrina/PR, neste ato representada pelo Sr. EDMAR CALOVI, brasileiro, portador da identidade n° 8.XXX.XXX-4, inscrito no CPF/MF sob n° 007.XXX.XXX-41. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no §8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 029/2023, ID nº 44/2023, oriundo do Pregão Eletrônico nº 02/2023, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Sexta - da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 468 12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0- Fonte 01000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 029/2023, ID nº 44/2023, do Pregão Eletrônico nº 02/2023.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 27 de janeiro de 2026.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:4745B2CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO A INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO A INEXIGIBILIDADE Nº 021/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, o Sr. **GILTON DIAS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF n°069.XXX.XXX-79, residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022; com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 17/2025, Id nº 35/2025, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 21/2025, tendo como objetivo **o pagamento para o ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, correspondente aos direitos autorais das Bandas contratadas para os eventos correspondentes ao calendário oficial da Secretaria de Cultura e Turismo.**

O presente instrumento advém da Inexigibilidade de Licitação nº 021/2025, com a empresa **ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 004.749.730/0001-62, com sede a cidade de Rio de Janeiro, nº 359, rua do catete, bloco A sala 201, neste ato representada pelo Sr. Augusto Fernando de Freitas, brasileiro, casado, portador da identidade n° 3.XXX.XXX-3, e do CPF/MF nº 589.XXX.XXX-68. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o a Inexigibilidade de Licitação nº 021/2025, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo, prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:

- Reduzido - 466 **12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0** - Fonte 01000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Conforme demonstrativo em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Inexigibilidade de Licitação nº 021/2025.

Morretes, 30 DE JANEIRO DE 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
SecretáriO Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:A24DC55F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025 - ID Nº 035/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2025 - ID Nº 035/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, o Sr. **GILTON DIAS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF n°069.XXX.XXX-79, residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022; com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 17/2025, Id nº 35/2025, oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 03/2025, tendo como objeto **"aquisição de licença de uso do software Pergamum a ser utilizado na Biblioteca do Município de Morretes/PR".**

O presente instrumento advém da Inexigibilidade de Licitação nº 03/2025, contrato administrativo n° 17/2025, com a empresa **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - PERGAMUM**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 76.659.820/0046-53, estabelecida na Rua Imaculada Conceição, nº 1155, bairro Prado Velho, em Curitiba/PR, neste ato representada pelo Sr. VANDERLEI SIQUEIRA DOS SANTOS, brasileiro, portador da identidade n° 5.XXX.XXX-5, e do CPF/MF nº 014.XXX.XXX-51. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 136, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 17/2025 – ID Nº 035/2025, da Inexigibilidade de Licitação nº 03/2025, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo, prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:

- Reduzido - 456 **12.001.13.392.2178.1.024.3.3.90.39.00.0** - Fonte 01000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Conforme demonstrativo em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 17/2025, Id nº 035/2025, e Inexigibilidade de Licitação nº 03/2025.
O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 30 DE JANEIRO DE 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:CCA86DCB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SÉTIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025 - INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SÉTIMO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025 - INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, o Sr. Gilton Dias Junior, brasileiro, portador do CPF/MF nº xxxx e RG nº xxxx SSP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 13/2025, Concorrência 03/2024, que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para obra de engenharia civil em reforma e reparos em Edificação Histórica, Cine Theatro de Morretes, cujos estudos, com suas respectivas sequencias executivas e especificações apresentadas no Projeto Base.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado a Concorrência 03/2024, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo n° 13/2025, prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:
- Reduzido 457 12.001.13.392.2178.1.024.4.4.90.51.00.00, Obras e Instalações, fonte 1009

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 13/2025.
O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 30 de janeiro de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:9173269C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 - ID Nº 134/2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 - ID Nº 134/2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 30/2022, Id nº 134/2021, oriundo do Pregão 06/2022, que tem por objeto "**contratação de empresa para a prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão-de-obra, destinada ao atendimento de atividades meio do Poder Executivo Municipal, pelo período de 12 (doze) meses em atendimento as Secretarias Municipais".**
O presente instrumento advém do Pregão n° 06/2022, contrato administrativo n° 030/2022, com a empresa **ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 42.492.192/0001-40, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, nº 163, bairro Centro, em Loanda/PR, neste ato representada pelo **Sr. Alexandre de Paula Silva,** brasileiro, portador da identidade n° 9.812.604-0, e inscrito no CPF/MF sob n°070.447.109-48. CONTRATADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 030/2022, Pregão nº 06/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

Reduzido - **452 12.001.04.122.0040.2.086.3.3.90.39.00.0** - Fonte 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

Reduzido - **468 12.001.23.695.2177.2.236.3.3.90.39.00.0** - Fonte 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 030/2022 – ID nº 134/2022, Pregão presencial nº 06/2022.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 27 de janeiro de 2026

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:C5C4BE15

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2021 - ID Nº 156/2021 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 50/2021, Id nº 156/2021, oriundo do Pregão presencial 35/2021, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra terceirizada, pelo período de 12(doze) meses em atendimento às Secretarias Municipais.**

O presente instrumento advém do Pregão Presencial n° 35/2021, contrato administrativo n° 50/2021, com a empresa **ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 42.492.192/0001-40, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, nº 163, bairro Centro, Loanda/PR, neste ato representada pelo **Sr. Alexandre de Paula Silva,** brasileiro, portador da identidade n° 9.XXX.XXX-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 070.XXX.XXX-48. **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 50/2021, Pregão presencial nº 35/2021, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 076 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 080 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 087 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 -
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 092 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 50/2021 – ID nº 156/2021, Pregão presencial nº 35/2021.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:2A08500F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2024 - ID Nº 157/2024 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 059/2024, Id nº 157/2024, oriundo de Dispensa de Licitação 33/2024, que tem por objeto "*fornecimento de combustíveis, para os veículos pertencentes à frota municipal".*

O presente instrumento advém do Dispensa de Licitação n° 33/2024, contrato administrativo n° 059/2024, com a empresa **GMAES TELECOM LTDA,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 15.644.251/0001-86, estabelecida na Rua. Carlos Seara, nº 47, bairro Vila Operaria, Cidade de Itajaí-SC, neste ato representada pelo **Sr. CESAR ROBERTO SILVA,** brasileiro, portador da identidade n° 2.XXX.XXX, inscrito no CPF/MF sob n° 807.XXX.XXX-10. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 059/2024, Dispensa de Licitação nº 33/2024, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 076 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 080 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 087 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 -
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 092 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 059/2024 – ID nº 157/2024, Dispensa de Licitação nº 33/2024.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:E8F31464

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 - ID Nº 233/2024 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 081/2024, Id nº 233/2024, oriundo do Pregão presencial 27/2024, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada visando a prestação de serviços de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública municipal web, que contém descrição detalhada no termo de referência, em que estão inclusos os equipamentos e pessoal destinado à realização dos serviços contratados, com o intuito de atender demanda da Secretaria Municipal de Administração,** nos termos e condições expressos neste instrumento.

O presente instrumento advém do Pregão Presencial n° 27/2024, contrato administrativo n° 081/2024, com a empresa **PUBLITECH SOFTWARES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.252.028/0001-65, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 621, Centro, na cidade de Pitanga, neste ato representado pelo Sr. TIAGO LUBIAN, brasileiro, portador da identidade nº 8.XX.XXX-2, inscrito no CPF/MF sob o nº 051.XXX.XXX-41, **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 081/2024, Pregão presencial nº 27/2024, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 089 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSAO JURÍDICA

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 081/2024 – ID nº 233/2024, Pregão presencial nº 27/2024.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:80203054

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 - ID Nº 263/2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sr**. EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER**, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23, residente e domiciliado no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000; em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, Com base no art. 65, 88°da Lei Federal n° 8.666/ 1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 078/2022, Id nº 263/2022, oriundo do Pregão presencial 36/2022, que tem por objeto "fornecimento de combustíveis, para os veículos pertencentes à frota municipal".

O presente instrumento advém do Pregão Presencial n° 36/2022, contrato administrativo n° 078/2022, com a empresa **AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.140.848/0001-15, estabelecida na Rua. BR 277, km 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo **Sr. DIOGO JOSÉ MOREIRA,** brasileiro, portador da identidade n° 7.020.054-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 003.392.759-60. CONTRATADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 078/2022, Pregão presencial nº 36/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 073 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000-
MATERIAL DE CONSUMO.

- Reduzido - 079 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 - MATERIAL DE CONSUMO.

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 078/2022 – ID nº 263/2022, Pregão presencial nº 56/2022.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:3C9DCF86

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2025 - ID Nº 257/2025 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente

e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 88/2025, Id nº 257/2025, oriundo do Pregão presencial 38/2025, contratação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET, NOS TERMOS DAS CONCESSÕES OUTORGADAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES ANATEL, conforme precificação integrante da proposta apresentada pela Contratada e especificações descritas no termo de referência.

O presente instrumento advém do Pregão Presencial n° 38/2025, contrato administrativo n° 088/2025, com a empresa **TS INTERNET LTDA** inscrito no CNPJ/MF sob n° 27.706.433/0001-13, estabelecida na Rua Edith Amatuzzi De Pinho, nº 281, bairro Jardim Paranaguá, Cidade de Paranaguá – Pr neste ato representada pelo **Sr. CADMIEL ABNER MORAS** brasileiro, portador da identidade, inscrito no CPF/MF sob n° 099.XXX.XXX-08. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 078/2022, Pregão presencial nº 36/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 076 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 080 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 087 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 -
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 092 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 088/2025 – ID nº 257/2025, Pregão presencial nº 38/2025.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:F57EC160

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023 - ID Nº 44/2023 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 029/2023, Id nº 44/2023, oriundo do Pregão presencial 02/2023, que tem por objeto "*fornecimento de combustíveis, para os veículos pertencentes à frota municipal".*

O presente instrumento advém do Pregão Presencial n° 02/2023, contrato administrativo n° 029/2022, com a empresa **EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 15.079.514/0001-51, estabelecida na Avenida Higienópolis, nº1601, Loja 08, bairro Jardim Higienópolis, Londrina/Pr BR 277, neste ato representada pelo **Sr. EDMAR CALOVI,** brasileiro, portador da identidade n° 7.XXX.XXX-6, inscrito no CPF/MF sob n° 003.XXX.XXX-60. CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 029/2023, Pregão presencial nº 02/2023, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 076 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 080 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 087 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 -
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 092 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 –
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 029/2023 – ID nº 44/2023, Pregão presencial nº 02/2023.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:1EBA208F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 - ID Nº 134/2021 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha

Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Sra. **JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO**, brasileira, casada, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal n° 560/2022, com supedâneo no §8° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/1993, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 30/2022, Id nº 134/2021, oriundo do Pregão presencial 06/2022, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra terceirizada, pelo período de 12(doze) meses em atendimento às Secretarias Municipais.**

O presente instrumento advém do Pregão Presencial n° 06/2022, contrato administrativo n° 30/2022, com a empresa **ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 42.492.192/0001-40, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, nº 163, bairro Centro, Loanda/PR, neste ato representada pelo **Sr. Alexandre de Paula Silva,** brasileiro, portador da identidade n° 9.XXX.XXX-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 070.XXX.XXX-48. **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 30/2022, Pregão presencial nº 06/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula Quarta da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

- Reduzido - 076 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 080 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 087 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

- Reduzido - 092 05.001.04.122.0040.2.224.3.3.90.30.00.0 - Fonte 01000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Conforme demonstrativo de despesas em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 30/2022 – ID nº 134/2021, Pregão presencial nº 35/2021.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.
Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

JÉSSICA RONCHINI MONTALVÃO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:05331B76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – PE 56-2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2023 – PE 56-2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350- 000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23, residente e domiciliado no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000; em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 025/2023 ,oriundo do PE 56/2022, que tem por objeto "*fornecimento de combustíveis, para os veículos pertencentes à frota municipal, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura".*

O presente instrumento advém do Pregão Eletrônico n° 56/2022, ID n° 037/2023, com a empresa **AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.140.848/0001-15, estabelecida na Roa. BR 277, km 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo **Sr. DIOGO JOSÉ MOREIRA,** brasileiro, portador da identidade n° 7.020.054-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 003.392.759-60. CONTRATADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 025/2023 –PE nº 56/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula VII da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

Reduzido: 437
Fonte: 1000, 1510 e 1511
Descritivo: 11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0
Natureza: Material de consumo

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 025/2023 –PE nº
56/2022.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 28 de janeiro de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:88D9E513

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024 – ID Nº 150/2024 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRI

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 053/2024 – ID Nº 150/2024 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representada pela Secretária Municipal de Administração, o Sra. **JESSICA RONCHINI MONTALVAO,** brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 050.XXX.XXX-10, residente e domiciliada no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000; em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no inciso IV do art.
136 da Lei Federal n° 14.133/2021, **determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 053/2024 — ID n° 150/2024, Pregão**

Eletrônico 018/2024, que tem por objeto a *"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frotas por meio de sistema informatizado, em atendimento as necessidades das respectivas Secretarias Municipais"*
O presente instrumento advém da Pregão Eletrônico 018/2024, com a empresa **FLEET CARDS GESTAO DE FROTAS LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na Alameda Rio Negro, n° 503, sala 2020, Alphaville, Centro Industrial Empresarial/Alphaville, Barueri — SP, CEP: 06454-000, inscrita no **CNPJ n.º 01.312.680/0001-41;** neste ato representada pela Senhora **MARIA CRISTIANA PERAZZA TAMBORRINO**, brasileira, inscrito no RG n° 15.XXX.XXX, e CPF/MF n° 065.XXX.XXX-08. **CONTRATADO.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no inciso IV do art. 136 da Lei Federal n° 14.133/2021, realiza- se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado ao Pregão Eletrônico n° 18/2024, cujo objetivo é a **inclusão** do disposto na **Cláusula sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo n° 053/2024 - ID 150/2024,** prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:
Reduzido: 406
Fonte: 1000, 1504,1510 e 1511
Descritivo: 09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.39.00.0
09.001.15.451.0240.2.059.3.3.90.39.00.0
Natureza: Outros Serviços Pessoa Jurídica

Reduzido: 403
Fonte: 1000, 1504 e 1510
Descritivo: 09.001.15.451.0241.2.058.3.3.90.30.00.0
Natureza: Material de consumo

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 053/2024 — ID 150/2024.
O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 29 de janeiro de 2026.

JESSICA RONCHINI MONTALVAO
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:AD5D8A16

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 – PE 36-2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2022 – PE 36-2022 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350- 000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, o Sr. **EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 047.XXX.XXX-23, residente e domiciliado no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000; em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no inciso IV do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 078/2022 ,oriundo do PE 36/2022, que tem por objeto "*fornecimento de combustíveis, para os veículos pertencentes à frota municipal, em atendimento à Secretaria Municipal de Infraestrutura".*
O presente instrumento advém do Pregão Eletrônico n° 56/2022, ID n° 037/2023, com a empresa **AUTO POSTO MOREIRA LTDA - EPP,** inscrito no CNPJ/MF sob n° 75.140.848/0001-15, estabelecida na Roa. BR 277, km 32, Rio Sagrado de Baixo, Morretes-PR, neste ato representada pelo **Sr. DIOGO JOSÉ MOREIRA,** brasileiro, portador da identidade n° 7.020.054-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 003.392.759-60. CONTRATADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no art. 65, 88° da Lei Federal n° 8.666/ 1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 078/2023 –PE nº 36/2022, cujo objetivo é a inclusão do disposto na Cláusula VII da Dotação Orçamentária, prevista no instrumento contratual inicial, passando a incluir o seguinte:

Reduzido: 437
Fonte: 1000, 1510 e 1511
Descritivo: 11.001.04.122.0300.2.066.3.3.90.30.00.0
Natureza: Material de consumo

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 078/2022 – PE nº
36/2022.

O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 28 de janeiro de 2026.

EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:F8DF924D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2025 – ID Nº 235 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2025 – ID Nº 235 – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, o Sr. Gilton Dias Junior, brasileiro, portador do CPF/MF nº xxxx e RG nº xxxx SSP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, determina o apostilamento ao Contrato Administrativo nº 68/2025 – ID Nº 235, Concorrência 07/2025, que tem por objeto a "recuperação Recuperação da Ponte de Ferro (Ponte Rio Nhundiaquara) conhecida popularmente como "Ponte Velha", situada na ligação da Rua Fernando Amaro e Rua Almirante Frederico de Oliveira, Ponte sobre o Rio Nhundiaquara, Centro, Morretes, Paraná, tendo suas identificações e as coordenadas (Sontes Datum WGS 84) de localização: Ponte de Ferro 7180609717809, conforme precificação integrante da proposta apresentada pela Contratada, vencedora da Concorrência Pública que deu ensejo à contratação."

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no artigo 136, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado a Concorrência 07/2025, cujo objetivo é a

inclusão do disposto na Cláusula sexta das Dotações Orçamentárias do Contrato Administrativo n° 68/2025 - ID Nº 235, prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:
- Reduzido 457 12.001.13.392.2178.1.024.4.4.90.51.00.00, Obras e Instalações, fonte 1006 e 1009

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n° 68/2025 — ID Nº 235.
O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, 30 de janeiro de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:D3C91F1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2023 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPO DE MORRETES E A FILARMÔNICA ANTONINENSE

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2023 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPO DE MORRETES E A FILARMÔNICA ANTONINENSE

Pelo presente instrumento, o Município de Morretes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.022.490/0001-99, com sede à Praça Rocha Pombo, nº 10 – Centro – Morretes – Paraná, CEP: 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, o Sra. **ADRIANA ASSUMPÇÃO,** brasileiro, divorciada, portador do CPF/MF nº 024.***.***-** e RG nº 7.***.***-7 SSP/PR, com domicílio profissional no Município de Morretes/PR, CEP nº 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022, com supedâneo no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993], **determina o apostilamento ao TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2023**, que tem por objeto a *"EXECUÇÃO DAS AULAS DE MUSICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS - Celebração de termo de colaboração para a promoção de projeto de musicalização infantil"*

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base no § 8 do art. 65 da Lei n° 8.666/1993, realiza-se o presente Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo vinculado ao **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2023**, cujo objetivo é a **inclusão** do disposto na **Cláusula DECIMA OITAVA - FISCALIZAÇÃO,** prevista no instrumento contratual inicial, passando a acrescentar o seguinte:
Fica designado como fiscal do Termo de Colaboração n° 02/2023 a servidora Stefany Ostrosvski Lucas – Matrícula Funcional 213168
CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2023**.
O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato Administrativo mencionado acima.

Morretes, Datado e Assinado digitalmente.

ADRIANA ASSUMPÇÃO
Secretária Municipal de Educação
Gestor

Publicado por:
Vânia Stopinski
Código Identificador:6914B7CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 07/2026

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

DECRETO N° 07/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Senhora Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Conselho Municipal de Ciências, Tecnologia e Inovação de Educação de Nova América da Colina, sendo composto pelos seguintes Membros:

Flávia Costa de Paula Santos – **Presidente**
Eliana Mara Sanches – **Vice Presidente**
Carlos Eduardo Alves da Silva – **Secretário Executivo**

Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Flávia Costa de Paula Santos – Titular;
Sirlene Pio – Suplente;

Representantes da Secretária Municipal de Agricultura:
Carlos Eduardo Alves da Silva – Titular;
Márcia Aparecida Rossieri – Suplente;

Representantes do Setor Produtivo Rural do Município de Nova América da Colina:
Maria de Lourdes dos Santos – Titular;
Natanael Rafael dos Santos – Titular;

Representantes do Setor Financeiro do Município de Nova América da Colina:
Kássio Alexandre da Silva Basso – Titular;
Josiane Luiz – Suplente;

Representantes da Classe Empresarial de Nova América da Colina:
Isadora de Paula Santos – Titular;
Alexandre Alves Cardoso– Suplente;

Representantes das Escolas de Ensino Médio:
Eliana Mara Sanches – Titular;
Marta Caldeira Roque da Silva– Suplente;
Magna Regina Pedrosa – Titular;
Leonice Camilo Lopes – Suplente;

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA
ESTADO DO PARANÁ
GESTÃO 2025/2028

Representantes de Instituição de Assistência Tecnica e Extensão Rural:
Lucas Batista Neves – Titular;
Kleber Ywanaga – Suplente;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Nova América da Colina-PR, 02 de fevereiro de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:C7A1A00F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2026
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 015/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 008/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 012/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Jancer José Pastório - CNPJ nº 24.612,584/0001-14. Nova Prata do Iguaçu – PR**.**
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino, Casa Familiar Rural, APAE, Programas de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e demandas das demais secretarias municipais de Nova Prata do Iguaçu – PR, conforme descrição nos itens 69 e 144.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO ADITIVO – Considera-se viável para a Administração Municipal o seguimento da referida contratação, considerando a continuidade da demanda e o caráter essencial do fornecimentos de gêneros alimentícios, em como o fato de que o contrato possui saldo contratual suficiente, verifica-se a necessidade de aditivo de prazo por mais 12 (doze) meses, com objetivo de assegurar o atendimento ininterrupto das unidades educacionais, assistenciais e administrativos do município.
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO – Conforme cláusula nona do contrato, fica estabelecido o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, ou seja, até 21/02/2027.
CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.
Nova Prata do Iguaçu – Pr, 02 de fevereiro de 2026.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2026 - REAJUSTE
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 015/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 008/2025PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 012/2025
CONTRATANTE: Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.
CONTRATADA: Jancer José Pastório - CNPJ nº 24.612,584/0001-14. Nova Prata do Iguaçu – PR**.**
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO - Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades dos alunos da rede municipal de ensino, Casa Familiar Rural, APAE, Programas de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social e demandas das demais secretarias municipais de Nova Prata do Iguaçu – PR, conforme descrição nos itens 69 e 144.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO DO ADITIVO – Tendo em vista o reajuste dos valores após 12 (doze) meses, previsto na cláusula QUINTA do contrato e ainda previsto na Lei 14.133 em seu artigo 136.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES AJUSTADOS – Fica ajustado os valores unitários conforme descrito abaixo:

Item	Descrição do Produto	Valor Unitário original	Valor Reajustado
69	Cuca caseira	7,63	8,03
144	Pão de sanduiche – 60 gramas cada	14,90	15,68

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR - Fica acrescido ao contrato original o valor total de R$ 1.229,32 (um mil duzentos vinte nove reais e trinta dois centavos) com saldo final na presente data de R$ 24.691,37 (vinte e quatro mil seiscentos noventa um reais e trinta sete centavos) e total contratual reajustado de R$ 64.039,82 (sessenta quatro mil trinta nove reais e oitenta dois centavos).
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS - As demais cláusulas do contrato original, que não foram objeto deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas em todos os seus termos.

E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente TERMO ADITIVO em duas vias de igual teor e forma, o qual fica integrado ao contrato original.

Nova Prata do Iguaçu – Pr, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:96005BD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
LEI Nº 3434/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

LEI Nº 3434/2026

Súmula – Altera a redação do Art. 2º da Lei Municipal nº 3023/2021, de 11 de junho de 2021.

Autoria: Ver. Milson Monteiro Teles – Tancredo.

A Câmara Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, aprovou nos termos legais, e eu, Vice-Presidente da Mesa Executiva, encaminho, para sanção, ao Senhor Prefeito Municipal de Paiçandu, a seguinte,
LEI

Art. 1º O Art. 2º da Lei Municipal nº 3023//2021, de 11 de junho de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 2º Fica autorizado o estacionamento de veículos na Rua Onésio Francisco de Farias, somente ao lado direito via, no sentido compreendido entre a Rua Baptista Marconi e a Rua Marechal Castelo Branco, em toda sua extensão, ficando proibido o estacionamento do lado esquerdo da via, no mesmo sentido e trecho.
I-A proibição de estacionar ao lado esquerdo da via, descrita no caput, é compreendida entre às 06h00 e 18h30, apenas em dias úteis.
II. Não se incluem na proibição descrita no caput, o estacionamento de veículos visando carga e descarga, limitado a 20 (vinte) minutos, desde que com pisca alerta acionado.
Art. 2° Esta Lei entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, contados, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, ficando revogadas as disposições em contrário.

Plenário Vereador José de Souza Rocha, 02 de Fevereiro de 2026.

DEISIANE GRACIELI DA SILVA-DEISI MEDEIROS
Vice-Presidente da Mesa Executiva

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:6DCF098E

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº14/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

PORTARIA nº _14 /2026

Súmula: Interromper as férias do servidor RODRIGO ROGÉRIO PEREIRA GUIMARÃES, e dá outras providências.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, Vereador MICHAEL BRUSTULIN, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda, nos termos do inciso XXIX do Art. 15 da Resolução 04/2024, RESOLVE:

Art. 1º - INTERROMPER as férias concedidas ao servidor Sr. RODRIGO ROGÉRIO PEREIRA GUIMARÃES, portador do RG nº *.041.6**-* SESP/PR, servidor ocupante do Cargo em comissão de Assessor de Imprensa e Comunicação, concedidas pela Portaria 12/2026, convocando-o para retorno ao trabalho exclusivamente no dia 03/02/2026, por necessidade do serviço público.

Art. 2º - AUTORIZAR o servidor Sr. RODRIGO ROGÉRIO PEREIRA GUIMARÃES, portador do RG nº *.041.6**-* SESP/PR a usufruir posteriormente, em época oportuna, do dia de interrupção.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:E6F3C996

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº15/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
CNPJ/MF: 78.201.068/0001-26
E-MAIL: camara@cmpaicandu.pr.gov.br
TEL. (44) 3127-1200
Rua Onésio Francisco de Farias, Nº 703, Jardim João Gerotto
CEP: 87140-000 / Paiçandu - Paraná

PORTARIA nº _15 /2026

Súmula: Interromper as férias da servidora JHESSIKA APARECIDA DA SILVA, e dá outras providências.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, Vereador MICHAEL BRUSTULIN, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda, nos termos do inciso XXIX do Art. 15 da Resolução 04/2024, RESOLVE:

Art. 1º - INTERROMPER as férias concedidas a servidora Sra. **JHESSIKA APARECIDA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG nº **.240.758-* SSP/PR, ocupante do cargo efetivo de auxiliar de serviços gerais, concedidas pela Portaria 09/2026, convocando-o para retorno ao trabalho exclusivamente no dia 03/02/2026, por necessidade do serviço público.

Art. 2º - AUTORIZAR a servidora Sra. **JHESSIKA APARECIDA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG nº **.240.758-* SSP/PR, a usufruir posteriormente, em época oportuna, do dia de interrupção.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 02 de fevereiro de 2026.

MICHAEL BRUSTULIN
Presidente

Publicado por:
Carlos Eduardo Ribeiro
Código Identificador:D8D59DEC

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
ARP 148/2025 - LUKAPEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 30.372.351/0001-94, com endereço FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI** portador da Cédula de Identidade nº 7.870.995-2, e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.744.339-18, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 30/2025, homologado em 16/01/2026, integrante do Processo Administrativo nº 49/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA, CNPJ nº 61.337.969/0001-47, com
endereço RUA SEIKICHI YOGI, CEP 86031807, representada por LUCAS GUILHERME RAIMUNDO, Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 067.310.099-54, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

DO OBJETO:

A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de KIT DE MATERIAIS ESCOLARES para atender os alunos matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Município de Paiçandu, para o ano letivo de 2026** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.

Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;

As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado

excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado

durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia

pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 20 de janeiro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

LUKAPEL ATACADO DE PAPELARIA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

LOTE 1

Quant.: 1

Num: 935

6,45

Total: 1.935,00

Item: 1

Unidade: UNIDADE

Marca: PAUTA BRANCA Modelo: PAUTA BRANCA

Descrição: BLOCO PARA DESENHO FORMATO A3, 297MM X 420MM, GRAMATURA DE 140G/M², BRANCO,

CRECHE

CONTENDO 20 FOLHAS. - Bloco para desenho formato A3, 297mm x 420mm, gramatura de 140g/m², branco, contendo 20 folhas.

Quantidade: 300 **Valor Unit.: 6,45** Total Item: 1.935,00

LOTE 11

Quant.: 1

Num: 627

1,38

Total: 1.104,00

Item: 11

Unidade: UNIDADE

Marca: CREDEAL Modelo: CREDEAL

Descrição: CADERNO PEDAGÓGICO CALIGRAFIA, BROCHURA, COM 40 FOLHAS, COM 7 CONJUNTOS DE PAUTAS CADA FOLHA. CAPA E CONTRA CAPA EM PAPEL OFFSET 90G/M² E FOLHAS INTERNAS EM PAPEL

FUNDAMENTAL

OFFSET 56G/M². DIMENSÕES APROXIMADAS 200MM X 140MM. - Caderno pedagógico caligrafia, brochura, com 40 folhas, com 7 conjuntos de pautas cada folha. Capa e contra capa em papel offset 90g/m² e folhas internas em papel offset 56g/m². dimensões aproximadas 200mm x 140mm.

Quantidade: 800 **Valor Unit.: 1,38** Total Item: 1.104,00

LOTE 13

Quant.: 1

Num: 882

6,59

Total: 131,80

Item: 13
Unidade: UNIDADE

Marca: CREDEAL Modelo: CREDEAL

Descrição: CADERNO UNIVERSITÁRIO, CAPA DURA, NO FORMATO 200MM X 275MM, ESPIRAL, 1 MATÉRIA

ESPECIAL

COM 96 FOLHAS. FOLHAS NÃO PICOTADAS. - Caderno universitário, capa dura, no formato 200mm x 275mm, espiral, 1 matéria com 96 folhas. Folhas não picotadas.

Quantidade: 20		**Valor Unit.: 6,59**			Total Item: 131,80
LOTE 15	Quant.: 1		Num: 423	4,63	**Total: 6.482,00**

Item: 15

Unidade: CX

Marca: PIRA Modelo: PIRA

Descrição: COLA COLORIDA, NÃO TÓXICA. EMBALAGEM COM SEIS POTES PLÁSTICOS, COM 6 CORES

CRECHE

VARIADAS POTE COM 23 GRAMAS CADA - Cola colorida, não tóxica. Embalagem com seis potes plásticos com exclusivo bico aplicador que facilita a pintura, com 6 cores variadas. Cada pote com 23 gramas cada. Com selo do Inmetro na embalagem.

Quantidade: 1.400		**Valor Unit.: 4,63**			Total Item: 6.482,00
LOTE 18	Quant.: 1		Num: 987	14,99	**Total: 111.525,60**

Item: 18 Unidade: CX Marca: FABER CASTELL Modelo: FABER CASTELL

Descrição: LÁPIS DE COR EM FORMATO SEXTAVADO, CONTENDO 12 LÁPIS NAS CORES: PRETO, ROSA CLARO, ROSA CHICLETE, VERMELHO, LARANJA, AMARELO CANÁRIO, VERDE FOLHA, VERDE, AZUL, AZUL COBALTO, CARMIM E MARROM, MAIS DOIS LÁPIS GRAFITE Nº 2, UMA BORRACHA E UM APONTADOR - Lápis

ITEM 18 E 19
PRÉ ESCOLA: 1500
FUNDAMENTAL: 8120
ESPECIAL: 300

de cor em formato sextavado, produzidos com madeira 100% reflorestada, com processo de fabricação TS ? Técnica Sekural que garante maior resistência à ponta do lápis, apontados, corpo rígido, mina resistente e macia, contendo 12 lápis nas cores: preto, rosa claro, rosa chiclete, vermelho, laranja, amarelo canário, verde folha, verde, azul, azul cobalto, carmim e marrom, contendo na mesma embalagem mais dois lápis grafite nº 2, uma borracha e um apontador. Embalados em caixa de papelão nas dimensões aproximadas de 240mm x 105mm (AxL), com selo do Inmetro e código de barras inscritos na embalagem. Certificado pelo Conselho de Manejo Florestal - FSC e com a sigla FSC inscrita no corpo do lápis, qualidade igual ou superior à marca Faber Castell. COTA PRINCIPAL

Quantidade: 7.440		**Valor Unit.: 14,99**			Total Item: 111.525,60
LOTE 19	Quant.: 1		Num: 672	13,99	**Total: 34.695,20**

Item: 19

Unidade: CX

Marca: FABER CASTELL Modelo: FABER CASTELL

Descrição: LÁPIS DE COR EM FORMATO SEXTAVADO,CONTENDO 12 LÁPIS NAS CORES: PRETO, ROSA CLARO, ROSA CHICLETE, VERMELHO, LARANJA, AMARELO CANÁRIO, VERDE FOLHA, VERDE, AZUL, AZUL COBALTO, CARMIM E MARROM, DOIS LÁPIS GRAFITE Nº 2, UMA BORRACHA E UM APONTADOR - Lápis de cor
em formato sextavado, produzidos com madeira 100% reflorestada, com processo de fabricação TS ? Técnica Sekural que garante maior resistência à ponta do lápis, apontados, corpo rígido, mina resistente e macia, contendo 12 lápis nas cores: preto, rosa claro, rosa chiclete, vermelho, laranja, amarelo canário, verde folha, verde, azul, azul cobalto, carmim e marrom, contendo na mesma embalagem mais dois lápis grafite nº 2, uma borracha e um apontador. Embalados em caixa de papelão nas dimensões aproximadas de 240mm x 105mm (AxL), com selo do Inmetro e código de barras inscritos na embalagem. Certificado pelo Conselho de Manejo Florestal - FSC e com a sigla FSC inscrita no corpo do lápis, qualidade igual ou superior à marca Faber Castell. COTA EXCLUSIVA ME-EPP
Quantidade: 2.480 **Valor Unit.: 13,99** Total Item: 34.695,20

LOTE 24

Quant.: 1

Num: 788

7,97

Total: 40.710,76

Item: 24

Unidade: UNIDADE

Marca: ACP Modelo: ACP

Descrição: MALETA COM ALÇA, MALETA EM POLIPROPILENO, TAMANHO OFÍCIO, LOMBO 43MM, IDEAL PARA USO ESCOLAR, COR AZUL, DIMENSÕES: 360MM X 43MM X 260MM. COTA PRINCIPAL - Maleta com alça, maleta

CRECHE: 1.100
PRÉ ESCOLA: 1500
FUNDAMENTAL: 4.060
ESPECIAL: 150

em polipropileno, tamanho ofício, lombo 43mm, ideal para uso escolar, cor azul, dimensões: 360mm x 43mm x 260mm. COTA PRINCIPAL

Quantidade: 5.108 **Valor Unit.: 7,97** Total Item: 40.710,76

LOTE 25

Quant.: 1

Num: 709

7,94

Total: 13.513,88

Item: 25

Unidade: UNIDADE

Marca: ACP Modelo: ACP

Descrição: MALETA COM ALÇA, MALETA EM POLIPROPILENO, TAMANHO OFÍCIO, LOMBO 43MM, IDEAL PARA USO ESCOLAR, COR AZUL, DIMENSÕES: 360MM X 43MM X 260MM. COTA EXCLUSIVA ME-EPP - Maleta com
alça, maleta em polipropileno, tamanho ofício, lombo 43mm, ideal para uso escolar, cor azul, dimensões: 360mm x 43mm x 260mm. COTA EXCLUSIVA ME-EPP
Quantidade: 1.702 **Valor Unit.: 7,94** Total Item: 13.513,88

LOTE 26

Quant.: 1

Num: 393

10,86

Total: 3.258,00

Item: 26

Unidade: UNIDADE

Marca: ACP Modelo: ACP

CRECHE

Descrição: MALETA TAMANHO A3 COM ALÇA, COR: AZUL, MALETA EM POLIPROPILENO, TAMANHO A3, LOMBO

30MM, DIMENSÃO DO PRODUTO: 505MM X 30MM X 350MM. - Maleta tamanho A3 com alça, Cor: Azul, maleta em polipropileno, tamanho A3, lombo 30mm, dimensão do produto: 505mm x 30mm x 350mm.

Quantidade: 300 **Valor Unit.: 10,86**

Total Item: 3.258,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 213.356,24

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:D1417283

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 21/2026

de 30 de janeiro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 21 (vinte e um) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **28 de janeiro a 17 de fevereiro de 2026**, a Servidora Pública Municipal IVONETE APARECIDA DIAS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.227.407-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.549.679-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas)** desde 8 de março de 2016.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 30 de janeiro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9ABAB7C3

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 22/2026

de 30 de janeiro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **12 de fevereiro a 13 de março de 2026**, a Servidora Pública Municipal MARCIA EFIGENIA DA SILVA MORAES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.529.438-*/SSP-SP, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.805.559-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil** desde 10 de fevereiro de 2014.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 30 de janeiro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9E444F40

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 23/2026

de 30 de janeiro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **28 de janeiro a 26 de fevereiro de 2026**, a Servidora Pública Municipal AMANDA PIMENTA BORGES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.056.771-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.035.889-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil** desde 7 de fevereiro de 2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 30 de janeiro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora - Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F1661D2D

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 01

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Janaina Rodrigues Rios, brasileira, Professora de Educação Infantil (40 horas) – PSS, Carteira de Identidade **.201.022-*- SESP/SP, CPF ***.415.128-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 1 de agosto de 2024.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 31 de janeiro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 31 de julho de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 11 de dezembro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:22D347C5

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 02

Prorrogação do contrato

Empregador: Fundação de Educação de Paiçandu, na Rua Onésio Francisco de Farias, nº 1119, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 30.372.351/0001-94, neste ato representado por Elizangela Lopes da Silva Lunardelli, Brasileira, casada, Diretora – Presidente da Fundação de Educação, Carteira de Identidade nº 7.870.995-2, CPF nº 032.744.339-18, residente e domiciliada na Rua Alameda Jacarandá, nº 87, Jardim Monte Carmelo, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Ana Caroline Godoy Leite, brasileira, Professora de Educação Física (20 horas) – PSS, Carteira de Identidade **.963.390-*- SESP/PR, CPF ***.674.629-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 1 de agosto de 2024.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 31 de janeiro de 2026, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 31 de julho de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 11 de dezembro de 2025.

_____
Assinatura do Empregador

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8D481CBF

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026
DISPENSA Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU
CONTRATADA: Bravonutri Comercio de Produtos Nutricionais Eireli/ME, sob o CNPJ: 26.231.202/0001-38.
OBJETO: Aquisição de Fórmula Anamix Junior MMA/PA de 400G, conforme decisão liminar proferida nos autos nº 0001236-78.2024.8.16.0210 para o paciente A.A.O., atendendo as necessidades desta Fundação em caráter emergencial, da empresa: Bravonutri Comercio de Produtos Nutricionais Eireli/ME, CNPJ nº 26.231.202/0001-38.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fórmula - Anamix junior MMA/PA 400G	12	R$ 1.452,00	R$ 17.424,00
TOTAL	R$ 17.424,00			

VALOR: R$ 17.424,00 (dezessete mil e quatrocentos e vinte e quatro reais).
VIGÊNCIA: 6 (seis) meses
Paiçandu, 02 de fevereiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Alvaro Leonardo Pereira
Código Identificador:A16D6DE8

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E SALDO REMANESCENTE DA ATA Nº 36/2024, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAICANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.673/0001-33.

CONTRATADA: PROCELA PARTICIPAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob n. 09.686.716/0001-69.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E SALDO REMANESCENTE DA ARP Nº 36/2024 POR 12 MESES, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 02/02/2027**, com base na Lei Federal 14.133/21, cujo objeto é MATERIAIS REAGENTES LABORATORIAIS, para atender as necessidades do Laboratório Municipal desta Fundação. Conforme saldo do processo:

ITEM	UD	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	UND	500	AGULHA P/ COLETA A VÁCUO 25X8 CX100	26,00	13.000,00
			VALOR TOTAL		13.000,00

Sem mais alterações.
§ 2º Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Paiçandu – PR, 29 de Janeiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:D2AB9245

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 24/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **THIAGO HENRIQUE DOLPHINE ALVES,** portador(a) da cédula de identidade nº *.57*.4**-5 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.401.***-83, ao avanço nº 5 (cinco), nível 6 (seis), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 29 de janeiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:9266B88A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO Nº 25/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, **DECRETA:**

Art. 1º. Concede o enquadramento de **ISRAEL MOURA BICALHO,** portador(a) da cédula de identidade nº *.31*.6**-9 SSP/PR, inscrito(a) no CPF ***.551.***-14, ao avanço nº 7 (sete), nível 8 (oito), conforme avaliação da comissão designada pelo Decreto nº 11/2025.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 29 de janeiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:91B8B03C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 33/2026

30 de janeiro de 2026.

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 16 de dezembro de 2025, do Cargo Efetivo de ENFERMEIRO, desde 11 de novembro de 2019, o Servidor Público Municipal Senhor MARCOS MARTINS DA SILVA, portador da cédula de identidade registro geral nº 5.***.049-* SESP/PR, devidamente inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 023.***.609-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 30 de janeiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:A4ABCCBF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 34/2026

30 de janeiro de 2026.

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 16 de dezembro de 2025, do Cargo Efetivo de ENFERMEIRO, desde 23 de outubro de 2019, o Servidor Público Municipal Senhor WELLINGTON TALES DE PAULA SANTOS, portador da cédula de identidade registro geral nº 10.***.274-* SESP/PR, devidamente inscrito no cadastro de pessoa física sob o número 078.***.149-**.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 30 de janeiro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3EF61CD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 01

Prorrogação do contrato

Empregador: Prefeitura Municipal de Paiçandu, na Rua Sete de Setembro, nº 499, Centro, CEP 87.140-000, no Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.282.664/0001-52, neste ato representado por Ismael Batista, Brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Paiçandu, Carteira de Identidade nº 5.028.456-5, CPF nº 634.229.219-15, residente e domiciliado na Avenida Silvio Alves, nº 1105, Jardim Pioneiro, CEP 87.140-000, Paiçandu, no Estado do Paraná.

Empregada: Eliane Aparecida Mancuzo da Silva, brasileira, Auxiliar de Serviços Gerais – PSS, Carteira de Identidade nº *.609.173-*-SESP/PR, CPF ***.867.819-**.

O presente instrumento tem a finalidade de comunicar a prorrogação do contrato, inicialmente celebrado pelas partes em 8 de novembro de 2023.

Fica estabelecido que o contrato, que deveria terminar em 31 de janeiro de 2026, que foi suspenso por motivo de afastamento médico, será prorrogado por mais 6 meses, ou seja, até 31 de julho de 2026.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato inicialmente firmado entre as partes.

Paiçandu, 11 de dezembro de 2025.

_____
Assinatura da Secretária Municipal de Assistência Social

_____
Assinatura da Empregada

_____
Assinatura do Departamento de Recursos Humanos

_____
Assinatura do Prefeito Municipal de Paiçandu

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:34A570C3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 - CLAUDIO JOSE HASS LTDA

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: CLAUDIO JOSE HASS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 14.724.372/0001-75

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 01/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:35A4542D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2025 - ROSE CLEIA PANCHESKI KUHN

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: ROSE CLEIA PANCHESKI KUHN
CNPJ/MF sob o nº 09.353.990/0001-16

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 03/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 30 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:89A070D6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2025 - TRATOR VALLY COMERCIO DE PECAS LTDA

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: TRATOR VALLY COMERCIO DE PECAS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 08.112.238/0001-10.

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 04/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:053B35F8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2025 - J. L. GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: J. L. GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA
CNPJ/MF sob o nº 37.538.558-0001-35

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 05/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:776FDE92

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2025 - RODRIGO WTIKOUSKI & CIA LTDA

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: RODRIGO WTIKOUSKI & CIA LTDA
CNPJ/MF sob o nº 49.943.519/0001-00

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 07/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:2093A28E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2025 - CLAUDIO DE ALMEIDA MACIEL & CIA LTDA

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: CLAUDIO DE ALMEIDA MACIEL & CIA LTDA
CNPJ/MF sob o nº 08.312.808/0001-16

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 04/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:A88B14C2

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2025 - TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: TRATORBIG PEÇAS PARA TRATORES LTDA
CNPJ/MF sob o nº 95.420.972/0001-41.

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 09/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:2F3EF657

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2025 - MARCIO JOSE CRUCHELSKI

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: MARCIO JOSE CRUCHELSKI
CNPJ/MF sob o nº 11.504.292/0001-16

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 10/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:F78B6479

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2025 - CLAUDIO JOSE HASS LTDA

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: CLAUDIO JOSE HASS LTDA
CNPJ/MF sob o nº 14.724.372/0001-75

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 11/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.

Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:788B8CE4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2025 - EMERSON DA SILVA 79094333953

Credenciamento nº 02/2025 – Processo Administrativo nº 16646/2025.

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ/MF sob o nº 76.179.829/0001-65.
Credenciada: EMERSON DA SILVA 79094333953
CNPJ/MF sob o nº 27.303.022/0001-87

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Credenciamento nº 13/2025, referente ao Credenciamento nº 02/2025.
Prazo: Fica prorrogado o prazo de vigência por mais **3 (três) meses**, passando o término de 28 de janeiro de 2026 para **30 de abril de 2026**, mantidas todas as condições originalmente pactuadas.

Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital de Credenciamento nº 02/2025.
Data da Assinatura: 29 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:0465C879

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 14/2026 – MARCELO AMARAL LUCAS LTDA

Referente ao Credenciamento n.º 02/2025 – Processo Administrativo n.º 16646/2025
Termo de Credenciamento n.º 14/2025 – Processo Administrativo n.º 1241/2026

Credenciante:MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: MARCELO AMARAL LUCAS LTDA
CNPJ: 34.843.253/0001-49

Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção da frota municipal, incluindo o fornecimento de peças.

Período de vigência: O prazo de vigência deste credenciamento é de 3 (três) meses, encerrando-se, portanto, em **30 de abril de 2026**.

Data da assinatura: 02/02/2026

Publicado por:
Osmair Lederer
Código Identificador:AEFEF1BF

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
ADESÃO, A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2025, EXPEDIDA PELO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO-PR, FIRMADA COM A EMPRESA YAMADIESEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS - EIRELI

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que o cargo lhe confere, com apoio na Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 18.037/2025, considerando o contido no procedimento administrativo nº 30075/2025,

TORNA PÚBLICA:

A adesão, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a Ata de Registro de Preços nº. 57/2025 expedida pelo Município de Campo Mourão-PR, firmada com a empresa YAMADIESEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS - EIRELI, inscrita no CNPJ nº 22.087.311/0001-72, como resultado do processamento do Pregão Eletrônico nº. 97/2025, que tem como objeto "o registro de preços para a eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS", referente ao seguinte item e quantitativo do objeto registrado:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Rolo Compactador Vibratório Autopropelido, com Kit Pé de Carneiro, marca XCMG, modelo XS123PDBR.	UNID.	01	R$ 600.000,00	R$ 600.000,00

A aquisição do item acima relacionado será efetivada através de processo de inexigibilidade de licitação fundamentada no*caput*do art.74 da Lei 14.133/21, dada a inviabilidade de competição.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 19 de Janeiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:855A6ADE

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2026

O Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira torna público que às 9 horas do dia 09/02/2026 realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: Aquisição de purificadores elétricos para fornecimento de água (gelada e natural), abastecimento manual, produto completo para uso imediato, visando atender as necessidades da Autarquia.

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras".

Os interessados poderão obter o Aviso de Contratação Direta na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou através do Portal da Transparência pelo endereço eletrônico https://palmeira.eloweb.net/portaltransparencia/29/licitacoes.

Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42 3252-6798 ou pelo e-mail: compraselicitacoes@rppspalmeira.com.br

Palmeira, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO ERALDO MARTINS PADILHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:931AE679

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA Nº 25.618, DE 02/02/2026 - ADIANTAMENTO CRISTINA ROCHA MEZZADRI

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 2093/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Assistente Social, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.005.04.122.0020.2.059.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Cristina Rocha Mezzadri	*781.xxx.xxx-15*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:FB26E01B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA Nº 25.619, DE 02/02/2026 - ADIANTAMENTO JOCELI GOMES CUNHA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 2094/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.005.04.122.0020.2.059.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Joceli Gomes Cunha	*024.xxx.xxx-50*	*R$ 200,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C1E26852

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA Nº 25.620, DE 02/02/2026 - ADIANTAMENTO MARIA EDUARDA DZIADZIO DA SILVA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 2095/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Educadora Social, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.005.04.122.0020.2.059.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Maria Eduarda Dziadzio Silva	*072.xxx.xxx-06*	*R$ 100,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:445624E3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2024

Palmeira, 02 de fevereiro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 04 de fevereiro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 003/2024, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na

sequencia pelo imediato classificado, conforme processo nº. 32754/2025.

Cuidador De Acolhimento Institucional:

VANESSA RUSGOSKI XAVIER DE SOUZA

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:7A7793EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.954 DE 02/02/2026 - NOMEAÇÃO DE BENEDITO HASS, PARA O CARGO EM COMISSÃO DIRETOR DE HABITAÇÃO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 1187/2026,
DECRETA
Artigo 1º: Fica nomeado **BENEDITO HASS,** portador do RG nº 5.xxx.xx9-9, inscrito no CPF sob nº. 816.xxx.xxx-87, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DE HABITAÇÃO**, matrícula nº 301573, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a partir de 03/02/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:DF997BBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.955 DE 02/02/2026 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARMEN NOEMIA GASSNER, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE TURISMO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº 1067/2026.
DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeada **CARMEN NOEMIA GASSNER,** portadora do RG nº 1.xxx.xx5-0, inscrita no CPF sob nº. 222.xxx.xxx-34, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE TURISMO**, matrícula nº 301574, lotada na Secretaria Municipal de Turismo, a partir de 03/02/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:78B1A9D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.956 DE 02/02/2026 - NOMEAÇÃO DE AMADEU FERREIRA PADILHA, PARA O CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR DE MANUTENÇÃO VEÍCULAR, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 1067/2026,
DECRETA
Artigo 1º: Fica nomeado **AMADEU FERREIRA PADILHA,** portador do RG nº 4.xxx.xx0-3, inscrito no CPF sob nº. 441.xxx.xxx-04, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE MANUTENÇÃO VEÍCULAR**, matrícula nº 301575, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 03/02/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8728179F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 18.957 DE 02/02/2026 - NOMEAÇÃO DE AILTON ANTONIO DADONA, PARA O CARGO EM COMISSÃO ASSESSOR PEDAGOGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 281/2026,
DECRETA
Artigo 1º: Fica nomeado **AILTON ANTONIO DADONA,** portador do RG nº 4.xxx.xx8-6, inscrito no CPF sob nº. 565.xxx.xxx-72, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR PEDAGOGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL**, matrícula nº 301576, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2026.
Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:38CD210D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2024 - CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Palmeira, 02 de fevereiro de 2026.

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 03/2024 de 24 de maio de 2024, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou,** resultando em sua **eliminação da lista geral de classificados**, conforme previsto no item 7.9 do edital acima indicado.

Nome completo: **LUANA CAROLINE CELLARIUS**
Inscrição: 91
Emprego público: CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:85A7756F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO - RESCISÃO DO CONTRATO Nº 36/2025 - P.E. 15/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Nº 15/2025
1º TERMO ADITIVO - RESCISÃO DO CONTRATO Nº 36/2025

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: a Empresa MD EMPREENDIMENTOS LTDA, Rua Jandir Campanini, 479 sala 02 - cep: 85270000 - bairro: centro Palmital/PR, neste ato representado por MABIANE DOCHVAT inscrito no CPF/MF sob o nº 113.***.***-86

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão amigavelmente com fulcro no art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sem qualquer sanção, nada tendo as partes a reclamar, a qualquer título ou em qualquer instancia, o Contrato Administrativo n. 36/2025 decorrente do Pregão Nº 15/2025, por expressa manifestação de vontade entre as partes, não restando quaisquer direitos e obrigações das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO: Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente a Comarca de Palmital do Estado Paraná.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Palmital - PR, 30/01/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

MD Empreendimentos LTDA
MABIANE DOCHVAT
113.674.649-86
Contratada

Testemunhas:

ANDRESA NAIRNE
CPF 084.***.***-29

DIEGO PADILHA DE JESUS
CPF 084.***.***-90

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:267C4789

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO - RESCISÃO DO CONTRATO Nº 54/2025 - P.E. 18/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Nº 18/2025
1º TERMO ADITIVO - RESCISÃO DO CONTRATO Nº 54/2025

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: a Empresa MD EMPREENDIMENTOS LTDA, Rua Jandir Campanini, 479 sala 02 - cep: 85270000 - bairro: centro Palmital/PR, neste ato representado por MABIANE DOCHVAT inscrito no CPF/MF sob o nº 113.***.***-86

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão amigavelmente com fulcro no art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sem qualquer sanção, nada tendo as partes a reclamar, a qualquer título ou em qualquer instancia, o Contrato Administrativo n. 54/2025 decorrente do Pregão Nº 18/2025, por expressa manifestação de vontade entre as partes, não restando quaisquer direitos e obrigações das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO: Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente a Comarca de Palmital do Estado Paraná.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Palmital - PR, 30/01/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

MD Empreendimentos LTDA
MABIANE DOCHVAT
113.674.649-86
Contratada

Testemunhas:

ANDRESA NAIRNE
CPF 084.***.***-29

DIEGO PADILHA DE JESUS
CPF 084.***.***-90

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:8F297A5A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
2 TERMO ADITIVO - RESCISÃO DO CONTRATO Nº 34/2025 - P.E. 08/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Nº 08/2025
2 TERMO ADITIVO - RESCISÃO DO CONTRATO Nº 34/2025

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI.
CONTRATADO: a Empresa MD EMPREENDIMENTOS LTDA, Rua Jandir Campanini, 479 sala 02 - cep: 85270000 - bairro: centro Palmital/PR, neste ato representado por MABIANE DOCHVAT inscrito no CPF/MF sob o nº 113.***.***-86

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão amigavelmente com fulcro no art. 79, inciso II da Lei 8.666/93, sem qualquer sanção, nada tendo as partes a reclamar, a qualquer título ou em qualquer instancia, o Contrato Administrativo n. 34/2025 decorrente do Pregão Nº 08/2025, por expressa manifestação de vontade entre as partes, não restando quaisquer direitos e obrigações das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO: Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO: Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente a Comarca de Palmital do Estado Paraná.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02(duas) testemunhas.

Palmital - PR, 30/01/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

MD Empreendimentos LTDA
MABIANE DOCHVAT
113.674.649-86
Contratada

Testemunhas:

ANDRESA NAIRNE
CPF 084.***.***-29

DIEGO PADILHA DE JESUS
CPF 084.***.***-90

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:F8BFE31C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0054/2026

O Prefeito do município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: RONALDO DE CAMPOS
CARGO: ASSESSOR DE GABINETE
CPF N° 038.476.669-24 **MATRÍCULA n.º** 49991
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAR PREFEITO EM AGENDA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JUNIOR, SECID E NA SECRETARIA DE TURISMO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 13/01/2026
Data de Retorno: 14/01/2026
CIDADE DE ORIGEM:PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA - PR **Código do IBGE**: 4106902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – Outros objetivos não ligados ao TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 1 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 500,00 (QUINHENTOS REAIS).
N.º DE DIÁRIAS: 1 **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 250,00 (DUZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$:750.00 (SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

Palmital/PR, 13 de Janeiro 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:BA652285

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0055/2026
O Prefeito Municipal do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: ROBERTO CARLOS ROSSI
CARGO: PREFEITO
CPF N. 864.308.079-91 **MATRÍCULA n.º**51620
OBJETIVO DA VIAGEM: AGENDA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JUNIOR, SECID E NA SECRETARIA DE TURISMO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 13/01/2026
Data de Retorno: 14/01/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL
CIDADE DE DESTINO: CURITIBA- PR **Código do IBGE**: 4106902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIAS: 1 **PERNOITE:** (X) SIM ( ) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 700,00 (SETECENTOS REAIS)
N.º DE DIÁRIAS: 1 **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 350,00 (TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).
VALOR TOTAL R$: 1.050,00 (MIL E CINQUENTA REAIS).

Palmital/PR, 13 de Janeiro de 2025.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:ED20A5CA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
ATO DE CONCESSÃO

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º152/2026

O secretário Municipal de Administração do Município de Palmital, com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 1.113/2018, defere requerimento e resolve conceder diária, para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:

NOME DO SERVIDOR: JOÃO CARLOS MACHADO
CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
CPF N° 061.539.239-33 **MATRÍCULA Nº** 51282
OBJETIVO DA VIAGEM:
PERÍODO DE AFASTAMENTO: RETIRAR CARTEIRAS DE IDENTIDADE NO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PR.
Data de Saída: 28/01/2026
Data de Retorno: 28/01/2026
CIDADE DE ORIGEM: PALMITAL - PR
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA- PR **CÓDIGO DO IBGE**: 4109401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 – OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR.
N.º DE DIÁRIA: ½ **PERNOITE:** ( ) SIM (X) NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).
VALOR TOTAL R$: 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS).

Palmital/PR, 28 de Janeiro de 2026.

DIEGO PADILHA DE JESUS
Secretário de Administração

Publicado por:
Thais da Silva Gazola
Código Identificador:7758069C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2026 - P.I. 02/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO INEXIGIBILIDADE Normal Nº 02/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 04/2026
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Palmital - Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ROBERTO CARLOS ROSSI.

CONTRATADO: INTEG-INCUBADORA TECNOLOGICA DE GUARAPUAVA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Simeao Varela De Sa, 03 - CEP: 85040080 - Bairro: Cascavel, Guarapuava/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº05.137.604/0001-06, neste ato por seu (sua) representante Legal, Senhor (a) FABIO HERNANDES, inscrito no CPF/MF sob o nº 250.***.***-51 denominada CONTRATADA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE RECONHECIMENTO PUBLICO, LIGADA A UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, PARA PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO DE DADOS COMO SUBSÍDIO PARA ELABORAÇÃO DE MANEJO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR.

DATA DO CONTRATO: 28/01/2026
VIGÊNCIA: 27/01/2027
VALOR TOTAL: R$ 172.800,00 (Cento e Setenta e Dois Mil e Oitocentos Reais).

FORO: Comarca de Palmital - PR.

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:077CE532

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
INEXIGIBILIDADE 02/2026

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 04/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE RECONHECIMENTO PUBLICO, LIGADA A UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, PARA PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO DE DADOS COMO SUBSÍDIO PARA ELABORAÇÃO DE MANEJO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR.
VALOR TOTAL R$ 172.800,00 (Cento e setenta e dois mil e oitocentos reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(doze) Meses.
PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais.
CONTRATADO: INTEG-INCUBADORA TECNOLOGICA DE GUARAPUAVA
CNPJ/MF: 05.137.604/0001-06

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	6010	12.002.18.541.1801.2112	0	3.3.90.39.05.00	De Exercícios Anteriores

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de **INEXIGIBILIDADE** tem fundamento no artigo 74,caput, e inciso III da Lei n. 14.133/21, em razão de baixo valor, nos termos do Ofício da Secretaria responsável, bem como parecer jurídico, que embasam esse processo.

Palmital-PR, 27/01/2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 04/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE RECONHECIMENTO PUBLICO, LIGADA A UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, PARA PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO DE DADOS COMO SUBSÍDIO PARA ELABORAÇÃO DE MANEJO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR.
Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de meio ambiente e turismo, ante as justificativas que se embasam no artigo 74,caput, e inciso III da Lei n. 14.133/21, o Prefeito Municipal resolve **HOMOLOGAR** a INEXIGIBILIDADE de licitação **para a contratação supra supramencionada,** no valor de R$ 172.800,00 (Cento e setenta e dois mil e oitocentos reais), tendo como contratada a Empresa **INTEG-INCUBADORA TECNOLOGICA DE GUARAPUAVA - CNPJ/MF: 05.137.604/0001-06**, para a efetivação da presente INEXIGIBILIDADE levou-se em conta a necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, visando o atendimento ao interesse público.

Edifício da Prefeitura Municipal de Palmital, 27/01/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE RECONHECIMENTO PUBLICO, LIGADA A UNIVERSIDADE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, PARA PESQUISA DE CAMPO E LEVANTAMENTO DE DADOS COMO SUBSÍDIO PARA ELABORAÇÃO DE MANEJO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICIPIO DE PALMITAL-PR.
. A documentação referente ao PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 04/2026, **INEXIGIBILIDADE de Licitação n° 02/2026,** atende a todos os requisitos do Conforme artigo 74,caput, e inciso III 14.133/21.
Com efeito, **RATIFICO** todas as formalidades legais e autorizo a INEXIGIBILIDADE de Licitação n° 02/2026, para a contratação dos serviços supramencionados, com a empresa **INTEG-INCUBADORA TECNOLOGICA DE GUARAPUAVA - CNPJ/MF: 05.137.604/0001-06**
Encaminhe-se para publicação e demais providências legais

Palmital-PR, 27/01/2026..

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:77694204

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALMITAL
PORTARIA N.º 003/2026

PORTARIA N.º 003/2026

SÚMULA: Concede Pensão Por Morte e dá Outras Providências.

A Diretora-Presidente da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palmital, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO: o processo de pensão por morte da servidora inativa NAIR MOREIRA VAZ DE OLIVEIRA e requerimento de JOÃO ELITO DE OLIVEIRA, objeto do protocolo nº 011/2026;

CONSIDERANDO: o art. 40, § 7°, da Constituição Federal, e art. 35, caput; art. 36, caput e inciso I; art. 37, inciso V, 6; art. 40, inciso II; e art. 64, *caput*, todos da Lei Complementar nº 01/2023 do Município de Palmital;

CONSIDERANDO: o parecer jurídico nº 010/2026;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder, a partir de 29 de janeiro de 2026, **PENSÃO POR MORTE** a que faz jus **JOÃO ELITO DE OLIVEIRA** (cônjuge, com a cota de 100%), pelos direitos adquiridos, respectivamente, da servidora inativa/aposentada **NAIR MOREIRA VAZ DE OLIVEIRA**, falecida em 29 de janeiro de 2026, nos termos do art. 40, § 7°, da Constituição Federal, e art. 35, caput; art. 36, caput e inciso I; art. 37, inciso V, 6; art. 40, inciso II; e art. 64, *caput*, todos da Lei Complementar nº 01/2023 do Município de Palmital, com efeito financeiro a partir de 30 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais o valor de R$ 1.468,98 (um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos), conforme cálculo de pensão constante do protocolo; observado o disposto no art. 64, *caput*, da Lei Complementar nº 01/2023 do Município de Palmital e art. 201, §2º da Constituição Federal, fica garantido o recebimento de um salário-mínimo

Art. 3°- A Revisão da Pensão dar-se-á na forma da Legislação específica, e o reajustamento do benefício da forma do art. 42, *caput*, da Lei Complementar nº 01/2023 do Município de Palmital.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e publique-se

Palmital, 02 de Fevereiro de 2026.

ROSILDA MARIA VARELA
Diretora-Presidente

Publicado por:
Elisangela Martins Dos Santos
Código Identificador:59FA99E4

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALMITAL
PORTARIA N.º 004/2026

PORTARIA N.º 04/2026

SÚMULA: Suspende Férias de Servidor Público Autárquico e dá outras providências.

A Presidente da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palmital, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, resolve:

SUPENDER FÉRIAS
Art. 1º- Fica suspensa as férias concedidas pela Portaria nº 02/2026 ao Servidor Público **ALDECI SANDRO PIEROG,** tão somente no dia 02/02/2026, para atendimento de imperiosa necessidade do serviço público, transferindo-se o gozo do referido dia para 19/02/2026, na forma dos artigos nº 78 a 81 da Lei Municipal n.º 172/1991 e art. 80 da Lei Federal nº 8.112/1990.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, essa Portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e publique-se

Palmital, 02 de fevereiro de 2026.

ROSILDA MARIA VARELA
Presidente - PALMITALPREV

Publicado por:
Elisangela Martins Dos Santos
Código Identificador:E1378F8A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4769

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Exonerar, **ANDERSON TEIXEIRA,** da Função Gratificada de Assessor de Serviços de Vigilância, Símbolo FG-2A, convalidada pela Lei n.° 4.071/21 desta Câmara Municipal.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 30 de janeiro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:2D6AF43C

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4770

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Nomear a partir de 02 de fevereiro de 2026, **HELOISE AMARAL SANTOS MATIAS** para a Função Gratificada de Assessor de Serviços de Vigilância, Símbolo FG-2A, criada pelo Art.1.° da Resolução N.°433/17 de 21/11/2017, que altera a Resolução N.°393/13 de 20/12/2013 convalidada pela Lei n.° 4.071/21.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 02 de fevereiro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:FA718500

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4771

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Exonerar a partir de 02 de fevereiro de 2026, **SOELI ANDRIOLI ALVES** da Função Gratificada de Assessor de Serviços Gerais de Limpeza e Conservação, Símbolo FG-2A, convalidada pela Lei n.° 4.071/21 desta Câmara Municipal.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 02 de fevereiro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:4C2B9165

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4772

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

Nomear a partir de 02 de fevereiro de 2026, **ROSIANA NASCIMENTO PEREIRA DA SILVA** para a Função Gratificada de Assessor de Serviços Gerais de Limpeza e Conservação, Símbolo FG-2A, criada pelo Art.1.° da Resolução N.°433/17 de 21/11/2017, que altera a Resolução N.°393/13 de 20/12/2013, convalidada pela Lei n.° 4.071/21.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 02 de fevereiro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:DACF2CB5

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 25/2025

ORIGEM: Processo Administrativo nº 78.312/2025
CONSULTA PROCESSO DIGITAL: WB4864A4
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços referente ao objeto do Contrato n° 25/2025 - C*ontratação de profissional técnico-residente generalista para serviços de orientação e manutenção técnica de software de gerenciamento de Gestão Pública – IPM Sistemas Ltda., bem como parametrização de dados, capacitação de usuários e suporte técnico in loco, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Paranaguá"*, a partir de 03 de fevereiro de 2026 até o dia 03 de abril de 2026.
VALOR TOTAL: R$ 19.926,67 (Dezenove mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)
FUNDAMENTO LEGAL: Fundamento no art. 107 da Lei n. 14.133/2021 e cláusula 3.2 do contrato originário.

Paranaguá, 02 de fevereiro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:5FA88C5E

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2023

ORIGEM: Processo Administrativo nº 78.312/2025
CONSULTA PROCESSO DIGITAL: WB4864A4
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ.
CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços referente ao objeto do Contrato n° 02/2023 - "*Aquisição de Licença de Uso de Software para o fornecimento (locação de licença), instalação, manutenção e suporte de sistema integrado de Gestão Pública Municipal, com acesso ilimitado de usuários para atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Paranaguá" -* , a partir de 02 de fevereiro de 2026 até o dia 03 de abril de 2026.
VALOR TOTAL: R$26.135,50 (Vinte e seis mil, cento e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTO LEGAL: *Fundamento no art. 57, inciso IV da Lei n° 8.666/93 e cláusula 6.1 do contrato originário.*

Paranaguá, 02 de fevereiro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Rogerio Hainocz da Veiga
Código Identificador:2F53E363

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14133/2021

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI 14133/2021
DATA: 02/02/2026
PROCESSO: 80425/2025

Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CNPJ nº 79.612.362/0001-93.

A Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná, neste ato representada por sua Diretora-Geral, torna público, para conhecimento de todos, que tem interesse na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de agenciamento de viagens, mediante aquisição de passagens aéreas nacionais, com emissão, remarcação, cancelamento, reembolso de bilhetes ou outros serviços que se fizerem necessários no curso do contrato. A empresa

selecionada será remunerada através de **Taxa de Remuneração** sobre o valor das passagens aéreas.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
1	Fornecimento de passagens aéreas nacionais para o deslocamento de servidores da CAGEPAR, em viagens oficiais ou realização de capacitação.	Até o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
2	Prestação do serviço de agenciamento de viagens mediante aquisição de passagens aéreas nacionais, com emissão, remarcação, cancelamento, reembolso de bilhetes ou outros serviços que se fizerem necessários no curso do contrato.	Taxa de Remuneração dos serviços de agenciamento, limitado a até 4% (quatro por cento)

INÍCIO DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 04/02/2026 AS 00:h00m
LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS: 06/02/2026 AS 23:h59m
Endereço eletrônico para envio das propostas eletrônicas: compras@cageparpgua.com.br

Paranaguá, 02 de fevereiro de 2026.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Rosilda Cordeiro
Código Identificador:5C8BC799

CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR
PORTARIA N° 06, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

PORTARIA N° 06, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

"Nomear Fiscal de Contrato"

A Diretora-Geral da Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná – CAGEPAR, no uso de suas atribuições legais e regimentares, que lhe confere a lei Complementar n. 181/2015, de acordo com o art. 117, da Lei Federal n° 14.133, de 2021, e o art. 3º do Decreto Municipal nº 683/2018, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 87585/2025,

RESOLVE:
Art.1º- Designar o servidor abaixo indicado para, em observância à legislação vigente, atuar como fiscal do contrato n.º 01/2026 celebrado entre a CAGEPAR, e a empresa AUTO POSTO TRANSCAP LTDA, assinado no dia 12 de janeiro de 2026 com vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura, que tem por objeto fornecimento de combustível / gasolina comum para atividades institucionais da CAGEPAR, tudo em conformidade com a dispensa de licitação n.º 13/2025:

I - Fiscal Titular: Carlos Adriano de Souza, matrícula n.º 03-00.

Art. 2º Compete ao fiscal a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 30 de janeiro de 2026.

DANIELE ORMENEZE JANOSKI
Diretora-Geral

Publicado por:
Rosilda Cordeiro
Código Identificador:B6901D9C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
ERRATA EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 54/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2025

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	MARCELO JOSÉ CARDOZO DIAS – DIRETOR EXECUTIVO DO CISLIPA
Contratada:	OESTE SUL CIRURGICA LTDA
CNPJ:	46.381.269/0001-66
~~**Responsável pela assinatura:**~~	~~LEANDRO LUIS BUCHHOLZ~~
Objeto:	Aquisição de Medicamentos para atender as demandas do SAMU LITORAL e dos Municípios Consorciados do Cislipa para a Operação Verão 2025/2026
Justificativa	Conforme Lei Federal 14.133/2021, Art. 54 Parágrafo § 1º e inteiro teor no processo Adm. n° 419/2025
Dotação	01.001.10.302.0903.2005.3.3.90.30.00.00
Valor	R$ 26.864,00 (Vinte e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais)
Prazo/Vigência	12 (doze) Meses
Foro	Comarca de Paranaguá - PR
Data da Homologação	27/01/2026

Onde se Lê:

~~**Responsável pela assinatura:**~~	~~LEANDRO LUIS BUCHHOLZ~~

Leia-se:

Responsável pela assinatura:	ERASMO RODRIGUES FERREIRA

Paranaguá, 27 de Janeiro de 2026.

MARCELO JOSÉ CARDOZO DIAS
Diretor Executivo

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:B1A68E9A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 54/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2025

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	MARCELO JOSÉ CARDOZO DIAS – DIRETOR EXECUTIVO DO CISLIPA
Contratada:	LICITE SAÚDE COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ:	34.223.536/0001-98
Responsável pela assinatura:	MARCOS HENRIQUE LAHOUD
Objeto:	Aquisição de Medicamentos para atender as demandas do SAMU LITORAL e dos Municípios Consorciados do Cislipa para a Operação Verão 2025/2026
Justificativa	Conforme Lei Federal 14.133/2021, Art. 54 Parágrafo § 1º e inteiro teor no processo Adm. n° 419/2025
Dotação	01.001.10.302.0903.2005.3.3.90.30.00.00
Valor	R$19.856,40 (Dezenove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).
Prazo/Vigência	12 (doze) meses
Foro	Comarca de Paranaguá - PR
Data da Homologação	27/01/2026

Paranaguá, 27 de Janeiro de 2026.

MARCELO JOSÉ CARDOZO DIAS
Diretor Executivo

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:F887D32E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 08/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 54/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2025

Contratante:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	MARCELO JOSÉ CARDOZO DIAS – DIRETOR EXECUTIVO DO CISLIPA
Contratada:	PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ:	02.816.696/0001-54
Responsável pela assinatura:	FERNANDO PARUCKER DA SILVA

Objeto:	Aquisição de Medicamentos para atender as demandas do SAMU LITORAL e dos Municípios Consorciados do Cislipa para a Operação Verão 2025/2026
Justificativa	Conforme Lei Federal 14.133/2021, Art. 54 Parágrafo § 1º e inteiro teor no processo Adm. nº 419/2025
Dotação	01.001.10.302.0903.2005.3.3.90.30.00.00
Valor	R$ 35.326,22 (Trinta e cinco mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos).
Prazo/Vigência	12 (doze) Meses
Foro	Comarca de Paranaguá - PR
Data da Homologação	27/01/2026

Paranaguá, 27 de Janeiro de 2026.

MARCELO JOSÉ CARDOZO DIAS
Diretor Executivo

Publicado por:
Marcelo Jose Cardozo Dias
Código Identificador:B4284871

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 012/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **CLEIDE APARECIDA CUNHA**

CARGO OCUPADO: **AUXILIAR ADMINISTRATIVO – MN4012-1**

IDENTIDADE:	**CPF:**	**MATRÍCULA:**	**FUNDO:**
3.532.947-1	480.209.319-53	6451-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.
FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.
VALOR DO PROVENTO: R$ 3.062,80 (Três mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	**REQUERIDO EM:**	**INÍCIO:**
99727/2025	12/12/2025	01/02/2026

ÓRGÃO DE ORIGEM:	**CNPJ:**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 30 de janeiro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:9BCF025F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 PROCESSO Nº 3022/2026

A Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por meio da Comissão de Seleção de Avaliação de Editais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo designada pelo Decreto no 1.063/2025, por intermédio da Comissão Permanente de Contratação, com fundamento no artigo 79 da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4319/23, conforme as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, torna público, através deste, que realizará o Chamamento Público para "Seleção de Direito de Ponto para Exploração de Venda de Bebidas não alcoólicas naturais e industrializadas - refrigerantes, água mineral, energéticas, água de coco, sucos e bebidas alcoólicas industrializadas cerveja, chope ou vinhos, durante a realização do Evento CARNAVAL PARA TODA GENTE 2026, que ocorrerá entre os dias 14, 15, 16 e 17 de fevereiro de 2026, na Praça de Eventos, situada à Rua da Praia, s/n, Centro Histórico no Município de Paranaguá – PR".

Os interessados para Seleção, deverão apresentar toda documentação exigida (obrigatoriamente) no endereço eletrônico: https://paranagua.atende.net/autoatendimento/servicos/e-credenciamento-para-uso-oneroso-de-espaco-publico-venda-de-bebidas-carnaval-para-toda-gente-2026/
O presente Edital de Chamada Pública ficará disponível entre os dias 02 (dois) de Fevereiro de 2026 à 12 (doze) de Fevereiro de 2026, até às 12h:00min.
O inteiro teor do edital, poderá ser retirado no seguinte endereço: Rua Júlia da Costa, 322, Centro, Paranaguá-Pr, no horário das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00, através do site: www.paranagua.pr.gov.br no link Chamada Pública Pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br, ou através do telefone 41-3721-1810. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Contratação, através do e-mail acima mencionado, ou através dos telefones 41-3721-1018.
PARANAGUÁ, 02 de fevereiro de 2026.

SHEILA DA ROSA MARIA
Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:8116F608

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

Ratifico todos os atos praticados no presente procedimento licitatório – modalidade Dispensa de Licitação nº 0001/2026, por verificar a legalidade dos mesmos em estrito e fiel cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 14.133/2021.

Em consequência homologo o presente procedimento.

Paranaguá, 30 de Janeiro de 2026.

CHRISTIANARA SANTOS ROSA
Secretária Municipal de Serviços Urbanos

Publicado por:
Cristiane Dos Santos Zella
Código Identificador:DD85F078

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Os Secretários Municipais de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.
R E S O L V E:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicam e homologam os itens do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 028/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025,** proferido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1.203/2025, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Ficam Adjudicados e homologados os julgamentos dos lotes do referido processo licitatório às licitantes vencedoras: **Lotes:** 01, 02, 10, 14, 15, 16, 20, 31, 40, 43, 50, 51, 55, 56, 57, 62, 63, 132, 133, 134, 142, 145, 146, 151, 159, 160, 161, 173 – **Empresa:** GM DISTRIBUIDORA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 21.604.118/0001-07; **Lotes:** 03, 04, 05, 06, 12, 13, 18, 21, 22, 23, 26, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 47, 54, 60, 65, 68, 69, 70, 79, 100, 101, 103, 104, 106, 109, 110, 111, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 135, 136, 139, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 156, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 176, 177, 178, 180, 181. – **Empresa:** ABNE DE ARRUDA MAIA – **CNPJ/MF** sob nº 81.121.519/0001-20; **Lotes:** 07, 27, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 107, 108, 112, 113, 114, 116. – **Empresa:** HORTIPRAIAS FRUTAS E VERDURAS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 59.141.771/0001-41; **Lotes:** 08, 09, 11, 19, 25, 28, 34, 45, 48, 49, 53, 61, 66, 67, 102, 130 – **Empresa:** CAC ATACADO E LOGISTICA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 48.429.239/0001-08; **Lotes:** 52, 64, 105, 137, 138, 140, 141, 157, 158, 162 – **Empresa:** VB COMERCIO DE

PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 72.131.402/0001-36; **Lotes:** 58, 59, 154, 155 – **Empresa:** MAIS SAUDE MARINGA PRODUTOS MEDICOS E NUTRICIONAIS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 29.715.704/0001-22; **Lote:** 17 – **Empresa:** FAMILY DISTRIBUIDORA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 52.200.675/0001-88; **Lote:** 24 – **Empresa:** STV DISTRIBUIDORA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 54.380.292/0001-64; **Lote:** 163 – **Empresa:** DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 40.223.106/0001-79; **Lote:** 171 – **Empresa:** H. G. FERREIRA & CIA LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 43.927.685/0001-29; **Lote:** 175 – **Empresa:** MAIS FISH - FRIGORIFICO DE PEIXES LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 34.776.394/0001-96; **Lote:** 179 – **Empresa:** MR ALIMENTOS SAUDAVEIS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 22.077.561/0001-21. Ficando assim adjudicados e homologados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **Pregão Eletrônico Nº 028/2025 REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2025**, que tem por objeto: **"Contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Desenvolvimento Social de Paranaguá (SEMFAC) e ao 8 Batalhão de Bombeiro Militar - FUNREBOM (Fundo de Reequipamento de Bombeiros), do Município de Paranaguá/PR**, de acordo com os quantitativos e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 61.775/2025.
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.
Paranaguá, 29 de janeiro de 2026.

CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
Secretária Municipal Da Família, Cidadania E Desenvolvimento Social

EVERTON SOARES DE OLIVEIRA
Capitão da 1ª Cia/ 8º Batalhão de Bombeiro Militar

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:90EEA06C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca de Paranaguá – Pr, no uso de suas atribuições legais que disciplina o Decreto Municipal nº 831/2018.
R E S O L V E:
I. Pelo presente instrumento, com base no art. 71 IV da Lei Federal nº 14.133/21, adjudicar e homologar o lote do objeto do **Pregão Eletrônico Nº 002/2026,** proferido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 1.203/2025, sobre o Processo Licitatório acima denominado, dando outras providências.
II. Fica Adjudicado e homologado o julgamento do lote do referido processo licitatório à licitante vencedora: **Lote:** 01 – **Empresa:** MANUPA COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS ADAPTADOS LTDA – **CNPJ/MF** sob nº 03.093.776/0023-05. Ficando assim adjudicado e homologado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, sobre o Processo Licitatório **Pregão Eletrônico Nº 002/2026**, que tem por objeto: **"Aquisição de caminhão com baú isotérmico refrigerado para atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Ilhas, Pesca, Abastecimento e Aquicultura"**, de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência do edital licitatório, e inteiro teor do Processo Administrativo nº 84.262/2024.
III. Este Termo de Adjudicação e Homologação entrará em vigor nessa data.
Paranaguá, 02 de fevereiro de 2026.

MARCIO LUIS PEDRERO VEGA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente,
Desenvolvimento Rural e Pesca

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva
Código Identificador:3CB31648

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.484

DECRETO Nº 1.484

"Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 526, de 2017, que aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Município de Paranaguá."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 5º do Decreto Municipal nº 526, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º (...)

Parágrafo único. O Presidente e o Secretário do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação serão designados pelo Prefeito Municipal, por ato próprio."

Art. 2º O artigo 14 do Decreto Municipal nº 526, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. As reuniões do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação serão presididas pelo seu Presidente."

Art. 3º Ficam revogados os §§ 1º e 2º do artigo 5º do Decreto Municipal nº 526, de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1A88BF77

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 1.485

DECRETO Nº 1.485

"Nomeia Marcio Sant Anna Valgas para o cargo que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Lei Municipal Complementar nº 192/2016 e suas alterações, resolve,

NOMEAR,

de acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei Complementar nº 046, de 11 de maio de 2006, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), MARCIO SANT ANNA VALGAS, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão de Assessor Especial de Odontologia, Símbolo DAS-2X, da Secretaria Municipal de Saúde.

O servidor nomeado deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis ao Departamento de Recursos Humanos para apresentação de documentos e emissão da Ordem de Serviço, sendo a data da Ordem de Serviço considerada como a data de admissão.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 02 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:75323B44

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N° 1.806

PORTARIA Nº 1.806

“Concede licença maternidade à servidora Andrielle Alves da Silva de Moraes.”

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.º 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 124 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificada pela Lei Complementar nº 073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 4.424/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora ANDRIELLE ALVES DA SILVA DE MORAES, matrícula nº 96.395-3, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 22 de janeiro de 2026 e término em 20 de julho de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 02 de fevereiro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:01B9D852

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.804

PORTARIA Nº 1.804

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 15.158/2023,

RESOLVE:

I - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 15.158/2023, tais como a suposta inassiduidade habitual de servidor, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, e incidência nas condutas do Art Art. 152, incisos I, IX e XV, todos da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II, III, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância, os servidores: CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL, matrícula: 3.744-2, como Presidente; ALESSANDRA DELFINO GENELHOUD CALGARO, matrícula: 10.168-1, como Secretária; e DANIELLE POTIBALA CARNEIRO, matrícula 4.272-1; FERNANDA SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO, matrícula 8.997-1 e ACYR CORREIA NETO, matrícula 10.871-1, como membros.

III - O prazo de finalização do Processo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José” em 02 de fevereiro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:6791B3CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.805

PORTARIA Nº 1.805

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante do Decreto Municipal nº 254/2017, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 88.665/2025,

RESOLVE:

I - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar eventuais irregularidades cometidas por servidor público municipal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, face o contido no Parecer Jurídico constante do processo nº 88.665/2025, tais como a suposta inassiduidade habitual de servidor, ante a possível ofensa ao Art. 151, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII, e incidência nas condutas do Art Art. 152, incisos I, IX e XV, todos da Lei Complementar nº 46/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá); podendo incorrer nas penas do Art. 160, incisos I, II, III, do mesmo diploma legal.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância, os servidores: CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL, matrícula: 3.744-2, como Presidente; ALESSANDRA DELFINO GENELHOUD CALGARO, matrícula: 10.168-1, como Secretária; e DANIELLE POTIBALA CARNEIRO, matrícula 4.272-1; FERNANDA

SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO, matrícula 8.997-1 e ACYR CORREIA NETO, matrícula 10.871-1, como membros.

III - O prazo de finalização do Processo é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual período.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 02 de fevereiro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D1FBFD6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.807

PORTARIA Nº 1.807

"Relota a servidora municipal Rosana Lisboa Rodrigues para o órgão que especifica."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 203/2017, e o Decreto Municipal n° 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Portaria nº 314/2017, e de acordo com o contido no protocolado sob n° 4.465/2026,

RESOLVE:

I - Relotar a servidora ROSANA LISBOA RODRIGUES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 7.776-1, na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de fevereiro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:677CE3D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 197/2024 CS BRASIL FROTAS S.A CNPJ: 27.595.780/0001-16

EXTRATO DE ADITIVO 02 AO CONTRATO N° 197/2024
CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ: 27.595.780/0001-16

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CS BRASIL FROTAS S.A

Data: 03/02/2026

Objeto: Aditivo 02 ao Contrato nº **197/2024**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **04 (QUATRO) MESES** contados a partir de **03 DE FEVEREIRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **02 DE JUNHO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 04 (quatro) meses.
Pregão Eletrônico n°: 009/2024
Registro de Preços n°: 009/2024
Processo Administrativo n°: 1820/2026

Valor: R$ 15.976,16 (Quinze mil, novecentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
PAULO ROBERTO TEIXEIRA
JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:C8AAA4B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 04 AO CONTRATO N° 018/2022 RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA VIVER FELIZ LTDA CNPJ: 27.918.356/0001-65

EXTRATO DE ADITIVO 04 AO CONTRATO N° 018/2022
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA VIVER FELIZ LTDA
CNPJ: 27.918.356/0001-65

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA VIVER FELIZ LTDA

Data: 03/02/2026

Objeto: Aditivo 04 ao Contrato nº **018/2022**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **12 (DOZE) MESES** contados a partir de **03 DE FEVEREIRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **02 DE FEVEREIRO DE 2027**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Pregão Eletrônico n°: 073/2021
Processo Administrativo n°: 3226/2026

Valor: R$ 258.663,60 (Duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
CAROLINA DE MIRANDA EVANGELISTA LOURENÇO
MARÍLIS VIANA DA SILVA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:1AC9A043

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 067/2025 DOK ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 35.786.112/0001-02

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 067/2025
DOK ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 35.786.112/0001-02

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
DOK ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA

Data: 03/02/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 067/2025.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)**, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao Contrato n° 067/2025:

Ref. 362 – Modalidade de Aplicação: 3449051.0000 – Vínculo: 1303 – Quantidade: 1.

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Concorrência Eletrônica n°: 008/2024
Processo Administrativo n°: 3793/2026

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:AD3BCA7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 03 AO CONTRATO N° 200/2023 CASA NONA CECILIA ALOJAMENTO LTDA CNPJ: 35.589.204/0001-94

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 03 AO CONTRATO N° 200/2023
CASA NONA CECILIA ALOJAMENTO LTDA
CNPJ: 35.589.204/0001-94

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CASA NONA CECILIA ALOJAMENTO LTDA

Data: 03/02/2026

Objeto: **Apostilamento 03 ao Contrato nº 200/2023.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 48.656,66 (Quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao Aditivo 02 do Contrato n° 200/2023:

Ref. 481 – Modalidade de Aplicação: 3339039.5300 – Vínculo: 1303 – Quantidade: 1.

Fundamentação Legal: Art. 65, §8º da Lei 8.666/93."

Pregão Eletrônico n°: 078/2023
Processo Administrativo n°: 3784/2026

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:126F0C09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 0011/2026

PORTARIA Nº 0011/2026

Súmula: Exonera a Diretora de Projetos do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1o Exonerar a Sra. **LAIS RODRIGUES PERIN, CPF: 057.846.279-61, do cargo de Diretora de Projetos junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA**, nomeada pela Portaria nº 002/2025 de 06 de janeiro de 2025; a partir de 02 de fevereiro 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2025.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:D18339F9

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 0013/2026

PORTARIA Nº 0013/2026

Súmula: Exonera o Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1o Exonerar o Sr. **OSVAL CESAR KULEVICZ, CPF: 316.933.699-15, do cargo de Secretário Executivo junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA**, nomeado pela Portaria nº 002/2025 de 06 de janeiro de 2025; a partir de 02 de fevereiro 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2025.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:3CE32AB8

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 007/2026

PORTARIA Nº 007/2026

Súmula: Exonera a Diretora Administrativa e Financeira do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1o Exonerar a Sra. **MARCELA LEITE TONELLO, CPF: 005.064.819-56, do cargo de Diretor Administrativo – Financeiro, junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA**, nomeada pela Portaria nº 002/2025 de 06 de janeiro de 2025; a partir de 02 de fevereiro 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2025.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:CA77AAAC

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 008/2026

PORTARIA Nº 008/2026

Súmula: Nomeia a Diretora Administrativa-Financeira do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Nomear **MARCELA LEITE TONELLO,** CPF: 005.064.819-56, para ocupar o cargo de Diretora Administrativa – Financeira, junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, a partir de 03 de fevereiro de 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:DEE1780D

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 009/2026

PORTARIA Nº 009/2026

Súmula: Exonera a Diretora Jurídica do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL – CICA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1o Exonerar a Sra. **KAREN MIASHIRO FREITAS, CPF: 003.596.096-89, do cargo de Diretora Jurídica junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA**, nomeada pela Portaria nº 002/2025 de 06 de janeiro de 2025; a partir de 02 de fevereiro 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2025.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:118BB779

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 010/2026

PORTARIA Nº 010/2026

Súmula: Nomeia a Diretora Jurídica do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Nomear **KAREN MIASHIRO FREITAS, CPF: 003.596.096-89, no cargo de Diretora Jurídica**, junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, a partir de 03 de fevereiro de 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente -CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:D7242AFE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 012/2026

PORTARIA Nº 012/2026

Súmula: Nomeia a Diretora de Projetos do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Nomear **LAIS RODRIGUES PERIN, CPF: 057.846.279-61, do cargo de Diretora de Projetos**, junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, a partir de 03 de fevereiro de 2026.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:57CC38F1

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 014/2026

PORTARIA Nº 014/2026

Súmula: Nomeia o Secretário Executivo do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Nomear **OSVAL CESAR KULEVICZ, CPF: 316.933.699-15, do cargo de Secretário Executivo**, junto ao Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:7AEE7D78

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 015/2026

PORTARIA Nº 015/2026

Súmula: Estabelece a licença maternidade por adoção da empregada pública Sra. Thais Barranco Cunha, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1o Estabelece a licença maternidade por adoção da empregada pública Sra. Thais Barranco Cunha, exercendo o cargo de Assistente Administrativo, matrícula de n.º 013, mediante solicitação administrativa, pelo prazo ininterrupto de 120 (cento e vinte) dias iniciando na data de 04 de fevereiro de 2026, e findando em 03 de junho de 2026, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:C321EC6F

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 016/2026

PORTARIA Nº 016/2026

Súmula: Estabelece a substituição na função de pregoeira no âmbito do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1o Estabelece substituição da função de pregoeira por motivos de licença maternidade por adoção da empregada pública Sra. Thais Barranco Cunha, pela empregada pública Srta. Milena Aparecida Petris da Silva, matrícula n.º 25, pelo prazo ininterrupto de 120 (cento e vinte) dias iniciando na data de 04 de fevereiro de 2026, e findando em 03 de junho de 2026, ou enquanto durarem os seus efeitos, no âmbito do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, com direito as devidas gratificações e adicionais pertinentes a função.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente - CICA

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:8972B234

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 19/2026

PORTARIA Nº 19/2026
O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestor e Fiscais do Processo de Contratação referente ao **Credenciamento de Pessoas**
Jurídicas Prestadoras de Serviços em Saúde para realização de exames em Análises Clínicas – Exercício 2.026, nos termos da Resolução nº09/2025 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
KARINY GONÇALVES LOPES GALVÃO	FISCAL	Nº 448-1
ALESSANDRA KATIA SCOMPARINI	SUPLENTE	Nº 177-1

Os mesmos são responsáveis pelo seguinte Contrato:	
CONTRATO	**NOME DA EMPRESA**
03/2026	ARUAL LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Paranavaí, 29 de janeiro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:7A455BAA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 20/2026

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 13/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR**, Sr. **Ulisses de Souza**, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias que lhe são conferidas,
RESOLVE:
Art. 1º – **Revogar**, em todos os seus termos, a **Portaria nº 13/2026, de 15 de janeiro de 2026**, que designou o servidor **Everson Rafael dos Santos**, matrícula funcional nº **466-1**, como **Responsável Setorial – Nível I**, no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2026.

ULISSES DE SOUZA
Presidente do CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Vinicius Augusto Felizardo
Código Identificador:3373BA9C

CONTROLADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 216/2026

Republicação

ALTERA O ANEXO DA PORTARIA MUNICIPAL N°. 779/2025.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Anexo da Portaria Municipal n°. 779/2025, passando o mesmo a vigorar com os seguintes valores:

ANEXO

Secretaria de Assistência Social	R$ 13.098,41
Secretaria Municipal de Educação	R$ 13.098,41
Secretaria Municipal de Infraestrutura	R$ 25.000,00
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	R$ 25.000,00
Fundação Cultural	R$ 13.098,41
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	R$ 25.000,00
Secretaria de Agricultura	R$ 25.000,00
Secretaria Municipal de Saúde	R$ 25.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	R$ 25.000,00
Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito	R$ 13.098,41
Procuradoria Geral do Município	R$ 13.098,41
Controladoria e Ouvidoria Geral	R$ 13.098,41
Secretaria Municipal Gabinete do Prefeito	R$ 13.098,41
Secretaria de Comunicação	R$ 13.098,41
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	R$ 13.098,41
Secretaria Municipal da Fazenda	R$ 13.098,41
Secretaria Municipal de Administração	R$ 13.098,41

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paranavaí, 30 de janeiro de 2026.

CARLOS ALBERTO VIEIRA
Controlador Geral do Município

Publicado por:
Ligia Alves da Silva Aguiar
Código Identificador:1B0868CE

PROCURADORIA
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DE PARANAVAÍ – PROCON , ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestação de interessados em locar imóvel para instalação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, por meio da Procuradoria Geral do Município. O presente chamamento visa demonstrar os requisitos do imóvel necessários para o atendimento de tal finalidade, permitindo que proprietários de prédios disponíveis com tais características possam oferecê-los para conhecimento e análise de sua adequação ao fim proposto, visando dar maior publicidade ao ato. Tal ação tem o intuito de cumprir os princípios da publicidade, impessoalidade e eficiência e, ainda, de proporcionar subsídios para decisão da escolha do imóvel.

OBJETO:
1.1.O objeto do presente Chamamento Público é a prospecção, no mercado imobiliário, com vistas à locação de imóvel não residencial, destinado à instalação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, preferencialmente localizado na região central do Município de Paranavaí/PR, mediante coleta de propostas técnicas que atendam aos requisitos mínimos especificados neste Edital e seus anexos.

PRAZO DE LOCAÇÃO:
2.1. O prazo de locação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de recebimento definitivo do imóvel pelo LOCATÁRIO, conforme art. 107 da lei nº 14.133/2021.

2.2. O presente instrumento poderá ser prorrogado de comum acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, se demonstrado, ademais, nos respectivos autos administrativos, que o valor mensal do imóvel locado continua sendo mais vantajoso para a locatária, e que o imóvel ainda atende às necessidades da Administração Pública.

2.3. Caso não tenha interesse na prorrogação, o locador/contratado deverá enviar comunicação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência do contrato, sob pena de aplicações das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

2.4. A vigência do presente contrato perdurará em caso de alienação do imóvel, conforme art. 8º da Lei Federal n.8.245/1991 e art. 576 da Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, como também continuará em vigor no caso de transferência a terceiros, a qualquer título de domínio ou posse do imóvel locado.

2.5. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitando o limite de 10(dez) anos.
2.6.O prazo foi definido com base na necessidade de garantir a estabilidade da instalação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, possibilitando o pleno funcionamento das atividades institucionais.
2.7. Considera-se, ainda, que eventuais adequações no imóvel a ser locado demandam investimentos iniciais que, para serem economicamente viáveis, precisam ser amortizados ao longo de um prazo razoável de utilização do espaço.
2.8. Assim, o prazo estabelecido está em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e 8.245/1991 e é compatível com os custos de adaptação e com o tempo necessário para a compensação dos investimentos públicos eventualmente realizados no imóvel locado.

VALOR DA LOCAÇÃO:
3.1.O valor proposto pelo locador será analisado pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí, que verificará sua adequação com preço do mercado imobiliário local.

PERÍMETRO DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:
4.1.O imóvel destinado à instalação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON deverá estar localizado na área central do Município. Essa localização estratégica visa ampliar o espaço de atendimento ao público, proporcionando maior conforto, agilidade e eficiência na prestação dos serviços.
4.2.A localização central também favorece o acesso da população em geral, especialmente dos munícipes que utilizam o transporte coletivo, tendo em vista que a maioria das linhas converge para essa região. Ademais, a proximidade com o Paço Municipal permite uma integração mais eficaz com os demais serviços públicos, otimizando recursos e promovendo um atendimento mais ágil, completo e resolutivo aos consumidores do Município e comarca.

JUSTIFICATIVA:
5.1. O presente Chamamento Público visa atender adequadamente os munícipes usuários dos serviços da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, proporcionando melhores condições de atendimento ao público, eficiência administrativa e adequação estrutural.
5.2. Atualmente, o PROCON encontra-se instalado em imóvel cuja permanência contratual não comporta prorrogação, conforme apurado nos autos administrativos, o que impõe a necessidade de instrução de novo procedimento para locação de espaço físico compatível com suas atividades institucionais.
5.3. O PROCON de Paranavaí conta, atualmente, com equipe composta por aproximadamente 10 (dez) servidores e estagiários, estando prevista a contratação de mais 2 (dois) servidores efetivos, totalizando 12 (doze) colaboradores.
5.4. Ressalta-se que a tramitação de processos administrativos ocorre, em sua maioria, por meio físico, abrangendo reclamações, autuações, fiscalizações e demais atividades internas, o que demanda espaço adequado para arquivo, organização documental e atendimento técnico.

5.5. Ademais, são realizadas audiências presenciais, atendimentos ao público, atividades de fiscalização, além da necessidade de salas específicas para coordenação, setor de fiscais, cartório, arquivo, copa e saguão de espera.
5.6. Diante desse contexto, verifica-se a imprescindibilidade de imóvel amplo, com possibilidade de modulação interna por meio de divisórias, que permita reorganização dos setores e expansão futura, assegurando condições adequadas de trabalho aos servidores e atendimento digno e eficiente à população.
5.7. Assim, a locação de imóvel que disponha de infraestrutura compatível, ambiente salubre, acessibilidade, segurança e localização estratégica configura-se como medida indispensável à continuidade e ao aprimoramento das atividades do PROCON.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
6.1.Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) e a Lei de Locação de imóveis (Lei 8.245/1991).

DA FORMA DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS:
7.1. A documentação deve ser apresentada por meio de processo digital , através do seguinte passo: site da Prefeitura do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/), após, deverá clicar na opção autoatendimento (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital) e por fim, na segunda opção emissão de protocolo, ao lado esquerdo da página (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital/detalhar/1).

7.2. Ao realizar a emissão, deverá selecionar as seguintes opções:
Assunto: PROCON CHAMAMENTO PÚBLICO
Subassunto: Proposta ao Chamamento Público
Descrição da Solicitação: Edital de Chamamento nº 01/2026 - Locação de Imóvel
Anexos: Toda a documentação solicitada no Anexo II deste edital deverá ser apresentada de forma que todos os documentos estejam devidamente assinados, seja por meio digital, seja de forma manual.
7.3. Será analisará a documentação protocolada por meio de processo digital no **dia 17/02/2026, às 09horas.**
7.4.Em caso de dúvidas ou necessidade de esclarecimentos, os interessados poderão entrar em contato com a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON por meio do e-mail: **s.procon**@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3902-1055.

DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:
8.1. A proposta com o valor ofertado, com os documentos listados neste edital, deverá ser protocolada por meio eletrônico, no prazo de **30 (trinta) dias úteis** a contar da publicação deste edital de chamamento.

DA PROPOSTA DE ALUGUEL
Os interessados DEVERÃO FORMULAR PROPOSTA DO VALOR DE LOCAÇÃO,
devidamente assinada pelo proprietário do imóvel ou por seu procurador, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade e devendo conter minimamente:
9.1.1. Nome do proprietário ou razão social, endereço completo, telefones e e-mails de contato, número do CPF ou CNPJ, conforme o caso;
9.1.2. Especificação detalhada do imóvel, com sua localização e benfeitorias;
9.1.3. Prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data final para apresentação das propostas;
9.1.4. Na proposta deve estar especificar que o índice utilizado para o reajuste será o IPCA;
9.1.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como taxa de coleta de lixo e IPTU.
É necessário apresentar, anexada à proposta, declaração de que não há nenhum ônus que recaia sobre o imóvel e de que possui todos os documentos de habilitação indicados no Anexo II, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.

DETALHAMENTO DO CHAMAMENTO:
Conforme consta no Anexo I.

DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:
Poderão participar do processo de seleção pessoa física ou pessoa jurídica, excetuando-se:
Servidor ou dirigente de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
Empresas que tenham sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade vinculada ao órgão responsável pelo Chamamento Público;
Pessoa declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
Pessoa suspensa temporariamente de participação em licitação ou impedida de contratar com a Administração, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
Membros da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí;
Empresas que estiverem sob falência;
Caso o imóvel seja selecionado para locação e celebração do contrato, o proprietário deverá possuir a documentação constante no Anexo II, sob pena de impossibilidade da celebração do contrato de aluguel.

DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS
A análise da documentação apresentada e da compatibilidade dos imóveis ficará a cargo da Procuradoria Geral do Município - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, a quem caberá definir, fundamentadamente, sobre a adequação, a conveniência e a capacidade para funcionamento do serviço.
Caso o imóvel aparente atender aos requisitos elencados, será necessária sua vistoria pela equipe da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON com a finalidade de avaliação e verificação da adequação do mesmo às características solicitadas e, posteriormente, pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí para avaliação do valor proposto e de sua compatibilidade com o valor de mercado, o que fica desde já autorizado pelo interessado, devendo apenas ser objeto de prévio agendamento.
Cada visita resultará na emissão de relatório devidamente motivado.
Não ocorrerá visita de imóvel objeto de proposta no caso de as características citadas na proposta já demonstrarem não serem condizentes com a necessidade da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON.
A escolha do imóvel será formalizada por ato administrativo devidamente motivado, no qual deverão constar, de forma expressa, os critérios técnicos, funcionais e econômicos que fundamentaram a decisão da Administração Pública.

DAS CONDIÇÕES PARA EVENTUAL CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO
A proposta de locação do imóvel eventualmente escolhido ficará sujeita à comprovação do valor de mercado, feita através de Relatório de Avaliação emitido pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis do Município de Paranavaí que servirá de parâmetro para demonstrar a compatibilidade do valor apresentado com o valor de mercado.
O proprietário do imóvel eventualmente selecionado deverá apresentar a documentação mencionada no Anexo II, no prazo de 5 dias após recebimento da solicitação, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada do interessado, sendo que o descumprimento do prazo implica o não atendimento ao requisito, com a desconsideração da proposta.
O proponente/locador deverá entregar o imóvel em perfeitas condições de uso, pintado e liberado para ocupação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação de aprovação da contratação.
13.4 Será permitida a prorrogação do prazo de entrega, a critério exclusivo da Secretaria, mediante apresentação de justificativa circunstanciada por parte do proponente, desde que seja comprovado

motivo justificável, como casos de força maior, intempéries climáticas ou entraves burocráticos alheios à sua vontade.

DA FORMA DE RECEBIMENTO
14.1. o imóvel será recebido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, da seguinte forma:

I - **Provisoriamente**, no ato da entrega das chaves, ocasião em que serão verificadas as adaptações previstas contratualmente e o estado geral de conservação da edificação;
II - **Definitivamente**, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório,com possibilidade de prorrogação .

DISPOSIÇÕES FINAIS
O proponente é responsável pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desconsideração da intenção de locação do imóvel.
Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Procuradoria Geral do Município - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON.
Este procedimento não gera direito à contratação, ficando o(a) proponente sujeito(a) a submeter(em)-se às demais condições exigidas pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, sobretudo às constantes no Anexo II e, ainda, à discricionariedade da Administração quanto à oportunidade e conveniência da locação e da escolha do imóvel.
A escolha do imóvel dar-se-á por critérios de adequação do imóvel ao fim a que se destina e aos requisitos dos Anexos I e II, bem como à qualidade, condições do imóvel e preço, estando, ao final, a discricionariedade da Administração, visando resguardar a supremacia do interesse público sobre o privado.
O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Paranavaí-PR.

15.6. Anexos do Edital:
Anexo I - ESPECIFICAÇÃO DO IMÓVEL
Anexo II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO
Anexo III - MODELO DE DECLARAÇÕES
Anexo IV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO E LOCADOR.

Paranavaí, 29 de Janeiro de 2026

LEONARDO FRATINI XAVIER DE SOUZA
Procurador-Geral Adjunto do Município de Paranavaí

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO IMÓVEL

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ torna pública a pretensão de receber manifestação de interessados em locar imóvel para instalação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, sendo que este deverá apresentar as seguintes características:
- O imóvel deve ser localizado na área central do Município.
O imóvel deverá estar localizado, preferencialmente, na região central do Município de Paranavaí/PR, visando facilitar o acesso da população aos serviços do PROCON, especialmente dos munícipes que utilizam transporte coletivo, bem como garantir proximidade com outros órgãos públicos e serviços essenciais.

- Deve possuir área construída mínima de 220 m² (duzentos e vinte metros quadrados), no térreo, com acesso independente.
A exigência de metragem mínima está diretamente relacionada à necessidade de acomodar, de forma funcional e eficiente, os diversos setores que compõem a estrutura organizacional da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON.
Entre os espaços indispensáveis estão, além de salas administrativas, Sala de atendimento ao público, com saguão de espera; – Sala para audiências presenciais; – Sala da Coordenação; – Sala para fiscais; – Sala ou espaço destinado ao cartório e tramitação processual; – Espaço adequado para arquivo físico; – Copa para uso dos servidores; – Banheiros masculino, feminino e ao menos 1 (um) banheiro adaptado para pessoas com deficiência.
Além disso, a exigência de que o imóvel esteja localizado no térreo e possua acesso independente visa garantir a plena autonomia de funcionamento do órgão e o cumprimento das normas de acessibilidade, promovendo a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida, em conformidade com a Lei.
- Dispor, no mínimo, de 1 banheiro feminino, 1 banheiro masculino e 1 banheiro adaptado
para pessoas com deficiência, destinado ao uso de servidores e munícipes.
A estrutura de atendimento ao público e o número de servidores exigem instalações sanitárias em quantidade suficiente. A inclusão de banheiro adaptado é obrigatória por lei e visa garantir a acessibilidade.

- Dispor de boas condições de instalações elétricas e diversos pontos de tomadas, em todos os ambientes.
As atividades desenvolvidas pela Secretaria demandam uso intensivo de equipamentos eletrônicos. É imprescindível que o imóvel conte com instalações elétricas seguras e pontos de energia bem distribuídos, de forma a evitar riscos, garantir funcionalidade e reduzir custos com reformas.

- Dispor de boas condições e infraestrutura para instalação e funcionamento de aparelhos ar-condicionado 220V em todos os ambientes.
A climatização adequada dos ambientes (setores administrativos e sala de reuniões) é essencial para salubridade, conforto térmico e preservação de equipamentos eletrônicos, especialmente em locais com atendimento contínuo ao público e clima predominantemente quente. A estrutura prévia reduz a necessidade de investimentos adicionais por parte da Administração. A climatização deverá ter em todos os ambientes que os servidores estiverem alocados.

– O imóvel deverá ter piso liso e impermeável e cobertura com forração em bom estado sem manchas ou rachaduras e iluminação adequada em todos os ambientes descritos. As paredes deverão estar em perfeitas condições, isentas de rachaduras, trincas, goteiras, vazamentos, infiltrações ou quaisquer outras irregularidades.
Esses itens garantem segurança, salubridade e conforto, conforme diretrizes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NRs). Paredes, pisos e tetos em bom estado também são fundamentais para preservar a imagem institucional e evitar interrupções nos serviços por manutenções frequentes.

- Dispor de ambiente destinado à copa/cozinha para uso dos servidores públicos.
A disponibilização de ambiente destinado a copa/cozinha é uma condição de bem-estar e dignidade aos servidores, compatível com a jornada de trabalho e a permanência prolongada nas dependências desta Coordenadoria.

- O imóvel deverá atender às normas de acessibilidade, de segurança contra incêndio, de vigilância sanitária (quando aplicável), bem como possuir os documentos técnicos e autorizações exigidos pela legislação municipal vigente para sua ocupação regular.
A exigência do atendimento às normas de acessibilidade, segurança contra incêndio, vigilância sanitária (quando aplicável), bem como possuir os documentos técnicos e autorizações exigidos pela legislação municipal vigente, é medida essencial para garantir que o espaço oferecido esteja em conformidade com os requisitos legais, funcionais e operacionais mínimos para o exercício das atividades públicas da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON.

A exigência desses requisitos visa garantir a legalidade, segurança jurídica, funcionalidade e regularidade da ocupação do imóvel pela Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

Dessa forma, a definição dos critérios mínimos para o imóvel destinado à instalação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, baseia- se em princípios da eficiência administrativa, da adequação ao interesse público, e da funcionalidade dos espaços públicos, respeitando ainda as normas técnicas e legais vigentes, especialmente quanto à acessibilidade, segurança e condições adequadas de trabalho e atendimento à população.

ANEXO II - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

O detentor da proposta aprovada deverá apresentar os documentos a seguir:
Cópia da matrícula do imóvel – apresentar junto com a proposta;
Certidão negativa de ônus do imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
Se pessoa física:
Cópia de documento de identidade e CPF do(s) contratado(s);
Cópia da certidão de casamento se for o caso;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67), em nome do(s) proprietário(s) e cônjuge(s);
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio do(s) proprietário(s) e de seu(s) cônjuge(s);
Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
Pela Prefeitura do Município do domicílio do(s) proprietário(s) e cônjuge(s), e também;
Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município, nos termos do Decreto Municipal nº 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
Se pessoa jurídica:
Cópia do Contrato particular de administração de imóveis entre o proprietário do imóvel e a pessoa jurídica ou documento equivalente, se for o caso;
Cópia do contrato social da pessoa jurídica;
Cópia de procuração se for o caso;
Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais (Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67).
Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da pessoa jurídica;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro mobiliário e imobiliário, expedida como segue:
Pela Prefeitura do Município do domicílio da pessoa jurídica, e também;
Pela Prefeitura do Município de Paranavaí, caso o licitante tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município. Todavia, se o licitante não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, comprovando esta situação, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
Comprovante de regularidade com o INSS e FGTS em nome da pessoa jurídica;
Comprovante de inscrição no cadastro geral de contribuintes;
Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo sugerido no Anexo III.
Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, sendo que as cópias poderão ter sua autenticidade comprovada por servidor da Administração, mediante comparação com o original, ou por meio de declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.
Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.
Outros documentos complementares ou esclarecimentos poderão ser solicitados durante o procedimento de contratação de eventual escolhido.
A apresentação dos documentos listados neste anexo não isenta o interessado da obrigação de apresentar os demais documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, sempre que solicitados pela Administração.

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE ÔNUS.
DECLARAÇÃO
(NOME) , com domicílio (ou sede) na cidade de , estado , endereço através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) , DECLARA para os fins do Chamamento Público promovido pela Procuradoria Geral do Município - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto do Chamamento, que o imóvel objeto de sua proposta não possui ônus e que possui todos os documentos necessários indicados no Anexo II.
Por ser verdade, firmo(amos) a presente. Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
DECLARAÇÃO
(NOME) , com domicílio (ou sede) na cidade de , estado , endereço através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) , DECLARA, sob as penas lei, e para fins do Chamamento Público promovido pela Procuradoria Geral do Município - Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor de Paranavaí – PROCON, que a não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de
16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).
Por ser verdade, firmo(amos) a presente. Local e data.
Assinatura
Nome do(a) Representante Legal

ANEXO IV -
DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO E LOCADOR.

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR
O LOCADOR, devidamente qualificado e ciente das responsabilidades que lhes são imputadas, obriga-se a cumprir rigorosamente as seguintes disposições, sob pena de extinção contratual e aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Cláusula Décima Quarta deste instrumento, e do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021:
I. Entregar o imóvel em condições plenas e perfeitas de uso para a finalidade pública a que se destina, em estrita observância com as especificações e o laudo de vistoria inicial, garantindo que o bem esteja livre e desembaraçado de quaisquer ônus, litígios ou impedimentos de ordem jurídica ou administrativa no momento da assinatura do Contrato e da entrega das chaves, conforme avaliação prévia do bem e do seu estado de conservação realizada na fase preparatória, em consonância com o art. 74, § 5º, I, da Lei nº 14.133/2021.
II. Fornecer declaração formal e irretratável, acompanhada de documentação comprobatória, atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica, administrativa, ambiental ou

urbanística capaz de colocar em risco ou inviabilizar a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis e proceder à juntada da documentação pertinente para fins de avaliação por parte do LOCATÁRIO.
III. Garantir, de forma contínua e ininterrupta, durante todo o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel e a plenitude das condições de habitabilidade e funcionalidade, responsabilizando-se o LOCADOR por quaisquer vícios ou defeitos anteriores à celebração da locação que possam comprometer a utilização do bem pela Administração Pública, incluindo, mas não se limitando a, problemas estruturais, vazamentos e questões elétricas pré-existentes.
IV. Manter, durante toda a vigência da locação, a forma (configuração arquitetônica) e o destino (público) do imóvel, conforme convencionado no Termo de Referência e na proposta, abstendo-se de praticar ou permitir qualquer ato que altere as características essenciais do bem sem a prévia e formal aprovação do LOCATÁRIO.
V. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa e fidedigna do estado do imóvel, quando da realização da vistoria de entrega das chaves (recebimento provisório), para a elaboração do Termo de Vistoria Inicial, documento essencial para a verificação das condições de restituição do bem ao final do contrato.
VI. Fornecer ao LOCATÁRIO, juntamente com o documento de cobrança mensal, o recibo discriminando de forma clara e objetiva as importâncias pagas a título de aluguel e encargos, vedada a aceitação de quitação genérica que não permita a identificação precisa de cada despesa e respectiva competência.
VII. Realizar, às suas exclusivas expensas, o pagamento integral e tempestivo das taxas de administração imobiliária, se porventura houver contratação de terceiros para gerir o contrato, bem como arcar com os custos de intermediações, nelas compreendidas todas as despesas decorrentes da aferição da idoneidade e da capacidade de fornecer/locar do LOCADOR no processo administrativo de contratação.
VIII. Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas de forma ampla como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros e previsíveis de manutenção do edifício ou do condomínio, exemplificativamente: obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel; pintura das fachadas, empenas e esquadrias externas; obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício, indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados ocorridas em data anterior ao início da locação; instalação de equipamentos de segurança e de incêndio, e constituição ou reposição do fundo de reserva quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias.
IX. Fornecer, sempre que solicitado pelo LOCATÁRIO, via seu Gestor ou Fiscal do Contrato, informações detalhadas e documentos comprobatórios sobre a composição da taxa condominial paga, inclusive as previsões orçamentárias e as atas das assembleias condominiais, de modo a permitir ao LOCATÁRIO a correta apuração da natureza das despesas e o pagamento exclusivo das despesas ordinárias que lhe incumbem.
X. Pagar tributos incidentes sobre o imóvel, especialmente o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), as taxas de coleta de lixo e a Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação Pública (COSIP), bem como quaisquer outros encargos que, por expressa disposição legal ou contratual, não incumba ao LOCATÁRIO, mantendo o imóvel absolutamente regular perante o Fisco Municipal de Paranavaí e demais entes federativos.
XI. Entregar, assim como manter, em perfeito estado de funcionamento e conservação, durante toda a vigência contratual, os sistemas de climatização (condicionadores de ar), combate a incêndio, rede de lógica, sistemas hidráulico e elétrico, devendo anexar, no momento da entrega das chaves, laudo técnico recente, emitido por profissional habilitado, atestando a adequação, segurança e funcionamento de todos os equipamentos e instalações essenciais ao uso público.
XII. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, geradores e ar-condicionado, se existentes no imóvel e essenciais ao seu uso, arcando com todas as despesas relativas a peças, mão de obra e serviços especializados.
XIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021, devendo comunicar formalmente e imediatamente ao LOCATÁRIO qualquer alteração em sua situação cadastral ou fiscal, conforme disposto no art. 154 do Decreto Municipal nº 24.731/2023.
XIV. Providenciar a atualização necessária do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) ou documento congênere e o pagamento do prêmio de seguro complementar contra fogo, bem como tomar todas as providências administrativas e estruturais para garantir o licenciamento das atividades públicas a serem exercidas no imóvel, quando tal obrigação for de sua responsabilidade por força de lei, regulamento ou edital.
XV. Informar imediatamente ao LOCATÁRIO quaisquer alterações de titularidade ou domínio do imóvel, bem como eventuais alienações, no caso de venda do imóvel durante a vigência deste Contrato, para que o LOCATÁRIO possa exercer o direito de preferência na compra, devendo esta manifestar seu interesse no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação, nos termos do art. 27 da Lei nº 8.245/1991.

DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO

O LOCATÁRIO, em vista da relação contratual estabelecida e das normas de Direito Público, obriga-se a:
I. Efetuar o pagamento pontual do aluguel e dos encargos da locação de sua exclusiva responsabilidade, observadas as condições, critérios, prazos e formalidades estabelecidos nas Cláusulas Sétima (liquidação e pagamento) e Décima Primeira (Atualização de Preços), deste Termo de Contrato.
II. Utilizar o imóvel estritamente para o uso convencionado e definido na Cláusula Primeira, servindo-se do bem para a instalação do órgão ou entidade pública, de forma compatível com a sua natureza e com o fim precípuo a que se destina, mantendo-o em boas condições de conservação, como se fosse seu, respondendo por quaisquer danos provocados por seus agentes, funcionários, servidores ou visitantes.
III. É vedada a sublocação, o empréstimo ou a cessão do referido imóvel/espaço físico, em parte ou no seu todo, a terceiros que não integrem a estrutura da Administração Municipal direta ou indireta, sem a expressa e formal autorização do LOCADOR e da autoridade competente do LOCATÁRIO, devendo qualquer excepcionalidade ser reduzida a Termo Aditivo.
IV. Realizar a Vistoria do Imóvel: Promover vistoria prévia e minuciosa do imóvel, antes do recebimento das chaves e do início da ocupação, contando com o apoio do LOCADOR, para a verificação do estado real de conservação e identificação de vícios e defeitos pré-existentes, sendo obrigatória a elaboração de Termo de Vistoria Inicial circunstanciado, que constituirá anexo obrigatório deste contrato, servindo de parâmetro de confrontação para a restituição do imóvel ao término da locação.
V. Restituição e Condição do Imóvel: Restituir o imóvel ao LOCADOR, finda ou extinta a locação, nas mesmas condições em que o recebeu no início da vigência contratual, conforme o Termo de Vistoria Inicial amplamente detalhado, ressalvados, unicamente, os desgastes, deteriorações e depreciações que sejam comprovadamente decorrentes do uso normal e regular do bem na atividade administrativa, conforme o art. 23, III, da Lei nº 8.245/1991.
V.I. Responsabilidade por Vícios Ocultos na Devolução: Fica expressamente pactuado que os vícios e/ou defeitos no imóvel que não constarem de forma clara e objetiva no Termo de Vistoria realizado quando da devolução do imóvel (recebimento definitivo) serão de responsabilidade exclusiva do LOCADOR, salvo comprovada má-fé do LOCATÁRIO ou a identificação de danos que, por sua natureza, não seriam detectáveis em vistoria regular.
V.II. Alternativa de Indenização: Quando da devolução do imóvel ou espaço físico, o LOCATÁRIO terá a faculdade de efetuar, em substituição à sua recuperação física (reparos, correções ou reconstruções), o pagamento ao LOCADOR a título de indenização pelos danos ou desgastes que extrapolarem o uso normal pactuado, cujo valor será calculado com base na comparação entre o Termo de Vistoria Inicial e aquele firmado na devolução, desde que: a) existam os recursos orçamentários disponíveis na dotação própria para essa finalidade; b) haja prévia e expressa aprovação da autoridade competente do LOCATÁRIO; e c) haja concordância formal do LOCADOR, tanto em relação à opção pela indenização quanto ao valor a lhe ser pago a esse título.
VI. Comunicar de forma imediata e formal ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação recaia sob a responsabilidade deste,

bem como sobre eventuais turbações de terceiros ou atos que possam comprometer a posse ou o uso pacífico do imóvel.
VII. Consentir com a realização de reparos urgentes e inadiáveis, a cargo do LOCADOR, sendo que, caso a paralisação ou a necessidade de reparo se estenda por prazo superior a 10 (dez) dias, será assegurado ao LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do valor do aluguel, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.245/1991 e do art. 104, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, formalizado por simples apostilamento.
VIII. Arcar com o imediato reparo, correção ou substituição dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações que tenham sido provocados por ação ou omissão comprovada de seus agentes, funcionários, servidores ou visitantes autorizados, conforme a regra de responsabilidade objetiva prevista no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
IX. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel (obras estruturais ou de grande porte) sem o prévio e expresso consentimento por escrito do LOCADOR, ressalvadas as adaptações, reparos e instalações internas ou provisórias consideradas convenientes e indispensáveis ao desempenho das atividades públicas, as quais deverão ser comunicadas ao LOCADOR.
X. Entregar ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos, encargos locatícios e condominiais que não sejam de seu encargo de pagamento, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO.
XI. Pagar as despesas individualizadas e mensuráveis de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto do imóvel em si, por serem despesas diretamente vinculadas à utilização do bem pelo LOCATÁRIO.
XII. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros em caso de venda, desde que a visitação não interfira na continuidade do serviço público nem coloque em risco a segurança e a integridade dos servidores ou do patrimônio municipal.
XIII. Arcar com o pagamento de quaisquer multas, penalidades ou intimações que venham a ser aplicadas pelos poderes públicos em virtude de desrespeito comprovado às leis federais, estaduais ou municipais, no que se refere à utilização do imóvel/espaço físico locado.
XIV. Cumprir integralmente as normas da Convenção de Condomínio e os Regulamentos Internos aplicáveis ao imóvel, respeitando o direito de vizinhança na execução de suas atividades.
XV. Promover o registro do presente contrato de locação no Cartório de Registro de Imóveis competente, se assim for necessário para garantir a vigência do contrato perante terceiros e o exercício do direito de preferência.
XVI. O LOCATÁRIO não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR ou por terceiros que não tenha sido expressamente acordada neste Termo de Contrato ou que não resulte de obrigação legal imposta ao ente público.

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:D96DA627

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
SDX7C77	277490CND0000098	28/11/2025	50450

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:CE10BC87

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AHZ5A91	277490A000165624	29/12/2025	55417
ALY6655	277490A000165610	23/12/2025	76251
AMB3J57	277490A000165265	13/01/2026	70483
AMG6397	277490A000164442	30/12/2025	54870
ANP0551	277490A000165616	25/12/2025	76251
ANP7141	277490A000164436	26/12/2025	55414
AOS5I21	277490A000165614	23/12/2025	76252
AOZ6C05	277490A000165617	23/12/2025	76251
ARG7010	277490A000164107	07/01/2026	76332
ASI3I52	277490A000166155	15/01/2026	76331
AVW8H16	277490A000165625	29/12/2025	55500
AWB5H91	277490A000164112	09/01/2026	55411
AWC2213	277490A000165626	29/12/2025	55500
AWD7I46	277490A000164443	30/12/2025	54870
AXA0E06	277490A000166157	15/01/2026	76331
AXM9878	277490A000165618	23/12/2025	76251
AYC1A40	277490A000165622	29/12/2025	76252
AYQ6A77	277490A000165627	29/12/2025	70301
AYY7A30	277490A000164446	30/12/2025	55500
AZM3725	277490A000164114	09/01/2026	60681
BBD7E69	277490A000166156	15/01/2026	76331
BBY8E03	277490A000164437	26/12/2025	55411
BCW6A61	277490A000164439	30/12/2025	76331
BDB4A03	277490A000165621	29/12/2025	55414
BED1H46	277490A000164101	30/12/2025	54870
BED5F37	277490A000165611	23/12/2025	54522
BEX1F75	277490A000166154	14/01/2026	51930
CMW5I79	277490A000164441	30/12/2025	55411
CRY5382	277490A000164105	05/01/2026	76331
CWB8616	277490A000164104	05/01/2026	55411
DRO1G24	277490A000164116	24/12/2025	54521
ECT5969	277490A000164111	09/01/2026	54870
HSL6592	277490A000165609	23/12/2025	76251
NCF1765	277490A000165608	23/12/2025	76252
NDM0J44	277490A000164440	30/12/2025	76331
PXU6J81	277490A000165628	29/12/2025	54870
QHG1A80	277490A000164103	03/01/2026	55417
QQK6E64	277490A000164102	30/12/2025	55414
QUD0D71	277490A000165605	23/12/2025	54870
RHO2E43	277490A000165629	29/12/2025	55414
RHS5H25	277490A000165619	25/12/2025	60501
SEK2G30	277490A000166158	15/01/2026	55411
SEO8C80	277490A000166159	15/01/2026	55414
SWS2D39	277490A000164110	09/01/2026	76331
TAM5J14	277490A000164445	30/12/2025	54521
TAV4A90	277490A000164450	30/12/2025	54870
TBI6B56	277490A000165623	29/12/2025	54870
TBK5E81	277490A000165267	15/01/2026	70481
UAS1G50	277490A000164108	09/01/2026	76331
UBB0J69	277490A000165612	23/12/2025	76251

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:F33B257A

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
BBT5B95	277490NIC0041248	25/10/2025	50020	R$ 586,94
JHG9E33	116100T003160411	06/11/2025	76251	R$ 293,47

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:1E56C010

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO – SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 09/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ABJ2C48	277490F000190027	01/11/2025	60503	R$ 293,47

Publicado por:
Nicolas Fernandes Cardoso
Código Identificador:D509E87E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 93/2025 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO)

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 93/2025
(PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2025

1º (Primeiro) Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada Global nº **93/2025** que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** e a empresa **FERENG ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ. sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretário Municipal de Administração, **LUCAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no CPF sob nº 011.609.069-39.
CONTRATADA: FERENG ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.368.857/0001-34, estabelecida à Rua Francisco Aleixo Batista Filho, 3107, na cidade de Umuarama–PR, CEP 87.510-671, e-mail ferengengenharia@hotmail.com, neste ato representada por **Luiz Fernando Rodrigues Coco**, inscrito no CPF 089.061.329-05.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ORIGINAL
1.1. O objeto do presente contrato é a "Obra de Adaptações e adequações de sanitários do Paço Municipal Prefeito Antônio José Messias, Localizado na rua Getúlio Vargas, n 900, Lotes 05, 06, 07 e 08 da Quadra 77, Centro, Paranavaí-PR, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste contrato.".

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
2.1. Através do presente termo aditivo, **as partes resolvem prorrogar o prazo de execução e vigência contratual** dos serviços objeto do referido contrato **por mais 71 (setenta e um) dias**, passando o **vencimento do prazo de execução da obra para 01 de abril de 2026**, nos termos da Cláusula Quinta do Contrato nº 93/2025, tendo em vista a solicitação apresentada por meio do Memorando n° 024 e 050/2026/SEDUR, autorização para prorrogação contratual, parecer técnico favorável, anuência do Gestor do contrato e, considerando ainda, o atendimento às disposições dos Pareceres Jurídicos Referenciais nº 003/2023/PGM, conforme lista de verificação juntada aos autos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
3.1. Este aditivo entra em vigor na data de sua publicação.
3.2. Os documentos que integram a formalização do presente termo aditivo encontram-se encartados no Processo Digital IPM nº 2628/2026.
3.3. Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL Nº 93/2025).

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 29 DE JANEIRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Fereng Engenharia e ConsultoriaLTDA
Representada Por
LUIZ FERNANDO RODRIGUES COCO
Contratada

IVO DIEGO PEREIRA SANTANA
Fiscal

AUGUSTO JONAS FERNANDES BARBOSA
Gestor

Publicado por:
Guilherme do Prado Eickhoff
Código Identificador:D62F40C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INEXIGIBILIDADE Nº 07/2026

CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS POR CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE REPAROS E MANUTENÇÕES EMERGENCIAIS E ROTINEIRAS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretora Especial de Compras, Sr.ª Thaís Soares da Silva , no uso das atribuições delegadas por meio do Decreto Municipal nº 24.731/2023, TORNA PÚBLICO aos interessados o chamamento público paraCREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA EXECUÇÃO DE REPAROS E MANUTENÇÕES EMERGENCIAIS E ROTINEIRAS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI),da seguinte forma:

OBJETO:CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS POR CREDENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE REPAROS E MANUTENÇÕES EMERGENCIAIS E ROTINEIRAS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI).

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: As empresas interessadas em se credenciar junto ao municipio de Paranavaí, deverão protocolar a documentação por meio de processo digital , através do seguinte passo: site da Prefeitura do Município de Paranavaí (https://paranavai.atende.net/), após, deverá clicar na opção autoatendimento (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital) e por fim, na segunda opção emissão de protocolo, ao lado esquerdo da pagina (https://paranavai.atende.net/autoatendimento/servicos/emissao-de-processo-digital/detalhar/1).

Para participação no credenciamento, os interessados deverão apresentar os documentos de habilitação relacionados no item8deste edital e demais condições , sob pena de desqualificação.

A Comissão permanente de Contratação Direta por Credenciamento analisará a documentação protocolada por meio de processo digital a partir do dia **06/02/2026.**

EDITAL: A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica o Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Paranavaí, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, Paranavaí – PR., pelo telefone: (44) 3421-2323 ou pelo site www.paranavai.atende.net.Esclarecimentos/impugnações deverão ser enviados através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, EM 03DE FEVEREIRODE 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:C09CD859

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo Menor preço por LOTE, representado pela MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, admitindo-se taxa negativa zero ou negativa da seguinte forma:

OBJETO: É objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa especializada para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, etanol, diesel S10, diesel comum e Arla 32)** para atender os veículos e equipamentos que compõem a frota do Município de Paranavaí, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado com utilização de por meio de cartões individuais (magnéticos, com chip, NFC, RFIC ou tecnologia similar) e disponibilização de rede credenciada de postos de combustíveis dentro e fora do município de Paranavaí – Paraná, conforme descritos e especificados no Anexo I do instrumento convocatório.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 20 de fevereiro de 2026 às 08h30min.

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG: 987749 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ/PR

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 33.200.300,00 (trinta e três milhões duzentos mil e trezentos reais).

EDITAL NA ÍNTEGRA: A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais ou através do site https://www.gov.br/compras/pt-br. Esclarecimentos serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br.

Paranavaí - Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

THAIS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Graziele Della Pria da Silva Maciel
Código Identificador:D2027DC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL 001/2026 - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 27.051/2025, de 01/01/2025 e considerando o dever Constitucional do Município de ofertar Escolaridade Básica à população e a necessidade de suprir vagas dos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Municipal com professores regentes, em caráter excepcional e temporário na forma do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, e considerando a necessidade de contratar professor substituto para ministrar aulas, da Educação Infantil ao 5º ano das Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Resolve:

Tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização deste **Processo Seletivo Interno**, visando compor Banco de Reserva para futuras contratações para o cargo de **Professor Substituto da Rede Pública Municipal de Educação**.
O Processo Seletivo que trata este Edital é destinado a selecionar profissionais aptos a serem convocados para atuar nos Estabelecimentos da Rede Pública Municipal de Educação, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, suprindo as vagas existentes por afastamentos temporários em todas as Unidades Escolares, com jornada suplementar de acordo com a Lei Municipal nº 2.796/2006, Art. 23.

1 - O Processo Seletivo consiste em:
- Comprovação de tempo de serviço nas Escolas da Rede Pública Municipal de Paranavaí;
- Comprovação mediante documentos de habilitação em Nível Médio na modalidade Formação de Docente (Magistério), em Normal Superior e/ou Curso Superior compatível, com habilitação específica para Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Ensino Superior em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia em áreas;
- Pós-graduação *Latu Se*nsu (especialização) ou *Stricto Sensu* em áreas específicas da Educação.

2 - Do Regime Jurídico
- A contratação ocorre em Regime Geral de Trabalho;
- O contrato tem prazo máximo de 1(um) ano (obedecendo o Calendário Letivo da rede pública municipal de educação de Paranavaí);
- A remuneração mínima obedece ao equivalente ao valor inicial da Tabela de Vencimentos dos Professores da Rede Pública Municipal de Educação, de acordo com a Lei nº 2.796/2006, sendo este compatível com a Classe do professor substituto.

3 - Das Inscrições
- As inscrições serão realizadas (*in loco* **nas Instituições de Lotação do Professor**) e posteriormente entregue na Secretaria Municipal de Educação, Rua Marechal Candido Rondon, nº 1.596, no período de 04/02/2026 a 05/02/2026, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 16h do dia 05 de fevereiro de 2026;
- Os candidatos deverão tomar conhecimento do presente Edital, preencher formulário de inscrição (disponível na Instituição de lotação) e apresentar cópia (simples) dos documentos abaixo relacionados:

• RG

• CPF

• Comprovante de endereço

• Documentos comprobatórios de tempo de serviço (Termo de Posse)

• Documentos comprobatórios de habilitação (Diploma)

4 - Das Atribuições do Cargo de Professor Substituto
Contribuir para o desenvolvimento da proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino em que atuar; elaborar plano de trabalho docente de acordo com o regimento de o estabelecimento onde atuar e trabalhar pelo seu cumprimento em consonância com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, com os princípios norteadores das políticas educacionais da Secretaria Municipal de Educação e com a legislação vigente para a Educação Nacional; realizar a transposição didática dos conhecimentos selecionados, respeitando as especificidades dos alunos; conduzir sua ação escolar, contemplando as dimensões teóricas e práticas dos saberes e atividades escolares; realizar a avaliação da aprendizagem de modo a acompanhar o processo de apreensão do conhecimento dos alunos; intervir para que os alunos possam superar eventuais defasagens e/ou dificuldades; assumir compromisso com a formação continuada, participando dos programas de capacitação ofertados pela mantenedora e/ou por outras instituições, mantendo atitude permanente de estudo, pesquisa e produção; desenvolver procedimentos metodológicos variados que facilitem e qualifiquem o trabalho pedagógico; organizar a rotina de sala de aula, observando e registrando dados que possibilitem intervenções adequadas, sobretudo nos momentos de dificuldade no processo ensino-aprendizagem e situações conflituosas; preencher Livro de Registro de Classe de acordo com as orientações da mantenedora; utilizar o espaço e tempo em sala de aula e demais ambientes escolares; procurar identificar e respeitar as diferenças entre os alunos; conhecer e utilizar técnicas e recursos tecnológicos, como instrumentos de apoio pedagógico; exprimir-se com clareza na correção de atividades propostas aos alunos; conduzir os procedimentos em sala de aula de maneira emocionalmente equilibrada e ter capacidade para mediar situações de conflito; desenvolver aulas que proporcionem a interação aluno-professor e aluno-aluno, favorecendo a atitude dialógica; adotar uma postura reflexiva, crítica, questionadora, orientando os alunos a formular e expressar juízos sobre temas, conceitos, posições e situações; expressar-se por meio de várias linguagens, visando o enriquecimento e a inteligibilidade de suas aulas, bem como dos materiais produzidos para apoio pedagógico; expressar-se verbalmente de maneira objetiva e compreensível, dicção clara; desenvolver as aulas de forma dinâmica, versátil e coerente com a disciplina e especificidades dos educandos; obedecer aos preceitos vigentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Legislação Estadual e demonstrar, em situações práticas, as atividades propostas aos educandos, utilizando-se como referência de estímulos visuais, educativos e motores; trabalhar, demonstrativa e conceitualmente, com materiais específicos de sua disciplina; participar e/ou colaborar com atividades lúdicas, culturais e desportivas dinamizadas dentro do contexto escolar.

5 - Dos Requisitos para Inscrição
- Ser Professor efetivo da Rede Pública Municipal de Educação, por se tratar de processo seletivo interno;
- Ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade Portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiro e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1.2, do artigo 12, da Constituição Federal;
- Ter cumprido as obrigações e encargos militares previstos em lei;
- Estar em dia com as obrigações eleitorais;
- Possuir Escolaridade compatível com o cargo.

6 - Análise dos Títulos
A análise dos Títulos obedecerá aos seguintes critérios de classificação:
- Tempo de serviço no Município de Paranavaí;
- Habilitação nos termos descritos anteriormente neste edital.

7- Classificação, Desempate e Divulgação
A classificação dos candidatos será publicada em Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em caso de igual pontuação o desempate será feito obedecendo a maior idade.

8 - Da Convocação
A Secretaria Municipal de Educação convocará os aprovados conforme necessidade, obedecendo à ordem de classificação;
Para contratação, deve ser respeitada a acumulação Legal de Cargos e a Compatibilidade de Horários das aulas com outra atividade que o candidato possa exercer.

9 - Das Disposições Finais
- O candidato classificado que não tiver interesse na vaga ofertada deve assinar Termo de Desistência, e seu nome é eliminado da Lista de Classificação;
- Não se efetiva a Contratação se esta implicar em Acúmulo Ilegal de Cargos, nos termos da Constituição Federal e Estadual;
- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Paranavaí, 30 de janeiro de 2026.

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:48B25010

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº 035/2026

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila dos candidatos nomeados para o cargo de Médico Plantonista – 72 horas.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n°. 002/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

CLASS.	NOME	CARGO	CPF
17º	MATEUS CORDEIRO MERLIM DA SILVA	MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS	XXX.887.349-XX
18º	LENILSON DA SILVA AGUIAR	MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS	XXX.233.922-XX

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:9EC0E633

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº 036/2026

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila da candidata nomeada para o cargo de Motorista Geral.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais

especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n°. 001/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DA CANDIDATA PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

CLASS.	NOME	CARGO	CPF
08º	GEOVANIA RIBEIRO DE CASTRO	MOTORISTA	XXX.283.159-XX

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:73C310E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO 093/2025, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. GISELE DE OLIVEIRA DE SOUZA GOMES.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.065/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADA: GISELE DE OLIVEIRA DE SOUZA GOMES
CPF/MF: XXX.259.509-XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.145,82 (DOIS MIL, CENTO E QUARENTA E CINCO REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 10 DE FEVEREIRO DE 2025 A 30 DE JANEIRO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:CEC2E73C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 172/2026

Fica sem efeito a nomeação e desclassifica o candidato aprovado em Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil com Especialização em Pavimentação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do candidato **MATHEUS FERNANDO SQUISATTI, CPF XXX.072.959-XX,** nomeado nos termos da Portaria nº 014/2026, no cargo de **ENGENHEIRO CIVIL COM ESPECIALIZAÇÃO EM PAVIMENTAÇÃO**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 012/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 08 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AO 30 DIA DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:B73FB142

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 173/2026

Fica sem efeito a nomeação dos candidatos aprovados em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados**,** nomeados pela Portaria Municipal nº 007/2026, no cargo de provimento efetivo de **MÉDICO PLANTONISTA – 72 HORAS**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
17º	MATEUS CORDEIRO MERLIM DA SILVA	XXX.887.349-XX	A.C.
18º	LENILSON DA SILVA AGUIAR	XXX.233.922-XX	A.C.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:BD650D7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 174/2025

Fica sem efeito a nomeação da candidata aprovada em concurso público e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação da candidata **GEOVANIA RIBEIRO DE CASTRO, C.P.F. n° XXX.283.159-XX,** nomeada pela Portaria Municipal nº 017/2026, no cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA GERAL**, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:A54E80AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PORTARIA Nº 204/2026

PORTARIA nº 204/2026

Determina a abertura de Processo Administrativo Sancionar em face da empresa Tailored Engenharia Ltda.

A Comissão Permanente para Processos Administrativos, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012 e Decreto Municipal nº 26.352/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador nº 01/2026 em face da empresa Tailored Engenharia Ltda., para apuração do suposto cometimento de infrações às cláusulas do Edital de licitação Concorrência Eletrônica nº 17/2023 e Contrato nº 130/2023, referente a reforma e ampliação da Escola Jayme Canet, na forma do previsto na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 26.352/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

EVERTON FERREIRA LEITE
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

VIVIANE CRISTINA RODRIGUES
Membro

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:0847F13A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PORTARIA Nº 206/2026

PORTARIA nº 206/2026

Determina a abertura de Processo Administrativo Sancionador em face da empresa Almeida Comércio e Serviços Ltda.

A Comissão Permanente para Processos Administrativos, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012 e Decreto Municipal nº 26.352/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador nº 03/2026 em face da empresa Almeida Comércio e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 53.712.447/0001-50, para apuração do suposto cometimento de infrações às cláusulas do Edital de licitação Pregão Eletrônico nº 36/2024 e Contrato nº 148/2024, referente ao fornecimento de uma Pá Carregadeira Michigan destinada à Secretaria Municipal de Agricultura, na forma do previsto na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 26.352/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

VIVIANE CRISTINA RODRIGUES
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

EVERTON FERREIRA LEITE
Membro

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:31DDECAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PORTARIA Nº 208/2026

PORTARIA nº 208/2026

Determina a abertura de Processo Administrativo Sancionador em face da empresa Tailored Engenharia Ltda.

A Comissão Permanente para Processos Administrativos, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 3.891/2012 e Decreto Municipal nº 26.352/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador nº 02/2026 em face da empresa Tailored Engenharia Ltda., para apuração do suposto cometimento de infrações às cláusulas do Edital de licitação Concorrência nº 11/2023 e Contrato nº 073/2023, referente a reforma da Escola Municipal Professor Pedro Real, na forma do previsto na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 26.352/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 30 dias do mês de janeiro de 2026.

VIVIANE CRISTINA RODRIGUES
Membro

TATIANE BARBOSA DA SILVA PEPLER
Membro

EVERTON FERREIRA LEITE
Membro

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:E23FFBC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 142, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no art.31, XXX, da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno),

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Matheus Moraes Costa, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, matrícula nº 1180-0/1, como Fiscal de Contratos para acompanhar e fiscalizar a execução da totalidade dos contratos administrativos da Câmara Municipal de Paro Branco, salvo quando disposição diversa estiver disciplinada no próprio contrato.

Parágrafo Único: O servidor deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, recomendando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Art. 2º Conceder gratificação especial nos termos do inciso IV do art. 25-B, da Lei nº 4.057, de 28 de junho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Presidência, *datado e assinado digitalmente.*

(Assinado Digitalmente)
JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:E34B99DC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 04/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL N° 184/2023. EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 05/2023. PROCESSO N° 142/2023.

PARTES: Município de Pato Branco e Adelma Diesel Construções Ltda.OBJETO: a construção do novo CMEI do Bairro Fraron, com área total de 1.514,30m². Localizado na Rua Vitélio Parzianello, S/N, Bairro Fraron, neste Município, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência, na dicção do art. 57, § 1º, II c/c art. 8º, da Lei n.º 8.666/93, bem como na cláusula sexta, inciso V, as partes pactuam prorrogação do prazo contratual por mais 45 (quarenta e cinco) dias, passando a viger até o dia 12/06/2026. Do Prazo de Execução, na dicção do art. 57, § 1º, II, c/c art. 8º, da Lei n.º 8.666/93, bem como na cláusula sexta, inciso V, as partes pactuam prorrogação do prazo de execução por mais 45 (quarenta e cinco) dias, passando a viger 19/03/2026.Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições.Pato Branco, 30 de Janeiro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

ADELMA DIESEL –
Representante Legal.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:9601B4C9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO TERMO DE RESCISÃO. TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 39/2024. EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2024.

PARTES: Município de Pato Branco e Daniela Fornari Dal Bosco.OBJETO: A regulamentação das relações entre o PERMITENTE, por meio da ITECPB, e o PERMISSIONÁRIO, na modalidade de RESIDENTE, para o desenvolvimento de empreendimentos, estabelecendo as condições da permissão de uso do espaço físico anexo à ITECPB, consubstanciado em uma sala individual com área de 25 m², composta com mobiliário especificado em documento anexo a este Termo, além de sala de negócios/reuniões, das áreas comuns e também das facilidades e apoios oferecidos às incubadas, bem como de suas obrigações e direitos.RESCISÃO: Conforme justificativa apresentada no processo administrativo n° 17.773/2025, assim como nos termos da Cláusula Sétima, item 7.4 do instrumento contratual, o Termo de Permissão de Uso n° 39/2024, oriundo da Chamada Pública n° 01/2024, fica rescindido a pedido da permissionária, a partir desta data.Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.Pato Branco, 29 de Janeiro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

DANIELA FORNARI DAL BOSCO –
Permissionária.

Publicado por:
Layla Evelyn Martins da Silva
Código Identificador:B3BD3F33

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 87, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 2.311, de 30 de janeiro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública efetiva **LUCENE BARBOSA GEREMIA,** Matrícula nº 6658-3, do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h – F6, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:623787EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 88, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 2.436, de 02 de fevereiro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **ROSANGELA SILVA HAVRELUK,** Matrícula nº 8799-8, do cargo de Professora Educação Infantil 40h, função Professora Educação Infantil 40h - Sup, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:E48DE173

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 89, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 2.379, de 31 de janeiro de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público **GUSTAVO EDUARDO FLORENCIO,** Matrícula nº 10636-4, do cargo de Assistente em Saúde, função Técnico de Enfermagem 40h - T, lotado junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:3709871E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 90, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 2.437, de 02 de fevereiro de 2026, apresentado pelo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público efetivo **MARCELO MORAIS,** Matrícula nº 7880-8, do cargo de Agente de Apoio, função Motorista II, lotado junto à Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:7B628DA1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 91, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 2.441, de 02 de fevereiro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **MIRIA RAQUEL BOSSOLA,** Matrícula nº 8724-6, do cargo de Professora, função Professora 20h, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:0419518A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 93, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 2.528, de 02 de fevereiro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública **ANDRESSA MACHULA TORIANI,** Matrícula nº 8450-6, do cargo de Professora Educação Infantil 40h, função Professora Educação Infantil 40h - Sup, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:ED817ABE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 94, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 2.804, de 02 de fevereiro de 2026 do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **DANIELA VENTURIN DA SILVA** para o cargo de provimento em comissão de Assessora Executiva, Símbolo CC7, junto ao Governo Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:C3226070

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 09/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data	Código	Documento

		Infração	da Infração	de Habilitação
AJG1D74	277510T000139004	07/10/2025	57030	
AOL8308	277510T000133156	29/09/2025	73400	
BAV6J17	277510T000163001	03/10/2025	72340	
FXZ5F33	277510T000165003	07/10/2025	73662	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:84C7F62F

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPATRAN - PATO BRANCO até 09/02/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
AJG1D74	277510T000139004	07/10/2025	57030	
AOL8308	277510T000133156	29/09/2025	73400	
BAV6J17	277510T000163001	03/10/2025	72340	
FXZ5F33	277510T000165003	07/10/2025	73662	

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:8D8D34E2

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
NOTIFICACAO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

Conforme determina o Artigo 2º da Lei 9.452/97, NOTIFICAMOS aos partidos políticos, aos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, que o município de Pato Branco recebeu no dia 26/01/2026 a 30/01/2026 os Recursos Federais, abaixo descritos:

FUNDEB	**27/01/2026**	**144.150,29**
FEP – FUNDO ESPECIAL PETRÓLEO	**27/01/2026**	**61.249,41**
FUNDEB	**28/01/2026**	**590.847,19**
FAEC - NEFROLOGIA	**28/01/2026**	**337.097,63**
APOIO À MANUTENÇÃO DOS POLOS DE ACADEMIA DA SAÚDE	**29/01/2026**	**3.000,00**
FAEC - ALTA COMPLEXIDADE EM CARDIOLOGIA	**29/01/2026**	**295.246,76**
SAMU 192	**29/01/2026**	**231.374,65**
TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	**29/01/2026**	**6.646,10**
FAEC - TERAPIAS ESPECIALIZADAS EM ANGIOLOGIA	**29/01/2026**	**16.634,74**
TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	**29/01/2026**	**126.275,90**
FAEC - DIAGNÓSTICO/TRATAMENTO EM ONCOLOGIA	**29/01/2026**	**13.638,62**
FAEC - HEMODINÂMICA EM ATENDIMENTO DE URGÊNCIA	**29/01/2026**	**85.015,35**
INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE - DESPESAS DIVERSAS	**29/01/2026**	**28.449,60**
FAEC - DIAGNÓSTICO DE TROMBOFILIA EM GESTANTE	**29/01/2026**	**2.015,00**
FAEC - TRANSPLANTES DE ORGÃOS, TECIDOS E CELULAS	**29/01/2026**	**260.075,26**
FAEC - CIRURGIA BARIATRICA	**29/01/2026**	**87.530,72**
FAEC - CIRURGIA CARDÍACA PEDIÁTRICA	**29/01/2026**	**29.204,84**
FAEC - CADEIRAS DE RODAS	**29/01/2026**	**14.764,30**
FUNDEB	**30/01/2026**	**922.225,98**
FPM – FUNDO PARTICIPAÇÃO MUNICÍPIOS	**30/01/2026**	**4.047.910,59**
ITR – IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	**30/01/2026**	**3.820,59**
IPM – IPI EXPORTAÇÃO	**30/01/2026**	**13.404,86**
ICMS DESONERAÇÃO EXPORTAÇOES ADO LC 176/2020	**30/01/2026**	**34.888,55**
CONVENIO FUNDO DE CULTURA PNAB 2025	**30/01/2026**	**677.788,42**
CONVENIO 957826/24 AQUISICAO DE MAQ E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	**30/01/2026**	**453.303,83**

Pato Branco 02 de fevereiro de 2026.

Atenciosamente,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Publicado por:
Indiane Ferreira de Souza
Código Identificador:63A73519

PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL
EDITAL DE CITAÇÃO - 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE PATO BRANCO 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE PATO BRANCO – PROJUDI. Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 – 3448 - E-mail: PB-1vj-e@tjpr.jus.br.

EDITAL DE CITAÇÃO: DESTINATÁRIO(A)(S): **ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE SÃO JOSÉ DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO. PRAZO DE 60 DIAS.**

A Juíza de Direito Daniela Maria Krüger, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de **Execução Fiscal sob nº 0004617-11.2022.8.16.0131**, a qual tem por objeto **[Taxa de Emolumentos],** inscrito(s) em dívida ativa sob nº(s): **[642/2022]** na data de [**18/04/2022**], no importe de **R$ 1.997,6** na data da propositura da ação, em que é exequente Município de Pato Branco/PR, e executado(a)(s) **ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE SÃO JOSÉ DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO,** e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) executada(s) **) ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE SÃO JOSÉ DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO**, portador(a) do CNPJ 03.553.572/0001-9, motivo pelo qual procede-se por meio deste à sua **CITAÇÃO** para no prazo de **5 (cinco) dias úteis efetuar o pagamento do débito**, com acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios, no total de **R$ 3.166,02 (três mil cento e sessenta e seis reais e dois centavos).** No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da **Lei n° 6.830/1980**. Havendo revelia (art. 344, CPC), será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Kelin Cristine Svidzinski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Pato Branco, 09 de Dezembro de 2025.

Kelin Cristine Svidzinski

Auxiliar Juramentada-Portaria 33/2022

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

Publicado por:
Eduarda Campos
Código Identificador:6AE7A9A4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.369/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 3.369/2026 – de 02 de fevereiro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação para condução de processo específico de contratação de banca organizadora de concurso público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 2.487/2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de instituição especializada para organização, elaboração e execução de concurso público municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JOELMA APARECIDA DE OLIVEIRA FREITAS para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, responsável pela condução do processo específico de contratação da banca organizadora do concurso público municipal, compreendendo todas as fases do procedimento licitatório ou da contratação direta, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 2º Compete à Agente de Contratação, no âmbito do processo referido no art. 1º:

I – conduzir a fase preparatória, acompanhar e impulsionar o trâmite do procedimento;

II – praticar os atos necessários à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

III – solicitar e analisar pareceres técnicos e jurídicos que subsidiem suas decisões;

IV – promover a regularidade, a legalidade e a transparência dos atos do processo;

V – exercer as demais atribuições previstas no Decreto Municipal nº 2.487/2023 e na Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º A Agente de Contratação poderá requisitar o auxílio de servidores públicos efetivos ou de comissão de apoio, que detenham conhecimento técnico relacionado ao objeto da contratação.

Art. 3º Este Decreto possui vigência restrita ao processo de contratação da banca organizadora do concurso público municipal, encerrando-se após a homologação do respectivo procedimento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:65C2D9D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGULAMENTO DO MAIOR COMEDOR DE MELANCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGULAMENTO DO MAIOR COMEDOR DE MELANCIA
33ª Festa Regional da Melancia de Paula Freitas – Paraná - 2026

REGULAMENTO DO MAIOR COMEDOR DE MELANCIA

Concurso do Maior Comedor de Melancia, na 33ª Festa Regional da Melancia de Paula Freitas – Paraná,
Dia: 06, 07 e 08 de fevereiro de 2026.
Local: Na Tenda Principal do Parque Guairacá.

Itens a serem considerados:

a) Realizar a Inscrição na tenda da Secretaria de Agricultura, situada no Parque Guairacá (próximo a Tenda Principal), no Domingo, apresentando um documento Oficial de Identificação.
b) Apresentar-se no local do concurso.
c) Utilizar a capa plástica, fornecida pela comissão, bem como, realizar o concurso descalço.
d) Fazer a pesagem com a comissão do concurso.
e) Comer Melancia pelo tempo determinado pela comissão, sendo previsto o tempo de 3 minutos.
f) Fazer a pesagem novamente com a comissão e a mesma irá calcular o ganho de peso de cada participante.
g) O comedor que obtiver o maior ganho de peso entre as duas pesagens será o vencedor, e assim sucessivamente até o terceiro lugar.
h) Se houver empate entre os participantes, será dividida a premiação do dinheiro em partes iguais e o troféu será entregue para o participante com maior a idade.
i) Será proibida a participação, por questões de saúde e bem-estar, de participantes menores de 16 anos.
j) Todos os participantes do concurso deverão assinar no ato da inscrição o Termo de Responsabilidade, e, os participantes entre as idades de 16 a 18 anos, um responsável de maior deverá assinar o referido Termo de Responsabilidade.
k) Premiação:
I) 1º lugar um troféu e R$ 500,00 (quinhentos reais) em depósito.
II) 2º lugar um troféu e R$ 400,00 (quatrocentos reais) em depósito.
III) 3º lugar um troféu e R$ 300,00 (trezentos reais) em depósito.

Paula Freitas, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

GILDO ZABOROWSKI
Secretário Municipal de Agricultura

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente termo de responsabilidade eu, _____, inscrito no CPF/MF nº _____, assumo total responsabilidade pelo consumo em demasia (auto ingestão do alimento (melancia), me comprometendo a zelar pela saúde e patrimônio, responsabilizando-se pelos danos que eventualmente causar.

Paula Freitas, _____.

Participante_____.

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:87C55CE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGULAMENTO DO MAIOR MELANCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REGULAMENTO DO MAIOR COMEDOR DE MELANCIA
33ª Festa Regional da Melancia de Paula Freitas – Paraná - 2026

REGULAMENTO DO MAIOR MELANCIA

Concurso do Maior Comedor de Melancia, na 33ª Festa Regional da Melancia de Paula Freitas – Paraná,
Dia: 06, 07 e 08 de fevereiro de 2026.
Local: Na Tenda Principal do Parque Guairacá.

Itens a serem considerados:

O concurso de maior melancia de melancia será dividido em duas categorias: 1) Municipal e 2) Estadual.
O Concurso Municipal terá somente a participação de Produtores de Melancia do Município de Paula Freitas/PR que estiverem vendendo a fruta no Parque Guairacá.
O Concurso Estadual terá a inscrição de produtores de outros Municípios e também dos produtores locais de que trata o item B, com a aplicação das mesmas regras.
O Produtor deverá realizar a Inscrição na Tenda da Secretaria de Agricultura, situada no Parque Guairacá (próximo a Tenda Principal), no Domingo.

Cada Produtor somente poderá participar com uma Melancia da própria produção.
Será vencedor o Produtor que apresentar a Melancia com o maior peso e assim sucessivamente até o 3º lugar.
Premiação:

I) 1º lugar um troféu e R$ 500,00 (quinhentos reais) Via depósito.

II) 2º lugar um troféu e R$ 400,00 (quatrocentos reais) Via depósito.

III) 3º lugar um troféu e R$ 300,00 (trezentos reais) Via depósito.

Paula Freitas, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

GILDO ZABOROWSKI
Secretário Municipal de Agricultura

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:E23E4F0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 034/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1. º - Fica nomeada **ADRIANE SABAI,** portadora da carteira de identidade RG nº ****048-5-PR, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2024, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:F22AE96B

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 035/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **JOANA FABIANA LOYKO STECKO,** portadora do registro geral-CPF nº ***.***.009-09, aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2024, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:E626F08C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 036/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidor efetivo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **JULIANA DO CARMO BATISTA GARGIEL,** portadora da carteira de identidade RG nº *****827-5-PR aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2020, para o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:AE1E4230

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 037/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada LAURIZETE DE PAULA CORDEIRO, portadora da carteira de identidade RG nº ****9098-PR aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2024, para o cargo temporário de Professor Educação Infantil, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:F960BBA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 038/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada MARIA DIVA DE OLIVEIRA, portadora da carteira de identidade RG nº ****086-5-PR aprovada no Concurso Público, Edital nº 001/2020, para o cargo efetivo de Cozinheira, no horário de trabalho estabelecido de 40h semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:61AA95FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 039/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada MARILENE FENKER FRANCO, portadora da carteira de identidade RG nº ****416-2-PR aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2024, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental, no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:AA099592

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 040/2026 – DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre nomeação de servidor temporário.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica nomeada **RAFAELA CARNEIRO,** portadora da carteira de identidade RG nº *****0735-PR aprovada no Processo Seletivo Simplificado- PSS, Edital nº 01/2024, para o cargo temporário de Professor Ensino Fundamental no horário de trabalho estabelecido de 20h semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:B62A5B7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 041/2026- DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Prorroga contrato celebrado em decorrência do Processo Seletivo Simplificado - PSS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1. º - Fica prorrogado, o seguinte contrato oriundo do PSS:

Contrato nº 002/2025 – Jakeline Engelmann Voss – Professor Ensino Fundamental- data encerramento contratual 03 de fevereiro de 2027;

Art. 2. º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 02 de fevereiro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:C577CD7F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 027/2026

PORTARIA Nº 027/2026

O Prefeito do Município de Paulo Frontin, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Artigo 85, inciso II, alínea "A", da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE
Art. 1º. Exonerar a servidora JULIANE VIEIRA NIZER, inscrita no CPF sob nº. ***.***.069-38, do cargo de Professora 20 horas Temporária..
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as demais disposições contrárias.

Publique-se. Anote-se. Cumpra-se.

Paulo Frontin, Estado do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:8AF8DC68

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 28/2026/SMS

PORTARIA Nº. 28/2026/SMS

Dispõe sobre a divulgação dos nomes dos servidores públicos e estagiários do município doadores de sangue, e os bônus que receberão em razão de sua ação de doação de sangue, conforme Lei Municipal nº 1.464/2025.

Art. 1º Os servidores municipais que doaram sangue no mês de janeiro de 2026 foram os seguintes:

Daniel Welter: O servidor terá direito a 01 (um) dia de abono, que deverá ser usufruído juntamente com o descanso das férias, no primeiro dia subsequente ao seu encerramento;

Jefferson Petchevist Braz: O servidor terá direito a 01 (um) dia de abono, que deverá ser usufruído juntamente com o descanso das férias, no primeiro dia subsequente ao seu encerramento;

João Kazmierski: O servidor terá direito a 01 (um) dia de abono, que deverá ser usufruído juntamente com o descanso das férias, no primeiro dia subsequente ao seu encerramento;

Leovyn Dalliane Witter Welter: A servidora terá direito a 01 (um) dia de abono, que deverá ser usufruído juntamente com o descanso das férias, no primeiro dia subsequente ao seu encerramento;

Mayra Gabrielly Upalovski Krestski: A servidora terá direito a 01 (um) dia de abono, que deverá ser usufruído juntamente com o descanso das férias, no primeiro dia subsequente ao seu encerramento;

Michele Lourenço de Souza: A servidora terá direito a 01 (um) dia de abono, que deverá ser usufruído juntamente com o descanso das férias, no primeiro dia subsequente ao seu encerramento;

Rubens Almir Such: O servidor terá direito a 01 (um) dia de abono, que deverá ser usufruído juntamente com o descanso das férias, no primeiro dia subsequente ao seu encerramento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Paulo Frontin/PR, 02 de fevereiro de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ionara Tayna da Rocha Melnik
Código Identificador:5F7FD4E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 07/2026

Nomeia Servidora para ocupar Cargo em Provimento em Estágio Probatório.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Leis n° 300/02, 771/11 e alterações.

DECRETA

Art.1º- Fica **NOMEADA**, a Senhora **CLEONIR ROSA BENDER,** para ocupar o Cargo em Provimento de Estágio Probatório de Professor, Classe C-1, do Grupo Ocupacional 05 – Magistério, para uma jornada de trabalho com 20 horas semanais.
Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário
Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:F50D5971

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 09/2026

Exonera servidora em cargo de provimento em comissão. Nomeia servidora em cargo de provimento em comissão, e dá outras providências.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 300/02, 771/11, 889/13, 1069/17 e alterações;

RESOLVE:

Art.1º- **Exonerar** a Servidora **ALIANE CRISTINA LAVARDA** do Cargo de Provimento em Comissão de Chefe do Departamento de Recursos Humanos.
Art. 2º **Nomear** a Servidora **ALIANE CRISTINA LAVARDA** para o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe do Departamento de Ensino Fundamental, símbolo C-03 do quadro de cargos em comissão, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogado o Decreto 08/2023 e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:16C2FDAC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 10/2026

SÚMULA: Designa Servidora Pública Municipal para exercer Função Gratificada.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 1069/17, 771/11, 300/02 e 1.519/2.025, **RESOLVE**:

Art. 1º. **DESIGNAR** a servidora efetiva municipal**, TAIANA MARIA LOCATELI MACHADO** – Matrícula 1894, para exercer a função gratificada de Chefe do Departamento de Recursos Humanos – FG 5.
Art. 2º - Para o desempenho da Função mencionada no artigo anterior a referida servidora receberá gratificação de Chefe do Departamento de Recursos Humanos – FG 5, conforme Lei Municipal nº 1.519/2025
Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:2077DFE4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 11/2026

Exonera Servidora ocupante de Cargo em Provimento Efetivo.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Leis, Resolve;

DECRETA

Art.1º- Fica **EXONERADA,** *a pedido*, nesta data, a Senhora **ADRIANA RIBEIRO,** ocupante do Cargo em Provimento de Estágio Probatório de Professor, Classe C-1, do Grupo Ocupacional 05 – Magistério.
Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de hoje, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:0B2F2E78

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 12/2026

Exonera Servidora ocupante de Cargo em Provimento Efetivo.

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Leis, Resolve;

DECRETA

Art.1º- Fica **EXONERADA,** *a pedido*, nesta data, a Senhora **JULIANE APARECIDA CAVALHEIRO FICANHA,** ocupante do Cargo em Provimento de Estágio Probatório de Professor, Classe C-1, do Grupo Ocupacional 05 – Magistério.
Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de hoje, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:8B6AC365

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 15/2026

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve;
CONSIDERANDO o disposto no § 1º do Artigo 69 da Lei Municipal nº 300/2002 (alterado pela Lei Municipal nº 1.102/2018).
R E S O L V E
Art. 1º. Conceder férias de 30 (trinta) dias a partir do dia 02.02.2026 até o dia 03.03.2026 a Servidor Público Municipal abaixo relacionado:

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Vanderlei Garcia da Silva	Motorista III

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:78C9C72B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 16/2026

EDSOM LUIZ BAGETTI, Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve;
CONSIDERANDO o disposto no § 1º do Artigo 69 da Lei Municipal nº 300/2002 (alterado pela Lei Municipal nº 1.102/2018).

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder férias de 20 (trinta) dias a partir do dia 02.02.2026 até o dia 21.02.2026 a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Claudia Marilei Rodrigues Alflen	Agente de Saúde

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D´Oeste, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taiana Maria Locateli Machado
Código Identificador:BBC01D69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 008, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piên, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1.187/2013, alterada pela Lei Municipal nº 1479/2022,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 65 da Lei Municipal nº 1.187/2013, o qual dispõe que "Os candidatos eleitos como suplentes serão convocados pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA para assumir no caso de férias e vacância, licenças para tratamento de saúde, maternidade ou paternidade";
CONSIDERANDO ainda o parágrafo único do Art. 65 "Os conselheiros tutelares suplentes serão remunerados proporcionalmente ao período de efetivo exercício da função".
CONSIDERANDO o pedido de férias apresentado pelo conselheiro tutelar titular Marcos Aurelio Mielke;
CONSIDERADO o requerimento apresentado pelo décimo nono suplente (24º lugar), Celso Lage Ruiz, que solicitou desistência do processo, junto ao CMDCA;

RESOLVE:
Art. 1º. Convocar, nos termos da Lei Municipal nº 1.187/2013, **ROSENILDA APARECIDA OSSOSKI CARNEIRO,** candidata eleita como vigésima suplente (25º lugar), conforme Resolução CMDCA 022/2023, para assumir a função de conselheiro tutelar durante o período de 09/02/2026 a 28/02/2026;
Art. 2º O convocado, terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do ato de convocação para comparecer junto ao CMDCA, situado na sede da Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil de Piên situada à Rua Espírito Santo, nº 120 – Centro, a fim de tomar posse na referida função, portando dos documentos solicitados, sob pena de renúncia ao mandato e em caso de não manifestação dentro do prazo estipulado, o CMDCA procederá com a convocação do próximo suplente.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.
Piên, 02 de fevereiro de 2026.

DANIELLI DOS SANTOS
Presidente do Conselho da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Vitoria Cieslinski de Oliveira
Código Identificador:AC2ED219

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 067 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 067 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

NOMEIA ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE – DIRETOR DE ÁREA – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013, e Lei Municipal 1.562/2025 de 15 de janeiro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **ELIANE PIMENTEL JUBAINSKI STREIT** portadora da cédula de identidade civil RG/CPF nº 092.***.***-82, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área - Secretária de Administração e Finanças,** a contar de 03/02/2026, com as seguintes atribuições: Exercer as funções de assessoramento direto ao Secretário Municipal de Administração, nos assuntos da área de atuação; assessorar, planejar, organizar, coordenar, controlar e orientar as atividades de execução e apoio direto às atividades gerais da Secretaria Municipal de Administração;

coordenar os trabalhos administrativos; Desempenhar outras atribuições correlatas à área que lhe forem atribuídas pela chefia superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên, 02 de fevereiro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:9F1473C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 068 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

DECRETO Nº 068 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

NOMEIA CARLA FERNANDA JUNG KOHLER PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE - ASSESSOR DE ÁREA I – PROGRAMAS E PROJETOS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal 1.151/2013, de 30 de janeiro de 2013, e Lei Municipal 1.562/2025 de 15 de janeiro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora **CARLA FERNANDA JUNG KOHLER** portadora da cédula de identidade civil RG nº 10.***.***-5/PR, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Assessor De Área I –Área de Programas e Projetos, símbolo CC6,** a contar de 03 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên, 02 de fevereiro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publique-se e registre-se.

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:A8DE336C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 060 DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 060 DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 09 de fevereiro a 10 de março de 2026, a servidora pública **Elizete Aparecida De Oliveira Lima,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 032.***.***-40 matrícula funcional nº 306941, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 29 de janeiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:4F044977

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 061 DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 061 DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 11 de março a 13 de março de 2026, a servidora pública **Elizete Aparecida De Oliveira Lima,** portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 032.***.***-40 matrícula funcional nº 306941, ocupante do cargo público de **Agente de Serviços Gerais.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 29 de janeiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:A94E342A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 062 DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 062 DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 02 de fevereiro a 16 de fevereiro de 2026, ao servidor público **Dirceu Jose Grosskopf,** portador da cédula de identidade civil com RG nº 4.***.***.*/PR matrícula funcional nº 66701, ocupante do cargo público de **Operador de Máquina.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 29 de janeiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:4B68AF8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 063 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 063 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA EMPREGADO(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 09 de março a 28 de março de 2026, a empregada pública **Agneza Castro De Oliveira Orlandine,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 9.***.***.* matrícula funcional nº 105431, ocupante do emprego público de **Agente Comunitário de Saúde.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:97B952F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 064 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 064 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 23 de fevereiro a 24 de março de 2026, a servidora pública **Kauane De Oliveira De Souza,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 7******/SC matrícula funcional nº 4766018, ocupante do cargo público de **Monitor de Educação Infantil.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:CDEB7BF6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 065 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 065 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 16 de março a 25 de março de 2026, a servidora pública **Alexandra Aparecida Da Cruz Laurindo,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 3********/SP matrícula funcional nº 4766252, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Diretor de Área.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:C1977C78

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 066 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 066 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR (A) PUBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 02 de março a 11 de março de 2026, a servidora **Adriana De Fatima Fragoso Bueno Franco,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 11.***.***.*/PR matrícula funcional nº 4766253, ocupante do cargo de agente Político de **Secretária de Esporte, Cultura e Lazer.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:CEA2E7E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 067 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 067 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

CONCEDE DIÁRIA PARA SERVIDOR (A) PUBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **Sabrina De Fatima Reck Dos Santos Bineck**, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 078.***.***-14matrícula funcional 4766175, ocupante do cargo de agente político de **Secretária de Governo,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Mobilização em Brasília Contra-Bomba e buscar recursos para o município	23/02/26 a 26/02/26	Brasília (DF)	4(quatro)	R$ 828,00	1044/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:71135436

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 068 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 068 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

CONCEDE DIÁRIA PARA SERVIDOR (A) PUBLICO(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.118/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público **Maicon Grosskopf**, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 080.***.***-17 matrícula funcional 4765237, ocupante do cargo público de agente político de **Prefeito,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Mobilização em Brasília Contra-Bomba e buscar recursos para o município	23/02/26 a 26/02/26	Brasília (DF)	4 (quatro)	R$ 828,00	1046/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:1B1BFFBB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 069 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 069 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDOR(A) Público(A)

A senhora Silvana Teixeira Jung, Secretária de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 146/2025, considerando ainda o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Municipal 960/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 02 de março a 21 de março de 2026, a servidora pública **Doroti de Fatima Pieckocz,** portadora da cédula de identidade civil com RG nº 4.***. ***.*/PR matrícula funcional nº 4766042, ocupante do cargo de provimento em comissão de **Assessor de Area I - Contratos**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Daniele Cieslinsky
Código Identificador:13EBA6FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 30 de janeiro de 2026.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **DOROTEIA BOBEK SCHASTAI**, convocado (a) pelo Edital nº 003/2026 residente e domiciliado RUA CAPITÃO TENENTE MARIS DE BARROS Nº105 AP: 33 BLOCO: E, PORTÃO, CURITIBA/PR, portador da cédula de identidade civil com RG/CPF 621.***.***-72 venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **PROFESSOR,** conforme classificação obtida no **Concurso Público 001/2023.**

_____
DOROTEIA BOBEK SCHASTAI

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:838DCE9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **KATIA GALVAO HENZ,** convocada pelo Edital nº 001/2026, residente e domiciliada na RUA JORGE CAVALHEIRO, 830 CASA - PONTE ALTA, Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 052.***.***-44, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **PROFESSOR** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2024.

_____
KATIA GALVAO HENZ

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:5B8B4EC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **ELIZE MARIA ANTON GROSSKOPF**, convocado (a) pelo Edital nº 003/2026, residente e domiciliado na Estrada Lageado dos Martins Campo, Lageado dos Martins, Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG CPF 077.***.***-19 venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **PROFESSOR,** conforme classificação obtida no **Concurso Público 001/2023.**

_____
ELIZE MARIA ANTON GROSSKOPF

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:251BDACB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **Sandriéli do Carmo Kurovski,** convocada pelo Edital nº 001/2026, residente e domiciliada na Rua Principal, Gramados, Piên/PR, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 062.***.***-63, venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **PROFESSOR DE EDUACAÇÃO INFANTIL** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2024.

_____
SANDRIÉLI DO CARMO KUROVSKI

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:A1B4061D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **Franciela Vaz de Lima,** convocada pelo Edital nº 001/2026, residente e domiciliada na Rua Luiz Linzmeyer, nº476, Colonial, São Bento do Sul/SC, portadora da cédula de identidade civil com RG/CPF nº 064.***.***-02, venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **PROFESSOR DE EDUACAÇÃO INFANTIL** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2024.

_____
FRANCIELA VAZ DE LIMA

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:D8E7864C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DESISTÊNCIA

Piên/PR, 02 de fevereiro de 2026.

REQUERIMENTO DESISTÊNCIA

Eu, **BRUNA SERENA BARBOSA,** convocado (a) pelo Edital nº 001/2026, residente e domiciliado na Rua General Carneiro, nº33, Trigolândia, Piên/PR, portador da cédula de identidade civil com RG nº 073.***.***-09, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **PROFESSOR** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2024.

BRUNA SERENA BARBOSA

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:85D3C15E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TESTE SELETIVO Nº 01/2024 PRAZO DETERMINADO – LEI N° 965/2007 E LEI 1198/2014 EDITAL 003/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

TESTE SELETIVO Nº 01/2024
PRAZO DETERMINADO – Lei n° 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 003/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2024 - Edital nº 001/2024, homologado pelo Edital 014.1/2024 de 27 de janeiro de 2025,

RESOLVE:
Convocar os (as) candidatos (as) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **03 de fevereiro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor Temporário – Segunda chamada

Classificação	Nome do Candidato
12º	Flávia Raquel Stahelin Cchaloupeck
13º	Elize Maria Anton Grosskopff

Cargo: Professor Educação Infantil temporário Vaga Afro

Classificação	Nome do Candidato
2º	Radija Aparecida Ramos

Cargo: Professor Educação Infantil temporário

Classificação	Nome do Candidato
20º	Luana Buba

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 03 de fevereiro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:E24A7838

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA N° 22/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Marcio Silvino Beppler Matrícula: 247-1
Órgão de Lotação: Secretaria de administração Cargo ou função: Controle interno
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 03/02/2026 á 05/02/2026
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 784,21 x 3 = 2.352,63
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Participar de evento da sala do empreendedor
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Foz do Iguaçu /PR
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 0 Cta: 340
Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 02 de fevereiro de 2026.
Solicitante da viagem: Marcio Silvino Beppler
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Marcio Silvino Beppler

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:15E6C591

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº01/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº01/2026

SÚMULA: Torna pública presença em Audiência Pública Municipal e convoca munícipes.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA, Prefeito de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade ao disposto no artigo 9º e 4º da Lei Complementar Nº 101 de 04/05/2000.

TORNA PÚBLICO
Que comparecerá, em audiência pública, perante os munícipes e a comissão encarregada de emitir parecer acerca do comprimento das metas fiscais, relativas ao **3º Quadrimestre de 2025**, prevista na Lei acima mencionada.
CONVOCA
Todos os munícipes para participarem da referida audiência pública a realizar – se:

Data: 10/02/2026
Horário: 08:00

Local: Nas dependências da Câmara de Vereadores de Pinhal de São Bento, situada à Rua Presidente Vargas.
Pinhal de São Bento, 02/02/2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito de Pinhal de São Bento

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:8CDE45A7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/21 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 135/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO.
CONTRATADA: ROSELI M. DA SILVA & CIA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no **art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021** e na **Cláusula Décima Sexta** do Contrato Administrativo nº 135/2024, que prevê a possibilidade de alterações contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2024, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas (café da manhã e almoço) na cidade de Francisco Beltrão/PR, por mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia 23/01/2026 até o dia 24/03/2026, perfazendo um total de 17 (dezessete) meses, em conformidade com o Pregão n.º 54/2023 e o Contrato nº 135/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Pinhal de São Bento/PR, 23 de janeiro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:120FBA9C

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 21/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Roberto Kreiner Silveira Matrícula: 623-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 26/01/2026 (saída as 07:00 horas)
Destino: Guarapuava/PR
Valor de diárias: 232,26 x 0,75 = 174,20
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Daniel Domingos dos Santos para consulta no Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Regional do Centro Oeste em Guarapuava/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-4	027.***.***-50

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 26 de janeiro de 2026.
Solicitante da viagem: Paulo Roberto Kreiner Silveira
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:1A596128

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA Nº 20/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Gilson de Aquino Froes Matrícula: 6041
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 27/01/2026 (saída as 04:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 232,26 x 0,5 = 116,13
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar o paciente Jose Zaninho Zabot com acompanhante para consulta no CEONC em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Ceonc em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	5****-2	063.***.***-39

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo I da Lei Municipal n° 871/2022 e altera o art. 3° lei municipal n° 871/2022 de acordo com a lei n° 1.123/2026. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 27 de janeiro de 2026.
Solicitante da viagem: Gilson de Aquino Froes
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:2CC6831A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

PIRAQUARAPREV
PORTARIA Nº 671/2026 REPUBLICACÃO POR INCORREÇÃO

Concede aposentaria Voluntaria por Idade e Tempo de Contribuição (Magistério)

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal nº 862/2006, o Processo de Aposentadoria nº 067/2025 do Instituto de Previdência do Município de Piraquara – PIRAQUARAPREV, o Parecer Consultivo da Procuradoria-Geral do Município e o requerimento protocolado em 18 de dezembro de 2025,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Magistério)** à servidora **CRISTINA APARECIDA DOS SANTOS**, portadora da CI/RG nº 6.419.XXX-7, inscrita no CPF nº 025.762.XXX-X9, matrícula funcional nº 450801, pertencente ao quadro de servidores do Município de Piraquara, ocupante do cargo de **Professora III – Especialização,** com fundamento no art. 12, combinado com o art. 14, ambos da Lei Municipal nº 862/2006, c/c art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e § 5º, da Constituição Federal de 1988.
Art. 2º Fixar os proventos mensais da aposentadoria no valor bruto de **R$ 3.454,23** (três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos).
Art. 3º A Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição (Magistério), concedida com fundamento no art. 12, combinado com o art. 14, ambos da Lei Municipal nº 862/2006, e no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", e § 5º, da Constituição Federal de 1988, terá seus proventos reajustados na mesma data e pelo mesmo índice aplicado ao reajuste geral dos servidores em atividade, **observadas as disposições da legislação municipal vigente**, nos termos do art. 27, § 1º, da Lei Municipal nº 862/2006.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 **de fevereiro de 2026.**
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Luiz Borato Vilar
Código Identificador:C31864DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP N. 1/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56.615/2025

O Município de Piraquara, UASG N. 987769, por meio do Pregoeiro Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que a abertura do Pregão citado, que tem por objeto a Aquisição de instrumentais médicos, fica **SUSPENSA**, em virtude da necessidade de alterações do Edital. Esclarecimentos e alterações, bem como a nova data de abertura, serão publicados em momento oportuno. Piraquara, 2 de fevereiro de 2026.

WILLIAN BEETZ BECH -
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:81204D27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.402/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 363.000,00 (trezentos e sessenta e três mil reais),

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 363.000,00 (trezentos e sessenta e três mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – Fundo Municipal de Saúde - FMS
11.001.10.304.0007.2025 – Promover Ações de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	33521	Equipamentos e material permanente	363.000,00
T o t a l			**363.000,00**

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior**.**

Art. 4º O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:95914025

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 008/2026- INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Eleição de representantes dos servidores para a formação da Comissão Representativa dos Servidores Públicos do Município de Piraquara/PR.
A Turma Eleitoral, instituída pelo Decreto nº 14.386/2026, no uso das atribuições constantes no Artigo 4º da Lei Municipal 953/2008, resolve **HOMOLOGAR** as inscrições nos termos do Edital 006/2026:

SERVIDOR	SECRETARIA MUNICIPAL
Paulo Roberto Alves de Oliveira	Educação
Diogo Felipe Lourenço Amaral	Educação
Marcia Maria Feyh	Assistência Social
Elaine Pereira de Souza	Assistência Social
Liliane Santos Botasso	Assistência Social
Guilherme Duarte Pimenta	Assistência Social
Vera Lucia Rodrigues	Esporte, Lazer e Juventude
Diego Leonardo Stamm Paza	Esporte, Lazer e Juventude
Bernadete Brand	Cultura e Igualdade Racial
Rosemeri Moraes dos Santos	Desenvolvimento Econômico
Bruno Cesar Kaefer	Desenvolvimento Econômico
Karla Renata Cepeda Alvarez	Saúde
Luciana Muhlenhoff Cardoso	Saúde
Regiane Ribeiro de Lima	Saúde
Eduardo Batista Cruz	Finanças
Thiago da Silva Pereira	Segurança Pública
Daniele Moreira	Administração
Evandro Joeci Borges	Procuradoria Geral Municipal
Jefferson Furlanetto Moisés	Procuradoria Geral Municipal
Thiago Poteriko	Infraestrutura e Serviços Urbanos
Claudemiro Moreira de Castilho	Infraestrutura e Serviços Urbanos
Juan Biembengut Martins	Meio Ambiente

DOS RECURSOS
Poderão recorrer à Turma Eleitoral, presencialmente na Superintendência de Gestão de Pessoas, no dia 04/02/2026, das 8h às 16h, os candidatos que não tiverem sua inscrição homologada.
Eventuais recursos em face de candidaturas homologadas, protocoladas por outros candidatos ou servidores, deverão ser efetuadas no mesmo prazo e forma descritos no item 1.1.
O resultado dos recursos será divulgado no dia 06/02/2026.
Piraquara, 02 de fevereiro de 2026.

CARLA JULIANE DOS SANTOS VILAR-
Matrícula nº 440751.
Secretaria Municipal de Administração - SGP

GERSON SANTOS DE ANDRADE -
Matrícula nº 739111.
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Piraquara

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:A922A26C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 77, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **30 (trinta)** dias de **férias** a servidora **LEIDIANE DE LIMA MARTINS,** ocupante do cargo de Auxiliar De Laboratório, matrícula nº **50302,** referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 19 de fevereiro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 21 de março de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:8156002E

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 78, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder 2**0 (vinte)** dias de **férias** a servidora **HELENA DE FATIMA PEREIRA,** ocupante do cargo de **Agente Comunitário De Saúde,** matrícula nº **504571,** referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 02 de fevereiro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 22 de fevereiro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:B4A927F6

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 79, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Conceder férias ao servidor abaixo descrito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **15 (quinze)** dias de **férias** ao servidor **RENILSON DE ALMEIDA,** ocupante do cargo de Auxiliar De Serviços Gerais, matrícula nº **51807**, referente ao período aquisitivo 2024/2025, a contar de 13 de março de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 28 de março de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:3952887D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 80, DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Conceder férias a servidora abaixo descrita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **15 (quinze)** dias de **férias** a servidora **MARILENE ANTUNES DA COSTA,** ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº **53485,** referente ao período aquisitivo 2023/2024, a contar de 02 de fevereiro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 17 de fevereiro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:1632F228

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO N°. 03/2026 - CMDM

Dispõe a Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação da Deliberação nº 006/2025 – CEDM – Construção de Casa da Mulher Paranaense.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal Lei nº 2.579, de 11 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1° Aprovar o Termo de Adesão da Deliberação nº 006/2025 – CEDM – Construção de Casa da Mulher Paranaense.

Art. 2º Aprovar o Plano de Ação – Deliberação nº 006/2025 – CEDM – Construção de Casa da Mulher Paranaense.

A aprovação se deu em reunião ordinária realizada em de 29 de janeiro de 2026, conforme Ata n° 17/2026.

Art. 3° Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 29 de janeiro de 2026.

LIZIANE SALETE ROHRIG
Presidente CMDM

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:391EAFE9

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO N°. 04/2026 - CMDM

Dispõe a Aprovação do Termo de Adesão e Plano de Ação da Deliberação nº 006/2025 – CEDM – Construção de Espaço de Acolhimento da Mulher.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal Lei nº 2.579, de 11 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1° Aprovar o Termo de Adesão da Deliberação nº 006/2025 – CEDM – Construção de Espaço de Acolhimento da Mulher.

Art. 2º Aprovar o Plano de Ação – Deliberação nº 006/2025 – CEDM – Construção de Espaço de Acolhimento da Mulher.

A aprovação se deu em reunião ordinária realizada em de 29 de janeiro de 2026, conforme Ata n° 17/2026.

Art. 3° Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga, 29 de janeiro de 2026.

LIZIANE SALETE ROHRIG
Presidente CMDM

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:6765B25C

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 30 DE JANEIRO DE 2026, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PITANGA/PR.

Dispõe sobre a aprovação ao Incentivo Financeiro Estadual para municípios que possuem em seus territórios povos que vivem em terras indígenas.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Pitanga, em reunião extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2026, no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal n°8.142 de 28/12/1990, e pela Lei Municipal n° 511 de maio de 1991 resolve:
Art. 1º - Aprovar a adesão a resolução SESA n°0022/2026 que versa sobre implantação do Incentivo Financeiro Estadual para municípios que possuem em seus territórios povos que vivem em terras indígenas e são acompanhados pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI).

Art. 2°- A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

ADRIELE ANDREIA INÁCIO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGO a resolução nº 02/2026 do CMS em 30/01/2026

Publicado por:
Sandra Aparecida Mazur
Código Identificador:AD44CFC9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°03/2026.

MUNICÍPIO DE PITANGA – LICITAÇÃO
##AVISO – Pregão Eletrônico nº 03/2026

##OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, tratamento e manutenção preventiva e corretiva de uma piscina de alvenaria, sem aquecimento em local aberto, de 500 M2 medindo 25 m de cumprimento e 12,50 m de largura e 1,60 m de profundidade, localizada no centro da Juventude, em atendimento a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico www.pitanga.pr.gov.br, opção: Processos Licitatórios, bem como no sítio: https://bnc.org.br, ou no endereço: Rua Vanderlei João Vieira Cleve n° 711 Bairro Santa Regina, Pitanga/PR, CEP: 85.201-606, Secretaria Municipal de Patrimônio, Compras e Logística – Departamento de Licitações e Contratos, em horário de expediente, telefone para contato (42) 3646-1122 – Ramal: 21 e 22. Fim de Recebimento de Propostas em: 19/02/2026, até as 08h00min. Início de Disputa de Preços em: 19/02/2026, às 09h01min (horário de Brasília) em sessão pública no endereço eletrônico: https://bnc.org.br nos termos do Edital e seus anexos. Critério: Menor Preço Global. Portanto, as propostas serão recebidas e processadas exclusivamente por meio eletrônico. Preço Máximo: R$ 23.412,00 (vinte e três mil, quatrocentos e doze reais).
#DAT 02/02/2026
##ASS **Jean Marcel Grande Huber**
##CAR Pregoeiro

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:86102A8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DO CONTRATO N°22/2026 DA CONCORRÊNCIA N°15/2025.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 22/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **CONSTRUTORA KALUZ LTDA.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e construção civil para execução da obra de construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte IV, no Município de Pitanga/PR., viabilizada com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal, formalizada por meio da Proposta nº 09341.3150001/25-005, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R$3.770.000,00 (três milhões, setecentos e setenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

223 08.002.10.301.0801.1043.4.4.90.51.00.00 22518 Obras e Instalações

VIGÊNCIA: 30 de Janeiro de 2028.
DATA DA ASSINATURA: 30 de Janeiro 2026.
MODALIDADE: Concorrência n°15/2025.
FORO: COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:0520E1F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 678/2026

SÚMULA: Nomeia servidor aprovado em concurso público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:–

Art. 1º – Fica nomeado, em virtude de aprovação em Concurso Público, o **Sr. José Ailson Pedro da Silva**, portador do CPF n° ***.097.014-**, para ocupar o cargo de **Motorista**, Nível 4, do Plano de Cargos, Carreira e Salários deste Município, a partir de 03 de fevereiro de 2026, conforme Memorando 1Doc n° 169/2026.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 02 de fevereiro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:9F647592

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 11-2026 PSS EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2026

LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, de acordo com a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – **PSS EDITAL Nº 006/2025, para os cargos de Professor,** abaixo nominados, a comparecer na Secretaria Municipal de Educação – Rua Paraná, 1571, centro, dia **03 de Fevereiro as 13:30 horas**, para distribuição de aulas do ano letivo de 2026.
O não comparecimento à convocação caracteriza desistência do candidato a vaga.

Nome	Cargo	Classificação
CARLOS EDUARDO DA SILVA	**PROFESSOR**	122º
VIVIANI PATRICIA NASCIMENTO DOS SANTOS	**PROFESSOR**	123º
CLAUDIA NARA PRADO	**PROFESSOR**	**14º P/N**
VANESSA FERREIRA	**PROFESSOR**	124º
TAIRINI CRISTINA MACHADO	**PROFESSOR**	125º
KETLY PAMELA BRONSTRUP	**PROFESSOR**	126º

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SANDRA ANDRÉA BUDEL
Gestora Depto De Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:21C37703

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 12-2026 PSS EDUCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2026

LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, de acordo com a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – **PSS EDITAL Nº 006/2025, para os cargos de Educador Infantil,** abaixo nominados, a comparecer na Secretaria Municipal de Educação – Rua Paraná, 1571, centro, dia **03 de Fevereiro de 2026 as 13:30 horas**, para distribuição de aulas do ano letivo de 2026.
O não comparecimento à convocação caracteriza desistência do candidato a vaga.

Nome	Cargo	Classificação
LESSI DA SILVA PINTO	**EDUCADOR INFANTIL**	41º
CRISTIELI NUNES LAZZAROTTO	**EDUCADOR INFANTIL**	42º
FERNANDA APARECIDA POSSATTO	**EDUCADOR INFANTIL**	43º
ISABELA GOMES	**EDUCADOR INFANTIL**	44º
CRISTIELI NUNES LAZZAROTTO	**EDUCADOR INFANTIL**	**5º P/N**
MARCIA INES FRIEDRICH	**EDUCADOR INFANTIL**	45º
SILVANA CRISTINA ZGIESKI	**EDUCADOR INFANTIL**	46º
LUCIA VALQUIRIA DA SILVA LEITE	**EDUCADOR INFANTIL**	47º
JOSIANI SILVINO	**EDUCADOR INFANTIL**	48º
CLEONIR ROSA BENDER	**EDUCADOR INFANTIL**	49º

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

SANDRA ANDRÉA BUDEL
Gestora Depto de Recursos Humanos

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:4C2FB16F

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 156-2025 NOMEAÇÃO AMANDA FERREIRA

PORTARIA Nº 156 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para assumir cargo em provimento comissionado.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Art. 1º - Nomear *Amanda Schlosser Ferreira*, documento de identificação nº 120.894.399-55, para assumir o cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Ouvidoria.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:07085558

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 157-2026 EXONERAÇÃO IVONAN RIBEIRO

PORTARIA Nº 157 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2025.

Dispõe sobre a exoneração de servidor ocupante de cargo em provimento comissionado.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE
Art. 1º - Exonerar o Sr. *Ivonan Henrique Soares Ribeiro*, documento de identificação nº 100.382.609-13, para assumir o cargo em provimento comissionado de Chefe de Divisão de Infraestrutura, Limpeza e Embelezamento.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:2ED6CEF7

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 159-2026

PORTARIA Nº 159 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre rescisão de servidor contatado por tempo determinado para o cargo de professor.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar, por término de contrato por tempo determinado, a senhora *Carla Adriana Franken Shaedler*, documento de identificação nº 056.608.949-17, ocupante do cargo de Professor III.
Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:D71EC6A9

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 160-2026 NOMEAÇÃO CHEILA PIMENTEL PARA DIREÇÃO DE CMEI

PORTARIA Nº 160 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a nomeação de Diretora de CMEI.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando a divulgação do resultado das eleições para diretor escolar publicado em 12/11/2025,
Considerando a Lei nº 2695 de 08 de Setembro de 2022,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a Sra *Cheila Karina Schmitez Pimentel*, RG nº 10.029.3471, servidora efetiva no cargo de Atendente de Creche, para exercícios da função de Diretora do CMEI Marco Antonio Schiavo, conforme resultado da eleição realizada em 03 de Novembro de 2025.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:6D9559B8

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PUBLICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PSS 01-2026

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
PSS EDITAL 01/2026

O Presidente da Comissão Organizadora para Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 nomeado pela Portaria nº 464 de 24 de Dezembro de 2025, mediante as condições estipuladas neste edital, torna público a Homologação das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026, nos seguintes termos:
Art. 1º ficam **DEFERIDAS** as inscrições conforme listagem abaixo para o cargo de Enfermeiro.

INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
01	RAFAELA ELISA THIESEN DOS SANTOS	DEFERIDA
02	ROSÂNGELA DA ROSA OLIVEIRA	DEFERIDA
03	FABRICIO DE MOURA TOLVI	DEFERIDA
04	FRANCIELE MENDES DE OLIVEIRA	DEFERIDA
05	FRANCIELLI OLIVEIRA DA CUNHA SPEROTTO	DEFERIDA
06	GIOVANA FOQUEZATTO ALBANEZE FLECK	DEFERIDA
07	ELIZANDRA PORTO	DEFERIDA
08	BETHÂNIA MARA POSSATTO	DEFERIDA
09	TAYNARA GONÇALVES	DEFERIDA
10	ISADORA GIACHINI	DEFERIDA
11	DARLICIANE CANTELLI	DEFERIDA
12	ELISA TAIARA BINDA CAON	DEFERIDA
13	GABRIELA SHRZYPCZAK LAVARDA	DEFERIDA
14	ROSANE SILVEIRA	DEFERIDA
15	EVELIN CRISTINA ROEHRS	DEFERIDA
16	CARLIONEIA APARECIDA CAMPRA	DEFERIDA
17	RENATA SILVA CAMPOS	DEFERIDA
18	GISELE LOTICI	DEFERIDA
19	JULIANO MALACARNE MARTINI	DEFERIDA
20	IDIAMARA MARIA RECH CASTILHO	DEFERIDA
21	ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA	DEFERIDA

Art. 2º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Planalto, 02 de Fevereiro de 2026

FERNANDA CARLA ORSO SOARES
Presidente da Comissão Nomeada pela Portaria nº 464/2025

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:A54D552B

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
AVISO DE LICITAÇÃO
"PREGÃO ELETRÔNICO" Nº 005/2026

O MUNICIPIO DE PLANALTO faz saber aos interessados que com base na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em sua sede sito a Praça São Francisco de Assis, nº 1583, fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob nº 005/2026, conforme descrito abaixo:
OBJETO: Aquisição de equipamentos odontológicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde deste município de Planalto-PR, conforme SESA PR Resolução Nº 860/2022.
VALOR: R$ 70.742,00(setenta mil e setecentos e quarenta e dois reais).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E RECEBIMENTO DOS LANCES: Dia 19 de fevereiro de 2026, a partir das 09h00min.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Planalto, através do Portal de Licitações do Município de Planalto, através de solicitação via e-mail: licitacao@planalto.pr.gov.br ou através do site www.compras.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:21255211

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

MUNICÍPIO DE PLANALTO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026.
O MUNICÍPIO DE PLANALTO, torna público que às 09:00 horas do dia 13/02/2026, na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br, realizará licitação na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRAZO
PICK-Up Cabine Dupla	1	R$ 134.990,00	90 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Planalto e na plataforma https://www.gov.br/compras/pt-br. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma.

Planalto - PR, 03 de fevereiro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:1DF75630

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 42/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 52/2026
Inexigibilidade Nº. 42/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 42/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI) para prestação de serviços de roçada das áreas verdes, nos prédios públicos municipais e no entorno dos mesmos, compreendendo os serviços de roçada manual e mecanizada, capina manual, limpeza geral da área roçada, coleta e transporte dos resíduos provenientes destes serviços. Empresa Contratada: **CARLINHOS ALBANO 80558780997**, inscrita no CNPJ nº 45.877.731/0001-58. Data da ratificação e homologação**:** 2 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 42.237,36 (Quarenta e dois mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos).** Dotação orçamentária: 09.002.18.542.0023.2.037.3.3.90.39.00.00- CR 332- FR 511. Pontal do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:B9E7F155

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 43/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 53/2026
Inexigibilidade Nº. 43/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 43/2026, que tem por Objeto: Credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI) para prestação de serviços de roçada das áreas verdes, nos prédios públicos municipais e no entorno dos mesmos, compreendendo os serviços de roçada manual e mecanizada, capina manual, limpeza geral da área roçada, coleta e transporte dos resíduos provenientes destes serviços. Empresa Contratada: **64.156.924 RAISSA SIQUEIRA DA SILVA**, inscrita no CNPJ nº

64.156.924/0001-64. Data da ratificação e homologação**:** 02 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 26.136,40 (Vinte e seis mil, cento e trinta e seis reais e quarenta centavos).** Dotação orçamentária: 03.001.04.122.0003.2.007.3.3.90.39.00.00 – CR332 - FR 511. Pontal do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielle da Veiga Alves
Código Identificador:19EB3C89

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 44/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 54/2026
Inexigibilidade Nº. 44/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 44/2026, que tem por Objeto Credenciamento sob a modalidade de chamamento público para o credenciamento de profissionais, pessoa Jurídica para a prestação de serviços referente ao de Motorista de ônibus, vans, veículos leves e pesados e monitor de transporte. Conforme especificações constantes neste termo de referência, parte que integra o edital. Contratada: 64.452,045 WAGNER THOLKEN DA ROCHA devidamente inscrito no CNPJ sob o número 64.452.045/0001-80. Data da ratificação e homologação**:** 2 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 37.656,00 (trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais).** Dotação orçamentária: 10.003.12.361.0063.2.045.3.3.90.34.00.00 - **CR** 458 FR 104.

Pontal do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:10EE920D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 46/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 56/2026
Inexigibilidade Nº. 46/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 46/2026, que tem por Objeto: O objeto do presente termo visa o Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de serviço de apoio a rotina no Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional Corais do Mar, em consonância com a legislação vigente. Empresa Contratada: 59.856.432 – AMANDA BEATRIZ RIBEIRO PEDROSO inscrita no CNPJ nº 63.799.660/0001-02. Data da ratificação e homologação**:** 02 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 17.604,00 (dezessete mil, seiscentos e quatro reais).** Dotação orçamentária: 06.003.08.246.0009.2.020.3.3.90.34.00.00 - CR 192 - FR 1000. Pontal do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:D9E38A5B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 47/2026

MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
Extrato de ratificação/homologação
Processo Licitatório nº 57/2026
Inexigibilidade Nº. 47/2026
Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 47/2026, que tem por Objeto: O objeto do presente termo visa o Credenciamento de pessoas jurídicas para realização de serviço de apoio a rotina no Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional Corais do Mar, em consonância com a legislação vigente. Empresa Contratada: 55.381.334 JOSELIA APARECIDA DOS SANTOS - inscrita no CNPJ nº 55.381.334/0001-44. Data da ratificação e homologação**:** 02 de fevereiro de 2026. Valor homologado: **R$ 21.124,80 (vinte e um mil, cento e vinte e quatro reais e oitenta centavos).** Dotação orçamentária: 06.003.08.246.0009.2.020.3.3.90.34.00.00 - CR 192 - FR 1000. Pontal do Paraná, 2 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Koeke Tramujas
Código Identificador:61322DA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ATA 319.

Reuniram-se às 9:00 horas, em segunda chamada, no dia quinze de dezembro de dois mil e vinte cinco (15/12/2025) para reunião extraordinária, na sala de reunião da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, estiveram reunidos os membros do Conselho Municipal de Assistência Social: Cristiane Luiz, Larissa Bastos, Lisiane Camila Pereira, Nádia Geremia Giacomini, Fátima Siqueira, Francisca Kaminski e Edicelia Souza. A reunião contou com a presença de Kathia Salomão de Souza Cordeiro, Secretária da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, e as convidadas, Joseslaine Favoreto e Jandira Vieira. A reunião iniciou-se com a leitura da última ata e, na sequência, passou-se à apresentação do PMAS 2026-2029. Durante a análise, as conselheiras solicitaram algumas alterações no documento. No eixo de Controle Social, foi indicado que, no objetivo de qualificação técnica dos conselheiros, o texto referente às ações estratégicas seja ajustado para “realizar capacitações e encontros de formação, principalmente após a posse da nova composição”. Também se deliberou pela retirada do objetivo que tratava do aprimoramento de processos internos e fluxos de trabalho dos conselhos, uma vez que essa atribuição não compete ao órgão gestor. Já no objetivo relacionado à garantia de infraestrutura adequada ao funcionamento dos conselhos municipais, foi solicitada a inclusão de metas referentes à instituição de uma equipe de Secretaria Executiva, composta por profissional de nível superior, preferencialmente servidor efetivo, além de apoio técnico e administrativo, conforme Resolução CNAS nº 100/2023. Pediu-se ainda a inclusão da meta de implantação de sede própria para os Conselhos de Direitos e Políticas Públicas vinculados à SMFDS, em local distinto da prefeitura, assegurando independência, acessibilidade e condições adequadas para atendimento à população e às entidades, bem como a disponibilização de materiais impressos aos conselheiros. No que se refere aos Recursos Físicos, solicitou-se a inclusão das unidades conveniadas com seus custos e recursos de custeio, além da classificação do Posto Avançado e do
P.R.A.I.A como unidades não tipificadas, considerando suas especificidades. Em relação aos Recursos Humanos, deliberou-se pela inclusão da meta de contratação de equipe de referência própria para o Posto Avançado Pontal do Sul, garantindo atendimento conforme normativas do SUAS, composta por assistente social, psicólogo, educador social e cadastrador, todos com 30 horas semanais. Até que essa meta seja cumprida, deverá ser ajustada a carga horária da assistente social no CRAS Ipanema de 30h para 22h, tendo em vista as

8h destinadas ao Posto Avançado. Na Proteção Social Especial, definiu-se a meta de contratação de equipe própria para a Unidade P.R.A.I.A, composta por coordenador(a), assistente social, psicólogo, educador social, cadastrador e recepcionista. Enquanto a contratação não ocorrer, deverá ser reduzida a carga horária da assistente social em seu outro local de trabalho, considerando as 4h destinadas ao P.R.A.I.A. No eixo de Financiamento, ficou estabelecida a inclusão de dotação orçamentária própria para manutenção do CMAS, estimada em 5%, e a correção das porcentagens referentes aos recursos do IGD/SUAS e IGD/PBF destinados ao Conselho, fixando-as em 10%, conforme Resolução CNAS nº 202/2025. Por fim, no eixo de Monitoramento e Avaliação, solicitou-se a inclusão da apresentação de Relatórios de Gestão Quadrimestrais, com o primeiro previsto para abril de cada ano. Encerrando a reunião, a servidora Indinara Grassi apresentou esclarecimentos sobre os recursos destinados à política de assistência social do município. Ao final, eu Lisiane Camila Pereira, lavrei essa ata que será assinada por mim e por demais conselheiros.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:80A6DF25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA 320.

No dia 19 de janeiro de 2026, estava prevista a realização da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal. Contudo, a reunião contou apenas com a presença da Conselheira Fátima Siqueira. Devido à ausência dos demais conselheiros, decidiu-se adiar a pauta para a próxima reunião ordinária, a ser realizada em fevereiro, considerando que tratava-se da apresentação e deliberação da Prestação de Contas referente ao ano de 2024. Ao final, eu, Lisiane Camila Pereira, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais conselheiros.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:35979C48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 099/2026 CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes
Gabinete do Poder Executivo
EDITAL Nº 099/2026

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024
O Prefeito do Município de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com amparo na Lei Orgânica do Município e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria e de acordo com os Memorando nº. 21.739/2025
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º - A convocação dos candidatos aprovados conforme vagas constantes no item 3.1, do Concurso Público n°. 001/2024 e suas alterações:

1 – CARGO ENGENHEIRO CIVIL					
Inscrição	**Candidato**	**N.F.**	**Situação**	**Class.**	**Data Nasc.**
217	KELWIN RIBEIRO DE MELLO	70,00	APROV	6º	10/01/2000

2- APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, LOCAL E PRAZO
2.1 - LOCAL PARA COMPARECIMENTO
Os candidatos convocados deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no horário das 08h30min às 11:30h e das 14:00h as 16h:30min, para apresentação da documentação comprobatória.
2.2 - PRAZO
2.2.1 - Os candidatos convocados por este edital têm o prazo de 10 (dez) dias, após a publicação do mesmo, comparecer no local acima determinado para apresentação da documentação necessária para nomeação.
3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA NOMEAÇÃO
3.1 - Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos para nomeação, e posterior posse:
a) Cédula de Identidade ;
b) Cadastro de Pessoa Física - C.P.F/M.F ;
c) Comprovante de situação cadastral do CPF (via internet) ;
d) Título de Eleitor (certidão de quitação eleitoral via internet) ;
e) Carteira de Trabalho (frente/verso) + PIS/PASEP;

f) Certidão de nascimento (se solteiro) ou casamento (se divorciado, averbação do divórcio; se viúvo trazer também, certidão de óbito;
g) Certidão de nascimento dos filhos até 18 anos +CPF;
h) Carteira de vacinação dos filhos de até 5 anos;
i) Diploma e/ou certificado de conclusão de curso específico;
j) Registro no Conselho de Classe e pagamento de anuidade atualizado (se for o caso) ;
k) Atestado de antecedentes criminais do Fórum da comarca de residência ;
l) Comprovante de residência atualizado;
m) Carteira de Habilitação;
n) Certificado de Reservista;
o) 1 foto 3x4
p) O Departamento Recursos Humanos fornecerá oficio para abertura de conta salário
q) Além dos documentos supracitados, os candidatos também deverão apresentar os seguintes exames: hemograma completo, glicose, grupo sanguíneo e fator RH, eletrocardiograma com laudo e aptidão física mental para exercício da função mediante apresentação de atestado médico laboral original, emitido por médico do trabalho, as expensas do candidato.
3.2 - Os documentos deverão ser apresentados em seu original e cópia, os quais serão autenticados por servidor público no Departamento de Recursos Humanos ou apresentar os documentos já autenticados em cartório.
3.3 – O candidato pessoa com deficiência deverá observar o item 10.6.13 do edital de abertura, sendo:
10.6.13 O candidato com deficiência que for convocado deverá apresentar laudo médico atualizado, sendo aquele com prazo inferior a um ano, que comprove a deficiência declarada e a compatibilidade para o exercício do cargo.
4 - DA PERDA DOS DIREITOS DA NOMEAÇÃO
4.1 - O candidato que não atender a convocação no prazo estabelecido será eliminado do Concurso Público, decaindo do direito à respectiva vaga.
5 - FINAL DE LISTA
5.1 - O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo de 10 (dez) dias poderá solicitar, por escrito no site oficial do município www.pontaldoparana.pr.gov.br, na Aba Protocolo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 ou presencialmente no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, localizada

na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
6 - RECURSO CONTRA O EDITAL
Os candidatos interessados terão dois (2) dias após a publicação, deste edital, para formular recurso contra o mesmo, através do sistema digital sendo link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9 , ou na sede da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, na PR-407, Km 19, Balneário de Praia de Leste, Pontal do Paraná, Estado do Paraná.

Pontal do Paraná, 30 de janeiro de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:89BBDC4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 066 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2022 - Edital de Convocação n°. 047/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2022** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: GUARDA CIVIL MUNICIPAL
NOME: GENECY MARTINS DE OLIVEIRA FILHO
CLASSIFICAÇÃO: 19º
ADMISSÃO:02/02/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 047/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,02 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BE2E835E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 067 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n°. 075/1997 e contido no **PROTOCOLO nº 158/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder a servidora **CAMILA LAMBARDOZI BARROSO NUNES – MATRICULA-235071 ,** ocupante do cargo de **PROFESSOR ,**lotada na **Secretaria Municipal de Educação** do quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES,** pelo período de até **02 (dois) anos**, sem remuneração.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de **01 de fevereiro de 2026.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes,02 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D79D24BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 068 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

***O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ* – RUDISNEY GIMENES FILHO**, no uso de suas atribuições legais, o contido na Lei Municipal n°. 1435/2014 e de acordo com o contido no **Protocolo nº 17.872/2025 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor (a) **DÉBORA LUANA TIBOLLA, MATRICULA : 234931**, ocupante do cargo de Educador Infantil , lotado (a) no (a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE Educação** do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, **período aquisitivo de 07/03/2019 a 06/03/2024 , LICENÇA ESPECIAL**, pelo período de **90 (noventa)** dias, com remuneração integral .

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de concessão da referida licença a partir desta data .

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de fevereiro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:2CBDFEE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 001 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.548/2026, nos seguintes termos:
•
- Permissionário: Marlos Cesar Palmeira

CNPJ/CPF: 0709380839-53;

•
– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•
- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 2.080,00;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 52`` S e 48º 21` 14`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **22/01/2026 a 19/04/2026** (88 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•

Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•

à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização

por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•

ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•

a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:20E61F02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 002 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.581/2026, nos seguintes termos:

•

- Permissionário: Jéssica Mendes da Silva

CNPJ/CPF: 101192329-79;

•

– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•

- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 2.080,00;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 53`` S e 48º 21` 13`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **22/01/2026 a 19/04/2026** (88 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•

- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•

- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•

Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•

à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização

por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•

ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•

a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.

Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:22EF4127

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 003 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.569/2026, nos seguintes termos:

•
- Permissionário: Patrícia Moreira da Silva

CNPJ/CPF: 497039351-68;

•
– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•
- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 2.080,00;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 54`` S e 48º 21` 12`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **22/01/2026 a 19/04/2026** (88 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•
Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:902C45FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 004 DE 19 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.548/2026, nos seguintes termos:

•
- Permissionário: Edenilson Mataquias dos Santos

CNPJ/CPF: 081677519-29;

•
– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•
- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 1.594,66;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 54`` S e 48º 21` 12`` W.

VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **22/01/2026 a 31/03/2026** (69 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•
Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização

por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CA67D652

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 005 DE 22 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 25.743 /2025, nos seguintes termos:

•
- Permissionário: Vanessa Bento dos Santos,

CPF: 051.868.089-46;

•
– Finalidade: cerimônia de casamento;

•
- Natureza do evento: religiosa;

IV - Modalidade: onerosa – R$ 250,00;
V- Locais: balneário de Shangri-lá totalizando uma área de 100m2 (10,0 X 10,0). Nas seguintes coordenadas Lat 25º 37` 11`` S e Long 48º 24`49`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de 24/01/2026 a 24/01/2026 (01 dia) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•
Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela União dos equipamentos instalados, sem indenização por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;

Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local;
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências;
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente;
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D60D772C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 006 DE 22 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.861/2026, nos seguintes termos:
•
- Permissionário: Milton Tavares da Silva

CNPJ/CPF: 023152169-31;

•
– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•
- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 2.080,00;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 55`` S e 48º 21` 14`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **23/01/2026 a 20/04/2026** (88 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•
Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização

por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca
Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3CBECB88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 007 DE 22 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado:

Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.855/2026, nos seguintes termos:

•
- Permissionário: Clarice Rohers

CNPJ/CPF: 032157939-97;

•
– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•
- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 832,32;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 55`` S e 48º 21` 11`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **23/01/2026 a 25/02/2026** (34 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•
Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização

por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:8828DE06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 008 DE 23 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.866/2026, nos seguintes termos:

•
- Permissionário: Kiosque Renata

CNPJ/CPF: 43.153.705/0001-51;

•
– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•
- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 1.394,14;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 55`` S e 48º 21` 10`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **23/01/2026 a 23/03/2026** (60 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•

Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização

por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:D770DD30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 009 DE 23 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 1.874/2026, nos seguintes termos:

•
- Permissionário: Canto das Pedras Ltda

CNPJ/CPF: 09.184358/0001-96;

•
– Finalidade: área de uso comercial na praia de modo provisório para a temporada de veraneio, no município de Pontal do Paraná/PR;

•
- Natureza do evento: comercial;

IV - Modalidade: onerosa - valor do Termo R$ 1.602,22;
V- Locais: balneário de Pontal do Sul – área na faixa da areia da praia de 50,0m2 (5,0 X 10,0) nas seguintes coordenadas 25º 33` 51`` S e 48º 21` 16`` W.
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de **23/01/2026 a 23/03/2026** (70 dias) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•
Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela Uniãodos equipamentos instalados, sem indenização

por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local.
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente.
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.

Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:647CF1C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO

TERMO Nº 010 DE 29 DE JANEIRO DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA,
no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal No. 9338 de 01 de janeiro de 2021 e no Processo: 10154.146606/2021-23 (SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO) Outorgante: UNIÃO Outorgado: Município de Pontal do Paraná/PR, CNPJ 01.609.843/0001-52 (Termo de Adesão a Gestão de Praias – TAGP) resolve:
Art. 1º Autorizar a PERMISSÃO DE USO objeto do Protocolo nº 2.655/2026, nos seguintes termos:

•
- Permissionária: Anceli Angelita Zielinski Macedo ;

CPF: 060.271.989-58;

•
– Finalidade: religiosa;

•
- Natureza do evento: evento de religião de matriz africana;

IV - Modalidade: gratuíta;
V- Local: Balneário de Praia de Leste – Av. Dep. Anybal Khury, s/n - totalizando uma área de 1.800m2 (30,0 X 60,0) - (coord. Lat. 25º 41`41`` S - Long. 48º 27`57`` W).
VI- A presente PERMISSÃO DE USO se dá pelo período de 02/02/2026 a 02/02/2026 (01 dia) - incluindo montagem e desmontagem, regendo-se pela legislação em vigor e pelo presente TERMO DE OUTORGA;

•
- Em áreas de uso comum do povo, caso seja verificado que foi dada destinação diversa da permitida, ou se forem efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87;

•
- Em áreas dominiais, caso seja verificado que foi dada destinação diversa daquela permitida, ou foram efetuados serviços e obras e/ou instalação de equipamentos irregulares, será procedido de imediato o auto de infração, em observância ao art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.636/98;

•
Caso o PERMISSIONÁRIO não desocupe a área até o final do prazo definido no inciso VI deste estará sujeito:

•
à retirada sumária pela União dos equipamentos instalados, sem indenização por possíveis danos neles ocorridos durante a operação;

•
ao pagamento dos custos de retirada dos equipamentos;

•
a outras sanções cabíveis, inclusive aquelas estipuladas no art. 14 da portaria SPU nº 01 de 03 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As despesas administrativas previstas no art. 14, §6º , do Decreto nº 3.725/2001, ficam na gratuidade.
Art. 2º Os espaços outorgados deverão ser montados com o material indicado no croqui apresentado pelo Permissionário e não poderão em nenhuma hipótese impedir o livre e franco acesso às praias e às águas públicas, zelando pela preservação do meio ambiente em todas as suas formas. As estruturas deverão possuir as anuências ambientais cabíveis;
Art 3º A instalação das estruturas não poderá resultar em deslocamento de areia nem remoção, supressão ou destruição da vegetação local;
Art. 4º Durante a vigência da PERMISSÃO DE USO, o PERMISSIONÁRIO ficará responsável pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se a entregá-la dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava, observadas todas as regras impostas por todos os órgãos ambientais nos termos das respectivas anuências.
Art. 5º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, após a publicação do ato de outorga, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do PERMISSIONÁRIO com todas as condições da permissão de uso estabelecidas pela autoridade competente;
Art. 6º O local não deverá ser alterado, sendo vedada a terraplenagem de solo, supressão vegetal, circulação e/ou permanência de veículos automotores.
Art 7° O PERMISSIONÁRIO deverá manter no local do evento, visível ao público, placa, faixa ou similar de acordo com o modelo enviado pela SMMAAP juntamente a este Termo.

JACKSON CESAR BASSFELD
Secretário Municipal De Meio Ambiente, Agricultura e Pesca

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:89BBAECB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 05/2026

PORTARIA Nº 05/2026

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 2 (duas) diárias ao vereador Rozalvo Aparecido Carvalho (RG 6.161.102-9 SSP/PR), no valor de R$ 600 (seiscentos reais) cada.
Artigo 2º - As diárias acima mencionadas serão destinadas ao custeio das despesas elencadas no artigo 4º da Lei Municipal nº 1557/2013, por ocasião do deslocamento do vereador a Curitiba, Estado do Paraná, com saída prevista para as 03h00min do dia 03 de fevereiro e retorno à 01h00min do dia 05 de fevereiro de 2026.

Artigo 3º -O disposto nos artigos 1º e 2º desta Portaria tem por objetivo viabilizar a participação do vereador em reuniões com deputados na Assembleia Legislativa do Paraná, para tratar de assuntos de interesse do município de Porecatu.
Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Porecatu, 02 de fevereiro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:CE3CA2D8

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
PORTARIA Nº 06/2026

PORTARIA Nº 06/2026

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS, presidente da Câmara Municipal de Porecatu, no uso de suas atribuições legais e regimentais

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder 2 (duas) diárias a vereadora Nataly Luciane de Oliveira (R.G. nº 12.664.726-3 SSP/PR), no valor de R$ 600 (seiscentos reais) cada.
Artigo 2º - As diárias acima mencionadas serão destinadas ao custeio das despesas elencadas no artigo 4º da Lei Municipal nº 1557/2013, por ocasião do deslocamento da vereadora a Curitiba, Estado do Paraná, com saída prevista para as 03h00min do dia 03 de fevereiro e retorno à 01h00min do dia 05 de fevereiro de 2026.

Artigo 3º -O disposto nos artigos 1º e 2º desta Portaria tem por objetivo viabilizar a participação da vereadora em reuniões com deputados na Assembleia Legislativa do Paraná, para tratar de assuntos de interesse do município de Porecatu.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 02 de fevereiro de 2026.

VALDINEI DE ALCANTARA DIAS
Presidente

NATALY LUCIANE DE OLIVEIRA
1ª Secretária

Publicado por:
Waldenir Antonio de Oliveira Júnior
Código Identificador:CC07921F

CÂMARA MUNICIPAL DE PORECATU
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL DE ENGENHARIA E/OU
ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO COMPLETO DE REFORMA

1. JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Porecatu, em busca de aprimorar suas instalações e garantir um ambiente adequado para o exercício de suas funções legislativas e administrativas, bem como para o atendimento à população, identifica a necessidade premente de reforma em seu prédio.

As atuais condições da edificação demandam intervenções para adequação às normas técnicas e legais vigentes, especialmente no que tange à acessibilidade, segurança estrutural e contra incêndio, eficiência energética e sustentabilidade ambiental e, sobretudo e mais importante, na busca por um ambiente saudável e adequado aos servidores, vereadores e munícipes.

A modernização do prédio visa não apenas a melhoria estética e funcional, mas também a otimização dos espaços, a garantia de conforto térmico e acústico, e a promoção de um ambiente de trabalho mais produtivo e seguro para servidores e vereadores, além de um espaço mais acolhedor e acessível para os cidadãos.

A presente contratação se justifica pela complexidade técnica envolvida na elaboração de um projeto completo de reforma, que exige conhecimento especializado em engenharia e/ou arquitetura para garantir a qualidade das intervenções em consonância com a conformidade com as legislações pertinentes, em especial a Lei nº 14.133/2021.

Ressalva-se a necessidade de esclarecer que o presente Termo de Referência não está acompanhado de projeto dos estudos técnicos preliminares. Tal dispensa fundamenta-se no § 3º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza que, em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos preliminares.

Além disso, a Câmara Municipal de Porecatu não possui, em seu quadro de pessoal, profissional capacitado para a elaboração de projeto básico ou estudo técnico preliminar nas áreas de engenharia e arquitetura urbanística, o que justifica a contratação de profissional especializado para tal fim.

2. OBJETO

Contratação de empresa ou profissional de engenharia e/ou arquitetura para a elaboração de projeto executivo completo de reforma, adequações, ampliações e demolições necessários no prédio da Câmara Municipal de Porecatu localizado na Rua Sidney Ninno, nº 440, Centro, Porecatu, Pr., incluindo todos os projetos complementares necessários (estrutural, elétrico, hidrossanitário, prevenção e combate a incêndio, climatização, lógica e dados, paisagismo, sinalização, etc.), memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias detalhadas e cronograma físico-financeiro.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O projeto executivo completo deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

Projeto Básico de Arquitetura:

Levantamento arquitetônico e cadastral completo do edifício existente.

Estudo preliminar e anteprojeto com propostas de layout, fluxos, setorização e volumetria.

Plantas baixas de todos os pavimentos (existente e proposto), cortes, fachadas, cobertura e implantação.

Detalhamento de esquadrias, revestimentos, acabamentos e elementos construtivos.

Memorial descritivo e justificativo do projeto arquitetônico.

Compatibilização com as normas de acessibilidade (NBR 9050) e demais legislações pertinentes.

Projetos Executivos Complementares:

Projeto Estrutural: Dimensionamento e detalhamento de estruturas de concreto armado, metálicas ou outras, se aplicável, para as intervenções propostas.

Projeto de Instalações Elétricas: Dimensionamento de cargas, diagramas unifilares, pontos de força e iluminação, quadros elétricos, aterramento e SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas), conforme NBR 5410 e NBR 5419.

Projeto de Instalações Hidrossanitárias: Dimensionamento de redes de água fria, água quente (se aplicável), esgoto sanitário, águas

pluviais, ventilação e reuso de água (se aplicável), conforme NBR 5626 e NBR 8160.

Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCI): Conforme legislação específica do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Projeto de Climatização/Ventilação: Estudo e dimensionamento de sistemas de ar condicionado ou ventilação mecânica, se necessário.

Projeto de Lógica e Dados: Pontos de rede, telefonia e infraestrutura para sistemas de comunicação.

Projeto de Paisagismo: Se houver áreas externas a serem reformadas ou criadas.

Projeto de Sinalização: Interna e externa, incluindo sinalização de acessibilidade.

Documentação Complementar:

Memoriais descritivos e especificações técnicas detalhadas de todos os materiais, equipamentos e sistemas a serem empregados.

Orçamento detalhado da obra, com quantitativos e custos unitários, baseado em tabelas de referência (ex: SINAPI, ORSE, etc.).

Cronograma físico-financeiro da execução da obra.

ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) de todos os projetos e serviços.

Estudo de viabilidade técnica e econômica das soluções propostas.

Compatibilização de todos os projetos complementares entre si e com o projeto arquitetônico.

4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente contratação e a execução do objeto deverão obedecer rigorosamente às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como às seguintes normas e legislações, sem prejuízo de outras que se mostrem aplicáveis:

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (subsidiariamente, se aplicável);

Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (subsidiariamente, se aplicável);

Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (subsidiariamente, se aplicável);

Resoluções e Normas do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

Normas Técnicas Brasileiras (ABNT) aplicáveis;

Legislação municipal pertinente.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA

Para a habilitação técnica, os interessados deverão comprovar:

Registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região de sua sede ou domicílio profissional.

Comprovação de experiência prévia na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para reforma de edificações de porte e complexidade similares, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas respectivas entidades de classe, conforme Art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

Apresentação de equipe técnica mínima composta por profissionais legalmente habilitados nas áreas de arquitetura, engenharia civil, engenharia elétrica e engenharia hidráulica, com comprovação de vínculo profissional e registro nos respectivos conselhos.

6. PRAZO DE REALIZAÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para a entrega do projeto executivo completo será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da Ordem de Serviço.

7. ESTIMATIVA DE CUSTOS E ORÇAMENTOS

Conforme ressalvado na Seção 1 (Justificativa), não foi possível, até o momento, colher estimativas precisas do valor da contratação em razão da dispensa/impossibilidade de elaboração dos estudos técnicos preliminares, que permitiriam o cálculo detalhado de custos.

Contudo, o presente Termo de Referência prevê, desde já, a necessidade de realização de Pesquisa de Mercado para formação do preço, nos termos do art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A pesquisa de mercado será realizada mediante a coleta de no mínimo 3 (três) orçamentos de profissionais ou empresas qualificadas, com as seguintes finalidades:

a) Estimar o valor da contratação para fins de definição da modalidade de contratação (dispensa ou licitação);

b) Definir a modalidade de contratação conforme o valor obtido, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

c) Formar o preço de referência para a contratação, garantindo transparência e conformidade com as disposições legais.

Os orçamentos coletados serão devidamente documentados e mantidos em sigilo até a decisão final sobre a modalidade de contratação, conforme exigências da Lei Federal nº 14.133/2021.

Todos os orçamentos apresentados deverão atender aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no art. 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como neste Termo de Referência, incluindo a comprovação de qualificação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Os interessados em apresentar orçamentos para a pesquisa de mercado deverão fazê-lo em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da solicitação formal da Câmara Municipal ou da publicação do presente no veículo oficial de informações, podendo ocorrer sua prorrogação mediante ato fundamentado da autoridade competente.

As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

8. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

As propostas/orçamentos deverão atender aos seguintes critérios de aceitabilidade, conforme Art. 38 da Lei nº 14.133/2021:

Conformidade com todas as exigências e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Apresentação de cronograma de execução dos serviços compatível com o prazo estabelecido.

Apresentação de plano de trabalho detalhado, demonstrando a metodologia a ser empregada.

Preço global da proposta compatível com os valores de mercado e a estimativa de custos da Administração.

Apresentação de todas as declarações e documentos exigidos no edital, na hipótese de a contratação não se enquadrar nas modalidades de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

9. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em conformidade com as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, contendo detalhamento dos serviços, cronograma de execução e valor total.

Os interessados deverão encaminhar as propostas para Câmara Municipal de Porecatu, Rua Sidney Ninno nº 440 – Centro – 86160-000 Porecatu / PR.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega e aprovação final do projeto executivo completo pela Câmara Municipal de Porecatu, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A Câmara Municipal de Porecatu realizará pesquisa de mercado para estimar o valor do serviço, coletando no mínimo 3 (três) orçamentos de empresas ou profissionais do ramo, antes de iniciar o certame, conforme no item 07.

Se o menor orçamento obtido for igual ou inferior a R$ 100.000,00, a contratação poderá, mas não necessariamente, ser realizada por Dispensa de Licitação, conforme artigo 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, pelos critérios do Menor Preço e Maior Desconto, e desde que comprovadamente previstos os requisitos legais, e sempre prevalecendo a proposta mais vantajosa à Administração.

Se o menor orçamento obtido for superior a 100.000,00 (cem mil reais), a contratação será realizada por meio de Licitação, cuja modalidade será definida em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A decisão sobre a modalidade de contratação (dispensa ou licitação) será devidamente publicada no Diário Oficial do Município e comunicada aos interessados, conforme a legislação vigente.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ressalva-se que não é possível apresentar a adequação orçamentária no momento de aprovação do presente Termo de Referência, em razão da dispensa/impossibilidade de estimativa precisa do valor da contratação, conforme esclarecido na Seção 7 (Estimativa de Custos e Pesquisa de Mercado).

A adequação orçamentária será realizada após a conclusão da pesquisa de mercado e coleta dos 3 (três) orçamentos mínimos, mediante as seguintes ações:

a) Verificação de disponibilidade orçamentária na dotação orçamentária da Câmara Municipal de Porecatu;

b) Definição da modalidade de contratação (dispensa ou licitação) conforme o valor obtido na pesquisa de mercado;

c) Publicação da decisão sobre a modalidade de contratação no Diário Oficial do Município;

d) Formalização da contratação conforme a modalidade definida.

A adequação orçamentária está, portanto, condicionada aos resultados da pesquisa de mercado e à disponibilidade de recursos orçamentários da Câmara Municipal.

13. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidor da Câmara Municipal de Porecatu designado para tanto, com qualificação técnica compatível com o objeto contratado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Porecatu, 02 de fevereiro de 2026

VALDINEI DE ALCÂNTARA DIAS
Presidente

Publicado por:
Nadir Luciano Polegatti
Código Identificador:2E621CB7

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°08/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 08/2026
Procedimento Licitatório: 05/2026
Dispensa: 02/2026

Objeto: Constitui objeto deste Contrato a ampliação da oferta de serviços ambulatoriais especializados, como consultas médicas especializadas, exames de análises clínicas, exames de imagem, aquisição de insumos e órteses de ostomia e óculos, potencializando a capacidade de atenção e cuidado dos pacientes dos municípios consorciados, tendo por finalidade a delegação da prestação de serviço ao consórcio público, mediante licitação, nos termos da Resolução nº 313 de 12 de novembro de 2021. Segue os projetos atividades executados no programa-004- Apoio a Atenção em Saúde Municipal:

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMEPAR.
CNPJ: 00.445.188/0001-81

Valor: **R$ 1.673.999,88 (um milhão, seiscentos e setenta e três mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)**.

Desdobramento: 3.3.90.39.50.99 - 1211

Data de Assinatura: 02/02/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:C64676C7

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°10/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 10/2026
Procedimento Licitatório: 09/2026
Dispensa: 04/2026

Objeto: Constituí objeto deste Contrato de Programa o pagamento de *per capita* do município contratante, pelos serviços do SAMU - Unidade de Suporte Avançado de Vida (USAV) do município de Rolândia-PR, referente à complementação do custeio a partir da diferença do custo total do serviço e a fiscalização dos faturamentos de cada município utilizante.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMEPAR.
CNPJ: 00.445.188/0001-81

Valor: **R$ 94.766,23 (noventa e quatro mil, setecentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos)**
Desdobramento: 3.3.90.39.50.99 - 1211

Data de Assinatura: 02/02/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:33EA506C

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°11/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 11/2026
Procedimento Licitatório: 10/2026
Dispensa: 05/2026

Objeto: O Presente Instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os entes CONSORCIADOS nos termos do artigo 8º da Lei n° 11.107/05 e, é oriundo da adesão dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema, ratificado pela Lei Municipal n° 1.933 de 23 de março de 2022. Este instrumento, também, seguirá as normativas previstas na Lei nº 14.133/2021.
Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMEPAR.
CNPJ: 00.445.188/0001-81

Valor: **R$ 233.985,96 (duzentos e trinta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos)**
Desdobramento: 3.3.90.39.50.99 - 1211

Data de Assinatura: 02/02/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:E5A23B04

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°12/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 12/2026
Procedimento Licitatório: 11/2026
Dispensa: 06/2026

Objeto: O presente contrato tem por objeto estabelecer as condições e obrigações entre as partes signatárias por meio de credenciamento de serviços de odontologia para o atendimento de consulta, diagnose e procedimentos de pacientes nas especialidades de endodontia, cirurgia e traumatologia buco-maxilo-faciais, ortodontia, periodontia, prótese dentária, odontologia para pacientes com necessidade especial, estomatologia, exame de radiologia, exame de tomografia aos pacientes dos municípios, conforme o Programa 004-CISMEPAR
Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMEPAR.
CNPJ: 00.445.188/0001-81

Valor: **R$ 654.859,88 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos).**
Desdobramento: 3.3.90.39.50.99 - 1211

Data de Assinatura: 02/02/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:09E15AD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL N.º 02/2026

EDITAL 02/2026
DIVULGAÇÃO PRELIMINAR DOS INSCRITOS

A Comissão Eleitoral, nomeada pela Resolução do CMDCA nº 02/2026, de no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 532/92 e alterações, bem como o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo às demais legislações vigentes,
RESOLVE,
Divulgar a lista **preliminar** das inscrições dos (as) candidatos (as) para a eleição de Conselheiros Tutelares no Processo de Escolha Extraordinária:

CANDIDATOS	INSCRIÇÃO
Anielli Teixeira dos Santos	*Indeferida
Eliane Schitikoski	Deferida
Elisangela de Fatima Garcia Ferreira	Deferida
Ingrid de Mello	Deferida
Jordy Alisson Ribeiro Gonçalves	Deferida
Sabrina da Rocha Vaz	Deferida
Tatiane Aparecida Morais da Silveira	Deferida
Viviane Graeff Ramos	Deferida

* A candidata apresentou Título de Eleitor de outro Estado.

Porto Amazonas, 02 de fevereiro de 2026.

COMISSÃO DO PROCESSO ELEITORAL EXTRAORDINÁRIO

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:E43D7819

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 09/2026

REPUBLICAÇÃO POR ALTERAÇÃO
DECRETO Nº 09 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Nomeia ocupante de cargo em provimento efetivo de "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e com fundamento nos incisos IX, X do artigo 64, da Lei Orgânica do Município;
CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público Nº 01/2025.

RESOLVE

Art. 1° Nomear, a partir de 02 de fevereiro de 2026, **SORAYA APARECIDA FRANCO**, em decorrência de aprovação no Concurso Público N° 01/2025 do Município de Porto Amazonas, para o cargo em provimento efetivo de "Auxiliar de Serviços Gerais" previsto na Lei Municipal nº 482, de 19 de novembro de 1990.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas – PR, em 30 de janeiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:26BBF797

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 17/2026

DECRETO Nº 17, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonera a pedido, ocupante de cargo em provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, no uso de suas atribuições conferidas no Art. 64, incisos IX, X da Lei Orgânica do Município de Porto Amazonas, e;
CONSIDERANDO o pedido de exoneração protocolado nesta Administração sob nº 107, de 02 de fevereiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, **RAFAEL RENATO RIBAS**, ocupante de cargo em provimento efetivo de Professor.
Art. 2º Revoga-se o Decreto Nº 15, de 30 de janeiro de 2026, declarando a vacância do cargo mencionado no *caput* do artigo primeiro.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:E6C372A3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 18/2026

DECRETO Nº 018 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE PORTO AMAZONAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA, Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344 de 17 de dezembro de 2025,
DECRETA
Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional para o exercício de 2026, no valor de R$ 2.108.900,00 (Dois Milhões, Cento e Oito Mil e Novecentos Reais), no Orçamento Geral do Município, conforme segue:
11 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
11.001 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO
20.606.0034.2034 – Manutenção do Departamento de Fomento Agropecuário
4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
2473 00792 – CONVÊNIO SEAB 326/2025.....R$ 2.108.900,00

_____
TOTAL .....R$ 2.108.900,00
Art. 2º - Para cobertura do valor previsto no Art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos:
Excesso de Arrecadação
00792 – CONVÊNIO SEAB 326/2025.....R$ 2.108.900,00

_____
TOTAL .....R$ 2.108.900,00
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas, 02 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:07E3E6F1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL N°005/2026

EXTRATO CONTRATUAL

Documento: Contrato de Prestação de Serviços n°005/2026
Data: 02/02/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS
Contratado: ARRENDA BRASIL INOVA SIMPLES (I.S.)
Protocolo: 2068/2025
Licitação: Dispensa de Licitação nº001/2026
Objeto: Contratação de empresa de consultoria ambiental para a elaboração dos estudos técnicos, relatórios e trâmites necessários à obtenção da Licença Ambiental Simplificada (LAS Tipo 3) junto ao Instituto Água e Terra (IAT), referente ao licenciamento ambiental do Parque Urbano da Represa, conforme a Instrução Normativa IAT nº 21/2025 e demais legislações ambientais aplicáveis.
Valor: R$ 8.999,99 (oito mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)
Fundamento Legal: Art. 75, inciso I, Lei Federal n°14.133/2021.
Prazo de Vigência: 03/02/2026 à 02/02/2027

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:88F6F4E7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE N°059/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº1751/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº059/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA ME, EPP E MEI
COTA PRINCIPAL E RESERVA DE COTA PARA ME, EPP E MEI
AMPLA CONCORRÊNCIA

MENOR VALOR POR ITEM

OBJETO

Registro de Preços para contratação de empresa para a aquisição de equipamentos utilizados na Atenção Básica do Município e no Pronto Atendimento Municipal do Departamento Municipal de Saúde. O Objeto incluirá: as emendas impositivas municipais de solicitadas em 2024 pela LEI N.º 1.294 12 de dezembro de 2024, para cumprimento em 2025; Equipamentos RESOLUÇÃO SESA Nº 1697/2024 do processo SESA nº 23.007.765-4, itens para atendimento das crianças com TEA no âmbito do SUS Municipal, Equipamento de ar-condicionado do Departamento de Educação, pelo período de 12 meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

RESOLVE:

ADJUDICAR as licitantes abaixo para os itens que compõem o objeto do Pregão Eletrônico n°059/2025:

SZ HOSPITALAR LTDA – CNPJ N°57.977.634/0001-16 com o lote: 94 no valor total de R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais).

COMERCIAL USUAL LTDA – EPP – CNPJ N°14.050.075/0001-91 com o lote: 20 no valor total de R$ 2.334,00 (dois mil e trezentos e trinta e quatro reais).

VS COSTA E CIA LTDA – CNPJ N°05.286.960/0001-83 com o lote: 11 no valor total de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

SC COMERCIAL EIRELI – CNPJ N°20.758.465/0001-13 com os lotes: 53 e 80 no valor total de R$ 2.357,90 (dois mil e trezentos e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – CNPJ N°19.639.940/0003-15 com os lotes: 39 e 84 no valor total de R$ 23.153,00 (vinte e três mil e cento e cinquenta e três reais).

LEANDRO ANTONIO OZANA LTDA – CNPJ N°29.199.991/0001-65 com o lote: 60 no valor total de R$ 853,04 (oitocentos e cinquenta e três reais e quatro centavos).

DAC MOVEIS LTDA – CNPJ N°56.101.450/0001-25 com os lotes: 15, 17, 22 e 85 no valor total de R$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais).

B2C ENGENHARIA E INOVAÇÃO LTDA – CNPJ N°52.230.108/0001-74 com os lotes: 13, 18, 19, 47, 49, 58, 63, 66, 68, 69, 70, 87 e 97 no valor total de R$ 14.791,00 (quatorze mil e setecentos e noventa e um reais).

52.994.508 JULIO GARALUZ - CNPJ N°52.994.508/0001-56 com os lotes: 36 e 92 no valor total de R$ 2.955,00 (dois mil e novecentos e cinquenta e cinco reais).

CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA– CNPJ N°55.909.512/0001-67 com os lotes: 1, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 40, 41, 42, 43, 46, 48, 52, 62, 64, 67, 74, 75, 79, 83, 90, 91, 98 e 101 no valor total de R$ 13.507,60 (treze mil e quinhentos e sete reais e sessenta centavos).

SILMAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ N°24.035.925/0001-36 com o lote: 61 no valor total de R$ 123.300,00 (cento e vinte e três mil e trezentos reais).

KW INFORMÁTICA LTDA – CNPJ N°14.208.959/0001-21 com os lotes: 34, 72, 76, 77, 99, 102 e 103 no valor total de R$ 684,67 (seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

AAZ SAÚDE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES – CNPJ N°17.238.455/0001-42 com os lotes: 2, 3, 4, 5, 12, 14, 21, 23, 25, 26, 27, 35, 44, 45, 56, 59, 78, 88, 89 e 96 no valor total de R$ 1.887,48 (um mil e oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ N°07.481.107/0001-48 com os lotes: 50, 55 e 86 no valor total de R$ 1.883,00 (um mil e oitocentos e oitenta e três reais).

AI SIM COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - CNPJ N°44.922.438/0001-00 com o lote: 95 no valor total de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

RC MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ N°02.377.937/0001-06 com o lote: 38 no valor total de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais).

CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI – ME – CNPJ N°29.774.483/0001-63 com os lotes: 37, 54 e 81 no valor total de R$ 57.383,50 (cinquenta e sete mil e trezentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E AQUECIMENTO LTDA – CNPJ N°47.257.471/0001-43 com os lotes: 8 e 9 no valor total de R$ 68.159,02 (sessenta e oito mil e cento e cinquenta e nove reais e dois centavos).

MTM SUL LTDA - CNPJ N°49.064.583/0001-03 com o lote: 57 no valor total de R$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais).

PRIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇOES LTDA – CNPJ N°37.123.575/0001-01 com o lote: 82 no valor total de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA – CNPJ N°10.735.873/0001-04 com o lote: 93 no valor total de R$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).

Itens desertos:6, 7 e 73

Itens fracassados:10, 16, 51, 65, 71 e 100

Porto Amazonas, 02 de fevereiro de 2026.

MICHELE DE OLIVEIRA MARTINS
Pregoeira Municipal

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:524C3853

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL N.º 01/2026

EDITAL Nº 01/2026

A Diretora do Departamento Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 23 e seus parágrafos, combinado com o Art. 26, todos da Lei nº 848/2009, e
CONSIDERANDO a necessidade de professor na Rede Municipal de Ensino, para suprir vaga em aberto, devido à afastamento por licença à maternidade;
RESOLVE:
Art. 1º - CONVOCAR os professores da Rede Municipal de Ensino interessados em:
- 01 (uma) vaga de jornada em Regime Suplementar, para o **turno matutino** no Centro Municipal de Educação Infantil Eveline de Cássia Mendes - CMEI Cassinha".
Parágrafo único: Para atender ao disposto no caput deste Artigo, a inscrição estará aberta nos dias **03/02 das 8h00 às 11h00, das 13h30 às 16h30 e dia 04/02 das 8h00 às 11h00** na sede do Departamento Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º- A vaga na referida instituição de ensino será preenchida até o término da licença maternidade, encerrando-se a jornada do Regime Suplementar.
Art. 3º - O critério de classificação será:
I – Para professor em jornada suplementar:

I - Formação	Magistério (Nível Médio)	01 ponto
	Curso Superior em Pedagogia ou outra Licenciatura	02 pontos
	Pós-Graduação Lato Sensu	02 pontos
II – Tempo de serviço	01 (um) ponto por ano de serviço, sendo computado no máximo 05 (cinco pontos).	
III – Menor nº de afastamentos	-Professor com: até 05 (cinco) dias de afastamento (ininterruptos ou não) = 05 pontos; - De 06 a 10 dias de afastamentos (ininterruptos ou não) nos últimos cinco anos= 03 pontos; - Acima de 10 (dez) dias, o professor que teve afastamentos de qualquer natureza, à exceção de licenças especiais (maternidade, férias, adoção) = Não pontuará. (Resolução nº 113/2017).	

Porto Amazonas, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI
Diretora – DEMEC

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:52745B4B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 02/2026, 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre cessão de servidor do município de Sarandi – autarquia Águas de Sarandi para o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR).

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizada a cessão do servidor Michel Caldato, ocupante do cargo de Químico na autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, para desempenhar suas funções junto ao CISPAR a partir do dia 02/02/2026, conforme Portaria nº 30/2026/SMSA.

Art. 2º. O servidor permanecerá vinculado à Águas de Sarandi, sem vínculo empregatício com o CISPAR, sendo aquela responsável pela remuneração integral do servidor, bem como todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, conforme legislação vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIO CHICAROLI
Presidente

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:FBB7361A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº /2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº /2026 - AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Levamos ao conhecimento dos interessados que o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR, em obediência ao § 3º do Art. 75, da Lei 14.133/2021, que **08h00min do dia 03 de fevereiro de 2026 até às 17h00min do dia 05 de fevereiro de 2026**, estará buscando propostas adicionais para a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de lavagem de jalecos ao laboratório Cispar.

Dessa forma, solicita-se o envio de uma proposta de preços para o e-mail administracao@cispar.pr.gov.br até a próxima **quinta-feira (05/02/2026)**, que poderá ser encaminhada por meio do preenchimento do formulário de proposta anexado, ou por modelo próprio que atenda aos requisitos constantes do formulário juntado, documento esse que deverá ser devidamente assinado, carimbado e datado pelo proponente.

Ao formalizar sua proposta, a empresa declara que está de acordo com as condições estabelecidas na versão do Termo de Referência que foi disponibilizado para cotação de preços.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto ao Departamento Administrativo, sito a Rua Pion. Miguel Jordão Matines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões, Maringá/PR, através do e-mail administracao@cispar.pr.gov.br e site https://www.consorciocispar.com.br/site/ ou pelo telefone (44) 3123-2800, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min.

Maringá-PR, 02 de fevereiro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo

Publicado por:
Pedro Gabriel Grecco
Código Identificador:B5C34B6F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
RESOLUÇÃO CRFS 46- 2025- AGENDA DAS SESSÕES DO CONSELHO DE REGULAÇÃO 2026

Órgão Regulador de Saneamento do Paraná – Orcispar
CNPJ: 04.823.494/0003-27
Rua Pion. Miguel Jordão Martinez, 677 – Pq. Ind. Mario Bulhões da Fonseca
Tel: 44 3123- 2830
RESOLUÇÃO ORCISPAR Nº 46, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a agenda das sessões do Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços do ORCISPAR para o ano de 2026.

O CONSELHO DEREGULAÇÃO EFISCALIZAÇÃO DOORCISPAR, no usodas atribuições quelhe são conferidas pela Resolução nº 45 de 13 de dezembro de 2024, e
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar a agenda das sessões do Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços do ORCISPAR para o ano de 2026, conforme anexo. Art.4ºEstaresoluçãoentraem vigor na data de sua publicação.

Maringá(PR),17dedezembrode2025

THIAGOB.MARIN
Presidente do Conselho de Regulação e Fiscalização do ORCISPAR

Agenda das sessões do Conselho de Regulação e Fiscalização dos Serviços	
JANEIRO	28/01/2026
FEVEREIRO	25/02/2026
MARÇO	25/03/2026
ABRIL	29/04/2026
MAIO	27/05/2026
JUNHO	24/06/2026
JULHO	29/07/2026
AGOSTO	26/08/2026
SETEMBRO	23/09/2026
OUTUBRO	28/10/2026
NOVEMBRO	25/11/2026
DEZEMBRO	16/12/2026

Publicado por:
Gabriela Mantovani Godoy
Código Identificador:D9B3F9FE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 007/2026

Subdivide o lote nº 17, da quadra nº 05, localizado na Rua Maria Helena Witte nº 56, Jardim Nova Maragogipe, perímetro urbano deste Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, Matrícula nº 10.842, no CRI de Porecatu – PR, com área de 250,00 m².

O Prefeito Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1° Fica subdividido **lote nº 17, da quadra nº 05, localizado na Rua Maria Helena Witte nº 56, Jardim Nova Maragogipe,** com área de 250,00 m², passando a constituir os **lotes: nº 28A e nº 28B,** a seguir descritos:

ANTES DA SUBDVISÃO:
Lote nº 17: Rua Maria Helena Witte nº 56 - Frente: divisa com a Rua Maria Helena Witte, rumo SE 75°50'19" a distância de 10,00 metros; **Lado Direito:** divisa com o Lote n.º 18, rumo SE 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Lado Esquerdo:** divisa com o Lote n.º 16, SW 14°09'41" a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Fundos:** divisa com o Lote n.º 12, rumo NW

75°50’19” a distância de 10,00 metros de quem da rua olha, formando a área total de 250,00 m². Cadastro Imobiliário nº 90379.

DEPOIS DA SUBDVISÃO:
Lote nº 17A: Rua Maria Helena Witte nº 56 - Frente: divisa com a Rua Maria Helena Witte, rumo SE 75°50’19” a distância de 5,00 metros; **Lado Direito:** divisa com o Lote n.º 17B, rumo SE 14°09’41” a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Lado Esquerdo:** divisa com o Lote n.º 16, SW 14°09’41” a distância de 25,00 metros de quem da rua olha**; Fundos:** divisa com o Lote n.º 12, rumo NW 75°50’19” a distância de 5,00 metros de quem da rua olha, formando a área total de 125,00 m². Cadastro Imobiliário nº 90379.

Lote nº 17B: Rua Maria Helena Witte nº 54 - Frente: divisa com a Rua Maria Helena Witte, rumo SE 75°50’19” a distância de 5,00 metros; **Lado Direito:** divisa com o Lote n.º 18, rumo SE 14°09’41” a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Lado Esquerdo:** divisa com o Lote n.º 17A, SW 14°09’41” a distância de 25,00 metros de quem da rua olha; **Fundos:** divisa com o Lote n.º 12, rumo NW 75°50’19” a distância de 5,00 metros de quem da rua olha, formando a área total de 125,00 m². Cadastro Imobiliário nº 90380.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, aos 02 de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:8946B710

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 007/2026

11ª CONVOCAÇÃO PSS 002.2025

A Prefeitura Municipal de Prado Ferreira, Estado do Paraná em conformidade com o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS Nº 002/2025 para os cargos de Professor Classe A; Professor de Artes; Professor de Inglês; Pedagogo; e Professor da Educação Infantil. e, em conformidade com *EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL* Nº 014/2025, CONVOCA para comparecer a Divisão de Recursos Humanos, no horário das 08:00 as 12:00 h e das 14:00 as 17:00 h, entre os dias 03 á 06 de fevereiro de 2026, para se manifestar sobre aceitação ou não do emprego:
CANDIDATO(S) CONVOCADO(S):

CARGO: 218-PROFESSOR CLASSE A (TSS)

INSCR.	N O M E	CPF	CLASSIF.	PERÍODO
371248	ROSA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	***.***.009-20	10º	Tarde

Apresentar documentação listadas nos itens 14 e 15 do Edital nº 005/2025, abaixo relacionados.
14. DOS REQUISITOS BÁSICOS E DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO
14.1 São requisitos básicos para a contratação:
a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou português. Neste caso estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses conforme §1º, do art. 12 da Constituição Federal e Decretos nos 70.391/72 e 70.436/72;
b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos);
c) Comprovar escolaridade mínima exigida para o cargo;
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
e) Estar em dia com as obrigações militares (no caso candidato do gênero masculino);
f) Estar no gozo dos direitos políticos;
g) Ser portador de Cadastro de Pessoa Física (CPF);
h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;
i) Ter disponibilidade para o horário de trabalho, o qual deverá atender as necessidades do órgão requisitante;
j) Apresentar declaração de acúmulo de cargos ou negativa de acumulação;
k) Cumprir as determinações deste edital.

14.2 Para a contratação, caso seja aprovado e venha a ser convocado, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios:
a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
b) PIS ou PASEP e data de cadastramento (se já for cadastrado);
c) Registro de nascimento ou certidão de casamento;
d) Carteira de identidade;
e) CPF;
f) Título de eleitor;
g) Certidão de quitação eleitoral;
h) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação (no caso candidato do gênero masculino);
i) Comprovante da escolaridade exigida para o cargo;
j) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, se possuir;
k) Comprovante de endereço atual;
l) Declaração da não existência de acúmulo de cargos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (Art. 37, § 10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal, incisos XVI e XVII do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná e inciso XIV do artigo 5º da Instrução Normativa 44/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
m) Exame Admissional;
n) Outros documentos ou comprovantes que se fizerem necessários.

14.3 O candidato convocado deverá apresentar fotocópias dos documentos exigidos juntamente com os originais para autenticação, ou fotocópias autenticadas em cartório.
14.3.1 o Departamento de Recursos Humanos responsável pela contratação analisará as fotocópias e as comparará aos documentos originais, conferindo a sua autenticidade por meio de declaração a ser escrita, impressa ou carimbada em cada folha de cópia e assinada pelo Agente.
14.4 Verificada a falsidade nos documentos apresentados, será o candidato eliminado do Processo Seletivo Simplificado (PSS), com nulidade da aprovação ou da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
15. DA AVALIAÇÃO MÉDICA ADMISSIONAL
15.1 O candidato convocado deverá apresentar avaliação médica admissional.
15.2 Na avaliação médica o candidato deverá ser considerado apto para ser contratado. Se a avaliação médica acusar inaptidão para o exercício da função, o candidato será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:0F3344A9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 024/2026

Dispõe sobre a Exoneração de Cargo Emprego Público do Município de Prado Ferreira.

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido ***RAFAELA FERNANDA LUIZ PENA PIVOTTO***, RG nº ***.***.639-08 SSP/PR e CPF nº ***.***.639-08, do cargo de **Professor 20 Horas**, Matrícula nº 99100238.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 01 dias do mês de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:DDA94ECC

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 025/2026

Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores do Município de Prado Ferreira, e da outras Providências.

O **Prefeito Municipal de Prado Ferreira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 130, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira:

RESOLVE:

Art. 01 - Conceder-se-á 11(onze) dias de férias ao servidor(a) ANA PAULA FERNANDA PAIVA SILVA ocupante de cargo comissionado, matrícula 30001076 referente ao período aquisitivo 22/09/2024 á 21/09/2025, a serem gozadas no período de 02/02/2026 á 12/02/2026;
Art. 02 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) BRUNO LEMES GONÇALVES ocupante de cargo efetivo, matrícula 99100136 referente ao período aquisitivo 02/10/2024 á 01/10/2025, a serem gozadas no período de 05/02/2026 á 06/03/2026;
Art. 03 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) INES APARECIDA RODRIGUES ocupante de cargo eletivo de conselheiro tutelar, matrícula 99100146 referente ao período aquisitivo 10/01/2025 á 09/01/2026, a serem gozadas no período de 10/02/2026 á 11/03/2026;
Art. 04 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) AGATHA CAROLINE MARTINS SCALCO ocupante de cargo comissionado, matrícula 99100158 referente ao período aquisitivo 01/03/2024 á 28/02/2025, a serem gozadas no período de 09/02/2026 á 10/03/2026;
Art. 05 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) SIMEIRE APARECIDA DE OLIVEIRA HIGUCHI ocupante de cargo efetivo, matrícula 100288 referente ao período aquisitivo 15/02/2024 á 14/02/2025, a serem gozadas no período de 02/02/2026 á 03/03/2026;
Art. 06 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) LUIZ AUGUSTO DE OLIVEIRA ocupante de cargo efetivo, matrícula 100396 referente ao período aquisitivo 02/04/2024 á 01/04/2025, a serem gozadas no período de 02/02/2026 á 03/03/2026;
Art. 07 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) THALYTA MANIERI DA SILVA ocupante de cargo efetivo, matrícula 100409 referente ao período aquisitivo 02/04/2024 á 01/04/2025, a serem gozadas no período de 12/01/2026 á 10/02/2026;
Art. 08 - Conceder-se-á 20(vinte) dias de férias ao servidor(a) ZACARIAS DE ANDRADE ocupante de cargo efetico, matrícula 100416 referente ao período aquisitivo 18/02/2025 á 17/02/2026, a serem gozadas no período de 02/02/2026 á 21/02/2026;
Art. 09 - Conceder-se-á 20(vinte) dias de férias ao servidor(a) SUELI MAYUMI OSAWA ocupante de cargo efetivo, matrícula 30000909 referente ao período aquisitivo 01/02/2025 á 31/01/2026, a serem gozadas no período de 18/02/2026 á 09/03/2026;
Art. 10 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) ISRAEL MIRANDA DOS SANTOS ocupante de cargo efetivo, matrícula 30001015 referente ao período aquisitivo 10/02/2024 á 09/03/2025, a serem gozadas no período de 02/02/2026 á 03/03/2026;
Art. 11 - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria correrão a conta de dotações próprias consignadas no vigente orçamento.

Art. 12 - A presente portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 01 dias do mês de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:F9742CA1

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 026/2026

Dispõe sobre a Exoneração de Cargo Efetivo do Município de Prado Ferreira.

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido ***GABRIELA BATALINI DE FREITAS***, RG nº **.***.392-7 SSP/SP e CPF nº ***.***. 518-19, do cargo de **Médico Plantonista**, Matrícula nº 30000955.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2026.

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:A7C77CA0

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 029/2026

Dispõe sobre a concessão de férias aos servidores do Município de Prado Ferreira, e da outras Providências.

O **Prefeito Municipal de Prado Ferreira**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 130, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Prado Ferreira:

RESOLVE:

Art. 01 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) JOANA CLAUDIA RODRIGUES MOURA ocupante de cargo efetivo, matrícula 100252 referente ao período aquisitivo 06/02/2024 á 05/02/2025, a serem gozadas no período de 04/02/2026 á 05/03/2026;
Art. 02 - Conceder-se-á 30(trinta) dias de férias ao servidor(a) OSMAR JOSE DIAS ocupante de cargo efetivo, matrícula 100259 referente ao período aquisitivo 01/01/2024 á 31/12/2024, a serem gozadas no período de 04/02/2026 á 05/03/2026.
Art. 03 - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria correrão a conta de dotações próprias consignadas no vigente orçamento.

Art. 04 - A presente portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:FB08E68E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

Audiência de Avaliação das Metas Fiscais
3º Quadrimestre de 2025
Executivo Municipal

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, em cumprimento à Lei Complementar nº. 101/2000, convoca a população quatrobarrense, os Conselhos Municipais e demais interessados para prestigiar a Audiência Pública de avaliação do cumprimento das Metas Fiscais e de avaliação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência relativo ao Terceiro Quadrimestre de 2025 do Executivo Municipal e do cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2025 da Previdência Social do Município de Quatro Barras – Previbarras, a qual será realizada em 27 de fevereiro de 2026, no Plenário da Câmara Municipal de Quatro Barras, à Avenida 25 de Janeiro, nº. 448, Centro, Quatro Barras, com início às 14h30min.
O acesso ao público à realização da audiência se dará na forma presencial e virtual (on-line) com transmissão ao vivo pela internet, com possibilidade de interação via Facebook da Prefeitura Municipal de Quatro Barras.

Quatro Barras - Pr, 02 de fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:A36E7F41

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO

Avaliação do Plano Municipal de Saúde
3º Quadrimestre de 2025

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras, em cumprimento a Lei Complementar nº 101/2000 convoca a população quatrobarrense, membros do Conselho Municipal de Saúde, representantes de Entidades Públicas e demais interessados, para prestigiar a Audiência Pública do Plano Municipal de Saúde, referente ao 3º Quadrimestre de 2025, a qual será realizada em 27 de fevereiro de 2026, no Plenário da Câmara Municipal de Quatro Barras, à Avenida 25 de Janeiro, nº 448, centro, Quatro Barras, com início as 14h00min.

O acesso ao público a realização da audiência se dará na forma presencial e virtual (on-line) com transmissão ao vivo pela internet, com possibilidade de interação via Facebook da Prefeitura Municipal de Quatro Barras.

Quatro Barras, 02 de fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:B3D46CBC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONTRATAÇÃO

PORTARIA N° 018/2026

SÚMULA: Contrata PROFESSORES conforme Processo Seletivo Simplificado marcado pelo Edital 029/2025.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

1º - Contratar, no âmbito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o exercício do cargo de **Professor Temporário**, nos termos do **Edital nº 029/2025**, que instituiu o Processo Seletivo Simplificado, bem como dos **Editais de Convocação nº 001/2026 e nº 003/2026, a partir de 02/02/2026,** as pessoas abaixo nominadas:

NOME
MARIA APARECIDA DA ROCHA SILVA
MARIA IVONETE AMORIM ROOS
ADRIANA APARECIDA BATISTA NUNES
ROSIMEIRE SALES DA SILVA
LUIZ CARLOS DE ARAUJO
CAMILA MARIA COESTA TONIAL CANASSA
JAINE CRISTINA BEZERRA DOS SANTOS
EUZELINA DOS SANTOS
MARIA DE FATIMA VALENCIO REGINATO
MONICA DE ANDRADE RAMALHO
ANGELO MARCIO TOBIAS
Art. 2º - As contratações de que trata esta Portaria terão vigência conforme disposto no respectivo Edital, contada a partir da data de contratação, e observada a legislação municipal aplicável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, PR, 02 de Fevereiro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:2BCF8978

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

RESOLUÇAO Nº 001/2026

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – C.M.D.C.A no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 1440 de 10 de Junho de 2015.

RESOLVE:

Art. 1° - Exonerar a conselheira tutelar **Eliana Lopes de Andrade,** que solicitou sua exoneração a partir do dia 03/02/2026.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Querência do Norte - PR, 02/02/2026.

EDSON RONALDO TRESSMANN
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:BA529D37

LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO INEX 02/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2026

AVISO DE RATIFICAÇÃO

O PREFEITO ALEX SANDRO FERNANDES, torna pública a RATIFICAÇÃO do procedimento de Inexigibilidade de licitação em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto – a contratação de empresa **63.899.753 AUREA MARQUES DOS SANTOS, CNPJ sob o nº 63.899.753/0001-09 com sede na Rua Santos, 1064- CEP: 87930000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR**, para prestação de serviços conforme edital de credenciamento 01/2024, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde:

de preparo de alimentos para refeições, lanches, cafés –
custo estimado: R$ R$ 11.064,27 (Onze mil, sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), sendo pagamento referente a aproximadamente 1.239 horas ao custo hora de R$ 8,93 por um período de 06 meses, sendo pagamento mensais conforme a quantidade de horas trabalhadas;

Querência do Norte – PR, 02 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:2766A7B6

LICITAÇÃO
COMUNICADO DE INEX 02/2026

COMUNICADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 08/2026

DECLARO INEXIGÍVEL PROCESSO LICITATÓRIO, NOS TERMOS DO ART. 74, DA LEI Nº. 14.133/21, a contratação de empresa **63.899.753 AUREA MARQUES DOS SANTOS, CNPJ sob o nº 63.899.753/0001-09 com sede na Rua Santos, 1064- CEP: 87930000 - bairro CENTRO, Querência do Norte/PR**, contratação de pessoa jurídica de prestação de serviços conforme edital de credenciamento 01/2024, com a finalidade de atender as demandas e suprir as necessidades das secretarias municipais da Prefeitura de Querência do Norte:
- de preparo de alimentos para refeições, lanches, cafés –

Querência do Norte – PR, 02 de fevereiro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:2D84593B

RECURSOS HUMANOS
NOMEIA CARGO COMISSIONADO

DECRETO Nº 014/2026

Súmula: Nomeia Cargo Comissionado.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,
Resolve:

Nomear o servidor efetivo **RODRIGO FERREIRA DE ALMEIDA** portador da Cédula de Identidade com RG nº. 9.3**.**.**2-8 e do CPF nº. 052.***.***-40 para responder pela **DIVISÃO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO** do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, percebendo a Função Gratificada de Divisão, conforme Anexo XI da Lei 2038/2025, a partir desta data.
Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 162/2025 de 17/06/2025.

Querência do Norte, PR, 02 de Fevereiro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:7AF009D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA
EXTRATO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUITANDINHA - PR
EXTRATO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE REGIME DE ADIANTAMENTO 04/2025-RA
PARTES: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha – PR e Jussara Wisniewski.
OBJETO: Disponibilização de recursos mediante adiantamento para pequenas despesas.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Até 03/02/2026.
VALOR: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
RECURSOS:
09.272.0015.2001 Instituto de Previdência dos Servidores de Quitandinha – Quitandinhaprev
33.90.30.00.00 Material de Consumo
33.90.30.96.00 Material de Consumo – Pagamento antecipado
33.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiro PJ
33.90.39.96.00 Outros Serviços de Terceiro PJ – Pagamento antecipado

PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADA EM 02/02/2026.
Quitandinha-PR, 02 de fevereiro de 2026.

EMERSON MITSUI KARASAWA
Diretor Presidente

Publicado por:
Jussara Wisniewski
Código Identificador:12B53FFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 20/2026 – TESTE SELETIVO 01/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Edital de Convocação 20/2026 – Teste Seletivo 01/2025
A Prefeitura Municipal de Quitandinha convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer no Departamento de Pessoal a fim de tomar (em) as providências necessárias para assumir (em) o(s) correspondente(s) cargo(s) público(s), no prazo de 48 horas após a data de publicação.

Ordem	Nome	Cargo	Localidade
23ª	MARIANA APARECIDA GREBOR	AUXILIAR OPERACIONAL GERAL	GERAL

24ª	SIOMARA DOS SANTOS ROCHA	AUXILIAR OPERACIONAL GERAL	GERAL
25ª	PRECIELE ZEK DE LIMA TABORDA	AUXILIAR OPERACIONAL GERAL	GERAL

Quitandinha, 02 de fevereiro de 2026.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:9F01D168

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO 1º TERMO DO ADITIVO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REDIMENSIONAMENTO DE VALOR DO CONTRATO Nº 006/2025 EM CONFORMIDADE COM INEXIGIBILIDADE Nº 002/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADA: GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS, inscrita sob o **CNPJ nº 00.165.960/0001-01**.

OBJETIVO: **Contratação da Empresa GOVERNANCABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTAO EM SERVICOS destinado ao Atendimento de Suporte a todos os Sistemas GOVBR, incluindo Auxílio na Prestação de Contas TCE/PR e Treinamentos voltados a Produtos GOVBR, conforme quantidades e especificações constantes no Processo Administrativo e seus Anexos.**

VALOR DO ADITIVO: R$ 70.910,28 (setenta mil e novecentos e dez reais e vinte e oito centavos).
VIGÊNCIA DO ADITIVO: De 04/02/2026 à 03/08/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº. 14.133/21, e alterações posteriores, bem como as demais normas vigentes e aplicáveis.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 02 de fevereiro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:E816F71A

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 009/2024

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 009/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADA – CARLA SANTOS ALMEIDA
Objeto: Rescisão de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 009/2024 na prestação de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFFESSOR** junto ao Departamento Municipal de Educação, em caráter excepcional, com carga horária de 20 horas semanais; rescindindo administrativamente o presente Contrato nas hipóteses prevista na Cláusula 5º por iniciativa do Contratado mediante protocolo nº 018 de 02/02/2026, sem recebimento das verbas previstas na Cláusula 13º por descumprimento do Parágrafo 1º da Cláusula 13º do referido Contrato.
RESCISÃO CONTRATUAL: 04 de fevereiro de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E AUTORIZAÇÃO: Lei Municipal nº 951/08/2024 de 02/12/2024 e Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 02 de fevereiro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:B7C3085A

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 014/2024

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 014/2024
Partícipes:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
CONTRATADA – FRANCIELE FORTUNATO
Objeto: Rescisão de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 010/2024 na prestação de Serviços na área da Educação visando a realização das atribuições de **PROFFESSOR** junto ao Departamento Municipal de Educação, em caráter excepcional, com carga horária de 20 horas semanais; rescindindo administrativamente o presente Contrato nas hipóteses prevista na Cláusula 5º por iniciativa do Contratado mediante protocolo nº 016 de 30/01/2026, sem recebimento das verbas previstas na Cláusula 13º por descumprimento do Parágrafo 1º da Cláusula 13º do referido Contrato.
RESCISÃO CONTRATUAL: 05 de fevereiro de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E AUTORIZAÇÃO: Lei Municipal nº 951/08/2024 de 02/12/2024 e Processo Seletivo Simplificado nº 003/2023.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 02 de fevereiro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:38C5C2F0

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE PARCERIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D/OESTE/PR

CONTRATADA: UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ - UNDIME PR
CNPJ nº 81.398.588/0001-85

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA ENTIDADE UNDIME PR (UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ), ATRAVÉS DO PAGAMENTO DE TAXA DE ADESÃO (ANUIDADE), BEM COMO APÓS A CONTRATAÇÃO, PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES DOS DIRIGENTES E COORDENAÇÃO, PARA PARTICIPAÇÃO DE SEMINÁRIOS, FÓRUNS E SIMPÓSIOS OFERTADOS PELA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR TOTAL: R$ 9.268,00 (Nove mil duzentos e sessenta e oito reais).
HOMOLOGADO: 29 de janeiro de 2025
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Inciso III da Lei Federal nº 14.1333/2021.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 30 de janeiro de 2025

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:33E20831

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 045/09/2026

SÚMULA: EXONERA a Sra. JOSELIA ALVES MORESCHI, Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de carreira de PROFESSOR, a partir de 02/02/2026, conforme por Ela requerido.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, **Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o contido no requerimento protocolado sob o nº 017 de 30/01/2026, pela Servidora Pública;

R E S O L V E

Art. 1º – HOMOLOGAR O PEDIDO DE EXONERAÇÃO da Servidora Pública Municipal **JOSELIA ALVES MORESCHI,** portadora da RG nº 6.915.208-2/PR, inscrita no CPF nº 047.288.329-10, **do cargo de carreira de PROFESSOR a partir de 02 de fevereiro de 2026.**

Art. 2º - Declarar, em consequência da predita exoneração, a **VACÂNCIA DO CARGO de PROFESSOR.**

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, com efeitos a partir de 02/02/2026.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:F47ED171

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 046/09/2026

CONCEDE AFASTAMENTO do trabalho, para tratamento de saúde pelo período a contar de 30/01/2026 à 27/02/2026 (29 dias) por motivos descritos pelo CID Z54.0 com recebimento de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho no período de 30/01/2026 à 27/02/2026, a Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELA MARIA DE ARAUJO DE PEDER, ocupante do Cargo de AJUDANTE GERAL, mediante apresentação de atestado e laudo médicos em anexo, apresentados pela Servidora retro ao Departamento de Administração do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, Sr. EVERTON CASSIO ZANUTO, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei e com base na Lei Municipal nº 199/03/2001, que dispõe sobre o Plano de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Município de Rancho Alegre D'Oeste, e de conformidade ainda com a Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020, em seus Artigos 3º e 5º, que dispõem sobre a concessão de benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho, da referida Lei, bem como, mediante laudo médico avaliativo, apresentado pela Servidora retro.

R E S O L V E

I – **Conceder** afastamento de suas atividades do cargo de **AJUDANTE GERAL, a** Servidora Pública Municipal, **Sra. ANGELA MARIA DE ARAUJO DE PEDER,** no período de **30/01/2026 à 27/02/2026 (29 dias),** conforme solicitado e descrito em laudo médico avaliativo de Especialista que a acompanha, sendo o respectivo afastamento no período de **30/01/2026 à 27/02/2026 (29 dias), com o recebimento de referido benefício pago pelo Município, no período de 30/01/2026 à 27/02/2026.**

II - A concessão deste afastamento, bem como, do recebimento do benefício de afastamento por incapacidade temporária para o trabalho pago pelo Município, fica concedido respeitado o prazo legal descrito no Artigo e posteriores da Lei Complementar Municipal nº 005/07/2020**, com o recebimento do referido benefício no período de 30/01/2026 à 27/02/2026.**

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30 de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:AE282604

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Eu, **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, Prefeito Municipal do Município de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e nos Termos da Lei nº 14.133/2021 e demais alterações;

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente contratação, nestes termos:

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026	
OBJETO:	
CONTRATAÇÃO DA ENTIDADE UNDIME PR (UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ), ATRAVÉS DO PAGAMENTO DE TAXA DE ADESÃO (ANUIDADE), BEM COMO APÓS A CONTRATAÇÃO, PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES DOS DIRIGENTES E COORDENAÇÃO, PARA PARTICIPAÇÃO DE SEMINÁRIOS, FÓRUNS E SIMPÓSIOS OFERTADOS PELA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA	
CONTRATADO (A)	**UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ - UNDIME PR**
CNPJ Nº	**81.398.588/0001-85**
VALOR (R$)	**R$ 9.268,00 (Nove mil duzentos e sessenta e oito reais)**
PRAZO	**A vigência do presente Contrato é até 31/12/2026**
FUNDAMENTAÇÃO:	**Artigo 74, Inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021.**

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 29 de janeiro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:DC45474E

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2026

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE,** Estado do Paraná**,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.640.1320001/94, através do Prefeito Municipal Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO**, no uso de

suas atribuições legais conferidas por Lei, RECONHECE, com fundamento no caput do artigo 74, da Lei Federal 14.133/21, a inexigibilidade de licitação para o seguinte objeto:

CONTRATAÇÃO DA ENTIDADE UNDIME PR (UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ), ATRAVÉS DO PAGAMENTO DE TAXA DE ADESÃO (ANUIDADE), BEM COMO APÓS A CONTRATAÇÃO, PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES DOS DIRIGENTES E COORDENAÇÃO, PARA PARTICIPAÇÃO DE SEMINÁRIOS, FÓRUNS E SIMPÓSIOS OFERTADOS PELA ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO E SEUS ANEXOS.

CONTRATADA: UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ - UNDIME PR
CNPJ nº 81.398.588/0001-85

VALOR TOTAL: R$ 9.268,00 (Nove mil duzentos e sessenta e oito reais).
HOMOLOGADO: 29 de janeiro de 2025
VIGÊNCIA DO CONTRATO: Até 31/12/2026.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Diante dos dados expostos e da documentação apresentada, a Autoridade Superior **RATIFICA** a contratação e visando a eficácia dos atos, publique-se na situação de Inexigibilidade, com amparo na legislação supracitada

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 29 de janeiro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rose Silva Moreira Mourão
Código Identificador:D9C753F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 044/09/2026

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO
O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D´Oeste, Estado do Paraná, Senhor **EVERTON CÁSSIO ZANUTO**, no uso de suas atribuições legais conforme a **Lei nº. 959/09/2025**, resolve:

AUTORIZAR

I – O Servidor **AMARILDO JOSÉ DA SILVA**, ocupante do cargo de **VICE PREFEITO,** para se ausentar a Serviço do Município de Rancho Alegre D´Oeste;
II – Concessão de diárias para visita ao Gabinete do Deputado Estadual Alexandre Curi e Secretaria de Turismo do Paraná – SETU, bem como acompanhar demandas do Município.
III – Data: **01/02/2026 à 02/02/2026.**
IV – Cidade de **Curitiba/PR**.
V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO".

Rancho Alegre D´Oeste, PR., 30 de Janeiro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karina Inacio Almeida
Código Identificador:941C3287

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE REALEZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025
OBS: O MUNICÍPIO NÃO POSSUI FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

REALEZA, 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AE8E3EA2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LIMPEZA LOTE 04-2026

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
Limpeza de terreno particular nº 04/2026

Conforme
Lei Complementar nº 008/2019
Lei 2.187/2024 e Decreto nº 5.007/2025

O Município de REALEZA, Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, devido a desatualização cadastral (por parte dos proprietários) no banco de dados do departamento de tributação do município e em cumprimento aos dispositivos legais previstos nos artigos 6º e 11º, da Lei Municipal nº 008/2019, (Código de Posturas do Município), que estabelece as normas para limpeza de trerrenos, passeios e frentes de residências, e deteminação da Lei nº 2.187/2024 e decreto 5.007/2025, que estabelecem a obrigatoriedade de plantio de grama em terrenos não edificados, **NOTIFICA** os(a) proprietários(a) DE TERRENO(S) EM CONDIÇÃO DE ABANDONO, abaixo descrito(s):

- MAYCON CESAR DAMIM, CPF: 054....., Terreno na AV Edmundo Gaievski, S/N , Bairro Moretti, quadra 417, lote 22, inscrição 55....

A fim de que **execute(m) os serviços de conservação, limpeza e roçada do(s) terreno(s)**, no **prazo de 10 (dez) dias** a contar da publicação desta notificação, e o(s) **mantenha(m) conservado(s), limpo(s) e roçado(s) durante todo o ano,** sob pena de **multas** pelo mau estado de conservação, além de **recair sobre o proprietário as despesas oriundas dos serviços que por ventura sejam executados para limpeza.**

O não pagamento de multa gera **inscrição em dívida ativa no cadastro tributário municipal**, ficando a pessoa física/jurídica autuada, sem certidão negativa municipal para quaisquer fins e com possibilidade de ajuizamento do débito por meio de execução fiscal.
DECRETO 5.012 DE 4/01/26, determina o valor do UFM em R$ 1,067

Valor da Multa pela não limpeza = R$ 400 UFM
Valor da Multa pelo não Plantio de grama = R$ 400 UFM.
Valor da limpeza: calculado por metro quadrado, conforme processo de inexigibilidade 04/2025.

Publicado por:
Ana Sara Welter
Código Identificador:6CCFCA93

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.619/2026 02/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- NOMEAR com fins retroativos a partir da data de 01/02/2026, a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo temporário de **Auxiliar de Serviços Gerais**, referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº08/2025, conforme Edital de convocação Nº09.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

MARISA MONDINI	RG Nº 6.597.560-0 SSP/PR

- NOMEAR a partir da data de hoje 02/02/2026 os(as) servidores(as) abaixo relacionadas para exercerem o cargo temporário de **Monitor Educacional 40H**, conforme PSS (Processo Seletivo Simplificado) Nº 02/2025, conforme Edital de convocação Nº23 por prazo determinado.

MONITOR EDUCACIONAL 40H

ANGELITA SIMÕES	RG Nº 8.950.147-4 SSP/PR
CARLOS EDUARDO RANGEL DA SILVA	RG Nº 7.227.677 SSP/SC
CLEONIR POLESE MENDES	CPF Nº 024.***.***-02
PAMELA LETICIA DE OLIVEIRA	RG Nº14.352.712-3 SSP/PR

- NOMEAR a partir da data de hoje 02/02/2026 os(as) servidores(as) abaixo relacionadas para exercerem o cargo temporário de **Monitor Educacional 30H**, conforme PSS (Processo Seletivo Simplificado) Nº 07/2025, conforme Edital de convocação Nº10 por prazo determinado.

MONITOR EDUCACIONAL 30H

ALINE KLEIN DO AMARAL	RG Nº 13.045.863-7 SSP/PR
ANA CAROLINE KRAUSE MACIEL	RG Nº 14.363.201-6 SSP/PR
DAIANA FERNANDA MOTTA	RG Nº 10.746.942-7 SSP/PR
KAREN CRISTINA VELOZO LEAL	RG Nº 13.643.072-6 SSP/PR
MARCIA DA SILVA DE OLIVEIRA	RG Nº 12.827.992-0 SSP/PR
RAFAEL CORREA DE MELO	CPF Nº 862.***.***-20
SILVANA CARINA RECH QUEVEDO	RG Nº 9.442.855-6 SSP/PR

- NOMEAR a partir da data de hoje 02/02/2026 as servidoras abaixo relacionadas para exercerem o cargo temporário de **Professor de Língua Inglesa**, conforme PSS (Processo Seletivo Simplificado) Nº 07/2025, conforme Edital de convocação Nº11 por prazo determinado.

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

KEMILY SCHMITZ	RG Nº 9.674.798-5 SSP/PR
MARCIA WEIMER	RG Nº 8.559.400-1 SSP/PR

- NOMEAR a partir da data de hoje 02/02/2026, a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo temporário de **Agente de Conservação e Limpeza Pública**, referente ao PSS 03/2025 (Processo Seletivo Simplificado), conforme Edital de convocação Nº30.

AGENTE DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA PÚBLICA

SIMONE APARECIDA DA SILVA MARTINS	RG Nº 14.825.061-8 SSP/PR

- NOMEAR a partir da data de 03/02/2026 a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo temporário de **Monitor Educacional 30H**, conforme PSS (Processo Seletivo Simplificado) Nº 07/2025, conforme Edital de convocação Nº10 por prazo determinado.

MONITOR EDUCACIONAL 30H

ELIANE DE LIMA	RG Nº 9.101.727-0 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:25349BB1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.620/2026 02/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **ALDIONI ADAIANI ANDRETA**, ocupante do cargo efetivo de Professor, referente ao período **07/03/2018 a 06/03/2023**, a partir da data de hoje 02 de fevereiro de 2026.

- CONCEDER Licença Prêmio de 03 meses para a servidora **ELENICE CANZI**, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, referente ao período **01/09/2018 31/08/2023**, a partir da data de hoje 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2F1C9BCA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.621/2026 02/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **CLAIR ROZANE KORB LAZARI**, cadastrada sob a matrícula Nº5151, ocupante do cargo efetivo de Professor, a contar da data do dia de hoje 02/02/2026 até a data de 04/04/2026 para suprir o afastamento de Licença Doença INSS da servidora **LILIANE ANDRÉ DORNELES AZEREDO**, Matricula Nº3106191 em cargo efetivo de Professor, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

- CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **LETICIA GABRIELA RIEGER**, cadastrada sob a matrícula Nº 3106384, ocupante do cargo efetivo de Professor, a contar da data do dia de hoje 02/02/2026 até a data de 19/05/2026 para suprir o afastamento de Licença Maternidade + Licença prorrogação da servidora **NATHIELLE VALENTE BREMBATI**, Matricula Nº307591 em cargo efetivo de Professor(1º padrão), conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

- CONCEDER Jornada de Regime Suplementar a servidora **ELAINE DOS SANTOS CEZAR**, cadastrada sob a matrícula Nº 3106851, ocupante do cargo temporário do PSS de Professor de Apoio Educacional Especializado, a contar da data do dia de hoje 02/02/2026 até a data de 19/05/2026 para suprir o afastamento de Licença Maternidade + Licença prorrogação da servidora **NATHIELLE VALENTE BREMBATI**, Matricula Nº 3106788 em cargo efetivo de Professor(2º padrão), conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:993BEC00

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.622/2026 02/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- REVOGAR a Função Gratificada por Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – GTIDE da servidora **ADRIANA APARECIDA MENDES** em cargo Efetivo de Técnico em Enfermagem, conforme Portaria nº 7.045/2023 de 22/03/2023, a partir de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:C45EFF09

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.623/2026 02/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER Gratificação por Regime de Tempo Integral e de Dedicação Exclusiva – GTIDE ao servidor municipal **NILMAR DE SOUZA** ocupando o cargo Efetivo de motorista conforme LEI 2.044 de 16 de março de 2023, a partir de fevereiro de 2026.
MOTORISTA
NILMAR DE SOUZA

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:4C7239D2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.624/2026 02/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte dias), acrescidos de 60 (sessenta) dias de prorrogação dessa licença a servidora **EDILAINE SOARES SANTOS DE SOUZA**, ocupante do cargo Efetivo de Odontólogo, com fins retroativos a partir da data de 29 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:20AA126D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 8.625/2026 02/02/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º- NOMEAR a partir da data de 03/02/2026 as servidoras abaixo relacionadas para exercerem o cargo temporário de **Monitor Educacional 40H**, conforme PSS (Processo Seletivo Simplificado) Nº 02/2025, conforme Edital de convocação Nº23 por prazo determinado.
MONITOR EDUCACIONAL 40H

INÊS MARIA CAMARA	RG Nº 6.054.426-3 SSP/PR
DYANDRA MAYARA LOTICI DALLEK	RG Nº 5.445.563-3 SSP/PR

- NOMEAR a partir da data de 03/02/2026 a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo temporário de **Agente de Coleta de Resíduos**, conforme PSS (Processo Seletivo Simplificado) Nº 06/2025, conforme Edital de convocação Nº13 por prazo determinado.
AGENTE DE COLETA DE RESÍDUOS

ELIZANDRA DA CRUZ DE MOURA	RG Nº 12.415.466-9 SSP/PR

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:EF340851

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2024 EDITAL Nº 30– CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Paulo Cezar Casaril, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no PSS Nº 02/2024, conforme Edital de Homologação Nº 06/2024, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à Rua Barão do Rio Branco, Nº 3507, Centro Cívico, no período da manhã (07h30 às 11h) ou no período da tarde (13h às 16h30min), **do dia 03 a 09 de fevereiro de 2025**, munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
219	ALEXANDRAMAIA MOHR	13/12/1994	61º

Realeza, Estado do Paraná, 02 de fevereiro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I
CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO:_____ _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes ocumentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;

Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber);
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside (https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac);
Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal (https://antecedentes.dpf.gov.br/antecedentes-criminais/certidao).
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura

SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 202_____.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL
Nome: _____
Função: _____
Nome do Pai: _____
Nome da Mãe:_____
Sexo: ____ Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Nacionalidade: _____ Tipo Sanguíneo _____
RG.: _____ Órgão Emissor: _____UF: ____ Data Emissão: _____
Título de Eleitor: _____ Zona Eleitoral: _____ Seção: _____
Número CTPS: _____ Série: _____ UF: ____ Data de Exp: _____
PIS/PASEP: _____ CPF: _____
Endereço: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____
Escolaridade: _____
Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), nascido(a) em ____/____/_____, residente e domiciliado(a), à Rua _____ nº _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____,e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____

_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima**.**

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado à_____, nº ____, Bairro _____, em _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no PSS Nº 02/2024, para o cargo de _____, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no PSS Nº 02/2024, para o cargo de _____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, residente e domiciliado(a) na cidade de _____, no endereço _____, nº_____, no bairro _____, aprovado no PSS Nº 02/2024, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do Edital do PSS, conforme o Edital de Homologação nº 06/2024, para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:150E0343

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2025 EDITAL Nº 09 – CONVOCAÇÃO

O Município de Realeza, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ 76.205.673/0001-40, neste ato representado pelo Sr. PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos, abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2025, conforme Edital de Homologação Nº 08, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Realeza, sito à R. Srg. Ramiro da Silva, S/N - Centro Cívico, Realeza - PR, 85770-000, no período da manhã (07h30 às 11h), no prazo improrrogável de quatro (05) dias úteis, contados a partir de sua convocação (02 a 06 de fevereiro de 2026), munido da respectiva documentação exigida, para confirmar a aceitação do cargo. A não apresentação de um dos elementos exigidos, no prazo fixado, resultará na desclassificação do candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
INSCRIÇÃO	**NOME**	**TIPO DE INSCRIÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
1683	VANDERLEA FIORESE GUIMARÃES	AC	7º

Realeza, 02 de fevereiro de 2025.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

ANEXO I - CHECK LIST – ENTREGA DOS DOCUMENTOS

NOME: _____

CARGO: _____

O candidato deverá apresentar cópias simples e originais dos seguintes documentos:
Ficha Cadastral;
Carteira de Identidade (RG);
Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Comprovante de endereço atual;
Título de Eleitor e comprovante da última votação ou Certidão de Quitação Eleitoral.
PIS/PASEP e Número da CTPS;
Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
Carteira Nacional de Habilitação;
Comprovante de Estado Civil (Certidão de nascimento ou certidão de casamento);
Diploma/Certificado de conclusão de Curso (escolaridade):
Registro no Respectivo Conselho de Classe e Registro da Especialidade (quando couber) Regularidade Fiscal;
Certidão de Nascimento dos filhos (até 18 anos);
Certidão de Antecedentes Criminais, emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Paraná, ou do Estado em que reside;

Certidão de Antecedentes Criminais, fornecida pelos cartórios judiciais estaduais (Fórum) do domicílio onde o candidato tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos (expedida, no máximo, a três meses de sua apresentação);
Certidão de antecedentes criminais expedida pela Polícia Federal;
Última Declaração do IR. Se não possuir, entregar a Declaração de Bens e Valores;
Declaração de não acúmulo ou acúmulo lícito de cargos públicos ou proventos;
Declaração de Nada Consta – Demissão por Processo Administrativo Disciplinar;
Atestado de Saúde Ocupacional, emitido por Médico do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina, atestando que o candidato possui plenas condições de saúde física e mental para desempenhar o cargo para o qual se inscreveu

Para candidatos(as) convocados(as) para vagas para afrodescendentes:
( ) Foto 5X7 (cinco por sete) colorida, de rosto inteiro.
( ) Autodeclaração.Para candidatos(as) convocados(as) para vagas PCD:
( ) Laudo médico que comprove a deficiência, emitido há no máximo 180 dias anteriores à convocação.

CANDIDATO(A):
Responsabilizo-me integralmente pela veracidade dos documentos apresentados.

_____
Assinatura
SERVIDOR(A)
Conferi as informações deste documento, bem como as fotocópias apresentadas.

_____
Assinatura

Realeza, ____ de _____ de 2025.

ANEXO II
FICHA CADASTRAL

Nome: _____
Função: _____
Raça: _____ Deficiência: ( ) Sim ( ) Não Tipo: _____
Estado Civil: _____ Nome do Cônjuge: _____
Tipo Sanguíneo _____ PIS/PASEP: _____
E-Mail: _____
Telefone Residencial: ( ) _____ Celular: ( ) _____

Dependentes de Imposto de Renda
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____
Nome: _____
Data Nascimento: _____ CPF: _____

Aceito a vaga para qual fui convocado e declaro serem verdadeiras as informações acima prestadas, comprometendo-me a submeter-me, a partir desta data, a realizar todas as etapas de admissão exigidas pelo Município de Realeza, bem como estou ciente que posso ser desclassificado pelo descumprimento das normas.

DATA: _____ /_____ /_____

_____
Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO OU ACÚMULO LÍCITO DE CARGOS PÚBLICOS OU PROVENTOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), CPF nº_____ face a minha convocação para o ingresso no Quadro de Servidores do Município de Realeza, na função de _____.
DECLARO, para efeitos de admissão, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, alterado conforme Emenda Constitucional n° 34, de 13 de dezembro de 2001, e o do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Realeza, que:
1. Recebo proventos de aposentadorias como servidor público municipal, estadual ou federal, ressalvados os cargos previstos na Constituição Federal: ( ) Sim ( ) Não
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____ _____, recebendo proventos equivalentes a (R$_____
2. Foi demitido(a) do Serviço Público Municipal, estadual ou Federal. ( ) Sim ( ) Não
3. Possuo outro cargo, emprego ou função pública: ( ) Sim ( ) Não.
Se a resposta for SIM: Possuo outro vínculo público no cargo de _____, sendo este ao órgão _____, onde exerço minhas funções no horário compreendido entre _____, com jornada semanal de _____ horas, recebendo proventos equivalentes a R$_____ .

DECLARO ainda, estar ciente da proibição de acumulação remunerada de cargos públicos, em conformidade ao disposto no artigo 37, da Constituição Federal, bem como das implicações criminais por falsa declaração, conforme o artigo 299 do Código Penal.

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente.

_____, _____ de _____ de ____.

_____
(assinatura)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:
1. _____
_____ Valor: R$ _____
2. _____
_____ Valor: R$ _____
3. _____
_____ Valor: R$ _____
4. _____
_____ Valor: R$ _____
5. _____
_____ Valor: R$ _____
6. _____
_____ Valor: R$ _____

Declaro ainda que o(s) valor(es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

_____, _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, portador(a) do CPF nº _____, declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de Monitor Educacional, convocado para assumir o cargo através do Edital de Convocação Nº _____, manifesto e declaro para os devidos fins a minha DESISTÊNCIA em assumir o cargo, renunciando a qualquer direito inerente ao PSS prestado.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO

Eu,_____, portador(a) da Identidade nº_____e do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de_____, DECLARO para todos os efeitos legais, não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de demissão, por abandono do cargo ou dispensa por justa causa, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

ANEXO VIII
SOLICITAÇÃO DE FINAL DE LISTA

Eu,_____, portador(a) do CPF nº_____, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Nº 08/2025, para o cargo de _____, classificado(a) em _____º lugar, venho solicitar o deslocamento do lugar que ocupo atualmente na ordem classificatória do dito PSS, conforme o Edital de Homologação nº 08/2025 , para o final de lista, onde permanecerei até que seja concedida nova oportunidade para ser nomeado(a), passando a obedecer a nova listagem de classificação, tendo em vista o presente pedido.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

_____ ,em _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) Declarante

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:3E17C979

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE-RP 01

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 01/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: O objeto da presente licitação éREGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE empresa para o fornecimento e instalação de pontos de ônibus conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 24 de fevereiro de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 03 de fevereiro de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASNET

REALEZA, AOS dois dias de fevereiro de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:7139584D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 01º SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

PAUTA DA 01ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 03 de Fevereiro de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Apresentação do Balancete Financeiro relativo ao meses de Novembro e Dezembro de 2025 e Janeiro de 2026. Feito pelo Contador Legislativo: **Israel Corlassoli**.	
MATÉRIA EM EXPEDIENTE		
Ofício nº033/2026 do Executivo Municipal.		
Ofício nº004/2026 do Executivo Municipal. **Projeto de Lei nº001/2026 do Executivo Municipal** (baixar para as comissões)		
Ofício nº014/2026 do Executivo Municipal. **Projeto de Lei nº002/2026 do Executivo Municipal** (baixar para as comissões)		
Ofício nº012/2026 do Executivo Municipal. **Projeto de Lei nº003/2026 do Executivo Municipal** (baixar para as comissões)		
Ofício nº011/2026 do Executivo Municipal. **Projeto de Lei nº004/2026 do Executivo Municipal** (baixar para as comissões)		
Ofício nº026/2026 do Executivo Municipal. **Projeto de Lei nº005/2026 do Executivo Municipal** (baixar para as comissões)		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		
	Convocar todos os Vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 10 de Fevereiro de 2026 (terça-feira) às 19:00 horas.	

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:19760D58

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 – PMR

MODALIDADE: Concorrência Eletrônica, do tipo menor preço / Empreitada por Preço Global.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia para a construção de 25 unidades habitacionais de interesse social em alvenaria, destinadas as famílias em situação de vulnerabilidade social, no Município de Renascença-Pr, referente ao Termo de Compromisso Nº 970843/2024/MCIDADES/CAIXA.
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04 de maio de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.
Renascença, 02 de fevereiro de 2026.

LUCIANE ELOISE LUBCZYK
Agente de Contratação

Publicado por:
Luciane Eloise Lubczyk
Código Identificador:F9990565

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 042, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa os representantes da Unidades Seccionas da Unidade de Controle Interno.

FABIELI MANFREDI, Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 941/2007, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno Municipal;
CONSIDERANDO o art. 7º da referida Lei, que determina a criação das Unidades Seccionais da Unidade de Controle Interno – UCI, com, no mínimo, um representante em cada Setor, Departamento ou Unidade Orçamentária Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Designar os responsáveis pelas Unidades Seccionais da Unidade de Controle Interno – UCI, nos termos do art. 7º da Lei Municipal nº 941/2007, conforme segue:I – no **Poder Executivo Municipal**, os Secretários Municipais, no âmbito de suas respectivas Pastas;
II – no **Poder Legislativo Municipal**, o Contador do Legislativo;
III – no **Fundo de Pensões e Aposentadoria - FAPEN**, o Presidente da entidade.
Art. 2º - Os representantes das Unidades Seccionais são responsáveis pela coleta, verificação prévia e envio das informações à Unidade de Controle Interno, sob orientação normativa e supervisão técnica desta.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:D0AE5FE8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 034 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa a servidora Jucelia Colla Sviderski para a função de Orientadora Pedagógica dos Cinco Primeiros Anos do Ensino Fundamental.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 73, Inciso VIII, § 2º e Art. 74, § 4º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

Designar a servidora **Jucelia Colla Sviderski,** matrícula nº 102001, **Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** Referência C-5, para a função de **Orientadora Pedagógica dos Cinco Primeiros Anos do Ensino Fundamental,** percebendo 100% (cem por cento) de gratificação com base no § 4º, do Artigo 74, com carga horária semanal de 40:00 horas, conforme dispõe a Lei Municipal 1101 de 15 de dezembro de 2009, a parir de 17 de maio de 2022.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:EF0D5E75

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 035 DE 032 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa a servidora Aline Camera Zuffo para a função de Coordenadora Pedagógica dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 73, Inciso VII, § 3º e Art. 74, § 4º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

Designar a servidora **Aline Camera Zuffo**, matricula 140871, **Professora com Licenciatura Plena,** Referência B-01, para a função de **Coordenadora Pedagógica dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental,** percebendo 15% (quinze por cento) de gratificação com base no § 4º, do Artigo 74, com carga horária semanal de 20:00 horas, conforme dispõe a Lei Municipal 1101 de 15 de dezembro de 2009.

Fica revogada a portaria nº 128 de 03 de fevereiro de 2025.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:BFE0E0E5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 036 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa a servidora Angela de Lima para a função de Coordenadora Pedagógica dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 73, Inciso VII, § 2º e Art. 74, § 4º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

Designar a servidora **Angela de Lima**, matricula 69631, **Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação**, Referência C-8, para a função de **Coordenadora Pedagógica dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamenta**l, percebendo 15% (quinze por cento) de gratificação com base no § 4º, do Artigo 74, com carga horária semanal de 40:00 horas, conforme dispõe a Lei Municipal 1101 de 15 de dezembro de 2009.

Fica revogada a portaria nº 290 de 20 de março de 2025.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:CB81666E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 037 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa a servidora Edina de Moraes Gonçalves para a função de Supervisora Pedagógica da Educação Infantil.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 73, Inciso VII, § 3º e Art. 74, § 4º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

Designar a servidora **Edina de Moraes Gonçalves**, matricula nº 80951, **Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** Referência C-07, para a função de **Supervisora Pedagógica da Educação Infantil,** percebendo 15% (quinze por cento) de gratificação com base no § 4º, do Artigo 74, com carga horária semanal de 20:00 horas, conforme dispõe a Lei Municipal 1101, de 15 de dezembro de 2009.

Fica revogada a portaria nº 523 de 01 de agosto de 2025.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:ACA0BEAE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 038 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa a servidora Vanda Maria de Oliveira Beltrame para a função de Supervisora Pedagógica dos Cinco primeiros Anos do Ensino Fundamental.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 73, Inciso VII, § 3º e Art. 74, § 4º da Lei Municipal nº 1101 de 15 de dezembro de 2009 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

R E S O L V E:

Designar a servidora **Vanda Maria de Oliveira Beltrame**, matricula nº 69391, **Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** Referência C-08, para a função de **Supervisora Pedagógica dos Cinco primeiros Anos do Ensino Fundamental,** percebendo 15% (quinze por cento) de gratificação com base no § 2º, do Artigo 74, com carga horária semanal de 40:00 horas, conforme dispõe a Lei Municipal 1101, de 15 de dezembro de 2009.

Fica revogada a portaria nº 125 de 03 de fevereiro de 2025.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:8DF2E286

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 039 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Revoga a portaria nº 120 de 03 de fevereiro de 2025**.**

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Revogar a portaria nº 120 de 03 de fevereiro de 2025 que designava a servidora **Elcinei de Fatima Bortot Ruaro**, matricula 954-7, **Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação** para a função de **Coordenadora Pedagógica dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamenta**l a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:10F6E10B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 040 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Exonerar a servidora Josieli Aparecida de Oliveira.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar, a pedido, a servidora **Josieli Aparecida de Oliveira** matrícula nº 162681, ocupante do cargo efetivo de **Professora com Licenciatura Plena**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na data de 02 de fevereiro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:FB7F56DE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 041 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Lota o servidor Lucas Henrique de Lima Marques, na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Lotar o servidor **Lucas Henrique de Lima Marques**, matrícula nº 154401, ocupante do cargo efetivo de **Assistente Social,** na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:5B52E534

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 09/2026

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 09/2026, do tipo MAIOR DESCONTO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 24 de fevereiro de 2026, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é CONTRATAÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E SERVIÇOS HOTELEIROS, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/.O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 03/02/2026 às 07 hr 59 min do dia 24/02/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 24/02/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 03 de fevereiro de 2026.

Rio Azul, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:CD4143AA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, Nº. 10/2026

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Pregão ELETRÔNICO, nº. 10/2026, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE por item/lote, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura para o dia 02 de março de 2026, às 08 Hr 00 min, cujo objeto é LICITAÇÃO PÚBLICA OBJETIVANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TROFÉUS E MEDALHAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E RECREAÇÃO DE RIO AZUL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais n.º 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL/. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 06/02/2026 às 07 hr 59 min do dia 02/03/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 02/03/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e https://bll.org.br/ partir do dia 06 de fevereiro de 2026.

Rio Azul, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:D6AD4CFC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 01/2026

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberto a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, nº. 01/2026, com data de abertura para o dia 06 de MARÇO de 2026, às 08 hr 00 min, cujo o objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY NA COMUNIDADE DE FAXINAL DOS LIMAS, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das demais legislação aplicável, e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica Compras Gov (UASG 987817). O A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e na plataforma Compras Gov (UASG 987817). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma Compras Gov (UASG 987817) e e-mail: licitacao.rioazul@gmail.com .

Rio Azul, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:08AF9C18

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2026
O Município de Rio Azul-PR torna público que fará realizar, às 08 horas do dia 11 de março do ano de 2026, na plataforma www.gov.br/compras Gov (UASG 987817), **CONCORRÊNCIA**, na

forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da(*s*) seguinte(*s*) obra(*s*):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Creche	456,86 m²	270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao e na plataforma Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.
Rio Azul, 29 de janeiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:09D5AC91

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO PICK UP LEVE C/CABINE DUPLA**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ITN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ.: 60.184.899/0001-71
Embasamento Legal: Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024,
Rio Azul, 02 de fevereiro de 2026.

(A) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 02/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: ITN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ.: 60.184.899/0001-71
VALOR: R$ **127.100,00** (Cento e Vinte e Sete Mil e Cem Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **02/02/2026** à **01/02/2027.**
ASSINATURA: 02/02/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)IVAN TEIXEIRA NOGUEIRA
Representante

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:14A76CA9

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 18/2026

DECRETO Nº 18/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO AZUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe confere o artigo 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 1.112/2022, de 09 de setembro de 2022,
DECRETA:
Art. 1.º Fica designada a professora Neusa Mikovski, como Gestora Escolar da Escola Municipal do Campo José Bonifácio – Educação Infantil e Ensino Fundamental, do Povoado Faxinal São Pedro – Zona Rural, em substituição à gestora Simone Bubniak Borges Soares.

Art. 2.º Conceder a referida servidora, gratificação para GESTOR ESCOLAR I – GE1.

Art. 3.º Este Decreto tem efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2026, permanecendo inalteradas as demais nomeações e disposições levadas a efeito do Decreto n° 07/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:024BC0F3

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PSS N° 01/2025

EDITAL Nº 13/2026 – PSS Nº 01/2025

CONVOCAÇÃO DE PESSOAL

APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, CONFORME DECRETO Nº 142/2025 – HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL.

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, resolve:

CONVOCAR
Art. 1º - Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2025, conforme publicação de resultado final homologado através do Decreto nº 142/2025, para comparecer à Prefeitura Municipal de Rio Azul, dentro de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do presente, para contratação imediata de 01 (um) Professor, com carga horária de 20h/s, munidos de cópia da documentação abaixo relacionada, para fins de formalização de contrato:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	EMPREGO
59º	DEYSY CAMILA NEPOMUCENO	Professor
60º	EDICLÉIA KRIAK	Professor

Art. 2º - Os documentos a serem apresentados são os seguintes:
Fotocópia da Carteira de Identidade,
Fotocópia do CPF
Fotocópia Título de Eleitor;
Certidão de Quitação Eleitoral atualizada;
Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação;
Fotocópia do comprovante de quitação com as obrigações militares;
Uma foto colorida 3x4, recente;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento, CPF do cônjuge;
Fotocópia da Certidão de Nascimento ou RG dos filhos e CPF dos filhos;
Fotocópia do comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função pública, conforme previsto no quadro do item 2.1. do Edital nº 01/2025– Abertura do PSS 01/2025;
01 (uma) cópia da Carteira de Trabalho onde consta o número, série e qualificação;
Fotocópia do número de inscrição do PIS/PASEP;
Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
Declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública;
Declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio e, se casado (a), a do cônjuge;
Declaração de não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual, distrital ou federal;
Certidões negativas dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares onde tenha residido nos últimos oito anos, expedidas no máximo há seis meses;

Atestado de aptidão física e mental, capacitante ou incapacitante, com o objetivo de aferir se as condições físicas e psíquicas são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao cargo;
Conta salário Banco SICREDI.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 02 de fevereiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:73084764

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 04/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JAIR SZCZEPANSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de motorista para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, incisos V e VI, da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função, jornada de 40 horas, percebendo a importância mensal de R$ R$ 2.275,24 (Dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 02/04/2026, conforme disposto no art. 7º da Lei n 1.186/2024, de 09 de abril de 2024.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JAIR SZCZEPANSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:9B659F25

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 05/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANDERSON MACHOVSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de motorista para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, incisos V e VI, da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função, jornada de 40 horas, percebendo a importância mensal de R$ R$ 2.275,24 (Dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 02/04/2026, conforme disposto no art. 7º da Lei n 1.186/2024, de 09 de abril de 2024.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ANDERSON MACHOVSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:675B476B

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 06/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JACKELINE GRONTOWSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JACKELINE GRONTOWSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:08EC5670

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 07/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: BIANCA ZOREK
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
BIANCA ZOREK
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:86B91105

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 08/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MARILENE DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto

de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
MARILENE DE OLIVEIRA BARROS DOS SANTOS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:B3F1F207

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 09/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANA CRISTINA PLODOVISKI BUCO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
ANA CRISTINA PLODOVISKI BUCO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:E980A408

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 10/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: EDINEIA AMANTINO DO NASCIMENTO ASSIS VIEIRA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
EDINEIA AMANTINO DO NASCIMENTO ASSIS VIEIRA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:140C2826

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 11/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: FERNANDA DA SILVA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
FERNANDA DA SILVA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:30C179B3

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 12/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: THALIA FATIMA PACHECO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
THALIA FATIMA PACHECO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:FB4496B1

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 13/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: IZABEL GURESKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de monitor recreativo e social para suprir necessidade temporária de

excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para desenvolver atividades recreativas diversificadas, visando ao entreternimento, à integração social e ao desenvolvimento pessoal dos usuários do sistema, jornada de 30 horas/semanais, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.010,81 (Dois mil e dez reais e oitenta e um centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
IZABEL GURESKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:2DA32576

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 14/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JANAINA PERUSSELLI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JANAINA PERUSSELLI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:51AA1897

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 15/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: SIMONE APARECIDA MIGON
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
SIMONE APARECIDA MIGON
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4A4FD0C2

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 16/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ADRIEL WESLLEY DE MORAIS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ADRIEL WESLLEY DE MORAIS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:EAC4FFE1

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 17/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: KATIA ELAINE PRESTUPA COLODA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
KATIA ELAINE PRESTUPA COLODA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:D91ED97E

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 18/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: GABRIELI VALENGA

Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
GABRIELI VALENGA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:68FB613E

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 19/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: DANIELI POPOVICZ
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
DANIELI POPOVICZ
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:2E3AC882

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 20/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: SARAH GEREMIAS DE MATOS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
SARAH GEREMIAS DE MATOS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:A87D63EB

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 21/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: DILCINÉIA PRINCIVAL
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
DILCINÉIA PRINCIVAL
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:A3287E13

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 22/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MARIELE GNAP
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
MARIELE GNAP
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:AC47E30F

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 23/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: THAIS FRANCO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
THAIS FRANCO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:ABDEDA75

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 24/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JENNIFER NICOLE CEUCHUK POPOVICZ
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:3A296A23

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 25/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JULIANA PATRICIA TROCIK DOS SANTOS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JULIANA PATRICIA TROCIK DOS SANTOS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:135C7CE2

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 26/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ELAINE MARIA SMALESKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ELAINE MARIA SMALESKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:75BCFF79

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 27/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: KASSIANE CREVELIM RIBEIRO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
KASSIANE CREVELIM RIBEIRO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:C1E0479F

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 28/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: EMANUELI PRINCIVAL MARTINS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
EMANUELI PRINCIVAL MARTINS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:B9665496

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 29/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: DEBORA CRISTINA SKRZECZKOWSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
DEBORA CRISTINA SKRZECZKOWSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:34D2E646

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 30/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: CIBELY APARECIDA STANISZEVSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
CIBELY APARECIDA STANISZEVSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:3E1832EC

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 31/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: IGOR KOJUNSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
IGOR KOJUNSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:F0283247

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 32/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ADRIANA APARECIDA MOLETTA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ADRIANA APARECIDA MOLETTA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:EB2B2E94

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 33/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANA CAMILE SOARES GONÇALVES
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ANA CAMILE SOARES GONÇALVES
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:AEE0E055

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 34/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JUCELENE GNAP WIESOLOWSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JUCELENE GNAP WIESOLOWSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4F4328C4

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 35/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MAISA DE FATIMA SCHIER
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
MAISA DE FATIMA SCHIER
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:76E69E82

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 36/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JULIANE APARECIDA WRONA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
JULIANE APARECIDA WRONA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:AD5C7F29

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 37/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: LARISSA ADAMSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal

LARISSA ADAMSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:7F443F55

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 38/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MILENA HIORANA BRUCZKOSKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
MILENA HIORANA BRUCZKOSKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:0C8B4B57

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 39/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: VANESSA BOSCARDIN LIMA DE BRITO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
VANESSA BOSCARDIN LIMA DE BRITO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:43809CA3

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 40/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: SUZANA BERNASKI SANTANA FARIA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
SUZANA BERNASKI SANTANA FARIA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:17270AF6

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 41/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANELISE APARECIDA DE FARIAS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ANELISE APARECIDA DE FARIAS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:3522EF09

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 42/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANDRELAINE DE DEUS LOURENÇO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:

Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ANDRELAINE DE DEUS LOURENÇO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:BBAB15BC

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 43/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: FABIOLA STODOLNY DOMINGUES MARTINS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
FABIOLA STODOLNY DOMINGUES MARTINS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:5042AAB7

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 44/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: CICERA APARECIDA SMALESKI DE ASSIS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
CICERA APARECIDA SMALESKI DE ASSIS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:5FF6442D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 45/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: KAROLAINE DOS SANTOS PEDROSO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
KAROLAINE DOS SANTOS PEDROSO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:725C0119

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 46/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: VANESSA BIALESKI
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
VANESSA BIALESKI
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:1A49A1FD

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 47/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ADRIANE DA LUZ MIRANDA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29

de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ADRIANE DA LUZ MIRANDA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:46614405

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 48/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ANDRESSA ROMAN
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ANDRESSA ROMAN
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:2EA803EA

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 49/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ADAILDO MATEUS RIBEIRO MIRANDA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ADAILDO MATEUS RIBEIRO MIRANDA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:2F768F75

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 50/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: SAMUEL CARDOSO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
SAMUEL CARDOSO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:5B15188D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 51/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ALESSANDRA THAISA DE CARVALHO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ALESSANDRA THAISA DE CARVALHO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:FC075D6D

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 53/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: THAYNÁ FRANCO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
THAYNÁ FRANCO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:F22E95E6

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 52/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: FRANCIANY REGINA ALVES DE OLIVEIRA
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
FRANCIANY REGINA ALVES DE OLIVEIRA
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:1D27BF41

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 54/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: SUELIN JARAS
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
SUELIN JARAS
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:C2B7D159

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PSS

EXTRATO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 51/2026
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: ALESSANDRA THAISA DE CARVALHO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de professor (a) substituto para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações levadas a efeito pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019, para ministrar aulas na rede de ensino municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, jornada de 20 horas, podendo ser objeto de ampliação, percebendo a importância mensal de R$ 2.528,57 (Dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).
Prazo: Termo inicial em 02/02/2026 e termo final em 01/02/2027, conforme disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei nº 758/2014, de 29 de dezembro de 2014, com as alterações promovidas pela Lei nº 997/2019, de 06 de dezembro de 2019.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
ALESSANDRA THAISA DE CARVALHO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:A6833E7C

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO PSS

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 70/2025
EDITAL PSS Nº 01/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: JOSÉ CARLOS TOMAZ DE ANDRADE
OBJETO: O presente instrumento tem por finalidade a contratação de Psicólogo para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 2º, §1º, incisos V e VI, da Lei nº 1.186/2024, de 09 de abril de 2024, para desempenhar as atividades da função.

MOTIVO: Pedido de rescisão de contrato de trabalho pelo contratado.

DATA DA RESCISÃO: 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:4E55E523

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO Nº. 06/2026

SÚMULA:A Secretária Municipal de Educação regulamenta o processo de Distribuição de aulas aos professores efetivos nas Instituições de Ensino da Rede Municipal da Educação Básica: EDUCAÇÃO INFANTIL, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, e EDUCAÇÃO ESPECIAL, estabelecendo as seguintes normas e demais atribuições:

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **Pedro Taborda Desplanches**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, com base na **Lei Municipal 355/2011**.

Art. 1° Regulamentar o processo de Distribuição de Aulas nas Instituições de Ensino da Rede Municipal da Educação Básica:

Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Especial, e estabelecer as normas para o cumprimento das horas-atividades e demais atribuições.
Art. 2° Para a distribuição de aulas será considerada a carga horária disponível nas Instituições de Ensino da Rede Municipal, de acordo com o número de turmas e modalidades geradas para o ano letivo.
Art. 3° A distribuição de aulas será realizada pela Equipe da Secretaria Municipal de Educação, no dia 02/02/2025 às 13h30min na Escola Municipal Dom Pedro II.
§1° É obrigatória à presença do professor na sessão pública de distribuição de aulas no horário e local determinado para respectiva sessão de distribuição de aulas.
§2° Na hipótese de o professor estar impossibilitado de comparecer à sessão pública de distribuição de aulas, ele poderá ser representado por Procurador, devidamente qualificado, nos termos da legislação vigente, por meio de Procuração.
§ 3° O direito de escolha das turmas e estabelecimento de ensino, será realizada através de lista geral de todos os docentes da Rede Municipal de Ensino, exercida mediante ordem de classificação de concurso.
Art. 4° Os docentes que se encontram afastados por atestado médico e Licença Maternidade a vencer no ano de 2026, deverão participar do processo de distribuição de aulas.
Art. 5° As aulas serão atribuídas na seguinte ordem:
Ocupantes de cargo efetivo;
Aulas extraordinárias (dobra de padrões), a ser realizado por Edital específico.
Processo Seletivo Simplificado – PSS (em caso de não suprir a necessidade através da dobra de padrão)
Art. 6° Os professores da Rede Municipal de Educação Básica, em efetivo exercício de docência, detentores de cargo de 20 (vinte) horas semanais, serão atribuídas 16 (dezesseis) horas-aulas e 04 (quatro) horas-atividade.
Art. **7º Os professores regentes que assumirem a turmas do 3º, 4º e 5º** ano deverão trabalhar além dos conteúdos de (português, matemática, história, geografia, ciência e ensino religioso) serão atribuições dessas turmas também os conteúdos de Língua Estrangeira Moderna Inglês conforme o artigo 4º da resolução nº 6.172/2025.
Art. 8º **Os professores regentes que assumirem a turmas do, 4º e 5º ano** deverão trabalhar além dos conteúdos de (português, matemática, história, geografia, ciência e ensino religioso) serão atribuições dessas turmas também os conteúdos de Educação Digital e Comunicação: Robótica Paraná Kids conforme Deliberação CEE/PR nº 04/2025
Art. 9° A hora-atividade é destinada ao professor em exercício de docência para estudos, planejamento, avaliação e outras atividades de caráter pedagógico, e será cumprida no mesmo local e turno das aulas,
§1° Aos docentes que assumirem as aulas do rodízio, não será concedido a hora-atividade, considerando que não serão atribuídas as exigências de plano de aula e registro de classe, ficando a cargo do professor regente de turma, o mesmo só realizará o registro no RCO.
§2° A hora-atividade será flexível, considerando a necessidade da Instituição de Ensino, podendo sofrer alterações no cronograma da hora-atividade, sendo definido pela equipe pedagógica de cada Instituição de Ensino.
§3° O controle do efetivo cumprimento da hora-atividade é responsabilidade da Direção juntamente com a equipe pedagógica da Instituição de Ensino.
Art. 10° Para as Turmas com o número inferior a 15 (quinze) alunos poderá haver junção de turmas no ato da Distribuição de Aulas, para suprir a realização das disciplinas de Artes e Educação Física.
Art. 11° Após a distribuição, havendo necessidade, a Secretaria de Educação estará comunicando os professores efetivos quanto à carga horária disponível para dobra de padrão em caráter de extraordinárias, conforme edital especifico.
Art. 12° As aulas extraordinárias são de cunho eventual, designadas para determinado período ou ano letivo.
Art. 13° As turmas de Educação Especial disponível na Modalidade de Educação Especial, o docente deverá, no ato da distribuição, comprovar Pós-graduação em Educação Especial ou áreas afins.
§ 1° Os docentes que assumirem as turmas de Educação Especial se comprometem a desenvolver as atividades pedagógicas respeitando as especificidades de aprendizagem de cada educando, seguindo rigorosamente as orientações da equipe pedagógica.
Art. 14° Os professores que atuarem na Sala de Recursos Multifuncional atenderão também os alunos que necessitam de apoio pedagógico seguindo o cronograma de cada instituição de ensino.
Art. 15° A equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação será nomeada pelo Poder Executivo, podendo ocupar o cargo apenas profissional do quadro próprio do magistério.
Art. 16° Os diretores das Escolas e/ou Coordenadores dos Centros Municipais de Educação Infantil, serão responsáveis pela instituição de ensino ao que refere-se a coordenação da equipe de trabalho (falta de profissionais e/ou professores, organização de horários e trabalho pedagógico), atendimento a comunidade escolar na solução de problemas cotidianos e cumprimento do calendário escolar as exigências contidas no regimento escolar de cada instituição e demais responsabilidades mencionadas no Artigo 32 da Lei 355/2011.
Art. 17° Os cursos de capacitação ofertados pela Secretaria Municipal de Educação, será de participação obrigatória por parte dos docentes do quadro próprio do magistério, sendo a carga a horária prioritária para a elevação da classe prevista de Plano de Cargos e Carreiras e Remuneração do Magistério. É extremamente necessário aplicar em sala de aula o que for aprendido nos cursos ofertados pela Secretaria de Educação em espacial método das Boquinhas.
Art. 18° Os professores que no decorrer do ano letivo, apresentarem atestados médicos acima de 15 (quinze) dias serão encaminhados para Avaliação Pericial. Os mesmos que se enquadrarem readaptados por restrição médica, observando o Laudo Pericial, serão distribuídos na Secretaria Municipal de Educação de acordo com suas limitações, para atuarem como acompanhantes e/ou auxiliar de acordo com a necessidade da unidade escolar e/ou da Secretaria Municipal de Educação, não devendo ultrapassar a quantidade de 2 (dois) readaptados, por instituição de ensino. Caso não haja função na instituição de ensino, o mesmo ficará a disposição da Secretaria Municipal de Educação para assumir função compatível com suas limitações em instituição de ensino em que houver vaga.
Art. 19 Os professores que optarem pela escolha de turmas nos Centros Municipais de Educação Infantil, deverão se adequar as necessidades das Instituições em relação à horário de entrada e saída de turmas, dias letivo e demais particularidades.
Art. 20° O profissional que não assumir turma ficará à disposição da Secretaria optar pelo turno (matutino, vespertino, noturno) sendo enquadrado conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 21° Os docentes deverão iniciar as suas atividades nas instituições de ensino no dia 05/02/2025. Os dias de estudo e planejamento será realizado nos dias 03 e 04 de fevereiro.
Art. 22° A Secretaria Municipal de Educação somente analisará os Recursos decorrentes da distribuição de aulas que tenham sido devidamente protocolados no prazo de 24 horas, contados da data em que se realizou a distribuição.
Art. 23° Ao assinar a ata de distribuição de aulas, o professor automaticamente aceita as condições estabelecidas neste Decreto, bem como suas atribuições conferidas.
Art. 24 ° Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito, a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de Rio Branco do Ivaí Estado do Paraná, aos 27 dias do mês de janeiro 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:2EE55033

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
EDITAL 004/2025 - RESULTADO FINAL ELEIÇÃO RPPS

EDITAL Nº004/2025 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DO RPPS
O(a) presidente da comissão eleitoral do regime de previdência social do município de Rio branco do ivaí, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela legislação municipal vigente
TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO para escolha dos representantes dos segurados (ativos, aposentados e pensionistas), conforme o caso, para composição do Conselho

Administrativo e Conselho Fiscal do RPPS, realizada em 29 de dezembro de 2025.
1. DO RESULTADO FINAL
Após a apuração dos votos, concluída sem a interposição de recursos ou após o julgamento definitivo destes, o resultado final da eleição ficou assim definido:
Candidatos Eleitos:

Conselho Administrativo	
Nome do Candidato	**Nº de Votos**
JOSIAS DESPLANCHES	34
LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO	24
JOBSON TABORDA DESPLANCHES	18
JASON DESPLANCHES	11
BRANCOS E NULOS	8
Conselho Fiscal	
Nome do Candidato	**Nº de Votos**
VIVIANE PONTES SILVA	53
CLAUDINEIA ROSA HASS	38
BRANCOS E NULOS	4

2. DA HOMOLOGAÇÃO
Fica HOMOLOGADO, por meio deste edital, o resultado final da eleição, considerando-se eleitos os candidatos acima relacionados, para mandato de 4 anos, com início em 31/12/2025 e término em 31/12/2029, nos termos da legislação aplicável.
3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Os candidatos eleitos serão oportunamente convocados para posse, em data, local e horário a serem divulgados por meio de ato próprio.
Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco do Ivaí, 30 de dezembro de 2025.

BRUNA GABRIELADOS SANTOSBERNARDES
Presidente da Comissão Eleitoral do RPPS Município de Rio Brancodo Ivaí

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:AC4B7A94

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 047/2026- RH

PORTARIA Nº. 047/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER 180 (cento e oitenta) dias de LICENÇA MATERNIDADE a Sra. REBECA CAROLINE RIBEIRO, servidora efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de NUTRICIONISTA, conforme Artigo 82 e 89 da Lei Municipal nº 007/97(REGIME JURÍDICO), com inicio no dia 01 de Fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de Fevereiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:43653FC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ATA 01/2026

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH, para tratar das seguintes pautas: **1. Aprovação da Resolução da Eleição Suplementar do Conselho Tutelar; 2. Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.** Inicialmente, a Vice-Presidente do CMDCA e representante da Procuradoria Geral do Município, Victória Letícia Trevisan Borba, relembrou a necessidade de realização da Eleição Suplementar do Conselho Tutelar, em razão da inexistência de conselheiros tutelares suplentes em exercício. Informou que, ao final do ano anterior, foi promovida a alteração da Lei do Conselho Tutelar, o que tornou necessária, no presente exercício, a aprovação de Resolução específica para regulamentar o referido processo eleitoral. Esclareceu, ainda, que a Eleição Suplementar ocorrerá de forma indireta, não envolvendo a comunidade em geral, sendo o CMDCA constituído como colégio eleitoral, responsável pela votação. A Resolução estabelece as regras gerais da eleição, as atribuições do colégio eleitoral e as responsabilidades da Comissão Eleitoral, incluindo a elaboração e publicação do edital, a análise da documentação dos candidatos quanto à elegibilidade, a aplicação da prova de conhecimentos e a condução das demais etapas do processo. Foi informado que, após a publicação do edital, a habilitação dos candidatos e a realização da prova, será convocada reunião específica para a votação, destacando-se a importância da presença de todos os conselheiros, uma vez que este será o momento de escolha dos conselheiros tutelares suplentes. Victória ressaltou, ainda, os critérios de elegibilidade, semelhantes aos exigidos em eleições ordinárias, tais como a inexistência de antecedentes criminais, a comprovação de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, entre outros requisitos legais. A Presidente do CMDCA, Aline Souto Lopes, explicou que a resolução já havia sido discutida na reunião da Comissão Organizadora da Eleição, com concordância prévia de seus membros. Victória acrescentou que, contudo, por exigência legal, tornou-se necessária a apresentação da resolução ao plenário do Conselho, garantindo a ciência e a deliberação de todos os conselheiros. Como encaminhamento, ficou definido que o próximo passo será a elaboração do edital pela Comissão Eleitoral, bem como o agendamento de nova reunião do CMDCA para apreciação e discussão do referido edital. Colocada a resolução em votação, foi **APROVADA por unanimidade** pelos conselheiros presentes. Na sequência, foi tratada a pauta referente à Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando decidido que a Conferência será realizada no mês de novembro, sendo que a data específica será definida na próxima reunião ordinária do CMDCA.Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, **Jennifer Christiane Geffer Paes Schwartz**, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, lavrei a presente ata.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO:

Aline Souto Lopes
Assinatura:

Loruana Ceccon Cavalheiro
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Flávia Michele Cumin Souza
Assinatura:

Salete Aparecida Faria
Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Paola Caldas Ferracini
Assinatura:

Ana Cristina Cordeiro Marchioro
Assinatura:

PROCURADORIA MUNICIPAL
Victória Letícia Trevisan Borba
Assinatura:

Letícia Galdi Righi Ramos
Assinatura:

SOCIEDADE CIVIL
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA – APMI
Raquel Stresser de Jesus Pedroso
Assinatura:

Patricia Deiziele Vaz Correa
Assinatura:

COLÉGIO ESTADUAL MARIA DA LUZ FURQUIM
Eliane Geffer Machado Bruning
Assinatura:

Mariles do Rocio Cordeiro Paes
Assinatura:

Colégio Estadual Zacarias Cardoso de Cristo
Elaine Aparecida Viana
Assinatura:

Dirlei de Fátima Brande Martins
Assinatura:

Colégio Cívico Militar Manoel Borges de Macedo
Rafaela Sarnick Cavasssin
Assinatura:

João Roberto Costa Rosa
Assinatura:

CONVIDADOS PERMANENTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:
Jonas Augusto da Silva
Assinatura:

Elisabete Elias dos Santos Raab

Assinatura:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA
Danilo Felipe Rausis Pedroso
Assinatura:

Jennifer Fernanda Martins Stocchero
Assinatura

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:66943073

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 001/2026

Dispõe sobre a regulamentação do processo de escolha suplementar de Conselheiros Tutelares por meio de Colégio Eleitoral (eleição indireta), para preenchimento de vagas remanescentes nos dois últimos anos de mandato, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do Município de Rio Branco do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.095/2015, o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e suas alterações,

R E S O L V E:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Resolução regulamenta o processo de escolha suplementar de Conselheiros Tutelares por meio de Colégio Eleitoral (eleição indireta), conforme previsto no art. 35, § 3º, da Lei Municipal nº 1.538/2025, para preenchimento de vagas remanescentes de Conselheiros Tutelares e/ou Suplentes nos dois últimos anos do mandato em curso.

Art. 2º O processo de escolha indireta será conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, por meio da Comissão Eleitoral Especial designada para este fim, e terá a fiscalização do Ministério Público.

Art. 3º A eleição indireta por Colégio Eleitoral somente será realizada quando, cumulativamente:
I - Houver a necessidade de preenchimento de vagas de Conselheiros Tutelares e/ou Suplentes;
II - Ocorrer nos dois últimos anos do mandato em curso;
III - Não houver candidatos suplentes remanescentes do último processo de escolha unificado em número suficiente para o preenchimento das vagas.

Art. 4º O Colégio Eleitoral, responsável pela escolha dos novos Conselheiros Tutelares, será composto pelos membros titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Parágrafo único. Os membros do CMDCA que se candidatarem ao pleito deverão se afastar imediatamente das atividades do Conselho e da Comissão Eleitoral Especial, sendo substituídos por seus suplentes, se houver, ou por outros membros designados pelo CMDCA, para garantir a imparcialidade do processo.

Art. 5º O processo de escolha indireta deverá ser concluído em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do Edital que o deflagrar, podendo os prazos de cada fase ser reduzidos, a critério da Comissão Eleitoral Especial, em razão da urgência no preenchimento das vagas.

CAPÍTULO II
DOS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE

Art. 6º Para se candidatar ao processo de escolha indireta, o cidadão deverá preencher os mesmos requisitos de elegibilidade exigidos para o processo de escolha unificado, conforme o art. 19 da Lei Municipal nº 1.538/2025, quais sejam:
I - Ser reconhecida idoneidade moral;
II - Idade superior a vinte e um anos;
III - Residir no Município, na área de atuação do Conselho Tutelar a que pretende se candidatar há no mínimo 02 (dois) anos;
IV - Comprovar domicílio eleitoral;
V - Estar no gozo de seus direitos políticos;
VI - Estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino;
VII - Apresentar diploma, certificado ou declaração de conclusão de ensino médio ou superior;
VIII - Não se encontrar exercendo a função de Conselheiro de Direitos da Criança e do Adolescente ou de mandato eletivo (exceto o de Conselheiro Tutelar), cargo em comissão ou função gratificada na administração pública direta ou indireta, no prazo mínimo de até 3 (três) meses anteriores a realização do pleito;

IX - Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;
X - Possuir reconhecida experiência de que atua, no mínimo há 2 (dois) anos durante o período dos últimos 12 anos, na área de defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
XI - Obter aproveitamento mínimo de 55% (cinquenta e cinco por cento) em prova de conhecimentos específicos e gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
XII - Possuir saúde física e mental para o pleno exercício da função de Conselheiro Tutelar;
XIII - Apresentar as Certidões Negativas Cíveis e Criminais.

CAPÍTULO III
DO RITO DO PROCESSO ELEITORAL INDIRETO

Art. 7º O processo de escolha indireta será deflagrado por Edital do CMDCA, que deverá conter o cronograma detalhado de todas as fases, incluindo:
I - Período de inscrição e apresentação de documentos;
II - Prazo para análise documental e publicação da lista de habilitados;
III - Prazo para impugnações e recursos;
IV - Data e local da realização da prova de conhecimentos (se aplicável);
V - Data da Reunião do Colégio Eleitoral para a votação.

Art. 8ºA Comissão Eleitoral Especial será responsável por:
I - Publicar o Edital de Convocação e o cronograma do processo;
II - Receber as inscrições e analisar os documentos comprobatórios dos requisitos;
III - Promover a prova de conhecimentos, quando aplicável;
IV - Receber e julgar as impugnações e recursos, em primeira instância;
V - Organizar e conduzir a Reunião do Colégio Eleitoral.

Art. 9º A votação pelo Colégio Eleitoral ocorrerá em reunião extraordinária do CMDCA, em data e horário previamente divulgados, observando-se:
I - A votação será secreta e individual;
II - Cada membro do Colégio Eleitoral (CMDCA) terá direito a 1 (um) voto por vaga a ser preenchida;
III - Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos dos membros presentes do Colégio Eleitoral;
IV - Em caso de empate, será aplicado o critério de desempate previsto no art. 33, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.538/2025.

Art. 10 Os candidatos eleitos por meio do Colégio Eleitoral serão empossados pelo CMDCA e cumprirão o mandato pelo período remanescente.

Art. 11 Os casos omissos serão resolvidos pela Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com a ciência e fiscalização do Ministério Público.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco do Sul, 2 de fevereiro de 2026

ALINE SOUTO LOPES
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:286BF8EE

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
3º ADITAMENTO CONCORRÊNCIA PUBLICA 009/2023

Contrato: 305/2023. **Modalidade:** Concorrência Publica 009/2023**. Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para construção do centro de referência de assistência social – CRAS Açungui. **Dispositivo Legal:** Lei nº 14.133/21. **Contratado:** Messina Construtora LTDA. **Valor do aditamento:** Permanece Inalterado. **Motivo:** Prorrogação de contrato pelo período de 90 dias. **Prazo de Execução:** 07/10/2025 – 05/01/2026. **Vigência:** 07/12/2025 – 07/03/2026. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento urbano. **Fiscal de Contrato**: Edvando Eduardo Gomes Da Silva. **Data da ratificação:** 02/02/2026.

MILENA COLODEL
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:27559A0C

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA DO EXTRATO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO 060/2025

ERRATA – EXTRATO DE RECURSO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025 Considerando o equívoco constante na Edição 3460 de 02/02/2026 do Diário Oficial do Município referente ao Pregão Eletrônico 060/2025

Onde se lê:

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECURSO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025.

Leia-se:

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECURSO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2025.

Rio Branco do Sul, 02 de fevereiro de 2026

HELOISE CAMILA DOS SANTOS FARIA BRANDT
Secretaria Extraordinária de Compras e Licitações

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:D2361261

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2026 – CP 020/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, com sede à Rua Horacy Santos, 222 - Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.105.576/0001-85, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. Karime Fayad, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.503.093-0/PR e do CPF/MF nº 075.403.599-94, e

CONTRATADA: COLINA URBANIZAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para Pavimentação da Vila Buava, em Rio Branco do Sul.

VALOR: R$ 2.786.000,00 (dois milhões setecentos e oitenta e seis mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 600 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de janeiro de 2026.

FORO: Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Rio Branco do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:9DD37D9A

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2026 – CP 022/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, com sede à Rua Horacy Santos, 222 - Centro, inscrito no CGC/MF nº 76.105.576/0001-85, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. Karime Fayad, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.503.093-0/PR e do CPF/MF nº 075.403.599-94, e

CONTRATADA: COLINA URBANIZAÇÃO LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa de Pavimentação no Bairro Alto em Rio Branco do Sul.

VALOR:R$ 2.448.000,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta e oito mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 300 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 600 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de janeiro de 2026.

FORO: Comarca de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Rio Branco do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Felipe Faria de Souza
Código Identificador:4514F579

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF

A Prefeitura Municipal de Rio Negro convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, a ser realizada no dia 23 (vinte e três) de fevereiro de 2026, às 17 (dezessete) horas, tendo como local o Plenário da Câmara de Vereadores de Rio Negro, sito a Rua Dr. Vicente Machado, nº 148, Centro, para demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º (terceiro) Quadrimestre do Exercício de 2025, previsto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar Federal n. º 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6B880655

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 12/2026

Dispõe sobre Declaração de Utilidade Pública de áreas de terras de propriedade dos espólios de Osvaldo Weber e Laydes Weber, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável e a título gracioso, áreas de terras de propriedade dos espólios de Osvaldo Weber e Laydes Weber, registrado sob a transcrição nº 7.118, do Livro nº 3-E, do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Rio Negro, com fundamento no art. 2º; alínea "i" do art. 5º e art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações.
Parágrafo único: O referido imóvel foi transfixado pela abertura da Rua Otavio Ribas da Cruz e o saldo resultou em outro lote distinto denominado Lote A, com 1.661,97m² com as seguintes características:

I – Imóvel urbano, correspondente ao lote nº A, com a área de 1.661,97m², situado de frente para o lado ímpar da Rua Camarista João Hirt a 24,77m da esquina com o lado par da Rua Luiz Ferreira Ramos no bairro Campo do Gado nesta cidade. Faz frente de 19,76m para o lado ímpar da Rua Camarista João Hirt; Divisa pelo lado direito em 48,90m com a propriedade de Andriele Mazur, matricula 10.295 e em 6,98m com a propriedade de Ilaercio Francz Custódio, matricula 5.099; Divisa pelo lado esquerdo em 75,73m com uma servidão de passagem e em 21,18m com a propriedade de Noeli Padilha dos Santos, matricula 13.517; Nos fundos faz divisa em 5,98m com a propriedade de Israel Alves de Oliveira, matricula 12.332 e em 39,92m com o Trecho 7 da Rua Otavio Ribas da Cruz.

Art.2º O imóvel sofre uma redução em sua área superficial devido a abertura da Rua Otávio Ribas da Cruz, em 317,84 m2 com as seguintes características:

II - Trecho 7: com a área de 317,84m², situado no bairro Campo do Gado nesta cidade, a 28,21m da esquina com o lado par da Rua Ambrósio Schafhauser com as seguintes características: Faz frente de 14,45m para a mesma Rua Otávio Ribas da Cruz; Divisa pelo lado par em 5,50m com a propriedade de Edison Denis Fagundes Villarinho, matricula 12.331; Divisa pelo lado ímpar em 39,92m com a propriedade dos Espólios de Osvaldo Weber e Laydes Weber, transcrição 7.118 Lv. 3-E. Nos fundos faz divisa em 19,79m com a propriedade de Edson Dittrich, matricula 17.205 e em 14,15m com a propriedade de Ilaercio Francz Custódio, matricula 5.099.

Art. 3º O proprietário da área atingida pela presente desapropriação administrativa limitará o uso e gozo da mesma, abstendo-se, consequentemente da prática dentro da referida área.

Art. 4º A área de que trata o artigo 2º fica avaliada pela Comissão de Avaliação de Imóveis do Município de Rio Negro, instituída pelo Decreto nº 46, de 21 de fevereiro de 2025, no valor de R$ 73.103,20 (setenta e três mil, cento e três reais e vinte centavos)
Parágrafo único. O valor de avaliação citado no caput deste artigo será utilizado especificamente como base de cálculo para fins de trâmites cartorários, taxas e emolumentos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente desapropriação, mormente aquelas atinentes aos emolumentos referentes à lavratura de escritura e registro, referente pela abertura da Rua Otávio Ribas da Cruz, correrão por conta dos expropriados e do Município.

Art. 6º O Termo de Doação é parte integrante deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9B687E40

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 118/2026

Dispõe sobre a designação da servidora municipal Tatiane Cristine França, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal n.º 2007, de 29 de abril de 2010 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar, a partir de 1º de fevereiro de 2026, para a função de Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal "João da Silva Machado", a servidora ***Tatiane Cristine França,*** matrícula nº 1058-8/7, ocupante do cargo de "Professor PB20".

Art. 2º Ampliar a carga horária da servidora em mais 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º Conceder gratificação no percentual de 68% (sessenta e oito por cento), sobre os vencimentos básicos da servidora, pelo exercício da função de coordenação pedagógica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 30 de janeiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:28A85942

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 123/2026

Dispõe sobre a recondução do ocupante do cargo de provimento em comissão de Controlador Interno, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2960, de 26 de junho de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Reconduzir, a partir de 1º de fevereiro do corrente, no cargo de provimento em comissão de "Controlador Interno", símbolo CCCI, a servidora municipal ***Jerusa Cleres***, matrícula nº 2018-4/1.
Parágrafo único. O mandado é de 4 (quatro) anos em conformidade com o art. 20 da Lei nº 2960, de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 30 de janeiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:47810FEA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 124/2026

Dispõe sobre alteração na Portaria nº 1068, de 28 de julho de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo digital nº 2730/2026;

R E S O L V E:

Art. 1º Alterar o inciso II do art. 2º da Portaria nº 1068, de 28 de julho de 2025, que nomeia a Comissão responsável pela condução da Tomada de Contas Especial, que passa a ter a seguinte redação:
"Art. 2º...
...
II – André Klemann Koch;
..."
Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 1068, de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:2F755E07

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 125/2026

Dispõe sobre a exoneração a pedido de servidor municipal ocupante de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, em 31 de janeiro do corrente, ***André Klemann Koch***, com matrícula nº 2283-7/1, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Secretário Municipal de Assistência Social", símbolo CC-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:771B4A92

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 126/2026

Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 98, de 16 de janeiro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 98, de 16 de janeiro de 2025 que designa o servidor municipal **André Klemann Koch**, matrícula nº 2283-7/1, como Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:9234FDA5

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 127/2026

Dispõe sobre revogação da Portaria nº 103, de 16 de janeiro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 103, de 16 de janeiro de 2025, que designa o servidor municipal **André Klemann Koch**, matrícula nº 2283-7/1, como Gestor do Fundo Municipal do Idoso, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:3788367F

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 128/2026

Dispõe sobre revogação da Portaria nº 104, de 16 de janeiro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 104, de 16 de janeiro de 2025, que designa o servidor municipal **André Klemann Koch**, matrícula nº 2283-7/1, como Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:846B19B3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 129/2026

Dispõe sobre nomeação de cargo de provimento em comissão, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1346, de 27 de março de 2003 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de fevereiro do corrente, ***André Klemann Koch***, com matrícula nº 2283-7/1, para exercer o cargo de provimento em comissão de "Ouvidor Geral da Saúde", símbolo CCOS, percebendo mensalmente R$ 9.805,07 (nove mil, oitocentos e cinco reais e sete centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E7CDD3FC

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 130/2026

Dispõe sobre a nomeação da Secretária Municipal de Assistência Social, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1346, de 27 de março de 2003 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear, a partir de 1º de fevereiro do corrente, ***Luciane Maria Machado Lorenzzi,*** com matrícula nº 0910-5/1, para exercer o cargo de provimento em comissão de "Secretária Municipal de Assistência Social", símbolo CC-1, percebendo mensalmente R$ 12.848,65 (doze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:AD923C1A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 131/2026

Dispõe sobre a designação de Gestora de Fundo Municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Municipal nº 2627, de 30 de março de 2016, que reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, a Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências;

RESOLVE:
Art. 1º Fica designada, a servidora municipal ***Luciane Maria Machado Lorenzzi***, matrícula nº 0910-5/1, como Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:24C95508

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 132/2026

Dispõe sobre a designação de Gestora de Fundo Municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Municipal nº 2679, de 30 de novembro de 2016, que institui o Fundo Municipal do Idoso e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada, a servidora municipal ***Luciane Maria Machado Lorenzzi***, matrícula nº 0910-5/1, como Gestora do Fundo Municipal do Idoso, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A83A6450

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 133/2026

Dispõe sobre a designação de Gestora de Fundo Municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Municipal nº 2017, de 12 de maio de 2010, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, revoga o Capítulo III da Lei nº 1307, de 25 de outubro de 2002, e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada, a servidora municipal ***Luciane Maria Machado Lorenzzi***, matrícula nº 0910-5/1, como Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Município de Rio Negro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:0F3728C0

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 134/2026

Dispõe sobre revogação da Portaria nº 027, de 14 de janeiro de 2011, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Portaria nº 027, de 14 de janeiro de 2011, que concede gratificação de função – FG-2, para a servidora ***Luciane Maria Machado Lorenzzi***, matrícula nº 0910-5/1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 2 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B938E79E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 166/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 88/2025

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, com endereço na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, bairro Seminário, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76002641/0001-47 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87 e a **CONTRATADA: VERSA ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua XAVANTES, nº 54, - até 662 - lado par, ATIRADORES, na cidade de Joinville - SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.073.536/0001-64, neste ato representado por seu Proprietário Sr. **BERNARDO LOPES MANNRICH**, representante legal, inscrita no CPF/MF sob n.º 005.357.399-40, resolve modificar unilateralmente o Contrato nº 166/2025, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, pelas cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 166/2025, por parte da Administração, visando o ajuste da despesa, devido à troca de exercício, considerando a Lei Orçamentária Anual 2026. **Dotações Orçamentárias: 610 – 10.003.18.542.0007.2.092.3.3.90.39.82.03 – Fonte 511; 609 – 10.003.18.542.0007.2.092.3.3.90.39.82.03 – Fonte 000; 610 – 10.003.18.542.0007.2.092.3.3.90.39.82.03 – Fonte 511 (Superávit); 619 – 10.003.18.542.0007.2.092.3.3.90.39.82.03 – Fonte 000 (Superávit). CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO** Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores. Rio Negro PR, 02 de fevereiro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:E0A59D19

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRO - PR - IPRERINE
PORTARIA/IPRERINE N.º 03/2026

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 10-B, inciso I, da Lei n. 1.254/2001, e de conformidade o art. 123 da Lei n. 1.318/2002 c/c art. 11, §§ 2º e 3º, da Lei n. 1.254/2011,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder, a partir de 1º de fevereiro de 2026, Adicional por Tempo de Serviço (ATS), correspondente a 1% (um por cento), incidente sobre o vencimento básico do servidor municipal do Quadro de Pessoal do IPRERINE, abaixo relacionado, em razão do cumprimento de 1 (um) ano de efetivo exercício no serviço público municipal:

Servidor	Cargo efetivo	Carga horária	Admissão
Fagner Becker Cordeiro	Contador	20h	01.02.2012

Art. 2º. O Adicional por Tempo de Serviço concedido nos termos do art. 1º somar-se-á aos demais adicionais concedidos em anos anteriores.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Rio Negro, 02 de fevereiro de 2026.

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva do IPRERINE

Publicado por:
Ana Paula Portes Chapiewski
Código Identificador:F86528ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO 008/2025

1º ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO CONTRATO Nº 008/2025
REF.: INEXIGIBILIDADE 028/2024

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **STUDIO PILATES RIZZO,** inscrita no CNPJ/MF nº 54.208.594/0001-50, estabelecida na Avenida Salgado Filho, nº 142, sala 11, centro, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, CEP 86600-053, telefone (43) 99938-6975, e-mail: **giovannarizzo21@outlook.com**, neste ato, legalmente representada pelo Senhora **GIOVANNA MACHADO RIZZO,** fisioterapeuta, residente e domiciliada na cidade de ROLÂNDIA - PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **CONTRATO**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância da Lei 14.133/2021 e suas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
1. Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato por mais 12(doze) meses, compreendido no período de **28/01/2026 a 27/01/2027**, desde que cumpridas as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO
1. As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
2. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 20 de janeiro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***STUDIO PILATES RIZZO***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

EDER JUNIOR EVANGELISTA	**ERIKA FERNANDA DOS SANTOS BEZERRA LUDWIG**
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio (Interino)	Secretária Municipal de Saúde

ADRIANA COUTINHO FARIA BOCATE	**ANDERSON MOREIRA BERNINI**
Fiscal do Objeto do Contrato	Fiscal do Objeto do Contrato

CARLOS HENRIQUE FERREIRA BELTRAME	**PAULA ANDREA TONIN**
Fiscal do Objeto do Contrato	Fiscal do Objeto do Contrato

FABIANA HIROKO OSAWA	**LUCIANE LUMI KIMURA MORIYAMA**
Fiscal do Objeto do Contrato	Fiscal do Objeto do Contrato

MARIANGELA PORTELLO CANUTO	**PATRICIA FRANCIELI MARONEZE LAMPA**
Fiscal do Objeto do Contrato	Fiscal do Objeto do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:01FE7B24

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO 016/2025

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 016/2025
REF.: INEXIGIBILIDADE: 010/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **TUA – TRANSPORTE URBANO ARAPONGAS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.867.960/0001-89, estabelecida na Rua Pavãozinho do Para, nº 1817, na cidade de **ARAPONGAS - PR**, Parque Industrial II, CEP 86703-755, telefone (43) 3254-1010/ (43) 3276-2891, e-mail: contabilidade@pmgpar.com.br, neste ato, legalmente representada pelo Senhor(a) Mara Carolina Coelho Constantino**,** residente e domiciliado na cidade de Londrina- PR, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância da Lei 14.133/2021 e suas alterações, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR
1. Fica aditivada a cláusula primeira deste contrato, alterando dos valores vale transporte dos servidores, com início em 01 de janeiro de 2025, conforme tabela abaixo:

DESTINO	**DE**	**PARA**
Arapongas x Rolândia	**R$ 4,75**	**R$ 5,00**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
1. Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato prorrogando mais 12(doze) meses, com início em 13/**02/2026 a 12/02/2027**, desde que cumpridas as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 26 de janeiro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***TUA – TRANSPORTE URBANO ARAPONGAS LTDA***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**PAULO ROGÉRIO DE LIMA**

Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Administração
_____	_____
HELENA LÚCIA KOCH	**DAVID HENRIQUE JANUÁRIO VALÉRIO**
Fiscal do Contrato	Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:6A260984

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 015/2026

TIPO DE CONTRATAÇÃO: Inexigibilidade n.º 007/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, conforme publicação da Ata de Sessão Solene n.º 01/2025, do Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 06 de janeiro de 2025, edição 3187.

CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.527.951/0001-85, estabelecida na Rodovia Br-116, n.º 11.807, KM 100, Hauer, CEP 81690-170, na cidade de CURITIBA - PR.

OBJETO: "Aquisição de equipamento de tração mecânica, conforme descrição específica, para uso em melhorias e adequações em estradas rurais, mediante convênios junto a SEAB no Programa Estradas da Integração. A aquisição será mediante processo de adesão à ata de registro de preços junto ao Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense - CISMEL".

VALOR: R$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: Entregar em até 180 (cento e oitenta) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE EDIÇÃO/ASSINATURA DO CONTRATO: 27/01/2026.

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 27 de janeiro de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Pereira da Silva
Código Identificador:CF10ED93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 11, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

D E C R E T O Nº 11, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Declara Estável Servidora Pública Municipal que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o artigo 45, Inciso I, da Lei Municipal nº 34 de 20 de Junho de 2018 que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais",

Considerando a Portaria nº 386 de 13 de novembro de 2025, o qual concedeu 05 (cinco) dias consecutivos de Licença Gala para servidora;

Considerando a Lei Municipal de nº 01/2018 de 22 de janeiro de 2018, Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º- Tendo em vista o Concurso Público Municipal de nº 01/2018, datado de 13 de abril de 2018, com resultado regularmente homologado mediante Edital de nº 24.01/2018 de 29 de agosto de 2018, a que se submeteu e o cumprimento do Estágio Probatório de 03 (três) anos, fica declarado Estável a Servidora pública que abaixo especifica:

Nome	Cargo/ Carreira	Nível Referência Atual	Nível Referência à Elevar	Matrícula
Rafaela Batista	Professora	C-01	C-02	1515

Art. 2º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:B019DDFE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 12, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

DECRETO Nº 12, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Concede Promoção de Classe na Carreira para servidora pública municipal integrante do Quadro do Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, e considerando certificado de conclusão de cursos apresentados na Secretaria Municipal de Educação;

DECRETA:
Art. 1º Fica concedido Promoção de Classe na carreira da servidora pública municipal abaixo relacionada, integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, conforme dispõe a Lei Municipal de nº 01 de 22 de janeiro de 2018, Anexo "I", que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Salgado Filho.

Servidor	Cargo	Nível/ Referência Atual	Nível/ Referência a Elevar	Matrícula	Período da elevação
Lucivani R. Haimann	Professora de Educação Infantil	EC-04	EC-05	1227	03/02/2024 03/02/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:D0DC161E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
DECRETO Nº 13, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

D E C R E T O Nº 13, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Declara Estável Servidora Pública Municipal integrante do Quadro do Magistério público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o artigo 45, Inciso I, da Lei Municipal nº 34 de 20 de Junho de 2018 que "Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais",

Considerando a Lei Municipal de nº 01/2018 de 22 de janeiro de 2018, Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º- Tendo em vista o Concurso Público Municipal de nº 01/2018, datado de 13 de abril de 2018, com resultado regularmente homologado mediante Edital de nº 24.01/2018 de 29 de agosto de 2018, a que se submeteu e o cumprimento do Estágio Probatório de 03 (três) anos, fica declarado Estável a Servidora pública que abaixo especifica:

Nome	Cargo/ Carreira	Nível Referência Atual	Nível Referência à Elevar	Matrícula
Adriana Boff	Professora	C-01	C-02	1510

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à contar de 26 de janeiro de 2026.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:EE084DE9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 45, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 45, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Concede Férias para a Servidora Pública Municipal que abaixo específica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando requerimento apresentado,

RESOLVE,

Artigo 1º- CONCEDER, férias de 10 (dez) dias para a Servidora Pública Municipal **GILVANA CANESSO (1298),** ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, à partir do dia 04 de fevereiro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 12.06.2022 a 11.06.2023.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:195394DB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº 46, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

PORTARIA Nº 46, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALGADO FILHO, **ESTADO DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais resolve.

DESIGNAR

O servidor Eduardo Bernardi Alves, portador da Cédula de identidade sob nº 9.***.***-2 S.E.S.P/PR, inscrito no CPF sob nº 0**.***.***-20, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, nomeado através da Portaria nº61/2025, para exercer a função de Fiscal de Obras e de Execução de Projetos, referente as obras diversas a serem executadas no município de Salgado Filho – PR.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito de Salgado Filho

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:6FE0A41A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
PORTARIA Nº. 47, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

PORTARIA Nº. 47, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a designação de servidora pública municipal, para atuação junto a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:
Artigo1º DESIGNAR a servidora pública municipal **JUCEMARA ROMANOSKI,** matrícula nº 1624, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para à partir de 03 de fevereiro de 2026, desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Educação, com exercício nas unidades escolares desta municipalidade, conforme a necessidade do serviço público.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Certifico que este documento foi publicado no Jornal _____, Edição nº _____, do dia _____/_____/_____.
Assinatura _____

Gabinete do Executivo Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Ciente em _____/_____/2026.
_____
Assinatura

Publicado por:
Gilvana Canesso
Código Identificador:CFAAAEFE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/ 2026 COMPRASNET 90.007/ PROCESSO 19/2026
O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às 0**9:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO** para Contratação de empresa especializada para futura e eventual manutenção de ar condicionado com fornecimento de mão de obra e peças em atendimento as secretarias e departamento do município o de Salto do Lontra/PR. Critério de Julgamento: Menor Preço por lote. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2026, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site www.saltodolontra.pr.gov.br ou através do site**:** https://www.gov.br/compras/pt-br, a partir do dia 02 de fevereiro de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacaosaltodolontra@gmail.com.

Salto do Lontra, 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:618F4201

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITICO AO CONTRATO Nº 163/2024

OBJETO:	Contratação de empresa visando o fornecimento e instalação de Sistema(s) de Geração de Energia Fotovoltaica, conectado à rede ON-GRID da concessionária de energia, de acordo com o Instrumento de Repasse Convênio nº 4123006/2023 entre o Município de Salto do Lontra e a Caixa Econômica Federal – Programa Itaipu Mais Que Energia
CONTRATADO:	E. LONGO ENG LTDA
CNPJ:	45.235.562/0001-52
VIGÊNCIA:	27/02/26
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 04 de dezembro de 2025

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:FBBA81AB

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1286/2026

DECRETO Nº 1286, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Nomeia MARIELI RIBEIRO LIRA, para o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento do Pronto Atendimento.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 02 de fevereiro de 2026, **MARIELI RIBEIRO LIRA**, brasileira, casada, portador do CPF 066.247.349-30, para o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento do Pronto Atendimento – CC3.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:6E07E194

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1287-2026

DECRETO Nº 1287, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Nomeia MARCOS VIEIRA, para o Cargo de OPERADOR DE MAQUINAS 40 HORAS, aprovada no CONCURSO 001/2024 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de fevereiro de 2026, **MARCOS VIEIRA,** brasileiro, portadora do CPF 110.435.829-83, para o Cargo de Operador de Maquinas 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, aprovado no concurso 001/2024.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 02 de fevereiro 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:267507A0

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1288-2026

DECRETO Nº 1288, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Nomeia ALESSANDRA DA COSTA, para o Cargo de MÉDICO 20 HORAS, aprovada no CONCURSO 001/2023 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de fevereiro de 2026, **ALESSANDRA DA COSTA** brasileira, portadora do CPF 103.673.219-39, para o Cargo de Médico 20h horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, aprovado no concurso 001/2023.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 02 de fevereiro 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:3913881C

DEPARTAMENTO DE RH
DECRETO 1289-2026

DECRETO Nº 1289, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido a servidora municipal abaixo e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

D E C R E T A

Art. 1º - Exonera a pedido em 02/02/2026 a servidora municipal Sra. **MARCIA FRANZ,** brasileira, portadora da Matrícula 15881/1, admitida em 02/01/2025, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:74734B91

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 020/2026 - RETIFICACAO

PORTARIA N° 020, DE 30 DE JANEIRO DE 2026 – RETIFICAÇÃO.

SÚMULA: - Designa a Servidora Municipal ERONILDE DE OLIVEIRA TOSCAN, para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa a partir de 02 de fevereiro de 2026 a Servidora Municipal **ERONILDE DE OLIVEIRA TOSCAN**, brasileira, casada, portadora da Matrícula 1171/1, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal efetivo, para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – FG 01.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário em especial a Portaria 904/2025, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 30 de janeiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:775713AD

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 021/2026

PORTARIA N° 021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: - Revoga em Parte a Portaria 940/2025 que concedia Função Gratificada e Dedicação Exclusiva na Secretaria de Saúde ao Servidor Municipal ADEMIR DE CAMPOS, e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica revogada a Função Gratificada com Dedicação Exclusiva na Secretaria de Saúde da Portaria 940/2025 de 07 de março de 2025, concedido ao Servidor Municipal Ademir de Campos, brasileiro, portador do CPF 640.783.459-72, ocupante do Cargo de Motorista, admitido em 14/05/2007.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:801D8412

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 022/2026

PORTARIA N° 022, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Regulares aos Servidores Municipais abaixo especificados e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Restabelece 15 (quinze) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Nº Portaria
01	Jocineia Ribeiro do Nascimento	Assistente Administração	01/02/2012	2023-2024	02/02/2026 a 16/02/2026	1119/2025
02	Zenir de Oliveira Baldessar	Auxiliar de Enfermagem	03/04/2007	2024-2025	03/02/2026 a 17/02/2026	1086/2025

Art. 2º - Concede 30 (trinta) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificados:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Ana Luiza Marchesi Dal Bosco	Professor	10/02/2025	2025-2026	03/02/2026 a 04/03/2026
02	Ana Luiza Marchesi Dal Bosco	Professor	22/02/2016	2025-2026	03/02/2026 a 04/03/2026
03	Clara Maria Morais	Professor	12/06/2024	2025-2026	02/02/2026 a 03/03/2026
04	Fernando Antonio Viera	Motorista	02/04/2012	2024-2025	02/02/2026 a 03/03/2026
05	Vanderli da Silva	Motorista	01/02/2012	2024-2025	09/02/2026 a 10/03/2026

Art. 3º - Concede 15 (quinze) dias de Férias Regular aos Servidores Municipais abaixo especificado, restando 15 (quinze) dias para usufruir oportunamente:

Nº	Nome Servidor	Cargo	Admissão	Período Aquisitivo	Período de Gozo
01	Emilia de Fatima de Oliveira Rosa	Recepcionista	03/04/2007	2025-2026	03/02/2026 a 17/02/2026
02	Ivanilso Cassol	Operador de Maquinas	16/07/2025	2025-2026	02/02/2026 a 16/02/2026
03	Terezinha Barbosa Pereira	Técnico de Enfermagem	01/04/2016	2023-2024	03/02/2026 a 17/02/2026

Art. 4º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:1231FB44

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 023-2026

PORTARIA Nº 023, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: Interrompe Férias Regular da Servidora Municipal GIVONETE DOS SANTOS e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Interrompe a partir de 02 de fevereiro de 2026 as Férias Regular do servidor municipal **GIVONETE DOS SANTOS**, brasileira, portadora da Matrícula 1392/1 admitido em 19/02/2002, período aquisitivo 2025 a 2026, ocupante do Cargo de Servente Escolar do quadro de pessoal efetivo, restando 17 dias para serem usufruídos oportunamente.
Art. 2º - Interrompe a partir de 02 de fevereiro de 2026 as Férias Regular do servidor municipal **GIVONETE DOS SANTOS**, brasileira, portadora da Matrícula 7994/1 admitido em 13/02/2012, período aquisitivo 2025 a 2026, ocupante do Cargo de Agente Educacional I do quadro de pessoal efetivo, restando 17 dias para serem usufruídos oportunamente.
Art. 3º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:9C50C9CD

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 024/2026

PORTARIA N° 024, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Prêmio ao Servidor Municipal abaixo especificado e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede 90 (noventa) dias a partir de 02 de fevereiro de 2026, Férias Prêmio ao servidor municipal **VANDERLEI BALDESSAR**, brasileiro, portador matrícula 3166/1, ocupante do cargo de Motorista do quadro de pessoal efetivo, admitido em 01/07/2002, período aquisitivo 2018 a 2023.
Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:BE052EFC

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 025/2026

PORTARIA Nº. 025, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

SÚMULA: - Restabelece Férias Premio do Servidor Municipal, VALDIR LUIS TOSCAN, e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Restabelece 60 (sessenta) dias Férias Premio a partir do dia 02 de fevereiro de 2026, ao servidor **VALDIR LUIS TOSCAN,** brasileiro, casado, portador do RG 773.065 SSP-MT e CPF 459.194.881-15, ocupante do Cargo de Motorista, do quadro de pessoal efetivo admitido 01/04/2016, período aquisitivo 2016 à 2021.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de fevereiro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:A62E8EA0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo dispensa Nº 1/2026
Processo: 9/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de ovos de chocolate, destinados à distribuição aos alunos das Escolas Municipais do Município de Santa Amélia - PR e aos inscritos nas oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
Valor estimado: 18.072,00 (Dezoito Mil e Setenta e Dois Reais>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 11/02/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 11/02/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 11/02/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada no local supramencionado, e também junto ao Setor de licitações, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min na sede da Prefeitura Municipal de Santa Amélia, à rua Alcides Prudente Pavan, 130, Santa Amélia-PR , ou ainda no portal da transparência do município de Santa Amélia http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes.
TELEFONE PARA CONTATO: 0800 090 70 60

Santa Amélia-PR.,14/01/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:7624796B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Nº 3/2026
Processo: 2/2026
Objeto: Aquisição de medicamentos, por meio de Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, destinados ao
atendimento das demandas da rede pública municipal de saúde de Santa Amélia
Valor estimado: 37.886,40 (Trinta e Sete Mil, Oitocentos e Oitenta e Seis Reais e Quarenta Centavos>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 20/02/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 20/02/2026 das 09:00 hrs às 10:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 20/02/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada no local supramencionado, e também junto ao Setor de licitações, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min na sede da Prefeitura Municipal de Santa Amélia, à rua Alcides Prudente Pavan, 130, Santa Amélia-PR , ou ainda no portal da transparência do município de Santa Amélia http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes.
TELEFONE PARA CONTATO: 0800 090 70 60

Santa Amélia-PR.,21/01/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:90C0B573

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11/2026

EMENTA: Cria a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Cria a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família e dá outras providências. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica no Município, e demais legislações do Município.

A necessidade de fortalecimento da gestão intersetorial do Programa Bolsa Família (PBF) no município; considerando também a importância do acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde como instrumento para promoção do acesso a direitos sociais; considerando, ainda, a Portaria MDS nº 1.058 de 18 de fevereiro de 2025, e demais normativas que regulamentam o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Santa Amélia PR, a Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de articular, planejar, acompanhar e monitorar as ações voltadas ao fortalecimento da gestão das condicionalidades do Programa.

Art. 2º A Comissão Intersetorial terá as seguintes competências:
I – Articular as áreas de Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação para o cumprimento das condicionalidades;
II – Definir estratégias para melhoria dos índices de acompanhamento das condicionalidades;
III – Promover reuniões periódicas para avaliação dos resultados e encaminhamentos necessários;
IV – Propor ações de busca ativa para identificação e atendimento de famílias em descumprimento de condicionalidades; e municipal do PBF.
Art.3º A Comissão será composta por representantes dos seguintes órgãos/setores:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:
Sandra Mila Pastre – Coordenadora do Cad Único e PBF;
Sofia Mello de Morais – Representante da Assistência Social;

II – Secretaria Municipal de Saúde:
Maria Lucia Rodrigues da Cruz - Coordenadora do PBF na saúde;
Luan José Vilalva – Representante da saúde

III – Secretaria Municipal de Educação:
Lorimal Aparecida Correa – Coordenadora do PBF na educação;
Luciani Porcinelli Pelissari Guergolet – Representante do CMEI;
Edileia Cristina Versori – Representante Escola Municipal Francisco da Silva Leal.
§1º Os membros da Comissão serão indicados pelos titulares das respectivas Secretarias e nomeados por Portaria do Prefeito Municipal.
§2º A coordenação dos trabalhos ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude.
Art.4º A Comissão reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, e, extraordinariamente, sempre que necessário.
Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Santa Amélia, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal de Santa Amélia-PR

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:75CC890F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 051/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a partir do dia 03 de fevereiro de 2026, a Portaria nº 237/2025, de 03 de fevereiro de 2025, que designou a servidora pública municipal LORIMAL APARECIDA CORREA, matrícula 611-1, para responder pelas atribuições, atividades e projetos sob a competência da Secretaria Municipal de Cultura.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:B09EC373

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 053/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. NOMEAR, a partir do dia 03 de fevereiro de 2026, no cargo de Secretário Municipal da Cultura e Turismo a servidora pública municipal ANA EMANUELLA UTIDA DE MIRANDA, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG. nº 12.885.180.1/SSPPR, CPF 059.044.389-58, residente e domiciliada na rua Américo Pagliaci nº 15 - centro – na cidade de Santa Amélia – Paraná, CEP 86.370-000.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente a Portaria nº 106/2025, de 03 de fevereiro de 2025.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:8A3BCDFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 054/2026

Portaria nº 054/2026
ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Fica concedido desde o dia 02 de fevereiro de 2026, 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora pública municipal **ROSA SANCHES MOURO,** matrículas 361- e 362-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL,** de acordo com o art. 82, da Lei Municipal nº 1.108/2005, para auxiliar no tratamento de saúde da sua genitora **FRANCISCA CECÍLIA SANCHES,** de acordo com declaração médica.
Art. 2º. O servidor deverá retornar as atividades normais no dia 03 de maio de 2026.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:833FAEC8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 50/2026

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a partir do dia 03 de fevereiro de 2026, a Portaria nº 106/2025, de 03 de fevereiro de 2025, que nomeou a servidora pública municipal ANA EMANUELLA UTIDA DE MIRANDA, na função de COORDENADORA EDUCACIONAL – ÁREA ARTE E CULTURA.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:49507910

GABINETE DO PREFEITO
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 6º BIMESTRE DE 2025 MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA – PR

1. Introdução
Este relatório apresenta as ações realizadas no 6º bimestre de 2025 para garantir os direitos das crianças e adolescentes de Santa Amélia. As atividades foram desenvolvidas em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
2. Estrutura Organizacional
Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social
Equipe Técnica: Assistentes sociais e psicólogos.
3. Atividades Desenvolvidas

• **Programa Família Acolhedora**: Se encontra em processo de implementação no município.
• **Rede de Proteção à Criança e Adolescente**: Ocorrem reuniões mensais e extraordinárias com os membros da rede de proteção, a fim de assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes em situação de risco e violência.
• **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**: As oficinas de Ballet do SCFV atendem crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 6 anos e 06 a 15 anos, de acordo com a tipificação do Sistema Único de Assistência Socia (SUAS). Também é ofertada oficinas de vôlei. O objetivo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes épromover um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, além de fortalecer a convivência familiar e comunitária.
• **Benefício Eventual de Auxílio Natalidade**: O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), fornece kits para gestantes que se

encontram no final da gestação, e atendem aos critérios da lei municipal de Benefícios Eventuais.
• **Programa Nascer Bem Paraná**: iniciativa do Governo do Estado do Paraná voltado à atenção integral à gestante e ao bebê, com o foco em reduzir a mortalidade materna e infantil.

4. Orçamento e Aplicação de Recursos

• **Fonte de Recursos**: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).
• **Piso único da Assistência Social (PAS):** recurso vinculado oriundo do governo estadual.
• **Incentivo Estadual Voltado a Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes (CEDCA 13/2025):** recurso vinculado oriundo do governo estadual.
• **Aplicação**: Recursos destinados à manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Capacitação de profissionais que atendem crianças e adolescentes.

5. Resultados Alcançados
Crianças e adolescente atendidos no SCFV: 63 inscritos;
Reuniões realizadas pela Rede de Proteção à Criança e Adolescente: 1 reunião.
Beneficiadas pelo Auxílio Natalidade: 4 beneficiadas.
Programa Nascer Bem Paraná: 1 beneficiada.

6. Desafios Enfrentados

• **Capacitação Contínua**: Necessidade de formação contínua para profissionais que atuam na área.
• **Ampliação de Parcerias**: Buscar novas parcerias para ampliar a oferta de serviços.
• **Família Acolhedora**: Falta de equipe própria, falta de famílias credenciadas para o programa.

7. Perspectivas para o Próximo Período

• **Expansão do Programa Família Acolhedora**: Concluir a implementação do programa no município, com famílias cadastradas e capacitadas para a atuação no programa.
• **Ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**: Criação de um centro de convivência próprio para a realização das oficinas do SCFV.
• **Meta**: oficinas de artesanato e música.

8. Conclusão
O município de Santa Amélia tem se empenhado na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, desenvolvendo ações que promovem a proteção e o desenvolvimento integral desse público. O compromisso com a melhoria contínua das políticas públicas é fundamental para alcançar resultados ainda mais significativos.

MARIA APARECIDA IPOLITO CONEGLIAN
Secretária Municipal de Assistência Social/Santa Amélia-PR
Portaria 104/2025

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:3940C628

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 01/2026

Aprova a Reprogramação dos Saldos Financeiros do ano de 2025 para ser gastos no ano de 2026 dos Cofinanciamentos da União e Estado.

O Conselho Municipal de Santa Amélia, em reunião ordinária no dia 27 de fevereiro de 2026, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal Nº 8.742/1993 (LOAS), alterada pela Lei N 12.435 DE 06/07/2011.

CONSIDERANDO a Portaria nº 113 de 2015, Art. 30, os recursos financeiros repassados pelo FNAS aos Fundos de Assistência Social dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, existentes em 31 de dezembro de cada ano, poderão ser reprogramados para o exercício seguinte a conta do Bloco de Financiamento a que pertencem;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a reprogramação dos Saldos dos Co-Financiamento da União e Estado do ano de 2025 para serem gastos no ano de 2026 por este Órgão Gestor para continuidade dos serviços Sócio Assistenciais, conforme registro em Ata nº 02 de 27 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Santa Amélia, 02 de fevereiro de 2026.

SOFIA MELLO DE MORAIS
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:7204741B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/ 2026

AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/ 2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, com aplicação do Sistema Registro de Preços.

Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TRATOR DE PEQUENO PORTE E IMPLEMENTO AGRÍCOLA.	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 19/02/2026	Horário: 08h
Abertura e análise das propostas:	Data: 19/02/2026	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 19/02/2026	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por ITEM	
Valor máximo:	**R$ 155.250,43 (cento e cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão, 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Pregoeiro

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:86138EEE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 2.514/2026

DECRETO N.º 2.514/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLAUDIO COVRE NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

Considerando a homologação do resultado do Concurso Público 001/2023, através do Decreto 2124/2023, de 23 de outubro de 2023.

Considerando o Edital de Convocação 080/2026 de 16 de janeiro de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica **DECLARADO DESISTÊNCIA DA VAGA** o candidato (a) aprovado para o cargo de **MOTORISTA**, o Senhor **ANDERSON ALMAGRO,** classificado em 9º lugar com a nota 130,75,25, relacionado no Decreto 2.124/2023, tendo em vista a não apresentação dos documentos necessários para a posse legal de conformidade com Edital do Concurso Público 001/2023.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 02 de fevereiro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:A1A52238

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2026

CREDENCIANTE: Munícipio de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, com sede à Rua Jerônimo Farias Martins nº 514, inscrito no CGC/MF nº 76.290.691/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Claudio Covre, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.959.656-0 e do CPF/MF nº 848.208.539-53, **CREDENCIADO:** IGOR HENRIQUE DE MORAES, brasileiro, domiciliado na cidade de Abatiá – Paraná, na Av. Paraná, nº374, portador CPF/MF nº. 067.847.379-03.
OBJETO: Prestação de Serviços de ARQUITETURA.
VALOR: O valor mensal bruto é de R$ 4.778,87 (quatro mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados a partir do dia da data da assinatura do Contrato**.**
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 DE FEVEREIRO de 2026.
FORO: Comarca de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.
Santa Cecília do Pavão: 02 DE FEVEREIRO de 2026.

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:62BBB4AE

GABINETE DO PREFEITO
RESCISÃO DE CONTRATO AMIGÁVEL CONTRATO Nº. 01/2025

RESCISÃO DE CONTRATO AMIGÁVEL
CONTRATO Nº. 01/2025
COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (ART. 37, INCISO IX)
E O TEOR DO DISPOSITIVO NO DECRETO MUNICIPAL Nº 1.685/2019,
DE 30 DE SETEMBRO DE 2019.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADO: CESAR FELIPE DOMINGUES
REPRESENTANTES: CLAUDIO COVRE
DATA: 02/01/2026

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:8D863B0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2026

AUTORIZO a contratação direta por *inexigibilidade de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. **CNPJ nº:** 06.224.121/0006-08
OBJETO	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CIDES VALE DO IVAI, FIRMADA COM A EMPRESA DE SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MÁQUINÁRIOS E CAMINHÕES DE LINHA PESADA, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) MOTONIVELADORA, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA "ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO", IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB) E EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.	
VALOR ESTIMADO	R$ 1.119.000,00 (um milhão, cento e dezenove mil reais).	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**Programática:** 11.001.04.122.0006.2010 - Manutenção das Atividades de Planejamento, Projetos e Engenharia 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE. **Fontes:** 31912 - CONVENIO N.488/2025 - SEAB	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:6E974417

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2750 2026 CONVÊNIOS ESTADUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 2750/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº900/2026 de 29/01/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.897.821,59 (um milhão oitocentos e noventa e sete mil oitocentos e vinte e um reais e cinqüenta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E	

		URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC OBRAS, V. E URB	
05.001.15.451.0019.1.017.		Recuperação da Pavimentação Urbana	
1473 - 4.4.90.51.00.00	31722	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.897.821,59
Total Suplementação:			**1.897.821,59**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:2.4.2.2.99.01.33.00000000	Fonte: 1001	1.897.821,59
Total da Receita:		**1.897.821,59**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:0400F372

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2751 2026 CONVÊNIOS ESTADUAIS

Exercício: 2026
Decreto nº 2751/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº900/2026 de 29/01/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 99.885,35 (noventa e nove mil oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC OBRAS, V. E URB	
05.001.15.451.0019.1.017.		Recuperação da Pavimentação Urbana	
1474 - 4.4.90.51.00.00	3001	OBRAS E INSTALAÇÕES	99.885,35
		Total Suplementação:	**99.885,35**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:834AD2A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2752 2026 EMENDAS PARLAMENTARES - SUPERÁVIT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 2752/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº901/2026 de 29/01/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 286.007,06 (duzentos e oitenta e seis mil e sete reais e seis centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0030.2.044.		PAB - Programa de Atenção Básica	
1475 - 3.3.90.39.00.00	33712	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	249.619,00
07.001.10.301.0034.2.049.		Programa de Assistência Odontológica	
1476 - 3.3.90.30.00.00	33704	MATERIAL DE CONSUMO	36.388,06
		Total Suplementação:	**286.007,06**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:39116D52

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.793-2026 NOMEIA SANDRA REGINA FREIRE SOBRAL ALVES

PORTARIA Nº 2.793/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. SANDRA REGINA FREIRE SOBRAL ALVES, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. SANDRA REGINA FREIRE SOBRAL ALVES**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 033.---.----88 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:7BA7D344

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.794-2026 NOMEIA MARIANA MORAIS DA CRUZ CAMPOS

PORTARIA Nº 2.794/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. MARIANA MORAIS DA CRUZ CAMPOS, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. MARIANA MORAIS DA CRUZ CAMPOS**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 054.---.----63 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:013728C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.796-2026 NOMEIA LUCIANA DE LIMA ALVES

PORTARIA Nº 2.796/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. LUCIANA DE LIMA ALVES, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. LUCIANA DE LIMA ALVES**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 066.---.----80 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:DF14ED5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.797-2026 NOMEIA THAYNA DA SILVA AZEVEDO

PORTARIA Nº 2.797/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. THAYNA DA SILVA AZEVEDO, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. THAYNA DA SILVA AZEVEDO**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 013.---.----10 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:1E51541B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.798-2026 NOMEIA ROBERTA NATALIA DE SOUZA RIBEIRO

PORTARIA Nº 2.798/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. ROBERTA NATALIA DE SOUZA RIBEIRO, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. ROBERTA NATALIA DE SOUZA RIBEIRO**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 073.---.----55 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:5353B89B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.799-2026 NOMEIA MARIA CLAUDINA FERNANDES SARTORI

PORTARIA Nº 2.799/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. MARIA CLAUDINA FERNANDES SARTORI, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. MARIA CLAUDINA FERNANDES SARTORI**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 722.---.----91 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:EDC70F0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.800-2026 NOMEIA BRUNA DOS SANTOS GONZAGA

PORTARIA Nº 2.800/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. BRUNA DOS SANTOS GONZAGA, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. BRUNA DOS SANTOS GONZAGA**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 070.---.----16 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:A7C594A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 2.801-2026 NOMEIA MERY HELEN DA SILVA BENOSSI

PORTARIA Nº 2.801/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. MERY HELEN DA SILVA BENOSSI, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. MERY HELEN DA SILVA BENOSSI**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 064.---.----04 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:7ED50955

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.792/2026

PORTARIA Nº 2.792/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. VANIA APARECIDA SEBASTIAO SIQUEIRA, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;
II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. VANIA APARECIDA SEBASTIAO SIQUEIRA**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 576.---.----06 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:4EBE39EE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.795/2026

PORTARIA Nº 2.795/2026

SÚMULA: Nomeia a Sra. MARCIELE DA SILVA SOUZA DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e,

I – Considerando o processo administrativo – CONCURSO PUBLICO – para fins de admissão de pessoal, para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade, devidamente instaurado pelo Edital nº 001/2023;

II – Considerando o Resultado Final do Concurso Público, divulgado e homologado pelo edital nº 28/2023, devidamente homologado pelo Edital n.º 29/2023, datado de 03/01/2024;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a **Sra. MARCIELE DA SILVA SOUZA DE OLIVEIRA**, brasileira, portadora do CPF/MF nº 080.---.----43 para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, com jornada de trabalho e remuneração nos termos da Lei Municipal 003/1993.

Parágrafo Único – Em consequência à nomeação citada no *caput* do presente artigo, o servidor deverá cumprir devido estágio probatório, nos termos da legislação vigente e pertinente à matéria, em especial, aos ditames do Art. 37 da CF/88.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/02/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:A56C5B5A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2.802/2026

PORTARIA Nº 2.802/2026

Institui o pagamento instantâneo PIX como forma de quitação de débitos com credores no âmbito da Administração Pública Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO a Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, do Banco Central;

CONSIDENRANDO que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná através da Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) do TCE-PR enfatizou que a IN 89/2013, em seu artigo 9º, parágrafo 1º, ao prever a movimentação de recursos por "outros serviços da mesma natureza disponibilizados pelas instituições financeiras", já abrange o Pix, mesmo tendo sido editada antes de sua criação;

CONSIDERANDO Acórdão nº 1098452 (Processo nº 1098452), o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerias (TCE-MG) fixou prejulgamento de tese com caráter normativo, que admite a utilização do Pix pela administração pública, tanto na condição de pagadora quanto de recebedora, desde que observadas as normas legais e contábeis aplicáveis às movimentações bancárias;

CONSIDERANDO que partir de 2025, a Receita Federal do Brasil passou a utilizar o Pix como uma das formas de restituição do Imposto de Renda, demonstrando a ampla aceitação e integração da ferramenta no cenário fiscal e financeiro da administração pública do país;

CONSIDERANDOa necessidade de modernização, economicidade e agilidade nos pagamentos de despesas da Administração Pública;

CONSIDERANDOa necessidade de garantir a segurança jurídica e a rastreabilidade das transações.

RESOLVE:

Artigo 1º - Instituir o pagamento via PIX (Pagamento Instantâneo) para liquidação de obrigações com credores (fornecedores de bens, prestadores de serviços, terceiros, funcionários da administração pública).

Art. 2ºO pagamento via PIX somente será realizado para a conta bancária de titularidade do credor (pessoa física ou jurídica) constante na Nota Fiscal/Fatura, sendo vedado o pagamento a terceiros (transferência de titularidade), visando garantir a segurança da operação.

Art. 3º As chaves PIX aceitas para recebimento serão:

I- CNPJ/CPF (preferencialmente);
II - Chave Aleatória.

Art. 4º Procedimento de Pagamento:

A)Habilitação:O fornecedor deverá informar, no momento do empenho ou cadastro, que a forma de pagamento é PIX, enviando o comprovante da chave cadastrada no banco.
B)Solicitação:O setor de compras/licitação, ao atestar a nota, indicará na Ordem de Pagamento "PIX".
C)Tesouraria:A Tesouraria realizará o pagamento através do módulo PIX da instituição financeira conveniada à Prefeitura Municipal.
D)Comprovante:A Tesouraria emitirá o comprovante de pagamento instantâneo do PIX, que deve ser anexado ao processo de despesa, contendo o ID da transação (identificador único), CPF/CNPJ do credor e dados bancários.
E)Segurança (MED):A normativa deve prever que a instituição financeira utilizada esteja em conformidade com o**Mecanismo Especial de Devolução (MED)**do Banco Central, garantindo a recuperação de valores em caso de suspeita de fraude.
F)Isenção de Tarifas: Recomenda-se negociar com a instituição financeira a isenção ou redução de taxas, dado o menor custo operacional do PIX, CASO HOUVE CUSTOS.

Art. 5ºO setor contábil deverá assegurar que o registro do pagamento via PIX no sistema contábil municipal permita a fácil conciliação com o extrato bancário (rastreabilidade), e a devida documentação da despesa.

Art. 6º O PIX poderá ser usado para pagamento como para recebimento, sendo que para recebimento o Ente deverá criar chave PIX seguro, e com possibilidade de criar QR Code.

Edifício da Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, aos dois dias de fevereiro de 2026.

Registre-se.

Publique-se.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:871491D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2026

Eu Willian Cezar Viega, Prefeito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CIDES VALE DO IVAI, FIRMADA COM A EMPRESA DE SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MÁQUINÁRIOS E CAMINHÕES DE LINHA PESADA, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS E 01 (UMA) MOTONIVELADORA, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA "ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO", IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB) E EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.

CONTRATADA: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.063.653/0010-24, sediada na Rua José Semes, 17680, Bairro Italia, Barracão 2, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Nivea Maria Guisso Guia, sócio-administrador.

CONTRATADA: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.224.121/0006-08, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, 10789, Cidade Industrial, Depósito 1, Curitiba, Estado do Paraná, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por Darci Locatelli Junior, sócio-administrador.

VALOR TOTAL: R$ 1.648.999,00 (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais).

Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VEIGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:DEBE451D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 06/2026-PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026 – PMSF

I. OBJETO: O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EXUMAÇÃO E TRANSLADO DE OSSADAS HUMANAS, COMPREENDENDO A ABERTURA, INTERVENÇÃO, REMOÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE SEPULTURAS EXISTENTES, BEM COMO O TRANSLADO PARA OSSÁRIOS INDIVIDUAIS EDIFICADOS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, LOCALIZADO NA RUA GOIÁS, S/N, NESTA CIDADE DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, conforme informações complementares descritas no Termo de Referência – Anexo I**, e de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 20 de fevereiro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. REALIZAÇÃO: dia **20 de fevereiro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço global"

Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 02 de fevereiro de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:37C35F17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 01/2026-PMSF
Processo administrativo nº 06/2026

I. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) NA ESTRADA MUNICIPAL BANDEIRANTES, CONTEMPLANDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 1.740 METROS, COM LARGURA DE REVESTIMENTO DE 7,20 METROS E ÁREA PAVIMENTADA DE 12.528,00 M², CONFORME TERMO DE CONVÊNIO SEAB Nº 954/2025, E-PROTOCOLO 23.530.173-3, NAS DIRETRIZES DO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO. OS SERVIÇOS INCLUEM ATIVIDADES PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, IMPLANTAÇÃO DE BASE E SUB-BASE, APLICAÇÃO DO REVESTIMENTO ASFÁLTICO, SERVIÇOS COMPLEMENTARES DE URBANIZAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE ENSAIOS TECNOLÓGICOS, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE PROCESSO,** de acordo com as condições detalhadas no presente edital e seus anexos.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 25 de fevereiro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para "download".

IV. REALIZAÇÃO: dia **25 de fevereiro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço global"

Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 02 de fevereiro de 2026.

MAYKON RAFFAEL CORCETTE DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:6C8201CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 003/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ E MANUELA LOPES ROCHA, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 004/2011 E EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024.

Contrato Administrativo de Trabalho por Tempo Determinado, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo **Prefeito**, **Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Sra. **MANUELA LOPES ROCHA,** brasileira, união estável, inscrita no CPF sob n.º 117.750.789-73, residente e domiciliada na Rua Vereador André Ferreira, 237, Jardim Alvorada, CEP 86.770-000, município de Santa Fé-PR, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o presente instrumento, sob as condições estabelecidas na Lei Complementar Municipal 004/2011 e nas cláusulas e seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA
A **CONTRATADA** trabalhará para o Município, exercendo as função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, designado conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, tendo um regime de 40 horas semanais.

No cumprimento do objeto deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá observar rigorosa e criteriosamente as normas específicas do órgão/repartição a que estiver vinculada, contidas na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo é de 02 de fevereiro de 2026 até a data de 18 de dezembro de 2026, podendo ser renovado.

CLÁUSULA TERCEIRA

A **Contratada** perceberá mensalmente o valor de **R$ 4.445,71 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos).** Os valores fixados nesta cláusula serão reajustados nas mesmas datas e percentuais em que se verificar o reajuste dos vencimentos dos servidores municipais.

CLÁUSULA QUARTA

O Regime legal deste Contrato Administrativo Temporário, bem como os demais direitos assegurados à **Contratada**, estão definidos no Regime Jurídico Único.
O regime de contribuição será RGPS – Regime Geral de Previdência Social, contribuindo para o INSS.

CLÁUSULA QUINTA

As despesa decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotações orçamentárias próprias constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em execução.

CLAUSULA SEXTA

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas e os casos omissos que por ventura restem sobre o presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus legais efeitos.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 02 de fevereiro de 2026.

MANUELA LOPES ROCHA
Contratada

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal
Contratante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:164CA217

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO 004/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA FÉ E PRISCILA CRISTINA GARCINDO DE OLIVEIRA TOLOI, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N° 004/2011 E EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2024.

Contrato Administrativo de Trabalho por Tempo Determinado, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 76.291418/0001-67, com sede na Av. Presidente Kennedy, 717, Centro, nesta cidade, neste ato representado pelo **Prefeito**, **Sr. EDSON PALOTTA NETTO**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a Sra. **PRISCILA CRISTINA GARCINDO DE OLIVEIRA TOLOI,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob n.º 069.894.019-90, residente e domiciliada na Rua Verginia Pereira Elias, nº 163, Distrito de Bentópolis, CEP 86.625-000, município de Guarací-PR, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o presente instrumento, sob as condições estabelecidas na Lei Complementar Municipal 004/2011 e nas cláusulas e seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA

A **CONTRATADA** trabalhará para o Município, exercendo as função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, designado conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, tendo um regime de 40 horas semanais.

No cumprimento do objeto deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá observar rigorosa e criteriosamente as normas específicas do órgão/repartição a que estiver vinculada, contidas na legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo é de 02 de fevereiro de 2026 até a data de 18 de dezembro de 2026, podendo ser renovado.

CLÁUSULA TERCEIRA

A **Contratada** perceberá mensalmente o valor de **R$ 4.445,71 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos).** Os valores fixados nesta cláusula serão reajustados nas mesmas datas e percentuais em que se verificar o reajuste dos vencimentos dos servidores municipais.

CLÁUSULA QUARTA

O Regime legal deste Contrato Administrativo Temporário, bem como os demais direitos assegurados à **Contratada**, estão definidos no Regime Jurídico Único.
O regime de contribuição será RGPS – Regime Geral de Previdência Social, contribuindo para o INSS.

CLÁUSULA QUINTA

As despesa decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotações orçamentárias próprias constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em execução.

CLAUSULA SEXTA

As partes, de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Santa Fé - PR para resolver as dúvidas e os casos omissos que por ventura restem sobre o presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas instrumentárias, para que produza seus legais efeitos.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 02 de fevereiro de 2026.

PRISCILA CRISTINA GARCINDO DE OLIVEIRA TOLOI
Contratada

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal
Contratante

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:EA13811E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.029/2026.

Dispõe sobre nomeação de candidatos aprovados em concurso público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público – Edital de Homologação do Resultado Final nº 024/2022 – Cargo Público e o Edital de Convocação nº 060/2026,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos abaixo para o respectivo cargo, conforme aprovação em Concurso Público, Cargo Público, sendo que os mesmos deverão cumprir o Estágio Probatório nos termos da Lei Municipal nº 003/2011, a partir do dia 02 de fevereiro de 2026.

CARGO – PROFESSOR – 20 HORAS

I - WILLIAN JORDAN AZEVEDO BARBOSA – CPF nº 081.696.429-73 e RG nº 10.231.140-0 - SESP-PR.

II – TATIANE VALÉRIA TONON – CPF nº 034.689.739-42 e RG nº 8.745.709-5 - SESP-PR.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:91E20111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2026.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS Nº 001/2025

O Prefeito Municipal de Santa Fe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto nº323/2025, que homologa o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº001/2025 – para contratação temporária.

R E S O L V E

CONVOCAR os candidatos abaixo, aprovada no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2025, para comparecer na Prefeitura de Santa Fé – Departamento de Recursos Humanos, dias **04 e 05 de fevereiro de 2026**, a fim de se submeterem ao processo de admissão, munidos de cópia dos seguintes documentos;

I - Registro Geral – RG
II - Certificado de reservista, quando couber.
III - Título de Eleitor.
IV - Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência.
V - Cadastro de Pessoa Física
VI - Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida.
VII - Registro no órgão de classe, quando couber.
VIII - Certidão de Nascimento ou Casamento.
IX - Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, quando couber.
X - Carteira de vacinação dos filhos até 05(cinco) anos.
XI - 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente.
XII - Carteira Nacional de Habilitação, conforme exigência do cargo.
XIII - Atestado de Sanidade Física e Mental, mais os exames abaixo;
a-Urina;
b-Hemograma completo;
c-Glicemia;
d-Raio X Torax, PA e Perfil: (para merendeira)
e- avaliação cardiológica; (motoristas)
f-audiometria (operador de máquinas)
g- eletro cardiograma (operador de maquinas)
XIV - Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
XV - Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio;
XVI - Carteira de Trabalho;
XVII - Comprovante de Residência atualizado;

Para efeito de admissão os candidatos aprovados, ficam sujeitos a aprovação em todos os exames médicos realizados as suas custas.

A aprovação nos exames médicos é de caráter **eliminatório**, considerando-se aprovados os candidatos tidos como **aptos.**

***O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação dos candidatos.**

CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR - 40 HORAS.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
SUELI BATISTA PEREIRA	11

CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS.

NOME	CLASSIFICAÇÃO
CRISTINA APARECIDA GOMES	20

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:DE4B40DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 062/2026.

CONCURSO PUBLICO Nº001/2022 – CARGO PUBLICO

O Prefeito Municipal de Santa Fe, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital 024/2022, de Homologação do Resultado Final do Concurso Público 001/2022 – Cargo Público,

R E S O L V E

CONVOCAR a candidata abaixo, aprovada no Concurso Público para Cargo Público – Edital nº 001/2022 para comparecerem a Prefeitura Municipal de Santa Fé – Departamento de Recursos Humanos, nos dias **03 e 04 de fevereiro de 2026**, a fim de se submeterem ao processo de admissão, munida de cópia dos seguintes documentos;

I - Registro Geral – RG
II - Certificado de reservista, quando couber.
III - Título de Eleitor.
IV - Comprovante de voto na última eleição ou a justificativa da ausência.
V - Cadastro de Pessoa Física
VI - Comprovante de escolaridade ou habilitação exigida.
VII - Registro no órgão de classe, quando couber.
VIII - Certidão de Nascimento ou Casamento.
IX - Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos, quando couber.
X - Carteira de vacinação dos filhos até 05(cinco) anos.
XI - 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente.
XII - Carteira Nacional de Habilitação, conforme exigência do cargo.
XIII - Atestado de Sanidade Física e Mental, mais os exames abaixo;
a-Urina;
b-Hemograma completo;
c-Glicemia;
d-Raio X Torax, PA e Perfil;
e-avaliação cardiológica;
f-audiometria
XIV - Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, onde o candidato residiu nos últimos 05 (cinco) anos;
XV - Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos que a lei indicar, declaração de bens e valores que constituam seu patrimônio;
XVI - Carteira de Trabalho;
XVII - Comprovante de Residência atualizado;

Para efeitos efeito de admissão os candidatos aprovados, ficam sujeitos a aprovação em todos os exames médicos realizados as suas custas.
A aprovação nos exames médicos é de caráter eliminatório, considerando-se aprovados os candidatos tidos como aptos.

*O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação do candidato.

PROFESSOR – 20 HORAS

NOME	CLASSIFICAÇÃO
SANDRA APARECIDA DO NASCIMENTO	32

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 02 de fevereiro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:D19E64B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 002/2026 - RESULTADO DE RECURSO

RESULTADO DO PEDIDO DE RECURSO APRESENTADO PELOS CANDIDATOS ABAIXO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 2026

PROFESSOR 40 HORAS
1 - ADRIELLY MILENA FIGUEIRA RIBEIRO - INDEFERIDO
2 - BRENDA CAROLINE DA SILVA - INDEFERIDO
3 - ROSELENE APARECIDA MOREIRA - INDEFERIDO
4 - SIMARA APARECIDA DA SILVA – DEFERIDO
5 - THAMI DE OLIVEIRA NUNES ADÃO – INDEFERIDO

PSICOLOGA
1 – LUANNA KRUGER DOS SANTOS - DEFERIDO

AGENTE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
1 - RODRIGO XAVIER DE SOUZA – INDEFERIDO

Santa Fé, 02 de fevereiro de 2026

MARTA ELOISA LALLI
Presidente da Comissão

Publicado por:
Sabrina Davanso
Código Identificador:A734C650

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.446/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 03/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ - CNPJ/MF sob o nº 80.890.825/0001-68
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.446, de 18 de dezembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 40890006, visando atender o objetivo proposto no plano de trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Fé.
VALOR TOTAL: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Fomento.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 30 de janeiro de2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:94260FD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.440/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 02/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ - CNPJ/MF sob o nº 80.890.825/0001-68
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.440, de 03 de dezembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº202380002, visando atender o objetivo proposto no plano de trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Fé.
VALOR TOTAL: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Fomento.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 30 de janeiro de 2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F10ADA43

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.440/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 01/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ - CNPJ/MF sob o nº 80.890.825/0001-68
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.440, de 03 de dezembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 202528740002, visando atender o objetivo proposto no plano de trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Fé.
VALOR TOTAL: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Fomento.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 30 de janeiro de 2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:07BDAC22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.430/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 08/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 04/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTA FÉ - CNPJ/MF sob o nº 80.890.825/0001-68
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.430, de 18 de novembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social –(FNAS), visando atender o objetivo proposto no plano de trabalho apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Fé.
VALOR TOTAL: R$ 16.205,64 (dezesseis mil, duzentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos).
DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Fomento.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 30 de janeiro de 2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:B142331B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.440/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 07/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO DE SANTA FÉ - CNPJ/MF sob o nº 80.911.035/001-11
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 4º da Lei Municipal nº 2.440, de 03 dezembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos provenientes do Fundo Estadual do Idoso – Incentivo Cuida Mais Paraná, visando atender o objetivo proposto no plano de trabalho apresentado pela

Centro de Promoção Humana de Santa Fé – Centro de Convivência do Idoso de Santa Fé.
VALOR TOTAL: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Fomento
RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 30 de janeiro de 2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:90D34F23

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.440/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 06/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 06/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – ESCOLA OIKIA DO CIDADÃO DO AMANHÃ – EOCA CNPJ/MF sob o nº 80.911.035/0001-11
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.440, de 03 de dezembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº202528740002, visando atender o objetivo proposto no plano de trabalho apresentado pela entidade CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA DE SANTA FÉ – ESCOLA OIKIA DO CIDADÃO DO AMANHÃ – EOCA.
VALOR TOTAL: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Fomento.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 30 de janeiro de 2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:248E0C0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no Artigo 31, Inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, e na Lei Federal nº 14.133/21, conforme aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela Entidade, documentação de habilitação, e Lei Municipal nº 2.440/2025, nos termos e condições a seguir:
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2026 - PMSF
TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026-PMSF
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR
BENEFICIÁRIO: ESCOLA DE FUTEBOL PAIS E AMIGOS DE SANTA FÉ – PR - CNPJ/MF sob o nº 05.649.638/0001-71
RESUMO DO OBJETO: Formalização de parceria, por meio de Termo de Fomento, em atendimento ao Artigo 5º da Lei Municipal nº 2.440, de 03 de dezembro de 2025, que autoriza o Município de Santa Fé, Estado do Paraná, a promover o repasse de recursos provenientes da Emenda parlamentar Individual nº202520380002, visando atender o objetivo proposto no plano de trabalho apresentado pela Entidade Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé.
VALOR TOTAL: R$ 100.000,00 (cem mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 30 de janeiro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Fomento.

RATIFICO a despesa, em cumprimento às determinações contidas no artigo 74 da Lei Federal 14.133/21.

Santa Fé, 30 de janeiro de 2026.

DANIELA MORIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:D049C5D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15.742 - EXONERAR POLIANA DE QUADROS ZANETTI, DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR ELETRÔNICA.

PORTARIA Nº 15.742
Data: 03.02.2026

Exonerar POLIANA DE QUADROS ZANETTI, do Cargo em Comissão de Assessor de Notas Fiscais de Produtor Eletrônica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a conveniência e o interesse da Administração Pública na reorganização dos serviços administrativos;

CONSIDERANDO que o cargo de Assessor de Notas Fiscais de Produtor Eletrônica é de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da estrutura funcional às atuais demandas do setor.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a juízo da autoridade competente, nos termos do Art. 59, da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **POLIANA DE QUADROS ZANETTI,** CPF nº 120.***.***-63, do Cargo de Assessor de Notas Fiscais de Produtor Eletrônica, a partir de 31 de janeiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 31 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 03 de fevereiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Bueno Poloni
Código Identificador:0CA0BA17

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15.743

PORTARIA Nº 15.743
Data: 03.02.2026

Exonerar, a pedido, ZENILDA DE FATIMA CARNEIRO, do Cargo de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado sob nº 0030/026.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, nos termos do inciso I, do Art. 56, e inciso III do Art. 58 da Lei Complementar nº 24, de 19 de dezembro de 2022, **ZENILDA DE FATIMA CARNEIRO,** CPF nº 083.***.***-43, do Cargo de Professor, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 03 de fevereiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Bueno Poloni
Código Identificador:50B209EB

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 15.744

PORTARIA Nº. 15.744
Data: 03.02.2026

Concede Prorrogação da Licença Especial Para Tratar De Interesses Particulares, a servidora MARLI SPEGIORIN PIZZATO.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o direito adquirido da servidora, e o requerimento protocolado sob nº 0033/2026.
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER, nos termos do Art. 153, da Lei Complementar nº. 24 de 19.12.2022, a **Prorrogação da Licença para Tratar de Interesses Particulares,** à Servidora Pública Municipal relacionado abaixo:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO			
NOME	**CPF**	**PERÍODO**	**A PARTIR DE**
MARLI SPEGIORIN PIZZATO	022.***.***-96	365 DIAS	03.02.2026

Art. 2º - Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 03 de fevereiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Bueno Poloni
Código Identificador:7D063BA1

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15.745 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026. DESIGNA GESTOR E FISCAL MUNICIPAL DE CONVÊNIO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME O PROTOCOLO Nº 25.027.515-3, PARTÍCIPES: SEAB – SECRETARIA DA AGRICUL

PORTARIA Nº 15.745 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal Municipal de Convênio para atender às necessidades da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, conforme o Protocolo nº 25.027.515-3, partícipes: SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Município de Santa Izabel do Oeste.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 88, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
CONSIDERANDO os convênios a ser celebrado entre a SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o Município de Santa Izabel do Oeste, com base no Protocolo nº 25.027.515-3;
CONSIDERANDO as exigências estabelecidas pela SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento quanto à indicação formal de Gestor e Fiscal do Convênio, como condição indispensável para a celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas do ajuste;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o adequado acompanhamento técnico, administrativo e financeiro do convênio, garantindo o fiel cumprimento do objeto pactuado e a correta aplicação dos recursos públicos estaduais repassados;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Secretário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Edson Campos, CPF nº 032. ***.***-37, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, para responder como *Gestor do Convênio*, como *Fiscal do Convênio* fica designada a Servidora Municipal Deonilce Retka, portadora do CPF nº. 041.***. ***-93, Engenheira Agrônoma, brasileira servidora desta Prefeitura Municipal para atuar e auxiliar na gestão e fiscalização do futuro convenio celebrado entre a SEAB-Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e o município através do Termo de Convênio conforme protocolo nº 25.027.515-3;
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Izabel do Oeste, 02 de fevereiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Kindzerski Pchebichewski
Código Identificador:553A48AC

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 15.746

PORTARIA Nº 15.746
Data: 03.02.2026

Dispensar MAYARA BERTE DE BOLBA da função gratificada de Coordenador das Escolas ou CMEI Urbanos, na Secretaria da Educação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o inciso II, Art. 88 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o ofício nº 04/2026 encaminhado pela Secretaria da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - DISPENSAR, da função gratificada de **Coordenador das Escolas ou CMEI Urbanos**, na Secretaria da Educação, a servidora MAYARA BERTE DE BOLBA**,** CPF Nº 099.***.***-30, a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 03 de fevereiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kassiana Bueno Poloni
Código Identificador:DAF3F051

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 59/2025 REF. LICITAÇÃO PREGÃO Nº10/2025 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS/AULA, DESTINADA A CONDUÇÃO DE DIVERSAS OFICINAS NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍ

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 59/2025
Ref. Licitação Pregão Nº10/2025
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas/aula, destinada a condução de diversas oficinas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** UENDER AUGUSTO LIMA 08580129958 - ME
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 7.280,00 (Sete mil, duzentos e oitenta Reais), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme termos do artigo nº 124 e 125, Lei n.º 14.133 de 01/04/2021, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 22/05/2026.
Prazo de Vigência: 22/05/2026.
Data da Assinatura: 02/02/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:F0BE8032

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EDITAL Nº 003/2026 CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA – PARANÁ EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO – PSP - 001/2025

O Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital nº 01/2025, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, e;
Considerando a desistência temporária do(a) candidato(a) aprovado(a) em 2º lugar para o cargo de ZELADOR, com comunicado formal protocolado na data de 30.01.2026 perante a Secretaria Geral desta Casa de Leis, o que redireciona o(a) mesmo(a) para o final da final de aprovados nos temos do item 17.4 do Edital de abertura do Concurso Público:

TORNAR PÚBLICO

Art. 1º - A convocação do(a) candidato(a) abaixo relacionado, aprovado(a) no Concurso Público PSP nº 001/2025/CMSL, conforme editais nº 001/2025, 012/2025 e 013/2025:

CARGO: **ZELADOR**					
INSC.	NOME	DATA NASCIMENTO	PONTUAÇÃO FINAL	TIPO DE CLASSIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
20021	**CLARI GETRULLIO**	**13/09/1984**	**85,00**	**AMPLA CONCORRÊNCIA**	**3º**

Art. 2º - O(A) candidato(a) acima relacionado deverá comparecer na Câmara Municipal de Santa Lúcia, PR, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de publicação deste edital, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 10 do EDITAL nº 001/2025 e documentos indicados no ANEXO ÚNICO deste edital.

Art. 3º - A posse do(a) candidato(a) acima arrolado se dará em data a ser designada por esta Presidência após comprovado o preenchimento de todos os requisitos para a investidura do cargo nos termos deste edital.

Art. 4º - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Lúcia - PR, 02 de fevereiro de 2026.

DALCI VIEIRA BERTI
Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Lúcia – PR

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

a) Cédula de Identidade;
b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
c) CPF;
d) Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
e) Certidão de Nascimento ou de Casamento;
f) Carteira de Trabalho, caso possua (páginas iniciais, último contrato de trabalho registrado e a próxima folha em branco) e PIS/PASEP;
g) 01(uma) foto 3x4 colorida recente de frente;
h) Comprovante de escolaridade (conforme requisito mínimo exigido nesse Edital), fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
i) Declaração de bens, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 8.429/1992;
j) Declaração de desvinculação, para o candidato que exerce cargo, emprego ou função públicos federal, estadual ou municipal e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria ou pensão, conforme preveem os incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição Federal;
k) Declaração de antecedentes criminais (CARTÓRIO DISTRIBUIDOR DA COMARCA DE RESIDÊNCIA informada no ato de inscrição do concurso público);
l) Submeter-se a exame de aptidão física e mental, de caráter eliminatório, com o objetivo de aferir se as condições do candidato são adequadas ao exercício das atividades inerentes ao emprego; (que se dará mediante a APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ATESTADO MÉDICO);
m) Comprovante de endereço de um dos últimos 3 meses (conta de água, luz, telefone, por exemplo);
n) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
o) Carteira de habilitação de veículo, caso possua;
p) apresentação de dados bancários para depósito dos vencimentos mensais;

Publicado por:
Lucas Henrique Tubin Getrullio
Código Identificador:A8C656E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0108/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0108/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VERONI DE JESUS NUNES **MATRÍCULA n.º** 9996857
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º º** 086.***.***-27
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
Data de Retorno: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 05 (CINCO) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$500,00 (QUINHENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:05FFC3C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0109/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0109/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: JOSE VALDIVINO GOMES **MATRÍCULA n.º** 9997154
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º** 052.***.***-12

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
Data de Retorno: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 05 (CINCO) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$500,00 (QUINHENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:8B19C7ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0110/2025

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0110/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: FERNANDA LUIZA ALVES MONTEIRO **MATRÍCULA n.º** 9997298
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º** 086.***.***-03

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
Data de Retorno: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 05 (CINCO) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$500,00 (QUINHENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:DC630556

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0111/2025

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0111/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: ROSALINA STACIAK SALDANHA **MATRÍCULA n.º** 9997297
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º** 042.***.***-98

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 02/02/2026-03/02/2026-
04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
Data de Retorno: 02/02/2026-03/02/2026-
04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 05 (CINCO) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$500,00 (QUINHENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:5F5F3A72

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0112/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0112/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR:DIONI ANTONIO PEREIRA**MATRÍCULA n.º**9996856
CARGO:CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º**035.***.***-01

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES E DEMAIS PROFISSIONAIS DA REDE DE ATENDIMENTO.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
Data de Retorno: 02/02/2026-03/02/2026- 04/02/2026-05/02/2026-06/02/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 05 (CINCO) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$500,00 (QUINHENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:CB10F141

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0146/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0146/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CLEBER LUIZ DE SOUZA **MATRÍCULA n.º** 9997543
CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CULTURA **CPF N.º** 919.***.***-49

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO DO TEIA/FORUM DE CULTURA.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 30/01/2026-
Data de Retorno: 01/02/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 02 (DUAS) **PERNOITE**: (**X**)SIM ( )NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$200,00 (DUZENTOS)
VALOR TOTAL R$: R$400,00 (QUATROCENTOS)
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

VALOR TOTAL R$: R$500,00 (QUINHENTOS)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:E89CE217

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0147/2025

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0147/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e

resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: CLEBER LUIZ DE SOUZA **MATRÍCULA n.º** 9997543
CARGO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CULTURA **CPF N.º** 919.***.***-49

OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, PARA ENCONTRO CAPACITAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTA DA PNAB.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 23/01/2026-
Data de Retorno: 23/01/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:EAB60D54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0148/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0148/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VILMAR BATISTA DE LIMA **MATRÍCULA n.º** 9997252
CARGO: MOTORISTA **CPF N.º** 083.***.***-96

OBJETIVO DA VIAGEM: OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE PRANCHITA, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO LEVAR USUARIOS DO CRAS.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: 23/01/2026-
Data de Retorno: 23/01/2026-
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: PRANCHITA-PR **Código do IBGE:** 20358
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:4B3BEAAB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0149/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0149/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VERONI DE JESUS NUNES **MATRÍCULA n.º** 9996857
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º º** 086.***.***-27
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE GUARAPUAVA, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO LEVAR USUARIOS DO CRAS.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: - 03/01/2026
Data de Retorno: 03/01/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: GUARAPUAVA-PR **Código do IBGE:** 09401
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:442F5DD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0150/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0150/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VERONI DE JESUS NUNES **MATRÍCULA n.º** 9996857
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º º** 086.***.***-27
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE CAMPINA DO SIMÃO, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO LEVAR USUARIOS DO CRAS.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Data de Saída: - 14/01/2026
Data de Retorno: 14/01/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: CAMPINA DO SIMÃO-PR **Código do IBGE:** 03958
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 01 (UMA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$100,00 (CEM)
VALOR TOTAL R$: R$100,00 (CEM)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:C6AAD602

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CONCESSÃO DE DIARIA Nº0151/2025

Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP: 85.230-000 – Fone/Fax: (042) 3644-1137 - 1244

ATO DE CONCESSÃO DE DIÁRIA N.º 0151/2026
O Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste com base nos dispositivos da Lei Municipal n.º 580/2021, defere requerimento e resolve conceder diária(s), para deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
deslocamento do servidor conforme especificado a seguir:
NOME DO SERVIDOR: VERONI DE JESUS NUNES **MATRÍCULA n.º** 9996857
CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR **CPF N.º º** 086.***.***-27
OBJETIVO DA VIAGEM: DESLOCAMENTO PARA O MUNICIPIO DE PITANGA, A SERVIÇO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO LEVAR USUARIOS DO CRAS.
PERÍODO DE AFASTAMENTO:
Data de Saída: - 16/01/2026
Data de Retorno: 16/01/2026
CIDADE DE ORIGEM: SANTA MARIA DO OESTE
CIDADE DE DESTINO: PITANGA-PR **Código do IBGE:** 19608
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO TCE/PR: 99 OUTROS OBJETIVOS NÃO LIGADOS AO TCE/PR
N.º DE DIÁRIAS: 1/2 (DUAS MEIA) **PERNOITE**: ( )SIM (**X**)NÃO
VALOR UNITÁRIO R$: R$ 50,00 (CINQUENTA)
VALOR TOTAL R$: R$ 50,00 (CINQUENTA)

Santa Maria do Oeste/PR 02 de Fevereiro de 2026

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jasimara Aparecida de Lima
Código Identificador:428F3979

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N° 3443/2026

D E C R E T O N.º 3443/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:
Art. 1º - Ampliação de Jornada de Trabalho de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, de forma transitória, no período de **02 de Fevereiro de 2026 a 31 de Dezembro de 2026**, as Servidoras Municipais:

NOME	CARGO
Adriana Paulino da Silva Lima	Professor
Andréia Balbino Alves Sampaio	Professor
Dayanna Yuky Ciena	Professor
Lucia Figueredo	Professor
Luciana Rodrigues Munhoz	Professor
Maria Aparecida Costa	Professor
Maria Cristina Dias de Souza	Professor
Maria do Socorro Moura	Professor
Regiani Aparecida Ferraz Ferreira	Professor
Rosangela da Silva	Professor
Tatiana Miti Ciena Yoshida	Professor
Tatiane Reino	Professor

Lotadas no Cargo de Provimento Efetivo de Professor I, desta Prefeitura Municipal, conforme consta no Artigo 54, da Lei Complementar n.º 029/2023 de 17/08/2023, Lei Complementar 32/2023 de 05/12/2023 e Decreto Municipal nº 3024/2023, deste Município de Santo Antonio do Paraíso, estado do Paraná.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Fevereiro de 2026.
Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:6E217143

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA 075/2026

PORTARIA Nº 075/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R e s o l v e:

C o n c e d e r, a partir de 02/02/2026, 180 (Cento e oitenta) dias de Licença a Gestação, a Servidora Municipal, VIVIANE BATISTA ZAGABRIA, lotada atualmente no Cargo de Provimento Efetivo de CUIDADOR INFANTIL, conforme consta no Artigo nº 102º da Lei Complementar n.º 39/2025, de 24/06/2025, período este compreendido de 02/02/2026 a 37/07/2026, conforme atestado de Licença Maternidade, devendo retornar ao serviço no dia 01 de Agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:22250A83

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA 076/2026

PORTARIA Nº 076/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

LEGAIS, e de acordo com o requerimento protocolado sob o nº 788/2025;

R e s o l v e:

C o n c e d e r, a partir de 03 de Fevereiro de 2026, 90 (noventa) dias de Licença Especial com remuneração a Servidora Municipal**, TAIZA CARLA FERREIRA DE LIMA,** lotado (a) atualmente no Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR**, conforme Lei Complementar n.º 03/2016 de 30/03/2016, que refere-se ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 01/04/2024, conforme consta no Capítulo V, Subseção VI e Artigo 112º, do Estatuto do Funcionalismo Público Lei Complementar nº 39/2025 de 24/06/2025 deste Município, período da Licença Especial, compreendido de 03/02/2026 a 03/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 04 de Maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:BCB606AD

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA 077/2026

PORTARIA Nº 077/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, e de acordo com o requerimento protocolado sob o nº 016/2026;

R e s o l v e:

C o n c e d e r, a partir de 03 de Fevereiro de 2026, 90 (noventa) dias de Licença Especial com remuneração a Servidora Municipal**, EDNA PAULINO FRANCELINO,** lotado (a) atualmente no Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR**, conforme Lei Complementar n.º 03/2016 de 30/03/2016, que refere-se ao período aquisitivo de 02/07/1997 a 02/07/2002, conforme consta no Capítulo V, Subseção VI e Artigo 112º, do Estatuto do Funcionalismo Público Lei Complementar nº 39/2025 de 24/06/2025 deste Município, período da Licença Especial, compreendido de 03/02/2026 a 03/05/2026, devendo retornar ao serviço no dia 04 de Maio de 2026.

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:753FD485

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA 081/2026

PORTARIA Nº. 081/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 e 89, inciso II, letra "a", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO *o disposto na Lei Complementar nº 39/2025, Lei Municipal n.º 1704/2023 e* 1729/2024*:*

RESOLVE

1) - DETERMINAR ao Departamento Contabilidade e Finanças vinculados à Secretaria Municipal de Finanças, que se encarregue de empenhar a(as) seguinte(s) diária(s) ao Servidor **FERNANDO ARTONI ABARCA**, conforme descrito abaixo:

2) - Fica AUTORIZADO a **FERNANDO ARTONI ABARCA**, Servidor Municipal Motorista, Secretária de Saúde, para seu deslocamento até a cidade de LONDRINA - PR, no dia 03 de Fevereiro de 2026, com a finalidade de LEVAR PACIENTE PARA CONSULTA ESPECIALIZADA.

3) - Para cobrir as despesas do respectivo Servidor, será concedida (01) diária sem pernoite no valor total de R$ 50,00, conforme disposto na Lei Municipal N.º *1704/2023 e* 1729/2024.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná, 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:43AE8947

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA 082/2026

PORTARIA Nº. 082/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 e 89, inciso II, letra "a", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO *o disposto na Lei Complementar nº 39/2025, Lei Municipal n.º 1704/2023 e* 1729/2024*:*

RESOLVE

1) - DETERMINAR ao Departamento Contabilidade e Finanças vinculados à Secretaria Municipal de Finanças, que se encarregue de empenhar a(as) seguinte(s) diária(s) ao Servidor **FERNANDO ARTONI ABARCA**, conforme descrito abaixo:

2) - Fica AUTORIZADO a **FERNANDO ARTONI ABARCA**, Servidor Municipal Motorista, Secretária de Saúde, para seu deslocamento até a cidade de LONDRINA - PR, no dia 04 de Fevereiro de 2026, com a finalidade de LEVAR PACIENTE PARA CONSULTA ESPECIALIZADA.

3) - Para cobrir as despesas do respectivo Servidor, será concedida (01) diária sem pernoite no valor total de R$ 50,00, conforme disposto na Lei Municipal N.º *1704/2023 e* 1729/2024.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná, 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:C0B816EC

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA 083/2026

PORTARIA Nº. 083/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 e 89, inciso II, letra "a", da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO *o disposto na Lei Complementar nº 39/2025, Lei Municipal n.º 1704/2023 e* 1729/2024*:*

RESOLVE

1) - DETERMINAR ao Departamento Contabilidade e Finanças vinculados à Secretaria Municipal de Finanças, que se encarregue de empenhar a(as) seguinte(s) diária(s) ao Servidor **FERNANDO ARTONI ABARCA**, conforme descrito abaixo:

2) - Fica AUTORIZADO a **FERNANDO ARTONI ABARCA**, Servidor Municipal Motorista, Secretária de Saúde, para seu deslocamento até a cidade de LONDRINA - PR, no dia 05 de Fevereiro de 2026, com a finalidade de LEVAR PACIENTE PARA CONSULTA ESPECIALIZADA.

3) - Para cobrir as despesas do respectivo Servidor, será concedida (01) diária sem pernoite no valor total de R$ 50,00, conforme disposto na Lei Municipal N.º *1704/2023 e* 1729/2024.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, Estado do Paraná, 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:55BC1D1C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
SICONFI RECIBO

Secretaria do Tesouro Nacional - STN Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (PR)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (PR)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Periodicidade:	Semestral
Período:	2º semestre
Exercício:	2025
Assinatura(s):	Nome: VALDIR ANTONIO CARVALHO *Titular do Poder Legislativo* CPF: 538.829.030-15 Data: 30/01/2026 16:40:24

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **30/01/2026, às 16:40:30** , é:

Observações:

A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio https://siconfi.tesouro.gov.br, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:B894121B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024 PROCESSO DISPENSA Nº 15/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024
Processo dispensa Nº 15/2024

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de passageiros visando o atendimento aos Grupos de Idosos que frequentam as atividades do município e região.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: LUIZ ALBERTO FERREIRA DOS ANJOS - ME.
VIGÊNCIA: 05/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 57.950,00(Cinqüenta e Sete Mil, Novecentos e Cinqüenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: LUIZ ALBERTO FERREIRA DOS ANJOS - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A81B5764

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2024 PREGÃO Nº 1/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2024
Pregão Nº 1/2024

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares para os alunos da rede municipal de ensino, visando garantir a padronização, identificação e dignidade dos estudantes, esse uniformes serão distribuída para os alunos e funcionários da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: SMO INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA.
VIGÊNCIA: 05/03/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 259.122,00(Duzentos e Cinqüenta e Nove Mil, Cento e Vinte e Dois Reais).
VALOR REAJUSTADO: R$ 21.342,00 (Vinte e Um Mil e Trezentos e Quarenta e Dois Reais).
DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: JULIANO LIPPERT - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:E24B49B4

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2024 PROCESSO DISPENSA Nº 26/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2024
Processo dispensa Nº 26/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de Vigia/Porteiro em atendimento a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do município de Santo Antonio do Sudoeste.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA ML LTDA.
VIGÊNCIA: 09/03/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 54.000,00 (Cinqüenta e Quatro Mil Reais).

DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: VALDEMAR MORAIS DE LIMA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:B91E67B5

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 05 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2023 PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 11/2023

EXTRATO ADITIVO Nº 05 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2023
Processo inexigibilidade Nº 11/2023

OBJETO: Credenciamento de Profissionais Fisioterapeuta, Auxiliar de saúde bucal e Técnica em enfermagem para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município, conforme quantidades, especificações, exigências e condições estabelecidas no Chamamento Público 003/2023..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MARIZA BORTOLOTTO PAWLAK.
VIGÊNCIA: 26/02/2027.
VALOR RENOVADO: R$ 28.028,28 (Vinte e Oito Mil e Vinte e Oito Reais e Vinte e Oito Centavos).
DATA DA ASSINATURA: 02/02/2026.
PELA CONTRATANTE: RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: MARIZA BORTOLOTTO PAWLAK - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:5E352CC2

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 324/2024 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 324/2024
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04
CONTRATADO: JANETE MARIA OTT GONCALVES - MEI
CNPJ sob nº 51.249.128/0001-24
JANETE MARIA OTT GONÇALVES
CPF Nº 008.278.429-96

FUNDAMENTO - Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, conforme as demandas de necessidade do município de Santo Antonio do Sudoeste-PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 007/2024, Processo inexigibilidade Nº 42/2024.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 02/02/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:93C173FF

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0531/2025 PROCESSO DISPENSA Nº 098/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0531/2025
Processo dispensa nº 098/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: PIVA ENGENHARIA LTDA
CNPJ Nº 19.629.086/0001-44
Representante: CRISTIANO PIVA
CPF nº 051.498.419-86
OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projetos para conversão de redes de distribuição de energia de média e baixa tensão aérea em rede
subterrânea e aprovação junto a COPEL no município de Santo Antonio do Sudoeste – PR..
VALOR TOTAL: R$ 50.000,00 (Cinqüenta Mil Reais)
VIGÊNCIA: 17/09/2026
Santo Antonio do Sudoeste, em 18/09/2025.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:7B82F685

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Dispensa Eletrônica nº 02/2026.

Objeto: Aquisição de conjunto motobomba submersa para poço tubular profundo, conforme ANEXO I do Termo de Referência.

Valor Máximo: R$ 26.356,23 (vinte e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e tres centavos).

Data de início de recebimento de Proposta: a partir das 08:00h do dia 04/02/2026.
Data fim de recebimento de proposta: até as 08:00h do dia 11/02/2026.
Data do início da Disputa: as 09h00 do dia 11/02/2026. (Horários de Brasília/DF).

Duração da Disputa: 6 horas
Link: https://bll.org.br.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Local: https://bllcompras.com/

Edital: O Edital está disponível aos interessados no SAMAE situado à Rua José Batista Proença 680 centro de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, durante o horário de expediente, das 08h00min. às 11h00min. e das 13h00 às 16h00min. ou através do site samaesjs.com.br e no Portal de Compras: https://bllcompras.com

Dúvidas: Por E-mail: licitacao@samaesjsjs.com.br ou pelo Fone: (43) 3267-1437, no horário normal de expediente.

São Jerônimo da Serra-PR, em 02 de fevereiro de 2026.

LUIZ MARIO FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Luiz Mario Ferreira
Código Identificador:6FC12670

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
40º EDITAL DE DESISTÊNCIA DO CONCURSO Nº 001/2023

40º EDITAL DE DESISTÊNCIA DO CONCURSO Nº 001/2023

O Sr. Venicius Djalma Rosa, Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais na forma da Legislação Municipal, em razão da manifestação de desistência dos candidatos convocados para o Concurso Público.

Considerando, os princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar Público o pedido de Desistência do candidato convocado do Concurso Público, **57º Edital de Convocação Para Nomeação dos Aprovados de 26/01/2026**, apresentando junto ao Departamento de Recursos Humanos declaração escrita, quanto a opção de não assumir o cargo para o qual foi aprovado, abrindo a lista de classificação geral ao próximo candidato, sendo desistente:

ORD.	NOME	CLASS.	INSCRIÇÃO	CARGO	DATA DESISTENCIA
55	Edson Ferreira da Silva Junior	3 º	257233	Engenheiro Civil	30/01/2026

Edifício da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, aos 02 de fevereiro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ivan Igor de Oliveira Perusso
Código Identificador:41B8DF77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DO EXTRATO DOS CONTRATOS – DISPENSA DE LICITAÇÃO 92/2025

ERRATA DO EXTRATO DOS CONTRATOS – DISPENSA DE LICITAÇÃO 92/2025

ONDE SE LÊ

VALOR TOTAL: R$ 542.366,80 (quinhentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

PASSA-SE A LER:

R$ **546.196,80 (quinhentos e quarenta e seis mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos).**

ONDE SE LÊ

R$ 37.979,10 (trinta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e dez centavos).

PASSA-SE A LER:

R$: **R$ 36.064,10 (TRINTA E SEIS MIL, SESSENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS).**

ONDE SE LÊ

R$ 37.979,10 (trinta e sete mil, novecentos e setenta e nove reais e dez centavos).

PASSA-SE A LER:

R$ **R$ 36.064,10 (TRINTA E SEIS MIL, SESSENTA E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS).**

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:A5D3CAD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 032/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 01 de janeiro de 2026, o Sr. **JOÃO ELIZEU BERNARDO,** RG 5.764.028-6, funcionário efetivo do quadro desta Prefeitura Municipal, para exercer a atividade de **ANALISTA** de Controle Interno, conforme Lei Municipal 004/2008 de 19/03/2008, Art. 11 e Art. 13º, Inciso III e conforme Lei Municipal 025/2012 de 12/04/2012, Artigo 1º, Inciso III, ficando o mesmo autorizado a organizar a Unidade de Coordenação de Controle Interno a nível de Assessoria, vinculada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, com o suporte necessário de Recursos Humanos e materiais que atuará como órgão central do Sistema de Controle Interno, e **CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA** conforme **Lei Municipal 010/2016 de 07/04/2016**, Artigo 1º, § 2º.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 27 de janeiro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:0CEA3F5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 034/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

EXONERAR, A PEDIDO , o Sr. **JOSE VINICIUS DOS SANTOS, RG 13.585.064-0,** do Cargo de ENGENHEIRO CIVIL, matricula 75278, a partir de 02/02/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 29 de janeiro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:E30F6091

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 035/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS
ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

EXONERAR, A PEDIDO , o Sr. **RIVERA BAQUETA, RG 7.389.916/8,** do Cargo de PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMNTAL, matricula 74872, a partir de 02/02/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 02 de fevereiro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:072EBD5D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 036/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA – ESTADO DO PARANA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, a Sra. **ALINE FERNANDA MOREIRA, Agente** Auxiliar Administrativo**, nomeada** por esta Prefeitura Municipal em 18/03/2013, conforme Portaria 126/13 de 18/03/2013, 30 (trinta) dias de férias a que tem direito pelo período de trabalho de **18/03/2023 a 17/03/2024**, a partir de 28/01/2026, devendo retornar ao trabalho em 27/02/2026.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 02 de fevereiro de 2026

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson Monaris
Código Identificador:7FC1E6BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2026

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2026

Dispõe sobre a aprovação do Edital nº 01/2026, referente ao Processo de Escolha Suplementar para formação de lista de suplentes do Conselho Tutelar de São Jerônimo da Serra/PR.

O**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**do Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere aLei Municipal nº 029/2021e a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
CONSIDERANDOa necessidade de recomposição do quadro de suplentes do Conselho Tutelar para garantir a continuidade do atendimento e a suplência nas vacâncias ou impedimentos dos titulares;
CONSIDERANDOas diretrizes da Resolução nº 231/2022 do CONANDA, que regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;
CONSIDERANDOa deliberação da Plenária deste Conselho em reunião realizada no dia 22 de janeiro de 2026;
RESOLVE:
Art. 1º–**APROVAR**o Edital nº 01/2026, que dispõe sobre a abertura do**Processo de Escolha Suplementar**para formação de lista de candidatos suplentes ao Conselho Tutelar do Município de São Jerônimo da Serra/PR, para o restante do mandato atual.
Art. 2º– O Processo de Escolha será conduzido por uma Comissão Especial Eleitoral designada por este Conselho, sob a fiscalização do Ministério Público.
Art. 3º– O Edital aprovado deverá ser publicado noDiário Oficial dos Municípios do Paranáe no site oficial daPrefeitura de São Jerônimo da Serra, garantindo ampla publicidade.
Art. 4º– Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
São Jerônimo da Serra/PR, 22 de janeiro de 2026.

GESSICA DENORA RIBEIRO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:9BFF7C88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇAO
REF. PROCESSO-AUTOS 01/2026
Objeto: Contratação de consultas e exames médicos especializados via extra-cota para o ano de 2026, junto ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI) em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 01/2026, para a contratação junto a empresa CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO, no valor total de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), tudo conforme documentado nos autos.
SJBV, data 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:05D3ACBA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 02/2026 - Processo administrativo nº 01/2026
Objeto: Contratação de consultas e exames médicos especializados via extra-cota para o ano de 2026, junto ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI) em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE PIONEIRO
Valor Total: R$ 900.000,00 (novecentos mil reais)
Período de vigência: 02/02/2026 à 31/12/2026.
Fundamento legal: art.75, XI, da Lei nº. 14.133/2021.
São José da Boa Vista PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:97C4B484

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 30/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 01/2026 – Dispensa de licitação nº 01/2026, tendo por objeto a Contratação de consultas e exames médicos especializados via extra-cota para o ano

de 2026, junto ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (CISNORPI) em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Saúde;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora do Contrato de nº 02/2026, a sra. Sandra Regina Pereira – Secretaria de Saúde e como e fiscal a sra. Kelly da Silva Scarton – cpf 049.259.739-16 - Coordenadora da atenção Primária.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:46AF0430

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 018/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 137/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 137/2025, e na Portaria 408/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 137/2025;
CONSIDERANDO o Ofício 01/2026 da Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Viação;
CONSIDERANDO que os candidatos convocados através do edital 10/2026, a Operário classificados em 5º Orelio Gabriel e 6º Alisson Moreira Cardoso solicitaram FINAL DE FILA

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Operário	7	VITOR MANOEL DA SILVA CANELA	07
Operário	8	MAURILIO FERREIRA DA ROSA	54

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 03/02/2026 a 09/02/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 137/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 02 de fevereiro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:7CDEA963

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 019/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 165/2024

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 165/2024, e na Portaria 063/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 165/2024;

CONSIDERANDO os Ofícios 382/2025 da Secretaria Municipal de Saúde
CONSIDERANDO que as candidatas convocadas através do Edital 04/2026, classificadas em 18º Ana Paula de Siqueira Lima e 19º Priscila Renata Revelino, Não Atenderam a convocação.

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Enfermeira	20	Monike Jardim Santos	002

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 03/02/2026 a 09/02/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação de documentos e realização de exames médicos conforme solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação

III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.

IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).

V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 165/2024.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 02 de fevereiro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:B72F2123

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 020/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 140/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 137/2025, e na Portaria 428/2025;
CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 140/2025;
CONSIDERANDO o Ofício 03/2026 e 15/2026 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Ação Social – Divisão de Educação;
CONSIDERANDO que os candidatos convocados através do Edital 12/2026 a função de Atendente Infantil, classificados em 6º Leonice Cristina de Matos Não Atendeu a convocação e 8º Monaliza Martins Malaquias solicitou FINAL DE FILA;

RESOLVE:
I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
Atendente Infantil	9	DEBORA MILENI DOS SANTOS	30
Atendente Infantil	10	ANGELA DE CASTRO	69
Atendente Infantil	11	GESSICA MENDES DE SOUSA	143

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 03/02/2026 a 09/02/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 137/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
São José da Boa Vista–PR, 22 de janeiro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:415E6BD0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 022/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 02/02/2026 o Senhor EDNEI BIBIANO DA CRUZ, Rg. nº 12.809.041-0, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Viação Urbana, Símbolo CC-2, de acordo com a Lei Municipal 570/2003.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:F20A0F50

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 023/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe

confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 075/2025, Homologado através da Portaria 271/2025.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 02/02/2026, os candidatos abaixo discriminados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Edital 075/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Documento	FUNÇÃO
UBIRAJARA DE SOUZA MOLEDA	569.399.659-04	Técnico em Enfermagem
FERNANDO ANTONIO DE LIMA	069.965.949-36	Técnico em Enfermagem

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 31/01/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 075/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:DEFCF350

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 024/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 042/2023, Homologado através da Portaria 137/2023.
RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 02/02/2026, as candidatas abaixo discriminadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital 042/2023 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

FUNÇÃO: **PROFESSOR**

NOME	Documento	FUNÇÃO
JANE CARLA DE LIMA	356.208.658-00	Professora
AMANDA VIEIRA DA SILVA	093.301.409-04	Professora
VALERIA EUGENIA MARIANO	049.527.699-50	Professora
ANA CLAUDIA DA COSTA	101.162.219-09	Professora
MARIA DAS GRAÇAS SILVA*	661.764.504-97	Professora

* Admitida pela classificação Afrodescendente

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 18/12/2026, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 042/2023.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:16CBD7F0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 025/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 020/2024, Homologado através da Portaria 104/2024.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 02/02/2026, as candidatas abaixo discriminadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital 020/2024 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

FUNÇÃO: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

NOME	Documento	FUNÇÃO
MARIANE LIMA DOS SANTOS	126.706.079-42	Auxiliar de Serviços Gerais
MARLENE DE JESUS RIBEIRO	058.583.079-73	Auxiliar de Serviços Gerais
ANA LUCIA APARECIDA BRAZ	082.527.819-85	Auxiliar de Serviços Gerais
PATRICIA MARIA DE SOUZA	073.457.379-00	Auxiliar de Serviços Gerais

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 31/01/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 020/2024.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:B668F5FC

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 026/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 140/2025, Homologado através da Portaria 428/2025.
RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 02/02/2026, as candidatas abaixo discriminadas, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital 140/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com as Leis Municipais 1036/2022 e 745/2011.

FUNÇÃO: **ATENDENTE INFANTIL**

NOME	Documento	FUNÇÃO
IZABELE MARIA TEIXEIRA	115.778.979-00	Atendente Infantil
MICHELE DE GOUVEIA SANTOS	050.668.039-80	Atendente Infantil
TEREZINHA VIEIRA	019.630.459-80	Atendente Infantil

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 18/12/2026, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 140/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:5DD5085F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 027/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica do Município, pela presente;
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 140/2025, Homologado através da Portaria 428/2025.
RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 02/02/2026, os candidatos abaixo discriminados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado, Edital 140/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com as Leis Municipais 1011/2021 e 745/2011.

FUNÇÃO: **MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR**

NOME	Documento	FUNÇÃO
DAISY DANIELE FERREIRA ANTUNES	065.230.159-20	Monitor do Transporte Escolar
MISLAINE DA ROCHA MORIHAMA	387.468.768-63	Monitor do Transporte Escolar
ROSELI MARIA BARBOSA	045.527.759-10	Monitor do Transporte Escolar
NOEMI LUDMILA M. SALAMANCA	115.197.679-27	Monitor do Transporte Escolar
VALERIA ALESSANDRA DE MATTOS	069.307.979-79	Monitor do Transporte Escolar
FRANCIEL ALBINO DA SILVA*	057.574.069-84	Monitor do Transporte Escolar

*Admitido pela classificação portador de deficiência

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 18/12/2026, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 140/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:F238C62D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 028/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 137/2025, Homologado através da Portaria 408/2025.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 02/02/2026, os candidatos abaixo discriminados, aprovadas no Processo Seletivo Simplificado, Edital 137/2025 para exercer temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Documento	FUNÇÃO
SERGIO APARECIDO DE OLIVEIRA	057.282.169-78	Operário
ELESSANDRO RENATO DE LIMA	061.061.249-22	Operário
BENICIO DA SILVA	033.788.229-02	Motorista
DHIEGO VIEIRA MATOS	065.418.139-06	Motorista
REGINALDO MADUREIRA	043.885.319-95	Motorista

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 31/01/2027, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 137/2025.

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:D080292D

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 029/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando a Carta de Concessão do Benefício da Previdencia Social nº 238.679.***-0, protocolada neste Município.

RESOLVE:

Artigo 1º- EXONERAR desta Prefeitura a partir desta data de 02/02/2026 a Servidora Municipal HELENA MARIA DA SILVA,

matrícula 384/1, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, em razão de ser concedida sua aposentadoria junto a Previdência Social.

Parágrafo único: Os dias de Licença Especial Prêmio por Assiduidade não usufruídos serão convertidos em indenização conforme artigo 43, § 4º da Lei 756/2012

Artigo 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:81651213

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025.

OBJETO: Contratação de empresa em obras e serviços de engenharia comuns, para execução, com fornecimento completo de materiais, equipamentos e mão de obra do alambrado perimetral e da iluminação do campo de futebol suíço localizado na PR-317 (fundos do Ginásio de Esportes 19 de Março), no Município de São José das Palmeiras/PR..
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS.
CONTRATADO: COMERCIAL CEU AZUL LTDA
VALOR: R$ 112.700,00 (cento e doze mil e setecentos reais reais) até o término do contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura.

São José das Palmeiras, em 02 de fevereiro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:83912131

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 05/2025

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Homologo a presente licitação de acordo com o resultado exarado pela Comissão de Licitação o Edital de **Concorrência Eletronica nº 05/2025** - SJP, adjudicando o objeto de Bem/Serviço adquirido: Contratação de empresa em obras e serviços de engenharia comuns, para execução, com fornecimento completo de materiais, equipamentos e mão de obra do alambrado perimetral e da iluminação do campo de futebol suíço localizado na PR-317 (fundos do Ginásio de Esportes 19 de Março), no Município de São José das Palmeiras/PR..
A empresa vencedora foi: **COMERCIAL CEU AZUL LTDA**, com o valor de R$ 112.700,00 (cento e doze mil e setecentos reais reais) até o término do contrato
Ficando autorizado o órgão competente da Prefeitura a expedição de documentos respectivos para a plena consolidação do previsto nesta licitação.

São José das Palmeiras, em 30 de janeiro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:7F78352B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 027/2026 - CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 027/2026
DATA: 02 de fevereiro de 2026

SÚMULA: Concede férias a servidores municipais

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados

Nome	Matrícula	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
CESAR AUGUSTO MATTER	49441	Agente Administrativo	2024 a 2025	02.02.2026 a 03.03.2026
ELENICE GALDINO DOS SANTOS	62651	Agente Comunitário de Saúde	2024 a 2024	02.02.2026 a 03.03.2026
ISABELA APARECIDA ARBOLEYA	61161	Auxiliar Administrativo	2024 a 2025	03.02.2026 a 17.02.2026
SILVANA DA SILVA CAMPOS	61372	Auxiliar de Serviços Gerais	2024 a 2025	02.02.2026 a 21.02.2026

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 02 de fevereiro de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:74EDF2B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 028/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL PARA SERVIDOR MUNICIPAL

PORTARIA Nº 028/2026
DATA: 02 de fevereiro de 2026

SÚMULA: Concede Licença Especial para Servidor Municipal

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder 90 (noventa) dias consecutivos de Licença Especial para o servidor **JAFFER FERNANDES DE FARIAS** ocupante do cargo de **Médico Veterinário**, cargo de provimento efetivo, matrícula funcional 6043-1.

Art. 2º - A licença especial (prêmio) mencionada no artigo anterior será concedida no período de 03 (três) de fevereiro a 03 (três) de maio

de 2026, referente ao período aquisitivo de 14.11.2017 a 13.11.2022, com vencimentos integrais das vantagens inerentes do cargo.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 02 de fevereiro de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:95931CDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 029/2026 - CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

PORTARIA Nº 029/2026
DATA: 02 de fevereiro de 2026

SÚMULA: Concede gratificação por função

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 670/2022, art. 13º,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder gratificação por função ao servidor público municipal, o Senhor **JHONNI RICARDO DE CASTRO**, matricula funcional 5896-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **CONTADOR** para atuar como **Gestor de Convênios.**

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 02 de fevereiro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:450BA3F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

CONSELHO MUNICIPAL DAS CIDADES
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVISO DE AUDIÊNCIA PUBLICA
REVISÃO DO PLANO DIRETOR

A Prefeitura Municipal de São Pedro do Paraná convida toda a população para participar da audiência pública sobre a Revisão do Plano Diretor Municipal.
Data: 27 de fevereiro (sexta-feira)
Horário:19h
Local: Câmara de Vereadores
A participação da comunidade é fundamental para construir o futuro do nosso município.
Participe! Sua presença faz a diferença.

USIEL BALDOINO DA ROSA
Secretario de Obras

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:4C696F2D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, em conjunto com o Sr. Ademar Moi Zordan, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2001, torna público que estará realizando Audiência Pública nas dependências do prédio da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, no dia 04 de fevereiro de 2026, às 16:30 horas, para apresentação, discussão junto a população dos Projetos de Lei nº 11 e 12 de 2026.

São Pedro do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

ADEMAR MOI ZORDAN
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:6F9357D5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 42/2026

DECRETO Nº 42/2026

SÚMULA: Considerando o Requerimento protocolado sob n.º 6616 em 02/02/2026, exonera Servidor Público Municipal e dá outras providências.

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e etc...

DECRETA

Art. 1º - Exonera a servidora publica municipal Senhora ELISANGELA ALVES GALLEA DE BRITO, matricula nº 440, portadora do CPF/MF Nº 034.861.549-31, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, a pedido da mesma por motivos particulares.

Art. 2º - Fica rescindido o contrato de trabalho celebrado com a referida servidora quitando-se seus direitos sociais previsto em Lei, se houver:
- Saldo de salário
- 13º Proporcional
- Férias Proporcionais
- 1/3 de Férias Proporcional
- Licença Prêmio

Art. 3º - Fica declarado vago o cargo exercido pela referida servidora.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná – Pr, em 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:5F8A8A13

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - DECRETO 43/2026

DECRETO Nº 43/2026

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

D E C R E T A

ART. 1º - Fica exonerado o Senhor VICTOR AUGUSTO DATRI, matrícula nº 775, da função de ASSISTENTE DO SETOR DE ENGENHARIA – cargo provimento em comissão, conforme Lei nº 01/2021, a partir desta data.

ART. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 342/2025 em seu inteiro teor.

São Pedro do Paraná - Pr, em 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:CCB65CB0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 10/2026

PORTARIA N.º 10/2026

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E ETC...

Art. 1º - Conceder aos membros do conselho tutelar relacionados nesta portaria, suas férias, bem como determinar o pagamento do adicional de 1/3 de seus vencimentos.

Ordem	Nome do Servidor e nº matrícula	Período Aquisitivo	Período de Fruição
1	VILMA DE SOUZA PEREIRA - 710	10-01-2025/09-01-2026	02-02-2026/03-03-2026

Art. 2º - Revogas as disposições em contrário, está portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:3BE79C2B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

Termo de rescisão unilateral do **Contrato Administrativo nº 083/2023**, de execução de Obras de Pavimentação de Vias Urbanas em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da licitação n.º 004/2023, fornecida pelo CONTRATANTE, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ** e a Empresa **PAVSOLO CONSTRUTORA LTDA**.

O **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Paraná, 307, inscrita no CNPJ/MF nº 76.975.259/0001-10 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.869.999-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 566.001.359-72, residente e domiciliado nesta cidade de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, vem extinguir unilateralmente o **Contrato Administrativo nº 083/2023**, doravante denominado de CONTRATO ORIGINAL, celebrado com a Empresa **PAVSOLO CONSTRUTORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.909.743/0001-60, com sede à Avenida Militão Rodrigues de Carvalho, nº 1752, Distrito Industrial Sumaré, Cep: 87.720-010, cidade de Paranavaí/PR, doravante denominada de CONTRATADA, considerando o conteúdo do Decreto Municipal nº 16/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/01/2026. Edição 3455, conforme segue:

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a extinção/rescisão unilateral do CONTRATO ORIGINAL, tendo em vista inexecução das obrigações assumidas.

2. DO FUNDAMENTO

2.1. O presente instrumento está amparado nos artigos 78, I e II c/c artigo 79, I, da Lei nº 8.666/93, e na Cláusula Vigésima Primeira do CONTRATO ORIGINAL, que permitem a formalização do presente Termo de Rescisão Unilateral.

2.2. Ante a documentação apresentada pelo Departamento de Engenharia, vinculado à Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo do Município de São Pedro reportando "*as não conformidades, falhas executadas, bom como a paralisação injustificada da obra, que resultam na recomendação formal de rescisão de contrato de prestação de serviço*".

2.3. Tal situação viola os ditames esperados da Administração Pública, principalmente no que concerne à eficiência, e ao o interesse público municipal, notadamente em razão dos comandos norteadores previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal.

3. DA POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

3.1. A presente extinção/rescisão unilateral ocorrerá sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas contratualmente.

4. DO DISTRATO

4.1. Por força da presente extinção/rescisão unilateral, a CONTRATANTE dá por extinto, a partir de **26 de janeiro de 2026**, o CONTRATO ORIGINAL.

5. DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL que será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município, correndo as despesas às expensas da CONTRATANTE.

E por assim decidir, lavra-se o presente termo.

São Pedro do Paraná - PR, 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:A3D582E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESOLUÇÃO 01 CDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA CMDPI
SÃO PEDRO DO PARANÁ – PR

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

SÚMULA: Aprovar a "Prestação de contas Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023, período Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024."

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 050/17, de 14/06/2017, neste ato representado por seu Presidente Antônio Negrizolli Filho, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 30 de janeiro de 2026.
Resolve:

Art. 1º - Aprovar a "Prestação de contas Incentivo ao serviço de Centro-Dia e outras linhas de ação em prol da População Idosa Del. 019/2023, período Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024. "

Art. 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO NEGRIZOLLI FILHO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Maria Aparecida Xavier da Silva
Código Identificador:8D271CCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 02 CDPI

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA CMDPI
SÃO PEDRO DO PARANÁ – PR

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

SÚMULA: Aprovar a "Prestação do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023. Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024; Prestação de contas Final"

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 050/17, de 14/06/2017, neste ato representado por seu Presidente Antônio Negrizolli Filho, considerando a deliberação da plenária realizada no dia 30 de janeiro de 2026.
Resolve:

Art. 1º - Aprovar a "Prestação do Incentivo Paraná Viaja Mais 60 Del. 024/2023. Anual 2024 - Do pagamento até 31/12/2024; Prestação de contas **Final.** "

Art. 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

ANTÔNIO NEGRIZOLLI FILHO
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Maria Aparecida Xavier da Silva
Código Identificador:A90D1565

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 001/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de** São Pedro do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.975.259/0001-10, com sede à Avenida Paraná, nº 307, centro, CEP: 87.955-110, nesta cidade de São Pedro do Paraná - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Vanderlei Caetano de Castro, portador da cédula de identidade RG n.º 3.869.999-7 SESP PR e do CPF n.º 566.001.359-72, residente e domiciliado em Avenida Paraná, nº 307, centro, CEP: 87.955-110, nesta cidade de São Pedro do Paraná - Paraná, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) em quatro parcelas de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;

b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n.º 07.001.10.303.0022.2201, elemento de despesa - 3.3.72.32.00.00, Fonte TCE-PR: 303.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

São Pedro do Paraná, 14 de janeiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES
Prefeito Municipal Presidente do Conselho
Deliberativo do Consórcio

Testemunhas:

1 – Jefferson Tarifa de Lima
Secretário Geral Administrativo – Matricula Nº 734
CPF: 097.780.009-13

2 – Robson Luís Cavenaghi
Contabilista – Matricula Nº 433
Contador CRC BA 037588/O – T-PR
CPF: 030.870.449-54

Publicado por:
Robson Luis Cavenaghi
Código Identificador:AF94019F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 27/2026

Súmula: Exonera a pedido servidor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Protocolo nº508/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Exonera a pedido, partir do dia 02 fevereiro de 2026, a senhora VERA RAMALHO, portador do CPF nº 611.175.799-72 Matrícula nº244 do cargo de PROFESOR, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 02 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Rec. Humanos
Portaria nº 77/2025

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:CDEA3BD7

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL: 02/2026 – CLASSIFICAÇÃO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

São Sebastião da Amoreira, 02 de fevereiro de 2026.

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de São Sebastião da Amoreira no uso de suas atribuições, vem por meio deste Edital divulgar a classificação dos professores inscritos para o Período Extraordinário conforme Edital 01/2026.

CLASSIFICAÇÃO - NOME - PONTOS
1º Cleuza Ramalho Bueno 35,5
2º Silvana Ramalho de Mattos 29,5
3º Adevanete Rodrigues 26,5
4º Ireni Jozefa da Silva 26
5º Rosana Apª Souza Toncovitch 23
6º Edinisia Aparecida Mariano 22

7º Claudineia dos Reis 21
8º Andréa de Almeida Leite dos Santos 13
9º Mayara dos Santos Monteiro 10,25
10º Talita Cardoso Vieira 9,5

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Dec. 67/2025 de 01 de Março de 2025

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:178AF19A

SETOR DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 04/2026

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7/2026

OBJETO: Contratação de serviço de Sondagem de Solo a Percussão (SPT), com execução de 02 (dois) furos, cada um com profundidade de até 10 (dez) metros, para atendimento da obra do Centro Cultural Municipal, localizado na Avenida Brasil, nº 145 – Quadra E5 – Lote 10, Município de São Sebastião da Amoreira/PR.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00 do dia 06/02/2026.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300 – RAMAL 8320.

São Sebastião da Amoreira, 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:16489B8F

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 15/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: JUSTO MÓVEIS E TRANSPORTES LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 2.720,00 (dois mil setecentos e vinte reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2026.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:4FA19FE6

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 16/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 14.198,00(quatorze mil cento e noventa e oito reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:C2432540

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 17/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais),

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:025A5A67

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 18/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: URSA COMERCIAL LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 600,00 (seiscentos reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:A2877564

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 19/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: Equimed Equipamentos Médicos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 4.812,00 (quatro mil oitocentos e doze reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:F4DFAE01

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 20/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 3.764,49 (três mil setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e nove centavos)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:3580950B

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 21/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 5.999,99 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:436B0162

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 22/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 17.849,94 (dezessete mil oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:8F4E6144

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 23/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:0849FD95

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 24/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: MICROFORT INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2027

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:48BD82EE

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 25/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Contratante: Município de São Sebastião da Amoreira, Pr.

Contratado: DIGITALPAR INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Aquisição de Mobiliário para suprir as necessidades das Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R$ 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência: A contratação terá vigência até o dia 30/01/2026.

Foro: Comarca de Assai/PR

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:8F80ACE8

SETOR DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEX 05-2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Torna-se pública a homologação de processo de Inexigibilidade de Licitação a que se refere o processo administrativo n° 11/2026, e a adjudicação do objeto é contratação do show regional de Lincon e Augusto para a festa de São Sebastião no dia 08/02/2026, sendo adjudicada a empresa OTAVIO AUGUSTO BORGES PRODUCAO MUSICAL, CNPJ nº 38.124.149/0001-55, localizada na Rua Ildeu Braulio Filgueiras, nº 136, Centro, Santa Mariana/Pr, CEP: 86.350-000, pelo preço total de R$ 9.000,00 (nove mil reais).

Em, 02 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:45AFD653

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 03/2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

Nº 03/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vista da justificativa e fundamentações retro relatadas e, levando-se em considerações os termos da Ata da Sessão, expedida pelo Agente de Contratação, aprovamos a realização da despesa.

Ratificamos com Dispensa de Licitação, nos termos da justificativa acima e com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025, a contratação da seguinte empresa:

LEONILDO APARECIDO DE MORAES ME, estabelecida na Rua Apihay, nº. 206, Centro, CEP: 86 280 000, no Município de Uraí, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 81.134.835/0001-36.

Valor total da despesa: R$ 17.376,00 (dezessete mil e trezentos e setenta e seis reais).

Pagamento: Conforme previsão.

AR SANTOS LTDA, estabelecida na Rua Siqueira Campos, nº. 386, CEP: 86 320 000, no Município de Congonhinhas, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 08.434.728/0001-33.

Valor total da despesa: R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).

Pagamento: Conforme previsão.

São Sebastião da Amoreira, 02 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:1BAC61FD

SETOR DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO INEX 05-2026

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE Nº 05/2026

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 11/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

RATIFICAÇÃO DE DECISÃO DE CONTRATAÇÃO

Considerando todos os documentos anexados ao presente processo, bem como os pareceres técnico e jurídico confirmando a legalidade e legitimidade da contratação objetivada por esta Administração, RATIFICO os atos praticados para a contratação da empresa OTAVIO AUGUSTO BORGES PRODUCAO MUSICAL, CNPJ nº 38.124.149/0001-55, CONTRATAÇÃO DO SHOW REGIONAL DE LINCON E AUGUSTO PARA A FESTA DE SÃO SEBASTIÃO NO DIA 08/02/2026, em conformidade com Art. 74, II da Lei nº 14.133/2021.

Em, 02 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

FRANCISCA BARBOSA DA SILVA BUENO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:A00299D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 010/2026 (CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 010/2026 (CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 03/2024)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 03/2024,** em observância ao principio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **03/2024**, homologado pelo Decreto nº. 12/2025 de 06 de janeiro de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

PROFESSOR

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	CPF	NOTA FINAL
56	Jucimara coelho de campos	039.436.709-02	55

Sapopema, 02 de fevereiro 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:2129335E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
HOMOLOGAÇÃO DA JORNADA SUPLEMENTAR 005/2026

HOMOLOGAÇÃO DA JORNADA SUPLEMENTAR 005/2026

Jornada suplementar – Educação Infantil		
		Pontuação
1º	Denise Costa Guerreiro	100
2º	Sueli de Oliveira Vidal	98
3°	Cristiane Villas Boas	96
4°	Sonia Michailiv Kava	85
5°	Ioná Francine Rodrigues	82
6º	Isabela Peixoto Amaral	74
7º	Romilda Aparecida Flores	72
8º	Sueli Tomé de Oliveira	72
9º	Gleiciane de Jesus Brizola de Almeida	64
10º	Patrícia Matias de Oliveira	52
11º	Silvia Moreira Cordeiro Luz	50
12º	Silmara Teixeira Bastos	40
13º	Jennifer Caroline Fonseca da Costa	32
14º	Zenilda Trevizan	31

Jornada suplementar – Ensino Fundamental		
		Pontuação
1º	Denise Costa Guerreiro	100
2º	Cristiane Villas Boas	96
3°	Ioná Francine Rodrigues	82
4°	Isabela Peixoto Amaral	74
5°	Romilda Aparecida Flores	72
6º	Sueli Tomé de Oliveira	72
7º	Mariana Fernanda dos Santos Cunha	71
8º	Gleiciane de Jesus Brizola de Almeida	64
9º	Patrícia Matias de Oliveira	52
10º	Silvia Moreira Cordeiro Luz	50
11º	Silmara Teixeira Bastos	40
12º	Jennifer Caroline Fonseca da Costa	32
13º	Zenilda Trevizan	31

	Jornada suplementar – Sala de Recursos	
		Pontuação
1º	Denise Costa Guerreiro	100
2º	Cristiane Villas Boas	89
3°	Zenilda Trevizan	86
4°	Isabela Peixoto Amaral	72
5°	Silvia Moreira Cordeiro Luz	70

	Jornada suplementar – Educação Física	
		Pontuação
1º	Priscila Apª Luz	54
2º	Juliano Leoncio de Melo	49

Sapopema, 02 de março de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:9AAA1323

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 028/2026

Designa servidores para responderem pela gestão e fiscalização de atas de registro de preços, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais abaixo relacionados, com a finalidade de responderem pela gestão e fiscalização das atas de registro de preços oriundas do **Pregão Eletrônico nº 011/2025**, que tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA AUTARQUIA ÁGUAS DE SARANDI**, durante a vigência das respectivas atas de registro de preços:

Matrícula Nº	Nome:	Função:
1861	Agnaldo da Silva Antunes	Gestor
2912	Leandro Lopes Machado	Fiscal

Art. 2º Na ausência do servidor designado para a função de Fiscal, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) para a função de Gestor, excepcionalmente, exercerá a função de Fiscal Substituto.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 313/2025, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de fevereiro de 2026.

Sarandi (PR), 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor Geral
Decreto nº 10/2025
Águas de Sarandi - SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:A8DE83C3

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 029/2026

Designa servidores para responderem pela gestão e fiscalização de contratos administrativos, na forma que especifica.

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores municipais abaixo relacionados, com a finalidade de responderem pela gestão e fiscalização dos contratos administrativos oriundos do **Pregão Eletrônico nº 014/2025**, que tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO**, durante a vigência dos respectivos contratos:

Matrícula nº:	Nome:	Função:
2912	Leandro Lopes Machado	Gestor
1831	Paulo Sergio de Andrade	Fiscal

Art. 2º Na ausência do servidor designado para a função de Fiscal, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) para a função de Gestor, excepcionalmente, exercerá a função de Fiscal Substituto.
Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 375/2025, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de fevereiro de 2026.

Sarandi (PR), 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor Geral
Decreto nº 10/2025
Águas de Sarandi - SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:35D9E23D

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 40/2026/SMSA

Nomeia servidora para ocupar cargo de provimento efetivo, na forma que especifica:

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO, o Concurso Público Municipal, aberto pelo Edital nº 01/2023 publicado no dia 10 de julho de 2023;

CONSIDERANDO, o Edital de Homologação e Classificação Final publicado no dia 07 de fevereiro de 2024;

CONSIDERANDO, o Edital de Convocação n° 01/2026 publicado no dia 28 de janeiro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1° Nomear a servidora abaixo, devidamente aprovada no Concurso Público Municipal **nº 01/2023**, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Sarandi e leis complementares, sendo seu Regime Jurídico Estatutário.

Parágrafo Único. Para ocupar o cargo de provimento efetivo do quadro próprio da Autarquia Águas de Sarandi, será conforme disposto na Lei Complementar **nº 397/2022**.

PCD	CLASSIFICAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA	CLASSIFICAÇÃO NEGROS	NOME	CARGO	GRUPO OCUPACIONAL
1	63	-	MARGARIDA CUBIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	GOTM-01

Art. 2° A servidora terá como atribuições do cargo, conforme disposto na Lei Complementar **nº 397/2022 Anexo II**, de 12 de janeiro de 2022.

Art. 3º A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor- Geral
Decreto Nº 10/2025

Publicado por:
Robson Alessandro Nunes Simas
Código Identificador:E9AB60BA

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 31, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, do contrato nº 03/2024, oriundo do **Pregão Eletrônico N.º 21/2023-SMSA**, que tem como objeto a **prestação de serviços de lavagem, limpeza e polimento de veículos**.

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Sillas Santos	Gestor de contrato	2877
Emerson Rodrigo Bigueti	Fiscal de contrato	2161

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:1048E4EF

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 32, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, do contrato nº 39/2022, oriundo do **Pregão Eletrônico N.º 05/2022-SMSA**, que tem como objeto a **contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento veicular.**

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Sillas Santos	Gestor de contrato	2877
Emerson Rodrigo Bigueti	Fiscal de contrato	2161

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:39508A00

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 33, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, do contrato nº 23/2023, oriundo do **Pregão Eletrônico N.º 16/2023-SMSA**, que

tem como objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de veículos leves com fornecimento de peças**.

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Sillas Santos	Gestor de contrato	2877
Emerson Rodrigo Bigueti	Fiscal de contrato	2161

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:CAEECA54

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 34, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, do contrato nº 24/2023, oriundo do **Pregão Eletrônico N.º 17/2023-SMSA**, que tem como objeto a **prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de motocicletas, com fornecimento de peças**.

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Sillas Santos	Gestor de contrato	2877
Emerson Rodrigo Bigueti	Fiscal de contrato	2161

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:0315C992

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 35, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de contrato, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;
Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, do contrato nº 48/2022, oriundo do **Pregão Eletrônico N.º 34/2022-SMSA**, que tem como objeto a **prestação de serviços de funilaria, pintura e tapeçaria, entre outros serviços relacionados, com fornecimento de peças e/ou acessórios em geral, novos originais e/ou similares de primeira linha**.

NOME	FUNÇÃO	Matrícula
Sillas Santos	Gestor de contrato	2877
Emerson Rodrigo Bigueti	Fiscal de contrato	2161

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:E1E11772

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 36, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de ata de registro de preços, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, da(s) ata(s) nº 46/2025 e 47/2025, oriunda(s) do **Pregão Eletrônico N.º 06/2025-SMSA**, que tem como objeto a **aquisição de combustíveis e ARLA 32**.

NOME	FUNÇÃO	Matrícula
Sillas Santos	Gestor de ata	2877
Manoel Salvador Pereira Junior	Fiscal de ata	1941

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:345CA1CA

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 38, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de ata de registro de preços, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, da(s) ata(s) nº 56/2025 a 59/2025, oriunda(s) do **Pregão Eletrônico N.º 07/2025-SMSA**, que tem como objeto a **aquisição de óleos lubrificantes, filtros e afins**.

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Sillas Santos	Gestor de ata	2877
Manoel Salvador Pereira Junior	Fiscal de ata	1941

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:8F54C652

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA SMSA Nº 39, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026.

Súmula: Designa servidores para a gestão e fiscalização de ata de registro de preços, e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, bem como legislação correlata atualmente em vigor;

RESOLVE:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para responderem pela gestão e fiscalização, durante o período de vigência, da(s) ata(s) nº 68/2025 a 71/2025, oriunda(s) do **Pregão Eletrônico N.º 12/2025-SMSA**, que tem como objeto a aquisição de óleos lubrificantes, filtros e afins.

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Sillas Santos	Gestor de ata	2877
Manoel Salvador Pereira Junior	Fiscal de ata	1941

Art. 2° Revogadas as disposições contrárias, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/02/2026.

Sarandi, 02 de fevereiro de 2026.

CESAR AUGUSTO FOSS
Diretor-Geral
Águas de Sarandi

Publicado por:
Cristiane Vaz de Almeida Vieira
Código Identificador:C1674401

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA Nº 02/2026
CONTRATO N° 45/2026 ID: 10677

ORIGEM:	DISPENSA N° 02/2026– PMS
CONTRATANTE:	Município de Sarandi – PR
CONTRATADA:	INGRID HORNUNG
CNPJ/CPF:	037.xxx.xxx-02
OBJETO:	"Contratação de Profissional de Psicóloga credenciada pela Polícia Federal, para aplicação de teste psicológico para fins de manutenção ou concessão do porte de arma de fogo aos Guardas Civis Municipais da Cidade de Sarandi/PR, com fornecimento de laudo de caráter apto ou inapto, para a Secretaria de Trânsito, Transporte e Segurança Pública."
VALOR GLOBAL:	R$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA:	3 de fevereiro de 2026 a 2 de fevereiro de 2027.
ASSINATURA:	2 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dos Santos Nascimento
Código Identificador:2C69864B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 3/2026
CONTRATO Nº 64/2026 ID: 10696

ORIGEM:	INEXIGIBILIDADE 3/2026 – PMS
CONTRATANTE:	Município de Sarandi – PR
CONTRATADA:	INSTITUTO APRENDER A SER - PESQUISA E FORMACAO NA AREA EDUCACIONAL S/S LTDA
CNPJ/CPF:	05.216.047/0001-00
OBJETO:	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de formação "Jornada Pedagógica 2026", desenvolvendo temática para professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e equipe de apoio,
VALOR GLOBAL:	R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais).
VIGÊNCIA:	3 de fevereiro de 2026 a 1 de agosto de 2026.
ASSINATURA:	2 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Dos Santos Nascimento
Código Identificador:7265EF0A

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0004/2026-PMS-UASG 988461

Secretaria Municipal de Administração
Divisão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0004/2026 – PMS
UASG 988461
OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR.
Data e horário de abertura da Sessão: **19 de fevereiro de 2026 às 09:00hrs.**
Local: http://www.compras.gov.br/
Edital completo e informações complementares: http://www.sarandi.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br e Portal Transparência.
Departamento de Licitações, Compras e Patrimônio - Fone: (44) 3264-8600.
Email: licitacao@sarandi.pr.gov.br, pregoeiro4@sarandi.pr.gov.br

Sarandi, 30 de janeiro de 2026.

MARIA LUIZA SOUZA CARVALHO MATTOS
Agente de Contratações

Publicado por:
Maria Luiza Souza Carvalho Mattos
Código Identificador:C0181A5B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL N.º 95/2026

EDITAL N.º 95/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, mp horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado
- caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: PSICÓLOGO

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-1930	29	DANIELA ROSSI DE OLIVEIRA	59

PAÇO MUNICIPAL,27 DE JANEIRO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:503FFA78

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO

OBRIGATORIEDADE DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS
Ficam Vossas Senhorias, proprietários ou possuidores a quaisquer títulos de imóveis urbanos, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, **NOTIFICADOS** da obrigação de manter seus imóveis limpos, capinados e drenados, sob pena de responder, em qualquer situação, por sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza.
Art. 13 - Para preservar a estética e a higiene pública é proibido: Manter terrenos baldios ou não, com detritos ou vegetação indevida. (LEI 409/2022).
Art. 36 - Sempre que os serviços municipais entendam existir perigo de salubridade, os proprietários ou usufrutuários de terrenos onde se encontrem lixos, detritos ou entulhos, mesmo que depositados abusivamente por terceiros, ou cobertos de mato ou vegetação, serão notificados a limpá-los. (Decreto 1314/2011).
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários.***
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO**sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme artigos 34; 35 e 36 do Decreto 1314/2011 e ART. 8º do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que os imóveis continuem limpos, caso contrário, ocorrerá cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o imóvel esteja edificado ou limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na Secretaria de Fazenda na Prefeitura.

Local do Imóvel : Quadra: 4 Lote: 26
RUA DAS TULIPAS, 1291
Bairro: PQ.RES.NOVA ALIANÇA
Nome do Proprietário: REINALDO BENTO DE CASTRO

Local do Imóvel : Quadra: 13 Lote: 15
RUA LADARIO, 1426
Bairro: PQ.RES.BELA VISTA
Nome do Proprietário: MANOEL LOPES DE ALMEIDA

Local do Imóvel : Quadra: 11 Lote: 4
RUA NOVA ANDRADINA, 1740
Bairro: JD. ESPERANCA III PT
Nome do Proprietário: MARIA ISLEIA KLIPPE DA SILVA

Local do Imóvel : Quadra: 44 Lote: 3
RUA PIONEIRO JOAO RODRIGUES COSTA, 62
Bairro: LOTEAMENTO ECOVALLEY
Nome do Proprietário: MILTON CESAR BRUN

Local do Imóvel : Quadra: 2 Lote: 12
AV CUIABA, 293
Bairro: JD. REAL
Nome do Proprietário: MARIA APARECIDA BARBOSA FRANCOLINO

Local do Imóvel : Quadra: 25 Lote: 1
RUA DAS TULIPAS, 1433
Bairro: PQ.RES.NOVA ALIANÇA
Nome do Proprietário: DAVI DE FRANÇA CINTRA

Local do Imóvel : Quadra: 50 Lote: 1
AV DAS ORQUIDEAS, 257
Bairro: JD. VERAO
Nome do Proprietário: ANA DE DEUS

Local do Imóvel : Quadra: 3 Lote: 2
RUA CAMPO GRANDE, 1089
Bairro: JARDIM ESPERANÇA 1º PARTE
Nome do Proprietário: IMOBILIARIA SOL LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 25 Lote: 2
AV ANGELO PERINI, 186
Bairro: PQ. SAO PEDRO
Nome do Proprietário: ESPÓLIO DE FRANCISCO CARDOSO

Local do Imóvel : Quadra: 25 Lote: 2A
AV ANGELO PERINI, 176
Bairro: PQ. SAO PEDRO
Nome do Proprietário: ESPÓLIO DE FRANCISCO CARDOSO

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:B038B247

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO CALÇADA

OBRIGATORIEDADE DE EFETUAR A ROÇADA DO MATO NA CALÇADA
SENHORES CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS/RESPONSÁVEIS POR IMÓVEIS URBANOS, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, ficam NOTIFICADOS da obrigação de limpar o passeio público (calçada) e as guias de águas pluviais, e mantê-lo limpos e capinados.
Art. 17 da lei complementar nº 409/2022 - Que todos os proprietários ou ocupantes de terras às margens das vias públicas são obrigados a roçar as testadas das mesmas, a conservarem limpas e desobstruídas as vias e valetas existentes em seus terrenos ou que com eles limitarem, removendo convenientemente os detritos.
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 10 (dez) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários*.**
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO**sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme Art. 17 da Lei Complementar nº 409/2022 e Artigo 8° do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que a calçada continue limpa, caso contrário, ocorrerá
cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o local esteja limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na
Secretaria de Fazenda na Prefeitura.

Local do Imóvel : Quadra: 3 Lote: 9
RUA PIONEIRO PEDRO BELTRAN PEDREIRO, 191
Bairro: LOTEAMENTO ECOVALLEY
Nome do Proprietário: BARBARA RIBEIRO SOUZA

Local do Imóvel : Quadra: 11 Lote: 22
RUA DAS TORRES, 1489
Bairro: JD. DAS TORRES
Nome do Proprietário: VY INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:E832C962

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL HOMOLOGADO EM 05 DE MARÇO DE 2024.

O Exm. Sr. GERSON NUNES DA SILVA, Prefeito Municipal de Sengés, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, convoca o (a) aprovado (a) no concurso público, objeto do edital 002/2023, para comparecer no Depto. de Recursos Humanos desta Prefeitura, no prazo de 2 dias úteis a contar da publicação, para fins de tomar ciência da documentação necessária para investidura no cargo e demais providências.

CARGO : AUXILIAR ODONTOLOGICO

NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Michele Pereira	013.802.873.82	3º
Hoziane Giliet de Melo	013.802.881-03	4º

Obs. o não comparecimento para entrega da documentação acarretará a desclassificação do candidato do certame.

Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 30 de Janeiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Republicado por conter incorreções.

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:3CDDFF6A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.396/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
Ao servidor Vianei da Silva Santos, ocupante do cargo de Escriturario, matrícula funcional de n.º 13681, lotado na Secretaria Indústria e Comércio, 11 (onze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 13/12/2023 a 12/12/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:7E89E0C5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.397/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*
C O N C E D E
Aos servidores, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, férias regulamentares a partir desta data, conforme os nomes listados abaixo e períodos aquisitivos:

Matrícula	Nome	Período aquisitivo	Quantidade de dias
9511	Mario Wilson Goncalves	02/02/2022 a 01/02/2023	15 dias
19001	Jessica Rodrigues Ricardo	27/06/2024 a 26/06/2025	30 dias
11411	Niuceia Romualdo dos Santos	01/03/2022 a 28/02/2023	15 dias
9541	Luciane Antonia de Almeida	31/01/2024 a 30/01/2025	15 dias
972822	ALVARO BATISTA FERNANDES	09/04/2024 a 08/04/2025	15 dias

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:CB16A917

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.398/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
A servidora Juliana Moura Gasparatto de Souza, ocupante do cargo de Zelador, matrícula funcional de n.º 18141, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 04/05/2024 a 03/05/2025.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:C4B39864

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.399/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 152 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
Ao servidor Eduardo Neineska, ocupante do cargo de Procurador, matrícula funcional de n.º 972619, lotado na Procuradoria Geral, 14 (quatorze) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 10/06/2022 a 09/06/2023.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:BDAE0473

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 3.400/2026

O *Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo permissivo do Artigo 148 da Lei nº. 595/2022 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).*

C O N C E D E
A servidora Ana Maria Santana da Luz, ocupante do cargo de Executor de Serviços Gerais, matrícula funcional de n.º 11781, lotada no Gabinete do Prefeito, 15 (dez) dias de férias a partir desta data, relativas ao período aquisitivo de 11/04/2025 a 10/04/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:1F34CE2A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.933/2026

SÚMULA:- Nomeação de servidor para o Quadro Próprio do Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes da Silva,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A :-

Art.1º. - Fica nomeado o candidato, em virtude de habilitação em concurso público, em conformidade com a Lei nº 595/2022 de 16 de Dezembro de 2022, conforme relacionado no anexo que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. - Os candidatos nomeados serão lotadaos na Secretaria Municipal de Educação, conforme listado abaixo, nas diversas unidades que a compõe.

Art. 3º:- Retroagindo seus efeitos legais a partir do dia 26/01/26.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4.933/2026

Cargo : NUTRICIONISTA

NOME	C.P.F.
Mirele das Graças Ferreira	455.XXX.308-XX
Milena Camargo de Miranda	117.XXX.979-XX

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:8C1555BC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.934/2026

SÚMULA:- Nomeação de servidor para o Quadro Próprio do Poder Executivo

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes da Silva,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A :-

Art.1º. - Fica nomeado o candidato, em virtude de habilitação em concurso público, em conformidade com a Lei nº 595/2022 de 16 de Dezembro de 2022, conforme relacionado no anexo que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. - Os candidatos nomeados serão lotadaos na Secretaria Municipal de Educação, conforme listado abaixo, nas diversas unidades que a compõe.

Art. 3º:- Tornando seus efeitos legais a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4.934/2026

Cargo : Professor de Educação Infantil

NOME	C.P.F.
Danielle do Nascimento Melo	392.XXX.968-XX
Juliane Maria Gonçalves	136.XXX.449-XX
Valdirene Alves da Silva	102.XXX.659-XX

Cargo : Agente de Apoio Educacional

NOME	C.P.F.
Sarah Lopes Borges	133.XXX.679-XX
Ana Méri da Silva Miranda de Mello	111.XXX.979-XX
Fernanda Claudino Ribeiro	100.XXX.219-XX

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:89515E21

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.935/2026

SÚMULA: CONTRATA SERVIDOR POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art.1º. – Fica **CONTRATADO**, por prazo determinado, em virtude da habilitação no Processo Seletivo Simplificado, objeto do edital 001/2025- PSS, em conformidade com a lei nº. 0219/2017, de 19 de abril de 2015, o candidato lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme anexo que faz parte integrante deste decreto.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 4.935/2026

NOME	C.P.F	CARGO
Tiffany Xavier Carneiro	134.XXX.819-XX	Cozinheiro

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:48CED602

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.936/2026

SÚMULA: ENCERRA CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica encerrado, a pedido, o contrato por prazo determinado, da Sra. FERNANDA CLAUDINO, R.G, n.º 14.XXX.825-XX SESP/PR, matrícula 972933, a qual exercia o cargo Monitor de Transporte Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2.º:- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:87952123

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.937/2026

SÚMULA: EXONERA PROFESSOR

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica a Sra. LEILA RODRIGUES, brasileira, matrícula funcional de n.º 6012093, EXONERADA, a pedido, do cargo de Professor N20-MG2-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, deixando de perceber mensalmente os vencimentos correspondentes ao nível 01A.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:53E0535A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.938/2026

SÚMULA: EXONERA PROFESSOR

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica a Sra. ALANA VITORIA OLIVEIRA LUIS RIBEIRO, brasileira, matrícula funcional de n.º 6012094, EXONERADA, a pedido, do cargo de Professor Professor N40-MG2-1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, deixando de perceber mensalmente os vencimentos correspondentes ao nível 01A.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:8289E5C6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 4.939/2026

SÚMULA: NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo

D E C R E T A

Art. 1.º – Fica o Sra. GISELLE MACHADO LEITE FLORA OLIVEIRA, inscrito sob o C.P.F. n.º 394.XXX.978-XX, **NOMEADA** para exercer o cargo em comissão de Chefe Div Assist Farmaceutica, lotada na Secretaria de Saude, passando a perceber a partir de então, o correspondente ao nível 1CC, conforme previsão contida no Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Sengés.

Art. 2.º – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir do dia 26/01/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:9BF239AC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026
(Processo Licitatório n.º **022/2026**)

OBJETO: Formação de Registro de Preços para compra de conjuntos de testes padronizados, cadernos de subtestes e sistemas de correção automática, destinados à avaliação diagnóstica de alunos, para uso do Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 20.746,58 (vinte mil setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço UNITÁRIO POR LOTE

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 19 de fevereiro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 19 de fevereiro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do 19 de fevereiro de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

02/02/2026

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:B06918E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025
(Processo Licitatório n.º 053/2025)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software de sistema integrado de gestão de assistência social bem como portal do cidadão e aplicativo cidadão, compreendendo implantação, configuração, parametrização, customização, treinamento, atualização corretiva, adaptativa e evolutiva, diagnóstico e suporte técnico operacional, específico para as atividades da Secretaria de Assistência Social.

VALOR MÁXIMO TOTAL: R$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço GLOBAL POR LOTE

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 08h00min do dia 23 de fevereiro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 23 de fevereiro de 2026.
INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do 23 de fevereiro de 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (bllcompras.com)

Informações Gerais: O Edital e suas alterações encontram-se à disposição dos interessados por meio do site www.senges.pr.gov.br. Mais informações poderão ser obtidas mediante telefone (43) 3567-1400 ou no endereço eletrônico: deptolicitacao@senges.pr.gov.br.

02/02/2026

Departamento de Licitações

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:6778646C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 009/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de engenharia para redesenvolvimento completo de implantação, terraplanagem, projeto hidrossanitário, projeto elétrico e demais projetos em BIM (Building Information Modeling) para o frigorífico municipal, através de Dispensa de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Saneamento.

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

PROJEPLUS ENGENHARIA LTDA, inscrita no **CNPJ n.º 35.142.257/0001-62**, no objeto desta licitação com o valor global de **R$ 14.950,00 (quatorze mil e novecentos cinqüenta reais).**

Sengés, 02 de Fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:288734C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para **aquisição de tintas** e materiais de pintura destinadas à **pintura da escola localizada na zona rural**, denominada **Escola Pedro Sérgio Corrêa**. A iniciativa tem por objetivo promover a manutenção, conservação e melhoria da infraestrutura física da unidade escolar, garantindo condições adequadas de uso, segurança e conforto para alunos, professores e demais profissionais da educação, através de Dispensa de Licitação, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Educação.

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

CASA DAS TINTAS ITAPEVA LTDA, inscrita no **CNPJ n.º 55.285.696/0001-31**, no objeto desta licitação com o valor global de

R$ 9.419,84 (Nove mil quatrocentos e dezenove reais e oitenta e quatro centavos).

Sengés, 02 de Fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:C08B7A38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 020/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 008/2026.

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a licitação abaixo especificada:

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e treinamento esportivo na modalidade Taekwondo para aos alunos da Escola Municipal do Campo "Presidente Médici", conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Educação, fixando seu preço máximo em R$ 54.216,00 (cinqüenta e quatro mil duzentos e dezesseis reais que conforme parecer jurídico se dará através de Inexigibilidade de Licitação disposição no artigo 74 inciso III da Lei 14.133/21.

Sengés, 02 de fevereiro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:4FCCF023

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, até o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) destinado a reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Ensino Fundamental e Educação Infantil
05.020.12.000.0000.0.000. Educação
05.020.12.306.0000.0.000. Alimentação e Nutrição
05.020.12.306.0005.0.000. Sertanópolis Educação de Qualidade e Excelência
05.020.12.306.0005.2.030. Manutenção de merenda Escolar
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.50.00.00.00 01000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SFL
108 - 3.3.50.41.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES 60.000,00
Total Suplementação: 60.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
05.020.00.000.0000.0.000. Divisão de Ensino Fundamental e Educação Infantil
05.020.12.000.0000.0.000. Educação
05.020.12.365.0000.0.000. Educação Infantil
05.020.12.365.0005.0.000. Sertanópolis Educação de Qualidade e Excelência
05.020.12.365.0005.2.036. Contribuir com entidades de Educação infantil - creches
- 3.0.00.00.00.00 01000 DESPESAS CORRENTES
- 3.3.00.00.00.00 01000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
- 3.3.50.00.00.00 01000 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SFL
151 - 3.3.50.41.00.00 01000 CONTRIBUIÇÕES 60.000,00
Total Redução: 60.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Santo Soriani",02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:25C23A74

ASSESSORIA GERAL
DESPACHO

CONSIDERANDO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar decorrente da Portaria Municipal 144/2025, o qual objetivou a apuração de conduta faltosa consistente na subtração e danificação de veículo da frota da saúde, em eventual desatenção ao contido na Lei 2.029/2012, por parte do servidor DIEGO HENRIQUE SILVA, conforme comunicado encaminhado pela Diretora Superintende do SERMUSA; CONSIDERANDO que referido processo seguiu os trâmites legais, conforme invocado em Informação Jurídica; CONSIDERANDO que o parecer conclusivo da Comissão em minucioso Relatório Final, cujos judiciosos fundamentos acompanho, indica a aplicação da pena de demissão, tendo em vista as razões indicadas no mesmo Relatório Final; CONSIDERANDO que a penalidade proposta tem fundamento legal e guarda proporcionalidade com a gravidade dos fatos apurados, DECIDO aplicar a **PENALIDADE DE DEMISSÃO** ao servidor D. H. S., matrícula 10XXX9, assistente administrativo do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Sertanópolis, no forma do artigo 293, XI da Lei Municipal 2.029/2012.

Publique-se.

Encaminhe-se à Divisão de Gestão de Pessoas para as providências necessárias.

Paço Municipal Santo Soriani, 30 de janeiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:4279FA44

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **SANDY EVELIN SANTOS ARMSTRONG** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 117.615.819-88, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

SANDY EVELIN SANTOS ARMSTRONG

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:0B4B4EF0

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **GEOVANA PELAQUIM MARQUES** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 108.248.659-01, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

GEOVANA PELAQUIM MARQUES

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:973B1E64

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **VIVIANE DE OLIVEIRA** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 019.669.509-00, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

VIVIANE DE OLIVEIRA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:6605CDF1

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **HELOISA POÇAS** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 051.305.109-09, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

HELOISA POÇAS

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:A2F1ED5C

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **ANDRESSA KEROLEN DE SOUZA** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 098.159.039-00, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.
Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRESSA KEROLEN DE SOUZA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:A3AD60AC

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **BIANCA FIDELIX SOUZA MUDINUTE** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 076.035.049-37, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

BIANCA FIDELIX SOUZA MUDINUTE

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:305A2598

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **KARINE**

KRAESKI portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 072.498.089-07, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

KARINE KRAESKI

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:A82D324B

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **THAINY VICTÓRIA DE LIMA** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 116.355.479-03, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

THAINY VICTÓRIA DE LIMA

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:2DE1F4F8

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **FLÁVIA DANIELA FANTIN PISSINATI** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 029.879.279-67, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

FLÁVIA DANIELA FANTIN PISSINATI

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:B1B1C31A

ASSESSORIA GERAL
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, compareceu a este órgão público municipal a Sra. **SAMARA DOS SANTOS GOZDZINK** portadora do Cadastro de Pessoas Físicas CPF nº 144.012.869-36, concursada, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Sertanópolis, o qual a nomeia para o cargo de PROFESSORA nos termos da Legislação vigente.
Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo e cumprir toda a legislação afeta aos servidores municipais.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

SAMARA DOS SANTOS GOZDZINK

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:AA7CB740

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.57/2025

2° Termo aditivo da Ata de Registro de Preço nº.57/2025, decorrente de Pregão n° 38/2025 de Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos das escolas da rede municipal de ensino e instituições conveniadas do município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **RR FRANCO COMERCIO DE LATICINIOS E FRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 51.858.701/0001-05, com sede no endereço RUA RIO DE JANEIRO, 70, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR neste ato representada por **Rita de Cassia Morilho Franco,** portador do RG n° 40349707, portador do CPF sob n° 601.824.749-68, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência em mais um ano, com término em 02 de fevereiro de 2027. Renovando a Ata de Registro de Preço para atendendo ao Pedido do Departamento de Educação que comprovou o preço vantajoso, com fundamento art. 84 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
SERTANÓPOLIS, 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:9558B9BD

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
3° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2025

3° Termo aditivo da Ata de Registro de Preço nº. 57/2025, decorrente de Pregão n° 38/2025 de Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios para atendimento dos alunos das escolas da rede municipal de ensino e instituições conveniadas do município de Sertanópolis.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **RR FRANCO COMERCIO DE LATICINIOS E FRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 51.858.701/0001-05, com sede no endereço RUA RIO DE JANEIRO, 70, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR neste ato representada por **Rita de Cassia Morilho Franco,** portador do RG n° 40349707, portador do CPF sob n° 601.824.749-68, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$ 17.353,00 (dezessete mil, trezentos e cinquenta e três reais), renovando a Ata de Registro de Preço com o reestabelecimento do quantitativo inicial, atendendo ao Pedido do Departamento de Educação que comprovou o preço vantajoso, com fundamento nos art. 84 e art. 124, II alínea d, da Lei nº 14.133/2021, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
8	Leite de vaca integral pasteurizado, embalagem plástica de 1 litro. **MARCA: FRANCO**	Litro	3.700	R$ 4,69	R$ 17.353,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
SERTANÓPOLIS, 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:169EE973

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
3° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº.85/2024

3° Termo aditivo do contrato nº.85/2024, decorrente de Concorrência n° 4/2024 de Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para Revitalização da Praça Maria Angela Parizotto Loureiro – Jardim Rebelo II, com área de 3.675,009m², conforme Pedido, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memorial Descritivo, cópia da RRT N° 14655555, cópia da ART n° 1720244956468, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.245.034/0001-08, com endereço em AV DR VACYR GONCALVES PEREIRA, 342, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR, 86170000, representada pela Prefeita Municipal a Sra. ANA RUTH SECCO e a empresa **RICARDO MESSIAS MARQUES**, inscrita no CNPJ sob nº. 46.236.734/0001-75, com sede no endereço RUA PE. JONAS VAZ SANTOS, 998, CENTRO, SERTANÓPOLIS-PR., neste ato representada por **Ricardo Messias Marques,** portador do RG n° 9.774.962-1, portador do CPF sob n° 052.906.539-88, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 73.811,88 (setenta e três mil, oitocentos e onze reais e oitenta e oito centavos), corresponde ao acréscimo de 7,78%, com finalidade de atender ao Memorando nº 05/2026 do Departamento de Planejamento Urbano, com fundamento art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

SERTANÓPOLIS, 02 de fevereiro de 2026

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:B368696E

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO Nº3/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº3/2026
Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Sertanópolis, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações, sediada Avenida Dr. Vacyr Gonçalves Pereira nº 342, centro, Sertanópolis, Estado do Paraná, CEP: 86.170-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 055/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital no **dia 23 de fevereiro de 2026, às 09h00min** no endereço eletrônico: www.gov.br/compras o recebimento das propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 3/2026 na modalidade Pregão Eletrônico. Participação exclusiva para MEI/ME/EPP. Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico supracitado e/ou e-mail: compras@sertanopolis.pr.gov.br. **Objeto da Licitação:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza e descartáveis para suprir as necessidades dos diversos órgãos da administração pública municipal.
SERTANÓPOLIS, 02 de fevereiro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

ANDRÉ SOLANO SOUTO
Coordenador Geral de Licitações

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:B148F94C

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 10/2026

LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Sertanópolis, Estado do Paraná, sito à Avenida Seis de Junho, 825, inscrito no CNPJ/MF nº 81.442.428/0001-96 neste ato representado por seu diretor Superintendente, senhor Flávio Marcelino Fantin, e

CONTRATADA: CAMILO E VALARINI LTDA ME - CASA HIDRÁULICA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF n.º 17.307.974/0001-15.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIÃO 2 POLEGADAS PARA O SISTEMA DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO CONDOMÍNIO SANTA RUTH.
VALOR: R$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais).
EMBASAMENTO LEGAL: O presente é celebrado por adjudicação direta, face à dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Sertanópolis, 29 de janeiro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:D7AEC36E

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretor Superintendente, **FLÁVIO MARCELINO FANTIN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR/HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº:	180/2025
b) Licitação Nrº:	08/2025
c) Modalidade:	Inexigibilidade de Licitação – Chamamento Público 01-2025
d) Data Adjudicação/Homologação:	02/02/2026
e) Objeto Adjudicado/Homologado:	CHAMAMENTO PÚBLICO, QUE TEM COMO FINALIDADE, SELECIONAR, **SEM ÔNUS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA – ESCO E/OU EMPRESA HABILITADA DE ENGENHARIA PARA CELEBRAR TERMO DE COMPROMISSO COM O SAAE, A FIM DE REPRESENTÁ-LO NA CHAMADA PÚBLICA DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE – DA COPEL, NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE, REGULADOS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, NO QUE SE REFERE À ELABORAÇÃO E A APRESENTAÇÃO DE DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO COM A RESPECTIVA PROPOSTA DE PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO USO FINAL DE ENERGIA ELÉTRICA EM SUAS INSTALAÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: DEODE INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA EM ENERGIA LTDA
CNPJ/CPF: 15.103.354/0001-39

Item	Especificação	Unidade	Valor Unit.	Valor Total
01	contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de conservação de energia – esco e/ou empresa habilitada de engenharia para celebrar termo de compromisso com o saae, a fim de representá-lo na chamada pública do programa de eficiência energética – pee – da copel. sem ónus para a administração.	SRV	0,00	0,00

Valor Total Adjudicado/Homologado - R$ 0,00.

Sertanópolis, 02 de fevereiro de 2026.

FLÁVIO MARCELINO FANTIN
Diretor Superintendente

Publicado por:
Débora Maria Meassi Bavati
Código Identificador:816ACED9

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL APRESENTADA PELA EMPRESA K. C. R. S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – PREGÃO PRESENCIAL (SERMUSA) 01/2026 - AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES SÃO LUCAS – NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO OU NÃO DE REGISTRO JUNTO AO

Trata-se de impugnação ao Edital interposta K. C. R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI relativamente a necessidade de registro dos produtos adquiridos junto ao INMETRO.

O pedido de retificação não procede.

De fato, os documentos da fase interna do processo licitatório evidenciam que a balança cuja aquisição se pretende será utilizada para finalidades mais próximas do uso doméstico, não exigindo maiores certificações que somente fariam encarecer o produto.

Em virtude do exposto, a conclusão é a conclusão é pela improcedência das alegações veiculadas pela impugnante.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sertanópolis, 30 de janeiro de 2026.

HENRIQUE ZANONI
OAB/PR 46.883

Acolho as razões apontadas no parecer e **INDEFIRO O PEDIDO** de alteração do Edital deduzido por K. C. R. S. LTDA.

Sertanópolis, 30/01/2026.

LUCILENE DE FÁTIMA MORILHA DA SILVA
Pregoeira do SERMUSA

Publicado por:
Lucilene de Fátima Morilho da Silva
Código Identificador:A53EB6A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 011/2026 DE: 30/01/2026

SÚMULA: Altera a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026

O Prefeito do Município de Sulina, Estado do Paraná, Senhor **GILBERTO JOÃO ROSSI,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A

Art. 1º. Fica alterado o Decreto 081/2025 de 23 de outubro de 2025 que dispõe sobre a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, efetuando alterações diminutivas no cronograma de desembolso, alterações adicionais ao cronograma de desembolso e alterações adicionais das cotas de receitas de acordo com o Anexo I do presente decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, em 30 de janeiro de 2026, 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:051627F9

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2026

CONTRATADA	PATO PESCADOR - PESCA ESPORTIVA
CNPJ	01.694.799/0001-26
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA 2º ETAPA DA XI COPA IGUAÇU DE PESCA ESPORTIVA QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2026
LICITAÇÃO	Inexigibilidade N.3/2026
VALOR	15.000,00 (quinze mil reais)
VIGÊNCIA	02 de fevereiro de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:AF097941

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 8/2026

CONTRATADA	CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA.
CNPJ	01.844.555/0023-98
OBJETO	CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA PARA AQUISIÇÃO DE 02 TRATORES AGRÍCOLAS POR CARONA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ARP25CIN001149, DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA (CINCATARINA)
LICITAÇÃO	Inexigibilidade N.4/2026
VALOR	567.980,00 (quinhentos e sessenta e sete mil novecentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA	02 de fevereiro de 2027 - **FORO:** Comarca de São João - PR

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:9BF69EF7

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

Fundamentado no Art. 74, II, da Lei n°. 14.133/2021, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE de licitação para contratação **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA 2º ETAPA DA XI COPA IGUAÇU DE PESCA ESPORTIVA QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 20 E 21 DE FEVEREIRO DE 2026"**.
Contratante: Município de SULINA-PR
CNPJ: 80.869.886/0001-43
Contratada: PATO PESCADOR - PESCA ESPORTIVA
CNPJ: 01.694.799/0001-26
Vigência: DE 02/02/2026 A 02/02/2027
Valor: R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)
Fundamento: Art. 74, II, da Lei n°. 14.133/2021.
Sulina/PR, 02 de fevereiro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:A2413859

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2026

Fundamentado no Art. 74, I, e no Art. 86, § 2º, da Lei n°. 14.133/2021, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE de licitação para contratação **"*CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA PARA AQUISIÇÃO DE 02 TRATORES AGRÍCOLAS POR CARONA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ARP25CIN001149, DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA (CINCATARINA)*"**.
Contratante: Município de SULINA-PR
CNPJ: 80.869.886/0001-43
Contratada: CNH INDUSTRIAL BRASIL LTDA
CNPJ: 01.844.555/0023-98
Vigência: DE 02/02/2026 A 02/02/2027
Valor: R$ 567.980,00 (quinhentos e sessenta e sete mil novecentos e oitenta reais).
Sulina/PR, 02 de fevereiro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:834D4E3F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2026

CONTRATANTE: FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, inscrito no CNPJ nº 02.096.844/0001-03.

CONTRATADA: ACTUARY SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.211.721/0001-52.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução tecnológica integrada (software em ambiente web – SaaS) para gestão previdenciária do RPPS, incluindo prova de vida e recadastramento, portal do servidor, gerenciamento eletrônico de documentos (GED), integrações com sistemas oficiais (módulo de RH da Prefeitura, SIPREV e SIRC) e geração e exportação de arquivos, demonstrativos e relatórios exigidos pelos órgãos de controle, compreendendo implantação, migração de dados, parametrização, treinamento, suporte técnico contínuo, manutenção e atualizações legais, pelo período de 12 (doze) meses.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.945/2024, e Processo de Dispensa nº 01/2026.

VALOR TOTAL: R$ 30.000,00 (trinta mil reais), pagos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27/01/2026.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, com início em 01/02/2026 e término em 31/01/2027.

.

Teixeira Soares/PR, 02 de fevereiro de 2026.

MARIA INES GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente
Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares

Publicado por:
Lucimara Farago
Código Identificador:DB0C6060

FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2026
INEXIGIBILIDADE 02/2025

CONTRATANTE: FUNDO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, inscrito no CNPJ/MF sob n° 11.910.971/0001-95, pessoa jurídica de direito público, sito a Rua XV de Novembro, 135, CEP – 84530-000, Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO, ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL E APOIO EM GESTÃO JURÍDICA E NORMAS ESPECÍFICAS DO RPPS QUANTO AO EQUILÍBRIO ATUARIAL E FINANCEIRO DOS FUNDOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO, incluindo elaboração de Estudos técnicos diversos, enquadrado no **art. 6º, inciso XVIII, conforme descritivo completo no Termo de Referência e Instrumento Contratual**, pelo período de 01 ano, pela modalidade de Inexigibilidade de Licitação nos termos do art. 74, inc. III, alínea "a", "b" e "c" da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CONTRATADA: ACTUARY ASSESSORIA PREVIDENCIÁRIA LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.810.869/0001-71, sediado(a) na Av. Presidente Kennedy, 2999, Salas 8 e 9, Água Verde, Curitiba/PR, CEP 80610-010.

Valor Total: R$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais).
VIGÊNCIA: 12 MESES, A PARTIR DO DIA 01/02/2026.
Possibilidade de Prorrogação: Até 10 anos, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.

GESTOR DE CONTRATO: Maria Inês Gutervil Wolski.

FISCAL DE CONTRATO: Régis Élysson Jagher

DATA DE ASSINATURA: 10/01/2026.

FORO: Comarca de Teixeira Soares – Paraná.

MARIA INÊS GUTERVIL WOLSKI
Diretoria Presidente

Publicado por:
Lucimara Farago
Código Identificador:27E9074C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
CANCELAMENTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 512/2024

Diante da não manifestação da Credenciada **ANDREA CRISTINA GUSMÃO**, referente a licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE nº 40/2024 com contrato de nº 512/2024, em dar continuidade no referido contrato. A Administração Municipal considera o mesmo cancelado por conveniência administrativa.
Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:0CE28A04

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 58/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 17/2022, de 21 de novembro de 2022, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 02/2022,

R E S O L V E

Art. 1º NOMEAR a partir de 03/02/2026 a Senhora **FRANCIELE FARIA FERREIRA PRESTES** portadora do CPF 051.246.339-56 para exercer o cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:74A55A59

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 59/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 02/02/2026, o servidor **ANSELMO VICENTE STOCO**, portador do CPF 048.579.709-70 do cargo efetivo que ocupa, de **PSICOPEDAGOGO.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:ACCE5556

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 60/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 02/02/2026, a servidora **ISABELLI DO CARMO SANTOS DA CONCEIÇÃO**, portadora do CPF 134.277.639-94 do cargo efetivo que ocupa, de **EDUCADOR SOCIAL.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:BA58517E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 61/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 001.023/2024, de 12 de março de 2024, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 001/2023, e tendo em vista a exoneração, a pedido, da servidora ISABELLI DO CARMO SANTOS DA CONCEIÇÃO,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas nos itens n.º 10.2 e 10.3 do Edital de Concurso nº 001/2023, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: EDUCADOR SOCIAL

Nome do Candidato
CLAUDIA CRISTINA DE ALMEIDA GOMES

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:F4DCDF48

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 62/2026

Convoca candidatos aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025, e tendo em vista a exoneração, a pedido, dos servidores LUIZ ATILIO ZANCAN, FABIANA FERNANDES DA COSTA MAINA, LEANDRO APARECIDO DE SOUZA e a aposentadoria do servidor ARLINDO APARECIDO CASSIMIRO,

RESOLVE

Art.1º Convocar os (as) cidadãos (ãs) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no Edital de Concurso nº 01.01/2025, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: TECNICO EM ENFERMAGEM
Nome do Candidato
FABIANA DE ALENCAR
LUIZ ATILIO ZANCAN
ANDRESSA SILVA MINHANO PINHA
PATRÍCIA COELHO CEARA

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:87BF542C

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 63/2026

Convoca candidato aprovado em Concurso Público e dá outras providências.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base no Edital nº 20.01/2025, de 12 de novembro de 2025, que homologou o resultado final do Concurso Público, objeto do Edital n.º 01.01/2025, e tendo em vista, a solicitação da Secretaria de Saúde,

RESOLVE

Art.1º Convocar o (a) cidadão (ã) abaixo para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação da Presente Portaria na Imprensa Oficial do Município, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de Terra Boa para atender as exigências contidas no Edital de Concurso nº 01.01/2025, e tomar posse no cargo em que foi aprovado:

Cargo: ENFERMEIRO
Nome do Candidato
VITÓRIA VASCONCELOS LOGULLO

Art.2º O não comparecimento no prazo fixado pelo Artigo 1º, será considerado desistente e substituído na sequência, pelo imediatamente classificado (a).

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de fevereiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:983E8B86

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI 8.069//90 QUE DISPÕES SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NA LEI MUNICIPAL Nº 1.745/2023 DE 29/03/2023, EM CONFORMIDADE COM A LE

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei 8.069//90 que dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 1.745/2023 de 29/03/2023, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e Adolescentes – ECA), e considerando a Deliberação Plenária realizada no dia 27 de janeiro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL referente ao repasse* recurso de Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio de acesso a produtos de Higiene Intima – FIA em conformidade com a Deliberação Nº 078/2022 e 013/2023-CEDCA/PR, *do Município de Terra Boa – Paraná.
.

Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Boa, aos 27 de janeiro de 2026.

VALDIR DE SOUZA BARROS
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:4ED7549B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/2026

DE UM LADO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

DE OUTRO LADO: SOMA PR COMERCIO DE PROD.HOSP.LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **00.656.468/0001-39**.

DOMICÍLIO: RUA ANITA RIBAS, 410 - CEP: 82520610 - BAIRRO: BACACHERI, Curitiba/PR.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de medicamentos de distribuição gratuita nas unidades básicas de saúde de Terra

Rica., Pregão N° 147/2025, ratificado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica - Pr em 28/01/2026.

VALOR TOTAL: R$ **10.340,00 (Dez Mil, Trezentos e Quarenta Reais).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, vinte e oito dias de janeiro de 2026

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA

Soma PR Comercio de Prod.hosp. LTDA
LUIZ RENATO GAROFANI

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:AAF653FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 024/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 40 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
KEYTI SAELEN ASTOLFO ALVES DUARTE	45º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:DAC482B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 025/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 40 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
DIOVANA LIMA MEDEIROS	46º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:9EE9B2AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 026/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 40 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
ALCIONE JARDIM BORGES TORQUETI	47º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:387E26B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 027/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 20 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
CAMILA FLACON BRITO	41º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:331FE692

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 028/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 20 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
MARIA ISABELA MARQUES DA SILVA	43º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:DB3999C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 029/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 40 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
ANGELA FABRI	48º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:8D21C2E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 030/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 40 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
EDNEIA PADOVAN CHAVES DEL BIANCO	50º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:0EBDAB79

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 031/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 40 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
ROSIMARA TELES DE CARVALHO	52º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:A8CFF033

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 032/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 20 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
DANIELE RIBEIRO DA SILVA	46º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:336424E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 033/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 001/2025**, para o cargo temporário de **PROFESSOR 20 HORAS - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 007/2025**, **publicado em 31/03/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal nº. 019/2025, de 19/03/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Fevereiro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
DYANA ARIZA TENDOLO	48º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:ECDBAC13

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, de acordo com o anexo I, para os cargos de**, ARQUITETO E URBANISTA,** selecionado por ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, devidamente homologado através do Edital nº 018/2025, de 04/06/2025.

O candidato convocado terá o prazo de **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de publicação deste Edital, para apresentar à Divisão de Recursos Humanos do Município, os seguintes documentos:

Exames realizados em serviços públicos ou privados de saúde: *(somente serão válidos exames realizados após a data da convocação).*

Raio-X de Tórax (*com laudo*);
Hemograma;
Glicemia;
Hepatite B.

Documentos pessoais: *(cópia autenticada ou cópia simples e original)*

Registro no órgão de classe e comprovante de pagamento da última anuidade (*quando exigido para o cargo, conforme o Edital);*
Carteira de Identidade;
Certidão de nascimento ou casamento;
Certidão de nascimento de filho(s) de até 21 anos, ou maior, se incapacitado física e/ou mentalmente para o trabalho, ou filho de até 24 anos, se universitário ou cursando escola técnica de 2º grau;

Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal;
Cartão do PIS/PASEP, ou CTPS contendo o nº do PIS/PASEP, *(se possuir)*;
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS *(original)*;
Comprovante de endereço atual;
Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
Título de Eleitor;

Declarações/Certidões: (*cópia autenticada ou cópia simples e original, ou, se gerados por via eletrônica, devem possuir mecanismo de autenticação)*

Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: *www.tse.jus.br*, expedida nos últimos 30 *(trinta)* dias;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da Justiça Estadual *(Fórum da Comarca)*, em que o candidato resida nos últimos 05 *(cinco)* anos, impressa a partir da data do Edital de Convocação. Em caso de Certidão positiva, poderá ser requerido do candidato a apresentação da Certidão explicativa expedida para análise da Administração;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais Justiça Federal, disponível no endereço eletrônico: https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa;

Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 *(cinco)* anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento e de não parentesco com os membros de Comissão Organizadora *(Anexo III)*;

Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas *(Anexo II);*

Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 *(cinco)* anos *(Anexo III);*

01 (uma) foto 3 x 4 recente;

Aos candidatos convocados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37, da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo, contendo as seguintes informações atualizadas:

h.1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário etc;
h.2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
h.3. Carga horária do outro vínculo;
h.4. Horário de trabalho do outro vínculo;
h.5. Remuneração do outro vínculo

Documentos comprobatórios de escolaridade ou formação obrigatória, conforme requisitos de contratação;

Títulos, diplomas e certificados informados na inscrição, utilizados para o cômputo da pontuação;

Documentos informados na inscrição que comprovem tempo de experiência, utilizados para o cômputo da pontuação;

Após apresentação de todos os documentos acima descritos dentro do prazo legal e, após devidamente conferidos, o candidato apto ao prosseguimento da contratação será encaminhamento ao médico credenciado pelo município para realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, que dar-se-á após prévio agendamento.

Após a realização da inspeção médica/exame médico pré-admissional, o candidato deverá encaminhar o resultado à Divisão de Recursos Humanos do município onde, caso apto, será confeccionado o devido decreto de nomeação do mesmo.

Se o candidato convocado não puder assumir o cargo ou manifestar desinteresse pelo mesmo, deverá procurar a Divisão de Recursos Humanos do Município para assinar a competente Declaração de Desistência.

A desobediência ou o não comparecimento do candidato convocado dentro do prazo estabelecido neste edital autoriza o município a convocar o candidato seguinte na ordem de classificação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias de Fevereiro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Obs.: Esta publicação revoga a publicação erroneamente publicada no dia 02 de fevereiro de 2026.

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

ARQUITETO E URBANISTA	
Nome	**Classificação**
STEPHANE TEIXEIRA PERICO	1º

ANEXO II

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO/NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, portador (a) do RG n. _____, inscrito (a) no CPF sob o n. _____, DECLARO que:
( ) **NÃO ACUMULO** de cargo, emprego ou função pública, nos termos dos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, bem como de que não recebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que sejam inacumuláveis com o cargo em que tomará posse.

( ) **EXERÇO** o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) constitucionalmente admitidas abaixo:
Órgão ou Empresa: _____.
Natureza Jurídica (cargo, emprego, aposentadoria...): _____.
Cargo _____, remuneração _____.
Jornada de trabalho semanal é de _____ horas, nos horários: _____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

ART. 37 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL
• XVI - "É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:
I. a de dois cargos de professor;
II. a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
III. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;"
• § 10 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos art. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração."
CÓDIGO PENAL - DECRETO LEI 2848/40:

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:
Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Terra Rica-PR, _____ de _____ de 20_____.

_____
Declarante

ANEXO III
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO,
DE REGULARIDADE DISCIPLINAR E DE RESIDÊNCIA

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____,DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da lei:
Que NÃO POSSUO VÍNCULO FAMILIAR(cônjuge, companheiro(a), parentesco consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau) comQUALQUER MEMBRO DA COMISSÃO ORGANIZADORA do Processo Seletivo
Que NÃO FUI DEMITIDO(A)do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Munici palnos últimos 05 (cinco) anos, em decorrência de aplicação de pena disciplinar, nem PERDI O CARGO em razão de ordem judicial transitada em julgado, a ser cumprida ou em cumprimento.

• Relaciono abaixo todos os Municípios e seus respectivos Estados onde RESIDI nos últimos 05 (cinco) anos:

Município:_____,Estado:_____;
Município:_____,Estado:_____;

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade desta declaração implicará naIMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO do processo seletivo, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Local, _____ de _____ de _____.

_____
(Assinatura do (a) candidato (a))

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:03AD8B9B

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO			**Nº 001/2026**
Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento			
Base legal:	Arts. 30 a 32, da Lei Federal nº. 13019/14 Lei Municipal nº 091/2025		
Proponente:	ATRETU – ASSOCIAÇÃO TERRA-RIQUENSE DE ESTUDANTES TÉCNICOS E UNIVERSITÁRIOS		
CNPJ:	49.682.667/0001-00	**Endereço:**	Avenida Claudio Domingos Soletti, n° 829-B.
Objeto:	Subsidiar parte do valor do custo mensal pagos para aproximadamente 250 alunos técnicos e universitários do município de Terra Rica-PR.		
Valor:	R$ 550.000,00	**Vigência:**	Exercício de 2026

Justificativa:
Considerando a necessidade do deslocamento dos alunos técnicos e universitários até a cidade de Paranavaí-PR para fins de estudo.
Considerando que que no município não possui nenhuma instituição de ensino superior presencial;
Considerando o artigo 30 da Lei Federal 13.019/2014 possibilita à administração pública dispensar chamamento público;
Considerando a necessidade de cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014;
Justificamos a **dispensa de chamamento** público para celebração de **Termo de Fomento** entre o município e a entidade acima referenciada, uma vez que o município não oferece o aludido serviço e a disponibilização do mesmo é de ação continuada.
A entidade acima referenciada busca desenvolver suas atividades no município de maneira satisfatória, e a atividade objeto do plano de trabalho é de natureza singular, sendo a única no município a desenvolver a atividade proposta, tornando-se de grande relevância para o município os serviços ofertados, tendo em vista que o município não supre a demanda existente.
Mediante as considerações expostas e o amparo da Lei 13.019/2014 o Município de Terra Rica, Estado do Paraná, dispensa o chamamento público para celebração do Termo de Fomento com a referida entidade.

Local e data	Representante Legal
Terra Rica, 02 de fevereiro de 2026.	***AGNALDO DE SOUZA COSTA*** Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:51861B27

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO			**Nº 002/2026**
Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento			
Base legal:	Arts. 30 a 32, da Lei Federal nº. 13019/14 Lei Municipal nº 086/2025		
Proponente:	ASATER – Associação dos Artesãos de Terra Rica		
CNPJ:	07.187.877/0001-82	**Endereço:**	Av. São Paulo, s/n
Objeto:	Fomento às atividades da entidade, visando a divulgação do artesanato local, bem como incentivar o desenvolvimento do turismo em nossa cidade.		
Valor:	R$ 12.000,00	**Vigência:**	Exercício de 2026

Justificativa:
Considerando a necessidade de fomentar o turismo em nossa cidade;
Considerando que a entidade beneficiada não tem recursos para, sozinha, desenvolver tal atividade;
Considerando que o fomento ao turismo pode ser executado em parceria com as organizações da sociedade civil;
Considerando o artigo 30 da Lei Federal 13.019/2014 possibilita à administração pública dispensar chamamento público;
Considerando a necessidade de cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014;
Justificamos a **dispensa de chamamento** público para celebração de **Termo de Fomento** entre o município e a entidade acima referenciada, uma vez que os serviços de fomento ao turismo são de ação continuada.
A entidade acima referenciada há anos vêm desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, e a atividade objeto do plano de trabalho proposto é de natureza singular, sendo a única a desenvolver a atividade proposta, tornando-se de grande relevância para o município os serviços ofertados, tendo em vista que o município não supre a demanda existente.
Mediante as considerações expostas e o amparo da Lei 13.019/2014 o Município de Terra Rica, Estado do Paraná, dispensa o chamamento público para celebração do Termo de Fomento com a referida entidade.

Local e data Terra Rica, 02 de fevereiro de 2026.	*Representante Legal* _____ **Agnaldo de Souza Costa** *Prefeito Municipal*

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:C50B4697

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO			**Nº 005/2026**
Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento			
Base legal:	Arts. 30 a 32, da Lei Federal nº. 13.019/14 Lei Municipal nº 087/2025		
Proponente:	A.P.A.E - Associação de Pais e Amigos Excepcionais		
CNPJ:	80.614.241/0001-60	**Endereço:**	Av. James Patrick Clark, 47
Objeto:	Fomentar as atividades da instituição no atendimento à pessoa com deficiência, na promoção de atividades de defesa de direito e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, buscando proporcionar melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência.		
Valor:	R$ 800.000,00	**Vigência:**	Exercício de 2026

Justificativa:
Considerando a necessidade da oferta de serviços sócio-assistenciais;
Considerando que a oferta de serviços sócio-assistenciais pode ser executada em parceria com as organizações da sociedade civil;
Considerando o artigo 30 da Lei Federal 13.019/2014 possibilita à administração pública dispensar chamamento público;
Considerando a necessidade de cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014;
Justificamos a **dispensa de chamamento** público para celebração de **Termo de Fomento** entre o município e a entidade acima referenciada, uma vez que o serviço de atendimento à pessoas com deficiência é de ação continuada.
A entidade acima referenciada há anos vêm desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, e a atividade objeto do plano de trabalho proposto é de natureza singular, sendo a única no município a desenvolver a atividade proposta, tornando-se de grande relevância para o município os serviços ofertados, tendo em vista que a estrutura existente no município não supre a demanda existente.
Mediante as considerações expostas e o amparo da Lei 13.019/2014 o Município de Terra Rica, Estado do Paraná, dispensa o chamamento público para celebração do Termo de Fomento com a referida entidade.

Local e data Terra Rica, 02 de fevereiro de 2026.	Representante Legal ***AGNALDO DE SOUZA COSTA*** Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:5A7ADAD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO			**Nº 006/2026**
Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento			
Base legal:	Arts. 30 a 32, da Lei Federal nº. 13019/14 Lei Municipal nº 090/2025		
Proponente:	ASSOCIAÇÃO AMIGOS DOS ANIMAIS DE TERRA RICA BICHO BOM		
CNPJ:	21.513.919/0001-59	**Endereço:**	Chácara São José, S/N
Objeto:	Fomentar o acolhimento, tratamento, alimentação e destinação aos animais de rua da cidade, tendo em vista que o município não realiza este serviço.		
Valor:	R$ 130.000,00	**Vigência:**	Exercício de 2026

Justificativa:
Considerando a necessidade de dar tratamento adequado aos animais de rua da cidade e oferecer aos munícipes um ambiente mais seguro e salutar, livre de doenças e riscos.
Considerando que a oferta de serviços de atendimento aos animais de rua pode ser executada em parceria com as organizações da sociedade civil;
Considerando o artigo 30 da Lei Federal 13.019/2014 possibilita à administração pública dispensar chamamento público;
Considerando a necessidade de cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014;
Justificamos a **dispensa de chamamento** público para celebração de **Termo de Fomento** entre o município e a entidade acima referenciada, uma vez que o município não oferece o aludido serviço e a disponibilização do mesmo é de ação continuada.
A entidade acima referenciada há anos vêm desenvolvendo suas atividades no município de maneira satisfatória, e a atividade objeto do plano de trabalho é de natureza singular, sendo a única no município a desenvolver a atividade proposta, tornando-se de grande relevância para o município os serviços ofertados, tendo em vista que o município não supre a demanda existente.
Mediante as considerações expostas e o amparo da Lei 13.019/2014 o Município de Terra Rica, Estado do Paraná, dispensa o chamamento público para celebração do Termo de Fomento com a referida entidade.

Local e data	*Representante Legal*
Terra Rica, 02 de fevereiro de 2026.	_____ **Agnaldo de Souza Costa** *Prefeito Municipal*

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:30BA16E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2026

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO			**Nº 007/2026**
Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento			
Base legal:	Arts. 30 a 32, da Lei Federal nº. 13019/14 e Lei Municipal nº 088/2025		
Proponente:	Casas Santo Eduardo – Obras Unidas São Vicente de Paula – ASILO		
CNPJ:	75.500.470/0001-13	**Endereço:**	Av. Santa Catarina, 1.398
Objeto:	Fomentar as atividades da instituição no atendimento à idosos em situação de risco proporcionando assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, promovendo condições de liberdade e dignidade visando a preservação de sua saúde física e mental.		
Valor:	R$ 400.000,00	**Vigência:**	Exercício de 2026

Justificativa:
Considerando a necessidade da oferta de serviços sócio-assistenciais;
Considerando que a oferta de serviços sócio-assistenciais pode ser executada em parceria com as organizações da sociedade civil;
Considerando o artigo 30 da Lei Federal 13.019/2014 possibilita à administração pública dispensar chamamento público;
Considerando a necessidade de cumprimento do artigo 32 da Lei 13.019/2014;
Justificamos a **dispensa de chamamento** público para celebração de **Termo de Fomento** entre o município e a entidade acima referenciada, uma vez que o serviço de atendimento ao idoso em situação de risco é de ação continuada.
A entidade acima referenciada há anos vêm desenvolvendo atividades em parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, e a atividade objeto do plano de trabalho proposto é de natureza singular, sendo a única no município a desenvolver a atividade proposta, tornando-se de grande relevância para o município os serviços ofertados, tendo em vista que a estrutura existente no município não supre a demanda existente.
Mediante as considerações expostas e o amparo da Lei 13.019/2014 o Município de Terra Rica, Estado do Paraná, dispensa o chamamento público para celebração do Termo de Fomento com a referida entidade.

Local e data	*Representante Legal*
Terra Rica, 02 de fevereiro de 2026.	_____ **Agnaldo de Souza Costa** *Prefeito Municipal*

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:D857D573

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 100/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR JOSE DE ARAUJO SOUZA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **JOSE DE ARAUJO SOUZA,** matrícula Nº 20202148, ocupante do cargo temporário de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM (PSS),** referente ao período aquisitivo de 15/10/2024 a 14/10/2024, do Município de Terra Rica, que serão 30 (trinta) dias usufruídos, que compreende entre **01/02/2026 a 02/03/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (30/01/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:72C7DE85

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 104/2026

SÚMULA: CONCEDE A PEDIDO DA FUNCIONÁRIA MUNICIPAL SENHORA SEBASTIANA CARVALHO DE OLIVEIRA, LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRÊS) MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

R E S O L V E:

Artigo 1º.- Conceder **LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRES) MESES** a funcionária Sra. **SEBASTIANA CARVALHO DE OLIVEIRA,** matricula nº 11601, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEM),** do Município de Terra Rica, relativo ao período aquisitivo de 17/02/2011 a 16/02/2016, conforme Artigo nº. 135, da Lei Municipal nº 072/22, as quais serão 90 (noventa) dias usufruídos no período de 29 de Janeiro de 2026 a 28 de Abril de 2026 (29/01/2026 a 28/04/2026).

Artigo 2º.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/01/2026, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:3C1C0DA7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 105/2026

SÚMULA: CONCEDE A PEDIDO DA FUNCIONÁRIA MUNICIPAL SENHORA IVANI PEREIRA DOS SANTOS, LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRÊS) MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

R E S O L V E:

Artigo 1º.- Conceder **LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRES) MESES** a funcionária Sra. **IVANI PEREIRA DOS SANTOS,** matricula nº 12054, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** do Município de Terra Rica, relativo ao período aquisitivo de 04/08/2015 a 03/08/2020, conforme Artigo nº. 135, da Lei Municipal nº 072/22, as quais serão 90 (noventa) dias usufruídos no período de 02 de Fevereiro de 2026 a 02 de Maio de 2026 (02/02/2026 a 02/05/2026).

Artigo 2º.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:92ACB6AA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 106/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA RENATA DE ABREU NUNES, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **RENATA DE ABREU NUNES,** matrícula Nº 12573, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 01/10/2023 a 30/09/2024, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **03/02/2026 a 12/02/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:D1AE9969

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 107/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL SENHORA RAFAELI MARQUES DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:

Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares a Sra. **RAFAELI MARQUES DOS SANTOS,** matrícula Nº 12016, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO EM ENFERMAGEM,** referente ao período aquisitivo de 04/05/2024 a 03/05/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **02/02/2026 a 11/02/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (02/02/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:30F936AA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17121/2026

PORTARIA Nº 17121/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Sr. Marcos Aparecido Martins da Silva, matrícula 669-00, portador do CPF ***.***.019-**, para ocupar o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Infraestrutura Viária, a partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revoga-se em especial a portaria nº 16541/2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:FD6429DE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17123/2026

PORTARIA Nº 17123/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 1432/2026 de 02 de fevereiro de 2026

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Sra. Catia Dos Santos Bomfim, matrícula nº 152358-01, do cargo de Professora, a partir de 02 fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:820186EC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 184/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 184/2025
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34 com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, TAISA PRISCILA WONSOVICZ, inscrito no CPF sob n° ***.***.169-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Recepcionista, mediante as seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente contrato será prorrogado por mais 05 (cinco) meses, com início em 04/02/2026 e término em 03/07/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.
Terra Roxa, 02 de fevereiro de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:8CA92FC3

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA N° 17122/2026

PORTARIA Nº 17122/2025

SÚMULA: Autoriza viagem e concede diárias para a Secretária de Desenvolvimento Econômico e Emprego do Município de Terra Roxa – PR e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. Autorizar a Senhora JOSIANE DA ROCHA DE ASSIS**,** Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Terra Roxa, matrícula 1255118, a viajar para Foz do Iguaçu - PR, para tratar assuntos de interesse do Município, participando do Evento We SEBRAE 2026 – Sala do Empreendedor, dias 03, 04 e 05 de fevereiro de 2026, cabendo-lhe o pagamento de 02 (duas) diárias, no valor de 1.282,00 (um mil duzentos e oitenta e dois reais), correspondente a 05 vezes o valor da unidade Fiscal de Terra Roxa – UNITERRA, para cada diária.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de fevereiro de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:C2669796

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 117

O Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
DIEGO SILVA DE SOUZA	201280	CONTADOR	1º - COTA AFRODESCENDENTE

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da presente publicação, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua XV de Novembro, 1458, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;

m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante daúltima Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica
3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação
4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista
5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 03 de fevereiro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:D3B776FD

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, **JOSÉ ALEX DA ROCHA**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 10.523.779-0/SSP/PR, matrícula funcional nº 1569, do cargo de Auxiliar Administrativo, nomeado por meio do Decreto nº 2556, de 26 de abril de 2016.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **31 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:0B7379D4

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6019, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, **NADY FONTANA REBELLO**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 3.845.715-7/SSP/PR, matrícula funcional nº 119312, do cargo de Motorista C, nomeado por meio do Decreto nº 4721, de 25 de outubro de 2023.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **01 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:07D97273

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6020, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **VERA LÚCIA DE LIMA LOPES**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 072.***.***-13/SSP/PR, matrícula funcional nº 119338, do cargo de Professora, nomeada por meio do Decreto nº 4804, de 06 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **30 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:9CC51991

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6021, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia os membros do Comitê Municipal do Programa de Fortalecimento Agropecuário – CMPFA.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 760/2021,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Comitê Municipal do Programa de Fortalecimento Agropecuário – CMPFA, conforme o art. 24, da Lei nº 760/2021, na forma que segue:

1. Representante da Secretaria Municipal de Agricultura
Titular: Jahir Alarcão Junior
RG: 1*.***.***-2.
Suplente: Fabiano da Cruz Melo
RG: 5.***.***.
2. Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Titular: Silvana Alves Machado Fagundes
RG: 1*.***.***-9.
Suplente: Everaldo Schlosser
RG: 9.***.***-4.
3. Representante do Instituto do Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR
Titular: Magnum Rodrigo da Silva
RG: 1*.***.***-0.
Suplente: Edy Maria Cruz
RG: 3.***.***-6.
4. Representante do Legislativo
Titular: Jelson Adriano Klakoski
RG: 6.***.***-6.
Suplente: Juciel Bueno
RG: 5.***.***-8.
5. Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para as Mulheres
Titular: Sonia Mara Rocha da Silva
RG: 4.***.***-3.
Suplente: Elivelto Train
RG: 1*.***.***-8
6. Representante do Conselho de Desenvolvimento Rural
Titular: João Camilo Valter
RG: 4.***.***-2.
Suplente: Camila Tassia Pedri Cazura
RG: 9.***.***-6.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 4293/2022.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:82C3EA7B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO NO 6022, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Regulamenta no âmbito do Município de Tijucas do Sul o "Programa de Auxílio Transporte para Estudantes Universitários e Nível Técnico na Modalidade Presencial" e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na Lei nº 932, de 01 de fevereiro de 2024,

DECRETA

Art. 1º O município de Tijucas do Sul concederá auxílio transporte universitário para o transporte de estudantes do Município, regularmente matriculados em curso superior e cursos médios técnicos, devidamente autorizados pelo MEC (Ministério da Educação), exclusivamente para estudantes residentes e domiciliados no Município de Tijucas do Sul, para as cidades de Curitiba/PR e São José dos Pinhais/PR, que necessitam de deslocamento diário com transporte coletivo deste município para as instituições de ensino localizadas para as cidades acima citadas, objetivando o incentivo à formação técnica e graduação de nível superior dos cidadãos de Tijucas do Sul.
Parágrafo único. O curso técnico deve estar contemplado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT - MEC) e o curso superior de que trata o caput do artigo corresponde apenas a cursos de graduação devidamente registrados e autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

Art. 2º O Programa que trata o artigo anterior destina-se a beneficiar estudantes de cursos presenciais comprovadamente e regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino de nível técnico e/ou profissionalizante ou nível superior de graduação, sob a forma de auxílio transporte ao estudante que seja residente e domiciliado no município de Tijucas do Sul, durante o período de aulas, na forma estabelecida neste diploma legal, observados os seguintes critérios:
I – estar residindo e ser domiciliado no município de Tijucas do Sul durante todo o período de estudo;
II – estar matriculado e frequentando regularmente curso de graduação de nível superior ou curso técnico na modalidade presencial em instituições de ensino que estejam em regular funcionamento e localizadas até 115 km (cento e quinze quilômetros) de distância da sede do município de Tijucas do Sul;
III – não receber auxílio de outras fontes do setor público para o seu transporte estudantil.
Parágrafo único. Caso o estudante esteja em situação de vulnerabilidade social o disposto neste inciso poderá ser revisto a pedido do beneficiário.

Art. 3º O estudante interessado deverá preencher a Ficha de Inscrição que estará disponibilizada pela Secretaria de Educação, por meio da Comissão de Transporte Universitário.

§ 1º Devem ser anexados à Ficha de Inscrição para comprovação do preenchimento dos requisitos contidos nos incisos I a V deste artigo, os seguintes documentos:
I – Comprovante de quitação do valor de inscrição;
II – Documento de identificação oficial com foto (Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, Certificado de Reservista, Passaporte, etc.) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF);
III – Comprovante de residência e domicílio no município de Tijucas do Sul (água, luz, telefone, internet), datado de no mínimo 2 (dois) meses, em nome do estudante, pais ou responsáveis;

a) No caso do comprovante de residência estar em nome de um responsável, anexa declaração do mesmo, com firma reconhecida em cartório, afirmando que reside com o estudante;

b) No caso do comprovante de residência estar em nome de um terceiro, por locação, juntar o contrato de aluguel.

IV – Atestado, Contrato ou Declaração de matrícula do curso superior de graduação ou do curso técnico que irá cursar devidamente atualizado, original e com código ou outra forma de verificação, devendo constar a modalidade do curso presencial;
V – Termo de Compromisso firmado e devidamente assinado pelo estudante (pelo pai ou responsável no caso de menor de 18 anos) acerca da veracidade das informações prestadas, com sua ciência sobre as penalidades criminais em caso de falsidade ideológica disposto no Artigo 299 do Código Penal.

§ 2º Todos os documentos mencionados neste artigo deverão ser anexados de forma digital, no formato PDF ou entregues pessoalmente, em local definido pela Comissão, vias originais, devidamente assinados.

Art. 4º São exigências para a manutenção da bolsa de Auxílio Transporte:
I – Atestado, Contrato ou Declaração de matrícula do curso superior de graduação ou do curso técnico, comprovado semestralmente;
II – Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no semestre, a ser comprovada via declaração ou outro documento equivalente emitido pela instituição de ensino, com código de verificação, comprovado semestralmente;
III – Não reprovar em 03 (três) ou mais matérias por semestre.

Art. 5º O auxílio transporte será automaticamente cancelado nos seguintes casos:
I – Repasse do benefício para terceiros ou utilizado para outros fins que não sejam vinculados ao transporte escolar;
II – Quando o beneficiário desistir, cancelar ou trancar a matrícula do curso, bem como se for reprovado em 03 (três) ou mais matérias por semestre;
III – Ficar comprovada a falsidade de documentos apresentados ou inexatidão de informações prestadas para obtenção do benefício;
IV – O beneficiário deixar de comprovar a frequência escolar;
V – Mudança de residência para outro município;
VI – Deixar de cumprir quaisquer dos requisitos dispostos neste diploma legal.

Art. 6º O Transporte Universitário e de Cursos Técnicos Intermunicipal será pago mediante preço público ou opções a seguir:
I – O valor de preço público de R$ 200,00 (duzentos reais) mensal;
II – A entrega mensal de uma cesta básica grande, em valor não inferior a R$ 200,00 (duzentos reais), com os itens conforme anexo, que deverá ser entregue na secretaria de assistência social, mediante recibo e que será destinada aos inscritos no Cad. Único.

§ 1º Os alunos que solicitarem isenção das opções acima serão analisados pela assistência social e após relatório, os mesmos deverão prestar no mínimo 08h (oito horas) mensais de serviços voluntários, junto à Secretaria de Educação, Assistência Social, Meio Ambiente ou Cultura e Esporte.
§ 2º Cada usuário deverá efetuar o pagamento de 01 (uma) parcela a título de inscrição e mais 09 (nove) parcelas mensais e sucessivas com vencimento no dia 10 (dez) de cada mês.
§ 3º Somente haverá devolução de valores no caso da taxa de inscrição para a hipótese de indeferimento do pedido de inscrição, seja por falta de documentos ou por falta de vagas no programa.

Art. 7º O pagamento de cada mensalidade deverá ser efetuado até dia 10 (dez) de cada mês e será feito mediante boleto bancário emitido pela Secretaria Municipal de Finanças, através do Departamento de Tributos, cujo inadimplemento acarretará na impossibilidade do transporte do respectivo devedor e inscrição do débito em dívida ativa do município, além de envio aos órgãos de proteção ao crédito, bem como, protesto em cartório.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta do montante consignado à dotação orçamentária que atenderá a respectiva despesa pública, suplementada se necessário.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal poderá suspender a qualquer tempo a concessão do auxílio transporte que trata esta Lei, em caso de relevante interesse público.

Art. 10. As rotas serão preestabelecidas e dispostas no edital do chamamento para abertura de inscrições e somente serão operacionalizadas mediante o mínimo de 10 (dez) alunos atuantes, **hipótese em que, não alcançado tal quantitativo, caberá aos alunos providenciar o deslocamento por meios próprios, diante da inexistência de previsão orçamentária para a disponibilização de transporte alternativo.**

§ 1º Considerando que alguns estudantes trabalham em outras cidades, é permitido o embarque fora do município, em pontos de parada preestabelecidos e que não ocasionem o desvio da rota fixada.
§ 2º Em nenhuma hipótese poderá ocorrer o desembarque de estudantes fora do território do município de Tijucas do Sul, considerando como marco a praça de pedágio da BR 376.

Art. 11. Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a revisão do valor do benefício nas seguintes hipóteses:
I – queda acentuada na arrecadação;
II – aumento significativo das despesas.

Art. 12. A seleção dos candidatos a serem beneficiados pela ajuda financeira de que trata esta lei deverá ser realizada pela Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio Transporte.
Parágrafo único. A comissão referida no caput deste artigo terá as seguintes atribuições:
I – Receber as inscrições dos candidatos;
II – Selecionar os candidatos;
III – Elaborar a lista dos candidatos classificados, adotando critério de desempate previsto no edital;
IV – Realizar procedimentos para verificação de eventuais irregularidades na concessão do auxílio transporte que possam comprometer a lisura e a integridade do Programa.

Art. 13. Após a conclusão do processo de seleção, a Comissão Permanente de Seleção e Acompanhamento de Auxílio Transporte submeterá ao Chefe do Poder Executivo o processo conclusivo para homologação e publicação no Diário Oficial.
Parágrafo único. As inscrições para ter direito ao auxílio transporte serão efetuadas em época própria, conforme edital/regulamento a ser publicado no Diário Oficial pelo Poder Executivo Municipal, no qual serão estabelecidos os documentos necessários à comprovação dos requisitos fixados na presente Lei, o calendário a ser observado pelos alunos para cumprimento de prazos, entre outras disposições.

Art. 14. O cadastramento dos estudantes interessados no benefício a ser concedido de forma pessoal, deverá ser feito no prazo estipulado por edital/regulamento.

Art. 15. Nenhum interessado tem direito garantido ao auxílio transporte, ficando a concessão do benefício condicionada à existência de recursos financeiros e ao preenchimento dos requisitos desta lei, bem como, ao número de vagas disponibilizadas pelo Executivo para prestação do serviço.

Art. 16. A Ficha de Inscrição, Termo de Compromisso e demais declarações mencionadas e exigidas nesta Lei serão todas disponibilizadas em regulamento e no site da Prefeitura Municipal em até 05 (cinco) dias após a publicação deste decreto no Diário Oficial.

Art. 17. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:4CD87AA6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6023, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **SALETE APARECIDA LEPREVOST**, portadora da cédula de identidade com

R.G. nº 3.669.091-7/SSP/PR, matrícula funcional nº 119335, do cargo de Professora, nomeada por meio do Decreto nº 4808, de 06 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **30 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:E7A50403

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6024, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **KARINA DE FÁTIMA TELMA OLTMANN**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.488.436-9/SSP/PR, matrícula funcional nº 119332, do cargo de Professora, nomeada por meio do Decreto nº 4811, de 06 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **30 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:02C567FA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6025, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **MARILENE PEREIRA DE LIMA SEIDEL**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 15.242.142-7/SSP/PR, matrícula funcional nº 119339, do cargo de Professora, nomeada por meio do Decreto nº 4802, de 06 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **31 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:FB3DB39C

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, em virtude de término de contrato, **ROSI ADRIANA DO ROSÁRIO BUENO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 5.892.646-9/SSP/PR, matrícula funcional nº 119336, do cargo de Professora, nomeada por meio do Decreto nº 4806, de 06 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **31 de janeiro de 2026**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:F4F93B63

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado até 01 de fevereiro de 2027, o contrato de trabalho da servidora **MARIA ELIZETE GARCIA**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 12.319.216-8/SSP/PR, para o cargo de Professora.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:4BD06835

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6027, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado até 01 de fevereiro de 2027, o contrato de trabalho da servidora **GABRIELLI JULIATTO DOS SANTOS**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 10.689.074-9/SSP/PR, para o cargo de Professora.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:5DF7249B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6029, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado **ANTÔNIO CLÁUDIO MARTINS**, portador da cédula de identidade com R.G. nº 15.874.160-1/SSP/PR, para exercer o cargo em comissão de Coordenador II, símbolo ACII, desenvolvendo suas atividades de coordenação na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos e demais funções descritas no Art. 16 da Lei Municipal nº 802/2021.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:49524CDB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6030, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Nomeia membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Saneamento Básico e Ambiental - COMASBA.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Saneamento Básico e Ambiental - COMASBA de Tijucas do Sul, com as seguintes representações e representantes, conforme a Lei Municipal nº 964/2024:

Representantes da Sociedade Civil:
Titular:
Alessandro dos Santos Silva, RG. nº. 8.514.918-0
Pablo Bruno Rosa Oliveira, RG. nº. 664.194
Dinei Sérgio de Souza, RG. nº. 6.446.432-6
Walter Leão Guimarães, RG. nº. 18R1456438

Suplente:
Sandra Ribeiro Brittes, RG. nº.: 503.520.868-4
João Camilo Valter, RG. nº. 4.312.424-2
Jane Beatriz Dissenha Fagundes, RG. nº. 3.220.582-8
Marcos Kersher, RG. nº. 4.255.894-0

Representantes do Poder Público:
Titular:
Eduardo Knutz Loska, RG. nº. 15.620.198-7
Keubi Jean da Costa, RG. nº. 10.956.795-7
Giovana de Oliveira da Costa, RG. nº. 14.071.245-0
Antônio Cláudio Martins, RG. nº. 15.874.160-1

Suplente:
Lisiane Cristina Chamberlain Moraes, RG. nº. 5.823.267-09
Angenita Mariano de Bomfim, RG. nº. 10.532.641-6
Jonas Alves Machado, RG. nº. 6.351.922-7
Manoel Marcos da Silva, RG. nº. 8.013.384-7

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o **Decreto Municipal nº 5793/2025**.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:AD747734

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Designa Fiscal de Convênio a ser firmado com a SEAB.

O Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Designar o servidor FLAVIO FLAUSINO RODRIGUES, portador do CPF. nº 981.XXX.XXX-20, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, ocupante do cargo de Diretor, para atuar como Fiscal Municipal do Convênio a ser firmado junto a SEAB, cujo objeto trate-se de Aquisição de 01 Retroescavadeira. Processo solicitado por meio do E-protocolo nº 24.442.511-9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário. Em especial a Portaria nº 465, de 29 de outubro de 2025.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:08BC1B0D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 18, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 02 de fevereiro à 17 de fevereiro de 2026, à servidora**CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS,**matrícula funcional nº 369, portadora da cédula de identidade com RG nº 9.465.464-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Professora, designada para exercer a função de Diretora Presidente no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:7247CDB4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 19, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder férias, no período de 02 de fevereiro à 07 de fevereiro de 2026, à servidora**CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA DOS SANTOS,**matrícula funcional nº 118601, portadora da cédula de identidade com RG nº 9.465.464-5/SSP/PR, ocupante do cargo de Professora, designada para exercer a função de Diretora Presidente no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, referente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:F7C9B7CD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 98 - ANO 2024

Nº DO CONTRATO	PROCESSO DE LICITAÇÃO	OBJETO ADITIVO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA
N° 98/2024	Concorrência Eletrônica N° 04/2024	Prorrogação de prazo de execução e vigência (29.04.2026).	LUIS CARLOS ALVES CONSTRUTORA ME CNPJ: 84.812.833/0001-47	30/01/2026.

Publicado por:
Tiago Vinicius da Silva Alves
Código Identificador:EEAC3878

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE Nº 82/2025

RETIFICAÇÃO AO TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 82/2025

Considerando a necessidade de correção no Termo de Ratificação a Inexigibilidade de Licitação Nº 82/2025, publicado no site do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, https://www.diariomunicipal.com.br/amp/.

Onde se lê:
Valor: R$ 763.000,00 (setecentos e sessenta e três mil reais)

Leia-se:

Valor: R$ 2.186.000,00 (dois milhões, cento e oitenta e seis reais)

Tijucas do Sul, 02 de fevereiro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:13BA5C24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 06/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:
O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS VISANDO À ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DA PARTE EXTERNA DA NOVA PREFEITURA COM ÁREA DE 1.156,09M². A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS DEVERÁ OBSERVAR INTEGRALMENTE A LEGISLAÇÃO VIGENTE, EM ESPECIAL AS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS E AS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À COPEL, GARANTINDO CONFORMIDADE LEGAL E TÉCNICA.**
Contratado:
Ada Engenharia e Construção LTDA, CNPJ: 11.519.548/0001-69
Valor: R$ 16.127,46 (dezesseis mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 06/2026.

Dotação Orçamentária:

13 Secretaria Municipal de Urbanismo, Segurança e Trânsito
001 Diretoria Geral de Urbanismo, Segurança e Trânsito
15.452.0009.2034 Diretoria de Urbanismo, Segurança e Trânsito
5952 (0655) 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:10DC4C9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86

da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 07/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:
O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS TÉCNICOS E PROJETOS EXECUTIVOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ DA ESTRADA FRANCISCO BECKER, LOCALIZADA ENTRE AS COORDENADAS GEOGRÁFICAS INÍCIO 25°54'27.79"S / 49° 6'0.04"O E FIM 25°54'20.46"S / 49°5'40.27"O, COM EXTENSÃO DE 634,14 METROS.**
Contratado:
Oeste Locação de Máquinas e Equipamentos LTDA, CNPJ: 11.504.898/0001-51
Valor: R$ 18.821,40 (dezoito mil, oitocentos e vinte e um reais e quarenta centavos).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 07/2026.

Dotação Orçamentária:
13 Secretaria Municipal de Urbanismo, Segurança e Trânsito
001 Diretoria Geral de Urbanismo, Segurança e Trânsito
15.452.0009.2034 Diretoria de Urbanismo, Segurança e Trânsito
5952 (0655) 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:F6CAD3C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 016/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 02 de fevereiro de 2026, o(a) servidor(a) contratado(a), Sr(a). **ANDREIA LEITE DE MIRANDA OLIVEIRA**, portador(a) da matrícula Nº 1609, do Cargo de "**MONITORA**", nomeado(a) pela Portaria de nº 268/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:A1FD96C2

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 017/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Exonerar a pedido, a partir de 02 de fevereiro de 2026, o(a) servidor(a) estatutário(a), Sr(a). **ANA GLAUCIA RIBEIRO**, portador(a) da matrícula Nº 612, do Cargo de "**EDUCADORA INFANTIL**", nomeado(a) pela Portaria de nº 016/2012.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:7C1EA5D8

PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº 018/2026

O senhor **CEZAR BEUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar em 02 de fevereiro de 2026, a portaria que nomeou a Sr(a) **IDA COUTO RIBEIRO LEAL,** a exercer a função de Diretora da Escola Municipal Ademar Haruo Ishii – Educação Infantil e ensino Fundamental.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da hoje, revogando a Portaria de nº 382/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:182AFD04

PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº 019/2026

O senhor **CEZAR BEUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar em 02 de fevereiro de 2026, a portaria que nomeou a Sr(a) **JAQUELINE APARECIDA ANTERIO,** a exercer a função de Diretora da Escola Municipal Malfina Candido de Lima EF.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da hoje, revogando a Portaria de nº 248/2023 no que couber e a de nº 283/2024.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:8CC49F96

PODER EXECUTIVO
PORTARIA Nº 020/2026

O senhor **CEZAR BEUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar em 02 de fevereiro de 2026, a portaria que nomeou a Sr(a) **ELAINE TUONO DE OLIVEIRA,** a exercer a função de Diretora da Escola Municipal do Campo Geraldo Galdino da Silva.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da hoje, revogando a Portaria de nº 062/2025.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:F77A8470

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 021/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art 1º - Nomear, o(a) servidor(a) **NELCI JESUS DO VALE VITOR**, portador(a) da matrícula **nº 234**, a exercer a função de Diretora da Escola Municipal Ademar Haruo Ishii – EF.

Art 2º - A nomeada terá direito a gratificação pelo exercício de direção, de acordo com a Lei Municipal nº 457/2019.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data de hoje.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:2C044976

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 022/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art 1º - Nomear, o(a) servidor(a) **JAQUELINE APARECIDA ANTERIO**, portador(a) da matrícula **nº 406**, a exercer a função de Diretora da Escola Municipal do Campo Geraldo Galdino da Silva.

Art 2º - A nomeada terá direito a gratificação pelo exercício de direção, de acordo com a Lei Municipal nº 457/2019.

Art 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:65EB60A6

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 023/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 101 da Lei Municipal n.º 012/1997, Parágrafo Único

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder 90 (noventa) dias de licença prêmio para o(a) servidor(a), Sr(a) IDA COUTO RIBEIRO LEAL, matrícula de nº 495, ocupante do cargo efetivo de "PEDAGOGA", de 03/02/2026 até 03/05/2026, período aquisitivo 2017/2022.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de fevereiro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:75325C16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6919/2026

Data 02/02/2026

Atualiza a tabela Adicional de Insalubridade, constante do § 9º do art. 47, da Lei nº 2626/2024, de 05/03/2024, de 05/03/2024, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
DECRETA
Art.1º. Fica atualizada a tabela Adicional de Insalubridade, constante do § 9º do art. 47, da Lei nº 2626/2024, de 05/03/2024, de 05/03/2024, combinado com o Decreto nº 6271/2025, de 11/02/2025, como abaixo especificamos:

Parâmetros			
Faixa Salarial	**% Grau Mínimo**	**% Grau Médio**	**% Grau Máximo**
Até R$ 1.973,80	10	20	40
R$ 1.973,81 a R$ 2.307,51	8	18	38
R$ 2.307,52 a R$ 3.090,94	6	16	26
R$ 3.090.95 a R$ 3.617,02	5	13	20
R$ 3.617,03 a R$ 5.777,57	4	11	17
R$ 5.777,58 a R$ 7.929,86	3	9	15
R$ 7.92,87 a R$ 10.954,35	2	7	10
Acima de R$ 10.954,36	1	5	7

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 01 de janeiro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:FDC4DD8B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº6920/2026

DECRETO Nº6920/2026
Data 02.02.2026

Súmula. Exonera a pedido, servidora em estágio probatório Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento da servidora,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a servidora em estágio probatório, Senhora **Laiza Camargo Canzi**, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, sob a matrícula funcional nº1764-7/1, aprovada através do Concurso Público n° 001/2023 e nomeada pelo Decreto nº6528/2025.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Fonoaudióloga.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:44FCF96B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 6922/2026

DATA 02/02/2026

NOMEIA GRUPO GESTOR LOCAL DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIÁRIAS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – PROGRAMA BPC NA ESCOLA, DO MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANÁ/PR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições legalmente conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a **Portaria Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007**, que instituiu o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência de pessoas com deficiência até 18 anos beneficiárias do BPC;
CONSIDERANDO o Decreto n° 704 de 19 de janeiro de 2017, que institui o Grupo Gestor Local do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – Programa BPC na Escola;
CONSIDERANDO o Decreto no 12.686 de 2025, que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE), reforçando o papel das escolas comuns na inclusão e prevendo formação continuada para professores e profissionais de apoio.
DECRETA:
Art. 1º. Fica instituída comissão do Grupo Gestor local do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – PROGRAMA BPC NA ESCOLA.
Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social: Tania Elvira da Rosa
Representantes Secretaria Municipal de Educação: Nilton Pimentel
Representantes Secretaria Municipal de Saúde: Vanessa Buligon
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:679F0FC9

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº6923/2026

DECRETO Nº6923/2026
Concurso Público nº. 001/2025
Data 02.02.2026

Súmula. Nomeia servidores em estágio probatório, aprovados através do Concurso Público nº 001/2025 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o resultado final do Concurso Público nº 001/2025, homologado através do Decreto nº 6861/2025, Lei Municipal 2626/2024 e suas alterações posteriores,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores em estágio probatório, aprovados através do concurso público nº 001/2025, para compor o quadro de servidores efetivos do Município de Três Barras do Paraná, conforme abaixo identificados:

Farmacêutico

Nome	Matrícula Funcional	Símbolo
Rafael Gomes da Silva Dias	1805-8/1	18.a inicial

Mecânico

Nome	Matrícula Funcional	Símbolo
Gilberto Cristiano Chiquin	1804-0/1	18 inicial

Professor

Nome	Matrícula Funcional	Símbolo
Amanda Scopel Scarmocin	1803-1/1	PDC-1
Deyse Ribeiro Chagas Babinski	1809-0/1	PDC-1
Dilva Aparecida Ribeiro de Souza	1807-4/1	PDC-1
Luciane Bertoldo Forte	1801-5/1	PDC-1
Marisete da Silva Neis	1806-6/1	PDC-1

Técnica em Enfermagem

Nome	Matrícula Funcional	Símbolo
Jessica Thalya Antunes de Souza	1811-2/1	15-C inicial

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:605076AD

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº. 027/2026

EDITAL Nº. 027/2026
02.02.2026
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando o Edital nº 001/2025 e o Decreto de Homologação nº 6861/2025,

TORNA PÚBLICO:

A convocação do aprovado no **CONCURSO PÚBLICO** nº 001/2025, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionado:

PEDREIRO

Classificação	Nome
1°	RAFAEL LUCAS DE SOUZA

Fica convocado o aprovado acima descrito para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Municipalidade no prazo de 05 (cinco) dias, após sua publicação, em horário de 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min horas, munido dos seguintes documentos (original e cópia autenticada): Cédula de Identidade, CPF, CTPS, Titulo de Eleitor, comprovante da última votação, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos e respectiva caderneta de vacinação para os menores de 05 anos, 01 (uma) foto 3x4 recente, Atestado de Saúde e Psicológico, Hemograma Completo, Glicemia de Jejum, Tipo sanguíneo, Certidão de Nascimento ou Casamento, Declaração de Bens, Escolaridade exigida para provimento do cargo pretendido, comprovante de endereço, PIS/PASEP e Certidão de Antecedentes Criminais.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:1F398653

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº.028/2026

EDITAL Nº.028/2026
02.02.2026
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

TORNA PÚBLICO:

A desistência por não comparecimento da candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2025 e convocada através do edital n° 021/2026, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionada:

PROFESSOR

Classificação	Nome
6º	MÔNICA PIRES

O não comparecimento no prazo acarretou na perda da vaga.

Gabinete do Prefeito Municipal, de Três Barras do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:AE3928CC

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N° 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 10/2026

DESCRIÇÃO DO OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDIMENTO DAS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS LETIVAS DAS ESCOLAS E CMEIS MUNICIPAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO ATÉ A CONCLUSÃO DO PRODECIMENTO LICITATÓRIO JÁ AGENDADO

FUNDAMENTO LEGAL
Artigo 75, Inciso IV, alínea "e" da Lei N° 14.133/2021

CONTRATADA
LOTE 01 - C. J. LIOTTO SUPERMERDADO LTDA - CNPJ N° 53.101.619/0001-59, no valor de R$ 4.189,19 (quatro mil cento e oitenta e nove reais e dezenove centavos).

LOTE 02 - ESTEILAN REGINA MARTINELLO LTDA ME - CNPJ N° 06.158.881/0001-50, no valor de R$ 14.563,14 (quatorze mil quinhentos e sessenta e três reais e quatorze centavos).

PREÇO
O valor da contratação totaliza R$ 18.752,33 (dezoito mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência será de 03 (três) meses.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:B1FB28E0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS N° 04/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDIMENTO DAS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS LETIVAS DAS ESCOLAS E CMEIS MUNICIPAIS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ATÉ A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO JÁ AGENDADO.
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e C. J. LIOTTO SUPERMERCADO LTDA
FUNDAMENTO: Lei Federal N° 14.133/21 e Dispensa por Justificativa N° 01/2026
VALOR: R$ 4.189,19 (quatro mil cento e oitenta e nove reais e dezenove centavos).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 03 (três) meses

DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:14D420C8

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS N° 05/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDIMENTO DAS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS LETIVAS DAS ESCOLAS E CMEIS MUNICIPAIS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, ATÉ A CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO JÁ AGENDADO.
PARTES: Município de Três Barras do Paraná e ESTEILAN REGINA MARTINELLO LTDA ME
FUNDAMENTO: Lei Federal N° 14.133/21 e Dispensa por Justificativa N° 01/2026
VALOR: R$ 14.563,14 (quatorze mil quinhentos e sessenta e três reais e quatorze centavos).
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 03 (três) meses

DATA DE ASSINATURA: 02 de fevereiro de 2026.

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:354E087F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2026
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 01/2026

O Município de Três Barras do Paraná, inscrito no CNPJ nº 68.121.936/0001-68, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Gerso Francisco Gusso, e no uso de suas atribuições legais, de acordo com o dispositivo do inciso VIII, do artigo 72, da Lei Nº 14.133/2021, RATIFICA o procedimento de contratação mediante Dispensa por Justificativa, embasado no Artigo 75, inciso IV, alínea "e", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Ademais, concorda com o Parecer Jurídico e Parecer favorável da Agente de Contratação e Equipe de Apoio, para o procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, por meio de DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 01/2026, embasado no Artigo 75, inciso IV, alínea "e", da Lei Federal nº 14.133/2021, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO EMERGENCIAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDIMENTO DAS DUAS PRIMEIRAS SEMANAS LETIVAS DAS ESCOLAS E CMEIS MUNICIPAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO ATÉ A CONCLUSÃO DO PRODECIMENTO LICITATÓRIO JÁ AGENDADO, com o valor total de R$ 18.752,33 (dezoito mil setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos).

Três Barras do Paraná/PR, 02 de fevereiro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Rodrigues
Código Identificador:652E857A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 022 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

DECRETO Nº 022 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 65.330,00 (sessenta e cinco mil e trezentos e trinta reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

03.001.02.062.0002.2005 Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município
3.1.91.13.00.00 000 Contribuições Patronais..... R$ 5.000,00
05.002.12.361.0017.2022 Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.08.00.00 101 Outros Benefícios Assist. Servidor e do Servidor Militar..... R$ 5.000,00
05.002.12.365.0018.2017 Manutenção das Atividades da Educação Infantil
3.3.90.08.00.00 101 Outros Benefícios Assist. Servidor e do Servidor Militar..... R$ 5.000,00
05.002.12.368.0038.2024 Manutenção do Transporte Escolar
3.1.90.11.00.00 101 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 20.600,00
3.1.91.13.00.00 101 Contribuições Patronais..... R$ 2.400,00
11.001.18.542.0025.1201 Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos
4.4.90.52.00.00 000 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 27.330,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

03.001.02.062.0002.2005 Ações a Cargo da Procuradoria Geral do Município
3.1.90.13.00.00 000 Contribuições Patronais..... R$ 5.000,00
05.001.12.122.0016.2014 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
3.1.90.11.00.00 102 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 33.000,00
11.001.18.542.0025.1201 Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos
3.3.90.39.00.00 000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 27.330,00

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 30 de janeiro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:A15879CF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 023 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

DECRETO Nº 023 DE 30 DE JANEIRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 352.090,00 (trezentos e cinquenta e dois mil e noventa reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.3.90.30.00.00 312494 Material de Consumo..... R$ 7.500,00
3.3.90.39.00.00 312494 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 25.000,00
4.4.90.52.00.00 312494 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 4.800,00

06.002.10.302.0014.2044 Manutenção da Rede Municipal de Saúde Média Complexidade
3.3.90.30.00.00 682 Material de Consumo..... R$ 55.000,00
3.3.72.39.00.00 682 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 35.000,00
3.3.90.39.00.00 682 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 28.000,00
06.002.10.302.0014.2045 Manutenção do Serviço Móvel de Urgência e Emergência – SAMU
3.3.72.39.00.00 494 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 34.200,00
07.001.08.122.0006.2027 Manut. das Ativ. da Secr. Mun. de Desenvolvimento Social e Família
4.4.90.52.00.00 953 Equipamentos e Material Permanente..... R$ 132.390,00
07.002.08.122.0009.2032 Manutenção dos Programas de Gestão do SUAS – CADUNICO
3.3.90.39.00.00 940 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 4.700,00
07.003.08.243.0007.6002 Ações para Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.39.00.00 953 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$ 25.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior nas fontes:

312494 - Bloco Custeio das Ações e Serv. Púb. Saúde Emendas Parlamentares... R$ 37.300,00
682 – Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Governo Estadual..... R$ 118.000,00
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde..... R$ 34.200,00
953 – Deliberação 013/2025 CEDCA/PR Incentivo Estadual..... R$ 157.890,00
940 - BL GBF - Gestão Progr Bolsa Familia e Cadastro Único..... R$ 4.700,00

Art. 3º Para fins de compatibilização, ficam autorizadas a inclusão nos anexos do PPA, nos anexos de Prioridades e Metas da LDO e na Programação Financeira Anual, as alterações contidas neste decreto.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 30 de janeiro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:58A64103

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 02/2025, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado, **TORNA PUBLICA A CONVOCAÇÃO DOS(AS) CANDIDATOS(AS) APROVADOS**, relacionados no anexo I deste Edital, para provimento do cargo do quadro temporário da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná.

O(a) candidato(a) deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, situado na Rua Eros Ruppel Abdalla, nº 129, CEP 83.480-000, Centro, no prazo de 10 (dez) dias úteis **iniciando-se em 03/02/2026 e encerrando-se em 19/02/2026, no horário das 08h às 11h e 13h às 17h**, para apresentação e entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

O exame de saúde pré-admissional será realizado após ao protocolo de todos os documentos exigida no Setor de Recursos Humanos, devendo o(a) candidato(a) comparecer ao RH da Prefeitura Municipal e solicitar o encaminhamento para a realização de exame médico.

Registra-se, para todos os fins administrativos e legais, que **todos os candidatos ora convocados já formularam, em momento anterior, requerimento de reposicionamento para o final da fila de classificação**, o qual foi devidamente analisado e processado pela Administração Pública Municipal.

Fica expressamente vedada a apresentação de novo pedido de final de fila, bem como qualquer requerimento de adiamento, prorrogação de prazo, suspensão da convocação ou manutenção de expectativa de direito à vaga.

O não comparecimento no prazo estipulado no presente Edital provocará ao candidato a perda da referida vaga.

Por fim, apresenta ao(a) convocado(a) os modelos de declarações que deverão ser preenchidas adequadamente pelo(a) candidato(a), com suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos II e III são obrigatórias e a do anexo IV é facultativa, conforme decisão pessoal e espontânea do(a) candidato(a).
Tunas do Paraná, 02 de janeiro de 2026

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2025

CARGO - PROFESSOR(A) TEMPORÁRIO(A)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO		DATA DO PROTOCOLO FINAL DE LISTA
606268	MARINEZ DE LIMA DOS SANTOS	12º	03/11/2025
281258	VANILZA MARTINS	13º	04/11/2025
921726	EDNA MARIA SILVA	14º	12/11/2025
535733	INGRID DOS SANTOS NERES	15º	24/11/2025
440860	INGRID DA ROCHA TAVARES	16º	03/12/2025

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

01(UMA) FOTO 3X4;
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
Cadastro do PIS/PASEP (se cadastrado);
Cópia Cédula de identidade (RG) e CPF;
Comprovante de regularização do CPF;
Comprovante de residência atual;
Certidão de casamento (se casado for);
Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos (se filhos tiver):

De 0 a 06 (seis) anos, apresentar copia da Carteira de Vacina (atualizada);
A partir dos 07 (sete) anos, apresentar Atestado de frequência Escolar (decreto nº 3.048/99 – MPS).

Cópia do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;

Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
Documentação comprobatória da escolaridade mínima exigida:

Cópia autenticada do Diploma no caso de conclusão de Curso Superior na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação/MEC, e ser devidamente registrado em conselho de classe especifico, se houver;

Documento atestando regularidade com conselho profissional;
Preencher e comprovar todos os requisitos básicos para investidura no cargo público exigidos no Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado 002/2023;
Declaração de antecedentes criminais;
Declaração de Desimpedimento (conforme modelo anexo II);
Declaração de Bens (conforme modelo anexo III);
Informações bancárias para o pagamento;
Apresentar outros documentos e declarações que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com o Edital de Convocação do Candidato;

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

NOME COMPLETO), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**numero de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo público temporário de ***Professor (a) Temporário (a)*** referente a aprovação no Processo Seletivo Simplificado 02/2025, regido sob o Edital de abertura do PSS 002/2025 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**numero de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo público temporário de ***Professor (a) Temporário (a)*** referente a aprovação no Processo Seletivo Simplificado 02/2025, regido sob o Edital de abertura do PSS 002/2025 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, Estado do Paraná.
( ) Não possui bens.
( ) Possui os bens e conforme discriminação e valor abaixo especificado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R$

Para os devidos fins de direito, firma data e assinatura.

Tunas do Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

_____
Declarante

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG nº (**numero de RG**), inscrito(a) no CPF sob nº (**numero do CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade e sem nenhuma coação, que desiste de tomar posse no cargo publico em que houve a aprovação e convocação no Processo Seletivo Simplificado 002/2025 realizado pela Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná; em virtude de ter em emprego publico em outro órgão, não podendo assim acumular mais um cargo. Para maior clareza, firma a presente declaração.

Tunas do Paraná, (dia) de (mês) de (ano).

_____
Declarante

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:55B03F27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 006/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude dosuperávit financeiro do exercício anterior e excesso de arrecadação

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 20.568.480,79**(vinte milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e novecentavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	
04.002	DEPARTAMENTO FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
28.846.0000.0110	MANUTENÇÃO COM DESPESAS DE RESTITUIÇÃO, DEVOLUÇÃO DE CONVÊNIOS, DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES, PRECATÓRIOS, SENTENÇAS JUDICIAIS	
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
1051	00941-Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	50,26
1052	00942-Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	2,95
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	
05.002	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS RURAIS	
15.451.0501.2031	GESTÃO DE COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESTRATÉGICOS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1411	00982-CONVENIO ESTADUAL FEAP - MATRIZ N°1045 241363350 SIT N° 79572	20.103.045,78
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0701.2021	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, AMBULATORIAL E HOSPITALAR E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
4481	00000-Recursos Ordinários (Livres)	460.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
09.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
20.606.0901.2078	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO	

	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
5790	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.381,80
	TOTAL	**20.568.480,79**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964,§ 1º,Inciso I, os provenientes dosuperavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior de fontes livres do orçamento vigente no valor de **R$ 465.381,80** (quatrocentos e sessenta e cinco mil, trezentos oitenta e um reais e oitenta centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00000	Recursos Ordinários (Livres)	465.381,80
	TOTAL	**465.381,80**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964,§ 1º,Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fontes vinculadas do orçamento vigente no valor de **R$ 20.103.098,99** (vinte milhões, cento e três mil, noventa e oito reais e noventa e nove centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00941	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	50,26
00942	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19)	2,95
00982	CONVENIO ESTADUAL FEAP - MATRIZ N°1045 241363350 SIT N° 79572	20.103.045,78
	TOTAL	**20.103.098,99**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 29 de janeiro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:E6CF7F02

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 22/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 22/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 04/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Servente de Limpeza - Sede – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Andriele de Fátima Grando	41°

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Servente de Limpeza - Sede – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Janaina Aparecida da Silva Lara	42°

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Cozinheiro - Sede – 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Kettlin Natalia da Luza Schervinski	7°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:1B480ED3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 23/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 23/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 01/2025, homologado pelo Edital n. 07/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 01/2025, homologado pelo Edital n. 07/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 01/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Psicólogo – 20 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Nathalie Caroline Machado	11°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:986BD73B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 24/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 24/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Professor – Passa Quatro – 20 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Norli Vennek	4º

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:8151DD06

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 25/2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N. 1/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 25/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2024, conforme edital nº 001/2024 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 18/2024.
2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Turvo, PR, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 20 do EDITAL nº 001/2024.
3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público, conforme item 20.8 do Edital nº 001/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Cirurgião Dentista - 40h/semanal

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
23538	André Mateus Bobato	6º

4° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:D154F7E2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 37/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 37/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Josiele Czusz dos Santos**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 28 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 27 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:28350597

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 38/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 38/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Geovana Leao Martins**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:7FCF5068

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 39/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 39/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Rosane Ribeiro da Silva Olegario**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:85E07CC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 40/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 40/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Marcia Neves de Oliveira**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:360F8288

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 41/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 41/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Joelma da Silva Dutra**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:8160A089

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 42/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 42/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Leidiane Pereira**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E3E5FF32

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 43/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 43/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Marilete Correia da Luz de Oliveira**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:487E101D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 44/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 44/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Rafaellen da Silva Ferreira**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E71B96B9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 45/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 45/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Sandra de Mattos de Oliveira**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 22 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 21 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:41EA5996

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 46/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 46/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Selmira Garcia Conrado**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 26 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 25 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:0CD2CD05

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 46/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 46/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Selmira Garcia Conrado**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Cozinheira, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 26 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 25 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:56112318

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 47/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 47/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Lucineia de Lima Peres**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 28 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 27 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:7E9B1085

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 48/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 48/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Marcia Ponciano de Almeida**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 28 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 27 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EF8AA563

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 49/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 49/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Juliana Varge Gralak**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 28 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 27 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser

	prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:324CD0EC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 50/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 50/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Crislaine de Oliveira Weiber**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 28 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 27 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:D5EBF476

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 51/2026

PSS 04-2025 - EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL Nº 51/2026

CONTRATANTE:	Prefeitura Municipal de Turvo
CONTRATADO	**Elizangela Raccolt**
OBJETO-CONTRATO:	Prestação de serviços ao município, como Servente de Limpeza, na Secretaria Municipal de Educação.
CARGA HORARIA:	40 horas semanais.
VALOR MENSAL:	R$ 1.804,96 (Um mil oitocentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
VIGENCIA:	O presente contrato tem início em 28 de janeiro de 2026, com prazo de encerramento em 27 de janeiro de 2027, nos termos do art. 3º da Lei n 01/2012 ou antecipado o seu término, nos termos previstos no 2º da mesma lei e/ou ainda podendo o prazo ser prorrogado, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Turvo-PR, 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:E1F14A10

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N˚ 06/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

Contrato Administrativo nº 06/2026 – Inexigibilidade de Licitação Nº 05/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – Contratada: R R N SOUZA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 14.732.901/0001-82, com sede localizada na Rua Pedro Martins Tosta, Nº 83, no Município de Ubiratã/PR, CEP 85.440-000, neste ato representada por Rosineide Rodrigues Neto Souza, portador da cédula de identidade Nº 6.275.084-7/SSP-PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 917.586.299-91 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA PARA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER – Prazo de Vigência: 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados a partir do dia 28/01/2026 até 27/07/2026 - Valor global: Valor total do Contrato Administrativo: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) - Foro: Guarapuava (PR) – Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:F912B41E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026

Contrato Administrativo nº 08/2026 – Pregão Eletronico Nº 05/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: MORRO ALTO, COMERCIO E TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.177.079/0001-19, com sede localizada na AV DR. ANTONIO MORAES DE BARROS, Nº 60, no Município de Atalaia - PR, CEP 87.630-000, neste ato representada por RENAN GIMENEZ TRASSI, portador da cédula de identidade Nº 10.678.802-2 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 095.563.879-86– **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CALCÁRIO CALCITICO – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses contados do(a) 02/02/2026 a 01/02/2027 - **Valor global:** R$ 134.750,00 (cento e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta reais)-**Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:2CA0E437

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 194/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 72/2025

Contrato Administrativo nº 194/2025 – Dispensa de Licitação N° 72/2025– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-000, Turvo (PR) – **Contratada:COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 76.483.817/0001-20, com sede localizada na RuaJose IzidoroBiazetto, Nº 158, no Município de Curitiba/PR, CEP 81.200-240, neste ato representada pelo PresidenteDaniel Pimentel Slaviero, portador da cédula de identidade Nº 5.705.936-2 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 004.764.159-26-**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA SERVIÇOS DE RELOCAÇÃO DE POSTES E FORNECIMENTO DE MATERIAIS– **Prazo de Vigência:**O prazo de vigência da contratação é de 03 (três) meses contados do(a) dia 10/12/2025 até 09/03/2026-**Valor global:** Valor total do Contrato Administrativo: R$ 16.885,01 (dezesseis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e um centavo) -**Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:477AF6DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 52/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar o período de férias regulares da servidora efetiva **Sauana Haeffner Centenaro**, Engenheira Civil, concedida através da Portaria nº 1022/2025, anteriormente previstas para o período de 26 de janeiro de 2026 a 14 de fevereiro de 2026, passando a ser usufruídas no período de 23 de fevereiro de 2026 a 14 de março de 2026.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 10 (dez) dias remanescentes de férias, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EB6EAEE2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 54/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 02 de fevereiro de 2026, o contrato de trabalho nº 60/2025, do senhor **Fausto Caldas Fernandes**, inscrito no CPF nº 034.190.989-01, de prestação de serviços no cargo de Motorista Categoria B, lotado na Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, admitido através de aprovação no PSS nº 02/2025. Em atenção à solicitação do mesmo através do protocolo nº 285/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 02 de fevereiro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:BE1F0AA9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 55/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas,
CONSIDERANDO, o artigo 36 da Lei Complementar Municipal nº 02/2023– Estatuto dos Servidores, que trata do processo de estabilidade;
CONSIDERANDO a avaliação de desempenho satisfatória da servidora;
CONSIDERANDO o relatório apresentado pela chefia imediata;
CONSIDERANDO o conteúdo do Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município, da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar no estágio probatório e, portanto, tornar ESTÁVEL, a servidora abaixo identificada:

Matrícula	Servidora	Cargo	Posse	Estável a partir do dia
100997	Keli Francis de Almeida	Enfermeira	01/11/2022	29/01/2026

Art. 2° Concede avanços funcionais para a servidora **Keli Francis de Almeida,** Enfermeira**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sendo promovida para a Classe B com progressão ao Nível 01: apresentação de 01 (um) certificado, o qual será válido para promoção.

Art. 3° A promoção de carreira, se dá em virtude de conclusão do curso de pós graduação *"lato sensu",* conforme certificado apresentado abaixo:
I – Pós Graduação em Saúde Coletiva – 750 horas – pela Faculdade Fleming Cerquilho.

Art. 4° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 29 de novembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:C3B14ADC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 56/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Promove a servidora efetiva **Keli Francis de Almeida**, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sendo promovida para a Classe B com progressão ao Nível 01, Anexo III - Tabela de Vencimentos do Quadro Geral do Município da Lei Municipal Complementar N° 02/2023 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Servidor Público do Município de Turvo – PR, se dá em virtude de conclusão do curso de pós graduação *"lato sensu",* conforme certificado apresentado abaixo:
I – Pós Graduação em Saúde Coletiva – 750 horas – pela Faculdade Fleming Cerquilho.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 29 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:AAB82309

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 57/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear para exercer o cargo comissionado de Assessora II, na Secretaria Municipal de Educação, a senhora **Ana Claudia da Cruz Binde**, inscrita no CPF nº 093.628.779-96 e RG nº 10.628.028-2/IIPR. A partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 02 de fevereiro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:C0C32BA5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 58/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear para exercer o cargo comissionado de Assessora II, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, a senhorita **Priscila de Cassia Garcia de Lara**, inscrita no CPF nº 105.576.869-62 e RG nº 12.801.683-0/IIPR. A partir de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir de 02 de fevereiro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:3AD0FA91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 59/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em especial o § 5° do artigo 104 da Lei Complementar Municipal N° 03/2023 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10(dez) dias de férias regulares para a servidora comissionada **Alessandra Valente Pacheco**, Assessora II, lotada na Secretaria Municipal de Administração. No período de 04 de fevereiro de 2026 a 13 de fevereiro de 2026, referente ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2025 a 05 janeiro de 2026.
Art. 2˚ Converter em abono pecuniário 10(dez) dias de férias da servidora mencionada no art. 1º desta portaria.

Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 10(dez) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pela servidora em momento oportuno.
Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:96B7C737

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 60/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar em 30 de janeiro de 2026, a servidora **Lais Maciel Weber**, inscrita no CPF nº 107.449.559-47, do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, com carga horária de 20 horas semanais, lotada no Cmei Vó Luiza, na Secretaria Municipal de Educação. Em atenção a solicitação da mesma através do protocolo nº 299/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:D7983A58

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 62/2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANA, no uso de suas atribuições legais, em especial o estabelecido pela Lei Municipal Nº 69/2022, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 19/2023,
CONSIDERANDO, requerimento administrativo nº 312/2026 da servidora Elis Cristina Pesk;
CONSIDERANDO, que a servidora interessada cumpriu os requisitos para concessão de horário especial, em destaque aqueles previstos no artigo 3º do Decreto Municipal Nº 19/2023,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder horário especial a servidora **Elis Cristina Pesk**, inscrita no CPF nº 066.178.649-80, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada no Centro Municipal de Educação Infantil - CEMEI Vó Luiza.
Art. 2º Para usufruir do horário especial a servidora será dispensada do cumprimento de jornada de 12 (doze) horas semanais, sendo exigido, portanto, apenas o cumprimento de 28 (vinte e oito) horas semanais, durante o ano letivo de 2026.
Art. 3º O horário especial deverá ser definido entre a servidora e instituição a qual está lotada.
Art. 4º A servidora deverá apresentar mensalmente os comprovantes de que o tempo disponibilizado está sendo dedicado aos cuidados da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, incluindo declarações atualizadas dos profissionais que acompanham o caso e dos responsáveis pela execução dos procedimentos terapêuticos conforme previsão na Lei Municipal Nº 69/2022 e Decreto Municipal Nº 19/2023.
Art. 5º Esta portaria terá efeito a partir da data de sua publicação.
Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 30 de janeiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:DEDDDE69

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada

na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n°10.260/2026 (1Doc), **ADJUDICA e HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 03/2026, do tipo menor preço, cujo objeto éa Contratação de empresa especializada para fornecimento de 02 (dois) veículos 0 km, destinados à Secretaria Municipal de Saúde, com recursos provenientes da emenda parlamentar n° 30410018, em favor da empresa **TABORDA AUTOMOVEIS LTDA (CNPJ N° 61.629.289/0001-05)** pelo valor de R$ 268.000,00 (duzentos e sessenta e oito mil reais).
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 38/2025).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 02 de fevereiro 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:852140A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 9.813/2025(1Doc), **ADJUDICA e HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 05/2026, do tipo menor preço, cujo objeto éoCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CALCÁRIO CALCÍTICO, em favor da empresa **MORRO ALTO, COMERCIO E TRANSPORTES LTDA(CNPJ N° 03.177.079/0001-19)** pelo valor de R$ 134.750,00 (cento e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta reais).
Tudo em conformidade com a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 38/2025).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:575EECC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA - PARANÁ.
PORTARIA Nº 8/26

Designação de Fiscal de Contratos

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso legal de suas atribuições previstas no Regimento Interno da Casa de Leis, observada a Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte:

P O R T A R I A

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) ENEAS JEFERSON MELNISK, ocupante do cargo de Diretor Geral, para exercer a função de Fiscal de Contratos, em substituição ao servidor(a) Adrian Diego da Silva, no âmbito da Câmara Municipal de União da Vitória, PR.
Art. 2º A substituição de que trata o artigo anterior aplica-se a todos os contratos administrativos vigentes, mantendo-se inalteradas as demais disposições das portarias anteriormente expedidas.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de Fevereiro de 2026.

ANDERSON CRIPA LUIS CARDOSO (PR)
Presidente da Mesa Diretora

Publicado por:
Jamile Fernanda Pasturczak
Código Identificador:671847C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
3º TERMO ADITIVO DE 2026 DO CONTRATO Nº 46/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024 – PROCESSO Nº 52/2024

OBJETO DO ADITAMENTO: Da Prorrogação do Prazo de Execução.
CONTRATANTE: Município de União da Vitória – PR.
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução de pavimentação e recape em concreto betuminoso usinado à quente (CBUQ) de TRECHO DA RUA JOÃO PATTES, no bairro Nossa Senhora das Graças, no Município de União da Vitória/PR, um total de 4.788,81 m², incluindo: serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, urbanização, sinalização de trânsito, drenagem e ensaios tecnológicos, de acordo com edital, projetos e memoriais anexo a este processo.*
CONTRATADO: PROCOENGE PAVIMENTAÇÕES LTDA - EPP – CNPJ nº 95.412.276/0001-93.
DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento (Memorando nº 381/2025 – SEPLAN), o Prazo de Execução a que se refere à Cláusula 14ª Termo de Contrato n° 46/2024 fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a iniciar 30/10/2025 e a terminar em 29/03/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 115º, § 5º da Lei Federal n.° 14.133/21.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 22 de janeiro de 2026.

CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA
Vice Prefeito

Publicado por:
Jéssica Caroline Bindemann
Código Identificador:E160D89F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, à vista do julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, resolve**HOMOLOGAR,**em 26/01/2026, para que surta os efeitos legais, o resultado do Pregão Eletrônico nº 11/2025, cujo objeto é o *Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e suprimentos de informática, licenças operacionais,*

equipamentos eletrônicos entre outros, destinados a suprir as necessidades das Secretarias Municipais de União da Vitória - PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos, em favor das empresas:

ALLIANCE NETWORKS LTDA – CNPJ n.º 58.761.288/0001-05 - Vencedora dos iten(s) n.º 29 e 30 perfazendo o Valor Global de R$ 79.950,00 Setenta e nove mil e novecentos e cinquenta reais).

AMMO INFORMÁTICA LTDA EPP – CNPJ n.º 07.300.151/0001-04 - Vencedora dos iten(s) n.º 17, 18, 48, 54 e 105 perfazendo o Valor Global de R$ 40.049,25 (Quarenta mil e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

BGT LTDA – CNPJ n.º47.548.577/0001-04 - Vencedora dos iten(s) n.º 35, 36, 69 e 70 perfazendo o Valor Global de R$ 659.600,00 (Seiscentos e cinquenta e nove mil e seiscentos reais).

C DO VALE LOPES – CNPJ n.º 28.521.211/0001-99 - Vencedora dos iten(s) n.º 60, perfazendo o Valor Global de R$ 7.000,00 (sete mil reais).

CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MOVEIS LTDA – CNPJ n.º 49.704.499/0002-98 - Vencedora dos iten(s) n.º 96, perfazendo o Valor Global de 24.745,50 (Vinte e quatro mil e setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

COMERCIO NOVO RUMO LTDA – CNPJ n.º 23.964.820/0001-07 - Vencedora dos iten(s) n.º 76, perfazendo o Valor Global de 22.755,00 (Vinte e dois mil e setecentos e cinquenta e cinco reais).

COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 09.170.651/0001-02 - Vencedora dos iten(s) n.º 109, perfazendo o Valor Global de 10.319,80 (Dez mil e trezentos e dezenove reais e oitenta centavos).

DARLU INDUSTRIA TEXTIL – CNPJ n.º 40.223.06/0001-79 - Vencedora dos iten(s) n.º 82, perfazendo o Valor Global de 2.502,00 (Dois mil e quinhentos e dois reais).

FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA – CNPJ n.º 05.047.599/0001-32 - Vencedora dos iten(s) n.º 38, 47, 71, 88, 90 e 106, perfazendo o Valor Global de R$ 5.262,00 (Cinco mil e duzentos e sessenta e dois reais).

GRN CONECTIVIDADE LTDA – CNPJ n.º 32.593.754/0001-99 - Vencedora dos iten(s) n.º 28; perfazendo o Valor Global de R$ 1.247,50 (Mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

GRUPO GBA COMÉRCIO ATACADISTA & SERVIÇOS LTDA – CNPJ n.º 44.352.658/0001-38 – Vencedora dos iten(s) n.º 57; perfazendo o Valor Global de R$ 4.360,00 (Quatro mil e trezentos e sessenta reais).

GS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ n.º 41.979.895/0001-35 - Vencedora dos iten(s) n.º 01; perfazendo o Valor Global de R$ 12.940,00 (Doze mil e novecentos e quarenta reais).

HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA – CNPJ n.º 41.010.343/0001-14 – Vencedora dos iten(s) n.º 24, 39 e 43; perfazendo o Valor Global de R$ 16.023,50 (Dezesseis mil e vinte e três reais e cinquenta centavos).

HD COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA – CNPJ n.º 36.428.542/0001-07 – Vencedora dos iten(s) n.º 98; perfazendo o Valor Global de R$ 10.900,00 (Dez mil e novecentos reais).

HIGH TECH INFORMÁTICA SÃO CARLOS LTDA– CNPJ n.º 27.703.597/0001-97 – Vencedora dos iten(s) n.º 87; perfazendo o Valor Global de R$ 112.480,00 (Cento e doze mil e quatrocentos reais).

HJ TLECOM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – CNPJ n.º 27.390.371/0001-83 – Vencedora dos iten(s) n.º 58, 59 e 62; perfazendo o Valor Global de R$ 33.719,96 (Trinta e três mil setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

INFORSEG – COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 08.174.249/0001-25 - Vencedora dos iten(s) n.º 21; perfazendo o Valor Global de R$ 12.350,00 (Doze mil e trezentos e cinquenta reais).

IRD PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 10.402.061/0001-39 - Vencedora dos iten(s) n.º 72, 100, 102 e 103; perfazendo o Valor Global de R$ 16.268,50 (Dezesseis mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA LTDA - EPP – CNPJ n.º 13.531.571/0001-02 – Vencedora dos iten(s) n.º 83, 84 e 85; perfazendo o Valor Global de R$ 32.670,00 (Trinta e dois mil e seiscentos e setenta reais).

50.614.681 JHONATAN RAFAEL DOS SANTOS – CNPJ n.º 50.614.681/0001-56 - Vencedora dos iten(s) n.º 41; perfazendo o Valor Global de R$ 497,25 (Quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos).

37.400.911 JOEL SILVA GOMES – CNPJ n.º 37.400.911/0001-16 – Vencedora dos iten(s) n.º 31; perfazendo o Valor Global de R$ 1.314,95 (Mil e trezentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos).

JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 45.298.461/0001-20 – Vencedora dos iten(s) n.º 71; perfazendo o Valor Global de R$ 4.550,00 (Quatro mil e quinhentos e cinquenta reais).

KOBA SOLUÇÕES LTDA – CNPJ n.º 32.572.476/0001-93 – Vencedora dos iten(s) n.º 42 perfazendo o Valor Global de R$ 242,70 (Duzentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).

LEONARDO A VERZA – LTDA – CNPJ n.º07.460.912/0002-76 - Vencedora dos iten(s) n.º 77, 79 e 95; perfazendo o Valor Global de R$ 32.805,30 (Trinta e dois mil e oitocentos e cinco reais e trinta centavos).

LICITASHOP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ n.º 50.958.011/0001-57 – Vencedora dos iten(s) n.º 05 perfazendo o Valor Global de R$ 649,90 (Seiscentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

MAMUTH TECNOLOGIA DISTRUBUIDORA LTDA – CNPJ n.º 57.601.436/0001-53 - Vencedora dos iten(s) n.º 53, 55, 56 e 104; perfazendo o Valor Global de R$ 14.048,60 (Quatorze mil e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

MARCIA ADRIANA DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – CNPJ n.º 20.988.198/0001-70 – Vencedora dos iten(s) n.º 80, 81; perfazendo o Valor Global de R$ 5.636,00 (Cinco mil e trezentos e sessenta e seis reais).

MEGA BYTE MAGAZINE LTDA – CNPJ n.º 08.792.763/0001-24 – Vencedora dos iten(s) n.º 86; perfazendo o Valor Global de R$ 303.970,00 (Trezentos e três mil e novecentos e setenta reais).

NEW OESTE INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA – CNPJ n.º 23.231.651/0001-98 – Vencedora dos iten(s) n.º 49, 91, 97, 101; perfazendo o Valor Global de R$ 54.450,00 (Cinquenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais).

OLIVEIRA E ALMEIDA INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 13.218.025/0001-08 - Vencedora dos iten(s) n.º 03, 26, 27 e 107; perfazendo o Valor Global de R$ 3.333,83 (Tres mil e trezentos e trinta e tres reais e oitenta e tres centavos).

PACIFIC ELETRONIC LTDA – EPP – CNPJ n.º 18.535.079/0001-00 - Vencedora dos iten(s) n.22 e 23; perfazendo o

Valor Global de R$ 10.817,25 (Dez mil e oitocentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

PC 41 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ n.º 57.231.460/0001-48 -Vencedora dos iten(s) n.33, 34; perfazendo o Valor Global de R$ 73.000,00 (Setenta e tres mil reais).

PELSTER TECNOLOGIA LTDA – ME – CNPJ n.º 21.636.077/0001-22.
Vencedora dos iten(s) n.25; perfazendo o Valor Global de R$ 4.100,00 (Quatro mil e cem reais).

PROPAGA MULTIVENDAS E SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA – CNPJ n.º 23.929.719/0001-07.
Vencedora dos iten(s) n.4, 14, 15, 16 e 93; perfazendo o Valor Global de R$ 22.664,16 (Vinte e dois mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos).

QUALITY ATACADO EIRELI EPP – CNPJ n.º 15.724.019/0001-58 - Vencedora dos iten(s) n.2, 8, 12, 20, 32, 37, 40, 44, 63, 89, 99 e 108; perfazendo o Valor Global de R$ 8.433,45 (Oito mil e quatrocentos e trinta e tres reais e quarenta e cinco centavos).

REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA – CNPJ n.º 65.149.197/0002-75 - Vencedora dos iten(s) n.75; perfazendo o Valor Global de R$ 66.218,00 (Sessenta e seis mil e duzentos e dezoito reais).

SO BATERIAS – COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA – CNPJ n.º 36.469.275/0001-16 - Vencedora dos iten(s) n.09 e 10; perfazendo o Valor Global de R$ 4.175,00 (Quatro mil e cento e setenta e cinco reais).

TORINO INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 03.619.767/0005-15 - Vencedora dos iten(s) n.73 e 74; perfazendo o Valor Global de R$ 158.750,00 (Cento e cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

V STAGLIANO COMERCIAL LTDA – CNPJ n.º 57.377.991/0001-43 - Vencedora dos iten(s) n.45 e 46; perfazendo o Valor Global de R$ 21.725,07 (Vinte e um mil e setecentos e vinte e cinco reais e sete centavos).

VITOR ALFREDO THOMAS LTDA – CNPJ n.º 53.278.020/0001-95 - Vencedora dos iten(s) n.92; perfazendo o Valor Global de R$ 2.792,30 (Dois mil e setecentos e noventa e dois reais e trinta centavos).

PEDRO PUERTAS SILVEIRA – CNPJ n.º 46.963.303/0001-00 - Vencedora dos iten(s) n.64, 65, 66, 67 e 68, perfazendo o Valor Global de R$ 7.250,80 (Sete mil e duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

MICKAELLE ALVES DA SILVA – CNPJ n.º 52.346.736/0001-10 - Vencedora dos iten(s) n.07 e 19, perfazendo o Valor Global de R$ 5.259,95 (Cinco mil e duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

ACB COMERCIAL LTDA – CNPJ n.º 47.282.191/0001-95 - Vencedora dos iten(s) n.50, perfazendo o Valor Global de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

ALESANDRA CIRILO CABOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – CNPJ n.º 30.925.451/0001-09 - Vencedora dos iten(s) n.11, perfazendo o Valor Global de R$ 740,00 (Setecentos e quarenta reais).

FAMNET CONECT E SOLUTIONS LTDA – CNPJ n.º 40.407.429/0001-12 - Vencedora dos iten(s) n.94, perfazendo o Valor Global de R$ 16.988,50 (Dezesseis mil e novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2025

OBJETO: *Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de equipamentos e suprimentos de informática, licenças operacionais, equipamentos eletrônicos entre outros, destinados a suprir as necessidades das Secretarias Municipais de União da Vitória - PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos,* em favor das empresas

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União da Vitória - PR/ Ary Carneiro Júnior.
CONTRATADO(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n°5/2026
ALLIANCE NETWORKS LTDA – CNPJ n.º 58.761.288/0001-05 - Vencedora dos iten(s) n.º 29 e 30 perfazendo o Valor Global de R$ 79.950,00 Setenta e nove mil e novecentos e cinquenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 6/2026
AMMO INFORMÁTICA LTDA EPP – CNPJ n.º 07.300.151/0001-04 - Vencedora dos iten(s) n.º 17, 18, 48, 54 e 105 perfazendo o Valor Global de R$ 40.049,25 (Quarenta mil e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 7/2026
BGT LTDA – CNPJ n.º47.548.577/0001-04 - Vencedora dos iten(s) n.º 35, 36, 69 e 70 perfazendo o Valor Global de R$ 659.600,00 (Seiscentos e cinquenta e nove mil e seiscentos reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 9/2026
C DO VALE LOPES – CNPJ n.º 28.521.211/0001-99 - Vencedora dos iten(s) n.º 60, perfazendo o Valor Global de R$ 7.000,00 (sete mil reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 8/2026
CARVALHO ACESSÓRIOS PARA MOVEIS LTDA – CNPJ n.º 49.704.499/0002-98 - Vencedora dos iten(s) n.º 96, perfazendo o Valor Global de 24.745,50 (Vinte e quatro mil e setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 10/2026
COMERCIO NOVO RUMO LTDA – CNPJ n.º 23.964.820/0001-07 - Vencedora dos iten(s) n.º 76, perfazendo o Valor Global de 22.755,00 (Vinte e dois mil e setecentos e cinquenta e cinco reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 11/2026
COMPUTECH INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 09.170.651/0001-02 - Vencedora dos iten(s) n.º 109, perfazendo o Valor Global de 10.319,80 (Dez mil e trezentos e dezenove reais e oitenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 12/2026
DARLU INDUSTRIA TEXTIL – CNPJ n.º 40.223.06/0001-79 - Vencedora dos iten(s) n.º 82, perfazendo o Valor Global de 2.502,00 (Dois mil e quinhentos e dois reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 14/2026
FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA – CNPJ n.º 05.047.599/0001-32 - Vencedora dos iten(s) n.º 38, 47, 71, 88, 90 e 106, perfazendo o Valor Global de R$ 5.262,00 (Cinco mil e duzentos e sessenta e dois reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 15/2026
GRN CONECTIVIDADE LTDA – CNPJ n.º 32.593.754/0001-99 - Vencedora dos iten(s) n.º 28; perfazendo o Valor Global de R$ 1.247,50 (Mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 16/2026
GRUPO GBA COMÉRCIO ATACADISTA & SERVIÇOS LTDA – CNPJ n.º 44.352.658/0001-38 – Vencedora dos iten(s) n.º 57; perfazendo o Valor Global de R$ 4.360,00 (Quatro mil e trezentos e sessenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 17/2026
GS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA – CNPJ n.º 41.979.895/0001-35 - Vencedora dos iten(s) n.º 01; perfazendo o Valor Global de R$ 12.940,00 (Doze mil e novecentos e quarenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 18/2026
HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA – CNPJ n.º 41.010.343/0001-14 – Vencedora dos iten(s) n.º 24, 39 e 43; perfazendo o Valor Global de R$ 16.023,50 (Dezesseis mil e vinte e três reais e cinquenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 19/2026
HD COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA – CNPJ n.º 36.428.542/0001-07 – Vencedora dos iten(s) n.º 98; perfazendo o Valor Global de R$ 10.900,00 (Dez mil e novecentos reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 20/2026
HIGH TECH INFORMÁTICA SÃO CARLOS LTDA– CNPJ n.º 27.703.597/0001-97 – Vencedora dos iten(s) n.º 87; perfazendo o Valor Global de R$ 112.480,00 (Cento e doze mil e quatrocentos reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 21/2026
HJ TLECOM REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – CNPJ n.º 27.390.371/0001-83 – Vencedora dos iten(s) n.º 58, 59 e 62; perfazendo o Valor Global de R$ 33.719,96 (Trinta e três mil setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 22/2026
INFORSEG – COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 08.174.249/0001-25 - Vencedora dos iten(s) n.º 21; perfazendo o Valor Global de R$ 12.350,00 (Doze mil e trezentos e cinquenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n°23/2026
IRD PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 10.402.061/0001-39 - Vencedora dos iten(s) n.º 72, 100, 102 e 103; perfazendo o Valor Global de R$ 16.268,50 (Dezesseis mil e duzentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 24/2026
ITEC INFORMATICA E TECNOLOGIA E TECNOLOGIA LTDA - EPP – CNPJ n.º 13.531.571/0001-02 – Vencedora dos iten(s) n.º 83, 84 e 85; perfazendo o Valor Global de R$ 32.670,00 (Trinta e dois mil e seiscentos e setenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 26/2026
50.614.681 JHONATAN RAFAEL DOS SANTOS – CNPJ n.º 50.614.681/0001-56 - Vencedora dos iten(s) n.º 41; perfazendo o Valor Global de R$ 497,25 (Quatrocentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 25/2026
37.400.911 JOEL SILVA GOMES – CNPJ n.º 37.400.911/0001-16 – Vencedora dos iten(s) n.º 31; perfazendo o Valor Global de R$ 1.314,95 (Mil e trezentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 27/2026
JUV DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 45.298.461/0001-20 – Vencedora dos iten(s) n.º 71; perfazendo o Valor Global de R$ 4.550,00 (Quatro mil e quinhentos e cinquenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 28/2026
KOBA SOLUÇÕES LTDA – CNPJ n.º 32.572.476/0001-93 – Vencedora dos iten(s) n.º 42 perfazendo o Valor Global de R$ 242,70 (Duzentos e quarenta e dois reais e setenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 29/2026
LEONARDO A VERZA – LTDA – CNPJ n.º07.460.912/0002-76 - Vencedora dos iten(s) n.º 77, 79 e 95; perfazendo o Valor Global de R$ 32.805,30 (Trinta e dois mil e oitocentos e cinco reais e trinta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 30/2026
LICITASHOP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ n.º 50.958.011/0001-57 – Vencedora dos iten(s) n.º 05 perfazendo o Valor Global de R$ 649,90 (Seiscentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 31/2026
MAMUTH TECNOLOGIA DISTRUBUIDORA LTDA – CNPJ n.º 57.601.436/0001-53 - Vencedora dos iten(s) n.º 53, 55, 56 e 104; perfazendo o Valor Global de R$ 14.048,60 (Quatorze mil e quarenta e oito reais e sessenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 32/2026
MARCIA ADRIANA DE SOUZA SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA – CNPJ n.º 20.988.198/0001-70 – Vencedora dos iten(s) n.º 80, 81; perfazendo o Valor Global de R$ 5.636,00 (Cinco mil e trezentos e sessenta e seis reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 33/2026
MEGA BYTE MAGAZINE LTDA – CNPJ n.º 08.792.763/0001-24 – Vencedora dos iten(s) n.º 86; perfazendo o Valor Global de R$ 303.970,00 (Trezentos e três mil e novecentos e setenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 34/2026
NEW OESTE INFORMÁTICA DO BRASIL LTDA – CNPJ n.º 23.231.651/0001-98 – Vencedora dos iten(s) n.º 49, 91, 97, 101; perfazendo o Valor Global de R$ 54.450,00 (Cinquenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 35/2026
OLIVEIRA E ALMEIDA INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 13.218.025/0001-08 - Vencedora dos iten(s) n.º 03, 26, 27 e 107; perfazendo o Valor Global de R$ 3.333,83 (Tres mil e trezentos e trinta e tres reais e oitenta e tres centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 36/2026
PACIFIC ELETRONIC LTDA – EPP – CNPJ n.º 18.535.079/0001-00 - Vencedora dos iten(s) n.22 e 23; perfazendo o Valor Global de R$ 10.817,25 (Dez mil e oitocentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 37/2026
PC 41 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ n.º 57.231.460/0001-48 -Vencedora dos iten(s) n.33, 34; perfazendo o Valor Global de R$ 73.000,00 (Setenta e tres mil reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 38/2026
PELSTER TECNOLOGIA LTDA – ME – CNPJ n.º 21.636.077/0001-22.
Vencedora dos iten(s) n.25; perfazendo o Valor Global de R$ 4.100,00 (Quatro mil e cem reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 39/2026
PROPAGA MULTIVENDAS E SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA – CNPJ n.º 23.929.719/0001-07.
Vencedora dos iten(s) n.4, 14, 15, 16 e 93; perfazendo o Valor Global de R$ 22.664,16 (Vinte e dois mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 40/2026
QUALITY ATACADO EIRELI EPP – CNPJ n.º 15.724.019/0001-58 - Vencedora dos iten(s) n.2, 8, 12, 20, 32, 37, 40, 44, 63, 89, 99 e 108; perfazendo o Valor Global de R$ 8.433,45 (Oito mil e quatrocentos e trinta e tres reais e quarenta e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 41/2026
REPREMIG – REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS LTDA – CNPJ n.º 65.149.197/0002-75 - Vencedora dos iten(s) n.75; perfazendo o Valor Global de R$ 66.218,00 (Sessenta e seis mil e duzentos e dezoito reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 42/2026

SO BATERIAS – COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA – CNPJ n.º 36.469.275/0001-16 - Vencedora dos iten(s) n.09 e 10; perfazendo o Valor Global de R$ 4.175,00 (Quatro mil e cento e setenta e cinco reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 43/2026
TORINO INFORMÁTICA LTDA – CNPJ n.º 03.619.767/0005-15 - Vencedora dos iten(s) n.73 e 74; perfazendo o Valor Global de R$ 158.750,00 (Cento e cinquenta e oito mil e setecentos e cinquenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 45/2026
V STAGLIANO COMERCIAL LTDA – CNPJ n.º 57.377.991/0001-43 - Vencedora dos iten(s) n.45 e 46; perfazendo o Valor Global de R$ 21.725,07 (Vinte e um mil e setecentos e vinte e cinco reais e sete centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 44/2026
VITOR ALFREDO THOMAS LTDA – CNPJ n.º 53.278.020/0001-95 - Vencedora dos iten(s) n.92; perfazendo o Valor Global de R$ 2.792,30 (Dois mil e setecentos e noventa e dois reais e trinta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 1/2026
PEDRO PUERTAS SILVEIRA – CNPJ n.º 46.963.303/0001-00 - Vencedora dos iten(s) n.64, 65, 66, 67 e 68, perfazendo o Valor Global de R$ 7.250,80 (Sete mil e duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 2/2026
MICKAELLE ALVES DA SILVA – CNPJ n.º 52.346.736/0001-10 - Vencedora dos iten(s) n.07 e 19, perfazendo o Valor Global de R$ 5.259,95 (Cinco mil e duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 3/2026
ACB COMERCIAL LTDA – CNPJ n.º 47.282.191/0001-95 - Vencedora dos iten(s) n.50, perfazendo o Valor Global de R$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 4/2026
ALESANDRA CIRILO CABOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – CNPJ n.º 30.925.451/0001-09 - Vencedora dos iten(s) n.11, perfazendo o Valor Global de R$ 740,00 (Setecentos e quarenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n° 13/2026
FAMNET CONECT E SOLUTIONS LTDA – CNPJ n.º 40.407.429/0001-12 - Vencedora dos iten(s) n.94, perfazendo o Valor Global de R$ 16.988,50 (Dezesseis mil e novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

Recursos Orçamentários:

Despesa Descrição da Despesa Dotação Fonte
45 Manut Sec Mun De Adm 04.001.04.122.0003.2006.3.3.90.30.00 00000
49 Manut Sec Mun De Adm 04.001.04.122.0003.2006.3.3.90.40.00 00000
53 Manut Sec Mun De Adm 04.001.04.122.0003.2006.3.3.90.52.00 00510
66 Manut da Sec Muni de Fin 05.001.04.123.0005.2007.3.3.90.30.00 00000
69 Manut da Sec Muni de Fin 05.001.04.123.0005.2007.4.4.90.52.00 00000
75 Amp, Ref de Bens Públicos 06.001.04.122.0006.1029.3.3.90.30.00 00000
81 Man.Gab.Sec Mun Transp 06.001.15.452.0006.2011.3.3.90.30.00 01065
84 Man.Gab.Sec Mun Transp 06.001.15.452.0006.2011.4.4.90.52.00 00000
137 Manut Gab Sec Muni.de Ed. 07.001.12.361.0019.2017.3.3.90.30.00 00103
144 Manut Gab Sec Muni.de Ed 07.001.12.361.0019.2017.4.4.90.52.00 00103
144 Manut Gab Sec Muni.de Ed 07.001.12.361.0019.2017.4.4.90.52.00 00104
147 Manut de Escolas Municipais 07.001.12.361.0019.2084.3.3.90.30.00 00104
152 Manut de Escolas Municipais 07.001.12.361.0019.2084.4.4.90.52.00 00104
158 Constr.Ampliação de Un.de Saúde e UPA 08.001.10.301.0024.1019.3.3.90.30.00 00000
161 Constr.Ampliação de Un de Saúde e UPA 08.001.10.301.0024.1019.4.4.90.52.00 00518
161 Constr.Ampliação de Um. de Saúde e UPA 08.001.10.301.0024.1019.4.4.90.52.00 01500
166 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde 08.001.10.301.0024.2025.3.3.90.30.00 00303
169 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde 08.001.10.301.0024.2025.3.3.90.40.00 00303
178 Manutenção do Conselho Municipal de Saúde 08.001.10.301.0024.2058.3.3.90.30.00 00303
188 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.30.00 00000
188 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.30.00 00303
188 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.30.00 00494
188 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.30.00 00498
188 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.30.00 00834
193 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.40.00 00303
194 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.3.3.90.40.00 00303
194 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.4.4.90.52.00 00518
194 Manutenção da Atenção Básica 08.001.10.301.0024.2071.4.4.90.52.00 01500
208 Manutenção do SAMU - MAC-AMB.L E HOSP. 08.001.10.302.0024.2088.3.3.72.30.00 00000
210 Manutenção do SAMU - MAC-AMB.L E HOSP. 08.001.10.302.0024.2088.4.4.72.52.00 00000
215 Manutenção do CAPS - MAC – AMB E HOSP 08.001.10.302.0024.2089.3.3.90.30.00 00000
215 Manutenção do CAPS - MAC - AMB E HOSP 08.001.10.302.0024.2089.3.3.90.30.00 00303
215 Manutenção do CAPS - MAC - AMB E HOSP 08.001.10.302.0024.2089.3.3.90.30.00 00498
225 Manutenção da UPA - MAC – Amb. e Hospitalar 08.001.10.302.0024.2090.3.3.90.30.00 00494
235 Manutenção do Setor de Transporte - MAC 08.001.10.302.0024.2090.3.3.90.30.00 00494
242 Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária 08.001.10.304.0031.2045.3.3.90.30.00 00494
242 Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária 08.001.10.304.0031.2045.3.3.90.30.00 00498
247 Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária 08.001.10.304.0031.2045.4.4.90.52.00 01500
251 Manutenção da Vigilância Epidemiológica 08.001.10.305.0039.2074.3.3.90.30.00 00000
253 Manutenção da Vigilância Epidemiológica 08.001.10.305.0039.2074.4.4.90.52.00 00000
256 Atenção Ambulatorial e Hospitalar 08.001.10.302.0040.2072.3.3.90.32.00 00303
261 Atenção Ambulatorial e Hospitalar 08.001.10.302.0040.2072.4.4.90.52.00 00303
265 Manut Sec. M. Agricultura, Pec.e Abast. 09.001.20.608.0012.2027.3.3.90.30.00 00000
268 Manut Sec. M. Agricultura, Pec e Abast. 09.001.20.608.0012.2027.4.4.90.52.00 00000
277 Manut da Sec. de Des. Econômico, Tur e Urb 10.001.22.661.0022.2028.3.3.90.30.00 00000
281 Manut da Sec. de Des. Econômico, Tur e Urb 10.001.22.661.0022.2028.4.4.90.52.00 00000

287 Manut. Criança e Adol. Casa Abrigo/Casa Lar 11.001.08.243.0014.6052.3.3.90.30.00 00000
290 Manut. Criança e Adol. Casa Abrigo/Casa Lar 11.001.08.243.0014.6052.4.4.90.52.00 00000
294 Manut. da Sec. Municipal de Ação Social 11.001.08.244.0015.2030.3.3.90.30.00 00923
294 Manut. da Sec. Municipal de Ação Social 11.001.08.244.0015.2030.3.3.90.30.00 00937
306 Manutenção da Secretaria Municipal de Esportes 14.001.27.812.0028.2064.3.3.90.30.00 00000
312 Manutenção da Secretaria Municipal de Esportes 14.001.27.812.0028.2064.4.4.90.52.00 00000
315 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura 15.001.13.392.0023.2070.3.3.90.30.00 00000
321 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura 15.001.13.392.0023.2070.4.4.90.52.00 00000
330 Manutenção CREAS 19.001.08.244.0015.2050.3.3.90.30.00 00777
330 Manutenção CREAS 19.001.08.244.0015.2050.4.4.90.52.00 00000
338 Manutenção do Programa Bolsa Família - IGD 19.001.08.244.0015.2051.4.4.90.52.00 00000
339 Manut. do Conselho Mun. de Assist.Social 19.001.08.244.0015.2054.3.3.90.30.00 00000
342 Manut. do Conselho Mun. de Assist.Social 19.001.08.244.0015.2054.4.4.90.52.00 00000
354 Atividades de Assist. Criança e ao Adolescente 20.001.08.243.0014.6036.3.3.90.30.00 00000
358 Atividades de Assist. Criança e ao Adolescente 20.001.08.243.0014.6036.4.4.90.52.00 00000
362 Manut da Secretaria Municipal de Meio Ambiente 21.001.18.541.0034.2076.3.3.90.30.00 00000
367 Manut da Sec. Municipal de Meio Ambiente 21.001.18.541.0034.2076.4.4.90.52.00 00000
382 Sec. Mun. Trânsito, Vigilância e Fiscalização 22.001.15.452.0007.2080.3.3.90.30.00 00000
384 Sec. Mun. Trânsito, Vigilância e Fiscalização 22.001.15.452.0007.2080.4.4.90.52.00 00000
384 Sec.Mun. Trânsito, Vigilância e Fiscalização 22.001.15.452.0007.2080.4.4.90.52.00 00509
388 Manut da Sec de Gov 23.001.04.122.0049.2083.3.3.90.30.00 00000
391 Manut da Sec de Gov 23.001.04.122.0049.2083.4.4.90.52.00 00000
394 Manut. da Sec. Esp. de Ac. Inclusão Social 24.001.08.242.0051.2092.3.3.90.39.00 00000
397 Manut da Sec. Esp. de Ac e Inclusão Social 24.001.08.242.0051.2092.4.4.90.52.00 00000

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26/01/2026.
DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 02/02/2026;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 02/02/2026 à 02/02/2027.

ITENS FRACASSADOS: Itens 6 -13 -61.
ITENS REVOGADOS: 51 - 52.

União da Vitória – PR, 02 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Paulo Marcelo Scheid
Código Identificador:C0E5597D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 66/2026

CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA, Prefeito Municipal em Exercício de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a pedido a **PORTARIA nº 765/2025**, que concedeu **FUNÇÃO GRATIFICADA,** ao Servidor Municipal Senhor **ROBIN SCHMIDT,** a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Registre-se.
Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de janeiro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI	***CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA***
Secretário Municipal de Administração	Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:3EB1E34D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 67/2026

CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA, Prefeito Municipal em Exercício, União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a **PORTARIA nº 726/2025**, que concedeu **FUNÇÃO GRATIFICADA,** a Servidora Municipal Senhora **MICHELE KUDRYK ZAMBONI,** a partir de 01 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Registre-se.
Cumpra-se.

União da Vitória, 29 de janeiro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI	***CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA***
Secretário Municipal de Administração	Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:AA05D6E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 75/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao (a) seguinte Servidor (a) Público (a) Municipal:

MATRÍCULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
991504240	TIAGO SCARAMELLA DE AZEVEDO CUNHA	2023/2024	PROFESSOR MUSICA	31/12/2025 a 09/01/2026
991504240	TIAGO SCARAMELLA DE AZEVEDO CUNHA	2024/2025	PROFESSOR MUSICA	15/01/2026 a 05/02/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 30 de janeiro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:CE343A7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 77/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Encaminhar a **COMISSÃO ESPECIAL PERMANENTE PARA ANÁLISE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICITAÇÃO,** criada através da Portaria nº 782/2025, para averiguação dos fatos e relatório final, o **PROCESSO PROTOCOLADO SOB Nº 1383/2026**, devendo a referida Comissão iniciar seus trabalhos imediatamente.

Art. 2º Conforme dispõe o Art. 240. da Lei Municipal nº 1847/1992, fixa o **PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS** para a conclusão do processo.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de fevereiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:6082C1DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA – ESTADO DO PARANÁ TERMO DE TRANSMISSÃO TEMPORÁRIA DO CARGO DE PREFEITO N°44

Aos quinze dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, no gabinete da Prefeitura Municipal, sito a Rua Dr. Cruz Machado, 205 – 4º andar, às 15 horas, presentes os Senhores Ary Carneiro Junior, Claudiomir de Oliveira França, Secretários Municipais, bem como as demais pessoas que este termo assinam, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, por motivo de férias, foi pelo primeiro ao segundo, transmitido temporariamente o exercício do cargo de Prefeito Municipal para o período de 16 de janeiro de 2026 a 30 de janeiro de 2026, e para constar, eu Aloisio Franscisco Salvatti, Secretário Municipal de Administração, lavrei o presente termo, que após lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

União da Vitória, 15 de janeiro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR

CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA

ALOISIO FRANSCISCO SALVATTI –
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:BE1D2A3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NADV_20260131_175376.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 23/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
RYK1A39	116100T001988949	19/11/2025	56731	

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:989152D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260131_175375.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 23/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
FGZ7B69	116100T001402677	19/11/2025	53800	R$ 130,16
TPS1B75	279370T000014340	26/11/2025	54950	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:8E5944F5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
6º TERMO CONTRATO 05/2022

SEXTO TERMO ADITIVO

CONTRATO N º 5/2022

Que fazem entre si, o **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, pessoa jurídica de direito Público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob nº 76.995.463/0001-00, com sede e foro à Rua Barão de Capanema, 134, em Vitorino, Estado do Paraná, neste ato representado pele Prefeito Municipal, Sr. MARCIANO VOTTRI, brasileiro, agrônomo, portador do CPF nº. 056XXXXXX98, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro, a empresa AMPERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA situada à Rua Presidente Kennedy, 1160, Bairro Centro, Ampére, inscrita no CNPJ sob nº 04596419000109, neste ato representada por THIAGO PARISOTTO LUQUINI, inscrito no CPF/MF sob nº 031XXXXXX71, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam o presente mediante as seguintes cláusulas e condições em conformidade com o protocolo 5498/2021 e parecer jurídico.

Cláusula Primeira: Do Valor: fica crescido o valor de R$ 72.318,00 ao contrato original.
Cláusula Segunda: Da Vigência – passa sua vigência para 30/01/2027**.**
Cláusula Terceira: Permanecem em pleno vigor todas as demais disposições contratuais que não conflitem com o presente aditamento.

E assim, por estarem justos e contratados, obrigando-se a bem e fielmente cumprirem integralmente o contrato de parceria de serviços, por si e por seus sucessores, firmam o presente aditamento em duas vias de igual teor e forma.

Vitorino, em 30/01/2026

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal/Contratante

THIAGO PARISOTTO LUQUINI
Contratada
Ampernet Telecomunicações LTDA

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:78A23CD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EXTRATO CONTRATO 49/2026

Extrato Contrato 049/2026 - Dispensa nº 64/2025. Contratante Município de Vitorino Cnpj 76995463/0001-00 e Contratados P M P R (42.880.696/0001-38)– objeto Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria ambiental, visando à elaboração dos estudos técnicos, relatórios e diagnósticos necessários

ao licenciamento ambiental.- Valor. R$ 30.900,00- Dotação Orçamentária-305-316- Data 02/02/2026

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:8CDF3EB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DL 52/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, § 2º e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve: 01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos: a) Nr. Processo: 146/2025, b) Nr. Licitação: 52/2025 – DL, c) Modalidade: Dispensa de licitação, d) Data de Homologação: 02/02/2026, e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia e fiscalização de obras. Os serviços contemplam assessoria, fiscalização e elaboração de todos os projetos (concepção, estudo de viabilidade, projeto básico, projeto executivo, projeto estrutural, memorial descritivo, especificações técnicas, memória de cálculo, orçamento, cronogramas, parecer técnico, etc.), necessários para execução das obras de engenharia, tais como: projetos de construção de pontes utilizando aduelas prémoldadas em concreto armado ou protendido, para estradas vicinais do interior do municipio de Vitorino – PR, Participante: WILLIAM R ROLIM (50.207.123/0001-76)

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:96FFDE67

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.083, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.083, de 02 de fevereiro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Bruno Rafael Riboli Serafim, portador do CPF/MF n.° 114.205.xxx-xx, aprovado no Concurso Público 01/2024, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:9A34AA88

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.084, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.084, de 02 de fevereiro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Cristiane Aparecida Rachwal, portadora do CPF/MF n.° 065.885.xxx-xx, aprovada no Concurso Público 01/2024, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Merendeiro Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:C35A0506

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.085, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.085, de 02 de fevereiro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada Lucene Barbosa Geremia, portadora do CPF/MF n.° 007.187.xxx-xx, para ocupar o cargo de Gerente de Ensino Fundamental, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de fevereiro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:2DD6686A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6.086, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Decreto 6.086, de 02 de fevereiro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município (art. 89, II, "f");

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Gabriel Almeida Stalhbaum, portador do CPF/MF n.° 080.141.xxx-xx, para ocupar o cargo de Secretário Executivo, junto ao Gabinete do Prefeito, do Quadro Único do Município de Vitorino-PR;

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de fevereiro de 2025.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:53C1D535

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ANUAL Nº 01/2026

Vitorino/PR, 29 de janeiro de 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ANUAL Nº 01/2026

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE VITORINO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais convoca os membros do Conselho Municipal de Assistência Social para reuniões ordinárias bimestrais a realizarem-se na sala de reuniões do Centro de Referencia em Assistência Social – CRAS, situado à Rua Lethmann, n° 217, Centro, Vitorino – Paraná, com a seguinte pauta:

• Assuntos pertinentes a este Conselho.

Cronograma:
03/02/2026– 14:00 Horas
01/04/2026 – 14:00 Horas
02/06/2026 – 14:00 Horas
04/08/2026 – 14:00 Horas
06/10/2026 – 14:00 Horas
01/12/2026 – 14:00 Horas

RAIMUNDO DOS SANTOS FERREIRA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:12772DA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ANUAL Nº 01/2026

Vitorino/PR, 29 de janeiro de 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ANUAL Nº 01/2026

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA do município de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais convoca os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para reuniões ordinárias bimestrais a realizarem-se na sala de reuniões do Centro de Referencia em Assistência Social – CRAS, situado à Rua Lethmann, n° 217, Centro, Vitorino – Paraná, com a seguinte pauta:

• Assuntos pertinentes a este Conselho.

Cronograma:
03/02/2026– 14:30 Horas
01/04/2026 – 14:30 Horas
02/06/2026 – 14:30 Horas
04/08/2026 – 14:30 Horas
06/10/2026 – 14:30 Horas
01/12/2026 – 14:30 Horas

ERECILDA DA ROCHA FRAGATA
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:92D66986

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

Vitorino, 29 de janeiro de 2026.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2026

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICIPIO DE VITORINO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFECIENCIA para reuniões ordinárias bimestrais a realizar-se **às 15:30 horas**, no auditório da CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, situado à Rua Lethmann, nº217, Centro, Vitorino – PR. Centro, com a seguinte pauta e cronograma:

Assuntos pertinentes a este conselho.

Cronograma:
03/02/2026– 15:30 Horas
01/04/2026 – 15:30 Horas
02/06/2026 – 15:30 Horas
04/08/2026 – 15:30 Horas
06/10/2026 – 15:30 Horas
01/12/2026 – 15:30 Horas

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:7CC7DA51

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 01/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA MULHER DE VITORINO- PR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 01/2026

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICPAL DE DIREITOS DA MULHER DE VITORINO, Estado do Paraná, CONVOCA OS MEMBROS DO para reuniões ordinárias bimestrais a realizar-se **às 15: 00 horas**, no auditório da CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, situado à Rua Lethmann, nº217, Centro, Vitorino – PR. Centro, com a seguinte pauta e cronograma:

Assuntos pertinentes a este conselho.

Cronograma:
03/02/2026– 15:00 Horas
01/04/2026 – 15:00 Horas
02/06/2026 – 15:00 Horas
04/08/2026 – 15:00 Horas
06/10/2026 – 15:00 Horas
01/12/2026 – 15:00 Horas

NADIESKA MIGNONI GRACIANI
Presidente do Conselho de Direitos da Mulher

Publicado por:
Cristiane Rafaela Stasiak
Código Identificador:9B8E5D61

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER
AUXÍLIO-TRANSPORTE PARA ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO PRESENCIAIS E SEMIPRESENCIAIS

EDITAL Nº 01/2026

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, Valmir Martinello, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI nº 1584/2017 observando suas alterações posteriores promovidas pelas Leis 1973/2022, 2120/2025 e 2148/2025 que "concede auxílio-transporte a estudantes de Ensino Superior de Graduação e Cursos Técnicos de nível médio presenciais e semipresenciais, de baixa renda que se deslocarem diariamente do município de Vitorino", TORNA PÚBLICO que fará o credenciamento dos estudantes de Ensino Superior de Graduação e Cursos Técnicos de nível médio presenciais e semipresenciais do município.

Os estudantes interessados em receber o benefício devem se cadastrar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer de Vitorino, com os documentos necessários e comprovando as seguintes condições:

- Registro de Identidade Estadual (RG);
- Inscrição no cadastro de pessoa física do ministério da fazenda (CPF);
- Título de eleitor no município de Vitorino/PR;
- Comprovante de residência no município de Vitorino, atualizado;
- Declaração de matricula, atualizada;
- Renda individual não superior ao valor de 4,5 salários mínimos;
- Dados de agência e conta corrente do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal para depósito do auxílio, sendo o titular o estudante;
- Termo de veracidade e responsabilidade pelas informações declaradas, disponível na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

O valor do auxílio transporte será correspondente a 14% do salário mínimo nacional vigente. Para estudantes de ensino superior de graduação e curso técnico profissionalizante de nível médio, com aulas semipresenciais o auxílio transporte será de 7% do salário mínimo nacional vigente.

O período das inscrições será de 05 de fevereiro de 2026 a 20 de fevereiro de 2026, no Centro de Educação, situado na Rua Barão de Capanema, n° 467, Centro – Vitorino, PR. As incrições devem ser feitas presencialmente.

Vitorino/PR, 28 de janeiro de 2026

VALMIR MARTINELLO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer
Dec. 5.725/2025

Publicado por:
Daniele Giacomet
Código Identificador:0CCA4EB4

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

CÂMARA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO
RELATÓRIO SINTÉTICO DE CONCESSÃO E PAGAMENTO DE DIÁRIAS – 1ª E 2ª QUINZENA DE JANEIRO 2026

1ª QUINZENA DE JANEIRO 2026

BENEFICIÁRIO	CARGO OU FUNÇÃO	DESTINO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	VALOR R$	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
NÃO HOUVE CONCESSÃO E PAGAMENTO DE DIÁRIAS NO PERÍODO.							

2ª QUINZENA DE JANEIRO 2026

BENEFICIÁRIO	CARGO OU FUNÇÃO	DESTINO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	VALOR R$	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
Jorcélio Farias	Vereador	Curitiba - PR	25/01/2026 a 26/01/2026	Agenda com os Deputados Matheus Vermelho e Ademar Traiano, com o objetivo de angariar recursos para o setor de turismo e para a Associação Chopinzinhense de Esportes Feminino - ACEF.	01 e 1/2	785,63	Proc. Adm. 01/2026 Autorização 01/2026 Empenho 02/2026
Jorcélio Farias	Vereador	Curitiba - PR	25/01/2026 a 26/01/2026	Agenda com os Deputados Matheus Vermelho e Ademar Traiano, com o objetivo de angariar recursos para o setor de turismo e para a Associação Chopinzinhense de Esportes Feminino - ACEF.	Ressarcimento de despesas de viagem.	200,00	Proc. Adm. 01/2026 Autorização 02/2026 Empenho 20/2026

Publicado por:
Giliane Teles Forlin
Código Identificador:1240E696

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
LEI 1640-2026

LEI No 1640/2026

Institui o Programa "Saúde do Trabalhador" no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Iguaçu criando o terceiro turno de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e nos termos que assegura o artigo 53, combinado com o artigo 21, ambos da Lei Orgânica Municipal, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Iguaçu, o **Programa Saúde do Trabalhador**, com a finalidade de oferecer atendimento médico e multiprofissional em horário estendido aos trabalhadores do Município que, em razão de suas atividades laborais, não conseguem comparecer às unidades de saúde em horário comercial.

Art. 2º. O Programa tem como objetivos:
I – ampliar o acesso aos serviços de saúde;
II – promover a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de agravos à saúde do trabalhador;
III – reduzir ausências ao trabalho decorrentes de doenças evitáveis;

IV – fortalecer as ações de atenção básica em saúde.
Art. 3º. O Programa Saúde do Trabalhador será executado de segunda a sexta-feira, no horário das **17h00 às 22h00**, na **Unidade Básica de Saúde do Município**, caracterizando o **terceiro turno de atendimento** da Secretaria Municipal de Saúde.

DA ESTRUTURA E DA EQUIPE MÍNIMA
Art. 4º - Para a execução do Programa será constituída, no mínimo, a seguinte equipe multiprofissional:
I – 01 (um) Médico;
II – 01 (um) Enfermeiro;
III – 01 (um) Técnico em Enfermagem;
IV – 01 (um) Farmacêutico.
Art. 5º. Os profissionais que integrarem o Programa cumprirão **jornada de trabalho de 25 (vinte e cinco) horas semanais**, a ser distribuída conforme escala definida pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as necessidades do serviço, a legislação trabalhista e estatutária aplicável e as normas do Sistema Único de Saúde – SUS.
DA CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
Art. 6º. A execução do Programa poderá ocorrer mediante:
I – contratação de profissionais por **Processo Seletivo Simplificado – PSS**, nos termos da legislação municipal vigente;

II – contratação por meio de **procedimento licitatório**, quando cabível, para prestação de serviços na área da saúde;
III – utilização de servidores efetivos já integrantes do quadro de pessoal do Município, na forma prevista nesta Lei.
§ 1º – Poderá, para execução do programa ser realizada a utilização de servidores efetivos já integrantes do quadro de pessoal do Município, na forma prevista nesta Lei
§ 2º - As contratações previstas nos incisos I e II deste artigo terão caráter temporário e estarão condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira do Município.
§ 3º - A contratação observará, em qualquer hipótese, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
Art. 7. Para atender as necessidades temporárias do Programa Saúde do Trabalhador, a Administração poderá efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado, pelo regime jurídico único, nos termos do Art. 37, inciso IX, da Constituição Federal
Art. 8. Em razão do disposto nesta Lei, ficam criados, os seguintes cargos específicos destinados à execução do Programa Saúde do Trabalhador:
I – 01 (um) cargo de **Médico Generalista** do Programa Saúde do Trabalhador, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, com Graduação em Medicina e Registro no Conselho regional de Medicina – CRM, salário bruto mensal de R$ 11.813,51 (onze mil, oitocentos e treze reais e cinquenta e um centavos), nível 62 do anexo III (Tabela de Vencimentos) da Lei Municipal nº 1104/2015.
II – 01 (um) cargo de **Enfermeiro** do Programa Saúde do Trabalhador – 25 (vinte e cinco) horas semanais, com curso com Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, salário bruto mensal de R$ 3.502,24 (três mil, quinhentos e dois reais e vinte e quatro centavos), nível 31 do anexo III (Tabela de Vencimentos) da Lei Municipal 1104/2015.
III – 01 (um) cargo de **Técnico em Enfermagem** do Programa Saúde do Trabalhador – 25 (vinte e cinco) horas semanais, curso Técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN, salário bruto mensal de R$ 1.944,67 (um mil, novecentos e quarenta e quatro raiais e sessenta e sete centavos), nível 16 do anexo III (Tabela de Vencimentos) da Lei Municipal nº 1104/2015.
IV – 01 (um) cargo de **Farmacêutico** do Programa Saúde do Trabalhador – 25 (vinte e cinco) horas semanais, com Graduação em Farmácia e Registro no Conselho Regional de Farmácia - CRF, salário bruto mensal de R$ 3.238,02 (três mil, duzentos e trinta e oito reais e dois centavos), nível 29 do anexo III (Tabela de Vencimentos) da Lei Municipal 1104/2015.
Parágrafo único. As remunerações acima especificadas serão reajustadas conforme alteração do quadro geral do Município, inclusive no mesmo percentual, bem como para as atividades consideradas insalubres será efetuado o pagamento do adicional de insalubridade conforme laudo de condições ambientais de trabalho, no percentual estabelecido no Estatuto dos Servidores Municipais.
Art. 9. As atribuições dos cargos criados constarão no anexo I desta Lei.
Art. 10. As contratações serão feitas por tempo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses.
Art. 11. Aos Profissionais temporários serão assegurados os mesmos direitos previstos no Estatuto dos Servidores do Município de Cruzeiro do Iguaçu no que se referir a:
Cobertura previdenciária;

Insalubridade;
III– adicional de férias ao tempo de serviço prestado;
IV- licença-maternidade;
V - licença-paternidade;
VI - gratificação natalina proporcional ao tempo de serviço prestado;
VII – salario-familia;
VIII - afastamentos decorrentes de:
a) casamento;
b) falecimento do cônjuge, pais, filhos ou irmãos;

Parágrafo Único. Em caso de afastamentos a que se refere o inciso VIII e suas alíneas, os contratados deverão apresentar justificativa ao órgão nos seguintes prazos:
I – para casamento: antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
II – luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão: até 72 (setenta e duas) horas após a ocorrência diretamente ao departamento de Recursos Humanos, devendo ser apresentado o documento de justificativa na data do retorno do trabalho, sob pena de rescisão contratual.

Art. 12. São deveres do contratado:
I - ser assíduo;
II - ser pontual;
III - exercer com zelo e dedicação as atribuições que lhe forem conferidas;
IV - observar normas legais e regulamentares;
V - cumprir ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
VI - tratar a todos com urbanidade;
VII - ser eficiente;
VIII - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;
IX - apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso;

Parágrafo Único. É motivo de exoneração, nos termos desta lei, a ausência ao serviço por mais de 07 (sete) dias úteis consecutivos, sem motivo justificado.

Art. 13. Ao contratado na forma da presente Lei é vedada a prática dos seguintes atos:
I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem autorização do chefe imediato;
II - retirar, sem prévia autorização do chefe imediato, qualquer documento ou objeto da repartição ou local onde desempenha suas respectivas atribuições;
III – repassar a outrem, servidor ou não, o desempenho de suas atribuições;
IV – prevaricar, receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer natureza, em razão do exercício da função temporária para a qual fora contratado;
V - retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização competente, qualquer documento do órgão municipal, com o fim de criar direito, obrigação ou alterar a verdade dos fatos;
VI - entreter-se nos locais e horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço;
VII - empregar materiais e bens do Município em serviço particular;
VIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais e funcionais quando solicitado;
IX – recusar-se ao remanejamento do local de trabalho quando necessário e mediante solicitação da Secretaria de Saúde.
Art. 14. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:
I – pelo término do prazo contratual e respectivas prorrogações;
II– por iniciativa do contratado e/ou contratante, a qualquer tempo, sem prévio aviso, garantindo o pagamento das verbas rescisórias constantes na presente Lei, em qualquer caso;
III– pela extinção do Programa;
IV – pela conversão do programa temporário, em ação permanente do Governo Municipal.
Parágrafo Único. O contratado que descumprir deveres ou infringir proibições desta Lei ficará impedido de participar dos processos seletivos simplificados por um período de 05 (cinco) anos, garantindo contraditório e ampla defesa ao acusado.

DA ATUAÇÃO DE SERVIDORES DO QUADRO EFETIVO
Art. 15. O Programa Saúde do Trabalhador poderá ser executado, total ou parcialmente, por **servidores públicos municipais já pertencentes ao quadro efetivo**, ocupantes dos cargos de Médico, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Farmacêutico.
§ 1º - A participação dos servidores de que trata o caput poderá ocorrer mediante:
I – compensação de jornada; e/ou
II – percepção de gratificação específica pelo desempenho das atividades no horário estendido; e/ou
III – pagamento de horas extras, quando legalmente permitido.
§ 2º - A forma de compensação de jornada, a concessão de gratificação ou o pagamento de horas extras dependerão de autorização da Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação municipal vigente e a disponibilidade orçamentária.
Art. 16. Quanto ao **Médico** integrante do Programa:
I – exercerá suas atividades no horário estendido **mediante compensação de jornada**;
II – a forma de compensação será definida pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitada a carga horária semanal do cargo;
III – fica **vedado o pagamento de gratificação ou horas extras**, a fim de não ultrapassar o teto remuneratório municipal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.
Art. 17. Quanto aos **demais servidores da equipe** (Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Farmacêutico):
I – poderão receber **gratificação específica** pelo desempenho das atividades no horário estendido, quando compatível com a natureza da função e com a legislação municipal vigente; ou
II – poderão receber **horas extras**, desde que previstas em legislação municipal e expressamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde; e/ou
III – poderão exercer suas atividades no horário estendido **mediante compensação de jornada**, respeitada a carga horária semanal do cargo.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 18. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 19. A Secretaria Municipal de Saúde poderá expedir atos complementares necessários à regulamentação e operacionalização do Programa Saúde do Trabalhador, Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

I – planejar, coordenar e avaliar as ações do Programa;
II – manter controle, registro detalhado dos atendimentos realizados;
III – garantir os recursos humanos, materiais e administrativos necessários à execução do Programa.

Art. 20. A contratação do profissional temporário nos termos desta Lei não confere direito nem expectativa de estabilidade no serviço público municipal.

Art. 21. É vedada a nomeação e/ou designação do profissional temporário para exercer qualquer função alheia a que se inscreveu no processo seletivo simplificado

Art. 23. Compete a comissão do processo seletivo, a qual será nomeada através de decreto do Prefeito Municipal, iniciando-se o procedimento de seleção, mediante inscrição prevista na Normativa do Processo Seletivo.

Art. 24. Os casos omissos serão tratados de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cruzeiro do Iguaçu e Estatuto do Magistério de Cruzeiro do Iguaçu, sendo válida a legislação mais recente em caso de conflito.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Registre-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

LEI Nº 1640-2026
ANEXO I
CARGOS E ATRIBUIÇOES DOS CARGOS DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Nº de cargos	**Denominação**	**Nível** anexo III (Tabela de Vencimentos) da Lei Municipal 1104/2015	**Remuneração**	**Carga horária mínima semanal**	**Exigências**
01	Médico Generalista	62	R$ 11.813,51	25 horas	Graduação em Medicina e Registro no Conselho regional de Medicina – CRM
01	Enfermeiro	31	R$ 3.502,24	25 horas	Graduação em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN
01	Farmacêutico	29	R$ 3.238,02	25 horas	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN
01	Técnico em Enfermagem	16	R$ 1.944,67	25 horas	Graduação em Farmácia e Registro no Conselho Regional de Farmácia - CRF

CARGO: MÉDICO GENERALISTA DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR
Escolaridade e Requisitos: Graduação em Medicina e registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM.

Atribuições:
I – realizar atendimentos médicos clínicos no horário estendido do Programa;
II – efetuar consultas, diagnósticos, solicitações e interpretação de exames;
III – prescrever tratamentos, medicamentos e orientações terapêuticas;
IV – atender casos de urgência e emergência de baixa complexidade;
V – realizar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do trabalhador;
VI – encaminhar pacientes para atendimento especializado quando necessário;
VII – registrar atendimentos em prontuário físico ou eletrônico;
VIII – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;
IX – cumprir normas técnicas, éticas e administrativas do SUS e da Secretaria Municipal de Saúde;
X – responsabilidade técnica pelo programa e pelo estabelecimento de saúde,
XI – executar outras atividades correlatas compatíveis com a função.

CARGO: ENFERMEIRO DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Escolaridade e Requisitos: Graduação em Enfermagem e registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.
Atribuições:
I – planejar, organizar, coordenar e executar as ações de enfermagem no horário estendido;
II – realizar consulta de enfermagem e procedimentos privativos do enfermeiro;
III – supervisionar as atividades do técnico em enfermagem;
IV – executar ações de promoção, prevenção e educação em saúde;
V – prestar assistência direta aos usuários do Programa;
VI – participar da elaboração de protocolos e fluxos de atendimento;
VII – registrar informações em prontuário e sistemas oficiais;
VIII – zelar pelos materiais, medicamentos e equipamentos sob sua responsabilidade;
IX – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;
X – responsabilidade técnica pelo programa e pelo estabelecimento de saúde,
XI – executar outras atividades compatíveis com a natureza do cargo.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Escolaridade e Requisitos: Curso Técnico em Enfermagem e registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem – COREN.

Atribuições:
I – prestar assistência de enfermagem sob supervisão do enfermeiro;
II – aferir sinais vitais e preparar pacientes para consultas e procedimentos;
III – administrar medicamentos conforme prescrição médica ou de enfermagem;
IV – realizar curativos, coleta de material para exames e demais procedimentos técnicos;
V – auxiliar no atendimento de urgências de baixa complexidade;
VI – organizar e manter a sala de atendimento em condições adequadas;
VII – registrar informações e procedimentos realizados;
VIII – cumprir normas de biossegurança e rotinas da unidade de saúde;
IX – executar outras atividades correlatas compatíveis com o cargo.

CARGO: FARMACÊUTICO DO PROGRAMA SAÚDE DO TRABALHADOR

Escolaridade e Requisitos: Graduação em Farmácia e registro ativo no Conselho Regional de Farmácia – CRF.
Atribuições:
I – realizar a dispensação de medicamentos no horário estendido do Programa;
II – promover a atenção farmacêutica e orientar os usuários quanto ao uso correto dos medicamentos;
III – controlar, armazenar e zelar pela conservação dos medicamentos e insumos;

IV – acompanhar prescrições médicas, verificando interações e dosagens;
V – participar de ações educativas voltadas à saúde do trabalhador;
VI – manter registros e relatórios de controle farmacêutico;
VII – garantir o cumprimento das normas sanitárias e técnicas vigentes;
VIII – atuar de forma integrada com a equipe multiprofissional;
IX – executar outras atividades compatíveis com a função.

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkoski Vieira
Código Identificador:C14E7ADC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 012/2026, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

DECRETO Nº 012/2026, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

Dispõe sobre a alteração dos valores da Programação Financeira e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o exercício de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Artigo 6º do Decreto Municipal nº. 253, de 23/12/2025.

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam alterados conforme demonstrativos em anexo, os valores da Programação Financeira da Receita Mensal, da Programação Financeira Bimestral e do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, constantes nos anexos I, II e III respectivamente do Decreto Municipal nº. 253, de 23 de dezembro de 2025.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30/01/2026.

Saudade do Iguaçu, 30 de janeiro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR							
DECRETO Nº 012/2026 - ANEXO I							
Artigo 8º da LC 101/2000							
Programação Financeira da Receita Mensal							
Exercício 2026							
ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL**						**Total Programação Financeira**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	
RECEITAS CORRENTES	6.083.525,33	5.723.144,93	5.867.686,43	5.737.994,93	5.797.595,93	5.853.894,93	72.813.533,00
	6.387.802,93	5.684.558,93	6.396.120,43	5.671.555,93	5.629.905,93	7.979.746,37	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB DE MELHORIA	374.669,00	372.481,00	378.981,00	395.881,00	421.381,00	512.881,00	5.037.591,00
	399.381,00	390.143,00	389.681,00	389.681,00	389.681,00	622.750,00	
IMPOSTOS	364.304,00	363.165,00	363.165,00	363.165,00	408.165,00	498.165,00	4.877.366,00
	388.165,00	379.165,00	379.165,00	379.165,00	379.165,00	612.412,00	
TAXAS	10.365,00	9.316,00	15.816,00	32.716,00	13.216,00	14.716,00	160.225,00
	11.216,00	10.978,00	10.516,00	10.516,00	10.516,00	10.338,00	
CONTRIBUIÇÕES	51.618,00	51.050,00	51.050,00	51.050,00	51.050,00	81.050,00	650.571,00
	53.452,00	52.050,00	52.050,00	52.050,00	52.050,00	52.051,00	
CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO DO SERV ILUMINAÇÃO PUBLICA	51.618,00	51.050,00	51.050,00	51.050,00	51.050,00	81.050,00	650.571,00
	53.452,00	52.050,00	52.050,00	52.050,00	52.050,00	52.051,00	
RECEITA PATRIMONIAL	64.640,00	65.090,00	54.790,00	49.690,00	49.690,00	46.690,00	574.950,00
	46.696,00	39.548,00	39.548,00	39.548,00	39.548,00	39.472,00	
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOB. DO ESTADO	1.300,00	-	-	-	-	-	1.300,00
	-	-	-	-	-	-	
VALORES MOBILIÁRIOS	63.340,00	65.090,00	54.790,00	49.690,00	49.690,00	46.690,00	573.650,00
	46.696,00	39.548,00	39.548,00	39.548,00	39.548,00	39.472,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	13.337,00	11.323,00	11.323,00	11.323,00	11.323,00	11.323,00	141.788,00
	11.323,00	15.306,00	11.323,00	11.323,00	11.323,00	11.238,00	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	455,00	-	-	-	-	-	455,00
	-	-	-	-	-	-	
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	17.000,00
	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.416,00	1.424,00	
OUTROS SERVIÇOS	11.466,00	9.907,00	9.907,00	9.907,00	9.907,00	9.907,00	124.333,00
	9.907,00	13.890,00	9.907,00	9.907,00	9.907,00	9.814,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.572.078,33	5.217.417,93	5.365.759,43	5.224.267,93	5.258.368,93	5.196.167,93	66.337.889,00
	5.871.167,93	5.181.728,93	5.897.735,43	5.173.170,93	5.131.520,93	7.248.504,37	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	2.213.740,33	2.234.437,33	2.384.028,83	2.234.437,33	2.295.388,33	2.234.437,33	29.134.512,00
	2.924.337,33	2.234.137,33	2.926.033,83	2.226.340,33	2.213.540,33	3.013.653,37	

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR							
DECRETO Nº 012/2026 - ANEXO I							
Artigo 8º da LC 101/2000							
Programação Financeira da Receita Mensal							
Exercício 2026							
ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL**						**Total Programação Financeira**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	

TRANSF DOS ESTADOS E DO DF E DE SUAS ENTIDADES	2.760.866,00	2.385.508,60	2.384.258,60	2.392.358,60	2.365.508,60	2.364.258,60	30.020.250,00
	2.349.358,60	2.345.508,60	2.374.229,60	2.349.358,60	2.320.508,60	3.628.527,00	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.472,00	1.472,00	1.472,00	1.472,00	1.472,00	1.472,00	22.280,00
	1.472,00	6.083,00	1.472,00	1.472,00	1.472,00	1.477,00	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	596.000,00	596.000,00	596.000,00	596.000,00	596.000,00	596.000,00	7.160.847,00
	596.000,00	596.000,00	596.000,00	596.000,00	596.000,00	604.847,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.183,00	5.783,00	5.783,00	5.783,00	5.783,00	5.783,00	70.744,00
	5.783,00	5.783,00	5.783,00	5.783,00	5.783,00	5.731,00	
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	783,00	83,00	83,00	83,00	83,00	83,00	1.700,00
	83,00	83,00	83,00	83,00	83,00	87,00	
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	6.400,00	5.700,00	5.700,00	5.700,00	5.700,00	5.700,00	69.044,00
	5.700,00	5.700,00	5.700,00	5.700,00	5.700,00	5.644,00	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL	461.602,20	1.698.234,20	1.898.236,20	1.731.568,20	1.676.069,90	1.070.896,20	9.653.506,31
	910.899,41	200.000,00	6.000,00	-	-	-	
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	903.020,00	823.020,00	819.020,00	819.020,00	819.020,00	827.675,00	10.150.655,00
	815.020,00	815.020,00	816.200,00	817.800,00	810.240,00	1.065.600,00	
RECEITA TOTAL	**5.642.107,53**	**6.598.359,13**	**6.946.902,63**	**6.650.543,13**	**6.654.645,83**	**6.097.116,13**	**72.316.384,31**
	6.483.682,34	**5.069.538,93**	**5.585.920,43**	**4.853.755,93**	**4.819.665,93**	**6.914.146,37**	

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR

DECRETO Nº 012/2026 - ANEXO II

Artigo 13 da LC 101/2000

Programação Financeira - Metas Bimestrais de Arrecadação 2026

ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA BIMESTRAL**						**Total Programação Financeira**
	1º Bimestre	**2º Bimestre**	**3º Bimestre**	**4º Bimestre**	**5º Bimestre**	**6º Bimestre**	
	Até Bimestre	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	
RECEITAS CORRENTES	11.806.670,26	11.605.681,36	11.651.490,86	12.072.361,86	12.067.676,36	13.609.652,30	72.813.533,00
	11.806.670,26	23.412.351,62	35.063.842,48	47.136.204,34	59.203.880,70	72.813.533,00	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB DE MELHORIA	747.150,00	774.862,00	934.262,00	789.524,00	779.362,00	1.012.431,00	5.037.591,00
	747.150,00	1.522.012,00	2.456.274,00	3.245.798,00	4.025.160,00	5.037.591,00	
IMPOSTOS	727.469,00	726.330,00	906.330,00	767.330,00	758.330,00	991.577,00	4.877.366,00
	727.469,00	1.453.799,00	2.360.129,00	3.127.459,00	3.885.789,00	4.877.366,00	
TAXAS	19.681,00	48.532,00	27.932,00	22.194,00	21.032,00	20.854,00	160.225,00
	19.681,00	68.213,00	96.145,00	118.339,00	139.371,00	160.225,00	
CONTRIBUIÇÕES	102.668,00	102.100,00	132.100,00	105.502,00	104.100,00	104.101,00	650.571,00
	102.668,00	204.768,00	336.868,00	442.370,00	546.470,00	650.571,00	
CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO DO SERV ILUMINAÇÃO PUBLICA	102.668,00	102.100,00	132.100,00	105.502,00	104.100,00	104.101,00	650.571,00
	102.668,00	204.768,00	336.868,00	442.370,00	546.470,00	650.571,00	
RECEITA PATRIMONIAL	129.730,00	104.480,00	96.380,00	86.244,00	79.096,00	79.020,00	574.950,00
	129.730,00	234.210,00	330.590,00	416.834,00	495.930,00	574.950,00	
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOB. DO ESTADO	1.300,00	-	-	-	-	-	1.300,00
	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	1.300,00	
VALORES MOBILIÁRIOS	128.430,00	104.480,00	96.380,00	86.244,00	79.096,00	79.020,00	573.650,00
	128.430,00	232.910,00	329.290,00	415.534,00	494.630,00	573.650,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	24.660,00	22.646,00	22.646,00	26.629,00	22.646,00	22.561,00	141.788,00
	24.660,00	47.306,00	69.952,00	96.581,00	119.227,00	141.788,00	
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	455,00	-	-	-	-	-	455,00
	455,00	455,00	455,00	455,00	455,00	455,00	
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	2.832,00	2.832,00	2.832,00	2.832,00	2.832,00	2.840,00	17.000,00
	2.832,00	5.664,00	8.496,00	11.328,00	14.160,00	17.000,00	
OUTROS SERVIÇOS	21.373,00	19.814,00	19.814,00	23.797,00	19.814,00	19.721,00	124.333,00
	21.373,00	41.187,00	61.001,00	84.798,00	104.612,00	124.333,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.789.496,26	10.590.027,36	10.454.536,86	11.052.896,86	11.070.906,36	12.380.025,30	66.337.889,00
	10.789.496,26	21.379.523,62	31.834.060,48	42.886.957,34	53.957.863,70	66.337.889,00	
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.448.177,66	4.618.466,16	4.529.825,66	5.158.474,66	5.152.374,16	5.227.193,70	29.134.512,00
	4.448.177,66	9.066.643,82	13.596.469,48	18.754.944,14	23.907.318,30	29.134.512,00	
TRANSF DOS ESTADOS E DO DF E DE SUAS ENTIDADES	5.146.374,60	4.776.617,20	4.729.767,20	4.694.867,20	4.723.588,20	5.949.035,60	30.020.250,00
	5.146.374,60	9.922.991,80	14.652.759,00	19.347.626,20	24.071.214,40	30.020.250,00	

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR

DECRETO Nº 012/2026 - ANEXO II

Artigo 13 da LC 101/2000

Programação Financeira - Metas Bimestrais de Arrecadação 2026

ESPECIFICAÇÃO	**PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA BIMESTRAL**						**Total Programação Financeira**
	1º Bimestre	**2º Bimestre**	**3º Bimestre**	**4º Bimestre**	**5º Bimestre**	**6º Bimestre**	
	Até Bimestre	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	**Até Bimestre**	
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.944,00	2.944,00	2.944,00	7.555,00	2.944,00	2.949,00	22.280,00
	2.944,00	5.888,00	8.832,00	16.387,00	19.331,00	18.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.192.000,00	1.192.000,00	1.192.000,00	1.192.000,00	1.192.000,00	1.200.847,00	7.160.847,00
	1.192.000,00	2.384.000,00	3.576.000,00	4.768.000,00	5.960.000,00	7.160.847,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.966,00	11.566,00	11.566,00	11.566,00	11.566,00	11.514,00	70.744,00
	12.966,00	24.532,00	36.098,00	47.664,00	59.230,00	70.744,00	
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	866,00	166,00	166,00	166,00	166,00	170,00	1.700,00
	866,00	1.032,00	1.198,00	1.364,00	1.530,00	1.700,00	
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	12.100,00	11.400,00	11.400,00	11.400,00	11.400,00	11.344,00	69.044,00
	12.100,00	23.500,00	34.900,00	46.300,00	57.700,00	69.044,00	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL	2.159.836,40	3.629.804,40	2.746.966,10	1.110.899,41	6.000,00	-	9.653.506,31
	2.159.836,40	5.789.640,80	8.536.606,90	9.647.506,31	9.653.506,31	9.653.506,31	
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	1.726.040,00	1.638.040,00	1.646.695,00	1.630.040,00	1.634.000,00	1.875.840,00	10.150.655,00
	1.726.040,00	3.364.080,00	5.010.775,00	6.640.815,00	8.274.815,00	10.150.655,00	
RECEITA TOTAL	**12.240.466,66**	**13.597.445,76**	**12.751.761,96**	**11.553.221,27**	**10.439.676,36**	**11.733.812,30**	**72.316.384,31**
	12.240.466,66	**25.837.912,42**	**38.589.674,38**	**50.142.895,65**	**60.582.572,01**	**72.316.384,31**	

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR							
DECRETO Nº 012/2026 - ANEXO III							
Artigo 8º da LC nº 101/2000							
Cronograma Mensal de Desembolso e Transferências							
Exercício de 2026							
DESPESAS	**ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA**						
Categoria Econ / G de Natureza	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**ACUMULADO**
DESPESAS CORRENTES	**5.861.904,54**	**5.524.425,40**	**5.326.619,31**	**5.020.704,86**	**4.884.589,31**	**4.862.089,31**	**63.017.332,18**
	4.810.247,83	**4.731.489,31**	**4.703.889,31**	**4.720.283,81**	**4.666.392,31**	**7.904.696,88**	
Pessoal e Encargos Sociais	3.096.742,31	2.580.215,00	2.555.215,00	2.455.215,00	2.435.215,00	2.435.215,00	**32.624.510,31**
	2.435.115,00	2.434.915,00	2.434.915,00	2.434.915,00	2.424.915,00	4.901.918,00	
Juros e Enc da Dívida	106.000,00	106.000,00	106.000,00	106.000,00	106.000,00	106.000,00	**1.281.000,00**
	106.000,00	106.000,00	106.000,00	106.000,00	106.000,00	115.000,00	
Outras Despesas Correntes	2.659.162,23	2.838.210,40	2.665.404,31	2.459.489,86	2.343.374,31	2.320.874,31	**29.111.821,87**
	2.269.132,83	2.190.574,31	2.162.974,31	2.179.368,81	2.135.477,31	2.887.778,88	
DESPESAS DE CAPITAL	**645.021,75**	**3.112.534,76**	**2.718.303,54**	**2.591.694,79**	**2.053.762,70**	**1.363.589,00**	**14.730.249,15**
	1.179.592,61	**302.550,00**	**102.550,00**	**102.550,00**	**167.300,00**	**390.800,00**	
Investimentos	578.021,75	3.045.534,76	2.651.303,54	2.524.694,79	1.986.762,70	1.296.589,00	**13.919.249,15**
	1.112.592,61	235.550,00	35.550,00	35.550,00	100.300,00	316.800,00	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00	**811.000,00**
	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00	67.000,00	74.000,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	650.000,00	**650.000,00**
TOTAL DESPESAS	**6.506.926,29**	**8.636.960,16**	**8.044.922,85**	**7.612.399,65**	**6.938.352,01**	**6.225.678,31**	**78.397.581,33**
	5.989.840,44	**5.034.039,31**	**4.806.439,31**	**4.822.833,81**	**4.833.692,31**	**8.945.496,88**	

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - PR							
DECRETO Nº 012/2025 - ANEXO III							
Artigo 8º da LC nº 101/2000							
Cronograma Mensal de Desembolso e Transferências							
Exercício de 2026							
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**ACUMULADO**
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	
TRANSFERÊNCIAS	**330.000,00**	**315.000,00**	**315.000,00**	**315.000,00**	**315.000,00**	**315.000,00**	**3.782.796,71**
	315.000,00	**315.000,00**	**315.000,00**	**315.000,00**	**315.000,00**	**302.796,71**	
Poder Legislativo	330.000,00	315.000,00	315.000,00	315.000,00	315.000,00	315.000,00	**3.782.796,71**
	315.000,00	315.000,00	315.000,00	315.000,00	315.000,00	302.796,71	
TOTAL GERAL CRONOGRAMA	**6.836.926,29**	**8.951.960,16**	**8.359.922,85**	**7.927.399,65**	**7.253.352,01**	**6.540.678,31**	**82.180.378,04**
	6.304.840,44	**5.349.039,31**	**5.121.439,31**	**5.137.833,81**	**5.148.692,31**	**9.248.293,59**	

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:1D1EBBBF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RELATÓRIO DE GESTÃO DO FMDCA 6º BIMESTRE 2025

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RELATÓRIO DE GESTÃO
6º BIMESTRE DE 2025

Relatório de Gestão elaborado com o objetivo principal de demonstrar acerca da execução das ações de governo na área de direitos da criança e do adolescente que são desenvolvidas através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Saudade do Iguaçu, trazendo informações sobre as fontes de financiamento e também sobre as aplicações dos recursos referentes ao **Sexto Bimestre de 2025.**

1.0 - REALIZAÇÃO DAS RECEITA

RECEITAS		**PREVISÃO**	**ARRECADAÇÃO**	
DESCRIÇÃO	**FONTE**	**ATUALIZADA**	**NO BIM**	**ACUM ANO**
RENDIMENTOS BANCÁRIOS		**26.568,76**	**18.755,58**	**68.198,38**
Rend Fonte Livre do Município	000			
Rend Incentivo Atenção Criança e Adolesc	872			
Rend Incentivo SCFV FIA/PR	891		-	
Rend Doações ao FMDCA/ECA	880	100,00	496,83	5.303,45
Rend Programa Primeira Infancia FIA/PR	905	5.735,00	223,17	5.376,17
Rendimento Incentivo Acesso a Produtos de Higiêne Intima- FIA/PR	928	-	-	
Construção de Creche FIA- PR	953	20.733,76	11.098,01	33.579,45
Rendimento Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR	968	-	6.937,57	23.939,31
REPASSES DO MUNICÍPIO		**354.900,00**	**12.972,47**	**79.203,95**
Receitas de Fonte Livre do Município	000	354.900,00	12.972,47	79.203,95
Receitas de Alienação de Ativos	501	-	-	-
REPASSES FEDERAIS		-	-	-
REPASSES ESTADUAIS		**2.018.882,80**	-	**877.829,38**
Incentivo Atenção Criança e Adolesc FIA/PR	872	-	-	-
Incentivo SCFV - FIA/PR	891	-	-	-
Programa Primeira Infancia FIA/PR	905	-	-	-
Incentivo Acesso a Produtos de Higiêne Intima - FIA/PR	928			
Construção de Creche FIA- PR	953	1.863.882,80	-	467.829,38
Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR	968	155.000,00	-	410.000,00
REPASSES DE INSTIT PRIVADAS		**6.000,00**	-	**9.546,71**
Doações ao FMDCA/ECA	880	6.000,00	-	9.546,71
TOTAL		**2.406.351,56**	**31.728,05**	**1.034.778,42**

1.1 – RECEITAS POR FONTES DE RECURSOS

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO	
DESCRIÇÃO	FONTE		NO BIM	ACUM ANO
Receitas de Fonte Livre do Município	000	354.900,00	12.972,47	79.203,95
Incentivo Atenção Criança e Adolesc FIA/PR	872	-	-	-
Doações ao FMDCA/ECA	880	6.100,00	496,83	14.850,16
Incentivo SCFV - FIA/PR	891	-	-	-
Programa Primeira Infância FIA/PR	905	5.735,00	223,17	5.376,17
Incentivo Acesso a Produtos de Higiene Intima - FIA/PR	928	-	-	-
Construção de Creche FIA- PR	953	1.884.616,56	11.098,01	501.408,83
Incentivo Estadual Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes - FIA/PR	968	155.000,00	6.937,57	433.939,31
TOTAL		**2.406.351,56**	**31.728,05**	**1.034.778,42**

2.0 EXECUÇÃO DAS DESPESAS ATÉ 31/12/2025:

DESPESAS CORRENTES	ORÇADA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
	661.519,63	**350.857,34**	**282.555,59**	**281.919,55**
Pessoal e Encargos Sociais	52.000,00	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	609.519,63	350.857,34	282.555,59	281.919,55
DE CAPITAL	**2.376.024,11**	**958,00**	**958,00**	**958,00**
Investimentos	2.376.024,11	958,00	958,00	958,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-
TOTAL	**3.037.543,74**	**351.815,34**	**283.513,59**	**282.877,55**

2.1– DESPESAS ABERTAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO:

DESPESAS ADICIONAIS ABERTAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2024	
FONTE DE RECURSOS	VALOR ABERTO
20000 - Recursos Ordinários Livres- Superavit	310.000,00
2880 - Doações ao FMDCA/ECA	75.000,00
2905 - Programa Primeira Infancia FIA/PR	70.742,63
2953 - Construção da Creche FIA/PR	135.449,55
2501 - Receitas de Alienação de Ativos	40.000,00
TOTAL DAS FONTES	**631.192,18**

2.2- DESPESA LIQUIDADA POR AÇÃO DE GOVERNO:

AÇÕES DE GOVERNO - FMDCA		ORÇADA	DESPESAS	
Nº	DESCRIÇÃO/NOME	ATUALIZADA	NO BIMESTRE	NO ANO
6.001	Políticas Públicas para o Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente	2.942.543,74	104.129,74	344.449,38
6.002	Manutenção do Programa Capacitando para o Trabalho	95.000,00	1.727,42	7.365,96
				-
TOTAL		**3.037.543,74**	**105.857,16**	**351.815,34**

Obs: Neste relatório de gestão, do 1º ao 5º bimestre, considera-se despesa executada a despesa liquidada em cada período e para o 6º bimestre considera-se despesa executada a despesa liquidada mais os empenhos inscritos em restos a pagar não processados.

2.3– DETALHAMENTO DA DESPESA EXECUTADA

DESPESAS CORRENTES	Natureza das Despesas	ORÇADA NO ANO	EMPENHADO	
			NO BIM	NO ANO
		661.519,63	**104.899,16**	**350.857,34**
Transferências a Instituições Privadas s/ fins - Pessoal e Enc	3.1.50.43	2.000,00		-
Transferências a Instituições Privadas s/ fins - Outras Desp Correntes	3.3.50.43	2.000,00		-
Transferências a Municípios - Pessoal e Encargos	3.1.40.41	50.000,00	-	-
Transferências a Municípios - Outras Desp Correntes	3.3.40.41	5.000,00	-	-
Diárias	3.3.90.14	2.000,00	-	-
Auxilio Financeiro a Estudantes	3.3.90.18	1.000,00	-	-
Material de Consumo	3.3.90.30	221.099,28	41.852,93	183.326,04
Premiações Culturais, Artísticas, Cientificas	3.390.31	7.000,00	5.389,24	5.389,24
Material, Bem ou Serviço P/ Distr. Gratuita	3.3.90.32	101.320,35	29.932,64	48.264,05
Passagens e Despesas com Locomoção	3.3.90.33	3.000,00	-	-
Outras Desp de Pessoal - Terceirização	3.3.90.34	2.000,00	-	-
Serviços de Consultoria	3.390.35	1.000,00	-	-
Outros Serviços de Terceiros - PF	3.3.90.36	3.000,00	-	-
Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.3.90.39	254.100,00	27.724,35	113.588,99
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	3.3.90.40	2.000,00	-	-
Obrigações Tributárias e Contributivas	3.3.90.47	2.000,00	-	289,02
Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	3.3.90.48	2.000,00	-	-
Indenizaçãoes e Restituições	3.3.90.93	1.000,00	-	-
CAPITAL		**2.376.024,11**	**958,00**	**958,00**
Obras e Instalações	4.4.90.51	2.371.066,11	-	-
Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52	3.958,00	958,00	958,00
Indenizações e Restituições	4.490.93	1.000,00		-
TOTAL GERAL		**3.037.543,74**	**105.857,16**	**351.815,34**

3.0- EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSOS ATÉ 31/12/2025:

	SALDO EM	RECEITA	DESPESA	DESPESA	RESTOS	SALDO
FONTES	**01/01/2025**	**ACUM DO ANO**	**EMPENHADA**	**PAGA**	**PAGOS**	**FINAL**
000	4.800,45	79.203,95	80.131,98	78.646,75	-	5.357,65
880	83.061,46	14.850,16	69.055,73	69.055,73	345,00	28.510,89
905	71.262,33	5.376,17	76.115,30	76.109,04	519,70	9,76
953	135.449,55	501.408,83	-	-	-	636.858,38
968		433.939,31	126.512,33	59.066,03		374.873,28
TOTAL	**294.573,79**	**1.034.778,42**	**351.815,34**	**282.877,55**	**864,70**	**1.045.609,96**

4.0– ATENDIMENTOS/SERVIÇOS PRESTADOS COM OS RECURSOS DO FMDCA:

SERVIÇO/ATIVIDADE PRESTADO	PÚBLICO ATENDIDO	ATEND NO BIM
Manutenção dos Programas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados com recursos do FMDCA	Crianças de 0 a 6 anos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	24
Manutenção dos Programas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados com recursos do FMDCA	Crianças e Adolescentes de 07 a 14 anos de idade	156
Manutenção dos Programas desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados com recursos do FMDCA	Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos de idade	08
Manutenção da Casa Abrigo em Chopinzinho	Crianças e adolescentes com necessidade de abrigamento temporário	00
Manutenção do Programa Capacitando para o Trabalho	Adolescentes e jovens entre 16 e 21 anos	01
Acompanhamento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (Prestação de Serviço a Comunidade)	Adolescentes 12-18 anos	02

Saudade do Iguaçu, 29 de janeiro de 2026.

VIVIANE BERRA GIACOMINI
Gestora do FMDCA

MARIZA BOM
Contadora
Responsável Pelas Informações Financeiras

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:D03E416D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2025 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato das Atas de Registro de Preços Nº 18/2026, Nº 19/2026, Nº 20/2026, Nº 21/2026 Nº 22/2026 e Nº 23/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 54/2025.
VALIDADE: 12 (doze) meses

1.DO OBJETO
Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pneus, câmeras de ar e protetores.
2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.

4.DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1.Os preços, as empresas, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2026 - PMSI
TEREZA PNEUS LTDA; CNPJ/MF sob Nº 01.179.914/0001-24

LT	IT	PRODUTO	UN	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	1	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 175/70 R13 radial liso, largura 175mm, índice de peso 82, índice de velocidade T. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de entradas e INMETRO.	UN	IRONHEAD/REFLEX	42	R$ 302,30	R$ 12.696,60
1	5	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 185/65 R14 radial liso, largura 185mm, índice de peso 86, índice de velocidade T. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	HORIZON/RADIAL	40	R$ 334,20	R$ 13.368,00
1	6	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 195/60 R15 radial liso, largura 195mm, índice de peso 88, índice de velocidade H. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	GALLANT/GL-16	40	R$ 305,70	R$ 12.228,00
1	12	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 31x10.50 R15 radial misto para tração, índice de carga 152, índice de velocidade Q. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	SUNSET	10	R$ 1.240,50	R$ 12.405,00
1	13	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 215/75 R16 radial liso, largura 215mm, índice de carga 116, índice de velocidade R. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	SUNSET/SUV AT5	30	R$ 514,80	R$ 15.444,00
1	18	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 215/75 R17.5 radiais liso rodoviário, largura 215mm, índice de carga 126, índice de velocidade M, pneu para uso rodoviário. Quantidade de lonas no mínimo 12 e INMETRO. Aplicação: Microônibus.	UN	LINGLONG/LLF86	30	R$ 882,99	R$ 26.489,70
1	19	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 235/75 R17.5 radiais liso, largura 235mm, índice de carga 132, índice de velocidade L, pneu AT com capacidade de percorrer diversos tipos de estradas, quantidade de lonas no mínimo 12 e INMETRO. Aplicação: Micro-ônibus.	UN	XBRI/ROBUSTO P1	30	R$ 845,00	R$ 25.350,00
1	38	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 20X10.00 - 8 indicado para trator corta grama Husqvarna.	UN	FORERUNNER/WAVE	6	R$ 1.184,00	R$ 7.104,00
1	39	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 15X6.00 - 6 NHS, indicado para trator corta grama Husqvarna.	UN	BKT/LG306	4	R$ 580,00	R$ 2.320,00
1	40	Pneu novo agrícola, 1ª Linha com características e medidas 8.25 X 15 comum dianteiro para plataforma colhedora forragem Ipacol.	UN	WESTLAKE/CL619	4	R$ 1.764,00	R$ 7.056,00
1	48	Câmara de ar aro 25 nova, 1ª Linha, nas medidas 17.5 R25, INMETRO. Garantia de defeitos de fabricação válida por 03 (Três) anos, com bico curto. Aplicação: Carregadeira Michigan/Retro Escavadeira JCB.	UN	QBOM/TR220	15	R$ 245,40	R$ 3.681,00
VALOR TOTAL R$ 138.142,30							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026 - PMSI
ESPINHA AUTO CENTER LTDA; CNPJ/MF sob Nº 60.259.844/0001-83

LT	IT	PRODUTO	UN	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	2	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 175/65 R14 radial liso, largura 175mm, índice de peso 82, índice de velocidade T. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	JK/PNEU 175/65R14 82H UX ROYALE	30	R$ 364,00	R$ 10.920,00
1	3	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 175/70 R14 radial liso, largura 175mm, índice de peso 84, índice de velocidade T. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	JK/PNEU 175/70R14 84H UX ROYALE	48	R$ 369,00	R$ 17.712,00
1	11	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 225/65 R16 radial liso, largura 225mm, índice de carga 112, índice de velocidade R. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	COMFORSER/PNEU 225/65R16C 112/110T TL CF300	20	R$ 520,00	R$ 10.400,00
1	21	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 205/70 R15 radial liso, largura 205mm, índice de carga 96, índice de velocidade T, pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	COMFORSER/PNEU 205/70R15 96H C1100	8	R$ 649,00	R$ 5.192,00
VALOR TOTAL R$ 44.224,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026 - PMSI
MAGBA E-COMMERCE LTDA; CNPJ/MF sob Nº 55.695.599/0001-17

LT	IT	PRODUTO	UN	MARCA	QUANT.	V.UNITÁRIO	V. TOTAL
1	4	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 185/60 R15 radial liso, largura 185mm, índice de carga 88, índice de velocidade H, pneu HT e INMETRO.	UN	MASSIMO/ShandongFengyuan Tire Man. Co/ 185/60R15 88H MASSIM OTTIMA PLUS	20	R$ 227,97	R$ 4.559,40
1	9	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 205/60 R16 radial liso, largura 205mm, índice de peso 92, índice de velocidade H. Pneu HT e INMETRO.	UN	MASSIMO/ShandongFengyuan Tire Man. Co 205/60R16 96V MASSIMOOTTIMA PLUS	30	R$ 354,95	R$ 10.648,50
1	10	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 225/75 R16 radial liso, largura 225mm, índice de carga 118, índice de velocidade R e INMETRO.	UN	MASSIMO/ShandongFengyuan Tire Man. Co 225/75R16C 10PR 121/120RMASSIMO DUREVO V1	40	R$ 513,48	R$ 20.539,20
1	14	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 265/65 R17 radial liso, largura 265mm, índice de carga 112, índice de velocidade H. Pneu HT e INMETRO.	UN	ROADKING/QingdaoWangyu Rubber Co., Ltd. 265/65R17 112H ROADKINGARGOS HT	12	R$ 736,97	R$ 8.843,64
1	17	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 195/55 R16 radial liso, largura 195mm, índice de carga 91, índice de velocidade V. Pneu HT e INMETRO.	UN	MASSIMO/ShandongFengyuan Tire Man. Co 195/55R16 91V MASSIMOOTTIMA PLUS	20	R$ 297,85	R$ 5.957,00
1	20	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 235/75 R17.5 radiais liso, largura 235mm, índice de carga 132, índice de velocidade L, pneu HT rodoviário, quantidade de lonas no mínimo 12 e INMETRO.	UN	JINYU/JINYU Tire Group Co. 235/75R17.5 143/141L 18PR JINYU JF568	30	R$ 859,90	R$ 25.797,00
1	22	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 205/75 R16 radial liso, largura 205mm, índIce de carga 110, índice de velocidade R, pneu HT rodoviário e INMETRO.	UN	MASSIMO /ShandongFengyuan Tire Man. Co 205/75R16C 8PR 110/108RMASSIMO DUREVO V1	16	R$ 449,78	R$ 7.196,48
1	23	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 1000 R20 radial liso, para ser usado na dianteira dos caminhões, índice de carga 149, índice de velocidade K, quantidade de lonas 16 a 18, pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO. Aplicação: Caminhão Wolk 26.220	UN	CASUMINA/SouthernRubber Ind. Joint Stock Cia. 10.00R20 149/146K CASUMINA BS661H	20	R$ 1.479,98	R$ 29.599,60
1	24	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 1000 R20 radial misto borrachudo, para ser usado na tração dos caminhões, índice de carga 146, índice de velocidade K, quantidade de lonas 16 a 18, pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO. Aplicação: Caminhão Wolk 26.220.	UN	CASUMINA/SouthernRubber Ind. Joint Stock Cia. 10.00R20 149/146L CASUMINA BS667H	30	R$ 1.983,33	R$ 59.499,90
1	29	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 295/80 R22.5 radiais liso, para ser usado na dianteira de caminhões, largura 295mm, índice de carga 152, índice de velocidade M, quantidade de lonas de 16 a 18, pneu AT com capacidade para percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO. Aplicação: Caminhão Wolk 31.280.	UN	CASUMINA/SouthernRubber Ind. Joint Stock Cia. 22.5 154/149M 18PR CASUMIA MERIDIONAL TERRENOS	20	R$ 1.499,47	R$ 29.989,40
1	30	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 295/80 R22.5 radial liso rodoviário, para ser usado na dianteira de ônibus, largura 295mm, índice de carga 152, índice de velocidade M, quantidade de lonas de 16 a 18, pneu HT e INMETRO. Aplicação: Ônibus.	UN	CASUMINA/SouthernRubber Ind. Joint Stock Cia. 295/80R22.5 154/149M 18PR CASUMINA GS611	20	R$ 1.499,46	R$ 29.989,20
VALOR TOTAL R$ 232.619,32							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2026 - PMSI
J.E PNEUS LTDA; CNPJ/MF sob Nº 48.910.213/0001-87

LT	IT	PRODUTO	UN	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	7	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 185/70 R14 radial liso, largura 185mm, índice de peso 88, índice de velocidade H. Pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO.	UN	FORCEUM/ ECOSA	60	R$ 308,00	R$ 18.480,00
1	8	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 195/75 R16 C radial liso, largura 195mm, indice de peso 110, índice velocidade R. Pneu HT e INMETRO.	UN	CHENGSHAN/ CSR71	20	R$ 720,00	R$ 14.400,00
1	15	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 90/90 19 52P, dianteiro e INMETRO. Aplicação: Moto.	UN	MAGGION/ VIPER	10	R$ 335,00	R$ 3.350,00
1	27	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 285.70 R19.5 radiais liso, para ser usado na dianteira de Microônibus, largura 285mm, indice de carga 146, índice de velocidade L, pneu HT e INMETRO. Aplicação: Microônibus W-8.	UN	JINYU/JF568	12	R$ 1.179,00	R$ 14.148,00
1	35	Pneu novo, 1ª Linha com caracteristicas e medidas 23.1 X26 borrachudo comum, 12 lonas, pneu exclusivo para trabalhar em serviços pesados, aterros, construção de estradas, cascalhos e INMETRO. Aplicação: Rolo Hann e Caterpillar.	UN	SPEEDMAX/ SW333 R3 12 LONAS	4	R$ 6.700,00	R$ 26.800,00
VALOR TOTAL R$ 77.178,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2026 - PMSI
LAURO E-COMMERCE DE PNEUS LTDA; CNPJ/MF sob Nº 56.933.664/0001-68

LT	IT	PRODUTO	UN	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	16	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 110/90 17 60P, traseiro e INMETRO. Aplicação: Moto.	UN	MAGGION/ VIPER	10	R$ 280,00	R$ 2.800,00
1	25	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 275/80 R 22.5 radiais liso, para ser usado na dianteira de ônibus, largura 275mm, índice de carga 147, índice de velocidade M, quantidade de lonas 16, pneu At com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO. Aplicação: Ônibus.	UN	CASUMINA/ BS661	20	R$ 1.299,00	R$ 25.980,00
1	31	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 10/16.5 borrachudos comum, 12 lonas e INMETRO. Aplicação: Bob Cat.	UN	SPEEDROAD/ O5410	20	R$ 610,00	12.200,00
1	32	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 17.5 X25 borrachudo comum, 16 lonas, pneu L3 e INMETRO. Aplicação: Carregadeira.	UN	SPEEDROAD/ O9011	12	R$ 2.750,00	R$ 33.000,00
1	33	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 19.5 X24 borrachudo comum, 12 a 16 lonas, pneu L3 e INMETRO. Aplicação: Retroescavadeira Randon - Retro XCMG.	UN	SPEEDROAD/ O5410	8	R$ 2.300,00	R$ 18.400,00
1	34	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 1400 X24 G-2/L2 TT borrachudo comum, 16 lonas, pneu L3 e INMETRO. Aplicação: Motoniveladora Case e Caterpillar.	UN	SPEEDROAD/ O9010	24	R$ 1.885,58	R$ 45.253,92
1	36	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 12.5/80 X18 borrachudo comum, 12 lonas, pneu exclusivo para trabalhar em serviços pesados, aterros, construção de estradas e cascalhos e INMETRO. Aplicação: Retroescavadeira XCMG	UN	SPEEDROAD/ O4510	8	R$ 999,00	R$ 7.992,00
1	37	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 12-16.5 borrachudos comum, 12 lonas, pneu exclusivo para trabalhar em serviços pesados, aterros, construção de estradas, cascalhos e INMETRO. Retroescavadeira Randon.	UN	SPEEDROAD/ O5410	10	R$ 650,00	R$ 6.500,00
1	41	Pneu novo agrícola, 1ª Linha com características e medidas 18.4 X 30 comuns dianteiro para colhedora	UN	SPEEDROAD/	4	R$ 2.400,00	R$ 9.600,00

		Ipacol, 10 lonas.		O1351			
1	42	Pneu novo agrícola, 1ª Linha com características e medidas 12.4 X 24 comuns traseiro, 06 lonas; para colhedora forragem Ipacol.	UN	SPEEDROAD/ O1351	4	R$ 1.050,00	R$ 4.200,00
1	43	CAMARA DE AR ARO 16,5 NOVA, 1ª LINHA, NAS MEDIDAS 10/16,5, INMETRO. GARANTIA DEFEITOS DE FABRICACAO VALIDA POR 03(TRES) ANOS. APLICACAO: MINICARREGADEIRA BOBCAT S130.	UN	JABUTI/ TR15	30	R$ 120,00	R$ 3.600,00
1	44	Câmara de ar aro 18 nova, 1ª Linha, nas medidas 12.5/80 R18, INMETRO. Garantia defeitos de fabricação válida por 03 (três) anos, com bico curto. Aplicação: Retroescavadeira New Holland.	UN	JABUTI/ TR15	20	R$ 120,00	R$ 2.400,00
1	45	CAMARA DE AR ARO 20 NOVA, 1ª LINHA, NAS MEDIDAS 1000 R20, INMETRO. GARANTIA DEFEITOS DE FABRICACAO VALIDA POR 03 (TRES) ANOS. APLICACAO: CAMINHOES VOLKVAGEN 26.220.	UN	JABUTI/ TR78A	60	R$ 100,00	R$ 6.000,00
1	46	Câmara de ar aro 24 nova, 1ª Linha, nas medidas 1400 R24, INMETRO. Garantia defeitos da fabricação válida por 03 (três) anos, com bico curto. Aplicação: Motoniveladora.	UN	JABUTI/ TR220A	30	R$ 200,00	R$ 6.000,00
1	47	Câmara de ar aro 24 nova, 1ª Linha, nas medidas 19.5 R24, INMETRO. Garantia de defeitos de fabricação válida por 03 (Três) anos. Com bico curto. Aplicação: Retro Escavadeira N. Holland/Retroescavadeira Randon.	UN	JABUTI/ TR220A	12	R$ 320,00	R$ 3.840,00
1	49	Câmara de ar aro 26 nova, 1ª Linha, nas medidas 23.1 R26, INMETRO. Garantia defeitos de fabricação válida por 03 (Três) anos. Com bico curto. Aplicação: Rolo Caterpillar 533. /Rolo Hann.	UN	JABUTI/ TR218A	10	R$ 450,00	R$ 4.500,00
1	50	Câmara de ar aro 16.5 nova, 1ª Linha, nas medidas 12-16.5, INMETRO. Garantida de defeitos de fabricação válida por 03 (três) ano, com bico curto. Aplicação: Retro Randon.	UN	JABUTI/ TR15	20	R$ 105,00	R$ 2.100,00
1	51	Câmara de ar aro 15, 1ª Linha, nas medidas 8.25 - 15, INMETRO. Garantia de defeitos de fabricação válida por 03 (três) ano, com bico curto. Aplicação: colhedora de forragem Ipacol.	UN	JABUTI/ TR13	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
1	52	Câmara de ar aro 30, 1ª Linha, nas medidas 18.4 - 30, INMETRO. Garantida de defeitos de fabricação válida por 03 (três) ano, com bico curto. Aplicação: colhedora de forragem Ipacol.	UN	JABUTI/ TR218A	10	R$ 290,0	R$ 2.900,00
1	53	Câmara de ar aro 24, 1ª Linha, nas medidas 12.4 - 24, INMETRO. Garantia de defeitos de fabricação válida por 03 (três) ano, com bico curto. Aplicação: colhedora de forragem Ipacol.	UN	JABUTI/ TR218A	10	R$ 150,00	R$ 1.500,00
1	54	PROTETOR DE CAMARA DE AR ARO 18 NOVO, 1ª LINHA, NAS MEDIDAS 12.5/80 R18 E INMETRO. APLICACAO: RETROESCAVADEIRA JCB/RETRO ESCAVADEIRA NEW HOLLAND.	UN	JABUTI/ JABUTI	10	R$ 45,00	R$ 450,00
1	55	Protetor de câmara de Ar radial aro 20 novo, 1ª linha, nas medidas 1000 R20 e INMETRO. Aplicação: Caminhões Volksvagen 26.220.	UN	JABUTI/ JABUTI	60	R$ 45,00	R$ 2.700,00
1	56	PROTETOR DE CAMARA DE AR ARO 24 NOVO, 1ª LINHA, NAS MEDIDAS 1400 R24 E INMETRO. APLICACAO: MOTONIVELADORA.	UN	JABUTI/ JABUTI	12	R$ 75,00	R$ 900,00
1	57	PROTETOR DE CAMARA DE AR ARO 25 NOVO, 1ª LINHA NAS MEDIDAS 17.5 R 25 E INMETRO. APLICACAO: CARREGADEIRA MICHIGAN.	UN	JABUTI/ JABUTI	8	R$ 80,00	R$ 640,00
1	58	PROTETOR DE CAMARA DE AR ARO 26 NOVO, 1ª LINHA NAS MEDIDAS 23.1 R26 E INMETRO. APLICACAO: ROLO CATERPILLAR/ROLO HANN.	UN	JABUTI/ JABUTI	6	R$ 611,00	R$ 3.666,00
1	59	Protetor de câmara de Ar aro 16.5 novo, 1ª Linha nas medidas 12-16.5 e INMETRO. Aplicação: Retro Randon.	UN	JABUTI/ JABUTI	6	R$ 171,00	R$1.026,00
1	60	Protetor de câmara de ar aro 24 novo, 1ª Linha nas medidas 12.4 - 24 e INMETRO. Aplicação: colhedora de forragem Ipacol.	UN	JABUTI/ JABUTI	6	R$ 80,00	R$ 480,00
VALOR TOTAL R$ 209.627,92							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2026 - PMSI
J R PRODUTOS E SERVIÇOS - ME; CNPJ/MF sob Nº 49.909.194/0001-31

LT	IT	PRODUTO	UN	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	26	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 275/80 R22.5 radiais borrachudo, para ser usado na tração, largura 275mm, índice de carga 147, índice de velocidade M, quantidade de lonas 16, pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO. Aplicação: Caminhão Iveco.	UN	HIFLY/ HH356	20	R$ 1.690,00	R$ 33.800,00
1	28	Pneu novo, 1ª Linha com características e medidas 295/80 R 22.5 radiais borrachudo para ser usado na tração de caminhões, largura 295mm, índice de carga 152, índice de velocidade M, quantidade de lonas de 16 a 18, pneu AT com capacidade de percorrer trajetos em diferentes tipos de estradas e INMETRO. Aplicação: Caminhão Wolk 31.280.	UN	GALLANT/GL605	60	R$ 1.670,00	R$ 100.200,00
VALOR TOTAL R$ 134.000,00							

Saudade do Iguaçu – PR 02 de fevereiro de 2026.

Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu – PR.
ROGÉRIO GALLINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:23B2DC65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 06/2026

Nº CONTRATO	MOD.	Nº LICITAÇÃO	OBJETO DA CONTRATAÇÃO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA	VALOR	CONTRATADA
06/2026	DL	04/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO DE KARATE	02/02/2026	12 MESES	R$ 24.652,50	53.361.403 KAUANNY VITORIA APARECIDA MASBA DOS SANTOS CNPJ:53.361.403/0001-22

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:28875D31

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 08/2026

08/2026	IL	01/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA CURSO DE PROFESSORES	02/02/2026	12 MESES	R$ 24.000,00	HARBS & SANTOS LTDA 03.995.069/0001-90

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:E3BE91E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 52, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026

O Prefeito Municipal de Agudos do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 179 do Decreto Municipal nº 161/2023 e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos 14.133/2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato,por representantes da Administração;

R E S O L V E

Art. 1º DESIGNAR como gestor e fiscal do contrato, os servidores abaixo relacionados, conforme dados abaixo:

Modalidade:	DISPENSA DE LICITAÇÃO	**Nº licitação:**	04/2026	
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUÇÃO DE KARATÊ			
Gestor:	JAIME JUNIOR FERREIRA		**Cpf:**	***.822.009-**
Fiscal:	LUCIMARA DE CAMARGO		**Cpf:**	***.044.839-**
Vigência:	02/02/2026 a 02/02/2027			
Detentor:	KAUANNY VITORIA APARECIDA MASBA DOS SANTOS CNPJ: 53.361.403/0001-22			

Art. 2º - Os servidores serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do contrato, mediante a execução das atividades de orientação, acompanhamento, controle e aceite do objeto pactuado.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem validade enquanto permanecer vigente os Contratos acima mencionados.
Cumpra-se e registre-se.
Agudos do Sul, em 02 de fevereiro de 2026.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:6063565D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CÃMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ
LRF/RGF - 2025 - ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (EDIÇÃO, 1, DE 28/1/2026)

AMAPORA CAMARA MUNICIPAL		
PODER LEGISLATIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 2º SEMESTRE DE 2.025		
LRF, Art. 48 - Anexo VI	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	30.617.656,51	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.450.847,17	4,74
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <6,00%>	1.837.059,39	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	1.745.206,42	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	1.653.353,45	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-1.177,55	0,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	36.741.187,81	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.735.884,43	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	4.898.825,04	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	2.143.235,96	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável AMAPORA CAMARA MUNICIPAL, emitido em 28/jan/2026 as 16h e 03m.		

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA	***ZENEIDE APARECIDA ROCHA FONSECA***
Presidente - Mesa Diretora	CONTROLE INTERNO
ANTÔNIO MAURICÍO DELATORRE	
Setor Financeiro	

Publicado por:
Antonio Mauricio Delatorre
Código Identificador:C18BE387

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2026 ID 0001

Processo Administrativo nº 128/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025

DAS PARTES:
Contratantes: PREVIDÊNCIA SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, CNPJ sob nº 00.073.108/0001-04.

Contratado: H F GESTÃO PUBLICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 12.402.787/0001-05.

DO OBJETO DO CONTRATO:
Constitui objeto deste instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, WEB NATIVO, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL E FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ-PR**, **O detalhamento dos serviços está descrito no anexo I – termo de referência**, para atender necessidades do Município de Amaporã.

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
34	Sistema de Contabilidade Pública	MÊS	12	R$ 354,23	R$ 4.250,76
35	Sistema de Orçamento	MÊS	12	R$ 211,02	R$ 2.532,24
36	Sistema de Tesouraria	MÊS	12	R$ 193,15	R$ 2.317,80
37	Sistema de Pré validação e Geração de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná	MÊS	12	R$ 195,04	R$ 2.340,48
38	Sistema de Compras, Licitações e Contratos	MÊS	12	R$ 313,69	R$ 3.764,28
39	Sistema de Patrimônio	MÊS	12	R$ 198,82	R$ 2.385,84
40	Sistema de Recursos Humanos, Folha de Pagamento	MÊS	12	R$ 491,66	R$ 5.899,92
41	Sistema de Portal do Servidor	MÊS	12	R$ 143,26	R$ 1.719,12
42	Sistema de Divulgação de informações em tempo real na forma da Lei 131/2009	MÊS	12	R$ 382,38	R$ 4.588,56
43	Hospedagem em nuvem	MÊS	12	R$ 813,08	R$ 9.756,96
44	Serviço de implantação/conversão/treina mento	SEV.	1	R$ 5.444,04	R$ 5.444,04
VALOR TOTAL			R$ 45.000,00		

DO VALOR CONTRATUAL:
O **valor total** do presente **contrato** é de **R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais).**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos financeiros necessários para os pagamentos resultantes da presente contratação correrão por conta dos recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

10001041220001216633903900000 - Outros Serviços de Terceiros – PJ

10001041220001216633904000000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

A **vigência** do presente contrato será de 12 (doze) meses, após sua assinatura.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

O pagamento da locação dos sistemas será efetuado mensalmente conforme condições estabelecidas, mediante o recebimento da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

O pagamento dos serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento será efetuado em 03 (três) parcelas.

30%	Em até 30 (trinta) dias contados da conferência da base de dados convertida.
30%	Em até 30 (trinta) dias após a conclusão dos treinamentos
40%	Em até 30 (trinta) dias contados da conclusão da implantação, devidamente liquidada pelo setor competente.

Amaporã/PR, em 30 de janeiro de 2026.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO
Presidente do Fundo Previdenciário de Amaporã
Contratante

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:235EE2C4

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2026

Processo Administrativo nº 128/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025

DAS PARTES:
Contratantes: CÂMARA DE VEREADORES, CNPJ sob nº 00.986.453/0001-39.
Contratado: H F GESTÃO PUBLICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 12.402.787/0001-05.

DO OBJETO DO CONTRATO:
Constitui objeto deste instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, WEB NATIVO, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL E FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ-PR**, **O detalhamento dos serviços está descrito no anexo I – termo de referência**, para atender necessidades do Município de Amaporã.

CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPORÃ					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
21	Sistema de Contabilidade Pública	MÊS	12	R$ 455,71	R$ 5.468,52
22	Sistema de Orçamento	MÊS	12	R$ 249,07	R$ 2.988,84
23	Sistema de Tesouraria	MÊS	12	R$ 224,20	R$ 2.690,40
24	Sistema de Pré validação e Geração de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná	MÊS	12	R$ 239,34	R$ 2.872,08
25	Sistema de Compras, Licitações e Contratos	MÊS	12	R$ 395,96	R$ 4.751,52
26	Sistema de Almoxarifado	MÊS	12	R$ 313,18	R$ 3.758,16
27	Sistema de Patrimônio	MÊS	12	R$ 254,52	R$ 3.054,24
28	Sistema de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e eSocial	MÊS	12	R$ 603,46	R$ 7.241,52
29	Sistema de Portal do Servidor	MÊS	12	R$ 332,09	R$ 3.985,08
30	Sistema de Divulgação de informações em tempo real na forma da Lei 131/2009	MÊS	12	R$ 430,20	R$ 5.162,40
31	Sistema de Processos Digitais e Protocolo (Papel Zero)	MÊS	12	R$ 910,06	R$ 10.920,72
32	Hospedagem em nuvem	MÊS	12	R$ 1.168,30	R$ 14.019,60
33	Serviço de implantação/conversão/treinam ento	SERV	1	R$ 6.086,92	R$ 6.086,92
VALOR TOTAL			R$ 73.000,00		

DO VALOR CONTRATUAL:
O **valor total** do presente **contrato** é de **R$ 73.000,00 (Setenta e três mil reais).**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos financeiros necessários para os pagamentos resultantes da presente contratação correrão por conta dos recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

1. 01001010310001200133903900000000000000 - Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica;

1.1. Aplicação – 01001 RECURSOS DO TESOURO (DESCENTRALIZADOS).

2. 01001010310001200133904000000000000000 - Serviços de Tecnologia da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica;
2.1 Aplicação – 01001 Recursos do tesouro (descentralizados).

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

A **vigência** do presente contrato será de 12 (doze) meses, após sua assinatura.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

O pagamento da locação dos sistemas será efetuado mensalmente conforme condições estabelecidas, mediante o recebimento da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

O pagamento dos serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento será efetuado em 03 (três) parcelas.

30%	Em até 30 (trinta) dias contados da conferência da base de dados convertida.
30%	Em até 30 (trinta) dias após a conclusão dos treinamentos
40%	Em até 30 (trinta) dias contados da conclusão da implantação, devidamente liquidada pelo setor competente.

Amaporã/PR, em 30 de janeiro de 2026.

ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA
Cargo - Presidente

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:B5A3F4EF

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2026 ID 3615

Processo Administrativo nº 128/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2025

DAS PARTES:
Contratantes: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: H F GESTÃO PUBLICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 12.402.787/0001-05.

DO OBJETO DO CONTRATO:
Constitui objeto deste instrumento a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, WEB NATIVO, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL, CÂMARA MUNICIPAL E FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE AMAPORÃ-PR**, **O detalhamento dos serviços está descrito no anexo I – termo de referência**, para atender necessidades do Município de Amaporã.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01	Sistema de Contabilidade Pública	MÊS	12	R$ 1.294,99	R$ 15.539,88
02	Sistema de Orçamento	MÊS	12	R$ 493,48	R$ 5.921,76
03	Sistema de Tesouraria	MÊS	12	R$ 478,77	R$ 5.745,24
04	Sistema de Pré validação e Geração de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná	MÊS	12	R$ 532,49	R$ 6.389,88
05	Sistema de Compras, Licitações e Contratos	MÊS	12	R$ 1.203,32	R$ 14.439,84
06	Sistema de Almoxarifado	MÊS	12	R$ 539,45	R$ 6.473,40
07	Sistema de Obras Públicas	MÊS	12	R$ 388,42	R$ 4.661,04
08	Sistema de Frotas (veículos e máquinas).	MÊS	12	R$ 579,30	R$ 6.951,60
09	Sistema de Patrimônio	MÊS	12	R$ 434,52	R$ 5.214,24
10	Sistema de Gerenciamento da Tributação, Arrecadação e Fiscalização	MÊS	12	R$ 1.742,03	R$ 20.904,36
11	Sistema do Portal do Contribuinte	MÊS	12	R$ 593,46	R$ 7.121,52
12	Sistema de Cemitério	MÊS	12	R$ 601,97	R$ 7.223,64
13	Sistema de Controle de Nota Fiscal Eletrônica	MÊS	12	R$ 1.524,30	R$ 18.291,60
14	Sistema de Divulgação de informações em tempo real na forma da Lei 131/2009	MÊS	12	R$ 934,06	R$ 11.208,72
15	Sistema de Recursos Humanos, Folha de Pagamento e eSocial	MÊS	12	R$ 1.661,28	R$ 19.935,36
16	Sistema de Portal do Servidor	MÊS	12	R$ 464,91	R$ 5.578,92
17	Sistema de Ponto Eletrônico	MÊS	12	R$ 1.150,23	R$ 13.802,76
18	Sistema de Processos Digitais e Protocolo (Papel Zero)	MÊS	12	R$ 1.498,62	R$ 17.983,44
19	Hospedagem em nuvem	MÊS	12	R$ 2.488,20	R$ 29.858,40
20	Serviço de implantação/conversão/treinamento	SERV.	1	R$ 26.754,40	R$ 26.754,40
VALOR TOTAL:					R$ 250.000,00

DO VALOR CONTRATUAL:
O **valor total** do presente **contrato** é de **R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos financeiros necessários para os pagamentos resultantes da presente contratação correrão por conta dos recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Informo ainda que, o pagamento do serviço é proveniente de recursos municipais do exercício de 2026 e Superavit do exercício de 2025, através das dotações abaixo:

Município de Amaporã
0200104122000320073390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500104122000320103390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500104122000320103390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

0400104124000320173390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500104122000320113390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500104122000320143390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500104122000320123390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500104122000320123390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

0500204121000320293390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500204121000320293390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

0500204123000320263390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0500204123000320263390390000 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

0500204129000320273390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0600115451000620323390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

0600115452000720343390400000 - Serviços De Tecnologia Da Informação E Comunicação – Pessoa Jurídica

DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

A **vigência** do presente contrato será de 12 (doze) meses, após sua assinatura.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

O pagamento da locação dos sistemas será efetuado mensalmente conforme condições estabelecidas, mediante o recebimento da nota fiscal e a liquidação do setor competente.

O pagamento dos serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento será efetuado em 03 (três) parcelas.

30%	Em até 30 (trinta) dias contados da conferência da base de dados convertida.
30%	Em até 30 (trinta) dias após a conclusão dos treinamentos
40%	Em até 30 (trinta) dias contados da conclusão da implantação, devidamente liquidada pelo setor competente.

Amaporã/PR, em 30 de janeiro de 2026.

Município De Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:473BEEDA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.072/2026 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 371.438,80 (trezentos e setenta e ummil quatrocentos e trinta e oito reais e oitentacentavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
1194 - 3.3.90.37.00.00	3107	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	44.833,20
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.302.0012.2.039.		Manter os Serviços de Atendimento Especializados	
1195 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	40.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	
08.003.15.452.0021.1.010.		Recuperar o Sistema de Distribuição de água	
1193 - 4.4.90.51.00.00	3788	OBRAS E INSTALAÇÕES	213.406,88
08.003.15.452.0021.2.062.		Manter e Conservar Vias e Logradouros Públicos	

1191 - 3.3.90.39.00.00	3014	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	20.746,06
1192 - 3.3.90.39.00.00	3065	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	52.452,66
		Total Suplementação:	**371.438,80**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:D0745B9B

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.073/2026 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor deR$ 313.461,93 (trezentos e treze mil quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.003.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
02.003.04.122.0002.2.004.		Manter a Procuradoria Geral do Município	
37 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1.500,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.04.122.0002.2.010.		Manter os Departamentos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	
84 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.022.		Manter as Escolas Municipais - Fundeb	
176 - 3.3.90.37.00.00	1102	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	5.582,60
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
202 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	23.669,33
203 - 3.3.90.37.00.00	1104	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.710,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.035.		Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISNOP	
391 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	280.000,00
		Total Suplementação:	**313.461,93**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
02.000.00.000.0000.0.000.		EXECUTIVO MUNICIPAL	
02.003.00.000.0000.0.000.		PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
02.003.04.122.0002.2.004.		Manter a Procuradoria Geral do Município	
35 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.500,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.002.04.122.0002.2.010.		Manter os Departamentos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	
82 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE EDUCAÇÃO	
05.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ENSINO	
05.002.12.361.0004.2.022.		Manter as Escolas Municipais - Fundeb	
174 - 3.3.90.30.00.00	1102	MATERIAL DE CONSUMO	5.582,60
05.002.12.361.0004.2.023.		Manter as Escolas Municipais - Demais Recursos	
196 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	23.669,33
208 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.710,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.301.0012.2.035.		Manter o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISNOP	
389 - 3.1.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	280.000,00
		Total Redução:	**313.461,93**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026, 82º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:19F9D6C6

GABINETE DA PREFEITA
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ			
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA			
JANEIRO A DEZEMBRO 2025			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS
000 - RECURSOS ORDINARIOS - LIVRES	**412.229,40**	**325.425,55**	**224.060,57**
Outras Despesas Correntes	382.550,40	322.041,55	221.500,57
Investimentos	29.679,00	3.384,00	2.560,00
880 - CONTRIBUIÇÕES E LEGADOS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS	**45.500,00**	**146.920,83**	**20.158,48**
Outras Despesas Correntes	20.000,00	60.204,83	5.420,71
Investimentos	25.500,00	86.716,00	14.737,77
934- MANTER O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - PROJETO ESPERANÇA	**50.000,00**	**64.136,63**	**27.298,68**
Outras Despesas Correntes	50.000,00	64.136,63	27.298,68
942 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) - ESTADO	**0,00**	**14,43**	**9,43**
Outras Despesas Correntes	0,00	14,43	9,43
949 -BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	**81.120,00**	**125.290,27**	**86.662,21**
Outras Despesas Correntes	77.678,00	121.848,27	86.662,21
Investimentos	3.442,00	3.442,00	0,00
959 -Deliberação 89/2019 - CEDCA - Apoio e fortalecimento de Projetos de Atenção a Criança e Adolescente	**600,00**	**2.603,61**	**1.905,61**
Outras Despesas Correntes	600,00	2.603,61	1.905,61
961 -Deliberação 43/2021 - CEDCA/PR - AÇÕES CRIANÇA E ADOLESCENTES - COVID-19	**100,00**	**152,26**	**49,26**
Outras Despesas Correntes	0,00	52,26	49,26
Investimentos	100,00	100,00	0,00
964 - APOIO E FORTALECIMENTO AS FAMÍLIAS DE GESTANTES E CRIANÇAS - DELIBERAÇÃO Nº 047/2022 - CEDCA-PR -	**5.000,00**	**43.917,96**	**38.471,49**
Outras Despesas Correntes	3.750,00	42.667,96	38.471,49
Investimentos	1.250,00	1.250,00	0,00
966 - Deliberação 80/2022 - CEDCA/PR - PARQUE ACESSÍVEL PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE COM DEFICIÊNCIA	**0,00**	**630,60**	**250,60**
Outras Despesas Correntes	**0,00**	**630,60**	250,60
Investimentos	0,00	0,00	0,00
968 - Deliberação 78/2022 - CEDCA/PR - PROGRAMA DE APOIO À HIGIENE ÍNTIMA	**0,00**	**17.670,16**	**16.871,60**
Outras Despesas Correntes	0,00	17.670,16	16.871,60
969 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS-SIGTV Serviço de Proteção Social Básica	**2.000,00**	**9.600,00**	**7.600,00**
Outras Despesas Correntes	2.000,00	9.600,00	7.600,00
970 - Estruturação da Rede de Serviços do SUAS-Centro de Convivência e Projeto Esperança-Emenda de Bancada	**5.000,00**	**140.773,16**	**54.881,23**
Investimentos	5.000,00	140.773,16	54.881,23
975 - Piso Único de Assistência Social - PAS	**70.000,00**	**92.017,85**	**38.770,69**
Outras Despesas Correntes	63.000,00	87.017,85	38.770,69
Investimentos	7.000,00	5.000,00	0,00
979 - Deliberação nº 013/2024 - CEDCA- Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço	**0,00**	**64.683,57**	**41.086,43**
Outras Despesas Correntes	0,00	15.683,57	15.157,29
Investimentos	0,00	49.000,00	25.929,14
981- Deliberação 13/2025 - CEDCA/PR - Fortalecimento da Política da Criança e do Adolescente	**0,00**	**250.000,00**	**106.648,93**
Outras Despesas Correntes	0,00	250.000,00	106.648,93
TOTAL DAS DESPESAS	**671.549,40**	**1.283.836,88**	**664.725,21**
FONTE - Sistema Elotech Gestão Pública - Secretaria Municipal de Finanças			
EDNYRA AP. S. B. DE GODOY FERREIRA	***SIMONE ZANON***	***DIRCEU LUIZ***	
Prefeita Municipal	Contadora-CRC 05.2002/O-8 PR	Secretário Municipal de Finanças	

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:3148EEEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 042/2026 - PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DOS CONTRATOS PSS Nº 002/2025

PORTARIA Nº 042/2026, de 29 de janeiro de 2026

Prorroga o prazo de validade dos Contratos PSS nº 002/2025, Considerando tabela Anexa a Portaria, e o Memorando nº 022/2026 e o Protocolo nº 1113/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, **ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI** no uso de suas atribuições legais de acordo com o PSS Nº 002/2025 – Assistência Social.

Considerando PSS Nº 002/2025 e os Contratos por Tempo determinado para Mãe Scial , Cuidador Social e Auxiliar de Cuidador com fundamento no art. 4º , da Lei nº 12/2017, determina que "o prazo de validade do Contrato Público será de até 06 (seis) meses, prorrogável por igual período até o máximo de 02 (dois) anos [...]",

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogado por 06 (seis) meses, a partir de 11 de janeiro de 2026, o prazo de validade dos **Contratos do Processo Seletivo Processo Público nº 002/2025** , considerando relação do Anexo divulgada abaixo:

PROCESSO SELETIVO CONTRATO VENCIMENTO 2026
Mâe Social – Cuidador Socal – Auxiliar de Cuidador

Processo Seletivo Simplificado – PSS 002/2025, Fica Prorrogado por mais 06 meses, dos funcionários abaixo listados:

MÂE SOCIAL

Nome	Início	Data do Término
DAIANE CRISTINE CALEGARI	11/01/2026	09/07/2026

CUIDADOR SOCIAL

Nome	Início	Data do Término
GISELE MAGALHÃES PINHEIRO	11/01/2026	09/07/2026
PATRICIA OLIVERO DA SILVA	24/01/2026	22/07/2026
WILIANS RAMOS FERREIRA	14/02/2026	15/08/2026
RODRIGO CADENA	27/02/2026	28/08/2026

AUXILIAR DE CUIDADOR

Nome	Início	Data do Término
VANESSA BARRETO BARBOSA	12/01/2026	10/07/2026
JOSEANA DO ROCIO SKRENKOVICZ	20/01/2026	18/07/2026
LUCÉLIA APARECIDA PROENÇA DE RAMOS	20/01/2026	18/07/2026
RAÍSSA DOS REIS NUNES DIAS	22/01/2026	20/07/2026
GIOVANE DUARTE PAULINO	22/01/2026	20/07/2026
MARITZA CARRIEL DA SILVA	02/02/2026	03/08/2026

Art. 2º - Está Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com seus efeitos vigentes na data estabelecida conforme discriminado no anexo acima , revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Procedam-se as devidas anotações na sua ficha funcional

Gabinete da Prefeita, 29 de janeiro de 2026.

ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI
Prefeita Municipal

CAROLINE DA ROCHA PARODI
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Marcio Lucimar da Silva
Código Identificador:FA103C58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2025

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, (28/01/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 56/2025**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **MERAKI COMERCIO E SERVICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.542.057/0001-92**, com endereço na Avenida Mei Mei, nº 966, bairro Jardim Esplanada, CEP: 38.082-008, na cidade de Uberaba/MG, Telefone (34) 3311-8340, endereço eletrônico e-mail comercial@meraki.com.br, neste ato representado pelo Sr. THIAGO PEREIRA MARQUES FERREIRA, inscrito no CPF sob nº 015.587.236-25 e portador do RG nº 14.078.560, conforme relação em anexo

OBJETO

O objeto desta ATA, futura e eventual **"Aquisição de Kits destinados às gestantes do município para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde"**, deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 56/2025.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 56/2025.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 6.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 7, subitem 7.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 7, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 6.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 6.2e no subitem 6.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.2 subitem 6.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 7.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 7.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 6.1 subitem 6.1.3 e no item 6.2 subitem 6.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 9.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 9.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 10.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 11.3.1, 11.3.2 e 11.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 11.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE

O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 56/2025 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso da CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 56/2025.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 56/2025, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro De Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

MERAKI COMERCIO E SERVICOS LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 16/2026

Signatário da Ata: Empresa **MERAKI COMERCIO E SERVICOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **21.542.057/0001-92.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Marca/ Fabricante	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	BOLSA GESTANTE – Confeccionada em tecido sintético verniz 100% PVC, modelo arredondado na parte superior, 01 bolso principal, 01 bolso externo frontal, ambos com fechamento em zíper de alta resistência, 02 bolsos nas laterais confeccionados no mesmo tecido, fechados com velcro, medidas aproximadas: 40 cm de comprimento x 30 cm de altura x 20 cm de profundidade, com forro interno em nylon impermeável, 01 divisória interna, com alças de mão; alça de ombro ajustável com fechos e regulagens em metal; até 03 bordados coloridos no bolso frontal, arte a ser definida pela Secretaria Municipal de Saúde, medida total dos 03 bordados: até 15cm x 13cm (lxa). Cores: verde claro, lilás e bege, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.	LN BOLSAS	UN.	600	260,00	156.000,00
1	2	SABONETE EM BARRA INFANTIL - cremoso, testado dermatologicamente, composto de gordura animal e vegetal, com fragrância, dióxido de titânio, óleo de amêndoas, etileno diamino tetracético dissódico, ácido etidrônico, butil hidroxi tolueno, óxido de ferro hidratado e óxido de ferro, teor de voláteis: 16%; acondicionado em caixa de papel resistente com 1 unidade cada - barra de no mínimo 80 gramas.	ISABABY	UN.	600	3,27	1.962,00
1	3	SHAMPOO INFANTIL - tipo neutro, para todos os tipos de cabelos, fragrância suave, frasco com mínimo de 200 ml, fórmulas balanceadas com emolientes responsáveis pela redução do volume e melhor condicionamento, proporciona cabelos mais macios e brilhantes, com PH neutro, não irrita os olhos.	NENEX	UN.	600	14,90	8.940,00
1	4	POMADA PARA ASSADURA - composto por 100.000 ui/g de nistatina e 200mg/g de óxido de zinco, indicada para tratamento de assaduras, deverá ser acondicionado em tubos com no mínimo 60 gramas, testado dermatologicamente.	LUKINHA	UN.	600	12,40	7.440,00
1	5	LENÇOS UMEDECIDOS - hipoalergênico, sem álcool, balde com no mínimo 400 unidades, medida aproximada de cada lenço: 20 cm x 12 cm, dermatologicamente testado.	COTTON	UN.	600	15,40	9.240,00
1	6	TOALHINHA DE LAVABO - confeccionada em tecido 100% algodão, com tamanho aproximado de 29 cm x 45 cm, aplicado arte conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde, em técnica de serigrafia até seis cores. Medidas da serigrafia: até 15cm x 8 cm (LxA). Embalada individualmente. Cores: verde claro, lilás e bege	MERAKI	UN.	600	12,39	7.434,00
1	7	KIT PENTE E ESCOVA - produzidos em tamanho adequado para bebês, confeccionados em polipropileno, a escova deve possuir cerdas sintéticas de excelente qualidade, suaves, macias, que não agridem o couro cabeludo do bebê; o pente deve conter dentes finos e pontas arredondadas. Cor Branca.	MURANO	UN.	600	15,09	9.054,00
1	8	MANTA INFANTIL - de microfibra, fibras sintéticas possuem ação antialérgica, evitando o acumulo excessivo de poeira medidas aproximadas de 75cm x 95cm. Cores: verde claro, lilás e bege, conforme solicitação da Secretaria de Saúde. Embalada individualmente.	BENECASA	UN.	600	33,87	20.322,00
1	9	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL - tamanho Pequeno (P), gel ultra absorvente, com barreiras laterais anti vazamentos, prática, anatômica e confortável com polpa de celulose, gel polímero superabsorvente, elásticos, filme de polietileno, fibras de polipropileno e adesivo termoplástico, tecido interno macio, embalada em pacote com no mínimo 42 unidades. Na embalagem deverão estar impressos todos os dados do fabricante, lote e validade.	BABYSEC	PAC	600	38,71	23.226,00
1	10	TROCADOR INFANTIL – Trocador de fraldas, portátil, dobrável, tecido 100% algodão, forro em policroreto de vinila (pvc), enchimento manta acrílica 100% poliéster. Dimensões aproximadas mínimas: 65 cm de comprimento x 45 cm de largura. Fechamento em velcro. Cores: verde claro, lilás e bege.	MINASREY	UN.	600	37,25	22.350,00
1	11	TOALHA DE BANHO - com capuz, composição: 100% algodão, absorção eficaz e uma secagem rápida, medidas aproximadas de 75cmx1,10m. Cores: verde claro, lilás e bege, conforme solicitação da Secretaria de Saúde. Embalada individualmente.	MINASREY	UND	600	27,40	16.440,00
VALOR TOTAL: R$ 282.408,00 (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e oito reais)							

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:83BDCA3C

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2026
PROTOCOLO Nº 705/2026

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA - PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO**, portador da cédula de identidade RG n.º 7.523.394-9 e do CPF/MF n.º 039.931.399-09, residente e domiciliado na Rodovia Anibal Khoury, nº 1131, Bugre, em Balsa Nova/PR.

OBJETO

AUTORIZO a INEXIGIBILIDADE de licitação que tem por objetivo a **contratação de pessoa jurídica para serviços técnicos especializados de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, abrangendo as áreas de edificações e infraestrutura, bem como para a execução de serviços de topografia e geotecnia, ensaios laboratoriais e serviços de sondagem**, nos termos do Artigo 74, Inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 – Oriunda do Credenciamento nº 02/2025 – SMO.

CONTRATADO(A)

FORNECEDOR: ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 11.519.548/0001-69 com sede na Rua Acre, nº 162, sala 06, Bairro Centro CEP: 83.860-000 na cidade de Piên/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	1	Projeto topográfico	M²	1.502	2,32	3.484,64
1	2	Laudo de sondagem SPT (Standard Penetration Test)	M	35	158,75	5.556,25

FORNECEDOR: ARKEVIA ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E CONSULTORIA LTDA. inscrito no CNPJ/CPF sob nº 42.838.802/0001-15 com sede na Avenida Visconde de Taunay, nº 06, Edifício H. Sacchi II, sala 05, Bairro Ronda, CEP: 84.010-760 na cidade de Ponta Grossa/PR.						
LOTE	**ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**UNID.**	**QTDE**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
2	1	Projeto de terraplanagem - Edificações	M²	1.502	4,00	6.008,52

Total: R$ 15.049,41 (quinze mil e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos)

DOTAÇÃO

PROGRAMÁTICA	**FONTE**	**DESCRIÇÃO**
06001154510004103133903900000	1002	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
06001154510004103144905100000	303	OBRAS E INSTALAÇÕES

Balsa Nova, em 02 de Fevereiro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:861BB432

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2026

E D I T A L D E A B E R T U R A D O P R O C E S S O S E L E T I V O S I M P L I F I C A D O N º . 0 0 1 / 2 0 2 6

A PREFEITURA DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, por meio do INSTITUTO OMNI, na forma prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, e a Lei 2.791/2025, da Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis, torna público o Edital nº. 001/2026 que dispõe sobre a abertura de inscrições do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO visando selecionar candidatos exclusivamente para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido pelas instruções a seguir:

1 – DOS CARGOS

1.1 – Os cargos a serem providos, os requisitos mínimos, a carga horária mínima, o salário base, as vagas e a taxa de inscrição, são os seguintes:

Cargos	Vagas	Carga horária semanal	Salário Base	Requisitos Mínimos	Taxa de Inscrição
Atendente de Saúde	03	40H	R$ 1.631,00	Nível Médio	R$ 80,00
Cuidador Infantil	15	40H	R$ 2.134,14	Nível Médio	R$ 80,00
Enfermeiro	02	40H	R$ 4.318,18	Nível Superior	R$ 120,00
Médico da Família	01	40H	R$ 18.448,72	Nível Superior	R$ 120,00
Médico Veterinário	01	40H	R$ 4.268,28	Nível Superior	R$ 120,00

1.2 - As atribuições e cargos inerentes a cada cargo estão detalhadas no Anexo I.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 - O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e será organizado pelo INSTITUTO OMNI, bem como regido pelas instruções especiais constantes do presente Edital, elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federal e Municipal vigentes e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.
2.2 - O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO compreenderá a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de caráter eliminatório e classificatório e Prova de Títulos de caráter classificatório.**
2.3 - As provas serão realizadas na cidade de Barbosa Ferraz **-** PR, por definição conjunta do Município de Barbosa Ferraz – PR e o INSTITUTO OMNI

2.4 - O edital completo e respectivas retificações serão publicadas nos sites www.omniinstituto.org.br, www.barbosaferraz.pr.gov.br e no diário oficial dos municípios www.diariomunicipal.com.br/amp/ .
2.5 - Os meios oficiais de divulgação dos atos deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão, bem como no www.barbosaferraz.pr.gov.br, no diário oficial dos municípios www.diariomunicipal.com.br/amp/ *e* no site www.omniinstituto.org.br
2.6 - É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e a divulgação desses documentos através do site www.omniinstituto.org.br e demais meios oficiais de divulgação definidos no **item 2.5**.
2.7 - Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Brasília.
2.8 - As contratações decorrentes desse PSS justificam – se pela necessidade temporária de excepcional interesse público, notadamente para garantir a continuidade de serviços essenciais nas áreas de saúde e educação, não sendo destinadas à substituição permanente de cargos efetivos.

3 3 – REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1 - São condições para ingresso em cargo público:
3.1.1 - Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal 70.436/72.
3.2 - São requisitos para nomeação:
3.2.1 - Ser aprovado neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;
3.2.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos
3.2.3 - Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do Cargo mediante confirmação de exame médico admissional;
3.2.4 - Estar quite com o Serviço Militar, se do sexo masculino;

3.2.5 - Estar no gozo dos direitos civis e políticos;
3.2.6 - Atender as condições de escolaridade e requisitos do cargo;
3.2.7-Possuir habilitação profissional para o exercício dos cargos, quando for o caso;
3.2.8-Atender as condições especiais, prescritas em lei ou decreto, para determinados cargos;
3.2.9 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental;
3.2.10 - Não possuir vínculo com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que impossibilite acumulação de cargos, empregos e funções, ressalvados os casos contidos nas alíneas "a", "b" e "c", inc. XVI, do art. 37, da Constituição Federal, inclusive no que concerne à compatibilidade de horários.
3.2.11 - Não ser aposentado por invalidez ou ter aposentadoria especial para o mesmo cargo, empregos e CARGOS, e nem estar em idade de aposentadoria compulsória.
3.3 - Os requisitos citados acima, assim como os dispostos no **Item 1,** deste Edital são essenciais para contratação, devendo o candidato na ocasião da convocação, apresentar os documentos exigidos no Departamento de Recursos Humanos do Município de Barbosa Ferraz-PR. No caso do não cumprimento das referidas exigências, o candidato perderá o direito à vaga.

4 4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas pela internet, conforme item **4.2**. Não serão admitidas inscrições pelo Correio, Fax, E-mail ou outra forma diferente da definida no item **4.2.**
4.2 - Será admitida a inscrição apenas via INTERNET, no endereço eletrônico www.omniinstituto.org.br **a partir do dia 04/02/2026 até o dia 18/02/2026 as 23h59** desde que efetue o **pagamento até o dia 19/02/2026** através de **"Boleto Bancário"** a ser emitido após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição no endereço www.omniinstituto.org.br .
4.2.1 - A inscrição efetuada via internet somente será validada após a constatação do pagamento do **boleto bancário** referente à taxa de inscrição dentro do prazo estabelecido pelo presente Edital.
4.2.2 - Não serão considerados válidos pagamentos do boleto após o prazo do seu vencimento ou com valores divergentes.
4.2.3 - A única forma de pagamento da taxa de inscrição é através do **boleto bancário**.
4.2.4 - É de responsabilidade exclusiva do candidato, observar os dias e horários de funcionamento da rede bancária credenciada, para o pagamento da taxa de inscrição.
4.2.5 - Não serão acatadas inscrições cujo pagamento do valor da inscrição tenha sido efetuado em desacordo com as opções oferecidas no ato do preenchimento da inscrição via internet, seja qual for o motivo alegado.
4.2.6 – O INSTITUTO OMNI, não se responsabiliza por inscrições via internet, não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilite a transferência dos dados, salvo por culpa exclusiva da instituição organizadora.
4.2.7 - Para inscrever-se, o candidato deverá acessar o site www.omniinstituto.org.br em caso de dúvida para efetivar a sua inscrição, o candidato poderá consultar a "Área do Candidato" de como realizar a sua Inscrição, disponível na página inicial do site ou entrar em contato com a empresa através do e-mail atendimento@omniinstituto.org.br .
4.2.8 - Os valores de inscrição pagos em desacordo com o estabelecido neste Edital não serão devolvidos.
4.3 - Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória.
4.4 - Não serão recebidas inscrições por via postal, fac-símile ou condicional, sob qualquer pretexto, fora do prazo estabelecido ou que não atenda rigorosamente às disposições contidas neste edital.
4.5 - Não serão aceitas inscrições contendo dados incompletos.
4.5.1 - Os dados cadastrais fornecidos pelos candidatos poderão ser retificados no prazo máximo da data recursal das Homologações das Inscrições, posteriormente não serão aceitas alterações.
4.6 - Efetivado o pagamento da inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração, sob hipótese alguma.
4.7 - No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar das listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o INSTITUTO OMNI procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição Formulário estará em posse do Coordenador do INSTITUTO OMNI.
4.8 - A inclusão de que trata o item **4.5** será realizada de forma condicional e será confirmada pelo INSTITUTO OMNI, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.
4.8.1 - Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item **4.5**, a mesma será cancelada, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
4.9 - Não haverá devolução da quantia paga a título de inscrição, salvo em caso de não realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO pelo INSTITUTO OMNI.
4.10 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas contidas neste edital.

4.11 - A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no requerimento de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas, implicará no cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, após processo administrativo em que se

garantam os princípios do contraditório e ampla defesa.
4.12 - A partir do dia 24/02/2026 o candidato deverá conferir no site www.omniinstituto.org.br se foi deferido seu requerimento de inscrição.
4.13 – O candidato poderá realizar duas provas, desde que sejam aplicadas em turnos diferentes, conforme o quadro descrito no item 8.1.
4.14- De acordo com a seguintes leis; Lei Federal 13.656/2018, Lei Estadual n.º 19.293/2017 e Lei Estadual nº 19.196/2017 terão direito à isenção os Inscritos no CADASTRO ÚNICO, que concede isenção para participantes com renda familiar de meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até 1(um) salário mínimo, o doadores de sangue, os doadores de medula óssea e eleitores que foram convocados e nomeados, que tenha prestado serviço eleitoral, em dois eventos eleitorais.
4.14 - Para solicitar a isenção de pagamento, o candidato deverá efetuar a inscrição durante o período de
04/02/2026 a 07/02/2026, conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:
4.15 - OS PEDIDOS DE ISENÇÃO SERÃO ENVIADOS DE FORMA ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO)
4.15.1 - Para a apresentação eletrônica dos documentos referente aos Pedidos de Isenção o candidato deve acessar a "Área do Candidato" a partir da página www.omniinstituto.org.br utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em "Mais Informações" e em seguida no item "Pedido de Isenção".
4.15.2 - Os documentos devem ser digitalizados em "frente e verso" no mesmo arquivo em formato PDF em formato que permita a sua perfeita identificação.
4.16- O candidato Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) deverá apresentar:
a) comprovar renda familiar de meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total
b) A isenção mencionada no item 4.14 deste edital deverá ser solicitada mediante comprovação;
c) indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
d) declaração de que atende às condições estabelecidas de próprio punho;
e) comprovante de ser doador de sangue;
f) comprovante de ser doador de medulo óssea – REDOME;
g) cópia da comprovação do serviço prestado, expedido pela Justiça Eleitoral do Estado em que for eleitor, na qual deverá constar o nome completo do candidato, bem como o número do documento oficial de identificação, a função desempenhada, o turno e a data da eleição. Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não, sendo o último nos últimos dois anteriores ao término da inscrição.
4.17 - O INSTITUTO OMNI poderá, caso considere necessário, consultar o órgão gestor do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
4.17.1- A declaração falsa eliminará o candidato do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e o sujeitará às sanções administrativas e penais previstas em Lei.
4.17.2 - O edital do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO definirá os prazos limite para a apresentação do requerimento de isenção, assim como da resposta ao candidato acerca do deferimento ou não do seu pedido.
4.17.3 - As informações prestadas no requerimento de isenção de taxa de inscrição, bem como toda a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do candidato.
4.18- A declaração falsa implicará no cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;
4.19 - Exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para a Cargo;
4.20 - Declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação;
4.21 - Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:
4.21.1 - Omitir informações;
4.21.2 - Fraudar e/ou falsificar documentação;
4.21.3 - Pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou
4.21.4 - Entregar o pedido de isenção fora do prazo previsto neste Edital.
4.22 – O INSTITUTO OMNI avaliará os pedidos de isenção e publicará sua decisão no site www.omniinstituto.org.br no dia **09/02/2026.**
4.23- O candidato que tiver a solicitação de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDA poderá impetrar recurso contra o indeferimento da Isenção.
4.24 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar deste Processo de Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia **19/02/2026.**

5– DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR A PROVA

5.1 - Do total das vagas ofertadas, 5% (cinco por cento) será reservado para pessoas com deficiência, em cumprimento ao que assegura o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99 e

Decreto Federal 9.508/18, observando-se a compatibilidade de condição especial do candidato com as atividades inerentes às atribuições do cargo para o qual concorre, no prazo de validade do presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
5.1.1 - A ordem de convocação dos candidatos com deficiência dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoas com deficiência será a 5ª vaga, a 2ª vaga será a 21ª vaga, a 3ª vaga será a 41ª vaga, a 4ª vaga será a 61ª vaga, e assim sucessivamente.
5.2 - Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 deste Edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.
5.3 - Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.
5.4 - As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, participarão do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas.
5.5 - O candidato portador de deficiência deverá enviar, através da área do candidato no período de
04/02/2026 até o dia 18/02/2026 as 23h59 especificando que deseja concorrer às vagas reservadas.
5.6 -OS PEDIDOS DE VAGAS RESERVADAS E CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR A PROVA SERÃO ENVIADOS DE FORMA ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO)
5.6.1 - Para a apresentação eletrônica dos documentos referente aos Pedidos de Vagas Reservadas o candidato deve acessar a "Área do Candidato" a partir da página www.omniinstituto.org.br utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em "Mais Informações" e em seguida no item "PCD- Portador de Deficiência".

5.6.2 - Os documentos devem ser digitalizados em "frente e verso" no mesmo arquivo em formato PDF em formato que permita a sua perfeita identificação.
5.7 - Serão considerados somente documentos enviados dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento:
a) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 06 (seis) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão,
b) O candidato com **deficiência visual** que necessitar de prova especial em Braille ou ampliada ou leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação dentro do prazo previsto para envio da documentação.
c) O candidato com **deficiência auditiva** que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá anexar solicitação
d) O candidato com **deficiência física** que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá solicitar, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc.;
e) O candidato com deficiência que necessitar de **tempo adicional** para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.
f) A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova, deverá encaminhar solicitação com justificativa acompanhada de comprovação, certidão de nascimento ou atestado médico, dentro do prazo de envio dos documentos.
5.8 - Aos **deficientes visuais** (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.
5.9 - Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas nesse sistema. Sua prova ampliada será em fonte 24.
5.10 - O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item **5.7** letra "a", e que, não tenha indicado no ato da inscrição que deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".
5.11 - Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados neste Item e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.
5.12 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Item não poderão interpor recurso administrativo em favor de sua condição.
5.13 - O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.
5.14 - Ao ser convocado para investidura na função, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou

credenciado pelo Município de **Barbosa Ferraz - PR**, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência incapacitante para o exercício da função Será eliminado da lista de pessoa com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
5.15 - A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original oficial e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item **5.7** deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.
5.16 - Caberá recurso contra decisão proferida pela perícia Médica do Município de **Barbosa Ferraz – PR.**
5.17 - A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
5.18 - O laudo médico apresentado terá validade somente para este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO não será devolvido.
5.19 - Após a contratação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

6– DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

6.1- Em cumprimento a Lei Estadual nº 14.274/2003 ficam reservadas aos negros o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes, das que vierem a surgir ou das que forem criadas no prazo de validade deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
6.1.1 - A ordem de convocação dos candidatos negros ou pardos dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada as pessoas negras ou pardas será a 6ª vaga, a 2ª vaga será a 22ª vaga, a 3ª vaga será a 42ª vaga, a 4ª vaga será a 62ª vaga, e assim sucessivamente.
6.1.2-A declaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais estabelecidas neste Edital, caso não a faça no ato de inscrição.
6.1.3-Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato:
a) será eliminado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;
b) se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa;
c) deverá ressarcir o erário quanto aos prejuízos causados e restituir a remuneração eventualmente recebida;
d) terá contra si promovida a responsabilidade penal.
6.2. Para concorrer às vagas reservadas o candidato negro deverá:
6.2.1. Realizar a sua inscrição conforme disposto no item 4 e se declarar candidato negro;
6.2.2- O candidato negro deverá enviar, via internet, através da Área do Candidato no site www.omniinstituto.org.br no período de **04/02/2026 até o dia 18/02/2026 as 23h59 ,** especificando que deseja concorrer às vagas reservadas. Deverá providenciar a Auto declaração de candidato negro e anexar na opção de envio de documentos disponível na Área do candidato;
6.3- Serão considerados somente a Auto declaração de candidato negro enviados dentro do prazo estabelecido, sob pena de indeferimento.
6.4- Somente serão analisadas as solicitações dos candidatos que atenderem integralmente ao subitem 6.2.2.
6.5. As informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato, devendo este responder, administrativa, civil e penalmente, em caso de declaração falsa ou inexata.
6.6. Os candidatos autodeclarados afrodescendentes que optarem por concorrer às vagas reservadas na forma deste capítulo, concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação.

6.7. A relação dos candidatos, que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas para negros, será divulgada, de acordo com o Cronograma do Processo, no endereço eletrônico www.omniinstituto.org.br.
6.8. O candidato que tenha sua solicitação INDEFERIDA poderá interpor recursos, obedecendo o período constante no cronograma do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
6.9 -Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
6.10- Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.
6.11- Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.
6.12- Os candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas e às reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.
6.13 -Na hipótese de que trata o item anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas aos negros.

7 – DAS PROVAS

7.1 - A aplicação de provas do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Edital nº. 001/2026 será constituída por:
7.1.1 - Prova Objetiva de Múltipla Escolha de caráter classificatório.
7.1.2 - A **Prova Objetiva** conterá 25 (vinte e cinco) questões, com **04** opções de respostas **(a,b,c,d)** cada, com apenas uma opção correta, de acordo com a tabela abaixo:

FUNÇÕES	DISCIPLINA	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Nível Médio	Língua Portuguesa	10	4,0	40
	Matemática	05	4,0	20
	Conhecimentos gerais	10	4,0	40
TOTAL		**25**		**100**

FUNÇÕES	DISCIPLINA	QUANTIDADES DE QUESTÕES	PESO	TOTAL
Nível Superior	Língua Portuguesa	05	4,0	20
	Matemática	05	4,0	20
	Conhecimentos Gerais	05	4,0	20
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL		**25**		**100**

7.1.3 - A Prova Objetiva será avaliada na escala de **0** (zero) a **100**(cem) pontos.
7.1.3.1 - Será considerado habilitado na prova objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.
7.2 - A realização da **Prova Objetiva** terá duração de **03 (três) horas**, já incluído o tempo para distribuição e orientações sobre as provas e o preenchimento da Folha de Respostas.
7.3 - O Conteúdo Programático para as **Provas Objetivas** será apresentado no **Anexo II.**
7.4 - Sempre que o candidato observar qualquer anormalidade no caderno de provas e na condução da aplicação, deverá se manifestar no momento da prova, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso junto à banca examinadora.

8– DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1 - A Prova Objetiva de Múltipla Escolha será realizada no dia **15/03/2026 às 09:00 horas** no Município de Barbosa Ferraz - PR, em locais que serão divulgados na data de 10/03/2026**,** no site www.omniinstituto.org.br e www.barbosaferraz.pr.gov.br**.**
8.1.2 - O candidato deverá comparecer ao local de realização das Provas, com antecedência, portando documento de identidade original, caneta transparente azul ou preta,
8.1.3 - O candidato poderá ausentar-se do local de provas, depois de decorridos **01h (uma hora)** do início das mesmas.
8.1.4 - Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala onde estiver sendo realizada a prova somente poderão retirar-se do local simultaneamente.
8.1.5 - O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identificação.
8.1.6 - É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no local, data e horário determinado, com todos os custos sob sua responsabilidade.
8.1.7 - O ingresso do candidato na sala onde se realizarão as provas só será permitido no horário estabelecido, mediante a apresentação do Documento de Identidade Oficial (original), preferencialmente o usado na inscrição.
8.1.8 - O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos como documentos de identificação: CPF (CIC), certidões de nascimento, títulos eleitorais, CNH (modelo antigo, sem foto), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem cópias de documentos de identificação, ainda que autenticados, ou protocolos de entrega de documentos.
8.1.9 - Serão considerados documentos de identidade: Documento de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por lei federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).
8.1.10 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência policial com data de no máximo 30 dias antes da data de realização das provas, bem como outro

documento que o identifique. Nesta ocasião poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio de ocorrências.
8.1.11 - A identificação especial poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.
8.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade oficial original, na forma definida nos subitens **8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8** deste Edital, não poderá fazer as provas e será automaticamente eliminado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
8.2.1 - Não serão realizadas provas fora do local, cidade, data e horário determinado.
8.2.2 - Será excluído deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que:
a) Não apresentar documento de identificação exigida;
b) Não devolver a folha de respostas assinada cedida para realização das provas;

c) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
d) Ausentar-se da sala no período das provas sem acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido ou portando caderno de questões ou folha de resposta;
e) For surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, durante a realização da prova.
f) Tumultuar a realização das provas, podendo responder legalmente pelos atos ilícitos praticados;
g) Fizer anotações de informação relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
h) Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões e/ou nas folhas de respostas;
i) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;
j) Constatado, após as provas por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;
k) Faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e/ou com outros candidatos;
8.2.3 - Não será permitido ao candidato permanecer no local das Provas Objetivas com aparelhos eletrônicos ligados (bip, telefone celular, relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador etc.). Caso o candidato leve algum aparelho eletrônico, deverá estar desligado e, em caso de aparelho telefone celular, deixar desligado ou retirar a bateria e colocar no envelope de segurança lacrado. O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se tal ato como tentativa de fraude.
8.2.4 - É expressamente proibido ao candidato permanecer com armas no local de realização das provas, ainda que detenha o porte legal de arma, sob pena de sua desclassificação.
8.2.5 - Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras ou similares, anotações, impressos, livros ou qualquer outro material de consulta.
8.2.6 - Não será permitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões ou fora dos locais predeterminados.
8.2.7 - O candidato não poderá ausentar-se da sala de realização das provas, sem acompanhamento de fiscal, após ter assinado a lista de presença.
8.2.8 - O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal, a folha de respostas e não poderá levar o caderno das questões.
8.2.9 - Não haverá segunda chamada para as provas. O não comparecimento a quaisquer das provas resultará na eliminação automática.
8.3 - Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.
8.3.1 - A condição de saúde do candidato no dia da aplicação das provas será de sua exclusiva responsabilidade, não haverá segunda chamada por motivo de enfermidade que esteja acometido no dia da prova, e ainda será de responsabilidade o risco de transmissão de enfermidade aos demais.
8.3.2 - Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio necessário.
8.3.3 - Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
8.3.4 - No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
8.3.5 - As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico de leitura óptica.
8.3.6 - As respostas das provas objetivas deverão ser transcritas a caneta transparente de tinta azul ou preta para a Folha de Respostas, que é o único documento válido para correção eletrônica. Não haverá substituição da Folha de Respostas ou de qualquer outro material, exceto por ocorrência de responsabilidade exclusiva da Administração ou da organização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emenda ou rasura, ainda que legível e serão consideradas ERRADAS, as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

8.3.7 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, desde que deferido a solicitação de atendimento especial a este fim, nos termos do edital, deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará a prova.
8.3.8 - Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim no ato da inscrição. Nesse caso, se deferido o seu pedido, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado pela coordenação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

9- DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 – Constituem Títulos somente os indicados na tabela a seguir, desde que devidamente comprovados e relacionados à área para a qual o candidato está concorrendo, limitando-se a pontuação ao máximo descrito, sendo que os pontos excedentes serão desconsiderados.
9.2 – Os pontos dos Títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação", somente para os candidatos classificados na Prova Objetiva.
9.2.1 – O total de pontos alcançados na Prova de Títulos será somado à nota obtida na Prova Objetiva.
9.2.2 – A somatória será feita somente para os candidatos que forem habilitados na Prova Objetiva, de acordo com o presente Edital.
9.2.3 – Para todos os cargos de nível superior, poderão ser apresentados os seguintes títulos:

ITEM DE AVALIAÇÃO (SOMENTE UM TÍTULO POR ITEM)	Pontos por Título	Pontuação Máxima
Doutorado	04 (quatro) pontos - máximos um título	10 pontos
Mestrado	03 (três) pontos - máximos um título	
Pós-Graduação Latu Sensu – carga horária mínima de 360 horas	03 (três) pontos - máximos 03 (três) títulos , sendo 01 (um) ponto por titulo	

9.2.4-Somente serão aceitos como comprovação de títulos as certidões, atestados, declarações, em papel timbrado da instituição, devidamente assinado, e que conste claramente que o curso foi concluído. Em caso de declarações, deve constar a justificativa para a não emissão dos certificados, acompanhado do histórico de disciplinas e carga horária.
9.2.5- No caso do certificado de conclusão não constar as disciplinas e carga horária, deverá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino.
9.2.6- Os certificados em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.
9.2.7 – Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados, caso não se possa aferir a relação com a área da função.
9.2.8 – Para comprovação dos títulos previstos no **item 9.2.4**, o comprovante deverá ser diploma ou certificado, ou ainda declarações e/ou atestado de conclusão do curso, expedidos pela entidade promotora, estes dois últimos acompanhados de histórico escolar, nos termos, também, do **item 9.2.5**

deste Edital. Não será pontuado boletim de matrícula ou histórico escolar somente ou outra forma que não a determinada neste item, não devendo o candidato entregar documentos que não estejam na forma exigida.
9.2.9 – Os diplomas de pós-graduação em nível de Mestrado e Doutorado devem estar devidamente registrados e para estes, não serão aceitos atestados de conclusão de curso ou das respectivas disciplinas sem histórico. Os documentos, em língua estrangeira, de cursos realizados, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa, por tradutor juramentado e revalidados por instituição brasileira.
9.2.10 – Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público ou privado, estágios ou monitorias, bem como participação em cursos, simpósios, congressos, etc.
9.3 – Todos os títulos deverão ser enviados no período de inscrição de **04/02/2026 a 18/02/2026**. Deverá providenciar os títulos exigidos no item 9.1 e anexar na opção de Prova de títulos disponível na Área do candidato.
9.4 -OS TITULOS SERÃO ENVIADOS DE FORMA ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO)
9.4.1 -Para a apresentação eletrônica dos títulos o candidato deve acessar a "Área do Candidato" a partir do site www.omniinstituto.org.br utilizando o seu CPF e senha pessoal. Na área do candidato deve localizar a sua inscrição para o evento, clicar em "Mais Informações" e em seguida no item "Prova de Títulos".
9.4.2- Os títulos devem ser digitalizados em "frente e verso" no mesmo arquivo em formato PDF. Entende-se por "digitalizados" os títulos escaneados a partir de seu documento original, sendo desconsiderados títulos "fotografados" ou ainda outro meio que não permita a sua perfeita identificação. A digitalização deve ser em tamanho real do título, sem qualquer tipo de redução ou ampliação, sendo utilizada a proporção de 1 para 1. Títulos digitalizados em tamanhos diversos ao original não serão avaliados, sendo indeferidos e não pontuados. Da mesma forma, deve-se manter o esquema original de cores do título, ou seja, sendo um título "colorido" deve

ser digitalizado mantendo o mesmo padrão de cores, sob pena de indeferimento, em caso de alterações.
9.4.3-Serão indeferidos os títulos que não atenderem ao disposto neste item, em especial às seguintes ocorrências:
a- Títulos fotografados;
b- Títulos que em seu original são coloridos e são apresentados em preto e branco;
c- Arquivos com margens que não existem no título físico;
d- Arquivos que não contenham a frente e o verso do título dispostas em paginação eletrônica 1 e 2, sendo a página 1 para a frente do título e a página 2 para o seu verso;
e- Títulos digitalizados em proporção diversa à 1 para 1 (tamanho real do título), sendo indeferidos os títulos apresentados com compressão ou ampliação;
f- Apresentados em arquivos diversos ao formato PDF ou com tamanhos superiores a 2 MB (dois megabytes);
g- Arquivos de baixa resolução, que não permitam a correta identificação e avaliação do título apresentado;
h- Títulos não compreendidos nas categorias ou fora dos prazos de realização previstos neste item de títulos;
i- Arquivos que contenham mais de um título, sendo indeferidos todos os apresentados nesta condição;
j- Arquivos que contenham informações divergentes entre o formulário eletrônico e o título, em relação à carga horária do curso, período de realização e/ou instituição promotora;
k- Arquivos que contenham apenas a frente ou apenas o verso do título, mesmo que disposto em mais de um arquivo.
9.4.4- Cada arquivo deve conter apenas um título.
9.4.5- Títulos incompletos (somente frente ou somente verso) serão desconsiderados e não pontuados, mesmo que dispostos em dois arquivos. A página 1 (um) do arquivo PDF deve conter a frente do Títulos e a página 2 (dois) o verso do Título, sendo indeferidas as apresentações que não seguirem esta ordem.
9.4.6- Apenas o candidato tem acesso a adicionar ou remover títulos de sua inscrição, a partir da área do candidato, sendo aqueles apresentados dispostos em sua Área do Candidato, disponíveis para sua consulta, a qualquer momento.
9.4.7- O resultado da análise de títulos, estará disponível de forma individual para cada candidato e inscrição, a partir da "Área do Candidato", na data da Classificação Preliminar
9.4.8- O recurso tem o objetivo de proporcionar ao impetrante a ampla defesa em relação à análise documental apresentada tempestivamente, ou seja, no período destinado à apresentação da prova de títulos, sendo de responsabilidade do candidato a apresentação dos documentos na forma exigida pelo edital. Títulos ou documentos apresentados na peça recursal são considerados intempestivos e não serão analisados, sendo indeferidos sem análise de mérito.
9.4.9- O candidato não poderá exceder o total de pontos estabelecido neste Edital. Caso o candidato envie mais títulos que o estabelecido, estes perderão direito à pontuação, cabendo aos membros da Banca Avaliadora da empresa INSTITUTO OMNI julgarem o fato.
9.4.10- Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos Títulos constantes das Tabelas de títulos deste Edital, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e comprovada a culpa do mesmo, este será excluído do Processo Seletivo.
9.4.11- No prazo de 02 (dois) dias, a contar da divulgação das Notas da Prova Objetiva e avaliação dos Títulos, o candidato poderá requerer à Empresa INSTITUTO OMNI revisão da nota atribuída às provas e dos pontos atribuídos aos Títulos, utilizando– se para tanto a "Área do Candidato".
9.4.12- Entenda-se prazo de 02 (dois) dias como o primeiro dia subsequente da publicação do edital de notas e títulos a que se pretende recorrer.

10– DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DESEMPATE

10.1 - A publicação do resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será feita em 03 (listas) listas, contendo a Primeira Lista Geral dos candidatos classificados, e a Segunda Lista somente a classificação das Pessoas com Deficiência e a Terceira Lista com candidatos negros.
10.2 - Apurado o total de pontos, na hipótese de empate entre os candidatos, será aplicado o disposto no art. 27 da lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso – candidatos com idade superior ou igual a 60 anos) aplicando-se subsidiariamente, para efeito de classificação, e sucessivamente, ao candidato que:
10.2.1 - Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos. (Quando a CARGO exigir)
10.2.2 - Obtiver o maior número de pontos na Prova de Português. (Quando a CARGO exigir)
10.2.3 - O candidato com maior idade, não alcançados pelo Estatuto do Idoso.
10.4- O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será homologado por ato do Chefe do Poder Executivo, após manifestação da Procuradoria Jurídica do Município.
10.3 - O Resultado Final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será publicado no site do Município de Barbosa Ferraz - Pr e no site do INSTITUTO OMNI.
11– DOS RECURSOS

11.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados no prazo de 02 (dois) dias uteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto de recurso contra todas as decisões proferidas no decorrer do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, em especial em relação quanto:

a) Divulgação do edital de abertura.
b) Divulgação do indeferimento das inscrições.
c) Divulgação do gabarito preliminar da Prova Objetiva.
d) Divulgação da classificação Preliminar após Prova Objetiva.
e) Divulgação da classificação após Prova Prática.

11.1.1 - Para a interposição de recurso, o candidato deverá obrigatoriamente acessar o site www.omniinstituto.org.br realizar a consulta do andamento de sua inscrição informando seu login e senha, acessar o Formulário de Recurso que estará disponível apenas no período estabelecido em cada divulgação, preencher corretamente todos os campos do formulário de acordo com as orientações disponíveis no site e enviá-lo para análise. Ao enviar corretamente o formulário, o candidato receberá um número de protocolo para acompanhamento da resposta do recurso interposto.

11.1.1.1 - Para envio de recursos referente ao Gabarito Preliminar, será permitido 01 (um) recurso para cada questão de prova, sendo enviado de acordo com a numeração selecionada, com argumentação e fundamentação referente a respectiva questão, caso não for enviado de acordo o disposto neste item, será indeferido conforme item **11.2.**

11.1.2 - No formulário de recurso deverá constar obrigatoriamente a síntese das razões que motivaram a solicitação do recurso. Não serão aceitos recursos relativos à divulgação já questionada pelo candidato, ou relativo a assunto já divulgado anteriormente.

11.1.3 - Caso seja necessário o candidato poderá anexar documentos que auxilie na elaboração dos recursos, sendo obrigatório o anexo do comprovante de pagamento apenas no recurso contra a relação de candidatos.

11.1.4 - Antes de enviar o recurso para análise, o candidato deve fazer a revisão do texto que compõe a síntese das razões. Após o envio do recurso (protocolado), não será mais possível realizar alterações no conteúdo do mesmo.

11.2 - Serão INDEFERIDOS os recursos apresentados em desacordo com as especificações estabelecidas no Formulário de Recurso, bem como recursos que apresentem mais de uma questão por protocolo ou recursos que apresentem questões e/ou cargos diferentes do selecionado no formulário. Também serão indeferidos os recursos enviados fora do período estabelecido nas divulgações ou recursos relativos a divulgações com período de recurso já encerrado, assim como os que forem encaminhados por outros meios que não seja o preenchimento do Formulário de Recurso disponibilizado no site (Não serão aceitos recursos enviados por meio de carta, correio, e-mail, suporte aos candidatos do site, fax, telefone, etc.).

11.3 – O INSTITUTO OMNI e/ou Município de Barbosa Ferraz -PR não se responsabilizam por solicitações de recursos não recebidas por dificuldades de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação e acesso à internet, congestionamento das linhas de comunicação, bem como qualquer outro fator externo ao site do INSTITUTO OMNI que impossibilite o correto envio do formulário de recurso.

11.4 - O Recurso recebido será encaminhado para a Banca Examinadora para análise e manifestação a propósito do arguido, não havendo ao candidato requerente direito de vista ou revisão pessoal da prova escrita.

11.4.1 - O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes à prova, independentemente de formulação do recurso.

11.4.2 - O Gabarito divulgado poderá ser alterado, em cargo dos recursos interpostos, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.

11.4.3 - Na ocorrência do disposto nos itens **11.4.1 e 11.4.2**, poderá haver, eventualmente, alterações da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior.

11.4.4 - O prazo para interposição de recursos é preclusivo e comum a todos os candidatos.

11.4.5 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas aos candidatos através do site www.omninstituto.org.br por meio de consulta da inscrição do candidato informando seu login e senha, tendo como referência sempre o número de inscrição.

11.5 - Após o julgamento dos recursos sobre gabaritos e questões objetivas, a anulação de qualquer questão do certame, seja por recurso administrativo, resultará em benefício de todos os candidatos, ainda que estes não tenham recorrido ou ingressado em juízo, e eventuais alterações no gabarito preliminar serão divulgadas.

11.5.1 - O parecer contendo a decisão relativa ao recurso estará à disposição do candidato recorrente, nas datas determinadas no Cronograma do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, até a data de homologação. Sendo que os resultados e as respostas dos recursos serão divulgados na internet no site www.omniinstituto.org.br na “Área do Candidato”, e procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

11.6 - A banca examinadora do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 - A convocação para contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados e o número de vagas disponibilizadas, observada a necessidade do Município de Barbosa Ferraz - PR, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO que será de 1 (um) ano, podendo ou não ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame, com base no inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, desde que mantida a necessidade temporária , nos termos da Lei

Municipal nº 2.791/2025.

12.2 - A simples aprovação no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO não gera direito à contratação, pois o Município de Barbosa Ferraz - PR convocará apenas o número de aprovados que, de acordo com seu critério, julgar necessário.

12.3 - Caso o candidato convocado possua outro cargo público, acumulável na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal, deverá apresentar declaração firmada pelo órgão ou entidade pública contratante contemplando o horário em que exerce seu cargo, para fins de averiguação de compatibilidade de horários.

12.4 - No ato da admissão os candidatos classificados deverão apresentar a seguinte documentação:
1. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;
2. Comprovação de nacionalidade brasileira;
3. Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos Políticos;
4. Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
5. Quitação com as obrigações eleitorais;
6. Idade mínima de 18 anos;
7. Declaração de bens e fontes de renda;
8. Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;
9. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;
10. Documentos pessoais:

12.5 - O Prazo que o candidato terá para manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação será de 30 (trinta) dias.

12.6 - Caso haja necessidade, o Município de Barbosa Ferraz - PR poderá solicitar outros documentos complementares.

12.7 - A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição, desqualificação e desclassificação do candidato, com todas as decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
12.8 – As contratações ocorrerão. sob o regime celetista temporário, com direitos trabalhistas assegurados nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT , sendo vedada qualquer equiparação a cargo efetivo.
12.9- É Vedada a prorrogação sucessiva de contratos temporários ou a realização de novo Processo Seletivo Simplificado para a mesma função sem a devida justificativa administrativa e legal.
12.10 – As Contratações decorrentes deste Processo Seletivo Simplificado estão condicionadas á disponibilidade orçamentária e financeira e á observância dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.
12.11 - O candidato cuja deficiência for considerada incompatível com o desempenho das funções será desclassificado.
12.12- O não comparecimento do candidato, quando convocado, implicará na sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo.
12.13 - É de responsabilidade do candidato manter e-mail e telefone atualizados para convocação a vaga.
13– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

13.1 - Todas as informações referentes à realização do processo seletivo simplificado serão fornecidas pelo INSTITUTO OMNI.
13.1.1 - O Processo Seletivo Simplificado é valido por 1 (um) anos, podendo ou não ser prorrogado por igual período, a contar da data de homologação do certame.
13.2 - A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do presente processo seletivo simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital.
13.3 – O Município de Barbosa Ferraz - PR e o INSTITUTO OMNI não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
13.4 - A aprovação no processo seletivo simplificado assegura direito à contratação até o número de vagas previstas (cadastro reserva), e esta, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos, o prazo de validade do processo seletivo simplificado e limites de vagas existentes, bem como as que vierem a vagar ou que forem criadas posteriormente. Isto vale dizer que a administração poderá contratar candidatos aprovados além das vagas previstas no item 1 obedecendo sempre à ordem de classificação final.
13.5 - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pelo INSTITUTO OMNI.
13.6 - Também integram este Edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO os anexos:
Anexo I: Atribuições/ Pré- Requisitos dos cargos.
Anexo II: Conteúdo Programático.
Anexo III: Cronograma.
13.7 - Todas as publicações referentes ao processo seletivo simplificado estarão disponíveis na Internet, no endereço www.omniinstituto.org.br salvo por motivo de força maior. Será afixada cópia no afixado no mural da Prefeitura de Barbosa Ferraz - Pr
13.8 - Caberá ao Prefeito Municipal a homologação do resultado final.

Barbosa Ferraz - Pr, 03 de fevereiro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito do Município de Barbosa Ferraz - PR

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES/ PRÉ – REQUISITOS DOS CARGOS ATENDENTE DE SAÚDE
Atendimento e orientação: Receber e orientar pacientes e visitantes, fornecendo informações sobre procedimentos e direcionando-os para as áreas corretas do hospital; Agendamento: Marcar e cancelar consultas e exames por telefone ou outros meios; Organização de registros: Cadastrar pacientes, coletar dados de contato, histórico médico e informações do plano de saúde, além de manter registros atualizados; Suporte administrativo: Auxiliar a equipe médica com tarefas administrativas e gerenciar agendas, receber e assinar documentos como recibos e notas fiscais e repassar ao setor responsável; Comunicação: Atender chamadas telefônicas e coordenar a comunicação entre pacientes e profissionais de saúde; Controle de convênios: Entrar em contato com operadoras de planos de saúde para solicitar autorizações e verificar elegibilidade de cobertura; Competência Técnica: Conhecimento em Informática Intermediário.

CUIDADOR INFANTIL
Realizar tarefas inerentes ao apoio no atendimento de criança e dos adolescentes; Desempenhar atividades relativas à higiene, segurança, diversão, descanso e alimentação de crianças e adolescentes; Dar banho, higienizar e realizar a troca de fraudas e de roupas de crianças e adolescentes, quando necessário; Alimentar e auxiliar na alimentação de crianças e adolescentes, inclusive no recolhimento e higienização das louças, mamadeiras, talheres e outros; Organizar os ambientes de acordo com as suas funções; Informar seu responsável imediato a respeito de acontecimentos diversos, tais como febre, diarreia, qualquer mal-estar, mudança de comportamento das crianças e adolescentes; Colaborar no recebimento e entrega de crianças e adolescentes; Participar com o pessoal técnico-administrativo e demais profissionais de reuniões administrativas, festivas e outras atividades que exijam decisões coletivas; Participar das atividades de atualização e aperfeiçoamento, visando aprofundar conhecimentos pertinentes a sua área de atuação;Executar outras atividades correlatas à função.
ENFERMEIRO
Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as disposições legais da profissão; Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo da vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF, e quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades correspondentes às áreas prioritárias de internações na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clinica a prática da saúde coletiva; Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções; Executar outras atribuições correlatas à função.

MÉDICO DA FAMÍLIA
Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimento no USF e, quando necessário, no domicilio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na - Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clinica a pratica da saúde coletiva; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando

necessário, garantir a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e de referência e contra referência; Realizar pequenas cirurgias ambulatórias; Indicar internação hospitalar; Solicitar exames complementares; Verificar e atestar óbito; Executar outras atribuições correlatas à função.

MÉDICO VETERINÁRIO

Planejar, programar, supervisionar e avaliar todas as atividades de atuação na área; Identificar os problemas de saúde mais comuns veiculadas por alimentos e zoonoses, relacionando-os com as condições de vida da população; Identificar opiniões, necessidades e problemas da população realizar e/ou atualizar o cadastro de estabelecimentos alimentares; Realizar levantamento de produtos alimentares disponíveis e de maior consumo bem como identificar os hábitos alimentares da população; Classificar os estabelecimentos e os produtos alimentares segundo critérios de risco epidemiológico (natureza do alimento, volume de produção, comercialização, comportamento das doenças veiculadas por alimentos, condições sanitárias dos estabelecimentos perfil da contaminação dos alimentos e padrão de consumo da população); Programar as atividades de inspeção sanitária para estabelecimentos alimentares segundo as prioridades definidas; Participar

da programação das atividades de colheita de amostras de alimentos; Realizar e ou acompanhar inspeções de rotina programadas e emergenciais (surtos, reclamações, registro e outros) nos estabelecimentos alimentares; Realizar a colheita de amostra de alimentos, com fins de análises fiscal de controle de rotina; Interpretar os resultados de análise laboratoriais; Aplicar, quando necessário, medidas indicadas para a melhoria das condições sanitárias dos estabelecimentos e dos alimentos, tais como: orientação ao responsável e manipuladores, emissão de autos, termos e outros; Validar a licença sanitária, mediante a aprovação das condições sanitárias encontradas por ocasião da inspeção; Orientar as indústrias de alimentos quanto a elaboração de processo para petição de registro; Participar da criação de mecanismo de notificação de casos e/ou surtos de doenças veiculadas por alimentos e zoonoses; Participar na investigação epidemiológica de doenças veiculadas por alimentos e zoonoses; Participar da avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas, bem como do seu relacionamento; Promover atividades de informações, debates, cursos. treinamentos com a população e/ou grupos organizados sobre temas de interesse da população, relacionados ao controle sanitário de alimentos e zoonoses, necessários à compreensão e resolução dos problemas identificados; Promover integração com outros órgãos e instituições no desenvolvimento das atividades de controle sanitário de alimentos e zoonoses; Planejar e coordenar as ações de controle da raiva; Coordenar o programa de controle de teníase/cisticercose humana e suína a nível municipal; Desenvolver o controle de roedores; Executar ações de educação sanitária, controle de vetores e vigilância epidemiológica, através de visitas domiciliares, atendimento a denúncias, palestras em escolas, associações de bairros e outros; Promover treinamento de pessoal; Elaborar relatórios técnicos e/ou pareceres relativos à área; Realizar a divulgação pública de assuntos de interesse coletivo com objetivo de promover as ações preventivas de saúde; Executar outras tarefas correlatas.

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO LINGUA PORTUGUESA – ENSINO MÉDIO

Compreensão e interpretação de texto. Tipologia e gêneros textuais. Coesão e coerência. Ortografia. Fonema e letra: posição da sílaba tônica, encontros consonantais, encontros vocálicos e divisão silábica. Processos de formação das palavras. Classes gramaticais: substantivo, adjetivo, artigo, verbo, numeral, pronome, conjunção, preposição, advérbio, interjeição. Sintaxe: frase; oração; período; termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; coordenação e subordinação. Emprego do sinal indicativo de crase. Acentuação gráfica. Pontuação. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. Reescrita de frases. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal.

MATEMÁTICA – ENSINO MÉDIO

Noções sobre conjuntos: definição, operações. Conjuntos dos números naturais, inteiros e racionais (formas decimal e fracionária). Expressão numérica, propriedades e operações matemáticas. Equações e sistemas de equações do 1º e 2º grau. Grandezas proporcionais: razão e proporção. Regra de três simples e composta. Porcentagem e juro simples. Sistema Monetário Brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo (transformação de unidades). Figuras geométricas planas: perímetro e áreas. Resolução de problemas.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES – ENSINO MÉDIO

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do estado e do município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas do Brasil, do Estado e do município ocorridos de 2019 até os dias atuais, divulgados na mídia local e/ou nacional. Cultura Brasileira. Ecologia e Meio Ambiente. Tecnologia. Cidadania e consciência ecológica. Desenvolvimento sustentável.

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR

Leitura e interpretação de textos – descrição, narração, dissertação, etc; Figuras de linguagem. Vícios de linguagem. Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas – monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílaba tônica. Classificação das palavras quanto ao acento tônico – oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoépia. Prosódia. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase. Notações léxicas. Morfologia: Estrutura das palavras – raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas. Formação das palavras – derivação, composição, redução, hibridismos. Sufixos. Prefixos. Radicais. Classificação e flexão das palavras – substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição. Semântica: Significação das palavras – sinônimos e antônimos. Análise sintática – frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração – sujeito, predicado. Termos integrantes e acessórios da oração – objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas. Sinais de Pontuação – emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo. Sintaxe de concordância – nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

MATEMÁTICA– SUPERIOR

Números Naturais. Números fracionários. Números racionais. Operações com números naturais. Adição, subtração, multiplicação e divisão. Espaço e forma, grandezas e medidas. Expressões numéricas Resolução de problemas, Sistema de numeração decimal. Raízes. Proporcionalidade entre seguimentos. Figuras e formas geométricas. Ângulos e retas. Números primos. Frações. Porcentagem. Medidas de comprimento. Medidas de superfície. Medidas de capacidade. Medidas de tempo. Medidas de massa. Gráficos e tabelas. Álgebra. Trigonometria, geometria, geometria analítica. Equações de primeiro e segundo grau. Noções de estatística.

CONHECIMENTOS GERAIS – NÍVEL SUPERIOR

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do estado e do município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas do Brasil, do estado e do município ocorridos desde 2022 até os dias atuais, divulgados na mídia local e/ou nacional. Cultura Brasileira. Ecologia e Meio Ambiente. Tecnologia. Cidadania e consciência ecológica. Saúde. Educação.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

ENFERMEIRO
Fundamentos da Prática de Enfermagem: Sinais Vitais; Avaliação de Saúde e Exame Físico. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE - legislação). Administração de medicamentos e preparo de soluções. Integridade da pele e cuidados de feridas. Exercício Profissional de Enfermagem: legislação aplicada à Enfermagem. Assistência de enfermagem ao cliente adulto e idoso portador de afecção cardiovascular, respiratória, digestiva, endócrina, renal, neurológica, hematológica. Assistência de enfermagem a paciente cirúrgico no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem a paciente em situação de urgência e emergência. Enfermagem em Saúde Pública. Epidemiologia. Doenças infecciosas e Parasitárias. Enfermagem em Psiquiatria. Programa Nacional de Imunização. Calendário Nacional de Vacinação atualizado. Prevenção e Controle de Infecção. Central de Esterilização. Política Nacional de Humanização (documento base). Gestão em Enfermagem. Meios de desinfecção e esterilização de Unidades Básicas de Saúde. Assistência de enfermagem em picadas de insetos, animais peçonhentos e mordeduras de animais (soros e vacinas).

MÉDICO DA FAMÍLIA
Código de Ética da Medicina. Semiologia médica na prática clínica. Radiologia Básica na prática clínica. Patologia Geral. Epidemiologia Geral. Farmacologia básica. Diagnóstico e tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Primária em Saúde. Promoção e proteção à saúde da criança, da mulher, do adolescente, do adulto e idoso. Assistência à gestação normal, identificando os diferentes tipos de risco. Cuidados ao recém-nascido normal e condução da puericultura. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais mais simples. Diagnóstico dos problemas mais frequentes de saúde ocupacional. Identificação dos problemas de saúde da comunidade, particularizando grupos mais vulneráveis. Hipertensão Arterial. Diabetes Mellitus. Doenças Cardiovasculares. Doenças Reumáticas. Assistência Médica em Ginecologia e Obstetrícia – Pré-natal de baixo risco. Doenças da Gestação. Câncer de Mama e Cérvico-uterino. Urgência e Emergência: abordagem inicial do paciente; noções de suporte básico de vida; atendimento às principais urgências clínicas. Doenças Prevalentes na Atenção à Saúde: Doenças crônicas, transmissíveis e não transmissíveis; doenças infecciosas mais frequentes; acompanhamento clínico e encaminhamentos. Ética Médica: princípios éticos da prática médica; sigilo profissional; responsabilidade e conduta do médico no serviço público.

MÉDICO VETERINÁRIO
Controle higiênico e sanitário dos alimentos. Fundamentos microbiológicos na indústria de alimentos de origem animal. APPCC – Na qualidade e segurança de alimentos. Zoonoses e Toxinfecções alimentares. Inspeção sanitária em estabelecimentos que comercializam produtos de origem animal. Inspeção sanitária em estabelecimentos que abatem animais, processam e/ou industrializam alimentos de origem animal. Controle de Zoonoses – aspectos epidemiológicos, clínicos e normativos: Cisticercose, Tuberculose, Raiva, Leishmaniose, Leptospirose e Brucelose. Procedimentos em vigilância sanitária, infrações e sanções relacionadas à legislação sanitária no âmbito federal e estadual. Inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Condições Higiênico Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos. Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC. Programas brasileiros de controle e erradicação de zoonoses. Controle e combate de vetores e animais peçonhentos. Elaboração e realização de Campanha da Raiva e Educação para saúde pública ligada às zoonoses. Tratamento clínico e cirúrgico de pequenos e grandes animais, orientar a população quanto à prevenção e combate de moléstias infectocontagiosas e parasitárias de animais, através da difusão e aplicação de métodos profiláticos e terapêuticos. Doenças transmitidas por alimentos de origem animal. Métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue.

ANEXO III- CRONOGRAMA MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ - PR – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026

DATAS	EVENTOS
03/02/2026	Publicação do Edital do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
04/02/2026 a 18/02/2026	Período para realizar a inscrição via internet no site da organizadora, nos termos deste Edital.
04/02/2026 a 18/02/2026	Período para realizar a inscrição na qualidade de Deficiente e Lactante, nos termos deste Edital.
04/02/2026 a 18/02/2026	Período para realizar o envio da documentação referente a Prova de Títulos.
04/02/2026 a 07/02/2026	Período para realizar a solicitação de isenção da taxa de inscrição nos termos deste Edital.
09/02/2026	Resultado Isenção da Taxa de Inscrição
10/02/2026 e 11/02/2026	Prazo para recurso contra a Isenção das Taxa de Inscrição
19/02/2026	Data para pagamento da Taxa de Inscrição
24/02/2026	Publicação das inscrições homologadas (deferidas e indeferidas), inclusive às referente à condição de Deficiente e Lactante.
25/02/2026 e 26/02/2026	Prazo para recurso referente à homologação das inscrições
10/03/2026	Publicação da Convocação Prova Objetiva
15/03/2026	Realização da Prova Escrita Objetiva
16/03/2026	Divulgação do gabarito preliminar da Prova Escrita Objetiva
17/03/2026 e 18/03/2026	Prazo para recurso contra o gabarito preliminar
23/03/2026	Publicação da classificação preliminar da Prova Escrita Objetiva e divulgação do gabarito oficial.
24/03/2026 e 25/03/2026	Prazo para recurso contra a classificação preliminar
26/03/2026	Divulgação do Resultado da Classificação Final e respostas dos recursos/Homologação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

- Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em CARGO da necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município de Barbosa Ferraz - PR em acordo com o INSTITUTO OMNI.

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:CED39CD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. **CONTRATADA:** REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no

CNPJ/MF sob N.º 07.481.107/0001-48, com sede na Avenida João Ferreira Neves, n.º 3033, Loja, Bairro Centro, Campina do Simão-PR, CEP: 85.148-000.

Objeto - AQUISIÇÃO MATERIAIS PERMANENTE.

Conforme a estimativa gasto, o valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 35.985,00** (trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	890	03.001.04.121.0004.2009	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1090	03.001.04.122.0004.2010	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1280	03.002.04.122.0004.2012	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1400	03.003.04.122.0004.2013	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1790	04.001.04.121.0004.2017	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1970	04.001.04.123.0004.2019	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2110	04.002.04.129.0004.2020	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2520	05.001.10.301.0005.2029	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3060	05.001.10.301.0005.2033	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3220	05.001.10.303.0005.2038	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	4000	06.001.08.243.0006.6048	1017	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	4360	06.001.08.244.0006.2053	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	6440	08.002.15.451.0009.2085	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	7320	09.001.12.361.0012.2098	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	7330	09.001.12.361.0012.2098	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	7780	09.001.12.361.0012.2101	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8180	09.001.12.365.0012.2105	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8190	09.001.12.365.0012.2105	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8550	10.001.13.392.0013.2111	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8680	10.001.13.392.0013.2113	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8920	10.002.27.812.0013.2118	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	9060	10.002.27.812.0013.2119	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	9140	10.002.27.812.0013.2120	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Fiscal, Sr. Gabriel Henrique de Souza Santos; Gestor Sr. Geovani Nunes Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 09 de janeiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA Prefeito Municipal	***GEFERSON JUNIOR WOGNEI*** Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____ **Geovani Nunes Aguiar** Sec. Municipal de Finanças	_____ **Gabriel Henrique de Souza Santos** Dir. Dep. de Contabilidade e Tesouraria

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:A625CDDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 33/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 33/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2025

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. **CONTRATADA:** WOLF SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 42.239.318/0001-70, com sede na Estratada Ovidio Ribeiro de Campos, n.º 1100, Bairro Boi Pintado, Santo Antônio da Platina-PR, CEP: 86.430-000.

Objeto - AQUISIÇÃO MATERIAIS PERMANENTE.

Conforme a estimativa gasto, o valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 1.595,00** (mil, quinhentos e noventa e cinco reais).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	890	03.001.04.121.0004.2009	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1090	03.001.04.122.0004.2010	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1280	03.002.04.122.0004.2012	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1400	03.003.04.122.0004.2013	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1790	04.001.04.121.0004.2017	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	1970	04.001.04.123.0004.2019	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2110	04.002.04.129.0004.2020	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	2520	05.001.10.301.0005.2029	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3060	05.001.10.301.0005.2033	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	3220	05.001.10.303.0005.2038	303	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	4000	06.001.08.243.0006.6048	1017	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	4360	06.001.08.244.0006.2053	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	6440	08.002.15.451.0009.2085	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	7320	09.001.12.361.0012.2098	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	7330	09.001.12.361.0012.2098	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	7780	09.001.12.361.0012.2101	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8180	09.001.12.365.0012.2105	103	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8190	09.001.12.365.0012.2105	104	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8550	10.001.13.392.0013.2111	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8680	10.001.13.392.0013.2113	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	8920	10.002.27.812.0013.2118	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	9060	10.002.27.812.0013.2119	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício
2025	9140	10.002.27.812.0013.2120	0	4.4.90.52.00.00	Do Exercício

Fiscal, Sr. Gabriel Henrique de Souza Santos; Gestor Sr. Geovani Nunes Aguiar.

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.
Barra do Jacaré-PR, 09 de janeiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***LUIS FELIPE FERNANDES***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Geovani Nunes Aguiar	**Gabriel Henrique de Souza Santos**
Sec. Municipal de Finanças	Dir. Dep. de Contabilidade e Tesouraria

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:640DA30F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 43/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 43/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 55/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. **CONTRATADA:** LYBE EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 45.108.563/0001-36, com sede na Rua dos Vicentinos, n.º 145, Bairro Planalto, Belo Horizonte-MG, CEP: 31.730-760.
Objeto - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE CAMA, MESA E BANHO.
Conforme a estimativa gasto, o valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 1.847,29** (mil, oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	970	03.001.04.122.0004.2010	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	3890	06.001.08.243.0006.6048	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	4270	06.001.08.244.0006.2053	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	5200	07.001.20.606.0007.2068	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	6370	08.002.15.451.0009.2085	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	7260	09.001.12.361.0012.2098	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	7270	09.001.12.361.0012.2098	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	7280	09.001.12.361.0012.2098	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	7710	09.001.12.361.0012.2101	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	8050	09.001.12.365.0012.2105	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	8060	09.001.12.365.0012.2105	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	8070	09.001.12.365.0012.2105	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	8470	10.001.13.392.0013.2111	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	8990	10.002.27.812.0013.2119	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	9080	10.002.27.812.0013.2120	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Fiscal Sr. Hudson Luiz Calixto; Gestora Sra. Jéssica Natalia Aguiar Cruz.
As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.
Barra do Jacaré-PR, 12 de janeiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***KELLY CRISTINA RIBEIRO***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Jéssica Natalia Aguiar Cruz	**Hudson Luiz Calixto França**
Secretária de Educação	Diretor de Dep. de Educação

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:945C54FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 48/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 48/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 57/2025
CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na cidade de Barra do Jacaré, Paraná, sito à rua Rui Barbosa, N.º 96, CNPJ N.º 76.407.568/0001-93. **CONTRATADA:** JS LÂMINAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob N.º 15.608.150/0001-50, com sede na Rua Simão Esmeraldino de Menezes, n.º 1376, Bairro Galpão Humaitá, Tubarão-SC, CEP: 88.704-375.
Objeto - AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.
Conforme a estimativa gasto, o valor total da Ata de Registro de Preços é de **R$ 2.400,00** (dois mil, quatrocentos reais).

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2025	5060	07.001.20.606.0007.2067	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	5070	07.001.20.606.0007.2067	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	5080	07.001.20.606.0007.2067	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	5090	07.001.20.606.0007.2067	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	5100	07.001.20.606.0007.2067	512	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2025	5110	07.001.20.606.0007.2067	704	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Fiscal, Sr. Carlos Eduardo da Silva; Gestor Sr. Marcos Vinicius Juliano da Silva.
As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir da presente Ata de Registro de Preços.

Barra do Jacaré-PR, 13 de janeiro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***JULIO SILVESTRI FILHO***
Prefeito Municipal	Representante Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
Marcos Vinicius Juliano da Silva	**Carlos Eduardo da Silva**
Sec. de Agricultura e Meio Ambiente	Diretor Dep. de Agricultura
Gestor do Contrato	Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:177F89A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL NESTOR KENEAR, TORNA PUBLICO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2025.

CONVOCAÇÃO:
Convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2025 para comparecer em cinco dias úteis de, 03 de Fevereiro de 2026 até o dia 09 de Fevereiro de 2026, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min horas, no setor de Recursos Humanos na Sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua Moises Miranda nº422, Centro de Boa Ventura de São Roque – PR, munido da documentação exigida no Anexo I, para confirmar a aceitar a vaga.
Ressalta-se que cada candidato convocado deverá atentar-se ao local para o qual foi convocado, conforme consta nos respectivos Anexos de Lotação.

ANEXO I – LOTAÇÃO:
SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

CARGO: SERVIÇOS GERAIS.

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
EDUARDO CORDEIRO DE OLIVEIRA FARIA	016.703.596-01	66.00	06º	**Ampla**

ANEXO II – LOTAÇÃO:
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

CARGO: PROFESSOR - CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA ALMA.

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
FABIANE CRISTINE DE ANDRADE	016.703.599-07	123,75	10º	**Ampla**
CRISTIANE SALETE PIENIAK **	016.703.600-92	117,95	04º	**Cota**
JAQUELINE REIGUEL	016.703.580-15	123,75	11º	**Ampla**

**: Candidato convocado para assumir na modalidade de cota não atendida.

CARGO: PROFESSOR - ESCOLA MUNICIPAL DO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
MATEUS FELIPE DA ROSA PEREIRA	016.703.605-23	118,40	03º	**Ampla**

CARGO: PROFESSOR - ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DOM FREDERICO.

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
CERLENE DOS ANJOS	016.703.605-27	104,45	03º	**Cota Ampla**
VANDERLEIA DE FATIMA KRAUCZUK	016.703.583-32	104,30	04º	**Ampla**

CARGO: PROFESSOR - ESCOLA MUNICIPAL NOSSA APARECIDA.

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
CATARINA BUENO DA SILVA**	016.703.600-46	111,20	04º	**Cota**
VANESSA BONIFÁCIO FERREIRA	016.703.604-38	122,60	21º	**Ampla**

**: Candidato convocado para assumir na modalidade de cota não atendida.

LOTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GETÚLIO VARGAS:

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
MARESSA CRISTINA VOLOCHEN	016.703.601-47	125,75	05º	**Ampla**

CARGO: SERVIÇOS GERAIS.

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
ANAZILDA BONIFACIO	016.703.602-55	64.00	07º	**Ampla**

CARGO: MONITOR EDUCACIONAL.
LOTAÇÃO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA ALMA:

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS

SILVANA GUSCHENERIK	016.703.597-15	76.00	08º	**Ampla**
BRUNA ROBERTA DA ROCHA	016.703.588-88	74.00	09º	**Ampla**
JEZIEL DOS SANTOS	016.703.602-34	74.00	10º	**Ampla**
SANDRIELLY BAHLS MEIRA	016.703.591-64	72.00	11º	**Ampla**

LOTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO NOSSA SENHORA FATIMA:

CANDIDATO (A)	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**CLASSIF.**	**COTAS**
ADRIANA DE SOUSA GUIMARÃES	016.703.584-44	72.00	04º	**Cota**

LOTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DOM FREDERICO:

CANDIDATO (A)	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**CLASSIF.**	**COTAS**
SALETE DE OLIVEIRA KRIEGER	016.703.607-70	72.00	12º	**Ampla**

LOTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO GETÚLIO VARGAS:

CANDIDATO (A)	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**CLASSIF.**	**COTAS**
MATHEUS EDUARDO ALVES DA SILVA	016.703.607-99	70.00	14º	**Ampla**

LOTAÇÃO: ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA:

CANDIDATO (A)	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**CLASSIF.**	**COTAS**
LETÍCIA CAMPOS DE OLIVEIRA	016.703.586-54	70.00	15º	**Ampla**
GRASIELA DIAS BLAKA	016.703.581-38	68.00	16º	**Ampla**

ANEXO III – LOTAÇÃO:
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

CARGO: MOTORISTA.

CANDIDATO (A)	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**CLASSIF.**	**COTAS**
ELIANE DA CONCEIÇÃO	016.703.595-01	156,00	08º	**Ampla**
EDEVAL RODIAK	016.703.599-83	155,00	09º	**Ampla**
ADAO APARECIDO DE FRANÇA	016.703.580-17	126,00	04º	**Cota**
RODRIGO GUSCHENERIK	016.703.587-15	145,00	10º	**Ampla**

Obs.: candidatos convocados para Secretaria de Administração, podendo ser designados para outra secretaria conforme a necessidade.

ANEXO IV – LOTAÇÃO:
SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINA.

CANDIDATO (A)	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**CLASSIF.**	**COTAS**
GEVANILDO DE SOUZA	016.703.595-58	121,00	05º	**Ampla**

ANEXO V – LOTAÇÃO:
SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE.

CARGO: Zelador de Cemitério

CANDIDATO (A)	**INSCRIÇÃO**	**NOTA**	**CLASSIF.**	**COTAS**
LEANDRO BEZERRO	016.703.581-95	68.00	1	**Ampla**

Revogada as disposições em contrário, este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 02 de janeiro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

ANEXO I
DOCUMENTOS PARA A NOMEAÇÃO:
Os documentos deverão ser autenticados em Tabelionato de Notas, ou poderão ser apresentados sem autenticação desde que apresentado juntamente ao original, e conferidos pelo servidor que recepcionar a documentação, onde fará o carimbo de conferência com o documento original.

DOCUMENTAÇÃO:
Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
CPF e fotocópia;
Fotocópia da carteira profissional, e certidão de regularidade junto ao órgão de registro de classe;
Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
Comprovante de escolaridade exigida para nomeação no cargo;
Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado do cartão da criança (até 06 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do candidato;

Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
Conta Bancaria, sendo Banco do Brasil ou Cresol.
Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
Declaração de desvinculação, para o candidato que exerce cargo, ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal;
Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
Atestado de Saúde Ocupacional – ASO. O candidato será encaminhado para o Médico do Trabalho credenciado da Prefeitura para realizar os exames conforme item 19.7 do edital de abertura;
Para cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de endereço do período de inscrições.
OBSERVAÇÃO: O candidato convocação, assinará o termo de posse, e nomeado através de decreto assinado pelo perfeito e publicado em Diário oficial, após a entrega dos documentos, e apto no exame admissional.

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO PRIVADO:
Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro, para os devidos fins, que os bens e valores que compõem o meu patrimônio privado são os seguintes:
BENS MÓVEIS: _____

BENS IMÓVEIS: _____

VALORES QUE COMPÕEM SEU PATRIMÔNIO PRIVADO:
_____
Declaro ainda que as informações acima são verdadeiras e refletem o estado atual dos meus bens e valores. Estou ciente de que a omissão ou falsificação de informações pode acarretar responsabilidades legais.
Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE DESVINCULAÇÃO, PARA O CANDIDATO QUE EXERCE CARGO, OU FUNÇÃO PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL, OU MUNICIPAL, CONFORME PREVÊ EM OS INCISOS XVI E XVII, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro para os devidos fins de contratação para Concurso Publico Nº 01/2025, que não ocupo outro cargo publico, ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal de 88.
Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade de qualquer dado poderá resultar em sanções legais.
Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PROVENTO DECORRENTE DE APOSENTADORIA E PENSÃO:

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro para os devidos fins de contratação para Concurso Publico Nº 01/2025, que _____ beneficiário (a) de proventos decorrentes de aposentadoria e/ou pensão, conforme informações abaixo:

APOSENTADORIA: _____

PENSÃO: _____

Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras e estou ciente de que a falsidade de qualquer dado poderá resultar em sanções legais.
Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

TERMO DE DESISTÊNCIA DE VAGA NO CONCURSO PÚBLICO 01/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.

Eu,_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado (a) à _____, declaro, por meio deste, minha **desistência formal da vaga** para o cargo de _____, ciente de que, com a desistência, a vaga será disponibilizada para o próximo candidato (a) classificado (a).
Esclareço que, por motivos pessoais/ profissionais, não poderei assumir o cargo no prazo estabelecido, motivo pelo qual, de forma livre e consciente, formalizo minha desistência da referida vaga para qual foi convocado (a).

Boa Ventura de São Roque – PR, ____/_____/ 2026.

Assinatura: _____

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:99819160

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO VIGESIMO OITAVO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

EXTRATO DO VIGESIMO OITAVO TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 026/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA – PR.

CONTRATADA: M.B. GRACIANI COMBUSTIVEIS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS E LOCADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

VALOR ATUAL POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR ATUAL (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 5,79

VALOR REAJUSTADO POR LITRO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR AMP (R$)	DESCONTO OFERTADO PELA EMPRESA (%)	VALOR REAJUSTADO (R$)
01	DIESEL COMUM S500	LTS	R$ 6,08	3,00%	R$ 5,89

Boa Vista da Aparecida - PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Ferronato
Código Identificador:2876B325

RECURSOS HUMANOS
DECRETO 32 2026

DECRETO nº 32/2026
Data: 02/02/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidores municipais temporários por iniciativa da administração municipal a partir de 30 de janeiro de 2026 e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Ficam exonerados servidores municipais temporários por iniciativa da administração pública, a partir da data de **30 de janeiro de 2026**, conforme abaixo relacionados:

	Nome	CPF	Cargo	Exoneração
	Adair José Siqueira	062.001.969-74	Agente de Limpeza Pública	30/01/2026
	Ademar Siqueira	069.528.839-32	Motorista de Caminhão	30/01/2026
	Adriana Bonisio De Souza Dutra	080.323.259-48	Agente de Limpeza Pública	30/01/2026
	Aparecida Perugine Ribeiro	037.836.829-08	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Brunna Luiza Rayzer	103.236.969-88	Auxiliar de Creche	30/01/2026
	Camily Hackenhaar Carvalho	087.244.839-82	Auxiliar de Creche	30/01/2026
	Cleberson Rodrigues	095.653.229-21	Agente de Limpeza Pública	30/01/2026
	Cleusa Maria Fernandes Da Silva	022.473.069-00	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Daiane Dos Santos	098.123.459-30	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Daniele Regina Dos Santos	101.675.049-83	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Daniele Vanessa Geremia Moreira	099.863.699-16	Dentista	30/01/2026
	Deisiane Alves Barbosa	082.959.039-00	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Elizandra Trindade	031.845.621-40	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Elton Aparecido Dos Santos Chaves	071.744.569-01	Motorista de Transporte Escolar	30/01/2026
	Fabio Junior Brietzke	088.626.429-46	Operador De Maquinas Rod. E Agrícolas	30/01/2026
	Franciele Dos Santos	117.017.719-00	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Francisco Albino Granville	602.985.379-15	Motorista de Transporte Escolar	30/01/2026
	Geovana Navarro Leao	061.605.869-12	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Henrique Subtil Turatto	069.993.559-8	Técnico Desportivo	30/01/2026
	Iduir Martini	018.026.309-96	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Jean Carla Santos Santana De Oliveira	221.798.028-97	Tecnico de Enfermagem	30/01/2026
	Joao Paulo Zanatta	115.719.229-70	Operador de Maquinas Rodoviárias e Agrícolas	30/01/2026
	Joziane Da Silva	102.595.289-86	Agente de Limpeza Pública	30/01/2026
	Juliana Da Silva De Melo	083.898.699-42	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Leomar Bassoli	059.681.219-12	Operador de Maquinas Rodoviárias e Agrícolas	30/01/2026
	Lucir Colatta Antunes	058.083.999-04	Agente de Limpeza Pública	30/01/2026
	Marçal Ferreira Dos Reis	072.583.109-08	Psicólogo	30/01/2026
	Maria Vanuza Ribeiro	934.170.639-49	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Marilete De Souza Poltronieri	059.091.629-77	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026

	Marineide Rita De Souza	044.567.019-35	Dentista	30/01/2026
	Marines Rama	111.189.658-50	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Mayara Pistori Baida	116.285.039-63	Auxiliar de Creche	30/01/2026
	Merelaine Soares Do Rosario Da Silva	024.329.382-83	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Patricia Cordeiro De Meira	103.741.849-25	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Paulo Henrique Schirmer	089.055.039-50	Agente de Limpeza Pública	30/01/2026
	Pedrinho Marcio Correia	041.875.189-75	Operador de Maquinas Rodoviárias e Agrícolas	30/01/2026
	Rita De Kassia Maltezo	100.323.489-59	Auxiliar de Creche	30/01/2026
	Rosangela Machado Dutra	119.445.589-18	Técnico de Enfermagem	30/01/2026
	Rosangela Rodrigues	105.004.279-41	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026
	Ruan Da Silva	093.030.529-94	Operador De E. Hidráulica	30/01/2026
	Sueli De Fatima Dos Santos	038.010.779-18	Auxiliar de Creche	30/01/2026
	Susa Mara Malaquias	063.508.029-00	Cozinheira	30/01/2026
	Vanessa Carla Ceresoli Silvano	074.713.299-20	Auxiliar de Serviços Gerais	30/01/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, surtindo seus efeitos a partir da data de 30 de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de fevereiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:8EEA25C8

RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 24/2026

REPUBLICAÇÃO
DECRETO nº 24/2026
Data: 27/01/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a exoneração de servidores municipais temporários ocupantes do Cargo de Professor - Temporário e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º - Ficam exonerados, a partir da data de **28 de janeiro de 2026**, servidores municipais ocupantes do "PROFESSOR - TEMPORÁRIO", abaixo relacionados:

	Nome	**Exoneração**
	Adair Gomes	28/01/2026
	Adrieli Leticia Frigo Moreira	28/01/2026
	Adrieli Leticia Frigo Moreira	28/01/2026
	Adriely Barbara Novack Medeiros	28/01/2026
	Ana Karla Vilela de Farias	28/01/2026
	Ana Karla Vilela de Farias	28/01/2026
	Ana Maria Frigo Pinto	28/01/2026
	Ana Marisa Piva	28/01/2026
	Ana Paula Pereira Chiafré	28/01/2026
	Andreia Cristina Zatta Venancio	28/01/2026
	Andreia de Almeida Chrischon	28/01/2026
	Andressa Mayer Vieira	28/01/2026
	Andressa Mayer Vieira	28/01/2026
	Arcielli dos Santos Muller	28/01/2026
	Beatriz Americo Jaques	28/01/2026
	Beatriz Lopes Rodrigues Moresco	28/01/2026
	Beatriz Lopes Rodrigues Moresco	28/01/2026
	Brenda Caroline Zucco	28/01/2026
	Brenda Caroline Zucco	28/01/2026
	Carla Valeria Fernandes dos Santos	28/01/2026
	Cleonice Antonelo Valtrich	28/01/2026
	Cristina Aparecida Gualberto	28/01/2026
	Debora de Ramos Piovesan	28/01/2026
	Denise Francisca Medeiros	28/01/2026
	Diene Cristina de Azevedo	28/01/2026
	Edivan Weber Schneider	28/01/2026
	Eduardo Teixeira Cardoso	28/01/2026
	Eliane Vezaro	28/01/2026
	Elisangela de Sales Baloneker	28/01/2026
	Elisangela de Sales Baloneker	28/01/2026
	Enevilde Golfetto Antonelo	28/01/2026
	Fernanda Gonsales dos Santos	28/01/2026
	Francyelle Lemes Teixeira Erthal	28/01/2026
	Ines Joana Duarte	28/01/2026
	Ivonilce dos Santos Souza de Carvalho	28/01/2026
	Janete Chayane Aparecida de Souza	28/01/2026
	Joslaine Fatima De Andrade Liebber	28/01/2026
	Julio Cesar Rossi Lopes	28/01/2026
	Ketlin Cristina Swistalski Savariz	28/01/2026

	Ketlin Cristina Swistalski Savariz	28/01/2026
	Luzia Aparecida Moreira	28/01/2026
	Luzia Aparecida Moreira	28/01/2026
	Maiara Antunes Maciel de Martini	28/01/2026
	Marcia Cardoso Bandoria Silva	28/01/2026
	Maria de Fatima Gualberto dos Santos	28/01/2026
	Maria de Fatima Gualberto dos Santos	28/01/2026
	Mariana Rodrigues	28/01/2026
	Mariely Cristina Bottega	28/01/2026
	Nelcilene Aparecida de Souza	28/01/2026
	Neuma Batista	28/01/2026
	Noili Antunes Maciel Trevisan	28/01/2026
	Osmar da Cruz	28/01/2026
	Pamela da Rosa Ferreira	28/01/2026
	Pamela da Rosa Ferreira	28/01/2026
	Paulo Itacir Weiss	28/01/2026
	Roberta da Silva	28/01/2026
	Roseli Salete Ramos do Prado	28/01/2026
	Rosiclara Swistalski	28/01/2026
	Silmar Alexandre Weiss	28/01/2026
	Tania Ivone Maccari Soccol	28/01/2026
	Valeria Pereira dos Santos	28/01/2026
	Valeria Pereira dos Santos	28/01/2026
	Vanessa Menezes Muller	28/01/2026

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 27 de janeiro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:F483C595

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF 3º QUADRIMESTRE 2025- ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RGF

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL		
PODER EXECUTIVO		
ESTADO DO PARANÁ		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2.025		
LRF, Art. 48 - Anexo VI		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida		76.764.275,27
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		75.159.581,27
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		74.839.022,01
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	27.909.790,34	37,29
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <60,00%>	44.903.413,21	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	42.658.242,55	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	40.413.071,89	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	-17.287.846,40	-23,00
Limite definido por Resolução do Senado Federal	90.191.497,52	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.535.107,88	22.00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	12.025.533,00	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	5.261.170,69	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	7.173.101,14	13.067.560,84
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/jan/2026 as 16h e 45m.		
JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***	
Prefeito Municipal	Contador	

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:5302CDD8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CONSOLIDADO DE CAFELÂNDIA - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

CONSOLIDADO DE CAFELÂNDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	147.800.000,00	166.392.230,03	34.943.017,99	21,00	172.144.106,76	103,46	(5.751.876,73)
RECEITAS CORRENTES	147.800.000,00	162.797.041,46	30.736.354,09	18,88	166.299.786,81	102,15	(3.502.745,35)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	24.287.000,00	24.919.500,00	4.566.788,74	18,33	21.974.614,35	88,18	2.944.885,65
IMPOSTOS	19.449.000,00	20.046.000,00	4.347.849,30	21,69	18.597.944,75	92,78	1.448.055,25
TAXAS	3.805.000,00	3.840.500,00	214.930,00	5,60	3.334.323,08	86,82	506.176,92
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.033.000,00	1.033.000,00	4.009,44	0,39	42.346,52	4,10	990.653,48
CONTRIBUIÇÕES	5.199.000,00	5.813.381,00	1.549.052,57	26,65	7.834.998,44	134,78	(2.021.617,44)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.450.000,00	4.450.000,00	1.159.708,41	26,06	4.966.207,71	111,60	(516.207,71)
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	749.000,00	1.363.381,00	389.344,16	28,56	2.868.790,73	210,42	(1.505.409,73)
RECEITA PATRIMONIAL	7.971.600,00	8.973.965,41	2.948.983,81	32,86	16.769.912,59	186,87	(7.795.947,18)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	109.600,00	109.600,00	6.781,34	6,19	45.770,42	41,76	63.829,58
VALORES MOBILIÁRIOS	7.862.000,00	8.864.365,41	2.942.202,47	33,19	16.724.142,17	188,67	(7.859.776,76)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	100,00	100,00	793,52	793,52	1.191,90	1.191,90	(1.091,90)
RECEITA AGROPECUÁRIA	100,00	100,00	793,52	793,52	1.191,90	1.191,90	(1.091,90)
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	175.300,00	175.300,00	9.769,07	5,57	94.136,24	53,70	81.163,76
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	175.300,00	175.300,00	9.769,07	5,57	94.136,24	53,70	81.163,76
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	109.701.000,00	122.103.295,05	21.344.842,16	17,48	117.552.154,04	96,27	4.551.141,01
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	46.586.000,00	49.838.136,85	9.169.556,69	18,40	45.049.759,99	90,39	4.788.376,86
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	45.815.000,00	51.372.558,20	8.637.300,02	16,81	51.782.164,51	100,80	(409.606,31)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	17.000.000,00	20.592.600,00	3.537.985,45	17,18	20.606.165,95	100,07	(13.565,95)
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	114.063,59	76,04	35.936,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	466.000,00	811.500,00	316.124,22	38,96	2.072.779,25	255,43	(1.261.279,25)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	33,17	0,55	5.966,83
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	120.000,00	120.000,00	9.658,29	8,05	93.291,73	77,74	26.708,27
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	340.000,00	685.500,00	306.465,93	44,71	1.979.454,35	288,76	(1.293.954,35)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	3.595.188,57	4.206.663,90	117,01	5.844.319,95	162,56	(2.249.131,38)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	3.595.188,57	4.206.663,90	117,01	5.844.319,95	162,56	(2.249.131,38)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	206.816,69	0,00	404.816,69	0,00	(404.816,69)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	3.595.188,57	3.999.847,21	111,26	5.439.503,26	151,30	(1.844.314,69)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	4.400.000,00	4.400.000,00	8.122.872,46	184,61	11.898.613,76	270,42	(7.498.613,76)

SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	152.200.000,00	170.792.230,03	43.065.890,45	25,22	184.042.720,52	107,76	(13.250.490,49)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	152.200.000,00	170.792.230,03	43.065.890,45	25,22	184.042.720,52	107,76	(13.250.490,49)
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	152.200.000,00	170.792.230,03	43.065.890,45	25,22	184.042.720,52	107,76	(13.250.490,49)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	12.277.709,50	0,00	0,00	12.277.709,50	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	12.277.709,50	0,00	0,00	12.277.709,50	100,00	0,00

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

ALTAIR PAULETTI
Téc. em Contab.CRC-PR.30.705

ADRIANO HEINZEN
Controle Interno

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:9C92BF3C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS PREGÃO Nº 085/2025

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
Processo Licitatório nº 169/2025
Pregão nº 085/2025

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 020/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos no âmbito do Município de Califórnia PR.

Fornecedor : TERRA NORTE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA - EPP
CNPJ: 05.465.327/0001-52

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Sólidos contaminados/eletro e eletrônicos- Classe I	SEM MARCA	TONEL	60	850,0000	51.000,00
2	1	Resíduos Sólido-rejeitos inservíveis- Classe II	SEM MARCA	TONEL	3.000	357,0000	1.071.000,00

Valor Total do Pregão: R$ 1.138,918,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil, novecentos e dezoito reais).

Califórnia, 29/01/2026

DANIELE DE LURDES RAMARI MOSSI
Pregoeira

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:0286BB2F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PE 085/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 169/2025
Nº Licitação: 085/2025
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos no âmbito do Município de Califórnia PR.
Fornecedor : TERRA NORTE ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA - EPP
CNPJ: 05.465.327/0001-52

LOTE	ITEM	DESCRICAO	MARCA	UN	QTDE.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL.
1	1	Sólidos contaminados/eletro e eletrônicos- Classe I	SEM MARCA	TONEL	60	850,0000	51.000,00
2	1	Resíduos Sólido-rejeitos inservíveis- Classe II	SEM MARCA	TONEL	3.000	357,0000	1.071.000,00

Valor Total do Pregão: R$ 1.138,918,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil, novecentos e dezoito reais).

Total Homologado do Processo: R$ 1.122.000,00 (um milhão, cento e vinte e dois mil reais),

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Manutenção do Aterro Sanitário, Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos
04.010.15.452.0025.2018 – 3.3.90.39 Fonte 1000 – Red. 120
04.010.15.452.0025.2018 – 3.3.90.39 Fonte 510 – Red. 120
04.010.15.452.0025.2018 – 3.3.90.39 Fonte 511 – Red. 120
Valor Total: R$ 1.275.959,40 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Califórnia, 29 de janeiro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:4D675CA1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO ADITIVO - CONTRATO 21/2025

PROCESSO Nº 299/2026

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANDÓI E TRANSPORTES WP LTDA.

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, através da Secretaria de Administração, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói - PR, CEP 85.140- 000, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Candói - PR, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R149708 expedida pela SESP/SC, e **TRANSPORTES WP LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 49.921.530/0001-61, com sede social na rua Sebastião Mendes de Araujo, n° 141, Bairro Centro, Candói-PR, CEP: 85.140-000, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. WEULLER CEZAR PEDROZO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF n° 117.908.549-38, residente e domiciliado na rua Sebastião Mendes de Araujo, n° 141, Bairro Centro, Candói-PR, CEP: 85.140-000, endereço eletrônico wpvidroseesquadrias@gmail.com, resolvem celebrar o presente termo aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O objeto deste termo aditivo é a prorrogação do prazo do contrato nº 021/2025 decorrente do Pregão Eletrônico nº 095/2024 decorrente da ata de registro de preços nº 034/2024 e a proposta do contratado, Processo Licitatório nº 4.308/2024, que trata do "fretamento de veículos destinados ao transporte rodoviário escolar municipal".

CLÁUSULA SEGUNDA
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento tem como fundamentação legal as disposições contidas no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA MOTIVAÇÃO

O presente termo aditivo deu-se início a partir do memorando n° 2804/2025 encaminhado pela Secretária de Educação, o qual esse consta anexado aos autos do Processo Administrativo nº 299/2026.

CLÁUSULA QUARTA
DOS PRAZOS

Conforme previsto em contrato e solicitação da Secretária de educação o qual consta no Autos do Processo Administrativo, Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato constante da cláusula 2.1, por um período de mais 12 (doze) meses.
- Fim da vigencia e execução: **14 de fevereiro de 2027.**

CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR, E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prorroga-se o valor global do contrato em **R$ 495.695,10** (quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e dez centavos).
O valor diário foi reajustado conforme previsto no edital, utilizando-se o índice INPC como parâmetro de correção, resultando em um reajuste de 4,40**%.**

Segue os itens:

Lote	Item	Produto/Serviço	Un	Qtde	Preço	Preço total
5	9	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 31 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Fazenda Nossa Senhora do Belém x Sede. Período: Matutino. Itinerário: Fazenda Caracu, Fazenda Hermínia Leh, Fazenda Nossa Senhora do Belém, Fazenda Invernada, Edith Leh, Fazenda Treviso, Fazenda Caracu Renan, Tobias Oster, Fazenda Casa Verde, Poço Grande, Xaxim até o Colégio Estadual Santa Clara, Escola Municipal Ormi França Araújo e Escola Renascer (APAE). Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 90 km	DIA	215,00	582,55	125.248,25
5	10	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 31 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Fazenda Nossa Senhora do Belem x Sede (contraturno). Período: Vespertino. Itinerário: Fazenda Caracu, Fazenda Hermínia Leh, Fazenda Nossa Senhora do Belém, Fazenda Invernada, Edith Leh, Fazenda Treviso, Fazenda Caracu Renan, Tobias Oster, Fazenda Casa Verde, Poço Grande, Xaxim até o Colégio Estadual Santa Clara e Escola Municipal Ormi França Araújo. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 90 km	DIA	100,00	541,84	54.184,00
-	15	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 16 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Fábrica Santa Clara x Sede. Período: Noturno. Itinerário: Saída da Fazenda do Padre, Fábrica Santa Clara (Vila A e B), Caixa D'Água, Fazenda do Nelson Guelhen, Fazenda Santa Clara, Fazenda Vista Alegre, Divisa, BR 373, até o Colégio Estadual Santa Clara e CBEEJA. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 95 km	DIA	215,00	444,74	95.619,10
-	24	Fretamento de veículo escolar com capacidade mínima de 24 lugares para transporte municipal de alunos, em conformidade com o itinerário estabelecido a seguir: Linha: Destacado x Lagoa Seca. Período: Integral. Itinerário: Fazenda do Vale, Fazenda Barro Preto, Chácara do Ico, Fazenda Água Dourada, Fazenda do Maurício, Colônia São João Batista, BR 277 até a Escola Municipal do Campo Heraclides Mendes de Araújo e Colégio Estadual do Campo de Lagoa Seca. Quilometragem diária estimada do percurso de ida e retorno: 130 km	DIA	215,00	1.026,25	220.643,75

As despesas das parcelas vincendas em 2026 serão pagas com os créditos orçamentários da dotação relacionada a seguir consignadas na LOA (Lei Orçamentária Anual) conforme classificação abaixo.

06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO - FME)
002 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR
12.782.0005.2019 - MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA ESCOLAR
01530 00000 E 06.002.12.782.0005.2019 - 3390330000

CLÁUSULA SEXTA
DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

E por assim estarem de pleno acordo, assinam digitalmente o presente termo aditivo, para todos os fins de direito.

Datado e Assinado digitalmente pelas partes contratantes e dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.:

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:5ECCC636

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2025 PROCESSO INTERNO Nº 214/2025

Lilian Maria Caetano Claro, Secretário(a) Municipal de Saúde, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório, modalidade Pregão Eletrônico nº 074/2025 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 11 de dezembro de 2025 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Aquisição de Material Médico Hospitalar destinado ao atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, processado através do Sistema de Registro de Preços - SRP,** ficando assim **ADJUDICADO** o Pregão Eletrônico em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: CAVALLI COM. DE PROD. MEDICOS E HOSP. EIRELI EPP - CNPJ: 32.743.242/0001-61

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
10	1	AGULHA HIPODERMICA 13 X 4,5 MM	MEDIX	CX	80	6,0000	480,0000
11	1	AGULHA HIPODÉRMICA 25 X 7 MM	SR	CX	1.000	6,0000	6.000,0000
17	1	ÁLCOOL 70%	SUPER VALE	FRC	2.300	4,0000	9.200,0000
19	1	ALGODÃO HIDROFILO 500 GRS	NATHY	PCT	1.500	12,0000	18.000,0000
21	1	ALMOTOLIA 250 ML TRANSPARENTE	J PROLAB	UNI	20	4,0000	80,0000
22	1	ALMOTOLIA 500 ML AMBAR	J PROLAB	UNI	20	8,1400	162,8000
23	1	ALMOTOLIA 500 ML TRANSPARENTE	J PROLAB	UNI	20	7,7000	154,0000
24	1	ATADURA CREPE 10 CM	SOFT ERIMAX	UND	15.000	0,3300	4.950,0000
25	1	ATADURA CREPE 15 CM	SOFT ERIMAX	UND	15.000	0,4700	7.050,0000
26	1	ATADURA CREPE 20 CM	SOFT ERIMAX	UND	15.000	0,6000	9.000,0000
29	1	BOLSA COLETORA 2.000 ML	TKL	UND	400	2,9000	1.160,0000
35	1	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 13L	DESCARBOX	UNI	800	4,0200	3.216,0000
36	1	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA ESTERIL	ESTER LIVIA	PCT	7.000	0,3500	2.450,0000
44	1	ELETRODO DESCARTÁVEL ADULTO	MEDIX	UND	1.000	0,1700	170,0000
45	1	ELETRODO DESCARTÁVEL INFANTIL	SOLID MED	UND	1.000	0,2000	200,0000

46	1	EQUIPO MACROGOTAS	LABOR IMPO	UND	1.500	0,6000	900,0000
48	1	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	TKL	UND	3.000	0,6800	2.040,0000
54	1	ESPECULO LUBRIFICADO TAMANHO M	KOLPLAST	UND	2.500	1,4000	3.500,0000
66	1	FITA MICROPORE COM CAPA 5 CM x 4,5 M	MISSNER	UND	600	3,2000	1.920,0000
68	1	FRASCO DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL	BIOBASE	UND	4.000	0,7300	2.920,0000
76	1	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N° 7.0	MEDFEEL	PAR	1.800	1,0500	1.890,0000
79	1	LUVA DE PROCEDIMENTOS P	NUGARD	CX	500	16,5000	8.250,0000
80	1	LUVA DE PROCEDIMENTOS M	SS PLUS	CX	500	15,0000	7.500,0000
81	1	LUVA DE PROCEDIMENTOS G	SS PLUS	CX	500	16,0000	8.000,0000
86	1	MASCARA CIRURGICA COM ELASTICO	SPK	UND	3.000	4,4500	13.350,0000
94	1	SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA 03 ML	MEDIX	UND	9.000	0,1100	990,0000
95	1	SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA 05 ML	SR	UND	10.000	0,1300	1.300,0000
96	1	SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA 10 ML	SR	UND	10.000	0,2100	2.100,0000
97	1	SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA 20ML	SR	UND	10.000	0,3000	3.000,0000
114	1	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 18	MARK MED	PCT	2.000	7,0000	14.000,0000
115	1	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 08	MEDSONDA	PCT	1.000	5,7000	5.700,0000
116	1	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14	MARK MED	PCT	1.000	7,5000	7.500,0000
118	1	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18	MEDSONDA	PCT	1.000	12,5000	12.500,0000
134	1	TERMOMETRO INFRAVERMELHO	BIOLAND	UNI	10	70,0000	700,0000
143	1	ALBOCRESIL 360 MG/G	BRAINFARMA	UND	500	30,0000	15.000,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 175.332,80 (cento e setenta e cinco mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI - CNPJ: 24.586.988/0001-80

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
16	1	AGULHA HIPODÉRMICA 40 X 12 MM	MEDIX	CX	350	6,8000	2.380,0000
37	1	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA NÃO ESTÉRIL	SERRANA	PCT	4.000	11,0000	44.000,0000
52	1	ESPARADRAPOS 10X4,5	CRAL	UND	1.500	6,5700	9.855,0000
65	1	FITA MICROPORE COM CAPA 2,5 CM x 10 M	CRAL	UND	1.200	1,8700	2.244,0000
67	1	FITA PARA AUTOCLAVE 19 MM x 30 M	CIEX	ROL	800	3,3200	2.656,0000
69	1	GEL PARA ECG	RMC	GAL	10	24,0000	240,0000
98	1	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°06	MEDIX	UND	1.000	0,4700	470,0000
100	1	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°10	BIOFARMACEUTICA	UNI	1.000	0,4900	490,0000
110	1	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 10	MARKMED	PCT	2.000	5,1000	10.200,0000
111	1	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 12	MARKMED	PCT	2.000	5,3800	10.760,0000
112	1	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 14	MARKMED	PCT	2.000	5,6200	11.240,0000
113	1	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 16	MARKMED	PCT	2.000	6,1700	12.340,0000
117	1	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16	MARKMED	PCT	1.000	9,0500	9.050,0000
119	1	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20	MARKMED	PCT	1.000	11,2500	11.250,0000
120	1	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL Nº 06	SOLUMED	UNI	2.000	8,1000	16.200,0000
121	1	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL Nº 08	MARKMED	UNI	2.000	7,7000	15.400,0000
122	1	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL Nº 10	SOLUMED	UNI	2.000	8,1000	16.200,0000
123	1	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL Nº 12	MARKMED	UNI	2.000	7,8200	15.640,0000
124	1	SONDA URETRAL EM PVC Nº 08	MEDIX	PCT	2.000	4,5500	9.100,0000
125	1	SONDA URETRAL EM PVC Nº 10	MEDIX	PCT	2.000	4,5500	9.100,0000
136	1	VÁLVULA REGULADORA COM FLUXOMETRO	PROTEC	UNI	10	300,0000	3.000,0000
156	1	CLOREXIDINA 2% 100 ML	VIC PHARMA	FRC	200	31,0000	6.200,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 218.015,00 (duzentos e dezoito mil e quinze reais).

FORNECEDOR: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LT - CNPJ: 60.599.605/0001-72

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
87	1	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 12 CM X 100 M	MARCA PROPRIA	ROL	70	41,6500	2.915,5000
88	1	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 30 CM x 100 M	MARCA PROPRIA	ROL	70	112,2500	7.857,5000

Valor Total do Fornecedor: R$ 10.773,00 (dez mil, setecentos e setenta e três reais).

FORNECEDOR: DORAMEL LTDA - CNPJ: 17.932.562/0001-76

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
179	1	MESA DE EXAMES GINECOLÓGICOS	HOSPITALARE	UND	3	3.417,0000	10.251,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 10.251,00 (dez mil, duzentos e cinquenta e um reais).

FORNECEDOR: DUMALE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - CNPJ: 28.788.905/0001-97

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
50	1	ESFIGMOMANOMETRO OBESO	PREMIUM	UND	100	86,9900	8.699,0000
140	1	KIT DIU	AVANTCARE	KIT	200	55,0000	11.000,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 19.699,00 (dezenove mil, seiscentos e noventa e nove reais).

FORNECEDOR: ESSENCIA SAUDE DISTRIB. DE MEDIC. E MAT. HOSP. - LTDA - CNPJ: 19.336.532/0001-22

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
12	1	AGULHA HIPODÉRMICA 25 X 8 MM	MEDIX BRASIL	CX	500	6,4800	3.240,0000
13	1	AGULHA HIPODÉRMICA 30 X 8 MM	MEDIX BRASIL	CX	50	6,4800	324,0000
14	1	AGULHA HIPODÉRMICA 0,6 X 25	MEDIX BRASIL	UND	30.000	0,0600	1.800,0000
15	1	AGULHA HIPODÉRMICA 5,5 x 20	MEDIX BRASIL	UND	30.000	0,0600	1.800,0000
30	1	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS	MEDIX BRASIL	UND	1.200	0,9700	1.164,0000
39	1	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA NO 19 (SCALP)	MEDIX BRASIL	CX	100	16,3000	1.630,0000
40	1	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA NO 21 (SCALP)	MEDIX BRASIL	CX	100	16,3000	1.630,0000
41	1	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA NO 23 (SCALP)	MEDIX BRASIL	CX	150	16,3000	2.445,0000
42	1	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA NO 25 (SCALP)	MEDIX BRASIL	CX	80	16,3000	1.304,0000
43	1	DISPOSITIVO PARA INFUSÃO VENOSA NO 27 (SCALP)	MEDIX BRASIL	CX	80	16,3000	1.304,0000
57	1	FIO NYLON N° 0 COM AGULHA 3/8 3,0 CM	MEDIX BRASIL	CX	10	27,5000	275,0000
58	1	FIO NYLON N° 2-0 COM AGULHA 1/2 3,0 CM	MEDIX BRASIL	CX	10	27,5000	275,0000
59	1	FIO NYLON N° 3-0 COM AGULHA 1/2 2,5 CM	MEDIX BRASIL	CX	10	27,5000	275,0000
60	1	FIO NYLON N° 3-0 COM AGULHA 3/8 3,0 CM	MEDIX BRASIL	CX	10	27,5000	275,0000
61	1	FIO NYLON N° 4-0 COM AGULHA 1/2 2,5 CM	MEDIX BRASIL	CX	10	27,5000	275,0000
62	1	FIO NYLON N° 4-0 COM AGULHA 3/8 3,0 CM	MEDIX BRASIL	CX	10	27,5000	275,0000
63	1	FIO NYLON N° 5-0 COM AGULHA 1/2 2,5 CM	MEDIX BRASIL	CX	10	27,5000	275,0000
74	1	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N° 6.0	MEDIX BRASIL	PAR	1.500	1,1000	1.650,0000

75	1	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N° 6.5	MEDIX BRASIL	PAR	1.500	1,0800	1.620,0000
77	1	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N° 7.5	MEDIX BRASIL	PAR	1.800	1,1000	1.980,0000
78	1	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL N° 8.0	MEDIX BRASIL	PAR	1.200	1,0800	1.296,0000
82	1	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA P	MEDIX BRASIL	CX	300	15,5000	4.650,0000
83	1	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA M	MEDIX BRASIL	CX	300	15,5000	4.650,0000
84	1	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA G	MEDIX BRASIL	CX	300	15,5000	4.650,0000
90	1	SACO PLÁSTICO 100 L	DESCARBOX	PCT	200	31,0000	6.200,0000
91	1	SACO PLÁSTICO 30 L	DESCARBOX	PCT	200	12,8000	2.560,0000
92	1	SACO PLÁSTICO 50 L	DESCARBOX	PCT	200	17,8000	3.560,0000
99	1	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	MEDIX BRASIL	UND	1.000	0,4800	480,0000
101	1	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°12	MEDIX BRASIL	UNI	1.000	0,5100	510,0000
104	1	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°18	MEDIX BRASIL	UNI	1.000	0,5500	550,0000
105	1	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 10	MEDIX BRASIL	CX	30	25,0000	750,0000
106	1	SONDA FOLEY Nº 12	MEDIX BRASIL	UND	50	23,0000	1.150,0000
108	1	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18	MEDIX BRASIL	CX	50	23,0000	1.150,0000
109	1	SONDA FOLEY NR 20	MEDIX BRASIL	UND	80	23,0000	1.840,0000
126	1	SONDA URETRAL EM PVC Nº 12	MEDIX BRASIL	PCT	3.000	5,5000	16.500,0000
127	1	SONDA URETRAL EM PVC Nº 14	MEDIX BRASIL	PCT	2.000	5,5000	11.000,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 85.312,00 (oitenta e cinco mil, trezentos e doze reais).

FORNECEDOR: HOSP MEDIC SERVICOS LTDA - CNPJ: 20.861.961/0001-06

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	ABAIXADOR DE LINGUA	MEDIX	PCT	600	4,3800	2.628,0000
27	1	AUTO LANCETA	MEDIX	CX	100	15,0000	1.500,0000
28	1	AVENTAL DESCARTÁVEL EM TNT (TECIDO NÃO TECIDO)	MEDIX	UND	200	3,1500	630,0000
47	1	EQUIPO MICROGOTAS	MEDIX	UND	1.500	1,7000	2.550,0000
53	1	ESPECULO LUBRIFICADO TAMANHO G	KOLPLAST	UND	2.000	1,7000	3.400,0000
55	1	ESPECULO LUBRIFICADO TAMANHO P	KOLPLAST	UND	2.000	1,5300	3.060,0000
102	1	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°14	MEDIX	UNI	1.000	0,9500	950,0000
128	1	SUPORTE PARA PERFUROCORTANTE	MEDIX	UNI	20	22,1500	443,0000
145	1	LÂMINA DE BISTURI Nº 11	MEDIX	CX	20	32,4200	648,4000

Valor Total do Fornecedor: R$ 15.809,40 (quinze mil, oitocentos e nove reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS - CNPJ: 32.282.308/0001-63

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
155	1	HIPOCLORITO DE SODIO 1%	PROLINK	LT	60	19,3600	1.161,6000

Valor Total do Fornecedor: R$ 1.161,60 (um mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos).

FORNECEDOR: MATHEUS COMERCIO ATACADISTA LTDA - CNPJ: 45.053.942/0001-76

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
2	1	ABSORVÍVEL CROMADO (CATGUT) N° 3-0 C/A 2,5 CM	SHALON	CX	10	125,5000	1.255,0000
3	1	ABSORVÍVEL SIMPLES (CATGUT) N° 4-0 C/A 2,0CM	SHALON	CX	10	138,2600	1.382,6000
4	1	ABSORVÍVEL SIMPLES (CATGUT) N° 0 C/A 4,0CM	SHALON	CX	10	125,5000	1.255,0000
5	1	ABSORVÍVEL SIMPLES (CATGUT) N° 1 C/A 4,0CM	SHALON	CX	10	138,2600	1.382,6000
6	1	ABSORVÍVEL SIMPLES (CATGUT) N° 2-0 C/A 4,0CM	SHALON	CX	10	125,5000	1.255,0000
7	1	ABSORVÍVEL SIMPLES (CATGUT) N° 3-0 C/A 3,0CM	SHALON	CX	10	125,5000	1.255,0000
8	1	ABSORVÍVEL SIMPLES (CATGUT) N° 4-0 C/A 2,0CM	SHALON	CX	10	125,5000	1.255,0000
31	1	COLAR CERVICAL G	RESGATE SP	UND	30	25,8000	774,0000
32	1	COLAR CERVICAL M	RESGATE SP	UND	60	25,8000	1.548,0000
33	1	COLAR CERVICAL P	RESGATE SP	UNI	60	24,9900	1.499,4000
34	1	COLAR CERVICAL PP	RESGATE SP	UNI	60	24,9900	1.499,4000
56	1	ESTABILIZADOR DE CABEÇA IMPERMEÁVEL ADULTO	RESGATE SP	UND	10	123,7700	1.237,7000
139	1	SONDA PARA GASTROSTOMIA COM BALÃO	MEDICONE	UND	100	175,0000	17.500,0000
148	1	CAIXA TERMICA	COLEMAN	UND	30	504,9000	15.147,0000
149	1	CAIXA TERMICA	COLEMAN	UND	30	609,0000	18.270,0000
159	1	TESTE DE VITALIDADE	MAQUIRA	FRC	150	64,9600	9.744,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 76.259,70 (setenta e seis mil, duzentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

FORNECEDOR: MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLI - EPP - CNPJ: 27.105.456/0001-72

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
174	1	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO AUTOPOLIMERIZÁVEL - COR A2 KIT	FGM	KIT	80	25,0000	2.000,0000
175	1	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO AUTOPOLIMERIZÁVEL - COR A3 KIT	FGM	KIT	80	25,0000	2.000,0000
188	1	MASCARA N95	MEDIX	UND	2.000	0,6300	1.260,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 5.260,00 (cinco mil, duzentos e sessenta reais).

FORNECEDOR: MEDINGA COMERCIAL LTDA - CNPJ: 57.742.953/0001-42

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
9	1	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1000 ML	RIOQUIMICA	FRC	800	5,9000	4.720,0000
18	1	ALCOOL EM GEL 70% - 400 G	VALE VERDE	UND	300	6,3000	1.890,0000
20	1	ALMOTOLIA 500 ML AMBAR	J PROLAB	UNI	20	7,5000	150,0000
49	1	ESFIGMOMANOMETRO ADULTO	PREMIUM	UNI	150	69,3000	10.395,0000
51	1	ESFIGMOMANOMETRO INFANTIL	PREMIUM	UNI	100	65,7500	6.575,0000
73	1	LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELASTICO	ANADONA	PCT	1.000	8,3800	8.380,0000
85	1	MANTA ALUMINIZADA PARA EMERGÊNCIA	SS RESGATE	UND	80	6,0500	484,0000
93	1	SERINGA 1 ML SEM AGULHA	SR	UND	30.000	0,1400	4.200,0000
103	1	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N°16	BIOBASE	UNI	1.000	0,9900	990,0000
107	1	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 16	MEDIX	CX	50	23,0400	1.152,0000
135	1	UMIDIFICADOR DE OXIGENIO 250 ML	RWR	UNI	30	12,4000	372,0000
137	1	POLIVINIL PIRROLIDONA IODO DEGERMANTE 10% -	RIOQUIMICA	CX	30	599,0000	17.970,0000
138	1	POLIVINIL PIRROLIDONA IODO TÓPICO 10%	RIOQUIMICA	CX	30	599,0000	17.970,0000
157	1	CLOREXIDINA 0,2%	RIOQUIMICA	FRC	200	34,1400	6.828,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 82.076,00 (oitenta e dois mil e setenta e seis reais).

FORNECEDOR: MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 05.343.029/0001-90

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
64	1	FITA HGT	ON CALL PLUS II	CX	1.300	20,0000	26.000,0000

Valor Total do Fornecedor: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 725.949,50 (setecentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos)

Carlópolis, 02 de fevereiro de 2026.

LILIAN MARIA CAETANO CLARO
Secretário(a) Municipal de Saúde

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:7719D53A

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2026 PROCESSO INTERNO Nº 013/2026

Rafael Fernandes da Silva, Secretário(a) Municipal de Esportes e Lazer, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a **ratificação** do procedimento licitatório, Dispensa Eletrônica nº 02/2026 **– Menor Preço por Item,** realizado no dia 27 de janeiro de 2026 (Lances e Habilitação), objetivando a possível **Contratação de empresa para o fornecimento de materiais destinados à premiação do 21º Torneio Pescar, promovido pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, a ser realizado no dia 01 de março de 2026,** ficando assim **ADJUDICADO** a Dispensa Eletrônica em favor da empresa abaixo, por ter satisfeito os procedimentos dentro das formalidades legais e apresentado proposta mais vantajosa aos interesses da administração

FORNECEDOR: TARDELLI MOTO E NAUTICA LTDA - CNPJ: 00.828.431/0001-40

Lote	Ordem	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
1	1	MOTOR DE POPA 15HP	TOYAMA	UND	2	8.890,00	17.780,00
2	1	CARRETA PARA BARCO 6 MTS	FONSECA	UND	2	4.690,00	9.380,00
3	1	BARCO BORDA ALTA 6 MTS	PRO BOLT	UND	3	8.580,00	25.740,00
4	1	MOTOR ELETRICO	Phanton	UND	7	1.220,00	8.540,00

Valor Total do Fornecedor: R$ 61.440,00 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais).

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 61.440,00 (sessenta e um mil, quatrocentos e quarenta reais)

Carlópolis, 02 de fevereiro de 2026.

RAFAEL FERNANDES DA SILVA
Secretário(a) Municipal de Esportes e Lazer

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:CED735EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 18/2026

DECRETO Nº 18/2026

SÚMULA: Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3290 de 11 de dezembro de 2025, para o exercício de 2025 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 2.383.687,47 (Dois Milhões, Trezentos e Oitenta e Três Mil, Seiscentos e Oitenta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2025, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
290	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	50.000,00
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.002	DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
10.304.0006.2028	Manutençao dos Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	

3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
811	02494-Repasse do PROVIGIA Estadual	300,00
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
921	01494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
931	01494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
972	00000-Recursos Ordinários (Livres)	13.700,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1131	01494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.000,00
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
971	11505-CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000714601202500	200,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1001	00000-Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00
1002	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	25.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1020	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	700,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1200	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	600,00
10.302.0005.2026	Manutenção dos Atendimentos na Unidade Básica - SAMU	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
1260	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	900,00
	SUBTOTAL	79.400,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0009.2039	Manutenção das Atividades do CRAS - PSB	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1651	02940-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	300,00
	SUBTOTAL	300,00
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.122.0011.2045	Manutenção das Atividades da Secretaria de Municipal de Educação	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1881	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
12.361.0013.2048	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2071	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2281	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
	SUBTOTAL	24.000,00
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.1072	Revitalização do Canteiro Central da Avenida Vanderlei Antunes de Moraes	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2961	01001-ITAIPU - Ref. Canteiro Av. Vanderlei A.de Morais-Aquis. de Equipamento-Ref Nascentes	46.294,07
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3263	01998-Convênio Estadual SECID 1761/2025 AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO	968.000,00
3264	01999-Convênio Estadual SECID 1680/2025 AQUISIÇÃO DE 20 CAÇAMBAS ESTACIONÁRIAS	107.993,40
3262	19390-CONVENIO FEDERAL PROPOSTA 047668/2025 - AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	470.000,00
	SUBTOTAL	1.592.287,47
10	SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	
10.001	DEPARTAMENTO DE ESPORTE CULTURA E LAZER	
13.392.0014.2059	Organizar, Colaborar e Realizar Eventos, Conferências e Festividades do Calendário Cultural	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3391	02001-CONVENIO ESTADUAL 037/2026 SETU PR	249.700,00
	SUBTOTAL	249.700,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.608.0018.2061	Manutenção das Atividades do Departamento de Fomento Agropecuário	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
3800	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
3801	01975-SEAB - CONVÊNIO 98/2025 - AQUISIÇÃO DE 02 PLANTADEIRAS DE PLANTIO DIRETO	358.000,00
	SUBTOTAL	388.000,00
	TOTAL	2.383.687,47

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	65.000,00
	SUBTOTAL	65.000,00
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.002	DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	

10.304.0006.2028	Manutençao dos Serviços de Saúde - Vigilância Sanitária	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
790	01494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	18.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
810	00000-Recursos Ordinários (Livres)	300,00
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.302.0005.2026	Manutenção dos Atendimentos na Unidade Básica - SAMU	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1220	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	2.200,00
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
970	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	25.000,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	27.700,00
1190	01494-Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	6.000,00
	SUBTOTAL	79.200,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0009.2041	Manutenção do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1700	02940-Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	300,00
	SUBTOTAL	300,00
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.306.0013.2046	Manutenção das Atividades da Cozinha Central - Alimentação Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1930	00000-Recursos Ordinários (Livres)	9.000,00
	SUBTOTAL	9.000,00
11	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11.001	DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUARIO	
20.608.0018.1074	Reforma do Prédio da Secretaria de Agricultura	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
3650	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
	TOTAL	183.500,00

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
2.4.1.9.51.0.1.01.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO AO REDOR DA PREFEITURA	396.000,00
2.4.2.9.99.0.1.37.00.00.00.00	REC. CONV. SEAB SIT 72327 AQ PLANTADEIRAS	358.000,00
2.4.2.9.99.0.1.36.00.00.00.00	REC. CONV. SIT 77606 AQUISICAO CAMINHAO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO	968.000,00
2.4.2.9.99.0.1.35.00.00.00.00	REC. CONV. SIT 77605 AQUISICAO CACAMBAS ESTACIONARIAS	107.993,40
1.7.2.4.99.0.1.02.00.00.00.00	REC. TERMO CONVENIO 037/2026 SETU PR	249.700,00
2.4.1.9.99.0.1.12.00.00.00.00	REC. CONV. FEDERAL 978724/2025 AQ. MAQ. E EQUIPAMENTOS	470.000,00
	TOTAL	2.549.693,40

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superavit Financeiro nas seguintes rubricas:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
01001	ITAIPU - Ref. Canteiro Av. Vanderlei A.de Morais-Aquis. de Equipamento-Ref Nascentes	46.294,07
11505	CUSTEIO PAP - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 36000714601202500	200,00
	TOTAL	46.494,07

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.
Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
2.4.1.9.51.0.1.01.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇAMENTO AO REDOR DA PREFEITURA	396.000,00
2.4.2.9.99.0.1.37.00.00.00.00	REC. CONV. SEAB SIT 72327 AQ PLANTADEIRAS	358.000,00
2.4.2.9.99.0.1.36.00.00.00.00	REC. CONV. SIT 77606 AQUISICAO CAMINHAO COLETOR COMPACTADOR DE LIXO	968.000,00
2.4.2.9.99.0.1.35.00.00.00.00	REC. CONV. SIT 77605 AQUISICAO CACAMBAS ESTACIONARIAS	107.993,40
1.7.2.4.99.0.1.02.00.00.00.00	REC. TERMO CONVENIO 037/2026 SETU PR	249.700,00
2.4.1.9.99.0.1.12.00.00.00.00	REC. CONV. FEDERAL 978724/2025 AQ. MAQ. E EQUIPAMENTOS	470.000,00
	TOTAL	2.549.693,40

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data 19 de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 19 de janeiro de 2026.

SUELI CASTELUZZI VECHIATTO
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado por:
Juliana de Lima Gabriel
Código Identificador:F03E78EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

GABINETE
EDITAL Nº 01/2026

EDITAL Nº 01/2026
PSS Estagiários

1ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS

André Henrique Ribeiro Bueno, Presidente da Comissão de Teste Seletivo, no uso das suas atribuições legais, em conformidade com o EDITAL Nº 01/2026, visando o preenchimento de 102 (cento e duas) vagas de estágio não obrigatório remunerado, TORNA PÚBLICA a 1ª CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS, a saber:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - 30 horas		
Classificação	**Nome**	**Nota**
1º	Maria Clara Ferreira Domingues	9,8
2º	Isadora Aparecida Carneiro Marcon	9,7
3º	Beatriz Lemes	9,6
4º	Magali Regina Suzin	9,6
5º	Patricia De Lima	9,4
6º	Brenda Mayara De Oliveira Conte	9,2
7º	Ariane Moreira Da Silva	9,1
8º	Camila De Souza Da Cunha	9,1
9º	Mirela Fernanda Fortes Xavier	9,1
10º	Emily Natalia Pires Da Silva	9,0
11º	Raíssa Ribeiro Gonçalves	9,0
12º	Ariadne Deotti	8,9
13º	Lucimara Dionísio De Lima	8,7
14º	Eduano Nogueira Da Silva	8,6
15º	Lavínia Prigoli	8,6
16º	Luiza Gabriela Bauer	8,6
17º	Julia Emanoeli Fonseca Pereira	8,5
18º	Juliana De Fátima Loureiro Mohr	8,4
19º	Mileny Eduarda Gonçalves Colela	8,4
20º	Heloise Medeiros Da Silva	8,3
21º	Polyani Campos Moreira	8,2
22º	Kamily Gabriella Pires	8,2
23º	Ivanildes Bueno	8,1
24º	Juliana Camilo Dos Santos	8,1
25º	Eliane Aparecida Dos Santos De Bairros	8,0
26º	Maria Eduarda Vedelago Pinheiro	8,0
27º	Talia Dos Santos Branco	8,0
28º	Ana Luiza Carvalho Cella	7,6
29º	Camila Ambros Dozoretz	7,6
30º	Letícia Aparecida De Carvalho Paz	7,4

Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte - 30 horas - Afrodescendentes		
Classificação	**Nome**	**Nota**
1º	Mirela Fernanda Fortes Xavier	9,1
2º	Emily Natalia Pires Da Silva	9,0
3º	Raíssa Ribeiro Gonçalves	9,0
4º	Kamily Gabriella Pires	8,2

Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esporte - 30 horas - Necessidades Especiais		
Classificação	**Nome**	**Nota**
1º	Juliana De Fátima Loureiro Mohr	8,4

Os candidatos convocados deverão apresentar-se na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte no dia 03/02/2026, às 15h, portando seus documentos pessoais.

Eventuais casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Organizadora Municipal de Teste Seletivo Público Simplificado.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Clevelândia, 02 de fevereiro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI	***ANDRÉ HENRIQUE RIBEIRO BUENO***
Prefeita Municipal	Presidente da Comissão de Teste Seletivo

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:55ED7DC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 23/2026

MUNICIPIO DE CONTENDA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026

Decreto n° 23/2026 de 29/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2297/2026 de 27/01/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
37 - 3.3.90.92.00.00	000	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	72.000,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.001		DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
04.001.04.123.0004.2.011		DIVISAO DE TESOURARIA	
72 - 3.1.90.11.00.00	000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
257 - 3.1.90.11.00.00	103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	120.000,00
257 - 3.1.90.11.00.00	104	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	195.000,00
		Total Suplementação: 497.000,00	

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
03.001.04.122.0003.2.007		MANUTENCAO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA	
25 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	4.179,56
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.003		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO, CADASTRO E FISCALIZACAO	
04.003.04.129.0004.2.013		ADMINISTRACAO DE TRIBUTOS FISCALIZACAO E CADASTRO	
117 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	40.000,00
05		SECRETARIA DE INDUSTRIA, AGROPECUARIA E MEIO AMBIENTE	
05.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
05.001.20.606.0008.2.015		MANUTENCAO DOS SERVICOS AGROPECUARIOS	
139 - 3.3.40.41.00.00	1000	CONTRIBUICOES	6.771,68
06		SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA , ESPORTE E TURISMO	
06.002		SETOR DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	
06.002.12.361.0013.2.024		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
265 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.759,30
06.002.12.365.0012.2.029		MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL	
Redução			
304 - 3.1.90.13.00.00	1000	CONTRIBUICOES PATRONAIS	17.277,90
316 - 3.3.90.37.00.00	103	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	120.000,00
316 - 3.3.90.37.00.00	104	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	195.000,00
09		SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO E SERVICOS PUBLICOS	
09.001		DEPARTAMENTO DE SERVICOS URBANOS E FISCALIZACAO DE OBRAS	
09.001.15.451.0022.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS URBANOS	
774 - 3.1.90.16.00.00	1000	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	26.056,00
779 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	41.955,56
09.003		DEPARTAMENTO DE VIACAO	
09.003.26.782.0024.2.063		MANUTENCAO DO SERVICO RODOVIARIO MUNICIPAL	
829 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	20.000,00
831 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.000,00
Total Redução:			497.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CONTENDA, Estado do PR, em 29 de Janeiro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito

Publicado por:
Lidia Czaya Jargas
Código Identificador:47945030

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º - SMECET

Regulamenta o Plano Educacional Individualizado – PEI no âmbito da rede de ensino do Município de Contenda-PR

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando:
- a Constituição Federal de 1988, em especial o art. 208, inciso III;
- a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente os arts. 58 a 60;

- a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, especialmente os arts. 27 e 28, que asseguram sistema educacional inclusivo, medidas individualizadas de apoio, recursos de acessibilidade e adaptações;
- a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, assegurando a organização de sistemas educacionais inclusivos, a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE e a adoção de medidas de apoio individualizadas;
- o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686/2025, estabelecendo que o estudo de caso fundamenta o Plano Educacional Individualizado – PEI, tornando obrigatório os documentos pedagógicos individualizados e fortalecendo a articulação entre sala comum, AEE, profissionais de apoio e ações intersetoriais;
- a necessidade de normatizar, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Contenda, os procedimentos relativos à elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano Educacional Individualizado – PEI;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentado, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Contenda/PR, o Plano Educacional Individualizado – PEI, como instrumento pedagógico obrigatório destinado ao planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Art. 2º O PEI constitui documento pedagógico institucional, de caráter dinâmico, contínuo e processual, devendo orientar as práticas pedagógicas, a partir das necessidades educacionais específicas do estudante, considerando suas potencialidades, interesses, ritmo de aprendizagem, formas de comunicação, autonomia e desenvolvimento global.

CAPÍTULO II - DOS ESTUDANTES CONTEMPLADOS PELO PEI

Art. 3º O Plano Educacional Individualizado destina-se aos estudantes:

I – com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla;

II – com Transtorno do Espectro Autista – TEA e outros transtornos do desenvolvimento;

III – com altas habilidades/superdotação;

IV – que, mediante estudo de caso, apresentem necessidades educacionais específicas que demandem planejamento individualizado.

Parágrafo único. O PEI não se restringe a diagnósticos clínicos, devendo considerar, prioritariamente, os obstáculos enfrentados no processo de escolarização e as necessidades educacionais do estudante.

CAPÍTULO III - DO ESTUDO DE CASO

Art. 4º O Plano Educacional Individualizado – PEI deverá ser fundamentado em estudo de caso, entendido como metodologia de levantamento, análise e sistematização das informações relativas ao estudante, ao contexto escolar e os obstáculos enfrentadas no processo de escolarização.

§1º O estudo de caso deverá contemplar:

I – identificação das necessidades educacionais específicas;

II – análise dos obstáculos para a participação e para a aprendizagem;

III – levantamento das potencialidades do estudante;

IV – definição de estratégias, recursos de acessibilidade e apoios necessários.

§2º O estudo de caso subsidiará a elaboração do PEI e, quando houver, do Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE.

CAPÍTULO IV - DA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PEI

Art. 5º O PEI deverá ser elaborado de forma colaborativa, envolvendo, no mínimo:

I – professor regente da turma;

II – professor do Atendimento Educacional Especializado – AEE, quando houver;

III – equipe pedagógica da unidade escolar;

IV – gestão escolar;

V – família ou responsáveis legais;

VI – o estudante, sempre que possível.

Art. 6º Compete aos professores regentes a elaboração, execução e acompanhamento do PEI, no âmbito de sua área de atuação, em articulação com os demais profissionais da escola.

CAPÍTULO V - DA EXECUÇÃO E ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 7º O PEI orientará:

I – o trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula comum;

II – o trabalho realizado no âmbito do Atendimento Educacional Especializado – AEE;

III – as atividades colaborativas no estabelecimento de ensino;

IV – as ações de articulação intersetorial, quando necessárias.

Art. 8º O PEI integra o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

CAPÍTULO VI - DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art. 9º O profissional de apoio escolar, quando designado, atuará em consonância com o PEI, colaborando para:

I – locomoção, acesso e participação do estudante;

II – higiene e alimentação, quando necessário;

III – comunicação, interação social e uso de tecnologias assistivas;

IV – promoção da autonomia e da participação nas atividades escolares.

CAPÍTULO VII - DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

Art. 10. A família ou responsáveis deverão ser consultados:

I – no momento inicial, para levantamento de informações relevantes à elaboração do PEI;

II – após a elaboração do documento, para apresentação, orientações e registro de ciência e corresponsabilidade.

Parágrafo único. O diálogo com a família constitui princípio fundamental do processo inclusivo e deverá ser registrado formalmente pela unidade escolar.

CAPÍTULO VIII - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 11. Compete à unidade escolar:

I – assegurar a elaboração e execução do PEI;

II – promover acompanhamento contínuo;

III – garantir registros sistemáticos;

IV – manter o documento arquivado, com sigilo das informações.

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

I – orientar e monitorar a implementação do PEI;

II – promover formação continuada;
III – disponibilizar instrumentos orientadores;
IV – avaliar periodicamente os resultados.

CAPÍTULO IX - DA ESTRUTURA MÍNIMA DO PEI

Art. 13. O Plano Educacional Individualizado deverá conter, no mínimo:
I – identificação completa do estudante;
II – caracterização pedagógica e funcional;
III – levantamento das necessidades educacionais específicas;
IV – objetivos de aprendizagem individualizados;
V – estratégias pedagógicas, metodológicas e recursos de acessibilidade;
VI – adaptações curriculares, quando necessárias;
VII – formas e critérios de avaliação;
VIII – registros de acompanhamento e evolução;
IX – definição dos profissionais envolvidos.

Art. 14. O PEI constitui:
I – instrumento de planejamento pedagógico;
II – registro formal das adaptações e estratégias;
III – instrumento de monitoramento da aprendizagem;
IV – documento de corresponsabilidade entre escola, família e Secretaria de Educação.

CAPÍTULO X - DA PERIODICIDADE, AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Art. 15. O PEI deverá ser elaborado:
I – no início do ano letivo; ou
II – no prazo máximo de 30 (trinta) dias letivos após a matrícula do estudante.

Art. 16. O PEI deverá ser avaliado e atualizado:
I – sempre que houver necessidade pedagógica;
II – obrigatoriamente, ao final de cada semestre letivo.

Parágrafo único. As revisões devem considerar o desenvolvimento do estudante, os avanços observados e as novas demandas educacionais.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. O PEI não substitui o currículo escolar, devendo assegurar o acesso ao currículo comum, com as adaptações, recursos e estratégias necessárias à efetiva aprendizagem.

Art. 18. Integram esta Instrução Normativa o **Anexo I**, referente ao modelo oficial de PEI do Ensino Fundamental, e o **Anexo II**, referente ao modelo oficial de PEI da Educação Infantil, com suas respectivas orientações de elaboração.

Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação
Contenda, 02 de fevereiro de 2026

SILVANA CAVALIM DE SOUZA.
Secretária de Educação Cultura, Esporte e Turismo

ANEXO I

MUNICÍPIO DE CONTENDA ESTADO DO PARANÁ *Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo* **PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI** Este Plano Educacional Individualizado, tem como objetivo assegurar que o aluno (a) receba um ensino que atenda às suas necessidades específicas, favorecendo seu progresso acadêmico e social. A colaboração entre a escola, a família e os profissionais externos é fundamental para o êxito desse processo. A cada semestre, o plano será atualizado com dados e ajustes pedagógicos necessários para garantir a inclusão no ambiente educacional.
IDENTIFICAÇÃO
Escola:
Aluno:
Data de nascimento:
Filiação:
Ano/Série:
Laudo médico (se houver):
Período do PEI:
Elaborado por:
Data da elaboração:
PERFIL DO ESTUDANTE
INTRODUÇÃO: (laudos, medicamentos, atendimentos externos ou internos, centro de interesse, hiperfoco, facilidades)
FRAGILIDADES: (Dificuldades na interação social, Comportamentos repetitivos, Compreensão limitada de contextos, Sensibilidade sensorial aumentada, Dificuldades de comunicação, Dificuldades de concentração, Baixa autoestima, Falta de organização, Dificuldades de leitura e escrita, Comportamentos impulsivos ou disruptivos)
PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO - PEI
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO/ 1º SEMESTRE- PROPOSTA
FRAGILIDADES ACADÊMICAS

HABILIDADE	CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)	OBJETIVO (O QUE VOU ENSINAR)	ESTRATÉGIAS
LEITURA			
ESCRITA			
MATEMÁTICA			
COORDENAÇÃO MOTORA			

OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS/PROPOSTA			
HABILIDADE	**CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)**	**OBJETIVO (O QUE VOU ENSINAR)**	**ESTRATÉGIAS**
DISCIPLINA			
COMUNICAÇÃO			
COLABORAÇÃO			

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS-1º SEMESTRE
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: (Caso houve alterações adicionar sobre: laudos, medicamentos, atendimentos externos ou internos, centro de interesse, hiperfoco, facilidades)
RESULTADOS ACADÊMICOS
RESULTADOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS
PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO - PEI

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO/ 2º SEMESTRE- RECOMPOSIÇÃO			
FRAGILIDADES ACADÊMICAS			
HABILIDADE	**CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)**	**OBJETIVO (O QUE VOU ENSINAR)**	**ESTRATÉGIAS**

OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS/PROPOSTA			
HABILIDADE	**CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)**	**OBJETIVO (O QUE VOU ENSINAR)**	**ESTRATÉGIAS**

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS-2º SEMESTRE
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: (Caso houve alterações adicionar sobre: laudos, medicamentos, atendimentos externos ou internos, centro de interesse, hiperfoco, facilidades)

RESULTADOS OBTIDOS:

RESULTADOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS

O preenchimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma tarefa fundamental que reflete o compromisso e a dedicação do professor com o desenvolvimento de cada aluno. Ao dedicar seu tempo para elaborar este planejamento, o educador demonstra um profundo respeito pela individualidade do estudante, reconhecendo suas necessidades específicas e ajustando o ensino de forma a garantir que ele tenha as melhores oportunidades de aprendizado. Esse processo não apenas direciona o caminho para o sucesso acadêmico do aluno, mas também contribui para seu crescimento emocional e social, criando um ambiente inclusivo e acolhedor. O impacto desse trabalho vai além das metas acadêmicas, tocando a vida do aluno de maneira significativa e duradoura. Portanto, cada momento dedicado a esse planejamento é um investimento no futuro de seus alunos, que terão a chance de alcançar seu potencial máximo, graças à atenção cuidadosa e ao esforço incansável de seu educador.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

_____
PROFESSOR REGENTE

_____
PROFISSIONAL DE APOIO (SE HOUVER)

_____
PROFESSOR AEE (SE HOUVER)

_____
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA OU DIREÇÃO

_____

PAIS/RESPONSÁVEIS

Contenda, ____ de _____de _____.

ANEXO II

MUNICÍPIO DE CONTENDA
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo
PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI
Este Plano Educacional Individualizado, tem como objetivo assegurar que a criança receba um ensino que atenda às suas necessidades específicas, favorecendo seu progresso acadêmico e social. A colaboração entre a escola, a família e os profissionais externos é fundamental para o êxito desse processo. A cada semestre, o plano será atualizado com dados e ajustes pedagógicos necessários para garantir a inclusão no ambiente educacional.

IDENTIFICAÇÃO
Escola/ Cmei:
Criança:
Data de nascimento:
Filiação:
Ano/Série:
Laudo médico (se houver):
Período do PEI: **Semestral**
Elaborado por:
Data da elaboração:
PERFIL DA CRIANÇA
INTRODUÇÃO: (laudos, medicamentos, atendimentos externos ou internos, formas de comunicação, interesses, recursos utilizados, estímulos preferidos, facilidades).
FRAGILIDADES: (Comunicação verbal e/ou não verbal, interação social, autonomia nas rotinas, coordenação motora ampla e fina, compreensão de comandos, regulação emocional, interesse e permanência em atividades, adaptação ao ambiente escolar).
PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO - PEI
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO/ 1º SEMESTRE- PROPOSTA
FRAGILIDADES ACADÊMICAS

HABILIDADE	**CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)**	**OBJETIVO (O QUE VOU ESTIMULAR)**	**ESTRATÉGIAS E RECURSOS**
Linguagem oral/comunicação			
Coordenação motora ampla/fina			
Autonomia/rotina			
Interação social			
Expressão corporal/musical			

OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS/PROPOSTA			
HABILIDADE	**CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)**	**OBJETIVO (O QUE VOU ESTIMULAR)**	**ESTRATÉGIAS E RECURSOS**
Compreensão das regras de convivência			
Formação de valores			
Participação e colaboração nas atividades			

AVALIAÇÃO DESCRITIVA -1º SEMESTRE			
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: (Comportamentos, avanços e dificuldades, participação nas propostas, resposta aos estímulos. Caso houve alterações adicionar sobre: laudos, medicamentos, atendimentos externos ou internos, interesses, facilidades)			
RESULTADOS OBTIDOS:			
RESULTADOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS			
PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO - PEI			
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO/ 2º SEMESTRE- RECOMPOSIÇÃO			
FRAGILIDADES			
HABILIDADE	**CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)**	**OBJETIVO (O QUE VOU ESTIMULAR)**	**ESTRATÉGIAS E RECURSOS**

OBJETIVOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS/PROPOSTA			
HABILIDADE	**CONTEXTUALIZAÇÃO (O QUE SABE)**	**OBJETIVO (O QUE VOU ESTIMULAR)**	**ESTRATÉGIAS E RECURSOS**

AVALIAÇÃO DESCRITIVA -2º SEMESTRE
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
(Comportamentos, avanços e dificuldades, participação nas propostas, resposta aos estímulos. Caso houve alterações adicionar sobre: laudos, medicamentos, atendimentos externos ou internos, interesses, facilidades)

RESULTADOS OBTIDOS:

RESULTADOS COMPORTAMENTAIS E SOCIOEMOCIONAIS

O preenchimento do Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma tarefa fundamental que reflete o compromisso e a dedicação do professor com o desenvolvimento de cada criança. O PEI na Educação Infantil valoriza a escuta sensível da criança, suas expressões não verbais, a importância do brincar como linguagem e os tempos e ritmos singulares de cada um. A construção conjunta com a família e os profissionais da rede fortalece o processo de inclusão e respeito a infância.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

_____
PROFESSOR REGENTE

_____
PROFISSIONAL DE APOIO (SE HOUVER)

_____
PROFESSOR AEE (SE HOUVER)

_____
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA OU DIREÇÃO

_____
PAIS/RESPONSÁVEIS

Contenda, ____ de _____de _____.

Publicado por:
Rosane Gregovsky Gomes
Código Identificador:279D6E21

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 011/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 011/2026

Termo de Credenciamento	088/2025 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Vitorino Rodrigues dos Santos - CPF nº 371.xxx.xxx-68.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	04 de dezembro de 2025.

Termo de Credenciamento	089/2025 – Chamamento Público nº 024/2025.

Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Amanda Rita Della Justina - CPF nº 120.xxx.xxx-09.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	04 de dezembro de 2025.

Termo de Credenciamento	090/2025 – Chamamento Público nº 024/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	F Wrzesinski Comercio Pecas e Acessorios Ltda - CNPJ n° 31.339.600/0001-02.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência.
Data de Assinatura	04 de dezembro de 2025.

Termo de Credenciamento	091/2025 – Chamamento Público nº 004/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Dme Transportes Ltda, CNPJ n° 49.531.105/0001-66.
Objeto	Efetivar o credenciamento de empresas para prestação de serviços de manutenção mecânica de veículos de passeio e utilitários, vans, ônibus, caminhões e máquinas rodoviárias e agrícolas da frota municipal, necessários para manutenção da frota do Munícipio de Dois Vizinhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência .
Data de Assinatura	04 de dezembro de 2025.

Termo de Credenciamento	092/2025 – Chamamento Público nº 004/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Dao Carlos Auto Center Ltda – CNPJ n° 44.224.365/0001-75.
Objeto	Efetivar o credenciamento de empresas para prestação de serviços de manutenção mecânica de veículos de passeio e utilitários, vans, ônibus, caminhões e máquinas rodoviárias e agrícolas da frota municipal, necessários para manutenção da frota do Munícipio de Dois Vizinhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência .
Data de Assinatura	04 de dezembro de 2025.

Termo de Credenciamento	093/2025 – Chamamento Público nº 013/2025.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Marcos Transportes e Tecnologias Ltda - CNPJ nº 61.429.443/0001-97.
Objeto	Executar serviços de horas máquina para realização dos serviços e programas das secretarias de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Viação, Obras e Serviços Urbanos, bem como outros serviços de interesse da administração municipal, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência .
Data de Assinatura	04 de dezembro de 2025.

Termo de Credenciamento	001/2026 – Chamamento Público nº 024/2024.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Reffatti Corretora De Imóveis Ltda - CNPJ nº 37.315.191/0001-90.
Objeto	Credenciamento de interessados em prestar serviços de avaliação de imóveis que o município de Dois Vizinhos, venha a adquirir, alienar, permutar ou locar, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência .
Data de Assinatura	15 de janeiro de 2025.

Termo de Credenciamento	002/2026 – Chamamento Público nº 025/2024.
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Indiamara f. Morais Ltda - CNPJ nº 36.603.114/0001-73.
Objeto	Credenciamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, para prestação de serviços de acolhimento institucional de longa permanência a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou risco social, conforme graus de dependência (Grau I – idoso independente, Grau II – Idoso com dependência moderada e Grau III – idoso com dependência severa), nos termos da Portaria nº 810/2022 do Ministério da Cidadania e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, constantes na tabela do Termo de Referência.
Prazo de Vigência	Definido no Termo de Referência .
Data de Assinatura	27 de janeiro de 2025.

Dois Vizinhos, 02 de fevereiro de 2026.

LUIS CARLOS TURATTO
Prefeito

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:E79C6D8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3.º QUADRIMESTRE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6	Memória de cálculo TCE: Versão 1 - Publicada em 09/08/2024.	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	51.848.641,13	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	50.448.641,13	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	49.896.089,13	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	1.067.050,62	2,14

Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.993.765,35	6,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	2.844.077,08	5,70
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.694.388,81	5,40
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	46.264,87	0,09
Limite definido por resolução do senado federal	60.538.369,36	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	0,00	0,00

Publicado por:
Jamel Sultane
Código Identificador:7FFF5611

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
DECRETO 29/2026 SÚMULA: "DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA TRECHO DE VIA PÚBLICA URBANA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO SOBRE PEDRA IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR.".

O Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e conservação da malha viária urbana do Município, visando garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários;
CONSIDERANDO que o recapeamento asfáltico constitui medida essencial para a recuperação do pavimento existente, prolongando sua vida útil e reduzindo custos futuros de manutenção;
CONSIDERANDO o interesse público na execução de obras de infraestrutura urbana, em conformidade com o planejamento municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de **Utilidade Pública**, para fins administrativos, urbanísticos e de regularização junto aos órgãos competentes, o(s) trecho(s) de via(s) pública(s) urbana(s) do Município de Fernandes Pinheiro/PR destinados à execução de **obra de recapeamento asfáltico sobre pedra irregular Lote 01 – Sede do Município**.

Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade viabilizar a realização das obras de recapeamento asfáltico sobre pedra irregular, bem como instruir processos de licenciamento, captação de recursos, celebração de convênios, contratos e demais atos administrativos necessários à sua execução.
Art. 3º O trecho objeto deste Decreto possui as seguintes referências geográficas, em coordenadas UTM:

NOMENCLATURA DA VIA	LATITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL	LONGITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL
RUA JORGE KAIER	7189776.00 m S	545393.00 m E
	7189400.00 m S	545272.00 m E
RUA LAUDELINO DE SOUZA	7189355.00 m S	545122.00 m E
	7189322.00 m S	545276.00 m E
RUA ORLANDO GONÇALVES DA CRUZ	7189127.00 m S	545187.00 m E
	7189268.00 m S	545134.00 m E
RUA MARLI PIEKARSKI	7189137.00 m S	545151.00 m E
	7189253.00 m S	545163.00 m E
RUA OTÁVIO KULLER	7189146.00 m S	545105.00 m E
	7189100.00 m S	545266.00 m E
RUA HELENA RIBEIRO DE SOUZA	7189083.07 m S	545156.99 m E
	7189054.22 m S	545275.33 m E
RUA MANOELITO COSTA / EZEQUIEL CABRAL	7188821.60 m S	545178.24 m E
	7188972.58 m S	545173.24 m E
RUA ALCINDO RIBEIRO	7188822.64 m S	544742.22 m E
	7188911.03 m S	544796.67 m E
RUA JOÃO MARIA DE JESUS	7188833.57 m S	544754.85 m E
	7188801.30 m S	544807.68 m E
RUA TEREZINHA FERREIRA	7188892.24 m S	544856.86 m E
	7189146.00 m S	545105.00 m E
TRAVESSA MARIA LOSS	7189398.16 m S	545410.94 m E
	7189307.51 m S	545389.66 m E
RUA JORDANI CALIXTO	7189367.12 m S	545600.83 m E
	7189265.89 m S	545610.06 m E
RUA DANTE SERPE	7189362.28 m S	545640.94 m E
	7189185.86 m S	545661.85 m E

Situados na **Sede** do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais indispensáveis à execução das obras, observada a legislação vigente.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas necessárias à execução da obra, inclusive firmar convênios, contratos, termos de cooperação e promover os atos indispensáveis à sua efetivação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

O Prefeito Municipal em Exercício de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
CONSIDERANDO a necessidade de manutenção e conservação da malha viária urbana do Município, visando garantir melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários;
CONSIDERANDO que o recapeamento asfáltico constitui medida essencial para a recuperação do pavimento existente, prolongando sua vida útil e reduzindo custos futuros de manutenção;
CONSIDERANDO o interesse público na execução de obras de infraestrutura urbana, em conformidade com o planejamento municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de **Utilidade Pública**, para fins administrativos, urbanísticos e de regularização junto aos órgãos competentes, o(s) trecho(s) de via(s) pública(s) urbana(s) do Município de Fernandes Pinheiro/PR destinados à execução de **obra de recapeamento asfáltico sobre pedra irregular Lote 01 – Sede do Município**.

Art. 2º A declaração de utilidade pública de que trata este Decreto tem por finalidade viabilizar a realização das obras de recapeamento asfáltico sobre pedra irregular, bem como instruir processos de licenciamento, captação de recursos, celebração de convênios, contratos e demais atos administrativos necessários à sua execução.
Art. 3º O trecho objeto deste Decreto possui as seguintes referências geográficas, em coordenadas UTM:

NOMENCLATURA DA VIA	LATITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL	LONGITUDE (COORD. UTM) INICIAL/FINAL
RUA JORGE KAIER	7189776.00 m S	545393.00 m E
	7189400.00 m S	545272.00 m E
RUA LAUDELINO DE SOUZA	7189355.00 m S	545122.00 m E
	7189322.00 m S	545276.00 m E
RUA ORLANDO GONÇALVES DA CRUZ	7189127.00 m S	545187.00 m E
	7189268.00 m S	545134.00 m E
RUA MARLI PIEKARSKI	7189137.00 m S	545151.00 m E
	7189253.00 m S	545163.00 m E
RUA OTÁVIO KULLER	7189146.00 m S	545105.00 m E
	7189100.00 m S	545266.00 m E
RUA HELENA RIBEIRO DE SOUZA	7189083.07 m S	545156.99 m E
	7189054.22 m S	545275.33 m E
RUA MANOELITO COSTA / EZEQUIEL CABRAL	7188821.60 m S	545178.24 m E
	7188972.58 m S	545173.24 m E
RUA ALCINDO RIBEIRO	7188822.64 m S	544742.22 m E
	7188911.03 m S	544796.67 m E
RUA JOÃO MARIA DE JESUS	7188833.57 m S	544754.85 m E
	7188801.30 m S	544807.68 m E
RUA TEREZINHA FERREIRA	7188892.24 m S	544856.86 m E
	7189146.00 m S	545105.00 m E
TRAVESSA MARIA LOSS	7189398.16 m S	545410.94 m E
	7189307.51 m S	545389.66 m E
RUA JORDANI CALIXTO	7189367.12 m S	545600.83 m E
	7189265.89 m S	545610.06 m E
RUA DANTE SERPE	7189362.28 m S	545640.94 m E
	7189185.86 m S	545661.85 m E

Situados na **Sede** do Município de Fernandes Pinheiro/PR.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas, técnicas e operacionais indispensáveis à execução das obras, observada a legislação vigente.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências administrativas necessárias à execução da obra, inclusive firmar convênios, contratos, termos de cooperação e promover os atos indispensáveis à sua efetivação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Fernandes Pinheiro/PR, em 02 de fevereiro de 2026.

HARRY CRISTHIAN EMANUEL CZELUSNIAK
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Liliane Heurt
Código Identificador:E1D5C264

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
DECRETO 112

DECRETO Nº 112/2025

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no exercício de 2.025, no valor de R$ 106.223,36 (Cento e seis mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos), e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, amparado na **Lei Municipal nº 1052/2024**, resolve:
Art. 1º: Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do exercício de 2025, o valor **R$ 106.223,36** (Cento e seis mil, duzentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos), a título de Crédito Adicional Suplementar, destinado ao suporte das despesas constantes no anexo a este decreto.
Art. 2º: Fica autorizada a suplementação das contas de despesas a título de Crédito Adicional suplementar, destinado ao suporte das despesas supramencionadas nas dotações orçamentárias constantes do relatório em anexo em contas denominadas "acréscimo".
No valor de R$ 72.220,00
Parágrafo único. Para cobertura do crédito será utilizada a anulação das contas de despesas constantes no relatório em anexo, denominadas por "anulação".
No valor de R$ 72.220,00 por remanejamento
Art.3º: Paracoberturadocréditoaserabertoserãoutilizadosrecursosprevistosnoincisol,parágrafo1ºdo artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior; sem que tal alteração seja computado para fins do limite previsto no inciso III.
No valor de R$ 34.003,36

Art. 4º: Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.
Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, em 22 de dezembro de 2025.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Município de Foz do Jordão - 2025			
Relatório de alteração orçamentária por funcional programática			
Lei/Ato nº 6466 - Decreto nº 112/2025 de 22/12/2025		**Escopo**	**Nº Ano**
Autorização: 4431 Lei ordinária		Lei Orçamentária Anual - LOA	1052 2024
Crédito adicional	**Recurso do crédito adicional**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações	72.220,00	0,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	0,00	72.220,00
Suplementar	Superávit Financeiro	34.003,36	0,00
Suplementar	Superávit Financeiro	0,00	34.003,36

Despesa					
04		SECRETARIA DE FINANÇAS		Acréscimo	3.264,92
04.002		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECAÇÃO E		Reabertura por Suplementação	
04.123.0002.2012		DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURARIA, ARRECADAÇÃO E		Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
570	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Anulação	72.220,00
05.002		DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA		Reabertura por Suplementação	
12.361.0003.2017		DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL		Remanejamento	
3.1.90.11.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
910	00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:		Remanejamento **Recurso do crédito adicional:**		Anulação de Dotações	
05		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo	72.220,00
05.002		DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA		Reabertura por Suplementação	
12.361.0003.2017		DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUNDAMENTAL		Remanejamento	
3.3.90.32.00.00		MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA			
1140	00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB			
Crédito adicional:		Remanejamento	**Recurso do crédito adicional:**	Anulação de Dotações	
11		SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO		Acréscimo	4.475,00
11.003		DEPARTAMENTO DE TURISMO		Reabertura por Suplementação	
04.695.0011.2075		DEPARTAMENTO TURISMO		Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.39.00.00		OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			
5110	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
99		ENCARGOS ESPECIAIS		Acréscimo	1.080,00
99.999		ENCARGOS ESPECIAIS		Reabertura por Suplementação	
28.843.0014.0077		ENCARGOS ESPECIAIS		Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.91.00.00		SENTENÇAS JUDICIAIS			
5350	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	
99		ENCARGOS ESPECIAIS		Acréscimo	25.183,44
99.999		ENCARGOS ESPECIAIS		Reabertura por Suplementação	
28.843.0014.0078		CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP		Superávit Financeiro Livre	
3.3.90.47.00.00		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS			
5410	00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:		Suplementar	**Recurso do crédito adicional:**	Superávit Financeiro	

Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**	
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	72.220,00	0,00	#
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	0,00	72.220,00	#
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	0,00	72.220,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	34.003,36	0,00	#
Suplementar	Superávit Financeiro	Acréscimo	0,00	34.003,36	#

Publicado por:
Itamara Presa
Código Identificador:77A2DCBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
RESULTADO FINAL HOMOLOGADO DOS CARGOS COM PROVA PRÁTICA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – 01/2025

RESULTADO FINAL HOMOLOGADO DOS CARGOS COM PROVA PRÁTICA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

Súmula: Divulga, publica e homologa o resultado final dos cargos com prova prática de operador de máquinas e motorista, do processo seletivo simplificado 01/2025 da prefeitura municipal de Goioxim -PR.

A Prefeitura Municipal de Goioxim – PR, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Edital 001/2025, 002/2025 e 003/2026.

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar, publicar e homologar o resultado final dos cargos com prova prática de motorista e operador de máquinas do Processo Seletivo Simplificado, conforme relação anexa.

Cargo: **MOTORISTA**		
CANDIDATO	**PARECER DA COMISSÃO**	**PONTUAÇÃO**
Claudio Kovalczyk	Deferido	50.0
Alceu Pereira da Costa	Deferido	50.0
Logan Odair Silvério	Deferido	50.0
Leandro Pasa	Deferido	50.0
Tiago Magier	Deferido	50.0
Daniel Carvalho de Oliveira	Deferido	50.0
Gerli Ferreira Martins	Deferido	10.0
João Vitor de Moraes Bueno	Deferido	10.0
Abel Nepomuceno	Indeferido	-
Ademar da Cruz Coutinho	Indeferido	-
Airton Albuquerque de Ramos	Indeferido	-
Alex Junior de França Ferreira	Indeferido	-
Alex Junior Camargo Chimilovski	Indeferido	-
Anderson Pereira da Silva	Indeferido	-
Antônio Carlos Ribeiro	Indeferido	-
Breno Souto Bueno	Indeferido	-
Carlos Junior Munhoz	Indeferido	-
Edélcio Lima Silvério	Indeferido	-
Edinaldo dos Santos	Indeferido	-
Elizeu Pio Gonçalves	Indeferido	-
Edson Schadeck	Indeferido	-
Erico Luiz Fiuza	Indeferido	-
Gean Carlos Ramos de Matos	Indeferido	-
Gelson Pereira	Indeferido	-
Geniel Oliveira Cardoso	Indeferido	-
Gilberto da Rosa	Indeferido	-
Giovani dos Santos	Indeferido	-
Ivan Carlos dos Santos Almeida	Indeferido	-
Izac Gonçalves de Oliveira	Indeferido	-
Jaqueline Pereira dos Santos	Indeferido	-
João Carlos Pedroso	Indeferido	-
Joaquim Alex de Oliveira	Indeferido	-
José Carlos Chuaigatter Batista	Indeferido	-
Leandro Junior Gomes Ferreira	Indeferido	-
Leandro Valdevino de Oliveira	Indeferido	-
Lucas Jorge Ribas	Indeferido	-
Maiquiel de Lima	Indeferido	-
Maxiel Junior Ravanelo	Indeferido	-
Maykon Kramer Gramownski	Indeferido	-
Mario Correia Kinseler	Indeferido	-
Sebastião Ferreira das Chagas	Indeferido	-
Tarcisio Mariano Rocha Abreu	Indeferido	-
Valdinei Schimanski	Indeferido	-
Vanderlei da Rosa	Indeferido	-
Zanete Martins	Indeferido	-

Cargo: **OPERADOR DE MÁQUINAS**		
CANDIDATO	**PARECER DA COMISSÃO**	**PONTUAÇÃO**
Giovani Roberto Lorenzett	Deferido	56.6
Joslei de Araújo	Deferido	56.2
Anderson dos Santos Marques	Deferido	50.6
Tiago Magier	Deferido	50.0
Anderson Detogni	Indeferido	-
Elizando Miguel Fonseca	Indeferido	-
Emerson José Gutervil	Indeferido	-

José Antunes de Souza	Indeferido	-
João Vitor Simão	Indeferido	-
Leandro Junior Gomes Ferreira	Indeferido	-
Lucas Adriano da Silva	Indeferido	-
Vitor Eduardo Pereira Bueno	Indeferido	-

Goioxim, 03 de Fevereiro de 2026.

CLEITON ALVES
Presidente da Comissão

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:4A0C79FE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CONSAMU
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA				
Estado do Paraná				
Exercício: 2025				
Balanço Orçamentário				
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985				
Anexo XII da Lei nº 4.320/64				
Período de Janeiro a Dezembro				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES	210.033.726,58	222.131.935,81	192.263.624,06	-29.868.311,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	756.692,44	756.692,44
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	756.692,44	756.692,44
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	112.980,22	112.980,22
Receita Bruta de Serviços	0,00	0,00	112.980,22	112.980,22
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	210.033.726,58	222.131.935,81	191.359.392,34	-30.772.543,47
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	0,00	0,00	0,00	0,00
EntíTdaradnesferências dos Municípios e de suas Entidades	210.033.726,58	222.131.935,81	191.359.392,34	-30.772.543,47
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	34.559,06	34.559,06
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	32.412,79	32.412,79
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	2.146,27	2.146,27
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00

SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	210.033.726,58	222.131.935,81	192.263.624,06	-29.868.311,75
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (III) = (I+II)	210.033.726,58	222.131.935,81	192.263.624,06	-29.868.311,75
DÉFICIT (IV)	0,00	3.719.160,00	2.554.315,51	-1.164.844,49
TOTAL (V) = (III + IV)	210.033.726,58	225.851.095,81	194.817.939,57	-31.033.156,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA				
CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	3.719.160,00	3.719.160,00	-
Superávit Financeiro	-	3.719.160,00	3.719.160,00	-
Reabertura de créditos adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i)=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	209.141.726,58	225.031.095,81	194.355.869,85	192.165.130,56	181.948.085,11	30.675.225,96
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	149.248.306,87	157.845.870,54	142.474.297,57	142.474.297,57	133.906.808,05	15.371.572,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.893.419,71	67.185.225,27	51.881.572,28	49.690.832,99	48.041.277,06	15.303.652,99
DESPESAS DE CAPITAL	892.000,00	820.000,00	462.069,72	462.069,72	462.069,72	357.930,28
INVESTIMENTOS	892.000,00	820.000,00	462.069,72	462.069,72	462.069,72	357.930,28
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	210.033.726,58	225.851.095,81	194.817.939,57	192.627.200,28	182.410.154,83	31.033.156,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINACIAMENTO (VII) = (V+VI)	210.033.726,58	225.851.095,81	194.817.939,57	192.627.200,28	182.410.154,83	31.033.156,24
SUPERÁVIT (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	9.853.469,23	0,00
TOTAL (IX) = (VII + VIII)	210.033.726,58	225.851.095,81	194.817.939,57	192.627.200,28	192.263.624,06	31.033.156,24
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (A LIQUIDAR) (f)=(a+b-d-e)0,00
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	2.277.026,95	2.2(c5)6.204,40	2.2(d5)6.204,40	(e2)0.822,55	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.277.026,95	2.256.204,40	2.256.204,40	20.822,55	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	88.836,00	76.436,00	76.436,00	12.400,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	88.836,00	76.436,00	76.436,00	12.400,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	2.365.862,95	2.332.640,40	2.332.640,40	33.222,55	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOSA PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO (A PAGAR)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	(a) 0,00	8.828.236,87	8.8(c2)8.236,87	(d) 0,00	(f)=(a+b-c-d0),00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	8.102.308,94	8.102.308,94	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	725.927,93	725.927,93	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	8.828.236,87	8.828.236,87	0,00	0,00

Notas Explicativas

1.Receitas Realizadas. No decorrer do ano de 2025, foi realizado um montante de R$ 192.263.624,06, conforme o quadro de Receitas Orçamentárias na coluna (b).

2.Despesas Empenhadas. No decorrer do ano de 2025, foi empenhado um montante de R$ 194.817.939,57, conforme o quadro de Despesas Orçamentárias na coluna (f) ocasionando o resultado na linha déficit (IV) R$ 2.554.315,51. Este valor é devido a utilização do superávit financeiro do exercício anterior, considerando que houve a abertura e Créditos Adicionais do mesmo, portanto não houve desiquilíbrio na execução orçamentária no exercício de 2025, apesar do déficit apresentado.

Obs.: Conforme a Lei 4.320/64 Art 35º "Pertence ao exercício financeiro, as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas".

THIAGO DAROSS STEFANELLO	***JOÃO GABRIEL AVANCI***
Presidente	Diretor Geral
MARIANA SOARES SILVA BERNARDI	***FRANCIMAR DOS SANTOS***
Controlador Interno	Diretor Financeiro
ELISANGELA CHIMBIDA	
Contadora / CRC: 076844/0.	

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:9B6AE52A

CONSAMU
BALANÇO PATRIMONIAL

CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA					
Estado do Paraná					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025		PERÍODO: 1 a 12	DATA EMISSÃO: 28/01/2026		
ATIVO			**PASSIVO**		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	**28.360.932,34**	**29.115.424,88**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**14.423.454,04**	**13.623.718,98**
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.818.138,43	19.714.619,99	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	8.442.481,20	7.978.562,18
Créditos a Curto Prazo	5.412.012,88	5.432.695,63	Assistencias a Pagar a Curto Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.680.611,29	756.983,29
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	93.952,96	92.691,40
Divida Ativa não Tributaria - Clientes	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Créditos de Transferências a Receber	5.412.012,88	5.432.695,63	Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.206.408,59	4.795.482,11
(-) Ajuste de Perdas de Crédito a Curto Prazo	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	877.786,88	713.139,88			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00			
Estoques	4.252.994,15	3.254.969,38			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	**10.490.474,76**	**3.809.408,56**	**PASSIVO NÃO-CIRCULANTE**	**0,00**	**0,00**
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Assistencias a Pagar a Longo Prazo		
Clientes	0,00	0,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00	Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa Tributaria	0,00	0,00	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Divida Ativa não Tributaria-Clientes	0,00	0,00	Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00	Resultado Diferido	0,00	0,00
Amortização Déficit Atuarial	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00			
Investimentos e Aplicações Temporárioa a Longo Prazo	0,00	0,00			
Estoques	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	**TOTAL DO PASSIVO**	**14.423.454,04**	**13.623.718,98**
Investimentos	0,00	0,00			
Participações Permanentes	0,00	0,00	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		
Participações Avaliadas pelo Método de	0,00	0,00			
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	0,00	0,00		Atual	Anterior
Propriedades para Investimento	0,00	0,00			
			Patrimônio Social e Capital Social	990.127.084,24	796.799.127,52
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00			
			Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Imobilizado	10.490.474,76	3.809.408,56			
			Reserva de Capital	0,00	0,00
Bens Móveis	14.394.250,76	6.912.902,95			
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens	-3.903.776,00	-3.103.494,39			
M(-)óRveidsução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	Reserva de Lucros	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	Demais Reservas	0,00	0,00
(-) Depr./Amortiz./Exaustão Acum. de Bens Imóveis	0,00	0,00	Resultados Acumulados	-965.699.131,18	-777.498.013,06
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens	0,00	0,00	Resultado do Exercício	-188.201.118,12	-179.496.664,43
IInmtaónvgeíivsel	0,00	0,00	Resultados de Exercícios Anteriores	-777.498.013,06	-598.001.348,63
Softwares	0,00	0,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Marcas, Direitos e Patentes	0,00	0,00	Outros Resultados	0,00	0,00
Direitos de Uso de Imóveis	0,00	0,00			
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**24.427.953,06**	**19.301.114,46**
TOTAL	**38.851.407,10**	**32.924.833,44**	**TOTAL**	**38.851.407,10**	**32.924.833,44**
ATIVO FINANCEIRO	17.832.428,51	19.728.910,07	PASSIVO FINANCEIRO	16.614.193,33	15.989.581,93
ATIVO PERMANENTE	21.018.978,59	13.195.923,37	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				**22.237.213,77**	**16.935.251,51**

CONSORCIO DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO OESTE DO PARANA					
Estado do Paraná					
BALANÇO PATRIMONIAL					
Adendo III a Portaria SOF nº 08, de 04/02/1985					
Anexo XIV, da Lei nº 4.320/64					
EXERCÍCIO: 2025		PERÍODO: 1 a 12		DATA EMISSÃO: 28/01/2026	
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**	Atual	Anterior
Direitos Contratuais	989.876.130,13	796.890.109,49	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	0,00	0,00	Obrigações Contratuais	0,00	0,00
CGoarnagnêtniaesreesContragarantias Recebidas	0,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congên.	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL		**796.890.109,49**	**TOTAL**	**0,00**	**0,00**

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICIT**	**SUPERÁVIT/DÉFICIT ANTERIOR**
000 - Recursos Ordinários (Livres)	14.091,84	14.091,84

001 - Contrato de Rateio - Entes Consorciados	0,00	2.439.281,73
003 - Manutenção Contratos de Programa	1.195.627,10	3.581,49
005 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Programas Estaduais)	8.516,24	293.212,18
094 - Retenção em caráter consignatório ocorridas no exercício	0,00	0,00
1064 - Assistência Financeira Destinada a Complementação do Piso Salarial para Profissionais da Enfe	0,00	0,00
496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hosp (Programas Federais) exercicios anter	0,00	989.160,90
TOTAL	1.218.235,18	3.739.328,14

Notas Explicativas

1.Caixa e Equivalente de Caixa - representam as contas bancárias e as aplicações financeiras que foram conciliadas com os extratos bancários até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes.

2.Créditos a Curto Prazo - são os créditos a receber decorrentes de Contrato de Rateio aprovados em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária, que foram registrados pelo Setor de Contabilidade.

3.Estoques - existiam diversos produtos em estoque na data de encerramento do Balanço, sendo o saldo destes com base no custo de aquisição, não sendo reavaliados com valor de mercado.

4.Obrigações Fiscais a Curto Prazo - são as obrigações do CONSAMU com o governo referente a impostos, taxas e contribuições com vencimento até o termino do exercício seguinte, neste grupo estão registrados os parcelamentos a curto prazo de PIS/PASEP E IRRF.

5.Patrimônio Líquido – O saldo da conta Patrimônio Social representa o valor dos contratos de rateio firmados no ano de 2025, conforme Instruções e

Procedimentos Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional (IPC-10). Nos exercícios anteriores os contratos de rateio eram lançados em Resultados

Acumulados, o que demonstrava resultados positivos, mas em observância a IPC-10 a partir de 2018 o CONSAMU realiza os lançamentos dos contratos conforme determinação da mesma, por esse motivo as contas de resultado do exercício possuem valores negativos.

THIAGO DAROSS STEFANELLO	***JOÃO GABRIEL AVANCI***
Presidente	Diretor Geral
MARIANA SOARES SILVA BERNARDI	***FRANCIMAR DOS SANTOS***
Controlador Interno	Diretor Financeiro
ELISANGELA CHIMBIDA	
Contadora / CRC: 076844/0.	

Consórcio De Saude dos Municípios do Oeste do Paraná

CNPJ 17.420.047/0001-07

% DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO CONSAMU EM 2025

MUNICÍPIO	VALOR CONTRATO DE RATEIO PER CAPITA	Nº DE COTAS*	COTAS ACUMULADAS	% PARTICIPAÇÃO
Anahy	104.814,56	104.814,56	625.005	0,2529304687901200%
Assis Chateaubriand	1.534.157,44	1.534.157,44	9.201.549	3,7237359590148300%
Boa Vista da Aparecida	330.272,32	330.272,32	1.749.923	0,7081689289345200%
Braganey	174.355,68	174.355,68	1.168.866	0,4730232742096510%
Cafelândia	791.794,96	791.794,96	4.418.934	1,7882796176443500%
Campo Bonito	144.649,84	144.649,84	882.732	0,3572922269118310%
Capitão Leônidas Marques	610.528,64	610.528,64	4.100.840	1,6595514250024800%
Cascavel	14.506.765,68	14.506.765,68	87.156.916	35,2711625415558000%
Catanduvas	435.389,28	435.389,28	2.562.447	1,0369857393400600%
Céu Azul	462.106,16	462.106,16	3.062.474	1,2393397798868200%
Corbélia	728.149,60	728.149,60	4.568.158	1,8486686435857400%
Diamante D´Oeste	163.687,44	163.687,44	1.095.587	0,4433682741283570%
Diamante do Sul	113.902,32	113.902,32	740.629	0,2997218387581850%
Entre Rios do Oeste	164.334,00	164.334,00	967.032	0,3913441351926530%
Espigão Alto do Iguaçu	172.308,24	172.308,24	976.004	0,3949748422727540%
Formosa do Oeste	274.249,20	274.249,20	1.560.999	0,6317142628271090%
Guaíra	1.337.802,96	1.337.802,96	8.668.485	3,5080125376374800%
Guaraniaçu	572.474,80	572.474,80	3.568.785	1,4442365258047500%
Ibema	223.350,56	223.350,56	1.370.296	0,5545391872727640%
Iguatu	77.012,48	77.012,48	486.512	0,1968842916457210%
Iracema do Oeste	84.160,56	84.160,56	520.226	0,2105281424983900%
Jesuítas	437.890,08	437.890,08	2.453.886	0,9930525434794540%
Lindoeste	185.886,00	185.886,00	1.092.573	0,4421488021570260%
Marechal Cândido Rondon	2.327.244,48	2.327.244,48	14.071.540	5,6945519492162200%
Maripá	235.455,60	235.455,60	1.295.379	0,5242214980742880%
Mercedes	213.041,52	213.041,52	1.215.303	0,4918156141738670%
Nova Aurora	573.725,20	573.725,20	3.147.138	1,2736020504397900%
Nova Santa Rosa	298.926,24	298.926,24	1.779.750	0,7202393898856490%
Ouro Verde do Oeste	282.798,80	282.798,80	1.390.495	0,5627135401295690%
Palotina	1.459.258,48	1.459.258,48	8.604.949	3,4823001764190300%
Pato Bragado	205.929,36	205.929,36	1.198.741	0,4851132895766370%
Quatro Pontes	160.921,60	160.921,60	900.398	0,3643782922117240%
Quedas do Iguaçu	1.281.159,84	1.281.159,84	8.688.048	3,5159291501814700%
Santa Helena	1.062.506,56	1.062.506,56	6.851.997	2,7729054178999100%
Santa Lúcia	130.892,48	130.892,48	831.910	0,3366622508651680%
Santa Tereza do Oeste	549.092,32	549.092,32	2.966.801	1,2006222631142600%
São José das Palmeiras	161.301,60	161.301,60	936.753	0,3790906834351870%
São Pedro do Iguaçu	207.761,28	207.761,28	1.316.578	0,5328004314714230%
Terra Roxa	755.199,92	755.199,92	4.374.999	1,7704997083704900%
Toledo	6.271.589,60	6.271.589,60	37.245.496	15,0727218203887000%
Três Barras do Paraná	464.106,80	464.106,80	3.149.579	1,2745896698462900%
Tupãssi	336.649,36	336.649,36	2.016.236	0,8159421935272180%
Vera Cruz do Oeste	342.401,20	342.401,20	2.124.363	0,8596996222222830%
	40.950.005,04	40.950.005,04	247.105.310,40	100,0000000000000000%

*VALOR DA COTA ABERTURA EXERCÍCIO:	R$ 0,0938499724089759
PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2025:	R$ 24.427.953,06
QUANTIDADE ACUMULADA DE COTAS:	247.105.310
*VALOR DA COTA ENCERRAMENTO EXERCÍCIO:	R$ 0,0988564471579240

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:4A3DD8CB

CONSAMU
EXTRATO TERMO ADITIVO REAJUSTE CONTRATO – Nº 103/2022 - DISPENSA Nº 59/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUPERMERCADOS - APRAS
OBJETO: Concede-se reajuste de aproximadamente 4,806560% com base no índice IPCA/IBGE, conforme Cláusula Sexta do contrato ora mencionado. O valor total estimado do reajuste será de R$ 10.371,22 (dez mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos), ficando o valor total do contrato em **R$ 226.144,29 (duzentos e vinte e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e vinte e nove centavos).**

ITEM	CÓDIGO ELOTECH	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	REAJUSTE %	NOVO VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R$)
01	9115	12	Serv.	Locação de sala comercial	17.849,84	4,806560	18.707,80	224.493,60
02	9116	01	Serv.	Taxa de lixo (ano)	1.574,99	4,806560	1.650,69	1.650,69

FIRMADO EM: 12 de janeiro de 2026.
PROC. ADMINISTRATIVO: 885/2025.
ASSINATURAS: Thiago Daross Stefanello
João Gabriel Avanci
Paulo Henrique Brandalize Niedermeyer

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:6A63774E

CONSAMU
EXTRATO TERMO DE CANCELAMENTO UNILATERAL DOS LOTES 01 E 02 DO CONTRATO Nº 32/2025 – DISPENSA Nº 12/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ - CONSAMU
CONTRATADA: MEDVERSUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: O termo de cancelamento em questão tem amparo na Cláusula Décima Segunda da Ata de Registro de Preços, inciso II:

LOTE	CÓDIGO ELOTECH	SALDO REMANESCENTE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	10171	5	Un.	Máscara Facial Total ventilada - sem exalação. Tamanho: Grande. Dispositivo com interface para uso em cpap, bipap e Ventilador Pulmonar; Coxim em silicone que proporciona máximo de conforto e vedação; Totalmente transparente o que permite total visualização da face do paciente; Cotovelo Giratório em 360 graus; Acompanha fixador cefálico ajustável; Conector universal para tubo corrugado; Modelo: Não Ventilada. Marca de Referência :fitlife SE. **Marca: FOYOMED**	430,00	2.150,00
2	10172	15	UND	Máscara facial de silicone SE (Sem Exalação) tamanho médio; Dispositivo com interface para uso em cpap, bipap e Ventilador Pulmonar; Coxim em silicone que proporciona máximo de conforto e vedação; Totalmente transparente o que permite total visualização da face do paciente; Cotovelo Giratório em 360 graus; Acompanha fixador cefálico ajustável; Conector universal para tubo corrugado; Modelo: Não Ventilada. Marca de Referência :fitlife SE. **Marca: FOYOMED**	430,00	6.450,00

PROTOCOLO: 6.713/2025 de 31/10/2025 (1doc)
CANCELAMENTO EM: 29/01/2026.
ASSINATURAS: João Gabriel Avanci
Thiago Daross Stefanello

Publicado por:
José Augusto de Souza
Código Identificador:7D432E2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO Nº 650/2026 DE 30/01/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 650/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1031/2026 de 08/01/2026.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 180.950,00 (cento e oitenta mil novecentos e cinqüenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.101.		FUNCIONAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / RECURSOS HUMANOS	
11 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	75.000,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.12.361.0003.2.110.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
103 - 3.1.90.94.00.00	01102	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	61.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002.10.301.0004.2.114.		FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO SEU CONSELHO	

585 - 3.1.90.11.00.00	3064	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.000,00
05.002.10.301.0004.2.115.		ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE AGENTES COMUN.DE SAÚDE	
144 - 3.1.90.94.00.00	01494	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	6.600,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E GARANTIA DE DIREITOS	
06.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	
06.001.08.122.0005.2.146.		EXECUÇÃO DAS ATIV. DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	
211 - 3.1.90.11.00.00	01934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.250,00
582 - 3.1.90.11.00.00	3934	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	26.000,00
212 - 3.1.90.13.00.00	01934	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	8.300,00
06.001.08.244.0005.2.140.		FUNCIONAMENTO DE SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL, DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E ASSUNTOS DA FAMILIA	
226 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	800,00
Total Suplementação:			**180.950,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001.04.122.0002.2.101.		FUNCIONAMENTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / RECURSOS HUMANOS	
8 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	75.800,00
04.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04.002.12.361.0003.2.110.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
87 - 3.1.90.11.00.00	01102	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	61.000,00
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05.002.10.301.0004.2.113.		ATENÇÃO AS AÇÕES DO PROGRAMA FARMÁCIA/PR	
125 - 4.4.90.52.00.00	01494	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	6.600,00
Total Redução:			**143.400,00**
Receita:1.3.2.1.01.01.15.00000000		Fonte: 1000	7.700,00
Receita:1.3.2.1.01.01.15.00000000		Fonte: 1000	1.850,00
Total da Receita:			**9.550,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Kelly Araujo Rego Pereira
Código Identificador:9E3ECFEF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO, PENALIDADE E ADVERTÊNCIA DE 15 A 31 DE JANEIRO DE 2026.

276070 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 06/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AOM3313	276070T000014152	09/11/2025	55411	R$ 195.23
ATA3A83	276070T000014558	08/11/2025	51851	R$ 195.23
ATC5C37	276070T000014262	07/11/2025	76331	R$ 293.47
ATT5851	276070T000014552	07/11/2025	51851	R$ 195.23
AWG1I05	276070T000014554	07/11/2025	51851	R$ 195.23
AYL6245	276070T000014556	08/11/2025	76332	R$ 293.47
BAP2705	276070T000013000	07/11/2025	54521	R$ 195.23
BBS6I18	276070T000014551	06/11/2025	61220	R$ 293.47
CZL7330	276070T000014263	07/11/2025	76331	R$ 293.47
IKL8503	276070T000014557	08/11/2025	54870	R$ 195.23
SEI5G57	276070T000014553	07/11/2025	58433	R$ 195.23
SEN6J32	276070T000014261	07/11/2025	54870	R$ 195.23
SFK1E98	276070T000014555	07/11/2025	55250	R$ 130.16

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 06/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AQQ3J29	276070NIC0004035	27/12/2025	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 09/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração

ARQ6D27	276070T000012876	03/10/2025	55920	R$ 130.16
ARQ6D27	276070T000012877	03/10/2025	72930	R$ 130.16

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 09/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AII7769	276070I000017137	20/10/2025	55412	R$ 195.23
BDG2I61	276070I000017141	21/10/2025	55412	R$ 195.23
CDF3030	276070I000017138	20/10/2025	55412	R$ 195.23
FNI0B58	276070I000017139	20/10/2025	55412	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 09/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAX3828	276070T000013990	24/12/2025	76332
ABV0A51	276070T000015765	15/01/2026	51852
ABW3916	276070NIC0004052	30/12/2025	50020
ABW3916	276070NIC0004051	30/12/2025	50020
ABY2502	276070T000014665	15/01/2026	51851
ACG6D43	276070T000016426	19/01/2026	58194
ACI2E13	276070T000016048	08/01/2026	51851
ACL0I17	276070T000016264	13/01/2026	51851
ACL5115	276070T000010400	07/01/2026	76251
ACZ4304	276070T000014925	09/01/2026	51851
ACZ9D16	276070T000016388	20/01/2026	55417
ADC7102	276070T000016421	19/01/2026	51851
ADH1J55	276070T000016115	09/01/2026	51851
ADN0D06	276070T000016188	14/01/2026	51851
ADO1951	276070T000016300	16/01/2026	51851
ADO8962	276070T000015799	19/01/2026	51851
ADY1C22	276070T000012717	06/01/2026	73662
AEI5J99	276070T000016604	19/01/2026	76331
AEM0154	276070T000015779	16/01/2026	51851
AEV6A33	276070T000016408	19/01/2026	51851
AEV6A33	276070T000016179	14/01/2026	51851
AFB1551	276070T000015983	08/01/2026	51851
AGA6548	276070T000014416	20/01/2026	51851
AGL9C44	276070T000014302	27/12/2025	51930
AGQ1D31	276070T000016258	13/01/2026	76332
AGV6601	276070T000014405	08/01/2026	51851
AGV8G47	276070T000016142	14/01/2026	51851
AGW0819	276070T000015769	15/01/2026	51851
AHB2802	276070T000016127	07/01/2026	51851
AHD2C84	276070T000016112	09/01/2026	51851
AHE0C88	276070T000014661	15/01/2026	51851
AHI4B62	276070T000014166	26/12/2025	55411
AHJ6J89	276070T000013994	04/01/2026	51930
AHT5975	276070T000014920	08/01/2026	51851
AHY9H84	276070T000016199	15/01/2026	51851
AIC8457	276070T000016185	14/01/2026	51851
AIS8I08	276070T000014202	12/01/2026	76331
AIX1G71	276070T000016162	09/01/2026	76251
AJA0B28	276070T000016381	19/01/2026	58431
AJE2D01	276070T000015992	09/01/2026	51851
AJG6075	276070T000012720	19/01/2026	60501
AJK7999	276070T000015751	14/01/2026	60330
AJS8D55	276070T000015761	15/01/2026	51851
AJV6H50	276070T000015881	06/01/2026	55414
AJV6H95	276070T000012718	12/01/2026	51851
AJX0C18	276070T000016293	15/01/2026	51851
AKF2106	276070T000014407	09/01/2026	51851
AKG7725	276070T000016102	08/01/2026	51930
AKG7725	276070T000015899	08/01/2026	51851
AKJ0H27	276070T000016104	09/01/2026	51851
AKJ0H97	276070T000013995	11/01/2026	54521
AKO1J66	276070T000016156	08/01/2026	55411
AKR8726	276070T000015759	15/01/2026	51852
AKV0812	276070T000014000	19/01/2026	73400
AKW8538	276070T000014917	07/01/2026	51851
AKY9673	276070T000015770	15/01/2026	51851
AKZ1226	276070T000016280	15/01/2026	51851
ALD3109	276070T000015787	16/01/2026	51851
ALF1A18	276070T000015800	19/01/2026	51851
ALF4J40	276070T000016415	19/01/2026	51851
ALH4A59	276070T000016182	14/01/2026	51851
ALL1005	276070T000016183	14/01/2026	51851
ALN2319	276070T000016119	09/01/2026	51851
ALN5428	276070T000015895	08/01/2026	51851
ALS1B53	276070T000016292	15/01/2026	51851
ALU2B06	276070T000015777	15/01/2026	73580
ALU5H54	276070T000016047	07/01/2026	58194
ALV4J91	276070T000016420	19/01/2026	51851
ALW4161	276070T000015774	15/01/2026	51851

ALY5C59	276070T000015980	08/01/2026	76331
AMA8D71	276070T000014928	13/01/2026	51851
AMB7780	276070T000016171	13/01/2026	51851
AMG5C08	276070T000016286	15/01/2026	51851
AMM2920	276070T000016366	15/01/2026	51851
AMM2920	276070T000016271	14/01/2026	51851
AMM2920	276070T000016386	19/01/2026	51851
AMM3I08	276070T000015896	08/01/2026	51851
AMM8097	276070T000015773	15/01/2026	51851
AMN1D42	276070T000016365	15/01/2026	76331
AMO7295	276070T000016299	16/01/2026	51851
AMR0118	276070T000016277	14/01/2026	51851
AMR5882	276070T000015986	08/01/2026	51851
AMS7B70	276070T000014655	15/01/2026	51851
AMW6103	276070T000014001	19/01/2026	73400
AMX1626	276070T000015876	06/01/2026	51851
ANA5418	276070T000016295	15/01/2026	51851
ANB6J06	276070T000016018	05/01/2026	51852
ANC7J51	276070T000016356	15/01/2026	51852
ANF7H36	276070T000013992	24/12/2025	51851
ANK3705	276070T000016167	13/01/2026	51851
ANM8F93	276070T000015797	19/01/2026	57200
ANO3B71	276070T000014651	15/01/2026	51851
ANP8G11	276070T000016418	19/01/2026	51851
ANR8E29	276070T000016125	09/01/2026	51851
ANT1747	276070T000016198	15/01/2026	76331
ANX0791	276070T000016353	15/01/2026	51852
AOB3B91	276070T000016282	15/01/2026	51851
AOP2887	276070T000016370	16/01/2026	51851
AOP2887	276070T000015766	15/01/2026	76331
AOR9F35	276070T000016139	14/01/2026	51851
AOS5D88	276070T000015762	15/01/2026	51851
AOU7F90	276070T000014933	13/01/2026	51851
AOW8B23	276070T000016288	15/01/2026	51851
AOX5939	276070T000014203	12/01/2026	55680
AOY1433	276070T000015781	16/01/2026	51851
AOY3A76	276070T000015979	08/01/2026	76331
APB9549	276070T000015871	24/12/2025	51851
APF5C85	276070T000016037	07/01/2026	51930
APH6597	276070T000015755	14/01/2026	60330
APH6597	276070T000016189	14/01/2026	51852
API7D49	276070T000014667	16/01/2026	51851
APL8B58	276070T000015760	15/01/2026	51851
APN2I09	276070T000016279	15/01/2026	51851
APN8F90	276070T000014940	14/01/2026	51852
APR0B36	276070T000016186	14/01/2026	51930
APT6B87	276070T000016253	13/01/2026	51851
AQB3H53	276070T000015954	07/01/2026	51851
AQD3G71	276070T000015951	06/01/2026	60501
AQI8644	276070T000016284	15/01/2026	51851
AQJ7G36	276070T000015888	07/01/2026	51851
AQM3116	276070T000016405	16/01/2026	51851
AQR1I69	276070T000016369	15/01/2026	51851
AQT5G92	276070T000015750	06/01/2026	51851
AQV1J19	276070T000016416	19/01/2026	51851
AQZ0F67	276070T000015776	15/01/2026	51851
ARB0F81	276070T000013996	14/01/2026	76332
ARF3943	276070T000016043	07/01/2026	58431
ARI6A91	276070T000016424	19/01/2026	51930
ARL8D25	276070T000015990	08/01/2026	51851
ARM3052	276070T000016184	14/01/2026	51851
ARM5F63	276070T000010397	05/01/2026	51851
ARN8B20	276070T000016032	07/01/2026	51852
ARP7742	276070T000016261	13/01/2026	51851
ARR0627	276070T000013999	19/01/2026	51851
ARU3B86	276070T000015738	05/01/2026	76251
ARU5A55	276070T000016296	16/01/2026	51851
ARU7F55	276070T000015754	14/01/2026	51851
ARV5626	276070T000015964	08/01/2026	51851
ARZ0D75	276070T000016269	14/01/2026	51851
ARZ1975	276070T000016005	05/01/2026	51851
ARZ9841	276070T000016364	15/01/2026	76331
ASA1395	276070T000012719	12/01/2026	73662
ASB7C33	276070T000016290	15/01/2026	51851
ASG6D86	276070T000015994	09/01/2026	76332
ASG6D86	276070T000015993	09/01/2026	51851
ASH8145	276070T000016042	07/01/2026	55920
ASI6B24	276070T000016354	15/01/2026	51851
ASI8045	276070T000016107	09/01/2026	76331
ASI8045	276070T000016108	09/01/2026	51851
ASK5944	276070T000016050	08/01/2026	76331
ASL7685	276070T000015752	14/01/2026	51851
ASM7J17	276070T000016165	13/01/2026	51851
ASQ4D23	276070T000016602	19/01/2026	51851
ASR1998	276070T000015741	05/01/2026	51851
ASS7B83	276070T000014944	14/01/2026	76331
ASS9935	276070T000015739	05/01/2026	51851
AST3900	276070T000016351	15/01/2026	51851
AST3900	276070T000015758	15/01/2026	51851

ASU4933	276070T000014671	19/01/2026	55411
ASW0065	276070T000015953	07/01/2026	51851
ASW8C81	276070T000015785	16/01/2026	73400
ASX8A81	276070T000015973	08/01/2026	51851
ASY6F92	276070T000016268	14/01/2026	51851
ASY6F92	276070T000014942	14/01/2026	51851
ATA5H95	276070T000015976	08/01/2026	51851
ATB8E17	276070T000016401	16/01/2026	51851
ATD5D83	276070T000015792	19/01/2026	51851
ATE1H81	276070T000015999	12/01/2026	51851
ATE2E79	276070T000016131	12/01/2026	76252
ATG7J54	276070T000016173	13/01/2026	76332
ATI9298	276070T000016274	14/01/2026	76332
ATL6353	276070T000014408	09/01/2026	51851
ATM6621	276070T000014931	13/01/2026	51851
ATN2G25	276070T000016281	15/01/2026	51851
ATN3B99	276070T000014406	08/01/2026	51851
ATP3F11	276070T000015884	06/01/2026	76252
ATP9I50	276070T000016385	19/01/2026	76331
ATR6G91	276070T000014663	15/01/2026	76332
ATS8B25	276070T000016501	16/01/2026	51851
AUB0I42	276070T000014656	15/01/2026	51851
AUB8E47	276070T000016259	13/01/2026	51851
AUC2B49	276070T000015956	07/01/2026	76332
AUG0230	276070T000015763	15/01/2026	51852
AUI8D73	276070T000015982	08/01/2026	51851
AUI9D59	276070T000016257	13/01/2026	51851
AUO7F28	276070T000016030	06/01/2026	51851
AUP4E43	276070T000016145	16/01/2026	76251
AUQ4F40	276070T000015768	15/01/2026	51851
AUS9D18	276070T000016034	07/01/2026	51930
AUT2883	276070T000016417	19/01/2026	51851
AUZ3B43	276070T000011263	31/12/2025	73400
AUZ6I05	276070NIC0004047	30/12/2025	50020
AVB4F31	276070T000016038	07/01/2026	51851
AVC6F71	276070T000015784	16/01/2026	51851
AVH0534	276070T000015872	24/12/2025	76331
AVH1E99	276070T000016375	19/01/2026	51851
AVM7I86	276070T000015746	06/01/2026	76332
AVN6A51	276070T000015798	19/01/2026	57200
AVO1A66	276070T000016011	05/01/2026	51851
AVO2B91	276070T000015981	08/01/2026	51851
AVU4A62	276070T000015978	08/01/2026	51851
AVU5G58	276070T000014418	20/01/2026	51851
AVX8F92	276070T000015966	08/01/2026	76331
AVX8F92	276070T000015967	08/01/2026	51851
AVZ2F51	276070T000016143	14/01/2026	51851
AWC7G98	276070T000016503	16/01/2026	51851
AWE4F72	276070T000014934	13/01/2026	76331
AWG6J98	276070T000015791	19/01/2026	51852
AWI8182	276070T000016255	13/01/2026	51851
AWK3B21	276070T000016383	19/01/2026	76252
AWK5G84	276070T000016266	14/01/2026	51851
AWL5178	276070T000016402	16/01/2026	51851
AWQ6C38	276070T000016374	19/01/2026	51851
AWR7G28	276070T000016146	16/01/2026	76331
AWS6956	276070T000016404	16/01/2026	51851
AWT6B29	276070T000015970	08/01/2026	76331
AWU4F89	276070NIC0004053	30/12/2025	50020
AWX8I20	276070T000016163	13/01/2026	58431
AWX9177	276070T000016363	15/01/2026	73400
AWY8526	276070T000013998	19/01/2026	51851
AXA6C68	276070T000014401	07/01/2026	76331
AXE1058	276070T000016046	07/01/2026	51852
AXE3B61	276070T000016285	15/01/2026	51851
AXH4C48	276070T000016132	14/01/2026	51851
AXI4104	276070T000016389	20/01/2026	61220
AXM2B91	276070T000015961	07/01/2026	51851
AXM6685	276070T000016169	13/01/2026	58431
AXM9E36	276070T000016135	14/01/2026	51851
AXS5B59	276070T000015748	06/01/2026	51930
AXW2988	276070T000016276	14/01/2026	76251
AXY0773	276070T000016020	05/01/2026	58431
AYB3C56	276070T000016123	09/01/2026	51851
AYC1D89	276070NIC0004044	30/12/2025	50020
AYD4G35	276070T000016270	14/01/2026	51851
AYD8809	276070T000016049	08/01/2026	55411
AYE0F86	276070T000016287	15/01/2026	51851
AYF7586	276070T000016129	12/01/2026	55411
AYK5C98	276070T000016390	20/01/2026	55417
AYM3A29	276070T000016109	09/01/2026	51851
AYM9G14	276070T000016026	06/01/2026	51930
AZD6J82	276070T000016406	16/01/2026	51851
AZE1116	276070T000016371	16/01/2026	51851
AZI4482	276070T000014412	14/01/2026	51851
AZJ1I41	276070T000016352	15/01/2026	51851
AZL5504	276070T000016111	09/01/2026	76331
AZM4I23	276070T000014937	14/01/2026	51851
AZR5407	276070T000016150	16/01/2026	51851

AZU9D41	276070T000016376	19/01/2026	51851
AZV0I66	276070T000014947	14/01/2026	51852
AZV5218	276070T000014669	16/01/2026	68580
AZW3B30	276070T000016260	13/01/2026	51851
BAB7F46	276070T000015989	08/01/2026	76332
BAE7430	276070T000015878	06/01/2026	76251
BAF9797	276070T000016265	13/01/2026	51851
BAH3539	276070T000016035	07/01/2026	76332
BAI3640	276070T000016275	14/01/2026	51851
BAL0231	276070T000014945	14/01/2026	61732
BAL8725	276070T000015764	15/01/2026	51851
BAN0I10	276070T000014659	15/01/2026	51851
BAO2909	276070T000014657	15/01/2026	51851
BAO7800	276070T000014417	20/01/2026	51851
BAP1504	276070T000016126	09/01/2026	51851
BAP8732	276070T000016174	13/01/2026	76331
BAP8732	276070T000016175	13/01/2026	73400
BAQ8303	276070T000015879	06/01/2026	76252
BAT7135	276070T000015897	08/01/2026	51851
BAW0936	276070T000016193	15/01/2026	51851
BAW5A15	276070T000014929	13/01/2026	51851
BBB6468	276070T000014927	09/01/2026	51851
BBD6734	276070T000016192	15/01/2026	51851
BBD6E66	276070T000014935	14/01/2026	51851
BBI2G47	276070T000015965	08/01/2026	51851
BBK1953	276070T000016113	09/01/2026	51851
BBO5461	276070T000014304	16/01/2026	73662
BBR0295	276070T000015977	08/01/2026	51851
BBX0377	276070T000014915	06/01/2026	51851
BBX2A42	276070T000014175	10/01/2026	73662
BBX3B16	276070T000014662	15/01/2026	76332
BBY1356	276070T000016603	19/01/2026	51852
BCB7664	276070T000014949	14/01/2026	54521
BCB7664	276070T000016190	14/01/2026	54600
BCE1292	276070T000016151	08/01/2026	51851
BCE2089	276070T000016170	13/01/2026	51851
BCF2072	276070T000016368	15/01/2026	51851
BCF8A99	276070T000016407	16/01/2026	51851
BCK2D93	276070T000016148	16/01/2026	51930
BCK2H62	276070T000015757	15/01/2026	76331
BCL2F55	276070T000015794	19/01/2026	73150
BCO4D23	276070T000014948	14/01/2026	60330
BCP0561	276070NIC0004038	30/12/2025	50020
BCR3J06	276070T000014176	10/01/2026	73662
BCR8A38	276070T000016134	14/01/2026	51851
BCR9E12	276070T000016377	19/01/2026	58431
BDB4C22	276070T000014415	19/01/2026	76331
BDC4A92	276070T000016289	15/01/2026	55411
BDD8J91	276070T000016155	08/01/2026	58194
BDE3H36	276070T000016200	15/01/2026	51851
BDG5E15	276070NIC0004043	30/12/2025	50020
BDJ2908	276070T000016422	19/01/2026	76252
BDL0F76	276070T000016358	15/01/2026	58433
BDQ7H48	276070T000015737	05/01/2026	51851
BDS6F04	276070T000014660	15/01/2026	51851
BDW5I34	276070T000011264	31/12/2025	73400
BDY0J60	276070T000012722	18/01/2026	54600
BDZ3I48	276070T000016160	09/01/2026	51851
BEG1E11	276070T000016133	14/01/2026	51851
BEK9B44	276070T000016263	13/01/2026	76332
BEK9B44	276070T000016178	14/01/2026	76331
BEL1D22	276070T000015880	06/01/2026	76252
BEL7670	276070T000015788	16/01/2026	54521
BEL7A68	276070T000016176	13/01/2026	61220
BEO5A17	276070T000014668	16/01/2026	73662
BEO5A17	276070T000015795	19/01/2026	57200
BEO5A17	276070T000015796	19/01/2026	58350
BEO6H82	276070T000015891	07/01/2026	76331
BEP6B61	276070T000016382	19/01/2026	51851
BEQ2H14	276070T000016194	15/01/2026	76331
BER1A68	276070T000016166	13/01/2026	51852
BET7J12	276070T000016372	16/01/2026	51930
BEU2G95	276070T000016187	14/01/2026	76332
BEU5C92	276070T000015753	14/01/2026	51851
BEU6I12	276070T000015793	19/01/2026	51851
BEV3I51	276070T000014658	15/01/2026	76332
BHP4030	276070T000016161	09/01/2026	51851
BNI9401	276070T000016136	14/01/2026	51851
BVO3570	276070T000016008	05/01/2026	76251
CEC2G44	276070T000016039	07/01/2026	51851
CFU1J10	276070T000016419	19/01/2026	51851
CKN1H02	276070T000016103	08/01/2026	51930
CKN1H02	276070T000015900	08/01/2026	51851
DDY5965	276070T000016414	19/01/2026	51851
DEE1191	276070T000016362	15/01/2026	76331
DGE7E97	276070T000015743	06/01/2026	51851
DIG0969	276070T000016403	16/01/2026	51851
DII5816	276070T000014653	15/01/2026	51851
DIR2E67	276070T000016601	19/01/2026	51851

DJE4247	276070T000015780	16/01/2026	51851
DOG7E22	276070T000016140	14/01/2026	51851
DQL4H70	276070T000015984	08/01/2026	51851
DTE2G42	276070T000015778	16/01/2026	69471
DWH3F03	276070T000016159	09/01/2026	51851
DZI2E43	276070T000016121	09/01/2026	60412
EDT1E05	276070T000016387	19/01/2026	76251
EIS3E15	276070T000015894	08/01/2026	51851
EJA4C52	276070T000016256	13/01/2026	51851
EMN7071	276070T000014303	06/01/2026	73662
EMN7071	276070T000013997	14/01/2026	76332
ENA5A65	276070T000015968	08/01/2026	51851
EPT6G94	276070T000016197	15/01/2026	58433
ERH2I64	276070T000014666	15/01/2026	51851
ERH4A52	276070T000016254	13/01/2026	76332
EUV0H99	276070T000014664	15/01/2026	51851
EYU6103	276070T000014943	14/01/2026	51852
FAW7D19	276070T000014652	15/01/2026	51851
FEI9D61	276070NIC0004049	30/12/2025	50020
FHN1E96	276070T000016045	07/01/2026	51851
FIK0H08	276070T000016278	14/01/2026	60501
FIR8000	276070T000015756	14/01/2026	51851
FKT1G30	276070T000016149	16/01/2026	76331
FRZ5A08	276070T000014946	14/01/2026	51851
FUK0F89	276070T000015790	19/01/2026	57200
FUX8I04	276070T000014550	15/01/2026	76331
FVH1G27	276070T000016031	07/01/2026	51851
FYC3A58	276070T000016177	14/01/2026	51851
FZY0G88	276070T000015745	06/01/2026	51851
GDK3E35	276070T000016110	09/01/2026	51851
GGP7D30	276070T000014409	13/01/2026	60501
GYZ2D49	276070T000016122	09/01/2026	51851
HBM7I80	276070T000016379	19/01/2026	51851
HCR6B53	276070T000016158	09/01/2026	51851
HFG9E12	276070T000015996	09/01/2026	51851
HNI5B52	276070T000016118	09/01/2026	51851
HZW3232	276070T000016262	13/01/2026	51851
ICD4H76	276070T000016015	05/01/2026	51851
IKL4554	276070T000015991	09/01/2026	51851
IMV2895	276070T000016409	19/01/2026	51851
IPH3039	276070T000016201	28/12/2025	51851
IRQ7776	276070T000016191	15/01/2026	76331
ISV8602	276070T000014939	14/01/2026	51851
ITR4I90	276070T000015998	12/01/2026	76251
IVW3J71	276070T000016283	15/01/2026	51851
IXL9I73	276070T000014410	13/01/2026	51851
IXV8H24	276070T000016297	16/01/2026	76331
IYQ1J70	276070T000015284	24/12/2025	76331
JDJ9F39	276070T000014404	08/01/2026	76332
JTC7570	276070T000016124	09/01/2026	51851
JTC7570	276070T000016029	06/01/2026	76331
JUM5E36	276070T000015995	09/01/2026	51851
KAA5B35	276070T000016114	09/01/2026	51851
KAM4H47	276070T000015969	08/01/2026	60501
KMO0749	276070T000014419	20/01/2026	51851
KPL1G69	276070T000014002	19/01/2026	51851
KVY1D16	276070T000016181	14/01/2026	51851
LBL0H47	276070T000014403	08/01/2026	51851
LKM1551	276070T000014950	14/01/2026	51851
LPD3686	276070T000016153	08/01/2026	58431
LZA7B97	276070T000016273	14/01/2026	51851
LZA7B97	276070T000016024	06/01/2026	76331
LZH2470	276070T000016041	07/01/2026	51930
LZO6J00	276070T000016172	13/01/2026	76252
LZS1523	276070T000016252	13/01/2026	51851
MBQ7309	276070T000015893	08/01/2026	76252
MBW9D86	276070T000016412	19/01/2026	51851
MBW9D86	276070T000016423	19/01/2026	51930
MCE7936	276070T000016130	12/01/2026	76251
MCX9D98	276070T000016294	15/01/2026	51851
MDL8D74	276070T000016502	16/01/2026	51851
MEE1017	276070T000014411	14/01/2026	51851
MEL4G76	276070T000014413	19/01/2026	51851
MEQ6273	276070T000014414	19/01/2026	51851
MER8492	276070T000015886	07/01/2026	51851
MEZ8563	276070T000016384	19/01/2026	51851
MFA3103	276070T000014941	14/01/2026	51852
MFH2J07	276070T000015952	07/01/2026	51851
MFR3C63	276070T000016357	15/01/2026	51851
MFS4312	276070T000015789	19/01/2026	51851
MFS8H76	276070T000016036	07/01/2026	51851
MFW2B41	276070T000016391	20/01/2026	51851
MGF9G17	276070T000015783	16/01/2026	56731
MHR1F78	276070T000016138	14/01/2026	51851
MHY6171	276070T000014549	15/01/2026	73400
MIA1F79	276070T000015882	06/01/2026	55414
MIL1112	276070T000016157	08/01/2026	54600
MIS1C69	276070T000016012	05/01/2026	58431
MJC1078	276070T000016413	19/01/2026	51851

MJC1078	276070T000015898	08/01/2026	51851
MJG6D56	276070T000016033	07/01/2026	51851
MJN0D06	276070T000014548	15/01/2026	51851
MJV5A30	276070T000016028	06/01/2026	51851
MJX1573	276070T000015988	08/01/2026	51851
MKU6457	276070T000015782	16/01/2026	55920
MKV1378	276070T000016009	05/01/2026	51852
MLA1920	276070T000016141	14/01/2026	51851
MLK8338	276070T000015877	06/01/2026	76331
MLX5I50	276070T000014204	12/01/2026	55500
MMI3F80	276070T000015975	08/01/2026	51851
MPK0F90	276070T000014930	13/01/2026	51851
MWA5251	276070T000016393	20/01/2026	51851
NCU8I88	276070T000015887	07/01/2026	51851
NET4G78	276070T000016168	13/01/2026	51851
NGV1940	276070T000015962	07/01/2026	54521
NSF2A81	276070T000015971	08/01/2026	51851
NTZ5A29	276070T000016137	14/01/2026	51851
NXX4128	276070T000016425	19/01/2026	76331
OHU8193	276070T000014926	09/01/2026	51851
OKG9J85	276070T000015972	08/01/2026	51851
OKN6C23	276070T000016411	19/01/2026	51851
OND2C61	276070T000015890	07/01/2026	76332
PKB1C34	276070NIC0004037	30/12/2025	50020
PUL5417	276070T000014402	08/01/2026	51851
PUL5417	276070NIC0004042	30/12/2025	50020
PUL5417	276070NIC0004039	30/12/2025	50020
PYJ1D54	276070T000016147	16/01/2026	51930
PYU0C12	276070T000016380	19/01/2026	76332
QAF3I33	276070T000015873	24/12/2025	76252
QAG7H70	276070T000014936	14/01/2026	51851
QBS5D15	276070T000015775	15/01/2026	76331
QBW2H24	276070T000016291	15/01/2026	76332
QCV9H47	276070T000012721	18/01/2026	54100
QDC6F37	276070T000016298	16/01/2026	51851
QHQ3G55	276070T000015747	06/01/2026	51851
QID0190	276070T000015771	15/01/2026	51851
QRG5H65	276070T000015985	08/01/2026	76332
QUI0C85	276070T000016272	14/01/2026	51851
QUW4I43	276070T000016025	06/01/2026	76331
QWE9I46	276070T000014654	15/01/2026	51851
RAG1J91	276070T000014670	16/01/2026	55920
RAJ2C23	276070T000015767	15/01/2026	76331
REA4B82	276070T000016180	14/01/2026	76331
RHF7J69	276070T000016106	09/01/2026	76332
RHF9G05	276070T000015744	06/01/2026	60501
RHH7I61	276070T000014918	07/01/2026	56222
RHL8C79	276070T000016359	15/01/2026	76332
RHQ4G64	276070T000014923	08/01/2026	55411
RHS5J01	276070NIC0004054	30/12/2025	50020
RHX0I46	276070T000011262	31/12/2025	73400
RNF3E33	276070T000016392	20/01/2026	76331
RNF9E33	276070T000014932	13/01/2026	76331
RTD2F10	276070T000016105	09/01/2026	51851
RUE9E34	276070NIC0004040	30/12/2025	50020
RYJ0F60	276070T000016117	09/01/2026	51851
SAA9B27	276070T000015963	07/01/2026	58194
SBW1D48	276070T000016373	16/01/2026	76332
SDR5F65	276070T000014938	14/01/2026	51851
SDX5H60	276070T000014919	07/01/2026	55920
SEF9J82	276070T000014672	19/01/2026	55413
SEI6F31	276070T000015960	07/01/2026	51851
SEN6J32	276070NIC0004050	30/12/2025	50020
SET5C52	276070NIC0004036	30/12/2025	50020
SET8H55	276070T000014916	06/01/2026	51851
SFA2I29	276070T000016144	16/01/2026	76331
SFB3B22	276070T000016101	08/01/2026	76331
SFC0J34	276070T000016361	15/01/2026	76331
SFC6G21	276070T000015749	06/01/2026	51851
SFF3D10	276070T000016378	19/01/2026	55417
SFG1I46	276070T000015889	07/01/2026	51851
SFG3I58	276070T000015958	07/01/2026	76332
SFG3I58	276070T000016040	07/01/2026	76331
SFH5B52	276070NIC0004045	30/12/2025	50020
SFK1E98	276070NIC0004055	30/12/2025	50020
SFL7H95	276070T000016120	09/01/2026	51851
SFM1B01	276070T000015786	16/01/2026	51851
SUL2D68	276070T000016251	13/01/2026	76332
SXW2B83	276070T000016021	06/01/2026	51851
TAO7A65	276070T000012715	06/01/2026	57703
TAP9H03	276070T000016410	19/01/2026	51851
TAQ3G20	276070T000015955	07/01/2026	76331
TAV8H12	276070T000016196	15/01/2026	58433
TAX2G94	276070T000016116	09/01/2026	51851
TAZ2F67	276070T000016355	15/01/2026	51851
TBI7C53	276070T000015959	07/01/2026	51851
TBM4I40	276070T000014924	08/01/2026	60330
TBP0H75	276070NIC0004046	30/12/2025	50020
TBT8H55	276070T000016006	05/01/2026	51851

TBX2A76	276070T000016027	06/01/2026	55411
TBX2B83	276070T000015772	15/01/2026	76331
TBY3H14	276070T000016044	07/01/2026	58433
TBZ6B24	276070NIC0004041	30/12/2025	50020
TCY5J58	276070NIC0004048	30/12/2025	50020
TEZ5C75	276070T000015974	08/01/2026	76332
TXO2B36	276070T000016195	15/01/2026	76331
UBB4J86	276070T000016128	09/01/2026	51930
UBH4E98	276070T000016000	12/01/2026	76251

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 12/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AGO9496	276070I000017241	23/10/2025	55412	R$ 195.23
AJE2D01	276070I000017239	22/10/2025	55412	R$ 195.23
AKE5724	276070I000016849	29/10/2025	55412	R$ 195.23
AKI0295	276070I000017144	29/10/2025	55412	R$ 195.23
ALB5587	276070I000016847	27/10/2025	55412	R$ 195.23
AQG8E15	276070I000016778	25/10/2025	55412	R$ 195.23
ARL1849	276070I000017238	22/10/2025	55412	R$ 195.23
ATA3A63	276070I000017142	27/10/2025	55412	R$ 195.23
AWM0032	276070I000017240	22/10/2025	55412	R$ 195.23
AWQ8C63	116100T003187201	09/11/2025	76251	R$ 293.47
AYU7E54	276070I000017143	29/10/2025	55412	R$ 195.23
AYU7E54	276070I000016848	29/10/2025	55412	R$ 195.23
BEP1F52	116100T003239333	07/11/2025	54522	R$ 195.23
HNB6G48	116100T002679267	09/11/2025	54521	R$ 195.23
IMQ6E88	116100T002679264	09/11/2025	55500	R$ 130.16
LNA1778	116100T002679266	09/11/2025	55500	R$ 130.16
LNA1778	116100T002991920	09/11/2025	55680	R$ 195.23
MFX1I23	276070I000017243	24/10/2025	55412	R$ 195.23
MGW1E22	276070I000017242	23/10/2025	55412	R$ 195.23
UAU0D19	116100T003257468	09/11/2025	55411	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 12/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ASK5I17	116100T003239334	07/11/2025	54600	7633672262

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 12/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AXO1370	276070T000016367	15/01/2026	51851

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 13/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
TBF1H92	276070T000012861	12/09/2025	72930	R$ 130.16

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 16/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACZ6C12	276070I000017145	31/10/2025	55412	R$ 195.23
ARD0C94	276070I000017354	30/10/2025	55412	R$ 195.23
AYF8594	276070NIC0004006	28/10/2025	50020	R$ 390.46
AZK7E00	276070NIC0004004	28/10/2025	50020	R$ 260.32
BAL5I34	276070I000017353	30/10/2025	55412	R$ 195.23
DKO0312	276070I000017356	31/10/2025	55412	R$ 195.23
DXP6374	276070NIC0004005	28/10/2025	50020	R$ 586.94
MJQ2G17	276070I000017352	31/10/2025	55412	R$ 195.23
MUX0A44	276070I000017351	30/10/2025	55412	R$ 195.23
QXQ4F91	276070I000017357	31/10/2025	55412	R$ 195.23
SEP7B46	276070I000016850	30/10/2025	55412	R$ 195.23
TCP3J84	276070NIC0004003	28/10/2025	50020	R$ 586.94

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 16/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ARG0685	116100T000650380	18/01/2026	54600

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 16/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ASV2C91	116100T002977399	12/09/2025	54600	R$ 130.16

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 16/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
UAU0D19	276070NIC0004056	06/01/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 19/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABF0500	276070T000014580	12/11/2025	51852	R$ 195.23
ACX7I37	276070T000013304	17/11/2025	57380	R$ 293.47
AHL4J04	276070T000014598	17/11/2025	51851	R$ 195.23
AHR0J29	276070I000017362	07/11/2025	55412	R$ 195.23
AHU3G29	276070T000009440	16/11/2025	55680	R$ 195.23
AHU5037	276070I000016779	30/10/2025	55412	R$ 195.23
AIT3J15	276070T000014266	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AJA1C57	276070T000014572	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AJK7999	276070T000014569	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AKG5A77	276070T000013668	18/11/2025	76331	R$ 293.47
AKH3J03	276070I000017248	31/10/2025	55412	R$ 195.23
AKH3J03	276070I000017296	31/10/2025	55412	R$ 195.23
AKW8538	276070I000017358	04/11/2025	55412	R$ 195.23
ALB3J27	276070T000009441	16/11/2025	54600	R$ 130.16
ALG5517	276070T000010356	10/11/2025	55417	R$ 195.23
ALH4C63	276070I000017146	01/11/2025	55412	R$ 195.23
ALK2506	276070T000014268	11/11/2025	51851	R$ 195.23
ALQ3J62	276070T000013970	13/11/2025	76331	R$ 293.47
AMC7896	276070T000014559	10/11/2025	55920	R$ 130.16
AML3H27	276070T000013667	18/11/2025	76331	R$ 293.47
ANE7701	276070T000014284	17/11/2025	51851	R$ 195.23
AOW4393	276070T000014757	19/11/2025	51851	R$ 195.23
APN4E06	276070T000014285	17/11/2025	55412	R$ 195.23
APU1758	276070T000013671	19/11/2025	51851	R$ 195.23
AQD3E99	276070T000014274	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AQJ3H16	276070T000014563	10/11/2025	76331	R$ 293.47
AQP3D44	116100T002622655	15/11/2025	55500	R$ 130.16
AQQ3J29	276070NIC0004012	04/11/2025	50020	R$ 390.46
AQV6H29	276070T000014564	11/11/2025	51851	R$ 195.23
ARI4A41	276070T000014589	14/11/2025	51851	R$ 195.23
ARR1174	276070I000017360	06/11/2025	55412	R$ 195.23
ARX5805	276070T000014756	19/11/2025	51851	R$ 195.23
ARY5J54	276070T000014574	11/11/2025	51851	R$ 195.23
ASB7C33	276070T000013662	11/11/2025	55920	R$ 130.16
ASC9C69	276070T000014571	11/11/2025	58433	R$ 195.23
ASK9E98	276070T000014592	17/11/2025	51851	R$ 195.23
ASO9702	276070T000014595	17/11/2025	51851	R$ 195.23
ASS5887	276070T000014273	11/11/2025	51851	R$ 195.23
ASX4F21	276070T000014753	19/11/2025	61220	R$ 293.47
ATC8E12	276070T000014566	11/11/2025	51852	R$ 195.23
ATG0C79	276070T000014591	17/11/2025	51851	R$ 195.23
ATI8925	276070T000014286	19/11/2025	51851	R$ 195.23
ATY2F36	276070T000014582	13/11/2025	58431	R$ 195.23
AUD7E90	276070T000013968	13/11/2025	76331	R$ 293.47
AUK9382	276070T000014275	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AVX4258	276070T000014570	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AVX7554	276070T000014279	12/11/2025	51851	R$ 195.23
AWA4060	276070I000017298	03/11/2025	55412	R$ 195.23
AWB4A62	276070I000017364	08/11/2025	55412	R$ 195.23
AWC6B41	276070T000014276	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AWG3B38	276070I000017246	30/10/2025	55412	R$ 195.23
AWK9J85	276070T000014264	10/11/2025	76332	R$ 293.47
AWU0618	276070NIC0004008	01/11/2025	50020	R$ 390.46
AXH3A80	276070T000014281	14/11/2025	76251	R$ 293.47
AXN3I16	276070T000013301	13/11/2025	76251	R$ 293.47
AYB8599	276070T000014578	12/11/2025	55920	R$ 130.16
AYR3213	276070NIC0004010	01/11/2025	50020	R$ 390.46
AYV8118	276070T000014269	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AYW0I17	276070I000017294	29/10/2025	55412	R$ 195.23
AZA4052	276070T000009442	16/11/2025	51930	R$ 293.47
AZB7567	276070T000014581	13/11/2025	51851	R$ 195.23
AZN9G76	276070T000014752	18/11/2025	58431	R$ 195.23
AZT4C44	276070T000014265	11/11/2025	51851	R$ 195.23
AZU5B64	276070T000014561	10/11/2025	61220	R$ 293.47
AZX5G64	276070T000014586	13/11/2025	76252	R$ 293.47
BAR2J07	276070T000013967	13/11/2025	76331	R$ 293.47
BBC0956	276070I000017359	05/11/2025	55412	R$ 195.23
BBH3F06	276070T000014280	13/11/2025	76332	R$ 293.47
BBO5226	276070T000014278	12/11/2025	76252	R$ 293.47
BBS9227	276070T000014271	11/11/2025	76332	R$ 293.47
BBY2J03	276070T000014567	11/11/2025	51851	R$ 195.23
BCH4I42	276070NIC0004009	01/11/2025	50020	R$ 390.46
BCX2H88	276070I000017295	30/10/2025	55412	R$ 195.23
BDH5D24	276070I000017293	29/10/2025	55412	R$ 195.23
BDR5B72	276070T000009437	11/11/2025	51930	R$ 293.47
BER1A68	276070T000014283	17/11/2025	51930	R$ 293.47
BEU7I79	276070NIC0004013	04/11/2025	50020	R$ 390.46

BTJ0871	276070T000014583	13/11/2025	51930	R$ 293.47
CKP8G54	276070T000014754	19/11/2025	51930	R$ 293.47
CLM0F38	276070T000013674	24/11/2025	55920	R$ 130.16
CVU9F05	276070I000017363	08/11/2025	55412	R$ 195.23
DBF7200	276070T000013673	24/11/2025	55920	R$ 130.16
DDY5965	276070T000010200	20/11/2025	76331	R$ 293.47
DOR6D12	276070T000010198	18/11/2025	76331	R$ 293.47
EEI9707	276070T000014573	11/11/2025	51851	R$ 195.23
EKW6D94	116100T002679269	16/11/2025	54522	R$ 195.23
EMH7E36	276070T000014153	14/11/2025	56144	R$ 195.23
EYP1679	276070T000009439	16/11/2025	55680	R$ 195.23
EZW3B44	276070T000013666	17/11/2025	76331	R$ 293.47
HIG6C63	276070I000017148	03/11/2025	55412	R$ 195.23
IFB5829	116100T003120023	15/11/2025	55760	R$ 130.16
IRH4F16	276070T000014272	11/11/2025	51851	R$ 195.23
ISM6G27	116100T002622656	15/11/2025	54521	R$ 195.23
ITK8G88	276070T000014568	11/11/2025	70481	R$ 293.47
JRJ3C64	276070T000014587	13/11/2025	51930	R$ 293.47
KLB2E80	276070T000014579	12/11/2025	51930	R$ 293.47
MHC9D54	276070T000014576	12/11/2025	51852	R$ 195.23
MHM4209	276070I000017297	31/10/2025	55412	R$ 195.23
MIB8C54	276070I000017247	30/10/2025	55412	R$ 195.23
MJU1C86	276070T000014277	12/11/2025	76251	R$ 293.47
MLL8I49	276070T000014575	12/11/2025	55417	R$ 195.23
MWH2E83	276070T000013664	17/11/2025	76331	R$ 293.47
OMZ8152	276070T000014751	18/11/2025	58431	R$ 195.23
OXE7E83	276070T000013303	14/11/2025	56222	R$ 88.38
PUT5E53	276070T000014596	17/11/2025	51851	R$ 195.23
PVA1636	276070T000013665	17/11/2025	76331	R$ 293.47
PZK2B20	276070T000014267	11/11/2025	76332	R$ 293.47
QJF1E20	276070NIC0004011	04/11/2025	50020	R$ 390.46
QWR7A23	276070T000013669	19/11/2025	61220	R$ 293.47
RAJ2C23	116100T003227335	15/11/2025	55417	R$ 195.23
RDX4E62	276070T000014585	13/11/2025	76332	R$ 293.47
RHD2J35	276070T000014599	18/11/2025	76252	R$ 293.47
RHI1C03	276070T000014590	17/11/2025	55920	R$ 130.16
RNP9B24	276070T000014154	14/11/2025	51930	R$ 293.47
SDV8A28	276070T000014562	10/11/2025	61220	R$ 293.47
SEA0I47	276070T000014282	17/11/2025	76251	R$ 293.47
SEI6A89	276070T000014600	18/11/2025	55417	R$ 195.23
SFG0C64	276070T000014593	17/11/2025	51852	R$ 195.23
SJD7A52	276070T000014594	17/11/2025	51930	R$ 293.47
TBB3D96	276070I000017361	07/11/2025	55412	R$ 195.23
TBD8B27	276070T000014270	11/11/2025	76332	R$ 293.47
TBK7B97	276070T000013302	13/11/2025	55411	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 19/03/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
AHB3900	276070T000010199	18/11/2025	73661	
ARW5G44	276070T000014565	11/11/2025	55920	
ASD2H81	276070T000013670	19/11/2025	56222	
AVZ8E36	276070T000013672	24/11/2025	55920	
AXK6748	276070T000014584	13/11/2025	55920	
AYS9674	276070T000014560	10/11/2025	55920	
BDH8H23	276070T000013661	11/11/2025	55920	
KRV8I28	276070T000014588	13/11/2025	56222	
MCA6479	276070T000009438	16/11/2025	54100	
MMA7C78	276070T000013663	11/11/2025	55500	

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 20/03/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
GIP5F22	116100T002412796	22/01/2026	55411

Publicado por:
Andrelli Crsitina de Andrade
Código Identificador:24978D91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO LICITAÇÃO Nº 002/2025 PREGÃO Nº 002/2025 ATA Nº 004/2025

O Município de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, Centro, Ivaí – PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob nº 5.175.278-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 715.210.549-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA,** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.985.725/0001-50, sediado na R Jose Batista Dos San tos, N° 700, Bairro: Cidade Industrial – Curitiba (Pr), doravante designado CONTRATADO, neste ato representada pela senhor **ANTONIO CACEFFO FILHO**, resolvem, de comum acordo, firmar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e de acordo com as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do ata nº 004/2025, cujo objeto é a aquisição de merenda escolar.

PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADES	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
AMIDO DE MILHO: Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, fungos e parasitos, livre de umidade, fermentação ou ranço. Embalagem: Deve estar intacta, vedada, acondicionada em sacos plásticos reforçados ou em caixas, com peso líquido de até 1 kg. Prazo de Validade: 12 meses a partir da data de entrega. Ingredientes: gene de Agrobacterium tumefaciens, Bacillus thuringiensis, Streptomyces viridochromogenes e Zea mays.NÃO CONTÉM GLÚTEN. Marcas pré-aprovadas: YOKI, MAIZENA ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo. reposição: em caso de embalagens danificadas, fora do prazo de validade ou com presença de carunchos.	PACOTE	80	R$ 10,74	R$ 859,20
AVEIA EM FLOCOS FINOS: aveia 100% natural. Embalagem: caixa de papelão ou plástico transparente atóxico, com rótulo identificando o produto, ingrediente, informação nutricional, marca/fabricante, prazo de validade e peso líquido. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Embalagem com 500 gramas de produto. Reposição do produto: embalagens danificadas ou fora de prazo de validade. Marcas pré-aprovadas: YOKI, NATURAL LIFE (KODILAR) ou ZAELI ou equivalente ou de melhor qualidade e que atendam ao descritivo.	PACOTE	300	R$ 5,36	R$ 1.608,00
BIJU: farinha de milho amarelo flocada. Produto de origem vegetal, natural, contendo somente farinha de milho. Não conter glúten. Embalada em pacotes de 1kg e com rotulagem que contenha ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, validade, lote e registro. Reposição do produto: embalagens danificadas ou fora da data de validade. Marcas pré-aprovadas: CINDERELA, CAMPO LARGO, ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	200	R$ 4,78	R$ 956,00
CANJIQUINHA/QUIRERINHA: produto derivado do milho amarelo de qualidade, com moagem característica do produto. Embalagem/rotulagem: embalagem plástica atóxica de 500 gramas, com rótulo contendo no mínimo o nome do produtor, nome do produto, lista de ingredientes e informações nutricionais, data de fabricação e validade, e peso. Marcas pré aprovadas: CALDO BOM, YOKI, SINHÁ ou ZAELI ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	800	R$ 3,59	R$ 2.872,00
COCO SECO RALADO: Ingredientes: Polpa de coco desidratada (seco) ralado. Coco puro, produto 100% natural, sem acréscimo de açúcar, sem colesterol, sem lactose, sem glúten, zero gordura trans. Pacote de 100 gramas. Embalagem contendo nome do produto, procedência, ingredientes, tabela nutricional, validade. Marcas pré-aprovadas: ZAELI, SOCOCO, ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	200	R$ 6,63	R$ 1.326,00
COLORAU (colorífico): condimento em pó, contendo tais ingredientes: fubá, extrato de urucum e óleo vegetal. Não conter gordura trans. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem em polietileno atóxico resistente, selado, contendo rótulo com o nome do produto, peso líquido, informações nutricionais, lista de ingredientes e data de validade. Apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 500 gramas. Marcas pré-aprovadas: ZAELI ou equivalente, ou de melhor qualidade.	PACOTE	400	R$ 9,23	R$ 3.692,00
FARINHA DE TRIGO INTEGRAL: ingredientes: farinha feita com trigo integral, sem melhorador ou mix. Apresentação em embalagem de papel resistente e não violada, com dados de identificação do produto, procedência, ingredientes, informação nutricional, validade, lote e contendo 1 Kg. Produto obtido a partir de cereal limpo e sãos. Produto livre de sujidades, parasitas e larvas. Não podendo ser úmido, fermentado ou rançoso. Reposição do produto: prazo de validade menor que 90 dias a contar da data de entrega, embalagens danificadas ou com características organolépticas alteradas. Reposição do produto: prazo de validade mínimo de 90 dias a contar da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: ANACONDA, IRATI, COAMO ou equivalente, ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	150	R$ 16,45	R$ 2.467,50
FARINHA DE MANDIOCA torrada de primeira qualidade, tipo 1, classe fina, baixa acidez, grupo seca. Apresentação em embalagens de polietileno atóxico ou papel, contendo 1 , contendo externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade e quantidade do produto. Reposição do produto: prazo de validade menor que 6 meses a contar da data de entrega ou embalagens danificadas, ou com car cho ou característica organoléptica alterada. Marcas pré-aprovadas: PINDUCA, AMAFIL, YPKI ou equivalente, ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo	PACOTE	500	R$ 9,24	R$ 4.620,00
FEIJÃO CARIOCA, safra nova, tipo 1, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, constituído de no mínimo de 90% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos. Isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas, mofo, carunchos, insetos mortos ou vivos ou qualquer outro tipo de praga, e não deverá conter mistura de outras variedades e espécies. Apresentação em embalagem de polietileno atóxico, contendo 1 kg. Rotulagem contendo nome do produto, peso, lote e data de validade. Reposição do produto: embalagem danificada, com carunchos ou prazo de validade vencido. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: ZAELI, FLOR DO SUL, PONTAROLO, OU equivalente, ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	500	R$ 7,76	R$ 3.880,00
FEIJÃO PRETO, safra nova, classe preto, tipo 1, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, constituído de no mínimo de 90% de grãos inteiros e íntegros, na cor característica a variedade correspondente de tamanho e formatos naturais maduros, limpos e secos. Isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas, mofo, carunchos, insetos mortos ou vivos ou qualquer outro tipo de praga, e não deverá conter mistura de outras variedades e espécies. Apresentação em embalagem de polietileno atóxico, contendo 1 kg. Rotulagem contendo nome do produto, peso, lote e data de validade. Reposição do produto: embalagem danificada, carunchos ou fora do prazo de validade. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: ZAELI, FLOR DO SUL, PONTAROLO, OU equivalente, ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	500	R$ 7,95	R$ 3.975,00
FUBÁ/FARINHA DE MILHO, do tipo amarelo, não pré-cozido, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverão ser fabricadas a partir de matérias primas sãs e limpas isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidos ou rançosos. Ser enriquecida com Ácido fólico e/ou ferro. Apresentação em embalagens plásticas de 1kg de polietileno atóxico, contendo nome do produto e data de validade. Reposição do produto: embalagens danificadas ou prazo de validade menor de 90 dias a partir da data de entrega. Marca pré-aprovada: KOENE, ZAELI ou equivalente, ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo .	PACOTE	2000	R$ 4,91	R$ 9.820,00
LEMON PEPPER: condimento em pó, contendo tais ingredientes: Casca de	PACOTE	200	R$ 20,16	R$ 4.032,00

Limão Siciliano, Cebola, Pimenta-do-Reino, Cúrcuma, Alho, Cebolinha, Salsa, Páprica Doce, Mostarde e Acidulante Natural Ácido Cítrico. Não conter gordura trans. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Não deverá apresentar resíduos ou impurezas, bolor ou cheiro não característico. Embalagem em polietileno atóxico resistente, selado, contendo rótulo com o nome do produto, peso líquido, informações nutricionais, lista de ingredientes e data de validade. Apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Pacote de 200 gramas. Marcas pré-aprovadas: KININO ou equivalente, ou de melhor qualidade.				
LENTILHA: ingredientes; lentilha, tipo 1, nova, de primeira qualidade, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchos. Embalagem de 500 Gr, de material plástico resistente e transparente com data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 10 meses a contar da data de entrega. Ter informações nutricionais e registro no Ministério da Agricultura. Reposição do produto: embalagens danificadas. Marcas pré-aprovadas: ZAELI, YOKI , GERIBA ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	200	R$ 12,26	R$ 2.452,00
MILHO PARA PIPOCA PREMIUM tipo 1. Apresentação em embalagem de polietileno atóxico, contendo 500 gramas. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas Marcas pré-aprovadas: YOKI PREMIUM, ZAELI PREMIUM ou equivalente, ou de melhor qualidade.	PACOTE	500	R$ 2,78	R$ 1.390,00
POLVILHO DOCE, derivado da mandioca, obtido a partir da extração do amido (fécula) de suas raízes. Grupo I, tipo 1, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Apresentação em embalagens de polietileno. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. Embalagem com 500g. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Marcas pré-aprovadas: ZAELI, GERIBA, PRATA, ou equivalente, ou de melhor qualidade.	PACOTE	330	R$ 7,31	R$ 2.412,30
POLVILHO azedo, derivado da mandioca, obtido a partir da extração do amido (fécula) de suas raízes. Grupo I, tipo 1, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, produto livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Apresentação em embalagens de polietileno. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. Embalagem com 500g. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Marca: ZAELI, GERIBA, PRATA, YOKI, ou equivalente, ou de melhor qualidade.	PACOTE	300	R$ 7,82	R$ 2.346,00
SAGU: feito de fécula de mandioca. Apresentação em embalagem de polietileno atóxico, contendo 500 gramas. Reposição do produto: no caso de alteração do mesmo antes do vencimento do prazo de validade, prazo de validade vencido e embalagens danificadas. Marcas pré-aprovadas: GERIBA , ZAELI ou equivalente, ou de melhor qualidade.	PACOTE	200	R$ 9,88	R$ 1.976,00
SAL REFINADO: sal refinado, iodado, isento de umidade, aspecto uniforme, cor característica, cheiro e sabor próprios, ausência de sujidades. Embalagem/rotulagem: pacote de 1kg, em saco plástico transparente, resistente, com solda íntegra, contendo prazo de validade, lote e informação nutricional, e número do registro. Marcas pré-aprovadas: MOC, ZAELI ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	500	R$ 2,49	R$ 1.245,00
TAPIOCA: goma de tapioca hidratada/ amido de mandioca, 100% natural, sem adição de conservantes e sal. Isento de glúten. Sem presença de mofos e sujidades. Acondicionado em embalagem plástica, contendo 500 gramas do produto. Rotulagem nutricional contendo informação nutricional, data de validade, dados do fabricante e peso. Deverá possuir no mínimo 3 meses de validade na entrega. Marcas pré-aprovadas: GERIBA, ZAELI, ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	200	R$ 4,78	R$ 956,00
UVA PASSAS BRANCAS sem sementes, desidratadas. Embalagem /rotulagem: embalagem plástica atóxica, contendo 200 gramas de produto, apresentando no rótulo dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote e data de validade (mínima de 6 meses a contar da data de entrega do produto), e número do registro no ministério da agricultura. Reposição do produto: embalagens danificadas ou fora do prazo de validade. Marcas pré-aprovadas: ZAELI, LA VIOLETERA, ou equivalente ou de melhor qualidade e que atenda ao descritivo.	PACOTE	200	R$ 17,01	R$ 3.402,00
				R$ 56.287,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO
Ficam prorrogados os prazos de execução e vigência do referido contrato até **03/02/2027**, nos termos do **art. 107 da Lei nº 14.133/2021**, devidamente justificados pela Administração e mantidas as condições vantajosas para o interesse público.

Parágrafo Segundo - O pagamento da importância originada pela prorrogação do prazo, dos serviços correrá à conta do recurso proveniente das seguintes Dotações Orçamentárias:

06001123611201202633903200000 01250
06001123611201202633903200000 01240

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do ata nº 003/2025 e de seus aditivos anteriores, que não tenham sido alteradas pelo presente instrumento, permanecendo válidas em todos os seus termos.
E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em **03 (três) vias de igual teor e forma**, na presença das testemunhas abaixo identificadas.
Ivaí – PR, 29 de janeiro de 2026

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:46F3B28E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
MUNICÍPIO JAGUAPITÃ/PR EDITAL DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO REF: CREDENCIAMENTO 002/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 064/2025.

A comissão de licitação constituída comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de CREDENCIAMENTO 002/2025, que após a análise e verificação das propostas ofertadas, decidiu HABILITAR e CLASSIFICAR conforme a seguir:

CUIDADOR SOCIAL	
COLOCAÇÃO	NOME
01 º	NEILA CARDOSO KUSUNOKI
02 º	MARIA LAURIANA DA SILVA
03 º	LUCIENE DEZOTI GONÇALVES
04 º	ROSANGELA LUIZ

E que decidiu INABILITAR e DESCLASSIFICAR, conforme a seguir:

NOME	CARGO PRETENDIDO
MARIA APARECIDA RODRIGUES MORENO	CUIDADOR SOCIAL
CLAUDECI DOS SANTOS	CUIDADOR SOCIAL

Comunica outrossim, que dentro do prazo de 5 (*cinco*) dias úteis contados da data deste edital, a comissão de licitação dará vistas ao respectivo processo licitatório, a qualquer das proponentes que se sinta prejudicado, para interposição de recurso.

Jaguapitã - PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO PAULO GOMES FIGUEIRA
Agente de Contratação – Portaria 056/2025

ADRIELE BARCELOS PORTO MILOZO
Comissão de Avaliação – Portaria 320/2025

ELISA HELENA RUFFO DA SILVA
Comissão de Avaliação – Portaria 320/2025

DANIELLE ALESSANDRA MERANCA CHIARARIA
Comissão de Avaliação – Portaria 320/2025

Publicado por:
João Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:1DFBCA38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº001/2026L
A **Câmara Municipal de Lobato** torna público, nos termos do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e conforme as demais disposições legais aplicáveis, que será realizada a contratação direta por dispensa de licitação, conforme as seguintes informações:
1. DO OBJETO: O presente processo licitatório tem por objeto o **fornecimento de materiais de consumo, gêneros alimentícios, copa e cozinha**, conforme demanda da **Câmara Municipal de Lobato – PR**, visando suprir as necessidades administrativas e operacionais do órgão, garantindo o pleno desenvolvimento das atividades legislativas, conforme quantidade e especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Açúcar 05 Kgs	28
02	Adoçante	30
03	Água Mineral 550 ml	2.000
04	Água sanitária 2 lts	30
05	Álcool em gel 500 ml	35
06	Álcool liquido 70	20
07	Balde Plástico	08
08	Baterias microfone	30
09	Biscoito Água e Sal 350 grs	50
10	Biscoito de maisena 400 grs	40
11	Bolachas, coco, leite...	40
12	Bolachas de doce	45
13	Brilho Alumínio	10
14	Buchas de louça com 04 un.	10
15	Café	65
16	Chá mate	30
17	Copo descartável p/ Café 50 ml	200
18	Copos de água 180 ml	250
19	Cravo da índia 7g	100
20	Desinfetante l lt	35
21	Detergente lava louça 500 ml	70
22	Filtro de café	20
23	Flanela para limpeza	30
24	Garrafas para Café/Chá 01 lt	04
25	Guardanapo de pano	30
26	Guardanapo de Papel 30x29,5	40
27	Inseticida aerossol	15
28	Leite – cxa c/ 12 lts	10
29	Limpa piso 01 lt	25

30	Limpa Vidros 500ml	20
31	Limpador Multiuso 500 ml	20
32	Manteiga 200 g	20
33	Pacotes de pão	65
34	Pacotes de Pratos descartáveis	20
35	Pano de limpeza (chão)	40
36	Pilha normal c/4 unidades (AA)	08
37	Pilha palito c/2 unidades	08
38	Purificador de ar	15
39	Rodo de espuma	10
40	Rodo tamanho médio	15
41	Sabão em pó 800 g	15
42	Sabonete Liquido	20
43	Saco de lixo 100 lts (rolo)	30
44	Saco de lixo 15 lts (rolo)	40
45	Saco de lixo 30 lts (rolo)	40
46	Saco de lixo 50 lts (rolo)	40
47	Torrada	60
48	Vassoura caipira	20
49	Vassoura de plástico	20

2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: Valor total da contratação será de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

A presente Dispensa de Licitação permanecerá aberta para o recebimento de propostas adicionais pelo prazo de 03 (três) dias úteis. Convidamos os interessados a submeterem suas propostas em conformidade com as condições e especificações estabelecidas, conforme as informações detalhadas no quadro abaixo.

PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA
INÍCIO: às 08h – 04 de fevereiro de 2026.
FIM: às 17h – 06 de fevereiro de 2026.
E-MAIL: camaralobato@uol.com.br
ENDEREÇO: Setor administrativo- Rua Joaquim Nabuco, nº 710, centro – Lobato/Pr.

Os interessados na dispensa de licitação terão o edital disponibilizado através do endereço eletrônico http://www2.camaralobato.pr.gov.br/publicacoes.
As propostas serão abertas no dia 09 de fevereiro, às 11h, no setor administrativo da Câmara Municipal, localizada na Rua Joaquim Nabuco, nº 710, na cidade de Lobato, Paraná.
ATENÇÃO: Propostas e documentos recebidos fora do prazo de recebimento não serão aceitos. Assim, as empresas participantes devem atentar-se rigorosamente aos prazos estabelecidos para o início e término da fase de recebimento de propostas, conforme disposto neste Edital.
Para dúvidas e esclarecimentos, favor entrar em contato pelo e-mail: camaralobato@uol.com.br ou através do telefone (44) 3249-1596.

Lobato 03 de fevereiro de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:4F5B3721

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2026

INEXIGIBILIDADE DE
Nr.: 2/2026

Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br

Processo Adm.: 15/2026
Data do Processo: 27/01/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 86, §2º e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:
01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	15/2026
b) Nr. Licitação:	2/2026 - IL
c) Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação:	30/01/2026
e) Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA NOVA, ZERO HORA, TIPO A, COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 11.500 KG E MÁXIMO DE 14.600 KG, CIB Nº 10104, MARCA/MODELO JOHN DEERE 524P, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 567/2025 – SEAB.

Participante: VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA (29.644.666/0001-64)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

1	Pá Carregadeira nova, zero hora, tipo A, peso operacional mínimo de 11.500kg e máximo e 14.600kg, sob o CIB nº 10104 – Pá Carregadeira nova, zero hora, tipo A, peso operacional mínimo de 11.500kg e máximo e 14.600kg, sob o CIB nº 10104	1,000	UN	705.000,00	705.000,00
Total do Participante:					**705.000,00**
Total Geral:					**705.000,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):		
Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Aquisição de Equipamento Agrícolas	15.001.20.608.0010.2119.4.4.90.52.00	R$ 132.000,00
Aquisição de Equipamento Agrícolas	15.001.20.608.0010.2119.4.4.90.52.00	R$ 573.000,00

Lobato, 30/01/2026

MILTON KASUYUKI INOUE
Vice-Prefeito

Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:044BAAA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025.

ESTADO DO PARANÁ		
PREFEITURA MUNICIPAL LOBATO	CONCORRÊNCIA	
Rua Antonio Coletto, 1260 - Centro - Lobato	**Nr.: 2/2025**	
CEP: 86790-000 CNPJ: 76.970.367/0001-08 Telefone: (44) 3249-1414	**Processo Adm.:**	**37/2025**
E-mail: contato@lobato.pr.gov.br Site: http://www.lobato.pr.gov.br	**Data do Processo:**	**16/05/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 28, II e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	37/2025
b) Nr. Licitação:	2/2025 - CE
c) Modalidade:	Concorrência eletrônica
d) Data de Homologação:	30/01/2026
e) Objeto da Licitação:	*CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA (LAZER), CONTENDO: CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA E DEMAIS ITENS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO PROJETO.*

Participante: MACRO CONSTRUCOES E ENGENHARIA LTDA (10.434.136/0001-63)					
Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA (LAZER), CONTENDO: CAMPO DE FUTEBOL COM GRAMA SINTÉTICA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO PROJETO.	1,000	SV	372.900,00	372.900,00
Total do Participante:					**372.900,00**
Total Geral:					**372.900,00**

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Meu Campinho - Campo Grama	09.001.27.812.0016.1040.4.4.90.51.00	R$ 31.422,92
Meu Campinho - Campo Grama	09.001.27.812.0016.1040.4.4.90.51.00	R$ 550.000,00

Lobato, 30 de Janeiro de 2026

MILTON KASUYUKI INOUE
Vice-Prefeito

_____
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Carolaine Marian Pinheiro de Oliveira
Código Identificador:31269822

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 008/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO)

PORTARIA Nº. 008/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, aos servidores públicos municipais abaixo elencados, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante dos respectivos cargos, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
9619 7 – ANNA CAROLYNE COCK PROTZEK	04/02/2019	PROFESSOR	04/02/2019	À	03/02/2024	02/02/2026	À	02/05/2026

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (02/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:F82E73F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 009/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 009/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidor público municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, aos servidores públicos municipais abaixo elencados, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante dos respectivos cargos, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
2091 – ELISABETE DOS SANTOS SILVA	02/05/2002	AUXILIAR DE SERIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	02/02/2026	A	03/03/2026
10699 – DERNEVAL PEREIRA DE AGUAR	04/02/2011	VIGIA	01/01/2019	À	31/12/2023	09/02/2026	À	28/02/2026
10119 – LUCIANA APARECIDA VICENTE	11/08/2005	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	18/02/2026	À	09/03/2026
1849 – ADELSON SIDNEY BORO	07/06/1999	FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA	01/01/2019	À	31/12/2023	18/02/2026	À	09/03/2026
95098 – LUIZ RODRIGUES JUNIOR	13/04/2015	AUXILIAR DE SERIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	04/02/2026	À	05/03/2026
10410 – JANICE ANGELA DA ROCHA SANTOS	25/02/2008	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	09/02/2026	À	28/02/2026
1348 – PAULO SERGIO GREGO	02/04/1996	MOTORISTA CAT D	01/01/2019	À	31/12/2023	10/02/2026	À	01/03/2026
10244 – ADRIANA VIDAL GONCALVES	14/08/2006	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	02/02/2026	À	03/03/2026
10234 – VERONICA LACERDA	09/08/2006	GARI	01/01/2019	À	31/12/2023	23/02/2026	À	14/03/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis (02/02/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeitura Municipal

Publicado por:
Gabriela Cristina Laraniaga Quintanilha
Código Identificador:C7AFA32E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

CAMARA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
2º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – 2026

2º ADITIVO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – 2026

A Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o artigo 12 da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pela Resolução 01/2024, formaliza o primeiro aditivo ao Plano de Contratações Anual do Poder Legislativo, para o exercício de 2026, conforme a seguir:

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: Aquisição de itens para Copa e Cozinha							
Justificativa Sucinta: A aquisição dos biscoitos e talheres descartáveis servirá para dar suporte aos servidores e visitantes que utilizam a repartição pública.							
Item	**Elemento de Despesa**	**Especificação**	**Unid.**	**Qtde.**	**Valor Estimado Unitário**	**Valor Estimado Total**	**Vinculação com Outro Item**
001	3.3.90.30	Talher Descartável Material: Plástico Tipo: Mexedor de Cafezinho Cor: Cristal Características Adicionais: Resistente Comprimento: 9 cm	Pcts 500 unid.	20	R$ 10,39	R$ 207,80	Não
002	3.3.90.30	Biscoito Apresentação: Sortido	Pcts	100	9,25	925,00	Não

		Sabor: Sortido Características Adicionais: Com ou Sem Recheio Classificação: Doce Pacote com 300 gr					

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: Aquisição de materiais para escritório

Justificativa Sucinta: A aquisição dos itens de escritório é para aumentar o quantitativo do DFD de 2026 considerando que o pregão realizado no final de 2025 muitos itens deu fracassado.

Item	Elemento de Despesa	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total	Vinculação com Outro Item
001	3.3.90.30	Bloco Recado Material: Celulose Vegetal Cor: Variada (4 cores) Largura: 38 mm Comprimento: 50 mm Tipo: Removível Características Adicionais: Auto-Adesivo, Post It Quantidade Folhas: 100 UN	Pcte 4 Unid.	10	R$ 14,90	R$ 149,00	Sim

Item	Elemento de Despesa	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total	Vinculação com Outro Item
002	3.3.90.30	**Bloco Recado** Material: Celulose Vegetal Cor: Amarelo Largura: 76 mm Comprimento: 102 mm Tipo: Removível Características Adicionais: Auto-Adesivo Quantidade Folhas: 100 UN	Pcte 1 Unid.	20	R$ 10,81	R$ 216,20	Sim
003	3.3.90.30	**Caneta Borracha** Material: Plástico Tipo: Com Refil Características Adicionais: Dispositivo Com Mola	Cx 12 Unid.	2	R$ 76,21	R$ 152,42	Não

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: Aquisição de itens para Eletrodoméstico

Justificativa Sucinta: A aquisição dos ventiladores visa o bem estar dos servidores devido à mudança climática.

Item	Elemento de Despesa	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total	Vinculação com Outro Item
001	3.3.90.30	Ventilador Tipo: Coluna / Pedestal Potência Motor: Mínima 140 W Tensão Alimentação: 110 V Características Adicionais: Grade Removível, Oscilante, Controle Velocidade, Regulagem de Altura Tipo Hélice: 06 Pás Diâmetro: 40 A 60 CM Cor: Preta Altura: Mínimo 1,15 E Máximo 2,10 M	Unid.	2	292,96	585,92	Não

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: Aquisição de item de Informática

Justificativa Sucinta: A aquisição do item de informática é devido à reestruturação da área para adaptações necessárias.

Item	Elemento de Despesa	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total	Vinculação com Outro Item
001	3.3.90.30	**Autotransformador** Potência Nominal: 5.000 VA Tensão Nominal: 220/110 V - Bivolt Frequência: 60 Hz	Unid	1	277,31	277,31	Não

DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO: Aquisição de item de Epi's

Justificativa Sucinta: A aquisição dos itens de EPI's se faz necessário devido à entrada da nova servidora.

Item	Elemento de Despesa	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total	Vinculação com Outro Item
001	3.3.90.30	**Bota Segurança** Material: Couro Material Sola: Borracha Antiderrapante Cor: Preta	Par	1	62,01	62,01	Não
002	3.3.90.30	**Galocha** Material: Borracha Tipo Cano: Médio Cor: Preta Características Adicionais: Antiderrapante	Par	1	53,36	53,36	Não

Mandirituba, 02 de fevereiro de 2026.

BRENDA CAROLINA LECHETA
Presidente

Publicado por:
Adalberto Juliatto Vosgerau
Código Identificador:438A7B4B

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
HOMOLOGAÇÃO INEX 02-2026 - PALESTRA EDUCAÇÃO

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba CEP: 83800-000 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122 E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**INEXIGIBLIDADE DE** **Nr.:** 2/2026 **Processo Adm:** 10/2026 **Data do Processo:** 02/02/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021, Art. 74, III.f e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR A PRESENTE LICITAÇÃO NESTES TERMOS:

a) Processo: 10/2026
b) Licitação: 02/2026 - IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 02/02/2026
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRA E CONDUÇÃO DE OFICINAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

Participante: ALINE FERREIRA MAROTTO (52.601.866/0001-51)

Item	Especificação	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços na condução de oficinas de formação continuada de professores e demais profissionais da secretaria de educação com os seguintes temas: Mudanças no cenário da educação pós pandemia 2 hs teórico e prático (manhã) Motivacional Transtornos do Neurodesenvolvimento e inclusão escolar 4 hs teórico e prático (tarde) - Prestação de serviços na condução de oficinas de formação continuada de professores e demais profissionais da secretaria de educação com os seguintes temas: Mudanças no cenário da educação pós pandemia 2 hs teórico e prático (manhã) Motivacional Transtornos do Neurodesenvolvimento e inclusão escolar 4 hs teórico e prático (tarde)	6,000	HORA	750,00	4.500,00
Total do Participante: 4.500,00					

Total Geral: 4.500,00

02 - AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTA(S) DE EMPENHO CORRESPONDENTE(S):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUT. DO GAB DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	09.001.12.361.0005.2018.3.3.90.39.00	R$ 4.500,00

Mandirituba, 02 de fevereiro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:9BDFC8C1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 02-2026

TERMO DE RATIFICAÇÂO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Processo inexigibilidade N° 2/2026
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4381/2026 resolve:
Com fundamentação no ***caput do artigo 74 combinado com o § 2º do artigo 86, da Lei Federal 14.133/21***, RATIFICAR ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Processo inexigibilidade n° 2/2026 referente à **Aquisição de veículos para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis** por adesão a **Ata de Registro de Preços nº 019/2025** oriunda do **PREGÃO SRP N° 023/2025**, gerenciada pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU**;

VIA PORTO VEÍCULOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, TIPO HATCH. com as seguintes características técnicas mínimas: zero quilômetro, na cor branca ou prata, ano/modelo de fabricação 2025/2026 ou superior, motor com no mínimo 100cv, bicombustível (gasolina ou etanol), direção elétrica ou hidráulica, 04 (quatro) portas, ar condicionado, travas e vidros elétricos nas quatro portas, proteção de cárter, tanque de combustível de no mínimo 44 litros, central multimídia com tela de toque com sintonizador e antena de rádio, conexão usb e bluetooth, computador de bordo, airbags frontais, limpador, lavador e desembaçador de vidro traseiro, porta malas com capacidade de no mínimo 275 litros, sensor traseiro de estacionamento, faróis de neblina, câmbio automático, pneus e rodas de acordo com o modelo ofertado, tapetes e demais itens de série para o modelo, equipado com todos os equipamentos exigidos pelos órgãos de trânsito para o modelo.	FIAT/ARGO DRIVE 1.3 AT	UN	3,00	104.600,00	313.800,00
TOTAL							313.800,00

Estando em conformidade com o Processo inexigibilidade 2/2026 datada de 29/01/2026. A entrega dos veículos objeto do presente processo será de 60 Dias da assinatura do contrato.
Manfrinópolis, 02/02/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:F1E284B5

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 03-2026

TERMO DE RATIFICAÇÂO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
Processo inexigibilidade N° 3/2026
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Manfrinópolis designada pela portaria n° 4381/2026 resolve:

Com fundamentação no ***caput do artigo 74 combinado com o § 2º do artigo 86, da Lei Federal 14.133/21***, RATIFICAR ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação na modalidade de Processo inexigibilidade n° 3/2026 referente à **Aquisição de veículo utilitário para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Manfrinópolis**, por adesão a **Ata de Registro de Preços nº 046/2025** oriunda do **PREGÃO SRP N° 046/2025**, **ADITIVO Nº 06/2025 – PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA**, gerenciada pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU**;

VIA PORTO VEÍCULOS LTDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Qtd	Preço	Preço total
1	1	Veículo zero km ano/modelo mínimo 2025/2026 tipo utilitário de carga (caçamba), de primeiro emplacamento, na cor branca, motor mínimo 1.4, flex, bicombustível (Gasolina, Etanol), mínimo 95 cv, transmissão manual de no mínimo 06 velocidades com 05 a frente e 01 ré, mínimo 02 portas, 04 passageiros, cabine dupla, cintos de segurança 3 pontos com regulagem de altura, banco do motorista com regulagem de altura, console central com porta objetos, com airbags motorista e passageiro, ar condicionado, central multimídea, cobertura dos retrovisores externos, maçanetas das portas e para-choques na cor do veículo e/ou pretos, sistema de freios ABS, com sistema de distribuição de frenagem EBD e assistente de frenagem de urgência, controle eletrônico de estabilidade, controle de tração, rodas mínimo aro 15', direção hidráulica ou elétrica, volante com regulagem de altura, computador de bordo, preparo para sistema de som, tomada 12V, vidros dianteiros com acionamento por 'um toque' e anti-esmagamento, grade de proteção do vidro traseiro, travas elétricas nas portas, tapetes inclusos, ganchos para fixação de carga na caçamba OBS: O veículo cotado na proposta de preços deve ter suas características originais mantidas, não podendo nenhuma alteração ou adaptação ser realizada de modo a comprometer o desempenho original de fábrica, garantia mínima 01 ano. Com no mínimo 1 revisão gratuita e contanto todos os equipamentos exigidos pelo serviço de transito	STRADA FREEDOM CABINE DUPLA	UN	1,00	125.650,00	125.650,00
TOTAL							125.650,00

Estando em conformidade com o Processo inexigibilidade 3/2026 datada de 29/01/2026. A entrega dos veículos objeto do presente processo será de 60 Dias da assinatura do contrato.
Manfrinópolis, 02/02/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozinei Dos Santos
Código Identificador:8550E7B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (PR)

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		Exercício de 2025	
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO 2025 / SEMESTRE JANEIRO - DEZEMBRO			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA EXERCÍCIO ANTERIOR	**SALDO DO**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	26.682.661,58	20.729.778,70	19.596.201,91
Dívida Mobiliária	0,00	61.125,64	0,00
Dívida Contratual	22.970.172,95	20.668.653,06	19.596.201,91
Empréstimos	3.732.938,32	3.059.495,97	2.932.989,07
Internos	3.732.938,32	3.059.495,97	2.932.989,07
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	9.672.529,93	11.260.232,54	11.091.328,61
Internos	9.672.529,93	11.260.232,54	11.091.328,61
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	9.564.704,70	6.348.924,55	5.571.884,23
De Tributos	2.438.739,83	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	7.125.964,87	6.348.924,55	5.571.884,23
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	3.712.488,63	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	23.540.550,88	27.272.506,13	24.286.654,93
Disponibilidade de Caixa[1]	23.540.550,88	27.272.506,13	24.286.654,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.961.555,33	34.292.410,26	29.463.287,72
(-) Restos a Pagar Processados	632.278,38	4.440.262,47	2.592.216,93
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.788.726,07	2.579.641,66	2.584.415,86
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.142.110,70	-6.542.727,43	-4.690.453,02
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	139.496.072,45	145.205.673,94	150.537.987,63
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	3.550.000,00	1.450.000,00	3.814.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	135.946.072,45	143.755.673,94	146.723.987,63
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	19.63%	14.42%	13.36%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	2.31%	-4.55%	-3.2%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	163.135.286,94	172.506.808,73	176.068.785,16
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	146.821.758,25	155.256.127,86	158.461.906,64
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC EXERCÍCIO ANTERIOR	**SALDO DO**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)[2]	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	13.623.306,43	5.668.013,72	11.140.834,20
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 30/01/2026, às 11:48:34.
1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:45177F8A

CONTABILIDADE
ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (PR)

MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		Exercício de 2025
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No 2º Semestre	**Até o 2º Semestre (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	18.000,00
Interna	0,00	18.000,00
Empréstimos	0,00	18.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	18.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	150.537.987,63	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	3.814.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	146.723.987,63	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	18.000,00	0,01 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	23.475.838,02	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	21.128.254,22	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	10.270.679,13	7%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No 2º Semestre	**Até o 2º Semestre (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 30/01/2026, às 11:19:53.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:79DE326F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 021/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: VIKINGS LICITAÇÕES, SERVICOS E TRANSPORTES LTDA

CNPJ Nº: 54.629.549/0001-79

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Ambulância de suporte básico (tipo B): Veículo destinado ao transporte de pacientes com risco de vida conhecido e ao atendimento de pacientes com risco de vida desconhecido, não classificado com potencial de necessitar de intervenção médica no local e/ou durante transporte até o serviço de destino. (*conforme definição do Ministério da Saúde). Veículo furgão tipo ambulância para transporte tipo B: veículo tipo furgão comercial, longo e de teto alto, construído em aço automotivo, original de fábrica, zero KM, ar-condicionado para paciente e motorista, modelo do ano da entrega ou do ano posterior, com carroceria monobloco ou montado sobre chassi (original de fabrica), fabricado de acordo com padrão de segurança que permita a absorção de impacto observados em sua estrutura monobloco, fornecendo uma estrutura com reduzida deformação em caso de acidentes, prevendo-se a absorção otimizada de impactos e transferido as forças oriunda de colisão, tanto frontal quanto lateral, para estrutura inferior adaptado para ambulância, com porta lateral direita e portas traseiras. Potência mínima 126cv. Todos os demais itens/acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. Plotagem conforme modelo padrão SESA.	UNID	4	R$299.100,00	R$1.196.400,00
TOTAL				R$1.196.400,00	

VALOR TOTAL: R$1.196.400,00 (um milhão cento e noventa e seis mil, quatrocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 30/01/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:36246197

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: RODO SERVICE LTDA

CNPJ Nº: 00.688.075/0002-98

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	Veículo tipo ônibus de no mínimo 32 lugares + 1 (um) motorista e com conforto mínimo, conforme disponibilizado pelo mercado, para transporte de usuários para transferência entre os serviços de saúde do Município ou para outros Municípios. Veículo rodoviário, fabricação nacional com carroceria e chassi integrados.Ano/modelo mínimo 2025/2026, cor branca; Capacidade mínima: 33 passageiros (inclusive motorista); Ar-condicionado de teto com difusores individuais no salão e cabine; Poltronas soft executivas reclináveis, revestidas em tecido, com descanso de braços e largura mínima de 940 mm; Cintos de segurança: abdominal retrátil para passageiros e de três pontos para motorista; Janelas móveis, cortinas em todas as janelas do salão; Direção hidráulica ou elétrica; Bagageiro traseiro; Motor mínimo 175 CV, injeção eletrônica; Transmissão manual com 7 marchas (6 à frente + 1 ré) e alavanca no painel; Freios ABS acionados a ar, rodado duplo no eixo traseiro; Sistema elétrico 24V, duas baterias; Tanque de combustível diesel S-10 com capacidade mínima de 150 litros; Reservatório de ureia líquida Arla 32 obrigatório; Tacógrafo digital; Itinerário eletrônico; Porta pantográfica com acionamento a ar (interno e externo); Saídas de emergência junto às janelas e alçapão com saída de emergência; Corredor central com piso antiderrapante revestido em madeira naval; Pneus, estepe e rodas conforme padrão do fabricante; Ferramentas obrigatórias: macaco, estepe, extintor, chave de rodas, triângulo de sinalização. Todos os demais itens/acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. Plotagem conforme modelo padrão SESA.	UNID	3	R$639.000,00	R$1.917.000,00
TOTAL				R$1.917.000,00	

VALOR TOTAL: R$1.917.000,00 (um milhão, novecentos e dezessete mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 30/01/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:A5DD9FD0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 023/2026

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA

CNPJ Nº: 16.850.663/0001-35

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PACIENTES, PARA ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	Veículo tipo Van com capacidade de transporte mínimo de 10 pessoas + 01 (um) motorista, destinado ao transporte de usuários para transferência entre os serviços de saúde do Município ou para outros Municípios. Zero km, ano/modelo mínimo 2025/2026, cor branca; Carroceria e chassi integrados; Motor diesel, 4 cilindros, potência mínima 150 CV; Tração traseira ou dianteira, rodado simples na traseira; Tanque combustível mínimo 70 litros; Freios ABS; Rodas aro 16 com pneus de primeira linha e estepe padrão; Bancos fixos com apoio de cabeça, cintos de segurança para todos; Tacógrafo digital; Ar-condicionado na cabine e salão; Vidros e travas elétricas com comando na chave; Computador de bordo e tomada 12V; Retrovisores elétricos, desembaçador traseiro; Direção hidráulica ou elétrica; Sistema de alarme antifurto sonoro; Farois de neblina; Caixa de ferramentas com macaco, estepe e triângulo; Poltrona do motorista com regulagem de altura; Airbags duplos para motorista e passageiro; Janelas com cortinas laterais e traseiras; Câmbio manual com 6 marchas (5 à frente + 1 ré); Comprimento mínimo 5.900 mm, distância entre eixos mínima 3.700 mm; Tapetes de borracha dianteiros. Todos os demais itens/acessórios exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito. Plotagem conforme modelo padrão SESA.	UNID	4	R$300.000,00	R$1.200.000,00
TOTAL					R$1.200.000,00

VALOR TOTAL: R$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses após a data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 30/01/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:1D1A0CEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 041/2026 RENOVAR CONTRATOS PSS 001 2023

PORTARIA Nº 337/2025

SÚMULA – Renovar contratos servidores selecionados em Processo de Seleção Simplificado - PSS nº 001/2023.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

RENOVAR:

Artigo 1º - Contratação de servidores selecionados em Processo de Seleção Simplificado - PSS nº 001/2023, de acordo com tabela abaixo:

Mat	Nome	Portaria nomeação	Data contrato inicial	Data final contrato inicial	**Data Inicial Renovação contrato**	Data Final Renovação contrato
100361	RAFAEL JUNIOR DE OLIVEIRA MENDES	311/2025	14082025	09022026	**10022026**	14082027
100382	ESAIAS BORGES DOS SANTOS	339/2025	02092025	28022026	**01032026**	02092027
100363	JOAO MARIA DA LUZ	340/2025	02092025	28022026	**01032026**	02092027

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogado as disposições em contrário.

Publique-se,

Paço Municipal Luiz Bini
Mato Rico PR, 02 de FEVEREIRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:99374D1F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
BALANÇO ORÇAMENTARIO RECEITAS

MUNICÍPIO DE MIRASELVA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e

RECEITAS	Previsão	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.260.000,00	30.838.004,05	7.861.289,07	25,49	32.732.296,69	106,14	(1.894.292,64)
RECEITAS CORRENTES	26.180.000,00	28.179.778,05	6.851.626,07	24,31	29.316.719,66	104,03	(1.136.941,61)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	1.728.000,00	1.728.000,00	336.244,86	19,46	2.069.873,45	119,78	(341.873,45)
IMPOSTOS	1.628.000,00	1.628.000,00	337.929,78	20,76	2.015.253,17	123,79	(387.253,17)
TAXAS	100.000,00	100.000,00	(1.684,92)	(1,68)	54.620,28	54,62	45.379,72
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	100.000,00	100.000,00	11.980,47	11,98	83.327,71	83,33	16.672,29
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO	100.000,00	100.000,00	11.980,47	11,98	83.327,71	83,33	16.672,29
RECEITA PATRIMONIAL	521.000,00	521.000,00	59.608,78	11,44	649.937,23	124,75	(128.937,23)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	521.000,00	521.000,00	59.608,78	11,44	649.937,23	124,75	(128.937,23)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	192.000,00	192.000,00	79.912,26	41,62	97.100,58	50,57	94.899,42
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	2.605,55	32,57	5.394,45
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES	24.000,00	24.000,00	77.723,79	323,85	77.723,79	323,85	(53.723,79)
SERVIÇOS E ATIVIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	160.000,00	160.000,00	2.188,47	1,37	16.771,24	10,48	143.228,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.629.000,00	25.628.778,05	6.353.714,28	24,79	26.352.250,13	102,82	(723.472,08)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	19.685.500,00	21.565.200,00	4.079.039,73	18,91	19.726.671,53	91,47	1.838.528,47
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	2.243.500,00	2.363.578,05	1.987.936,20	84,11	4.931.759,75	208,66	(2.568.181,70)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	1.700.000,00	1.700.000,00	286.738,35	16,87	1.693.818,85	99,64	6.181,15
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.000,00	10.165,42	101,65	64.230,56	642,31	(54.230,56)
MULTAS ADMINISTRATIVAS,	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	10.165,42	0,00	64.230,56	0,00	(64.230,56)
BENS, DIREITOS E VALORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	80.000,00	2.658.226,00	1.009.663,00	37,98	3.415.577,03	128,49	(757.351,03)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	2.578.226,00	1.009.663,00	39,16	3.415.577,03	132,48	(837.351,03)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE	0,00	124.226,00	0,00	0,00	124.225,63	100,00	0,37
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO	0,00	2.454.000,00	1.009.663,00	41,14	3.291.351,40	134,12	(837.351,40)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	26.260.000,00	30.838.004,05	7.861.289,07	25,49	32.732.296,69	106,14	(1.894.292,64)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	26.260.000,00	30.838.004,05	7.861.289,07	25,49	32.732.296,69	106,14	(1.894.292,64)
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	26.260.000,00	30.838.004,05	7.861.289,07	25,49	32.732.296,69	106,14	(1.894.292,64)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	5.859.598,48	0,00	0,00	5.859.598,48	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	5.859.598,48	0,00	0,00	5.859.598,48	100,00	0,00

Entidades:

Município de Miraselva

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/01/2026 13:53

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:6D6D6B8F

GABINETE
DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA

MUNICÍPIO DE MIRASELVA				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025				
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea				
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.097.947,34	1.966.565,19	1.847.069,46	1.741.275,70
Dívida Mobiliária	701.044,41	634.260,51	564.458,49	509.793,90
Dívida Contratual	1.396.902,93	1.332.304,68	1.282.610,97	1.231.481,80
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	1.396.902,93	1.332.304,68	1.282.610,97	1.231.481,80
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	1.396.902,93	1.332.304,68	1.282.610,97	1.231.481,80
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.168.863,54	5.945.436,69	5.749.408,25	6.406.797,96
Disponibilidade de Caixa	5.168.863,54	5.945.436,69	5.749.408,25	6.406.797,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.364.213,72	6.446.056,69	7.101.451,97	6.910.881,29
(-) Restos a pagar processados	195.350,18	412.137,26	1.263.689,74	326.496,91
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	88.482,74	88.353,98	177.586,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(3.070.916,20)	(3.978.871,50)	(3.902.338,79)	(4.665.522,26)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.062.156,86	26.368.500,08	27.173.755,43	29.316.719,66
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	200.000,00	394.176,35	294.105,75	556.046,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	25.862.156,86	25.974.323,73	26.879.649,68	28.760.673,66
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	8,11	7,57	6,87	6,05
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(11,87)	(15,32)	(14,52)	(16,22)
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	31.034.588,23	31.169.188,48	32.255.579,62	34.512.808,39
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	27.931.129,41	28.052.269,63	29.030.021,65	31.061.527,55
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	15.400,77	15.005,47	13.087,13	30.579,41
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:				
Município de Miraselva				

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:361BE418

GABINETE
DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÃO DE CREDITO

MUNICÍPIO DE MIRASELVA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00

Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	29.316.719,66	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	556.046,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	28.760.673,66	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.601.707,79	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	4.141.537,01	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	2.013.247,16	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Quadrimestre de Referência	**Até o Quadrimestre Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Município de Miraselva		

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:1B5F4498

GABINETE
DEMONSTRATIVO OPERAÇÃO DE CREDITOS

MUNICÍPIO DE MIRASELVA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	8.804.883,41	5.565.634,69	3.239.248,72
Investimentos	8.394.883,41	5.156.739,61	3.238.143,80
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	410.000,00	408.895,08	1.104,92
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	8.804.883,41	5.565.634,69	3.239.248,72
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	8.804.883,41	5.565.634,69	3.239.248,72
Entidades:			
Município de Miraselva			

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:9E81F9A3

GABINETE
DEMONSTRATIVO PARCERIAS PUBLICO PRIVADO

MUNICÍPIO DE MIRASELVA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
2025		
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts.		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00

Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)											
Das Estatais Não-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	29.316.719,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Município de Miraselva											

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:57D4FF07

GABINETE
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO RELATORIO DA GESTÃO

CONSOLIDADO DE MIRASELVA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	29.754.908,31	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	29.198.862,31	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	29.198.862,31	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	14.921.460,96	51,10
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.767.385,65	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	14.979.016,37	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.190.647,08	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-4.628.447,69	-15,85
Limite definido por resolução do senado federal	35.038.634,77	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	6.423.749,71	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	4.671.817,97	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	2.043.920,36	7,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	18.715,22	6.339.143,98
Entidades:		
Município de Miraselva		
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE Miraselva)		

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:22DA9F65

GABINETE
DEMOSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRA GARANTIA DE VALORES

MUNICÍPIO DE MIRASELVA				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES				
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A ABRIL DE 2025				
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §				
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**26.062.156,86**	**26.368.500,08**	**0,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §	**200.000,00**	**394.176,35**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI -	**25.862.156,86**	**25.974.323,73**	**0,00**	**0,00**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**5.689.674,51**	**5.714.351,22**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**5.120.707,06**	**5.142.916,10**	**0,00**	**0,00**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**		
		até o 1º	**até o 2º**	**até o 3º**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:				
Município de Miraselva				
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/01/2026 14:15				

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:0BAA09A6

GABINETE
RECEITAS DE ALIENAÇÃO

MUNICÍPIO DE MIRASELVA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	92.000,00	15.912,64	76.087,36
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	92.000,00	15.912,64	76.087,36
Alienação de Bens Móveis	40.000,00	0,00	40.000,00
Alienação de Bens Imóveis	40.000,00	0,00	40.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12.000,00	15.912,64	(3.912,64)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	92.000,00	15.912,64	76.087,36

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (e)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)**	**SALDO A PAGAR (g) = (d-e)**
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (h)**	**DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))**	**SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)**
VALOR (III)	147.645,25	15.912,64	163.557,89
Entidades:			
Município de Miraselva			

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:C1DA78A8

GABINETE
RECEITAS E DESPESAS MANUTENÇÃO ENSINO

MUNICÍPIO DE MIRASELVA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO**	**RECEITAS REALIZADAS Até**

	ATUALIZADA (a)	bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.628.000,00	2.015.253,17
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	345.000,00	96.282,43
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	500.000,00	141.176,52
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	203.000,00	807.332,52
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	580.000,00	970.461,70
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	20.984.700,00	24.911.594,16
2.1 - Cota-parte FPM	19.019.700,00	21.279.404,04
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.641.000,00	18.943.956,21
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	2.378.700,00	2.335.447,83
2.2 - Cota-parte ICMS	1.500.000,00	3.001.623,05
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	25.000,00	43.616,60
2.4 - Cota-parte ITR	40.000,00	143.775,00
2.5 - Cota-parte IPVA	400.000,00	443.175,47
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	22.612.700,00	26.926.847,33
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	3.721.200,00	4.515.229,27
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.931.975,00	2.216.482,57

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.708.500,00	1.762.812,68
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.708.500,00	1.762.812,68
6.1.1 - Principal	1.700.000,00	1.752.045,37
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	8.500,00	10.767,31
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(2.021.200,00)	(2.763.183,90)

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	Valor
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	20.353,35
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	20.353,35
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	1.783.166,03

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	1.824.032,00	1.752.933,88	1.752.933,88	1.718.428,86	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.822.532,00	1.752.530,88	1.752.530,88	1.718.025,86	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	1.822.532,00	1.752.530,88	1.752.530,88	1.718.025,86	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	1.500,00	403,00	403,00	403,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.500,00	403,00	403,00	403,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.752.933,88	1.752.933,88	1.718.428,86	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.752.933,88	1.752.933,88	1.718.428,86	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.752.530,88	1.752.530,88	1.718.025,86	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	**VALOR EXIGIDO (j)**	**VALOR APLICADO (k)**	**VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)**	**% APLICADO (m)**
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	1.233.968,88	1.752.530,88	1.752.530,88	99,42
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	**VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)**	**VALOR NÃO APLICADO (o)**	**VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)**	**VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)**	**% NÃO APLICADO (r)**
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	176.281,27	9.878,80	9.878,80	0,00	0,56

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)**	**VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)**	**VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)**	**VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)**	**VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)**	**VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)**
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	171.969,65	20.353,35	0,00	0,00	20.353,35	20.353,35
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	171.969,65	20.353,35	0,00	0,00	20.353,35	20.353,35
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	5.686.201,00	4.773.297,00	4.772.138,70	4.698.101,02	1.158,30

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
20.1 - Educação Infantil	2.280.391,00	2.207.427,09	2.207.427,09	2.165.221,61	0,00
20.2 - Ensino Fundamental	3.122.410,00	2.330.753,94	2.329.595,64	2.299.834,29	1.158,30
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	283.400,00	235.115,97	235.115,97	233.045,12	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	7.226.833,00	6.291.114,91	6.289.956,61	6.183.484,76	1.158,30
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.280.391,00	2.207.427,09	2.207.427,09	2.165.221,61	0,00
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.946.442,00	4.083.687,82	4.082.529,52	4.018.263,15	1.158,30

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	4.773.297,00
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.515.229,27
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	20.353,35
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	9.268.172,92

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			**VALOR EXIGIDO (z)**	**VALOR APLICADO (aa)**	**% APLICADO (ab)**
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			6.731.711,83	9.268.172,92	34,42
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	**SALDO INICIAL (ac)**	**RP LIQUIDADOS (ad)**	**RP PAGOS (ae)**	**RP CANCELADOS (af)**	**SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)**
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	12.984,90	0,00	12.804,90	0,00	180,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	12.984,90	0,00	12.804,90	0,00	180,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	300.500,00	260.583,61
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	143.000,00	126.764,14

31.1.1 - Salário-Educação	143.000,00	126.764,14
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	140.500,00	115.504,53
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	17.000,00	18.314,94

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	315.511,00	780.299,21	780.299,21	779.376,09	0,00
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	10.308,90	10.308,90	10.308,90	0,00
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	315.511,00	767.834,92	767.834,92	766.911,80	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	2.155,39	2.155,39	2.155,39	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	7.825.744,00	7.306.530,09	7.305.371,79	7.195.905,97	1.158,30
33.1 - Despesas Correntes	7.782.744,00	7.266.249,92	7.265.091,62	7.155.625,80	1.158,30
33.1.1 - Pessoal Ativo	5.988.783,00	5.812.283,57	5.812.283,57	5.702.817,75	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	1.793.961,00	1.453.966,35	1.452.808,05	1.452.808,05	1.158,30
33.2 - Despesas de Capital	43.000,00	40.280,17	40.280,17	40.280,17	0,00
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	43.000,00	40.280,17	40.280,17	40.280,17	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	25.541,22	8.260,30
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.762.812,68	126.764,14
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	1.718.428,86	122.777,79
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	69.925,04	12.246,65
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	69.925,04	12.246,65
Entidades:		
Município de Miraselva		

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:CC4B8DA5

GABINETE
RELATORIO EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	26.260.000,00
Previsão Atualizada da Receita	30.838.004,05
Receitas Realizadas	32.732.296,69
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	5.859.598,48
Dotação Inicial	24.798.640,00
Créditos Adicionais	10.437.602,53
Dotação Atualizada	35.236.242,53
Despesas Empenhadas	30.306.833,09
Despesas Liquidadas	30.288.117,87
Despesas Pagas	29.962.592,74
Superávit Orçamentário	2.425.463,60
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	30.306.833,09
Despesas Liquidadas	30.288.117,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	29.316.719,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	28.760.673,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com	28.760.673,66
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00

Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de**		**Resultado apurado até o**	**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00		3.054.432,38	0,00 %
Resultado Primário	0,00		2.438.264,75	0,00 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	195.350,18	29.900,00	164.478,40	971,78
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	15.400,77	0,00	3.536,58	11.864,19
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	210.750,95	29.900,00	168.014,98	12.835,97
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -	9.268.172,92	25% / 18%		34,42
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação	1.752.530,88	70%		99,42
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	0,00		0,00	
Despesa de Capital Líquida	5.565.634,69		3.239.248,72	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		80.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.311.733,67	15%		21,60
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**			
Total das Despesas/RCL (%)				
Entidades:				
Município de Miraselva				

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:572D16BA

GABINETE
RESULTADO NOMINAL

MUNICÍPIO DE MIRASELVA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	28.179.778,05	29.316.719,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.728.000,00	2.069.873,45
IPTU	345.000,00	96.282,43
ISS	203.000,00	807.332,52
ITBI	500.000,00	141.176,52
IRRF	580.000,00	970.461,70
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	100.000,00	54.620,28
Contribuições	100.000,00	83.327,71
Receita patrimonial	521.000,00	649.937,23
Aplicações Financeiras (II)	521.000,00	649.937,23
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências correntes	25.628.778,05	26.352.250,13
Cota-Parte do FPM	19.019.700,00	17.490.613,25
Cota-Parte do ICMS	1.500.000,00	2.401.298,68
Cota-Parte do IPVA	400.000,00	354.540,37
Cota-Parte do ITR	40.000,00	115.020,08
Transferências da LC 61/1989	25.000,00	34.893,30
Transferências do FUNDEB	1.700.000,00	1.752.045,37
Outras transferências correntes	2.944.078,05	4.203.839,08
Demais receitas correntes	202.000,00	161.331,14
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	5.391,69

Receitas Correntes Restantes	202.000,00	155.939,45
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	27.658.778,05	28.661.390,74
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.658.226,00	3.415.577,03
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	80.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	80.000,00	0,00
Transferências de Capital	2.578.226,00	3.415.577,03
Convênios	124.226,00	124.225,63
Outras Transferências de Capital	2.454.000,00	3.291.351,40
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	2.658.226,00	3.415.577,03
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	30.317.004,05	32.076.967,77
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	30.317.004,05	32.076.967,77

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	26.431.359,12	24.741.198,40	24.729.653,10	24.404.174,48	150.893,70	3.536,58	3.536,58
Pessoal e encargos sociais	14.960.703,00	14.667.354,68	14.667.354,68	14.416.888,68	29.593,35	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	83.100,00	83.009,62	83.009,62	83.009,62	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	11.387.556,12	9.990.834,10	9.979.288,80	9.904.276,18	121.300,35	3.536,58	3.536,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	26.348.259,12	24.658.188,78	24.646.643,48	24.321.164,86	150.893,70	3.536,58	3.536,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	8.804.883,41	5.565.634,69	5.558.464,77	5.558.418,26	13.584,70	0,00	0,00
Investimentos	8.394.883,41	5.156.739,61	5.149.569,69	5.149.523,18	13.584,70	0,00	0,00
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	410.000,00	408.895,08	408.895,08	408.895,08	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	8.394.883,41	5.156.739,61	5.149.569,69	5.149.523,18	13.584,70	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	34.743.142,53	29.814.928,39	29.796.213,17	29.470.688,04	164.478,40	3.536,58	3.536,58
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	34.743.142,53	29.814.928,39	29.796.213,17	29.470.688,04	164.478,40	3.536,58	3.536,58
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]					2.438.264,75		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]					2.438.264,75		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Até Dezembro / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	649.937,23
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	33.769,60
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.054.432,38

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Dezembro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.097.947,34	1.741.275,70
DEDUÇÕES (XL)	5.168.863,54	6.406.797,96
Disponibilidade de Caixa	5.168.863,54	6.406.797,96

Disponibilidade de Caixa Bruta	5.364.213,72	6.910.881,29
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	195.350,18	326.496,91
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	177.586,42
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(3.070.916,20)	(4.665.522,26)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	1.594.606,06	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Dezembro / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	131.146,73	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII +	1.725.752,79	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	1.109.585,16	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.859.598,48	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.859.598,48	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Entidades:		
Município de Miraselva		
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/01/2026 13:57		

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:85E491E0

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2026

AUTORIZO a contratação direta por *Dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA** CNPJ nº 75.845.529/0001-05	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: LABNORTE MATERIAIS MEDICO, HOSPITALARES E LABORATORIAIS LTDA - EPP **CNPJ nº:** 34.922.825/0001-85
OBJETO	CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA ATENDER A DEMANDA DE SERVIÇOS DE COLETA DE MATERIAL PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES BIOQUÍMICOS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.	
VALOR TOTAL	R$ 27.389,47 (vinte e sete mil trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos).	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	04.001.10.301.0004.2026.3.3.90.30.00.00	

PUBLIQUE-SE o resultado.
Miraselva/PR, 02 de fevereiro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:15CB8D97

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N° 001/2026 - CREDENCIAMENTO DE FEIRANTES PARA O CARNAVAL DE MORRETES

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

EDITAL N° 001/2026

CREDENCIAMENTO DE FEIRANTES PARA O CARNAVAL DE MORRETES

O **MUNICÍPIO DE MORRETES**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº **76.022.490/0001-99**, com sede na Praça Rocha Pombo, nº 10, Bairro Centro Histórico, Morretes/PR, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que rege o procedimento que realizará **CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PARA EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA DE COMÉRCIO E VENDA DE CERVEJAS, DESTILADOS, CHOPP E BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS PRONTAS PARA CONSUMO, DURANTE AS FESTIVIDADES DO CARNAVAL 2026**, mediante concessão de **AUTORIZAÇÃO DE USO TEMPORÁRIO**, para uso de espaço físico público, tendo em vista o interesse da coletividade;

CONSIDERANDO a reunião da Comissão Especial de Avaliação de Credenciamento para habilitação prévia dos interessados, realizada em 30 de janeiro de 2026;

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA a lista de habilitados preliminarmente ao Credenciamento para o Carnaval 2026, conforme decisão da Comissão Organizadora, no Anexo Único, parte integrante deste Edital.
1. Deve o candidato ao credenciamento certificar-se da homologação de sua inscrição, e havendo incorreções, estas deverão ser devidamente indicadas e comprovadas documentalmente, e solicitada a correção, mediante recurso.
2. Os recursos poderão ser encaminhados via e-mail: **secultureditais@morretes.pr.gov.br**, recebidos exclusivamente neste endereço online, entre **04** e **05** de fevereiro de 2026.
3. Os interessados na proposição de recursos que encontrarem dificuldades em submeter de forma online deverão se dirigir presencialmente, das 9h às 16:30h, no Protocolo Geral, na Sala da Cidadania, dentro do pátio da Prefeitura Municipal de Morretes, localizada na Praça Rocha Pombo, nº 10, Centro, neste Município de Morretes, portado da que comprove a necessidade de correção para sua habilitação.
4. Os recursos serão objeto de análise pela Comissão de Credenciamento, que providenciará as correções necessárias.
5. A publicação das inscrições homologadas definitivamente, após a análise dos recursos pela Comissão Especial de Avaliação de Credenciamento, ocorrerá em 09 de fevereiro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 02 de fevereiro de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO ÚNICO

LISTA DE HABILITADOS PRELIMINARMENTE AO CREDENCIAMENTO PARA O CARNAVAL 2026

	INSCRIÇÕES – CARNAVAL 2026			
Protocolo	**Requerente**	**Atividade**	**Observação**	**Participação em outros eventos**
769/2026	Marta Fetisch Vidal Pinto	Venda de bebidas: água, refrigerante, suco, cerveja e drinks	Apresentar documentação referente à procedência das bebidas a serem comercializadas	Participante de edições da Festa Feira, Marumbi Festival
123/2026	William Sellmer Lopes	Venda de licores, bebidas, cervejas e chope de produção própria	**Deferido**	Participante de edições de Carnaval, Festa Feira, Marumbi Festival
645/2026	APAE Morretes – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes	Venda de bebidas: água, refrigerante, cerveja e batidas,	Apresentar documentação referente à procedência das bebidas a serem comercializadas como "batidas" e à licença sanitária	Participante de edições da Festa Feira, Carnaval
614/2026	Fábio Umbelino De Oliveira	Venda de Chopp	Apresentar documentação referente à comprovante de residência e à licença sanitária	Participante de outras edições de Carnaval e Festa Feira
989/2026	Monteiro Harden LTDA	Venda da chopp	Apresentar documentação referente à comprovante de residência	Participante de edições da Festa Feira
621/2026	R Obsuth	Venda de Chopp, kombucha de produção própria	**Deferido**	Participante de outras edições de Carnaval, Festa Feira, Marumbi Festival e da Feira do Produtor
612/2026	Daniela Polowei	Venda de chopp artesanal	Apresentar documentação referente à comprovante de residência	
812/2026	DL Morais	Venda de bebidas, chopp e cerveja	Apresentar documentação referente à comprovante de residência, documentação referente à procedência dos itens e licença sanitária	

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:57403A6E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 136/2025
Dispensa de Licitação n.º 02/2026

OBJETO: Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de montagem de bicicletas destinadas aos agentes comunitários de saúde, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo Senhor **MANOEL MEDEIROS MACHADO**, Secretário Municipal de Saúde.

CONTRATADA:

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 02/2026 – ID 02/2026
21.220.943 MARCIO DA SILVA SANTOS
CNPJ n.º21.220.943/0001-08.
Valor total de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais).
Assinatura: MARCIO DA SILVA SANTOS, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato é de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogada nos moldes do Art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	MONTAGEM DE BICICLETA ENVOLVE A INSTALAÇÃO E AJUSTE DE TODOS OS COMPONENTES PARA FORMAR UMA BICICLETA FUNCIONAL E SEGURA. ISSO INCLUI A MONTAGEM DO QUADRO, GARFO, RODAS, PNEUS, CÂMBIOS, FREIOS, PEDAIS, GUIDÃO, SELIM, E OUTROS ACESSÓRIOS. ALÉM DA MONTAGEM FÍSICA, O PROCESSO TAMBÉM ENVOLVE A REGULAGEM DOS FREIOS E CÂMBIOS, O AJUSTE DA ALTURA DO SELIM E GUIDÃO, A LUBRIFICAÇÃO DA	SERV	30	R$ 95,00	R$ 2.850,00

	CORRENTE E COMPONENTES MÓVEIS, E A CALIBRAGEM DOS PNEUS. EM BICICLETAS COM SUSPENSÃO, A CALIBRAGEM DA SUSPENSÃO TAMBÉM É UM PASSO IMPORTANTE: MODELO : BICICLETA - BICICLETA ARO 26 FULL SUSPENSÃO 21 MARCHAS OU SUPERIOR, COM QUADRO DE AÇO DE CARBONO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: GARFO : 26 MTB 21.1 C/ SUSPENSÃO GUIDÃO: DOWNHILL 560MM EM AÇO CARBONO FREIOS: JOGO DE FREIOS VBRAKE ALUMÍNIO ANOPLAS: DIPLOMATA CORRENTE: 1/2 X 3/32 SELIM: MTB PREMIUM OYAL CICLO PEDIVELA PNEUS: 26 PRETO PEDAL: PLÁSTICO 9/16 MOVIMENTO CENTRAL : 129, SEMISELADO 34.7 CONTEÚDO DA EMBALAGEM 1 BICICLETA; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 06X57X175CM; APROXIMADO (CM) AXLXP LÍQ. PESO DO PRODUTO (KG) 18,6KG; AMORTECEDOR: TRASEIRA 150MM E SUSPENSÃO				

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:FEAFA8BC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 136/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE BICICLETA DESTINADAS AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando a solicitação e justificativa para contratação do objeto proposto, procedendo a análise de documentos quanto ao objeto a ser contratado e com base na classificação das propostas onde o critério aplicado foi o de **MENOR VALOR.**

Considerando a informação da Secretaria da Fazenda, Divisão de Contabilidade e o arrazoado contido no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica deste Poder, que, dentre outras ponderações, opina sobre a legalidade desta dispensa de licitação para o referente objeto**.**

Em conformidade com as informações constantes no Processo Administrativo nº 139/2025, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 560/2022.

DECIDE-SE:

Tendo como princípio a economicidade, e com fundamento nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, **HOMOLOGO** a dispensa de licitação, em atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

Dito isso, **RATIFICO** a contratação da seguinte proposta:

EMPRESA:
21.220.943 MARCIO DA SILVA SANTOS
CNPJ nº 21.220.943/0001-08.

OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MONTAGEM DE BICICLETA ENVOLVE A INSTALAÇÃO E AJUSTE DE TODOS OS COMPONENTES PARA FORMAR UMA BICICLETA FUNCIONAL E SEGURA. ISSO INCLUI A MONTAGEM DO QUADRO, GARFO, RODAS, PNEUS, CÂMBIOS, FREIOS, PEDAIS, GUIDÃO, SELIM, E OUTROS ACESSÓRIOS. ALÉM DA MONTAGEM FÍSICA, O PROCESSO TAMBÉM ENVOLVE A REGULAGEM DOS FREIOS E CÂMBIOS, O AJUSTE DA ALTURA DO SELIM E GUIDÃO, A LUBRIFICAÇÃO DA CORRENTE E COMPONENTES MÓVEIS, E A CALIBRAGEM DOS PNEUS. EM BICICLETAS COM SUSPENSÃO, A CALIBRAGEM DA SUSPENSÃO TAMBÉM É UM PASSO IMPORTANTE: MODELO : BICICLETA - BICICLETA ARO 26 FULL SUSPENSÃO 21 MARCHAS OU SUPERIOR, COM QUADRO DE AÇO DE CARBONO. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: GARFO : 26 MTB 21.1 C/ SUSPENSÃO GUIDÃO: DOWNHILL 560MM EM AÇO CARBONO FREIOS: JOGO DE FREIOS VBRAKE ALUMÍNIO ANOPLAS: DIPLOMATA CORRENTE: 1/2 X 3/32 SELIM: MTB PREMIUM OYAL CICLO PEDIVELA PNEUS: 26 PRETO PEDAL: PLÁSTICO 9/16 MOVIMENTO CENTRAL : 129, SEMISELADO 34.7 CONTEÚDO DA EMBALAGEM 1 BICICLETA; 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO 06X57X175CM; APROXIMADO (CM) AXLXP LÍQ. PESO DO PRODUTO (KG) 18,6KG; AMORTECEDOR: TRASEIRA 150MM E SUSPENSÃO	SERV	30	R$ 95,00	R$ 2.850,00

VALOR:
R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
RED. 270. 07.002.10.303.0170.2041.3.3.90.39.00.00 FONTE 1495
RED. 270. 07.002.10.303.0170.2041.3.3.90.39.00.00 FONTE 1497

Morretes, 02 de fevereiro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Tauany da Silva
Código Identificador:6876EF4A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF- ANEXO II

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			Exercício de 2025
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
ENTIDADES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA			
JANEIRO A DEZEMBRO 2025 / SEMESTRE JANEIRO - DEZEMBRO			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			R$ 1,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.924.174,05	2.610.720,76	2.517.325,50
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.924.174,05	2.610.720,76	2.517.325,50
Empréstimos	-7.695,66	-7.695,66	-7.695,66
Internos	-7.695,66	-7.695,66	-7.695,66
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	2.931.869,71	2.618.416,42	2.525.021,16
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-4.071.747,08	-4.215.877,96	-2.688.543,93
Disponibilidade de Caixa[1]	-4.071.747,08	-4.215.877,96	-2.688.543,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	3.311.464,02	3.062.262,29	1.695.754,25
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	760.283,06	1.153.615,67	992.789,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	6.995.921,13	6.826.598,72	5.205.869,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.194.308,23	35.267.449,07	33.097.791,57
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.250.000,00	1.250.000,00	605.097,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	34.944.308,23	34.017.449,07	32.492.693,81
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	8.37%	7.67%	7.75%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	20.02%	20.07%	16.02%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	41.933.169,88	40.820.938,88	38.991.232,57
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	37.739.852,89	36.738.845,00	35.092.109,31
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até o 1º Semestre	**Até o 2º Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)[2]	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	2.554.379,88	2.544.844,88	6.063.911,89
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:17:44.			
1. A Disponibilidade de Caixa Bruta não poderá apresentar valor negativo, porém, em determinadas situações, como utilização de depósitos restituíveis para pagamento de despesas próprias do ente, o valor da linha "Disponibilidade de Caixa" poderá resultar em valor negativo. Por outro lado, o ente deve incluir os valores das obrigações a pagar atrasadas que estiverem registradas como restos a pagar processados (RPP) no item "Outras Dívidas" da DC (I), por meio do registro dos RPP sem disponibilidade financeira em conta de controle específica (e não de forma automática), e, para evitar duplicidade, deve deduzir o valor correspondente do montante total de RPP informado no bloco das DEDUÇÕES (II).			
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não			
foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:2F6F87DC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF - ANEXO III

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			Exercício de 2025
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JULHO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00

AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III+ IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	20.408.391,49	35.267.449,07	33.097.791,57
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	1.250.000,00	1.250.000,00	605.097,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	19.158.391,49	34.017.449,07	32.492.693,81
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0.00%	0.00%	0.00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% 4.214.846,13		7.483.838,80	7.148.392,64
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1ª do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.793.361,52	6.735.454,92	6.433.553,38

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:18:20.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:1280F7F7

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF- ANEXO IV

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		Exercício de 2025
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ENTIDADES : PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA		
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R$ 1,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No 2º Semestre	**Até o 2º Semestre (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	33.097.791,57	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	605.097,76	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	32.492.693,81	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00 %
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.198.831,01	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14,4%>	4.678.947,91	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.274.488,57	7%
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No 2º Semestre	**Até o 2º Semestre (a)**
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:18:33.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:82546F9E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF - ANEXO VI

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR - PODER EXECUTIVO		
Exercício de 2025		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Até 2º Semestre de 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	33.097.791,57	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.492.693,81	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	32.492.693,81	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL A JUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.725.482,62	36,09
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	17.546.054,66	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	16.668.751,93	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	15.791.449,19	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	5.205.869,43	16,02
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	38.991.232,57	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.148.392,64	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.198.831,01	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.274.488,57	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.595.262,15	-4.821.239,82
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:20:50.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:3BBFB8DF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - IV

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR		
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2025 / SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO		
RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)		R$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliarias	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)**	**INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**

Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	0,00	0,00	0,00	0,00	

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
Valor	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)**
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)**	**INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	0,00	0,00	0,00	0,00	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outros Bens e Direitos	0,00				
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**		**RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)**		
Contribuições dos Servidores	0,00		0,00		
Demais Receitas Previdenciárias	0,00		0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00		0,00		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)**	**INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:10:09.					
Nota(s) Explicativa(s):					
Nova América da Colina, 30/01/2026					

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:342A27D9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - IX

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR			
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Exercício de 2025
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	664.563,14	0,00	664.563,14
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	12.486.678,01	8.386.928,52	4.099.749,49
Investimentos	11.180.557,14	7.980.079,97	3.200.477,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.306.120,87	406.848,55	899.272,32
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.486.678,01	8.386.928,52	4.099.749,49

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	11.822.114,87	8.386.928,52	3.435.186,35
Nova América da Colina, 30/01/2026			
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:11:03.			
Nota(s) Explicativa(s):			

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:2B3E1400

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - VI

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR		
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO - DEZEMBRO 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)	R$ 1,00	
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	30.045.578,95	33.097.791,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.272.114,83	1.623.108,44
IPTU	1.075.187,04	204.492,54
ISS	242.261,42	385.837,01
ITBI	452.142,84	91.456,77
IRRF	375.184,77	782.998,62
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	127.338,76	158.323,50
Contribuições	665.430,80	186.491,86
Receita Patrimonial	744.786,88	1.733.202,62
Aplicações Financeiras (II)	743.629,25	1.733.202,62
Outras Receitas Patrimoniais	1.157,63	0,00
Transferências Correntes	24.051.117,98	27.979.810,21
Cota-Parte FPM	12.386.587,50	15.090.393,18
Cota-Parte ICMS	4.427.811,09	4.740.303,16
Cota-Parte IPVA	1.214.148,85	441.929,44
Cota-Parte ITR	63.669,36	88.554,28
Transferências da LC 61/1989	295.194,36	68.888,64
Transferências do FUNDEB	3.431.806,95	2.912.301,59
Outras Transferências Correntes	2.231.899,87	4.637.439,92
Demais Receitas Correntes	2.312.128,46	1.575.178,44
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	2.312.128,46	1.575.178,44
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	29.301.949,70	31.364.588,95
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	1.335.319,55	3.566.804,36
Operações de Crédito (VIII)	664.563,14	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	6.193,30	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	6.193,30	0,00
Transferências de Capital	664.563,11	3.566.804,36
Convênios	664.563,11	3.566.804,36
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	670.756,41	3.566.804,36
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	29.972.706,11	34.931.393,31
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	29.972.706,11	34.931.393,31

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Dezembro 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	36.519.911,42	25.607.444,88	25.071.153,51	24.887.450,65	1.796.667,15	85.730,14	85.697,62
Pessoal e Encargos Sociais	15.890.022,88	9.938.641,17	9.938.641,17	9.938.641,17	537.463,21	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20.629.888,54	15.668.803,71	15.132.512,34	14.948.809,48	1.259.203,94	85.730,14	85.697,62
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	20.629.888,54	15.668.803,71	15.132.512,34	14.948.809,48	1.259.203,94	85.730,14	85.697,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	36.519.911,42	25.607.444,88	25.071.153,51	24.887.450,65	1.796.667,15	85.730,14	85.697,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	12.486.678,01	8.386.928,52	5.327.957,74	5.327.957,74	2.778,00	0,00	0,00
Investimentos	11.180.557,14	7.980.079,97	4.921.109,19	4.921.109,19	2.778,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Amortização da Dívida (XXVII)	1.306.120,87	406.848,55	406.848,55	406.848,55	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	11.180.557,14	7.980.079,97	4.921.109,19	4.921.109,19	2.778,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	499.984,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	48.200.452,63	33.587.524,85	29.992.262,70	29.808.559,84	1.799.445,15	85.730,14	85.697,62
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	48.200.452,63	33.587.524,85	29.992.262,70	29.808.559,84	1.799.445,15	85.730,14	85.697,62
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]					3.237.690,70		
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]					3.237.690,70		

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-250.567,39
JUROS NOMINAIS	Janeiro - Dezembro 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.733.202,62
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	4.970.893,32

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024(a)	Janeiro - Dezembro 2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	2.924.174,05	2.517.325,50
DEDUÇÕES (XL)	-4.071.747,08	-2.688.543,93
Disponibilidade de Caixa	-4.071.747,08	-2.688.543,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	3.311.464,02	1.695.754,25
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	760.283,06	992.789,68
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	6.995.921,13	5.205.869,43
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**1.790.051,70**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Janeiro - Dezembro 2025	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-1.615.709,77	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	4.796.551,39	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	4.970.893,32	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	3.237.690,70	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:11:21.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:00F1C905

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - VIII

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR		
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA		Exercício de 2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.179.100,00	3.707,15
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	917.000,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	475.000,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	392.000,00	1.130,71
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	395.100,00	2.576,44
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.317.850,00	0,00
2.1 - Cota-Parte FPM	17.373.100,00	0,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.910.600,00	0,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.462.500,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	3.517.000,00	0,00
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	267.750,00	0,00
2.4 - Cota-Parte ITR	58.000,00	0,00
2.5 - Cota-Parte IPVA	1.102.000,00	0,00
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**24.496.950,00**	**3.707,15**
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))[1]	**4.171.070,00**	**0,00**

5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	**1.953.167,50**	**926,79**
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6 - TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	1.802.500,00	0,00
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.802.500,00	0,00
6.1.1 - Principal	1.802.500,00	0,00
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1 - Principal	0,00	0,00
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1 - Principal	0,00	0,00
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	-2.368.570,00	0,00
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	0,00	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	**0,00**	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)		VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO (p)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O

	ANTERIOR (s)				EXERCÍCIO (w)	PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	1.848,59	0,00	0,00	1.848,59	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	1.848,59	0,00	0,00	1.848,59	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	3.237.500,00	127.348,55	91.336,10	73.865,43	36.012,45
20.1 - Educação Infantil	2.355.000,00	38.209,42	17.639,67	9.686,30	20.569,75
20.2 - Ensino Fundamental	882.500,00	89.139,13	73.696,43	64.179,13	15.442,70
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	3.237.500,00	127.348,55	91.336,10	73.865,43	36.012,45
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	2.355.000,00	38.209,42	17.639,67	9.686,30	20.569,75
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	882.500,00	89.139,13	73.696,43	64.179,13	15.442,70

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20 (d ou e)	127.348,55
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	0,00
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18 (q)	0,00
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL = L19 (x)	0,00
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	36.012,45
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af) 4 e 7	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	91.336,10

2e5 APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	926,79	91.336,10	2.463,78

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	275.000,00	0,00
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	190.000,00	0,00
31.1.1 - Salário-Educação	190.000,00	0,00
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	85.000,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	930.000,00	24.874,98	24.182,18	1.187,94	692,80
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	745.000,00	24.874,98	24.182,18	1.187,94	692,80
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	185.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**5.970.000,00**	**176.164,76**	**139.459,51**	**75.053,37**	**36.705,25**
33.1 - Despesas Correntes	5.680.000,00	172.147,76	135.442,51	72.831,37	36.705,25
33.1.1 - Pessoal Ativo	2.744.519,33	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

lucrativos					
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	2.935.480,67	172.147,76	135.442,51	72.831,37	36.705,25
33.2 - Despesas de Capital	290.000,00	4.017,00	4.017,00	2.222,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	290.000,00	4.017,00	4.017,00	2.222,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	-701.782,32	269.576,74
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	0,00	0,00
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	0,00	0,00
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-701.782,32	269.576,74
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	-701.782,32	269.576,74
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:11:20.		
[1] Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
[2] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
[3] Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
Nota(s) Explicativa(s):		

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:09F5690A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - XI

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR							
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA							Exercício de 2025
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A DEZEMBRO							
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**			**RECEITAS REALIZADAS (b)**			**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00			0,00			0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00			0,00			0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00			0,00			0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00			0,00			0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00			0,00			0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	208.372,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.372,51
Despesas de Capital	208.372,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.372,51
Investimentos	208.372,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	208.372,51
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2024 **(i)**		2025 **(j) = (Ib - (IIf+IIg))**			**SALDO ATUAL**	
VALOR (III)	0,00		0,00			0,00	
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:12:14.							
Nota(s) Explicativa(s):							

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:6244A5E8

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO -XIV

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA	Exercício de 2025
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA	

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO / SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO			
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	R$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**		
RECEITAS			
Previsão Inicial	31.380.898,50		
Previsão Atualizada	31.380.898,50		
Receitas Realizadas	36.664.595,93		
Déficit Orçamentário	0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00		
DESPESAS			
Dotação Inicial	30.016.573,50		
Dotação Atualizada	49.506.573,50		
Despesas Empenhadas	33.994.373,40		
Despesas Liquidadas	30.399.111,25		
Despesas Pagas	30.215.408,39		
Superávit Orçamentário	2.670.222,53		
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**		
Despesas Empenhadas	33.994.373,40		
Despesas Liquidadas	30.399.111,25		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**		
Receita Corrente Líquida	33.097.791,57		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	32.492.693,81		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	32.492.693,81		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**		
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00		
Resultado Previdenciário	0,00		
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)			
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00		
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00		
Resultado Previdenciário	0,00		
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	**Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)**	**Resultado Apurado Até o Bimestre (b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	-250.567,39	3.237.690,70	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	1.790.051,70	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Cancelamento Até o Bimestre**	**Pagamento Até o Bimestre**	**Saldo a Pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.334.014,69	0,00	1.799.445,15	1.534.569,54
Poder Executivo	3.334.014,69	0,00	1.799.445,15	1.534.569,54
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.554.379,88	0,00	85.697,62	2.468.682,26
Poder Executivo	2.554.379,88	0,00	85.697,62	2.468.682,26
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.888.394,57	0,00	1.885.142,77	4.003.251,80

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.416.551,33	25%	20,34
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	0,00	70%	0,00
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor Apurado no Exercício**		**Saldo não realizado**	
Receita de Operação de Crédito	0,00		664.563,14	
Despesa de Capital Líquida	8.386.928,52		4.099.749,49	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício (2024)**	**10º Exercício (2033)**	**20º Exercício (2043)**	**35º Exercício (2058)**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado no Exercício**	**Saldo a Realizar**	
Receitas da Alienação de Ativos	0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	208.372,51	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até o Bimestre**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até o Bimestre**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.952.260,72	15%	11,75
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor**	**Apurado no Exercício**	**Corrente**
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:15:58.
Nota(s) Explicativa(s):
Nova América da Colina, 30/01/2026

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:DB5B88D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
ARP 142/2025 - PRINTSUL

FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU PAIÇANDU-PR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU,** inscrito no CNPJ nº 30.372.351/0001-94, com endereço FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, na cidade de PAIÇANDU-PR, neste ato representado pelo ordenador, **ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI** portador da Cédula de Identidade nº 7.870.995-2, e inscrito no CPF/MF sob o nº 032.744.339-18, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações, dos Decretos Municipais nºs , e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 30/2025, homologado em 16/01/2026, integrante do Processo Administrativo nº 49/2025, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA, CNPJ nº 19.032.430/0001-13, com endereço RUA PEDRO VANDERLEI WEBER, 46, CEP 89270000, representada por FABRICIO HACKBARTH,
Carteira de identidade nº [Documento2Representante], inscrito no CPF nº 045.602.469-71, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO:

2. A presente **ATA** tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de **O presente instrumento visa através de REGISTRO DE PREÇOS, com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de KIT DE MATERIAIS ESCOLARES para atender os alunos matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centros Municipais de Educação Infantil, Escola de Ensino Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Município de Paiçandu, para o ano letivo de 2026** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses.
3. Do órgão contratante , descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS",** anexo a esta **ATA**;
As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem anexo a este documento.
3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

5. O órgão gerenciador será a Secretaria de Gestão, com participação dos Órgãos da Administração Pública

6. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
8. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
9. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
10. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
11. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
12. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
13. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
14. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado

excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
15. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

16. Dos limites para as adesões

17. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
18. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
19. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
7. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
8. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
10. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
11. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
12. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
13. Mantiverem sua proposta original.
14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
15. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
16. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
18. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
19. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
20. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado

durante a vigência da ata de registro de preços.
21. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
23. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
24. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
25. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
26. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
27. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
28. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

29. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

30. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
31. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
32. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
33. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
34. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
35. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

36. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

37. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
38. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
39. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
40. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
41. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
42. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
43. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

44. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
45. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
46. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
47. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
48. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

49. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

50. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
51. O remanejamento somente poderá ser feito:
52. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
53. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
54. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
55. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
56. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
57. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
58. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

59. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

60. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
61. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
62. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
63. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
64. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
65. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
66. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
67. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
68. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
69. Por razão de interesse público;
70. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
71. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

72. DAS PENALIDADES

73. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
74. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
75. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
76. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

77. CONDIÇÕES GERAIS

78. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
79. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
80. A entrega do produto / prestação de serviço será conforme foi especificado no termo de referência.
81. Nas notas deverão conter as especificações da prestação de serviço de acordo com a descrição do contrato e número do empenho da solicitação e número de recursos vinculo caso seja solicitado
82. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em PAIÇANDU, 20 de janeiro de 2026 vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

_____
ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI

_____
PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA

FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU				
PAIÇANDU-PR				
DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
LOTE 8	Quant.: 1	Num: 742	4,00	**Total: 36.080,00**
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: NEOMUNDI	Modelo: NEOMUNDI	
Descrição: CADERNO DE LINGUAGEM DE FOLHAS PAUTADAS, BROCHURA, CAPA DURA, COM 48 FOLHAS, FORMATO APROXIMADO DE 200MM X 275MM. CAPA E CONTRACAPA REVESTIDA EM PAPEL COUCHÊ 115/M² E MIOLO EM PAPEL 56G/M². - Caderno de linguagem de folhas pautadas, brochura, capa dura, com 48 folhas, formato aproximado de 200mm x 275mm. Capa e contracapa revestida em papel couchê 115/m² e miolo em papel 56g/m².				
ESPECIAL: 50 - R$ 200,00				
Quantidade: 9.020	**Valor Unit.: 4,00**		Total Item: 36.080,00	
LOTE 12	Quant.: 1	Num: 521	10,75	**Total: 18.705,00**
Item: 12	Unidade: UNIDADE	Marca: NEOMUNDI	Modelo: NEOMUNDI	
Descrição: CADERNO UNIVERSITÁRIO, CAPA DURA, NO FORMATO 200MM X 275MM, ESPIRAL, 10 MATÉRIAS COM 200 FOLHAS. FOLHAS NÃO PICOTADAS. - Caderno universitário, capa dura, no formato 200mm x 275mm, espiral, 10 matérias com 200 folhas. Folhas não picotadas.				
FUNDAMENTAL: 1.610 - R$ 17.307,50	ESPECIAL: 130 - R$ 1.397,50			
Quantidade: 1.740	**Valor Unit.: 10,75**		Total Item: 18.705,00	
LOTE 23	Quant.: 1	Num: 693	0,60	**Total: 30,00**
Item: 23	Unidade: UNIDADE	Marca: NEOMUNDI	Modelo: NEOMUNDI	
Descrição: LÁPIS GRAFITE, Nº 4B, SEXTAVADO, PRODUZIDO COM MADEIRA 100% REFLORESTADA, IMPRESSA NO CORPO DO LÁPIS, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA FABER CASTELL. - Lápis grafite, nº 4B, sextavado, produzido com madeira 100% reflorestada, madeira macia que garante excelente apontabilidade e ponta firme e resistente a quebra. Certificado pelo Conselho de Manejo Florestal - FSC. Com código de barras, marca do fabricante e sigla FSC impressa no corpo do lápis, com qualidade igual ou superior a marca Faber Castell.				
ESPECIAL: 50 - R$ 30,00				
Quantidade: 50	**Valor Unit.: 0,60**		Total Item: 30,00	
LOTE 35	Quant.: 1	Num: 713	6,80	**Total: 2.040,00**
Item: 35	Unidade: CX	Marca: NEOMUNDI	Modelo: NEOMUNDI	
Descrição: MEU PRIMEIRO GIZ, EM FORMATO REDONDO EMBALAGEM CONTENDO 6 UNIDADES NAS CORES: AZUL CLARO, PRETO, MARROM, VERDE ESCURO, VERMELHO E AMARELO, PESO DE 185 GRAMAS, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ACRILEX. - Meu primeiro giz, em formato redondo anatômico que facilita a pega, não tóxico. Composição: ceras, cargas minerais inertes e pigmentos. Embalagem contendo 6 unidades nas cores: azul claro, preto, marrom, verde escuro, vermelho e amarelo, peso de 185 gramas. Selo do Inmetro na embalagem, qualidade igual ou superior a Marca Acrilex.				
CRECHE: 300 - R$ 2.040,00				
Quantidade: 300	**Valor Unit.: 6,80**		Total Item: 2.040,00	
VALOR TOTAL DO CONTRATO: 56.855,00				

Publicado por:
Jordana Camille Silveira Leibante
Código Identificador:D3F9D932

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA Nº 08/2025, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAICANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.673/0001-33.

CONTRATADA: RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 54.205.260/0001-22.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E SALDO REMANESCENTE DA ARP Nº 08/2025 POR 03 MESES, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 03/05/2026**, com base na Lei Federal 14.133/21, cujo objeto é MATERIAIS DE LIMPEZA, PILHAS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PÃES E LEITE E EQUIPAMENTOS/ELETRODOMÉSTICOS, para atender as necessidades desta Fundação. Conforme saldo do processo:

ITEM	UD	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
48	kg	71	CARNE BOVINA PATINHO MOÍDO PROVENIENTE DE ANIMAL SADIO, SOB INSPEÇÃO SANITÁRIA. ISENTA DE OSSOS E CARTILAGEM. DURANTE O PROCESSAMENTO DE MOAGEM DEVE ELIMINAR EXCESSOS DE GORDURA, CARTILAGENS E NERVOS. A CARNE DEVE APRESENTAR LIVRE DE PARASITAS E DE Q - CARNE BOVINA PATINHO MOÍDO Proveniente de animal sadio, sob inspeção sanitária. Isenta de ossos e cartilagem. Durante o processamento de moagem deve eliminar excessos de gordura, cartilagens e nervos. A carne deve apresentar livre de parasitas e de qualquer substância contaminante que possa alterar ou encobrir alguma alteração. A carne deverá conter, no máximo, 5% de gordura. Embalagem: o produto deve estar congelado, ser embalado a vácuo, sem acúmulo de líquidos no seu interior, em embalagens plásticas transparente, flexível, atóxica e resistente. Embalagem integra, sem sinais de rachaduras ou furos. Pacotes de no máximo 2 kg de carne moída. Rotulagem: rótulo de acordo com a legislação vigente. Deverá constar nome, endereço do abatedouro e obrigatoriedade do registro SIF, data de fabricação, prazo de validade, tempo de estocagem, peso líquido, condições de armazenamento. A data da embalagem/produção não deverá ser maior que 2 meses. Registro do produto no S.I.F.	33,99	R$ 2.413,29
50	kg	288	CARNE BOVINA MÚSCULO PEÇA - PROVENIENTE DE ANIMAL SADIO, SOB INSPEÇÃO SANITÁRIA. DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS. A CARNE DEVE SER DE COR AVERMELHADA, LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER CONTAMINAÇÃO, OU ENCOBRIR - CARNE BOVINA MÚSCULO PEÇA - Proveniente de animal sadio, sob inspeção sanitária. Deverá conter no máximo 5% de gordura, isenta de cartilagens e de ossos. A carne deve ser de cor avermelhada, livre de parasitas e de qualquer contaminação, ou encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deve ser congelado, sem acúmulo de líquidos em seu interior, ser embalado em plástico, flexível, atóxica, resistente, contendo 2 kg, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso. Registro do produto no S.I.P.A data da embalagem/produção não deverá ser maior que 2 meses. Registro do produto no S.I.F.	29,99	R$ 8.637,12
51	Kg	71	CARNE BOVINA ACÉM EM CUBOS- PROVENIENTE DE ANIMAL SADIO, SOB INSPEÇÃO SANITÁRIA. DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS, DE OSSOS. A CARNE DEVE APRESENTAR LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER CONTAMINAÇÃO, OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERAÇ - CARNE BOVINA ACÉM EM CUBOS- Proveniente de animal sadio, sob inspeção sanitária. Deverá conter no máximo 5% de gordura, isenta de cartilagens, de ossos. A carne deve apresentar livre de parasitas e de qualquer contaminação, ou encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deve ser congelado, sem acúmulo de líquidos em seu interior, ser embalado à vácuo em embalagens plásticas, flexíveis atóxica, resistente, transparente e em pacotes de 1 kg, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso. A data da embalagem/produção não deverá ser maior que 2 meses. Registro do produto no S.I.F	28,99	R$ 2.058,29
52	kg	300	CARNE BOVINA ACÉM PEÇA -PROVENIENTE DE ANIMAL SADIO, SOB INSPEÇÃO SANITÁRIA. DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS E DE OSSOS. A CARNE DEVE SER DE COR AVERMELHADA, LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER CONTAMINAÇÃO, OU ENCOBRIR ALGU - CARNE BOVINA ACÉM PEÇA -Proveniente de animal sadio, sob inspeção sanitária. Deverá conter no máximo 5% de gordura, isenta de cartilagens e de ossos. A carne deve ser de cor avermelhada, livre de parasitas e de qualquer contaminação, ou encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deve ser congelado, sem acúmulo de líquidos em seu interior, ser embalado em plástico, flexível, atóxica, resistente, contendo 2 kg, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso. A data da embalagem/produção não deverá ser maior que 2 meses. Registro do produto no S.I.F	28,99	R$ 8.697,00
56	kg	30	CARNE BOVINA COSTELA EM CUBOS - PROVENIENTE DE ANIMAL SADIO, SOB INSPEÇÃO SANITÁRIA. DEVERÁ CONTER NO MÁXIMO 5% DE GORDURA, ISENTA DE CARTILAGENS, DE OSSOS. A CARNE DEVE APRESENTAR LIVRE DE PARASITAS E DE QUALQUER CONTAMINAÇÃO, OU ENCOBRIR ALGUMA ALT - CARNE BOVINA COSTELA EM CUBOS - Proveniente de animal sadio, sob inspeção sanitária. Deverá conter no máximo 5% de gordura, isenta de cartilagens, de ossos. A carne deve apresentar livre de parasitas e de qualquer	22,99	R$ 689,70

			contaminação, ou encobrir alguma alteração. Embalagem: o produto deve ser congelado, sem acúmulo de líquidos em seu interior, ser embalado a vácuo em embalagens plásticas, flexíveis atóxica, resistente, transparente e em pacotes de no máximo 2 kg, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso. Data da embalagem/produção não deverá ser maior que 2 meses. Registro do produto no SIF.		
126	kg	140	PEIXE FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO - LIVRE DE PELE, CARTILAGENS, ESPINHOS, CONGELAMENTO INDIVIDUAL. OS FILÉS DEVEM APRESENTAR TAMANHOS UNIFORMES. APÓS DESCONGELAMENTO, O PRODUTO DEVE APRESENTAR CONSISTÊNCIA FIRME, COR, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICOS, MANTE – PEIXE FILÉ DE TILÁPIA CONGELADO - livre de pele, cartilagens, espinhos, congelamento individual. Os filés devem apresentar tamanhos uniformes. Após descongelamento, o produto deve apresentar consistência firme, cor, odor e sabor característicos, mantendo-se em filé e não se desfazendo. A variação do peso após descongelamento pode ser de até 10%. Deve apresentar-se livre de parasitas e de qualquer substância que possa alterá-la ou encobrir alguma alteração, devendo conter obrigatoriamente registro de inspeção sanitária (S.I.F ou S.I.P). Embalagem: Primária: embalagem plástica, atóxica, resistente, transparente, com lacre que evite abertura durante seu manuseio, com peso de 800g sem glaciamento, contendo obrigatoriamente o peso do produto impresso na embalagem. O rótulo deverá estar de acordo com a legislação vigente, deve ser de fácil leitura e que não apague com o tempo. Deverá apresentar número de registro do produto em órgão competente. Secundária: Caixa de papelão que garanta a integridade do produto. Validade mínima: 6 meses a partir da data de entrega. Pacote com peso de 800g	35,99	R$ 5.038,60
VALOR TOTAL					R$ 27.534,00

Sem mais alterações.
§ 2º Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Paiçandu – PR, 28 de janeiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:63DD46CC

FUNDAÇÃO DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA Nº 13/2025, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAICANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.673/0001-33.

CONTRATADA: MHOR ZAGO HOSPITALAR LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 03.955.303/0001-56.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E SALDO REMANESCENTE DA ARP Nº 13/2025 POR 12 MESES, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 03/02/2027**, com base na Lei Federal 14.133/21, cujo objeto é MATERIAIS DE LIMPEZA, PILHAS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PÃES E LEITE E EQUIPAMENTOS/ELETRODOMÉSTICOS, para atender as necessidades desta Fundação. Conforme saldo do processo:

ITEM	UD	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
306	und	393	REFIL DE SABONETE PARA USO GERAL - REFIL DE SABONETE PARA USO GERAL EM ESPUMA, LIQUIDO, DE BAIXA VISCOSIDADE, ODOR LEVE. NÃO CONTER FRAGRÂNCIAS, CORANTES, CONSERVANTES OU QUALQUER OUTRO AGENTE QUE POSSA DESENCADEAR PROCESSOS ALÉRGICOS OU IRRITAÇÃO CU - REFIL DE SABONETE PARA USO GERAL - Refil de Sabonete para uso geral em espuma, liquido, de baixa viscosidade, odor leve. Não conter fragrâncias, corantes, conservantes ou qualquer outro agente que possa desencadear processos alérgicos ou irritação cutânea. Ser enriquecido com aditivos que conferem propriedades antioxidantes e estimulam a regeneração celular, mantendo a pele integra e saudável com intuito de minimizar lesões de peles decorrentes de ressecamentos evitando assim o desencadeamento de processos infecciosos e dermatites de trabalho, deve proporcionar limpeza eficiente e deixar as mãos macias e livres de perfume. Deve possuir na composição, vitamina A, vitamina E e glicerina, omprovados em ficha técnica. Fornecer os seguintes laudos: Sistema de refil, em bolsa fechado devendo ser padronizado entre 1200 a 1500 ml. Cada bolsa deve ser capaz de proporcionar aproximadamente 2000 antissespsias ou mais. Sua aplicação deve ser direcionada para uso em ambientes institucionais, na área da saúde. Os dispensers dosadores, deverão ter proteção antimicrobiana impregnada, total de 170 pontos de uso, deverão ser disponibilizados em formato de comodato, cabendo a empresa contratada a substituição em casos de defeitos ou quebras decorrentes do uso constante. Apresentar Ficha Técnica COTA PRINCIPAL.	110,19	R$ 43.304,670
307	und	217	REFIL DE SABONETE PARA USO GERAL - REFIL DE SABONETE PARA USO GERAL EM ESPUMA, LIQUIDO, DE BAIXA VISCOSIDADE, ODOR LEVE. NÃO CONTER FRAGRÂNCIAS, CORANTES, CONSERVANTES OU QUALQUER OUTRO AGENTE QUE POSSA DESENCADEAR PROCESSOS ALÉRGICOS OU IRRITAÇÃO CU - REFIL DE SABONETE PARA USO GERAL - Refil de Sabonete para uso geral em espuma, liquido, de baixa viscosidade, odor leve. Não conter fragrâncias, corantes, conservantes ou qualquer outro agente que possa desencadear processos alérgicos ou irritação cutânea. Ser enriquecido com aditivos que conferem propriedades antioxidantes e estimulam a regeneração celular, mantendo a pele integra e saudável com intuito de minimizar lesões de peles decorrentes de ressecamentos evitando assim o desencadeamento de processos infecciosos e dermatites de trabalho, deve proporcionar limpeza eficiente e deixar as mãos macias e livres de perfume. Deve possuir na composição, vitamina A, vitamina E e glicerina, comprovados em ficha técnica. Fornecer os seguintes laudos: Sistema de refil, em bolsa fechado devendo ser padronizado entre 1200 a 1500 ml. Cada bolsa deve ser capaz de proporcionar aproximadamente 2000 antissespsias ou mais. Sua aplicação deve ser direcionada para uso em ambientes institucionais, na área da saúde. Os dispensers dosadores, deverão ter proteção antimicrobiana impregnada, total de 170 pontos de uso, deverão ser disponibilizados em formato de comodato, cabendo a empresa contratada a substituição em casos de defeitos ou quebras decorrentes do uso constante. Apresentar Ficha Técnica COTA EXCLUSIVA ME-EPP	110,19	R$ 23.911,230
308	und	413	REFIL DE SOLUÇÃO ALCOÓLICA- ANTISSÉPTICO INSTANTÂNEO E ESPUMA HIDRATANTE PROPORCIONA ANTISSEPSIA EFICIENTE DAS MÃOS EM ATÉ 30 SEGUNDOS RECOMENDADO PARA REALIZAR A ANTISSEPSIA INSTANTÂNEA DAS MÃOS, SEM NECESSIDADE DE ENXÁGUE, DE PROFISSIONAIS, PACIENT - REFIL DE SOLUÇÃO ALCOÓLICA- ANTISSÉPTICO INSTANTÂNEO e espuma hidratante proporciona antissepsia eficiente das mãos em até 30 segundos Recomendado para realizar a antissepsia instantânea das mãos, sem necessidade de enxágue, de profissionais, pacientes e visitantes em estabelecimentos de auxílio à saúde, tais como: hospitais, clínicas, consultórios, ambulatórios, veículos de transporte de doentes e acidentados, laboratórios de análises clínicas e biológicas, casas de repouso ou outros estabelecimentos que recebem pessoas imunodeprimidas e que, por qualquer razão, requeiram cuidados especiais de saúde. Deve possuir exclusividade para uso nos estabelecimentos de auxílio à saúde. Deve apresentar efeito biocida contra um amplo espectro de bactérias gram positivas, gramnegativas e vírus, mostrando eficiência no controle da proliferação dos germes e auxiliando na redução das infecções cruzadas. Apresenta efeito letal comprovado com tempo de contato de 30 segundos. Microrganismos testados: Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Pseudomonas aeruginosa e Escherichia coli, apresentar laudos de compatibilidade com luvas, Ação Bactericida, Fungicida, Virucida, Micobactericida, e eficácia com tempo de ação em até 30 segundos. Os dosadores em quantidade suficiente para abastecimento de 170 pontos de uso, serão fornecidos 100% em sistema de comodato pela empresa contratada, os dispensadores deverão ter proteção antimicrobiana impregnada. Apresentação dos refis 1200 a 1500 ml acondicionado em frascos colapsáveis de PET. O produto deve ser regulamentado, possuindo registro na Anvisa/MS. Apresentar Ficha Técnica COTA PRINCIPAL	131,63	R$ 54.363,190
309	und	217	REFIL DE SOLUÇÃO ALCOÓLICA- ANTISSÉPTICO INSTANTÂNEO E ESPUMA HIDRATANTE PROPORCIONA ANTISSEPSIA EFICIENTE DAS MÃOS EM ATÉ 30 SEGUNDOS RECOMENDADO PARA REALIZAR A ANTISSEPSIA INSTANTÂNEA DAS MÃOS, SEM NECESSIDADE DE ENXÁGUE, DE PROFISSIONAIS, PACIENT - REFIL DE SOLUÇÃO ALCOÓLICA- ANTISSÉPTICO INSTANTÂNEO e espuma hidratante proporciona antissepsia eficiente das mãos em até 30 segundos Recomendado para realizar a antissepsia instantânea das mãos, sem necessidade de enxágue, de profissionais, pacientes e visitantes em estabelecimentos de auxílio à saúde, tais como: hospitais, clínicas, consultórios, ambulatórios, veículos de transporte de	131,63	R$ 28.563,710

			doentes e acidentados, laboratórios de análises clínicas e biológicas, casas de repouso ou outros estabelecimentos que recebem pessoas imunodeprimidas e que, por qualquer razão, requeiram cuidados especiais de saúde. Deve possuir exclusividade para uso nos estabelecimentos de auxílio à saúde. Deve apresentar efeito biocida contra um amplo espectro de bactérias gram positivas, gramnegativas e vírus, mostrando eficiência no controle da proliferação dos germes e auxiliando na redução das infecções cruzadas. Apresenta efeito letal comprovado com tempo de contato de 30 segundos. Microrganismos testados: Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Pseudomonas aeruginosa e Escherichia coli, apresentar laudos de compatibilidade com luvas, Ação Bactericida, Fungicida, Virucida, Micobactericida, e eficácia com tempo de ação em até 30 segundos. Os dosadores em quantidade suficiente para abastecimento de 170 pontos de uso, serão fornecidos 100% em sistema de comodato pela empresa contratada, os dispensadores deverão ter proteção antimicrobiana impregnada. Apresentação dos refis 1200 a 1500 ml acondicionado em frasco colapsáveis de PET. O produto deve ser regulamentado, possuindo registro na Anvisa/MS. Apresentar Ficha Técnica COTA EXCLUSIVA ME EPP		
VALOR TOTAL					R$ 150.142,80

Sem mais alterações.
§ 2º Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Paiçandu – PR, 28 de janeiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Bruna Boza Pires
Código Identificador:B961B1D3

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E SALDO REMANESCENTE DA ATA Nº 41/2024, DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2024

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAICANDU, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.372.673/0001-33.

CONTRATADA: SHL - SAUDE HOSPITALAR E LABORATORIAL, inscrita no CNPJ sob nº 41.733.464/0001-94.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º Fica acertado entre as partes o 1º termo aditivo de **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E SALDO REMANESCENTE DA ARP Nº 41/2024 POR 12 MESES, COM VENCIMENTO PREVISTO PARA 02/02/2027**, com base na Lei Federal 14.133/21, cujo objeto é MATERIAIS REAGENTES LABORATORIAIS, para atender as necessidades do Laboratório Municipal desta Fundação. Conforme saldo do processo:

ITEM	UD	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	UND	40	LAMÍNULA 24X24 C/100 UNID	3,6100	144,4000
34	UND	2	PAKTO DETERGENTE DESINCRUSTANTE 1 KG DESTINADO A LIMPEZA	32,7400	65,4800
39	UND	3	LÂMPADA DE HALOGÊNIO- 20W, 6V, G4, PARA MICROSCÓPIO NIKKON	27,1400	81,4200
41	UND	10	CURATIVOS ADESIVOS PARA COLETA DE SANGUE SENSÍVEL	12,6400	126,4000
44	UND	2	COLUNA PARA DEIONIZADOR 50 LITROS NOVA	611,7700	1.223,5400
45	UND	3	COLUNA PARA DEIONIZADOR 50 LITROS REFIL	611,7700	1.835,3100
48	CAIXA	5	SWAB COLETA DE AMOSTRAS ESTÉRIL. COM HASTE DE MADEIRA E PONTA DE ALGODÃO	16,3200	81,6000
49	PACOTE	30	SACO PARA AUTOCLAVE 20 LITROS, 40X60 CM, PCT C/20 UNID	18,2300	546,9000
50	UND	5	ESTANTE 40 FUROS PARA TUBO 13MM DIÂMETRO, EM ARAME REVESTIDO	39,0900	195,4500
52	UND	100	SOLUÇÃO PRONTA DE SULFATO DE ZINCO A 33% COM NO MÍNIMO 500	67,4100	6.741,0000
53	UND	20	CONJUNTO PARA COLORAÇÃO RÁPIDA EM HEMATOLOGIA. O PANÓTICO	39,1700	783,4000
55	UND	2	ÓLEO DE IMERSÃO PARA MICROSCOPIA - 100 ML ACONDICIONADO EM FRASCO	16,5500	33,1000
57	UND	10	PANÓTICO RÁPIDO NO 1: FRASCO COMPOSTO DE POR UMA SOLUÇÃO DE TRIARILMETANO A 0,1%	14,0400	140,4000
58	UND	1	CRISTAL VIOLETA GENCIANA DE GRAM COM NO MÍNIMO 500ML	15,9900	15,9900
60	FR	1.000	GLUTOL 75G LIQ. 300 ML: SOLUÇÃO AQUOSA CONTENDO 75G DE D-GLICOSE PURA	4,1900	4.190,0000
62	UND	130	TIRAS DE URINA- FRASCO COM NO MÍNIMO 100 REATIVAS	29,9900	3.898,7000
70	UND	200	KIT IMUNOCROMATOGRAFICO SANGUE OCULTO NAS FEZES	55,9900	16.797,0000
71	UND	80	HCG - TIRAS REAGENTES PARA TESTE DE GRAVIDEZ EM SORO OU URINAC	27,8700	2.229,6000
72	CAIXA	5	LANCETA DE SEGURANÇA	19,9100	99,5500
73	UND	100	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO COMPATÍVEL COM APARELHO DE COAGULAÇÃO	4.6100	461,00
74	UND	200	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO COMPATÍVEL COM APARELHO DE URINA	5,7100	1.142,0000
76	UND	7	SORO ANTI-A 10 ML; REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DO SISTEMA ABO	18,8900	132,2300
77	FR	7	SORO ANTI-B 10ML; REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DO SISTEMA ABO	20,1700	141,1900
78	FR	7	SORO DE CONTROLE DE RH 10ML; MONOCLONAL	18,8900	132,2300
80	FR	7	SORO ANTI AB 10 ML; REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DO SISTEMA AB	21,9300	153,5100
81	FR	7	SORO ANTI-D (RH) 10ML; REAGENTE MONOCLONAL	31,9900	223,9300
87	KIT	3	ASO LÁTEX 2 ML COM CONTROLES DIRETO 100 TESTES REAGENTE PARA ANTIESTREPTOLISINA-O (AEO)	63,6400	190,9200
88	KIT	5	PCR LÁTEX COM CONTROLE DIRETO 100 TESTES COM NO MÍMINO 3 ML KIT	41,5800	207,9000
92	UND	9	CUBA DE VIDRO COMPLETA COM TAMPA, BERÇO E ALÇA	78,3100	704,7900
101	KIT	20	PCR TURBIDIMETRIA - PCR TURBIDIMETRIA	314,0000	6.280,0000
			VALOR TOTAL		**48.998,94**

Sem mais alterações.
§ 2º Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Paiçandu – PR, 29 de Janeiro de 2026.

THIAGO ALVES CEFALO
Presidente da Fundação de Saúde

Publicado por:
Diana Dos Santos Silva
Código Identificador:D04B3DD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE HOMOLOGAÇÃO

MUNICIPIO DE PAICANDU			
PAIÇANDU-PR			
ATA DE HOMOLOGAÇÃO			
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026			
Processo Administrativo Nº 06/2026			
Tipo: AQUISIÇÃO			
CONDUTOR: VERÔNICA SIMÃO BENATTI			
Data de Publicação: 23/01/2026 16:26:49			
LOTE 1 - HOMOLOGADO - 30/01/2026 16:43:40			
LOTE 1			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: PETFLEX	Modelo: SUPREMA
Descrição: POLTRONA, MODELO PRESIDENTE REBATIVEL SUPREMA (ACABAMENTO EM MADEIRA E MDF) - POLTRONA, MODELO PRESIDENTE REBATIVEL SUPREMA (ACABAMENTO EM MADEIRA E MDF) - Encosto: Padronizado com as letras a ser enviada pela secretaria, capa Fabricada em compensado multi laminado resinado, moldado anatomicamente a quente, com 11mm de espessura média, com curvatura anatômica; Contracapa (parte de trás) Fabricado em MDF 15mm de espessura média, com curvatura anatômica, acabamento verniz na lateral do MDF. Espuma Laminada em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada D28 com 40mm de espessura média. Revestimento do encosto em laminado sintético vinilico. composição: revestimento em PVC aplicado sobre reforço detecido, fixado na madeira por gramposcom acabamento zincado. Observação: Verificar cores disponíveis para o revestimento no catálogo de cores. Assento: Fabricado com compensado multil aminado resinado, moldado anatomicamente a quente com 14mm de espessura média, possui curvatura na partefrontal. Espuma Injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 25 a 55kg/m³ com 50mm de espessura média. Revestimento do assento em laminado sintético vinilico, composição: revestimento em PVC aplicado sobre reforço de tecido, fixado na madeira por grampos com acabamento zincado; Contracapa do assento revestido em Corino Koriplas Plus, texturirado na cor preta, acabamento lateral em perfil PVC. Fixação: A fixação do Assento e Encosto é feita na estrutura, com parafusos sextavados, na bitola 1/4x20 e porcas garras encravadas na madeira. Estrutura: A estrutura dos pés fabricada em tubo 50x30x1,2mm, com sapatas niveladoras, Estrutura do corpo da longarina, produzida em barramento duplo em tubo 50x30x1,2mm, com mecanismo dobrável para o rebatimento do assento. Braços produzidos em tubo oblongo 30x1 6x1,2mm, sem prancheta, intercalados ao corpo da longarina, com apoio de braços em madeira maciça, envernizados, fixados com "bucha americana" e parafusos sextavados m6. Painéis fixados nas laterais da longarina em MDF 15mm (mesma textura da contracapa do encosto). Acabamento: Os componentes metálicos, pintados, possuem tratamento na superfície, sem uso de produtos clorados para desemgraxe e com posteriortratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contr		
Quantidade: 100	**Valor Unit.:** 629,00		**Valor Total:** 62.900,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 S DO LAGO SILVA EQUIPAMENTOS	842	03.269.422/0001-55	632,00	629,00		Sim
2 60.424.559 ANA LUISA FARIAS	828	60.424.559/0001-70	630,00	630,00	0,16	Sim
3 ANGELIQUE ORLANDINA CORREA	489	15.508.827/0001-88	630,40	630,40	0,06	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

ISMAEL BATISTA
Autoridade

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:A4C2C2B0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. MARLON CLEITON GROSS,** brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o n.º 083.293.529-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 18.803/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 95/2025**, **processo administrativo nº 28877/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos para cozinha industrial.

1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI EPP
CNPJ/CPF: 00.478.911/0001-29

LOTE 6
Valor Total do Lote: 14.745,00 (quatorze mil, setecentos e quarenta e cinco reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	BATEDEIRA PLANETÁRIA ELÉTRICA DE 12 LITROS, ESTRUTURA EM AÇO, PINTURA EPOX, CUBA EM INOX, SISTEMA DE VARIAÇÃO DE VELOCIDADE COM 10 OPÇÕES.	MANÁ BPM-12-PLUS	UNID	5	R$ 2.949,0000	R$ 14.745,0000

Valor Total Homologado - R$ 14.745,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

a) Os itens deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos após a emissão/envio da nota de empenho devidamente encaminhada pelo Município de Palmeira Pr através de endereço de correio eletrônico (e-mail). O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 7 dias (sete dias) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.

b) O equipamento só será recebido definitivamente depois de certificado pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, através de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas nas CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.

c) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Paula Orlonski.
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:

2.3.1 Todos os itens referentes a este processo deverão ter garantia mínima de 90 dias contra defeitos de fabricação.
2.3.2 Os equipamentos e utensílios deverão possuir obrigatoriamente Selo do Inmetro e Manual de Instruções em Português.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, até 15 (quinze) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes. Deverá ser apresentado conforme segue:

a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, número do empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento;

b) termo de recebimento provisório.

3.2. Havendo erro na apresentação dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça o pagamento – como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência –, esse ficará sobrestado até que a proponente contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município.

3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do servidor:

Paula Orlonski Auxiliar Administrativo/NAF Matrícula Funcional 203634

designado através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 09 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
MARLON CLEITON GROSS
CPF/MF n.° 083.293.529-86
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária
Contratante

Digiplus Tecnologia EIRELI EPP
CNPJ/MF sob o nº 00.478.911/0001-29
VOLNEI DANDOLINI
CPF/MF sob o nº 501.851.289-04
Contratada

Testemunha:

_____
Paula Orlonski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI EPP	367	00.478.911/0001-29	5.460,00	2.949,00		Sim
2 MICROFORT INFORMÁTICA LTDA	245	24.675.507/0001-03	5.460,00	2.999,00	1,70	Sim
3 REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA	029	07.481.107/0001-48	5.460,00	3.344,00	11,50	Sim
4 IMPACTO ADMINISTRAÇÃO E	778	60.173.263/0001-24	5.460,00	3.346,67	0,08	Sim
5 R.A HERNANDES LTDA	971	08.148.745/0001-04	5.460,00	3.438,00	2,73	Sim
6 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	572	28.453.476/0001-05	3.999,00	3.440,00	0,06	Sim
7 B2C ENGENHARIA E INOVAÇÃO LTDA	046	52.230.108/0001-74	5.400,00	3.700,00	7,56	Sim
8 DIRCEU LONGO & CIA. LTDA.	891	92.823.764/0001-03	5.460,00	3.965,96	7,19	Sim
9 OYSTER COMERCIO DE	497	33.497.491/0001-87	6.486,81	3.966,00	0,00	Sim
10 CENTRO OESTE COMERCIO DE MOVEIS	174	73.334.476/0001-32	5.460,00	5.269,00	32,85	Sim
11 REGIS AZEVEDO KAPP	115	15.152.448/0001-06	5.460,00	5.270,00	0,02	Sim
12 COMERCIAL USUAL LTDA - EPP	243	14.050.075/0001-91	5.460,00	5.460,00	3,61	Sim
13 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	865	29.774.483/0001-63	5.460,00	5.460,00	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:71389E28

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário municipal de agricultura e pecuária, Sr. **MARLON CLEITON GROSS**, brasileiro, inscrito no **CPF/MF sob o nº 083.293.529-86**, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal n.º 18.803/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 95/2025**, **processo administrativo nº 28877/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos para cozinha industrial.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: LEANDRO ANTONIO OZANA LTDA
CNPJ/CPF: 29.199.991/0001-65

LOTE 1
Valor Total do Lote: 8.116,60 (oito mil, cento e dezesseis reais e sessenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	Fogão Industrial de 6 Bocas Alta Pressão. Com seis queimadores simples de 10 cm Alta pressão Perfil 5 Pintura eletrostática na cor PRETO Bandejas coletora de resíduos Grelhas 30×30 cm em ferro fundido Com registro e mangueira Dimensões minimas: 82x106x79 cm (AxLxP GARANTIA: 6 meses	METALFOUR 5025-6BA	UN	10	R$ 811,6600	R$ 8.116,6000

Valor Total Homologado - R$ 8.116,60

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) Os itens deverão ser entregues em até 10 (dez) dias corridos após a emissão/envio da nota de empenho devidamente encaminhada pelo Município de Palmeira Pr através de endereço de correio eletrônico (e-mail). O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 7 dias (sete dias) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no ANEXO VII – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO.
b) O equipamento só será recebido definitivamente depois de certificado pelo(s) técnico(s), a ser(em) designado(s) para tanto, através de vistoria e termo de recebimento definitivo, observadas as especificações contidas nas CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.
c) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no ANEXO VII - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: Paula Orlonski.
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
2.3.1 Todos os itens referentes a este processo deverão ter garantia mínima de 90 dias contra defeitos de fabricação.
2.3.2 Os equipamentos e utensílios deverão possuir obrigatoriamente Selo do Inmetro e Manual de Instruções em Português.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica, até 15 (quinze) dias úteis, após a recepção do recurso financeiro pelo Município e apresentação correta da nota fiscal/fatura do equipamento fornecido e documentos pertinentes. Deverá ser apresentado conforme segue:
a) nota fiscal/fatura com discriminação resumida do equipamento fornecido, número da licitação, número do contrato, número do empenho, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e esteja certificada pelo técnico responsável pelo recebimento;
b) termo de recebimento provisório.
3.2. Havendo erro na apresentação dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça o pagamento – como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência –, esse ficará sobrestado até que a proponente contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Município.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do servidor:

Paula Orlonski Auxiliar Administrativo/NAF Matrícula Funcional 203634

designado através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 09 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF n.º 76.179.829/0001-65
MARLON CLEITON GROSS
CPF/MF n.° 083.293.529-86
Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária
Contratante

Leandro Antonio Ozana LTDA
CNPJ/MF sob o nº 29.199.991/0001-65
LEANDRO ANTONIO OZANA
CPF/MF sob o nº 263.634.478-01
Contratada

Testemunha:

_____
Paula Orlonski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 LEANDRO ANTONIO OZANA LTDA	249	29.199.991/0001-65	1.925,28	811,66		Sim
2 R.A HERNANDES LTDA	827	08.148.745/0001-04	1.925,00	880,00	8,42	Sim
3 REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA	757	07.481.107/0001-48	1.925,28	1.120,00	27,27	Sim
4 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	969	42.753.718/0001-07	1.925,00	1.153,47	2,99	Sim
5 B2C ENGENHARIA E INOVAÇÃO LTDA	472	52.230.108/0001-74	1.900,00	1.300,00	12,70	Sim
6 DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME	726	28.453.476/0001-05	1.390,00	1.390,00	6,92	Sim
7 CENTRO OESTE COMERCIO DE MOVEIS	479	73.334.476/0001-32	1.925,00	1.924,00	38,42	Sim
8 COMERCIAL USUAL LTDA - EPP	519	14.050.075/0001-91	1.925,00	1.925,00	0,05	Sim
9 ROCI DO CARMO CARDOSO	487	50.124.605/0001-62	1.925,28	1.925,28	0,01	Sim
10 CINDY DENISE NOLTE - TIBAGI - ME	222	29.774.483/0001-63	1.925,28	1.925,28	0,00	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:72510D4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 97/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 15.631.700/0001-51

LOTE 19
Valor Total do Lote: 898,50 (oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FITA OU TRENA ANTROPOMÉTRICA INELÁSTICA 150CM, COM MARCAÇÃO PARA RISCO CARDÍACO E IMC, COM FITA DE FIBRA DE VIDRO INELÁSTICA E MALEÁVEL, DISCO COM CÁLCULO DE IMC E REFERÊNCIA DE NORMALIDADE, MEDIDA VISUAL DE RISCO PARA DCV ATRAVÉS DE CIRCUNFERÊNCIA ABDOMINAL, COM INFORMAÇÃO VISUAL DE LADO MASCULINO E LADO FEMININO DA FITA, RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, TRAVA DE FIXAÇÃO DA FITA. GARANTIA DE 01 (UM) ANO COM TROCA IMEDIATA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	Avanutri AVA140	UNID	30	R$ 29,9500	R$ 898,5000

LOTE 23
Valor Total do Lote: 3.947,50 (três mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	MALETA PLÁSTICA DE EMERGÊNCIA PRIMEIROS SOCORROS 27X19X19CM, CAPACIDADE COM DOIS COMPARTIMENTOS CAPACIDADE APROXIMADA 8L, EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, DISPÕE DE TRAVA DE SEGURANÇA, ALÇA PARA TRANSPORTE, PRÁTICA E RESISTENTE. GARANTIA DE 1 ANO.	APH APH	UNID	50	R$ 78,9500	R$ 3.947,5000

Valor Total Homologado - R$ 4.846,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 05 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

216 Material Hospitalar LTDA
CNPJ/MF sob o nº 15.631.700/0001-51
ALEXANDRE PIRES BELEM
CPF/MF sob o nº 638.162.880-49
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 19

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - ME	104	15.631.700/0001-51	34,00	29,95		Sim
2 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	347	54.534.012/0001-25	34,30	34,30	14,52	Sim

Lote 23

	CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

1 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - ME	862	15.631.700/0001-51	84,00	78,95		Sim
2 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	858	22.525.517/0001-37	84,00	84,00	6,40	Sim
3 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	752	54.534.012/0001-25	84,58	84,58	0,69	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:5BDD731C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 49.238.875/0001-15

LOTE 39
Valor Total do Lote: 2.070,00 (dois mil e setenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	SELADORA PARA ENVELOPES PROPRIOS PARA ESTERILIZAÇÃO (PAPEL/PLASTICO). COMPRIMENTO DE SELAGEM 30CM. ESPESSURA DE SELAGEM 10MM COM CIRCUITO ELETRONICO COM CONTROLE DE TEMPO, POTENCIA APROXIMADA DE 500W. BIVOLT - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM MANUAL DE INSTRUÇÃO	2I SELADORA	UN	10	R$ 207,0000	R$ 2.070,0000

Valor Total Homologado - R$ 2.070,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 05 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Balestrin & Ril - Distribuidora De Produtos Hospitalares LTDA
CNPJ/MF sob o nº 49.238.875/0001-15
HELOISA RIL
CPF/MF sob o nº 020.949.770-05
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 19

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	643	49.238.875/0001-15	304,00	207,00		Sim
2 ALTERMED MATERIAL MEDICO	377	00.802.002/0001-02	304,02	213,32	3,05	Não
3 MEDLAB - PRODUTOS PARA SAÚDE	288	49.222.415/0001-07	304,00	277,50	30,09	Sim
4 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	347	10.735.873/0001-04	300,00	278,00	0,18	Sim
5 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	563	39.510.584/0001-80	304,02	278,99	0,36	Sim
6 ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA	726	60.717.724/0001-82	304,02	282,50	1,26	Sim
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	650	51.740.794/0001-60	304,02	304,02	7,62	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:04A602B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ/CPF: 54.322.844/0001-88

LOTE 8
Valor Total do Lote: 1.110,00 (um mil, cento e dez reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	DERMATOSCÓPIO, TIPO LENTE COM ESCALA, CONTROLE INTENSIDADE, ACESSÓRIOS AMPLIAÇÃO DE ATÉ 10 X, CABO METAL, HALÓGENA, COMPONENTES LÂMPADA SOBRESSALENTE, ESTOJO PRÓPRIO. COM REGISTRO NA ANVISA.	mikatods led	UNID	2	R$ 555,0000	R$ 1.110,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.110,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 05 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Itapemed Importadora E Exportadora De Equipamentos Hospitalares LTDA
CNPJ/MF sob o nº 54.322.844/0001-88
RODRIGO GOULART LUCHTEMBERG
CPF/MF sob o nº 957.968.000-00
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 8

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ITAPEMED IMPORTADORA E	880	54.322.844/0001-88	1.600,00	555,00		Sim
2 EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS	717	38.408.899/0001-59	1.640,00	560,00	0,90	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	657	39.510.584/0001-80	1.645,27	719,99	28,57	Sim
4 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	198	10.735.873/0001-04	1.000,00	744,00	3,33	Sim
5 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - ME	548	15.631.700/0001-51	1.645,00	748,00	0,54	Sim

6 SIS COMÉRCIO DE MATERIAIS E	393	29.926.189/0001-20	1.645,27	1.599,78	113,87	Sim
7 ALTERMED MATERIAL MEDICO	354	00.802.002/0001-02	1.645,27	1.599,79	0,00	Não
8 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	169	49.238.875/0001-15	1.645,00	1.645,00	2,83	Sim
9 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	421	54.534.012/0001-25	1.645,27	1.645,27	0,02	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:37A73F13

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: K.C.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI
CNPJ/CPF: 09.251.627/0001-90

LOTE 3
Valor Total do Lote: 3.700,00 (três mil e setecentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL COM RÉGUA ANTROPOMÉTRICA ACOPLADA, COM CAPACIDADE PARA 300KG, VISOR EM LCD DIGITAL COM DIVISÕES DE PELO MENOS 100G, PESAGEM IMEDIATA DISPENSANDO PREAQUECIMENTO. ACABAMENTO EM TINTA ELETROSTÁTICA. TAPETE/PISO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE. PÉS REGULAVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA E COM SELETOR DE VOLTAGEM 110 E 220V. ACOMPANHA MANUAL DE INSTRUÇÃO DE USO EM IDIOMA PORTUGUÊS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR DISPONÍVEL NO ESTADO DO PARANÁ. APROVADO PELO INMETRO.	LIDER P300C	UNID	5	R$ 740,0000	R$ 3.700,0000

Valor Total Homologado - R$ 3.700,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

K.C.R. Comercio De Equipamentos EIRELI
CNPJ/MF sob o nº 09.251.627/0001-90
MARCOS RIBEIRO JÚNIOR
CPF/MF sob o nº 226.722.708-80
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 K.C.R INDUSTRIA E COMERCIO DE	229	09.251.627/0001-90	780,00	740,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	821	39.510.584/0001-80	780,00	768,99	3,92	Sim
3 ALTERMED MATERIAL MEDICO	431	00.802.002/0001-02	2.603,82	1.692,48	120,09	Não
4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	347	51.740.794/0001-60	3.776,06	2.602,51	53,77	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:8ADC53CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.788.117/0001-03

LOTE 4
Valor Total do Lote: 10.020,00 (dez mil e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	BIOMBO HOSPITALAR ABERTO COM 2,10X0,55X1,80M, E FECHADO COM 0,70X0,55X1,80M, AÇO INOXIDÁVEL POLIDO TUBULAR; ACABAMENTO DA ESTRUTURA com PINTURA EM EPÓXI, ANTIFERRUGEM, TRIPLO DOBRÁVEL, CORTINADO REMOVÍVEIS EM LONA, PONTEIRAS DE BORRACHA E RODÍZIOS GIRATÓRIOS 2" NAS BANDEIRAS LATERAIS.	Marca do fabricante MT142PC	UNID	30	R$ 334,0000	R$ 10.020,0000

LOTE 7
Valor Total do Lote: 27.152,10 (vinte e sete mil, cento e cinquenta e dois reais e dez centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	CARRO MACA SIMPLES 1,90M X 0,60M X 0,80M. PINTADO, ESTRUTURA CONSTRUÍDA EM TUBOS PINTADOS DE 1 ¼" X 1,06MM DE ESPESSURA, LEITO REMOVÍVEL CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO 0,75MM, CABECEIRA RECLINÁVEL, LEITO ESTOFADO NA COR PRETA, COM GRADES LATERAIS DE ABAIXAR CONSTRUÍDAS EM TUBOS DE ¾" X 1,0MM PINTADOS, PÉS COM RODÍZIOS DE 5", SENDO DOIS COM FREIO DISPOSTOS DIAGONALMENTE. COM SUPORTE PARA SORO. APRESENTAR REGISTRO ANVISA.	Marca do fabricante MT253	UNID	30	R$ 905,0700	R$ 27.152,1000

LOTE 22
Valor Total do Lote: 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	MACA HOSPITALAR TUBULAR COM ENCOSTO DE CABEÇA REGULÁVEL, LEITO ESTOFADO, COR DA ESTRUTURA: BRANCA; COR DO ESTOFADO: PRETO. CAPACIDADE DE ATÉ 250 QUILOS.	Marca do fabricante MT300	UNID	5	R$ 460,0000	R$ 2.300,0000

LOTE 24
Valor Total do Lote: 15.420,00 (quinze mil, quatrocentos e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	MESA AUXILIAR EM AÇO INOX. NAS MEDIDAS: 40 x 60 x 80 COM RODÍZIOS. TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE AÇO INOX, SENDO AS EXTREMIDADES COM ACABAMENTO SEM ARESTAS CORTANTES E PÉS COM RODÍZIOS. APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA	Marca do fabricante MT410i	UN	60	R$ 257,0000	R$ 15.420,0000

LOTE 25
Valor Total do Lote: 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	MESA DE MAYO EM INOX, CONTEM REGULAGEM DE ALTURA E RODÍZIO ALTURA MÍNIMA: 80 CM ALTURA MÁXIMA: 110 CM; DIMENSÕES DA BANDEJA COMPRIMENTO: 49,0 CM MÍNIMA, LARGURA: 30 CM, APRESENTAR REGISTRO ANVISA	Marca do fabricante MT451B	UN	20	R$ 197,0000	R$ 3.940,0000

Valor Total Homologado - R$ 58.832,10

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Metalic Medical Produtos Hospitalares LTDA - EPP
CNPJ/MF sob o nº 05.788.117/0001-03
VINICIUS MARTINS STOKLOSKI
CPF/MF sob o nº 034.655.839-57
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METALIC MEDICAL PRODUTOS	897	05.788.117/0001-03	1.200,00	334,00		Sim
2 ALF COMERCIO DE	731	12.581.380/0001-84	561,00	350,00	4,79	Sim
3 CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO	188	14.308.899/0001-19	420,00	368,00	5,14	Sim
4 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - ME	634	15.631.700/0001-51	560,00	498,00	35,33	Sim
5 ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA	077	60.717.724/0001-82	561,11	551,35	10,71	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	703	00.802.002/0001-02	561,11	551,36	0,00	Não
7 OLIMPIO EQUIPAMENTOS	424	33.583.026/0001-69	553,01	553,01	0,30	Não
8 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	391	09.254.808/0001-70	561,11	555,00	0,36	Sim
9 PHM COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA	099	35.794.003/0001-29	560,00	560,00	0,90	Sim
10 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	152	54.534.012/0001-25	561,11	561,11	0,20	Sim

Lote 7

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METALIC MEDICAL PRODUTOS	621	05.788.117/0001-03	3.000,00	905,07		Sim
2 ALF COMERCIO DE	366	12.581.380/0001-84	1.469,00	1.100,00	21,54	Sim
3 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	831	10.735.873/0001-04	1.460,00	1.380,00	25,45	Sim
4 CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO	584	14.308.899/0001-19	1.390,00	1.385,00	0,36	Sim
5 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA. - ME	062	15.631.700/0001-51	1.460,00	1.397,00	0,87	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	586	00.802.002/0001-02	2.974,36	2.974,36	112,91	Não

Lote 22

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METALIC MEDICAL PRODUTOS	643	05.788.117/0001-03	1.600,00	460,00		Sim
2 CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO	977	14.308.899/0001-19	550,00	549,00	19,35	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	916	39.510.584/0001-80	969,08	549,99	0,18	Sim
4 OLIMPIO EQUIPAMENTOS	981	33.583.026/0001-69	671,13	671,13	22,03	Não
5 ALTERMED MATERIAL MEDICO	055	00.802.002/0001-02	969,08	779,99	16,22	Não
6 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	876	10.735.873/0001-04	950,00	780,00	0,00	Sim
7 ALF COMERCIO DE	556	12.581.380/0001-84	969,00	800,00	2,56	Sim
8 PHM COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA	919	35.794.003/0001-29	960,00	960,00	20,00	Sim
9 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	183	22.525.517/0001-37	962,00	962,00	0,21	Sim
10 DORAMEL	213	17.932.562/0001-76	968,00	968,00	0,62	Sim
11 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	587	54.534.012/0001-25	969,08	969,08	0,11	Sim

Lote 24

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METALIC MEDICAL PRODUTOS	815	05.788.117/0001-03	1.500,00	257,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	014	39.510.584/0001-80	322,00	314,99	22,56	Sim
3 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	513	10.735.873/0001-04	315,00	315,00	0,00	Sim

4 ESQUADRIAS DESIGNERINOX LTDA	866	36.946.199/0001-92	600,00	321,99	2,22	Sim
5 CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO	211	14.308.899/0001-19	348,00	348,00	8,08	Sim
6 ALF COMERCIO DE	470	12.581.380/0001-84	500,00	400,00	14,94	Sim

Lote 25

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 METALIC MEDICAL PRODUTOS	714	05.788.117/0001-03	1.500,00	197,00		Sim
2 CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO	233	14.308.899/0001-19	270,00	260,00	31,98	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	317	39.510.584/0001-80	284,41	269,99	3,84	Sim
4 ESQUADRIAS DESIGNERINOX LTDA	529	36.946.199/0001-92	500,00	284,39	5,33	Sim
5 ALF COMERCIO DE	281	12.581.380/0001-84	500,00	340,00	19,55	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0CEA6E96

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ARBO PRODUTOS ODONTO HOSPITALAR LTDA
CNPJ/CPF: 57.250.801/0001-22

LOTE 1
Valor Total do Lote: 7.020,00 (sete mil e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	AGULHA TIPO GENGIVAL TAMANHO 30 G, CURTA, AÇO INOXIDÁVEL, COM INDICAÇÃO DE BISEL, ESTÉRIL E SILICONIZADA, APLICAÇÃO GENGIVAL / ANESTESIA, TIPO PONTA COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR PARA SERINGA CARPULE, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL COM PROTETOR PLÁSTICO E LACRE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	SR SR	CX/100	300	R$ 23,4000	R$ 7.020,0000

LOTE 9
Valor Total do Lote: 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 COM AGULHA ½ CC 2,5, PARA SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SIMPLES, COM 75 CM DE COMPRIMENTO (COM VARIAÇÃO DE 05 CM PARA MAIS OU PARA MENOS), DIÂMETRO 2-0. COM UMA AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL DURANTE TODO O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, COM BOA MALEABILIDADE. TAMANHO DA AGULHA COMPATÍVEL COM O FIO. ESTÉRIL, ACONDICIONADO EM ENVELOPE CONTENDO 01 FIO. COM REGISTRO NA ANVISA.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	20	R$ 84,5000	R$ 1.690,0000

LOTE 10
Valor Total do Lote: 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 COM AGULHA ½ CC 2,5, PARA SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SIMPLES, COM 75 CM DE COMPRIMENTO (COM VARIAÇÃO DE 05 CM PARA MAIS OU PARA MENOS), DIÂMETRO 2-0. COM UMA AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL DURANTE TODO O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, COM BOA MALEABILIDADE. TAMANHO DA AGULHA COMPATÍVEL COM O FIO. ESTÉRIL, ACONDICIONADO EM ENVELOPE CONTENDO 01 FIO. COM REGISTRO NA ANVISA.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	20	R$ 84,5000	R$ 1.690,0000

LOTE 11
Valor Total do Lote: 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 COM AGULHA ½ CC 5,0 CM, FIO CIRÚRGICO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, DIÂMETRO 2-0, CATGUT SIMPLES DE ORIGEM ANIMAL, COM APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO. AGULHA DE 5,0 CM, 1/2 DE CÍRCULO, CILÍNDRICA, ROBUSTA. O FIO DEVERÁ TER COMPATIBILIDADE COM O DIÂMETRO PADRÃO, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, BOA ELASTICIDADE E DESLIZAMENTO E MEMÓRIA RESIDUAL. AGULHA COMA A FACE EXTERNA ROMBA E A INTERNA RETANGULAR, RESISTÊNCIA À PREENSÃO, BOA JUNÇÃO AO FIO E ATRAUMÁTICA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO E DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. COM REGISTRO NA ANVISA.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	20	R$ 84,5000	R$ 1.690,0000

LOTE 12
Valor Total do Lote: 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO CATGUT SIMPLES 3-0 COM AGULHA ½ CC 2,5, PARA SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SIMPLES, COM 75 CM DE COMPRIMENTO (COM VARIAÇÃO DE 05 CM PARA MAIS OU PARA MENOS), DIÂMETRO 3-0. COM UMA AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, COM 2,5 CM DE COMPRIMENTO. DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL DURANTE TODO O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, COM BOA MALEABILIDADE. DIÂMETRO DA AGULHA COMPATÍVEL COM O FIO. ESTÉRIL, ACONDICIONADO EM ENVELOPE CONTENDO 01 FIO. COM REGISTRO NA ANVISA.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	20	R$ 84,5000	R$ 1.690,0000

LOTE 13
Valor Total do Lote: 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO CATGUT SIMPLES 4-0 COM AGULHA ½ CC 1,5, PARA SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SIMPLES, COM 75 CM DE COMPRIMENTO (COM VARIAÇÃO DE 05 CM PARA MAIS OU PARA MENOS), DIÂMETRO 4-0. COM UMA AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, COM 1,5 CM DE COMPRIMENTO. USO EM UROLOGIA. DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL DURANTE TODO O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, COM BOA MALEABILIDADE. DIÂMETRO DA AGULHA COMPATÍVEL COM O FIO. ESTÉRIL, ACONDICIONADO EM ENVELOPE CONTENDO 01 FIO. COM REGISTRO NA ANVISA.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	20	R$ 84,5000	R$ 1.690,0000

LOTE 14
Valor Total do Lote: 4.225,00 (quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO CATGUT SIMPLES 4-0 COM AGULHA ½ CC 2,0 CM, CIRÚRGICO ABSORVÍVEL, ESTÉRIL, DIÂMETRO 4-0, CATGUT SIMPLES DE ORIGEM ANIMAL, COM APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO. AGULHA DE 2,0 CM, 1/2 DE CÍRCULO, CILÍNDRICA, ROBUSTA. O FIO DEVERÁ TER COMPATIBILIDADE COM O DIÂMETRO PADRÃO, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO, BOA ELASTICIDADE E DESLIZAMENTO E MEMÓRIA RESIDUAL. AGULHA COM A FACE EXTERNA ROMBA E INTERNA RETANGULAR, RESISTENTE À PREENSÃO, BOA JUNÇÃO AO FIO E ATRAUMÁTICA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO E DEVERÁ OBEDECER A LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. COM REGISTRO NA ANVISA.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	50	R$ 84,5000	R$ 4.225,0000

LOTE 15
Valor Total do Lote: 1.690,00 (um mil, seiscentos e noventa reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO CATGUT SIMPLES 5-0 COM AGULHA ½ CC 1,5, PARA SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SIMPLES, COM 75 CM DE COMPRIMENTO (COM VARIAÇÃO DE 05 CM PARA MAIS OU PARA MENOS), DIÂMETRO 5-0. COM UMA AGULHA DE AÇO INOXIDÁVEL DE ½ CÍRCULO CILÍNDRICA, COM 1,5 CM DE COMPRIMENTO. DE BOA QUALIDADE, DURÁVEL DURANTE TODO O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, COM BOA MALEABILIDADE. DIÂMETRO DA AGULHA COMPATÍVEL COM O FIO. ESTÉRIL, ACONDICIONADO EM ENVELOPE CONTENDO 01 FIO.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	20	R$ 84,5000	R$ 1.690,0000

LOTE 17
Valor Total do Lote: 2.992,00 (dois mil, novecentos e noventa e dois reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FIO DE SUTURA MONONYLON 4-0 45CM AGULHA 2 CM 3/8 TIPO TRIANGULAR. AGULHA SILICONIZADA QUE PERMITE UMA PENETRAÇÃO SUAVE NA PELE DO PACIENTE. FIO DE SUTURA DO TIPO NÃO-ABSORVÍVEL, MONOFILAMENTAR E ESTÉRIL.COM REGISTRO NA ANVISA.	TECH-NOFIO TECH-NOFIO	CX 24	100	R$ 29,9200	R$ 2.992,0000

Valor Total Homologado - R$ 24.377,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:

Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Arbo Produtos Odonto Hospitalar LTDA
CNPJ/MF sob o nº 57.250.801/0001-22
ANDRESSA ALBERTON
CPF/MF sob o nº 048.286.789-21
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	852	57.250.801/0001-22	32,00	23,40		Sim
2 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	593	46.884.097/0001-43	32,00	25,00	6,84	Sim
3 ALTERMED MATERIAL MEDICO	183	00.802.002/0001-02	32,00	26,21	4,84	Não
4 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	338	22.525.517/0001-37	32,00	28,24	7,75	Sim
5 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	876	39.510.584/0001-80	32,00	29,80	5,52	Sim

6 MEDLAB - PRODUTOS PARA SAÚDE	133	49.222.415/0001-07	32,00	29,90	0,34	Sim
7 ACR MED DISTRIBUIDORA DE	162	56.393.363/0001-99	32,00	30,00	0,33	Sim
8 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	705	54.534.012/0001-25	32,00	32,00	6,67	Sim
9 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	897	09.254.808/0001-70	32,00	32,00	0,00	Sim
10 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	941	51.740.794/0001-60	70,37	70,37	119,91	Sim

Lote 9

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	521	57.250.801/0001-22	94,20	84,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	030	39.510.584/0001-80	94,20	88,99	5,31	Sim
3 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	192	22.525.517/0001-37	89,28	89,28	0,33	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	214	00.802.002/0001-02	94,20	93,33	4,54	Não
5 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	431	54.534.012/0001-25	94,20	94,20	0,93	Sim
6 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	240	09.254.808/0001-70	98,20	98,20	4,25	Sim
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	601	51.740.794/0001-60	260,35	260,35	165,12	Sim

Lote 10

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	877	57.250.801/0001-22	97,44	84,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	679	39.510.584/0001-80	97,44	89,20	5,56	Sim
3 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	577	22.525.517/0001-37	89,28	89,28	0,09	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	964	00.802.002/0001-02	97,44	95,78	7,28	Não
5 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	688	54.534.012/0001-25	97,44	97,44	1,73	Sim
6 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	857	09.254.808/0001-70	98,20	98,20	0,78	Sim
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	972	51.740.794/0001-60	260,35	260,35	165,12	Sim

Lote 11

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	233	57.250.801/0001-22	98,40	84,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	583	39.510.584/0001-80	98,40	88,99	5,31	Sim
3 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	992	22.525.517/0001-37	89,28	89,28	0,33	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	284	00.802.002/0001-02	98,40	98,39	10,20	Não
5 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	638	09.254.808/0001-70	98,40	98,40	0,01	Sim
6 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	495	54.534.012/0001-25	98,40	98,40	0,00	Sim

Lote 12

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	642	57.250.801/0001-22	89,28	84,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	132	39.510.584/0001-80	89,28	88,99	5,31	Sim
3 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	927	54.534.012/0001-25	89,28	89,28	0,33	Sim
4 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	538	22.525.517/0001-37	89,28	89,28	0,00	Sim
5 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	086	09.254.808/0001-70	98,28	98,28	10,08	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	753	00.802.002/0001-02	163,08	161,66	64,49	Não
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	329	51.740.794/0001-60	260,35	161,67	0,01	Sim

Lote 13

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	659	57.250.801/0001-22	89,22	84,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	908	39.510.584/0001-80	89,22	88,99	5,31	Sim
3 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	600	54.534.012/0001-25	89,22	89,22	0,26	Sim
4 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	101	22.525.517/0001-37	89,28	89,28	0,07	Sim
5 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	786	09.254.808/0001-70	98,22	98,22	10,01	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	888	00.802.002/0001-02	163,08	163,08	66,04	Não
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	661	51.740.794/0001-60	309,98	309,98	90,08	Sim

Lote 14

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	426	57.250.801/0001-22	94,02	84,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	427	39.510.584/0001-80	94,02	88,99	5,31	Sim
3 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	474	22.525.517/0001-37	89,28	89,28	0,33	Sim
4 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	826	54.534.012/0001-25	94,02	94,02	5,31	Sim
5 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	884	09.254.808/0001-70	98,20	98,20	4,45	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	034	00.802.002/0001-02	163,08	163,08	66,07	Não
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	889	51.740.794/0001-60	309,98	309,98	90,08	Sim

Lote 15

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

1 ARBO PRODUTOS ODONTO	724	57.250.801/0001-22	86,99	84,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	218	39.510.584/0001-80	86,99	86,99	2,95	Sim
3 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	448	22.525.517/0001-37	89,28	89,28	2,63	Sim
4 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	349	09.254.808/0001-70	98,99	98,99	10,88	Sim
5 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	145	51.740.794/0001-60	286,82	161,29	62,94	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	069	00.802.002/0001-02	163,08	161,30	0,01	Não

Lote 17

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 ARBO PRODUTOS ODONTO	856	57.250.801/0001-22	33,00	29,92		Sim
2 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	603	22.525.517/0001-37	32,00	31,00	3,61	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	068	39.510.584/0001-80	33,00	31,99	3,19	Sim
4 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	987	54.534.012/0001-25	33,00	33,00	3,16	Sim
5 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	507	09.254.808/0001-70	35,00	35,00	6,06	Sim
6 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	347	51.740.794/0001-60	81,18	81,18	131,94	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:FB5565B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA
CNPJ/CPF: 10.735.873/0001-04

LOTE 21
Valor Total do Lote: 935,00 (novecentos e trinta e cinco reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	LANTERNA CLÍNICA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED 2,2 V, CONFECCIONADA EM METAL LEVE, DE ALTA QUALIDDE, ILUMINAÇÃO BRILHANTE E BRANCA PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO, POSSUI CONVENIENTE CLIP DE BOLSA, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (PALITO) INCLUSAS. MEDIDA 14 CM DE COMPRIMENTO DE 1,2 CM DE DIAMETRO. APRESENTAR REGISTRO ANVISA, MANUAL EM PORTUGUÊS	LC LED	UNID	55	R$ 17,0000	R$ 935,0000

LOTE 26
Valor Total do Lote: 4.048,00 (quatro mil e quarenta e oito reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	OTOSCÓPIO, EQUIPAMENTO PARA EXAME VISUAL DO OUVIDO EM FIBRA ÓPTICA EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA. LÂMPADA DE LED, LENTE DE AUMENTO DE 2.5X E 05 ESPECULOS PERMANENTES DE PLÁSTICO COM DIÂMETROS APROXIMADOS: 2,5MM-3,0MM-3,5MM-4,0MM- 8,0MM. POSSUIR REGULADOR DE ALTA E BAIXA LUMINOSIDADE E ENCAIXE PARA VISOR SOBRESSALENTE. POSSUIR CABO EM AÇO INOXIDÁVEL. POSSUIR VISOR ARTICULADO AO CABEÇOTE E MÓVEL. ACOMPANHAR VISOR SOBRESSALENTE. APRESENTAR CABO EM AÇO INOXIDÁVEL DE TAMANHO MÉDIO PARA PILHAS. POSSUIR LUPA REDONDA. POSSUIR CONTROLE DE INTENSIDADE DE LUZ DESEJÁVEL. ALIMENTAÇÃO POR PILHAS ALCALINAS AA. ACOMPANHA ESTOJO REFORÇADO PARA ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE, CONTENDO: VISOR SOBRESSALENTE E 05 (CINCO) ESPECULOS PERMANENTES DE PLÁSTICO. GARANTIA DE 1 ANO. APRESENTAR MANUAL E CATÁLOGO EM PORTUGUÊS. COM REGISTRO ANVISA.	MIKATOS MIKATOS	UNID	22	R$ 184,0000	R$ 4.048,0000

LOTE 40
Valor Total do Lote: 5.000,00 (cinco mil reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	SELADORA PARA USO HOSPITALAR ACIONAMENTO POR	ISAMAQ PED	UN	5	R$ 1.000,0000	R$ 5.000,0000

	PEDAL SELA EMBALAGENS DE ATÉ 350MM DE LARGURA, SOLDA DE 13 MM DE ESPESSURA, CONTROLE ELETRÔNICO DE TEMPO DE SELAGEM COM ALARME SONORO, CONTROLE ELETRÔNICO DE TEMPERATURA, AJUSTÁVEL ATÉ 300 C, SELADORA COMPACTA E DE FÁCIL OPERAÇÃO ALIMENTAÇÃO 110 VOLTS, REGISTRO ANVISA, COM MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS					

Valor Total Homologado - R$ 9.983,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Central Holding Logistica LTDA
CNPJ/MF sob o nº 10.735.873/0001-04
VICTOR MARCELO BURGOS
CPF/MF sob o nº 392.002.309-97
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 21

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	275	10.735.873/0001-04	25,00	17,00		Sim
2 ALTERMED MATERIAL MEDICO	556	00.802.002/0001-02	36,76	17,72	4,24	Não
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	558	39.510.584/0001-80	36,76	18,99	7,17	Sim
4 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	990	09.254.808/0001-70	36,76	25,01	31,70	Sim
5 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	098	51.740.794/0001-60	36,76	36,48	45,86	Sim
6 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	429	22.525.517/0001-37	36,76	36,49	0,03	Sim
7 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	551	54.534.012/0001-25	36,76	36,76	0,74	Sim

Lote 26

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	110	10.735.873/0001-04	200,00	184,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	181	39.510.584/0001-80	248,00	189,99	3,26	Sim
3 ALTERMED MATERIAL MEDICO	414	00.802.002/0001-02	248,00	218,81	15,17	Não
4 PHM COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA	510	35.794.003/0001-29	240,00	240,00	9,68	Sim
5 EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICOS	840	38.408.899/0001-59	240,00	240,00	0,00	Sim
6 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	577	54.534.012/0001-25	248,00	248,00	3,33	Sim

Lote 40

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	964	10.735.873/0001-04	1.000,00	1.000,00		Sim
2 ALTERMED MATERIAL MEDICO	309	00.802.002/0001-02	1.928,00	1.253,20	25,32	Não
3 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	438	51.740.794/0001-60	3.158,40	1.927,11	53,78	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:53BDCF81

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ/CPF: 51.740.794/0001-60

LOTE 18
Valor Total do Lote: 184,80 (cento e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	FITA MÉTRICA 150X2CM, IDEAL PARA MEDIR TECIDOS, ARTESANATOS, PARTES CORPORAIS, MÓVEIS, ITENSPEQUENOS, ENTRE OUTROS, COMPOSTO DE POLIÉSTER E FIBRA DE VIDRO. VALIDADE INDETERMINADA (PRODUTO NÃO PERECIVEL), EMBALAGEM UNITÁRIA, CORES VARIADAS.	VONDER fita métrica 150x2cm, ideal para medir tecidos, ar	UNID	40	R$ 4,6200	R$ 184,8000

Valor Total Homologado - R$ 184,80

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.

g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Ynemed Produtos Medicos E Hospitalares LTDA
CNPJ/MF sob o nº 51.740.794/0001-60
IRENE LOPES SALVI
CPF/MF sob o nº 515.443.269-04
Contratada

Testemunhas:

_____ _____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski

Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 18

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	141	51.740.794/0001-60	5,75	4,62		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	467	39.510.584/0001-80	5,75	5,72	23,81	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:557CF714

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação,

sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 14.308.899/0001-19

LOTE 6
Valor Total do Lote: 1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	CARRINHO PARA CURATIVO EM INOX, ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO CROMADO, TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE AÇO INOX, PÉS, VARANDAS E SUPORTE PARA BALDE E BACIA CROMADOS, PÉS COM RODÍZIO DE 2 A 3" DE DIÂMETRO, FIXAÇÃO DO TAMPO, DA PRATELEIRA E ARMAÇÃO POR MEIO DE PARAFUSOS SOBRE ARRUELAS DE PRESSÃO, ACOMPANHA 01 BALDE EM ALUMÍNIO POLIDO OU EM AÇO INOXIDÁVEL. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 0,45M DE LARGURA X 0,80M DE ALTURA X 0,75M DE PROFUNDIDADE. GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. APRESENTAR REGISTRO ANVISA.	Própria 394	UNID	2	R$ 570,0000	R$ 1.140,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.140,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante "atesto" na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):
Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Cirurgica Ouro Verde - Comercio De Materiais MEDICOS LTDA EPP
CNPJ/MF sob o nº 14.308.899/0001-19
IRINEU ARAUJO JUNIOR
CPF/MF sob o nº 364.999.439-91
Contratada

Testemunhas:

_____
Geovane Rocha de Souza
Fiscal de Contrato

_____
Aline Pacheski
Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 18

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 CIRURGICA OURO VERDE - COMERCIO	281	14.308.899/0001-19	600,00	570,00		Sim
2 CENTRAL HOLDING LOGISTICA LTDA	553	10.735.873/0001-04	635,00	635,00	11,40	Sim
3 ESQUADRIAS DESIGNERINOX LTDA	929	36.946.199/0001-92	1.200,00	636,99	0,31	Sim
4 METALIC MEDICAL PRODUTOS	175	05.788.117/0001-03	1.800,00	799,07	25,44	Sim
5 ALF COMERCIO DE	556	12.581.380/0001-84	800,00	800,00	0,12	Sim
6 DORAMEL	075	17.932.562/0001-76	1.274,00	1.274,00	59,25	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:AC90E633

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade R.G n° **12.382.056-88** SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° **089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº 17.880/2025** considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 93/2025**, **processo administrativo nº 27394/2025**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição sob demanda de equipamentos Médico-Hospitalares para todos os serviços de saúde.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
CNPJ/CPF: 46.884.097/0001-43

LOTE 2
Valor Total do Lote: 1.700,50 (um mil e setecentos reais e cinquenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	AGULHA TIPO GENGIVAL TAMANHO 30 G, LONGA, AÇO INOXIDÁVEL, COM INDICAÇÃO DE BISEL, ESTÉRIL E SILICONIZADA, APLICAÇÃO GENGIVAL / ANESTESIA, TIPO PONTA COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR PARA SERINGA CARPULE, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL COM PROTETOR PLÁSTICO E LACRE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	UNIQUE UNIQUE	CX/100	50	R$ 34,0100	R$ 1.700,5000

LOTE 5
Valor Total do Lote: 992,00 (novecentos e noventa e dois reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	CABO PARA BISTURI, N. 03, EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 420, PARA LÂMINAS DE N. 10 A 17, COM 12 CM DE COMPRIMENTO, BOM ACABAMENTO, ISENTO DE DEFEITOS, SOLDAS, REBARBAS OU EMENDAS. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E REGISTRONA ANVISA.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	160	R$ 6,2000	R$ 992,0000

LOTE 28
Valor Total do Lote: 902,00 (novecentos e dois reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA ANATÔMICA (SEM DENTE) 12CM	COOPER-FLEX	UNID	110	R$ 8,2000	R$ 902,0000

	CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 420, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE	COOPER-FLEX				

LOTE 29
Valor Total do Lote: 400,00 (quatrocentos reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO 12 CM, COM 1 X 2 DENTES, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420. BOM ACABAMENTO, ISENTO DE DEFEITOS, SOLDAS, REBARBAS OU EMENDAS. COM RANHURAS TRANSVERSAIS NA SUPERFÍCIE EXTERNA PARA MELHOR APOIO DIGITAL. PRODUTO FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	50	R$ 8,0000	R$ 400,0000

LOTE 30
Valor Total do Lote: 105,00 (cento e cinco reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA CHERON 245MMM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 420, INDICADA PARA HIGIENIZAÇÃO E ANTISSEPSIA DO CANAL VAGINAL E/OU DE OUTRA REGIÃO CORPORAL. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	3	R$ 35,0000	R$ 105,0000

LOTE 31
Valor Total do Lote: 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA CLÍNICA 16CM EM AÇO INOXIDÁVELPARA USO GERAL NO CONSULTÓRIO EMPREGADA PARA APREENSÃO DE OBJETOS TAIS COMO GAZE,ALGODÃO, FIOS E MAIS. TAMANHO: 16 CM.	COOPERFLEX COOPERFLEX	UNID	60	R$ 8,0000	R$ 480,0000

LOTE 32
Valor Total do Lote: 720,00 (setecentos e vinte reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA FOERSTER CURVA 24 CM, EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 420. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMA DA ABNT.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	15	R$ 48,0000	R$ 720,0000

LOTE 33
Valor Total do Lote: 712,50 (setecentos e doze reais e cinquenta centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA FOERSTER RETA 24 CM, EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 420, USADA PARA ASSEPSIA, PARA TRANSPORTAR A GAZE PARA UM CURATIVO MAIS PROFUNDO DEVERÁ APRESENTAR BOM ACABAMENTO (ISENTO DE DEFEITOS, SOLDAS, REBARBAS OU EMENDAS) E CONTER SERRILHA. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMA DA ABNT.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	15	R$ 47,5000	R$ 712,5000

LOTE 34
Valor Total do Lote: 1.000,00 (um mil reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA KELLY CURVA 14 CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420, DEVERÁ TER SUAS PONTAS DELICADAS E COM BOM ACABAMENTO, APRESENTAR RANHURAS TRANSVERSAIS NA FACE INTERNA, INSTRUMENTAL DE FORMA AUTO ESTÁTICA COM DIFERENTES NÍVEIS DE PRESSÃO DE FECHAMENTO, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	50	R$ 20,0000	R$ 1.000,0000

LOTE 35
Valor Total do Lote: 1.000,00 (um mil reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA KELLY RETA 14 CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI-420, DEVERÁ TER SUAS PONTAS	COOPERFLEX COOPERFLEX	UNID	50	R$ 20,0000	R$ 1.000,0000

	DELICADAS E COM BOM ACABAMENTO, APRESENTAR RANHURAS TRANSVERSAIS NA FACE INTERNA, INSTRUMENTAL DE FORMA AUTO ESTÁTICA COM DIFERENTES NÍVEIS DE PRESSÃO DE FECHAMENTO. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE. PRODUTO FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT.					

LOTE 36
Valor Total do Lote: 330,00 (trezentos e trinta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA KOCHER CURVA 12CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 420, INSTRUMENTO CIRÚRGICO ARTICULADO NÃO CORTANTE. UTILIZADA PARA HEMOSTASIA. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE. PRODUTO FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	15	R$ 22,0000	R$ 330,0000

LOTE 37
Valor Total do Lote: 105,00 (cento e cinco reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PINÇA POZZI 24CM, PARA USO CIRÚRGICO, EM AÇO INOXIDAVEL AISI 420, IDEAL PARA CURATIVO DE COLO UTERINO. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	3	R$ 35,0000	R$ 105,0000

LOTE 38
Valor Total do Lote: 450,15 (quatrocentos e cinquenta reais e quinze centavos)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	PORTA AGULHA MAYO HEGAR NÚMERO 16. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE.	COOPER-FLEX COOPERFLEX	UNID	15	R$ 30,0100	R$ 450,1500

LOTE 41
Valor Total do Lote: 1.295,00 (um mil, duzentos e noventa e cinco reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TESOURA CIRÚRGICA RETA 15CM FINA/FINA É UTILIZADA PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EM GERAL, PROPORCIONANDO FACILIDADE E SEGURANÇA, PARA CORTAR FIOS CIRÚRGICOS, TECIDOS MOLES, ETC. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	70	R$ 18,5000	R$ 1.295,0000

LOTE 42
Valor Total do Lote: 1.470,00 (um mil, quatrocentos e setenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TESOURA DE METZENBAUM OU MAIO RETA 16CM (PARA TECIDOS), PRODUZIDO EM AÇO INOXIDAVEL AISI40 COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	70	R$ 21,0000	R$ 1.470,0000

LOTE 43
Valor Total do Lote: 192,00 (cento e noventa e dois reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO IRIS, TIPO PONTA RETA, CARACTERISTICA PONTA FINA, HASTE RETA, COMPRIMENTO TOTAL CERCA DE 12 CM, MATERIAL ACO INOXIDAVEL, ESTERILIDADE ESTERILIZAVEL. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	15	R$ 12,8000	R$ 192,0000

LOTE 44
Valor Total do Lote: 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

1	TESOURA METZEMBAUM CURVA 12CM PRODUZIDO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 40 COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE, NORMAS DA ABNT, CE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	70	R$ 24,0000	R$ 1.680,0000

LOTE 45
Valor Total do Lote: 760,00 (setecentos e sessenta reais)

Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	TESOURA SIMS RETA 20CM, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 420, PARA UTILIZAÇÃO EM PROCEDIMENTO GINECOLÓGICO. FABRICADO DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE E NORMAS DA ABNT. EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONSTANDO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, VALIDADE E RASTREABILIDADE.	COOPER-FLEX COOPER-FLEX	UNID	20	R$ 38,0000	R$ 760,0000

Valor Total Homologado - R$ 14.294,15

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO
2.1 – Prazo e forma de entrega/execução:
a) O prazo de entrega será de no máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da nota de empenho, sendo passível de notificação após esse prazo.
b) Os objetos dessa licitação serão solicitados de forma parcelada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
c) O recebimento será realizado em duas etapas - Recebimento provisório- no ato da entrega do objeto, no local em que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta, da nota de empenho e da Ata de Registro de Preços. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
d) Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, nas condições de temperatura exigidas em rótulo e com o n° de registro emitido pela ANVISA / Ministério da Saúde.
e) Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de sua validade total a contar da data da entrega.
g) Recebimento definitivo, em até 2 dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal/fatura, após comprovada a adequação aos termos contratuais e desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

2.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
Local de Entrega: Almoxarifado Central
Rua Flávio Santos, s/n – Bairro: Elias Farajala Bacila
Horário da Entrega: das 8h às 11h30 e das 13h às 16h30 (de segunda à sexta e dias úteis)
Responsável pelo recebimento: JOSÉ GARCIA BULHÕES
Fone: (42) 3909-5016

2.3 – Condições de garantia e assistência técnica:
Não se aplica.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. Prazo para pagamento se dará em até **15 (quinze) dias**, após atestado de recebimento pelo fiscaldecontrato.
3.2.A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
3.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.
3.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC-Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Saúde.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta emitida pela contratada. Após este período, e mediante solicitação pela contratada, será considerado como critério de reajuste o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. A fiscalização do objeto executado ficará a cargo do(s) servidor(s):

Material Permanente:
Geovane Rocha de Souza – Titular
Jordana Ferrando Trindade – Titular
Jéssica de Carvalho Schmigel – Titular
Zaine Bassani Zacarquim de Oliveira – Suplente

Material de Consumo:
Aline Pacheski – Titular
Bruna Fernanda Venc dos Santos – Titular
Veridiana Hass – Suplente

designado(s) através do Decreto Municipal nº 17.920, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 06 de janeiro de 2026.

Município De Palmeira
CNPJ/MF sob o n.º 76.179.829/0001-65
KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
CPF/MF sob o n.° 089.187.509-35
(Decreto Municipal n.º 17.880/2025)
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Golden Produtos
Odontologicos LTDA
CNPJ/MF sob o nº 46.884.097/0001-43
CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JUNIOR
CPF/MF sob o nº 048.804.349-22
Contratada

Testemunhas:

Geovane Rocha de Souza Aline Pacheski
Fiscal de Contrato Fiscal de Contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Conforme relatórios da sessão, nenhuma empresa participante aceitou cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário.

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	814	46.884.097/0001-43	34,67	34,01		Sim
2 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	907	22.525.517/0001-37	34,67	34,67	1,94	Sim
3 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	023	51.740.794/0001-60	34,67	34,67	0,00	Sim
4 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	813	09.254.808/0001-70	34,67	34,67	0,00	Sim
5 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	875	54.534.012/0001-25	34,67	34,67	0,00	Sim

Lote 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	949	46.884.097/0001-43	7,70	6,20		Sim
2 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	698	22.525.517/0001-37	7,70	7,17	15,65	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	309	39.510.584/0001-80	7,70	7,66	6,83	Sim
4 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	665	09.254.808/0001-70	7,70	7,68	0,26	Sim
5 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	776	49.238.875/0001-15	10,00	10,00	30,21	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	385	00.802.002/0001-02	15,38	14,24	42,40	Não
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	205	51.740.794/0001-60	23,39	14,25	0,07	Sim

Lote 28

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	165	46.884.097/0001-43	14,79	8,20		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	649	39.510.584/0001-80	14,79	9,99	21,83	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	804	49.238.875/0001-15	14,75	11,40	14,11	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	188	00.802.002/0001-02	14,79	12,68	11,23	Não
5 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	158	09.254.808/0001-70	14,79	12,95	2,13	Sim
6 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	341	22.525.517/0001-37	14,00	14,00	8,11	Sim
7 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	319	54.534.012/0001-25	14,79	14,79	5,64	Sim
8 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	231	51.740.794/0001-60	14,79	14,79	0,00	Sim

Lote 29

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	137	46.884.097/0001-43	10,00	8,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	887	39.510.584/0001-80	10,00	9,99	24,88	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	240	49.238.875/0001-15	20,00	11,40	14,11	Sim
4 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	262	22.525.517/0001-37	14,00	14,00	22,81	Sim
5 ALTERMED MATERIAL MEDICO	992	00.802.002/0001-02	31,42	30,24	116,00	Não
6 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	117	51.740.794/0001-60	38,40	30,25	0,03	Sim

Lote 30

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	520	46.884.097/0001-43	57,50	35,00		Sim
2 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	849	49.238.875/0001-15	57,55	47,80	36,57	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	156	39.510.584/0001-80	57,59	48,99	2,49	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	986	00.802.002/0001-02	111,62	110,74	126,05	Não
5 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	217	51.740.794/0001-60	170,02	110,75	0,01	Sim

Lote 31

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	413	46.884.097/0001-43	9,96	8,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	378	39.510.584/0001-80	9,96	9,95	24,38	Sim
3 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	043	51.740.794/0001-60	27,20	27,20	173,37	Sim

Lote 32

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	318	46.884.097/0001-43	62,98	48,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	019	39.510.584/0001-80	62,98	50,99	6,23	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	596	49.238.875/0001-15	62,90	51,40	0,80	Sim

4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	632	51.740.794/0001-60	176,00	157,22	205,88	Sim
5 ALTERMED MATERIAL MEDICO	205	00.802.002/0001-02	158,05	157,23	0,01	Não

Lote 33

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	482	46.884.097/0001-43	63,64	47,50		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	831	39.510.584/0001-80	63,64	48,99	3,14	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	598	49.238.875/0001-15	63,60	51,40	4,92	Sim
4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	107	51.740.794/0001-60	176,00	157,10	205,64	Sim
5 ALTERMED MATERIAL MEDICO	548	00.802.002/0001-02	158,05	157,11	0,01	Não

Lote 34

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	212	46.884.097/0001-43	32,00	20,00		Sim
2 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	217	22.525.517/0001-37	32,86	21,36	6,80	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	160	49.238.875/0001-15	32,85	22,70	6,27	Sim
4 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	382	39.510.584/0001-80	32,86	24,99	10,09	Sim
5 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	916	09.254.808/0001-70	32,86	25,01	0,08	Sim
6 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	241	54.534.012/0001-25	32,86	32,86	31,39	Sim
7 ALTERMED MATERIAL MEDICO	842	00.802.002/0001-02	32,86	32,86	0,00	Não
8 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	126	51.740.794/0001-60	81,57	81,57	148,23	Sim

Lote 35

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	744	46.884.097/0001-43	24,85	20,00		Sim
2 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	248	22.525.517/0001-37	24,85	21,36	6,80	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	622	49.238.875/0001-15	24,85	22,70	6,27	Sim
4 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	455	39.510.584/0001-80	24,85	24,80	9,25	Sim
5 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	729	51.740.794/0001-60	81,57	56,21	126,65	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	820	00.802.002/0001-02	57,22	56,22	0,02	Não

Lote 36

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	082	46.884.097/0001-43	29,50	22,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	307	39.510.584/0001-80	29,50	28,99	31,77	Sim
3 ALTERMED MATERIAL MEDICO	958	00.802.002/0001-02	69,74	69,74	140,57	Não

Lote 37

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	735	46.884.097/0001-43	55,99	35,00		Sim
2 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	691	49.238.875/0001-15	55,90	47,10	34,57	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	867	39.510.584/0001-80	55,99	51,99	10,38	Sim
4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	283	51.740.794/0001-60	166,02	107,73	107,21	Sim
5 ALTERMED MATERIAL MEDICO	166	00.802.002/0001-02	109,00	107,74	0,01	Não

Lote 38

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	701	46.884.097/0001-43	46,44	30,01		Sim
2 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	866	49.238.875/0001-15	46,40	32,97	9,86	Sim
3 ALTERMED MATERIAL MEDICO	408	00.802.002/0001-02	46,44	45,99	39,49	Não
4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	221	51.740.794/0001-60	98,66	98,66	114,52	Sim

Lote 41

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	415	46.884.097/0001-43	21,43	18,50		Sim
2 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	087	09.254.808/0001-70	21,43	21,01	13,57	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	943	49.238.875/0001-15	21,40	21,40	1,86	Sim
4 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	145	51.740.794/0001-60	69,44	46,59	117,71	Sim
5 ALTERMED MATERIAL MEDICO	064	00.802.002/0001-02	47,74	46,60	0,02	Não

Lote 42

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	140	46.884.097/0001-43	44,23	21,00		Sim
2 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	213	49.238.875/0001-15	44,20	24,10	14,76	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	204	39.510.584/0001-80	44,23	24,99	3,69	Sim
4 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	170	09.254.808/0001-70	44,23	26,02	4,12	Sim

5 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	316	22.525.517/0001-37	46,00	46,00	76,79	Sim
6 ALTERMED MATERIAL MEDICO	487	00.802.002/0001-02	84,72	83,82	82,22	Não
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	629	51.740.794/0001-60	122,88	83,83	0,01	Sim

Lote 43

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	247	46.884.097/0001-43	14,55	12,80		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	721	39.510.584/0001-80	14,55	13,99	9,30	Sim
3 BALESTRIN & RIL - DISTRIBUIDORA DE	716	49.238.875/0001-15	14,55	14,25	1,86	Sim
4 ALTERMED MATERIAL MEDICO	701	00.802.002/0001-02	31,74	30,82	116,28	Não
5 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	335	51.740.794/0001-60	48,00	30,83	0,03	Sim

Lote 44

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	982	46.884.097/0001-43	40,00	24,00		Sim
2 J.F COMERCIO DE MATERIAL E	730	22.525.517/0001-37	40,00	28,00	16,67	Sim
3 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	645	39.510.584/0001-80	40,99	31,99	14,25	Sim
4 MMW PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	990	09.254.808/0001-70	40,99	37,01	15,69	Sim
5 SS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS	709	54.534.012/0001-25	40,99	40,99	10,75	Sim
6 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	543	51.740.794/0001-60	86,62	86,62	111,32	Sim

Lote 45

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS	711	46.884.097/0001-43	59,00	38,00		Sim
2 BIOVALLE DISTRIBUIDORA DE	498	39.510.584/0001-80	59,20	55,99	47,34	Sim
3 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	469	51.740.794/0001-60	200,19	200,19	257,55	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:DAC19F97

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 05/2025 - P.I. 03/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Processo inexigibilidade Nº 03/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - Nº 2/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 05/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURIDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Que fazem entre si, de um lado, o MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 864.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº ***, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor HSM SERVICOS MEDICOS LTDA, com endereço à R Vicente Machado, 130 sala 07 - CEP: 85270000 - Bairro: Centro, Palmital/PR inscrita no sob nº 12.855.527/0001-87, por seu representante legal, Sr. HASSAM SALIH MOHANA, denominada CONTRATADO, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 05/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 02/02/2026 ate 02/02/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor 25% do Lote 1, 1, 1, 1, do Contrato Administrativo n. 05/2025, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Saúde, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021. Valor total do aditivo é de R$ 177.692,82(cento e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos).

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANT	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	34485	SERVIÇOS PLANTÃO EM SAÚDE 12(DOZE) HORAS NOTURNO	UN	60,00	1.300,1952	78.011,71
1	2	34486	SERVIÇOS PLANTÃO EM SAÚDE 12(DOZE) HORAS DIURNO	UN	60,00	1.300,1952	78.011,71
1	3	34487	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS DESLOCAMENTO PACIENTES	UN	100,00	108,347	10.834,70
1	4	34488	SERVIÇO PLANTÃO EM SAÚDE HORAS EXTRAORDINARIAS	UN	100,00	108,347	10.834,70
TOTAL							177.692,82

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.

E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 02/02/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

HSM Servicos Medicos LTDA
HASSAM SALIH MOHANA
Contratado

Testemunhas:

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS 03113798930	DIULY NICOLY LEAL SALDANHA 12110247924

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:5A60EA47

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 011/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **JOÃO BATISTA VIZINE**

CARGO OCUPADO: **FISCAL – C3020-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
1.900.155-5	299.318.009-68	1124-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 2.929,28 (Dois mil, novecentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
3377/2024	17/04/2024	01/02/2026

ÓRGÃO DE ORIGEM:	CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 30 de janeiro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:5FA36B95

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO N° 1.483

DECRETO Nº 1.483

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, autorizado pela Lei Municipal nº 4.634 de 27 de Novembro de 2025 art. 7º, incisos, I, II, III, IV, e de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964, Art. 43, § 1º, Incisos I, II e III,

DECRETA:

Art. 1° Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral

Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01101 - FUNDEB 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 2.000.000,00
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	01104 - 25% Sobre demais Impostos Vinculados à Educação	R$ 2.000.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R$ 4.000.000,00		

Art. 2° Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01101 - FUNDEB 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF	R$ 2.000.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral		
Unidade Orçamentária:	Gabinete do Secretario	
11.001		
Funcional Programática:	**Atividade:**	
11.001.0012.0361.0016.2080	Manutenção, Conservação, Remuneração dos profissionais do magistério e contratação de profissionais da área da psicologia e assistência social para as Escolas do Ensino Fundamental. Assegurar o pagamento das despesas essências a Educação, com Manutenção, Manutenção do Auxílio Alimentação, equipamentos, serviços e folha de pagamento, em atendimento a Lei n° 13.935/2019. e outras demandas.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190110000 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	01104 - 25% Sobre demais Impostos Vinculados à Educação	R$ 2.000.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÂO: R$ 4.000.000,00		

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de fevereiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:24B4A8E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 1.797

PORTARIA Nº 1.797

"Designa servidores para as Funções Gratificadas de Diretores de Escolas Municipais e Diretores de Centros Municipais de Educação Infantil."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com as Lei Complementar nº 192/2016 e suas alterações,

RESOLVE:

I - Designar os servidores municipais abaixo nominados, para as Funções Gratificadas de Diretores de Escolas e Diretores de CMEI's, Símbolo "FG-D", da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, conforme discrimina:

ESCOLA		
FUNÇÃO GRATIFICADA	**NOME**	**MAT**
ESCOLA MUNICIPAL ALMIRANTE TAMANDARÉ	IVONE RAMOS DA SILVA	6.703-2/3
ESCOLA MUNICIPAL EDITE LOBO	EDIMAR PEREIRA NEVES	3.267-1
ESCOLA MUNICIPAL IRACEMA DOS SANTOS	ROSÂNGELA DOS SANTOS FREITAS	97.350-1
ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM TRAMUJAS FILHO	ANA PAULA NASCIMENTO TRIGO	9.972-1/2
ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ DE ANCHIETA	MARA ZILDA MACHADO DO ROSÁRIO	10.956-1/2
ESCOLA MUNICIPAL LUIZ VAZ DE CAMÕES	SUELI MACENO DE SANT´ANNA	10.570-2
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL VIANA	ANA PAULA LODE DE SOUZA STAMATO	8.473-1/2

ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ TAVARES	ROSEMERE CEZAR DE ARAUJO DO CARMO	3.636-1
ESCOLA MUNICIPAL MIRIAM SOARES CUNHA	FADWA MUHAMMAD TAHA	11.897-1
ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO NAZIRA BORGES	ELISETE SILVA DOS REIS	9.906-1/2
ESCOLA MUNICIPAL BERTA RODRIGUES ELIAS	CRISTIANE ALVES SILVA	7.240-1
ESCOLA MUNICIPAL ELOÍNA LOYOLA VIANNA	GISELLE FELIPE RIBEIRO	7.961-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EVA TEREZA AMARANTE CAVANI	SOLANGE REGINA MARTINS MELCHIOR DA SILVA	9.256-1/3
ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES	SILVANA FERNANDES SOUZA	9.912-1
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL DR. ANIBAL RIBEIRO FILHO	DENISE CORREIA DERIO	10.594-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL GABRIEL DE LARA	KARINE FERNANDES BATISTA	5.515-2/3
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL GRACIELA ELIZABETE ALMADA DIAZ	MARCIA LOUREIRO GUIMARÃES	95.063-1
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL HUGO PEREIRA CORREA	ARIOCIR CESAR DOS SANTOS RODRIGUES	95.755-3
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL INÁ XAVIER ZACHARIAS	KAREN CIBELLE RODRIGUES COSTA BARAUSKAS	12.357-1
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL JOÃO ROCHA DOS SANTOS	KARIZE MORAIS LEANDRO	12.417-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL LEÔNCIO CORREIA	FRANCIELLE DE SOUZA MARTINS PAZINATTO	8.808-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL NASCIMENTO JUNIOR	ALCYONE CORREIA DE FREITAS MALETZKE NEVES	12.393-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL NAYA CASTILHO	LUCIANE REGINA JACINTO SMANIOTO	5.585-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROF. ARMINDA DE SOUZA PEREIRA	LUIZ AURELIO DOS SANTOS TEIXEIRA	97.261-1
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO	EDNA REGINA ALBINI PEREIRA KAMINSK	5.495-2/3
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PRESIDENTE COSTA E SILVA	MARCO ANTONIO OLIVEIRA DOS SANTOS	8.846-2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROF. EDINEA MARIZE MARQUES GARCIA	ANDREIA MOREIRA ESSER ROSA	11.922-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROF. FRANCISCA PESSOA MENDES	VANESSA CRISTINA MARINHO	9.851-1
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROF. MARIA TRINDADE SILVA	VERA LIZ SILVERIO DOS SANTOS	5.565-2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROF. ROSICLAIR SILVA COSTA	DEBORA DE ALMEIDA ROSA	8.784-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL RANDOLFO ARZUA	CRISTIANE DE CARVALHO AGUIAR DOS SANTOS	12.454-1/2
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL SULLY DA ROSA VILARINHO	VANESSA TURCHETI DA COSTA LEITE	10.657-3
ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL TAKESHI OISHI	SERLIA MARIANO OLIVEIRA	10.965-1/2

CMEI		
FUNÇÃO GRATIFICADA	**NOME**	**MAT**
CMEI AGADIL CABRAL	ANA PAULA ANTUNES DA SILVA VIANA	95.450-1
CMEI ANGELA CATARINA POLETI	ANDREA KELLI PERES MENDES ROMÃO	8.753-1/2
CMEI ANITA CANALE RABI	ANDREA GONÇALVES TAVARES	12.130-1
CMEI ANITA RIBEIRO FONTES	ANDREA CECCON RIBEIRO	7.105-1/2
CMEI ANTONIO TORTATO	KELLY CRISTINA XAVIER DE SOUZA FEITOZA	11.884-1
CMEI ARCELINA DE PINA	GABRIELA RIBEIRO MANTOVANI	11.890-1
CMEI AURORA XAVIER SANTOS	MARIELLEN AMARAL SANTOS	12.493-1
CMEI DENISE FARIAS ALBOIT	RAFAELE LOURENÇO DO CARMO SOARES	95.462-1
CMEI EDITE AMATUZZI DE PINHO	RUBIAMARA MAYUMI P. NISHIDA BUENO	11.882-1
CMEI JURANDIR DE LIMA	MARLUANA LOPES MATILDE	95.042-1
CMEI HELENA PORTO	NEUZA MARIA VANHONI	10.156-1
CMEI MARIA DE LOURDES KOSSATZ	ELZA ELISABETH SANTOS DA SILVA	8.798-1/2
CMEI MILENA BONFIM	HELLEN CRISTINA A. DE CARVALHO NEVES	97.296-1
CMEI NADIA IARA PEREIRA DA CUNHA	TATIANE FATIMA DE SOUZA PAVESI	7.876-1
CMEI NOSSA SENHORA DO ROCIO	LIZABETE DO ROCIO VANHONI GONÇALVES	7.142-2/3
CMEI NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES	TAMIZIA DOS SANTOS CHAVES	10.973-1
CMEI NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	ANA PAULA ONORIO FARIAS	12.494-1
CMEI PROF. OZIEL PRADO TAVARES	DANIELLE CRISTINA DA SILVA	95.452-1
CMEI PAULO FREIRE	CRISTIANE SALOMÃO DE OLIVERIA	97.291-1
CMEI PREFEITO MARIO ROQUE	NADIA IARA DO AMARAL DOS SANTOS	11.886-1
CMEI REGINA CELIA DOMIT	ERIKA HELOINA SCREMIM CORREA	9.907-1/2
CMEI ROSIANE PINHEIRO NORATO	ANA CAROLINA RODRIGUES DA LUZ ECCEL	8.749-1/2
CMEI ROSY MATTAR	ALESSANDRA MOREIRA DA VEIGA	10.611-1
CMEI RUTH CROCETI BAKA	ROSIMERI MATIAS DOS SANTOS	11.880-1
CMEI SATHIE MIDORIKAWA	JESSICA DAYANE IURK DO ROSARIO ELIAS	11.055-2
CMEI ZULEIDE PINTO ROSA	ALESSANDRA MARCIA SANTOS ROSSI	95.026-1

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 30 de janeiro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Republicado por Incorreção

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:734F8A0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - ATA DE SESSÃO - AUDIÇÕES - CONCURSO Nº 001/2025

FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ

RUA GUAPORÉ, 2080 - CENTRO - CX. P. 511
(44) 3902-1128
CNPJ: 79.698.304/0001-24

ATA DE SESSÃO DA SEGUNDA ETAPA DO EDITAL DE CONCURSO Nº 001/2025
Referente às Audições – Fase Classificatória de Avaliação de Mérito.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, às 8h30min, na Biblioteca Municipal Júlia Wanderley, teve início a sessão da segunda etapa do Edital de Concurso nº 001/2025, referente à fase classificatória de audições para avaliação de mérito, da Licitação na Modalidade Concurso nº 01/2025, destinada à seleção para futura contratação de profissionais da música para integrarem a Orquestra Municipal de Paranavaí, por meio da Fundação Cultural. Reuniram-se os membros da Banca Examinadora, nomeados pelo Decreto Municipal nº 27.523/2025, presidida pelo examinador Graziani Moraes dos Santos, bem como os servidores da Fundação Cultural responsáveis pela coordenação da referida etapa, conforme previsto em edital e relacionados ao final desta ata. Registra-se que 4 (quatro) dos músicos candidatos habilitados não compareceram à sessão das audições, conforme lista de presença anexa à presente ata.
Às 08h55min deu-se início às audições com a modalidade instrumental **Trompete**, sendo chamado o primeiro candidato, **Pedro Henrique Negrão Ferreira**, seguido, na respectiva ordem, pelos candidatos: **Márcio Rodrigo de Souza; Marcelo Hernandes; Alessandro Geronimo de Freitas; Maicon Douglas Alves da Cruz; Matheus Simões Machado**. Durante as audições, mediante solicitações da Banca Examinadora, os candidatos executaram trechos de livre escolha dentre as músicas do repertório previsto em edital, trechos específicos indicados pela Banca, e eventuais exercícios de tempo, ritmos e gêneros musicais. Encerradas as apresentações desta modalidade, a Banca Examinadora deliberou e concluiu as avaliações correspondentes ao Trompete.

Na sequência, iniciaram-se as audições da modalidade instrumental **Trombone**, sendo chamado o candidato **Marcos Alexandre Sala**, seguido, na respectiva ordem, pelos candidatos: **Hudson Bomfim Omito; Jhonata Crisóstomo de Souza Batistão; Manoel Feliciano; Luciano Ferreira Torres**, o qual se fez presente, porém manifestou à Banca que optou por não concorrer na referida modalidade instrumental, nem na função de auxiliar de maestro, decidindo concorrer apenas à função de **maestro titular**, para a qual também se encontrava inscrito; por fim, foi convidado o último candidato desta modalidade, o músico **Andersson Rodrigues Danziger**. A Banca Examinadora seguiu o mesmo padrão de avaliação adotado na modalidade anterior, solicitando aos candidatos a execução de trechos de repertório de livre escolha e de trechos indicados pela Banca. Finalizadas as apresentações, a Banca deliberou e deu prosseguimento à próxima modalidade instrumental.

Em continuidade, iniciaram-se as audições da modalidade **Saxofone Alto e Saxofone Tenor**. Para a vaga destinada ao Saxofone Alto, foi chamado o candidato **Glebson Elvis Ribeiro de Oliveira**, seguido dos candidatos **Bruno Parpinelli Miranda** e **Erick Cazari**. Na sequência, foram realizadas as audições dos candidatos à modalidade Saxofone Tenor, sendo chamados, respectivamente, **Alessandro Kamilo Marcelino** e **André Hoinoski dos Anjos**. Os exercícios e execuções solicitados pela Banca Examinadora seguiram o mesmo padrão das modalidades anteriormente avaliadas. Após a saída do último candidato a se apresentar no período matutino, a Banca Examinadora deliberou sobre as avaliações realizadas, procedendo à assinatura das fichas individuais. Em seguida, foi encerrada a sessão no período da manhã, sendo concedido intervalo para almoço.

Às 13h50min, foi retomada a sessão das audições, iniciando-se pela modalidade instrumental **Contrabaixo**. Foram chamados, individualmente e na sequência, os candidatos **Renan Oliveira de Souza; Douglas Henrique Lemes; Adriano Ferreira Torres Júnior; e Vinícius Rafael da Silva Lisboa**, registrando-se a ausência dos candidatos **Bruno Souza Silva** e **Fernando Endo Lopes**. Aos candidatos presentes foi solicitada a execução, no instrumento, de uma música de repertório de livre escolha, bem como de trechos indicados pela Banca e de exercícios técnicos.

Na sequência, iniciaram-se as audições da modalidade **Vocal – Cantor(a)**, sendo chamado inicialmente o candidato **Rogério Rodrigues de Melo**, seguido, respectivamente, pelos candidatos **Ricardo Yukimitsu Aoyagui** e **Núbia Rafaela Alves Machado**, registrando-se a ausência do candidato **Artur Aparecido Nepomuceno**. Durante as audições, foi solicitada aos candidatos a execução de trechos de livre escolha dentre as músicas do repertório previsto em edital, bem como de trechos indicados pela Banca Examinadora.

Prosseguiram-se as audições da modalidade **Bateria/Percussão**, sendo chamados, na respectiva ordem, os candidatos **Bruno Cardoso Neiva** e **Glaudemir Ribeiro de Oliveira**, registrando-se a ausência do candidato **Ygor da Silva Requena**. Entre as solicitações da Banca Examinadora, constaram a execução de música de livre escolha dentre o repertório previsto, trechos indicados pela Banca, bem como a execução de ritmos e exercícios técnicos, incluindo a utilização de instrumentos de percussão, como o pandeiro.

Em seguida, realizou-se a audição da modalidade **Guitarra**, sendo o único candidato o músico **Pedro Enrique Costa Ribeiro**, ao qual foi solicitada a execução de música do repertório de livre escolha, trechos indicados pela Banca Examinadora e exercícios técnicos.

A última audição foi referente à função de **Maestro Titular**, tendo como único candidato o músico **Luciano Ferreira Torres**. Procedeu-se à avaliação prática, com a verificação da performance gestual do candidato, inicialmente sem acompanhamento sonoro, a partir de trecho indicado pela Banca, e, posteriormente, com trecho de livre escolha dentre o repertório. Em seguida, um dos membros da Banca Examinadora, a musicista **Vania Gizele Malaguti**, executou acordes ao piano, com o candidato de costas para o instrumento, com a finalidade de avaliar sua percepção musical. Foi realizada, ainda, entrevista com o candidato, abordando aspectos relacionados à regência de orquestra, ao trabalho com os músicos, entre outros temas pertinentes. A análise do currículo, arranjos, transcrições e áudios encaminhados pelo candidato foi realizada pela Banca posteriormente à audição.

Encerradas todas as audições, os membros da Banca Examinadora procederam às deliberações finais e à conclusão das avaliações. Após a entrega das fichas individuais, os servidores da Fundação Cultural realizaram a somatória das notas atribuídas pelos três examinadores, obtendo-se a pontuação final de cada candidato. A planilha com o registro da somatória das notas foi conferida, assinada pelos membros da Banca Examinadora e anexada à presente ata.

De posse das notas finais, observada a quantidade de vagas previstas em edital para cada categoria instrumental ou função artística, bem como a pontuação mínima de 210 (duzentos e dez) pontos para aprovação, e verificada a inexistência de empates nas categorias em que o número de candidatos superou o número de vagas, a Banca Examinadora concluiu o resultado da etapa de audições, com a definição dos candidatos **DESCLASSIFICADOS**, **APROVADOS e SELECIONADOS** e **APROVADOS NA CONDIÇÃO DE SUPLENTES**, conforme tabela abaixo:

Instrumento ou função artística	**Candidato (a)**	**Pontuação Final**	**Resultado**
	Márcio Rodrigo de Souza (Selecionado como Aux.Maestro)	**292,7**	Aprovado e selecionado

Trompete	Maicon Douglas Alves da Cruz	**281,4**	Aprovado e selecionado
	Matheus Simões Machado	**269,2**	Aprovado e selecionado
	Pedro Henrique Negrão Ferreira	**270,7**	Aprovado e selecionado
	Marcelo Hernandes	**234**	Aprovado na condição de suplente
	Alessandro Geronimo de Freitas	**220**	Aprovado na condição de suplente
Trombone	Manoel Feliciano	**256,5**	Aprovado e selecionado
	Marcos Alexandre Sala	**240**	Aprovado e selecionado

	Hudson Bomfim Omito	**237**	Aprovado e selecionado
	Jhonata Crisóstomo de Souza Batistão	**223**	Aprovado e selecionado
	Andersson Rodrigues Danziger	**150**	Não classificado, por não atingir a pontuação mínima exigida.
	Luciano Ferreira Torres (Aux.Maestro)	**xx**	Declinou de concorrer nesta modalidade.
Saxofone Alto	Glebson Elvis Ribeiro de Oliveira	**281,3**	Aprovado e selecionado
	Bruno Parpinelli Miranda	**229**	Aprovado e selecionado
	Erick Cazari	**227**	Aprovado na condição de suplente
Saxofone Tenor	Alessandro Kamilo Marcelino	**293,4**	Aprovado e selecionado
	André Hoinoski dos Anjos	**282**	Aprovado e selecionado
Contrabaixo	Vinícius Rafael da Silva Lisboa	**284**	Aprovado e selecionado
	Douglas Henrique Lemes (Aux.Maestro)	**280**	Aprovado na condição de suplente
	Renan Oliveira de Souza	**269,5**	Aprovado na condição de suplente
	Adriano Ferreira Torres Júnior	**152**	Não classificado, por não atingir a pontuação mínima exigida.
	Bruno Souza Silva	**00**	Desclassificado, não compareceu.
	Fernando Endo Lopes	**00**	Desclassificado, não compareceu.
Vocal/Cantor (a)	Núbia Rafaela Alves Machado	**275,4**	Aprovado e selecionado
	Ricardo Yukimitsu Aoyagui	**255,3**	Aprovado e selecionado
	Rogério Rodrigues de Melo	**158**	Não classificado, por não atingir a pontuação mínima exigida.
	Artur Aparecido Nepomuceno e Silva	**00**	Desclassificado, não compareceu.
Bateria/percus são	Glaudemir Ribeiro de Oliveira	**285**	Aprovado e selecionado
	Bruno Cardoso Neiva	**258**	Aprovado e selecionado
	Ygor da Silva Requena	**00**	Desclassificado, não compareceu.
Guitarra	Pedro Enrique Costa Ribeiro	**264**	Aprovado e selecionado
Maestro Titular	Luciano Ferreira Torres	**299**	Aprovado e selecionado

Para a vaga de Auxiliar de Maestro, considerando sua aprovação e seleção, em razão da maior nota obtida em sua modalidade instrumental, bem como do maior tempo de experiência em orquestra devidamente comprovado em seu portfólio, foi selecionado o músico Márcio Rodrigo de Souza.

Não houve candidato habilitado para o instrumento piano.

Nada mais havendo a constar, o presidente da Banca Examinadora declarou encerrada a sessão, seguiu-se para a lavratura da presente ata que depois de lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e servidores da Fundação Cultural que coordenaram e auxiliaram na sessão.

Paranavaí, 28 de janeiro de 2026.

Banca Examinadora – Conforme Decreto Municipal Nº 27.523/2025:

GRAZIANI MORAES DOS SANTOS
Presidente da Banca
Examinadora

ANA CAROLINA DE SOUZA MORAES
Membro

VANIA GIZELE MALAGUTTI
Membro

Servidores Da Fundação Cultural De Paranavaí – Responsáveis Pela Coordenação Da Etapa De Audições:

RAFAEL LUCAS TORRENTE
(Diretor-Presidente).
Coordenador

ROSINEIDE SANGA
(Diretora Geral)
Assessoria

WILLIAM MOREIRA DA SILVA
(Gerente de Departamento de Eventos) –
Auxiliar

LICITAÇÃO MODALIDADE CONCURSO Nº 01/2025

AUDIÇÕES – BANCA EXAMINADORA

Folha Ata com o Registro da pontuação final - Avaliação Geral
Contém as notas finais dos três membros da banca examinadora e somatória para a obtenção da pontuação final de cada músico candidato de acordo com sua categoria, na ordem de classificação conforme pontuação obtida.

· **INSTRUMENTO/FUNÇÃO**: TROMPETE – 4 titulares

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Márcio Rodrigo de Souza (Aux.Maestro)	98,7	94	100	**292,7**
Maicon Douglas Alves da Cruz	98,4	88	95	**281,4**
Matheus Simões Machado	97,2	86	86	**269,2**
Pedro Henrique Negrão Ferreira	97,7	87	86	**270,7**
Marcelo Hernandes	81	73	80	**234**
Alessandro Geronimo de Freitas	81	68	71	**220**

· **INSTRUMENTO**: TROMBONE – 4 titulares

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Manoel Feliciano	90,5	83	83	**256,5**
Marcos Alexandre Sala	86	74	80	**240**
Hudson Bomfim Omito	90	73	74	**237**
Jhonata Crisóstomo de Souza Batistão	80	70	73	**223**
Andersson Rodrigues Danziger	51	49	50	**150**
Luciano Ferreira Torres (Aux.Maestro)	**xx**	**xx**	**xx**	**xx**

Obs. O candidato Luciano Ferreira Torres declinou da audição deste instrumento, optando por concorrer somente como Maestro Titular.

· **INSTRUMENTO / FUNÇÃO:** SAXOFONE ALTO – 2 titulares

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Glebson Elvis Ribeiro de Oliveira	97,3	89	95	**281,3**
Bruno Parpinelli Miranda	88	70	71	**229**
Erick Cazari	81	72	74	**227**

· **INSTRUMENTO / FUNÇÃO:** SAXOFONE TENOR – 2 titulares

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Alessandro Kamilo Marcelino	99,4	96	98	**293,4**
André Hoinoski dos Anjos	97	90	95	**282**

· **INSTRUMENTO**: CONTRABAIXO – 1 titular

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Vinícius Rafael da Silva Lisboa	93	96	95	**284**
Douglas Henrique Lemes (Aux.Maestro)	92	94	94	**280**
Renan Oliveira de Souza	87,5	92	90	**269,5**
Adriano Ferreira Torres Júnior	50	50	52	**152**
Bruno Souza Silva	00	00	00	**00**
Fernando Endo Lopes	00	00	00	**00**

· **INSTRUMENTO/FUNÇÃO**: VOCAL/CANTOR (A) – 2 titulares

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Núbia Rafaela Alves Machado	92,4	90	93	**275,4**
Ricardo Yukimitsu Aoyagui	88,3	86	81	**255,3**
Rogério Rodrigues de Melo	48	50	60	**158**
Artur Aparecido Nepomuceno e Silva	00	00	00	**00**

· **INSTRUMENTO/FUNÇÃO**: BATERIA/PERCUSSÃO – 2 titulares

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Glaudemir Ribeiro de Oliveira	96	94	95	**285**
Bruno Cardoso Neiva	87	91	80	**258**
Ygor da Silva Requena	00	00	00	**00**

· **INSTRUMENTO/FUNÇÃO**: GUITARRA **–** 1 titular

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Pedro Enrique Costa Ribeiro	90	87	87	**264**

· **INSTRUMENTO/FUNÇÃO**: MAESTRO TITULAR – 1 titular

	NOTAS			
MÚSICO CANDIDATO	**EXAMINADOR nº 01**	**EXAMINADOR nº 02**	**EXAMINADOR nº 03**	**NOTA FINAL**
Luciano Ferreira Torres	99	100	100	**299**

· Para a vaga de **Auxiliar de Maestro**, considerando sua aprovação e seleção, em razão da maior nota obtida em sua modalidade instrumental, bem como do maior tempo de experiência em orquestra devidamente comprovado em seu portfólio, foi selecionado o músico Márcio Rodrigo de Souza.

Paranavaí, 28 de janeiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA - conforme Decreto Municipal nº 27.523/2025:

GRAZIANI MORAES DOS SANTOS –
Presidente da Banca
Examinadora

ANA CAROLINA DE SOUZA MORAES
Membro

VANIA GIZELE MALAGUTTI
Membro

Anexo – Lista de Presença da Sessão:
https://drive.google.com/file/d/156UABH26Tj8Ig2iCoSpWNsKbQIF203v8/view?usp=sharing

Publicado por:
Karla Nogueira Zanna Bianco
Código Identificador:BD7792FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2026

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para o cargo de ocupação temporária de Agente de Apoio Educacional.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, para o cargo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL**, a comparecerem junto à Diretoria de Recursos Humanos, nos dias e horários abaixo informados.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA	HORÁRIO DE COMPARECIMENTO
1	SONIA MARIA CORREA DA SILVA	051.XXX.XXX-65	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
2	ROSA DE LIMA HINSCHINCK MANIQUE COSTA	553.XXX.XXX-34	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
3	EDLAINE APARECIDA DE LIMA	698.XXX.XXX-04	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
4	ROSANA DOS SANTOS DA SILVA NASCIMENTO	883.XXX.XXX-00	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
1º	BRENDA LORENA CARMINATI	091.XXX.XXX-06	PCD	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
1º	MARCIA APARECIDA DE SOUZA	221.XXX.XXX-79	AFRO	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
5º	EMILIA ELIZABETH FURLAN	015.XXX.XXX-30	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
6º	NISLANE APARECIDA DE SOUZA SENTEIO	900.XXX.XXX-53	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
7º	GISELE DE OLIVEIRA DE SOUZA GOMES	021.XXX.XXX-10	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
8º	ROSELI MARQUES DE SOUZA	027.XXX.XXX-98	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
10º	CHRISTIANE LACERDA BUCHNER	006.XXX.XXX-76	AMPLA	HORÁRIO:

				08h ÀS 11h DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
11º	JANAINE DE MORAES ALVES	356.XXX.XXX-05	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
2º	MIRIAN CRISTINA SOARES DE SOUZA	058.XXX.XXX-28	AFRO	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
13º	ELAINE PIRES DA SILVA	041.XXX.XXX-07	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
14º	SUE ELLEN TATIANE MASSOLINI COLOMBO	319.XXX.XXX-63	AMPLA	HORÁRIO: **08h ÀS 11h** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
15º	TATIANE SGORLON LARENTES DA SILVA	054.XXX.XXX-06	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
16º	FRANCIELE BRINE SALU	052.XXX.XXX-36	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
17º	GENECI DOS SANTOS DA CONCEICAO	092.XXX.XXX-02	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
18º	TATIANE ALVES DOS SANTOS	087.XXX.XXX-54	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
19º	EMARIELEN PRISCILA DE FREITAS	084.XXX.XXX-46	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
20º	TAILINI KELEN SILVA	092.XXX.XXX-70	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
21º	MONICA PEREIRA GARCIA DOS SANTOS	092.XXX.XXX-07	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
6º	RANY DA SILVA RIOS	106.XXX.XXX-02	AFRO	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
22º	VANESSA DE FREITA LUNA	089.XXX.XXX-90	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
23º	MATEUS CARDOSO DE BRITO	099.XXX.XXX-61	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
24º	NAIARA FERNANDA GONÇALVES SANTANA	103.XXX.XXX-93	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
25º	JOICE FERREIRA DOS SANTOS	094.XXX.XXX-54	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
27º	ELEN GOBETTI DE MELO	092.XXX.XXX-76	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
28º	STEFANE BUZINARO RAMOS	100.XXX.XXX-00	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
29º	IVONETE FERREIRA DA CRUZ	695.XXX.XXX-04	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **05 FEVEREIRO DE 2026**
30º	JOSENETE CORREIA	543.XXX.XXX-10	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
31º	CLEONICE RIBEIRO SILVA	024.XXX.XXX-05	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00**

				DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
7º	NEUSA JOSEFA DOS SANTOS	617.XXX.XXX-00	AFRO	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
32º	GENI DA GRAÇA BUENO DOS SANTOS IDO	455.XXX.XXX-15	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
33º	ZENAIDE GALDINO DA SILVA DE ABREU	424.XXX.XXX-53	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
34º	MARLY RODRIGUES CRESPI	023.XXX.XXX-92	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
35º	MARILENE BLASQUE GUIMARAES	801.XXX.XXX-34	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
36º	EDILEUZA ALVES DA SILVA DE OLIVEIRA	883.XXX.XXX-20	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
38º	VERA LUCIA DA ROCHA	959.XXX.XXX-15	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
39º	LUZIA FERREIRA COSTA E SILVA	137.XXX.XXX-09	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
40º	NELCI VENTURA DA SILVA	007.XXX.XXX-01	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
41º	SUELI DE SOUSA WANDERLEI	004.XXX.XXX-00	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
8º	HILDA SOARES DA SILVA	042.XXX.XXX-46	AFRO	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
43º	SANTA RODRIGUES DE OLIVEIRA	024.XXX.XXX-63	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
44º	GISLENE DE SOUSA PORTO	826.XXX.XXX-04	AMPLA	HORÁRIO: **08:00 ÀS 11:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
45º	ROSA MARIA FERNANDES HIDALGO	742.XXX.XXX-49	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
46º	CLEIDE MARIA DA SILVA RECHE	810.XXX.XXX-00	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
47º	FRANCISCO CARLOS LOPES MENEZES	883.XXX.XXX-15	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
48º	LINDALVA ROSANA DE ABREU DROJINSKI	019.XXX.XXX-55	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
49º	CLODOALDO CAETANO DE MORAES	634.XXX.XXX-91	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
50º	SELMA BISPO FEIJOLLE LUZIA	807.XXX.XXX-72	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
51º	PATRICIA APARECIDA DA SILVA NASCIMENTO	021.XXX.XXX-70	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
12º	CLAUDIA HELENA DE SOUZA	245.XXX.XXX-57	AFRO	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA:

				06 FEVEREIRO DE 2026
52º	CLAYCE CRISTIANE GONÇALVES COSTA	958.XXX.XXX-49	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
54º	ALCIMARA DA SILVA DO NASCIMENTO	006.XXX.XXX-14	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
55º	ACENET FERREIRA DOS SANTOS DE SOUZA	006.XXX.XXX-54	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
56º	VANDERLEIA DE FATIMA PEREIRA	019.XXX.XXX-01	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
57º	ISABEL PEREIRA CABRAL	038.XXX.XXX-38	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
58º	SIRLENE FERREIRA	021.XXX.XXX-75	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**
59º	LUCINEIDE ARAÚJO COSSATO DA SILVA	006.XXX.XXX-86	AMPLA	HORÁRIO: **13:30 ÀS 16:00** DATA: **06 FEVEREIRO DE 2026**

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

a) Uma foto 3x4 recente(dois anos);
b) Comprovante de escolaridade (conforme requisitos do Edital), (cópia simples e original);
c) Registro no Conselho de Classe (cópia simples e original), aos cargos que exijam;
d) Carteira de Identidade (cópia simples e original);
e) Certidão de nascimento ou casamento (cópia simples e original);
f) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal (cópia simples e original);
g) Cadastro de Pessoa Física – CPF, da Receita Federal, dos dependentes do candidato (cópia simples e original);
h) Cartão do PIS/PASEP ou CTPS contendo o nº do PIS, se possuir (cópia simples e original);
i) Comprovante de endereço atual (cópia simples e original);
j) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino (cópia simples e original);
k) Título de Eleitor (cópia simples e original);
l) Certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral em que possui domicílio eleitoral, ou impressa no portal eletrônico: www.tse.jus.br, expedida nos últimos 30 (trinta) dias;
m) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis, da Justiça Estadual (Fórum da Comarca).
n) Certidão Negativa de Antecedentes Cíveis da Justiça Federal, da 4ª região, em 1ª e 2ª instância (documento original) expedida pelo endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php
o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – SINIC, expedida pelo endereço eletrônico: https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/
p) Declaração de que não tenha sido demitido em consequência de aplicação de pena disciplinar do serviço público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, nos últimos 05 (cinco) anos, nem perdeu o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento, conforme Anexo III deste Edital;
q) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas, conforme Anexo IV deste Edital;
r) Declaração expressa do candidato relacionando todos os Municípios e os seus respectivos Estados que residiu nos últimos 05 (cinco) anos, conforme Anexo VI deste Edital;
s) Aos candidatos nomeados que tiverem vínculo de emprego ou cargo público, para comprovação da acumulação legal de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, deverão apresentar declaração do órgão ou entidade em que acumule cargo ou emprego público, em conjunto com o Anexo V deste Edital, contendo as seguintes informações atualizadas:
r1. Regime do vínculo: Celetista, Estatutário, etc.;
r2. Identificação do órgão ou entidade em que possui vínculo público (cargo ou emprego);
r3. Carga horária do outro vínculo;
r4. Horário de trabalho do outro vínculo;
r5. Remuneração do outro vínculo.

DO EXAME MÉDICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Na data a ser estabelecida pela Diretoria Especial de Recursos Humanos, os candidatos supracitados deverão comparecer junto a Divisão de Segurança e Medicina do Trabalho, situada no Paço Municipal Prefeito “Antônio José Messias” - Térreo, para a realização do exame médico admissional, de caráter eliminatório, que consistirá em exame médico clínico e, se necessário, exames complementares que serão realizados às custas dos candidatos.

O presente edital segue as normas contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, na data de 05 de dezembro de 2025.

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 30 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Jheniffer Lafayete da Silva
Código Identificador:FA954957

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO, INTIMANDO-O A PROCEDER À LIMPEZA E/OU ROÇA DO (A) TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO

Assim sendo, infringiu o disposto no artigo 26° - ***Ficam os proprietários obrigados a manter roçados e limpos os terrenos vazios, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do município –*** conforme Código de Posturas do Município de Paranavaí (Lei Complementar n° 095/2025). Razão porque, na forma da Lei, lavrei o presente Auto de Infração e Notificação, intimando-o a proceder à limpeza e/ou roça do (a) **TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO,** no prazo de **15 (quinze) DIAS** a partir do recebimento desta ao qual decorrido o prazo legal, sem que os infratores dêem o cumprimento à notificação, ficarão sujeitos à aplicação de multa no valor de **R$923,03 (Novecentos e vinte e três reais e três centavos)** e ao ressarcimento dos custos da execução dos serviços de limpeza conforme Lei Complementar nº 095/2025. Ressaltando-se que a multa será elevada ao dobro para cada reincidência.

A execução do solicitado por parte do autuado, dentro do prazo estabelecido acarretará, após vistoria, no cancelamento deste Auto de Infração e Notificação.

NOT.	PROPRIETÁRIO	QD	LT	BAIRRO
175	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	15	04	RESIDENCIAL CAMPESTRE
175	BELMIRO LEAL (ESPÓLIO)	15	04	RESIDENCIAL CAMPESTRE
176	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	15	03	RESIDENCIAL CAMPESTRE
176	MARA SILVIA VIEIRA LEAL	15	03	RESIDENCIAL CAMPESTRE
177	MAURICIO MASSASHI SEKO	CHAC.	0F	JD. SAN FERNANDO I
177	MAURICIO MASSASHI SEKO	CHAC.	0F	JD. SAN FERNANDO I
178	LUIZ CARLOS KUSIAK	CHAC.	+ERC	JD. SAN FERNANDO I
179	EMPREENDIMENTOS PINTO DIAS LTDA	CHAC.	0E-1	JD. SAN FERNANDO I
180	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC.	+0A1	JD. SAN FERNANDO I
180	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC.	+0A1	JD. SAN FERNANDO I
181	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC.	+0A2	JD. SAN FERNANDO I
182	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	CHAC.	+0A2	JD. SAN FERNANDO I
183	PATRICIA HELENA DA SILVA SANTOS	CHAC.	+ERB	JD. SAN FERNANDO I
183	PATRICIA HELENA DA SILVA SANTOS	CHAC.	+ERB	JD. SAN FERNANDO I
184	REGIS ROGERIO VICENTE SARTORI	CHAC.	+A3A	JD. SAN FERNANDO I
184	FABRICIO PARRA GARCIA	CHAC.	+A3A	JD. SAN FERNANDO I
184	MARCIA JUDITH DE MEDEIROS GARCIA	CHAC.	+A3A	JD. SAN FERNANDO I
184	MARIA BETANIA MEDEIROS SARTORI	CHAC.	+A3A	JD. SAN FERNANDO I
185	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
185	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
185	ANTONIO VIEIRA CINTRA NETO	51	03	PARQUE MORUMBI
185	APARECIDA VIEIRA CINTRA SAGRADO	51	03	PARQUE MORUMBI
185	MARIA VIEIRA CINTRA (ESPÓLIO)	51	03	PARQUE MORUMBI
185	JOSE VIEIRA CINTRA (ESPÓLIO)	51	03	PARQUE MORUMBI
185	LIFONSINA VIEIRA CINTRA LUZIA	51	03	PARQUE MORUMBI
185	MARIO VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
185	MARIO VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
185	OTILIA VIEIRA CINTRA LUGLI	51	03	PARQUE MORUMBI
186	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
186	DONIZETE VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
186	ANTONIO VIEIRA CINTRA NETO	51	03	PARQUE MORUMBI
186	APARECIDA VIEIRA CINTRA SAGRADO	51	03	PARQUE MORUMBI
186	MARIA VIEIRA CINTRA (ESPÓLIO)	51	03	PARQUE MORUMBI
186	JOSE VIEIRA CINTRA (ESPÓLIO)	51	03	PARQUE MORUMBI
186	LIFONSINA VIEIRA CINTRA LUZIA	51	03	PARQUE MORUMBI
186	MARIO VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
186	MARIO VIEIRA CINTRA	51	03	PARQUE MORUMBI
186	OTILIA VIEIRA CINTRA LUGLI	51	03	PARQUE MORUMBI
187	CATHARINA TAKAMOLE	CHAC.	42/A	CHAC. DIVERSAS
187	CATHARINA TAKAMOLE	CHAC.	42/A	CHAC. DIVERSAS
187	CATHARINA TAKAMOLE	CHAC.	42/A	CHAC. DIVERSAS
187	SELMA MAYUMI TAKAMORI	CHAC.	42/A	CHAC. DIVERSAS
188	VALMIR ROSSIM DO VALE	05	10	JD. DAS NAÇÕES I
189	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	18	02	JD. DAS NAÇÕES I
189	MARIO SERGIO BENDASSOLLI	18	02	JD. DAS NAÇÕES I
190	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	18	03	JD. DAS NAÇÕES I
191	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	18	04	JD. DAS NAÇÕES I
192	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	18	05	JD. DAS NAÇÕES I
192	PAULO RAFAEL MAIA VASCONCELOS	18	05	JD. DAS NAÇÕES I
193	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	18	06	JD. DAS NAÇÕES I
194	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	18	07	JD. DAS NAÇÕES I
195	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	18	08	JD. DAS NAÇÕES I
196	MERCILIO LOPES RIBEIRO	17	10	JD. DAS NAÇÕES I
197	ED WILSON BALDAN MENDES	18	20	JD. DAS NAÇÕES I
197	ED WILSON BALDAN MENDES	18	20	JD. DAS NAÇÕES I
198	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	75	01	JD. DAS NAÇÕES I
199	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	75	02	JD. DAS NAÇÕES I
200	HENRIQUE GARCIA CORDOBE	07	4B	JD. AVARÉ
201	RAUL ALBINO	03	02	JD. AVARÉ
202	MARILIS JASKOWIAK DROJINSKI	17	01	JD. PROGRESSO

203	MARIA APARECIDA RESENDE	17	11A	JD. PROGRESSO
204	LIDIA GARCIA ORTILO (ESPÓLIO)	02	06	MORADIAS EUCALIPTOS
205	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	09	21	JD. ITALIA II
205	HERCULES XAVIER TOME	09	21	JD. ITALIA II
206	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	09	20	JD. ITALIA II
207	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	09	19	JD. ITALIA II
208	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	21	24	JD. ITALIA II
209	CLAYTON FERNANDO COSTA DA SILVA	13	05	JD. ITALIA II
209	CLAYTON FERNANDO COSTA DA SILVA	13	05	JD. ITALIA II
210	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	13	06	JD. ITALIA II
211	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	06	JD. OLIMPICO
212	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	07	JD. OLIMPICO
213	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	08	JD. OLIMPICO
214	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	08	JD. OLIMPICO
215	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	09	JD. OLIMPICO
216	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	10	JD. OLIMPICO
217	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	11	JD. OLIMPICO
218	LOTEADORA C.S.J LTDA	11	12	JD. OLIMPICO
219	LOTEADORA C.S.J LTDA	09	09	JD. OLIMPICO
220	LOTEADORA C.S.J LTDA	09	10	JD. OLIMPICO
221	LOTEADORA C.S.J LTDA	09	11	JD. OLIMPICO
222	LOTEADORA C.S.J LTDA	09	13	JD. OLIMPICO
223	LOTEADORA C.S.J LTDA	09	14	JD. OLIMPICO
223	CRISTIANE DA SILVA CORREIA PINHEIRO	09	14	JD. OLIMPICO
224	LOTEADORA C.S.J LTDA	09	16	JD. OLIMPICO
225	LOTEADORA C.S.J LTDA	10	01	JD. OLIMPICO
226	LOTEADORA C.S.J LTDA	10	02	JD. OLIMPICO
227	LOTEADORA C.S.J LTDA	10	03	JD. OLIMPICO
228	LOTEADORA C.S.J LTDA	10	04	JD. OLIMPICO
229	LOTEADORA C.S.J LTDA	10	06	JD. OLIMPICO
230	LOTEADORA C.S.J LTDA	10	07	JD. OLIMPICO
231	IPANEMA LOTEADORA LTDA - INCOPOSTES	12	21	RESIDENCIAL VERONICA
231	MARCIO DE JESUS FERREIRA	12	21	RESIDENCIAL VERONICA
232	IPANEMA LOTEADORA LTDA - INCOPOSTES	12	20	RESIDENCIAL VERONICA
232	JOSE ALDIR PEREIRA	12	20	RESIDENCIAL VERONICA
233	JOAO MARUCCI	12	16	RESIDENCIAL VERONICA
233	ELAINE PISTOR DE SOUZA MARUCCI	12	16	RESIDENCIAL VERONICA
234	REGIANE APARECIDA REBOLLA BAGGIO	12	15	RESIDENCIAL VERONICA
235	FERNANDO APARECIDO BARELA RAIMUNDO	12	14	RESIDENCIAL VERONICA
236	ANTONIO ADÃO LOURENCINI	11	1A-3	JD. TARUMÃ
236	ANTONIO ADÃO LOURENCINI	11	1A-3	JD. TARUMÃ
237	JARDIM SUMARE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA	04	13	JD. NOVO SUMARE II
237	JARDIM SUMARE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA	04	13	JD. NOVO SUMARE II
238	JARDIM SUMARE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA	04	12	JD. NOVO SUMARE II
238	JARDIM SUMARE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA	04	12	JD. NOVO SUMARE II
239	EDMIR FERREIRA PEREIRA LTDA	79	12	CENTRO
240	MARIA CORREA SILVA	79	13	CENTRO
241	ROSA AMELIA DE LIMA	185	13	JARDIM SAO JORGE
242	SILVANA DA SILVA MELO BIANCO (ESPÓLIO)	80	8A	CENTRO
242	SILVANA DA SILVA MELO BIANCO (ESPÓLIO)	80	8A	CENTRO
243	ELISABETH ALVES CANGERANA FERNANDES	16	7A/8A	CENTRO
244	DEYSE HISSAE KAWANISHI ITO	108 PARTE LOTE 09	PARTE LOTE 09	JD. OURO BRANCO
244	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA	108 PARTE LOTE 09	PARTE LOTE 09	JD. OURO BRANCO
245	CARLOS HENRIQUE GRIPP NOVAES FERNANDES	112	6	JARDIM OURO BRANCO
245	CARLOS HENRIQUE GRIPP NOVAES FERNANDES	112	6	JARDIM OURO BRANCO
246	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	4	JD. OURO BRANCO
246	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	4	JD. OURO BRANCO
247	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	5	JD. OURO BRANCO
247	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	5	JD. OURO BRANCO
248	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	2	JD. OURO BRANCO
248	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	2	JD. OURO BRANCO
249	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	1	JD. OURO BRANCO
249	PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ	112	1	JD. OURO BRANCO
250	ANTONIO PAULO ROTH DE LACERDA	119	02	JD. OURO BRANCO
250	ANTONIO PAULO ROTH DE LACERDA	119	02	JD. OURO BRANCO
250	JOAO SUPLICY DE LACERDA NETO	119	02	JD. OURO BRANCO
251	EDELAINE GONCALVES	119	3	JD. OURO BRANCO
252	ANIBAL NEVES ESMAIL	178	14	JD. OURO BRANCO
253	JESSICA VARUSSA DE MENEZES DE MORAES	176	13	JD. OURO BRANCO
254	DARSONE AGUETONI	146	2	JARDIM OURO BRANCO
255	IDESIO GUILHERME SORDI	146	7	JARDIM OURO BRANCO
255	IDESIO GUILHERME SORDI	146	7	JARDIM OURO BRANCO
255	JUREMA PREDIGER SORDI	146	7	JARDIM OURO BRANCO
256	HUMBERTO JOSE BETTI SANTANA	162	10	JARDIM OURO BRANCO
257	JOSE LUIZ CARDOSO TAVARES	163	10/11.	JARDIM OURO BRANCO
258	OLGA YOSCHIKO NISHIMURA OKADA	163	4	JARDIM OURO BRANCO
259	OLGA YOSCHIKO NISHIMURA OKADA	163	5	JARDIM OURO BRANCO
260	KATIA FABIANA BARBOSA DA SILVA	21	12	JARDIM IGUACU
261	THIAGO THOBIAS TAMANINI	61	0A-2	JARDIM SANTOS DUMONT
262	IRINEU FERREIRA DE SOUZA	CHAC.	12-A-REM-A-1/A	CHACARA DIVERSAS
263	ESPÓLIO DE ANA MARIA ROSSETO LOPES (ESPÓLIO)	10	6	JARDIM IBIRAPUERA
263	ADENILSON DE JESUS FERREIRA	10	6	JARDIM IBIRAPUERA
263	GUSTAVO DA COSTA ROSSETO LOPES	10	6	JARDIM IBIRAPUERA
264	JORGE AZUMA	3	16	JD. ANDRÉ LUIZ
265	ALESSANDRO SOUZA MATOS RIBEIRO	17	18	VILA ALTA
266	LUCIENE DOS SANTOS AMORIM	20	11	JD. FAZENDA SIMONE III
266	LUCIENE DOS SANTOS AMORIM	20	11	JD. FAZENDA SIMONE III

267	SANTA TAVORE DA SILVA BRAGA	1	24	JD. CURITIBA
267	SANTA TAVORE DA SILVA BRAGA	1	24	JD. CURITIBA
267	SANTA TAVORE DA SILVA BRAGA	1	24	JD. CURITIBA
268	ELIANE DO COUTO DONHA	25	13	JARDIM FAZENDA SIMONE III
269	RAFAEL SOARES DE SOUZA	25	14	JARDIM FAZENDA SIMONE III
270	TANCREDO BANKHARDT	25	15	JARDIM FAZENDA SIMONE III
271	DIRCINEU PEREIRA	25	16	JARDIM FAZENDA SIMONE III
272	LEANDRA MEZONI	25	17	JARDIM FAZENDA SIMONE III
273	LEANDRA MEZONI	25	18	JARDIM FAZENDA SIMONE III
274	LUIZ DE ELIAS	25	19	JARDIM FAZENDA SIMONE III
275	TATIANA ARAUJO MELLO CLEVE	02	22/23B	JARDIM CURITIBA
275	LUIZ ROBERTO MERLIN CLEVE	02	22/23B	JARDIM CURITIBA
276	KISERRA LTDA	2	10	JD. CURITIBA
277	MARCO ANTONIO GOMES	1	3A2	JD. PARAISO
277	ADALNEIA LIMA GARCIA GOMES	1	3A2	JD. PARAISO
277	ADALNEIA LIMA GARCIA GOMES	1	3A2	JD. PARAISO
278	IZAURA PEREIRA RAMOS (ESPÓLIO)	2	7	JD. MARACANA
279	FERNANDO JOSE DIAS (ESPÓLIO)	5	13	VILA OPERÁRIA
280	VALDINEIA BEDETTE	4	15	VILA ALTA
281	ELPIDIO RODRIGUES CHAVES	16	16	RES. FAZENDA SIMONE
281	JULIA ANTUNES CHAVES	16	16	RES. FAZENDA SIMONE
282	FABIANA DIAS MIGUEL	2	12	CONJ. FLÁVIO ETTORE GIOVINE
283	MARIA DA PAZ DE FRANCA	85	07	JD. SÃO JORGE
284	MARIA DA PAZ DE FRANCA	85	06	JD. SÃO JORGE
285	LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	ANDREA MARCIA BENJAMIN MESTRINER	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	CARLA DIAS DE OLIVEIRA NUNES	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	DEISE SIMONE BARRA FEITAL NUNES	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	EDSON MESTRINER	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	JEAN CARLOS RUIZ JUNIOR	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	LEONARDO NASCIMENTO RIGOBELO	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	MARCOS ANTONIO NUNES	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	MARCOS HENRIQUE FEITAL NUNES	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	MAYANA POLIDO BARBIERI	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
285	SUZI TANGRYEISE DAL PONTE FRAGOSO DA SILVA	124	01/02/03/10-A	JD. SÃO JORGE
286	LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	LUIZ GUSTAVO FRAGOSO DA SILVA	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	ANDREA MARCIA BENJAMIN MESTRINER	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	CARLA DIAS DE OLIVEIRA NUNES	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	DEISE SIMONE BARRA FEITAL NUNES	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	EDSON MESTRINER	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	JEAN CARLOS RUIZ JUNIOR	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	LEONARDO NASCIMENTO RIGOBELO	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	MARCOS ANTONIO NUNES	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	MARCOS HENRIQUE FEITAL NUNES	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	MAYANA POLIDO BARBIERI	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
286	SUZI TANGRYEISE DAL PONTE FRAGOSO DA SILVA	124	01/02/03/10-B	JD. SÃO JORGE
287	ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS	136	1A	JD. SÃO JORGE
288	MARIA APARECIDA DA SILVA	146	08	JD. SÃO JORGE
289	JESUS CARLOS PEREIRA DA PENHA	163	1A	JD. SÃO JORGE
290	JOAO CANDIDO TRINDADE	C	2	JD. SÃO JORGE
291	OSMAR BEVILAQUA	6	05	JD. VISTA ALEGRE II
292	DANIELLI CRISTINA FARIA	2	19	CONJ. RES. FRANCISCO LUIZ DE ASSIS
292	DANIELLI CRISTINA FARIA	2	19	CONJ. RES. FRANCISCO LUIZ DE ASSIS
293	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	16	16	PARQUE DOS IPES
294	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	18	04	PARQUE DOS IPES
294	EDVILSON TORRES SOUZA	18	04	PARQUE DOS IPES
295	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	27	02	PARQUE DOS IPES
296	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	27	03	PARQUE DOS IPES
297	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	33	05	PARQUE DOS IPES
298	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	33	06	PARQUE DOS IPES
299	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	33	07	PARQUE DOS IPES
300	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	33	08	PARQUE DOS IPES
301	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	33	09	PARQUE DOS IPES
302	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	33	10	PARQUE DOS IPES
303	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	33	11	PARQUE DOS IPES
304	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	34	10	PARQUE DOS IPES
305	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	34	09	PARQUE DOS IPES
306	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	34	08	PARQUE DOS IPES
307	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	37	14	PARQUE DOS IPES
308	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	37	13	PARQUE DOS IPES
309	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	37	12	PARQUE DOS IPES
310	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	37	11	PARQUE DOS IPES
311	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	37	10	PARQUE DOS IPES
312	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	37	09	PARQUE DOS IPES
313	GUILHERME VAN DAL DE CARVALHO	13	9	JD. DAS NAÇÕES I
313	CLAUDIO ISQUIERDO DE CARVALHO	13	9	JD. DAS NAÇÕES I
313	MARGARETH VAN DAL DE CARVALHO	13	9	JD. DAS NAÇÕES I
313	PIZA PEIXOTO - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	13	9	JD. DAS NAÇÕES I
314	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	13	10	JD. DAS NAÇÕES I
314	ALVARO LEHMUKUHL	13	10	JD. DAS NAÇÕES I
315	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	24	06	JD. DAS NAÇÕES I
315	JOAO BATISTA GOMES	24	06	JD. DAS NAÇÕES I
315	JOAO BATISTA GOMES	24	06	JD. DAS NAÇÕES I
316	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	24	08	JD. DAS NAÇÕES I
316	JOAO BATISTA GOMES	24	08	JD. DAS NAÇÕES I
316	JOAO BATISTA GOMES	24	08	JD. DAS NAÇÕES I
317	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	24	08	JD. DAS NAÇÕES I

317	JOAO BATISTA GOMES	24	08	JD. DAS NAÇÕES I
317	JOAO BATISTA GOMES	24	08	JD. DAS NAÇÕES I
318	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	20	09	JD. DAS NAÇÕES I
318	IGOR EDUARDO BERTOLA BUTI	20	09	JD. DAS NAÇÕES I
319	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	07	01	JD. DAS NAÇÕES I
320	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	07	17	JD. DAS NAÇÕES I
321	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	07	18	JD. DAS NAÇÕES I
322	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM IPÊ	57	...+PMP	VITOR LOPES
323	ROSSANE YOSHIE WAKIMOTO	23	6	CENTRO
324	ILHENES CARMEM LOPES CARVALHO (ESPÓLIO)	28	16A	CENTRO
325	ALCIDES FRANCISCO DE SOUZA	12	15	CENTRO
325	ANGELA CRISTINA DE SOUZA	12	15	CENTRO
325	ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA	12	15	CENTRO
325	CINTIA GRAZIELE DE SOUZA CARDOSO	12	15	CENTRO
325	JABER FRANCISCO DE SOUZA	12	15	CENTRO
325	JEFFERSON FRANCISCO DE SOUZA	12	15	CENTRO
325	JOEL FERNANDES DE MOURA	12	15	CENTRO
325	LAURINDA IDALINA DE SOUZA	12	15	CENTRO
325	MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA SOUZA	12	15	CENTRO
326	ALFEU SHIGUERU SANOKI	93	12	CENTRO
327	JOSE VICTOR DE ALMEIDA (ESPÓLIO)	148	05	JD. OURO BRANCO
328	MANOEL VALDEREIS PEREIRA	64	10	JD. SANTOS DUMONT
329	PLENA ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA	CHAC.	50	CHACARA JARAGUA
330	FERNANDA FIATES VILAÇA	CHAC.	1/A	CHACARA JARAGUA
330	FERNANDA FIATES VILAÇA	CHAC.	1/A	CHACARA JARAGUA
330	FERNANDA FIATES VILAÇA	CHAC.	1/A	CHACARA JARAGUA
331	ESPÓLIO DE APARECIDA FERNANDES RUAS DE ABREU (ESPÓLIO)	02	9	VILA TEREZINHA
332	AMELIA TEIXEIRA DE SOUZA	02	10	VILA TEREZINHA
333	AMELIA TEIXEIRA DE SOUZA	02	2	VILA TEREZINHA
334	LUCAS BERGAMINI FERNANDES	13	11	JD. MONTE CRISTO
334	LUCAS BERGAMINI FERNANDES	13	11	JD. MONTE CRISTO
335	ADELMARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	01	1/10B	JD. MONTE CRISTO II
335	ADELMARIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	01	1/10B	JD. MONTE CRISTO II
336	MARIA CELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	01	02	JD. MONTE CRISTO II
337	INCORPORADORA SORDE LTDA	02	06	JD. MILLENIUM I
338	INCORPORADORA SORDE LTDA	02	07	JD. MILLENIUM I
339	ROBSON MARQUES DE ANDRADE	0010	07/14-B	JARDIM SANTOS DUMONT
339	ROBSON MARQUES DE ANDRADE	0010	07/14-B	JARDIM SANTOS DUMONT
340	ARACI VIEIRA CARVALHO	CHAC.	137-1A	CHACARA DIVERSAS
341	JOAO CARLOS DE ANDRADE FILHO	CHAC.	137/1B	CHACARA DIVERSAS
341	JOAO CARLOS DE ANDRADE FILHO	CHAC.	137/1B	CHACARA DIVERSAS
342	JOSE JUARES SOBREIRA ALVES	15	16	RESIDENCIAL VERONICA
343	MANOEL SANCHES PEREZ (ESPÓLIO)	04	13/14	JD. IVAÍ
343	BRAGATO ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA.	04	13/14	JD. IVAÍ
343	APPARECIDA MAZZO SANCHEZ (ESPÓLIO)	04	13/14	JD. IVAÍ
344	JOSE CARLOS BARADEL	04	15	JD. IVAÍ
345	LEONARDO HENRIQUE FEITAL NUNES	04	16	JD. IVAÍ
345	LEONARDO HENRIQUE FEITAL NUNES	04	16	JD. IVAÍ
345	HUGO HENRIQUE FEITAL NUNES	04	16	JD. IVAÍ
345	HUGO HENRIQUE FEITAL NUNES	04	16	JD. IVAÍ
346	MARIA FILOMENA WINCHE MARTINS	36	15	JD. IPÊ
347	JOSE ALVES DA SILVA	50	4B	JD. IPÊ
348	JOSE ALVES DA SILVA	50	4A	JD. IPÊ
349	SILVANA DE CASTRO	05	05	CONJ. FLAVIO ETTORE GIOVINE
350	JACY LOPES DE LIMA	4	3	JD. CANADÁ
351	JOSE CANDIDO GONÇALVES FILHO	03	2	SUBDIVISAO LOTE 19-A
351	JENNIFER DA SILVA GONCALVES	03	2	SUBDIVISAO LOTE 19-A
352	MARCIA DIRLENE BUBELA SARABIA	CHAC.	12N	CHACARA SAO JORGE
353	MOISES THEODORO DE SOUZA (ESPÓLIO)	102	6	JD. SÃO JORGE
354	JOSELI GARCIA LESSA	101	1B	JD. SÃO JORGE
355	MARISA DA SILVA MIRANDA	12	7	RESIDENCIAL LUIZ LORENZETTI
356	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	01	A-1	JD. LOS ANGELES
356	MARCOS ROMERO VILACA JUNIOR	01	A-1	JD. LOS ANGELES
356	FERNANDA FIATES VILAÇA	01	A-1	JD. LOS ANGELES
356	FERNANDA FIATES VILAÇA	01	A-1	JD. LOS ANGELES
357	MARIA CLEONI PIRES	131	10	JD. SÃO JORGE
358	MARIA CONCEICAO DE SOUZA MAZZARO	131	09	JD. SÃO JORGE
358	MARIA CONCEICAO DE SOUZA MAZZARO	131	09	JD. SÃO JORGE
359	MITRA DIOCESANA DE PARANAVAI	6	09	JD. JEQUITIBÁ
360	MITRA DIOCESANA DE PARANAVAI	6	10	JD. JEQUITIBÁ
361	KARINA FRAGA MOTA BRUNING (ESPÓLIO)	13	01	CONJ. RES. FRANCISCO LUIS DE ASSIS
362	MARCO ANTONIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE JUNIOR	8	09	JD. AVARÉ
362	WANESSA THACIANA DE SOUZA ALBUQUERQUE	8	09	JD. AVARÉ
363	MARIO PERES FILHO	1	3/4R	VILA YARA
363	MARIO PERES FILHO	1	3/4R	VILA YARA
364	DAVID LUPIAO FERNANDES	CHAC	55A	JD. OURO VERDE
364	MARIA LUCIA DA SILVA	CHAC	55A	JD. OURO VERDE
365	VIRGINIA FERREIRA DOS SANTOS	CHAC	11C	CHACARA DIVERSAS
366	EPYO CONSTRUTORA LTDA	66R1	66R1	PQ MORUMBI
367	EDUARDO RIBEIRO DE PAULA CERVEIRA	47	04	JD. DAS NAÇÕES I
368	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	47	05	JD. DAS NAÇÕES I
369	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	47	06	JD. DAS NAÇÕES I
370	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	43	16/17	JD. DAS NAÇÕES I
370	FLAVIO BRANDÃO SILVA	43	16/17	JD. DAS NAÇÕES I
371	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	76	05	JD. DAS NAÇÕES I
372	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	76	6A	JD. DAS NAÇÕES I
373	DENIZE APARECIDA RICI	76	01	JD. DAS NAÇÕES I
373	DENIZE APARECIDA RICI	76	01	JD. DAS NAÇÕES I
374	HAMILTON NUNES GUTIERREZ	76	16	JD. DAS NAÇÕES I

375	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	12	06	RESIDENCIAL CAMPESTRE
376	CAMPESTRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	12	08	RESIDENCIAL CAMPESTRE
376	JULIANA VERGA SHIRABAYAHI	12	08	RESIDENCIAL CAMPESTRE
377	SERGIO ADRIANO DE SOUZA	2	12	VILA MARIANA
378	VALDIR LUCIANO DE SOUZA	2	11	VILA MARIANA
379	KEURY GABRIELA DE SOUSA DE OLIVEIRA	2	10	VILA MARIANA
380	ALENCAR HELDER TSUGUE	3	12	VILA MARIANA
381	EMPREENDIMENTO VILA MARIANA LTDA	3	08	VILA MARIANA
382	EMPREENDIMENTO VILA MARIANA LTDA	3	09	VILA MARIANA
383	MARIA ISBELA FELIPE GAVA	8	02	JD. ANTIGO AEROPORTO
384	JOAO GUILHEN PEDROCHE (ESPÓLIO)	1	02	JD. INGÁ
385	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	29	02	PARQUE DOS IPES
386	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	29	12	PARQUE DOS IPES
387	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	29	13	PARQUE DOS IPES
388	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	29	14	PARQUE DOS IPES
389	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	29	05	PARQUE DOS IPES
390	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	29	06	PARQUE DOS IPES
391	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	29	07	PARQUE DOS IPES
392	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	01	PARQUE DOS IPES
393	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	02	PARQUE DOS IPES
394	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	03	PARQUE DOS IPES
395	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	04	PARQUE DOS IPES
396	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	05	PARQUE DOS IPES
397	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	06	PARQUE DOS IPES
398	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	07	PARQUE DOS IPES
399	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	24	08	PARQUE DOS IPES
400	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	17	PARQUE DOS IPES
401	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	18	PARQUE DOS IPES
402	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	19	PARQUE DOS IPES
403	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	20	PARQUE DOS IPES
404	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	21	PARQUE DOS IPES
405	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	22	PARQUE DOS IPES
406	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	23	PARQUE DOS IPES
407	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	17	24	PARQUE DOS IPES
408	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	04	16	PARQUE DOS IPES
409	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	04	17	PARQUE DOS IPES
410	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	04	18	PARQUE DOS IPES
411	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	04	19	PARQUE DOS IPES
412	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	04	20	PARQUE DOS IPES
413	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	04	21	PARQUE DOS IPES
414	PARQUE DOS IPES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	04	22	PARQUE DOS IPES
414	CATIANA FLOR LARSEN BANDOLIN	04	22	PARQUE DOS IPES
415	JOELSON NUNES DE SOUZA	08	07	RESIDENCIAL FAZENDA BRASILEIRA
416	ROSSANE YOSHIE WAKIMOTO	150	16	JD. SÃO JORGE
417	VADICO AGROPECUARIA E PARTICIPACOES LTDA	98	10	JD. SÃO JORGE
418	VADICO AGROPECUARIA E PARTICIPACOES LTDA	98	+12 B	JD. SÃO JORGE
419	IGREJA JESUS E A LUZ DA VIDA	52	02	JD. SÃO JORGE
420	HIDEO MATSUOKA	46	1/16	JD. SÃO JORGE
421	NIVALDO CARDOSO	33	008/16	JD. SÃO JORGE
422	JOAO BATISTA MORAIS	35	9	JD. SÃO JORGE
423	JOAO MARCILIO DE SOUZA VAZ	5	8	JD. SÃO JORGE
424	JOAO DOS SANTOS 1	24	06	JD. IPÊ
425	CIBELE NOGUEIRA DA ROCHA	07	03	JD. IVAI
426	THAIS VALBUENA QUADRADO	03	14-A	JARDIM JARAGUA
426	THAIS VALBUENA QUADRADO	03	14-A	JARDIM JARAGUA
427	CARLOS ROBERTO DA COSTA FLORENCIO	05	16	VILA PRUDENCIO
427	CARLOS ROBERTO DA COSTA FLORENCIO	05	16	VILA PRUDENCIO
428	RONALDO RODRIGUES DA SILVA	29	03	JARDIM DAS NAÇÕES I
429	RODRIGO MARCONDES TEIXEIRA	29	10	JARDIM DAS NAÇÕES I
429	RODRIGO MARCONDES TEIXEIRA	29	10	JARDIM DAS NAÇÕES I
430	ANA FLAVIA CARDOSO COSTA	27	01	JARDIM DAS NAÇÕES I
431	REGIANE RODRIGUES BRAGA	27	20	JARDIM DAS NAÇÕES I
432	HEBER WILLIAM DA SILVA	30	11	JARDIM DAS NAÇÕES I
433	LUIZ HENRIQUE CRIPA	37	01	JARDIM DAS NAÇÕES I
434	ADERALDO ALVES DE LIMA	26	11	JARDIM DAS NAÇÕES I
434	ADERALDO ALVES DE LIMA	26	11	JARDIM DAS NAÇÕES I
435	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	29	02	JARDIM DAS NAÇÕES I
435	JUCELY ANDRESSA LOPES SCHUTTE	29	02	JARDIM DAS NAÇÕES I
436	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	36	11	JARDIM DAS NAÇÕES I
436	DIONIZIO CANDIDO PEREIRA	36	11	JARDIM DAS NAÇÕES I
437	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	72	11	JARDIM DAS NAÇÕES I
437	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS	72	11	JARDIM DAS NAÇÕES I
438	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	29	15	JARDIM DAS NAÇÕES I
439	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	29	16	JARDIM DAS NAÇÕES I
440	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	29	17	JARDIM DAS NAÇÕES I
441	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	30	01	JARDIM DAS NAÇÕES I
442	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	30	25	JARDIM DAS NAÇÕES I
443	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	30	25	JARDIM DAS NAÇÕES I
444	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	30	26	JARDIM DAS NAÇÕES I
445	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	29	01	JARDIM DAS NAÇÕES I
446	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	26	10	JARDIM DAS NAÇÕES I
447	LUIZ CARLOS DA ROCHA	12	11	JARDIM OÁSIS
448	MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA	13	01	JARDIM OÁSIS
448	MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA	13	01	JARDIM OÁSIS
449	ADELIA NANAMI NOGAMI	13	02	JARDIM OÁSIS
450	GILBERTO MASSAHIKO NOGAMI	13	19	JARDIM OÁSIS
451	CLAUDINEI PEREIRA CORMANIQUE	13	20	JARDIM OÁSIS
452	GILMAR DA SILVA	15	05	JARDIM OÁSIS
453	GILMAR DA SILVA	15	06	JARDIM OÁSIS

454	GILSON RICARDO DE ALMEIDA	15	11	JARDIM OÁSIS
455	ANTONIO SERGIO	16	11	JARDIM OÁSIS
456	ANTONIO SERGIO	16	12	JARDIM OÁSIS
457	MAURO ANTONIO CARVALHO	18	01	JARDIM OASIS
458	CRISTINA HELENA SERAFIM	18	02	JARDIM OÁSIS
459	MARIO SERGIO BENDASSOLLI	18	05	JARDIM OÁSIS
460	(ESPÓLIO) PEDRO ALVES BARBOSA	18	06	JARDIM OÁSIS
460	(ESPÓLIO) PEDRO ALVES BARBOSA	18	06	JARDIM OÁSIS
461	NASSER MOHAMAD OSMAN	18	20	JARDIM OASIS
462	AMELIA YUKIE KAMAKAWA FERNANDES	20	01	JARDIM OÁSIS
463	TEREZA BIGOTO MARUCCI	11	08	SUMARE
464	IPANEMA LOTEADORA LTDA.	15	04	RESIDENCIAL VERONICA
465	IVANETE MARLENE DA SILVA	09	17	PARQUE RESIDENCIAL CANAA
466	ATICA IMOVEIS S/S LTDA	09	18	PARQUE RESIDENCIAL CANAA
466	ATICA IMOVEIS S/S LTDA	09	18	PARQUE RESIDENCIAL CANAA
466	ATICA IMOVEIS S/S LTDA	09	18	PARQUE RESIDENCIAL CANAA
467	ROSSANE YOSHIE WAKIMOTO	09	19	PARQUE RESIDENCIAL CANAA
468	JOSE CARLOS DE LARA LOPES	10	05	PARQUE RESIDENCIAL CANAA
469	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	20	01	JARDIM ITALIA II
469	JOSE DOS PRAZERES PEDRO JUNIOR	20	01	JARDIM ITALIA II
470	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	20	03	JARDIM ITALIA II
470	ELISANGELA RAIMUNDA DA SILVA LONGATO	20	03	JARDIM ITALIA II
471	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	20	04	JARDIM ITALIA II
471	ARTUR RODRIGUES DE CARVALHO	20	04	JARDIM ITALIA II
472	ITÁLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	21	33	JARDIM ITALIA II
472	LUIZ RICARDO ALVES FERREIRA BATISTA	21	33	JARDIM ITALIA II
473	OSCALINA DE CARVALHO SELHORST	35	06	GRACIOSA
474	OSCALINA DE CARVALHO SELHORST	35	04	GRACIOSA
475	OSCALINA DE CARVALHO SELHORST	35	05	GRACIOSA

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2026.

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

CLÉZIO DE OLIVEIRA CABRAL JUNIOR

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES
Fiscais De Obras

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE	***CLÉZIO DE OLIVEIRA CABRAL JUNIOR***	***MARCELO TORO ALÉCIO***
MÁRCIO LUCAS DE SOUZA	***SAMARA ZANQUETTA MORALES***	

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:1A23B801

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.720/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 27720 de 02 de fevereiro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 512.500,00 (quinhentos e doze mil e quinhentos reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 512.500,00 (quinhentos e doze mil e quinhentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (337)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 479.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (514)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0015.0451.0014.2380	**Atividade:** Atividades de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 03.001 (90)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0002.2130	**Atividade:** Atividades Administrativas - SEDEC	

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390930000 - Indenizações e restituições	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1329)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390930000 - Indenizações e restituições	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1312)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1576)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2043	**Atividade:** Outros Encargos com Pessoal	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190940000 - Indenizações e restituições trabalhistas	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$ 512.500,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (370)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0573.0006.2255	**Atividade:** Implantação, Desenvolvimento e Manutenção de Saúde Digital, Telessaúde e Inovação no SUS	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390340000 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	R$ 479.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERV PÚBL		
Unidade Orçamentária: 05.001 (506)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Funcional Programática: 05.001.0015.0451.0014.2380	**Atividade:** Atividades de Infraestrutura e Serviços Públicos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 03.001 (80)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE FOMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO	
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0002.2130	**Atividade:** Atividades Administrativas - SEDEC	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1333)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490920000 - Despesas de exercícios anteriores	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 09.001 (1319)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
Funcional Programática: 09.001.0004.0122.0002.2150	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 1.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 12.001 (1516)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Funcional Programática: 12.001.0004.0122.0002.2030	**Atividade:** Atividades Administrativas	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00000 - Recursos Ordinários (Livres)	R$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$ 512.500,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 2 de fevereiro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:3762A18D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 27.721/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº
27721 de 02 de fevereiro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 1.275.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 1.275.000,00 (um milhão, duzentos e setenta e cinco mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2005)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01518 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde/Estado	R$ 1.250.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (1986)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos e Projetos	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00002 - Desvinculação das Receitas dos Municípios - DRM	R$ 25.000,00
	VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:	**R$ 1.275.000,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 2 de fevereiro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:3273FB52

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0611630-62, QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, NA FORMA ABAIXO.

I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Gerente de Filial HENRIQUE MEN MARTINS, brasileiro, casado, economiário, portador da cédula de identidade RG nº 8.972.779-00-II/PR e inscrito no CPF nº 055.635.079-04, conforme procuração lavrada em notas do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília/DF, livro 3632-P, fls. 193, em 08/10/2025 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Ofício de Notas e Protesto de Brasília/DF, livro 3633-P, fls. 052, em 16/10/2025, e;

II - TOMADOR - MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.977.768/0001-81, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MAURICIO GEHLEN, CPF nº. 326.653.340-20, RG nº 7.268.394-3-SSP/PR, brasileiro, casado, prefeito municipal, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

CAIXA e **TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objetivo alterar a(s) cláusula(s) Terceira - Dos Prazos, bem como os Anexos I e II do Contrato de Financiamento nº 0611.630-62, de 29/01/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1 DO PRAZO DE DESEMBOLSO
3.1.1 O prazo para o desembolso do crédito deste FINANCIAMENTO é de até 36 (trinta e seis) meses contados da data de assinatura deste contrato."

Alteração do dispêndio anual – Anexo II do Contrato de Financiamento, de forma a refletir o desembolso já efetuado e compatibilizando com o novo cronograma apresentado pelo município, conforme Anexo II desse Termo Aditivo;

Alteração de ações financiáveis – Anexo I do Contrato de Financiamento, de forma a atender às novas Carta Consulta e Declaração de Enquadramento de Despesa de Capital, conforme Anexo I desse Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições do contrato ora aditado, ficando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E, por estarem assim de pleno acordo com as cláusulas, termos e condições deste instrumento, assinam o presente.

Maringá, 28 de janeiro de 2026.

Caixa Econômica Federal
Agente Financeiro
Nome:
HENRIQUE MEN MARTINS
CPF: 055.635.079-04

Município De Paranavaí/PR
Tomador
Nome:
MAURICIO GEHLEN
CPF: 326.653.340-20

ANEXO I – DETALHAMENTO PROJETOS/AÇÕES

	AÇÕES FINANCIADAS		
RESPONSÁVEL	**CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA**	**CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA**	**PROJETOS/AÇÕES**
MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ/PR	05.001.04.0122.0002.2090	4.4	Atividades – Cemitério Municipal
MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ/PR	05.001.15.0451.0014.2380	4.4	Atividades de Infraestrutura e Serviços Públicos
MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ/PR	05.002.15.0451.0014.1100	4.4	Obras de Pavimentação, Recapeamento e Saneamento

ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

CT nº Estado/Município/Distrito Federal UF
0611630-62 Paranavaí PR

Programa			**TOMADOR**	
FINISA			Município de Paranavaí	
Valor do Financiamento R$ 11.500.000,00				
Total por Exercício Ano Valor (R$)				
2024	R$ 1.000.000,00			
2026	R$ 10.500.000,00			

Publicado por:
Fabio Trentini Maciel
Código Identificador:E5E7F804

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 80, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

PORTARIA Nº 80, DE 30 DE JANEIRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 2.362, de 28 de janeiro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Departamento de Recursos Humanos;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder férias aos servidores públicos da Administração Municipal, referente à fruição no mês de fevereiro de 2026, conforme especificado no Anexo I – Relação de Servidores em Férias:
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

ANEXO I - RELAÇÃO DE SERVIDORES EM FÉRIAS					
PROCURADORIA GERAL					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
73830/1	Marilia Pilar Cezar	10	22/01/2025 - 22/01/2026	03/02/2026 - 12/02/2026	Não
SEC ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
115797/1	Alisson Eiti Onaka	10	23/01/2025 - 23/01/2026	04/02/2026 - 13/02/2026	Não
61840/1	Indiane Ferreira de Souza	10	09/06/2023 - 09/06/2024	04/02/2026 - 13/02/2026	Não
17795/1	Joao Carlos Baier	20	01/01/2024 - 01/01/2025	19/02/2026 - 10/03/2026	Não
50172/1	Jusselei Fatima Rossoni Marcondes Gauze	10	01/02/2024 - 01/02/2025	02/02/2026 - 11/02/2026	Não
76350/1	Liciane Cristina Puttkamer Bertoletti	10	03/02/2022 - 03/02/2023	19/02/2026 - 28/02/2026	Não
69043/1	Regiane Rufato	15	08/12/2023 - 08/12/2024	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
72265/1	Wagner Bertasso	15	01/04/2024 - 01/04/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
SEC CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
52566/1	Nelito Antonio Zanmaria	17	02/08/2024 - 02/08/2025	18/02/2026 - 06/03/2026	Não
SEC DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
70696/1	Albina Zenaide Veigas Geron	30	17/12/2023 - 17/12/2024	09/02/2026 - 10/03/2026	Não
77364/1	Aline Freitas de Morais da Silva	20	03/05/2023 - 03/05/2024	13/02/2026 - 04/03/2026	Não
106674/1	Bruna Cristina da Silva	15	05/05/2025 - 05/05/2026	03/02/2026 - 17/02/2026	Não
113930/2	Cleverson Andre Webber Constantino	30	20/01/2025 - 20/01/2026	23/02/2026 - 24/03/2026	Não
62421/1	Elder Osmar Dalbosco	30	28/11/2024 - 28/11/2025	23/02/2026 - 24/03/2026	Não
81060/1	Joana de Jesus da Cruz	10	02/05/2024 - 02/05/2025	19/02/2026 - 28/02/2026	Não
65161/1	Jociane Rodrigues Carvalho	30	10/03/2024 - 10/03/2025	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
58866/1	Joel Pessoa	15	11/02/2025 - 11/02/2026	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
10235/1	Jose Domingos Schutt	30	05/02/2024 - 05/02/2025	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
69876/1	Juliane Vieira dos Santos	15	13/03/2024 - 13/03/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
59315/1	Vanderleia Aparecida Antunes	30	13/12/2024 - 13/12/2025	23/02/2026 - 24/03/2026	Não
SEC DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
52515/1	Cledineia Rovea Correa	10	23/01/2025 - 23/01/2026	04/02/2026 - 13/02/2026	Não
70726/1	Franciele Aparecida da Silva	30	08/02/2024 - 08/02/2025	12/02/2026 - 13/03/2026	Não
113344/4	Marcia Denize Triches Painim	10	04/07/2025 - 04/07/2026	04/02/2026 - 13/02/2026	Não

111805/2	Vinicius Preis de Mello	12	02/01/2025 - 02/01/2026	02/02/2026 - 13/02/2026	Não
SEC ENGENHARIA, OBRAS E SERV PÚBLIC					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
21490/1	Antonio Monteiro de Souza	30	01/12/2024 - 01/12/2025	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
63517/1	Edson Luiz de Siqueira	30	20/03/2024 - 20/03/2025	18/02/2026 - 19/03/2026	Não
81620/1	Flavio Roberto Ruzza	30	08/10/2024 - 08/10/2025	18/02/2026 - 19/03/2026	Não
SEC ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
115479/1	Jonas Pedro Mackievicz	10	02/01/2025 - 02/01/2026	02/02/2026 - 11/02/2026	Não
52795/1	Simone Cristina Dalfovo	30	06/02/2024 - 06/02/2025	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
SECRETARIA DE SAÚDE					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
72583/1	Adrieli Carlise Minosso	15	08/07/2024 - 08/07/2025	05/02/2026 - 19/02/2026	Não
72729/1	Ageu Antonio Guerra	15	12/07/2023 - 12/07/2024	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
69809/1	Ana Cristina Duarte	15	09/03/2023 - 09/03/2024	18/02/2026 - 04/03/2026	Não
84875/1	Angela Hoppen	10	15/08/2024 - 15/08/2025	18/02/2026 - 27/02/2026	Não
60208/1	Arthur Pagliarini	15	20/03/2024 - 20/03/2025	04/02/2026 - 18/02/2026	Não
85499/1	Barbara Rissardi	15	10/10/2022 - 10/10/2023	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
62928/1	Beatriz Leonora Oppermann	15	06/02/2024 - 06/02/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
89893/1	Camila Trombetta	15	01/07/2024 - 01/07/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
106240/1	Carolina Zottis	20	18/02/2025 - 18/02/2026	25/02/2026 - 16/03/2026	Não
68624/1	Cassio Aurelio Teixeira	20	03/10/2023 - 03/10/2024	01/02/2026 - 20/02/2026	Não
80551/1	Celita Gemi Caldato	15	06/11/2024 - 06/11/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
69663/1	Clarice Camargo Krutqueviski	20	02/03/2023 - 02/03/2024	19/02/2026 - 10/03/2026	Não
67989/1	Clarice Fatima Ribeiro	15	11/07/2024 - 11/07/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
74918/1	Claudia Moura Neves	15	03/09/2024 - 03/09/2025	18/02/2026 - 04/03/2026	Não
63711/1	Cleci Galvan	15	04/05/2023 - 04/05/2024	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
78425/1	Cleci Galvan	15	11/04/2023 - 11/04/2024	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
85839/1	Cleidimara Rodrigues	15	19/12/2023 - 19/12/2024	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
60763/1	Cleusa de Fatima Bertol	15	08/04/2023 - 08/04/2024	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
80233/1	Cleverson Antonio de Souza	15	25/07/2024 - 25/07/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
105732/1	Creonilse Aparecida Padilha Ribeiro	15	11/07/2024 - 11/07/2025	09/02/2026 - 23/02/2026	Não
77402/1	Cristiane de Alcantara Pinto Dal Zotto	30	12/05/2023 - 12/05/2024	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
79863/1	Cristiane Valeria Poposki	15	10/04/2023 - 10/04/2024	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
74616/1	Dalvana Madruga Battistin	20	16/12/2024 - 16/12/2025	19/02/2026 - 10/03/2026	Não
78670/1	Danielle Bonatto da Rosa	10	12/06/2023 - 12/06/2024	23/02/2026 - 04/03/2026	Não
179680/1	Davi Couto	15	04/07/2024 - 04/07/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
81809/1	Denise Teresinha Costa	15	03/12/2024 - 03/12/2025	09/02/2026 - 23/02/2026	Não
72893/1	Edenir Gnoatto Lanzarin	15	30/07/2023 - 30/07/2024	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
106216/1	Eduardo Bassani Dal Bosco	10	11/02/2025 - 11/02/2026	04/02/2026 - 13/02/2026	Não
59722/1	Eleane de Souza	15	16/09/2024 - 16/09/2025	18/02/2026 - 04/03/2026	Não
100960/1	Eliane Regina Oliveira	20	27/03/2025 - 27/03/2026	02/02/2026 - 21/02/2026	Não
70394/1	Eliane Rodrigues da Silva Justus	15	06/08/2023 - 06/08/2024	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
105929/1	Elizabete Pontes Santiago	15	16/07/2024 - 16/07/2025	09/02/2026 - 23/02/2026	Não
89966/1	Elouisa Bringhentti	15	01/07/2024 - 01/07/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
82376/1	Emanueli dos Santos	10	17/03/2024 - 17/03/2025	04/02/2026 - 13/02/2026	Não
79596/1	Fabio Augusto Ferri	15	16/01/2024 - 16/01/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
82902/1	Felipe Alende Rodrigues	10	01/03/2024 - 01/03/2025	13/02/2026 - 22/02/2026	Não
82481/1	Fernanda Pereira Fernandes Ferri	15	06/04/2024 - 06/04/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
75035/1	Fernando Adalberto Branco	10	06/10/2024 - 06/10/2025	04/02/2026 - 13/02/2026	Não
105627/1	Flavia Martins de Paiva	15	02/07/2024 - 02/07/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
105805/1	Gabriela de Campos	15	12/07/2024 - 12/07/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
75914/1	Gilvania Artuso de Souza	15	06/07/2024 - 06/07/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
77755/1	Greice Isabel Birck	15	18/07/2024 - 18/07/2025	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
81310/1	Greice Isabel Birck	15	08/08/2024 - 08/08/2025	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
84832/1	Guilherme Pessatto Pasa	15	08/08/2024 - 08/08/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
105937/1	Guilherme Walter Pereira	15	16/07/2024 - 16/07/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
82147/1	Iliane Terezinha Bagnara	15	03/02/2024 - 03/02/2025	18/02/2026 - 04/03/2026	Não
61735/1	Ivanilde Copatti	15	19/05/2024 - 19/05/2025	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
73873/1	Ivanir Viater Postal	15	03/02/2024 - 03/02/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
67733/1	Izeni Vieira	15	13/06/2023 - 13/06/2024	13/02/2026 - 27/02/2026	Não
75523/1	Jessica Soares da Silva	10	09/06/2024 - 09/06/2025	18/02/2026 - 27/02/2026	Não
101125/1	Joarez da Cruz	10	17/05/2024 - 17/05/2025	02/02/2026 - 11/02/2026	Não
80357/1	Joceane Toledo Silverio	15	03/09/2023 - 03/09/2024	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
80780/1	Josceli Gonçalves da Cruz	15	12/02/2024 - 12/02/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
68403/1	Jose Ricardo Pereira Martins	10	01/09/2024 - 01/09/2025	02/02/2026 - 11/02/2026	Não
105872/1	Juliano Cezar Cazali	15	15/07/2024 - 15/07/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
80438/1	Katayusha Ribeiro Borssatto	15	02/10/2023 - 02/10/2024	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
63118/1	Kelli Cristina Goncalves Padilha	15	26/02/2024 - 26/02/2025	01/02/2026 - 15/02/2026	Não
61913/1	Leonice Kanoffre de Lima	15	22/07/2024 - 22/07/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
76384/1	Luciane Roldo Pereira	15	02/02/2025 - 02/02/2026	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
111090/7	Marcia Fernandes de Carvalho	10	16/01/2025 - 16/01/2026	24/02/2026 - 05/03/2026	Não
105589/1	Marciane de Oliveira Paulino	15	01/07/2024 - 01/07/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
82538/1	Maria Aparecida Silva dos Santos	15	04/05/2023 - 04/05/2024	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
69299/1	Marines dos Santos Fernandes	15	08/02/2024 - 08/02/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
52345/1	Neuza Bourscheit	10	23/03/2024 - 23/03/2025	18/02/2026 - 27/02/2026	Não
65706/1	Noely de Oliveira	15	12/03/2024 - 12/03/2025	09/02/2026 - 23/02/2026	Não
77607/1	Patricia Adriana Corrente	10	03/06/2024 - 03/06/2025	18/02/2026 - 27/02/2026	Não
51799/1	Paulo Ozeias Gonzaga Lino	20	06/01/2024 - 06/01/2025	19/02/2026 - 10/03/2026	Não
77690/1	Paulo Roberto Aveles	15	10/06/2024 - 10/06/2025	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
83240/1	Paulo Roberto Aveles	15	21/01/2023 - 21/01/2024	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
85847/1	Pollyana Zution	15	19/12/2024 - 19/12/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
61271/1	Pricila Calegari	10	11/04/2023 - 11/04/2024	02/02/2026 - 11/02/2026	Não
61271/1	Pricila Calegari	10	11/04/2024 - 11/04/2025	12/02/2026 - 21/02/2026	Não
77070/1	Priscila Toledo Lopes	15	05/04/2024 - 05/04/2025	09/02/2026 - 23/02/2026	Não
81981/1	Roberto Frederico Conrado Rivas Marquez	15	20/12/2023 - 20/12/2024	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
80500/1	Roberto Frederico Conrado Rivas Marquez	15	06/11/2021 - 06/11/2022	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
82503/1	Rosangela Aparecida dos Santos	15	09/04/2023 - 09/04/2024	09/02/2026 - 23/02/2026	Não
85677/1	Rosangela da Rosa	15	01/11/2024 - 01/11/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não

76244/1	Rute Elieze Grade Didea	15	21/10/2024 - 21/10/2025	19/02/2026 - 05/03/2026	Não
68357/1	Salete Fatima de Mattos	15	19/08/2024 - 19/08/2025	18/02/2026 - 04/03/2026	Não
101206/1	Suzete Aparecida da Silva	15	22/04/2024 - 22/04/2025	18/02/2026 - 04/03/2026	Não
73040/1	Tatiane Silveira	15	15/08/2024 - 15/08/2025	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
75558/1	Valeria Duraes de Oliveira Hass	15	09/06/2023 - 09/06/2024	18/02/2026 - 04/03/2026	Não
79952/1	Vilson Fernandes dos Reis	15	19/04/2022 - 19/04/2023	02/02/2026 - 16/02/2026	Não
104876/1	Viviane Martinello	15	01/07/2024 - 01/07/2025	23/02/2026 - 09/03/2026	Não
79251/1	Viviane Martinello	15	01/11/2023 - 01/11/2024	24/02/2026 - 10/03/2026	Não
105260/1	Willian Andre Berto	10	05/07/2024 - 05/07/2025	04/02/2026 - 13/02/2026	Não
62430/1	Yroe Krindges de Oliveira	30	18/12/2022 - 18/12/2023	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
79685/1	Alcione Sueli Zelinhevicz Correa	30	15/02/2025 - 15/02/2026	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
115673/1	Antoninho Martins	30	02/01/2025 - 02/01/2026	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
105953/1	Heladio Alves de Oliveira	30	19/07/2024 - 19/07/2025	23/02/2026 - 24/03/2026	Não
115436/2	Idacir Razera	30	04/02/2025 - 04/02/2026	02/02/2026 - 03/03/2026	Não
113514/3	Jessica Eduarda Damer	25	04/02/2025 - 04/02/2026	05/02/2026 - 01/03/2026	Não
82511/1	Lucimar de Arruda	20	04/05/2023 - 04/05/2024	09/02/2026 - 28/02/2026	Não
76023/1	Marcia Aparecida Barboza Mello	30	03/08/2024 - 03/08/2025	23/02/2026 - 24/03/2026	Não
67911/1	Neli Correa Antunes	30	04/07/2024 - 04/07/2025	23/02/2026 - 24/03/2026	Não
111708/4	Normelio Bonatto	20	02/01/2025 - 02/01/2026	16/02/2026 - 07/03/2026	Não
57983/1	Orlando da Silva	20	15/06/2024 - 15/06/2025	02/02/2026 - 21/02/2026	Não
79391/1	Raquel Tatiane Tavares de Arruda	20	24/11/2023 - 24/11/2024	09/02/2026 - 28/02/2026	Não
79219/1	Ronaldo Rossi	20	20/10/2023 - 20/10/2024	19/02/2026 - 10/03/2026	Não
57916/1	Sandra Aparecida Lemes do Nascimento	30	01/10/2024 - 01/10/2025	09/02/2026 - 10/03/2026	Não
67920/1	Serenita Aparecida Lusia Pereira	30	04/07/2024 - 04/07/2025	09/02/2026 - 10/03/2026	Não
115665/1	Vilmar Rodrigues Martins	30	02/01/2025 - 02/01/2026	04/02/2026 - 05/03/2026	Não
79774/1	Vitor dos Reis Monteiro	10	06/03/2024 - 06/03/2025	02/02/2026 - 11/02/2026	Não
SECRETARIA DE MOBILIDADE E TRANSPORTES					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
71943/1	Angelita Savicki	30	05/03/2025 - 05/03/2026	18/02/2026 - 19/03/2026	Não
105538/1	Eduardo Salazar de Souza	15	16/07/2024 - 16/07/2025	16/02/2026 - 02/03/2026	Não
63444/1	Ledair Aparecida de Almeida	20	13/03/2024 - 13/03/2025	09/02/2026 - 28/02/2026	Não
67032/1	Margarete Terezinha Grando	20	05/04/2024 - 05/04/2025	09/02/2026 - 28/02/2026	Não
115550/1	Paulo Cesar Tanello	20	02/01/2025 - 02/01/2026	09/02/2026 - 28/02/2026	Não
63282/1	Zelia Claudia Rodrigues	20	04/03/2024 - 04/03/2025	18/02/2026 - 09/03/2026	Não
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO					
MATRÍCULA	**SERVIDOR**	**Q.Dias**	**PERÍODO AQUISITIVO**	**CONCESSÃO**	**ABONO**
63940/1	Emerson Carlos Michelin	20	09/09/2023 - 09/09/2024	01/02/2026 - 20/02/2026	Não

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:D2BA25B0

DEPARTAMENTO DE TRANSITO
NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

<

277510 PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO				
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito.				
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AHM2F06	277510Z000028664	12/09/2025	55412	R$ 195.23
ALJ5984	277510Z000028667	12/09/2025	55412	R$ 195.23
AOE4C98	277510Z000028647	12/09/2025	55412	R$ 195.23
AQN0B12	277510NIC0027967	12/09/2025	50020	R$ 390.46
ARC5514	277510Z000028621	11/09/2025	55412	R$ 195.23
ASS7H91	277510NIC0027977	12/09/2025	50020	R$ 390.46
ATK1J88	277510Z000028635	11/09/2025	55412	R$ 195.23
ATY3719	277510Z000028620	11/09/2025	55412	R$ 195.23
AUN1F81	277510NIC0027978	12/09/2025	50020	R$ 390.46
AVI5H35	277510Z000028652	12/09/2025	55412	R$ 195.23
AVT1195	277510Z000028640	11/09/2025	55412	R$ 195.23
AVZ6D19	277510NIC0027979	12/09/2025	50020	R$ 390.46
AXD1D33	277510NIC0027972	12/09/2025	50020	R$ 586.94
AXI6I98	277510Z000028666	12/09/2025	55412	R$ 195.23
AXS1020	277510NIC0027995	12/09/2025	50020	R$ 586.94
AXT5G87	277510Z000028643	12/09/2025	55412	R$ 195.23
AYG2337	277510Z000028638	11/09/2025	55412	R$ 195.23
AYP3184	277510Z000028634	11/09/2025	55412	R$ 195.23
AYT9G47	277510NIC0027990	12/09/2025	50020	R$ 586.94
AYV7H90	277510NIC0027970	12/09/2025	50020	R$ 586.94
BAG0F97	277510Z000028637	11/09/2025	55412	R$ 195.23
BAV0H02	277510NIC0027971	12/09/2025	50020	R$ 586.94
BAY6I62	277510Z000028641	11/09/2025	55412	R$ 195.23
BBF7385	277510NIC0028005	12/09/2025	50020	R$ 390.46
BBJ8F92	277510NIC0028001	12/09/2025	50020	R$ 586.94
BBM0757	277510Z000028646	12/09/2025	55412	R$ 195.23
BCC2E62	277510Z000028662	12/09/2025	55412	R$ 195.23
BCD3075	277510NIC0027980	12/09/2025	50020	R$ 390.46
BCN6B57	277510NIC0027976	12/09/2025	50020	R$ 260.32
BCO2474	277510NIC0027994	12/09/2025	50020	R$ 586.94
BCX5E37	277510NIC0027989	12/09/2025	50020	R$ 586.94
BCY2I48	277510Z000028619	11/09/2025	55412	R$ 195.23
BDG5F29	277510NIC0027988	12/09/2025	50020	R$ 390.46
BDG5F29	277510NIC0027987	12/09/2025	50020	R$ 390.46
BDO9D71	277510NIC0027973	12/09/2025	50020	R$ 586.94

BEU7B06	277510NIC0027981	12/09/2025	50020	R$ 586.94
CUB2D67	277510NIC0027997	12/09/2025	50020	R$ 586.94
DII5412	277510Z000028658	12/09/2025	55412	R$ 195.23
DMD1B96	277510Z000028651	12/09/2025	55412	R$ 195.23
DQV9209	277510Z000028618	11/09/2025	55412	R$ 195.23
FXY7B88	277510Z000028629	11/09/2025	55412	R$ 195.23
GDB1J01	277510NIC0028003	12/09/2025	50020	R$ 390.46
GFG6C48	277510NIC0027999	12/09/2025	50020	R$ 586.94
HTN5570	277510Z000028625	11/09/2025	55412	R$ 195.23
IUY2E83	277510Z000028663	12/09/2025	55412	R$ 195.23
LXQ6249	277510Z000028657	12/09/2025	55412	R$ 195.23
LZL1D51	277510Z000028656	12/09/2025	55412	R$ 195.23
MFU0B71	277510NIC0027985	12/09/2025	50020	R$ 390.46
MFU0B71	277510NIC0027984	12/09/2025	50020	R$ 586.94
MGC1I70	277510Z000028624	11/09/2025	55412	R$ 195.23
MJI9A05	277510Z000028645	12/09/2025	55412	R$ 195.23
MLD8J00	277510Z000028650	12/09/2025	55412	R$ 195.23
MLF1B47	277510NIC0027996	12/09/2025	50020	R$ 586.94
MLX9D59	277510Z000028628	11/09/2025	55412	R$ 195.23
NKG5887	277510Z000028636	11/09/2025	55412	R$ 195.23
OCF3G71	277510Z000028661	12/09/2025	55412	R$ 195.23
PFX6F32	277510Z000028642	11/09/2025	55412	R$ 195.23
QHY0F09	277510Z000028627	11/09/2025	55412	R$ 195.23
QIG2890	277510NIC0027968	12/09/2025	50020	R$ 586.94
QJH6I10	277510Z000028623	11/09/2025	55412	R$ 195.23
RAX1J03	277510NIC0027992	12/09/2025	50020	R$ 586.94
RHR0D00	277510NIC0027998	12/09/2025	50020	R$ 586.94
RLA8E66	277510NIC0027991	12/09/2025	50020	R$ 390.46
RLL7D94	277510NIC0027983	12/09/2025	50020	R$ 586.94
RTR9H84	277510Z000028648	12/09/2025	55412	R$ 195.23
RXO9C90	277510NIC0028004	12/09/2025	50020	R$ 390.46
RYL2D43	277510NIC0027975	12/09/2025	50020	R$ 586.94
SEG6D83	277510NIC0027974	12/09/2025	50020	R$ 390.46
SFB3E52	277510NIC0027969	12/09/2025	50020	R$ 390.46
SFC6A58	277510Z000028655	12/09/2025	55412	R$ 195.23
SFK9G42	277510NIC0028002	12/09/2025	50020	R$ 586.94
SXD3H40	277510NIC0028006	12/09/2025	50020	R$ 390.46
TAM4I56	277510NIC0028000	12/09/2025	50020	R$ 390.46
TBE1G52	277510NIC0027982	12/09/2025	50020	R$ 390.46

Publicado por:
Elisangela Bach Dallazane
Código Identificador:AD96D894

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N°15/2025

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Concorrência n°15/2025, nestes termos:
Data Concorrência**:** 21/01/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e construção civil para execução da obra de construção de Unidade Básica de Saúde – UBS Porte IV, no Município de Pitanga/PR., viabilizada com recursos oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal, formalizada por meio da Proposta nº 09341.3150001/25-005, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CONSTRUTORA KALUZ LTDA	76.114.891/0001-79	R$ 3.770.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 3.770.000,00 (Três milhões, setecentos e setenta mil reais)

Lote	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DA OBRA, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMARIA - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PORTE IV, CONFORME PROPOSTA Nº 09341.3150001/25-005 E PORTARIA GM MS Nº 7.613/2025 – NOVO PAC	SRVÇ	1	R$ 3.770.000,00	R$ 3.770.000,00	CONSTRUTORA KALUZ LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03- **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (Cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, **para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado** ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o Contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 30 de Janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:B463F73D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE N°02/2026.

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N°02/2026

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve. Ratificar a presente Inexigibilidade N°02/2026 em conformidade com Artigo 74, Inciso II da Lei federal 14.133/21. Nestes termos:

Data Inexigibilidade	12/01/2026
Objeto	*Contratação, por inexigibilidade, da dupla artística Mayck e Lyan, por intermédio de sua empresa representante, BMW Produções* Artísticas Ltda., *pessoa jurídica de direito privado, para a realização de apresentação musical (show) no dia 23 de abril de 2026, no Parque de Eventos Miguel Adur Filho, como parte integrante da programação oficial da Fest Centro 2026, visando atender às demandas institucionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.*

FORNECEDOR: **BMW PRODUÇÕES ARTISTICAS**, inscrito no CNPJ; 32.163.965.0001-91, com sede na AL. Serra Dourada, S/N, Quadra FLT 09, Parque Village Castelo, Municipio de Itu SP – CEP 13308-574.

Valor total da contratação: **R$200.000,00 (duzentos mil reais).**
LOTE 1 -

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R$)	Valor Máximo Total (R$)
1	75330	CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO - MAYCK E LYAN, Contratação da dupla artística Mayck e Lyan, por intermédio de seu empresário exclusivo, para a realização de apresentação musical (show artístico) ao vivo, a integrar a programação oficial da FestCentro 2026, promovida pelo Município de Pitanga/PR. O show será realizado no dia 23 de abril de 2026, em local previamente definido pela Administração Municipal, com duração mínima de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos. A apresentação compreenderá a execução de repertório próprio e demais músicas que integram as apresentações habituais dos artistas.	Serviço	1	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00

Fundamentado no Artigo 74, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Município de Pitanga, 12 de Janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 10/2026.
PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **BMW PRODUÇÕES ARTISTICAS.**

OBJETO: Contratação, por inexigibilidade, da dupla artística Mayck e Lyan, por intermédio de sua empresa representante, BMW Produções Artísticas Ltda., pessoa jurídica de direito privado, para a realização de apresentação musical (show) no dia 23 de abril de 2026, no Parque de Eventos Miguel Adur Filho, como parte integrante da programação oficial da Fest Centro 2026, visando atender às demandas institucionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

VALOR: R$200.000,00 (duzentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

RED 678 – Fonte 1000 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica, ou outra que vier a substituí-la no exercício correspondente

VIGÊNCIA: 13 de Julho de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 12 de Janeiro de 2026.
MODALIDADE: **Inexigibilidade n°02/2026.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:154E316E

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE N°03/2026.

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N°03/2026

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve. Ratificar a presente Inexigibilidade N°03/2026 em conformidade com Artigo 74, Inciso II da Lei federal 14.133/21. Nestes termos:

Data Inexigibilidade	13/01/2026
Objeto	*Contratação, por inexigibilidade, do artista Leonardo, por intermédio de sua empresa representante, Talismã Administradora de Shows e Editora Musical Ltda., pessoa jurídica de direito privado, para a realização de apresentação musical (show) no dia 24 de abril de 2026, no Parque de Eventos Miguel Adur Filho, como parte integrante da programação oficial da Fest Centro 2026, visando atender às demandas institucionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.*

FORNECEDOR: **TALISMA ADMINISTRADORA DE SHOWS E EDITORA MUSICAL LTDA**, inscrito no CNPJ; 07.694.879/0001-68, com sede na Rua Atanazio, n°403, Bairro Setor Novo Horizonte, Município de Goianapolis GO – CEP 75.170 – 000

Valor total da contratação: **R$870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais).**
LOTE 1 -

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R$)	Valor Máximo Total (R$)
1	75328	CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO – LEONARDO, Contratação do artista Leonardo, por intermédio de seu empresário exclusivo, para a realização de apresentação musical (show artístico) ao vivo, a integrar a programação oficial da FestCentro 2026, promovida pelo Município de Pitanga/PR. O show será realizado no dia 24 de abril de 2026, em local previamente definido pela Administração Municipal, com duração mínima de 01 (uma) hora e 50 (cinquenta) minutos. A apresentação compreenderá a execução de repertório próprio e demais músicas que integram as apresentações habituais do artista.	Serviço	1	R$ 870.000,00	R$ 870.000,00

Fundamentado no Artigo 74, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Município de Pitanga, 13 de Janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 11/2026.
PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **TALISMA ADMINISTRADORA DE SHOWS E EDITORA MUSICAL LTDA.**

OBJETO: *Contratação, por inexigibilidade, do artista Leonardo, por intermédio de sua empresa representante, Talismã Administradora de Shows e Editora Musical Ltda., pessoa jurídica de direito privado, para a realização de apresentação musical (show) no dia 24 de abril de 2026, no Parque de Eventos Miguel Adur Filho, como parte integrante da programação oficial da Fest Centro 2026, visando atender às demandas institucionais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.*

VALOR: R$870.000,00 (oitocentos e setenta mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

RED 678 – Fonte 1000 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica, ou outra que vier a substituí-la no exercício correspondente

VIGÊNCIA: 14 de Julho de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 13 de Janeiro de 2026.
MODALIDADE: **Inexigibilidade n°03/2026.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:343AC077

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE N°04/2026.

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE N°04/2026

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve. Ratificar a presente Inexigibilidade N°04/2026 em conformidade com Artigo 74, Inciso II da Lei federal 14.133/21. Nestes termos:

Data Inexigibilidade	13/01/2026
Objeto	*Contratação, por inexigibilidade, da artista Ana Castela, por intermédio de sua empresa representante exclusiva RAR Produções Musicais Ltda., para a realização de apresentação musical (show artístico), a ser realizada no dia 26 de abril de 2026, no Parque de Eventos Miguel Adur Filho, integrando a programação oficial da FestCentro 2026, promovida pelo Município de Pitanga/PR, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.*

FORNECEDOR: **RAR PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA,** inscrito no CNPJ; 35.564.230/0001-68, com sede na Av. Advogado Horacio Raccanello Filho, 6326, Zona 01, Maringá – PR, CEP. 87020-035.

Valor total da contratação: **R$800.000,00 (Oitocentos mil reais).**
LOTE 1 -

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R$)	Valor Máximo Total (R$)
1	75320	CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO – ANA CASTELA, Contratação da artista Ana Castela, por intermédio de seu empresário exclusivo, para a realização de apresentação musical (show artístico) ao vivo, a integrar a programação oficial da FestCentro 2026, promovida pelo Município de Pitanga/PR. O show será realizado no dia 26 de abril de 2026, em local previamente definido pela Administração Municipal, com duração mínima de 01 (uma) hora e 30 (trinta) minutos. A apresentação compreenderá a execução de repertório próprio e demais músicas que integram as apresentações habituais da artista.	Serviço	1	R$ 800.000,00	R$ 800.000,00

Fundamentado no Artigo 74, inciso II da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

Art. 74, da Lei Federal 14.133/2021. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
II – contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Município de Pitanga, 13 de Janeiro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 12/2026.
PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa **RAR PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA.**

OBJETO: *Contratação, por inexigibilidade, da artista Ana Castela, por intermédio de sua empresa representante exclusiva RAR Produções Musicais Ltda., para a realização de apresentação musical (show artístico), a ser realizada no dia 26 de abril de 2026, no Parque de Eventos Miguel Adur Filho, integrando a programação oficial da FestCentro 2026, promovida pelo Município de Pitanga/PR, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.*

VALOR: R$800.000,00 (Oitocentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

RED 678 – Fonte 1000 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica, ou outra que vier a substituí-la no exercício correspondente

VIGÊNCIA: 14 de Julho de 2026.
DATA DA ASSINATURA: 13 de Janeiro de 2026.
MODALIDADE: **Inexigibilidade n°04/2026.**

FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:D9EA19E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PUBLICAÇÃO CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR PSS 01-2026

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
PSS EDITAL 01/2026
A Presidente da Comissão Organizadora para Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026 nomeado pela Portaria nº 465/2025, mediante as condições estipuladas neste edital, torna público a **CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR** do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2026:
Art. 1º ficam Classificados para o cargo de Enfermeiro, os candidatos conforme listagem a seguir:

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO
01	CARLIONEIA APARECIDA CAMPRA	62
02	ELIZANDRA PORTO	60
03	ELISA TAIARA BINDA CAON	59
04	RAFAELA ELISA THIESEN DOS SANTOS	57
05	FRANCIELLI OLIVEIRA DA CUNHA SPEROTTO	56
06	ROSÂNGELA DA ROSA OLIVEIRA	55
07	DARLICIANE CANTELLI	54
08	ROSANE SILVEIRA	52
09	EVELIN CRISTINA ROEHRS	49
10	FRANCIELE MENDES DE OLIVEIRA	45
11	FABRICIO DE MOURA TOLVI	43
12	GIOVANA FOQUEZATTO ALBANEZE FLECK	40
13	IDIAMARA MARIA RECH CASTILHO	39
14	JULIANO MALACARNE MARTINI	38
15	RENATA SILVA CAMPOS	32
16	GISELE LOTICI	29
17	ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA	21
18	TAYNARA GONÇALVES	21
19	BETHÂNIA MARA POSSATTO	16
20	ISADORA GIACHINI	5
21	GABRIELA SHRZYPCZAK LAVARDA	1

Art. 2º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.
Planalto, 02 de fevereiro de 2026

CAMILA ZIMMER
Presidente da Comissão Nomeado Pela Portaria Nº 465/2025

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:24C820B8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS
EDITAL - TERCEIRA PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 2, DE 31 DE JANEIRO DE 2023.

EDITAL
TERCEIRA PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 2, DE 31 DE JANEIRO DE 2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2026
FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, representada pelo seu Presidente, João Eduardo Cordeiro, torna público que prorrogou por 12 (doze) meses, conforme autos de Processo Administrativo nº 1/2026, com EDMILSON DA ROCHA & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.922.836/0001-79, com sede a Rua XV de Novembro, 473, Centro, CEP 84.140.000, Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representado por seu sócio proprietário Onires Jose Pinto Ribeiro, a compra e venda, somente diante do efetivo fornecimento dos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE ANUAL	VALOR (R$)
1	Gasolina Comum	Até 1000 litros	6,10
2	Etanol Hidratado	Até 1000 litros	4,37
3	Diesel Comum	Até 1500 litros	6,04
4	Diesel S-10	Até 1500 litros	6,31
5	Óleo semissintético (10w40)	Até 12 litros	39,00
6	Filtro de lubrificante (PSL77)	Até 3 unidades	28,00
7	Filtro de combustível (GI50/7)	Até 3 unidades	24,00
8	Filtro de ar (ART5051)	Até 3 unidades	58,00
9	Óleo Sintético (5w30)	Até 20 litros	58,00
10	Filtro de óleo (PSL 127)	Até 4 unidades	24,00
11	Filtro de combustível (PC949)	Até 4 unidades	43,00
12	Filtro de ar (ARS7065)	Até 4 unidades	88,00
13	Filtro para o ar condicionado (ACP887)	Até 4 unidades	22,00
14	Fluído para freios (DOT-3) 500ml	Até 10 unidades	33,00
15	Óleo lubrificante mineral para direções hidráulicas automotivas e garfos telescópios de motocicletas (ATF-TA), unidade com 500ml	Até 10 unidades	30,00
16	Aditivo fluido para radiadores, proteção contra a corrosão do sistema, unidade com um litro	Até 10 unidades	21,90
17	Aditivo de combustível de tratamento intensivo para Diesel S10, unidade com 500ml	Até 20 unidades	62,00

O período de vigência foi prorrogado para 5 de fevereiro de 2026 a 5 de fevereiro 2027, podendo ser novamente prorrogado, nos termos normativos vigentes.

Publique-se no Edital da Câmara fazendo-se o encaminhamento para o Veículo de Publicação Oficial do Município e *web site* da Câmara Municipal de Porto Amazonas (http://www.cmportoamazonas.pr.gov.br), para os fins de publicidade.

Porto Amazonas, 2 de fevereiro de 2026.

JOÃO EDUARDO CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:B7BAD041

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO GESTÃO FISCAL

CONSOLIDADO DE PORTO AMAZONAS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O SEMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	40.106.898,95	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	40.006.898,95	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	39.612.218,95	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	17.235.019,04	43,51
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	23.767.331,37	60,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	22.578.964,80	57,00
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	21.390.598,23	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	2.602.554,03	6,51
Limite definido por resolução do senado federal	48.008.278,74	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	8.801.517,77	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00

Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	6.401.103,83	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	2.800.482,93	7,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	1.513.851,47	4.767.043,41
Entidades:		
Câmara Municipal de Porto Amazonas		
Prefeitura Municipal de Porto Amazonas		

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:1D863631

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 008/2026

PSS Nº. 001/2026
Teste seletivo para ingresso ao quadro de estagiários de ensino superior no Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná.

O **MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA,** pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 01.613.136/0001-30, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Silvio Antônio Damaceno, no uso de suas atribuições legais, resolve:
I -RESOLVE: TORNAR PÚBLICO HOMOLOGAÇÃO do ***Resultado Final*** para o processo de seleção e formação de cadastro de reserva para eventual e futura contratação de estagiários de ensino superior nas áreas de **Administração, Direito, Educação Física, Engenheiro Civil, Farmácia e Pedagogia,** aberto através do PSS nº 001/2026 para atuar no Município de Prado Ferreira/PR.

CARGO: DIREITO

CLASSIF.	N O M E	DATA NASC.	PORTUGUES	MATEMATICA	INFORMATICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1º	JORDANA SANTOS ROCHA	26/07/2004	8	5	14	**27**	APROVADO

CARGO: EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF.	N O M E	DATA NASC.	PORTUGUES	MATEMATICA	INFORMATICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1º	MARCOS VINÍCIUS GOMÊS BASTOS	21/06/1995	7	4	16	**27**	APROVADO

CARGO: ENGENHARIA CIVIL

CLASSIF.	N O M E	DATA NASC.	PORTUGUES	MATEMATICA	INFORMATICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1º	JADSON DE OLIVEIRA ARAUJO	18/05/2005	9	9	20	**38**	APROVADO

CARGO: FARMACIA

CLASSIF.	N O M E	DATA NASC.	PORTUGUES	MATEMATICA	INFORMATICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1º	CAMILLY GASPAR PENA	02/06/2004	6	5	16	**27**	APROVADO

CARGO: PEDAGOGIA

CLASSIF.	N O M E	DATA NASC.	PORTUGUES	MATEMATICA	INFORMATICA	TOTAL	SITUAÇÃO
1º	TAINÁ BUENO MACHADO PACHECO	05/04/2005	9	7	16	32	APROVADO
2°	LETÍCIA GABRIELLY BRASIL DOS SANTOS	04/04/2007	8	8	16	32	APROVADO
3º	LUCIANE DE ALCANTARA	19/05/1992	5	7	18	**30**	APROVADO
4º	MARIA CLARA DUARTE ROSA	01/06/2006	7	6	16	**29**	APROVADO
5°	KETLLYN RIBEIRO VIEIRA	04/12/2007	7	4	14	**25**	APROVADO

II – Os casos omissos serão resolvidos pelo Sr. Prefeito Municipal
III - Publique-se.
Prado Ferreira, 02 de fevereiro de 2026.

SILVIO ANTÔNIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Humberto José Pereira
Código Identificador:91CF4A56

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11424/2026 DE 02/02/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1751/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Artigo 1 º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 1.627.442,66 (um milhão seiscentos e vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e dois reais e sessenta e seis centavos),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação		
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.18.304.0033.2.043.	Ações de Defesa e Bem Estar Animal	
514 - 3.3.90.30.00.00	01000 MATERIAL DE CONSUMO	3.702,66
25.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25.003.00.000.0000.0.000.	Departamento de Educação Fundamental	
25.003.12.361.0017.2.034.	Ações para Manutenção do Ensino Fundamental - LDB	
592 - 3.3.90.32.00.00	01104 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.600.000,00
25.007.00.000.0000.0.000.	Departamento de Esporte e Lazer	
25.007.27.812.0015.2.033.	Ações de Promoção ao Esporte Amador	
671 - 3.3.90.33.00.00	01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	23.740,00
Total Suplementação:		**1.627.442,66**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1 º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1 º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução		
03.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.002.00.000.0000.0.000.	Departamento de Finanças e Planejamento	
03.002.28.846.0023.0.030.	Ações para Atender Encargos Gerais do Município	
39 - 3.3.90.46.00.00	01000 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	800.000,00
40- 3.3.90.47.00.00	01000 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	800.000,00
22.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.00.000.0000.0.000.	DEPARTAMENTO DE BEM ESTAR ANIMAL	
22.004.18.304.0033.2.043.	Ações de Defesa e Bem Estar Animal	
515 - 3.3.90.36.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.702,66
25 .000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
25 .007 .00.000.0000.0.000.	Departamento de Esporte e Lazer	
25.007.27.812.0015.2.033.	Ações de Promoção ao Esporte Amador	
673 - 3.3.90.39.00.00	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.740,00
Total Redução:		**1.627.442,66**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de QUATRO BARRAS, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:7237448D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
CONTRATO DE LOCAÇÃO SOFTWARE

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE Nº 001/2022

QUARTO TERMO ADITIVO firmado entre a **CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE,** e a empresa **HF GESTÃO PÚBLICA LTDA -ME**, ao contrato celebrado em 27 de janeiro de 2022, cujo objeto é a LOCAÇÃO DE SOFTWARE SISTEMA DE INFORMÁTICA INTEGRADO DE GESTÃO CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, conforme descrição constante na Tomada de Preço nº 002/2021-CMQN, sob as cláusulas e condições seguintes:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE,** ESTADO DO PARANÁ, com sede a Rua Waldemar dos Santos, nº 1213, na cidade de Querência do Norte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.242.687/0001-45, representada por seu Presidente, **Sr. RICARDO PAULINO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da CI/RG nº 3.550.225-4/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.515.919-49, residente e domiciliado na Rua João Polini, nº 648, na cidade de Querência do Norte - PR, e de outro lado, como CONTRATADA, **HF GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com registro no CNPJ sob o 12.402.787/0001-05, com sede na Rua Sophia Rasgulaeff, nº 3506, na cidade de Maringá – PR, neste ato representada por **HEMERSON FERNANDO GIACHINI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 679.896.249-15, portador da CI/RG nº 4.789.411-5 SSP-PR, resolvem ADITAR o Contrato nº 001/2022-CMQN, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A CONTRATANTE expediu Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, sob o nº 002/2021, objetivando a Contratação de empresa locadora de sistema de informática integrado de gestão contábil e administrativa, para a Câmara Municipal de Querência do Norte.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo tem por objeto **PRORROGAR** o prazo de vigência do contrato 001/2022-CMQN, pelos motivos consignados no processo licitatório.
CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência de que trata a Cláusula Quinta fica prorrogado até 27 de janeiro de 2027, resguardando-se as partes, em tendo interesse, na aplicação do contido no artigo 57, IV da Lei de Licitações.

CLÁUSULA QUARTA: Em virtude da prorrogação contratual, o preço inicialmente contratado para manutenção do sistema de informática integrado de gestão contábil e administrativo que era de R$ 60.391,88 (sessenta mil trezentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos) não

sofrera reajuste, mantendo o valor de R$ 60.391,88 (sessenta mil trezentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos). Conforme relação de itens dos contrato abaixo:

Item	Descrição dos Sistemas	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Orçamento (PPA, LDO e LOA)	Mês	12	295,26	3.543,12
2	Contabilidade	Mês	12	295,26	3.543,12
3	Tesouraria	Mês	12	236,21	2.834,52
4	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	Mês	12	118,11	1.417,32
5	Atendimento ao TCE-PR	Mês	12	236,21	2.834,52
6	Compras, Licitações e Contratos	Mês	12	295,26	3.543,12
7	Almoxarifado	Mês	12	236,21	2.834,52
8	Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Mês	12	295,26	3.543,12
9	Frotas	Mês	12	236,21	2.834,52
10	Portal RH	Mês	12	236,21	2.834,52
11	Portal da transparência	Mês	12	236,21	2.834,52
12	Patrimônio	Mês	12	236,21	2.834,52
13	Obras	Mês	12	236,21	2.834,52
14	Controle Interno	Mês	12	118,11	1.417,32
15	Hospedagem em nuvem	Mês	12	614,17	7.370,04
16	Horas Técnicas	Hora	96	118,11	11.338,56
17	Implantação e Treinamento de Usuários	Unitário	01	2.000,00	2.000,00

CLAUSULA QUINTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 27 de janeiro de 2022.

CLAUSULA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Loanda - PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Querência do Norte-PR, em 16 de janeiro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente da Câmara Mun. de Qcia do Norte
Contratante

LUCAS A. ALMEIDA DOS SANTOS
HF Gestão Pública Ltda - ME
Contratada

Testemunhas:

RG RG

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:C80C434B

LICITAÇÃO
3 TA DELCI

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N°. 10/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 37/2024
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 152/2024
3º termo aditivo de prazo e meta –
Vencimento 30/06/2026

CONTRATANTES: A PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE, ESTADO DO PARANÁ, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, centro, CEP. 87.930-000 – Querência do Norte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº. 76.973.692/001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em **exercício** MARCIO CRISTIANO ESSER, brasileiro, portador do CPF/MF no. 076.***.689-** e Cédula de Identidade RG 9.***.930-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Santa Catarina, nº 1211 e **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE**, representado pela Secretária Municipal de Saúde e representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde - Cássia Souza Santos Cruz, brasileira, RG nº 5.***.552-*, CPF nº 925.***.699-** residente e domiciliado na Rua Sergipe, 1450, Centro, Município de Querência do Norte, Paraná.

CONTRATADA: **CLÍNICA DE GINECOLOGIA, OBSTETRÍCIA E ULTRASSONOGRAFIA DR. DELCY PINTO DE ARRUDA S.S.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida à Avenida Desembargador Munhoz de Melo, 1468, SALA 01, Centro Médico santa Catarina, centro, CEP: 87.900-000, Loanda PR, inscrita no CNPJ/MF nº. 12.783.582/0001-09, representado neste ato por DELCY PINTO DE ARRUDA, brasileiro, portador do R.G. nº. 1.***.037 SSP/PR e CPF nº. 709.***.929-**, residente e domiciliado em Loanda PR, denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe as normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos, Lei 8.666/93 e suas alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o presente Termo Aditivo AUMENTO DE PRAZO E META, com base no Art. 65 § 1º, da Lei n º 8666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
Fica acertada entre as partes a prorrogação de prazo por mais 06 meses até 30 de junho de 2026.

CLAUSULA SEGUNDA: DO VALOR –
Fica acertada entre as partes o aditamento conforme abaixo.

item	código	descrição	unidade	quant.	valor unit. R$	valor total R$
1	46454	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE GINECOLOGIA.	serv	200	R$ 132,71	26.542,00
					total:	26.542,00

CLÁUSULA SEGUNDA DESPESAS

As despesas com a execução do objeto deste contrato serão financiadas com recursos da Dotação Orçamentária do exercício de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde;
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.
Querência do Norte – PR, 08 de janeiro de 2026.

MARCIO CRISTIANO ESSER	***CASSIA SOUZA SANTOS***	***DELCY PINTO DE ARRUDA***
Contratante	Contratante	Contratada
Prefeitura Municipal de Querência do Norte	Fundo M. de Saúde	

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:9EEECA21

RECURSOS HUMANOS
ENQUADRAMENTO

DECRETO Nº 012/2026

SÚMULA: Dispõe sobre o Enquadramento dos Servidores Públicos conforme Lei 1897/2022 – Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta.

O Prefeito do Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, **ALEX SANDRO FERNANDES**, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Torna público o enquadramento dos servidores públicos municipais, de acordo com a documentação apresentada e avaliação da Comissão do Plano, conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Querência do Norte, 02 de Fevereiro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

ANEXO I GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS				
	CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ALEKSANDRO SERAFIM ALVES	C	12
	CARGO: BARQUEIRO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	EDSON FRANCISCO DE ANDRADE	B	28
	CARGO: COZINHEIRA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	IVONE SIMAS FONSECA	E	24
	2	LUCINETE ALVES DE CARVALHO FERREIRA	E	24
	CARGO: ELETRICISTA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	RONALDO GOMES DA SILVA	C	28
	CARGO: GARI			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	EVANDRO PEREIRA DA SILVA	B	25
	2	JOSE GERALDO DOS SANTOS	A	25
	CARGO: MECÂNICO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	RODRIGO FERREIRA DE ALMEIDA	C	11
		CARGO: MOTORISTA		
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ADRIANO CAETANO XAVIER	D	08
	2	ANTONIO ALVES BEZERRA FILHO	A	10
	3	ANTONIO CARDOSO DE BRITO	B	22
	4	ANTONIO DE OLIVEIRA NIEDO	A	35
	5	APARECIDO NEVES DE BRITO	C	07
	6	CARLITO NUNES DOS SANTOS	C	10
	7	CLAUDOMIRO ALVES SAMPAIO	A	12
	8	DAVID STEINLE	A	32
	9	DERISVALDO FERNANDES DE SOUZA	C	12
	10	EDUARDO CERQUEIRA DA SILVA	D	22
	11	FABIANO CARA	C	07
	12	FABIO GUIMARAES DA SILVA	C	12
	13	GILBERTO ALVES BATISTA	E	12
	14	GILDO APOLONIO DA SILVA	A	32
	15	JOAO BASTOS BARBOSA	C	27
	16	JOSE CANDIDO DA SILVA	A	27

	17	JOSE LUIZ VIANA	C	10
	18	LEANDRO VIANA DA SILVA	B	12
	19	MANOEL MESSIAS DE CARVALHO	A	27
	20	MARCELO BARONI DANTAS	D	12
	21	MARCOS JEFFERSON LOPES	D	22
	22	MATEUS SOARES RIBEIRO	C	34
	23	NATALINO CAFE DE SOUZA	A	08
	24	OTACILIO DA SILVA	A	22
	25	PAULO ALVES DE OLIVEIRA	C	12
	26	RAFAEL REGINI	C	31
	27	ROBERTO CARLOS DA SILVA	A	21
	28	TIAGO GOMES LUKENCHUKE	C	10
	29	VALDECI PEREIRA BEZERRA	D	22
	30	WALDEMAR ALVES CARDOSO	D	22
	31	WILSON TEIXEIRA DE SOUSA	E	27
	CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	GILSON FERREIRA DOS SANTOS	C	12
	2	JOAQUIM ALVES DA CUNHA	C	26
	3	LUCIANO RAIMUNDO DOS SANTOS	C	12
	CARGO: TRATORISTA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	FRANCISCO CHAGAS DOS SANTOS	A	19
	2	LEONARDO DOS SANTOS	B	12
	3	MARCIO ADRIANO ALVES DE LIMA	A	22
	CARGO: VIGIA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ALEX SANDRO FERNANDES	E	12
	2	JOSE DIEGO RODRIGUES DA SILVA	C	10
	3	OSMAR FERRAREZI	A	34
	4	VALDEMIR VIEIRA DE SOUZA	A	10
	5	WELTON WAGNER SEBASTIAO	A	22
	CARGO: ZELADOR PREDIAL			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	NILTON BATISTA MOREIRA	D	25
	CARGO: ZELADORA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	IEDA MARIA COELHO DE SOUZA ANDREOLI	C	22
	2	ROSELI APARECIDA MOÇO	A	22
GRUPO OCUPACIONAL OPERACIONAL				
	CARGO: AGENTE DA DEFESA CIVIL			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	DANIEL FERNANDES DE SOUZA JUNIOR	F	12
	2	DEJAIR FERREIRA GUIMARAES	D	12
	3	FABIO JUNIOR MOREIRA	C	12
	4	GUSTAVO SILVA SANTANA	B	01
	5	JOSE CARLOS DA SILVA NERY	F	09
	6	JUNIOR CESAR BATISTA MOREIRA	D	12
	7	LUAN DAINEZI SOUZA	C	05
	8	LUCIANO MOTA SALES NOVAIS	B	01
	9	MARCELO JOSE DA SILVA SANTOS	D	12
	10	RICARDO PEREIRA FOGASSA	C	12
	CARGO: AUXILIAR DE CUIDADO DENTAL			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	NADIA CRISTINA ARAUJO	E	12
	2	NEUZA SOUZA SANTOS JACOMETI	C	22
	CARGO: AUXILIAR DE TRIBUTAÇÃO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	**OSMARCO LUIZ DE OLIVEIRA MARTINS**	**F**	**36**
	CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	FABIO FERREIRA DE SANTIAGO	F	22
	2	JOVELINO BARBOSA SOBRINHO	D	35
	3	LUCIANO ALVES RIBEIRO JUSSANI	F	34
	4	MARTIM FERNANDES GUIMARAES	A	22
	5	NERCIO CLEVERSON BORSATTO	C	22
	6	ODAIR BARBOSA DE SOUZA	A	33
	7	PERCI NOBRE FERREIRA	D	37
	8	RAIMUNDO LAZARO FONSECA	C	35
	9	ROQUE APARECIDO SEBASTIAO	C	34
	CARGO: INSPETOR DE ALUNOS			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	CLAUDINEI FERRAREZI	B	25
		GRUPO OCUPACIONAL APOIO ADMINISTRATIVO		
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ADRIANA MARIA PESSINI	F	12
	2	ANA MARIA BETTIN	F	12

	3	CLAUDIA CIBELE PAULA DA SILVA	F	10
	4	CLAUDIA CRISTIANE REGINI	F	22
	5	CRISTIANE PAULINO JUNQUEIRA	F	12
	6	EDER VIANA DA SILVA	F	22
	7	ELIZABETE APARECIDA MORETI	E	22
	8	GESSIMARA DAIANA WEISS DE OLIVEIRA	E	12
	9	MARIA MARTA RECH BACHIEGA	E	25
GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO				
	CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ADRIANA REGINO	F	09
	2	ELAINE CELESTINO DA PAIXÃO LENZ	F	12
	3	JOCIELY SANTANA BETTIN DOS SANTOS	D	12
	4	JULIANA MARCIA DA SILVA	F	22
	5	NATALIA ROGERIO PEIXOTO	F	12
	6	RENAN ALVES DAINEZI	D	09
	CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ADRIANA DE CASTRO ALVES ZANCANARO	D	25
	2	ALESSANDRA OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	D	24
	3	CLEONICE CARDOSO FREIRE ZACARIAS	C	23
	4	DAVI BORGES DA SILVA	C	24
	5	ELAIDE MARIA HAMMES MARTINELLI	C	25
	6	RAIMUNDA APARECIDA DE PAULA RIBEIRO	D	21
	7	ROSELI GARIBALDI	F	24
	8	SILMARA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	C	25
	9	VERIDIANA APARECIDA NOGUEIRA	C	22
	CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ADRIANO TOLEDO PIZA	D	08
	2	CAMILA MARTINS DE SÁ	C	09
	3	JOSE AUGUSTINHO FERRAZ FILHO	D	22
	4	NILCE CRUZ DOS SANTOS DAVIES	D	22
	CARGO: AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	CLAUDINEY NERY DA SILVA	F	22
	CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ADRIANA APARECIDA COELHO	F	34
	2	CARLA SORAYA BORSATTO	F	22
	3	EDENILDA BORGES DA SILVA DOS SANTOS	F	22
	4	FABIANO DOMINGOS REGINI	F	26
	5	MONICA ISABEL DE NOVAES	F	24
	6	PEDRO MARCOS REGINI NETO	F	34
GRUPO OCUPACIONAL TÉCNICO				
	CARGO: TÉCNICO EM ESPORTES			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	EDUARDO FELIPE BORSATTO	F	22
	CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	JOSE LUIZ FERREIRA	F	12
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL				
	CARGO: ADVOGADO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	JOSEMAR CANASSA	E	17
	CARGO: CONTADOR			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	JOELSON ZIANI COITO	F	17
	CARGO: DENTISTA - 20 HORAS			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ANDREA CARLA DE CASTILHO CANASSA	F	26
	CARGO: ENGENHEIRO CIVIL			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	MARCIO AMADO MANDELLI	F	22
	CARGO: FARMACÊUTICO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ELI MARTA GONCALVES VOSS	F	19
	2	FABIANE BARTH MATEUS	F	22
	CARGO: FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	PATRICIA SCHAIDER	G	08
	CARGO: FISIOTERAPEUTA			
	Nº	Nome	Nível	Classe

	1	MAYARA POLINI SIMAS	F	08
	CARGO: FONOAUDIÓLOGO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ANACLAUDIA COLICCHIO INEZ	F	08
	CARGO: MÉDICO - 20 horas			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	GUILHERME SIRENA	F	12
	2	ALVACI SILVA OLIVEIRA	F	25
	3	JOSE ANTONIO AVILES VACA DIEZ	E	25
	CARGO: NUTRICIONISTA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	MARCELA YARA BORSATTO	E	22
CARGOS EM EXTINÇÃO				
	CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	EVANGELINA MARIA DA CONCEIÇÃO	E	12
	2	FERNANDA REGINATO	D	12
	3	GRACIELLE FERNANDA FERRARI	F	12
	4	LENIRA FERNANDES DA SILVA	F	22
	5	LUCIANA DE OLIVEIRA BASTOS	C	10
	6	MARIA SOLANGE DE MORAIS SANTOS	F	19
	7	MARISA MARTINS DE SA	D	22
	8	MARIZA FRANCISCA RIBEIRO FERREIRA	F	12
	9	MARLI NERY VIEIRA	D	22
	10	ROSA FERNANDES DA SILVA	F	12
	11	ROSIMEIRE DE SOUZA REGINI	F	17
	12	ZEONILDA CLAUDINA DA SILVA	F	30
	CARGO: AUXILIAR DE LABORATÓRIO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	CASSIA SOUZA SANTOS CRUZ	F	33
	CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - FEMININO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ANA FLAVIA DA SILVA FRANCISCO	C	12
	2	ANDREIA DA PEDRA RODRIGUES	C	12
	3	ANDREIA FATIMA DE LIMA	E	12
	4	DJACIRA MARTINS GUIMARAES DE MESQUITA	C	11
	5	EDIANE MARCELINO RAMALHO	E	12
	6	EDILEUSA ALVES DA ROSA ARAUJO	C	12
	7	ELZA SILVESTRE DE OLIVEIRA	A	28
	8	ILENI DA CRUZ	C	24
	9	JANETE GOMES FERREIRA	D	11
	10	JUCELIA FERREIRA DE SANTIAGO	C	24
	11	LOURDES MARIO DOS REIS	C	22
	12	LUCINEIA DE OLIVEIRA BASTOS	C	10
	13	MARIA ANGELICA GROSS	E	23
	14	MARIA DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA	C	28
	15	MARIA JOANA DIAS	A	21
	16	MARIA ROSA DA SILVA	C	11
	17	MARLEI ISOLETE SCHMITT	C	12
	18	PAULA LOUYSE DIAS	A	24
	19	PRISCILA MARIANO SANTOS	C	12
	20	REGINA PEREIRA FRANÇA	C	12
	21	SILVANA BORGES OLIVEIRA	E	12
	22	SOLANGE APARECIDA TABORDA RIBAS	C	28
	23	SOLANGE DE OLIVEIRA	C	12
	24	TAISA FLORES DA CUNHA	C	12
	25	VALDETE TEIXEIRA	A	26
	26	VALERIA CRISTINA SANCHES	C	11
	27	VANDERLEIA DE SOUZA SILVA	E	10
	28	VANESSA CRISTINA FERREIRA DA SILVA	C	12
	29	VERA LUCIA DIAS BRITO	A	26
	30	VILMA POE	C	30
	CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MASCULINO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	CLEITON ANDERSON OLIVEIRA SANTOS	C	12
	2	DIONE MAICON MACHADO	B	15
	3	EDINALDO DA SILVA FRANCA	C	24
	4	EMERSON LAZARO FONSECA	C	17
	5	JOSE GABRIEL DE AMORIM	B	30
	6	JOSE MARIA DA SILVA LIMA	A	14
	7	MARCIO VALDIR SCHMITT	C	15
	8	MARCELINO FERNANDES DE AZEVEDO	A	15
	9	SIVALDO BATISTA PEREIRA	A	15
	CARGO: COVEIRO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	PAULO ROGERIO POLTRONIERE	B	10
	CARGO: MAGAREFE			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	RUBENS ZANUNI	A	35

	CARGO: PEDREIRO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	FLORENTINO DA SILVA REIS	A	35
	2	PAULO SERGIO MESSIAS DA SILVA	C	26
	CARGO: SERRALHEIRO			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	ALESIO ZANUNI	A	24
	2	ANIVALDO CARVALHO	A	24
	CARGO: ENFERMEIRO PLANTONISTA			
	Nº	Nome	Nível	Classe
	1	DULCINEIA BRITO	F	11
	2	EVANDSON ALVES DE LIMA	F	12

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:0E6AEF67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

Unidade gestora: Municipio de Realeza					
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12					
Exercício 2025	**Balanço Anual**	**Data de 30/01/2026**			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
RECEITAS CORRENTES		109.697.713,68	121.547.950,36	117.985.270,48	(3.562.679,88)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		16.933.062,00	19.010.356,37	17.362.625,03	(1.647.731,34)
IMPOSTOS		14.433.162,00	16.483.250,16	15.299.367,92	(1.183.882,24)
TAXAS		2.499.900,00	2.527.106,21	2.063.257,11	(463.849,10)
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES		2.531.500,00	2.531.500,00	1.653.355,48	(878.144,52)
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO		2.531.500,00	2.531.500,00	1.653.355,48	(878.144,52)
RECEITA PATRIMONIAL		3.345.300,00	3.421.400,12	2.212.387,59	(1.209.012,53)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO		80.300,00	80.300,00	39.635,65	(40.664,35)
VALORES MOBILIÁRIOS		3.265.000,00	3.341.100,12	2.172.751,94	(1.168.348,18)
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL		0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	276.643,32	337.762,64	61.119,32
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS		0,00	126.643,32	173.579,03	46.935,71
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS		0,00	150.000,00	164.183,61	14.183,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		86.693.151,68	96.035.000,55	95.899.112,78	(135.887,77)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		46.448.990,00	52.569.850,68	52.050.107,24	(519.743,44)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES		23.644.161,68	26.524.913,03	25.611.790,59	(913.122,44)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	91.294,39	90.000,00	(1.294,39)
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	15.802,65	30.000,00	14.197,35
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		16.600.000,00	16.833.139,80	18.111.429,98	1.278.290,18
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	5.784,97	5.784,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		194.700,00	273.050,00	520.026,96	246.976,96
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS		0,00	39.350,00	312.983,46	273.633,46
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS		194.700,00	194.700,00	164.340,94	(30.359,06)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO		0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES		0,00	39.000,00	42.702,56	3.702,56
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	35.821.188,08	12.600.745,20	(23.220.442,88)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	10.000.000,00	1.054.300,00	(8.945.700,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO		0,00	10.000.000,00	1.054.300,00	(8.945.700,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO		0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00	242.526,72	1.429.091,02	1.186.564,30
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00	0,00	505.529,50	505.529,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00	242.526,72	923.561,52	681.034,80
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	25.578.661,36	10.117.354,18	(15.461.307,18)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES		0,00	2.393.781,30	1.552.483,52	(841.297,78)

TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS					
		0,00	23.184.880,06	8.564.870,66	(14.620.009,40)
ENTIDADES					
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS		0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO		0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
A CLASSIFICAR		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)		109.697.713,68	157.369.138,44	130.586.015,68	(26.783.122,76)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c=(b-a)
REFINANCIAMENTO (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I+II)		109.697.713,68	157.369.138,44	130.586.015,68	(26.783.122,76)
DÉFICIT (IV)		0,00	2.089.681,51	0,00	(2.089.681,51)
TOTAL (V) = (III+IV)		109.697.713,68	159.458.819,95	130.586.015,68	(28.872.804,27)
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	6.034.986,56	6.034.986,56	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS		0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00	6.034.986,56	6.034.986,56	0,00
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTACÃO c=(e-f)
DESPESAS CORRENTES		97.572.181,55	113.587.576,47	110.924.479,89	106.717.675,78	106.368.342,40	2.663.096,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		45.844.483,22	55.320.591,93	54.611.371,77	54.611.341,77	54.502.715,64	709.220,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		220.000,00	766.864,95	766.637,30	766.637,30	766.637,30	227,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		51.507.698,33	57.500.119,59	55.546.470,82	51.339.696,71	51.098.989,46	1.953.648,77
DESPESAS DE CAPITAL		8.528.553,79	45.871.243,48	14.907.321,95	8.980.677,86	8.046.375,36	30.963.921,53
INVESTIMENTOS		8.020.553,79	45.802.500,39	14.907.321,95	8.980.677,86	8.046.375,36	30.895.178,44
INVERSÕES FINANCEIRAS		8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		500.000,00	68.743,09	0,00	0,00	0,00	68.743,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.096.978,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)		107.197.713,68	159.458.819,95	125.831.801,84	115.698.353,64	114.414.717,76	33.627.018,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)		107.197.713,68	159.458.819,95	125.831.801,84	115.698.353,64	114.414.717,76	33.627.018,11
RESERVA DO RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)		2.500.000,00	0,00	4.754.213,84	14.887.662,04	16.171.297,92	(4.754.213,84)
TOTAL COM SUPERAVIT (X) = (VIII + IX)		109.697.713,68	159.458.819,95	130.586.015,68	130.586.015,68	130.586.015,68	28.872.804,27

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	NOTA	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES		542.930,90	3.960.169,35	3.144.768,84	3.137.971,62	697.350,54	660.980,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		0,00	5.497,69	4.089,74	4.089,74	0,00	1.407,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		542.930,90	3.954.671,66	3.140.679,10	3.133.881,88	697.350,54	659.572,92
DESPESAS DE CAPITAL		237.590,22	10.571.572,45	9.640.020,63	9.629.320,88	358.662,10	810.479,94
INVESTIMENTOS		237.590,22	10.571.572,45	9.640.020,63	9.629.320,88	358.662,10	810.479,94
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		780.521,12	14.531.741,80	12.784.789,47	12.767.292,50	1.056.012,64	1.471.460,81

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	NOTA	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f)=(a+b-c-d)
		EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES		186.821,38	256.403,53	257.129,79	0,00	186.095,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		85.821,42	23.542,11	0,00	0,00	109.363,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		100.999,96	232.861,42	257.129,79	0,00	76.731,59
DESPESAS DE CAPITAL		344.907,91	2.186.585,62	2.531.488,53	0,00	5,00
INVESTIMENTOS		344.907,91	2.186.585,62	2.531.488,53	0,00	5,00
INVERSÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		531.729,29	2.442.989,15	2.788.618,32	0,00	186.100,12

Notas Explicativas

-

Entidades Consolidadas:
Municipio de Realeza

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6CA4E741

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

MUNICIPIO DE REALEZA			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")			
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) – Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	17.941.780,52	20.885.299,22	17.461.278,17
Disponibilidade de Caixa	17.941.780,52	20.885.299,22	17.461.278,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.916.498,96	22.231.456,70	20.505.483,00
(-) Restos a pagar processados	2.974.718,44	1.346.157,48	1.487.232,97
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	1.556.971,86
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(17.941.780,52)	(20.885.299,22)	(17.461.278,17)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	103.791.646,92	107.566.455,69	117.484.633,56
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	450.000,00	300.000,00	3.010.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	103.341.646,92	107.266.455,69	114.474.633,56
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	(17,36)	(19,47)	(15,25)
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL – (%)	124.009.976,30	128.719.746,83	137.369.560,27
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (%)	111.608.978,67	115.847.772,15	123.632.604,24
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCCÍCIOS ANTERIORES	15.312.262,92	3.639.861,82	11.604.909,01
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00
Entidades:			
Municipio de Realeza			
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/01/2026 10:11			

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:F6410356

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

MUNICIPIO DE REALEZA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO A REALIZAR c = (a – b)**
RECEITA DE CAPITAL	242.526,72	1.461.446,65	(1.218.919,93)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	242.526,72	1.461.446,65	(1.218.919,93)
Alienação de Bens Móveis	0,00	505.529,50	(505.529,50)
Alienação de Bens Imóveis	242.526,72	923.561,52	(681.034,80)
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	32.355,63	(32.355,63)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	242.526,72	1.461.446,65	(1.218.919,93)

DESPESAS	**DOTAÇÃO**	**DESPESAS**	**DESPESAS**	**DESPESAS**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS**	**PAGAMENTO**	**DE**	**SALDO**	**A**

	ATUALIZADA (d)	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS (e)	A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR (f)	PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	437.526,72	352.526,72	293.865,02	293.865,02	58.661,70	532.852,28	85.000,00
Investimentos	437.526,72	352.526,72	293.865,02	293.865,02	58.661,70	532.852,28	85.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	437.526,72	352.526,72	293.865,02	293.865,02	58.661,70	532.852,28	85.000,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (h)	DO EXERCÍCIO (i) = (Ib – (IIe+ IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	422.623,85	1.108.919,93	1.531.543,78
Entidades:			
Municipio de Realeza			

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:3A40B26F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

MUNICIPIO DE REALEZA			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (VI)	**103.791.646,92**	**107.566.455,69**	**117.484.633,56**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	**450.000,00**	**300.000,00**	**3.010.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**103.341.646,92**	**107.266.455,69**	**114.474.633,56**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL (art.9º da Res. 43/01) - 22%	**22.735.162,32**	**23.598.620,25**	**25.184.419,38**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) – <%>	**20.461.646,09**	**21.238.758,23**	**22.665.977,44**
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		até o 1º Semestre	**até o 2º Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Entidades:			
Municipio de Realeza			
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/01/2026 10:12			

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:7EA32D6E

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

MUNICIPIO DE REALEZA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00

Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita Pela Venda e Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de dívida (LRF, art. 29 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação [1] (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITAS CORRENTE LÍQUIDA - RCL(IV)	117.484.633,56	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	3.010.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	114.474.633,56	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	18.315.941,37	16,00 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	16.484.347,23	14,40 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	8.013.224,35	7,00 %
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Semestre de Referência	**Até o Semestre de Referência (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de restruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
Entidades:		
Municipio de Realeza		

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:A2AD6D66

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

MUNICIPIO DE REALEZA			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	10.000.000,00	1.054.300,00	8.945.700,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO**	**DESPESAS**	**SALDO NÃO EXECUTADO**
	ATUALIZADA (d)	**EMPENHADAS (e)**	**(f)=(d-e)**
DESPESAS DE CAPITAL	46.421.243,48	14.907.321,95	31.513.921,53
Investimentos	46.352.500,39	14.907.321,95	31.445.178,44
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	68.743,09	0,00	68.743,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	46.421.243,48	14.907.321,95	31.513.921,53
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	36.421.243,48	13.853.021,95	22.568.221,53
Entidades:			
Municipio de Realeza			

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AEF20D22

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

MUNICIPIO DE REALEZA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**
		Até bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	16.483.250,16	15.299.367,92
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	4.292.262,00	3.544.191,97
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	2.480.101,89	2.568.848,36
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	5.928.372,09	5.540.141,80
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.782.514,18	3.646.185,79

2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	74.933.751,30	69.775.988,07
2.1 - Cota-parte FPM	45.246.252,00	42.558.808,11
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	41.314.652,00	37.887.912,47
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	3.931.600,00	4.670.895,64
2.2 - Cota-parte ICMS	21.068.255,51	20.146.148,90
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	289.800,00	296.592,45
2.4 - Cota-parte ITR	532.400,00	87.345,24
2.5 - Cota-parte IPVA	7.797.043,79	6.687.093,37
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7 - Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	91.417.001,46	85.075.355,99
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	14.200.430,26	13.021.018,49
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	8.653.820,10	8.247.820,51

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)**
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.589.889,99	21.313.939,06
6.1 - FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	16.998.139,80	18.415.000,54
6.1.1 - Principal	16.833.139,80	18.111.429,98
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	165.000,00	303.570,56
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1 - Principal	0,00	0,00
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.591.750,19	2.808.012,18
6.3.1 - Principal	2.591.750,19	2.808.012,18
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	90.926,34
6.4.1 - Principal	0,00	90.926,34
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	2.632.709,54	5.090.411,49
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		**Valor**
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		1.244.533,30
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		1.244.533,30
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		22.558.472,36

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	21.633.341,77	20.603.915,62	20.058.166,65	19.990.347,03	545.748,97
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18.880.873,93	18.880.019,01	18.880.019,01	18.816.800,40	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	6.239.849,80	6.238.994,88	6.238.994,88	6.175.942,99	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	12.641.024,13	12.641.024,13	12.641.024,13	12.640.857,41	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
10.1.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	2.752.467,84	1.723.896,61	1.178.147,64	1.173.546,63	545.748,97
10.2.1 - Educação Infantil	960.500,32	932.360,28	386.611,31	382.010,30	545.748,97
10.2.2 - Ensino Fundamental	1.791.967,52	791.536,33	791.536,33	791.536,33	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)**	**DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)**
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO	18.598.744,36	18.052.995,39	17.985.175,77	545.748,97	0,00	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	16.285.493,24	16.284.719,74	16.221.501,13	773,50	0,00	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.313.251,12	1.768.275,65	1.763.674,64	544.975,47	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	17.081.916,56	17.081.916,56	17.018.697,95	0,00	0,00	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.308.050,31	1.763.074,84	1.758.473,83	544.975,47	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA	577.060,77	69.874,90	65.273,89	507.185,87	0,00	0,00

DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15 - Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	14.856.108,90	17.081.916,56	17.081.916,56	80,49
16 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.404.006,09	2.308.050,31	2.308.050,31	82,20
17 - Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	421.201,83	577.060,77	577.060,77	20,55

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18 - Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	2.131.393,91	2.715.194,70	2.715.194,70	583.800,79	12,74

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19 - Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	1.771.136,63	1.244.533,30	350.400,68	1.478.889,77	479.417,10	452.141,12
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.656.612,67	452.141,12	0,00	1.516.315,37	0,00	452.141,12
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	114.523,95	792.392,18	350.400,68	(37.425,60)	479.417,10	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	14.061.315,33	11.240.554,35	10.551.950,33	10.427.211,83	688.604,02
20.1 - Educação Infantil	2.713.409,16	2.683.680,08	2.524.684,19	2.479.100,09	158.995,89
20.2 - Ensino Fundamental	11.347.906,17	8.556.874,27	8.027.266,14	7.948.111,74	529.608,13

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6 - Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	35.725.845,10	30.015.179,52	28.780.826,53	28.588.268,41	1.234.352,99
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	9.944.947,28	9.004.715,49	8.299.970,63	8.186.733,63	704.744,86
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	25.780.897,82	21.010.464,03	20.480.855,90	20.401.534,78	529.608,13
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					**Valor**
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					11.240.554,35
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					13.021.018,49
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					583.800,79
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					452.141,12
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4					146.557,01
27 - (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					35.648,51
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					23.043.425,40

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			21.268.839,00	23.043.425,40	27,09
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	2.111.063,10	1.911.432,19	1.934.280,91	35.648,51	141.133,68
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	146.022,88	68.965,28	69.190,62	27.473,06	49.359,20
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.685.482,17	1.638.815,43	1.658.304,91	8.175,45	19.001,81
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	279.558,05	203.651,48	206.785,38	0,00	72.772,67

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até bimestre (b)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.381.086,62	2.013.060,51
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	2.039.400,00	1.591.868,20
31.1.1 - Salário-Educação	1.040.600,00	1.088.110,96
31.1.2 - PDDE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	673.200,00	417.892,44
31.1.4 - PNATE	325.600,00	81.539,21
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	4.325,59
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3 - RECEITA DE royaltIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00

31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	341.686,62	421.192,31

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
32 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	3.199.373,34	4.917.257,93	4.040.972,24	4.032.802,44	876.285,69
32.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	172.173,05	178.449,50	177.117,86	177.117,86	1.331,64
32.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.027.200,29	4.738.808,43	3.863.854,38	3.855.684,58	874.954,05
32.3 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5 - ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7 - EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)**
33 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	38.925.218,44	35.621.356,38	33.510.717,70	33.309.989,78	2.110.638,68
33.1 - Despesas Correntes	34.687.500,49	32.060.578,98	30.979.780,79	30.790.387,88	1.080.798,19
33.1.1 - Pessoal Ativo	22.057.715,13	21.512.106,47	21.512.106,47	21.444.243,17	0,00
33.1.2 - Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	712.646,56	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4 - Outras Despesas Correntes	11.917.138,80	10.548.472,51	9.467.674,32	9.346.144,71	1.080.798,19
33.2 - Despesas de Capital	4.237.717,95	3.560.777,40	2.530.936,91	2.519.601,90	1.029.840,49
33.2.1 - Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2 - Outras Despesas de Capital	4.237.717,95	3.560.777,40	2.530.936,91	2.519.601,90	1.029.840,49

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	**FUNDEB (ah)**	**SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)**
34 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.833.342,30	312.668,83
35 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	21.478.786,87	1.088.110,96
36 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	22.568.083,88	1.146.153,56
37 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.744.045,29	254.626,23
38 - (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39 - (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.744.045,29	254.626,23
Entidades:		
Municipio de Realeza		

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:5E7D71CC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

MUNICIPIO DE REALEZA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	121.547.950,36	117.484.633,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.010.356,37	17.362.625,03
IPTU	4.292.262,00	3.544.191,97
ISS	5.928.372,09	5.540.141,80
ITBI	2.480.101,89	2.568.848,36
IRRF	3.782.514,18	3.646.185,79
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.527.106,21	2.063.257,11
Contribuições	2.531.500,00	1.653.355,48
Receita patrimonial	3.421.400,12	2.211.405,60
Aplicações Financeiras (II)	3.341.100,12	2.171.769,95
Outras Receitas Patrimoniais	80.300,00	39.635,65
Transferências correntes	96.035.000,55	95.399.457,85
Cota-Parte do FPM	37.186.252,00	34.981.226,07
Cota-Parte do ICMS	16.858.255,51	16.116.919,37
Cota-Parte do IPVA	6.505.203,79	5.349.674,71
Cota-Parte do ITR	425.920,00	69.876,32
Transferências da LC 61/1989	231.840,00	237.274,03
Transferências do FUNDEB	19.623.775,85	21.175.216,31
Outras transferências correntes	15.203.753,40	17.469.271,04
Demais receitas correntes	549.693,32	857.789,60
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	786,49
Receitas Correntes Restantes	549.693,32	857.003,11
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	118.206.850,24	115.312.077,12
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	595,34
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	35.821.188,08	12.600.745,20
Operações de Crédito (VIII)	10.000.000,00	1.054.300,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	242.526,72	1.429.091,02
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00

Outras Alienações de Bens	242.526,72	1.429.091,02
Transferências de Capital	25.578.661,36	10.117.354,18
Convênios	23.299.183,65	7.210.142,30
Outras Transferências de Capital	2.279.477,71	2.907.211,88
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	25.821.188,08	11.546.445,20
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	144.028.038,32	126.858.522,32
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	144.028.038,32	126.858.522,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	115.537.576,47	110.924.479,89	106.717.675,78	106.368.342,40	257.129,79	3.144.768,84	3.137.971,62
Pessoal e encargos sociais	56.670.591,93	54.611.371,77	54.611.341,77	54.502.715,64	0,00	4.089,74	4.089,74
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	766.864,95	766.637,30	766.637,30	766.637,30	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	58.100.119,59	55.546.470,82	51.339.696,71	51.098.989,46	257.129,79	3.140.679,10	3.133.881,88
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	114.770.711,52	110.157.842,59	105.951.038,48	105.601.705,10	257.129,79	3.144.768,84	3.137.971,62
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	46.421.243,48	14.907.321,95	8.980.677,86	8.046.375,36	2.531.488,53	9.640.020,63	9.629.320,88
Investimentos	46.352.500,39	14.907.321,95	8.980.677,86	8.046.375,36	2.531.488,53	9.640.020,63	9.629.320,88
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	68.743,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	46.352.500,39	14.907.321,95	8.980.677,86	8.046.375,36	2.531.488,53	9.640.020,63	9.629.320,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Dezembro / 2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	161.123.211,91	125.065.164,54	114.931.716,34	113.648.080,46	2.788.618,32	12.784.789,47	12.767.292,50
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	161.123.211,91	125.065.164,54	114.931.716,34	113.648.080,46	2.788.618,32	12.784.789,47	12.767.292,50

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	(2.345.468,96)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	(2.345.468,96)
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Até Dezembro / 2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.172.365,29
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	766.637,30
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	(939.740,97)

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/12/2024 (a)	**Até Dezembro / 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	17.941.780,52	17.461.278,17
Disponibilidade de Caixa	17.941.780,52	17.461.278,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.916.498,96	20.505.483,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.974.718,44	1.487.232,97
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	1.556.971,86
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(17.941.780,52)	(17.461.278,17)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	(480.502,35)	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
AJUSTE METODOLÓGICO	**Até Dezembro / 2025**	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(1.487.485,47)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/-	(1.967.987,82)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(3.373.715,81)	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.034.986,56	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	6.034.986,56	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
Entidades:		
Municipio de Realeza		

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:23D736C8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICIPIO DE REALEZA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE**	
Receita Corrente Liquida	117.484.633,56	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	114.474.633,56	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	113.974.633,56	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa total com pessoal - DTP	52.164.041,82	45,77
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	61.546.302,12	54,00
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	58.468.987,02	51,30
Limite de alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	55.391.671,91	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida consolidada líquida	-17.461.278,17	-15,25
Limite definido por resolução do senado federal	137.369.560,27	120,00
GARANTIA DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das garantias concedidas	0,00	0,00
Limite definido por resolução do senado federal	25.184.419,38	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de crédito internas e externas	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito internas e externas	18.315.941,37	16,00
Operações de crédito por antecipação da receita	0,00	0,00
Limite definido pelo senado federal para operações de crédito por antecipação da receita	8.013.224,35	7,00
RESTO A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	10.133.448,20	5.891.059,36
Entidades:		
Municipio de Realeza		
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/01/2026 10:14		

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:14A0707B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICIPIO DE REALEZA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até o Bimestre**
Previsão Inicial da Receita	109.697.713,68
Previsão Atualizada da Receita	157.369.138,44
Receitas Realizadas	130.085.974,10
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	6.034.986,56
Dotação Inicial	109.697.713,68
Créditos Adicionais	52.261.106,27
Dotação Atualizada	161.958.819,95
Despesas Empenhadas	125.831.801,84
Despesas Liquidadas	115.698.353,64

Despesas Pagas	114.414.717,76
Superávit Orçamentário	4.254.172,26
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	**Até o Bimestre**
Despesas Empenhadas	125.831.801,84
Despesas Liquidadas	115.698.353,64
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até o Bimestre**
Receita Corrente Líquida	117.484.633,56
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	114.474.633,56
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	113.974.633,56
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	**Até o Bimestre**
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)**	**Resultado apurado até o bimestre (b)**		**% em relação a meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	(939.740,97)		0,00 %
Resultado Primário	920.508,00	(2.345.468,96)		(255,00 %)
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Inscrição**	**Cancelamento até o bimestre**	**Pagamento até o bimestre**	**Saldo**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	2.974.718,44	0,00	2.788.618,32	186.100,12
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
Poder Executivo	15.312.262,92	1.056.012,64	12.767.292,50	1.488.957,78
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.286.981,36	1.056.012,64	15.555.910,82	1.675.057,90
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**		
		% Mínimo a aplicar no exercício		**% Aplicado até o bimestre**
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	23.043.425,40	25% / 18%		27,09
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	17.081.916,56	70%		80,49
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**	
Receita de Operações de Crédito	1.054.300,00		8.945.700,00	
Despesa de Capital Líquida	14.907.321,95		31.513.921,53	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício em Referência**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor apurado até o bimestre**		**Saldo a realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1.429.091,02		(1.186.564,30)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	352.526,72		85.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor apurado até o bimestre**	**Limites constitucionais anuais**	
		% Mínimo a aplicar no exercício	**% Aplicado até o bimestre**
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	24.330.017,66	15%	30,26
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor apurado no Exercício Corrente**		
Total das Despesas/RCL (%)			
Entidades:			
Municipio de Realeza			

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2B4BFD60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 11 - DEMONSTR DA RECEITA DE ALIENACAO DE ATIVOS E APLIC DOS RECURSOS

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO	
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)	R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	707.000,00	0,00	707.000,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	367.000,00	0,00	367.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	326.000,00	0,00	326.000,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	14.000,00	0,00	14.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	732.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732.000,00
Despesas de Capital	732.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732.000,00
Investimentos	732.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (Ib – (IIf+ IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	-2.311,60	0,00	-2.311,60
Notas Explicativas			

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:7AE7E76E

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 2 - DEMONSTR DA EXECUCAO DAS DESP POR FUNCAO_SUBFUNCAO

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA											
PODER EXECUTIVO											
ESTADO DO PARANÁ											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A OUTUBRO 2025/BIMESTRAL SETEMBRO-OUTUBRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	66.978.000,00	109.025.292,90	11.608.294,00	54.256.918,79	96,44	54.768.374,11	9.883.435,67	42.032.882,96	95,45	66.992.409,94	12.224.035,83
LEGISLATIVA	1.628.000,00	1.628.000,00	165.059,88	827.043,36	1,47	800.956,64	165.059,88	827.043,36	1,88	800.956,64	0,00
Ação Legislativa	1.628.000,00	1.628.000,00	165.059,88	827.043,36	1,47	800.956,64	165.059,88	827.043,36	1,88	800.956,64	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Público no ProcessoJudiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	7.212.923,62	9.146.958,72	1.159.360,26	5.155.616,79	9,16	3.991.341,93	962.011,96	4.919.534,52	11,17	4.227.424,20	236.082,27
Planejamento e Orçamento	249.000,00	349.000,00	42.464,20	251.709,95	0,45	97.290,05	42.178,14	251.423,89	0,57	97.576,11	286,06
Administração Geral	3.863.000,00	5.234.436,48	520.790,88	2.872.892,23	5,11	2.361.544,25	434.886,70	2.761.377,51	6,27	2.473.058,97	111.514,72
Administração Financeira	1.552.000,00	2.032.000,00	448.884,52	1.376.681,03	2,45	655.318,97	330.485,85	1.258.282,36	2,86	773.717,64	118.398,67
Controle Interno	376.000,00	376.000,00	55.709,98	226.950,81	0,40	149.049,19	60.712,93	226.950,81	0,52	149.049,19	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	189.000,00	189.000,00	17.651,95	97.618,85	0,17	91.381,15	19.736,11	97.618,85	0,22	91.381,15	0,00
Administração de Receitas	531.000,00	789.598,62	63.144,04	262.519,28	0,47	527.079,34	64.397,54	257.736,46	0,59	531.862,16	4.782,82
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	452.923,62	176.923,62	10.714,69	67.244,64	0,12	109.678,98	9.614,69	66.144,64	0,15	110.778,98	1.100,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.034.000,00	15.042.764,91	467.090,80	4.089.059,19	7,27	10.953.705,72	435.483,01	3.982.994,49	9,04	11.059.770,42	106.064,70
Assistência ao Idoso	208.000,00	208.000,00	50,00	8.103,16	0,01	199.896,84	50,00	8.103,16	0,02	199.896,84	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	28.000,00	28.000,00	0,00	1.865,00	0,00	26.135,00	0,00	1.865,00	0,00	26.135,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
Assistência à Criança e ao Adolescente	419.000,00	3.256.471,60	153.240,80	170.957,09	0,30	3.085.514,51	140.425,51	158.141,80	0,36	3.098.329,80	12.815,29
Assistência Comunitária	3.379.000,00	11.550.293,31	313.800,00	3.908.133,94	6,95	7.642.159,37	295.007,50	3.814.884,53	8,66	7.735.408,78	93.249,41
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.841.000,00	5.841.000,00	725.462,39	3.523.713,98	6,26	2.317.286,02	725.462,39	3.523.646,83	8,00	2.317.353,17	67,15
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	5.841.000,00	5.841.000,00	725.462,39	3.523.713,98	6,26	2.317.286,02	725.462,39	3.523.646,83	8,00	2.317.353,17	67,15
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	17.685.625,18	21.999.232,00	3.143.264,58	12.533.720,73	22,28	9.465.511,27	3.255.794,63	12.330.743,02	28,00	9.668.488,98	202.977,71
Atenção Básica	15.077.739,75	19.278.949,30	2.965.686,12	11.839.467,62	21,04	7.439.481,68	3.046.510,73	11.688.777,90	26,54	7.590.171,40	150.689,72
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.312.923,62	1.402.923,62	114.465,10	443.549,44	0,79	959.374,18	150.370,54	395.461,45	0,90	1.007.462,17	48.087,99
Suporte Profilático e Terapêutico	432.961,81	432.961,81	26.997,71	88.969,87	0,16	343.991,94	26.997,71	88.969,87	0,20	343.991,94	0,00
Vigilância Sanitária	324.000,00	346.397,27	3.177,66	52.463,68	0,09	293.933,59	3.177,66	52.463,68	0,12	293.933,59	0,00
Vigilância Epidemiológica	538.000,00	538.000,00	32.937,99	109.270,12	0,19	428.729,88	28.737,99	105.070,12	0,24	432.929,88	4.200,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	14.309.923,62	14.997.706,56	2.307.918,50	9.185.197,26	16,33	5.812.509,30	2.174.104,07	8.835.628,19	20,06	6.162.078,37	349.569,07
Ensino Fundamental	10.400.923,62	10.790.305,00	1.941.738,46	6.630.666,94	11,79	4.159.638,06	1.816.060,24	6.452.118,31	14,65	4.338.186,69	178.548,63
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	811,58	3.710,08	0,01	21.289,92	1.275,34	3.594,14	0,01	21.405,86	115,94
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	180.000,00	180.000,00	17.437,38	65.691,62	0,12	114.308,38	16.393,92	56.741,05	0,13	123.258,95	8.950,57
Educação Infantil	2.857.000,00	2.925.401,56	227.949,43	1.784.164,92	3,17	1.141.236,64	216.436,98	1.730.876,12	3,93	1.194.525,44	53.288,80
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	366.000,00	446.000,00	0,00	315.775,39	0,56	130.224,61	52.629,22	263.146,17	0,60	182.853,83	52.629,22
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	481.000,00	631.000,00	119.981,65	385.188,31	0,68	245.811,69	71.308,37	329.152,40	0,75	301.847,60	56.035,91
CULTURA	1.079.923,62	1.779.923,62	303.553,23	529.849,88	0,94	1.250.073,74	42.063,01	268.359,66	0,61	1.511.563,96	261.490,22
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	1.079.923,62	1.779.923,62	303.553,23	529.849,88	0,94	1.250.073,74	42.063,01	268.359,66	0,61	1.511.563,96	261.490,22
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)**	**DESPESAS EMPENHADAS**			**SALDO (c) = (a-b)**	**DESPESAS LIQUIDAS**			**SALDO (e) = (a-d)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)**
			No Bimestre	**Até o Bimestre (b)**	**% (b/total b)**		**No Bimestre**	**Até o Bimestre (d)**	**% (d/total d)**		
URBANISMO	3.281.923,62	3.098.573,83	413.403,05	1.369.517,00	2,43	1.729.056,83	252.800,80	1.170.769,22	2,66	1.927.804,61	198.747,78
Infra-Estrutura Urbana	1.851.923,62	1.752.613,17	77.798,41	336.150,13	0,60	1.416.463,04	17.958,41	276.310,13	0,63	1.476.303,04	59.840,00
Serviços Urbanos	1.430.000,00	1.345.960,66	335.604,64	1.033.366,87	1,84	312.593,79	234.842,39	894.459,09	2,03	451.501,57	138.907,78
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	548.000,00	196.000,00	0,00	0,00	0,00	196.000,00	0,00	0,00	0,00	196.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	548.000,00	196.000,00	0,00	0,00	0,00	196.000,00	0,00	0,00	0,00	196.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	946.000,00	1.376.228,29	160.695,17	764.319,75	1,36	611.908,54	166.687,64	764.319,75	1,74	611.908,54	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	946.000,00	1.376.228,29	160.695,17	764.319,75	1,36	611.908,54	166.687,64	764.319,75	1,74	611.908,54	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	1.837.732,67	3.507.046,79	635.646,29	1.140.462,29	2,03	2.366.584,50	167.173,57	661.602,18	1,50	2.845.444,61	478.860,11
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	1.592.732,67	3.465.046,79	635.646,29	1.138.430,43	2,02	2.326.616,36	167.173,57	659.570,32	1,50	2.805.476,47	478.860,11
Defesa Agropecuária	245.000,00	42.000,00	0,00	2.031,86	0,00	39.968,14	0,00	2.031,86	0,00	39.968,14	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	1.116.000,00	1.022.000,00	37.184,82	146.325,96	0,26	875.674,04	37.184,82	146.325,96	0,33	875.674,04	0,00
Promoção Industrial	1.000.000,00	980.000,00	37.184,82	146.325,96	0,26	833.674,04	37.184,82	146.325,96	0,33	833.674,04	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	116.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	625.000,00	765.794,77	63.909,24	465.929,60	0,83	299.865,17	184.396,72	421.417,08	0,96	344.377,69	44.512,52
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	625.000,00	765.794,77	63.909,24	465.929,60	0,83	299.865,17	184.396,72	421.417,08	0,96	344.377,69	44.512,52
TRANSPORTE	4.784.000,00	26.627.222,64	1.836.390,70	13.486.813,84	23,97	13.140.408,80	1.072.688,89	3.181.571,13	7,22	23.445.651,51	10.305.242,71
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	4.784.000,00	25.422.637,66	1.836.390,70	13.486.813,84	23,97	11.935.823,82	1.072.688,89	3.181.571,13	7,22	22.241.066,53	10.305.242,71
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	1.204.584,98	0,00	0,00	0,00	1.204.584,98	0,00	0,00	0,00	1.204.584,98	0,00
DESPORTO E LAZER	974.885,43	864.885,43	48.285,07	463.210,80	0,82	401.674,63	78.514,77	454.716,57	1,03	410.168,86	8.494,23
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	974.885,43	864.885,43	48.285,07	463.210,80	0,82	401.674,63	78.514,77	454.716,57	1,03	410.168,86	8.494,23
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	823.000,00	881.893,10	141.070,02	576.138,36	1,02	305.754,74	164.009,51	544.211,00	1,24	337.682,10	31.927,36
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	823.000,00	881.893,10	141.070,02	576.138,36	1,02	305.754,74	164.009,51	544.211,00	1,24	337.682,10	31.927,36
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.062,24	250.062,24	0,00	0,00	0,00	250.062,24	0,00	0,00	0,00	250.062,24	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.424.000,00	3.651.000,00	406.708,38	2.003.170,74	3,56	1.647.829,26	406.708,38	2.003.170,74	4,55	1.647.829,26	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	70.402.000,00	112.676.292,90	12.015.002,38	56.260.089,53	100,00	56.416.203,37	10.290.144,05	44.036.053,70	100,00	68.640.239,20	12.224.035,83

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	3.424.000,00	3.651.000,00	406.708,38	2.003.170,74	3,47	1.647.829,26	406.708,38	2.003.170,74	4,38	1.647.829,26	0,00
LEGISLATIVA	130.000,00	130.000,00	8.541,78	42.966,25	0,07	87.033,75	8.541,78	42.966,25	0,09	87.033,75	0,00
Ação Legislativa	130.000,00	130.000,00	8.541,78	42.966,25	0,07	87.033,75	8.541,78	42.966,25	0,09	87.033,75	0,00
Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL A JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	447.000,00	437.000,00	44.507,37	242.499,31	0,42	194.500,69	44.507,37	242.499,31	0,53	194.500,69	0,00
Planejamento e Orçamento	25.000,00	45.000,00	4.521,98	27.540,15	0,05	17.459,85	4.521,98	27.540,15	0,06	17.459,85	0,00
Administração Geral	234.000,00	184.000,00	16.201,47	109.113,89	0,19	74.886,11	16.201,47	109.113,89	0,24	74.886,11	0,00
Administração Financeira	53.000,00	73.000,00	9.330,47	39.157,25	0,07	33.842,75	9.330,47	39.157,25	0,09	33.842,75	0,00
Controle Interno	38.000,00	38.000,00	6.206,10	24.821,99	0,04	13.178,01	6.206,10	24.821,99	0,05	13.178,01	0,00
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	15.000,00	15.000,00	1.249,30	8.751,61	0,02	6.248,39	1.249,30	8.751,61	0,02	6.248,39	0,00
Administração de Receitas	67.000,00	67.000,00	6.998,05	33.114,42	0,06	33.885,58	6.998,05	33.114,42	0,07	33.885,58	0,00
Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	98.000,00	138.000,00	16.389,55	80.123,49	0,14	57.876,51	16.389,55	80.123,49	0,18	57.876,51	0,00
Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	98.000,00	138.000,00	16.389,55	80.123,49	0,14	57.876,51	16.389,55	80.123,49	0,18	57.876,51	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	953.000,00	1.013.000,00	116.914,65	580.035,92	1,01	432.964,08	116.914,65	580.035,92	1,27	432.964,08	0,00
Atenção Básica	911.000,00	971.000,00	115.607,25	565.392,10	0,98	405.607,90	115.607,25	565.392,10	1,24	405.607,90	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	14.000,00	14.000,00	0,00	7.599,50	0,01	6.400,50	0,00	7.599,50	0,02	6.400,50	0,00
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	1.307,40	7.044,32	0,01	20.955,68	1.307,40	7.044,32	0,02	20.955,68	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	1.368.000,00	1.535.000,00	175.912,39	836.981,70	1,45	698.018,30	175.912,39	836.981,70	1,83	698.018,30	0,00
Ensino Fundamental	823.000,00	1.003.000,00	132.131,59	585.676,68	1,02	417.323,32	132.131,59	585.676,68	1,28	417.323,32	0,00
Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	539.000,00	526.000,00	43.780,80	251.305,02	0,44	274.694,98	43.780,80	251.305,02	0,55	274.694,98	0,00
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
URBANISMO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	16.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Saneamento Básico Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	16.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	90.000,00	75.000,00	5.755,02	28.318,50	0,05	46.681,50	5.755,02	28.318,50	0,06	46.681,50	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	75.000,00	75.000,00	5.755,02	28.318,50	0,05	46.681,50	5.755,02	28.318,50	0,06	46.681,50	0,00
Defesa Agropecuária	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	15.000,00	25.000,00	1.423,16	12.385,63	0,02	12.614,37	1.423,16	12.385,63	0,03	12.614,37	0,00
Promoção Industrial	15.000,00	25.000,00	1.423,16	12.385,63	0,02	12.614,37	1.423,16	12.385,63	0,03	12.614,37	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	223.000,00	213.000,00	37.264,46	179.859,94	0,31	33.140,06	37.264,46	179.859,94	0,39	33.140,06	0,00
Transporte Áereo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transporte Rodoviário	223.000,00	213.000,00	37.264,46	179.859,94	0,31	33.140,06	37.264,46	179.859,94	0,39	33.140,06	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:D9FE8101

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 9 - DEMONSTR DAS RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO E DESP DE CAPITAL

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º,			R$ 1,00
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO1 (I)	80.000,00	2.992.600,00	-2.912.600,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESA INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)**
DESPESAS DE CAPITAL	31.167.532,48	20.125.772,80	7.907.810,56	12.217.962,24	11.041.759,68
Investimentos	30.416.532,48	19.544.044,34	7.326.082,10	12.217.962,24	10.872.488,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	751.000,00	581.728,46	581.728,46	0,00	169.271,54
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por					
Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	31.167.532,48	20.125.772,80	7.907.810,56	12.217.962,24	11.041.759,68
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA					
REGRA DE OURO (III) = (II – I)	**31.087.532,48**	**17.133.172,80**	**0,00**	**0,00**	**13.954.359,68**

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:392232C5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 150/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO AZUL SEGUNDO AS RESOLUÇÕES SESA Nº 1.063/2025 E Nº1.357/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: FORMULA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA
CNPJ.: 01.304.124/0008-08
CONTRATADA: MATRIX X COMERCIAL LTDA
CNPJ.: 63.014.631/0001-80
CONTRATADA: RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA
CNPJ.: 20.290.311/0001-40

Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 26 de janeiro de 2026.

(a) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: FORMULA COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA
CNPJ.: 01.304.124/0008-08
VALOR: R$ **364.680,00** (Trezentos e Sessenta e Quatro Mil, Seiscentos e Oitenta Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **27/01/2026** à **26/01/2027.**
ASSINATURA: 27/01/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)ANTONIO BORDIN NETO
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca	Unid	Quan	Preço unit	Preço total
LOTE: 005 - Lote 005	1	75069	Veículo automotor do tipo pick-up utilitário cabine dupla, conforme edital, cor branca, zero quilômetro, ano/modelo 2025/2026, com quatro portas e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Possui cabine e carroceria para quatro ou cinco ocupantes, comprimento total mínimo de 4.420 mm, distância mínima entre eixos de 2.560 mm e largura mínima de 1.650 mm. O motor é dianteiro, com no mínimo três cilindros, potência máxima igual ou superior a 98 cv (com gasolina) e torque máximo igual ou superior a 13,2 kgf.m (com gasolina), aspiração natural ou por turbocompressor, abastecimento bicombustível (gasolina e/ou etanol) e tanque de combustível com capacidade mínima de 44 litros. Conta com transmissão manual de no mínimo cinco marchas à frente e uma à ré, direção elétrica, hidráulica ou eletro-hidráulica, e capacidade de carga útil mínima de 600 kg. O sistema de segurança inclui freios com sistema antibloqueio (ABS) nas quatro rodas, sistema de distribuição eletrônica de frenagem (EBD), airbags frontais para motorista e passageiro, alarme ou sistema antifurto, controle de estabilidade, controle de tração e assistente de partida em rampa. Dispõe ainda de banco do motorista com ajuste de altura, rádio FM e sistema GPS com quatro alto-falantes instalados, protetor de cárter. veículo deverá conter plotagem conforme padrão SESA	RENAULT OROCH	UN	3,00	121.560,00	364.680,00
TOTAL								364.680,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: MATRIX X COMERCIAL LTDA
CNPJ.: 63.014.631/0001-80
VALOR: R$ **609.800,00** (Seiscentos e Nove Mil e Oitocentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **27/01/2026** à **26/01/2027.**
ASSINATURA: 27/01/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LEANDRO SIMOES HABIB
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unid	Quan	Preço uni	Preço total
LOTE: 003 - Lote 003	1	75067	Veículo zero quilômetro tipo van com capacidade para 15 +1 lugares, ano/modelo não inferior a 2025, potência mínima de 120 cv, câmbio manual ou automático com no mínimo 5 marchas à frente e 1 à ré, direção hidráulica ou elétrica, cor branca, ar-condicionado quente e frio, vidros elétricos, porta lateral elétrica de correr com sistema de abrir e fechar, estribo lateral, câmera de ré e sensor de estacionamento, airbag e freios ABS, tração dianteira ou traseira, plotagem conforme padrão SESA.	RENAULT MASTER L2H2 VAN 15+1 2025-2026	UN	2,00	304.900,00	609.800,00
TOTAL								609.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01

CONTRATADA: RODO OESTE VEICULOS E PEÇAS LTDA
CNPJ.: 20.290.311/0001-40
VALOR: R$ **673.000,00** (Seiscentos e Setenta e Três Mil Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: De **27/01/2026** à **26/01/2027.**
ASSINATURA: 27/01/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)LUIZ FOGAÇA DE SOUZA
Representante

ITENS

ITENS								
Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Uni	Quan	Preço uni	Preço total
LOTE: 004 - Lote 004	1	75068	Veículo zero quilômetro ,Veículo zero quilômetro, com carroceria e chassi integrados), a capacidade de passageiros exigida é de, no mínimo, 34 (trinta e quatro) lugares no salão, mais 1 (um) motorista e 1 (um) auxiliar, totalizando 36 (trinta e seis), ano/modelo 2025/2026, potência mínima de 170 cv, sistema de iluminação com faróis, suspensão pneumática no eixo traseiro, sistema de ar-condicionado de teto com distribuição por dutos nos porta-pacotes, sistema de calefação com ar quente no salão de passageiros e desembaçador com ar quente para o para-brisa. Possui tanque de combustível com capacidade mínima de 150 litros, reservatório de ureia (ARLA 32) de no mínimo 16 litros, rodas e pneus originais de fábrica, com rodado duplo traseiro e simples dianteiro. Conta com direção hidráulica, assoalho em compensado naval revestido em vinil, sistema elétrico de 24V (duas baterias 12V/100Ah), tacógrafo digital, freio de serviço pneumático a tambor com atuação dianteira e traseira assistido eletronicamente (ABS) e freio de estacionamento pneumático atuando nas rodas traseiras. O para-brisa é inteiriço ou bipartido, janelas com vidros colados e porta de acesso lateral pantográfica com acionamento pneumático. O veículo dispõe de parede total de separação da cabine, tomada 12V no painel e tomadas USB nas poltronas, sirene de ré, poltrona do motorista com amortecimento pneumático, sanefa com tapa-sol ajustável, poltronas executivas reclináveis com largura mínima de 940 mm, revestidas em tecido automotivo na configuração 2x2, porta-pacotes com iluminação individual, luz de leitura, saídas de ar e alto-falantes. Equipado com cintos de segurança retráteis de dois pontos para passageiros e três pontos para motorista e auxiliar, sistema de entretenimento com rádio AM/FM, comprimento mínimo de 10.100 mm, altura interna mínima de 1.900 mm e largura externa mínima de 2.300 mm. Inclui geladeira elétrica padrão ônibus, peso bruto total (PBT) mínimo de 10.000 kg, cor branca com adesivagem e plotagem conforme modelo fornecido pela Prefeitura padrão SESA, câmera de ré, garantia mínima de 12 meses.	MARCOPOLO VOLARE FLY 10 EXECUTIVO	UN	1,00	673.000,00	673.000,00
TOTAL								673.000,00

Publicado por:
Carla Flaiane da Silva
Código Identificador:AB36B12F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 003/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - PR
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057
DECRETO N.º 003/2026

Súmula: Dispõe sobre o cancelamento de Restos a Pagar Processados já prescritos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, Sr. PEDRO TABORDA DESPLANCHES, no uso de suas atribuições legais, e que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, decreta:
DECRETO:
Art. 1º - Nos termos do Inciso I do §5° do artigo 206 da Lei 10406/2002 (Código Civil), ficam cancelados os Empenhos contabilizados como Restos a Pagar Processados e não pagos constante no anexo I desde Decreto.
Art. 2° - O cancelamento dos empenhos deverá ser contabilizado no mês de dezembro de 2025;
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo os efeitos a partir de 1º de dezembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de RIO BRANCO DO IVAÍ, em 06 de Janeiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

ANEXO I			
EMPENHO/ANO	DATA	VALOR	CREDOR
3039/2016	25/08/2016	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
3899/2016	31/10/2016	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
4109/2016	28/11/2016	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4314/2016	02/12/2016	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4385/2016	05/12/2016	0,01	MARÇAL & GARCIA LTDA
4549/2016	14/12/2016	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4701/2016	29/12/2016	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
358/2017	15/02/2017	0,01	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES-EPP
686/2017	08/03/2017	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
695/2017	08/03/2017	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
4046/2017	27/11/2017	0,01	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
4147/2017	30/11/2017	0,01	RODAP AUTO PECAS LTDA
4156/2017	30/11/2017	0,01	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
2378/2017	26/07/2017	0,02	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
3307/2017	25/09/2017	0,02	INSS - REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOC IAL
3866/2017	10/11/2017	0,02	DIARIO PUBLICAÇÕES OFICIAIS
320/2017	09/02/2017	0,10	CIRURGICA REAL - COM. HOSP E FARM. EIRELI
2602/2017	04/08/2017	0,10	DANIEL MARTINS DE OLIVEIRA & CIA LTDA - EPP
4506/2017	06/12/2017	0,20	SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA -ME
409/2019	15/02/2019	0,27	MARÇAL & GARCIA LTDA
3571/2017	23/10/2017	0,31	SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA -ME
3147/2017	14/09/2017	0,50	ETERSON GOMES 06104387942
2586/2018	31/07/2018	4,90	R. CANDIDO RAMOS MAT. PARA CONSTR. - ME
1343/2017	02/05/2017	5,58	CIRURGICA REAL - COM. HOSP E FARM. EIRELI
318/2019	31/01/2019	8,55	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRANSITO
4546/2017	08/12/2017	9,72	MARÇAL & GARCIA LTDA
4509/2017	06/12/2017	10,00	SUPERMERCADO RIO BRANCO LTDA -ME
4395/2018	04/12/2018	16,80	ELOTECH INFORMATICA E SISTEMAS S/C LTDA
1993/2012	31/08/2012	20,00	JULIANE LOPES DA SILBA ABREU
723/2017	10/03/2017	43,30	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
3155/2013	30/12/2013	47,80	P. H. RODRIGUES DA SILVA - VARIEDADES
62/2015	13/01/2015	56,11	ALEX FABIANO S. SILVEIRA CIA LTDA-ME
51/2018	11/01/2018	62,24	SANEPAR - COMP. DE SAN. DO PARANA
5/2011	03/01/2011	99,07	OI S.A
39/2011	03/01/2011	148,50	COPEL - DISTRIBUICAO S.A.
16/2017	05/01/2017	149,64	COPEL - DISTRIBUICAO S.A.
925/2014	14/04/2014	176,74	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
60/2019	10/01/2019	200,00	OI S.A
656/2015	07/04/2015	250,00	MAZIERO & OLIVEIRA LTDA - ME
3005/2018	31/08/2018	260,00	NITROTEC COM. DE PRODUTOS AGROP.LTDA
1522/2010	10/08/2010	325,60	BAUMANN, JAROSKEWICZ & CIA LTDA
14/2017	05/01/2017	368,18	OI S.A
79/2016	05/01/2016	600,00	CONS. DE SEG. ALIMENTAR E DESENV. LOCAL

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:407D87BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026

Ref. Pregão nº 170/2025 – Metalurgia – PA – 13.238/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa ANDRÉ F GRANDI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº 41.791.576/0001-00, com sede à Rua Luiz Bongiolo, nº269, Parque Industrial, Sala 01, CEP nº85877-000, fone nº(45)3565-2019, (45)99997-7171, email grandijair7@gmail.com, vendasgrandinox@gmail.com, na cidade de São Miguel do Iguaçú - PR, representada pelo Senhor ANDRÉ FELIPE GRANDI , mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais e Serviços de Metalurgia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 170/2025 devidamente homologado pelo Município em 20/01/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	MARCA
5	99	M2	1.500,00	70201	Confecção de cercado em tela alambrado 1 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com tubos de 2.1/2 chapa 16 com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	132,43	198.645,00	PROPRIA
5	100	M2	1.500,00	70202	Confecção de cercado em tela alambrado 1.1/2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com tubos de 2.1/2 chapa 16 com grapas, inclusive com material, instalação, fundo	124,64	186.960,00	PROPRIA

					preparador e pintura.			
5	101	M2	1.500,00	70203	Confecção de cercado em tela alambrado 2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com tubos de 2.1/2 chapa 16 com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	115,21	172.815,00	PROPRIA
5	102	M2	1.500,00	70204	Confecção de cercado em tela alambrado 2.1/2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com tubos de 2.1/2 chapa 16 com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	100,04	150.060,00	PROPRIA
5	103	M2	1.500,00	70205	Confecção de cercado em tela alambrado 3 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com tubos de 2.1/2 chapa 16 com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	94,30	141.450,00	PROPRIA
5	104	M2	1.500,00	70206	Confecção de cercado em tela alambrado 3.1/2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com tubos de 2.1/2 chapa 16 com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	92,66	138.990,00	PROPRIA
5	105	M2	50,00	70207	Confecção de portão simples em tela alambrado, 1 , fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com batente, ferrolho, porta cadeado com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	245,59	12.279,50	PROPRIA
5	106	M2	50,00	70208	Confecção de portão simples em tela alambrado, 1.1/2", fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com batente, ferrolho, porta cadeado com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	323,08	16.154,00	PROPRIA
5	107	M2	50,00	70209	Confecção de portão simples em tela alambrado, 2 , fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com batente, ferrolho, porta cadeado com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	314,06	15.703,00	PROPRIA
5	108	M2	50,00	70210	Confecção de portão simples em tela alambrado, 2.1/2 , fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com batente, ferrolho, porta cadeado com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	236,98	11.849,00	PROPRIA
5	109	M2	50,00	70211	Confecção de portão simples em tela alambrado, 3 , fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com batente, ferrolho, porta cadeado com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	221,81	11.090,50	PROPRIA
5	110	M2	50,00	70212	Confecção de portão simples em tela alambrado, 3.1/2 , fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, com batente, ferrolho, porta cadeado com grapas, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	218,12	10.906,00	PROPRIA
5	111	M2	1.000,00	70213	Confecção de cercado em tela alambrado 1 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, em tubos existentes in loco, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	138,99	138.990,00	PROPRIA
5	112	M2	1.000,00	70214	Confecção de cercado em tela alambrado 1.1/2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, em tubos existentes in loco, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	132,84	132.840,00	PROPRIA
5	113	M2	1.000,00	70215	Confecção de cercado em tela alambrado 2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, em tubos existentes in loco, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	126,28	126.280,00	PROPRIA
5	114	M2	1.000,00	70216	Confecção de cercado em tela alambrado 2.1/2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, em tubos existentes in loco, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	111,11	111.110,00	PROPRIA
5	115	M2	1.000,00	70217	Confecção de cercado em tela alambrado 3 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, em tubos existentes in loco, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	111,93	111.930,00	PROPRIA
5	116	M2	1.000,00	70218	Confecção de cercado em tela alambrado 3.1/2 fio 12, soldado em cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, em tubos existentes in loco, inclusive com material, instalação, fundo preparador e pintura.	111,94	111.940,00	PROPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
1 - Os vencedores da licitação assumem inteira responsabilidade pela qualidade dos materais e serviços prestados.
2 – Prestar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
3 - Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
4 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
5 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
6 - A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, afim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
7 - A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço. Caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
8 – Os produtos deverão obedecer as normas e padrão ABNT, INMETRO, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
9 -Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

10 -Se os produtos apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela **contratada**, sem ônus para a **administração**.

11 -Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens a serem utilizados no serviço, **não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento** devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

12 -Aceitar toda e qualquer fiscalização da **administração**, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital**.**

13 -A existência e atuação da fiscalização da **administração**, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **contratada**, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas conseqüências e implicações.

14 - A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, a ser entregue no local constante na Autorização de Fornecimento desta Prefeitura Municipal de Rolândia.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga -se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 1.799.992,00 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e dois reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado á confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.

As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA

O prazo de entrega dos itens será de no máximo 02 (dois) dias, para os lotes: 01 e 02 e 10 (dez) dias para os demais lotes, em local indicado pela Secretaria de Infraestrutura, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da Homologação, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 06 – Planejamento; 07 – Infra Estrutura; 17 – Serviços Públicos.

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
Para Outros Serviços: 33.90.30.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JÚRIDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 20 de janeiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***ANDRÉ F GRANDI LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
ÉDER JUNIOR EVANGELISTA	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretário Municipal Interino de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:257555E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026

Ref. Pregão nº 170/2025 – Metalurgia – PA – 13.238/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa PROMETAL CURITIBA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº44.498.589/0001-75, com sede à Rua João Chede, nº3205, Cidade Industrial, CEP nº81.170-220, fone nº(41)3146-5868, (41)99763-2620, (44)99801-7390, email prometalcuritiba.licitacoes@hotmail.com, prometalterraboa@gmail.com, na cidade de Curitiba - PR, representada pelo Senhor ANDRÉ DE MATTOS GANDRA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais e Serviços de Metalurgia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 170/2025 devidamente homologado pelo Município em 20/01/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	MARCA
1	1	BRR	60,00	58705	Cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8 com 6 metros	56,46	3.387,60	PROPRIA
1	2	BRR	60,00	58706	Cantoneira de abas iguais 1.1/4 x 1/8 com 6 metros	95,98	5.758,80	PROPRIA
1	3	BRR	60,00	58707	Cantoneira de abas iguais 1.1/2 x 1/8 com 6 metros	121,11	7.266,60	PROPRIA
1	4	BRR	60,00	58708	Cantoneira de abas iguais 1/8 x2" com 6 metros	164,64	9.878,40	PROPRIA
1	5	BRR	125,00	58709	Cantoneira de abas iguais 1 x 3/16 com 6 metros	118,22	14.777,50	PROPRIA
1	6	BRR	60,00	58710	Cantoneira de abas iguais 2 x 3/16 com 6 metros	235,43	14.125,80	PROPRIA
1	7	BRR	50,00	58711	Cantoneira de abas iguais 1.1/2 x 1/4 com 6 metros	235,62	11.781,00	PROPRIA
1	8	BRR	50,00	58712	Barra de tubo redondo de 3/4" com a espessura de 1,20 mm com 6 metros	41,13	2.056,50	PROPRIA
1	9	BRR	50,00	58713	Barra de tubo redondo de 1" com espessura de 1,20 mm com 6 metros	56,70	2.835,00	PROPRIA
1	10	BRR	130,00	58714	Barra de tubo redondo de 1.1/2" com espessura de 2,00 mm com 6 metros	132,00	17.160,00	PROPRIA
1	11	BRR	300,00	63253	Barra de tubo redondo de 2" com espessura de 2,00 mm com 6 metros	186,91	56.073,00	PROPRIA
1	12	BRR	100,00	58716	Barra de tubo redondo de 2.1/2" com espessura de 2,00 mm com 6 metros	227,20	22.720,00	PROPRIA
1	13	BRR	50,00	63254	Barra de tubo redondo de 3" com espessura de 2,00 mm com 6 metros	264,24	13.212,00	PROPRIA
1	14	BRR	200,00	58718	Barra de tubo redondo de 4" com espessura de 2,00 mm com 6 metros	334,20	66.840,00	PROPRIA
1	15	BRR	200,00	58719	Barra retangular 30X20 espessura de 1,20 mm com 6 metros	74,91	14.982,00	PROPRIA
1	16	BRR	100,00	58720	Barra retangular 40x30 com espessura de 1,20 mm com 6 metros	101,15	10.115,00	PROPRIA
1	17	BRR	200,00	58721	Barra quadrada 20x20 com espessura de 1,20 mm com 6 metros	60,11	12.022,00	PROPRIA
1	18	BRR	200,00	58722	Barra quadrada 30x30 com espessura de 1,20 mm com 6 metros	91,02	18.204,00	PROPRIA
1	19	BRR	100,00	58723	Barra quadrada 15x15 com espessura de 1,2mm com 6 metros	44,73	4.473,00	PROPRIA
1	20	BRR	100,00	58724	Barra quadrada de 50x50 com espessura de 1,20mm com 6 metros	157,60	15.760,00	PROPRIA
1	21	BRR	100,00	58725	Barra Redondo mecânico 1/2" com 6 metros	83,01	8.301,00	PROPRIA
1	22	BRR	300,00	58726	Barra de Ferro Mecânica 1/4 com 6 metros	18,91	5.673,00	PROPRIA
1	23	BRR	100,00	58727	Barra de Ferro Mecânica 3/8 com 6 metros	41,83	4.183,00	PROPRIA
1	24	BRR	100,00	58728	Barra de Ferro Mecânica 5/8 com 6 metros	110,15	11.015,00	PROPRIA
1	25	BRR	100,00	58729	Barra de Ferro Mecânica 1" com 6 metros	286,50	28.650,00	PROPRIA
1	26	BRR	100,00	58730	Barra chata de 1/8 x 1/2" com 6 metros	21,18	2.118,00	PROPRIA
1	27	BRR	50,00	58731	Barra chata de 1/8 x 1" com 6 metros	45,22	2.261,00	PROPRIA
1	28	BRR	50,00	58732	Barra chata de 1/8 x 1.1/2" com 6 metros	67,20	3.360,00	PROPRIA
1	29	BRR	50,00	58733	Barra chata de 1/8 x 2" com 6 metros	89,03	4.451,50	PROPRIA
1	30	BRR	50,00	58734	Barra chata de 1/4 x 1/2" com 6 metros	42,85	2.142,50	PROPRIA
1	31	BRR	50,00	58735	Barra chata de 1/4 x 2" com 6 metros	150,41	7.520,50	PROPRIA
1	32	BRR	50,00	58736	Barra chata de 3/8 x 1.1/2" com 6 metros	177,91	8.895,50	PROPRIA
1	33	BRR	50,00	58737	Barra chata de 3/8 x 3" com 6 metros	396,96	19.848,00	PROPRIA
1	34	BRR	50,00	58738	Barra chata de 3/8 x 4" com 6 metros	497,70	24.885,00	PROPRIA
1	35	chp	25,00	71321	Chapa para piso (xadrez) 1/8" com espessura de 3,00 mm - tam 1200 x 3000mm	1.224,09	30.602,25	PROPRIA
1	36	chp	25,00	58740	Chapa lisa 1200x3000mm com espessura de 2,65 mm	1.080,32	27.008,00	PROPRIA
1	37	chp	25,00	71322	Chapa lisa 1200x3000mm com espessura de 0,90 mm	346,51	8.662,75	PROPRIA
1	38	BRR	100,00	71323	Barra de viga U de 50x25mm de dimensões e 2,00 mm de espessura com 6 metros	102,30	10.230,00	PROPRIA
1	39	BRR	300,00	71324	Barra de viga U de 75x38mm de dimensões e 2,65 mm de espessura com 6 metros	220,48	66.144,00	PROPRIA
1	40	BRR	300,00	71325	Barra de viga U de 100x40mm de dimesões e 2,65 mm de espessura com 6 metros	275,33	82.599,00	PROPRIA
1	41	BRR	200,00	58746	Gonzo pinos de ferro cilindricos para dobradiças 1/2"	5,25	1.050,00	PROPRIA
1	42	BRR	200,00	58747	Gonzo pinos de ferro cilindricos para dobradiças 5/8"	7,60	1.520,00	PROPRIA
1	43	BRR	200,00	58748	Gonzo pinos de ferro cilindricos para dobradiças 3/4"	11,04	2.208,00	PROPRIA
1	44	BRR	200,00	58749	Gonzo pinos de ferro cilindricos para dobradiças 7/8"	12,82	2.564,00	PROPRIA
1	45	BRR	200,00	58750	Gonzo pinos de ferro cilindricos para dobradiças 1"	20,08	4.016,00	PROPRIA
1	46	BRR	30,00	71326	Perfil dobrado cadeirinha - 30x30x1200x3000mm	99,09	2.972,70	PROPRIA
1	47	BRR	30,00	58752	Perfil T 2,5x2,5 Barra com 3 metros	82,81	2.484,30	PROPRIA
1	48	BRR	30,00	58753	Perfil T 3/4 por 1/8 laminado Barra com 6 metros	140,19	4.205,70	PROPRIA
1	49	BRR	30,00	58754	Trilho Stanley 55x50mm Barra com 3 metros	143,78	4.313,40	PROPRIA
1	50	BRR	30,00	58755	Trilho G 50x45mm para porta de correr, barra com 3 metros	161,28	4.838,40	PROPRIA
1	51	BRR	20,00	58756	Barra Batedor de portão 35mm barra de 3 metros	83,25	1.665,00	PROPRIA
1	52	BRR	20,00	58757	Barra Batedor de portão 45mm barra de 3 metros	99,75	1.995,00	PROPRIA
1	53	BRR	20,00	58758	Barra Batedor de portão 55mm barra de 3 metros	121,63	2.432,60	PROPRIA
1	54	und	50,00	58759	Roldaina Galvanizada para portão 2"	29,89	1.494,50	PROPRIA
1	55	und	100,00	58760	Roldaina Galvanizada para portão 2,5"	37,47	3.747,00	PROPRIA
1	56	und	30,00	58761	Roldaina Galvanizada para portão 4"	80,14	2.404,20	PROPRIA
1	57	und	100,00	58762	Roldaina Galvanizada com Caixa para portão 2"	77,38	7.738,00	PROPRIA
1	58	und	100,00	58763	Roldaina Galvanizada com Caixa para portão 2,5"	73,29	7.329,00	PROPRIA
1	59	und	30,00	58764	Roldaina Galvanizada com Caixa para portão 4"	112,60	3.378,00	PROPRIA
1	60	und	100,00	70174	BARRA ROSCADA 3/16 ZINCADA	5,37	537,00	PROPRIA
1	61	und	100,00	70175	BARRA ROSCADA ZINCADA 1/4	6,42	642,00	PROPRIA
1	62	und	100,00	70176	BARRA ROSCADA ZINCADA 5/16	9,75	975,00	PROPRIA
1	63	und	100,00	70177	BARRA ROSCADA ZINCADA 7/16	14,27	1.427,00	PROPRIA
1	64	und	100,00	70178	BARRA ROSCADA ZINCADA 3/8 NC	12,26	1.226,00	PROPRIA
1	65	und	50,00	70179	BARRA ROSCADA ZINCADA 1/2 12 FIOS	24,00	1.200,00	PROPRIA
1	66	und	50,00	70180	BARRA ROSCADA ZINCADA 1/2 13 FIOS	24,92	1.246,00	PROPRIA
1	67	und	50,00	70181	BARRA ROSCADA ZINCADA 5/8	38,31	1.915,50	PROPRIA
1	68	und	50,00	70182	BARRA ROSCADA ZINCADA 3/4	53,57	2.678,50	PROPRIA
1	69	und	50,00	70183	BARRA ROSCADA ZINCADA 7/8	71,47	3.573,50	PROPRIA
1	70	und	50,00	70184	BARRA ROSCADA ZINCADA 1	105,92	5.296,00	PROPRIA
1	71	und	50,00	70185	BARRA ROSCADA ZINCADA 5MM	7,81	390,50	PROPRIA
1	72	und	50,00	70186	BARRA ROSCADA 6MM ZINCADA	5,77	288,50	PROPRIA
1	73	und	50,00	70187	BARRA ROSCADA 8MM ZINCADA	9,02	451,00	PROPRIA
1	74	und	50,00	70188	BARRA ROSCADA ZINCADA 10MM	12,44	622,00	PROPRIA
1	75	und	50,00	70189	BARRA ROSCADA ZINCADA 12MM	21,87	1.093,50	PROPRIA
1	76	und	300,00	70190	DISCO DE CORTE 178MM X 1,6MM X 22,23MM	9,86	2.958,00	PROPRIA
1	77	und	300,00	70191	DISCO DE CORTE 300MM X 3,2MM X 25,4MM	36,44	10.932,00	PROPRIA
1	78	und	200,00	70192	DISCO DE DESBASTE 180MM X 6,4MM X 22,23MM	44,05	8.810,00	PROPRIA
1	79	und	100,00	70193	DISCO DE FLAP 180MM X 22,23MM	33,73	3.373,00	PROPRIA
1	80	und	200,00	70194	DISCO DE CORTE ESMERILHADEIRA PEQUENA 115mm 4.1/2"x22,2mm	8,78	1.756,00	PROPRIA
1	81	und	50,00	70195	DISCO DE DESBASTE ESMERILHADEIRA PEQUENA 114,3x6,0x22,2mm	19,67	983,50	PROPRIA
1	82	und	100,00	70196	DISCO DE FLAP ESMERILHADEIRA PEQUENA 15x22,2mm	19,58	1.958,00	PROPRIA
1	83	und	200,00	70197	DISCO DE CORTE ESMERILHADEIRA GRANDE 7" 178x1,6x22,2mm	17,70	3.540,00	PROPRIA

1	84	und	100,00	70198	DISCO DE DESBASTE ESMERILHADEIRA GRANDE 7" 177,8x6x22,2mm	25,28	2.528,00	PROPRIA
1	85	und	100,00	70199	DISCO DE FLAP ESMERILHADEIRA GRANDE 180x22,2mm (7"x7/8")	31,62	3.162,00	PROPRIA
1	86	und	100,00	70200	DISCO DE CORTE POLICORTE 355,6x3,2x25,4mm	41,40	4.140,00	PROPRIA
1	87	KG	100,00	70227	Arame galvanizado para cercamento fio 8	15,92	1.592,00	PROPRIA
1	88	KG	100,00	70228	Arame galvanizado para cercamento fio 10	16,95	1.695,00	PROPRIA
1	89	KG	100,00	70229	Arame galvanizado para cercamento fio 12	17,70	1.770,00	PROPRIA
1	90	und	10,00	63272	Roldana com suporte tipo TRUCK 4U para trilho redondo.	290,65	2.906,50	PROPRIA
2	91	M2	4.000,00	63256	Telha galvanizada trapezoidal/ondulada e = 0,43mm, com material, mão-de-obra, içamento, transporte e instalação. (incluso insumos, parafusos, acessórios e outros)	97,25	389.000,00	PROPRIA
3	92	M2	500,00	70219	Chapa em policarbonato compacto cristal de 3mm - incluso perfil de alumino, borracha de vedação e parafusos para fixação - Material e instalação	457,77	228.885,00	PROPRIA
3	93	M2	500,00	70220	Chapa em policarbonato compacto cristal de 6mm - incluso perfil de alumino, borracha de vedação e parafusos para fixação - Material e instalação	915,23	457.615,00	PROPRIA
3	94	Mli	10.000,00	71327	Concertina simples 30cm de diâmetro, em aço galvanizado, clipada em dois esticadores de arame galvanizado fio 8 de forma perpendicular ao comprimento da barreira, dispostos no máximo a cada 200mm na parte superior e inferior. Instalação com suporte metálico de 65 cm de comprimento galvanizado maciço 1/2", chumbado com distância máxima entre suportes de 100cm e profundidade de 15cm dentro da base de suporte com adesivo de epoxi (ref. Sikadur, Compound) - Incluso Instalação.	113,76	1.137.600,00	PROPRIA
3	95	Mli	10.000,00	71328	Concertina simples 45cm de diâmetro, em aço galvanizado, clipada em em dois esticadores de arame galvanizado fio 8 de forma perpendicular ao comprimento da barreira, dispostos no máximo a cada 200mm na parte superior e inferior.Instalação com suporte metálico de 65 cm de comprimento galvanizado maciço 1/2", chumbado com distância máxima entre suportes de 100cm e profundidade de 15cm dentro da base de suporte com adesivo de epoxi (ref. Sikadur, Compound) - Incluso Instalação.	137,59	1.375.900,00	PROPRIA
4	96	M2	3.000,00	63255	Cobertura metálica galvalume trapezoidal termoacústica e = 30 mm com EPS, TR 40 0,43mm em ambas as faces, com material, mão-de-obra, içamento, transporte e instalação. (incluso insumos, parafusos, acessórios e outros)	369,12	1.107.360,00	PROPRIA
4	97	M2	3.000,00	70221	Remoção de telhado antigo, reparação de estrutura de madeira existente e instalação de Telha metálica galvalume trapezoidal termoacústica e = 30 mm com EPS, TR 40 0,43mm em ambas as faces, com material, mão-de-obra, içamento, transporte e instalação. (incluso insumos, parafusos, acessórios e outros)	183,10	549.300,00	PROPRIA
4	98	M2	6.000,00	63268	Remoção de telhado antigo, reparação de estrutura de madeira existente e instalação de Telha metálica galvalume e=0,43mm, incluso todos os insumos, acessórios e demais materiais necessários para exceção do serviço.	138,89	833.340,00	PROPRIA
6	117	M2	30,00	58773	Confecção de vitravax basculante reforçado em perfil 50x30 chapa 16 cantoneira e tee 7/8 com partes fixas e basculantes com grapas inclusive com material e instalação.	855,64	25.669,20	PROPRIA
6	118	M2	40,00	58774	Confecção de vitravax basculante em cantoneira 3/4x1/8etee 3/4 com grapas inclusive com material e instalação.	777,53	31.101,20	PROPRIA
6	119	M2	40,00	58775	Confecção de vitravax de correr/porta em tubo 50 e perfil 25 inclusive com material e instalação.	938,24	37.529,60	PROPRIA
7	120	Mli	2.000,00	67279	Fabricação e instalação de calhas e rufos, aço galvanizado nº 24, corte até 0,50m, com emendas soldadas e vedações com P.U (poliuretano).	82,16	164.320,00	PROPRIA
7	121	Mli	2.000,00	67280	Fabricação e instalação de calhas e rufos, aço galvanizado nº 24, corte de 0,51 – 0,70m, com emendas soldadas e vedações com P.U (poliuretano).	103,20	206.400,00	PROPRIA
7	122	Mli	1.000,00	67281	Fabricação e instalação de calhas e rufos, aço galvanizado nº 24, corte de 0,71 – 0,90m, com emendas soldadas e vedações com P.U (poliuretano).	125,53	125.530,00	PROPRIA
7	123	Mli	1.000,00	67282	Fabricação e instalação de calhas e rufos, aço galvanizado nº 24, corte de 0,91 – 1,10m, com emendas soldadas e vedações com P.U (poliuretano).	158,10	158.100,00	PROPRIA
7	124	Mli	300,00	67283	Fabricação e instalação de condutores para calhas, aço galvanizado nº 24 área de secção transversal até 50cm2 com emendas soldadas e vedações com P.U (poliuretano).	94,41	28.323,00	PROPRIA
7	125	Mli	300,00	67284	Fabricação e instalação de condutores para calhas, aço galvanizado nº 24 área de secção transversal de 51 - 100cm2 com emendas soldadas e vedações com P.U (poliuretano).	108,96	32.688,00	PROPRIA
7	126	Mli	300,00	67285	Fabricação e instalação de condutores para calhas, aço galvanizado nº 24 área de secção transversal de 101 - 150cm2 com emendas soldadas e vedações com P.U (poliuretano).	138,79	41.637,00	PROPRIA
8	127	und	500,00	58765	Boca lobo ferro maciço ¾ e cantoneira 11/2 x 3/16 super reforçada inclusive com material e confecção.	846,16	423.080,00	PROPRIA
8	128	M2	200,00	58768	Confecção de grelha para canaleta dagua em cantoneira 3/4x1/8 e ferro maciço 3/8 com batente cantoneira 1x3/16 abertura 25mm inclusive com material e instalação.	334,60	66.920,00	PROPRIA
9	129	M2	40,00	58769	Confecção de porta de proteção em cantoneira 1x3/16 e ferro maciço 1/4x1/2 com batente 1 1/4x3/16 ferrolho interno superior e inferior com porta cadeados - abertura 125x300mm inclusive com material e instalação.	502,97	20.118,80	PROPRIA
9	130	M2	60,00	58770	Confecção de porta reforçada de correr em tubo 50x30 chapa 16, pergil g. Chapa 16, rodizio 1 1/4 e chapa painel 18 + fechadura inclusive com material com instalação.	825,14	49.508,40	PROPRIA
9	131	M2	50,00	63262	Fabricação e instalação de porta de abrir de 1 folha, tipo veneziana ventilada reforçada, completa com acessórios, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	940,68	47.034,00	PROPRIA
9	132	M2	150,00	63263	Fabricação e instalação de porta de abrir de 1 folha, em alumínio linha 25 mm reforçado, do tipo veneziana, cor a ser definida.	848,07	127.210,50	PROPRIA
9	133	und	100,00	63264	Conjunto de 02 batentes com parafusos e acessórios para instalação para porta de alumínio em divisórias de granito, medindo 1,80 m de altura.	331,06	33.106,00	PROPRIA
9	134	und	100,00	67274	Fechadura para banheiro e acessórios para instalação em porta de alumínio, do tipo livre/ocupado, cromada.	73,12	7.312,00	PROPRIA
9	135	M2	300,00	63266	Fabricação e instalação de estrutura com tela mosquiteira removível de aço galvanizado e esquadrias de alumínio fixa, com acessórios.	398,95	119.685,00	PROPRIA
9	136	M2	300,00	63267	Substituição de tela mosquiteira removível de aço galvanizado e esquadrias de alumínio, incluso materiais e acessórios.	216,75	65.025,00	PROPRIA
10	137	M2	60,00	58771	Confecção de portão fechado em chapa painel 18 e tubo 50x30 chapa 18 , trilho maciço 1/2, guia e ratente u2 chapa 12 com grapas inclusive com material e instalação.	555,90	33.354,00	PROPRIA
10	138	M2	300,00	63259	Fabricação e instalação de grades de proteção reforçada confeccionada com tubo 30 x 40, 1,20 mm, para ferragens horizontais - barra chata de 1" x 1/8" - e barra quadrada 3/8" para barras verticais. Processo de soldagem MIG, aplicação de fundo primer, acabamento em pintura esmalte sintético com duas demãos de tinta (cor a ser definida pela administração). Quadriculado 150 x 150 mm., com barras chatas 1" x 1/8" na horizontal com furos quadrados ao centro, para que as todas barras (quadradas) passem por elas no sentido vertical. Incluso Instalação (com fornecimento de material necessário).	462,00	138.600,00	PROPRIA
10	139	M2	1.000,00	70230	Fabricação e instalação de gradil, confeccionado com arame de aço 5 mm pelo processo de eletrofusão, sendo posteriormente revestido com uma camada protetiva de poliéster aplicado eletrostaticamente, malhas 5,00 x 20,00 cm, com pilares de 60,00 x 40,00 mm, parede 2,00 mm com seus devidos fixadores, realizada em estrutura que compõem estacas com diametro de 250mm a cada 2,5m, duas fiadas de bloco de concreto sendo as duas fiadas inteiramente grauteada, graute com resistência de 25 mpa.	421,98	421.980,00	PROPRIA
10	140	M2	500,00	70231	Fabricação e instalação de gradil, confeccionado com arame de aço 5 mm pelo processo de eletrofusão, sendo posteriormente revestido com uma camada protetiva de poliéster aplicado eletrostaticamente, malhas 5,00 x 20,00 cm, instalação realizada na estrutura existente in loco.	409,49	204.745,00	PROPRIA
10	141	M2	100,00	63286	Fabricação e instalação de portão de giro com colunas laterais 100,00 x100,00 mm, parede 2,00 mm montantes e travessa central em tudo 60,00 x 40,00, parede 1,50 mm, com gradil em arame de aço 5 mm pelo processo de eletrofusão, sendo posteriormente revestido com uma camada protetiva de poliéster aplicado eletrostaticamente, malhas 5,00 x 20,00 cm.	674,95	67.495,00	PROPRIA

10	142	M2	300,00	63287	Fabricação e instalação de portão de correr com colunas laterais 100,00 x100,00 mm, parede 2,00 mm montantes e travessa central em tudo 100,00 x 50,00, parede 2,00 mm, com gradil em arame de aço 5 mm pelo processo de eletrofusão, sendo posteriormente revestido com uma camada protetiva de poliéster aplicado eletrostaticamente, malhas 5,00 x 20,00 cm, vigas em concreto armado com resistência compatível com tráfego de veículos pesados de carga, trilho em ferro redondo 3/4"	702,94	210.882,00	PROPRIA
10	143	Mli	20,00	67287	Fornecimento e instalação de barra antipânico em porta de aço uma folha, confeccionada em aço, duplo mecanismo om abertura pelo lado externo através de chave, abertura de dentro para fora padrão ABNT / NBR.	790,64	15.812,80	PROPRIA
10	144	Mli	40,00	67288	Fornecimento e instalação de barra antipânico em porta de aço duas folhas, confeccionada em aço, duplo mecanismo om abertura pelo lado externo através de chave, abertura de dentro para fora padrão ABNT / NBR.	940,83	37.633,20	PROPRIA
10	145	M2	1.000,00	70232	Fabricação e instalação de grade confeccionado com aço 19,05 x 3,18 mm na vertical, aço redondo 6,34 mm na horizontal. Barras verticais com furos centrais para passagem dos ferros horizontais por dentro, formando vãos máximos de 50,00 x 100,00 mm. Pilares metálicos no máximo a cada 2,50 m sendo 50,00 x 100,00 mm parede 2,00 mm, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	548,04	548.040,00	PROPRIA
10	146	M2	100,00	63291	Fabricação e instalação de portão de giro confeccionado com aço 19,05 x 3,18 mm na vertical, aço redondo 6,34 mm na horizontal. Barras verticais com furos centrais para passagem dos ferros horizontais por dentro, formando vãos máximos de 50,00 x 100,00 mm. Montante metálico 40,00 x 80,00 x 1,50 mm preparado para receber fechadura eletrônica, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	681,80	68.180,00	PROPRIA
10	147	M2	300,00	63292	Fabricação e instalação de portão de correr confeccionado com aço 19,05 x 3,18 mm na vertical, aço redondo 6,34 mm na horizontal. Barras verticais com furos centrais para passagem dos ferros horizontais por dentro, formando vãos máximos de 50,00 x 100,00 mm. Montante metálico 40,00 x 80,00 x 2,00 mm com trincos e porta cadeados, roldanas de 4", completo com todos os acessórios, preparados para receber sistema de automatização, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	681,81	204.543,00	PROPRIA
10	148	M2	1.000,00	70233	Fabricação e instalação de grade confeccionado com tubo de aço redondo 38,10 x 1,50 mm na vertical, travessas horizontais em tubo de aço quadrado 50,00 x 50,00 x 1,50 mm. Espaçamento máximo de 100,00 mm. Pilares metálicos no máximo a cada 2,50 m sendo 50,00 x 100,00 mm parede 2,00 mm, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	610,21	610.210,00	PROPRIA
10	149	M2	100,00	63294	Fabricação e instalação de portão de giro confeccionado com com tubo de aço redondo 38,10 x 1,50 mm na vertical, travessas horizontais em tubo de aço quadrado 50,00 x 50,00 x 1,50 mm. Espaçamento máximo de 100,00 mm. Montante metálico 40,00 x 80,00 x 1,50 mm preparado para receber fechadura eletrônica, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	716,85	71.685,00	PROPRIA
10	150	M2	300,00	63295	Fabricação e instalação de portão de correr confeccionado com tubo de aço redondo 38,10 x 1,50 mm na vertical, travessas horizontais em tubo de aço quadrado 50,00 x 50,00 x 1,50 mm. Espaçamento máximo de 100,00 mm. Montante metálico 40,00 x 80,00 x 2,00 mm com trincos e porta cadeados, roldanas de 4", completo com todos os acessórios, preparados para receber sistema de automatização, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	764,60	229.380,00	PROPRIA
10	151	M2	1.000,00	70234	Fabricação e instalação de grade confeccionado com tubo de aço quadrado 40,00 x 40,00 1,50 mm na vertical, travessas horizontais em tubo de aço quadrado 60,00 x 40,00 x 1,50 mm. Espaçamento máximo de 100,00 mm. Pilares metálicos no máximo a cada 2,50 m sendo 50,00 x 100,00 mm parede 2,00 mm, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	712,98	712.980,00	PROPRIA
10	152	M2	100,00	63297	Fabricação e instalação de portão de giro confeccionado com com tubo de aço quadrado 40,00 x 40,00 1,50 mm na vertical, travessas horizontais em tubo de aço quadrado 60,00 x 40,00 x 1,50 mm. Espaçamento máximo de 100,00 mm. Montante metálico 40,00 x 80,00 x 1,50 mm preparado para receber fechadura eletrônica, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	807,09	80.709,00	PROPRIA
10	153	M2	300,00	63298	Fabricação e instalação de portão de correr confeccionado com tubo de aço quadrado 40,00 x 40,00 1,50 mm na vertical, travessas horizontais em tubo de aço quadrado 60,00 x 40,00 x 1,50 mm. Espaçamento máximo de 100,00 mm. Montante metálico 40,00 x 80,00 x 2,00 mm com trincos e porta cadeados, roldanas de 4", completo com todos os acessórios, preparados para receber sistema de automatização, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	812,57	243.771,00	PROPRIA
15	164	M2	300,00	70237	Fabricação e instalação de placa de ACM com proteção a intempérie, Incluso perfil e acessórios para fixação das chapas, cor a ser definida.	631,63	189.489,00	PROPRIA
15	165	M2	200,00	70238	Fabricação e instalação brise em formato de gradil confeccionado com barras verticais 20x20x1,2mm espaçamento de 20mm, barras horizontais retangulares 30x20x1,2mm, fixado em fachada, pintura com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético e duas demãos de tinta, com a cor a ser definida. (Material e instalação, incluso acessórios).	1.110,92	222.184,00	PROPRIA
15	166	M2	30,00	70239	Fabricação e instalação de portão de giro para brise em formato de gradil confeccionado com barras verticais 20x20x1,2mm espaçamento de 20mm, barras horizontais retangulares 30x20x1,2mm, fixado em fachada, fecho trinco para cadeado e dobradiças, pintura com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético e duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	1.277,56	38.326,80	PROPRIA
16	167	HRS	7.000,00	71330	Serviço de serralheria em geral (inclusive com pintura de fundo) para itens não especificados anteriormente (município fornecerá somente ferragens).	91,00	637.000,00	PROPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;

Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;

Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

1 - Os vencedores da licitação assumem inteira responsabilidade pela qualidade dos materais e serviços prestados.

2 – Prestar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.

3 - Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.

4 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.

5 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
6 - A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, afim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
7 - A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço. Caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
8 – Os produtos deverão obedecer as normas e padrão ABNT, INMETRO, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
9 -Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

10 -Se os produtos apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela **contratada**, sem ônus para a **administração**.

11 -Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens a serem utilizados no serviço, **não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento** devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

12 -Aceitar toda e qualquer fiscalização da **administração**, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital**.**

13 -A existência e atuação da fiscalização da **administração**, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **contratada**, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas conseqüências e implicações.

14 - A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, a ser entregue no local constante na Autorização de Fornecimento desta Prefeitura Municipal de Rolândia.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 13.696.297,50 (treze milhões, seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado á confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.
O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.
PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.
PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.
PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;

• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.

Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA
O prazo de entrega dos itens será de no máximo 02 (dois) dias, para os lotes: 01 e 02 e 10 (dez) dias para os demais lotes, em local indicado pela Secretaria de Infraestrutura, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da Homologação, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 06 – Planejamento; 07 – Infra Estrutura; 17 – Serviços Públicos.

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
Para Outros Serviços: 33.90.30.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JÚRIDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 20 de janeiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***PROMETAL CURITIBA LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
ÉDER JUNIOR EVANGELISTA	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretário Municipal Interino de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:ABEC0786

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

Ref. Pregão nº 170/2025 – Metalurgia – PA – 13.238/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa RPS SPOOL SERVICE – FABRICAÇÃO E REFORMA INDUSTRIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº33.099.745/0001-09, com sede na Avenida Doutor Antonio de Souza Netto, nº567, Barracão 585, Bairro Aparecidinha, CEP nº18.087-210, fone nº(11)5023-0177, (11)5023-0179, email contratos@br4licitacoes.com, adm@rpsindustrias.com.br, cadastro@br4licitacoes.com, na cidade de Sorocaba - SP, representada pelo Senhor ADEMAR ALVES ROCHA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais e Serviços de Metalurgia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 170/2025 devidamente homologado pelo Município em 20/01/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	MARCA
11	154	Mli	300,00	63260	Fabricação e instalação de Guarda-Corpo de proteção periférica com altura entre 1,05 m e 1,20 m (conforme NBR e NTP), executado com barras verticais espaçadas de no máximo 10,00 cm, aço 19,05 mm chapa 1,20, com quadro periférico em barras de aço 30x30mm chapa 1,20; montantes com espaçamento máximo de 2,00 m em barras de aço 50,80 mm parede 2,00 mm, fixados no piso, apoio contínuo na parte superior com tubo de aço 50,80 mm parede 1,50 mm, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	365,79	109.737,00	PROPRIO
11	155	Mli	600,00	63261	Fabricação e instalação de corrimão metálico padrão NBR e NTP, confeccionado com tubo de aço 38,10 mm ou 50,80 mm parede 1,50 mm (conforme local), com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	85,02	51.012,00	PROPRIO
11	156	Mli	50,00	67278	Fabricação e instalação de escada tipo marinheiro padrão NBR e NTP, confeccionada com ferro maciço ½" e guarda corpo com em ferro chato 1 ½" x 1/8", com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	365,00	18.250,00	PROPRIO
13	158	M2	80,00	63273	Fabricação de Grade para central de gás padrão NTP do Corpo de Bombeiros PR estruturada com cantoneiras ¾", fechamento com tela artística malha 25 fio 8 e acabamento interno com ferro ½", com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	424,69	33.975,20	PROPRIO
13	159	und	80,00	63274	Fabricação de portão 2 folhas (giro ou correr – conforme o caso) para central de gás padrão NTP do Corpo de Bombeiros PR com estruturada com cantoneiras ¾", fechamento com tela artística malha 25 fio 8 e acabamento interno com ferro ½", com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético com duas demãos de tinta, com a cor a ser definida	441,31	35.304,80	PROPRIO
13	160	und	20,00	63283	Fabricação de mastro para bandeira com tubo de aço galvanizado base de 101,60mm x 4,25mm, com 6,00m de altura e 2,00m para a fundação, com roldanas, cabo de aço e esticador.	2.838,00	56.760,00	PROPRIO
13	161	und	5,00	63284	Fabricação de mastro para bandeira com tubo de aço galvanizado base de 101,60mm x 4,25mm, topo com 60,30mm, com 9,00m de altura e 3,00m para a fundação, com roldanas, cabo de aço e esticador.	10.692,00	53.460,00	PROPRIO
14	162	und	300,00	70235	Fabricação e instalação de bicicletário triangular, confeccionado com cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8, fixado com parabolt no piso, com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético e duas demãos de tinta, com a cor a ser definida. (Unidade por quantidade de vagas).	331,80	99.540,00	PROPRIO
14	163	und	40,00	70236	Fabricação e instalação de Lixeira dupla 100 x 50 x 30cm, confeccionado com cantoneira de abas iguais 3/4 por 1/8 e chapa perfurada reforçada, fixado com chumbador no piso, pintura com fundo primer antiferruginoso e pintura final com esmalte sintético e duas demãos de tinta, com a cor a ser definida.	696,50	27.860,00	PROPRIO

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
1 - Os vencedores da licitação assumem inteira responsabilidade pela qualidade dos materais e serviços prestados.
2 – Prestar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
3 - Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
4 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
5 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
6 - A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, afim de inibir as práticas de fraude e corrupção.

7 - A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço. Caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
8 – Os produtos deverão obedecer as normas e padrão ABNT, INMETRO, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
9 -Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.
10 -Se os produtos apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela **contratada**, sem ônus para a **administração**.

11 -Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens a serem utilizados no serviço, **não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento** devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

12 -Aceitar toda e qualquer fiscalização da **administração**, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital**.**

13 -A existência e atuação da fiscalização da **administração**, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **contratada**, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas conseqüências e implicações.

14 - A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços, realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, a ser entregue no local constante na Autorização de Fornecimento desta Prefeitura Municipal de Rolândia.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO
Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.
Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.
O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).
O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO
O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 485.899,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e oitocentos e noventa e nove reais), conforme as respectivas notas de empenho.
O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado á confirmação da entrega dos produtos.
A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.
A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.
A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.
Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.

PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações do Detentor do Registro de Preços:

Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.

O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.

V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:

• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;
• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.

A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:

• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;

• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.

O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:

• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;

• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA
O prazo de entrega dos itens será de no máximo 02 (dois) dias, para os lotes: 01 e 02 e 10 (dez) dias para os demais lotes, em local indicado pela Secretaria de Infraestrutura, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da Homologação, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:
Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 06 – Planejamento; 07 – Infra Estrutura; 17 – Serviços Públicos.

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
Para Outros Serviços: 33.90.30.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JÚRIDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 20 de janeiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***RPS SPOOL SERVICE – FABRICAÇÃO E REFORMA INDUSTRIAL LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
ÉDER JUNIOR EVANGELISTA	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretário Municipal Interino de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:E2805296

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2026

Ref. Pregão nº 170/2025 – Metalurgia – PA – 13.238/2025.

O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à AV. Presidente Bernardes, 809, CEP 86.600-067, inscrito no CNPJ/MF nº 76.288.760/0001-08, neste ato devidamente representadopelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, residente edomiciliado nesta Cidade, resolve registrar o preço da empresa TOLDOS PELEGRINI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF nº10.993.235/0001-85, com sede à Avenida Sineval Fortes, nº415, Jardim Ipê, CEP nº87.707-250, fone nº(44)3422-5555, (44)3045-4951, (44)99880-0104, email vandresinha@ibest.com.br, adm.pelegrinitd@hotmail.com, na cidade de Paranavaí - PR , representada pela Senhora MARIANA MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais e Serviços de Metalurgia, conforme tabela abaixo, bem como documentação levada a efeito pelo Pregão nº 170/2025 devidamente homologado pelo Município em 20/01/2026.

Lote	Item	Und.	Qtd	Cod. Item	Descrição do Produto	R$ Unit.	R$ Total	MARCA
12	157	M2	300,00	70226	Confecção e instalação de Toldo Fixo, confeccionado em Lona de tecido poliéster, com tratamento que evite impregnação de sujeiras aumentando sua durabilidade, com camadas de PVC com alto índice de aditivo anti UV e anti fungos, tratamento anti fungos, anti sujeiras a base flúor carbono, com costura eletrônica. Toda estrutura e reforços estruturais devem ser confeccionadas em metalon de 31,75mm, parede 1,2 mm, pintura fundo prime e esmalte sintético com duas demãos de tinta. Reforço com mão francesa ou pés direito em tubo de aço 50,80mm com parede 1,5 mm. Deverá ser feita vedação do espaço entre o toldo e a parede, onde for necessário, com rufo externo em chapa de aço galvanizado de 0,5 mm es	246,66	73.998,00	PROPRIA

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:
Promover o pagamento de acordo com a ata de registro de preços pré-estabelecida;
Realizar a fiscalização do serviço a ser prestado ou do recebimento do produto a ser entregue;
Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a localização dos Serviços/entrega dos produtos e demais informações necessárias para a correta execução ou do fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS
1 - Os vencedores da licitação assumem inteira responsabilidade pela qualidade dos materais e serviços prestados.
2 – Prestar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a adjudicatária ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
3 - Substituir os produtos em desacordo à proposta ou às especificações do objeto desta licitação, ou que porventura sejam entregues com defeitos ou imperfeições.
4 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o Município de Rolândia.
5 - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Rolândia ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, quando da entrega dos produtos.
6 - A adjudicatária, assim como a contratante, deverão atender a Lei Federal 12.846/2013, afim de inibir as práticas de fraude e corrupção.
7 - A adjudicatária deverá se comprometer a manter o preço justo de mercado, podendo ser reajustado seu preço em casos de alta no valor mercado ou de baixa, ficando a mesma responsável por solicitar o reajuste tanto para mais quanto para menos do preço. Caso o Município perceba o preço acima do valor de mercado a empresa será notificada a reajustá-lo.
8 – Os produtos deverão obedecer as normas e padrão ABNT, INMETRO, Legislação Vigente e demais órgãos reguladores referente ao ramo de atividades.
9 -Antes de apresentar sua proposta, o licitante deverá analisar o termo de referência de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em função de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração da data de entrega ou de qualidade dos materiais.

10 -Se os produtos apresentarem desconformidades com as exigências normativas, não serão recebidos definitivamente, devendo ser imediatamente substituídos pela **contratada**, sem ônus para a **administração**.

11 -Consultar com antecedência o seu fornecedor quanto ao prazo de entrega dos itens a serem utilizados no serviço, **não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento** devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

12 -Aceitar toda e qualquer fiscalização da **administração**, no tocante ao objeto do presente termo de referência, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no edital**.**

13 -A existência e atuação da fiscalização da **administração**, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **contratada**, no que concerne ao fornecimento dos equipamentos e as suas conseqüências e implicações.

14 - A Adjudicatária deverá manter, durante toda a execução do registro de preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, prevendo, como sanções para o inadimplemento dessa cláusula, a rescisão do registro e a execução penalidades e/ou da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades já previstas em lei (artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021). Ocorrendo a irregularidade a Administração Pública fará a abertura de processo administrativo, por meio do fiscal de contrato/ata de registro de preços,

realizando a notificação com prazo determinado – e razoável ao processo - ao fornecedor para que regularize suas certidões e o cumprimento contratual, sob pena de execução das penalidades previstas em Lei e porventura a rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

Após a o recebimento pela CONTRATADA da Nota de Empenho, o(s) material(is) deverá(ão) entregue(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, a ser entregue no local constante na Autorização de Fornecimento desta Prefeitura Municipal de Rolândia.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO/RECEBIMENTO

Para acompanhamento e recebimento do produto/serviço, fica designado o solicitante do produto/serviço o acompanhamento, recebimento, conferência e aceite provisório (se for o caso) ou definitivo, assinando à nota fiscal e atestado a confiabilidade do item adquirido/serviço prestado, podendo o mesmo designar um preposto que receberá e assinará por ele em caso de sua ausência no momento da entrega, responsabilizando-se pelo recebimento.

Identificando inconformidades com o item adquirido/serviço prestado, o servidor responsável pelo recebimento NÃO receberá o produto/serviço, ficando a empresa responsável pela readequação do item nos termos do edital para a devida entrega e recebimento.

O servidor que receber o bem/serviço de forma definitiva deve atestar o recebimento que servirá para liberação de pagamento quanto ao objeto licitado, podendo ser o pagamento integral (100% da aquisição/prestação do serviço) ou parcial (compras de pequena monta até o limite máximo estipulado em ata de registro de preços).

O fornecedor deverá entregar todo o material/serviço solicitado e na quantidade solicitada, sendo que registro de preços não há um limite mínimo de pedido, podendo ser solicitada a quantidade integral, ou apenas uma única unidade do produto/serviço.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O Município de Rolândia obriga-se a efetuar o pagamento ao Detentor do Registro de Preços pelos itens efetivamente fornecidos, até o limite do valor estimado de R$ 73.998,00 (setenta e três mil e novecentos e noventa e oito reais), conforme as respectivas notas de empenho. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da fatura, condicionado á confirmação da entrega dos produtos. A quitação dar-se-á por intermédio da Tesouraria Municipal, mediante depósito eletrônico em conta corrente indicada pelo fornecedor, após a emissão de autorização de fornecimento, ficando vedada a emissão de Boleto Bancário.

A adjudicatária deverá apresentar acompanhando todas as faturas, as provas de regularidade com a Previdência Social (CND-INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Certidão Negativa de Débitos Municipal para as Empresas que estejam situadas neste Município, sendo que a ausência destes documentos ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Detentora do Registro de Preços tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;

Na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Detentora do Registro de Preços não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos materiais, motivada pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas na cláusula sexta desta ata de registro de preços.

A adjudicatária deverá entregar todo o material solicitado através da autorização de fornecimento, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na autorização de fornecimento, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido um prazo de 1 a 3 dias úteis para a adjudicatária fazer a substituição.

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I = (TX/100) / 365
EM = I x N x VP
Onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

O Município de Rolândia possui um sistema de assinatura digital e tramitação de documentos (1Doc) o qual deverá ter um cadastro por parte do fornecedor para assinatura da ata/contrato, bem como das notas de empenho, autorizações de fornecimento e demais documentos pertinentes, a nota fiscal e as certidões regulares necessários para pagamento deverão ser obrigatoriamente mandados de forma digital (em formato .pdf) neste mesmo sistema de informações e no respectivo processo referente ao pedido, o não envio dos documentos e/ou acompanhamento do andamento do processo por parte da vencedora poderá implicar em atraso nos pagamentos, até que seja apresentado o solicitado, ou ainda nas sanções cabíveis estipuladas em edital e embasadas na legislação vigente, como multa, desclassificação e até inidoneidade. O direito de defesa será encaminhado no mesmo contato informado neste documento, não havendo resposta será publicado em diário oficial um comunicado para ciência e, posteriormente, aplicadas as sanções.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços registrados se manterão inalterados pelo período de vigência da presente ata de registro de preços, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômica – financeira inicial deste Instrumento, na forma disciplinada no Decreto 11.462/2023.

O preço registrado NÃO sofrerá reajuste por um período de 06 (seis) meses, salvo casos comprovadamente de situações extraordinárias. Havendo prorrogação de vigência até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme legislação vigente, o preço deverá ser revisto para que haja o devido reequilíbrio econômico financeiro com base nos índices que recomponham a defasagem da inflação que incidiu o produto/serviço no ano anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Município de Rolândia solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la à definição do parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fracassada a negociação com o primeiro colocado o Município de Rolândia convocará as demais empresas com preços registrados para o item, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de prestação de serviços, os preços e os prazos do primeiro classificado, para a redução do preço, hipótese em que poderá ocorrer alteração na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

PARÁGRAFO QUARTO – Serão consideráveis compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Rolândia.
PARÁGRAFO QUINTO – É de obrigação da Adjudicatária a solicitação de reajuste de preços no dia da alteração do valor, não sendo aceito majoração ou supressão retroativa, sendo, portanto pago o valor acordado antes do reajuste nesses casos, a não apresentação da solicitação no dia da majoração acarretará no pagamento do valor antigo das notas até que se ocorra à solicitação de forma correta, no caso da supressão de valores, se não realizada no dia em que o valor for diminuído poderá acarretar em multa e demais sanções cabíveis.
PARÁGRAFO SEXTO – É vedado à Contratada interromper a entrega dos bens/serviços já empenhados e de novos pedidos, que porventura venham a surgir, enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS
São obrigações do Detentor do Registro de Preços:
Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente ata de registro de preços, serão de exclusiva responsabilidade do Detentor do Registro de Preços, assim definido na Norma Tributária.
O Detentor do Registro de Preços declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a prestação dos serviços, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimento determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
O licitante e o Contratado que cometerem infrações, conforme os Artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, estarão sujeitos às seguintes penalidades administrativas:
I) Advertência; II) Multa; III) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por no mínimo 3 anos; IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por no mínimo 3 anos e no máximo 6 anos; V) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos.
V.a) As sanções mencionadas nas alíneas "I", "II", "III" e "IV" do item anterior podem ser aplicadas cumulativamente com a multa ao licitante, ao adjudicatário e ao Contratado. V.b) Advertência será aplicada por condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de licitação e contratação. V.c) A multa, de 0,5% a 30% do valor do contrato ou ata de registro licitado ou celebrado com contratação direta, será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21, como:
• Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato;
• Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
• Não manter a proposta, salvo em casos de justificativa superveniente;
• Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação dentro do prazo;

• Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
• Apresentar declaração ou documentação falsa;
• Fraudar a licitação ou a execução do contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
• Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação;
• Praticar atos lesivos previstos na legislação correspondente.
A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por até 6 anos, será aplicada a quem:
• Recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato após ser considerado adjudicatário;
• Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
• Apresentar documentação falsa;
• Ensejar o retardamento da execução do contrato;
• Não manter a proposta;
• Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
• Comportar-se de modo inidôneo, exceto nos casos previstos.
O impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), por até 6 anos, será aplicado a quem:
• Prometer, oferecer ou dar vantagem indevida a agente público;
• Financiar, custear ou subvencionar atos ilícitos previstos na Lei;
• Utilizar-se de interposta pessoa para ocultar interesses;
• Frustrar ou fraudar procedimentos licitatórios públicos;
• Dificultar atividades de investigação ou fiscalização.
Cabe ao órgão ou entidade contratante aplicar as penalidades, garantindo a ampla defesa e o contraditório, informando as ocorrências no Cadastro Unificado de Fornecedores.
A autoridade máxima do órgão ou entidade contratante é competente para impor as penalidades.
Os efeitos das penalidades de suspensão do direito de contratar com a Administração ou declaração de inidoneidade se estendem às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, bem como às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com essas pessoas físicas.
Na aplicação das sanções, a Administração observará a proporcionalidade entre a gravidade da infração e o valor do contrato, os danos resultantes, a situação econômico-financeira do sancionado, a reincidência e outras circunstâncias relevantes.
Nos casos não previstos, devem ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
Além das sanções mencionadas, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas será conforme a Lei Federal nº 12.846/2013.
As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR) e junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

CLÁUSULA DEZ – DO PRAZO e DA VIGÊNCIA
O prazo de entrega dos itens será de no máximo 02 (dois) dias, para os lotes: 01 e 02 e 10 (dez) dias para os demais lotes, em local indicado pela Secretaria de Infraestrutura, contados a partir da emissão da autorização de fornecimento e o prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da Homologação, podendo ser prorrogado conforme prerrogativas da legislação vigente.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O preço registrado poderá ser cancelado de pleno direito, nas seguintes situações:
I – Pelo Município de Rolândia:

Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste termo;
Quando o fornecedor não assinar a ata de registro no prazo estabelecido;
Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Ordem de Fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos 155 a 163 da Lei 14.133/21;
Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento decorrente deste registro;
Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
Por razão de interesse público devidamente demonstrada e justificada pelo Município de Rolândia.

II – Pelo fornecedor:
Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste termo;
Quando comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses contidas no art. 155, incisos I a VII da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, o qual será juntada ao processo administrativo do presente edital.
PARÁGRAFO SEGUNDO – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta nesse caso, a aplicação das penalidades previstas no presente edital.
PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas à prestação dos serviços.
PARÁGRAFO QUARTO – Caso o município não se utilize da prerrogativa de cancelar o preço registrado, a seu exclusivo critério, poderá sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição exigida neste termo.

CLÁUSULA DOZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Serão utilizadas as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão: 06 – Planejamento; 07 – Infra Estrutura; 17 – Serviços Públicos.

Classificação Orçamentária:
Para materiais de Consumo: 33.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.
Para Outros Serviços: 33.90.30.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JÚRIDICA.

As dotações a serem utilizadas por determinação das secretarias competentes, cumprem o Artigo Décimo Sétimo do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, o qual normatiza que na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária.
Ficando determinado o termo de empenho o instrumento hábil a conter a devida dotação a ser efetuado o pagamento referente a este processo.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia - PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer da presente ata de registro de preços, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.
E por estarem justos e contratados, datam e assinam a presente ata de registro de preços, na presença de duas testemunhas, para que a mesma surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, 20 de janeiro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	_____
Prefeito Municipal De Rolândia	***TOLDOS PELEGRINI LTDA***

TESTEMUNHAS:

_____	_____
ÉDER JUNIOR EVANGELISTA	LUCINEI APARECIDO MASSON
Secretário Municipal Interino de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Silvia Quintino
Código Identificador:832BB9E9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
PORTARIA 003/2026

PORTARIA Nº 003/2026

SÚMULA: - Autoriza o pagamento de diária aos Agentes Políticos, abaixo especificados, e dá outras providências.

MARCOS RAVANELI, Presidente da Câmara de Vereadores de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Autoriza o pagamento de diária aos agentes políticos abaixo especificado:

Nome	**Cargo**	**Requisição**
DIEGO ANDERSON PANHO	Vereador	001/2026
Quantidade / dia da diária e valor	**Destino**	**Motivo e local da viagem**

Duas diárias, nos dias 02 e 03/02/2026, no valor total de R$ 1.236,00.	Curitiba -PR	Reuniões no Gabinete do Deputado Mauro Morais e Gabinete do Deputado Guerra.

Nome	**Cargo**	**Requisição**
ANDRÉ NAVA	Vereador	002/2026
Quantidade / dia da diária e valor	**Destino**	**Motivo e local da viagem**
Duas diárias, nos dias 02 e 03/02/2026, no valor total de R$ 1.236,00.	Curitiba -PR	Reuniões no Gabinete do Deputado Adão Litro.

Nome	**Cargo**	**Requisição**
JOEL PIEKLER	Vereador	003/2026
Quantidade / dia da diária e valor	**Destino**	**Motivo e local da viagem**
Uma diária, no dia 03/02/2026, no valor total de R$ 618,00.	Curitiba -PR	Reuniões no Gabinete no Deputado Estadual Anibeli Neto.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Salto do Lontra, em 02 de fevereiro de 2026.

MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Vanessa Veloso
Código Identificador:529BAA36

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal **ANTONIO CARLOS TAMAIS,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 19/2026
Licitação n°: 1/2026
Modalidade: Processo inexigibilidade
Data da Homologação: 02/02/2026
Data de adjudicação: 02/02/2026
Objeto homologado: a Contratação de Show Artístico com o cantor Douglas Cezário, para o Carnaval 2026 no município de Santa Amélia-Pr.

50.654.545 DOUGLAS RAFAEL CEZARIO						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Contratação de Show Artísticos Show artístico com a cantor Douglas Cezário, com início às 20:00 horas, duração mínima de 3 horas. Data: 13 de fevereiro de 2026, podendo ser alterada em caso de imprevisto com antecedência de 03 dias Incluso: Alimentação, transporte e hospedagem	UNI	1,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL						6.000,00

Valor homologado: 6.000,00

Santa Amélia, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:114A125C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 52/2025

ANTONIO CARLOS TAMAIS, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Atividade	Valor
A	Sidnei Pereira	Motorista	Jacarezinho	02/02 a 13/02/2026	Transporte de Universitários	R$ 450,00
B	Rodrigo Aparecido Rossi	Motorista	Cornélio Procópio	05 e 06/02/2026	Transporte de Universitários	R$ 90,00
C	Marcelo Batista Ajo	Motorista	Bandeirantes	02/02 a 13/02/2026	Transporte de Universitários	R$ 450,00

I – Secretaria Municipal de Administração

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.

Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:D3D61002

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal **ANTONIO CARLOS TAMAIS,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 19/2026
Licitação n°: 1/2026
Modalidade: Processo inexigibilidade
Data da Homologação: 02/02/2026
Data de adjudicação: 02/02/2026
Objeto homologado: a Contratação de Show Artístico com o cantor Douglas Cezário, para o Carnaval 2026 no município de Santa Amélia-Pr.

50.654.545 DOUGLAS RAFAEL CEZARIO						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	Contratação de Show Artísticos Show artístico com a cantor Douglas Cezário, com início às 20:00 horas, duração mínima de 3 horas. Data: 13 de fevereiro de 2026, podendo ser alterada em caso de imprevisto com antecedência de 03 dias Incluso: Alimentação, transporte e hospedagem	UNI	1,00	6.000,00	6.000,00
TOTAL						6.000,00

Valor homologado: 6.000,00

Santa Amélia, 02 de fevereiro de 2026.

ANTONIO CARLOS TAMAIS
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:25FF5FC0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO 2026 - LISTA DE INSCRITOS

PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO 2026
Lista de Inscritos

NOME	**Nº. CPF**	**ÁREA DE INTERESSE** Serviços Gerais; Varrição; Atendente Educacional
Adriana Aparecida Ribeiro de Almeida	**XXX.XXX.X39-15**	Serviços gerais
Adriana da Silva Felipe	**XXX.XXX.X39-20**	Atendente educacional
Adriana Gomes Pinheiro	**XXX.XXX.X98-01**	Serviços gerais
Adriana Rosa da Silva	**XXX.XXX.X59-62**	Varrição
Adriele Fernanda de Oliveira	**XXX.XXX.X59-11**	Serviços gerais; Varrição
Albertino Vicente	**XXX.XXX.X09-87**	Serviços gerais
Alex Sandro Cardoso da Silva	**XXX.XXX.X79-45**	Atendente Educacional
Aline Kaori Kuroki Ueno	**XXX.XXX.X69-98**	Atendente educacional
Altair Aparecido Bueno	**XXX.XXX.X09-00**	Serviços gerais
Ana Beatriz dos Santos	**XXX.XXX.X89-94**	Atendente educacional
Ana Carolina de Almeida Silva	**XXX.XXX.X19-06**	Serviços gerais
Ana Carolina Santos Barbosa	**XXX.XXX.X69-42**	Serviços gerais
Ana Claudia dos Santos Alcancio	**XXX.XXX.X49-06**	Serviços gerais
Ana Karolyne da Silva Correia	**XXX.XXX.X79-58**	Atendente educacional
Ana Paula dos Santos Cordeiro	**XXX.XXX.X49-96**	Serviços gerais
Ana Paula Francioli de Almeida	**XXX.XXX.X89-30**	Atendente educacional
Anatália Vitória de Oiveira Lima	**XXX.XXX.X39-90**	Serv. Gerais; Atend. educacional
André Gila de Moraes	**XXX.XXX.X59-43**	Serviços gerais
Andreia de Cassia dos Reis	**XXX.XXX.X49-36**	Serviços gerais
Andreia Kauane dos Santos Borges	**XXX.XXX.X79-00**	Serviços gerais
Andreia Regina Sampaio Kishi	**XXX.XXX.X09-55**	Atendente educacional
Angela dos Santos	**XXX.XXX.X09-58**	Serviços gerais
Anna Caroline Oliveira Dutra	**XXX.XXX.X19-57**	Atendente educacional
Anne Karolyne Betordo dos Santos	**XXX.XXX.X69-05**	Atendente educacional
Aparecida Claudete Vicente	**XXX.XXX.X29-90**	Atendente educacional

Beatriz Santos Cabral Luiz	**XXX.XXX.X49-76**	Atendente educacional
Braian Rodrigues de Souza	**XXX.XXX.X59-56**	Serviços gerais
Bruna da Silva Barbosa	**XXX.XXX.X99-40**	Serviços gerais
Camila Moreira da Silva	**XXX.XXX.X49-50**	Atendente educacional
Carlos Alves Gomes	**XXX.XXX.X79-23**	Serviços gerais
Caroline Mendonça Corrêa	**XXX.XXX.X19-67**	Serviços gerais, atend. Educ.
Cauane Gabrielly Lima Santos	**XXX.XXX.X39-89**	Serv. Gerais; atend. Educacional
Claudimara Jaster Ferreira	**XXX.XXX.X72-79**	Atendente educacional
Crislaine da Silva Oliveira	**XXX.XXX.X89-48**	Serviços gerais
Daniele Rebiche Zoto	**XXX.XXX.X79-30**	Serviços gerais
Danielle Rodolfo	**XXX.XXX.X29-60**	Atendente educacional
Davina Felix	**XXX.XXX.X89-33**	Atendente educacional
Débora Luana Jesus Bueno	**XXX.XXX.X49-71**	Varrição
Demiro Mariano de Mira	**XXX.XXX.X19-04**	Serviços gerais
Dirce Furtuoso Ferreira	**XXX.XXX.X79-07**	Varrição
Erica Pinheiro das Neves	**XXX.XXX.X49-88**	Varrição
Erik Henrique Lacerda	**XXX.XXX.X29-00**	Serviços gerais
Eva Luciana de Oliveira	**XXX.XXX.X39-98**	Serviços gerais
Ezequiel de Oliveira	**XXX.XXX.X99-91**	Serviços gerais
Fernanda da Silva Barbosa	**XXX.XXX.X89-70**	Serv. Gerais; atend. Educacional
Fernanda Rosa Sales	**XXX.XXX.X69-89**	Serviços gerais
Franciele Rodrigues de Morais Passos	**XXX.XXX.X09-96**	Serviços gerais
Gabriella Correia da Silva	**XXX.XXX.X38-09**	Atendente educacional
Geraldo Joveniano Martins	**XXX.XXX.X69-72**	Serviços gerais
Ghabriel Henricky Faustino de Paiva	**XXX.XXX.X59-81**	Serviços gerais
Giovana Vieira Silva	**XXX.XXX.X29-01**	Atendente Educacional
Gislaine Vieira dos Santos	**XXX.XXX.X19-02**	Atendente Educacional
Glauciele Correia da Silva Cerejo	**XXX.XXX.X39-02**	Atendente educacional
Hemanuely Lourenço dos Santos	**XXX.XXX.X79-36**	Atendente educacional
Hevellyn Isabela Ferreira	**XXX.XXX.X29-23**	Serviços gerais
Hiasmyn Beatriz Ferreira Soares	**XXX.XXX.X49-04**	Atendente educacional
Ilda Conceição Cunha	**XXX.XXX.X39-56**	Serviços gerais; Varrição
Irene Aparecida Cunha Santos	**XXX.XXX.X69-75**	Varrição
Isabelly Carneiro da Silva	**XXX.XXX.X29-02**	Atendente educacional
Jaime Furtoso	**XXX.XXX.X59-91**	Serviços gerais
Jamily Batista de Souza	**XXX.XXX.X39-95**	Atendente educacional
Jandira Machado	**XXX.XXX.X49-29**	Serviços gerais
Jaqueline de Oliveira Lecia	**XXX.XXX.X19-37**	Varrição
Jhonathan Sampaio de Oliveira	**XXX.XXX.X99-46**	Atendente educacional
João Carlos dos Santos	**XXX.XXX.X29-33**	Serviços gerais
João Junior de Oliveira	**XXX.XXX.X09-37**	Serviços gerais
Jocinei Teodoro de Araújo	**XXX.XXX.X29-00**	Serviços gerais
José Aparecido da Silva	**XXX.XXX.X09-72**	Serviços Gerais
José Carlos Martins Chanes Junior	**XXX.XXX.X89-74**	Serviços Gerais
José Emannuel de Carvalho da Silva	**XXX.XXX.X59-70**	Atendente educacional
José Rafael dos Santos	**XXX.XXX.X29-85**	Serviços gerais
José Sergio Mussi	**XXX.XXX.X19-53**	Serviços gerais
José Wellington dos Santos Gonçalves	**XXX.XXX.X89-65**	Serviços gerais
Josefina Aparecida de Oliveira	**XXX.XXX.X09-63**	Serviços gerais
Josemi Carlos da Costa	**XXX.XXX.X99-04**	Serviços gerais
Josimara Aparecida de Oliveira	**XXX.XXX.X49-31**	Serviços gerais
Josyellen Aparecida da Silva Ribeiro	**XXX.XXX.X29-27**	Serv. Gerais; atend. Educacional
Julien Anne Melquides	**XXX.XXX.X58-93**	Serviços gerais
Kauã Torres Rodrigues	**XXX.XXX.X69-77**	Serviços gerais
Kedyma Caroline G. dos Santos	**XXX.XXX.X79-00**	Atendente educacional
Ketlyn Kawany dos Santos Silva	**XXX.XXX.X59-07**	Atendente educacional
Lázara dos Santos Teixeira	**XXX.XXX.X29-92**	Serviços gerais
Leandra Kethilin Coelho	**XXX.XXX.X81-11**	Serv. Gerais; atend. Educacional
Leonardo dos Santos Pereira	**XXX.XXX.X19-41**	Serviços gerais
Luan Henrique Batista Torres de Lima	**XXX.XXX.X69-60**	Serviços gerais
Lucas de Oliveira Santos	**XXX.XXX.X69-51**	Serviços gerais
Luciana Aparecida Gomes	**XXX.XXX.X29-55**	Varrição
Luciana de Oliveira	**XXX.XXX.X49-11**	Serviços gerais
Lucimara dos Santos	**XXX.XXX.X69-90**	Atendente educacional
Lucineia Aparecida da Silva	**XXX.XXX.X79-65**	Serviços gerais
Luiz Miguel da Costa Moreira	**XXX.XXX.X69-96**	Serv. Gerais; atend. Educacional
Marcela Rebiche Zoto	**XXX.XXX.X19-60**	Serviços gerais
Marcelo Micias Rosa	**XXX.XXX.X39-36**	Serviços gerais
Marcio Humberto Ynoue	**XXX.XXX.X19-72**	Serviços gerais
Marcos Tiago de Oliveira	**XXX.XXX.X08-10**	Serviços gerais
Maria Alice Rodrigues de Almeida	**XXX.XXX.X39-41**	Atendente educacional
Maria Angelita dos Santos	**XXX.XXX.X78-54**	Serviços gerais
Maria Aparecida Calori	**XXX.XXX.X39-31**	Serviços gerais
Maria Aparecida de Lima dos Santos	**XXX.XXX.X49-05**	Varrição
Maria Aparecida de Oliveira	**XXX.XXX.X39-25**	Serviços gerais
Maria das Graças dos Santos	**XXX.XXX.X19-40**	Serviços gerais, varrição
Maria de Fátima B. da Silva Figueiredo	**XXX.XXX.X09-74**	Serviços gerais
Maria de Fátima da Silva	**XXX.XXX.X89-83**	Serviços gerais
Maria de Fátima Lopes Gaioski	**XXX.XXX.X49-57**	Serviços gerais
Maria Eduarda dos Santos Cordeiro	**XXX.XXX.X79-55**	Atendente educacional
Maria Eduarda Moraes R. dos Santos	**XXX.XXX.X29-77**	Atendente educacional
Maria Fernanda Resende Dutra	**XXX.XXX.X19-24**	Serviços gerais, atendente educ
Maria Madalena R. Santos de Oliveira	**XXX.XXX.X79-34**	Serviços gerais
Maria Rosa Freitas de Moraes	**XXX.XXX.X89-33**	Serviços Gerais
Maria Vitória Amorim Proença	**XXX.XXX.X09-61**	Serv. Gerais; atend. Educacional
Mariana de Souza	**XXX.XXX.X99-37**	Atendente educacional
Mariana Paula Cunha de Souza	**XXX.XXX.X29-02**	Atendente educacional
Marily Ayala	**XXX.XXX.X69-61**	Serviços gerais
Marina dos Santos Oliveira	**XXX.XXX.X89-70**	Serviços gerais

Marya Paula Gonçalves Cesar	**XXX.XXX.X99-19**	Atendente educacional
Mateus Henrique dos Santos	**XXX.XXX.X29-40**	Serviços gerais
Nadia Mariana Nascimento Pinto	**XXX.XXX.X99-78**	Serviços gerais
Nathalia Ferreira Machado	**XXX.XXX.X09-69**	Serviços gerais
Nathália Máximo Candido da Silva	**XXX.XXX.X49-45**	Serviços gerais
Olinda Vitória da Silva	**XXX.XXX.X19-83**	Atendente educacional
Paola Jacó dos Santos	**XXX.XXX.X29-47**	Varrição
Pauliana da Silva Ferreira	**XXX.XXX.X56-50**	Serviços gerais
Raicha da Silva Martins	**XXX.XXX.X89-14**	Atend. Educ.; Varrição, Serv. G.
Renata Villas Boas Mendes Teodoro	**XXX.XXX.X99-01**	Atendente educacional
Robson de Oliveira Ayala	**XXX.XXX.X99-89**	Atendente educacional
Rosana dos Santos de Souza	**XXX.XXX.X79-88**	Serviços gerais
Roseli Torres de Lima	**XXX.XXX.X89-62**	Varrição
Rosemar do Carmo Machado	**XXX.XXX.X09-88**	Serviços gerais
Saulo de Almeida	**XXX.XXX.X79-04**	Serviços gerais
Sergio Euflazio	**XXX.XXX.X39-28**	Serviços gerais
Sidneia Pereira dos Santos Santana	**XXX.XXX.X29-98**	Atendente educacional
Soeli Aparecida Moreira da Silva	**XXX.XXX.X46-81**	Serviços gerais
Solange Alves da Silva	**XXX.XXX.X29-23**	Serviços gerais
Suelen Oliveira da Silva Lima	**XXX.XXX.X89-75**	Serviços gerais
Sueli Aparecida Assis Silva	**XXX.XXX.X39-44**	Serviços gerais
Sueli Aparecida de Andrade Brito	**XXX.XXX.X39-92**	Serviços Gerais
Sueli dos Santos Proença	**XXX.XXX.X19-52**	Serviços gerais
Thiago dos Santos Camargo	**XXX.XXX.X19-90**	Serviços gerais
Valdir da Silva Araújo	**XXX.XXX.X08-08**	Serviços gerais
Vilma de Carvalho	**XXX.XXX.X29-10**	Atendente educacional
Zenaide Vieira da Silva	**XXX.XXX.X39-30**	Atendente educacional

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:30433948

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação nº 008/2026

AUTORIZO a contratação direta por *inexigibilidade de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA. **CNPJ nº:** 05.063.653/0010-24
OBJETO	ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROMOVIDO PELO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CIDES VALE DO IVAI, FIRMADA COM A EMPRESA DE SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MÁQUINÁRIOS E CAMINHÕES DE LINHA PESADA, PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA "ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO", IMPLEMENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO DO PARANÁ (SEAB) E EXECUTADO PELO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR.	
VALOR ESTIMADO	R$ 529.999,00 (quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais).	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**Programática:** 11.001.04.122.0006.2010 - Manutenção das Atividades de Planejamento, Projetos e Engenharia 4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE. **Fontes:** 31912 - CONVENIO N.488/2025 - SEAB	

PUBLIQUE-SE o resultado.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de fevereiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:3F407E12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2749 2026 SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 2749/2026 de 19/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 883/2025 de 19/12/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	
05.001.00.000.0000.0.000.		ADMINISTRAÇÃO GERAL - SEC OBRAS, V. E URB	
05.001.04.122.0012.2.016.		Administração Geral da Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	
174 - 3.1.90.94.00.00	01000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.200,00
05.001.06.183.0021.1.093.		Implantação de Sistema de Monitoramento Urbano	
197 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
198 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	20.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.0024.2.029.		Manutenção do Ensino Fundamental - MDE	
448 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	66.800,00
06.001.12.365.0025.2.033.		Manutenção da Pré-Escola	
589 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.122.0030.2.038.		Manutenção da Secretaria de Saúde	
757 - 3.3.90.36.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	20.000,00
07.001.10.302.0030.2.045.		PAB - Unidade Pronto Atendimento	
969 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	153.000,00
972 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	30.000,00
07.001.10.305.0035.2.051.		Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica	
1070 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10.000,00
		Total Suplementação:	**330.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	
06.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.365.0025.2.032.		Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche	
549 - 3.1.90.11.00.00	01103	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16.000,00
07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
07.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
07.001.10.301.0030.2.043.		Participação no CIS - Consórcio Intermunicipal de Saúde	
859 - 3.3.72.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	294.000,00
07.001.10.301.0034.2.049.		Programa de Assistência Odontológica	
929 - 3.1.90.11.00.00	01303	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
		Total Redução:	**330.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO , Estado do Paraná, em 19 de janeiro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:99DBDF17

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 055/2026 CONVOCAÇÃO

EDITAL N.º 055/2026

CONVOCAÇÃO

Processo de Admissão de Pessoal
Concurso Público – Edital n. º 001/2023.

O Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,

I – Considerando o Edital n.º 28/2023, datado de 03/01/2024, o qual divulgou o Resultado Final do Concurso Público, aberto pelo Edital n.º 001/2023, datado de 18/07/2023, objetivando admissão de pessoal para suprimento de vagas em aberto nesta municipalidade para cargos de provimento efetivo, devidamente homologado pelo Edital n.º 29, no Diário Oficial do Município, Edição n° 2936, na data de 10/01/2024;

RESOLVE
Reconvocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público aberto pelo Edital n.º 001/2023, datado de 18/07/2023, cujo resultado final deu-se pelo Edital n.º 28/2023, datado de 02/01/2024, devidamente homologado pelo Edital n° 29, no Diário Oficial do Município, Edição n° 2936, na data de 10/01/2024.
A presente convocação refere-se à **convocação de fim de lista**, conforme disposto no **item 19.7 do Edital do Concurso Público**, aplicável aos candidatos que, quando originalmente convocados, optaram por sua realocação para o final da lista de classificação. Fica expressamente estabelecido que a **reconvocação nessa condição poderá ocorrer apenas uma única vez por candidato**, sendo que, em caso de nova desistência, ausência, não comparecimento no prazo estabelecido ou manifestação expressa de desinteresse, o candidato será considerado definitivamente desclassificado.

PROFESSOR	
Nome	Posição
KELLY CRISTINA DOS SANTOS	20º
SANDRA PLANTZ	24º

2. O candidato em epígrafe deverá comparecer, no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, impreterivelmente contados a partir da eficácia do presente instrumento, **munido dos documentos do Anexo I e da Ficha de Informações Complementares Anexo II** devidamente preenchida, na sede da Prefeitura do Município de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, Divisão de Pessoal, sito à Avenida Paulo Libânio, 700 – Centro, para fins de cumprimento do processo admissional junto à esta municipalidade ou, se do eventual desinteresse por parte do mesmo, para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público supracitado.
3. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, implicará em renúncia tácita do direito de assumir o cargo, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a convocar o candidato subsequente obedecendo a ordem de classificação final homologada.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 03 dias do mês de fevereiro do ano de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

ANEXO I
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO

a) Carteira de Identidade;
b) CPF;
c) PIS/PASEP - comprovante de cadastramento;
d) Certidão de casamento ou nascimento;
e) Comprovante de residência;
f) Título de eleitor e documento apto a comprovar que o candidato encontra no gozo dos direitos políticos;
g) Documento comprobatório de que o candidato está em dia com as obrigações do serviço militar (certificado de reservista ou CDI), (candidatos do sexo masculino)
h) Comprovação documental do grau de instrução exigido por este edital;
i) certidão de antecedentes criminais com validade expedidos até 30 dias antes da posse.
j) Aos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, auxiliar de Serviços gerais Feminino, vigilante, será exigido exame de raio-x panorâmico da coluna sacra, bacia ombros e ultrassom dos ombros.
k) Exame médico admissional que será realizado por empresa contratada pelo Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR especialmente para este fim, necessitando de encaminhamento pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na forma prevista nos Decretos n. 4811/2016 e 5.821/2022
l) Formulário de inclusão de dados;
m) Declaração de Bens;
n) Declaração de imaculabilidade;
o) Declaração de ausência de parentesco.
p) Carteira de trabalho;
q) Certidão de nascimento e CPF dos filhos dependentes.
r) 01(uma) foto 3x4
s) Apresentação de abertura de conta-salário junto à instituição bancaria conveniada com o Município de Santa Cruz do Monte Castelo-PR.

-A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Concurso Público.
-Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Concurso Público.
-O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital será considerado desclassificado do Concurso Público

ANEXO II

FICHA DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AUTODECLARATORIAS (eSocial)

Eu,_____

Abaixo assinado, de nacionalidade _____, natural de _____

_____, nascido em ___/___/_____, estado civil_____

Cor da pele			Cor do cabelo			Cor dos olhos		
1	Branca		1	Castanho		1	Castanho	
2	Preta		2	Castanho claro		2	Castanho claro	
3	Parda		3	Loiro		3	Azul	
4	Amarela		4	Ruivo		4	Verde	
5	Indígena		5	Preto		5	Preto	

Possui alguma deficiência?
Sim ( )

Qual? _____

Não ( )

Celular ( ) _____

Email _____

Asseguro que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo integral responsabilidade.

_____
Assinatura do declarante

Publicado por:
Vitor Hugo Bezerra da Silva
Código Identificador:73EBE47F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 15.724 HOMOLOGAÇÃO PE 72

PORTARIA Nº 15.724
Data: 29 de janeiro de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ,
no uso de suas atribuições legais e com base no Inciso II, Art. 88, da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO, a homologação do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 72/2025, de 08 de dezembro de 2025, cujo objeto é: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos, destinados a atender as necessidades da Casa de Saúde Santa Izabel e Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Santa Izabel do Oeste/PR, para um período de 12 (doze) meses, com Recursos Federais, Estaduais e Próprios., e a adjudicação em favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

Vencedores dos Itens

3552 - MEGMED CAMAS ESPECIAIS						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
40	CAMA DE PARTO HUMANIZADO AUTOMATIZADA. - CABECEIRA E PESEIRA REMOVÍVEIS PRODUZIDA EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 100% VIRGEM, DE FÁCIL LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO. ESTRUTURA DO LEITO CONSTRUÍDO EM LONGARINAS DE AÇO ASTM A36 DE 3MM PERFILADOS EM U. BASE TUBULAR 70X30 X1,5 MM COM PÉS RECUADOS. ESTRADO EM TUBOS DE AÇO CARBONO ASTM A36 DE 25X25 X1,2 MM COM GUIAS DE REFORÇOS CONSTRUÍDOS EM TUBOS 40X20 X1,2MM. - LEITO ARTICULADO PRODUZIDO EM PLACAS DE PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 100% VIRGEM, DE FÁCIL LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO. PERMITE MONTAGEM E DESMONTAGEM COM UM SIMPLES ENCAIXE POR CLICK. GRADES LATERAIS DUPLAS OBEDECENDO ÀS NORMAS NBR IEC 60601-2-52, ARTICULÁVEIS E INDEPENDENTES FABRICADAS EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 100% VIRGEM DE FÁCIL LIMPEZA E ESTERILIZAÇÃO, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA AO PACIENTE, COM SISTEMA DE RETRAÇÃO LINEAR, ATRAVÉS DE AMORTECEDOR PNEUMÁTICO QUE PERMITE O RECOLHIMENTO PARA ABAIXO DO LEITO, FACILITANDO A TRANSFERÊNCIA DO PACIENTE, COM SISTEMA DE SEGURANÇA TRAVA E DESTRAVA. DISPLAY COM	UNIDADE	renovar	1	R$8.559,99	R$8.559,99
	INDICAÇÃO DO ÂNGULO DE INCLINAÇÃO FIXADO NAS LATERAIS. AJUSTE DA ALTURA DO LEITO, DORSO, TRENDELEMBURG E PROCLIVE ACIONADOS POR CAIXA DE COMANDO BLINDADA COM PROTEÇÃO DE NÍVEL DE PENETRAÇÃO IPX6 E 4 ATUADORES LINEARES, 3 DE 100MM E UM DE 200MM DE TECNOLOGIA ALEMÃ ATUANDO EM 110 / 220 VOLTS (BIVOLT) POR COMANDO MANUAL ELÉTRICO (CONTROLE REMOTO). - SISTEMA DE ELEVAÇÃO DE LEITO, DORSO E PÉS DOTADOS DE BUCHAS DE NYLON E ARRUELAS DE NYLON, ELIMINANDO QUALQUER ATRITO MECÂNICO DE FERRO COM FERRO. SUPORTE MÓVEL REFORÇADO PARA APOIO DOS PÉS, DE FÁCIL MANIPULAÇÃO, PRÁTICO E SEGURO. - TANQUE DE PLACENTA, EM AÇO INOXIDÁVEL, FACILMENTE REMOVÍVEL, PARA APARAR E CONTER OS FLUÍDOS DURANTE O PARTO. - COMPLEMENTO PARA OS PÉS, FACILMENTE REMOVÍVEL, E COM ENCOSTO PARA PERMITIR QUE FIQUE DISPOSTO NA POSIÇÃO VERTICAL QUANDO FORA DE USO. QUANDO REMOVIDO, PERMITE O ACESSO DO (A) OBSTETRA PARA EXECUÇÃO ADEQUADA DO PARTO. O COMPLEMENTO FICA FIRMEMENTE INSTALADO AO CONJUNTO ATRAVÉS DE ENGATE RÁPIDO, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO COMO CAMA HOSPITALAR. - ARCO DE ESFORÇO, ARCO DE SUSTENTAÇÃO					

	REMOVÍVEL, QUE PERMITE À PARTURIENTE ALTERAR A POSIÇÃO DAS MÃOS DURANTE O ESFORÇO DO PARTO HUMANIZADO (CÓCORAS). - COLCHÃO TRIPARTIDO, EM ESPUMA DE PU DE ALTA DENSIDADE, APRESENTA FORMAS QUE PROPICIAM O USO CONFORTÁVEL COMO CAMA, ASSIM COMO O ACESSO ADEQUADO DO (A) OBSTETRA NO INSTANTE DO PARTO, ALÉM FÁCIL ASSEPSIA. - BRAÇOS LATERAIS DE ESFORÇO REBATÍVEIS, UTILIZADOS COMO BARRA DE ESFORÇO DURANTE O PARTO, PARA PROPORCIONAR A FIRMEZA NECESSÁRIA À PARTURIENTE NO PROCEDIMENTO DE ESFORÇO PARA EXPULSÃO DO RECÉM-NASCIDO, ESCAMOTEÁVEIS PARA QUANDO NÃO ESTIVER SENDO UTILIZADO. - BRAÇOS LATERAIS DE PROTEÇÃO REBATÍVEIS PARA CONTER O CORPO DA					

	PARTURIENTE. APOIOS DAS COXAS, REMOVÍVEIS E AJUSTÁVEIS, QUE POSSIBILITAM O POSICIONAMENTO CONFORTÁVEL DA PARTURIENTE DURANTE CERTOS PROCEDIMENTOS NO PARTO, CONSTRUÍDOS COM ALMA DE ALUMÍNIO E REVESTIDOS EM PU INTEGRAL-SKIN, MACIOS, CONFORTÁVEIS E ALTAMENTE RESISTENTES. - TRATAMENTO COM SISTEMA ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM RESINA EPÓXI POLIÉSTER, POLIMERIZADO EM ESTUFA, PROMOVENDO RESISTÊNCIA QUÍMICA E MECÂNICA. - ACOMPANHA RODÍZIOS DE 06" COM GARFO INJETADO EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA. CABEÇOTE GIRATÓRIO COM 2 PISTAS DE ESFERA. FREIO TOTAL (RODA E GIRO). RODA COM BANDA DE RODAGEM FEITA DE BORRACHA TERMOPLÁSTICA E NÚCLEO EM POLIPROPILENO. MANCAL COM ROLAMENTO CENTRAL DE ESFERAS E CALOTAS ANTIFIOS. - PARA-CHOQUES ABAIXO DA CABECEIRA E PESEIRA EM POLIETILENO CONTENDO PROTETORES GIRATÓRIOS DE PAREDE ('ROLLER BUMPERS') DE ALTO IMPACTO NOS QUATRO CANTOS DA CAMA. POSSUIR AO MENOS DOIS PONTOS COM SUPORTE PARA SORO. POSSUIR REGISTRO ANVISA: - PROCEDÊNCIA: NACIONAL. - CAPACIDADE DE CARGA: 250 KG DISTRIBUÍDOS SOB O LEITO. - ÂNGULOS: DORSO: 90° | PERNA: 44° - DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 2050MMX1100MM. - DIMENSÕES INTERNAS APROXIMADAS: 1940MMX900MM. - ALTURA MÍNIMA APROXIMADAS: 500 MM, ALTURA MÁXIMA: 800 MM. - PESO: 65 KG.					
				Total do Fornecedor: R$8.559,99		

3987 - MICROFORT INFORMATICA LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
13	BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA INOX 25 L DESCRIÇÃO: BEBEDOURO ELÉTRICO, COM 2 TORNEIRAS GELADAS ESTRUTURA EM AÇO INOX APARADOR DE ÁGUA (PINGADEIRA) SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX GÁS ECOLÓGICO R-134 REGULAGEM DE TEMPERATURA CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO	UNIDADE	ECOBLU	13	R$1.567,80	R$20.381,40

	POR HORA COM TEMPERATURA AMBIENTE DE 30° C. MEDIDAS MÍNIMAS: 31 X 1300 X 45 MM (LXAXP); VOLTAGEM: 127V OU 220V DEVE SER APROVADO PELO INMETRO E TER PELO MENOS 1 ANO DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.					
				Total do Fornecedor: R$20.381,40		

5049 - AGROPECUARIA PAVANELO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	ESCADA COM DOIS DEGRAUS TODO EM AÇO INOX OU AÇO COM REVESTIMENTO ANTICORROSIVO DE COR BRANCA, REFORÇADA, COM DEGRAUS REVESTIDOS EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, PÉS COM PONTEIRAS EM BORRACHA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	UNIDADE	BR CIRURGICA	15	R$103,00	R$1.545,00
32	IMPRESSORA TÉRMICA PARA ETIQUETAS DE PULSEIRAS HOSPITALARES, SISTEMA DE ROTULAGEM AUTOMATIZADO COM ETIQUETA PERSONALIZÁVEL, DUPLA CAMADA. PERMITE CRIAR CAMPOS EDITÁVEIS COM NOME DA INSTITUIÇÃO, NOME DO PACIENTE, DATA DE NASCIMENTO, NOME DA MÃE, ETC. VOLTAGEM: 100 A 240V, 50/60 HZ; CONEXÃO VIA BLUETOOTH/ETHERNET/USB; A IMPRESSORA IDENTIFICA IMEDIATAMENTE O TAMANHO DA PULSEIRA E CONFIGURA AUTOMATICAMENTE A TONALIDADE; FÁCIL DE LIMPAR E HIGIENIZAR. INCLUI 3 ROLOS DE PULSEIRAS (150) QUANTIDADES 150 PULSEIRAS DE 24MM DE LARGURA X 270MM DE COMPRIMENTO CADA FITA CADA ROLO. APRESENTAR CATALOGO	UNIDADE	GAINSHA	1	R$3.050,00	R$3.050,00
				Total do Fornecedor: R$4.595,00		

5143 - PATERMED PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	APARELHO DE LASER - EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA REABILITAÇÃO PARA USO EM DIFERENTES ÁREAS DA SAÚDE, AUXILIANDO NA REABILITAÇÃO DE VÁRIAS PATOLOGIAS. DIMENSÕES APROXIMADAS:	UNIDADE	DMC	1	R$5.295,25	R$5.295,25

	PESO DA PEÇA DE MÃO: 0,18 KG. PESO DO SUPORTE DA PEÇA DE MÃO: 0,12 KG. DIMENSÃO DA PEÇA DE MÃO: 21 CM (ALTURA) X 3 CM (LARGURA) X 5 CM (PROFUNDIDADE). DIMENSÃO DO SUPORTE DA PEÇA DE MÃO: 11 CM (ALTURA) X 6 (LARGURA) X 19 CM (PROFUNDIDADE). DIÂMETRO DA FIBRA: 600 UM. ESPECIFICAÇÕES:					
	- ALIMENTAÇÃO: BATERIA DE LI- ION 7,4 V/ 650 MA; - AUTONOMIA DA BATERIA EM USO CONTÍNUO COM CARGA DE PELO MENOS 180 MINUTOS; - ALIMENTAÇÃO CARREGADOR DE BATERIA: VE: 127-220V~/50-60HZ | VS: 9V/1,2 A; - EMISSOR DE LUZ: LASER SEMICONDUTOR (GAA1AS E INGAALP); - ÁREA DO FEIXE LASER DE SAÍDA NO BICO DA CANETA LASER: 3MM; - COMPRIMENTO DE ONDA: 660NM (LASER VERMELHO) COM POTÊNCIA ÚTIL EMISSOR LASER VERMELHO: 100 MW ± 20 %; E 808NM (LASER INFRAVERMELHO) COM POTÊNCIA ÚTIL EMISSOR LASER INFRAVERMELHO: 100 MW ± 20 %. ITENS QUE ACOMPANHAM O PRODUTO: 01 PEÇA DE MÃO. 01 SUPORTE DA PEÇA DE MÃO. 01 FONTE DE ALIMENTAÇÃO. 03 ESPAÇADORES. 01 ÓCULOS DE PROTEÇÃO PROFISSIONAL. 01 ÓCULOS DE PROTEÇÃO PACIENTE. 01 CASE DE TRANSPORTE. 03 PULSEIRAS ILIB.					
				Total do Fornecedor: R$5.295,25		

5373 - C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
30	OXIMETRO DE PULSO PORTATIL COM 01 SENSOR INFANTIL/NEONATAL: MONITORAÇÃO DE ALTA PRECISÃO DE SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO (SPO2) E BATIMENTOS CARDÍACOS (BC OU FC) PARA USO ESPECIALMENTE EM PACIENTES NEONATAIS. TELA LCD COM APRESENTAÇÃO DA CURVA PLETISMOGRÁFICA; SOFTWARE COM INTERFACE COM USUÁRIO EM PORTUGUÊS; TECLADO OU LABELS EM PORTUGUÊS; O EQUIPAMENTO NÃO PODERÁ UTILIZAR-SE DE SUPORTE PARA CARACTERIZAR COMO OXIMETRO DE MESA; DEVERÁ POSSUIR ALÇA QUE FACILITE O TRANSPORTE. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS: TELA COM NO MÍNIMO 4" ; PESO MÁXIMO 5,5KG; ALARMES AUDIOVISUAIS: ALARMES PARA OS PARÂMETROS (LIMITES DE ALTO E BAIXO), ALARMES DE FALHAS OU FUNCIONAIS (SEM BATERIA, NÍVEL BAIXO DE BATERIA, SENSOR DESCONECTADO, ETC.); POSSUIR TECLA OU BOTÃO SILENCIAR ALARMES POR 120S (120 SEGUNDOS); PARÂMETROS E FUNÇÕES:	UNIDADE	LEPU	1	R$750,00	R$750,00
	DEVE POSSUIR NO MÍNIMO UMA DESTAS TECNOLOGIAS DE OXÍMETRIA: NELLCOR OXIMAX, MÁXIMO SET, GE OHMED, NIHON KODEN, FAST SPO2 (PHILIPS), HI TECHNOLOGIES; FAIXA DE SATURAÇÃO DE O2 (SPO2) MÍNIMA DE 30 A 100%, COM TOLERÂNCIA /-2% PARA MEDIDAS DE 70 A 100% E RESOLUÇÃO DE 1% ; FREQUÊNCIA CARDÍACOS (FC) NA FAIXA MÍNIMA DE 30 A 240 BPM, COM TOLERÂNCIA DE /- 1BPM E RESOLUÇÃO DE 1 BPM; POSSIBILITE DIAGNÓSTICO PRECOCE DE CARDIOPATIA CONGÊNITA (TESTE DO CORAÇÃOZINHO). ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA/ BACKUP DE ENERGIA: ALIMENTAÇÃO DE 100 A 240V BIVOLT AUTOMÁTICO, FREQUÊNCIA 60HZ; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 120MIN. POSSUIR REGISTRO ANVISA, GARANTIA DE 12 MESES. APRESENTAR CATALOGO.					
				Total do Fornecedor: R$750,00		

6666 - CIRURGICA JM - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	BONECA DESCRIÇÃO: BONECO DE APROXIMADAMENTE 30 CM DE ALTURA, CONFECCIONADO EM VINIL LAVÁVEL E RESISTENTE. ACOMPANHA MACACÃO, GORRO E MEIAS EM TECIDO DE SOFT OU ALGODÃO. O PRODUTO INCLUI ROUPAS PARA TROCA, TAMBÉM DE SOFT OU ALGODÃO. CERTIFICADO PELO INMETRO, ATENDE ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES.	UNIDADE	milk	3	R$39,99	R$119,97
7	QUEBRA CABEÇA DESCRIÇÃO: QUEBRA-CABEÇA TEMA NEUTRO, COMPOSTO POR 100 PEÇAS. QUEBRA-CABEÇA É FABRICADO COM MATERIAL RESISTENTE. QUEBRA-CABEÇA CONFECCIONADO EM PAPEL CARTÃO DE ALTA QUALIDADE, COM ACABAMENTO FOSCO E RESISTENTE, O QUE GARANTE DURABILIDADE E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. AS PEÇAS DEVEM TER CORTE A LASER, COM BORDAS SUAVES E SEM PONTAS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA AO MANUSEIO. O MATERIAL DEVE ER LEVE, MAS FIRME O SUFICIENTE PARA GARANTIR ENCAIXES PRECISOS, EVITANDO QUE AS PEÇAS SE DESGASTEM COM O TEMPO. IMAGEM NEUTRA. A IMPRESSÃO DAS IMAGENS É FEITA COM TINTAS NÃO TÓXICAS E	UNIDADE	pais e filhos	3	R$22,79	R$68,37
	ECOLÓGICAS, SEGUIDAS DE UM PROCESSO DE LAMINAÇÃO QUE ASSEGURA CORES VIVAS E DURADOURAS, ALÉM DE UMA SUPERFÍCIE SUAVE AO TOQUE. O DESIGN E A COMPOSIÇÃO DO MATERIAL FORAM PLANEJADOS PARA GARANTIR QUE O QUEBRA- CABEÇA SEJA AGRADÁVEL TANTO VISUAL					

	QUANTO FISICAMENTE, FACILITANDO A MONTAGEM E O USO PROLONGADO PELAS CRIANÇAS.					
9	AQUA BOOK, LIVRO INTERATIVO QUE UTILIZA ÁGUA PARA COLORIR AS PÁGINAS, REVELANDO AS IMAGENS E CORES DIFERENTES. ACOMPANHAR CANETA OU PINCEL ESPECIAL, QUE PODE SER PREENCHIDO COM ÁGUA, PERMITINDO QUE A CRIANÇA PINTE SOBRE AS PÁGINAS, FAZENDO OS DESENHOS GANHAREM VIDA/COR. APÓS A SECAGEM, A ÁGUA E AS CORES DESAPARECEM, PERMITINDO QUE O LIVRO SEJA REUTILIZADO VÁRIAS VEZES. OS TEMAS DEVEM SER VARIADOS COMO: FAZENDINHA, PERSONAGENS INFANTIS, CONTOS DE FADAS OU ANIMAIS. O TAMANHO DEVE SER DE APROXIMADAMENTE 14X27CM, E CONTER NO MÍNIMO 10 PÁGINAS	UNIDADE	TODO LIVRO	5	R$16,47	R$82,35
11	KIT JOGO DE PANELINHA INFANTIL COM NO MÍNIMO DEZ PEÇAS. MATERIAL PLÁSTICO, ÁTOXICO, HIGIENIZÁVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 10 PEÇAS, ENTRE ELAS: PANELAS/FRIGIDEIRAS, TAMPAS DE PANELA, FORMA DE BOLO, CONCHA, ESCUMADEIRA, ESPÁTULA, COLHER. INDICADO PARA CRIANÇAS MAIORES DE 3 ANOS.	UNIDADE	TAFEPLAS	2	R$49,44	R$98,88
18	SELADORA PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO. COMPRIMENTO DA ÁREA DE SELAGEM: 30CM; LARGURA DA SOLDA DE MÍNIMO 3 E MÁXIMO 10MM; VOLTAGEM: 110V OU 220V; POTÊNCIA: 300W; PINTURA ELETROSTÁTICA; ACIONAMENTO MANUAL; CONTROLE DE TEMPERATURA: DE 0 A 300ºC; LUZ PILOTO: LIGADA/DESLIGADA E TEMPERATURA DO TERMOSTATO. MEDIDAS APROXIMADAS: 350 (C) X 280 (L) X 150 (A)MM.	UNIDADE	ESSENCE DENTAL	3	R$279,00	R$837,00
				Total do Fornecedor: R$1.206,57		

6672 - PEREIRA E FRACARO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
19	COLCHÃO EM ESPUMA PARA CAMA HOSPITALAR, REVESTIDO EM NAPA BAGUM, NA COR PRETA OU AZUL, IMPERMEÁVEL, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, ESPUMA DENSIDADE 33, DIMENSÕES 188 X 78	UNIDADE	prorelax	30	R$250,00	R$7.500,00

	X 10. DEVE SER ANTI-ALÉRGICO, ANTI-ÁCARO E ANTIGO FUNGO, ÁTOXICO, IMPERMEÁVEL. SUPORTAR NO MINIMO100 KG.					
20	TRAVESSEIRO HOSPITALAR IMPERMEÁVEL COMPLETO MED.60 CM X 40CMX10CM DENSIDADE 20CM(37323)	UNIDADE	brasoft	30	R$45,00	R$1.350,00
				Total do Fornecedor: R$8.850,00		

6674 - EMGESA - EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMACAO EIRELI

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
33	ESCOVA PLASTICA, CABO ANATÔMICO - CERDAS EM NYLON RÍGIDO. COMPRIMENTO TOTAL 185 MM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA	PACOTES	EMGESA 900722025	10	R$253,33	R$2.533,30
34	ESCOVA PLASTICA, CABO ANATÔMICO - CERDAS EM NYLON MACIO. COMPRIMENTO TOTAL 185 MM. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA	PACOTES	EMGESA 900722025	20	R$253,33	R$5.066,60
				Total do Fornecedor: R$7.599,90		

6678 - JM COMERCIO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
25	MESA RETANGULAR SIMPLES COM GAVETEIRO DE MATERIAL MDF, COM CHAPA DE 15 MM DE ESPESSURA OU SUPERIOR. APOIO AO CHÃO COM 1,2 OU SUPERIOR, COM SUPORTE DE NIVELAÇÃO. GAVETEIRO FIXO COM 02 GAVETAS COM NO MÍNIMO 11 CM DE ALTURA. CORPO E FUNDO EM MDF, ABERTURA DAS GAVETAS ATRAVÉS DE PUXADOR APARENTE TIPO RETO COM APROXIMADAMENTE 110 MM DE COMPRIMENTO EM INOX, NA COR CINZA.	UNIDADE	Elite Aço EA303	4	R$440,00	R$1.760,00
				Total do Fornecedor: R$1.760,00		

6683 - PHOENIX INSTRUMENTAL CIENTIFICA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
42	MICROSCÓPIO TRINOCULAR COM TELA E MICROSCÓPIO MANUAL MICROSCÓPIO TRINOCULAR: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS -AMPLIAÇÃO: 40X A NO MÍNIMO 1600X; -OCULARES: DUAS WF 16X 10MM E DUAS WF10X 16MM; -OBJETIVAS: ACROMÁTICAS 4X, 10X, 40X E 100X; -TUBO TRINOCULAR COM INCLINAÇÃO DE 30º E ROTAÇÃO DE 360º, E AJUSTE INTERPUPILAR DE 50 A 75MM, AJUSTE DE DIOTROPIA LADO ESQUERDO +/- 5; -ILUMINAÇÃO: LED COM AJUSTE DE INTENSIDADE; -FOCO: MACROMÉTRICO COM ÁREA DE TRABALHO DE ATÉ 14MM, E MICROMÉTRICO COM CURSO DE 0.002MM POR DIVISÃO. MACRO E MICRO CONJUGADO EM BOTÕES BILATERAIS; -SUPORTE PARA 1 LÂMINA COM	UNIDADE	LEIPZIG GMBH - GERMANY	1	R$5.150,00	R$5.150,00

	TRAVA ANTI-QUEBRA DE LÂMINAS; -ÁREA DE OBSERVAÇÃO: 75MM X 55MM; -CONDENSADOR: ABBE 1.25 NA COM ÍRIS DIAFRAGMA, PORTA FILTRO E MOVIMENTO POR PINHÃO E CREMALHEIRA; -DIMENSÕES APROXIMADAS: 175MM (LARGURA) X 375MM (ALTURA) X 315MM (PROFUNDIDADE); -TENSÃO DE ENTRADA 100-240 VOLTS (60HZ) (CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO); - MATERIAL: METAL ANTICORROSIVO E PINTURA ELETROSTÁTICA; ITENS INCLUSOS:					

	- 1 FRASCO DE ÓLEO DE IMERSÃO - 1 FILTROS AZUL - 1 FUSÍVEL - 1 CAPA PROTETORA - MANUAL DE INSTRUÇÕES ESPECIFICAÇÕES DA TELA: - TELA EM LCD/IPS DE 7 POLEGADAS: - RESOLUÇÃO FULL HD DE 2 MEGAPIXELS 1980X1080P; - USB, SAÍDA PARA LCD, PC OU CELULAR; - ALIMENTAÇÃO INCLUSA DE 5V/2A; - SUPORTA CARTÃO SD DE ATÉ 32GB; - SOFTWARE INCLUSO PARA PC/MAC COM MEDIDAS, E ANÁLISE DE IMAGENS; MICROSCÓPIO MANUAL: - USB PORTÁTIL DE 1,5X ATÉ 50X; ACESSÓRIOS INCLUSOS: - LÂMINAS PREPARADAS COM 10 PEÇAS; - KIT EXPERIMENTAL; - CONECTOR PARA CELULAR; - ADAPTADOR DE ENERGIA; - CABO DE ALIMENTAÇÃO; - CABO USB; - SOFTWARE EM CD; - CAIXA PARA TRANSPORTE, MALETA PRÁTICA.					
				Total do Fornecedor: R$5.150,00		

6685 - SUTCARE LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
38	BANQUETA, BALDE E COLETOR PARA PARTO, CONFECCIONADOS COM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PEAD, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ASSENTO ANATÔMICO, ERGONÔMICO, COM ABERTURA CENTRAL AMPLA, PERMITE TOTAL VISUALIZAÇÃO DO PROCESSO DO PARTO. EQUIPADO COM UMA BACIA COLETORA E BALDE/TAMBORETE. PODE SER USADO NO CHÃO OU SOBRE A CAMA PPP. LARGURA DA BASE MÍNIMO 40 CM, ALTURA 35 A 45 CM, DIÂMETRO DO ASSENTO MÍNIMO 30 CM. CAPAZ DE SUPORTAR ATÉ 200 KG. COR	UNIDADE	PAARTO HUMANIZAAD O	2	R$1.390,00	R$2.780,00

	BRANCA OU AZUL. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.					
				Total do Fornecedor: R$2.780,00		

6690 - GUILHERME XAVIER PIVA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
29	MOCHO GIRATÓRIO MECÂNICO S/ ENCOSTO, ESTOFADO COM RODÍZIOS	UNIDADE	propria	4	R$229,00	R$916,00
				Total do Fornecedor: R$916,00		

6692 - CRISTAL E-COMMERCE LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
23	BEBEDOURO INDUSTRIAL 50L EM INOX - ACIONAMENTO POR PEDAL- SEM CONTATO MANUAL , GABINETE EM INOX 430 COM PELÍCULA PVC PARA PROTEÇÃO (REMOVÍVEL), ESTRUTURA METÁLICA COMO BASE DO BEBEDOURO (PARA REFORÇO DO MESMO) RESERVATÓRIO COM CUBAGEM DE 50 LITROS, RESERVATÓRIO CONFECCIONADO EM PP ATÓXICO, PRÓPRIO PARA ALIMENTO (ÁGUA), SERPENTINA INTERNA NA ÁGUA EM AÇO INOX 304 NORMAS A269 (INOX SANITÁRIO), TROCA DE REFRIGERAÇÃO DIRETA NA ÁGUA, MELHORANDO O DESEMPENHO DO PRODUTO, SISTEMA DE BÓIA PARA REPOSIÇÃO AUTOMÁTICA E CONTROLE DO VOLUME DE ÁGUA DENTRO DO RESERVATÓRIO,TERMOSTATO POR ESCALA (0 A 7) COM BULBO, , TAMPA EM AÇO INOX 430, [APARADOR DE ÁGUA (CUBA), EM AÇO INOX 430 REMOVÍVEL PARA LIMPEZA, PÉS COM 07 CM EM TUBO ALUMÍNIO REFORÇADO E REGULAGEM EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE, 02 TORNEIRAS ESFERA, 01 ÁGUA NATURAL E OUTRA GELADA, TORNEIRAS SEM ACIONAMENTO MANUAL, SERÁ ACIONADO VIA PEDALEIRA NO CHÃO, GÁS DE REFRIGERAÇÃO R134ª (ECOLÓGICO), INCLUI 02 PEDAIS DE ACIONAMENTO EM AÇO INOX QUE VÃO INSTALADOS E DEVEM SER FIXADOS AO CHÃO, UNIDADE DE REFRIGERAÇÃO 1/8HP (TECUMSEH OU EMBRACO, VOLTAGEM 110 V, UNIDADE DE REFRIGERAÇÃO EMBUTIDA NO PRODUTO, PARA EVITAR EXCESSO DE SUJIDADES, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM AR FORÇADO, ECELERANDO O PROCESSO DE TROCA DE CALOR, MELHOR EFICIÊNCIA, ABERTURA EMBAIXO PARA MELHOR TROCA DE CALOR E EFICIÊNCIA NA REFRIGERAÇÃO, MEDIDAS: 1.220 MM ALT X 500 MM LARGURA X 490MM COMPRIMENTO,PESO: 30 KG, GARANTIA DE 01 ANO DO EQUIPAMENTO, SEGUE COM	UNIDADE	ACQUA GELATA	5	R$2.300,00	R$11.500,00

	FILTRO EXTERNO DE ÁGUA INCLUSO MULTIUSO - ROSCA DE 1/2" COM CARVÃO ATIVADO E SAIS DE PRATA, SEGUE MANUAL DE INSTALAÇÃO, KIT INSTALAÇÃO CONTENDO (FLEXÍVEL PVC 0,60 CM, VÁLVULA RALO, NIPEL E COTOVELO HIDRÁULICO EM PVC E MANGUEIRA SIFÃO), SEGUEM DUAS PEDALEIRAS INSTALADAS, 01 EM CADA TORNEIRA, COM ACIONAMENTO MECÂNICO VIA PÉS. CERTIFICADO DO INMETRO. GARANTIA DE 01 ANO.					
				Total do Fornecedor: R$11.500,00		

144789 - CENTRO OESTE COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
22	CADEIRA PARA COLETA DE SANGUE. CADEIRA INDIVIDUAL FIXA PARA USO EM UNIDADES DE SAÚDE, CLÍNICA E HOSPITAIS NA COLETA DE SANGUE, COM ENCOSTO EM ESPALDAR BAIXO, ASSENTO EM FORMATO ANATÔMICO - ERGONÔMICO E BRAÇADEIRAS TIPO CONCHA, TOTALMENTE FABRICADOS EM POLIPROPILENO (PP) ALTAMENTE RESISTENTE PELO SISTEMA DE INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA NA COR AZUL ROYAL, NAS	UNIDADE	renascer	2	R$592,00	R$1.184,00

	DIMENSÕES: ENCOSTO 61 CM X 46,5 CM. ASSENTO 54CM X 66CM E DUAS BRAÇADEIRAS COM ESTABILIDADE DO APOIO E HASTES REGULÁVEIS PARA A ALTURA POR MEIO DE MANÍPULOS NAS DIMENSÕES: 27 X 20 CM. A BASE DE APOIO DA CADEIRA COM CAPACIDADE DE SUPORTAR A CARGA DE 120 KG DEVE SER CONSTITUÍDA EM TUBO DE AÇO CARBONO REDONDO DE DIÂMETRO E ESPESSURA: 7/8 POLEGADAS X 1,2MM, TRAVESSAS HORIZONTAIS E OS PÉS COM SAPATAS PROTETORAS. ALTURA DO CHÃO ATÉ O ASSENTO: 45CM. AS MEDIDAS PODERÃO SOFRER VARIAÇÃO DE ATÉ ± 5 %, EXCETO QUANDO HOUVER MEDIDAS MÍNIMAS DETERMINADAS. A MONTAGEM DA CADEIRA É DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR. ACOMPANHA O PRODUTO: MANUAL DE FABRICAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE USO E MANUTENÇÃO DA CADEIRA; CERTIFICADO DE GARANTIA DE 12 MESES, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; CERTIFICADO DE CONFORMIDADE DE PRODUUTO EMITIDO PELO INMETRO OU ABNT.					
26	CADEIRA DE BANHO: CADEIRA DE RODAS PARA BANHO ADULTO DE INOX - PINTURA EPÓXI; ENCOSTO REVESTIDO COM CAPA DE CAPOTA IMPERMEÁVEL; ASSENTO REMOVÍVEL E EM CURVA; RODAS TRASEIRAS EM NYLON, COM PNEU	UNIDADE	ML BANHO	4	R$940,00	R$3.760,00

	ANTI-FURO DE 20´; RODAS DIANTEIRAS MACIÇAS DE 6´; ROLAMENTOS BLINDADOS NAS QUATRO RODAS INCLUSIVE NO EIXO VERTICAL DO GARFO; EIXOS REFORÇADOS DE AÇO; FREIOS BILATERAIS; APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEL; SUPORTE DO PEDAL TIPO PLATAFORMA FIXO REGULÁVEL NA ALTURA. LARGURA APROXIMADA DO ASSENTO: 42 CM; LARGURA APROXIMADA DA CADEIRA: 63 CM PESO DA CADEIRA MENOR QUE: 12 KG; TOLERÂNCIA DE PESO SUPERIOR OU IGUAL A : 120 KG COM BALDE COLETOR DE RESÍDUOS REMOVÍVEL MESMO COM O PACIENTE SENTADO.					
				Total do Fornecedor: R$4.944,00		

151890 - MUNIZ & ROCHA LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	POWERBREATHE CLASSIC - DISPOSITIVO DE TREINAMENTO MUSCULAR RESPIRATÓRIO PARA FORTALECER OS MÚSCULOS RESPIRATÓRIOS. UTILIZADO TANTO COMO TERAPIA INDIVIDUAL QUANTO EM CONJUNTO COM A REABILITAÇÃO PULMONAR. O BOCAL DEVE SER DE PVC SEM LÁTEX; VÁLVULA DE BORRACHA DE SILICONE; ANILHA DE BORRACHA NITRÍLICA; MOLA EM AÇO INOXIDÁVEL; TENSOR DE NYLON REFORÇADO 66; BOLSA DE PVC COM FECHO; OS DEMAIS COMPONENTES DEVEM SER CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO. POSSUI RESISTÊNCIA LEVE COM 9 NÍVEIS DE CARGAS AJUSTÁVEIS MANUALMENTE DE 10 À 90CMH2O. POSSUI BOCAL ANATÔMICO. DIMENSÕES APROXIMADAS = 120X50MM.	UNIDADE	Powerbreath Clasic Medic	1	R$650,00	R$650,00
3	ULTRASSOM TERAPÊUTICO - APARELHO DE ULTRASSOM DE 1 E 3 MHZ; TELA: DISPLAY GRÁFICO DE LCD; ULTRASSOM 1 E 3 MHZ; POTÊNCIA: 21 W; ERA (ÁREA EFETIVA DE RADIAÇÃO): MÍNIMO 7 CM²; MODO: CONTÍNUO E PULSADO; CICLO DE TRABALHO: DE 10, 20, 50 OU 75% ±5%; FREQUÊNCIA DE REPETIÇÃO DO PULSO: COM 100HZ, 48HZ E 16HZ ±10%; TIMER: 1 A 30 MIN; SENSOR TÉRMICO DE DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO ULTRAPASSAR 41°; POTÊNCIA DE ENTRADA - CONSUMO: 100 VA; POTÊNCIA MÁXIMA DE SAÍDA: 24 WATTS ± 20%; ALIMENTAÇÃO 100-240V~50/60HZ; ITENS INCLUSOS: 1 APARELHO ULTRASSOM, 1 APLICADOR, 1	UNIDADE	Ibramed Sono Pulse III	1	R$2.200,00	R$2.200,00

	SUPORTE PARA O APLICADOR, 1 MANUAL, 1 CABO DE FORÇA, 1 TUBO DE GEL. APRESENTAR CATÁLOGO, E REGISTRO NA ANVISA.					
15	ESCADA TRÊS DEGRAUS , FABRICADO EM AÇO CARBONO. EM PINTURA EPÓXI. PÉS TUBULARES 3/4 COM PONTEIRAS DE BORRACHA, TRÊS DEGRAUS REVESTIDO EM MATERIAL SINTÉTICO ANTIDERRAPANTE.	UNIDADE	Ouro Verde	2	R$229,00	R$458,00
16	SELADORA A VÁCUO, COM BICO DE SUCÇÃO E ATM, ELA PODE SER USADA PARA SELAR COM VÁCUO (USANDO PLÁSTICO PRÓPRIO PARA ISSO - AQUELE COM RANHURAS) OU SEM VÁCUO (COM SAQUINHOS PLÁSTICOS COMUNS). DISPONÍVEL NAS TENSÕES: 220 VOLTS -POTÊNCIA: 100W- COMPRIMENTO DA BARRA DE SELAGEM: 600 A 750MM - LARGURA DA BARRA DE SELAGEM: 5 A 10 MM. MODELO SIMILAR À FOTO. APRESENTAR CATALOGO.	UNIDADE	Cetro ATM CNVS 500T	1	R$8.800,00	R$8.800,00
17	SELADORA AUTOMÁTICA CONTINUA PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO. LARGURA DA SOLDA: 13MM; CONTROLE DE TEMPERATURA DIGITAL: 0 A 300ºC; ARRASTE DA EMBALAGEM POR CORREIAS SINCRONIZADAS; VELOCIDADE DE SELAGEM: APROXIMADAMENTE 10M/MIN.; COMANDO DE AQUECIMENTO E ACIONAMENTO DO MOTOR INDEPENDENTES; TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 110V OU 220V - 50/60HZ; RESISTENCIA DA SELAGEM CONFORME NORMA ABNT 14.990-9; POTÊNCIA MÍNIMA: 280WATTS; ESTRUTURA EM CHAPA COM PINTURA ELETROSTÁTICA; MEDIDAS APROXIMADAS: 40 (C) X 28 (L) X 18 (A).	UNIDADE	Registro RG 900	1	R$3.300,00	R$3.300,00
21	PRANCHA DE RESGATE COM KIT DE CINTO MAIS	UNIDADE	resgate sp	2	R$557,00	R$1.114,00

	IMOBILIZADOR DE CABEÇA. PRANCHA DE IMOBILIZAÇÃO CONFECCIONADA EM POLIETILENO COM ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS, SUPORTANDO DE 180 A 300 KG, RÍGIDA, LEVE E CONFORTÁVEL; POSSUI ABERTURAS ESPECÍFICAS PARA FACILITAR A IMOBILIZAÇÃO DA VÍTIMA; 100 % TRANSLÚCIDA PODENDO SER USADA EM RX E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA.MEDIDAS: 1880 MM DE COMPRIMENTO X 460 MM DE LARGURA X 85 MM DE ALTURA. PESO APROXIMADO 8 KG. COR AMARELA. CONJUNTO DE CINTOS COM 3 PEÇAS, PARA IMOBILIZAÇÃO, CONFECCIONADO EM FITAS DE NYLON, FIXADO POR FITAS EM VELCRO DE 50 MM DE LARGURA,					
	PERMITE IMOBILIZAR: OS OMBROS, TÓRAX, PELVE, BRAÇOS E PERNAS. IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA, CONFECCIONADO EM ESPUMA INJETADA, IMPERMEÁVEL COM ORIFÍCIO AURICULAR, PROPICIA IMOBILIZAÇÃO PARA CABEÇA E REGIÃO CERVICAL, COM DOIS CINTOS DE IMOBILIZAÇÃO (TESTA E QUEIXO) COM FORMATO ANATÔMICO E ADEQUADO PARA ENCAIXE NO COLAR CERVICAL. BASE TOTALMENTE IMPERMEÁVEL E FIXADA NA PRANCHA 40 X 26 CM - LATERAIS FIXADAS NA BASE APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA					
27	ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO PORTÁTIL /COM BATERIA RECARREGÁVEL, C/ 1,3LTS, 12V ASPIRADOR CIRÚRGICO COM BATERIA ASPIRA LÍQUIDOS E SECREÇÕES.- FÁCIL HIGIENIZAÇÃO;- PORTÁTIL, SILENCIOSO E DE MANUSEIO SIMPLES;- USO CLÍNICO, ODONTOLÓGICO, VETERINÁRIO, E CIRÚRGICO;- ASPIRAÇÃO REGULÁVEL DE 0 A 18" HG;- A VERSÃO 12V COM BATERIA É IDEAL PARA USO EM AMBULÂNCIAS E LOCAIS SEM ENERGIA ELÉTRICA;- POSSUI VACUÔMETRO;- FILTRO ANTI-BACTÉRIAS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS VOLTAGEM: 100-240 V; - FREQUÊNCIA: 50/60 HZ; - POTÊNCIA: 36 W; - BATERIA INTERNA: 12 V DC, 4,5 AH; - TIPO DE BATERIA: CHUMBO ÁCIDA, SELADA; - VÁCUO: DE 0 A 550 MMHG (REGULÁVEL); - VÁLVULA AUTOMÁTICA DE NIVEL; - CAPACIDADE DO RECIPIENTE: 1,5 LITROS;	UNIDADE	Dellamed Aspiramed	3	R$450,00	R$1.350,00
39	BALANÇO PÉLVICO PARA PARTO, TIPO CAVALINHO, CONSTRUÍDO EM TUBO DE AÇO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO, PINTURA ELETROSTÁTICA RESISTENTE A OXIDAÇÃO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ASSENTO E APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS, CONFECCIONADOS EM MADEIRA MULTILAMINADA, REVESTIDOS COM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE (MÍNIMO D28). REVESTIMENTO EM COURVIN HOSPITALAR IMPERMEÁVEL, ATÓXICO, ANTIFÚNGICO E ANTIBACTERIANO. SUPERFÍCIE LISA, COM CANTOS ARREDONDADOS E ACABAMENTO QUE EVITA ACÚMULO DE RESÍDUOS. PÉS ANTIADERRENTES, CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA 150 KG, COM REGULAGEM DE ALTURA. DIMENSÕES APROXIMADAS:	UNIDADE	SALUTEM	2	R$984,90	R$1.969,80
	ALTURA TOTAL EM MÉDIA 80 A 90 CM, LARGURA 60 CM, ALTURA DO ASSENTO 45 A 50 CM, ALTURA APOIO DOS BRAÇOS POSSUIR REGISTRO NA ANVISA, GARANTIA DE 12 MESES. COR BRANCA OU AZUL.					
43	ELETRODO PARA BIOIMPEDÂNCIA, COMPATÍVEL COM APARELHO DE BIOIMPEDÂNCIA MARCA SANNY. ELETRODO DE SUPERFÍCIE AG/AGCL AUTOADESIVO COM GEL CONDUTOR PARA EXAME DE BIOIMPEDÂNCIA TETRAPOLAR. O PRODUTO DEVE SER AUTOADESIVO, DE FÁCIL REMOÇÃO E NÃO DEIXAR RESÍDUOS. COMPOSIÇÃO: AG/AGCL COM ADESIVO E GEL REDUTOR. PACOTE INCLUINDO 100 ELETRODOS SANNY. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.	PACOTES	Sanny	3	R$121,99	R$365,97
				Total do Fornecedor: R$20.207,77		

Gabinete do Prefeito de Santa Izabel do Oeste, em 29 de janeiro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kamilly Dalletezze Pompermaier
Código Identificador:62B6851D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE
Pregão Eletrônico
Nº 1/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Adjudicar e Homologar o resultado da licitação, realizada na modalidade ***Pregão Eletrônico Nº 1/2026***, que teve como objeto ***Fornecimento de gêneros alimentícios e itens de higiene bem como a montagem e entrega mensal de cestas básicas, em dois tamanhos (Cesta Pequena e Cesta Média), conforme especificações, composições, quantidades e demais condições definidas nos anexos, destinadas ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Santa Lúcia - PR.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, ficaram classificados as empresas da seguinte maneira:

E PEREIRA DE ASSIS DISTRIBUIDORA								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ACHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL Chocolate em pó soluvel. Disponibilidade: embalagem de no mínimo 400 gr. Contendo açucar, cacau em pó, maltodextrina, sal, vitaminas (A, D3, B1, B2, B3, B5, B6, B7, B9 E B12), minerais, (ferro e zinco), emulsificantes lectina de soja e aromatizante.	ITALAC		UN	300,00	4,56	1.368,00
1	2	AÇUCAR CRISTAL 5 KG	GLOBO		PCT	300,00	15,19	4.557,00
1	3	ARROZ BRANCO TIPO 1 - 5 KG	MINUETO		PCT	300,00	12,42	3.726,00
1	4	BISCOITO AGUA E SAL COM NO MINIMO 350 GR	RACINE		PCT	300,00	4,13	1.239,00
1	5	BISCOITO DOCE SORTIDO COM NO MINIMO 350 GR	PICCININI 600		PCT	300,00	4,13	1.239,00
1	6	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL 500 G Seleção dos melhores grãos, torrados e moídos, com ponto de torra clássico.	DIVINA MESA		un	300,00	21,47	6.441,00
1	7	CREME DENTAL 90 GRAMAS	FREEDEND		UN	300,00	2,18	654,00
1	8	DOCE DE FRUTAS 400 GR	DIVINA MESA		PT	300,00	5,72	1.716,00
1	9	ESPONJA MULTI USO DE LIMPEZA 110X75X20 MM 3 UNID. AMARELA-VERDE	CONDOR		UN	300,00	3,02	906,00
1	10	EXTRATO DE TOMATE COM NO MÍNIMO 300 GRAMAS	BONARE		UN	300,00	2,51	753,00
1	11	FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA 500 GR	AMAFIL		UN	300,00	6,38	1.914,00
1	12	FARINHA DE TRIGO 5 KG	MARGARIDA		KG	300,00	14,16	4.248,00
1	13	FEIJÃO PRETO TAMANHO MÍNIMO 1 KG Feijão Preto; conteúdo mínimo de: 1 kg; Tipo 1.	FEMILA		PCT	600,00	3,54	2.124,00
1	14	FUBÁ TIPO MIMOSO COM NO MINIMO 1 KG	SILOTI		UN	300,00	3,58	1.074,00
1	15	GELATINA EM PÓ COM NO MÍNIMO 20 GR	APTI		UN	600,00	1,17	702,00
1	16	LEITE INTEGRAL 1LT	LIDER		LT	600,00	3,77	2.262,00
1	17	MACARRÃO PARAFUSO - 1 KG	JOIA		PCT	300,00	5,67	1.701,00
1	18	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE TAMANHO MÍNIMO 500 GR	JOIA		PCT	300,00	2,83	849,00
1	19	MARGARINA 500 GR COM SAL COM NO MINIMO 80% DE LIPIDIOS MARGARINA 500 GR COM SAL Com no mínimo 80% de lipidios	COAMO		PT	300,00	8,26	2.478,00
1	20	MISTURA PARA BOLO COM NO MÍNIMO 400 GR Composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento químico, aromatizantes e demais ingredientes necessários à preparação de massa para bolo, devendo apresentar textura homogênea, coloração uniforme e ausência de grumos, resíduos ou qualquer sinal de deterioração. O produto deverá estar devidamente lacrado, identificado com informações obrigatórias de rotulagem (lote, validade, composição, peso líquido, fabricante e instruções de preparo.A embalagem deverá garantir integridade, proteção contra umidade e conservação adequada do produto até o momento do consumo.	APTI		un	300,00	4,30	1.290,00
1	21	MORTADELA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1 KG O produto deverá apresentar cor uniforme, aroma característico, textura firme e homogênea, sem presença de manchas escuras, bolhas, rupturas, sinais de deterioração, excesso de umidade ou qualquer alteração que comprometa sua qualidade.O produto deverá estar em perfeito estado de conservação e atender integralmente às legislações sanitárias vigentes, possuir registro no MAPA/SIF, conter rotulagem completa (lote, data de fabricação, validade, peso líquido, composição e informações nutricionais) e apresentar prazo de validade válido.	COPACOL		un	300,00	16,18	4.854,00
1	22	OLEO DE SOJA Óleo de soja - Extraído por processo de refinamento, obtido de espécie vegetal, livre de materias primas transgênicas, isento de ranço e substâncias estranhas, acondicionado em frasco plástico com 900 ml, de características de coloração clara, obedecendo a requisitos de qualidade, odor, sabor e isento de impurezas.Prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da entrega do produto.	COAMO		UN	600,00	7,80	4.680,00
1	23	PAPEL HIGIENICO PCT C/ 4 UNID. 30 metros; 100 % fibras celuloicas.	CLASSY		PCT	300,00	3,46	1.038,00
1	24	SABÃO EM PO Sabão em pó embalagem com no minimo de 800 gramas. Tensoativo aniônico, alcalinizante, sequestrante, carga, coadjuvantes, branqueador óptico, corante, enzimas, agente antirredepositante,, fragrância e água. Notificação na Anvisa.	YPE		UN	300,00	8,95	2.685,00
1	25	SABONETE EM BARRA TAMANHO MÍNIMO 85 GR Produto de qualidade; elimina bácterias; fragrâncias diversas, devidamente embalado.	NIPS		un	600,00	1,12	672,00
1	26	SAL REFINADO 1kg	DIVINA MESA		PCT	300,00	2,12	636,00
1	27	SHAMPOO adulto, para todos os tipos de cabelo, diversas fragancias, embalagem com no mínimo 325 ml.	SKALA		UN	300,00	7,31	2.193,00
2	1	ACHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL Chocolate em pó soluvel. Disponibilidade: embalagem de no mínimo 400 gr. Contendo açucar, cacau em pó, maltodextrina, sal, vitaminas (A, D3, B1, B2, B3, B5, B6, B7, B9 E B12), minerais, (ferro e zinco), emulsificantes lectina de soja e aromatizante.	ITALAC		UN	225,00	4,40	990,00
2	2	AÇUCAR CRISTAL 5 KG	GLOBO		PCT	225,00	13,20	2.970,00
2	3	ARROZ BRANCO TIPO 1 - 5 KG	MINUETO		PCT	225,00	11,00	2.475,00
2	4	BISCOITO AGUA E SAL COM NO MINIMO 350 GR	RACINE		PCT	225,00	3,70	832,50
2	5	BISCOITO DOCE SORTIDO COM NO MINIMO 350 GR	PICCININI 600		PCT	225,00	3,70	832,50
2	6	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL 500 G Seleção dos melhores grãos, torrados e moídos, com ponto de torra clássico.	DIVINA MESA		un	225,00	20,02	4.504,50
2	7	CREME DENTAL 90 GRAMAS	FREEDEND		UN	450,00	1,80	810,00
2	8	DOCE DE FRUTAS 400 GR	DIVINA MESA		PT	225,00	5,00	1.125,00
2	9	ESPONJA MULTI USO DE LIMPEZA 110X75X20 MM 3 UNID. AMARELA-VERDE	CONDOR		UN	225,00	2,816	633,60
2	10	EXTRATO DE TOMATE COM NO MÍNIMO 300 GRAMAS	BONARE		UN	450,00	2,343	1.054,35
2	11	FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA 500 GR	AMAFIL		UN	225,00	5,80	1.305,00
2	12	FARINHA DE TRIGO 5 KG	MARGARIDA		KG	225,00	13,20	2.970,00
2	13	FEIJÃO PRETO TAMANHO MÍNIMO 1 KG Feijão Preto; conteúdo mínimo de: 1 kg; Tipo 1.	FEMILA		PCT	450,00	3,30	1.485,00
2	14	FUBÁ TIPO MIMOSO COM NO MINIMO 1 KG	SILOTI		UN	225,00	3,10	697,50
2	15	GELATINA EM PÓ COM NO MÍNIMO 20 GR	APTI		UN	450,00	1,089	490,05
2	16	LEITE INTEGRAL 1LT	LIDER		LT	675,00	3,40	2.295,00
2	17	MACARRÃO PARAFUSO - 1 KG	JOIA		PCT	225,00	5,28	1.188,00
2	18	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE TAMANHO MÍNIMO 500 GR	JOIA		PCT	450,00	2,64	1.188,00
2	19	MARGARINA 500 GR COM SAL COM NO MINIMO 80% DE LIPIDIOS MARGARINA 500 GR COM SAL Com no mínimo 80% de lipidios	COAMO		PT	225,00	7,70	1.732,50
2	20	MISTURA PARA BOLO COM NO MÍNIMO 400 GR Composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento químico, aromatizantes e demais ingredientes necessários à preparação de massa para bolo, devendo apresentar textura homogênea, coloração uniforme e ausência de grumos, resíduos ou qualquer sinal de deterioração. O produto deverá estar devidamente lacrado, identificado com informações obrigatórias de rotulagem (lote, validade, composição, peso líquido, fabricante e instruções de preparo.A embalagem deverá garantir integridade, proteção contra umidade e conservação adequada do produto até o momento do consumo.	APTI		un	225,00	3,90	877,50
2	21	MORTADELA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1 KG O produto deverá apresentar cor uniforme, aroma característico, textura firme e homogênea, sem presença de manchas escuras, bolhas, rupturas, sinais de deterioração, excesso de umidade ou qualquer alteração que comprometa sua qualidade.O produto deverá estar em perfeito estado de conservação e atender integralmente às legislações sanitárias vigentes, possuir registro no MAPA/SIF, conter rotulagem completa (lote, data de fabricação, validade, peso líquido, composição e informações nutricionais) e apresentar prazo de validade válido.	COPACOL		un	225,00	14,667	3.300,07
2	22	OLEO DE SOJA Óleo de soja - Extraído por processo de refinamento, obtido de espécie vegetal, livre de materias primas transgênicas, isento de ranço e substâncias estranhas, acondicionado em frasco plástico com 900 ml, de características de coloração clara, obedecendo a requisitos de qualidade, odor, sabor e isento de impurezas.Prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da entrega do produto.	COAMO		UN	675,00	7,48	5.049,00

2	23	PAPEL HIGIENICO PCT C/ 4 UNID. 30 metros; 100 % fibras celuloicas.	CLASSY		PCT	450,00	3,234	1.455,30
2	24	SABÃO EM PO Sabão em pó embalagem com no minimo de 800 gramas. Tensoativo aniônico, alcalinizante, sequestrante, carga, coadjuvantes, branqueador óptico, corante, enzimas, agente antirredepositante,, fragrância e água. Notificação na Anvisa.	YPE		UN	225,00	8,30	1.867,50
2	25	SABONETE EM BARRA TAMANHO MÍNIMO 85 GR Produto de qualidade; elimina bácterias; fragrâncias diversas, devidamente embalado.	NIPS		un	675,00	1,045	705,38
2	26	SAL REFINADO 1kg	DIVINA MESA		PCT	225,00	1,98	445,50
2	27	SHAMPOO adulto, para todos os tipos de cabelo, diversas fragancias, embalagem com no mínimo 325 ml.	SKALA		UN	225,00	7,65	1.721,25
3	1	ACHOCOLATADO EM PÓ SOLÚVEL Chocolate em pó soluvel. Disponibilidade: embalagem de no mínimo 400 gr. Contendo açucar, cacau em pó, maltodextrina, sal, vitaminas (A, D3, B1, B2, B3, B5, B6, B7, B9 E B12), minerais, (ferro e zinco), emulsificantes lectina de soja e aromatizante.	ITALAC		UN	75,00	4,40	330,00
3	2	AÇUCAR CRISTAL 5 KG	GLOBO		PCT	75,00	15,00	1.125,00
3	3	ARROZ BRANCO TIPO 1 - 5 KG	MINUETO		PCT	75,00	12,42	931,50
3	4	BISCOITO AGUA E SAL COM NO MINIMO 350 GR	RACINE		PCT	75,00	3,70	277,50
3	5	BISCOITO DOCE SORTIDO COM NO MINIMO 350 GR	PICCININI 600		PCT	75,00	3,70	277,50
3	6	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL 500 G Seleção dos melhores grãos, torrados e moídos, com ponto de torra clássico.	DIVINA MESA		un	75,00	20,02	1.501,50
3	7	CREME DENTAL 90 GRAMAS	FREEDEND		UN	150,00	1,80	270,00
3	8	DOCE DE FRUTAS 400 GR	DIVINA MESA		PT	75,00	5,00	375,00
3	9	ESPONJA MULTI USO DE LIMPEZA 110X75X20 MM 3 UNID. AMARELA-VERDE	CONDOR		UN	75,00	2,82	211,50
3	10	EXTRATO DE TOMATE COM NO MÍNIMO 300 GRAMAS	BONARE		UN	150,00	2,34	351,00
3	11	FARINHA DE MANDIOCA TEMPERADA 500 GR	AMAFIL		UN	75,00	5,80	435,00
3	12	FARINHA DE TRIGO 5 KG	MARGARIDA		KG	75,00	13,20	990,00
3	13	FEIJÃO PRETO TAMANHO MÍNIMO 1 KG Feijão Preto; conteúdo mínimo de: 1 kg; Tipo 1.	FEMILA		PCT	150,00	3,30	495,00
3	14	FUBÁ TIPO MIMOSO COM NO MINIMO 1 KG	SILOTI		UN	75,00	3,10	232,50
3	15	GELATINA EM PÓ COM NO MÍNIMO 20 GR	APTI		UN	150,00	1,09	163,50
3	16	LEITE INTEGRAL 1LT	LIDER		LT	225,00	3,40	765,00
3	17	MACARRÃO PARAFUSO - 1 KG	JOIA		PCT	75,00	5,28	396,00
3	18	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE TAMANHO MÍNIMO 500 GR	JOIA		PCT	150,00	2,64	396,00
3	19	MARGARINA 500 GR COM SAL COM NO MINIMO 80% DE LIPIDIOS MARGARINA 500 GR COM SAL Com no mínimo 80% de lipidios	COAMO		PT	75,00	7,70	577,50
3	20	MISTURA PARA BOLO COM NO MÍNIMO 400 GR Composta por farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento químico, aromatizantes e demais ingredientes necessários à preparação de massa para bolo, devendo apresentar textura homogênea, coloração uniforme e ausência de grumos, resíduos ou qualquer sinal de deterioração. O produto deverá estar devidamente lacrado, identificado com informações obrigatórias de rotulagem (lote, validade, composição, peso líquido, fabricante e instruções de preparo.A embalagem deverá garantir integridade, proteção contra umidade e conservação adequada do produto até o momento do consumo.	APTI		un	75,00	3,90	292,50
3	21	MORTADELA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 1 KG O produto deverá apresentar cor uniforme, aroma característico, textura firme e homogênea, sem presença de manchas escuras, bolhas, rupturas, sinais de deterioração, excesso de umidade ou qualquer alteração que comprometa sua qualidade.O produto deverá estar em perfeito estado de conservação e atender integralmente às legislações sanitárias vigentes, possuir registro no MAPA/SIF, conter rotulagem completa (lote, data de fabricação, validade, peso líquido, composição e informações nutricionais) e apresentar prazo de validade válido.	COPACOL		un	75,00	14,67	1.100,25
3	22	OLEO DE SOJA Óleo de soja - Extraído por processo de refinamento, obtido de espécie vegetal, livre de materias primas transgênicas, isento de ranço e substâncias estranhas, acondicionado em frasco plástico com 900 ml, de características de coloração clara, obedecendo a requisitos de qualidade, odor, sabor e isento de impurezas.Prazo de validade de no mínimo 12 meses a partir da entrega do produto.	COAMO		UN	225,00	7,48	1.683,00
3	23	PAPEL HIGIENICO PCT C/ 4 UNID. 30 metros; 100 % fibras celuloicas.	CLASSY		PCT	75,00	3,23	242,25
3	24	SABÃO EM PO Sabão em pó embalagem com no minimo de 800 gramas. Tensoativo aniônico, alcalinizante, sequestrante, carga, coadjuvantes, branqueador óptico, corante, enzimas, agente antirredepositante,, fragrância e água. Notificação na Anvisa.	YPE		UN	75,00	8,30	622,50
3	25	SABONETE EM BARRA TAMANHO MÍNIMO 85 GR Produto de qualidade; elimina bácterias; fragrâncias diversas, devidamente embalado.	NIPS		un	225,00	1,05	236,25
3	26	SAL REFINADO 1kg	DIVINA MESA		PCT	75,00	1,98	148,50
3	27	SHAMPOO adulto, para todos os tipos de cabelo, diversas fragancias, embalagem com no mínimo 325 ml.	SKALA		UN	75,00	7,65	573,75
TOTAL								117.999,00

Sendo estes os itens adjudicados aos participantes, o valor total do certame resultou em R$ 117.999,00 (Cento e Dezessete Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais), conforme ata da Sessão Pública, ficando a(s) empresa(s) vencedora(s) CONVOCADA(S) a comparecer(em) no Departamento de Licitações e Contratos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir deste, para a assinatura do Contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em dois dias de fevereiro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:ED016174

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3440/2026

D E C R E T O Nº 3440/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E CONSIDERANDO O RESULTADO FINAL DO PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2023, HOMOLOGADO EM 07/12/2023,

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR, as cidadãs abaixo relacionadas com seu respectivo cargo, Símbolo e nível, conforme segue abaixo relacionados, a partir desta data:

Classif	NOME	CARGO	NIVEL	SÍMBOLO	RG. Nº	CPF/MF Nº
32º	Thamara Julian da Silva Parucci	Assistente Administrativo	I	Ass. Adm.	53.404.040-8-SSP/SP	594.076.488-69
33º	Jamilly Lauane Ap. Paixão da Silva	Assistente Administrativo	I	Ass. Adm.	13.361.769-8-SSP/PR	141.518.199-32

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:F9B07180

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3441/2026

D E C R E T O Nº 3441/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E CONSIDERANDO O RESULTADO FINAL DO PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 02/2023, HOMOLOGADO EM 07/12/2023,

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR, os cidadãos abaixo relacionados com seu respectivo cargo, Símbolo e nível, conforme segue abaixo relacionados, a partir desta data:

Classif	NOME	CARGO	NIVEL	SÍMBOLO	RG. Nº	CPF/MF Nº
22º	Wesley Lima Silva	Serviços Gerais	I	Ser.Ger.	10.744.525-0-SSP/PR	109.395.189-37
26º	Renata Aparecida Coelho	Serviços Gerais	I	Ser.Ger.	8.655.605-7-SSP/PR	053.424.619-28
27º	Wellington Antônio Lima Silva	Serviços Gerais	I	Ser.Ger.	10.768.589-8-SSP/PR	133.410.189-21

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:BC21CE4E

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 3442/2026

D E C R E T O Nº 3442/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E CONSIDERANDO O RESULTADO FINAL DO PSS – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 01/2025, HOMOLOGADO EM 06/05/2025,

R E S O L V E:

Artigo 1º - NOMEAR, a cidadã abaixo relacionada com seu respectivo cargo, Símbolo e nível, conforme segue abaixo relacionado, a partir desta data:

Classif	NOME	CARGO	NIVEL	SÍMBOLO	RG. Nº	CPF/MF Nº
11º	Kawanny Fernanda Lourenço Ferreira	Cuidador Infantil	I	Cuid. Infa.	12.525.531-0-SSP/PR	104.738.449-31

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Fevereiro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Paraíso, em 02 de Fevereiro de 2026.

DEVANIR MARTINELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaqueline Alves Nogueira André
Código Identificador:2FA27EE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - DL 92/2025

ESTADO DO PARANÁ **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA**	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
Praça Coronel Deolindo, 151 - Centro - São Jerônimo da Serra	**Nr.: 92/2025**	
CEP: 86270-000 CNPJ: 76.290.683/0001-20 Telefone: (43) 3772-2762	**Processo Adm.:**	**213/2025**
E-mail: licitacao@saojeronimodaserra.pr.gov.br Site: http://www.	**Data do Processo:**	**06/10/2025**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 75, § 5º e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	213/2025
b) Nr. Licitação:	92/2025 - DL
c) Modalidade:	Dispensa de licitação
d) Data de Homologação:	29/01/2026
e) Objeto da Licitação:	*AQUISIÇÃO DE FRUTAS E VERDURAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA ATENDER ESCOLAS E CMEIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O ANO LETIVO DE 2025*

Participante: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SAO JERONIMO DA SERRA (16.436.543/0001-96)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade Valor Unitário		Valor Total
1	Abacate de 1ª qualidade, grau médio de maturação, com casca lisa e integra coloração uniforme, sem sinais de apodrecimento ou danos físicos. - Abacate de 1ª qualidade, grau médio de maturação, com casca lisa e integra coloração uniforme, sem sinais de apodrecimento ou danos físicos.	200,000	K	5,50	1.100,00
2	Abacaxi, tipo pérola, de 1ª qualidade, grau médio de maturação, com casca isenta de deformidades, coloração uniforme, sem sinais de apodrecimento ou danos físicos. - Abacaxi, tipo pérola, de 1ª qualidade, grau médio de maturação, com casca isenta de deformidades, coloração uniforme, sem sinais de apodrecimento ou danos físicos.	1.000,000	K	6,65	6.650,00
3	Abóbora tipo cabotiá, coloração interna laranja, externo verde escuro, tamanho médio, sem estar batida ou machucada. - Abóbora tipo cabotiá, coloração interna laranja, externo verde escuro, tamanho médio, sem estar batida ou machucada.	200,000	K	5,46	1.092,00
4	Abóbora tipo paulista, limpa, firme, sem marcas, manchas e bolor. - Abóbora tipo paulista, limpa, firme, sem marcas, manchas e bolor.	200,000	K	5,46	1.092,00
5	Abóbora, tipo menina, extra AA, coloração verde, firme ao toque, sem machucaduras, sem bolor ou murcha, casca lisa, estando livre de enfermidades, sem rachaduras, perfurações ou cortes, sem danos oriundos do manuseio e transporte, tamanho médio. - Abóbora, tipo menina, extra AA, coloração verde, firme ao toque, sem machucaduras, sem bolor ou murcha, casca lisa, estando livre de enfermidades, sem rachaduras, perfurações ou cortes, sem danos oriundos do manuseio e transporte, tamanho médio.	900,000	K	7,35	6.615,00
6	Abóbora tipo moranga, madura, bem desenvolvida, tamanho e colorações uniformes, casca firme, isentam de injúrias, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, livre de terra ou corpos estranhos na superfície. - Abóbora tipo moranga, madura, bem desenvolvida, tamanho e colorações uniformes, casca firme, isentam de injúrias, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, livre de terra ou corpos estranhos na superfície.	300,000	K	7,73	2.319,00
7	Acelga, produção recente, in natura, folhas frescas e crocantes, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte. - Acelga, produção recente, in natura, folhas frescas e crocantes, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	300,000	K	9,89	2.967,00
8	Alface crespa, tipo grande, especial, fresca, viçosa, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, peso mínimo 400 gramas. - Alface crespa, tipo grande, especial, fresca, viçosa, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, peso mínimo 400 gramas.	1.500,000	K	14,39	21.585,00
9	Alface lisa, tipo grande, especial, fresca, viçosa, ,tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, peso mínimo 400 gramas. - Alface lisa, tipo grande, especial, fresca, viçosa, ,tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, peso mínimo 400 gramas.	900,000	K	14,39	12.951,00
10	Alface Americana, tipo grande, especial, fresca, viçosa, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, peso mínimo 400 gramas. - Alface Americana, tipo grande, especial, fresca, viçosa, tamanho e coloração uniformes, firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, larvas, sem danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio e transporte, peso mínimo 400 gramas.	900,000	K	14,39	12.951,00
11	Ameixa, ameixa vermelha – Fruta de boa qualidade, grau médio de amadurecimento, no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos e firme. Com peso unitário entre 80 e 100 grama. - Ameixa, ameixa vermelha – Fruta de boa qualidade, grau médio de amadurecimento, no tamanho, aroma e sabor da espécie, uniformes, sem ferimentos ou defeitos e firme. Com peso unitário entre 80 e 100 grama.	850,000	K	15,13	12.860,50
12	Alho nacional ou importado conforma safra, tipo 6, bulbo inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem defeitos sérios, sem lesões de origem, física ou mecânica, perfurações ou cortes, tamanho e coloração uniformes, isento de sujidades, parasitas, larvas, materiais estranhos e bolor. - Alho nacional ou importado conforma safra, tipo 6, bulbo inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem defeitos sérios, sem lesões de origem, física ou mecânica, perfurações ou cortes, tamanho e coloração uniformes, isento de sujidades, parasitas, larvas, materiais estranhos e bolor.	200,000	K	19,27	3.854,00
13	Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca. - Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca.	2.000,000	K	6,36	12.720,00
14	Banana, tipo maçã, doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca. - Banana, tipo maçã, doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca.	1.200,000	K	7,72	9.264,00
15	Batata doce extra, de 1 qualidade, limpa, firme, sem marcas, manchas ou furos, isenta de bolor ou umidade, sem rachaduras ou cortes, com ausência de sujidades, parasitas ou larvas. - Batata doce extra, de 1 qualidade, limpa, firme, sem marcas, manchas ou furos, isenta de bolor ou umidade, sem rachaduras ou cortes, com ausência de sujidades, parasitas ou larvas.	300,000	K	6,42	1.926,00
16	Berinjela extra AA, produção recente, isenta de bolor, casca lisa, cor firme e uniforme, sem umidade e murchos. - Berinjela extra AA, produção recente, isenta de bolor, casca lisa, cor firme e uniforme, sem umidade e murchos.	300,000	K	7,13	2.139,00
17	Beterraba extra AA, fresca, compacta, firme, safra nova, tamanho médio, coloração uniforme (vermelho intenso), devendo ser bem desenvolvida. Isenta de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, bolor, sujidades, parasitas e larvas. - Beterraba extra AA, fresca, compacta, firme, safra nova, tamanho médio, coloração uniforme (vermelho intenso), devendo ser bem desenvolvida.	100,000	K	7,92	792,00

	Isenta de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, bolor, sujidades, parasitas e larvas.				
18	Brócolis de 1ª qualidade, de cor verde, bem formados, livres de danos mecânicos, em maços com peso mínimo de 400g. - Brócolis de 1ª qualidade, de cor verde, bem formados, livres de danos mecânicos, em maços com peso mínimo de 400g.	600,000	K	12,63	7.578,00
19	Cebolinha verde, fresca e viçosa, aroma característico. Maços de 400g. - Cebolinha verde, fresca e viçosa, aroma característico. Maços de 400g.	200,000	K	19,24	3.848,00
21	Chicória, fresca, coloração uniforme, isenta de enfermidade, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos provenientes de manuseio e transporte. Peso mínimo 400g. - Chicória, fresca, coloração uniforme, isenta de enfermidade, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos provenientes de manuseio e transporte. Peso mínimo 400g.	250,000	K	8,93	2.232,50
22	Chuchu fresco, coloração verde, consistente, firme ao toque não apresentar machucaduras. - Chuchu fresco, coloração verde, consistente, firme ao toque não apresentar machucaduras.	200,000	K	4,77	954,00
23	Couve tipo manteiga, fresca, de primeira, viçosa, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, sujidades parasitas ou larvas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Peso mínimo 400g.Couve tipo manteiga, fresca, de primeira, viçosa, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso, umidade externa ano - Couve tipo manteiga, fresca, de primeira, viçosa, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso, umidade externa anormal, resíduos de fertilizantes, sujidades parasitas ou larvas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Peso mínimo 400g.Couve tipo manteiga, fresca, de primeira, viçosa, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso, umidade externa ano	800,000	K	12,51	10.008,00
24	Goiaba, fresca, íntegra e firme com grau de maturação adequado, isenta de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Goiaba, fresca, íntegra e firme com grau de maturação adequado, isenta de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	2.000,000	K	8,27	16.540,00
25	Maracujá, fresco, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. - Maracujá, fresco, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte.	1.000,000	K	10,91	10.910,00
26	Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Tamanho 135 gramas. - Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Tamanho 135 gramas.	400,000	K	5,47	2.188,00
27	Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Emb - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Embalagem plástica virgem, pacotes de 1Kg. (K) - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Emb - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Embalagem plástica virgem, pacotes de 1Kg. (K)	500,000	K	7,66	3.830,00
28	Manga Tommy, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Manga Tommy, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	1.500,000	K	8,64	12.960,00
29	Manga Palmer, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Manga Palmer, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	1.500,000	K	8,78	13.170,00
30	Mamão, fresco, íntegro e firme, isento de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Mamão, fresco, íntegro e firme, isento de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	1.500,000	K	7,34	11.010,00
31	Maçã, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Maçã, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	1.500,000	K	10,18	15.270,00
32	Melancia, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Melancia, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	1.300,000	K	4,38	5.694,00
33	Melão caipira de 1ª qualidade, casca sã, firme, sem rachaduras, sem danos resíduo ou mecânicos. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. - Melão caipira de 1ª qualidade, casca sã, firme, sem rachaduras, sem danos resíduo ou mecânicos. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação.	800,000	K	9,47	7.576,00
34	Milho verde (sem palha), em bandeja de 1Kg. - Milho verde (sem palha), em bandeja de 1Kg.	1.300,000	K	14,37	18.681,00
35	Morango fresco, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, em condições adequadas, bem desenvolvida, com polpa íntegra e firme, sem danos resíduo e mecânicos oriundos do manuseio e transporte e isento de doenças. Deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. - Morango fresco, apresentando tamanho, cor e conformação uniformes, em condições adequadas, bem desenvolvida, com polpa íntegra e firme, sem danos resíduo e mecânicos oriundos do manuseio e transporte e isento de doenças. Deverá apresentar grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo mediato e imediato. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	1.500,000	K	28,14	42.210,00
36	Pepino japonês, extra, safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocante, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos resíduo ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte. - Pepino japonês, extra, safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocante, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos resíduo ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	500,000	K	5,55	2.775,00
37	Pêssego - fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Pêssego - fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	2.500,000	K	16,40	41.000,00
39	Pitaya- fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Pitaya- fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	800,000	K	15,80	12.640,00
40	Quiabo extra, fresco e tenro, de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, sem danos físicos ou mecânicos oriundos de transporte e manuseio. - Quiabo extra, fresco e tenro, de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, sem danos físicos ou mecânicos oriundos de transporte e manuseio.	200,000	K	10,23	2.046,00
41	Repolho tipo liso, tamanho grande, produção recente, folhas frescas e crocantes, bem desenvolvido, firme e intacto, isento de bolor, umidade anormal e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes. - Repolho tipo liso, tamanho grande, produção recente, folhas frescas e crocantes, bem desenvolvido, firme e intacto, isento de bolor, umidade anormal e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes.	800,000	K	5,00	4.000,00
42	Salsinha fresca, viçosa, coloração verde, aroma característico. Maço com 400g. - Salsinha fresca, viçosa, coloração verde, aroma característico. Maço com 400g.	200,000	K	20,74	4.148,00
43	Tangerina poncã- média, fresca, produção recente, frutos maduros, com coloração uniforme da casca. Os frutos devem estar sem manchas, defeitos de formação, podridão, murchos, bolores, umidade anormal, resíduos de agrotóxicos, sujidades, parasitas, danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio ou transporte. - Tangerina poncã- média, fresca, produção recente, frutos maduros, com coloração uniforme da casca. Os frutos devem estar sem manchas, defeitos de formação, podridão, murchos, bolores, umidade anormal, resíduos de agrotóxicos, sujidades, parasitas, danos físicos ou mecânicos oriundos do manuseio ou transporte.	1.500,000	K	5,50	8.250,00
44	Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, isento de umidade anormal, bolor, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos, parasitas, larvas, sem orifícios ou lesões de origem física ou mecânica, rachaduras ou cortes, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados. - Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, isento de umidade anormal, bolor, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos, parasitas, larvas, sem orifícios ou lesões de origem física ou mecânica, rachaduras ou cortes, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados.	200,000	K	11,81	2.362,00
45	Vagem extra AA, safra nova, firme, macia, tamanho uniforme, coloração verde, isenta de bolor ou murcha, estando livre de enfermidades ou defeitos graves que alterem a conformação e aparência, isenta de danos físicos ou mecânicos, proveniente de manuseio e transporte. - Vagem extra AA, safra nova, firme, macia, tamanho uniforme, coloração verde, isenta de bolor ou murcha, estando livre de enfermidades ou defeitos graves que alterem a conformação e aparência, isenta de danos físicos ou mecânicos, proveniente de manuseio e transporte.	700,000	K	13,52	9.464,00
46	Pepino caipira – safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocantes, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte - Pepino caipira – safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocantes, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte	100,000	K	5,24	524,00
47	Caqui - safra nova, tamanho uniforme, coloração característica, firme, polpa macia, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte. - Caqui - safra nova, tamanho uniforme, coloração característica, firme, polpa macia, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	1.000,000	K	10,73	10.730,00

48	Uva niagara – safra nova, tamanho uniforme, coloração característica, firme, polpa macia, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos de manuseio e transporte. - Uva niagara – safra nova, tamanho uniforme, coloração característica, firme, polpa macia, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos de manuseio e transporte.	1.500,000	K	14,60	21.900,00
49	POLPA DE ABACAXI - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE ABACAXI - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	200,000	PCT	20,00	4.000,00
50	POLPA DE ACEROLA- 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE ACEROLA- 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	50,000	PCT	25,30	1.265,00
51	POLPA DE GOIABA - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE GOIABA - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	50,000	PCT	17,50	875,00
52	POLPA DE MAMÃO - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE MAMÃO - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	50,000	PCT	19,68	984,00
53	POLPA DE MANGA - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE MANGA - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	100,000	PCT	29,52	2.952,00
54	POLPA DE MARACUJÁ - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE MARACUJÁ - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	100,000	PCT	24,97	2.497,00

55	POLPA DE MORANGO - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE MORANGO - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	200,000	PCT	24,37	4.874,00
56	POLPA DE UVA- 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE UVA- 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	200,000	PCT	21,72	4.344,00
57	POLPA DE AMORA - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde. - POLPA DE AMORA - 100% natural, de primeira qualidade, livre de conservantes, aromatizantes, estabilizantes e acidulantes. A embalagem deve ser individual de 1 quilo, em embalagem plástica transparente e resistente, com especificações dos ingredientes, data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ ou ministério da saúde.	200,000	PCT	20,62	4.124,00
58	CEBOLA - Cebola de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. - CEBOLA - Cebola de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida.	200,000	K	9,46	1.892,00
59	COUVE FLOR De primeira, de cor creme, isenta de folhas e com talo máximo de 3 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. - COUVE FLOR De primeira, de cor creme, isenta de folhas e com talo máximo de 3 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	500,000	K	9,88	4.940,00
60	BATATA INGLESA - 1ª QUALIDADE Batata inglesa de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Acondicionada em sacos pesando aproximadamente 50 kg. - BATATA INGLESA - 1ª QUALIDADE Batata inglesa de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Acondicionada em sacos pesando aproximadamente 50 kg.	700,000	K	6,42	4.494,00
61	Bebida láctea - Bebida láctea com iogurte e polpa de frutas; elaborado a partir do leite reconstituído soro de leite, açúcar, polpa de fruta; estabilizante, acidulante, conservante; aromatizante, corante, espessaste; sabor de morango; conservado e transportado em temperatura entre 1 e 10 graus centigrados; validade mínima de 24 dias na data da entrega; embalagem primaria saco plástico de polietileno (sache); acondicionado em caixa de papelão reforçado; e suas condições deverão estar de acordo c - Bebida láctea - Bebida láctea com iogurte e polpa de frutas; elaborado a partir do leite reconstituído soro de leite, açúcar, polpa de fruta; estabilizante, acidulante, conservante; aromatizante, corante, espessaste; sabor de morango; conservado e transportado em temperatura entre 1 e 10 graus centigrados; validade mínima de 24 dias na data da entrega; embalagem primaria saco plástico de polietileno (sache); acondicionado em caixa de papelão reforçado; e suas condições deverão estar de acordo c	2.000,000	L	5,33	10.660,00
62	logurte de fruta - sabores diversos. Embalagem deve ser de 1 L e envasado com material atóxico primário adequado para as condições previstas de armazenamento e que garanta a hermeticidade da embalageme proteção apropriada contra contaminação. Com identificação do produto, marca do fabricante, informações nutricionais, prazo de validade e capacidade, número do registro no Ministério da Agricultura/ SIF/ DIP e carimbo de inspeção do SIF, SISP OU SIM. - logurte de fruta - sabores diversos. Embalagem deve ser de 1 L e envasado com material atóxico primário adequado para as condições previstas de armazenamento e que garanta a hermeticidade da embalageme proteção apropriada contra contaminação. Com identificação do produto, marca do fabricante, informações nutricionais, prazo de validade e capacidade, número do registro no Ministério da Agricultura/ SIF/ DIP e carimbo de inspeção do SIF, SISP OU SIM.	1.000,000	L	29,12	29.120,00
63	KIWI NACIONAL - CARACTERISTICAS: APRESENTAR CASCA ACENTUADA, FRESCO LIVRE DE RESIDOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO UNIFORME, MADURO, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, COM POLPA FIRME E INTACTA QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE - KIWI NACIONAL - CARACTERISTICAS: APRESENTAR CASCA ACENTUADA, FRESCO LIVRE DE RESIDOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO UNIFORME, MADURO, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, COM POLPA FIRME E INTACTA QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE	300,000	K	19,70	5.910,00
64	RABANETE - CARACTERISTICAS: FRESCO E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIA TERROSO, LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTE, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FISICO, ORIUNDO DO MANUSEIO E TRASNPORTE. PRODUTO COM CLASSIFICAÇÃO: EXTRA - RABANETE - CARACTERISTICAS: FRESCO E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIA TERROSO, LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTE, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FISICO, ORIUNDO DO MANUSEIO E TRASNPORTE. PRODUTO COM CLASSIFICAÇÃO: EXTRA	200,000	K	8,73	1.746,00
65	TOMATE CEREJA - CARACTERISTICAS: GRAUDO COM POLPA FIRME E INTACTA, INSETO DE INJURIA MATERIAL TERROSO. LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SEM LESÕES DE ORIGEM FISICA, RACHADURAS E CORTES.PRODUTO COM ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS, SUJIDADES - TOMATE CEREJA - CARACTERISTICAS: GRAUDO COM POLPA FIRME E INTACTA, INSETO DE INJURIA MATERIAL TERROSO. LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SEM LESÕES DE ORIGEM FISICA, RACHADURAS E CORTES.PRODUTO COM ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS, SUJIDADES	140,000	K	9,82	1.374,80
66	ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS E SUJIDADES. CLASSIFICAÇÃO: EXTRA. - ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS E	300,000	K	11,40	3.420,00

	SUJIDADES. CLASSIFICAÇÃO: EXTRA.				
67	LIMÃO TAITI De primeira, fresco, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, fornecendo boa quantidade de caldo. - LIMÃO TAITI De primeira, fresco, livre de resíduos de fertilizantes, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpa firme e intacta, fornecendo boa quantidade de caldo.	100,000	K	11,40	1.140,00
68	MANDIOQUINHA SALSA Mandioquinha extra AAA, de primeira, sem rama, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho uniforme devendo ser bem desenvolvida - MANDIOQUINHA SALSA Mandioquinha extra AAA, de primeira, sem rama, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho uniforme devendo ser bem desenvolvida	500,000	K	13,94	6.970,00
69	Alho poró, nacional, de otima boa qualidade, fresco, sem lesoes de origem livre de residuos, tamanho e cor uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. - Alho poró, nacional, de otima boa qualidade, fresco, sem lesoes de origem livre de residuos, tamanho e cor uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas.	300,000	K	13,45	4.035,00
70	Suco de uva integral, extraído de uva sã, fresca e madura, extraído de uva da variedade bordô, sem adição de açúcar, sem conservantes, na sua concentração natural. Rotulo com as informações: conteúdo líquido, identificação de origem, CNPJ, n de registro no MAPA, lote, data fabricação, data de validade, modo de preparo, informação nutricional. - Suco de uva integral, extraído de uva sã, fresca e madura, extraído de uva da variedade bordô, sem adição de açúcar, sem conservantes, na sua concentração natural. Rotulo com as informações: conteúdo líquido, identificação de origem, CNPJ, n de registro no MAPA, lote, data fabricação, data de validade, modo de preparo, informação nutricional.	1.000,000	L	21,14	21.140,00
71	Pinhão: Características: de primeira qualidade, íntegro, livre de manchas, machucados e perfurações de insetos. Embalagem: única, plástica de polietileno transparente. - Pinhão: Características: de primeira qualidade, íntegro, livre de manchas, machucados e perfurações de insetos. Embalagem: única, plástica de polietileno transparente.	200,000	K	11,17	2.234,00
Total do Participante:					**542.366,80**

Participante: ESTER MONTEIRO HELENO (038.615.489-92)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Abóbora tipo cabotiá, coloração interna laranja, externo verde escuro, tamanho médio, sem estar batida ou machucada. - Abóbora tipo cabotiá, coloração interna laranja, externo verde escuro, tamanho médio, sem estar batida ou machucada.	150,000	K	5,46	819,00
4	Abóbora tipo paulista, limpa, firme, sem marcas, manchas e bolor. - Abóbora tipo paulista, limpa, firme, sem marcas, manchas e bolor.	300,000	K	5,46	1.638,00
6	Abóbora tipo moranga, madura, bem desenvolvida, tamanho e colorações uniformes, casca firme, isentam de injúrias, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, livre de terra ou corpos estranhos na superfície. - Abóbora tipo moranga, madura, bem desenvolvida, tamanho e colorações uniformes, casca firme, isentam de injúrias, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, livre de terra ou corpos estranhos na superfície.	200,000	K	7,73	1.546,00
13	Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca. - Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca.	800,000	K	6,36	5.088,00
15	Batata doce extra, de 1 qualidade, limpa, firme, sem marcas, manchas ou furos, isenta de bolor ou umidade, sem rachaduras ou cortes, com ausência de sujidades, parasitas ou larvas. - Batata doce extra, de 1 qualidade, limpa, firme, sem marcas, manchas ou furos, isenta de bolor ou umidade, sem rachaduras ou cortes, com ausência de sujidades, parasitas ou larvas.	300,000	K	6,42	1.926,00
17	Beterraba extra AA, fresca, compacta, firme, safra nova, tamanho médio, coloração uniforme (vermelho intenso), devendo ser bem desenvolvida. Isenta de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, bolor, sujidades, parasitas e larvas. - Beterraba extra AA, fresca, compacta, firme, safra nova, tamanho médio, coloração uniforme (vermelho intenso), devendo ser bem desenvolvida. Isenta de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, bolor, sujidades, parasitas e larvas.	300,000	K	7,92	2.376,00
20	Cenoura tamanho médio, fresca, coloração laranja, firme ao toque, sem sujeiras ou folhas. - Cenoura tamanho médio, fresca, coloração laranja, firme ao toque, sem sujeiras ou folhas.	500,000	K	5,88	2.940,00
26	Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Tamanho 135 gramas. - Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Tamanho 135 gramas.	800,000	K	5,47	4.376,00
27	Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Emb - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Embalagem plástica virgem, pacotes de 1Kg. (K) - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Emb - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Embalagem plástica virgem, pacotes de 1Kg. (K)	250,000	K	7,66	1.915,00
32	Melancia, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Melancia, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	500,000	K	4,38	2.190,00
36	Pepino japonês, extra, safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocante, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos resíduo ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte. - Pepino japonês, extra, safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocante, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos resíduo ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	150,000	K	5,55	832,50
38	Pimentão verde extra- produção recente, isento de bolor, casca lisa e firme, sem manchas, umidade ou murchos. - Pimentão verde extra- produção recente, isento de bolor, casca lisa e firme, sem manchas, umidade ou murchos.	100,000	K	7,64	764,00
44	Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, isento de umidade anormal, bolor, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos, parasitas, larvas, sem orifícios ou lesões de origem física ou mecânica, rachaduras ou cortes, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados. - Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, isento de umidade anormal, bolor, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos, parasitas, larvas, sem orifícios ou lesões de origem física ou mecânica, rachaduras ou cortes, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados.	300,000	K	11,81	3.543,00
46	Pepino caipira – safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocantes, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte - Pepino caipira – safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocantes, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte	350,000	K	5,24	1.834,00
58	CEBOLA - Cebola de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. - CEBOLA - Cebola de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida.	300,000	K	9,46	2.838,00
60	BATATA INGLESA - 1ª QUALIDADE Batata inglesa de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Acondicionada em sacos pesando aproximadamente 50 kg. - BATATA INGLESA - 1ª QUALIDADE Batata inglesa de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Acondicionada em sacos pesando aproximadamente 50 kg.	400,000	K	6,42	2.568,00
65	TOMATE CEREJA - CARACTERISTICAS: GRAUDO COM POLPA FIRME E INTACTA, INSETO DE INJURIA MATERIAL TERROSO. LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SEM LESÕES DE ORIGEM FISICA, RACHADURAS E CORTES.PRODUTO COM ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS, SUJIDADES - TOMATE CEREJA - CARACTERISTICAS: GRAUDO COM POLPA FIRME E INTACTA, INSETO DE INJURIA MATERIAL TERROSO. LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SEM LESÕES DE ORIGEM FISICA, RACHADURAS E CORTES.PRODUTO COM ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS, SUJIDADES	80,000	K	9,82	785,60
		Total do Participante:			**37.979,10**

Participante: SAMUEL HELENO (033.012.969-47)

Item	Especificação	Qtd.	Unidade Valor Unitário		Valor Total
3	Abóbora tipo cabotiá, coloração interna laranja, externo verde escuro, tamanho médio, sem estar batida ou machucada. - Abóbora tipo cabotiá, coloração interna laranja, externo verde escuro, tamanho médio, sem estar batida ou machucada.	150,000	K	5,46	819,00
4	Abóbora tipo paulista, limpa, firme, sem marcas, manchas e bolor. - Abóbora tipo paulista, limpa, firme, sem marcas, manchas e bolor.	300,000	K	5,46	1.638,00
6	Abóbora tipo moranga, madura, bem desenvolvida, tamanho e colorações uniformes, casca firme, isentam de injúrias, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, livre de terra ou corpos estranhos na superfície. - Abóbora tipo moranga, madura, bem desenvolvida, tamanho e colorações uniformes, casca firme, isentam de injúrias, sem danos físicos oriundos de manuseio e transporte, livre de terra ou corpos	200,000	K	7,73	1.546,00

	estranhos na superfície.				
13	Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca. - Banana, tipo nanica doce, de primeira, produção recente, não muito madura, tamanho e coloração de casca uniformes, com polpa firme, devendo ser bem desenvolvida, isenta de bolor, umidade, sem machucados ou amassados, presas a penca.	800,000	K	6,36	5.088,00
15	Batata doce extra, de 1 qualidade, limpa, firme, sem marcas, manchas ou furos, isenta de bolor ou umidade, sem rachaduras ou cortes, com ausência de sujidades, parasitas ou larvas. - Batata doce extra, de 1 qualidade, limpa, firme, sem marcas, manchas ou furos, isenta de bolor ou umidade, sem rachaduras ou cortes, com ausência de sujidades, parasitas ou larvas.	300,000	K	6,42	1.926,00
17	Beterraba extra AA, fresca, compacta, firme, safra nova, tamanho médio, coloração uniforme (vermelho intenso), devendo ser bem desenvolvida. Isenta de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, bolor, sujidades, parasitas e larvas. - Beterraba extra AA, fresca, compacta, firme, safra nova, tamanho médio, coloração uniforme (vermelho intenso), devendo ser bem desenvolvida. Isenta de enfermidades, material terroso, umidade externa anormal, bolor, sujidades, parasitas e larvas.	300,000	K	7,92	2.376,00
20	Cenoura tamanho médio, fresca, coloração laranja, firme ao toque, sem sujeiras ou folhas. - Cenoura tamanho médio, fresca, coloração laranja, firme ao toque, sem sujeiras ou folhas.	500,000	K	5,88	2.940,00
26	Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Tamanho 135 gramas. - Laranja, tipo pêra, fresca, tamanho, médio, produção recente, com polpa firme, intacta, coloração verde a verde amarelado, livre de resíduo de agrotóxicos, sujidade e parasitas,isenta de bolor, umidade ou murchas, sem danos físicos ou mecânicos decorrentes de manuseio e transporte. Tamanho 135 gramas.	800,000	K	5,47	4.376,00
27	Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Emb - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Embalagem plástica virgem, pacotes de 1Kg. (K) - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Emb - Mandioca descascada fresca, amarelada ou branca (aipim). Embalagem plástica virgem, pacotes de 1Kg. (K)	250,000	K	7,66	1.915,00
32	Melancia, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado. - Melancia, fresca, íntegra e firme, isenta de sujidades ou corpos estranhos, com grau de evolução completa do tamanho. Acondicionados em caixas plásticas frestadas, retornável e higienizado.	500,000	K	4,38	2.190,00
36	Pepino japonês, extra, safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocante, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos resíduo ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte. - Pepino japonês, extra, safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocante, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos resíduo ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte.	150,000	K	5,55	832,50
38	Pimentão verde extra- produção recente, isento de bolor, casca lisa e firme, sem manchas, umidade ou murchos. - Pimentão verde extra- produção recente, isento de bolor, casca lisa e firme, sem manchas, umidade ou murchos.	100,000	K	7,64	764,00
44	Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, isento de umidade anormal, bolor, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos, parasitas, larvas, sem orifícios ou lesões de origem física ou mecânica, rachaduras ou cortes, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados. - Tomate extra AA, graúdo, com polpa firme e intacta, firme ao toque, não muito maduro, isento de umidade anormal, bolor, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes e agrotóxicos, parasitas, larvas, sem orifícios ou lesões de origem física ou mecânica, rachaduras ou cortes, podendo ser rasteiro ou não, sem manchas ou amassados.	300,000	K	11,81	3.543,00
46	Pepino caipira – safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocantes, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte - Pepino caipira – safra nova, tamanho uniforme, coloração verde escuro brilhante, firme, polpa crocantes, isento de bolor, umidade e murchos, sem manchas e danos físicos ou mecânicos oriundos de manuseio e transporte	350,000	K	5,24	1.834,00
58	CEBOLA - Cebola de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. - CEBOLA - Cebola de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida.	300,000	K	9,46	2.838,00
60	BATATA INGLESA - 1ª QUALIDADE Batata inglesa de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Acondicionada em sacos pesando aproximadamente 50 kg. - BATATA INGLESA - 1ª QUALIDADE Batata inglesa de primeira, fresca, compacta e firme. Sem lesões de origem físicas ou mecânicas, rachaduras e cortes. Tamanho e coloração uniformes devendo ser bem desenvolvida. Acondicionada em sacos pesando aproximadamente 50 kg.	400,000	K	6,42	2.568,00
65	TOMATE CEREJA - CARACTERISTICAS: GRAUDO COM POLPA FIRME E INTACTA, INSETO DE INJURIA MATERIAL TERROSO. LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SEM LESÕES DE ORIGEM FISICA, RACHADURAS E CORTES.PRODUTO COM ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS, SUJIDADES - TOMATE CEREJA - CARACTERISTICAS: GRAUDO COM POLPA FIRME E INTACTA, INSETO DE INJURIA MATERIAL TERROSO. LIVRE DE RESIDOUS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS SEM LESÕES DE ORIGEM FISICA, RACHADURAS E CORTES.PRODUTO COM ESPINAFRE - CARACTERISTICAS: FRESCA E COLORAÇÃO UNIFORME, ISENTO DE INJURIAS MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESIDUOS, SUJIDADES	80,000	K	9,82	785,60
Total do Participante:					**37.979,10**
Total Geral:					**618.325,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	04.002.12.306.0012.2025.3.3.90.32.00	R$ 200.000,00
MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	04.002.12.306.0012.2019.3.3.90.32.00	R$ 200.000,00
MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EDUCACAO INFANTIL - PRÉ ESCOLA	04.002.12.306.0012.2022.3.3.90.32.00	R$ 217.734,00
São Jerônimo da Serra, 29/01/2026		
VENICIUS DJALMA ROSA	_____	
Prefeito	**Assinatura do Responsável**	

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:1EFAF97C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 694/2026

O Senhor JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 42, I, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei:

SÚMULA Dispõe sobre as datas de Feriados Nacionais e Municipais no ambito do Município de São José da Boa Vista, entre 02/2026 a 01/2027;

DECRETA

Artigo 1º- Ficam especificados os Feriados Nacionais e Municipais para o período compreendido entre Fevereiro de 2026 a Janeiro de 2027, no âmbito do Município de São José da Boa Vista, conforme relação abaixo:

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Fevereiro	Carnaval	Ponto Facultativo	16 e 17/02/2026	Segunda e Terça
	Carnaval	Ponto Facultativo	18/02/2026	Quarta (até 12h)

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Março	Dia do Padroeiro	Feriado Municipal	19/03/2026	Quinta-feira
	Dia do Padroeiro	Ponto Facultativo	20/03/2026	Sexta-Feira

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Abril	Paixão de Cristo	Feriado	03/04/2026	Sexta-Feira
	Tiradentes	Ponto Facultativo	20/04/2026	Segunda-Feira
	Tiradentes	Feriado	21/04/2026	Terça-Feira

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Maio	Dia do Trabalho	Feriado	01/05/2026	Sexta-Feira

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Junho	Corpus Christi	Feriado	04/06/2026	Quinta-Feira
	Corpus Christi	Ponto Facultativo	05/06/2026	Sexta-Feira

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Setembro	Independência do Brasil	Feriado	07/09/2026	Segunda-Feira

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Outubro	Dia da Padroeira do Brasil	Feriado	12/10/2026	Segunda-Feira
	Emancipação Política	Feriado Municipal	21/10/2026	Quarta-Feira
	Dia do Servidor Público	Ponto Facultativo	28/10/2026	Quarta-Feira

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Novembro	Dia de Finados	Feriado	02/11/2026	Segunda-Feira
	Consciência Negra	Feriado	20/11/2026	Sexta-Feira

Mês	Feriados 2026	Descrição	Data	Dia/Semana
Dezembro	Natal	Ponto Facultativo	23 a 24/12/2026	Quarta e Quinta
	Natal	Feriado	25/12/2026	Sexta-Feira
	Natal	Ponto Facultativo	28 a 31/12/2026	Segunda a Quinta

Mês	Feriados 2027	Descrição	Data	Dia/Semana
Janeiro	Ano Novo	Confraternização Universal	01/01/2027	Sexta-Feira

Artigo 2º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, em 02 de fevereiro de 2026, 66º da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:16A4C730

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DISPENSA Nº 03/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e LEANDRO DIAS DE SOUZA 07251595966 – ME CNPJ/MF nº 47.993.150/0001-07

OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças originais, novas, não remanufaturadas, reprocessadas ou reutilizadas, bem como a execução de serviços especializados de manutenção e reparo em sistemas de ar-condicionado utilizados pelos órgãos e instalações do município de São Pedro do Paraná

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2026 DE 29/01/2026.
OBJETO: manutenção de condicionadores de ar
03.001.04.122.0002.2008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

03.001.04.122.0002.2.007 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
03.001.04.124.004.2010 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
03.001.04.124.0004.2163- MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
03.001.04.124.0004.2164 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMPRAS E LICITAÇÕES
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
03.001.04.124.0004.2165 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
03.001.129.0004.2012 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
03.001.04.129.0004.2013 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TESOURARIA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
03.001.04.122.0003.2.005 – MANUTENÇÃO DA JUNTA MILITAR
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
04.001.04.122.0009.2020 – ADMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.001.12.361.0018.2045 – ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 5ª SÉRIES – RECURSOS PRÓPRIOS
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.001.12.361.0018.2151 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.002.12.365.0019.2051 – CRECHES MUNICIPAIS (RECURSOS PRÓPRIOS)
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
05.002.12.365.0019.2052 – ENSINO PRÉ-ESCOLAR (RECURSOS PROPRIOS)
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
06.001.27.812.0021.2054 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2.060 – PAB – PROGRAMA DE ATENÇÃO BASICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0023.2063 – ADMINISTRAÇÃO GERAL - CRAS – CENTRO DE REFERENCIA A ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
08.001.08.244.0023.2184 – APOIO FINANCEIRO AO CONSELHO TUTELAR
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
10.001.18.541.0029.2080 ACOES DIRETAS DE PRESERVACAO AMBIENTAL
3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total.
1	LIMPEZA DE CENTRAL DE AR DE 12000 BTUS	UNID	50	180,00	9.000,00
2	LIMPEZA DE CENTRAL DE AR DE 18000 BTUS	UNID	50	200,00	10.000,00
3	LIMPEZA DE CENTRAL DE AR DE 24000 BTUS	UNID	25	250,00	6.250,00
4	LIMPEZA DE CENTRAL DE AR DE 30000 A 36000 BTUS	UNID	30	300,00	9.000,00
5	MÃO DE OBRA PARA CENTRAIS DE AR CONDICIONADO	HORAS	50	50,00	2.500,00
6	SOLDA OXIACETILENO	UNID	5	8,00	40,00
7	PRESSURIZAÇÃO NITROGENIO	UNID	3	60,00	180,00
8	CONTROLE UNIVERSAL AR SPLIT	UNID	10	60,00	600,00
9	RECARGA DE GÁS DE CENTRAL DE AR DE 12000 BTUS	UNID	20	220,00	4.400,00
10	RECARGA DE GÁS DE CENTRAL DE AR DE 18000 BTUS	UNID	10	230,00	2.300,00
11	RECARGA DE GÁS DE CENTRAL DE AR DE 24000 BTUS	UNID	10	240,00	2.400,00
12	RECARGA DE GÁS DE CENTRAL DE AR DE 30000 BTUS	UNID	10	270,00	2.700,00
13	RECARGA DE GÁS DE CENTRAL DE AR DE 36000 BTUS	UNID	10	340,00	3.400,00
14	PLACA ELETRONICA CONDESADORA ELGIN INVERTER 12000 BTUS	UNID	1	300,00	300,00
15	PLACA ELETRONICA CONDESADORA ELGIN INVERTER 18000 BTUS	UNID	1	320,00	320,00
16	PLACA ELETRONICA CONDESADORA ELGIN INVERTER 30000 BTUS	UNID	1	350,00	350,00
17	PLACA ELETRONICA CONDESADORA ELGIN INVERTER 36000 BTUS PISO TETO	UNID	2	380,00	760,00
18	SENSOR DEGELO 9 A 18 K INVERTER	UNID	6	35,00	210,00
19	SENSOR TEMPERATURA AMBIENTE PISO TETO	UNID	6	40,00	240,00
20	SENSOR TEMPERATURA AMBIENTE DE 9 A 24 K INVERTER	UNID	6	20,00	120,00
21	SENSOR DE 9 A 30 K DEGELO EVAPORADOR	UNID	4	30,00	120,00
22	CABO ENTRADA DE ENERGIA	UNID	1	12,00	12,00

23	FILTRO EVAPORADORA AR SPLIT UNITARIO	UNID	2	35,00	70,00
24	COMPRESSOR ROTATIVO DE 12000 BTUS INVERTER	UNID	1	400,00	400,00
25	COMPRESSOR ROTATIVO DE 18000 BTUS INVERTER	UNID	1	500,00	500,00
26	COMPRESSOR ROTATIVO DE 24000 BTUS INVERTER	UNID	1	500,00	500,00
27	COMPRESSOR ROTATIVO DE 30000 BTUS INVERTER	UNID	1	600,00	600,00
28	COMPRESSOR ROTATIVO DE 36000 BTUS INVERTER	UNID	1	700,00	700,00
29	VALVULA REVERSORA	UNID	1	90,00	90,00
30	PLACA UNIVERSAL CENTRAL DE AR 9000 BTUS EVAPORADOR	UNID	1	130,00	130,00
31	PLACA UNIVERSAL CENTRAL DE AR 12000 BTUS EVAPORADOR	UNID	1	140,00	140,00
32	PLACA UNIVERSAL CENTRAL DE AR DE 18000 BTUS EVAPORADOR	UNID	1	150,00	150,00
33	PLACA UNIVERSAL CENTRAL DE AR DE 24000 BTUS EVAPORADOR	UNID	1	160,00	160,00
34	CAPACITOR PERMANENTE	UNID	20	32,00	640,00
35	MOTOR DO VENTILADOR EVAPORADORA 9 A 30	UNID	2	355,00	710,00
36	TURBINA DO VENTILADOR 9 A 30	UNID	4	100,00	400,00
37	MOTOR VENTILADODA CONDESADORA	UNID	4	100,00	400,00
38	HELICE CONDESADORA SPLIT 9 A 30 K	UNID	2	120,00	240,00
VALOR TOTAL					**61.032,00**

Valor global: R$ 61.032,00 (sessenta e um mil e trinta e dois reais), cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a prestação do serviço.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:DB7A3F22

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DISPENSA Nº 06/2026

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ E D. F. P. FALCONI & CIA LTDA – ME, CNPJ/MF n° 08.654.000/0001-17

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR

MODALIDADE: DISPENSA Nº 06/2026, de 29 de janeiro de 2026
OBJETO: aquisição de protetor solar
04.001.04.122.0009.2.020 – ADIMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇAO E URBANIZAÇAO.
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
04.001.17.512.0016.2035 – SERVIÇO DE COLETA DE LIXO E LIMPEZA PUBLICA
3.3.90.30.00.00. - MATERIAL DE CONSUM
04.001.26.782.0017.2038 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2060 PAB- Programa de atenção Básica
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.304.0022.2084 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
07.001.10.301.0022.2089 PACS – Programa Agentes Comunitários de Saúde
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO
10.001.18.541.0029.2080 AÇÕES DIRETAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	**Protetor solar, Fator Fps 30, dermatologicamente testado.** Aroma = Sem Perfume Peso = 235 gramas Fator = 30 FPS Volume = 200 ml O produto ajuda a prevenir as queimaduras solares, mas não oferece nenhuma proteção contra insolação; evite exposição prolongada das crianças ao sol Indicações de uso: indicado para todos os tipos de pele, inclusive para peles extremamente sensíveis ao sol Benefícios: hidratação o todo; complexo antioxidante com vitamina e e hidroxiacetofenona Rápida absorção; 100% invisível na pele; muito resistente a água e suor; textura oil-free; ultraleve como hidratante **- MARCA DE REFERÊNCIA: Neutrogena**	05	80,90	404,50
02	**Protetor solar, Fator Fps 50, dermatologicamente testado.** Aroma = Sem Perfume Peso = 0.23 Quilogramas Fator = 50 FPS Volume = 200 ml O produto ajuda a prevenir as queimaduras solares, mas não oferece nenhuma proteção contra insolação; evite exposição prolongada das	100	84,90	8.490,00

	crianças ao sol Indicações de uso: indicado para todos os tipos de pele, inclusive para peles extremamente sensíveis ao sol Benefícios: hidratação o todo; complexo antioxidante com vitamina e e hidroxiacetofenona Rápida absorção; 100% invisível na pele; muito resistente a água e suor; textura oil-free; ultraleve como hidratante **- MARCA DE REFERÊNCIA: Neutrogena**			
03	**Protetor solar, Fator Fps 70, dermatologicamente testado.** Aroma = Sem Perfume Peso = 27 gramas Fator = 70 FPS Volume = 200 ml O produto ajuda a prevenir as queimaduras solares, mas não oferece nenhuma proteção contra insolação; evite exposição prolongada das crianças ao sol Indicações de uso: indicado para todos os tipos de pele, inclusive para peles extremamente sensíveis ao sol Benefícios: hidratação o todo; complexo antioxidante com vitamina e e hidroxiacetofenona Rápida absorção; 100% invisível na pele; muito resistente a água e suor; textura oil-free; ultraleve como hidratante **- MARCA DE REFERÊNCIA: Neutrogena**	60	104,90	6.294,00
VALOR TOTAL				**15.188,50**

Valor global: **R$ 15.188,50 (quinze mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)** cujo pagamento será efetuado conforme orçamento fornecido pela contratada, de acordo com a entrega do material.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses.

São Pedro do Paraná-PR, 02 de fevereiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:2EA9E3C1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - PORTARIA 8/2026

PORTARIA N.° 8 /2026

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1.º - Nos termos do Art. 98 da Lei Municipal 07/1993, conceder Licença-Prêmio ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Servidor	Admissão	Período	Período de Fruição	Cargo	Lotação
382	Rafael Vinicius de Souza	04-07-2012	2017-2022	02/02-2026 a 03/03/2026	Auxiliar Escritório – C/ 2º Grau	Secretaria Mun. Turismo e Meio Ambiente

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

São Pedro do Paraná – Pr, em 30 de janeiro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:0E90428B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 01/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a Aprovação da Reprogramação do Superávit Financeiro do FMAS para o exercício 2026 e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação em reunião ordinária realizada em 02 de fevereiro de 2026, registrada em Ata de N.º 303/2026

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social possui atribuições de avaliar, acompanhar e fiscalizar ações em relação à execução da Política Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Reprogramação do Superávit Financeiro do FMAS para o exercício de 2026, conforme descrevem as planilhas em anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 02 fevereiro de 2026.

AMANDA FRANCIELE DE SOUZA FERREIRA
Presidente do CMAS

Reprogramação do Superávit Financeiro por Fonte - FMAS
EXERCÍCIO 2026
Fonte:940 – Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social-(PROCAD-SUAS)
Rec. Federal Contínuo c/c 19.964-8

Fonte	Especificação	Superávit financeiro de 2025 a ser reprogramado em 2026 R$: 13.427,40
940	Subvenções Sociais	
	Vencimentos e Vantagens	
	Obrigações Patronais	
	Diárias – Pessoal Civil	
	Material de Consumo	
	Mat. Distr.Bens / Serv Gratuitos	
	Passagens e Desp. Locomoção	
	Outros Serviços Pessoa Física	13.427,40
	Outros Serviços Pessoa Jurídica	
	Obras e Instalações	
	Restituições	
	Contribuições	
	Equipamentos e Mat Permanente	
	TOTAL	**R$: 13.427,40**

Fonte: 910: Acolhimento *Institucional de Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência de 18 a 59 anos* - Del. 055/2024- CEAS/PR
Rec. Estadual c/c 22.926-1

Fonte	Especificação	Superávit financeiro de 2025 a ser reprogramado em 2026 R$: 17.986,14
910	Subvenções Sociais	
	Vencimentos e Vantagens	
	Obrigações Patronais	
	Diárias - Pessoal Civil	
	Material de Consumo	
	Mat. Distr. Bens / Serv Gratuitos	
	Passagens e Desp. Locomoção	
	Outros Serviços Pessoa Física	
	Outros Serviços Pessoa Jurídica	17.986,14
	Obras e Instalações	
	Restituições	
	Contribuições	
	Equip. Mat permanente	
	TOTAL	**R$: 17.986,14**

Publicado por:
Irene Tagawa Avila
Código Identificador:6A844D2E

SETOR DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 032/206

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 03/2026

GABINETE DA PREFEITA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2026

Torna-se pública a **Adjudicação** e a **homologação** da Dispensa de Licitação 03/2026 a que se refere o Processo Administrativo 6/2026, com base no Art. 21 Inciso III do Decreto Municipal 111/2025 cujo objeto é a **Locação de PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, TELÃO E JOGOS DE MESAS COM CADEIRAS, para realização da FESTA DE SÃO SEBASTIÃO, a ser realizada nos dias 06, 07 e 08 de fevereiro de 2026, com recursos provenientes da SETU,** sendo adjudicado as empresas:

LEONILDO APARECIDO DE MORAES ME, estabelecida na Rua Apihay, nº. 206, Centro, CEP: 86 280 000, no Município de **Uraí,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ **sob nº 81.134.835/0001-36**.

LOTE	ORDEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	3,00	Diária	**ALUGUEL DE PALCO** ●DIMENSÕES DE 6X4, COM TRELIÇAS Q30 EM ALUMÍNIO, COBERTURA LONA ANTICHAMA, PISOS EM COMPENSADO NAVAL E ESCADA ANTIDERRAPANTE. ●INCLUSO TODO SERVIÇO DE MONTAGEM/DES-MONTAGEM, ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, SEGURANÇA E QUALQUER OUTRA DESPESA INERENTE À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. **PARA OS DIAS 6,7 E 8 DE FEVEREIRO 2026**	R$ 2.893,00	R$ 8.679,00
1	3	3,00	Diária	**LOCAÇÃO DE CONJUNTO DE MESAS COM CADEIRAS DE PLÁSTICO**	R$ 2.899,00	R$ 8.697,00

				●CARACTERÍSTICAS: 01 MESA DE PLÁSTICO BRANCA MEDINDO 70X70 COM; 04 CADEIRAS BRANCAS DE PLÁSTICO. ● O VALOR É POR CONJUNTO - **200 CONJUNTOS**. ● AS MESAS E CADEIRAS DEVERÃO CONTER CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. **PARA OS DIAS 6,7 E 8 DE FEVEREIRO 2026**		
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 17.376,00						

AR SANTOS LTDA, estabelecida na Rua Siqueira Campos, nº. 386, CEP: 86 320 000, no Município de **Congonhinhas,** no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ **sob nº 08.434.728/0001-33**.

ORDEM/ ITEM	QUANTI-DADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	3,00	DIÁRIA	**SOM PORTE 03 COM ILUMINAÇÃO** ●16 LINES ARRAYS (1X12"+1XTI) 16 SUB GRAVES (1X18"), 02 AMPLIFICADOR 15000 WTS, 02 AMPLIFICADOR 10000 WTS, 02 AMPLIFICADOR 2500 WTS, 02 MESA DE SOM LS9 OU SUPERIOR, 90 METROS TRELIÇA Q30 ALUMINIO, 02 TORRES PARA LINES DE 6 MTS, 02 PRATICÁVEIS 3X3 MTS ALUMINIO, 01 MULTICABO 50 MTS, 42 VIAS + 12 MTS SPRINT, 04 MIC SEM FIO SHURE OU SUPERIOR, 16 MIC COM FIO SHURE OU SUPERIOR, 02 KIT MIC BATERIA E PERCUSSÃO SHURE OU SUPERIOR, 02 SIDES COMPOSTO POR 2 SUB 18" E 2 LINES E AMPLIFICAÇÃO NECESSÁRIA, 02 POWER PLAY, 08 FONES PORTA PRÓ, 01 BATERIA COMPLETA, 01 CUBO GUITARRA, 01 SET CONTRA BAIXO COMPLETO COM 1X15 4X10 E AMPLIFICADOR, 24 CANHÕES PAR LED, 3 WTS, 16 MOVING BEAM 14R, 06 COB 200, 08 STROBO LED, 04 MINI BRUTE OUTDOOR, 01 MESA MA, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA 3000 WTS, 01 TÉCNICO DE SOM, 01 TÉCNICO DE ILUMINAÇÃO. **PARA OS DIAS 6,7 E 8 DE FEVEREIRO 2026**	R$ 3.900,00	R$ 11.700,00
4	3,00	DIÁRIA	**1 (UM) PAINEL DE LED** ●COM DIMENSÕES 3M (LARGURA) X 2M (ALTURA), ALTA RESOLUÇÃO FULL HD, BRILHO MÍNIMO DE 5000 NITS, ADEQUADO PARA AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS, GARANTINDO VISIBILIDADE MESMO SOB ILUMINAÇÃO INTENSA – ESTRUTURA DE SUPORTE METÁLICO COM FIXAÇÃO SEGURA, PROCESSADOR DE VIDEO INCLUSO PARA TRANSMISSÃO DE IMAGENS, VIDEOS E APRESENTAÇÕES EM TEMPO REAL, SISTEMA DE REDUNDÂNCIA DE ENERGIA E CABOS, ACOMPANHAMEN-TO TÉCNICO DURANTE TODO O EVENTO, INCLUSÃO DE TRANSPORTE, MONTAGEM, DESMONTAGEM E OPERAÇÃO TÉCNICA **PARA OS DIAS 06, 07 E 08 DE FEVEREIRO DE 2026**	R$ 2.400,00	R$ 7.200,00
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 18.900,00					
TOTAL DO PROCESSO: R$ 36.276,00					

São Sebastião da Amoreira - PR, 02 de fevereiro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:1781038D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 009/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO Nº 03/2025

EDITAL nº 009/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO nº 03/2025.

Resultado Provisório das Provas Objetivas, Títulos e Prática, correção de Gabarito

A Prefeitura Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, por seu Prefeito que este subscreve**, DIVULGA** o resultado provisório da prova objetiva, títulos e prática, além da correção do gabarito, após recurso. Dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado para o provimento a cargo temporário vago de:. **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, PEDAGOGO, MOTORISTA, TECNICO DE ENFERMAGEM, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL, FONOAUDIOLOGO, FARMACEUTICO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR MAMBUCA E SERRA GRANDE.** Recursos deverão ser encaminhados por e-mail: administracao@sapopema.pr.gov.br ou pessoalmente na Prefeitura Municipal, até o dia 05/02/2026.

No presente resultado provisório, estão contemplados todos os inscritos no PSS 02.2025, porém conforme previsto nos Editais anteriores, serão classificado os candidatos, conforme tabela abaixo:

1 – Agente Comunitário de Saúde, Pedagogo, técnico de enfermagem, auxiliar administrativo, auxiliar de desenvolvimento infantil, fonoaudiólogo, farmacêutico, auxiliar de serviços gerais feminino, monitor do transporte escolar, alcançar nota mínima de 30 pontos na prova objetiva e títulos;

2 – Auxiliar de Serviços Gerais Masculino e Motorista: Obrigatório realizar a prova objetiva e prova prática. Para classificação, é necessário alcançar pelo menos 50% (cinquenta pontos percentuais), ou seja, 15 pontos da prova prática, e nota final mínima de 30 pontos para a classificação, somando as notas da prova objetiva e da prova prática.

Dos Recursos

Para o Cargo de **monitor do transporte escolar, a questão 14 foi alterada, pois a resposta correta é a "A" e não a "b" conforme havia saído no gabarito;**

Sapopema, 02 de Fevereiro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

CARGO – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MICRO ÁREA 14

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA TITULO
1	348	ABIQUEILA ANDRESA MOREIRA DOS SANTOS QUEIROZ	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
2	481	Ademir Bueno Fonseca Junior	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
3	43	Anderson Pereira Camargo	***&***&.***-&**	46,5	30,0
4	297	Débora Vanessa dos Santos silva	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
5	33	Edina dos santos medeiros Bufolo	***&***&.***-&**	43,0	0,0
6	281	Eliane Ribeiro da Silva	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
7	153	Eliane Rodrigues Silva	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
8	149	Erick Henrique Terra de oliveira	***&***&.***-&**	45,0	0,0
9	247	Gabrielly de Proença Alves	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
10	200	Ines Gomes Pereira Da Silva	***&***&.***-&**	39,5	0,0
11	494	Ivinin Aparecida de Oliveira	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
12	311	Karolayne Pereira da Silva	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
13	479	Leonardo santos costa	***&***&.***-&**	28,0	0,0
14	256	Letícia gabrielly trevisan ferreira	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
15	542	LOANA	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
16	280	Lucas Henrique dos Santos Pereira	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
17	177	Sonia Mara de Camargo	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
18	341	Talita Queiroz vaz	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
19	272	Tatiane Barbosa de Lima	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE

CARGO – AUXILIAR ADMINISTRATIVO

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA TITULO
1	137	Adirlene Maria Guerreiro de Almeida	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
2	522	Adriana Amaral de Araújo	***&***&.***-&**	24,5	0,0
3	250	Ailton De Jesus	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
4	467	Allan Victor Costa Leme	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
5	113	Ana Clara Cezar Camargo	***&***&.***-&**	49,5	0,0
6	492	Ana Claudia Ferreira Maciel	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
7	148	Ana Luíza Silva da Luz	***&***&.***-&**	49,5	4,0
8	268	Ana Lyvia Moreira dos Santos	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
9	505	Ana Paula dos Santos Cardoso	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
10	226	ANAUANE AMELIA VIEIRA DA SILVA	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
11	328	Anderléia Priscila Garcia	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
12	4	Andressa dos Passos da Luz	***&***&.***-&**	40	10,8
13	553	Angela Cristina da Luz da silva	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
14	424	ANNA LUISA CHAGAS PINHEIRO SIMAL	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
15	90	Beatriz de Almeida Camargo	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
16	269	Bianca Santos Skavinski frimann	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
17	432	BRUNISLAWYA MARIA PETRAUSKAS	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
18	253	Caroline Soares dos Santos	***&***&.***-&**	42,0	0,0
19	234	catia flavia azevedo rodrigues	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
20	444	Charles Henrique Sutil de Oliveira	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
21	93	Cintia Stefani França Brisola	***&***&.***-&**	47,0	0,14
22	106	Clelson da silva Almeida	***&***&.***-&**	24,5	0,0
23	144	Clara Vinholi Araújo	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
24	333	Daniela Machado Ribas	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
25	17	Daniele Carneiro de Melo Oliveira	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
26	534	EDERSON LUIZ DOMINGUES GANDRA	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
27	57	Eduarda Cruz Andrade	***&***&.***-&**	54	8
28	165	Elizandra da Silva	***&***&.***-&**	42,5	10,0
29	384	Emanuelli Costa dos Santos	***&***&.***-&**	47,5	8,0
30	431	Emilia Assis Yamada	***&***&.***-&**	36,5	0,0
31	141	emily guerreiro de paula miranda	***&***&.***-&**	26,5	0,0
32	182	EMILYN SILVA DE LIMA	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
33	223	Fabiana de Oliveira Catharino	***&***&.***-&**	26,5	0,0
34	40	Felipe de Souza Maciel	***&***&.***-&**	54,0	0,0
35	37	FELIPE FREITAS MARINS	***&***&.***-&**	42,5	10,0
36	252	GABRIEL DE OLIVEIRA DOS SANTOS	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
37	2	Gabrieli Pereira Pozarovski Bueno	***&***&.***-&**	27,5	0,0
38	397	Geovanna Rolim Moraes	***&***&.***-&**	42,0	0,0
39	383	Gilmara Pereira da Silva	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
40	83	Giovana Flores de Oliveira	***&***&.***-&**	42,0	8,0
41	276	Giovanna Guerreiro dos Santos Nascimento	***&***&.***-&**	46,0	0,0
42	104	Gisela Trojan Repiso	***&***&.***-&**	46,0	10,0
43	550	Inayara Andrade Rodrigues Da Silva	***&***&.***-&**	37,0	0,0
44	209	Isabel aparecida Da rosa correa	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
45	187	Isabela Do Socorro Ramalho Demétrio	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
46	379	Isadora Brauninha de Paula	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE
47	175	JANILTON DA SILVA LOPES	***&***&.***-&**	AUSENTE	AUSENTE

48	304	Jeiziel Caetano da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
49	142	JHENIFER LETICIA CARDOSO	***&***&.***-&**	36,5	0,0
50	370	João Batista Lopes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
51	476	Joao Gabriel Andrade Rodrigues	***&***&.***-&**	35,0	0,0
52	287	João Paulo Alves dos Santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
53	450	Jorge Rafael Aparecido Cantuaria	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
54	191	José Antônio Lisboa rocha	***&***&.***-&**	63,0	23,0
55	32	Juliana Aparecida dos Santos Alves	***&***&.***-&**	26,5	5,0
56	549	Juziel Ramos de Souza	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
57	245	Kawany	***&***&.***-&**	40,0	8,0
58	85	Kelly Allana Carvalho Silva	***&***&.***-&**	35,5	4,0
59	274	KELLY WILMAR PEREIRA PEIXOTO	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
60	128	KETHELLEN MARÇAL BRAZIL	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
61	412	Laura de lima Pereira Guerreiro	***&***&.***-&**	33,5	8,0
62	489	Leonardo Siqueira de Oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
63	288	Livia Maria Cândido	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
64	265	Livia wiechaz fernandes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
65	211	Lorena Cassianne Oliveira dos Santos	***&***&.***-&**	36,0	0,0
66	508	Lucas Gabriel Dias Alves	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
67	355	Luciano Costa Guerreiro Filho	***&***&.***-&**	35,5	0,0
68	159	Lucília Conceição Gonçalves Geraldo	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
69	186	Lucimar Azevedo De Lima Bastos	***&***&.***-&**	35,5	0,0
70	278	Maicon Jose de Melo Guerreiro	***&***&.***-&**	44,5	0,0
71	94	Makele Aparecida Oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
72	483	MARCOS EDUARDO FERREIRA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
73	466	Maria Laura Correia Teixeira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
74	158	Maria Raphaely do Nascimento Konycki	***&***&.***-&**	52,5	15,0
75	358	Maria Sara Santos Almeida	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
76	330	Mariane da Silva Correia	***&***&.***-&**	50,5	0,0
77	303	Mayara Cristina Barbosa	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
78	39	Michelle Ribeiro Bolzani	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
79	552	Milena Fofano Mainardes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
80	551	Mirella dos Santos Balduino	***&***&.***-&**	40,5	0,0
81	229	Mônica Alves De Almeida	***&***&.***-&**	23,0	8,0
82	327	Nadine Antonio Maciel	***&***&.***-&**	26,5	18,0
83	546	Nataly Victoria Mattos Machado	***&***&.***-&**	26,5	0,0
84	375	Patrícia da Silva Andrade Peixoto	***&***&.***-&**	26,5	4,0
85	259	Patrícia da silva Diniz costa	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
86	500	PATRICIA MONTEIRO PINHEIRO	***&***&.***-&**	24,0	0,0
87	270	paulo sergio dos santos pinheiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
88	213	Pedro Henrique Antonio Vieira	***&***&.***-&**	33,5	0,0
89	214	Pedro Henrique de Paiva Souza	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
90	382	PRISCILA DOS SANTOS TRINDADE	***&***&.***-&**	34,0	10,0
91	222	Priscila Nunes Capelassi	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
92	453	Rafaely Jacob Fonseca	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
93	555	Rayla de Lima sardinha	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
94	337	Rosangela aparecia Cordeiro fofano	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
95	76	Shauane da Silva	***&***&.***-&**	31,5	0,0
96	185	Silmara Dutra de Souza	***&***&.***-&**	49,5	0,0
97	318	Silvia de Oliveira Matias	***&***&.***-&**	31,5	19,6
98	291	SOLANGE APARECIDA MACEDO DE OLIVEIRA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
99	334	Taissa Maciel dos Santos Lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
100	482	Tatiane Mainardes Ferreira Santiago	***&***&.***-&**	38,5	0,0
101	102	Tatiano pereira Barbosa	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
102	547	Ueliton Henrique da Silva luz	***&***&.***-&**	49,5	10,0
103	140	vera guerreiro de paula	***&***&.***-&**	42,0	0,0
104	535	Wallace Felipe Rodrigues Cecilio	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
105	475	ZORAIDE OLIVEIRA CRABI	***&***&.***-&**	31,5	14,0
106	240	Graziela de lima Gonçalves	***&***&.***-&**	28,5	0,0
1074	295	Yuri Dias de Oliveira Pereira	***&***&.***-&**	34,0	0,0
108	376	Larissa Borba Santos	***&***&.***-&**	43,5	0,0
109	26	Marcos Giovanne Dos Santos Lopes	***&***&.***-&**	33,0	0,0

CARGO – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA TITULO
1	54	Adrieli Pereira Ferreira Maynardes	***&***&.***-&**	42,0	6,0
2	415	Alexia Bianca Matias Neto	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
3	64	Amanda de lima lemes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
4	172	Andreia Freitas de Oliveira	***&***&.***-&**	34,0	29,5
5	8	Andréia Maciel Sutil	***&***&.***-&**	36,5	7,0
6	129	Andressa Pereira Ferreira	***&***&.***-&**	51,5	0,0
7	461	Andrieli Rodrigues de Bastos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
8	428	Angélica Aparecida Subtil Pereira	***&***&.***-&**	35,0	6,0
9	340	Anny vitoria Barbosa de lima	***&***&.***-&**	31,0	0,0
10	518	Beatriz Aparecida Sutil	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
11	246	Beatriz Tuti Martins	***&***&.***-&**	35,5	0,0
12	306	Berenice de Oliveira Queiroz Morais	***&***&.***-&**	19,0	0,0
13	12	Camile Vitória da Cunha Freitas	***&***&.***-&**	39,5	0,0
14	456	Claudia Sottomaior de Almeida	***&***&.***-&**	44,5	10,0
15	169	DANIEL SANTOS BUENO MENDES	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
16	414	Denilson Valeriano da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
17	195	Ediane de Oliveira	***&***&.***-&**	50,5	11,5
18	1	Edinaldo figueiredo	***&***&.***-&**	45,5	21,75
19	362	Eliane Almeida Jorge	***&***&.***-&**	34,5	20,5
20	400	Eliane Sottomaior de Almeida	***&***&.***-&**	45,5	14,5
21	477	Gabrielly Maciel de Souza	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
22	399	Gisele Bueno Biscaia dos Santos	***&***&.***-&**	34,5	0,0

23	406	Graciele Fogaça da Silva	***&***&.***-&**	47,0	21,75
24	221	Ioná Francine Rodrigues	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
25	67	Isabeli gomes de lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
26	419	Ivone Pereira de Oliveira	***&***&.***-&**	27,5	10,0
27	97	Janaina de Lima Soares da Luz	***&***&.***-&**	38,0	6,0
28	371	Jenifer danieli de França	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
29	441	Jennifer Caroline Fonseca da Costa	***&***&.***-&**	57,5	0,0
30	244	Josemara Moreira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
31	323	Josilma Rodrigues Machado	***&***&.***-&**	36,0	29,0
32	171	JUCIMARA COELHO DE CAMPOS	***&***&.***-&**	43,5	19,25
33	263	Juliana Silva Alves	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
34	11	KAROLINE ARACI GOMES CARNEIRO	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
35	167	Larissa Felix Pereira	***&***&.***-&**	43,0	2,25
36	388	Larissa Maffud de Melo	***&***&.***-&**	48,5	0,0
37	258	Laura de Fátima Oliveira Pereira	***&***&.***-&**	31,5	0,0
38	422	LETICIA APARECIDA SILVA	***&***&.***-&**	48,5	0,0
39	207	LISNEIA GOMES DO AMARAL	***&***&.***-&**	43,0	22,5
40	380	Luana de Camargo Alves	***&***&.***-&**	41,5	29,75
41	61	Mabylle Caroline de Oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
42	118	Maria Madalena Vieira da Silva	***&***&.***-&**	50,0	18,25
43	421	Mariana Chagas Pinheiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
44	409	Marilene de Oliveira Crabi	***&***&.***-&**	50,5	15,75
45	227	Michele da Silva Barros Vaz	***&***&.***-&**	43,0	13,25
46	532	Milena Gabriele Andrade	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
47	515	Mireli de Oliveira Luz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
48	517	Mirella Cristina Gobbo	***&***&.***-&**	43,0	0,0
49	193	NATIELE RAMOS DE LIMA MARTINS	***&***&.***-&**	41,0	0,0
50	130	Patrícia Matias de Oliveira	***&***&.***-&**	57,0	11,0
51	230	RAFAELA ALVES DE MELO	***&***&.***-&**	38,0	27,25
52	386	Raiane Queiroz da Silva	***&***&.***-&**	43,5	4,0
53	264	Regiane de Fátima Subtil Pereira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
54	16	Rita santos da cunha	***&***&.***-&**	40,0	4,0
55	267	Rosângela de Almeida Silva	***&***&.***-&**	43,5	5,0
56	236	Rosemeri Rosa de Carvalho	***&***&.***-&**	64,0	19,0
57	147	Rosimeire das Dores Roque Andrade.	***&***&.***-&**	28,0	23,25
58	13	SAMANTA SMENTKOSKI DE SOUZA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
59	179	Selma Regina Lopes dos Santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
60	455	SILVANA MAIARA BREGINSK CORREA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
61	325	SIMONE SOUZA DE MELLO	***&***&.***-&**	39,5	0,0
62	516	Sônia Maria Alves Konycki	***&***&.***-&**	57,5	0,0
63	284	Valquiria De Oliveira Kubiack	***&***&.***-&**	45,0	14,75
64	107	Vanderleia Gonçalves	***&***&.***-&**	44,5	20,5

CARGO – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA
1	347	Adelita Camargo Mainardes Bueno	***&***&.***-&**	83
2	363	Adriana Ferreira De Medeiros	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
3	126	ADRIANA MARÇAL BRAZIL MENDES	***&***&.***-&**	76
4	446	Adriana Rodrigues de Melo Souza	***&***&.***-&**	80
5	91	Ana Carolina da Cruz dos Santos	***&***&.***-&**	91
6	452	Ana Carolina da Silva Ferreira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
7	35	Ana Carolina Reis da Silva	***&***&.***-&**	100
8	23	Ana Carolina vornes	***&***&.***-&**	75
9	109	ANA CAROLINE PEREIRA PAULA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
10	302	Ana clara Amaro Ferreira	***&***&.***-&**	86
11	80	Ana Clara Vargas Vieira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
12	24	Ana Cláudia costa	***&***&.***-&**	86
13	133	Ana Lúcia Almeida de Melo	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
14	405	Ana Paula Barbosa de Lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
15	301	Ana Paula silva de Souza	***&***&.***-&**	92
16	531	Andreia Pereira de Souza	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
17	502	Andreia Silva Luz de Lima	***&***&.***-&**	16
18	152	ANDRESSA RODRIGUES NOGUEIRA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
19	536	Angela Francisca de Melo Guerreiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
20	305	Ângela Machado Ribeiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
21	319	Angélica carneiro luz de Lima	***&***&.***-&**	92
22	105	ANI GABRIELI PEREIRA DE PAULA	***&***&.***-&**	68
23	445	Aparecida Castorina De Lima Buachack	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
24	524	Beatriz Dos Santos Brazil	***&***&.***-&**	89
25	138	Benedita Fernanda de Oliveira	***&***&.***-&**	71
26	241	BENEDITA JESUS DE OLIVEIRA	***&***&.***-&**	59
27	490	Bianca da Silva Vieira	***&***&.***-&**	94
28	346	Brenda Martins Ferreira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
29	224	BRUNA TOMÉ DE SOUZA MELO	***&***&.***-&**	82
30	160	Camila Vargas da luz	***&***&.***-&**	48
31	89	Carine Daniel Fagundes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
32	438	Carla Laudicéia dos Santos Romano	***&***&.***-&**	92
33	514	Cibele Gabriela Subtil Pereira	***&***&.***-&**	95
34	49	Cristiane Rodrigues dos Santos	***&***&.***-&**	95
35	469	Daiane ketemps ferreira	***&***&.***-&**	83
36	402	Daniela kava Alves	***&***&.***-&**	100
37	298	Daniele neves Nunes	***&***&.***-&**	80
38	293	DANIELLA CAROLINA COELHO PEREIRA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
39	146	Dayane Trindade Dos Santos	***&***&.***-&**	55
40	435	Dioneia Correia Rodrigues	***&***&.***-&**	71
41	48	Dulcineia Bueno domingues	***&***&.***-&**	78
42	430	Elaine Aparecida Monteiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**

43	312	Elen Cristina Vidal Ferrareto	***&***&.***-&**	58
44	254	Eliane de Carvalho Matias	***&***&.***-&**	85
45	101	Eliane Prestes de oliveira	***&***&.***-&**	95
46	218	Eliane Vargas da luz	***&***&.***-&**	86
47	464	Elisia Moyses Brescansim	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
48	279	Elizionete Miranda koninski	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
49	286	Érica de oliveira Alves	***&***&.***-&**	85
50	408	Esdras Luz França	***&***&.***-&**	87
51	541	Evenine da Silva luz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
52	506	Fabiane de Ponce Cordeiro	***&***&.***-&**	100
53	124	Fabiane Norato	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
54	237	Fernanda norato	***&***&.***-&**	77
55	471	Fernanda Rodrigues da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
56	387	Flavia	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
57	442	Franciele da Fonseca	***&***&.***-&**	91
58	46	Francieli luz Cordeiro Sanches	***&***&.***-&**	79
59	282	Frantiele de Freitas Oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
60	132	Gabrieli Lima da Costa	***&***&.***-&**	95
61	457	Genezia Paulino da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
62	162	Gesieli DE OLIVEIRA MARTINS	***&***&.***-&**	90
63	79	Gisele Rodrigues Machado	***&***&.***-&**	77
64	497	Gleici Fernandes Silva Maia	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
65	462	Iracema Barbosa carneiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
66	110	Isabel Machado Peixoto do Amaral	***&***&.***-&**	80
67	66	Isabela Galvão amaro	***&***&.***-&**	80
68	368	Ivone Biscaia santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
69	365	Ivonice Borba Santos	***&***&.***-&**	71
70	71	Jéssica Feliciano de Almeida	***&***&.***-&**	71
71	62	Jéssica Regina pedroso candido	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
72	25	Joceline luz cordeiro	***&***&.***-&**	81
73	374	Josélia Carneiro de Camargo	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
74	70	Josiane gomes de lima	***&***&.***-&**	86
75	251	Josielle Cristina de Souza Silva	***&***&.***-&**	80
76	310	Josimara de Matos Alves	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
77	349	juliana de sousa da silva	***&***&.***-&**	84
78	292	Karoliny Aparecida Ribeiro Ciofi	***&***&.***-&**	90
79	309	Kayane Gabrieli Fagundes Alves	***&***&.***-&**	100
80	36	Lafaele Biscaia Martins Horácio	***&***&.***-&**	83
81	523	Laíz Rodrigues de Souza Correia	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
82	326	Laudiceia da Silva Cruz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
83	232	LEANDRA MENINO RODRIGUES	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
84	139	Leonice de oliveira vidal schineider	***&***&.***-&**	58
85	119	Liandra Marcela de campos vidal	***&***&.***-&**	78
86	511	LUANA CORREA DE MELO	***&***&.***-&**	82
87	369	Luana Garcia Rodrigues	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
88	72	Luana vieira mart	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
89	131	Luciana Gomes de Lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
90	192	Luciene De Almeida Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
91	29	Lucimara batista vornes chagas	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
92	324	Lucimara de Fátima coelho	***&***&.***-&**	74
93	367	Luíza Maciel de Oliveira	***&***&.***-&**	96
94	513	Luzia de Souza	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
95	120	Marciane Malaquias	***&***&.***-&**	95
96	112	Maria Daluz de Lima Rosa	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
97	145	Maria de Fátima da Cunha	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
98	56	Maria Eduarda de Oliveira Bueno	***&***&.***-&**	100
99	496	Maria José De Lima Melo	***&***&.***-&**	56
100	45	Maria Lúcia Santos Carriel	***&***&.***-&**	86
101	155	Marineide Vicente muniz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
102	115	Marisa Alves Valim	***&***&.***-&**	96
103	554	Mariuza de Fátima Matias	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
104	491	Mayara Cristina de Oliveira	***&***&.***-&**	100
105	127	Mayza Souza da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
106	68	Miguel Lima de Paula	***&***&.***-&**	100
107	290	Mirian Rosa Peixoto	***&***&.***-&**	66
108	488	Natalia Andrade Delfino	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
109	307	Nátani Santos da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
110	150	Nilceia aparecida pereira Teixeira	***&***&.***-&**	81
111	31	Paloma aparecida de Moraes	***&***&.***-&**	72
112	157	Patrícia Rio Oliveira	***&***&.***-&**	91
113	74	Patrícia Rodrigues Fagundes Alves	***&***&.***-&**	87
114	487	Poliana Andrade santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
115	19	Poliane Vaz da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
116	443	Raíssa Fernanda	***&***&.***-&**	90
117	176	Raquel de Oliveira Martins	***&***&.***-&**	85
118	465	Raquel Rodrigues da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
119	82	Renata Ellen Rodrigues de Oliveira	***&***&.***-&**	68
120	59	Romillda de oliveira	***&***&.***-&**	73
121	190	Rosa Rodrigues Biscaia	***&***&.***-&**	75
122	322	Rosângela Aparecida Bufolo Figueiredo	***&***&.***-&**	48
123	164	Rosângela Camargo da Silva	***&***&.***-&**	83
124	161	Rubiana Fernandes de campos	***&***&.***-&**	80
125	122	Sandra Aparecida Oliveira dos Santos	***&***&.***-&**	80
126	459	Sandra pinheiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
127	65	Sandra saramira Almeida de Sá	***&***&.***-&**	72
128	178	Selma Regina Lopes dos Santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
129	181	SILVANA SOUZA DA SILVA LIMA	***&***&.***-&**	52
130	51	Silvia de melo vidal	***&***&.***-&**	86
131	308	Simone Lourenço rio	***&***&.***-&**	**AUSENTE**

132	73	Sirlei Ferreira Vidal	***&***&.***-&**	92
133	95	Suele aparecida oliveira	***&***&.***-&**	88
134	55	Sueli Matias skavinski	***&***&.***-&**	100
135	261	Sueli Rodrigues Ramos	***&***&.***-&**	61
136	63	Sueli Silverio	***&***&.***-&**	60
137	331	Tatieli vidal de paulo borges	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
138	294	Thayane Viana Vaz	***&***&.***-&**	92
139	219	Valdineia de Oliveira Nogueira	***&***&.***-&**	85
140	121	Valdineia Vargas da luz	***&***&.***-&**	58
141	18	Valdirene aparecida Maciel Sutil do Nascimento	***&***&.***-&**	86
142	20	Lorena Sutil do Nascimento	***&***&.***-&**	95
		VANESSA APARECIDA DE LIMA LUZ		94
		ZENILDA DE CARVALHO PEREIRA		72

CARGO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO

	INS	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA
1	27	Ademir Bufolo	***&***&.***-&**	62,5	11
2	417	Alessandra dos Santos Fernandes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
3	339	Cleiton Augusto Maik Correa	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
4	448	Cleunice aparecida da Rosa	***&***&.***-&**	52,0	28
5	436	David da Luz machado	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
6	449	Douglas da luz machado	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
7	163	Fernando henrique vargas da luz	***&***&.***-&**	61,0	12
8	361	GILMAR SILVA DA COSTA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
9	499	Heliton Ferreira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
10	123	HUEIDER Nascimento da silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
11	315	Ivo borba Nunes junior	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
12	78	Jenifer aparecida da silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
13	77	Joana Maria de Lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
14	151	João Marcelino Gomes	***&***&.***-&**	63	**AUSENTE**
15	512	José Carlos Valim Araújo	***&***&.***-&**	59,5	14
16	474	Jose maria subtil ketemps	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
17	231	Jose Rilva Paulino da Silva	***&***&.***-&**	41	30
18	60	Josinei de lima rosa	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
19	394	JOSNEI PEREIRA MAFFUD	***&***&.***-&**	0,0	28
20	198	KAUAN VITOR SILVA EUZEBIO	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
21	350	Leandir trindade de oliveira	***&***&.***-&**	55	28
22	486	Lucas Matheus dos santos cruz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
23	356	Moisés Magalhães Domingues	***&***&.***-&**	61	06
24	338	Osiel dos Santos Correa	***&***&.***-&**	42	28
25	296	Shirlei Fagundes da Silva	***&***&.***-&**	62,5	20
26	364	Silvio Eduardo Santos Silvia	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
27	299	Tiago Castilho Matias	***&***&.***-&**	51,5	**AUSENTE**
28	391	Weslei chagas bueno	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**

CARGO – FARMACEUTICO

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA TITULO
1	343	alex sandro freire de oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
2	336	Aline Prado de Paiva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
3	357	Ana Caroline Aparecida Freitas	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
4	239	Ana Lívia de Souza Bueno	***&***&.***-&**	42	2,5
5	345	Carlo Domingues Ferreira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
6	352	Daniel Lavorenti dos Santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
7	15	Elen Vidal schneider	***&***&.***-&**	18,0	0,0
8	418	Elisandra Maria Catarina de Jesus Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
9	344	Erica Bruna Fonseca	***&***&.***-&**	32,5	21,25
10	42	Floriza Angelita de Camargo santos	***&***&.***-&**	26,5	20,0
11	478	JANAINI CASTRO DE ALMEIDA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
12	114	Jeniffer Guerreiro de Melo	***&***&.***-&**	20,5	16,5
13	353	Juliane Neves de Quadros	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
14	134	Marcus Vinicius Moreira Borges	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
15	6	Maria Eduarda Gondim Rodrigues Andrade	***&***&.***-&**	22,5	5,0
16	208	Rafael de Sousa Nascimento	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
17	521	VITORIA LEITE RODRIGUES	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**

CARGO – FONOAUDILOGO

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA TITULO
1	194	Bruna Buachack de Lima	***&***&.***-&**	57	5,0
2	407	Camila Guerreiro Rodrigues	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
3	196	Karina Maria Diehl Hossaka	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**

CARGO – MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR – MAMBUCA

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA
1	81	Daniele Fernanda de Matos Euzébio	***&***&.***-&**	91
2	484	Eduarda cristini	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
3	86	Elen Sabrina de Oliveira Euzébio	***&***&.***-&**	91
4	439	Estela Beatriz de freitas Oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
5	378	Henrique Bernardes de Almeida	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
6	100	Jessica biscaia da Silva	***&***&.***-&**	79
7	216	LEILA VIEIRA NEVES RAMOS	***&***&.***-&**	75
8	3	Patrícia Aparecida dos Santos Medeiros	***&***&.***-&**	85
9	454	Paulo Eduardo Rodrigues Santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**

CARGO – MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR – SERRA GRANDE

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA
1	360	Adriana Tavares da Silva	***&***&.***-&**	68
2	21	Agdalva Do Rozário Barboza	***&***&.***-&**	58
3	530	Celso Jetka	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
4	329	DILMARA DE SOUZA PEIXOTO BATISTA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**
5	233	Maria Eduarda Alves Mesquita Mendes	***&***&.***-&**	91

CARGO – MOTORISTA

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA
1	262	Adir Miranda Rodrigues	***&***&.***-&**	54	26
2	204	Adriano Buachack	***&***&.***-&**	59,5	27,5
3	392	Adriano Silva Brizola	***&***&.***-&**	66,5	16
4	243	Alan Martinhis de Oliveira	***&***&.***-&**	55,5	30
5	210	Alan Paulo de Sales	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
6	5	Alexandro Arnaldo Honorato	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
7	317	Alisson medeiros bufolo	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
8	248	André Felipe Britto Beckis	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
9	403	André Martins	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
10	548	Antônio Aparecido Mainardes de oliveira	***&***&.***-&**	52	**AUSENTE**
11	154	Aparecido de Oliveira Lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
12	395	Bruna Barbosa Pavelski	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
13	413	Bruno Henrique Borba dos Santos Guerreiro	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
14	332	Carlos Rene Borges	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
15	545	Claudinei Sabino do Amaral	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
16	451	Cristhian Junior dos Santos Afonso	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
17	271	Dainara Teixeira eleuterio	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
18	335	Daniel dos Santos Melo	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
19	359	Douglas Emanuel Costa Rodrigues	***&***&.***-&**	60	18,5
20	285	Edimar aparecido moro brizola	***&***&.***-&**	70	16
21	197	Edivaldo aparecido Figueiredo	***&***&.***-&**	47	12
22	143	Elton de Souza bento	***&***&.***-&**	59	14,5
23	257	Emanuel Francisco Sales Tostes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
24	398	Evanildo Pereira da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
25	447	EVERSON MOREIRA DELFINO	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
26	22	Gean de Souza Neves	***&***&.***-&**	61,5	30
27	125	Gessã Peixoto do Amaral	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
28	463	Gilberto Gomes de Lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
29	321	Guilherme Camargo de Oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
30	426	GUILHERME DE JESUS BOLDIERI	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
31	393	GUILHERME GONCALVES BUENO	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
32	416	Igor César pereira Machado	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
33	498	Ivo kochumanski kava	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
34	437	Jean Carlos marcondes caetano	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
35	184	Jeiziel Caetano da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
36	539	JOAO ATANIR SILVA LOPES	***&***&.***-&**	54	**AUSENTE**
37	217	João Batista Ramos filho	***&***&.***-&**	51,5	16
38	519	João Lucas Sottomaior Paloco	***&***&.***-&**	63	30
39	509	João Paulo Pereira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
40	473	JOAO VITOR CARNEIRO FERREIRA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
41	423	João Vitor de Souza Matias	***&***&.***-&**	65	30
42	300	José Maurício Rodrigues	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
43	170	JOSE PEDRO BRUM	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
44	212	Josmar de Andrade	***&***&.***-&**	61,5	22,5
45	429	Jovenilso nunes da silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
46	225	Juarez Guilherme do Nascimento	***&***&.***-&**	56	**AUSENTE**
47	103	Juliano de Oliveira Matias	***&***&.***-&**	61	30
48	108	Leandro De Souza Ferreira	***&***&.***-&**	64,5	30
49	283	Luan Sales Brito	***&***&.***-&**	66,5	18,5
50	84	Luis Fernando Nunes	***&***&.***-&**	57,5	30
51	135	Luiz Carlos da Silva Isidoro	***&***&.***-&**	65	10,5
52	168	LUIZ RENATO M COELHO JUNIOR	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
53	7	Luiz Roberto Camargo Pereira	***&***&.***-&**	61,5	30
54	235	Marcelo Cleones Alves da Silva	***&***&.***-&**	58	10,5
55	458	Marcelo Moraes de Mattos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
56	228	Márcio Silva Santos de Jesus	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
57	189	Marcos Borba	***&***&.***-&**	70	30
58	44	Marcos Vinícius dos Santos Brizola	***&***&.***-&**	61,5	14,5
59	520	matheus henrique yamada santos	***&***&.***-&**	56	12
60	373	Mauro Rodrigues Vieira	***&***&.***-&**	62,5	10,5
61	460	Maykon de Oliveira Ramos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
62	537	oreste azevedo da silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
63	351	Otacilio Gonçalves	***&***&.***-&**	66,5	30
64	116	PAULO GOMES CARNEIRO JUNIOR	***&***&.***-&**	61	17,5
65	366	REGINALDO CARDOSO DE ANDRADE	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
66	440	RENATO APARECIDO DOS SANTOS MORAES	***&***&.***-&**	52	27,5
67	510	Ricardo de Souza Machado	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
68	527	Robson Rodrigues Queiroz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
69	410	Robson Sutil machado	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
70	470	Rodrigo ketemps ferreira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
71	88	Ronaldo Moraes de pontes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
72	30	Roniel da Silva Cruz Junior	***&***&.***-&**	63	14,5
73	201	Sidinei Guimarães da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
74	98	Sirineu Moreira David dos Santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
75	503	Thayna Andrade	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**

76	381	UESLEI MOREIRA ANDRADE	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
77	420	Vagner Pereira de Oliveira	***&***&.***-&**	59	14,5
78	389	Valdenir Chede	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
79	354	Valdomiro morijo vigil	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
80	273	Vinicius Novo Soares	***&***&.***-&**	70	30
81	38	William Krawczyk	***&***&.***-&**	61	**AUSENTE**
82	215	José Maria Da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**

CARGO – PEDAGOGO

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA TITULO
1	504	Ana Paula Alves de Magalhães	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
2	385	Andressa Nunes da Silva	***&***&.***-&**	8,5	0,0
3	377	Catieli Barros Siqueira Marques	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
4	199	Cristiane Maciel Soares	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
5	87	Cristiane Villas Boas	***&***&.***-&**	23	15,0
6	266	DAIANA ARAUJO LUZ	***&***&.***-&**	21,5	5,0
7	166	DAIANE JULIETE MEDEIROS DE Lima	***&***&.***-&**	26	0,0
8	99	Eluandra da Silva Sanches	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
9	543	Erica Cristina Pereira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
10	493	ESTEFANE CAROLINE PROENCA BARBOSA	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
11	540	FERNANDA DE ALMEIDA SILVA	***&***&.***-&**	19,5	5,0
12	92	Flavia dos Santos Mainardes	***&***&.***-&**	17	15
13	180	Gabriel Ruthes Ferreira Barbosa	***&***&.***-&**	29,5	0,0
14	47	Gabriele Aparecida Rocha Delfino	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
15	434	Geciane Marthins dos Santos	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
16	495	Géssica de Fátima da Silva Buachack	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
17	533	Gleiciane de Jesus Brizola de Almeida	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
18	10	Isabela Peixoto do Amaral Maciel	***&***&.***-&**	32	19,75
19	156	Jaqueline de Barros Moro Barbosa	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
20	249	Jason Dutra de Almeida	***&***&.***-&**	30	5
21	313	JOÃO BATISTA DA CUNHA	***&***&.***-&**	40	5
22	316	Joelma farias domingues TIXILISKI	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
23	468	Joice Heloisa Dias Martins	***&***&.***-&**	25	5
24	183	Josiane Alves	***&***&.***-&**	29	27,5
25	242	Juliana Assis Correa	***&***&.***-&**	37	10
26	404	Juliano Leoncio de Melo	***&***&.***-&**	35	15
27	220	KHETULLY MURIEL LEITE	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
28	472	Lilia Paula Pereira	***&***&.***-&**	28,5	12,5
29	425	Lucinéia de Almeida Brunetti	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
30	485	Márcia Cristina de Oliveira Luz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
31	75	Maria Izabel Briginski da Silva	***&***&.***-&**	35,5	5
32	501	Ozélia Aparecida Bastos da Silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
33	320	Romilda Aparecida Flores	***&***&.***-&**	23,5	15
34	28	Silmara Miguel Dos Santos Lopes	***&***&.***-&**	13	15
35	480	Simone Moreira Gomes Ferreira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
36	528	Sirlene Aparecida Brizola Marçal Alves	***&***&.***-&**	24,5	12,5
37	117	Sueli de Oliveira Vidal Lopes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
38	205	Tatiane das Mercês Gomes	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
39	206	Tatiele Santos Mainardes	***&***&.***-&**	20	15

CARGO – TÉCNICO EM ENFERMAGEM

	INSC	Nome	CPF	PROVA OBJETIVA	PROVA TITULO
1	544	Ana Karla Rocha de Lima	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
2	34	ANA PAULA MESSIAS DE MATOS	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
3	401	ANDRESSA TRINDADE DOS SANTOS	***&***&.***-&**	35,5	0,0
4	96	Cleonilde de Lara Mendes	***&***&.***-&**	33	0
5	69	CLEUSA FRANCISCA DE MELO OLIVEIRA	***&***&.***-&**	15	24,9
6	9	Daiane Carneiro de Melo Oliveira	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
7	174	EDINEIA MORO BRIZOLA CARNEIRO	***&***&.***-&**	21	4,8
8	275	Eliane Aparecida Queiroz Matias	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
9	372	emili Lourenço	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
10	50	Fabiana Justino da Silva Campos	***&***&.***-&**	37	4,8
11	342	Giovana Subtil Matias	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
12	396	Hildo Rufino da silva	***&***&.***-&**	37	0
13	526	Indsa Silva Pereira queiroz	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
14	314	Janaina gouveia da silva	***&***&.***-&**	23,5	0
15	289	Jéssica gabardo Clenk cecilio costa	***&***&.***-&**	35	0
16	188	Juliana de Freitas Correa Borba	***&***&.***-&**	16	16,32
17	427	Larissa Gouveia Perez	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
18	58	Laudiceia Paula de Oliveira Afonco	***&***&.***-&**	33	9,6
19	255	Mabel Aparecida Valle	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
20	538	margareth da silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
21	507	Mariclelia de Almeida dutra	***&***&.***-&**	24,5	25,20
22	41	Mariele Souza da silva	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
23	173	Natalia dos Santos de Oliveira	***&***&.***-&**	23,5	9,22
24	202	Rosana Soares Ponce Mota	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
25	260	Rosenilda aparecida ferreira	***&***&.***-&**	35,5	25,92
26	525	Rosilene Maria de Oliveira Rodrigues	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**
27	52	Thais Santos de Oliveira Nascimento	***&***&.***-&**	37	9,6
28	203	Valdenir Mota	***&***&.***-&**	**AUSENTE**	**AUSENTE**

GABARITO CORRIGIDO

GABARITO – MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

PSS 03/ 2025

CANDIDATO:_____

DATA:_____

ASSINATURA:_____

QUESTÃO	A	B	C	D
01		X		
02				X
03			X	
04		X		
05				X
06			X	
07	X			
08	X			
09			X	
10		X		
11	X			
12				X
13			X	
14		x		
15				X
16		X		
17				X
18			X	
19		X		
20			x	

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:4A92CF38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PUBLICAÇÃO Nº 096/2026

CONCURSO PÚBLICO 001/2025
EDITAL DE RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
PUBLICAÇÃO Nº 096/2026

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI,**ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio do Prefeito Municipal Carlos Alberto de Paula Junior,torna público aos interessados o Edital de Resultado Final e Classificação Preliminar do Concurso Público 001/2025.

Art. 1º Consta no Anexo I deste Edital a Classificação Preliminar na Ampla Concorrência.

Art. 2º Consta no Anexo II deste Edital a Classificação Preliminar na condição de Pessoa com Deficiência

Art. 3º Consta no Anexo III deste Edital a Classificação Preliminar na condição de Negros (Preto/Pardo).

Art. 4º Os critérios de desempate constam no Edital de Abertura, os candidatos poderão consultar as notas por caderno na área restrita do candidato por tempo determinado.

Art. 5º Haverá prazo recursal contra o Edital de Classificação Preliminar no período de **04 a 06 de fevereiro de 2026**. Para protocolar o questionamento, os candidatos deverão acessar o site www.institutounifil.com.br, Concursos em Andamento, página específica da Prefeitura Municipal de Sarandi, *link* Área Restrita do Candidato, Recurso Contra Classificação Preliminar.

Art. 6º As respostas aos recursos serão disponibilizadas no dia 11 de fevereiro, conforme cronograma.

Art. 7º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 03 de fevereiro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I – AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	PO	PT	NF	CLASSIF. PRELIM.
Professor 20h	ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA DA CRUZ	017.603.886-90	82,50	4,50	87,00	1
Professor 20h	MAYARA BAPTISTUCCI OGAKI	017.603.835-68	82,50	2,00	84,50	2
Professor 20h	ANA CAROLINA ROVERI DE PAULA XAVIER	017.603.791-60	82,50		82,50	3
Professor 20h	CINARA DANIELE SILVA COSTA	017.603.757-09	82,50		82,50	4
Professor 20h	ERICA LIRA DE SOUZA	017.603.846-15	82,50		82,50	5
Professor 20h	MARIA CAROLINA MIESSE	017.603.887-36	82,50		82,50	6

Professor 20h	AYLA FERNANDA GOES DOS SANTOS	017.603.837-65	82,50		82,50	7
Professor 20h	ANA LUIZA CARARO	017.603.853-85	82,50		82,50	8
Professor 20h	MARIANA DE LUCCA GRETER	017.603.780-46	82,50		82,50	9
Professor 20h	ANA CLARA ISTCHUK	017.603.882-18	82,50		82,50	10
Professor 20h	MARLON RICCI PEREIRA	017.603.874-09	82,50	0,00	82,50	11
Professor 20h	MARIA LUIZA EVANGELISTA GIL	017.603.803-66	80,00	2,50	82,50	12
Professor 20h	LUANA MACHADO FLORINDO DA SILVA	017.603.827-60	80,00	2,00	82,00	13
Professor 20h	PAULA CAMILLA FERNANDES GONÇALVES	017.603.884-12	80,00	2,00	82,00	14
Professor 20h	ANDRESSA SANTANA ARANTES	017.603.758-00	80,00	2,00	82,00	15
Professor 20h	DAIANE CRISTINA MENDES GONÇALVES	017.603.757-19	80,00	2,00	82,00	16
Professor 20h	SOLANGE APARECIDA PICOLLI	017.603.833-33	80,00	2,00	82,00	17
Professor 20h	CAROLINE ALVES MIOTTI	017.603.760-20	80,00	2,00	82,00	18
Professor 20h	PEDRO GUILHERME GRECCO	017.603.854-30	80,00	2,00	82,00	19
Professor 20h	THAYNARA REVALDAVES SILVA	017.603.767-94	80,00	0,00	80,00	20
Professor 20h	ELAINE DE REZENDE ALVES	017.603.874-34	80,00	0,00	80,00	21
Professor 20h	GIOVANA DA COSTA ZANOTINI	017.603.769-51	80,00		80,00	22
Professor 20h	JULIA NATALIA ZANQUI MARQUES	017.603.779-59	80,00		80,00	23
Professor 20h	GABRIELA GOSDAG DIAS	017.603.885-33	77,50	2,00	79,50	24
Professor 20h	FERNANDA RODRIGUES VIEIRA DE LIMA	017.603.839-24	77,50	2,00	79,50	25
Professor 20h	RAFAELA CRISTINA MOREIRA DANTAS	017.603.785-09	77,50	2,00	79,50	26
Professor 20h	CLEISCIANE PASCOAL SOUZA LOCATELI	017.603.875-95	77,50	2,00	79,50	27
Professor 20h	ÍTALA LAURISLENE SCHMIDT DA SILVA	017.603.817-85	75,00	4,50	79,50	28
Professor 20h	FERNANDA IASSENCK DE MATOS ALVES	017.603.878-56	75,00	4,50	79,50	29
Professor 20h	VIVIANE ROCHTASCHEL FOSS	017.603.844-13	77,50		77,50	30
Professor 20h	ISADORA MARIA MAGALHÃES JAVORSKI	017.603.866-83	77,50		77,50	31
Professor 20h	MARCOS ORSO DA FONSECA	017.603.833-20	77,50		77,50	32
Professor 20h	PRICILA MENDES DO MAR	017.603.877-33	77,50		77,50	33
Professor 20h	MILENA DE MELO TOARDI	017.603.761-26	77,50		77,50	34
Professor 20h	ALISSON HENRIQUE SILVA	017.603.792-03	77,50	0,00	77,50	35
Professor 20h	GISLEINE RAVANELI MATUBARA	017.603.763-97	77,50	0,00	77,50	36
Professor 20h	KAREN FIGUEREDO SETTE	017.603.881-37	77,50		77,50	37
Professor 20h	SUELEN CAROLINE MILANI	017.603.786-30	77,50		77,50	38
Professor 20h	VENÂNCIA JOSEPHINE GRANDE	017.603.883-77	77,50	0,00	77,50	39
Professor 20h	JESSICA DE ARAUJO DIAS	017.603.766-69	75,00	2,00	77,00	40
Professor 20h	ANIE RIBEIRO CASIMIRO	017.603.878-27	75,00	2,00	77,00	41
Professor 20h	SUELI MAZINI	017.603.887-52	75,00	2,00	77,00	42
Professor 20h	ELIANAE BARROS SOBREIRA RODRIGUES	017.603.883-06	75,00	2,00	77,00	43
Professor 20h	MARCELA SIQUEIRA TREVISAN PALMA	017.603.862-86	75,00	2,00	77,00	44
Professor 20h	BRUNA DA SILVA PASSOS	017.603.782-11	72,50	4,50	77,00	45
Professor 20h	JULIA CAROLINE DIAS SALOMÃO	017.603.886-75	75,00		75,00	46
Professor 20h	CAMILA VALENTE DA SILVA	017.603.772-78	75,00		75,00	47
Professor 20h	VICTORIA EDUARDA ALVES DA SILVA	017.603.877-63	75,00		75,00	48
Professor 20h	GABRIEL LIROLA DE MARCHI	017.603.779-31	75,00		75,00	49
Professor 20h	FERNANDA CANDOTTI DO NASCIMENTO	017.603.880-72	75,00		75,00	50
Professor 20h	DENIZE HAHMANN	017.603.836-40	75,00		75,00	51
Professor 20h	CLAUDIMAR JEAN DOS SANTOS	017.603.770-47	75,00		75,00	52
Professor 20h	KARINE DA SILVA MACEDO COSMOS	017.603.851-31	75,00		75,00	53
Professor 20h	GABRIELLE HENRIQUE DOS SANTOS	017.603.833-72	75,00		75,00	54
Professor 20h	ALICIA FERNANDA DOS SANTOS MELEGARI	017.603.796-68	75,00		75,00	55
Professor 20h	ELISABETH NOGUEIRA MARTINS	017.603.877-00	75,00		75,00	56
Professor 20h	EMANOELLE BEATRIZ NATAL FONSECA	017.603.880-10	75,00	0,00	75,00	57
Professor 20h	EDUARDA CRISTINA DE FREITAS FLORIDO	017.603.784-14	75,00		75,00	58
Professor 20h	HELLEN GRANDI FERREIRA	017.603.888-77	75,00		75,00	59
Professor 20h	THAINARA SOUZA DE MOURA	017.603.882-61	75,00		75,00	60
Professor 20h	LAÍZA CRISTINA BAHLS LOPES	017.603.878-96	75,00		75,00	61
Professor 20h	FLÁVIA EDUARDA PESSOA RIBEIRO	017.603.758-18	75,00		75,00	62
Professor 20h	TAÍS RENATA MAZIERO GIRALDELLI	017.603.835-02	67,50	7,50	75,00	63
Professor 20h	DANIELE DE OLIVEIRA DOS SANTOS	017.603.890-03	72,50	2,00	74,50	64
Professor 20h	DOMINICIA VIOTTI	017.603.818-21	72,50	2,00	74,50	65
Professor 20h	LUCIANE PAGOTO	017.603.887-22	72,50	2,00	74,50	66
Professor 20h	ANA CLARA DA ROCHA VIEIRA	017.603.842-55	72,50	2,00	74,50	67
Professor 20h	IRIS ROCHA SALÚ	017.603.764-75	72,50	2,00	74,50	68
Professor 20h	THAYNARA KARINE MEDEIROS	017.603.777-57	72,50	2,00	74,50	69
Professor 20h	JACQUELINE CAMILE DO NASCIMENTO TEODORO	017.603.845-94	72,50	2,00	74,50	70
Professor 20h	AMANDA SEGANTIN DE FARIA SELENGRIM	017.603.813-42	72,50	2,00	74,50	71
Professor 20h	JÉSSICA CRISTINA QUEIROZ DO NASCIMENTO	017.603.821-83	72,50	2,00	74,50	72
Professor 20h	JÉSSICA CARRETERO AGUIAR	017.603.769-77	72,50	2,00	74,50	73
Professor 20h	ANDRÉIA CRISTINA DA SILVA	017.603.761-81	72,50	2,00	74,50	74
Professor 20h	MARIANA VALENTINI RODRIGUES	017.603.819-00	72,50	2,00	74,50	75
Professor 20h	AMANDA RAPHAELA DOS SANTOS SOLDAN	017.603.835-53	72,50	2,00	74,50	76
Professor 20h	TALITA KELLY LUZ DA SILVEIRA ROCHA	017.603.825-61	72,50	2,00	74,50	77
Professor 20h	ANDREIA MAGRI BENITES ENCISO	017.603.815-32	72,50	2,00	74,50	78
Professor 20h	BRUNA COSTA	017.603.771-88	72,50	2,00	74,50	79
Professor 20h	LARA HOFFMEISTER LUZ	017.603.878-15	72,50	2,00	74,50	80
Professor 20h	RENATA LIMA GALINDO	017.603.822-21	72,50	2,00	74,50	81
Professor 20h	THAÍS MENDES ROCHA	017.603.773-19	72,50	2,00	74,50	82
Professor 20h	THAIS SOARES DIAS	017.603.759-43	70,00	4,50	74,50	83
Professor 20h	LAYRA KELLY SANTOS SILVA	017.603.884-88	72,50		72,50	84
Professor 20h	HÉLIO JOSÉ LUCIANO	017.603.784-34	72,50		72,50	85
Professor 20h	GABRIELLY CANDIDA MACEDO	017.603.781-46	72,50		72,50	86
Professor 20h	LARISSA CORREIA DA SILVA	017.603.888-34	72,50		72,50	87
Professor 20h	BRUNA MARIA PINTO	017.603.827-88	72,50		72,50	88
Professor 20h	ALEXIA STHEFFANY BERNARDINO DA SILVA	017.603.825-65	72,50		72,50	89
Professor 20h	JESSICA YASMIN ZACARIAS PIMENTA	017.603.815-72	72,50		72,50	90
Professor 20h	ANDRESSA NASCIMENTO PIRES FERNANDES	017.603.770-13	72,50		72,50	91
Professor 20h	CAMILA OZELAME DA SILVA	017.603.875-02	72,50	0,00	72,50	92
Professor 20h	SUZANE APARECIDA NUNES	017.603.880-90	72,50		72,50	93
Professor 20h	GREICE KELLY VIEIRA CASTRO	017.603.799-82	72,50	0,00	72,50	94
Professor 20h	KAWANE DE OLIVEIRA RAMOS	017.603.781-64	72,50		72,50	95

Professor 20h	EVELYN CAROLINE DA SILVA PEREIRA	017.603.768-61	72,50		72,50	96
Professor 20h	JÚLIA HELEN LUQUES SILVA	017.603.878-06	72,50		72,50	97
Professor 20h	FELIPE FONTES DOS SANTOS	017.603.836-49	72,50		72,50	98
Professor 20h	LUCAS ALVES DA SILVA CASSIOLATO	017.603.851-12	72,50		72,50	99
Professor 20h	MARIANA WAUTERS LOPES	017.603.827-41	72,50		72,50	100
Professor 20h	LUANA KAROLINE DE SÁ DE ALMEIDA	017.603.820-94	72,50		72,50	101
Professor 20h	LARISSA DE CASTRO CRUZ	017.603.888-88	72,50		72,50	102
Professor 20h	MARIANE CRISTINA DOS SANTOS SANTANA	017.603.818-96	72,50		72,50	103
Professor 20h	LUCINEIA HYRYCENA	017.603.881-51	72,50		72,50	104
Professor 20h	MARINA SILVEIRA BONACAZATA SANTOS	017.603.834-25	70,00	2,50	72,50	105
Professor 20h	INGRIDY REBERTI MILANI	017.603.757-39	70,00	2,00	72,00	106
Professor 20h	FABIANA GOMES FIALHO CARREIRA	017.603.834-05	70,00	2,00	72,00	107
Professor 20h	VITTORIA MARIA GIROTTO	017.603.770-86	70,00	2,00	72,00	108
Professor 20h	FERNANDA MARA MARIANI FERREIRA	017.603.825-78	70,00	2,00	72,00	109
Professor 20h	PRISCILA PERES SARTORI TORTORELLI	017.603.789-12	70,00	2,00	72,00	110
Professor 20h	DANIELA DE OLIVEIRA	017.603.775-18	70,00	2,00	72,00	111
Professor 20h	DANIELLI ALVES CARDOSO VARGAS	017.603.762-72	70,00	2,00	72,00	112
Professor 20h	DENISE CAROLINY PRADO DE OLIVEIRA MIGUEL	017.603.880-79	70,00	2,00	72,00	113
Professor 20h	LETICIA FERREIRA DA SILVA	017.603.820-98	70,00	2,00	72,00	114
Professor 20h	VANESSA FERREIRA DOS SANTOS VALLES LEAL	017.603.818-54	70,00	2,00	72,00	115
Professor 20h	CRISTIANE FRANÇA	017.603.865-13	70,00	2,00	72,00	116
Professor 20h	PRISCILLA TOMAZI VIEIRA DA COSTA	017.603.763-35	70,00	2,00	72,00	117
Professor 20h	BRENDHA VICTÓRIA DE MORAIS	017.603.770-27	70,00	2,00	72,00	118
Professor 20h	MONICA FISCHER FELHAUER PIRES	017.603.768-42	70,00	2,00	72,00	119
Professor 20h	HELEN DAIANE MAGALHÃES CASADO	017.603.778-19	70,00	2,00	72,00	120
Professor 20h	EDIVALDA CLEMENTINO MOREIRA	017.603.873-83	70,00	2,00	72,00	121
Professor 20h	ANDREIA SALES PALMEIRAS BOSTIGO	017.603.871-48	70,00	2,00	72,00	122
Professor 20h	ALINE APARECIDA GONÇALVES DA ROCHA	017.603.796-24	70,00	2,00	72,00	123
Professor 20h	ELIZA TAQUES PUSCH	017.603.820-16	70,00	2,00	72,00	124
Professor 20h	LUIS ROBERTO DA ROSA CECILIO	017.603.765-54	70,00	2,00	72,00	125
Professor 20h	STEPHANY AZEVEDO DIAS	017.603.880-05	70,00	2,00	72,00	126
Professor 20h	MATHEUS GOMES DA SILVA	017.603.855-73	70,00	2,00	72,00	127
Professor 20h	MICHELE DE SOUZA MAGRI HASSIMOTO	017.603.822-58	70,00	2,00	72,00	128
Professor 20h	SARA DE CARVALHO PEREIRA DE OLIVEIRA	017.603.777-84	70,00	2,00	72,00	129
Professor 20h	DULCE NAIR DE LIMA GOMES	017.603.811-74	70,00	2,00	72,00	130
Professor 20h	DAYLIN LENI DE MELO GARCIA	017.603.883-61	70,00	2,00	72,00	131
Professor 20h	ANA PAULA BARCO DA SILVA	017.603.802-70	70,00	2,00	72,00	132
Professor 20h	OSMAR ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	017.603.883-37	70,00	2,00	72,00	133
Professor 20h	NATHALIA CRISTINA LAZARETTI DA SILVA	017.603.829-45	70,00	2,00	72,00	134
Professor 20h	EDIANA MARIA DO ESPIRITO SANTOS NAZARENO	017.603.785-06	70,00	2,00	72,00	135
Professor 20h	ANA CARLA BARROS SOBREIRA	017.603.856-80	67,50	4,50	72,00	136
Professor 20h	MARIA RITA SEFRIAN DE SOUZA PEINADO	017.603.878-76	67,50	4,50	72,00	137
Professor 20h	LILIAN GONÇALVES	017.603.815-95	67,50	4,50	72,00	138
Professor 20h	JANAINA SILVA DOS SANTOS	017.603.881-78	70,00		70,00	139
Professor 20h	JENIFFER TALITA CORBETTA	017.603.772-06	70,00	0,00	70,00	140
Professor 20h	DANIELA MARTINS DA SILVA	017.603.768-53	70,00		70,00	141
Professor 20h	GABRIEL CORREA OLIVA	017.603.785-65	70,00		70,00	142
Professor 20h	LUCIANE DA SILVA SANTOS	017.603.835-89	70,00	0,00	70,00	143
Professor 20h	LETYCIA MEDEIROS SOARES	017.603.789-55	70,00	0,00	70,00	144
Professor 20h	LEYLANI LIMA CARVALHO	017.603.860-97	70,00		70,00	145
Professor 20h	THAIS SANTANA FALEIROS	017.603.876-18	70,00		70,00	146
Professor 20h	LORENA RAMIREZ RAMOS	017.603.814-77	70,00		70,00	147
Professor 20h	SABRINA ROMANO MAZIA SOUZA	017.603.810-13	70,00		70,00	148
Professor 20h	GLAUCIANI DE JESUS RAVANELI	017.603.770-15	70,00		70,00	149
Professor 20h	RAQUEL DE QUEIROZ BARROS	017.603.815-71	70,00		70,00	150
Professor 20h	MARIANA ISABELA DOS SANTOS VALENCIO	017.603.832-68	70,00		70,00	151
Professor 20h	CRISTINA MONTAGNINI DA SILVA	017.603.877-94	70,00		70,00	152
Professor 20h	LORENA GONÇALVES DA SILVA	017.603.759-67	70,00		70,00	153
Professor 20h	GABRIELA ANGELINA DA SILVA	017.603.787-92	70,00		70,00	154
Professor 20h	MICHELLY DAYANE SOUZA DE OLIVEIRA	017.603.856-20	70,00		70,00	155
Professor 20h	LÁISA MARIA DA SILVA RUFINO	017.603.757-48	70,00		70,00	156
Professor 20h	KEILA JACOBOZI BALIEIRO RIBEIRO DOS SANTOS	017.603.793-43	70,00		70,00	157
Professor 20h	ISABELLY MACORE BARBOSA	017.603.770-67	70,00		70,00	158
Professor 20h	MARIA LETICIA FEITOSA DE PAULA	017.603.760-70	70,00		70,00	159
Professor 20h	RAUL ALEXANDRE DOS SANTOS MEDINA	017.603.830-82	70,00		70,00	160
Professor 20h	DANIELE ZANIN PEPATO	017.603.846-60	70,00	0,00	70,00	161
Professor 20h	DIEGO RODRIGO SOUZA DA SILVA	017.603.888-33	70,00		70,00	162
Professor 20h	CLAUDIA JUCILENE COSTA SANTOS	017.603.874-25	70,00		70,00	163
Professor 20h	LEILA CUBA DE OLIVEIRA	017.603.890-20	70,00		70,00	164
Professor 20h	NATANIELE CRISTINA DOS SANTOS SILVA	017.603.796-34	70,00		70,00	165
Professor 20h	RENATA DE OLIVEIRA VICENTE	017.603.812-01	70,00		70,00	166
Professor 20h	ANA PAULA DE SOUZA PORTELA	017.603.873-66	70,00		70,00	167
Professor 20h	BRUNO AYRON SEPULVEDA	017.603.766-15	70,00		70,00	168
Professor 20h	IANE MARILDA DO VALE MELLO	017.603.877-28	70,00		70,00	169
Professor 20h	CLAUDIA SARRÃO	017.603.864-11	70,00		70,00	170
Professor 20h	SANDRA ROMERO DE SOUZA GONÇALVES	017.603.888-96	70,00	0,00	70,00	171
Professor 20h	PATRÍCIA LAÍS DE SOUZA	017.603.767-77	67,50	2,50	70,00	172
Professor 20h	RAFAELA DINIS PIRES	017.603.768-63	67,50	2,00	69,50	173
Professor 20h	BIANCA COSTA DE OLIVEIRA HANAI	017.603.805-14	67,50	2,00	69,50	174
Professor 20h	IZABEL CRISTINA LOPES DIAS MARIANO	017.603.790-97	67,50	2,00	69,50	175
Professor 20h	JAQUELINE FERREIRA DE FREITAS ARAÚJO	017.603.799-65	67,50	2,00	69,50	176
Professor 20h	LUANA BRANCALHÃO DE SOUZA	017.603.808-46	67,50	2,00	69,50	177
Professor 20h	KATRINE JORGETO SAVIAN	017.603.810-91	67,50	2,00	69,50	178
Professor 20h	JESSYKA FERNANDA BITENCOURT MARTINS FURTUOZO	017.603.860-33	67,50	2,00	69,50	179
Professor 20h	PEDRO HENRIQUE TERTULINO	017.603.768-92	67,50	2,00	69,50	180
Professor 20h	GISLAINE RODRIGUES DE SOUZA	017.603.875-71	67,50	2,00	69,50	181
Professor 20h	VANESSA LANDUCHE GUIMARÃES PELUSO	017.603.792-19	67,50	2,00	69,50	182
Professor 20h	IANCA FERREIRA ALMEIDA PEREIRA	017.603.775-63	67,50	2,00	69,50	183
Professor 20h	LEILIANE MAULONI SARZI	017.603.877-65	67,50	2,00	69,50	184

Professor 20h	PAULA APARECIDA SOLA RENNER	017.603.877-46	67,50	2,00	69,50	185
Professor 20h	TATIANE OLIVEIRA DA SILVA	017.603.880-55	67,50	2,00	69,50	186
Professor 20h	EDILZA MARIA DE LIMA	017.603.834-97	67,50	2,00	69,50	187
Professor 20h	ROSIMARY SEBASTIANA DE OLIVEIRA	017.603.892-76	67,50	2,00	69,50	188
Professor 20h	RENATO ALVES DE GOUVEIA	017.603.890-45	67,50	2,00	69,50	189
Professor 20h	THAYNARA MARIANO GANACIM	017.603.768-91	67,50	2,00	69,50	190
Professor 20h	LUCIVANE APARECIDA DOS SANTOS	017.603.812-68	67,50	2,00	69,50	191
Professor 20h	ISABELA LOURENÇO GALERIANI	017.603.820-19	67,50	2,00	69,50	192
Professor 20h	LARISSA GOMES DE OLIVEIRA	017.603.824-94	67,50	2,00	69,50	193
Professor 20h	SIMONE CAMPANA BENÁ	017.603.878-11	67,50	2,00	69,50	194
Professor 20h	GEMIMA SOARES DOS SANTOS	017.603.873-18	67,50	2,00	69,50	195
Professor 20h	RAYANE DA SILVA CAMPOS	017.603.837-81	67,50	2,00	69,50	196
Professor 20h	MILENA RAFAELA DE ANDRADE CARDOSO	017.603.880-50	67,50	2,00	69,50	197
Professor 20h	ARIANNE SOUZA RODRIGUES BARROS	017.603.784-93	67,50	2,00	69,50	198
Professor 20h	DAIANE CRIS DA SILVA	017.603.879-27	67,50	2,00	69,50	199
Professor 20h	NATÁLIA DA LUZ DE LIMA DE AGUIAR	017.603.775-37	67,50	2,00	69,50	200
Professor 20h	CAMILA LUIZA DE OLIVEIRA	017.603.770-02	67,50	2,00	69,50	201
Professor 20h	BEATRIZ FERREIRA CAROSSONE SOLIGO	017.603.762-14	67,50	2,00	69,50	202
Professor 20h	ERICA DA SILVA SOUSA	017.603.792-91	67,50	2,00	69,50	203
Professor 20h	ADRIANA RODRIGUEIRO FERNANDES	017.603.878-55	67,50	2,00	69,50	204
Professor 20h	ISABELI DA SILVA PASSOS	017.603.835-20	67,50	2,00	69,50	205
Professor 20h	ANDREZA MARIA DE SOUZA SILVA	017.603.847-48	67,50	2,00	69,50	206
Professor 20h	DIEGO TAMBORIN	017.603.770-63	67,50	2,00	69,50	207
Professor 20h	MARIA ELENA DE OLIVEIRA VALENTIM	017.603.795-49	67,50	2,00	69,50	208
Professor 20h	GISLAINE CRISTINA FRANSOZIO	017.603.867-89	67,50	2,00	69,50	209
Professor 20h	RAFAELA SILVA CORDEIRO	017.603.833-94	67,50	2,00	69,50	210
Professor 20h	LUCELI APARECIDA DA SILVA RAIMUNDO	017.603.875-24	67,50	2,00	69,50	211
Professor 20h	VALDINÊS APARECIDA GOULART FELIPIN	017.603.783-50	67,50	2,00	69,50	212
Professor 20h	LUCIANE FERREIRA SILVA	017.603.890-29	67,50	2,00	69,50	213
Professor 20h	LAISA CAPEL ALBANO	017.603.775-07	67,50	2,00	69,50	214
Professor 20h	FRANCIELY DA SILVA	017.603.875-40	67,50	2,00	69,50	215
Professor 20h	CAROLINA RUAN GONÇALVES	017.603.797-81	67,50	2,00	69,50	216
Professor 20h	KAREN THALIA ALVES DE OLIVEIRA	017.603.818-76	67,50	2,00	69,50	217
Professor 20h	VALDELICE DOS ANJOS RASIMAVIKO REJANI	017.603.774-25	65,00	4,50	69,50	218
Professor 20h	TALITA CRISTINA DE SOUZA ALMEIDA DA SILVA	017.603.767-23	67,50		67,50	219
Professor 20h	LAIS SABINO KOPECKI	017.603.807-95	67,50		67,50	220
Professor 20h	MICHELLY ALINE DOS SANTOS	017.603.788-70	67,50		67,50	221
Professor 20h	VANESSA ALINE LOPES RIBEIRO	017.603.823-54	67,50	0,00	67,50	222
Professor 20h	INGRID MAIARA CAMARGO DOS SANTOS	017.603.886-54	67,50		67,50	223
Professor 20h	LUIZ HENRIQUE CODONHO	017.603.833-44	67,50		67,50	224
Professor 20h	JAQUELINE COELHO DE OLIVEIRA MELENCHON	017.603.872-00	67,50		67,50	225
Professor 20h	GLEICY KELLY DIAS DA SILVA	017.603.828-39	67,50		67,50	226
Professor 20h	ISABELA BISPO DE ARAUJO	017.603.768-07	67,50	0,00	67,50	227
Professor 20h	LUIZ FELIPE LOPES PEREIRA	017.603.819-87	67,50		67,50	228
Professor 20h	MELINA TIFANI RIBEIRO MARQUES RAMOS	017.603.833-81	67,50		67,50	229
Professor 20h	THAYNA CRISTIANE GOMES DE MATOS	017.603.804-59	67,50	0,00	67,50	230
Professor 20h	ANNE CAROLINE MACHADO SOARES	017.603.879-40	67,50		67,50	231
Professor 20h	ELISANGELA PEREIRA DA SILVA	017.603.830-21	67,50	0,00	67,50	232
Professor 20h	MARCILENE DA SILVA GARCIA VIEIRA	017.603.890-18	67,50		67,50	233
Professor 20h	MARIA LUIZA DEZOTTI OLIANI	017.603.821-44	67,50		67,50	234
Professor 20h	THALITA SOARES CONEJO	017.603.890-22	67,50	0,00	67,50	235
Professor 20h	WELLINTON PAULINO	017.603.890-35	67,50		67,50	236
Professor 20h	CLÁUDIA BARBOSA PEREIRA SOUSA	017.603.780-73	67,50		67,50	237
Professor 20h	CRISTIANE CAMPOS FARIA	017.603.783-46	67,50	0,00	67,50	238
Professor 20h	GABRIELLY BARBOSA DA COSTA	017.603.859-84	67,50		67,50	239
Professor 20h	ARIELLY CAROLINE QUINALHA	017.603.784-52	67,50	0,00	67,50	240
Professor 20h	ANA PAULA ANTUNES VACARO	017.603.769-36	67,50		67,50	241
Professor 20h	ROSANGELA BEATRIZ CASTELHADO RODRIGUES HERNANDES	017.603.788-74	67,50		67,50	242
Professor 20h	SABRINA DOS SANTOS DOMINGOS	017.603.766-67	67,50		67,50	243
Professor 20h	EDILAINE ALEGRE	017.603.881-50	67,50		67,50	244
Professor 20h	ISABELA PACANHELA RAMOS	017.603.794-94	67,50	0,00	67,50	245
Professor 20h	LUZINETE RODRIGUES DE SOUZA	017.603.810-53	67,50		67,50	246
Professor 20h	CRICIELY CRISTINA VIEIRA	017.603.826-80	67,50	0,00	67,50	247
Professor 20h	MICHELLE PERIN DO AMARAL	017.603.891-58	67,50		67,50	248
Professor 20h	VANDERLEI BORGES FERREIRA	017.603.841-16	67,50		67,50	249
Professor 20h	NAYARA CAETANO FONSECA	017.603.879-87	67,50		67,50	250
Professor 20h	STELA REGINA SILVA	017.603.819-56	67,50		67,50	251
Professor 20h	LETICIA ANDRIELLI FERREIRA DA CONCEICAO DE MORAES	017.603.834-51	67,50		67,50	252
Professor 20h	JOELMA BEATRIZ PEREIRA MORAES	017.603.861-87	67,50		67,50	253
Professor 20h	ELISANGELA BATISTA DIAS	017.603.891-25	67,50		67,50	254
Professor 20h	RAISSA JULIANA PINTO DO NASCIMENTO LAMAS	017.603.779-47	67,50		67,50	255
Professor 20h	LUCAS SANTI DE OLIVEIRA	017.603.880-18	67,50		67,50	256
Professor 20h	MATHEUS YUKIO TAKAHASSI	017.603.861-99	67,50		67,50	257
Professor 20h	KARINA BREDOW	017.603.838-95	67,50		67,50	258
Professor 20h	GIOVANNA ALVES DE CASTRO LA CORTE	017.603.810-40	67,50	0,00	67,50	259
Professor 20h	ANA ELISA SOUSA DOS REIS DELFINO	017.603.886-52	67,50	0,00	67,50	260
Professor 20h	FERNANDA COTARELLI MACACARI MOLINA	017.603.781-81	67,50		67,50	261
Professor 20h	TATIANE DUTRA DA SILVA	017.603.757-37	67,50		67,50	262
Professor 20h	LAÍZA MOREIRA DOS SANTOS	017.603.826-88	67,50		67,50	263
Professor 20h	GUIOMAR GOMES PIMENTEL DOS SANTOS PESTANA	017.603.816-93	67,50		67,50	264
Professor 20h	LILLIAN BARBOSA MACEDO	017.603.768-78	67,50		67,50	265
Professor 20h	GRAZIELA DE OLIVEIRA DA SILVA	017.603.891-57	67,50		67,50	266
Professor 20h	MAYRA NUNES DA COSTA RIBEIRO	017.603.887-43	67,50		67,50	267
Professor 20h	SARAH CRISTHINA CASTILHO SCARSO	017.603.857-88	67,50	0,00	67,50	268
Professor 20h	PABLO VINÍCIUS RIBEIRO STÁBILE DA SILVA	017.603.882-79	67,50		67,50	269
Professor 20h	HIGOR JEAN FERREIRA NEVES	017.603.801-49	67,50		67,50	270
Professor 20h	SANDRA MARA FERRARI	017.603.884-78	67,50		67,50	271
Professor 20h	LILIAN MORAES DE CARVALHO	017.603.767-49	67,50		67,50	272
Professor 20h	BRUNO HENRIQUE LESSA DA SILVA	017.603.820-34	67,50		67,50	273

Professor 20h	ANA PAULA APARECIDA RODRIGUES DE MATTOS DE PAULA	017.603.883-00	67,50		67,50	274
Professor 20h	RHANYTA CAROLINE ROCHA DOS SANTOS COUTINHO	017.603.880-45	67,50		67,50	275
Professor 20h	GISELE GONÇALVES COSTA	017.603.780-68	65,00	2,00	67,00	276
Professor 20h	MAISA CRISTINA BARBOSA	017.603.779-62	65,00	2,00	67,00	277
Professor 20h	JOELMA ALEXANDRE CHUMARQUE DE MIRA	017.603.760-10	65,00	2,00	67,00	278
Professor 20h	SUELI CLEMENTE	017.603.762-02	65,00	2,00	67,00	279
Professor 20h	FABIANA MARIA DA COSTA ZAGO	017.603.760-89	65,00	2,00	67,00	280
Professor 20h	LUZINETE DOS SANTOS	017.603.780-36	65,00	2,00	67,00	281
Professor 20h	FABIANE DIAS ROMANO	017.603.818-50	65,00	2,00	67,00	282
Professor 20h	PAULA CRISTINE DE MELLO	017.603.867-56	65,00	2,00	67,00	283
Professor 20h	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	017.603.762-46	65,00	2,00	67,00	284
Professor 20h	MARCIA APARECIDA REIS PINHEIRO	017.603.829-51	65,00	2,00	67,00	285
Professor 20h	RAFAELA BENETI SODOSKI	017.603.841-30	65,00	2,00	67,00	286
Professor 20h	LUCAS FERDINANDI	017.603.766-68	65,00	2,00	67,00	287
Professor 20h	ALINE JORDAM DIAS	017.603.845-78	65,00	2,00	67,00	288
Professor 20h	GECIANE SUZART DA SILVA MASCARENHAS	017.603.797-00	65,00	2,00	67,00	289
Professor 20h	JOÃO GUSTAVO AMORIM DE SOUZA	017.603.883-90	65,00	2,00	67,00	290
Professor 20h	JOSÉ CARLOS GIROTTO	017.603.812-25	65,00	2,00	67,00	291
Professor 20h	EMILLY DE ALMEIDA BERWANGER	017.603.807-00	65,00	2,00	67,00	292
Professor 20h	ANA PAULA ANDRADE CAMPONÊS	017.603.758-19	65,00	2,00	67,00	293
Professor 20h	FRANCIELE APARECIDA NARDO NASCIMENTO	017.603.890-01	65,00	2,00	67,00	294
Professor 20h	VITOR GABRIEL CARPANESE FARIA	017.603.759-78	65,00	2,00	67,00	295
Professor 20h	ROSELI MARIA DE CARVALHO FERREIRA.	017.603.813-41	65,00	2,00	67,00	296
Professor 20h	KAREN FERNANDES	017.603.850-78	65,00	2,00	67,00	297
Professor 20h	ANDRÉIA SANTOS CORREIA ALMEIDA DA SILVA	017.603.834-39	65,00	2,00	67,00	298
Professor 20h	MARA FLAVIANI BASSO RIBEIRO	017.603.836-09	65,00	2,00	67,00	299
Professor 20h	ESCHILEY MAITANA DA SILVA MORO	017.603.766-98	65,00	2,00	67,00	300
Professor 20h	VALÉRIA MORAIS	017.603.760-19	65,00	2,00	67,00	301
Professor 20h	GISLÉIA CARVALHO DE SOUSA MORAIS	017.603.760-96	65,00	2,00	67,00	302
Professor 20h	MAYARA FERNANDA NOSSOL BONFIM FERREIRA	017.603.800-82	65,00	2,00	67,00	303
Professor 20h	FERNANDA DE MOURA RODRIGUES CABRAL	017.603.854-96	65,00	2,00	67,00	304
Professor 20h	LUCIANE CECIDIA SANTANA NAVARRETE	017.603.871-78	65,00	2,00	67,00	305
Professor 20h	ANA CLAUDIA PEREIRA DOS ANJOS WEIS	017.603.821-60	65,00	2,00	67,00	306
Professor 20h	MÁRCIA DA SILVA FONSECA	017.603.892-52	65,00	2,00	67,00	307
Professor 20h	EMANOELE LIBERATO BARBOSA	017.603.852-97	65,00	2,00	67,00	308
Professor 20h	LUCIANA PERIN D'OLIVO	017.603.885-23	65,00	2,00	67,00	309
Professor 20h	CIBELE BARBETI LIMA	017.603.810-24	65,00	2,00	67,00	310
Professor 20h	SUELY FERREIRA DA SILVA	017.603.881-39	65,00	2,00	67,00	311
Professor 20h	PAMELA CASTRO DA SILVA	017.603.757-29	65,00	2,00	67,00	312
Professor 20h	JOSIANE DE OLIVEIRA DA SILVA	017.603.760-17	65,00	2,00	67,00	313
Professor 20h	FRANCIELE DA SILVA MOREIRA	017.603.771-12	65,00	2,00	67,00	314
Professor 20h	CLEUNICE APARECIDA SENCIO CHAMORRO	017.603.878-68	65,00	2,00	67,00	315
Professor 20h	MARLI ALMEIDA DOS SANTOS DE SAMPAIO	017.603.788-15	65,00	2,00	67,00	316
Professor 20h	FABIANA APARECIDA DE OLIVEIRA	017.603.811-19	65,00	2,00	67,00	317
Professor 20h	MIRIAM GOUVEIA DA SILVA MANZANO ALVES	017.603.813-14	65,00	2,00	67,00	318
Professor 20h	JAYLLA XAVIER DE SOUZA	017.603.811-23	65,00	2,00	67,00	319
Professor 20h	GRACIELE APARECIDA HONÓRIO DE LIMA ESTEVO	017.603.814-17	65,00	2,00	67,00	320
Professor 20h	DAIANE LUZIA DE JESUS EUGÊNIO	017.603.891-45	65,00	2,00	67,00	321
Professor 20h	VÂNIA PAULA DE SOUZA MOTA ROCHA	017.603.884-17	65,00		65,00	322
Professor 20h	GILMARA MAIA DA SILVA	017.603.781-29	65,00		65,00	323
Professor 20h	RÚBIA DA SILVA LOPES FERREIRA	017.603.842-20	65,00		65,00	324
Professor 20h	YASMIN MONIQUE PEREIRA CARRASK	017.603.879-07	65,00		65,00	325
Professor 20h	NAYLA MARIA QUEIROZ SANTOS	017.603.888-61	65,00		65,00	326
Professor 20h	LORENA BISPO DA SILVA	017.603.837-66	65,00	0,00	65,00	327
Professor 20h	GIOVANA FERREIRA DA SILVA	017.603.877-87	65,00		65,00	328
Professor 20h	NATALIA GODOY	017.603.792-84	65,00		65,00	329
Professor 20h	CASSIA LORENLAY OLIVEIRA TESTI	017.603.796-16	65,00	0,00	65,00	330
Professor 20h	KARIME ZANCOPÉ	017.603.884-82	65,00		65,00	331
Professor 20h	HELLEN CHRISTINA DE OLIVEIRA SOUZA ALVES	017.603.887-34	65,00		65,00	332
Professor 20h	TATIANE CARVALHO DE OLIVEIRA	017.603.760-72	65,00	0,00	65,00	333
Professor 20h	JOSIELE CARDOSO DA SILVA	017.603.827-40	65,00		65,00	334
Professor 20h	JOYCE OLIVEIRA ROSA	017.603.781-43	65,00		65,00	335
Professor 20h	ANDRESSA MONTEIRO DA SILVA OLIVEIRA	017.603.888-03	65,00		65,00	336
Professor 20h	ROSEANE DE ABREU SILVA SANTOS	017.603.872-39	65,00	0,00	65,00	337
Professor 20h	JOSIANE DO AMARAL DE LIMA DE OLIVEIRA	017.603.767-67	65,00	0,00	65,00	338
Professor 20h	LEONARDO PIRES DE SOUSA	017.603.827-09	65,00		65,00	339
Professor 20h	ÉLVIO LIZANDRO DE OLIVEIRA ALVES	017.603.885-36	65,00		65,00	340
Professor 20h	VALDIRENE MARIA SAMPAIO	017.603.765-90	65,00	0,00	65,00	341
Professor 20h	GABRIELA DE FÁTIMA ARRUDA PESSOA	017.603.886-18	65,00		65,00	342
Professor 20h	CLAUDINEIA DA SILVA SANTOS	017.603.760-54	65,00		65,00	343
Professor 20h	LUANA CRISTINA DO AMARAL SANTOS	017.603.891-83	65,00		65,00	344
Professor 20h	OTÁVIO AUGUSTO BREDA DIAS	017.603.801-97	65,00		65,00	345
Professor 20h	RITA DE CÁSSIA SILVA	017.603.833-38	65,00	0,00	65,00	346
Professor 20h	GÉSSICA CRISTINA CAMPANHOLI	017.603.868-03	65,00		65,00	347
Professor 20h	NOEMIA APARECIDA MARTINS	017.603.771-65	65,00		65,00	348
Professor 20h	JÉSSICA EUGÊNIO DE AZEVEDO	017.603.764-50	65,00		65,00	349
Professor 20h	LEONARDO MACHADO FERREIRA	017.603.889-53	65,00		65,00	350
Professor 20h	NATÁLIA BARCELLOS	017.603.774-45	65,00		65,00	351
Professor 20h	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	017.603.759-20	65,00	0,00	65,00	352
Professor 20h	ALICE MARIA NASCIMENTO PEREIRA	017.603.767-18	65,00		65,00	353
Professor 20h	ANA CAROLINA NUSS RODRIGUES	017.603.882-32	65,00		65,00	354
Professor 20h	BRUNA DIAS DE SOUZA	017.603.804-66	65,00		65,00	355
Professor 20h	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS MISS	017.603.757-17	65,00		65,00	356
Professor 20h	NAYARA THALIA RAMOS DA SILVA	017.603.822-20	65,00		65,00	357
Professor 20h	HELENA MARIA OLIVEIRA BESSON PAIVA	017.603.797-42	65,00	0,00	65,00	358
Professor 20h	POLIANA ALVARENGA DA SILVA	017.603.885-46	65,00		65,00	359
Professor 20h	STEFANI PEREIRA MENDES SALOMÃO	017.603.832-11	65,00		65,00	360
Professor 20h	MÁRCIA PIRES	017.603.885-34	65,00		65,00	361
Professor 20h	CLAUDIANI CREMONES CRISTOVAM CAGLIARI	017.603.823-87	65,00		65,00	362

Professor 20h	CAROLINE CASTANHO BANA	017.603.881-25	65,00		65,00	363
Professor 20h	ISABELLE PRUDENCIO PARDINHO	017.603.890-27	65,00		65,00	364
Professor 20h	DANIANE SALUSTIANO DE LUCENA CRUZ	017.603.836-23	65,00	0,00	65,00	365
Professor 20h	KAIQUE RODRIGUES MOREIRA	017.603.787-97	65,00		65,00	366
Professor 20h	ANA CARLA DE OLIVEIRA PRADO	017.603.784-06	65,00		65,00	367
Professor 20h	VANIA TRAJANO DA SILVA	017.603.791-78	65,00	0,00	65,00	368
Professor 20h	ALAN CAVALCANTE DA SILVA	017.603.843-62	65,00		65,00	369
Professor 20h	JESSICA MAYARA DA SILVA SANTOS	017.603.764-37	62,50	2,00	64,50	370
Professor 20h	TALITA MASCHIO COSTA	017.603.834-08	62,50	2,00	64,50	371
Professor 20h	ROBERTA JOANA FARIAS	017.603.879-63	62,50	2,00	64,50	372
Professor 20h	NICOLY CAROLINE TORRENTE SABINO	017.603.785-86	62,50	2,00	64,50	373
Professor 20h	BRUNA DOS SANTOS FERNANDES SAITO	017.603.890-66	62,50	2,00	64,50	374
Professor 20h	FABIULA CAMARGO BATTALLINI MICALLI	017.603.817-13	62,50	2,00	64,50	375
Professor 20h	JÉSSICA MARISSA DE MELO SOARES	017.603.847-13	62,50	2,00	64,50	376
Professor 20h	LAÍS DA SILVA MELO	017.603.793-13	62,50	2,00	64,50	377
Professor 20h	SUZIANI GONÇALVES DAVANZO	017.603.766-60	62,50	2,00	64,50	378
Professor 20h	JOSCIELE SANDES XAVIER DA SILVA	017.603.771-98	62,50	2,00	64,50	379
Professor 20h	ANA CLÁUDIA PRUDÊNCIO FONSECA	017.603.860-32	62,50	2,00	64,50	380
Professor 20h	DANIELE DOS SANTOS CARDOSO	017.603.820-84	62,50	2,00	64,50	381
Professor 20h	CILEIDE CARDOSO DO CARMO MARÓSTICA	017.603.835-11	62,50	2,00	64,50	382
Professor 20h	SAMILA HESSEL SZOKATZ	017.603.892-97	62,50	2,00	64,50	383
Professor 20h	LARISSA OLIVEIRA DE PAIVA	017.603.829-32	62,50	2,00	64,50	384
Professor 20h	ANA PAULA MELO DE SOUZA LEDEA	017.603.823-51	62,50	2,00	64,50	385
Professor 20h	JASLINE DA SILVA FARIAS	017.603.879-68	62,50	2,00	64,50	386
Professor 20h	LANA BEATRIZ DOS SANTOS	017.603.757-98	62,50	2,00	64,50	387
Professor 20h	RITA DE CÁSCIA JACINTO GOBI	017.603.833-17	62,50	2,00	64,50	388
Professor 20h	GISLAINE DIAS FAGUNDES	017.603.770-60	62,50	2,00	64,50	389
Professor 20h	ANA MARIA DA SILVA DOS SANTOS ROSSETTO	017.603.828-86	62,50	2,00	64,50	390
Professor 20h	HELENA APARECIDA BONILHA DE ANDRADE SEGES	017.603.886-36	62,50	0,00	62,50	391
Professor 20h	AMANDA ARAUJO CASTELIANI	017.603.882-13	62,50		62,50	392
Professor 20h	CARLA PRISCILLA SANTOS MENEGHIM	017.603.888-37	62,50		62,50	393
Professor 20h	KARINA VALERIO SIMOES	017.603.852-27	62,50	0,00	62,50	394
Professor 20h	GABRIEL HENRIQUE PEPI DELIVIO	017.603.890-48	62,50		62,50	395
Professor 20h	THAINARA CAMILE SILVA DOS SANTOS	017.603.875-60	62,50		62,50	396
Professor 20h	ISABELLA DE MIRA SOLA	017.603.852-89	62,50		62,50	397
Professor 20h	LUCIANY GLEICE JAGAS DOS SANTOS	017.603.884-16	62,50		62,50	398
Professor 20h	THAISE SOUZA DA SILVA CAVALCANTI	017.603.786-91	62,50		62,50	399
Professor 20h	CÉLIA NOVAIS DOS SANTOS	017.603.818-56	62,50		62,50	400
Professor 20h	MÔNICA ALVES DOS SANTOS FRANCIOSI	017.603.780-23	62,50		62,50	401
Professor 20h	BRUNA BATISTA CLAUDO	017.603.826-33	62,50		62,50	402
Professor 20h	THAMARA CRISTINNY FERREIRA NEVES	017.603.760-46	62,50		62,50	403
Professor 20h	THAIS DE JESUS BONFIM SANTOS	017.603.821-81	62,50	0,00	62,50	404
Professor 20h	FLÁVIA MIYUKI KONNO MUSSOLINI	017.603.888-44	62,50		62,50	405
Professor 20h	JULIANA VENANCIO DOS SANTOS	017.603.768-56	62,50		62,50	406
Professor 20h	ALCIELE CACIANO DE ASSIS	017.603.813-06	62,50		62,50	407
Professor 20h	JESSICA FERNANDA DE AZEVEDO KRIIGER DE MELO	017.603.822-11	62,50	0,00	62,50	408
Professor 20h	EDUARDA MARQUES BARBOSA	017.603.888-60	62,50		62,50	409
Professor 20h	JULIANA MARINHO GONÇALVES	017.603.876-23	62,50		62,50	410
Professor 20h	JAKELINE BATISTA RUARO	017.603.776-02	62,50	0,00	62,50	411
Professor 20h	IARA RODRIGUES DE JESUS	017.603.844-71	62,50	0,00	62,50	412
Professor 20h	SARAH GABRIELA VALÉRIO DO PRADO	017.603.817-23	62,50		62,50	413
Professor 20h	ÉRICA MOREIRA GIMENEZ	017.603.808-67	62,50	0,00	62,50	414
Professor 20h	BRUNA DE ALMEIDA ALVES RODOLFO	017.603.773-53	62,50		62,50	415
Professor 20h	JAINE CRISTINA SALLES DA SILVA	017.603.811-47	62,50		62,50	416
Professor 20h	TATIANE TEODORO DO NASCIMENTO	017.603.824-15	62,50	0,00	62,50	417
Professor 20h	ISADORA ANTUNES DE LIMA	017.603.812-94	62,50	0,00	62,50	418
Professor 20h	MARIA RITA SILVA DE BRITO	017.603.758-22	62,50		62,50	419
Professor 20h	SUSANA MARIA DA SILVA COTA ROSNOSKI	017.603.882-98	62,50	0,00	62,50	420
Professor 20h	LEILIANE PEDROZA BOING	017.603.832-06	62,50		62,50	421
Professor 20h	LUCIANE CRISTINA GAMAS	017.603.769-90	60,00	2,00	62,00	422
Professor 20h	GEISILAINE ALVES CARDOZO FINETO	017.603.882-93	60,00	2,00	62,00	423
Professor 20h	ELINE MONTEIRO DA SILVA	017.603.801-11	60,00	2,00	62,00	424
Professor 20h	FRANCIELE PAULINO BRUSTULIN	017.603.800-06	60,00	2,00	62,00	425
Professor 20h	ANA CLAUDIA DOS SANTOS GARCIA	017.603.768-71	60,00	2,00	62,00	426
Professor 20h	BRUNA BORGES ALMEIDA TAVARES	017.603.879-55	60,00	2,00	62,00	427
Professor 20h	ALESSANDRA LIZALDO	017.603.882-83	60,00	2,00	62,00	428
Professor 20h	FRANCIELI CRISTINA ALVES RODRIGUES DE FREITAS	017.603.764-88	60,00	2,00	62,00	429
Professor 20h	MARTA REGINA MOREIRA	017.603.877-21	60,00	2,00	62,00	430
Professor 20h	MARIA FABIANA TORRENTES DOS SANTOS PRADO	017.603.842-37	60,00	2,00	62,00	431
Professor 20h	AMANDA CRISTINA PAIXAO MANETTA	017.603.814-72	60,00	2,00	62,00	432
Professor 20h	ANGELA APARECIDA ANDRÉ	017.603.835-62	60,00	2,00	62,00	433
Professor 20h	TATIANE SILVA REIS	017.603.796-82	60,00	2,00	62,00	434
Professor 20h	FERNANDA DE JESUS RODRIGUES	017.603.886-97	60,00	2,00	62,00	435
Professor 20h	JESSICA DIAS BANDEIRA	017.603.858-07	60,00	2,00	62,00	436
Professor 20h	VALMIR DOS SANTOS BARBOSA	017.603.769-97	60,00	2,00	62,00	437
Professor 20h	ANDRESSA VITORINHO CERQUEIRA	017.603.882-01	60,00	2,00	62,00	438
Professor 20h	ISABEL DE LOURDES DA SILVA SANTOS	017.603.821-52	60,00		60,00	439
Professor 20h	DÉBORA CRISTINA CAMPOS	017.603.802-26	60,00		60,00	440
Professor 20h	JULIANA DOS SANTOS SENA	017.603.800-57	60,00	0,00	60,00	441
Professor 20h	DAYANE CRISTINA NOGUEIRA SENA LAURINDO	017.603.885-00	60,00		60,00	442
Professor 20h	KEILA CRISTINA BARROS DE OLIVEIRA	017.603.800-51	60,00	0,00	60,00	443
Professor 20h	LUCIMAR DOS SANTOS PUIATTI	017.603.774-62	60,00	0,00	60,00	444
Professor 20h	ELIZÂNGELA APARECIDA DA SILVA	017.603.856-52	60,00	0,00	60,00	445
Professor 20h	CARINA CEPEDES BARBOSA DE SOUZA	017.603.797-99	60,00		60,00	446
Professor 20h	LUZIA CAROLINA FERREIRA FALLA DE MORAES	017.603.881-84	60,00		60,00	447
Professor 20h	RAQUEL BATISTA DE OLIVEIRA SANTOS	017.603.884-98	60,00		60,00	448
Professor 20h	TACIANE CÁSSIA DA SILVA	017.603.830-29	60,00		60,00	449
Professor 20h	GIOVANA GARCIA DE SOUZA	017.603.781-37	60,00		60,00	450
Professor 20h	ALESSANDRA MARIA CASSIANO DE OLIVEIRA SILVA	017.603.855-16	60,00		60,00	451

Professor 20h	ADRIANA PEDRO	017.603.847-51	60,00		60,00	452
Professor 20h	LAIANY LÍSSIA BISPO DA SILVA SANSEVERINO	017.603.757-36	60,00		60,00	453
Professor 20h	JANAINA DOS SANTOS FELIX FARIA	017.603.764-08	60,00		60,00	454
Professor 20h	GABRIEL ANDERSON CALIXTO OLIVEIRA	017.603.768-68	60,00		60,00	455
Professor 20h	THAINÁ FERNANDES ROCHA	017.603.889-12	60,00		60,00	456
Professor 20h	ELIANE CRISTINA DA SILVA	017.603.850-10	60,00		60,00	457
Professor 20h	VALDIRENE PEREIRA FERNANDES SILVA	017.603.761-59	60,00		60,00	458
Professor 20h	KARINA TAYNARA MOREIRA DE SOUZA	017.603.778-90	60,00		60,00	459
Professor 20h	MILENA GABRIELE PINHEIRO RIBEIRO	017.603.781-39	60,00		60,00	460
Professor 20h	ANA CATARINA HIGUTI DE CASTRO CHRISTO	017.603.852-11	60,00		60,00	461
Professor 20h	SUZANA LIMA DA SILVA REIS	017.603.795-90	60,00	0,00	60,00	462
Professor 20h	TAINARA MONIQUE DAMASCENO BENEDICTO	017.603.874-72	60,00	0,00	60,00	463
Professor 20h	SANDRA RIBEIRO GONÇALVES	017.603.882-96	60,00		60,00	464
Professor 20h	CINTIA DAIANE DA SILVA DOS SANTOS	017.603.816-58	60,00		60,00	465
Professor 20h	NATHALIA HELOISA MARCELINO UTIDA	017.603.842-71	57,50	2,00	59,50	466
Professor 20h	JAQUELINE CRISTIANE MACON SASSI	017.603.830-26	57,50	2,00	59,50	467
Professor 20h	VITORIA SILVA DOS SANTOS DE LIMA	017.603.774-77	57,50	2,00	59,50	468
Professor 20h	BATSEBA SABRINA BARBOSA DA SILVA	017.603.817-41	57,50	2,00	59,50	469
Professor 20h	NILZA FRANCIELLE LUCIANO	017.603.779-09	57,50	2,00	59,50	470
Professor 20h	GERSIA FERREIRA DOS SANTOS SANTANA	017.603.873-69	57,50	2,00	59,50	471
Professor 20h	THAÍS DA SILVA OLIVEIRA	017.603.830-30	57,50	2,00	59,50	472
Professor 20h	ROSEMARY DA SILVA PIRES	017.603.781-68	57,50	2,00	59,50	473
Professor 20h	ELISANGELA APARECIDA BARBALHO LOPES CHAGAS	017.603.825-44	57,50	2,00	59,50	474
Professor 20h	SANDRA APARECIDA DE SOUZA RODRIGUES	017.603.802-11	57,50	2,00	59,50	475
Professor 20h	ZINGARA APARECIDA CIRINA DO VALE MENDES	017.603.788-75	57,50	2,00	59,50	476
Professor 20h	ROSILAINER DA SILVA FERNANDES	017.603.889-22	57,50	2,00	59,50	477
Professor 20h	PRISCILA CRISTINE NOGUEIRA PEREIRA	017.603.789-23	57,50	2,00	59,50	478
Professor 20h	THALIA APARECIDA COSTA DE OLIVEIRA	017.603.787-72	57,50		57,50	479
Professor 20h	GILMARA VIDAL DO VALE ALMEIDA	017.603.881-11	57,50		57,50	480
Professor 20h	KELLEN AMANDA DA SILVA	017.603.768-28	57,50		57,50	481
Professor 20h	SANDRA JAQUELINE DOS SANTOS	017.603.797-65	57,50		57,50	482
Professor 20h	ROSIMARI APARECIDA DOS SANTOS DA SILVA	017.603.785-37	57,50	0,00	57,50	483
Professor 20h	THAMIRES APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA	017.603.885-01	57,50		57,50	484
Professor 20h	BRUNA DA PAZ LEITE	017.603.806-26	57,50		57,50	485
Professor 20h	KATARINA VENANCIO	017.603.816-82	57,50		57,50	486
Professor 20h	KAROLINE ELIS DE SOUZA	017.603.763-05	57,50		57,50	487
Professor 20h	LARISSA ROBERTA DE SOUZA	017.603.785-08	57,50		57,50	488
Professor 20h	ANA CLÁUDIA GRILO RODRIGUES	017.603.779-00	57,50	0,00	57,50	489
Professor 20h	RAIMUNDA DOS SANTOS OLIVEIRA	017.603.850-92	57,50		57,50	490
Professor 20h	SILVIA DOS ANJOS DOS SANTOS	017.603.795-66	57,50		57,50	491
Professor 20h	LUCINEIA DE FATIMA MUNHOZ	017.603.766-76	57,50		57,50	492
Professor 20h	IZABELA VITÓRIA DA COSTA DE SOUZA	017.603.885-84	57,50		57,50	493
Professor 20h	ARIANE APARECIDA CAETANO DE SOUZA	017.603.830-83	57,50		57,50	494
Professor 20h	ALINE SILVA OLIVEIRA	017.603.881-62	57,50		57,50	495
Professor 20h	ANA PAULA LIMA DE SOUZA MOREIRA	017.603.889-07	57,50		57,50	496
Professor 20h	ISABELLA PEREIRA DA SILVA	017.603.811-00	57,50	0,00	57,50	497
Professor 20h	MARIVANE IZO MONDADORI	017.603.875-92	55,00	2,00	57,00	498
Professor 20h	FABIANA APARECIDA DA COSTA RÊGO	017.603.801-00	55,00	2,00	57,00	499
Professor 20h	MIRIAN HELENA LOBO	017.603.769-48	50,00	2,00	52,00	500
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PT**	**NF**	**CLASSIF. PRELIM.**
Professor 40h	CAMILA JULIANA DA SILVA	017.603.775-20	87,50		87,50	1
Professor 40h	ELAINE DE REZENDE ALVES	017.603.874-31	85,00	0,00	85,00	2
Professor 40h	ANA CAROLINA ROVERI DE PAULA XAVIER	017.603.791-63	82,50		82,50	3
Professor 40h	KARINE DA SILVA MACEDO COSMOS	017.603.851-27	82,50		82,50	4
Professor 40h	MARCOS ORSO DA FONSECA	017.603.833-24	77,50	0,00	77,50	5
Professor 40h	GISLEINE RAVANELI MATUBARA	017.603.883-05	77,50	0,00	77,50	6
Professor 40h	DANIELA DE OLIVEIRA	017.603.775-17	75,00	2,00	77,00	7
Professor 40h	HUGO GERMANO	017.603.886-74	75,00		75,00	8
Professor 40h	MARINA TEIXEIRA	017.603.870-57	75,00	0,00	75,00	9
Professor 40h	JOÉLIA DA COSTA SILVA	017.603.834-73	72,50	2,00	74,50	10
Professor 40h	WALORY LOHANY OLIVEIRA DE PAULA	017.603.833-85	72,50	2,00	74,50	11
Professor 40h	MARIANA ALVES DOS SANTOS	017.603.760-88	72,50	2,00	74,50	12
Professor 40h	TAÍS LUIZ DE ALMEIDA	017.603.870-81	70,00	4,50	74,50	13
Professor 40h	VITÓRIA VIDOTTI DO NASCIMENTO	017.603.885-76	72,50		72,50	14
Professor 40h	THAINÁ FERNANDES ROCHA	017.603.889-17	72,50		72,50	15
Professor 40h	JHENIFER OLIVEIRA CREFALDI TAVARES	017.603.890-70	72,50		72,50	16
Professor 40h	IZABELA ALBINO VANZO	017.603.887-66	72,50		72,50	17
Professor 40h	ELISANGELA PEREIRA DA SILVA	017.603.830-25	72,50	0,00	72,50	18
Professor 40h	HÉLLER JULIANI LOPES	017.603.834-85	72,50		72,50	19
Professor 40h	ANTONIO EDUARDO NICACIO	017.603.869-99	72,50	0,00	72,50	20
Professor 40h	MAYCON FERNANDO DOS SANTOS	017.603.890-13	72,50		72,50	21
Professor 40h	LARISSA RODRIGUES DE AMORIM	017.603.836-32	72,50	0,00	72,50	22
Professor 40h	CASSIA LORENLAY OLIVEIRA TESTI	017.603.796-20	72,50	0,00	72,50	23
Professor 40h	NAYARA DARODDA STACHUKA	017.603.891-85	72,50		72,50	24
Professor 40h	PATRÍCIA LAÍS DE SOUZA	017.603.767-79	70,00	2,50	72,50	25
Professor 40h	RENATA LIMA GALINDO	017.603.822-19	70,00	2,00	72,00	26
Professor 40h	RIVIA ANDRADE CLEMONEZ MOURA	017.603.832-86	70,00	2,00	72,00	27
Professor 40h	RAFAELA DA SILVA CORDEIRO	017.603.833-93	70,00	2,00	72,00	28
Professor 40h	EDIANA MARIA DO ESPIRITO SANTOS NAZARENO	017.603.785-22	70,00	2,00	72,00	29
Professor 40h	SABRINA SOARES DA SILVA	017.603.768-65	70,00	2,00	72,00	30
Professor 40h	DAYLIN LENI DE MELO GARCIA	017.603.883-58	70,00	2,00	72,00	31
Professor 40h	CRISTINA AVALOS LOPES SALGADO	017.603.840-06	70,00	2,00	72,00	32
Professor 40h	VITOR GABRIEL CARPANESE FARIA	017.603.759-87	70,00	2,00	72,00	33
Professor 40h	MATHEUS GOMES DA SILVA	017.603.855-66	70,00	2,00	72,00	34
Professor 40h	LETICIA DO PRADO VENTURA	017.603.877-69	70,00	2,00	72,00	35
Professor 40h	TAINARA CAROLINA DA SILVA ROMERO	017.603.884-57	70,00	2,00	72,00	36
Professor 40h	THIAGO ALEXANDRE MANFRINATO SCHIAVON	017.603.759-28	70,00		70,00	37
Professor 40h	ANA LAURA LIMA	017.603.802-24	70,00		70,00	38

Professor 40h	LUANA KAROLINE DE SÁ DE ALMEIDA	017.603.820-96	70,00		70,00	39
Professor 40h	KATIA NISHIMURA CANDIDO	017.603.875-86	70,00		70,00	40
Professor 40h	DANIELA MARTINS DA SILVA	017.603.768-50	70,00		70,00	41
Professor 40h	AMÉLIA ALICE GIRARDI	017.603.828-91	70,00	0,00	70,00	42
Professor 40h	CLEBER ANTONIO MARÇAL	017.603.802-98	70,00	0,00	70,00	43
Professor 40h	LAÍZA CRISTINA BAHLS LOPES	017.603.878-90	70,00		70,00	44
Professor 40h	REGINA DIAS DE SOUZA	017.603.876-03	67,50	2,00	69,50	45
Professor 40h	ANDREIA SALES PALMEIRAS BOSTIGO	017.603.871-47	67,50	2,00	69,50	46
Professor 40h	MAYARA FERNANDA NOSSOL BONFIM FERREIRA	017.603.830-67	67,50	2,00	69,50	47
Professor 40h	VANESSA BEATRIZ REIS	017.603.826-78	67,50	2,00	69,50	48
Professor 40h	MIRIAN PIRES DE MORAIS	017.603.865-38	67,50	2,00	69,50	49
Professor 40h	SOLANGE APARECIDA PICOLLI	017.603.833-32	67,50	2,00	69,50	50
Professor 40h	PAMELA ALFAIA DE AZEVEDO	017.603.796-35	67,50	2,00	69,50	51
Professor 40h	GISLAINE GOMES GONÇALVES	017.603.821-01	67,50	2,00	69,50	52
Professor 40h	THAIS ROSANA LEITE DA SILVA	017.603.771-00	65,00	4,50	69,50	53
Professor 40h	BIANCA EMANUELLE AKEMY HIRATA	017.603.815-99	67,50		67,50	54
Professor 40h	KARIME ZANCOPÉ	017.603.884-87	67,50		67,50	55
Professor 40h	REBECA DE ANDRADE CRUZ	017.603.885-22	67,50		67,50	56
Professor 40h	SILVANA APARECIDA DOS SANTOS MISS	017.603.796-58	67,50		67,50	57
Professor 40h	SANDRA CONCEIÇÃO GONÇALVES	017.603.888-00	67,50		67,50	58
Professor 40h	JENIFFER TALITA CORBETTA	017.603.772-00	67,50	0,00	67,50	59
Professor 40h	MARLON RICCI PEREIRA	017.603.862-91	67,50	0,00	67,50	60
Professor 40h	EMILLY DE ALMEIDA BERWANGER	017.603.807-03	67,50	0,00	67,50	61
Professor 40h	JACQUELINE PAULA CORSINE FERREIRA	017.603.886-81	65,00	2,00	67,00	62
Professor 40h	ANGÉLICA DIAS	017.603.879-42	65,00	2,00	67,00	63
Professor 40h	REGIANE DA SILVA ALMEIDA BELTRAN	017.603.884-53	65,00	2,00	67,00	64
Professor 40h	MALVA DÉBORAH OLIVEIRA SANTOS	017.603.880-17	65,00	2,00	67,00	65
Professor 40h	MARCIELE SILVA DOS SANTOS	017.603.853-91	65,00	2,00	67,00	66
Professor 40h	ELIANA CRISTINA DA SILVA PASSOS	017.603.811-63	65,00	2,00	67,00	67
Professor 40h	CINARA DANIELE SILVA COSTA	017.603.757-11	65,00		65,00	68
Professor 40h	ISABELLA LIMA DE OLIVEIRA	017.603.833-56	65,00	0,00	65,00	69
Professor 40h	MILENA DE MELO TOARDI	017.603.761-36	65,00		65,00	70
Professor 40h	DAYANE CRISTINA NOGUEIRA SENA LAURINDO	017.603.885-03	65,00		65,00	71
Professor 40h	VITÓRIA DE LIMA MANZATTI	017.603.784-59	65,00		65,00	72
Professor 40h	BRUNA PEREIRA DA LUZ	017.603.889-42	65,00		65,00	73
Professor 40h	FERNANDA URIAS BARBOSA DE JESUS	017.603.886-69	65,00		65,00	74
Professor 40h	HAIANNY DA SILVA RODRIGUES VIEIRA	017.603.778-81	65,00		65,00	75
Professor 40h	HANUARA F.M HERGESELL	017.603.786-14	65,00		65,00	76
Professor 40h	MARCIA APARECIDA TERAMON GIMENES	017.603.885-69	65,00		65,00	77
Professor 40h	MARCELO GALVÃO	017.603.888-86	65,00		65,00	78
Professor 40h	CLEITON PRINCIVAL	017.603.788-00	65,00	0,00	65,00	79
Professor 40h	MARIA CAROLINA RODRIGUES	017.603.882-15	62,50	2,00	64,50	80
Professor 40h	ANA CLARA DA ROCHA VIEIRA	017.603.842-65	62,50	2,00	64,50	81
Professor 40h	SANDRA CRISTINA BAZALIA	017.603.888-46	62,50	2,00	64,50	82
Professor 40h	ADRIANA DE FÁTIMA BORDINI	017.603.758-46	62,50	2,00	64,50	83
Professor 40h	FERNANDA SANT ANA DE OLIVEIRA	017.603.801-12	62,50	2,00	64,50	84
Professor 40h	IGOR DODÓ FERMINO	017.603.877-10	62,50	2,00	64,50	85
Professor 40h	GISLENE APARECIDA DA SILVA SANTOS	017.603.818-42	62,50	2,00	64,50	86
Professor 40h	JESSYKA FERNANDA BITENCOURT MARTINS FURTUOZO	017.603.891-18	62,50	2,00	64,50	87
Professor 40h	LUDIMILA EDUARDA HRECZYNSKI DA SILVA	017.603.824-02	62,50	2,00	64,50	88
Professor 40h	JULIA BENFICA SANTANA	017.603.837-41	62,50	2,00	64,50	89
Professor 40h	ELISANGELA APARECIDA GOES MIOTTO	017.603.765-23	62,50	2,00	64,50	90
Professor 40h	MARCIO CASTILHO DOS SANTOS	017.603.882-75	62,50	2,00	64,50	91
Professor 40h	ANA JÚLIA PELIZER LARINI	017.603.878-42	62,50	2,00	64,50	92
Professor 40h	CLAUDIA PATRICIO RUDINISKI	017.603.876-89	62,50	2,00	64,50	93
Professor 40h	CARINA LOUREIRO MASCHIO	017.603.802-45	62,50		62,50	94
Professor 40h	BARBARA HELOISA ARMELIN	017.603.808-88	62,50		62,50	95
Professor 40h	MARIA HELENA PEREIRA	017.603.815-08	62,50		62,50	96
Professor 40h	PAULA REGINA GARCIA ZABLOSKI	017.603.768-34	62,50		62,50	97
Professor 40h	SARA DE CARVALHO PEREIRA DE OLIVEIRA	017.603.777-88	62,50	0,00	62,50	98
Professor 40h	SANDRA MARA FERRARI	017.603.884-73	62,50		62,50	99
Professor 40h	MARIA DE FATIMA BRAGA GUIMARÃES	017.603.888-83	62,50		62,50	100
Professor 40h	SABRINE DA SILVA DOMICIANO	017.603.811-96	62,50		62,50	101
Professor 40h	CARLA SCHIAVON DA SILVA	017.603.768-86	62,50		62,50	102
Professor 40h	GÉSSICA RAMALHO XAVIER	017.603.819-69	62,50		62,50	103
Professor 40h	PAULO GUSTAVO SOARES DE SOUZA	017.603.882-12	62,50		62,50	104
Professor 40h	RITA DE CÁSSIA SILVA	017.603.873-86	62,50	0,00	62,50	105
Professor 40h	THAINARA SOUZA DE MOURA	017.603.886-59	62,50		62,50	106
Professor 40h	LILIAN FERNANDA ARBUINI FARIA	017.603.829-05	60,00	2,00	62,00	107
Professor 40h	FABIANA CRISTINA DE FREITAS	017.603.862-58	60,00	2,00	62,00	108
Professor 40h	ELINDAURA SOARES LIMA MANGOLIM	017.603.821-94	60,00	2,00	62,00	109
Professor 40h	BRUNO BRITO ARIAS	017.603.852-73	60,00	2,00	62,00	110
Professor 40h	DAIANE RAPPE DE MEDEIROS	017.603.877-60	60,00	2,00	62,00	111
Professor 40h	MARI MORAES DA COSTA	017.603.892-56	60,00	2,00	62,00	112
Professor 40h	SUELEN MENDES GUTIERRES	017.603.874-87	60,00	2,00	62,00	113
Professor 40h	JANAINA APARECIDA DO NASCIMENTO	017.603.761-90	60,00	2,00	62,00	114
Professor 40h	ÉRICA FERNANDA DA SILVA MUNHOZ	017.603.810-61	60,00	2,00	62,00	115
Professor 40h	SILMARA IRENE SILVÉRIO	017.603.804-58	60,00	2,00	62,00	116
Professor 40h	CARLA MARIELY DAMACENO	017.603.808-60	60,00	2,00	62,00	117
Professor 40h	CRISTIANE MOREIRA DOS SANTOS	017.603.858-52	60,00	2,00	62,00	118
Professor 40h	MARTA REGINA MOREIRA	017.603.877-29	60,00	2,00	62,00	119
Professor 40h	PABLO FILIPE MARCELINO DOS SANTOS	017.603.764-21	60,00	2,00	62,00	120
Professor 40h	JACQUELINE DE BARROS DANIEL	017.603.759-68	60,00	2,00	62,00	121
Professor 40h	SIDNEI APARECIDO ANTUNES	017.603.813-95	60,00	2,00	62,00	122
Professor 40h	LARISSA EVA VIER DE OLIVEIRA	017.603.790-81	60,00	2,00	62,00	123
Professor 40h	STÉFHANY DE FRANÇA MOURA	017.603.833-73	60,00	2,00	62,00	124
Professor 40h	KAROLAYNE DOS SANTOS BONFIM	017.603.776-93	60,00	2,00	62,00	125
Professor 40h	PATRICIA DOS SANTOS MOLINA	017.603.828-65	60,00	2,00	62,00	126
Professor 40h	CAROLINE DE LIMA	017.603.880-51	60,00	2,00	62,00	127

Professor 40h	CARLOS HENRIQUE DAMASCENO	017.603.884-13	60,00	2,00	62,00	128
Professor 40h	GÉSSICA CRISTINA CAMPANHOLI	017.603.868-29	60,00		60,00	129
Professor 40h	DANIELLE PIRES DE OLIVEIRA BERNARDI	017.603.879-39	60,00		60,00	130
Professor 40h	ANA CAROLINE MIGUEL SIMAO	017.603.853-84	60,00		60,00	131
Professor 40h	ALINE AP. BENTO PEREIRA	017.603.877-80	60,00		60,00	132
Professor 40h	DAISY GABRIELA PEREIRA	017.603.875-63	60,00		60,00	133
Professor 40h	RAQUEL BRITO DE FARIAS LABATE	017.603.786-34	60,00	0,00	60,00	134
Professor 40h	CAROLINE JACOMINI	017.603.829-89	60,00		60,00	135
Professor 40h	ANDERSON SOUSA BEZERRA DA SILVA	017.603.883-54	60,00	0,00	60,00	136
Professor 40h	HIAGO HENRIQUE DA SILVA	017.603.879-99	60,00	0,00	60,00	137
Professor 40h	AMANDA MENDES ROSA	017.603.888-31	60,00		60,00	138
Professor 40h	MARIANA FINGER RANIEL	017.603.877-78	60,00		60,00	139
Professor 40h	ALEXIA STHEFFANY BERNARDINO DA SILVA	017.603.874-27	60,00		60,00	140
Professor 40h	LARISSA GONÇALVES PLACIDO SILVA	017.603.790-07	60,00		60,00	141
Professor 40h	GABRIELA QUINUPA BRAÇAL	017.603.884-43	60,00		60,00	142
Professor 40h	ISADORA DE MORAIS PIMENTEL	017.603.780-60	57,50	2,00	59,50	143
Professor 40h	ANDRÉ DE ALMEIDA ANDRETA	017.603.782-98	57,50		57,50	144
Professor 40h	GEISILAINE ALVES CARDOZO FINETO	017.603.882-95	55,00	2,00	57,00	145
Professor 40h	FABIANA APARECIDA DA COSTA RÊGO	017.603.828-46	50,00	2,00	52,00	146
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PT**	**NF**	**CLASSIF. PRELIM.**
Professor de Educação Especial	THAIS SOARES DIAS	017.603.759-56	77,50	4,50	82,00	1
Professor de Educação Especial	DANIELE DOS SANTOS CARDOSO	017.603.820-87	77,50	2,00	79,50	2
Professor de Educação Especial	FABIANA CARMO DIAS MORENO	017.603.808-75	77,50	2,00	79,50	3
Professor de Educação Especial	JOSÉ VENÍCIUS DE SOUZA	017.603.846-32	75,00	2,00	77,00	4
Professor de Educação Especial	INGRIDY REBERTI MILANI	017.603.757-55	75,00	2,00	77,00	5
Professor de Educação Especial	FLÁVIA CRISTINA DE ASSIS PEREIRA	017.603.872-77	75,00	2,00	77,00	6
Professor de Educação Especial	OSMAR ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	017.603.884-08	75,00	2,00	77,00	7
Professor de Educação Especial	EDNA YUKARI HIRAMA HIROSE	017.603.851-70	75,00	2,00	77,00	8
Professor de Educação Especial	ELAINE DE LIMA OLIVEIRA	017.603.794-79	75,00	2,00	77,00	9
Professor de Educação Especial	RENATO DOS SANTOS GOMES	017.603.877-08	75,00	0,00	75,00	10
Professor de Educação Especial	JOAQUIM GABRIEL MARTINS	017.603.841-45	75,00	0,00	75,00	11
Professor de Educação Especial	FERNANDA DE MOURA RODRIGUES CABRAL	017.603.854-98	72,50	2,00	74,50	12
Professor de Educação Especial	ANA CLÁUDIA PRUDÊNCIO FONSECA	017.603.874-73	72,50	2,00	74,50	13
Professor de Educação Especial	MAELI MACORE	017.603.765-73	72,50	2,00	74,50	14
Professor de Educação Especial	THAMIRES MAYARA DE OLIVEIRA FERNANDES MARTINS LOPES	017.603.817-86	72,50	2,00	74,50	15
Professor de Educação Especial	CLEUSA ETSUKO IWAMOTO WATANABE	017.603.764-87	72,50	2,00	74,50	16
Professor de Educação Especial	ARETUSA SANDRA TOLEDO CONEJO	017.603.874-02	72,50		72,50	17
Professor de Educação Especial	MARIANA DE LUCCA GRETER	017.603.780-54	72,50		72,50	18
Professor de Educação Especial	MARIA CLARA SAMPAIO RODRIGUES	017.603.880-06	72,50		72,50	19
Professor de Educação Especial	SILVIA AURORA SENA NUNES	017.603.758-37	70,00	2,00	72,00	20
Professor de Educação Especial	LUCIANE FERREIRA SILVA	017.603.890-37	70,00	2,00	72,00	21
Professor de Educação Especial	ANDRÉIA SANTOS CORREIA ALMEIDA DA SILVA	017.603.874-06	67,50	4,50	72,00	22
Professor de Educação Especial	FLÁVIA EDUARDA PESSOA RIBEIRO	017.603.758-40	70,00		70,00	23
Professor de Educação Especial	PATRÍCIA CAZELATO DE OLIVEIRA	017.603.766-65	70,00		70,00	24
Professor de Educação Especial	CARLOS DANIEL MORESQUI CAETANO	017.603.890-52	70,00		70,00	25
Professor de Educação Especial	SUZANE FATIMA DO PRADO DA SILVA	017.603.844-89	67,50	2,00	69,50	26
Professor de Educação Especial	ANA PAULA MARQUES AGUIAR	017.603.890-23	67,50	2,00	69,50	27
Professor de Educação Especial	ESCHILEY MAITANA DA SILVA MORO	017.603.767-07	67,50	2,00	69,50	28
Professor de Educação Especial	VALDINEIA DARG MOREIRA FREDERICO	017.603.778-32	67,50	2,00	69,50	29
Professor de Educação Especial	JULIANE JANAINA SOARES DE LIMA	017.603.833-60	67,50	2,00	69,50	30
Professor de Educação Especial	MARIELI MAIO BRAGA	017.603.802-90	67,50	2,00	69,50	31
Professor de Educação Especial	HELLEN CAROLINA LESSA DE ASSIS ROSSI	017.603.825-33	67,50	2,00	69,50	32
Professor de Educação Especial	PRICILA ESGOTE BARCELLOS	017.603.757-76	67,50		67,50	33
Professor de Educação Especial	SUELEN MARINI DIAS	017.603.757-85	67,50	0,00	67,50	34
Professor de Educação Especial	NATALIA GODOY	017.603.792-88	67,50		67,50	35
Professor de Educação Especial	THAYNARA KARINE MEDEIROS	017.603.777-62	67,50		67,50	36
Professor de Educação Especial	BRUNA COSTA	017.603.774-18	67,50		67,50	37
Professor de Educação Especial	GUSTAVO HENRIQUE SALES	017.603.889-19	67,50		67,50	38
Professor de Educação Especial	GENILZA SILVA DE LIMA	017.603.814-02	65,00	2,00	67,00	39
Professor de Educação Especial	LARISSA QUEIROZ DE OLIVEIRA	017.603.763-81	65,00	2,00	67,00	40
Professor de Educação Especial	LUIS ROBERTO DA ROSA CECILIO	017.603.766-03	65,00	2,00	67,00	41
Professor de Educação Especial	JOICE CRISTINA VIEIRA CORREA DOS SANTOS	017.603.770-45	65,00	2,00	67,00	42
Professor de Educação Especial	FLÁVIA SIQUEIRA MORAIS	017.603.779-89	65,00	2,00	67,00	43
Professor de Educação Especial	LETÍCIA ROCCO PEREIRA	017.603.784-35	65,00	2,00	67,00	44
Professor de Educação Especial	MONICA FISCHER FELHAUER PIRES	017.603.768-45	65,00	2,00	67,00	45
Professor de Educação Especial	PAULO FERNANDO SOARES	017.603.760-23	65,00	2,00	67,00	46
Professor de Educação Especial	ANTONIO CARLOS DE GÓES	017.603.759-24	65,00	2,00	67,00	47
Professor de Educação Especial	FERNANDA MARA MARIANI FERREIRA	017.603.825-84	65,00	2,00	67,00	48
Professor de Educação Especial	IRIS NÉIA MOTA DA SILVA MARQUES	017.603.802-04	65,00	2,00	67,00	49
Professor de Educação Especial	ALANE GRACE OGA	017.603.788-73	65,00	2,00	67,00	50
Professor de Educação Especial	VALÉRIA MORAIS	017.603.766-20	65,00	2,00	67,00	51
Professor de Educação Especial	JESSICA POLIANA QUEIROZ	017.603.758-50	65,00	2,00	67,00	52
Professor de Educação Especial	LORRANA SOUZA SANTOS	017.603.891-95	65,00	2,00	67,00	53
Professor de Educação Especial	GILMARA CORREIA BORGES SANTANA	017.603.775-51	65,00	2,00	67,00	54
Professor de Educação Especial	LORANY COSTA CEOLATO	017.603.757-22	65,00		65,00	55
Professor de Educação Especial	JOCILEIA QUADROS MORONI	017.603.874-55	65,00	0,00	65,00	56
Professor de Educação Especial	EDNEIA LELIANA VIEIRA	017.603.822-90	65,00		65,00	57
Professor de Educação Especial	MARCIA APARECIDA REIS PINHEIRO	017.603.829-52	62,50	2,00	64,50	58
Professor de Educação Especial	ANDRÉIA PEREIRA DA SILVA	017.603.821-31	62,50	2,00	64,50	59
Professor de Educação Especial	FABIANA CRISTINA DA COSTA	017.603.792-56	62,50	2,00	64,50	60
Professor de Educação Especial	FABIANE DIAS ROMANO	017.603.892-69	62,50	2,00	64,50	61
Professor de Educação Especial	CAMILA JEANE CORREIA ZUCONELLI	017.603.890-54	62,50	2,00	64,50	62
Professor de Educação Especial	PAMELLA GASPAR NERI	017.603.759-81	62,50	2,00	64,50	63
Professor de Educação Especial	MARCIA FIGUEIRA	017.603.822-23	62,50	2,00	64,50	64
Professor de Educação Especial	ANIELLE APARECIDA DE SOUZA	017.603.822-69	62,50	2,00	64,50	65
Professor de Educação Especial	PATRICIA BUSO ROVIDA	017.603.847-42	62,50	2,00	64,50	66
Professor de Educação Especial	CELSO APARECIDO DA SILVA	017.603.885-78	62,50	2,00	64,50	67
Professor de Educação Especial	MAIARA CRISTINA DE REZENDE	017.603.829-57	62,50	2,00	64,50	68

Professor de Educação Especial	ROBERTTA LARYSSA CARVALHO BASTOS	017.603.774-09	62,50	2,00	64,50	69
Professor de Educação Especial	AMANDA PRISCILA BARBARA DE ARAUJO	017.603.781-79	62,50	0,00	62,50	70
Professor de Educação Especial	JESSICA VALERIA DOS SANTOS QUINTANA	017.603.887-68	62,50		62,50	71
Professor de Educação Especial	NICOLY DE PAULA BORGES	017.603.779-74	62,50	0,00	62,50	72
Professor de Educação Especial	LILIANE LAZARIN AMANCIO	017.603.799-89	62,50	0,00	62,50	73
Professor de Educação Especial	ANA PAULA MELO DE SOUZA LEDEA	017.603.800-11	62,50	0,00	62,50	74
Professor de Educação Especial	THAIS FERNANDA GOULART QUADRADO	017.603.762-37	62,50	0,00	62,50	75
Professor de Educação Especial	ANNE BEATRIZ BALISCKE DE MORAIS	017.603.776-15	62,50		62,50	76
Professor de Educação Especial	ANTONIA DO NASCIMENTO RODRIGUES	017.603.883-63	62,50	0,00	62,50	77
Professor de Educação Especial	GISLAINE DIAS FAGUNDES	017.603.770-64	60,00	2,00	62,00	78
Professor de Educação Especial	FERNANDA DE FREITAS PEREIRA	017.603.832-87	60,00	2,00	62,00	79
Professor de Educação Especial	HELEN DAIANE MAGALHÃES CASADO	017.603.778-22	60,00	2,00	62,00	80
Professor de Educação Especial	ELISANGELA HELENA DA SILVA FEITOSA	017.603.889-03	60,00	2,00	62,00	81
Professor de Educação Especial	MARIA JANETE WATANABE BATTISTELLA	017.603.884-26	60,00	2,00	62,00	82
Professor de Educação Especial	PATRICIA GUSMAO DOS SANTOS AGUIAR	017.603.880-58	60,00	2,00	62,00	83
Professor de Educação Especial	GISLÉIA CARVALHO DE SOUSA MORAIS	017.603.761-31	60,00	2,00	62,00	84
Professor de Educação Especial	JAYLLA XAVIER DE SOUZA	017.603.871-34	60,00	2,00	62,00	85
Professor de Educação Especial	SUSANA REGINA CONEJO	017.603.880-60	60,00	2,00	62,00	86
Professor de Educação Especial	GIVANILDO ROSA DA SILVA	017.603.830-72	60,00		60,00	87
Professor de Educação Especial	ELISÂNGELA DOS SANTOS MARTINS	017.603.888-18	60,00	0,00	60,00	88
Professor de Educação Especial	NIKOLE RODRIGUES MARTINS TAVARES	017.603.776-22	57,50	2,00	59,50	89
Professor de Educação Especial	KASSELINY MARQUES DOS SANTOS	017.603.876-26	57,50	0,00	57,50	90
Professor de Educação Especial	ALINE SILVA OLIV EIRA	017.603.881-66	57,50	0,00	57,50	91
Professor de Educação Especial	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA	017.603.886-95	57,50		57,50	92
Professor de Educação Especial	ROSEMEIRE FERREIRA	017.603.836-15	55,00	2,00	57,00	93
Professor de Educação Especial	ADRIANA SALES DE CASTRO	017.603.874-83	55,00	2,00	57,00	94
Professor de Educação Especial	ROSANGELA ESTEVAM MARQUES RIBEIRO	017.603.829-58	55,00	2,00	57,00	95
Professor de Educação Especial	LIDIANE FERREIRA FRANCO RICORDI	017.603.805-17	55,00	2,00	57,00	96
Professor de Educação Especial	APARECIDA LUISA MIRANDA MARTINS	017.603.876-12	55,00		55,00	97
Professor de Educação Especial	SUZANE NOVAIS LOPES	017.603.780-64	55,00		55,00	98
Professor de Educação Especial	EDUARDO RODRIGO PEREIRA	017.603.884-45	52,50	2,00	54,50	99
Professor de Educação Especial	ANGELA APARECIDA DE SOUZA	017.603.835-42	52,50		52,50	100
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**PO**	**PT**	**NF**	**CLASSIF. PRELIM.**
Professor de Educação Física	ANA CAROLINA POLICANTE	017.603.892-78	90,00		90,00	1
Professor de Educação Física	ANDRÉ SIERRA MAZZOTTI	017.603.765-05	87,50	2,00	89,50	2
Professor de Educação Física	VITOR HENRIQUE KOVALSKI	017.603.850-54	85,00	2,00	87,00	3
Professor de Educação Física	ADRIANA KEIKO MIYAHARA DOS REIS	017.603.829-83	82,50	0,00	82,50	4
Professor de Educação Física	KEVIN ALEC BERNARDINO DA SILVA	017.603.891-15	82,50		82,50	5
Professor de Educação Física	BRUNO NICOLAU CERINE	017.603.889-84	80,00	2,50	82,50	6
Professor de Educação Física	JESSICA LOPES ARAUJO	017.603.875-99	80,00	2,00	82,00	7
Professor de Educação Física	LUIZ EDUARDO GOMES FLORIANO PAZINATO	017.603.816-64	80,00	2,00	82,00	8
Professor de Educação Física	ANDREY AMORIM SARGI	017.603.850-42	80,00	2,00	82,00	9
Professor de Educação Física	KRIGOR DE CAMARGO BARELA FAEDA	017.603.837-64	77,50	4,50	82,00	10
Professor de Educação Física	FABRICIO APARECIDO CARLUCCI BEZERRA	017.603.766-54	80,00		80,00	11
Professor de Educação Física	THAÍS DA SILVA MELO	017.603.768-33	77,50	2,00	79,50	12
Professor de Educação Física	CAIO CESAR MANGUEIRA CAVALCANTE	017.603.878-40	77,50	2,00	79,50	13
Professor de Educação Física	GABRIELLY HELOISA PESSOA	017.603.815-74	77,50	0,00	77,50	14
Professor de Educação Física	ROGÉRIO GRAVA CARREIRA	017.603.834-04	77,50		77,50	15
Professor de Educação Física	JOÃO PEDRO DO NASCIMENTO SILVA	017.603.781-47	77,50		77,50	16
Professor de Educação Física	OSCAR WESLEY MAYNARDES MARQUES	017.603.822-31	75,00	2,00	77,00	17
Professor de Educação Física	JAINARA SOUSA DA SILVA	017.603.846-33	75,00	0,00	75,00	18
Professor de Educação Física	FERNANDO RIBEIRO DA SILVA	017.603.817-67	75,00	0,00	75,00	19
Professor de Educação Física	GUSTAVO DE AGUIAR LUZ	017.603.891-46	75,00		75,00	20
Professor de Educação Física	LIGIA MARIA GROSSI	017.603.889-67	75,00	0,00	75,00	21
Professor de Educação Física	JOÃO PAULO GONÇALVES DA COSTA SILVA	017.603.882-26	75,00		75,00	22
Professor de Educação Física	LINCOLN MONTEIRO SILVA	017.603.880-62	75,00		75,00	23
Professor de Educação Física	MARCELO CARLOS BORCK ANTUNES	017.603.887-63	75,00		75,00	24
Professor de Educação Física	CAROLLINE ISABELE VAZ	017.603.889-09	72,50	2,00	74,50	25
Professor de Educação Física	THAINARA TAVARES MARCELINO RAMOS	017.603.886-44	72,50	2,00	74,50	26
Professor de Educação Física	CAMILA NETTO CALOI ZARUR	017.603.758-13	72,50	2,00	74,50	27
Professor de Educação Física	LIVIA GABRIELA NOGUEIRA	017.603.811-01	72,50	2,00	74,50	28
Professor de Educação Física	ANA ANGELICA DE LIMA	017.603.892-23	72,50	2,00	74,50	29
Professor de Educação Física	VITORIA GABRIELE RODRIGUES DA SILVA	017.603.878-07	72,50		72,50	30
Professor de Educação Física	FELIPE ARDENGUE HAHN	017.603.757-72	72,50	0,00	72,50	31
Professor de Educação Física	GABRIELY BOCALETTI DOS REIS	017.603.763-28	72,50		72,50	32
Professor de Educação Física	TAYNA DE MATOS FERREIRA	017.603.879-85	72,50		72,50	33
Professor de Educação Física	JOSE VICTOR FRANCISCO DE SOUZA	017.603.843-99	72,50		72,50	34
Professor de Educação Física	RAFAEL JHONATAN CORREIA EDUARDO	017.603.794-62	72,50	0,00	72,50	35
Professor de Educação Física	FRANCISCO PELEGRINO BRESSAN JUNIOR	017.603.878-43	72,50		72,50	36
Professor de Educação Física	WESLEY GABRIEL DA SILVA ALEXANDRINO	017.603.777-96	72,50		72,50	37
Professor de Educação Física	WELLINGTON JOHN VIANA	017.603.789-62	72,50		72,50	38
Professor de Educação Física	LUÉLEN MARIN BUENO	017.603.892-62	70,00	2,00	72,00	39
Professor de Educação Física	GUSTAVO CHAGAS DO AMARAL	017.603.821-88	70,00	2,00	72,00	40
Professor de Educação Física	GABRIELA TORRES TASSO	017.603.797-62	70,00	2,00	72,00	41
Professor de Educação Física	TAIRINE ISIS PEDROSO CAMARGO	017.603.782-95	70,00	2,00	72,00	42
Professor de Educação Física	LAURA SILVÉRIO SILVEIRA	017.603.798-32	70,00	0,00	70,00	43
Professor de Educação Física	BEATRIZ POZZA OLIMPIO	017.603.797-11	70,00	0,00	70,00	44
Professor de Educação Física	GABRIELLA GONÇALVES MENDES DA SILVA	017.603.877-89	70,00	0,00	70,00	45
Professor de Educação Física	CARLA VANESSA MARINI	017.603.774-93	70,00	0,00	70,00	46
Professor de Educação Física	KAREN BATISTA MONTANHOLI	017.603.854-37	70,00		70,00	47
Professor de Educação Física	FELIPE MAZETO MELO	017.603.883-30	70,00		70,00	48
Professor de Educação Física	MURILO BISPO OLIVEIRA	017.603.892-68	70,00	0,00	70,00	49
Professor de Educação Física	NELSON AFONSO DE SOUZA	017.603.885-89	70,00		70,00	50
Professor de Educação Física	ERIC RAMON VALENTIM KUCHAR	017.603.844-93	70,00		70,00	51
Professor de Educação Física	KAREN MARCELINO DE FREITAS	017.603.784-61	70,00		70,00	52
Professor de Educação Física	DANILO MOURA	017.603.762-27	70,00		70,00	53
Professor de Educação Física	MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA LIMA	017.603.876-27	70,00		70,00	54
Professor de Educação Física	RODRIGO HEIDERCHEIDT	017.603.805-97	70,00		70,00	55

Professor de Educação Física	CARLOS EDUARDO BONETTI CAPEL	017.603.791-87	70,00		70,00	56
Professor de Educação Física	FELIPE PIOBELLI SALERNO	017.603.879-77	70,00	0,00	70,00	57
Professor de Educação Física	AARON CARDOSO SIQUEIRA	017.603.883-65	70,00		70,00	58
Professor de Educação Física	SERGIO DE FREITAS JUNIOR	017.603.801-65	67,50	2,00	69,50	59
Professor de Educação Física	GUSTAVO VINICIUS THEODORO DE AQUINO	017.603.802-95	67,50	2,00	69,50	60
Professor de Educação Física	ELIENE FREIRE LIMA	017.603.764-22	67,50	2,00	69,50	61
Professor de Educação Física	LUMA CRISTINA GASPARINI GOMES	017.603.887-77	67,50	2,00	69,50	62
Professor de Educação Física	GYOVANNA BREDA DIAS	017.603.798-11	67,50	2,00	69,50	63
Professor de Educação Física	MARIELI MAIO BRAGA	017.603.802-89	67,50	2,00	69,50	64
Professor de Educação Física	EDUARDO FERREIRA DE PAULA	017.603.825-97	67,50	2,00	69,50	65
Professor de Educação Física	MILENA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	017.603.888-22	67,50		67,50	66
Professor de Educação Física	VITOR MACHADO DE MORAES	017.603.797-05	67,50		67,50	67
Professor de Educação Física	TATIANE AUGUSTA MENEGUETTI	017.603.843-43	67,50		67,50	68
Professor de Educação Física	DENNIS KIRA SHINNAI	017.603.808-36	67,50	0,00	67,50	69
Professor de Educação Física	EMERSON RIAN TEIXEIRA DE CASTRO	017.603.887-75	67,50		67,50	70
Professor de Educação Física	ANA CLARA RODRIGUES SOUZA	017.603.886-58	67,50		67,50	71
Professor de Educação Física	GUSTAVO HENRIQUE DE ARAUJO GOMES	017.603.829-40	67,50	0,00	67,50	72
Professor de Educação Física	FELIPE BRASIL LIMA	017.603.801-41	67,50		67,50	73
Professor de Educação Física	JOSÉ VITOR DA SILVA HILARIO	017.603.884-86	67,50		67,50	74
Professor de Educação Física	THIAGO ALEX SANDRO MARQUES	017.603.877-06	67,50	0,00	67,50	75
Professor de Educação Física	ANA LUIZA MENDES FRAZATO	017.603.879-44	67,50		67,50	76
Professor de Educação Física	VITÓRIA GABRIELY VIEIRA DA SILVA	017.603.770-73	67,50		67,50	77
Professor de Educação Física	VITOR TAVARES DA SILVA	017.603.821-72	67,50		67,50	78
Professor de Educação Física	CLAUDIA RENATA DE PAIVA SILVA	017.603.816-68	67,50	0,00	67,50	79
Professor de Educação Física	AUGUSTO COSTA SCARPINI	017.603.816-83	67,50	0,00	67,50	80
Professor de Educação Física	GILBERTO CASTRO DUARTE	017.603.880-76	67,50	0,00	67,50	81
Professor de Educação Física	FABIO DOS SANTOS RODRIGUES CHAVES	017.603.796-04	67,50		67,50	82
Professor de Educação Física	ROBSON DE ALMEIDA GONCALVES	017.603.789-76	67,50		67,50	83
Professor de Educação Física	CAROLINE PEREIRA ANTHERO	017.603.829-20	67,50		67,50	84
Professor de Educação Física	RODRIGO MARTINS	017.603.763-91	67,50		67,50	85
Professor de Educação Física	ANGELINE PATRÍCIA CARVALHO	017.603.792-65	67,50		67,50	86
Professor de Educação Física	DIEGO FERNANDO DE OLIVEIRA	017.603.812-24	67,50		67,50	87
Professor de Educação Física	RUAN LINCOLN FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO	017.603.884-11	67,50		67,50	88
Professor de Educação Física	EDUARDO GUILHERME EUSTÁQUIO CHAVES	017.603.768-25	65,00		65,00	89
Professor de Educação Física	REGINA AMABILE MARIA MORAES	017.603.791-27	65,00		65,00	90
Professor de Educação Física	BRUNA SOUZA BENTO DIAS	017.603.876-68	65,00		65,00	91
Professor de Educação Física	ELIANE MARIA DE ALMEIDA	017.603.775-24	65,00		65,00	92
Professor de Educação Física	GUILHERME DOS SANTOS SILVA	017.603.775-34	65,00	0,00	65,00	93
Professor de Educação Física	TIAGO DONATO DA CRUZ	017.603.890-28	65,00		65,00	94
Professor de Educação Física	BEATRIZ DA SILVA ALVES	017.603.889-33	65,00		65,00	95
Professor de Educação Física	BRENO RENAN RAIMUNDO	017.603.885-80	65,00		65,00	96
Professor de Educação Física	JEFFERSON ALENCAR DA SILVA	017.603.770-41	62,50	2,00	64,50	97
Professor de Educação Física	FRANCIELE DE FATIMA DE AGUIAR QUARESMA	017.603.757-91	60,00	0,00	60,00	98
Professor de Educação Física	ANGELICA DOS SANTOS FERREIRA	017.603.860-47	57,50	2,00	59,50	99
Professor de Educação Física	EDSON FRANCISCO DOS SANTOS	017.603.760-79	57,50	2,00	59,50	100

ANEXO II – PCD

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	NF	CLASSIF. PCD
Professor 20h	MARINA SILVEIRA BONACAZATA SANTOS	017.603.834-25	72,50	1
Professor 20h	THALITA SOARES CONEJO	017.603.890-22	67,50	2
Professor 20h	ANDRÉIA SANTOS CORREIA ALMEIDA DA SILVA	017.603.834-39	67,00	3
Professor 20h	JESSICA MAYARA DA SILVA SANTOS	017.603.764-37	64,50	4
Professor 20h	GEISILAINE ALVES CARDOZO FINETO	017.603.882-93	62,00	5
Professor 20h	ISABEL DE LOURDES DA SILVA SANTOS	017.603.821-52	60,00	6
Professor 20h	DÉBORA CRISTINA CAMPOS	017.603.802-26	60,00	7
Professor 20h	MARIVANE IZO MONDADORI	017.603.875-92	57,00	8
Professor 20h	FABIANA APARECIDA DA COSTA RÊGO	017.603.801-00	57,00	9
Professor 20h	MIRIAN HELENA LOBO	017.603.769-48	52,00	10
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**NF**	**CLASSIF. PCD**
Professor 40h	CLEBER ANTONIO MARÇAL	017.603.802-98	70,00	1
Professor 40h	ANDRÉ DE ALMEIDA ANDRETA	017.603.782-98	57,50	2
Professor 40h	GEISILAINE ALVES CARDOZO FINETO	017.603.882-95	57,00	3
Professor 40h	FABIANA APARECIDA DA COSTA RÊGO	017.603.828-46	52,00	4
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**NF**	**CLASSIF. PCD**
Professor de Educação Especial	SILVIA AURORA SENA NUNES	017.603.758-37	72,00	1
Professor de Educação Especial	ANDRÉIA SANTOS CORREIA ALMEIDA DA SILVA	017.603.874-06	72,00	2
Professor de Educação Especial	GIVANILDO ROSA DA SILVA	017.603.830-72	60,00	3
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**NF**	**CLASSIF. PCD**
Professor de Educação Física	LUIZ EDUARDO GOMES FLORIANO PAZINATO	017.603.816-64	82,00	1
Professor de Educação Física	LIGIA MARIA GROSSI	017.603.889-67	75,00	2
Professor de Educação Física	EDUARDO GUILHERME EUSTÁQUIO CHAVES	017.603.768-25	65,00	3
Professor de Educação Física	JEFFERSON ALENCAR DA SILVA	017.603.770-41	64,50	4
Professor de Educação Física	FRANCIELE DE FATIMA DE AGUIAR QUARESMA	017.603.757-91	60,00	5
Professor de Educação Física	ANGELICA DOS SANTOS FERREIRA	017.603.860-47	59,50	6
Professor de Educação Física	EDSON FRANCISCO DOS SANTOS	017.603.760-79	59,50	7

ANEXO III – NEGRO

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	NF	CLASSIF. NEGRO
Professor 20h	PAULA CAMILLA FERNANDES GONÇALVES	017.603.884-12	82,00	1
Professor 20h	DAIANE CRISTINA MENDES GONÇALVES	017.603.757-19	82,00	2
Professor 20h	RAFAELA CRISTINA MOREIRA DANTAS	017.603.785-09	79,50	3

Professor 20h	FERNANDA IASSENCK DE MATOS ALVES	017.603.878-56	79,50	4
Professor 20h	LAYRA KELLY SANTOS SILVA	017.603.884-88	72,50	5
Professor 20h	HÉLIO JOSÉ LUCIANO	017.603.784-34	72,50	6
Professor 20h	ANDRESSA NASCIMENTO PIRES FERNANDES	017.603.770-13	72,50	7
Professor 20h	GREICE KELLY VIEIRA CASTRO	017.603.799-82	72,50	8
Professor 20h	KAWANE DE OLIVEIRA RAMOS	017.603.781-64	72,50	9
Professor 20h	EDIVALDA CLEMENTINO MOREIRA	017.603.873-83	72,00	10
Professor 20h	SARA DE CARVALHO PEREIRA DE OLIVEIRA	017.603.777-84	72,00	11
Professor 20h	DULCE NAIR DE LIMA GOMES	017.603.811-74	72,00	12
Professor 20h	OSMAR ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	017.603.883-37	72,00	13
Professor 20h	LUCIANE DA SILVA SANTOS	017.603.835-89	70,00	14
Professor 20h	LEYLANI LIMA CARVALHO	017.603.860-97	70,00	15
Professor 20h	THAIS SANTANA FALEIROS	017.603.876-18	70,00	16
Professor 20h	MARIANA ISABELA DOS SANTOS VALENCIO	017.603.832-68	70,00	17
Professor 20h	MICHELLY DAYANE SOUZA DE OLIVEIRA	017.603.856-20	70,00	18
Professor 20h	JESSYKA FERNANDA BITENCOURT MARTINS FURTUOZO	017.603.860-33	69,50	19
Professor 20h	EDILZA MARIA DE LIMA	017.603.834-97	69,50	20
Professor 20h	CAMILA LUIZA DE OLIVEIRA	017.603.770-02	69,50	21
Professor 20h	ISABELI DA SILVA PASSOS	017.603.835-20	69,50	22
Professor 20h	FRANCIELY DA SILVA	017.603.875-40	69,50	23
Professor 20h	TALITA CRISTINA DE SOUZA ALMEIDA DA SILVA	017.603.767-23	67,50	24
Professor 20h	GLEICY KELLY DIAS DA SILVA	017.603.828-39	67,50	25
Professor 20h	LUIZ FELIPE LOPES PEREIRA	017.603.819-87	67,50	26
Professor 20h	MARCILENE DA SILVA GARCIA VIEIRA	017.603.890-18	67,50	27
Professor 20h	CLÁUDIA BARBOSA PEREIRA SOUSA	017.603.780-73	67,50	28
Professor 20h	SABRINA DOS SANTOS DOMINGOS	017.603.766-67	67,50	29
Professor 20h	CRICIELY CRISTINA VIEIRA	017.603.826-80	67,50	30
Professor 20h	GRAZIELA DE OLIVEIRA DA SILVA	017.603.891-57	67,50	31
Professor 20h	LILIAN MORAES DE CARVALHO	017.603.767-49	67,50	32
Professor 20h	RHANYTA CAROLINE ROCHA DOS SANTOS COUTINHO	017.603.880-45	67,50	33
Professor 20h	VALÉRIA MORAIS	017.603.760-19	67,00	34
Professor 20h	ANA CLAUDIA PEREIRA DOS ANJOS WEIS	017.603.821-60	67,00	35
Professor 20h	FRANCIELE DA SILVA MOREIRA	017.603.771-12	67,00	36
Professor 20h	JAYLLA XAVIER DE SOUZA	017.603.811-23	67,00	37
Professor 20h	DAIANE LUZIA DE JESUS EUGÊNIO	017.603.891-45	67,00	38
Professor 20h	VÂNIA PAULA DE SOUZA MOTA ROCHA	017.603.884-17	65,00	39
Professor 20h	LORENA BISPO DA SILVA	017.603.837-66	65,00	40
Professor 20h	GIOVANA FERREIRA DA SILVA	017.603.877-87	65,00	41
Professor 20h	VALDIRENE MARIA SAMPAIO	017.603.765-90	65,00	42
Professor 20h	ADRIANA RODRIGUES DA SILVA	017.603.759-20	65,00	43
Professor 20h	ALICE MARIA NASCIMENTO PEREIRA	017.603.767-18	65,00	44
Professor 20h	LAÍS DA SILVA MELO	017.603.793-13	64,50	45
Professor 20h	JOSCIELE SANDES XAVIER DA SILVA	017.603.771-98	64,50	46
Professor 20h	DANIELE DOS SANTOS CARDOSO	017.603.820-84	64,50	47
Professor 20h	GISLAINE DIAS FAGUNDES	017.603.770-60	64,50	48
Professor 20h	ANA MARIA DA SILVA DOS SANTOS ROSSETTO	017.603.828-86	64,50	49
Professor 20h	LUCIANY GLEICE JAGAS DOS SANTOS	017.603.884-16	62,50	50
Professor 20h	THAISE SOUZA DA SILVA CAVALCANTI	017.603.786-91	62,50	51
Professor 20h	MÔNICA ALVES DOS SANTOS FRANCIOSI	017.603.780-23	62,50	52
Professor 20h	BRUNA BATISTA CLAUDO	017.603.826-33	62,50	53
Professor 20h	THAIS DE JESUS BONFIM SANTOS	017.603.821-81	62,50	54
Professor 20h	IARA RODRIGUES DE JESUS	017.603.844-71	62,50	55
Professor 20h	SARAH GABRIELA VALÉRIO DO PRADO	017.603.817-23	62,50	56
Professor 20h	BRUNA DE ALMEIDA ALVES RODOLFO	017.603.773-53	62,50	57
Professor 20h	JAINE CRISTINA SALLES DA SILVA	017.603.811-47	62,50	58
Professor 20h	MARIA RITA SILVA DE BRITO	017.603.758-22	62,50	59
Professor 20h	FRANCIELE PAULINO BRUSTULIN	017.603.800-06	62,00	60
Professor 20h	BRUNA BORGES ALMEIDA TAVARES	017.603.879-55	62,00	61
Professor 20h	MARIA FABIANA TORRENTES DOS SANTOS PRADO	017.603.842-37	62,00	62
Professor 20h	ANGELA APARECIDA ANDRÉ	017.603.835-62	62,00	63
Professor 20h	TATIANE SILVA REIS	017.603.796-82	62,00	64
Professor 20h	JESSICA DIAS BANDEIRA	017.603.858-07	62,00	65
Professor 20h	ANDRESSA VITORINHO CERQUEIRA	017.603.882-01	62,00	66
Professor 20h	JULIANA DOS SANTOS SENA	017.603.800-57	60,00	67
Professor 20h	KEILA CRISTINA BARROS DE OLIVEIRA	017.603.800-51	60,00	68
Professor 20h	ELIZÂNGELA APARECIDA DA SILVA	017.603.856-52	60,00	69
Professor 20h	CARINA CEPEDES BARBOSA DE SOUZA	017.603.797-99	60,00	70
Professor 20h	JANAINA DOS SANTOS FELIX FARIA	017.603.764-08	60,00	71
Professor 20h	GABRIEL ANDERSON CALIXTO OLIVEIRA	017.603.768-68	60,00	72
Professor 20h	THAINÁ FERNANDES ROCHA	017.603.889-12	60,00	73
Professor 20h	ELIANE CRISTINA DA SILVA	017.603.850-10	60,00	74
Professor 20h	VALDIRENE PEREIRA FERNANDES SILVA	017.603.761-59	60,00	75
Professor 20h	KARINA TAYNARA MOREIRA DE SOUZA	017.603.778-90	60,00	76
Professor 20h	CINTIA DAIANE DA SILVA DOS SANTOS	017.603.816-58	60,00	77
Professor 20h	VITORIA SILVA DOS SANTOS DE LIMA	017.603.774-77	59,50	78
Professor 20h	BATSEBA SABRINA BARBOSA DA SILVA	017.603.817-41	59,50	79
Professor 20h	THAÍS DA SILVA OLIVEIRA	017.603.830-30	59,50	80
Professor 20h	ROSEMARY DA SILVA PIRES	017.603.781-68	59,50	81
Professor 20h	ZINGARA APARECIDA CIRINA DO VALE MENDES	017.603.788-75	59,50	82
Professor 20h	ROSILAINER DA SILVA FERNANDES	017.603.889-22	59,50	83
Professor 20h	THALIA APARECIDA COSTA DE OLIVEIRA	017.603.787-72	57,50	84
Professor 20h	GILMARA VIDAL DO VALE ALMEIDA	017.603.881-11	57,50	85
Professor 20h	THAMIRES APARECIDA NOGUEIRA DA SILVA	017.603.885-01	57,50	86
Professor 20h	KATARINA VENANCIO	017.603.816-82	57,50	87
Professor 20h	KAROLINE ELIS DE SOUZA	017.603.763-05	57,50	88
Professor 20h	SILVIA DOS ANJOS DOS SANTOS	017.603.795-66	57,50	89
Professor 20h	IZABELA VITÓRIA DA COSTA DE SOUZA	017.603.885-84	57,50	90
Professor 20h	ALINE SILVA OLIVEIRA	017.603.881-62	57,50	91
Professor 20h	FABIANA APARECIDA DA COSTA RÊGO	017.603.801-00	57,00	92

CARGO	CANDIDATO(A)	INSCRIÇÃO	NF	CLASSIF. NEGRO
Professor 40h	THAINÁ FERNANDES ROCHA	017.603.889-17	72,50	2
Professor 40h	VANESSA BEATRIZ REIS	017.603.826-78	69,50	3
Professor 40h	MALVA DÉBORAH OLIVEIRA SANTOS	017.603.880-17	67,00	4
Professor 40h	FERNANDA URIAS BARBOSA DE JESUS	017.603.886-69	65,00	5
Professor 40h	FERNANDA SANT ANA DE OLIVEIRA	017.603.801-12	64,50	6
Professor 40h	JESSYKA FERNANDA BITENCOURT MARTINS FURTUOZO	017.603.891-18	64,50	7
Professor 40h	SARA DE CARVALHO PEREIRA DE OLIVEIRA	017.603.777-88	62,50	8
Professor 40h	ELINDAURA SOARES LIMA MANGOLIM	017.603.821-94	62,00	9
Professor 40h	ÉRICA FERNANDA DA SILVA MUNHOZ	017.603.810-61	62,00	10
Professor 40h	JACQUELINE DE BARROS DANIEL	017.603.759-68	62,00	11
Professor 40h	FABIANA APARECIDA DA COSTA RÊGO	017.603.828-46	52,00	12
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**NF**	**CLASSIF. NEGRO**
Professor de Educação Especial	DANIELE DOS SANTOS CARDOSO	017.603.820-87	79,50	1
Professor de Educação Especial	OSMAR ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO	017.603.884-08	77,00	2
Professor de Educação Especial	ELAINE DE LIMA OLIVEIRA	017.603.794-79	77,00	3
Professor de Educação Especial	SILVIA AURORA SENA NUNES	017.603.758-37	72,00	4
Professor de Educação Especial	VALDINEIA DARG MOREIRA FREDERICO	017.603.778-32	69,50	5
Professor de Educação Especial	JULIANE JANAINA SOARES DE LIMA	017.603.833-60	69,50	6
Professor de Educação Especial	LARISSA QUEIROZ DE OLIVEIRA	017.603.763-81	67,00	7
Professor de Educação Especial	VALÉRIA MORAIS	017.603.766-20	67,00	8
Professor de Educação Especial	JESSICA VALERIA DOS SANTOS QUINTANA	017.603.887-68	62,50	9
Professor de Educação Especial	GISLAINE DIAS FAGUNDES	017.603.770-64	62,00	10
Professor de Educação Especial	ELISANGELA HELENA DA SILVA FEITOSA	017.603.889-03	62,00	11
Professor de Educação Especial	GISLÉIA CARVALHO DE SOUSA MORAIS	017.603.761-31	62,00	12
Professor de Educação Especial	JAYLLA XAVIER DE SOUZA	017.603.871-34	62,00	13
Professor de Educação Especial	SUSANA REGINA CONEJO	017.603.880-60	62,00	14
Professor de Educação Especial	ALINE SILVA OLIV EIRA	017.603.881-66	57,50	15
Professor de Educação Especial	ROSEMEIRE FERREIRA	017.603.836-15	57,00	16
Professor de Educação Especial	ADRIANA SALES DE CASTRO	017.603.874-83	57,00	17
Professor de Educação Especial	EDUARDO RODRIGO PEREIRA	017.603.884-45	54,50	18
CARGO	**CANDIDATO(A)**	**INSCRIÇÃO**	**NF**	**CLASSIF. NEGRO**
Professor de Educação Física	THAÍS DA SILVA MELO	017.603.768-33	79,50	1
Professor de Educação Física	JOÃO PAULO GONÇALVES DA COSTA SILVA	017.603.882-26	75,00	2
Professor de Educação Física	GABRIELLA GONÇALVES MENDES DA SILVA	017.603.877-89	70,00	3
Professor de Educação Física	MURILO BISPO OLIVEIRA	017.603.892-68	70,00	4
Professor de Educação Física	GUSTAVO VINICIUS THEODORO DE AQUINO	017.603.802-95	69,50	5
Professor de Educação Física	LUMA CRISTINA GASPARINI GOMES	017.603.887-77	69,50	6
Professor de Educação Física	MILENA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	017.603.888-22	67,50	7
Professor de Educação Física	JOSÉ VITOR DA SILVA HILARIO	017.603.884-86	67,50	8
Professor de Educação Física	VITÓRIA GABRIELY VIEIRA DA SILVA	017.603.770-73	67,50	9
Professor de Educação Física	EDUARDO GUILHERME EUSTÁQUIO CHAVES	017.603.768-25	65,00	10
Professor de Educação Física	REGINA AMABILE MARIA MORAES	017.603.791-27	65,00	11
Professor de Educação Física	TIAGO DONATO DA CRUZ	017.603.890-28	65,00	12

Publicado por:
Janaine Martins de Paulo
Código Identificador:1FAB475D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL 10/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600 **SECRETARIA DE FAZENDA**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 10/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	327433	12	6	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	327697	13	4	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	329649	27	13	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	329657	27	14	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	329665	27	15	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	332143	44	18	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	333344	51	13	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	329630	27	12	PARQUE RESIDENCIAL NOVA ALIANÇA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366846	21	1	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366935	21	10	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366960	21	13	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366951	21	12	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366943	21	11	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366811	20	12	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366838	20	14	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366820	20	13	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366714	20	2	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366706	20	1	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366781	20	9	JARDIM NOVO BERTIOGA

WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366684	18	10	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366730	20	4	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366722	20	3	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366668	18	8	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366650	18	7	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366633	18	5	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366625	18	4	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366609	18	2	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366676	18	9	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366579	17	7	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366587	17	8	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366617	18	3	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366595	18	1	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	363936	5	14	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	364070	6	1	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366765	20	7	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366749	20	5	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366773	20	8	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366790	20	10	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366803	20	11	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366854	21	2	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366919	21	8	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	366927	21	9	JARDIM NOVO BERTIOGA
WEGG EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	365912	14	11	JARDIM NOVO BERTIOGA
DEBORA ALINE SIGNORINI	429680	4	12	JARDIM NOVA SARANDI III
DEBORA ALINE SIGNORINI	429500	3	3	JARDIM NOVA SARANDI III
MARIA LUISA MARANHO MAIA	252450	24B	24B	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
JANETE PAGANINI DA CRUZ	3743	10	7	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
VITORIO DUTRA DA SILVA	3654	9	11	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
SANDRA TEREZINHA MALYSZ	5827	19	22	CHACARAS AEROPORTO NUCLEO A-B
ROGER ROSA MANUEL	447175	1	11	PARQUE DA GAVEA
LUCAS ANTUNES MICHELATO	445334	3	21J	PARQUE DA GAVEA
CARLOS EDUARDO DO NASCIMENTO	448837	10	1/2/3	JARDIM FRANÇA
CELSO ROBERTO MOREIRA	446466	19	11	JARDIM FRANÇA
ANGELICA AZEVEDO DA PENHA	447447	21	10	JARDIM FRANÇA

Paço Municipal, 29 de Janeiro de 2026.

HUGO LEONARDO BEZERRA DA ROCHA	***ELISANGELA RUELA COORDENADOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E CADASTROS DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DECRETO 183/2025***
Coordenador de Alvará e fiscalização Decreto 145/2025	

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:123E5A2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL 11/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600

SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n° 11/2026

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	QUADRA	LOTE	LOTEAMENTO
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454065	1	1	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454066	1	2	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454073	1	9	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454074	1	10	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454075	1	11	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454076	1	12	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454077	1	13	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454078	1	14	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454079	1	15	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454080	1	16	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454081	1	17	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454082	1	18	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454083	1	19	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454084	1	20	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454087	1	23	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454088	1	24	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454089	1	25	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454090	1	26	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454091	2	1	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454092	2	2	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454093	2	3	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454096	2	6	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454097	2	7	JARDIM WILLIAM

ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454098	2	8	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454099	2	9	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454101	2	11	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454103	2	13	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454104	2	14	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454105	2	15	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454106	2	16	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454109	2	19	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454110	2	20	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454111	2	21	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454112	2	22	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454113	2	23	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454114	2	24	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454115	2	25	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454116	2	26	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454117	3	1	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454118	3	2	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454119	3	3	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454120	3	4	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454125	3	9	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454126	3	10	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454127	3	11	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454128	3	12	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454129	3	13	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454130	3	14	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454131	3	15	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454132	3	16	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454134	3	18	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454135	3	19	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454136	3	20	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454138	3	22	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454139	3	23	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454142	3	26	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454144	3	28	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454146	4	2	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454147	4	3	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454148	4	4	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454151	4	7	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454155	4	11	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454156	5	1	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454157	5	2	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454161	5	6	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454162	5	7	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454163	5	8	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454164	5	9	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454165	5	10	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454166	5	11	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454167	5	12	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454168	5	13	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454170	6	2	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454171	6	3	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454172	6	4	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454178	6	10	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454179	6	11	JARDIM WILLIAM
ANDRE LOTEAMENTOS LTDA	454180	6	12	JARDIM WILLIAM

CONTRIBUINTE	**CADASTRO AVULSO**	**CPF**
NELSON DE SOUZA	9-61154850	007.XXX.XXX-40
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI	9-23113	76.XXX.XXX/ XXXX-81
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE TERRA RICA	9-23985	76.XXX.XXX/ XXXX-81
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SANTO INACIO	9-23987	76.XXX.XXX/ XXXX-46

Paço Municipal, 02 de Fevereiro de 2026.

HUGO LEONARDO BEZERRA DA ROCHA	***ELISANGELA RUELA***
Coordenador De Alvará e fiscalização Decreto 145/2025	Coordenador De Tributos Municipais E Cadastros de Pessoas Físicas e Jurídicas Decreto 183/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:235CBB13

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL 12/26

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Sarandi/PR
CEP 87111-230 Fone: (44) 3264-8600
SECRETARIA DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n°12

Em conformidade com a Lei Municipal Complementar nº. 070/01 e demais alterações – Código Tributário Municipal, e a Lei Federal nº. 5.172/66 – Código Tributário Nacional, a Secretaria Municipal de Fazenda, pelo presente edital NOTIFICA/INTIMA todos os contribuintes abaixo relacionados a recolher aos cofres públicos municipais os débitos do Imobiliário e taxas de cemitério inscritos em dívida ativa, atualizados até a presente data.
Os contribuintes deverão quitar seus débitos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a publicação deste edital. O não recolhimento dos tributos relacionados implicará expedição imediata de certidão de Dívida ativa para cobrança judicial.

CONTRIBUINTE	**CADASTRO**	**ENDEREÇO**	**CNPJ**
GLEDSON SANCHES LEAL - ME	626853	AV. DEPUTADO BORSARI NETTO, 681 JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE	11.XXXXXXXXXX-07
SHEILA SANTANA DOS SANTOS ACADEMIA	6112541	AV. MARINGA, 525 JD. EUROPA	32.XXXXXXXXXX-74
S. DANIEL - TRANSPORTES	630500	RUA NAVIRAI, 1770 JD NOVA SARANDI I	21.XXXXXXXXXX-76

A G DE PAULA REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELLI	6112335	RUA PIONEIRO CONSTANTE GHIRALDI, 269 B JARDIM SAO PAULO II	32.XXXXXXXXXX-70
TRANSPORTES RODOVIARIOS LOPES LTDA - ME	630481	RUA JOSE BONIFACIO, 1742 JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE	21.XXXXXXXXXX-46
LA. DE SOUZA - JARDINAGEM	631189	RUA BOGOTA, 51 PQ. SAO PEDRO	23.XXXXXXXXXX-72
PAULO ROBERTO DE SOUZA 69XXXXXX87	627462	AV. CUIABA, 2079 JD. GRALHA AZUL	12.XXXXXXXXXX-42
JHONES BARBOSA COMERCIO DE CARNES EIRELI	628447	AV. OCTAVIO COLLI, 164 JD. CASTELO	15.XXXXXXXXXX-16
QUALIPEL EMBALAGENS LTDA	6114322	AV. OCTAVIO COLLI, 799 JD. ITAMARATY	37.XXXXXXXXXX-60
ARMAZEM LOGISTICA LTDA	6113791	AV. ADEMAR BORNIA, 841 GLEBA PATRIMONIO SARANDI	13.XXXXXXXXXX-91
H2O CENTRO AQUATICO LTDA - ME	629435	AV. ADEMAR BORNIA, 1005 JD. NOVA EUROPA	15.XXXXXXXXXX-93
WALDINEI APARECIDO CORCATO	628063	RUA SAO JUDAS TADEU, 336 PQ.RES.BOM PASTOR (ALPHAVILLE)	14.XXXXXXXXXX-91
GRAFICA E EDITORA CORUJINHA LTDA	572900	RUA VEREADOR JOSE FERNANDES, 1523 JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE	04.XXXXXXXXXX-92
E. S. BARROS CASA DE CARNES EIRELI	6113000	AV. RUI BARBOSA, 91 JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE	25.XXXXXXXXXX-05
BRUNA TAYNA MASSANEIRO - MOVEIS - ME	630906	AV. RIACHUELO, 1388 UNIFICAÇÃO JARDIM OURO VERDE II-III E IV	21.XXXXXXXXXX-02
WELINTON CAMILO DOS SANTOS - MOVEIS	6113379	AV. RIACHUELO, 1388 UNIFICAÇÃO JARDIM OURO VERDE II-III E IV	34.XXXXXXXXXX-01
O LIMA JUNIOR AUTO MECANICA LTDA	631100	AV. ATLANTICA, 696 JD. OURO VERDE	22.XXXXXXXXXX-52
CAROLINA BANDER MOVELARIA EIRELI - ME	6111467	RUA CASTRO ALVES, 2338 CHACARAS E LOTES	28.XXXXXXXXXX-86
S. VALDEIS SERIGIOLI REPRESENTACAO COMERCIAL - EIRELI	6111902	RUA PEDRO ALVARES CABRAL, 1768 JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE	30.XXXXXXXXXX-20
HIPER SANTANA DISTRIBUIDORA DE FRUTAS LTDA	626051	RUA VEREADOR JOSE FERNANDES, 1186 A JD. NOVA EUROPA	02.XXXXXXXXXX-32
DANIEL RODRIGO DE OLIVEIRA - COMERCIO DE MOVEIS	6114510	AV. LONDRINA, 761 JD. CLEMENTINO	34.XXXXXXXXXX-40
ABOLICAO CLINICA DE ATENDIMENTO MEDICO S/S	6114580	AV. RUI BARBOSA, 262 JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE	05.XXXXXXXXXX-03
TN - TORNEARIA NOVA LTDA - ME	628955	AV. ADEMAR BORNIA, 1557 CHACARAS E LOTES	17.XXXXXXXXXX-89
INOVA GRAFICA LTDA - ME	626434	RUA VEREADOR JOSE FERNANDES, 1523 JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE	09.XXXXXXXXXX-68

Paço Municipal, 02 de Fevereiro de 2026.

HUGO LEONARDO BEZERRA DA ROCHA
Coordenador Fiscalização E Alvará
Decreto Nº 142/2025

ELISÂNGELA RUELA
Coordenadora Tributos Municipais Cadastro Pessoas Física E Jurídicas
Decreto Nº 183/2025

Publicado por:
Juliana Freitas da Silva
Código Identificador:358B6A29

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 011/2026 DE: 30/01/2026 - ANEXO I DESPESA

Prefeitura Municipal de Sulina - PR
Cronograma de Execução
Mensal de Desembolso
Artigo 8º da LC n.º
101/2000 (LRF)
Janeiro/2026
DECRETO Nº 011/2026 – Anexo I

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Unidade Gestora: 0 - PREFEITURA MUNICIPAL								
Fonte de Recurso: 0 - Recursos Ordinários (Livres)								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	656.208,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	7.840.000,00	7.840.000,00
	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00	653.072,00		
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	41.850,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00		
	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	41.650,00	500.000,00	500.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	809.890,82	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38		
	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38	806.020,38	9.676.115,00	9.676.115,00
4 - INVESTIMENTOS	57.669,30	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70		
	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70	57.393,70	689.000,00	689.000,00
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.220,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00		
	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	600.000,00	600.000,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.555,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00		
	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	12.495,00	150.000,00	150.000,00
Total da Fonte de Recurso 0	**1.628.393,12**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**		
	1.620.611,08	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**1.620.611,08**	**19.455.115,00**	**19.455.115,00**
Fonte de Recurso: 101 - Transferência do FUNDEB 60%/Fundeb mínimo 70%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	202.219,20	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80		
	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	201.252,80	2.416.000,00	2.416.000,00
Total da Fonte de Recurso 101	**202.219,20**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**		
	201.252,80	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**201.252,80**	**2.416.000,00**	**2.416.000,00**
Fonte de Recurso: 102 - Transferência do FUNDEB 40%/Fundeb máximo 30%								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.220,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00		
	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	49.980,00	600.000,00	600.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.740,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00		
	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	16.660,00	200.000,00	200.000,00
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Total da Fonte de Recurso 102	**67.797,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**		
	67.473,00	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**67.473,00**	**810.000,00**	**810.000,00**
Fonte de Recurso: 103 - Educação / 10% Sobre Transferências Cons								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	117.221,85	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65		

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	116.661,65	1.400.500,00	1.400.500,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	174.012,30	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70		
	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	173.180,70	2.079.000,00	2.079.000,00
4 - INVESTIMENTOS	11.383,20	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80		
	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	11.328,80	136.000,00	136.000,00
Total da Fonte de Recurso 103	**302.617,35**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**		
	301.171,15	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**301.171,15**	**3.615.500,00**	**3.615.500,00**
Fonte de Recurso: 104 - Educação / 25% sobre Impostos								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	45.122,67	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03		
	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	44.907,03	539.100,00	539.100,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	85.399,11	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99		
	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	84.990,99	1.020.300,00	1.020.300,00
Total da Fonte de Recurso 104	**130.521,78**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**		
	129.898,02	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**129.898,02**	**1.559.400,00**	**1.559.400,00**
Fonte de Recurso: 107 - Salário Educação								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.312,70	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30		
	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	14.244,30	171.000,00	171.000,00
Total da Fonte de Recurso 107	**14.312,70**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**		
	14.244,30	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**14.244,30**	**171.000,00**	**171.000,00**
Fonte de Recurso: 124 - PNATE Estadual								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.625,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50		
	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	9.579,50	115.000,00	115.000,00
Total da Fonte de Recurso 124	**9.625,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**		
	9.579,50	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**9.579,50**	**115.000,00**	**115.000,00**
Fonte de Recurso: 125 - ESCOLA TEMPO INTEGRAL FNDE LEI 14640/2023								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.770,90	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10		
	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	4.748,10	57.000,00	57.000,00
Total da Fonte de Recurso 125	**4.770,90**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**		
	4.748,10	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**4.748,10**	**57.000,00**	**57.000,00**
Fonte de Recurso: 129 - FNDE - Kit Ensino Fund. Anos Iniciais - Termo Compromisso 954793-8 - Processo 23400.001361/2023-61								

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.000,00						12.000,00	12.000,00
Total da Fonte de Recurso 129	**12.000,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**12.000,00**	**12.000,00**
Fonte de Recurso: 133 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CLIMATIZAÇÃO - TER. COMP. EMENDAS N 948210-5 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004/2023. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	5.678,70						5.678,70	5.678,70
Total da Fonte de Recurso 133	**5.678,70**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**5.678,70**	**5.678,70**
Fonte de Recurso: 134 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CLIMATIZAÇÃO - TER. COMP. EMENDAS N 948211-5 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890004/2023. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	29.627,00						29.627,00	29.627,00
Total da Fonte de Recurso 134	**29.627,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**29.627,00**	**29.627,00**
Fonte de Recurso: 135 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - MOBILIÁRIO DE SALA DE AULA - PROPOSTA N 67164/2025 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890011/INDIV. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	20.455,54						20.455,54	20.455,54
Total da Fonte de Recurso 135	**20.455,54**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**20.455,54**	**20.455,54**
Fonte de Recurso: 136 - INFRAESTRUTURA ESCOLAR - MOBILIÁRIO OUTROS AMB. ESCOLAR-PROPOSTA N 068037/2025 - EMENDA PARLAMENTAR N 40890011/INDIV. DEP FEDERAL ORIOVISTO GUIMARÃES.								
4 - INVESTIMENTOS	101.552,33						101.552,33	101.552,33
Total da Fonte de Recurso 136	**101.552,33**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**101.552,33**	**101.552,33**
Fonte de Recurso: 137 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MATERIAL ESPORTIVO - COMP TER COMP. N 955099-8 - PROCESSO N 23400.001415/2023-98 - EMENDA DE BANCADA.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.816,36						7.816,36	7.816,36
Total da Fonte de Recurso 137	**7.816,36**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**7.816,36**	**7.816,36**
Fonte de Recurso: 139 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -BRINQUEDOS - TERMO COMP. N 954790-8 - PROCESSO N 23400.001360/2023-16 - EMENDA DE BANCADA.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.073,43						36.073,43	36.073,43
Total da Fonte de Recurso 139	**36.073,43**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**36.073,43**	**36.073,43**

Grupo de Despesa	Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada						Total Cronograma Desembolso	Fixação Atualizada
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho		
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
Fonte de Recurso: 140 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 985626-6 - PROCESSO N 23400.001515/2025-86 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	11.845,00						11.845,00	11.845,00
Total da Fonte de Recurso 140	**11.845,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**11.845,00**	**11.845,00**
Fonte de Recurso: 141 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE COZINHA - TERMO COMP. N 985426-5 - PROCESSO N 23400.001423/2025-04 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	27.342,00						27.342,00	27.342,00
Total da Fonte de Recurso 141	**27.342,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**27.342,00**	**27.342,00**
Fonte de Recurso: 142 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS								

-MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 990873-6 - PROCESSO N 23400.001514/2025-31 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	7.679,00						7.679,00	7.679,00
Total da Fonte de Recurso 142	**7.679,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**7.679,00**	**7.679,00**
Fonte de Recurso: 143 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE TIC - TERMO COMP. N 990872-5 - PROCESSO N 23400.001870/2025-55 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	49.210,74						49.210,74	49.210,74
Total da Fonte de Recurso 143	**49.210,74**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**49.210,74**	**49.210,74**
Fonte de Recurso: 144 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO SALA DE AULA - TERMO COMP. N 989977-6 - PROCESSO N 23400.001672/2025-91 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	41.800,00						41.800,00	41.800,00
Total da Fonte de Recurso 144	**41.800,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**41.800,00**	**41.800,00**
Fonte de Recurso: 145 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -EQUIPAMENTO DE TIC - TERMO COMP. N 962848-5 - PROCESSO N 23400.001299/2024-98 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	364.435,20						364.435,20	364.435,20
Total da Fonte de Recurso 145	**364.435,20**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**364.435,20**	**364.435,20**
Fonte de Recurso: 146 - PROGRAMA - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS -MOBILIÁRIO OUTROS AMB. ESCOLARES- TERMO COMP. N 989980-6 - PROCESSO N 23400.001674/2025-81 - EMENDA INDIVIDUAL.								
4 - INVESTIMENTOS	14.672,19						14.672,19	14.672,19
Total da Fonte de Recurso 146	**14.672,19**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**14.672,19**	**14.672,19**

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 303 - Saúde/Percentual Receita Vinculada								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	223.646,40	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60		
	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	222.577,60	2.672.000,00	2.672.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	415.503,54	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86		
	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	413.517,86	4.964.200,00	4.964.200,00
4 - INVESTIMENTOS	16.321,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50		
	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	16.243,50	195.000,00	195.000,00
Total da Fonte de Recurso 303	**655.471,44**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**		
	652.338,96	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**652.338,96**	**7.831.200,00**	**7.831.200,00**
Fonte de Recurso: 494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.391,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50		
	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	107.873,50	1.295.000,00	1.295.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	70.308,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00		
	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	69.972,00	840.000,00	840.000,00
Total da Fonte de Recurso 494	**178.699,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**		
	177.845,50	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**177.845,50**	**2.135.000,00**	**2.135.000,00**
Fonte de Recurso: 504 - ROYALTIES								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	172.170,90	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10		
	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	171.348,10	2.057.000,00	2.057.000,00
4 - INVESTIMENTOS	33.480,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00		
	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	33.320,00	400.000,00	400.000,00
Total da Fonte de Recurso 504	**205.650,90**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**		
	204.668,10	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**204.668,10**	**2.457.000,00**	**2.457.000,00**
Fonte de Recurso: 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.118,80	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20		
	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	26.989,20	324.000,00	324.000,00
4 - INVESTIMENTOS	8.788,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50		
	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	8.746,50	105.000,00	105.000,00
Total da Fonte de Recurso 507	**35.907,30**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**		
	35.735,70	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**35.735,70**	**429.000,00**	**429.000,00**
Fonte de Recurso: 510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia								

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.951,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50		
	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	7.913,50	95.000,00	95.000,00
Total da Fonte de Recurso 510	**7.951,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**		
	7.913,50	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**7.913,50**	**95.000,00**	**95.000,00**
Fonte de Recurso: 511 - Taxas - Prestação de Serviços								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.995,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50		
	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	17.909,50	215.000,00	215.000,00
Total da Fonte de Recurso 511	**17.995,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**		
	17.909,50	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**17.909,50**	**215.000,00**	**215.000,00**
Fonte de Recurso: 512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Total da Fonte de Recurso 512	**1.674,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**		
	1.666,00	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
Fonte de Recurso: 786 - FEAS PPAS I								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.440,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50		

	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	5.414,50	65.000,00	65.000,00
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Total da Fonte de Recurso 786	**6.277,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**		
	6.247,50	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**6.247,50**	**75.000,00**	**75.000,00**
Fonte de Recurso: 789 - SANEPAR - Comp. Fin. ao MEIO AMBIENTE M								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Total da Fonte de Recurso 789	**837,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**		
	833,00	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
Fonte de Recurso: 834 - SESA PR APSUS CUSTEIO								

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.370,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00		
	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	8.330,00	100.000,00	100.000,00
Total da Fonte de Recurso 834	**8.370,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**		
	8.330,00	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**8.330,00**	**100.000,00**	**100.000,00**
Fonte de Recurso: 884 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.859,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00		
	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	70.000,00	70.000,00
Total da Fonte de Recurso 884	**5.859,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**		
	5.831,00	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**70.000,00**	**70.000,00**
Fonte de Recurso: 885 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao (PNATE) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.859,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00		
	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	5.831,00	70.000,00	70.000,00
Total da Fonte de Recurso 885	**5.859,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**		
	5.831,00	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**5.831,00**	**70.000,00**	**70.000,00**
Fonte de Recurso: 934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS) PAIFI/IDOSO/PROJOVEM/PETI								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.458,10	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90		
	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	9.412,90	113.000,00	113.000,00
4 - INVESTIMENTOS	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Total da Fonte de Recurso 934	**10.295,10**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**		
	10.245,90	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**10.245,90**	**123.000,00**	**123.000,00**
Fonte de Recurso: 936 - COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS) IGDs								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	418,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50		
	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	416,50	5.000,00	5.000,00
Total da Fonte de Recurso 936	**418,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**		
	416,50	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**416,50**	**5.000,00**	**5.000,00**
Fonte de Recurso: 940 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E CADASTRO ÚNICO - BL GBF								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.511,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00		
	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	2.499,00	30.000,00	30.000,00
4 - INVESTIMENTOS	1.255,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50		

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	1.249,50	15.000,00	15.000,00
Total da Fonte de Recurso 940	**3.766,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**		
	3.748,50	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**3.748,50**	**45.000,00**	**45.000,00**
Fonte de Recurso: 941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e AltaComplexidade								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Total da Fonte de Recurso 941	**837,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**		
	833,00	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**833,00**	**10.000,00**	**10.000,00**
Fonte de Recurso: 952 - SECID/PR CV 522/2023 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS VILA NOVA ESTADUAL								
4 - INVESTIMENTOS	1.336.535,78						1.336.535,78	1.336.535,78
Total da Fonte de Recurso 952	**1.336.535,78**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**1.336.535,78**	**1.336.535,78**
Fonte de Recurso: 954 - SECID BARRACÃO FEIRA CV 27/2025								
4 - INVESTIMENTOS	356.835,05						356.835,05	356.835,05
Total da Fonte de Recurso 954	**356.835,05**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**356.835,05**	**356.835,05**
Fonte de Recurso: 965 - SEDEF/CEDCA/FIA - INCENTIVO CRECHE								
4 - INVESTIMENTOS	900.960,69						900.960,69	900.960,69
Total da Fonte de Recurso 965	**900.960,69**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**900.960,69**	**900.960,69**
Fonte de Recurso: 966 - CV-944/2024-SECID-PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIAS URBANAS								
4 - INVESTIMENTOS	229.372,26						229.372,26	229.372,26
Total da Fonte de Recurso 966	**229.372,26**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**229.372,26**	**229.372,26**
Fonte de Recurso: 972 - Unidade Habitacional - Moradia Digna - Termo de Comp n 970312/2024 MCIDADES/CAIXA - OP n 1098954-56.								
4 - INVESTIMENTOS	3.250.000,00						3.250.000,00	3.250.000,00
Total da Fonte de Recurso 972	**3.250.000,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**3.250.000,00**	**3.250.000,00**

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Fonte de Recurso: 976 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: HATCH/UTILITÁRIO PICK UP - CONVÊNIO n 708/2025 - SECID.								
4 - INVESTIMENTOS	118.740,50						118.740,50	118.740,50
Total da Fonte de Recurso 976	**118.740,50**	-	-	-	-	-		

	-	-	-	-	-	-	**118.740,50**	**118.740,50**
Fonte de Recurso: 978 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO PICK UP - CONVÊNIO n 1590/2025 - SECID								
4 - INVESTIMENTOS	95.000,00						95.000,00	95.000,00
Total da Fonte de Recurso 978	**95.000,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**95.000,00**	**95.000,00**
Fonte de Recurso: 980 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - TRATORES - SECID - CONVÊNIO n 2192/2025								
4 - INVESTIMENTOS	680.000,00						680.000,00	680.000,00
Total da Fonte de Recurso 980	**680.000,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**680.000,00**	**680.000,00**
Fonte de Recurso: 984 - UNIDADES HABITACIONAIS - TERMO DE COMPROMISSO n 983416/2025/MCIDADES/CAIXA - OPERAÇAO 1104105-49.								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.774,37						64.774,37	64.774,37
4 - INVESTIMENTOS	2.506.099,34						2.506.099,34	2.506.099,34
Total da Fonte de Recurso 984	**2.570.873,71**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**2.570.873,71**	**2.570.873,71**
Fonte de Recurso: 988 - - REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DOS IMIGRATES - TERMO DE CONVÊNIO n 1797/2025 - SECID								
4 - INVESTIMENTOS	1.000.000,00						1.000.000,00	1.000.000,00
Total da Fonte de Recurso 988	**1.000.000,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**1.000.000,00**	**1.000.000,00**
Fonte de Recurso: 990 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA VICINAL - CONVÊNIO n 2112/2025-SECID - LINHA BOM JESUS.								
4 - INVESTIMENTOS	2.600.000,00						2.600.000,00	2.600.000,00
Total da Fonte de Recurso 990	**2.600.000,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**2.600.000,00**	**2.600.000,00**
Fonte de Recurso: 991 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLA MUNICIPAL - TERMO CONVÊNIO N 1796/2025 - SECID.								

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
4 - INVESTIMENTOS	230.000,00						230.000,00	230.000,00
Total da Fonte de Recurso 991	**230.000,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**230.000,00**	**230.000,00**
Fonte de Recurso: 992 - SEAB - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO - DECRETO N 6.515/2012 - CV N 903/2025 - "ESTRADA BOA" LINHA AREIÃO.								
4 - INVESTIMENTOS	8.267.583,02						8.267.583,02	8.267.583,02
Total da Fonte de Recurso 992	**8.267.583,02**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**8.267.583,02**	**8.267.583,02**
Fonte de Recurso: 993 - SEAB - PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO-DECRETO N 6.515/2021-"ESTRADA BOA" CV N 909/2025 - SEDE OURO.								
4 - INVESTIMENTOS	3.079.218,41						3.079.218,41	3.079.218,41
Total da Fonte de Recurso 993	**3.079.218,41**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**3.079.218,41**	**3.079.218,41**
Fonte de Recurso: 994 - SEAB-PROGRAMA DE ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO "ESTRADA BOA" CV N 790/2025 - LINHA SURUBI.								
4 - INVESTIMENTOS	3.314.806,00						3.314.806,00	3.314.806,00
Total da Fonte de Recurso 994	**3.314.806,00**	-	-	-	-	-		
	-	-	-	-	-	-	**3.314.806,00**	**3.314.806,00**
Fonte de Recurso: 1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.925,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00		
	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	20.825,00	250.000,00	250.000,00
Total da Fonte de Recurso 1040	**20.925,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**		
	20.825,00	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**20.825,00**	**250.000,00**	**250.000,00**
Fonte de Recurso: 1045 - Outros Recursos não Vinculados								
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.044,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00		
	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	9.996,00	120.000,00	120.000,00
Total da Fonte de Recurso 1045	**10.044,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**		
	9.996,00	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**9.996,00**	**120.000,00**	**120.000,00**
Fonte de Recurso: 1051 - Transferencia do Governo Federal Vencimentos dos ACS e dos ACE								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.295,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00		
	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	350.000,00	350.000,00

Grupo de Despesa	**Cronograma de Execução Mensal de Desembolso - Fixação Atualizada**						**Total Cronograma Desembolso**	**Fixação Atualizada**
	Janeiro	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**		
	Julho	**Agosto**	**Setembro**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**		
Total da Fonte de Recurso 1051	**29.295,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**		
	29.155,00	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**29.155,00**	**350.000,00**	**350.000,00**
Fonte de Recurso: 1064 - PISO ENFERMAGEM PR412665 FMS								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.674,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00		
	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	1.666,00	20.000,00	20.000,00
Total da Fonte de Recurso 1064	**1.674,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**		
	1.666,00	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**1.666,00**	**20.000,00**	**20.000,00**
Total da Unidade Gestora 0	**32.328.178,20**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**		
	3.551.013,61	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**3.551.013,61**	**71.389.327,91**	**71.389.327,91**
Unidade Gestora: 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA								
Fonte de Recurso: 1 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)								
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	88.722,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00		
	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	88.298,00	1.060.000,00	1.060.000,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.796,71	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39		
	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	52.544,39	630.785,00	630.785,00
4 - INVESTIMENTOS	15.066,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00		
	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	14.994,00	180.000,00	180.000,00
Total da Fonte de Recurso 1	**156.584,71**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**		
	155.836,39	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**1.870.785,00**	**1.870.785,00**
Total da Unidade Gestora 1	**156.584,71**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**		
	155.836,39	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**155.836,39**	**1.870.785,00**	**1.870.785,00**
TOTAL GERAL	**32.484.762,91**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**		
	3.706.850,00	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**3.706.850,00**	**73.260.112,91**	**73.260.112,91**
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 30/Jan/2026, 07h e 40m.								

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:FD7F26FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO N.º 4.244/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício:
2026
Decreto nº 4244/2026 de 30/01/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná , no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 524.936,40 (quinhentos e vinte e quatro mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
04.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Fazenda e Planejamento	
04.002.00.000.0000.0.000.		Departamento de Tributação e Fiscalização	
04.002.04.125.0014.2.021.		MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
1459 - 3.3.90.40.00.00	3000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	12.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.302.0007.2.065.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	
1461 - 3.3.90.39.00.00	3833	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	140.000,00
10.001.10.302.0007.2.097.		MANUTENÇÃO DO SAMU	
1463 - 3.1.71.70.00.00	3494	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	311.162,12
1464 - 3.3.71.70.00.00	3303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	30.000,00
1462 - 3.3.71.70.00.00	3494	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	30.774,28
11.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Assistência Social	
11.001.00.000.0000.0.000.		Departamento de Assistência Social	
11.001.08.122.0003.2.073.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
1460 - 3.3.90.47.00.00	3000	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.000,00
		Total Suplementação:	**524.936,40**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:CDBC5C4C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Terra Roxa– Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com:
Constituição Federal;
Lei Orgânica Municipal;
Estatuto dos Servidores;
Lei Ordinária n. 1219/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores do executivo Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, conforme especifica;
Lei Ordinária n. 1582/2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, e dá outras providências.
Lei Ordinária n. 2.203/2025, que dispõe sobre a Reserva Vagas a Afrodescendentes e Pessoas com Deficiência em concursos Públicos no Município de Terra Roxa-Pr, e dá outras providências.
Decreto n. 4.583/2025, que institui a Divisão Geográfica de Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e dos Agentes de Combate a Endemias - ACE no Município de Terra Roxa/PR e dá outras providências.
Demais disposições atinentes à matéria;

TORNA PÚBLICO a realização de **Concurso Público**, sob o **REGIME ESTATUTÁRIO**, para formação de cadastro de reserva e provimento de vagas, do seu quadro de pessoal.

1. DA CIÊNCIA DAS REGRAS DO CONCURSO PÚBLICO E DA ACEITAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS – LGPD - LEI FEDERAL Nº 13.709/2018.

1.1. A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO declara que, as principais bases legais para o **tratamento dos dados pessoais do candidato** serão sem prejuízo de outras que eventualmente se façam necessárias e esteja amparadas na **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD)**:
cumprimento de obrigação legal ou regulatória (em relação ao artigo 37, incisos II e VIII, da Constituição Federal de 1988, os quais prevêem que a investidura em concursos públicos depende de aprovação em Concurso Público);
execução de contrato entre o Município de Terra Roxa e a FAU, para os fins de condução do certame;
legítimo interesse para a garantia da lisura e prevenção à fraude nos Concursos Públicos;
1.2 Ao efetuar sua inscrição, o candidato aceita, irrestritamente, as normas estabelecidas neste Edital, assim como as demais normas estabelecidas pela FAU, para realização do Concurso Público.
Como titular de seus direitos pessoais, ao participar deste Concurso Público, o candidato, concorda com o tratamento de seus dados pela FAU, nos seguintes termos:
por meio da leitura dos termos deste edital de abertura, declara que possui capacidade legal e detém as autorizações e permissões necessárias para registrar seus dados pessoais durante a inscrição no Concurso Público, de modo a consentir que seus dados pessoais sejam tratados pela FAU;
autoriza e concorda com o tratamento dos dados pela FAU, visando à finalidade específica de armazenamento dos dados pessoais para viabilizar a execução do certame e para a nomeação dos candidatos que forem aprovados e convocados;

tem ciência de que, o tratamento dos dados pessoais, atende a finalidade exposta pela FAU;
autoriza o tratamento dos dados pessoais com o objetivo de viabilizar sua participação no Concurso Público, nas diversas provas e fases, se aprovado e convocado;
tem ciência de que seu cadastro é de uso estritamente pessoal e não é utilizado por terceiros, sendo que a guarda, sigilo e a utilização do protocolo de inscrição e da senha do usuário são de exclusiva responsabilidade do candidato, que se compromete a fazer um uso diligente, bem como a não os colocar à disposição de terceiros;
tem ciência de que pode consultar e atualizar os dados pessoais cadastrados a qualquer tempo, por meio das ferramentas disponibilizadas;
concorda em fornecer informações verdadeiras, exatas e completas, se responsabilizando pelo cadastro das informações que são utilizadas pela FAU, bem como por informar qualquer modificação destas informações,
mantendo as informações sempre atualizadas;
tem ciência de que, caso se utilize de informações falsas ou inexatas, em qualquer documento, ainda que
verificada posteriormente, será excluído do processo do Concurso Público ou terá exoneração motivada por sindicância e processo administrativo disciplinar;
tem ciência de que, o não fornecimento dos dados requeridos pela FAU, impossibilita a sua plena participação no Concurso Público;
toma conhecimento de que a FAU realiza o tratamento dos seus dados pessoais par a finalidade acima exposta,
ficando esta responsável em adotar as medidas técnicas e administrativas aptas para proteger os dados pessoais de
acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
fica ciente de que a FAU adota as medidas preventivas para a manutenção da proteção e segurança dos dados pessoais do candidato;
tem ciência de que seus dados pessoais disponibilizados à FAU, em hipótese alguma, são utilizados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;
fica ciente de que pode requisitar informações, a fim de compreender as ações adotadas para o atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018).

S

É admitida a impugnação deste edital, no prazo de **05 (cinco) dias** da publicação, através do correio eletrônico: secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.

O Concurso Público a que se refere o presente Edital será executado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, com sede na Rua Salvatore Renna - Padre Salvador, 875, Complemento: Bloco C, Andar 01, Sala 10, Bairro: Santa Cruz, Guarapuava/PR, CEP 85015-430, endereço eletrônico

www.concursosfau.com.br e correio eletrônico secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
Todas as publicações do presente concurso público, serão realizadas nos sites www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/e no Diário Oficial do Município até a homologação final do concurso, após serão efetuado apenas no Diário Oficial do Município.
Os itens deste edital podem sofrer eventuais modificações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumado o evento ou até a data da convocação dos interessados para a etapa correspondente, circunstância que por meio de edital devem ser divulgados nos endereços eletrônicos www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/.

A seleção destina-se ao provimento de vagas, sob regime estatutário, no quadro de servidores do Município de Terra Roxa, de acordo com as Tabelas 3.1, 3.2 e 3.3, deste Edital, e tem prazo de validade de 02 (dois) anos, a contar da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Terra Roxa.
A seleção para os cargos de que trata este Edital compreenderá exames para aferir conhecimentos e habilidades, **mediante aplicação de:**

Prova Objetiva: de caráter classificatório e eliminatório para todos os cargos;
Prova Títulos: de caráter classificatório, para TODOS os cargos de Nível Superior, de acordo com as Tabelas do Item 12.1 deste Edital;
Prova Prática: de caráter classificatório e eliminatório, exclusivamente para os cargos de Auxiliar de Limpeza e Copa, Cozinheira (o), Eletricista, Mecânico, Merendeira, Motorista I, Motorista II, Operador de Máquinas / Patrola, de acordo com as Tabelas do Item 9deste Edital;

A convocação para as vagas informadas nas Tabelas 3.1, 3.2, 3.3, deste Edital será feita de acordo com a necessidade, a conveniência e a possibilidade financeira do Município de Terra Roxa, dentro do prazo de validade do concurso.
Os requisitos e as atribuições para posse no cargo estão relacionados no **Anexo I** deste Edital.
Os conteúdos programáticos da prova objetiva encontram-se no **Anexo II** deste Edital.
Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de

divulgação estabelecidas neste

Edital e demais publicações no

endereço eletrônico

www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/**.**
O concurso destina-se ao provimento dos cargos vagos e dos que vagarem no prazo de validade de que trata o presente Edital.
Durante o período de validade do concurso, o Município de Terra Roxa reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda aos interesses e necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, dentro das vagas existentes ou que possam vir a existir.

O código do cargo, o cargo, a carga horária semanal, as vagas de ampla concorrência, vagas para pessoa com deficiência (PCD), vagas para Afrodescendentes, a remuneração inicial bruta, o valor da taxa de inscrição são os estabelecidos a seguir:

a

TABELA 3.1

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO (1)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PCD**	**Vag s Afro**	**Remuneração Inicial Bruta**	**Taxa de Inscrição**
101	Advogado	20h	1 + CR	-	-	R$ 9.075,17	R$ 180,00
102	Arquiteto	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.926,40	R$ 180,00
103	Assistente Social	30h	1 + CR	-	-	R$ 6.350,02	R$ 180,00
104	Auditor Fiscal de Tributos Municipais	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.205,43	R$ 180,00
105	Contador	40h	1 + CR	-	-	R$ 8.254,83	R$ 180,00
106	Dentista I	40h	1 + CR	-	-	R$ 11.597,06	R$ 180,00
107	Dentista II	20h	1 + CR	-	-	R$ 6.926,40	R$ 180,00
108	Educador Social	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.012.06	R$ 180,00
109	Enfermeiro Padrão	40h	1 + CR	-	-	R$ 5.559,24	R$ 180,00
110	Engenheiro Agrônomo	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.926,40	R$ 180,00
111	Engenheiro Civil	40h	1 + CR	-	-	R$ 9.020,72	R$ 180,00
112	Farmacêutico	40h	1 + CR	-	-	R$ 5.351,24	R$180,00
113	Fiscal Tributário	40h	1 + CR	-	-	R$ 4.086,58	R$180,00
114	Fisioterapeuta I	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.348,03	R$180,00
115	Fisioterapeuta II	20h	1 + CR	-	-	R$ 3.174,01	R$180,00
116	Fonoaudiólogo I	20h	1 + CR	-	-	R$ 3.174,01	R$180,00
117	Fonoaudiólogo II	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.348,03	R$180,00
118	Médico Ginecologista/Obstetra	20h	1 + CR	-	-	R$ 13.062,30	R$180,00
119	Médico Pediatra	20h	1 + CR	-	-	R$ 13.062,30	R$180,00
120	Médico Generalista I	30h	1 + CR	-	-	R$ 17.525,26	R$180,00
121	Médico Generalista II	40h	1 + CR	-	-	R$ 23.367,01	R$180,00
122	Médico Generalista III	24h	1 + CR	-	-	R$ 14.020,20	R$180,00
123	Médico Generalista IV	12h	1 + CR	-	-	R$ 7.010,11	R$180,00
124	Médico Generalista V	20h	1 + CR	-	-	R$ 11.683,50	R$180,00
125	Médico Veterinário I	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.926,40	R$180,00
126	Médico Veterinário II	20h	1 + CR	-	-	R$ 3.467,74	R$180,00
127	Nutricionista I	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.350,02	R$180,00
128	Nutricionista II	20h	1 + CR	-	-	R$ 3.175,01	R$180,00
129	Psicólogo	40h	1 + CR	-	-	R$ 6.926,40	R$180,00
130	Professor (Educação / Infantil / Fundamental)	20h	1 + CR	-	-	R$ 1.943,35	R$180,00
131	Professor Educação Especial	20h	1 + CR	-	-	R$ 2.623,52	R$180,00
132	Professor Educação Física	20h	1 + CR	-	-	R$ 2.623,52	R$180,00

133	Professor de Artes	20h	1 + CR	-	-	R$ 2.623,52	R$180,00
134	Terapeuta Ocupacional	20h	1 + CR	-	-	R$ 3.379,38	R$180,00
135	Técnico de Informática	40h	1 + CR	-	-	R$ 4.112,44	R$180,00

Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
***CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.**
PCD = Pessoa com Deficiência.

TABELA 3.2

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO (1)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PCD****	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta**	**Taxa de Inscrição**
201	Agente Administrativo	40h	1 + CR	-	-	R$ 3.513,52	R$ 100,00
202	Agente Comunitário de Saúde - Área I (5)	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
203	Agente Comunitário de Saúde – Área II (5)	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
204	Agente Comunitário de Saúde - ÁREA III (5)	40h	CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
205	Agente Comunitário de Saúde - Área IV(5)	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
206	Agente Comunitário de Saúde - Área V(5)	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
207	Agente Comunitário de Saúde - Área VI (5)	40h	CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
208	Agente Comunitário de Saúde - Área VII(5)	40h	CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
209	Agente de Endemias	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.155,49	R$100,00
210	Auxiliar de Dentista	40h	1 + CR	-	-	R$ 1.746,21	R$100,00
211	Cuidador	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.208,97	R$100,00
212	Monitor Educacional	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.066,65	R$100,00
213	Recepcionista	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.393,05	R$100,00
214	Técnico Contábil	40h	1 + CR	-	-	R$ 5.244,64	R$100,00
215	Técnico em Saúde Bucal	40h	1 + CR	-	-	R$ 3.044,91	R$100,00
216	Técnico em Enfermagem	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.556,19	R$100,00

Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
***CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.**
****PCD = Pessoa com Deficiência.**
Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, é obrigatório, no ato da inscrição, optar pela Região, pois o candidato deve residir na área da comunidade em que pretende atuar, desde a data da publicação do Edital do Concurso Público, conforme Lei Federal n.º 11.350/2006.
Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, o candidato terá que permanecer residindo na área de Abrangência do Centro de Saúde para qual se inscreveu, como requisito para a permanência no emprego, conforme tabela a seguir:

ÁREA	**BAIRROS**
ÁREA – I	ESF PARQUE VERDE Bairros: Heinnen; Casagrande; Constru e Cia; Delfino I; Delfino II; Halabi; Boa Vista; Padovani; Zavadski; Jardim Primavera; Trigais; Parque Verde; Jardim Europa; Jardim Veneza; Jardim Carolina; Jardim Alvorada I; Jardim Alvorada II; Jardim Alvorada III; Loteamento Laguna; Loteamento Leão; Áreas Rurais abrangentes da ESF Parque Verde.
ÁREA – II	ESF CENTRAL I e ESF CENTRAL II BAIRROS: Jardim Alegre; Centro; Loteamento Ganacim; Jardim Ecoville I; Jardim Ecoville II; Jardim Ecoville III; Áreas Rurais abrangentes da ESF Central I e II.
ÁREA – III	ESF ANGELO LOPES BAIRROS: Residencial Elisa; Rainha dos Apóstolos; Parque das Nações; Mutirão; Loteamento Novo Horizonte; Áreas Rurais abrangentes da ESF Ângelo Lopes.
ÁREA - IV	São José Bairros: Vila Rural de São José; Distrito de São José; Áreas Rurais abrangentes do Posto de Saúde de São José.
ÁREA - V	Alto Alegre BAIRRO: Distrito de Alto Alegre; Áreas Rurais abrangentes do Posto de Saúde de Alto Alegre
ÁREA - VI	Santa Rita Bairros: Distrito de Santa Rita D Oeste; Áreas Rurais abrangentes da ESF Santa Rita
ÁREA - VII	Vila Guarani Bairros: Vila Guarani; Áreas Rurais abrangentes do Posto de Saúde da Vila Guarani

Todos os cargos Agente Comunitário de Saúde terão direito ao complemento do pagamento de insalubridade;

TABELA 3.3

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO (1)							
Código do Cargo	**Cargo**	**Carga Horária Semanal**	**Vagas Ampla Concorrência**	**Vagas PCD****	**Vagas Afro**	**Remuneração Inicial Bruta**	**Taxa de Inscrição**
401	Auxiliar de Limpeza e Copa	40h	1 + CR	-	-	R$ 1.883,08	R$ 50,00
402	Auxiliar Operacional	40h	1 + CR	-	-	R$ 1.883,08	R$50,00
403	Cozinheira (o)	40h	1 + CR	-	-	R$ 1.883,08	R$50,00
404	Eletricista	40h	1 + CR	-	-	R$ 3.129,35	R$50,00
405	Mecânico	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.707,55	R$50,00
406	Merendeira	40h	1 + CR	-	-	R$ 1.883,08	R$50,00
407	Motorista I	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.483,15	R$50,00
408	Motorista II	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.483,15	R$50,00
409	Operador de Máquinas / Patrola	40h	1 + CR	-	-	R$ 2.870,02	R$50,00

Ver as atribuições e os requisitos dos cargos no Anexo I deste Edital.
***CR = Cadastro de reserva é o conjunto de candidatos aprovados que tenham obtido classificação além do número de vagas oferecido por cargo.**
****PCD = Pessoa com Deficiência.**
Para o Cargo de Motorista I, o candidato deve apresentar CNH, no mínimo categoria "D" ou "E".

Para o Cargo de Motorista II, o candidato deve apresentar CNH, no mínimo categoria "C".

Para o Cargo de Operador de Máquinas/Patrola, o candidato deve apresentar CNH categoria "C".

4.1 São requisitos básicos para o ingresso no quadro do Município de Terra Roxa:
ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;
ter completado 18 (dezoito) anos na data da posse;
não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;

ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção mé Município de Terra Roxa, ou atestado admissional por médico competente.
possuir a escolaridade exigida e demais requisitos para o exercício do cargo;

ica oficial, determinada pelo

declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
a quitação com as obrigações eleitorais e militares;
não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal nos últimos 05 (cinco) anos a contar da data da entrega de documentos;
Encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;
demais exigências contidas neste Edital e legislação municipal aplicável.

A inscrição no Concurso Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.
As inscrições para o Concurso Público do Município de Terra Roxa serão realizadas **somente via internet**. Não serão aceitas inscrições efetuadas de forma diversa da estabelecida neste item.
O período para a realização das inscrições será a partir **das 12h00min do dia 09 de fevereiro de 2026 às 23h59min do dia 10 de março de 2026, observado horário oficial de Brasília/DF**, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
Para efetuar sua inscrição, o candidato deverá:
preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição declarando estar ciente das condições exigidas para admissão no cargo e submetendo-se às normas expressas neste Edital;
imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor estipulado nas Tabelas 3.1, 3.2 e 3.3, deste Edital.
Não será permitido ao candidato, em hipótese nenhuma, alterar o cargo para o qual se inscreveu.
O candidato terá sua inscrição deferida somente após o recebimento, pela Fundação de Apoio ao
Desenvolvimento da UNICENTRO, através do banco, da confirmação do pagamento de sua taxa de inscrição.
O candidato poderá realizar mais de uma inscrição, mas no dia de realização da prova, deverá optar por qual irá concorrer, caso haja coincidência de horário de aplicação da prova objetiva.
É de exclusiva responsabilidade do candidato a exatidão dos dados cadastrais informados no ato da inscrição.
A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Solicitação de Inscrição, bem como a falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, implicando em qualquer época na eliminação automática

do candidato, sem prejuízo das cominações legais cabíveis. Caso a irregularidade seja constatada após a nomeação do candidato, ele será exonerado do cargo pelo Município de Terra Roxa.
O pagamento da taxa de inscrição poderá ser efetuado em toda a rede bancária, até a data de seu vencimento. **Caso o candidato não efetue o pagamento do seu boleto até a data do vencimento, o mesmo deverá acessar o endereço eletrônico www.concursosfau.com.br, imprimir a segunda via do boleto bancário e realizar o pagamento até o dia 11 de março de 2026. As inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.**
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior à estabelecida no subitem 5.8 deste edital. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, em hipótese nenhuma, a não ser por anulação plena deste concurso.
Não serão aceitas inscrições pagas em cheque que venha a ser devolvido por qualquer motivo, nem as pagas
em depósito, transferência bancária ou via PIX, tampouco as de programação de pagamento que não sejam efetivadas.
O Município de Terra Roxa e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabilizam por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
Os candidatos que atenderem as condições estabelecidas no item 5.14, poderão solicitar isenção da taxa de inscrição à Comissão Especial, nos dias **10 e 11 de fevereiro de 2026**, por meio do envio online do documento pertinente a Solicitação de Isenção através da área do candidato, após o preenchimento da inscrição, que será disponibilizada no site www.concursosfau.com.br.
O pedido de isenção deverá ser solicitado mediante requerimento do candidato, contendo os documentos referentes a cada isenção.
Poderá solicitar a isenção de taxa de inscrição o candidato que:
I) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016/2022.

O pedido de isenção deverá ser referentes a cada isenção.
Da Isenção – CadÚnico:

solicitado mediante requerimento do candidato, contendo os documentos

Indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico através da folha resumo;
A comprovação para solicitação de isenção do presente Edital poderá ser gerada através do link **cadastro único (dataprev.gov.br).**
Da Isenção – Doador de Sangue:
anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
anexar declaração expedida pelo Hemocentro de seu respectivo Estado, ou outro banco de doação da rede hospitalar de outro Estado, onde deverá constar o nome completo do candidato, bem como número de seu CPF,
número de cadastro, e data (s) da (s) doação (ções), que comprove sua condição de do dor regular há no mínimo 06
(seis) meses. Para fazer jus à isenção, o doador terá que ter realizado no mínimo **duas doações** nos últimos **doze**

(12) meses da publicação deste Edital.
Da Isenção – Doador de Medula Óssea:
anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
anexar cópia do Comprovante ou Carteira de Inscrição do candidato cadastrado como Doador de Medula Óssea, no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – REDOME, emitido por entidade reconhecida pelo Ministério

da Saúde. No comprovante deverá conter nome completo do candidato, bem como o número do documento oficial de identificação.
Da Isenção – Eleitor convocado e nomeado:
a) anexar cópia simples do documento oficial de identificação com foto, filiação e assinatura;
anexar cópia da comprovação do serviço prestado, expedido pela Justiça Eleitoral do Estado em que for eleitor, na qual deverá constar o nome completo do candidato, bem como o número do documento oficial de identificação, a
função desempenhada, o turno e a data da eleição. Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que
comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não.
A não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição de que trata os itens 5.14 a 5.19 ou a apresentação dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido de isenção.
Em qualquer época se for constatada a utilização de documentos falsos ou informações incompatíveis, a FAU poderá realizar as diligências necessárias para o esclarecimento dos fatos. Se comprovados, o requerimento de isenção ~~é~~ será imediatamente indeferido, e os responsáveis podem ser acionados judicialmente.
O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no dia **18 de fevereiro de 2026,** pelo site www.concursosfau.com.br.
Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada.
Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição com isenção da taxa, deverão providenciar no site a impressão do boleto para pagamento dentro do prazo estipulado, ou seja, proceder à impressão do boleto até as **23hs59min do dia 10 de março de 2026, e efetuar o pagamento até o dia 11 de março de 2026.**
Quanto ao indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição caberá a interposição de recurso tempestivo, devidamente fundamentado, nos termos do item 16 deste Edital.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Às pessoas com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. As disposições deste Edital, referentes às Pessoas com Deficiência, são correspondentes às da Lei nº 7.853/89 e do Decreto 3.298/99, alterado pelo Decreto n° 5.296/2004, e da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/14 e Lei Ordinária Municipal n. 2.203/2025.
A reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 05 (cinco).
Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 6.1 deste edital resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subseqüente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas por emprego, nos termos do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990.
No decorrer da validade do concurso, caso surja(m) nova(s) vaga(s) para o cargo que o candidato com
deficiência concorreu, o candidato com deficiência classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será
convocado para ocupar a 5ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como PCD serão convocados para ocupar a 21ª, a 41ª e a 61ª vagas e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.

A pessoa com deficiência participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, a avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas de acordo com o previsto no presente Edital.
São consideradas pessoas com deficiência, de acordo com o Artigo 4º do Decreto Federal n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n° 5.296, de 02 de dezembro de 2004, nos termos da Lei, as que se enquadram nas categorias de I a V a seguir; e as contempladas pelo enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça: "O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Seleção Competitiva Pública, às vagas reservadas aos deficientes":
- deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o
comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia,
monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Redação dada pelo Decreto nº 6.296, de 2004);
- deficiência auditiva - limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total. A surdez unilateral total será comprovada por audiograma que demonstre perda auditiva completa, ou seja, superior a 95db em cada uma das freqüências de 500hz, 1000hz, 2000hz e também em 3000hz ou 4000hz, aferida sem o uso de aparelhos auditivos. Já a surdez bilateral parcial será comprovada por audiograma que apresente média aritmética de perda auditiva de, no mínimo, 41db em cada orelha, aferida separadamente nas freqüências de 500HZ, 1000HZ, 2000HZ e 3000HZ, também sem o uso de aparelhos auditivos. (Redação dada pela Lei nº 14.768/2023 e Orientação Técnica SIT/nº 02/2024);
- deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004); **IV - deficiência mental** – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
comunicação;
cuidado pessoal;
habilidades sociais;
utilização dos recursos da comunidade (Redação dada pelo Decreto Federal nº 5.296, de 2004);
saúde e segurança;
habilidades acadêmicas;
lazer e
trabalho;
- deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.
- A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá:

Ao preencher o Formulário de Solicitação de Inscrição conforme o subitem 5.4 deste Edital, declarar que pretende participar do Concurso como pessoa com deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui;
Enviar o laudo médico com as informações descritas no subitem 6.4.2.1 deste Edital, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.

O laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível e dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência e limitações funcionais, com a data de expedição, assinatura e carimbo com o número do Conselho Regional
de Medicina - CRM do médico especialista na área da deficiência que emitiu o laudo. Somente serão
considerados os laudos médicos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da realização da inscrição.
Não haverá devolução do laudo médico, tanto original quanto cópia autenticada, e não serão fornecidas cópias do mesmo.
O candidato com deficiência que não proceder conforme as orientações deste item será considerado como não- portador de deficiência, perdendo o direito à reserva de vaga para PCD e passando à ampla concorrência. Nestes casos o candidato não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial da Saúde e da Legislação supracitada neste item, a opção de concorrer às vagas destinadas as pessoas com deficiência será desconsiderada, passando o candidato à ampla concorrência.
O deferimento das inscrições dos candidatos que se inscreverem como pessoa com deficiência estará disponível no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br a partir da data provável de **18 de março de 2026**. O candidato que tiver a sua inscrição indeferida poderá impetrar recurso na forma do item 16 deste Edital.
O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado no Concurso Público, terá seu nome divulgado na lista geral dos aprovados e na lista dos candidatos aprovados específica para pessoas com deficiência.
Não havendo candidatos aprovados para a vaga reservada às pessoas com deficiência, esta será preenchida pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem de classificação geral.

AFRODESCENDENTE

Nos termos da **Lei Ordinária Municipal n. 2.203/2025** serão reservadas 05% (cinco por cento) das vagas para cada um dos cargos do presente concurso público aos Afrodescendentes que assim se declararem no ato da inscrição, no período das inscrições.
A reserva de vagas será aplicada quando o número de vagas oferecidas no Concurso Público for igual ou superior a 5 (cinco).
Quando o número de vagas reservadas aos Afrodescendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior a 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).
No decorrer da validade do concurso, caso surja(m) nova(s) vaga(s) para o cargo que o candidato
Afrodescendente concorreu classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 5ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como Afrodescendentes serão convocados para ocupar a 15ª vaga, 25ª vaga, 35ª vaga, 45ª vaga, e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.
Considerar-se-á Afrodescendente aquele que assim se declare expressamente, identificando-se como de cor negra ou parda, pertencente à raça/etnia negra de acordo com a legislação em vigor.
O candidato Afrodescendente participará do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere: ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da prova objetiva e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Os candidatos Afrodescendente concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com
deficiência, se atenderem a essa condição, e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
Tal informação integrará os registros cadastrais de ingresso de servidores.
Para **concorrer às vagas reservadas aos Afrodescendentes**, o candidato deverá proceder à solicitação no momento da inscrição no endereço eletrônico **www.concursosfau.com.br.**
O candidato deverá **preencher a auto declaração (Anexo III)** disponibilizada no site e assiná-la em campo próprio, digitalizá-la e anexar, de modo eletrônico, juntamente com sua **Certidão de Nascimento** ou **Carteira de Identidade** e **foto 3x4 comprobatória**, através da área do candidato no site www.concursosfau.com.br**até o dia 10 de março de2026**, devendo os arquivos consistirem em **documentos digitalizados e legíveis.**
A exatidão dos documentos enviados será de total responsabilidade do candidato.
É de exclusiva responsabilidade do candidato a opção e o preenchimento do Formulário de Solicitação
de Inscrição para concorrer às vagas reservadas aos Afrodescendentes, e após a homologação, as
inscrições serão automaticamente efetivadas e não poderão ser alteradas em hipótese alguma.
Detectada a falsidade na declaração, sujeitar-se-á o infrator às penas da lei e, se candidato, à anulação da
inscrição no Concurso Público e de todos os atos daí decorrentes; se já nomeado par o cargo efetivo para o qual
concorreu na reserva de vagas utilizando-se da declaração inverídica, à pena disciplinar de demissão, sendo assegurada, em qualquer caso, a ampla defesa.
Em caso de desistência de candidato Afrodescendente aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato Afrodescendente posteriormente classificado.
Na hipótese de não haver candidatos Afrodescendentes aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidos pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral.
A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que
consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos Afrodescendentes.
A nomeação será precedida de avaliação do candidato pela **Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Afrodescendentes**, instituída pelo Município de Terra Roxa.

O

Inexistindo candidatos inscritos à vaga reservada a Afrodescendente, ou no caso de não haver candidatos aprovados, essa será preenchida pelos demais candidatos de ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

Da Solicitação de Condição Especial para a Realização da Prova Objetiva
O candidato que necessitar de condição especial durante a realização da prova objetiva, pessoa com

deficiência ou não, poderá solicitar esta condição, conforme previsto no Decreto Federal nº 3.298/99.
As condições específicas disponíveis para realização da prova são: prova em braile, prova ampliada (fonte 25), fiscal ledor, intérprete de libras, acesso à cadeira de rodas e/ou tempo adicional de até 01 (uma) hora para realização da prova (somente para os candidatos portadores de deficiência).
O candidato com deficiência, que necessitar de tempo adicional para realização da prova, deverá requerê-lo com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no subitem 6.3 deste Edital.

Para solicitar condição especial o candidato deverá:
No ato da inscrição, indicar claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição quais os recursos especiais necessários.
Enviar o laudo médico, original ou cópia autenticada, conforme disposições do subitem 6.3 deste Edital.
O laudo médico deverá ser original ou cópia autenticada, estar redigido em letra legível, dispor sobre a espécie e o grau ou nível da deficiência da qual o candidato é portador, com expressa referência ao código correspondente de Classificação Internacional de Doença – CID, justificando a condição especial solicitada.
Da Candidata Lactante
A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá:
Solicitar esta condição indicando claramente no Formulário de Solicitação de Inscrição a opção "**Amamentando (levar acompanhante)";**
Enviar certidão de nascimento do lactente (cópia simples) ou laudo médico (original ou cópia autenticada) que ateste esta necessidade, conforme disposições do subitem 7.3 deste Edital.
A candidata que necessitar amamentar deverá ainda levar um acompanhante, sob pena de ser impedida de realizar a prova na ausência deste. O acompanhante ficará responsável pela guarda do lactente em sala reservada para amamentação. Contudo, durante a amamentação, é vedada a permanência de quaisquer pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata no local.
Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 14 deste Edital durante a realização do certame.
Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se, temporariamente, da sala
de prova acompanhada de uma fiscal. Não será concedido tempo adicional para a candidata que necessitar amamentar, a título de compensação, durante o período de realização da prova.

5

u

n

Os documentos referentes às disposições dos subitens 6.4.2, 7.1.2, 7.1.3.2 e 7.2.1.2 deste Edital deverão ser encaminhados, via SEDEX com AR (Aviso de Recebimento) até o dia **10 de março de 2026** em envelope fechado endereçado à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO com as informações abaixo:

O envio desta solicitação não garante ao candidato a condição especial. A solicitação será deferida ou indeferida pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, após criteriosa análise, obedecendo a critérios de viabilidade e razoabilidade.
O envio da documentação incompleta, fora do prazo definido no subitem 7.3 ou por outra via diferente da estabelecida neste Edital, causará o indeferimento da solicitação da condição especial.

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não receberá qualquer documento entregue pessoalmente em sua sede.
Não haverá devolução da cópia da certidão de nascimento, laudo médico original ou cópia autenticada, bem como quaisquer documentos enviados e não serão fornecidas cópias dos mesmos.
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da referida documentação ao seu destino.
O deferimento das solicitações de condição especial estará disponível aos candidatos no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br a partir da data provável de 18 de março de 2026. O candidato que tiver a sua solicitação de condição especial indeferida poderá impetrar recurso conforme disposto no item 16 deste Edital.

O edital de deferimento das inscrições será divulgado nos endereços eletrônicos www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/e Diário Oficial do Município na data provável de **18 de março de 2026.**
No edital de deferimento das inscrições constará a listagem dos candidatos às vagas para Ampla Concorrência, às vagas para Portadores de Deficiência, Afrodescendente, e, dos candidatos solicitantes de condições especiais para a realização da prova.
Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá pedido de recurso, sem efeito suspensivo, conforme o disposto no item 16deste Edital.
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, quando for o caso, submeterá os recursos à Comissão Especial do Concurso Público que decidirá sobre o pedido de reconsideração e divulgará o resultado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/.

9.1 O Concurso Público constará das seguintes provas e fases:

R

Ã

TABELA 9.1

NÍVEL SUPERIOR							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALO POR QUEST O (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
- Advogado			Língua Portuguesa	07	2,00	**14,00**	
Arquiteto Assistente Social Auditor Fiscal de Tributos Municipais Contador	1ª	Objetiva	Matemática	07	2,00	**14,00**	Classificatório e Eliminatório
			Conhecimentos Gerais/Atualidades	06	2,00	**12,00**	
			Conhecimentos	20	3,00	**60,00**	

			Específicos				
- Dentista I	**TOTAL DE QUESTÕES E DE PONTOS**			**40**	----------	**100,00**	----------
	2ª	Prova de	Conforme item 12	----------	----------	**20,00**	Classificatório

Dentista II Educador Social Enfermeiro Padrão Engenheiro Agrônomo Engenheiro Civil Farmacêutico Fiscal Tributário Fisioterapeuta I Fisioterapeuta II Fonoaudiólogo I Fonoaudiólogo II Médico Pediatra Médico Generalista I Médico Generalista II Médico Generalista III Médico Generalista IV Médico Generalista V Médico Veterinário I Médico Veterinário II Nutricionista I Nutricionista II Psicólogo Professor (Educação Infantil/Fundamental) Professor Educação Especial Professor Educação Física Professor de Artes Terapeuta Ocupacional Técnico de Informática		Títulos					
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**120,00**	----------

R

Ã

TABELA 9.2

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECIMENT O**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALO POR QUEST O (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Agente Administrativo Agente Comunitário de	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	07	2,00	**14,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	07	2,00	**14,00**	

Saúde Agente de Endemias Auxiliar de Dentista Cuidador Monitor Educacional Recepcionista Técnico Contábil Técnico em Saúde Bucal Técnico em Enfermagem			Conhecimentos Gerais/Atualida des	06	2,00	**12,00**	
			Conhecimentos Específicos	20	3,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTOES			**40**	----------	**100,00**	----------
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**100,00**	----------

R

Ã

TABELA 9.3

NÍVEL ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO							
CARGO	**FASE**	**TIPO DE PROVA**	**ÁREA DE CONHECI MENTO**	**Nº DE QUESTÕES**	**VALO POR QUEST O (PONTOS)**	**VALOR TOTAL (PONTOS)**	**CARÁTER**
Auxiliar de Limpeza e Copa Auxiliar Operacional Cozinheira (o) Eletricista Mecânico Merendeira Motorista I Motorista II Operador de Máquinas/Patrola	1ª	Objetiva	Língua Portuguesa	07	2,00	**14,00**	Classificatório e Eliminatório
			Matemática	07	2,00	**14,00**	
			Conhecimentos Gerais/Atualidades	06	2,00	**12,00**	
			Conhecimentos Específicos	20	3,00	**60,00**	
	TOTAL DE QUESTÕES E DE PONTOS			**40**	----------	**100,00**	----------
	2ª	Prova Prática (1)	Conforme item 12	----------	----------	**100,00**	Classificatório e Eliminatório
	TOTAL MÁXIMO DE PONTOS			----------	----------	**200,00**	----------

(1) Somente para os cargos de **Auxiliar de Limpeza e Copa, Cozinheira (o), Eletricista, Mecânico, Merendeira, Motorista I, Motorista II, Operador de Máquinas/Patrola.**

A prova objetiva (1ª etapa) será aplicada na Cidade de Terra Roxa/Paraná, podendo ser aplicada também em cidades vizinhas, caso o número de inscritos exceda a capacidade de alocação do Município.

A prova objetiva será aplicada na data provável de **12de abril de 2026**, em horário e local a ser informado através de edital disponibilizado no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/no **CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO.**

O CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO com o local de prova deverá ser emitido no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br**a partir de 08de abril de 2026.**

O local de realização da prova objetiva, constante no CARTÃO DE INFORMAÇÃO, divulgado conforme subitens anteriores, não será alterado em hipótese alguma a pedido do candidato.

O candidato deverá comparecer **com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) minutos** do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de **caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto** e o Cartão de Informação do Candidato, impresso através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas
Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras
expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro;
certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como
identidade; carteiras de trabalho; carteiras de identidade do trabalhador; carteira nacional de habilitação com foto. **Também serão considerados os seguintes documentos digitais de identificação: Cédula de Identidade (RG), ou Carteira Nacional de Habilitação, ou Título Eleitoral Digital (e-Título); nesse caso, a conferência será feita exclusivamente por meio do acesso ao documento no aplicativo do órgão emissor**.
Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e (ou) danificados, cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.
Não será permitido ao candidato, em todas e quaisquer dependências físicas onde serão realizadas as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos, exceto aparelho celular **no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas**, se apresentado documento digital.
Da mesma forma, **a utilização do documento digital com o QR Code impresso ou do documento**
digital impresso não será permitida pelo fato de o fiscal ter que utilizar o aparelho de celular nas dependências do local de prova para conferir a sua autenticidade, sendo esse um procedimento não condizente com as medidas de segurança adotadas pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 10.5.1) **detém ciência que é o único**
responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá a identificação e acesso a sala, conforme item 10.9.1.
Em caso de perda ou roubo do documento de identificação, o candidato deverá apresentar certidão que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedida há, no máximo, 30 (trinta) dias da data da realização da prova objetiva e, ainda, ser submetido à identificação especial, consistindo na coleta de impressão digital.
Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do Concurso Público.
Após identificado e ensalado, o candidato somente poderá ausentar-se da sala **60 (sessenta) minutos após o início da prova**, acompanhado de um Fiscal. Exclusivamente nos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporária e necessidade extrema, que o candidato necessite ausentar-se da sala antes dos 60 (sessenta) minutos após o início da prova, poderá fazê-lo desde que acompanhado de um Fiscal.
Em hipótese alguma será permitido aos candidatos o consumo de alimentos em sala durante a realização da prova.
Após a abertura do pacote de provas, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura.
O horário de início da prova será o mesmo, ainda que realizada em diferentes locais.
Em hipótese alguma será permitido ao candidato:
Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identificação original que contenha, no mínimo, foto, filiação e assinatura;
Realizar a prova sem que sua inscrição esteja previamente confirmada;

Ingressar no local de prova após o fechamento do portão de acesso;
Realizar a prova fora do horário ou espaço físico pré-determinados;
Comunicar-se com outros candidatos durante a realização da prova;
Portar indevidamente e/ou fazer uso de quaisquer dos objetos e/ou equipamentos citados no item 15 deste Edital.
Utilizar, em toda e quaisquer dependências físicas onde será realizada a prova, quaisquer dispositivos eletrônicos relacionados no item 15 deste Edital, **exceto aparelho celular no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas, se apresentado documento digital**;
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO recomenda que o candidato não leve nenhum dos objetos ou equipamentos relacionados no item 15 deste Edital. Caso seja necessário o candidato portar algum
desses objetos, estes deverão ser obrigatoriamente acondicionados em envelopes de guarda de pertences
fornecidos pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO e conforme o previsto neste Edital. **Aconselha-se que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo assim que nenhum som será emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.**
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não ficará responsável pela guarda de quaisquer dos objetos pertencentes aos candidatos, tampouco se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos neles causados.
Não será permitida entrada de candidatos no local de realização das provas portando armas. A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não efetuará a guarda de nenhum tipo de arma do candidato.
Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização da prova objetiva, salvo o previsto no subitem 7.2.2 deste Edital.
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO poderá, a seu critério, coletar impressões digitais dos candidatos bem como utilizar detectores de metais.
Haverá, para cada candidato, um caderno de prova e um cartão-resposta, identificados e numerados adequadamente.
O candidato assume plena e total responsabilidade pelo correto preenchimento do cartão-resposta e pela sua
integridade, sendo vedada qualquer modificação ulterior, uma vez que, **em nenhuma hipótese, haverá**
substituição do cartão-resposta por erro do candidato, salvo em caso de defeito em sua impressão.
A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será distribuída e avaliada conforme as Tabelas do item 9 deste Edital.
Nas questões objetivas, a leitura das respostas é realizada por processo automatizado, sendo o resultado sensível à forma de marcação, razão pela quais marcações indevidas, rasuras, dobras ou uso de recursos não permitidos (borracha, corretivo) na área de leitura poderão acarretar respostas consideradas incorretas.
Cada questão da prova objetiva terá 05 (cinco) alternativas, sendo que cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta, sendo atribuída pontuação 00 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis.
As respostas às questões objetivas deverão ser transcritas para o cartão-resposta com caneta esferográfica transparente escrita grossa de tinta azul ou preta, devendo o candidato assinalar uma única resposta para cada questão. Para fins de correção, não serão consideradas, em hipótese alguma, anotações feitas no caderno de provas.

A prova objetiva terá a duração de **04 (quatro) horas**, incluído o tempo de marcação no cartão-resposta. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a realização da prova em razão do afastamento de candidato da sala de prova.
Ao terminar a prova objetiva, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala seu Cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O candidato poderá entregar seu cartão-resposta e deixar definitivamente o local de realização da prova objetiva somente após decorridos, no mínimo, **60 (sessenta) minutos** do seu início, porém não poderá levar consigo o Caderno de Questões.
Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas de Respostas e assinarem o termo de fechamento do envelope no qual serão acondicionadas as Folhas de Respostas da sala.
O candidato não poderá levar consigo o Caderno de Questões.
Não poderão ser fornecidas, em tempo algum, por nenhum membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes às provas, informações referentes ao conteúdo das provas ou aos critérios de avaliação/classificação.
O candidato deverá obter no mínimo 50,00% (cinqüenta por cento) do total de pontos da prova objetiva, para não ser eliminado do concurso público.

O gabarito preliminar e o caderno de questões da prova objetiva serão divulgados até as 19h00min do dia posterior à aplicação da prova objetiva, no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/
Quanto ao gabarito preliminar e o caderno de questões divulgado caberá a interposição de recurso, devidamente fundamentado, nos termos do item 16 deste Edital.
O caderno de questões ficará disponível até o fechamento dos recursos, e, após este período, será retirado do ar e não mais fornecido.

A prova de títulos, de caráter classificatório, será realizada exclusivamente para **todos** os **Cargos de Nível Superior,** e, somente poderá participar desta fase do certame o candidato que obter a pontuação estabelecida no subitem **10.26**, além de não ser eliminado por quaisquer outros critérios estabelecidos neste Edital.
A prova de títulos terá o valor máximo de **20,00 pontos**, ainda que a soma dos valores dos títulos apresentados seja superior a este valor, conforme disposto na Tabela 12.1 deste Edital.
A documentação comprobatória dos títulos deverá ser entregue no mesmo dia da realização da prova objetiva, e seguirá os seguintes critérios:
A documentação será recebida pelos Fiscais de Sala, exclusivamente nos primeiros 60 (sessenta) minutos da prova objetiva;
O candidato deverá entregar o envelope lacrado (item 12.3.2) juntamente com formulário de títulos preenchido, disponível conforme o item12. 3.1. Os títulos que não estiverem lacrados ou sem o formulário de identificação, NÃO SERÃO RECEBIDOS;
O candidato assinará a lista de entrega dos títulos;
A Coordenação passará nas salas recolhendo a lista de entrega de títulos e a documentação entregue.

Após esse período de entrega da documentação, nenhum documento será recebido, e, não será permitida a complementação de qualquer documento, nem mesmo através de pedido de revisão e/ou recurso.
Os candidatos habilitados e interessados em participar da prova de títulos deverão: a) imprimir e preencher o Formulário de Cadastro de Títulos **das 09h00min do dia 09 de abril de 2026 até as 23h59min do dia 11 de abril de 2026**disponíveis no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br; b) após completado o preenchimento, imprimir duas vias do comprovante de cadastro dos títulos, reter uma para si e anexar a outra em envelope lacrado com os documentos comprobatórios dos títulos, a ser entregue no dia da realização da prova objetiva.
é de exclusiva responsabilidade de o candidato imprimir o Formulário de Cadastro de Títulos no site e preencher os títulos de acordo com o solicitado, e efetuar a entrega dos documentos e a comprovação dos títulos.
os documentos comprobatórios solicitados **deverão ser entregues dentro de envelope lacrado**. Não será aceito envelope aberto ou que não esteja devidamente lacrado e identificado com os dados do candidato.
a exatidão dos documentos entregues será de total responsabilidade do candidato, motivo pelo qual não haverá qualquer conferência dos envelopes no momento da entrega.

TABELA 12.1

OS CARGOS DA TABELA 12.1			
ITEM	**TÍTULOS**	**PONTOS**	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**
01	Diploma de curso de pós-graduação em nível de doutorado (título de doutor) na área do cargo/especialidade a que concorre	**10,00 por título**	**10,00**
02	Diploma de curso de pós-graduação em nível de mestrado (título de mestre) na área do cargo/especialidade a que concorre.	**5,00 por título**	**5,00**
03	Certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h/a na área do cargo/especialidade a que concorre	**2,50 por título**	**5,00**
TOTAL M XIMO DE TÍTULOS			**20,00**

Á

Os documentos pertinentes à prova de títulos **deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas por Cartório competente.**

Esclarece que, a entrega dos títulos em cópias legíveis autenticadas, se dá em razão da impossibilidade de conferir os seus originais para autenticação no ato de suas entregas, uma vez que serão entregues em envelope lacrado para conferência posterior.
Não serão avaliados os documentos:
entregues fora do prazo ou de forma diferente do estabelecido no edital de convocação para a prova de títulos;
que não forem cadastrados no Formulário de Cadastro de Títulos;
cuja fotocópia esteja ilegível;
cujo título não esteja autenticado;
sem data de expedição;

de doutorado ou mestrado concluído no exterior que não estejam revalidados por instituição de ensino superior no Brasil e sem tradução juramentada.
Somente serão aceitos documentos apresentados em papel com timbre do órgão emissor e respectivos registros, e se deles constarem todos os dados necessários à identificação das instituições e dos órgãos expedidores e à perfeita avaliação do documento.
Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos na Tabela 12.1.
Não será admitido, sob hipótese alguma, o pedido de inclusão de novos documentos.

É de exclusiva responsabilidade do candidato o preenchimento do formulário dos títulos disponível no site, entrega dos documentos e a comprovação dos títulos.
Os documentos apresentados não serão devolvidos em hipótese alguma.
Em hipótese nenhuma serão fornecidas cópias dos documentos entregues.
Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.
A relação com a nota obtida na prova de títulos será publicada em edital, através do endereço eletrônico www.concursosfau.com.br
Quanto ao resultado da prova de títulos, será aceito recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do referido resultado, e na forma descrita no item 16.

serão pontuados apenas os títulos que não se destinam à comprovação do requisito para o cargo. Caso o candidato possua mais de um título de especialização que seja considerado como requisito do cargo, um título de especialização será considerado como requisito do cargo e os outros títulos serão pontuados até o limite máximo de pontos estabelecidos na Tabela 12.1. O candidato deverá enviar, além do título que pretende pontuar, o título de especialização referente ao requisito do cargo, quando for o caso;
para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e
Doutorado, será aceito **diploma ou certificado** atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou estar de
acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). **Também será aceita declaração de**
conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, atestando que o curso atende às normas da Lei nº 9.394/1996, do CNE ou
está de acordo com as normas do extinto CFE e declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as
disposições estabelecidas na Resolução CNE/CES 01 e indicação do ato legal de credenciamento da instituição Caso o histórico escolar ateste a existência de alguma pendência ou falta de requisito de conclusão do curso, o certificado/declaração não será aceito.
Para os cursos de doutorado ou de mestrado concluídos no exterior, será aceito penas o diploma, desde que
revalidado por instituição de ensino superior no Brasil e traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

13.1 Para os cargos de **Auxiliar de Limpeza e Copa, Cozinheira (o), Eletricista, Mecânico, Merendeira, Motorista I, Motorista II, Operador de Máquinas/Patrola** o candidato inscrito deverá obter a pontuação estabelecida no

subitem 10.27, e estar classificado até o limite disposto na Tabela 13.2, para ser convocado para a prova prática, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

E

TABELA 13.2

CARGO	CLASSIFICAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA	AFRODESCENDENT	PCD
Auxiliar de Limpeza e Copa	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)
Cozinheira (o)	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)
Eletricista	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)
Mecânico	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)
Merendeira	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)
Motorista I	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)
Motorista II	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)
Operador de Máquinas/Patrola	30ª (trigésima posição)	01ª (primeira posição)	01ª (primeira posição)

13.2.1 Todos os candidatos empatados com o último colocado, dentro do limite disposto na Tabela 13.2, serão convocados para a prova prática.
A prova prática é de caráter eliminatório e classificatório.
A prova prática será realizada e avaliada de acordo com os termos descritos nas Tabelas 13.3, 13.4 e 13.5, deste Edital.
O local, a data e o horário da prova serão divulgados no Edital de convocação para realização da prova prática.
A prova prática realizar-se-á, independente das diversidades físicas ou climáticas, na data estabelecida para a realização da mesma.
Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização da prova prática não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado.
Os candidatos deverão comparecer ao local de prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento oficial de identificação com foto (original).
Os candidatos para os Cargos de Motorista e Operador de Máquinas, no dia de realização da prova prática, deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação – CNH (documento original físico e vigente) ou
Carteira Nacional de Habilitação na modalidade digital (vigente); nesse caso, a conferência será feita
exclusivamente por meio do acesso ao documento no aplicativo do órgão emissor.
Não será permitido ao candidato, em todas e quaisquer dependências físicas onde serão realizadas as provas, o uso de quaisquer dispositivos eletrônicos, exceto aparelho celular **no momento da identificação, quando de seu ingresso na sala de provas**, se apresentado documento digital.
Da mesma forma, **a utilização do documento digital com o QR CODE impresso ou do documento digital impresso não será permitida** pelo fato de o fiscal ter que utilizar o aparelho de celular nas dependências do local de prova para conferir a sua autenticidade, sendo esse um procedimento não condizente com as medidas de segurança adotadas pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
O candidato que optar pela apresentação do documento digital (item 13.8.1) **detém ciência que é o único**
responsável pela conexão da internet, bem como que a inviabilidade de acesso no momento da identificação, impedirá de realizar a prova prática.

Para os cargos de **Auxiliar de Limpeza e Copa, Cozinheira (o), Eletricista, Mecânico, Merendeira** o
candidato será avaliado conforme **Tabela 13.3**, sendo cobrado o desenvolvimento de atividade de acordo com as atribuições do cargo:
Mediante uma lista de materiais, selecionar os que serão utilizados para o desempenho das tarefas propostas;
Utilizar adequadamente os materiais para a execução das tarefas propostas;
Determinar a necessidade e utilizar adequadamente os itens de proteção individual a realização das etapas das tarefas propostas;

Execução dos serviços determinado na tarefa, considerando a agilidade, habilidade e a qualidade apresentada;
Manter a postura exigida pela profissão, zelando pela sua segurança e do avaliador;
Ao concluir a tarefa, higienizar adequadamente e organizar em local determinado os materiais que foram utilizados.

n

TABELA 13.3

Item Avaliado	**Avaliação/Pontuação**				
	Atingiu Plenamente 100%	**Atingiu Parcialmente 75%**	**Atingiu Parcialmente 50%**	**Atingiu Parcialme te 25%**	**Não atingiu 0%**
I	15,00	11,25	7,50	3,75	0,00
II	15,00	11,25	7,50	3,75	0,00
III	15,00	11,25	7,50	3,75	0,00
IV	20,00	15,00	10,00	5,00	0,00
V	20,00	15,00	10,00	5,00	0,00
VI	15,00	11,25	7,50	3,75	0,00
Pontuação Máxima	100,00	75,00	50,00	25,00	0,00

Os candidatos para o Cargo de Motorista I, devem apresentar CNH, no mínimo categoria "D" ou "E", e para o cargo de Motorista II devem apresentar CNH, no mínimo categoria "C".
Os candidatos para os Cargos de Operador de Máquinas devem apresentar CNH, no mínimo categoria "C".
O candidato que não apresentar a CNH, nas categorias exigidas no subitem 13.8.1, conforme o requisito mínimo para o cargo previsto no Anexo I deste Edital, não poderá realizar a prova prática e estará automaticamente eliminado do certame.
O candidato deverá obter nota igual ou superior a 50,00 (cinqüenta) pontos na prova prática, numa escala de 0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos, para não ser eliminado do certame.
Para os cargos de **Motorista I e Motorista II**, o candidato será avaliado conforme Tabela 13.2.

TABELA 13.2 – MOTORISTA I

	Grupos	**Falta**	**Pontuação**	
	I	Leve	05	
	II	Média	10	
	III	Grave	20	

o

PROVA PRÁTICA Cargo: Motorista I - Obrigatório possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria "D" ou "E", conforme requisito para ingress no cargo.	
Descrição	**Avaliação**
A prova prática consistirá em um exame de **DIREÇÃO VEICULAR** que será realizado em percurso pré-determinado, na presença de examinadores, quando será avaliado o comportamento do candidato com relação às regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor; uso do câmbio, dos freios, entre outros; localização do veículo na pista; velocidade desenvolvida; obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica; obediência às situações de trajeto; outras situações verificadas durante a realização do exame. Será eliminado do exame de direção veicular e do certame, o candidato que cometer as faltas eliminatórias do Inciso I do Art. 19 da Resolução nº 168 do CONTRAN, ou seja: transitar na contramão da direção; avançar o sinal vermelho do semáforo; provocar acidente durante a realização do exame; não realizar de forma completa o exame de direção veicular. As demais faltas eliminatórias contidas no inciso I do Art. 19 da Resolução nº 168 do CONTRAN serão consideradas faltas do Grupo III (falta grave), conforme quadro abaixo: No decorrer do exame de direção veicular serão apontadas as faltas cometidas pelo candidato sendo que, do total de pontos da prova prática, será descontada a somatória dos pontos relativos às faltas cometidas. **Tempo da prova**: até 20 (vinte) minutos.	100,00 pontos
TOTAL DE PONTOS	**100,00**

a

TABELA 13.4 – MOTORISTA II

PROVA PRÁTICA Cargo: Motorista II - Obrigatório possuir Carteira Nacional de H bilitação Categoria "C" - conforme requisito para ingresso no cargo.	
Descrição	**Avaliação**
A prova prática para o cargo de Motorista de caminhão consistirá em um exame de **DIREÇÃO VEICULAR** que será realizado em percurso pré-determinado, na presença de examinador, e será avaliado o comportamento do candidato com relação às técnicas de carregamento e descarregamento de caminhões e também as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo. A avaliação versará da seguinte forma: Em local determinado, o candidato posicionara o caminhão de maneira que facilite o seu carregamento pelo operador de máquina designado no dia da avaliação. Operador de máquina que agira imparcialmente e utilizará uma forma padrão de desempenho para todos os candidatos durante o certame; Com o caminhão carregado, conduzi-lo até um local pré-determinado de frente e/ou de ré, conforme orientação do avaliador; Em seguida, conforme ordem do avaliador, bascular a caçamba do mesmo de maneira eficiente e segura; Após, conforme instruções do avaliador, abaixar a caçamba de maneira correta e conduzi-lo até o local de início e fim da avaliação. De forma sucinta, o candidato na prova prática, será avaliado conforme segue: Posicionamento correto no carregamento; Cuidados básicos no basculamento da caçamba do caminhão; Rotação do motor; Uso do câmbio; Uso dos freios; Localização do veículo na via; Velocidade (agilidade) desenvolvida; Uso correto dos comandos do basculante da caçamba; Obediência à sinalização de trânsito vertical, horizontal e semafórica (quando houver); Obediência às situações de trajeto; uso, quando necessário, desinalização (setaoupisca-alerta) do caminhão. Outras situações verificadas durante a realização do exame. Será eliminado do exame de direção veicular e do certame, o candidato que cometer asfaltas eliminatórias do Inciso I do Art. 19 da Resolução nº 168 do CONTRAN, ou seja: transitar na contramão da direção;	100,00 pontos

avançar o sinal vermelho do semáforo; provocar acidente durante a realização do exame; e ainda não realizar (ou não conseguir de forma completa) o exame de direção veicular; não conseguir levantar ou baixar a caçamba do caminhão, devido a falha humana; perder o controle da direção do veículo em movimento. As demais faltas eliminatórias contidas no inciso I do Art. 19 da Resolução nº 168 do CONTRAN serão consideradas faltas do Grupo III (falta grave), conforme quadro abaixo:	

	Grupos	Falta	Pontuação		
	I	Leve	05		
	II	Média	10		
	III	Grave	20		
No decorrer do exame de direção veicular serão apontadas as faltas cometidas pelo candidato sendo que, do total de pontos da prova prática, será descontada a somatória dos pontos relativos às faltas cometidas. **Tempo da prova:** até20 (vinte) minutos					
TOTAL DE PONTOS					**100,00**

Para os cargos de **Operador de Máquinas/Patrola (CNH Categoria "C")**, o candidato será avaliado conforme Tabela 13.5, e, serão avaliados os seguintes pontos:
- Habilidade na condução do veículo/equipamento;
- Cuidados básicos na condução do veículo/equipamento. Faltas (1,00 pontos)
A Prova prática será examinada através das faltas que o candidato venha a cometer durante a prova, como segue:
Faltas eliminatórias (Candidato Eliminado); Faltas graves (20,00 pontos);
Faltas médias (10,00 pontos); Faltas leves (5,00 pontos);
O candidato iniciará com 100,00 (cem) pontos, sendo-lhe subtraída a somatória dos pontos perdidos, relativos às faltas cometidas durante a realização da prova.

q

TABELA 13.5

PROVA PRÁTICA Cargo: Operador de Máquinas/Patrola- Obrigatório possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria C, conforme re uisito para ingresso no cargo.	
Descrição	Avaliação
A prova prática consistirá em um exame para o cargo de Operador de Máquinas serão avaliados os seguintes pontos: - Habilidade na condução do veículo/equipamento; - Cuidados básicos na condução do veículo/equipamento. Faltas (1,00 pontos) 1.1.1 A Prova prática será examinada através das faltas que o candidato venha a cometer durante a prova, como segue: Faltas eliminatórias (Candidato Eliminado); Faltas graves (20 pontos); Faltas médias (10 pontos); Faltas leves (05 pontos);	100,00 pontos

Grupos	Falta	Pontuação
I	Leve	5,00
II	Média	10,00
III	Grave	20,00

O candidato iniciará com 100 (cem) pontos, sendo-lhe subtraída a somatória dos pontos perdidos, relativos às faltas cometidas durante a realização da prova. No decorrer do exame serão apontadas as faltas cometidas pelo candidato sendo que, do total de pontos da prova prática, será descontada a somatória dos pontos relativos às faltas cometidas.	
TOTAL DE PONTOS	**100,00**

Quanto ao resultado da prova prática, será aceito recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data da divulgação do referido resultado, e na forma descrita no item 16.

Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos.
Para os cargos da **Tabela 9.1**, a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva, e, a soma da nota obtida na prova de títulos.
Para os cargos da **Tabela 9.2** a Nota Final dos candidatos habilitados será a soma da nota obtida na prova objetiva.
Para o cargo de **Auxiliar Operacional da Tabela 9.3**, a Nota Final dos candidatos habilitados, será a soma da nota obtida na prova objetiva.
Para os cargos de **Auxiliar de Limpeza e Copa, Cozinheira (o), Eletricista, Mecânico, Merendeira, Motorista I, Motorista II, Operador de Máquinas / Patrola** da **Tabela 9.3**, a Nota Final dos candidatos habilitados, será a soma da nota obtida na prova objetiva, e, a soma da nota obtida na prova prática, dividido por dois.
Na hipótese de igualdade da nota final terá preferência, sucessivamente, o candidato que:
tiver maior idade, dentre os candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003);
obtiver maior pontuação em Conhecimentos Específicos, quando houver;
obtiver maior pontuação em Língua Portuguesa;
obtiver a maior nota em Conhecimentos Gerais;
persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade (exceto os enquadrados na alínea "a" deste subitem), considerando dia, mês, ano do nascimento.
O resultado final do Concurso Público será publicado por meio de três listagens, a saber:
Lista Geral, contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como Pessoa com Deficiência e Afrodescendente em ordem de classificação;

Lista de Pessoa com Deficiência, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos como Pessoa com Deficiência em ordem de classificação e chamamento.
Lista de Afrodescendentes, contendo a classificação exclusiva dos candidatos habilitados inscritos com Afrodescendência em ordem de classificação.
O candidato eliminado será excluído do Concurso Público e não constará da lista de classificação final.

Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

Não estiver presente na sala ou local de realização das provas no horário determinado para o seu início.
For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, utilizando-se de material não autorizado ou praticando qualquer modalidade de fraude para obter aprovação própria ou de terceiros.
For surpreendido, durante a realização da prova, utilizando e/ou portando indevidamente ou diferentemente das orientações deste Edital:
equipamentos eletrônicos, mesmo que desligados, como máquinas calculadoras, MP4, telefone celular, tablets, smartwatches, wearable tech, notebook, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro e/ou qualquer aparelho similar;
livros, anotações, réguas de cálculo, dicionários, códigos e/ou legislação, impressos que não estejam expressamente permitidos ou qualquer outro material de consulta;
bolsa, relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.
Caso qualquer objeto, tais como aparelho celular, smartwatches, wearable tech ou relógio de qualquer espécie, que venha a emitir qualquer som ou vibração, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences e/ou conforme as orientações deste Edital, durante a realização da prova.
for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução da prova.
faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.
fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio, que não os permitidos.
afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal.
ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas.
descumprir as instruções contidas no caderno de questões e na Folha de Respostas.
perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
não permitir a coleta de sua assinatura e, quando for o caso, coleta da impressão digital durante a realização das provas.
for surpreendido portando qualquer tipo de arma e se negar a entregar a arma à Coordenação.
recusar-se a ser submetido ao detector de metal.
15.1. 15 recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização.
15.1.16 não atingir a pontuação mínima estabelecida neste Edital para ser considerado habilitado em quaisquer das fases do certame.
Se, a qualquer tempo, for constatado por qualquer meio, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

Caberá interposição de recursos, devidamente fundamentados, à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO no prazo de **02 (dois) dias úteis** da publicação das decisões objetos dos recursos, somente pelo site da FAU www.concursosfau.com.br na **área do candidato**, assim entendidos:
Contra o indeferimento da inscrição nas condições: pagamento não confirmado, condição especial e inscrição como portador de deficiência;
Contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar;
Contra o resultado da prova objetiva;
Contra o resultado da prova de títulos;
Contra o resultado da prova prática;
Contra a nota final e classificação dos candidatos.
É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento da publicação das decisões objetos dos recursos no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br, sob pena de perda do prazo recursal.
Os recursos deverão ser protocolados na área do candidato em requerimento pr prio disponível no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.
Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Especificamente para o caso do subitem
16.1.2 este deverá estar acompanhado de citação da bibliografia.
Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.
Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento referido no subitem 16.1 deste Edital.
Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito preliminar divulgado, não sendo aceitos recursos coletivos.
Na hipótese de alteração do gabarito preliminar por força de provimento de algum recurso, as provas objetivas serão recorrigidas de acordo com o novo gabarito.
Se da análise do recurso resultar anulação de questão (ões) ou alteração de gabarito da prova objetiva, o resultado da mesma será recalculado de acordo com o novo gabarito.
No caso de anulação de questão (ões) da prova objetiva, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, inclusive aos que não tenham interposto recurso.
Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, alterar-se a classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá acarretar a desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para a aprovação.
Recurso interposto em desacordo com este Edital não será considerado.
O prazo para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.
Os recursos serão recebidos sem efeito suspensivo, exceto no caso de ocasionar prejuízos irreparáveis ao candidato.
Não serão aceitos recursos via fax, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.
Em hipótese alguma, os recursos de terceiros serão acatados. Havendo recursos neste sentido serão negados de plano sem direito a recorrer da decisão, ficando a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO – FAU isenta de quaisquer ônus e responsabilidades pela negativação do recurso.
16. 16 Os recursos referentes às questões da prova objetiva, da prova de títulos, da prova prática e da nota final e classificação dos candidatos serão analisados e respondidos através de Edital no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br.

16.17 A Banca Examinadora da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, empresa responsável pela organização do certame, constitui última instância administrativa para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos ou revisões adicionais.

17.1 O resultado final do Concurso Público, após decididos todos os recursos interpostos, será homologado pelo Município de Terra Roxa e publicado em Diário Oficial do Município e no endereço

eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/**em três listas, em ordem classificatória, com pontuação: uma lista contendo a classificação de todos os candidatos (ampla concorrência), outra somente com a classificação dos candidatos inscritos como pessoa com deficiência** e **outra para os candidatos classificados inscritos como Afrodescendentes**.

O candidato será convocado através de edital específico, publicado no órgão oficial do Município e no endereço eletrônico do Município de Terra Roxa.
O candidato que deixar de comparecer no prazo de cinco dias úteis fixado no Edital de Convocação, será considerado como desistente e substituído, na seqüência, pelo imediatamente classificado.
Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos editais de convocação que serão
publicados na forma estabelecida no subitem 18.1. Fica o Departamento de Recursos Humanos isento de contatar os candidatos convocados.
O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.
Para investidura do cargo o candidato, além dos demais requisitos previstos neste Edital, deverá apresentar os seguintes documentos originais e cópias:
Cópia da Carteira de Identidade;
Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos);
Certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
Comprovante de endereço;
Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I deste Edital;
Carteira de Habilitação Categoria C ou D, conforme requisito exigido para o cargo.
Demais documentos que o Município de Terra Roxa achar necessários, posteriormente informados no Edital de Convocação.

O candidato, após a convocação, deverá comparecer ao Município de Terra Roxa, no prazo determinado em edital de cinco dias úteis, munido dos originais e cópias dos documentos supracitados no item 03 e os listados no subitem
O candidato poderá optar pelo final da lista uma única vez.
O não comparecimento no prazo em qualquer das fases agendadas implicará em eliminação do concurso, passando a ser chamado o candidato subseqüente, na ordem de classificação.
A não apresentação dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovaçã de qualquer dos requisitos
exigidos para a admissão no cargo, especificados no item 18 deste edital, impedirá a admissão do candidato e, automática e conseqüentemente, implicará a sua eliminação do Concurso Público e a nulidade da aprovação ou da classificação perda dos efeitos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
Verificada a falsidade nos documentos apresentados, será o candidato eliminado do Concurso Público, com nulidade da aprovação ou da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis asseguradas a ampla defesa e o contraditório.

Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não
consumada a providência do evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Comunicado ou
Aviso Oficial, oportunamente divulgado pelo Município de Terra Roxa no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/.
Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constatada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado deste Concurso Público e embora tenha sido aprovado, levará a sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes da sua inscrição.
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos e apostilas referentes a este Concurso Público.
Não serão fornecidas, por telefone ou e-mail, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico www.concursosfau.com.br e https://www.terraroxa.pr.gov.br/.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público ouvido a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO.
Não haverá segunda chamada para quaisquer das fases do concurso, seja qual for o motivo da ausência do candidato, nem serão aplicadas provas em locais ou horários diversos dos estipulados no documento de confirmação de inscrição, neste Edital e em outros Editais referentes às fases deste Concurso Público.
O não comparecimento do candidato a qualquer das fases acarretará a sua eliminação do concurso.
O Município de Terra Roxa e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, não se
responsabilizam por quaisquer tipos de despesas, com viagens e/ou estadia dos candidatos, para prestarem as provas deste Concurso Público.
Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.
O candidato, ao realizar sua inscrição, manifesta ciência quanto à possibilidade de divulgação de informações (tais como nome, data de nascimento, notas e desempenho, entre outras) que são essenciais para o fiel cumprimento

da publicidade dos atos atinentes ao certame. Tais informações poderão, eventualmente, ser encontradas na
internet, por meio de mecanismos de busca. Os dados serão mantidos durante o período de validade do concurso.
Será admitida impugnação do presente Edital no prazo de 05 (cinco) dias corridos a contar da data de sua publicação.
A impugnação deverá ser protocolada pessoalmente ou enviada, dentro do prazo estipulado, via Sedex para o endereço da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Unicentro, na Rua Salvatore Renna, nº 875, Santa Cruz,
CEP 85015-430, Guarapuava/PR, ou enviada para o e-mail de atendimento ao candidato:
secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
Não será permitido que o candidato se alimente durante a realização das provas objetiva e prática.

Os candidatos poderão consumir líquidos durante a realização da prova desde que sejam removidos os rótulos que envolvem as garrafas de água e estas devem ser e estar em material transparente, podendo o material ser examinado pelos fiscais aplicadores.
A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais
aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO e o Município de Terra Roxa não se responsabilizam por eventuais prejuízos aos candidatos decorrentes de:
endereço eletrônico incorreto e/ou desatualizado;
endereço residencial incorreto e/ou desatualizado;
correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) por razões diversas;
outras informações, divergentes e/ou errôneas, fornecidas pelo (a) candidato, tais como: dados pessoais, telefones e documentos.
Todas as fases do certame poderão ser acompanhadas, também, por integrantes do Quadro Próprio de Membros e Servidores do Município de Terra Roxa.
Em caso de dúvidas, o candidato, deverá entrar em contato com a FAU por meio da Central de Atendimento ao Candidato - CAC, pelos telefones (42) 3621-1410 / (42) 3621-1418, de segunda a sexta-feira úteis, das 8h30m às 11h30m e das 13h às 17h30m, ou, para o e-mail de atendimento ao candidato: secreconcursosfau@fundacaounicentro.com.br.
Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Terra Roxa, 02 de fevereirode2026.
Registre-se e Publique-se.

IVAN REIS DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL
Assinado digitalmente

ANEXO III - AUTODECLARAÇÃO DE AFRODESCENDENTE CONCURSO PÚBLICO N° 01/ 026

Eu, , RG

n._, CPF n._, declaro que sou preto ( ) ou pardo ( ), conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Lei Municipal n. 2203/2025, para o fim específico de atender aos itens 6.10 a 6.31 do Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná.

Declaro, ainda, estar ciente de que:
As vagas reservadas destinam-se às pessoas que apresentem características fenotípicas de pessoa negra, que assim sejam socialmente reconhecidas;
A presente declaração será analisada e o pedido pode ser deferido ou indeferido, e, em caso de indeferimento, serei classificado na listagem de ampla concorrência;
Conforme previsão nos itens 6.10 a 6.31, as informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato (a), respondendo este (a) por qualquer falsidade.

As características fenotípicas

que me identificam como pessoa

preta ou parda é:

2

POR FIM, CONFIRMO MINHA AUTODECLARAÇÃO DE PRETO (A) OU PARDO (A): ( ) SIM ( ) NÃO

Data / / .

Assinatura do Candidato (a)

NÍVEL SUPERIOR

CONHECIMENTOSCOMUNSAOSCARGOSDENÍVELSUPERIOR
Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou idéia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e parônima. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e
Processos de Formação de palavras.
Raciocínio Lógico e Matemática: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, seqüências
numéricas, análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual, nacional e internacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde, obras públicas, relações
exteriores e diplomacia.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:ADVOGADO
Conhecimentos Específico: 1. Lei Orgânica do Município. 2. Estatuto dos Servidores Municipais. 3. Lei Complementar nº 113/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná).

Direito Administrativo: 1. Conceito de Direito Administrativo e suas relações com as outras disciplinas jurídicas. A constitucionalização do Direito Administrativo. 2. A Administração Pública: conceito; sentido objetivo e subjetivo. A Teoria da Separação dos Poderes, o Poder Executivo e a função administrativa. Administração Pública e Governo. Regime jurídico-administrativo. Os regimes de Direito Privado e de Direito Público na Administração Pública. 3. Princípios de Direito Administrativo: importância, natureza e regime. A supremacia e a indisponibilidade do interesse público. Princípios constitucionais implícitos e explícitos. 4. O ato administrativo: conceito, objeto e conteúdo. Fatos da administração, fatos administrativos e atos administrativos. A estrutura do ato administrativo: elementos e pressupostos. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Validade e eficácia dos atos administrativos. Atributos dos atos administrativos. A teoria dos motivos determinantes. O regulamento no Direito Administrativo
brasileiro. 5. Discricionariedade administrativa: conceito, justificação e controle judicial. Legalidade e mérito do ato

administrativo. Atos vinculados e atos discricionários. 6. Extinção do ato administrativo. Vícios do ato administrativo. O desvio de poder. Nulidades, anulação e convalidação. A revogação do ato administrativo. 7. Processo administrativo: princípios constitucionais. A dinâmica da função administrativa. Processo e procedimento. Modalidades do processo. Processo administrativo disciplinar (sindicância, processo e processo sumário). 8. Contrato administrativo. O contrato privado e o contrato administrativo: distinções, semelhanças e peculiaridades. Natureza jurídica. Características formais e materiais do contrato administrativo. As cláusulas exorbitantes: razão de ser e características. A mutabilidade do contrato administrativo e o equilíbrio econômico-financeiro. A execução e o inadimplemento contratual. Rescisão e extinção do contrato administrativo. Modalidades dos contratos administrativos. Consórcios e convênios. O contrato de gestão: conceito e natureza jurídica. 9. Licitações. Fases do procedimento licitatório. Tipos de Licitação. Princípios da Licitação. Modalidades de Licitação. Inexigibilidade e Dispensa de Licitação. 10. Contrato administrativo. O contrato privado e o contrato administrativo: distinções, semelhanças e peculiaridades. Natureza jurídica. Características formais e materiais do contrato administrativo. As cláusulas exorbitantes: razão de ser e características. A mutabilidade do contrato administrativo e o equilíbrio econômico-financeiro. A execução e o inadimplemento contratual. Rescisão e extinção do contrato administrativo. Modalidades dos contratos administrativos. Consórcios e convênios. O contrato de gestão: conceito e natureza jurídica. 11. Serviço público: conceito e classificação. Elementos formal e material da definição. As normas constitucionais relativas ao serviço público. Competência para a prestação de serviços públicos. Classificação dos serviços públicos. Delegação, concessão, permissão e autorização. As leis de concessão e as parcerias público-privadas. 12. O poder de polícia administrativo: evolução e atualidade do conceito. Razão, fundamentos e meios de atuação. Características e limites. Polícia administrativa e polícia judiciária. 13. Espécies de limitações administrativas à autonomia e à propriedade privadas. Tombamento e servidão. 14. Desapropriação. Conceito, fundamentos e requisitos. O procedimento e o processo desapropriatório. A declaração da utilidade pública, a imissão provisória e a justa indenização. A chamada desapropriação indireta. A retrocessão. 15. As sanções administrativas: conceito, natureza jurídica, teleologia e controle (administrativo e judicial). 16. Administração Pública direta e indireta. Centralização, descentralização e desconcentração: conceitos, modalidades, distinções e finalidades. Estrutura orgânica do Estado, Administração direta e poder hierárquico. 17. Administração indireta: entidades, natureza e regime jurídicos. Forma e modo de constituição. Autarquias: regime jurídico, conceito e espécies. Fundações: regime jurídico, conceito e espécies. Empresas estatais: regime jurídico, conceito e espécies. Agências executivas e reguladoras. O controle tutelar. As entidades paraestatais e o terceiro setor. 18. Servidores públicos. Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado. Cargo, emprego e função pública. Regime constitucional do servidor público: acesso, ingresso, remuneração e subsídios, direito de greve e associação sindical, acumulação de cargos, aposentadoria, estabilidade, direitos e deveres. Lei de Responsabilidade Fiscal e limites às despesas com servidores. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e penal). 19. Bens públicos. Definição e classificação. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso de bem público por particular. Bens públicos em espécie. 20. Responsabilidade do Estado. A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público. 21. Controle da Administração Pública (interno e externo). O controle administrativo (conceito, limites e recursos administrativos). O controle legislativo (conceito, limites, o controle político e o controle financeiro). Os Tribunais de Contas (conceito, natureza, limites, recursos administrativos e judiciais). O controle judicial e seus limites. A Administração Pública em Juízo. 22. Meios de controle judicial da Administração Pública: habeas data, mandado de injunção, mandado de segurança (individual e coletivo), ação popular e ação civil pública. 23. Improbidade administrativa: evolução, conceito e meios de controle. A Lei de Improbidade Administrativa: a natureza do ilícito; procedimento administrativo; processo judicial e a instância competente.
Direito Constitucional: 1. Constituição: Conceito e Classificação; conteúdo da Constituição; normas constitucionais

materiais e formais; supremacia da Constituição. 2. Estado Democrático de Direito: conceito; fundamentos constitucionais; princípio da República. 3. Aplicabilidade das normas constitucionais: classificação quanto à eficácia; normas programáticas. 4. Controle de constitucionalidade: sistemas de controle; o sistema brasileiro; exercício do controle; efeitos da declaração de inconstitucionalidade; efeitos da declaração de constitucionalidade; a inconstitucionalidade por omissão. 5. Poder Constituinte: conceito; legitimidade e limites; poder originário e poder derivado; poder constituinte estadual. 6. Poder Legislativo: organização, funcionamento e competências; Congresso Nacional; processo legislativo; Comissões Parlamentares de Inquérito e controle jurisdicional; imunidades parlamentares; orçamento e fiscalização orçamentária; Tribunais de Contas. 7. Poder Judiciário: a função jurisdicional; organização do Poder Judiciário; Supremo Tribunal Federal; Súmula Vinculante; Conselho Nacional de Justiça; Justiça dos Estados. 8. Poder Executivo: princípios constitucionais da Administração Pública; presidencialismo e parlamentarismo; organização e estrutura do Poder Executivo; eleição e mandato do Chefe do Executivo; perda do mandato: hipóteses e consequências; responsabilidade do Chefe do Executivo; Estado de sítio e Estado de defesa; Medida Provisória: natureza, efeitos, conteúdo e limites; competência política, executiva e regulamentar. 9. Estrutura federativa brasileira: conceito e características da federação; repartição e classificação das competências na Constituição de 1988; União (natureza da unidade federativa; competências; organização), Estados (competências, organização e autonomia), Municípios (competências, organização e autonomia) e Distrito Federal (natureza, competências, organização e autonomia); os "consórcios públicos" (Lei nº 11.107/2005 e suas alterações); intervenção nos Estados e Municípios (autonomia e intervenção, competência interventiva, pressupostos formais e substanciais, limites e controle). 10. Direitos e garantias fundamentais: declaração dos direitos e sua formação histórica; natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais; conceito de direitos e de garantias; classificação dos direitos fundamentais; 11. Direitos individuais: destinatários; classificação; direito à vida; direito à privacidade; dignidade da pessoa humana; igualdade; liberdade (pessoa física, pensamento, ação profissional); propriedade (conceito e natureza constitucional, propriedades especiais, limitações ao direito de propriedade, função social da propriedade); 12. Direitos sociais: conceito e classificação; direitos dos trabalhadores (individuais e coletivos); direito à educação e à cultura; direito ambiental; direitos das crianças e dos idosos; direito à saúde e seguridade social (previdência e assistência social); disciplina da comunicação social; 13. Direitos políticos: nacionalidade (conceito e natureza, direitos dos estrangeiros); cidadania (direito a voto e elegibilidade); plebiscito e referendo (conceitos e distinções); direitos políticos negativos (conceito e significado; perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos; inelegibilidades); Partidos políticos e organização partidária; 14. Ações Constitucionais: tutela de interesses individuais, difusos e coletivos; ações constitucionais em espécie (habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção, ação civil pública, ação popular, ação direta de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade, arguição de descumprimento de preceito fundamental).15. Administração Pública. 16. Servidores Públicos. 17. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
Direito Civil: 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos de personalidade. Da ausência. Da personalidade jurídica. Liberdade, autonomia e novas tecnologias. Teorias da desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio. 3. Dos bens. Dos Bens. Bens considerados em si mesmos. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares

e coletivos. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. Bens públicos. Distinção dos particulares. 4. Dos Fatos jurídicos. Teoria Geral do negócio jurídico. Prova. Negócios jurídicos: conceito, pressupostos e elementos de existência, requisitos de validade; classificações. Inexistência, invalidade e ineficácia. Interpretação dos atos e negócios jurídicos. Defeitos dos atos e negócios jurídicos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo.
Lesão. Fraude contra credores. Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação.

Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Prova dos fatos jurídicos. Interesse público e estrutura do negócio jurídico. A função negocial nas relações jurídicas contemporâneas. 5. Dos atos jurídicos lícitos e dos atos jurídicos ilícitos. Requisitos de configuração do ato ilícito. Excludentes do ato ilícito. 6. Prescrição e decadência. Regime jurídico do Código Civil. Disposições gerais. Prescrição. Exceção, renúncia, oportunidade de alegação, reconhecimento ex officio e iniciativa do interessado. Interrupção e suspensão da prescrição. Fato com origem criminal. Termo legal da prescrição. Solidariedade. Aproveitamento da prescrição. Condições. Prazos de prescrição. Decadência. Legal e convencional. Renúncia. Prazos de decadência. Das Obrigações. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Transmissão das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações. Mora. 7. Contratos em geral. Normas gerais. Extinção do contrato. Tendências atuais do direito contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado e a função social do contrato. Contrato e propriedade. 8. Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva. Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Revisão contratual. Teorias subjetivas e objetivas. Imprevisão. Resolução por onerosidade excessiva. Teoria da base do negócio jurídico. 9. Classificação dos contratos: unilaterais e bilaterais; típicos, atípicos e mistos; consensuais e reais; gratuitos e onerosos; cumulativos e aleatórios; contratos solenes e não solenes; contratos personalíssimos; contratos preliminares. Contrato com pessoa a nomear. Gestão de negócios. Distinções e semelhanças do regime jurídico-contratual entre 'civil law' e 'common law'. 10. Contratos em espécie (típicos): Compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Fiança. Empréstimo. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e Distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Transação. Contratos atípicos. Contratos agrários. Parceria e arrendamento. 11. Atos Unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. 12. Da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar. Do novo direito de danos e os reflexos na imputação e no nexo causal.
Direito Processual Civil: 1. Direito material e direito processual. Normas processuais fundamentais. Boa-fé, eficiência e colaboração processual. Direito processual e Constituição. Acesso à Justiça. Lesão e ameaça a direito. Instrumentalidade, efetividade, adequação, tempestividade e eficiência da tutela jurisdicional. Princípio de economia processual. Garantia da duração razoável do processo. Meios adequados de resolução de conflitos. Conciliação e mediação. Arbitragem. Aplicação das normas processuais. 2. Jurisdição e competência. Conceito. Características. Espécies. Escopos. Critérios. Limites. Princípios. Cooperação internacional. Incompetência absoluta e relativa e meios de suscitação. Modificação da competência. Prevenção. Prorrogação. Perpetuação. 3. Ação: conceito, natureza jurídica, teorias, condições, identificação e Classificação. Processo: conceito, natureza jurídica, teorias. Pressupostos processuais. 4. Sujeitos do processo. Partes e capacidade processual. Deveres processuais e responsabilidade. Litigância de má-fé e atos atentatórios à dignidade da justiça. Despesas processuais, honorários de sucumbência, multas e gratuidade da justiça. Sucessão e substituição. Curador especial. Procuradores. Litisconsórcio: modalidades, poderes e limitação. Intervenção de terceiros: espécies, características. Assistência simples e litisconsorcial. Denunciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus Curiae. Impedimento e suspeição. Auxiliares da Justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. 5. Atos processuais: conceito, classificação, forma. Negócio jurídico processual e convenção processual. Calendário processual. Prática de atos processuais no processo eletrônico. Atos das partes. Preclusão temporal, lógica e consumativa. Tempo, lugar e comunicação dos atos processuais. Prazos. Citações e intimações. Teoria da aparência.
Citação real e ficta. Contumácia. Invalidades processuais. Mera irregularidade. Anulabilidade. Nulidade. Vícios

processuais sanáveis e insanáveis. Distribuição e registro. Valor da causa. 6. Tutelas provisórias. Aspectos gerais. Poder geral de tutela. Tutelas de urgência. Tutela cautelar e tutela antecipada: cabimento, fungibilidade, momento, requisitos, procedimentalização. Estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Modalidades de tutela urgente antecipada na forma específica: tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito. Tutela de evidência: cabimento, requisitos, procedimentalização. Distribuição do tempo do processo. 7. Procedimento comum. Formação, suspensão e extinção do Processo. Elementos da demanda. Petição inicial: requisitos, alteração, aditamento, emenda, inépcia e indeferimento. Improcedência liminar do pedido. Recursos. Retratação. Teoria da aparência. Audiência de conciliação ou de mediação. 8. Resposta: conceito, espécies. Contestação. Reconvenção. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito. Julgamento antecipado parcial do mérito. Saneamento e organização do processo. 9. Provas: conceito e disposições gerais. Relevância e admissibilidade. Prova direta e indireta. Presunções e máximas de experiência. Ônus e dever probatório. Distribuição estática e distribuição dinâmica. Inversão. Prova ilícita. Provas típicas e atípicas. Produção da prova e produção antecipada da prova. Audiência de instrução e julgamento. 10. Sentença: conceito, disposições gerais, classificação e elementos. Coisa julgada: conceito; espécies; limites; eficácias negativa, positiva e preclusiva; relativização. Liquidação de sentença. 11. Cumprimento de Sentença: disposições gerais. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação: (a) de pagar quantia certa; (b) de prestar alimentos, provisórios ou definitivos; (c) de pagar quantia certa pela Fazenda Pública; (d) de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Cumprimento de sentença provisório e definitivo. 12. Procedimentos especiais do CPC/15: ação de consignação em pagamento, ação de exigir contas, ações possessórias, embargos de terceiro, oposição, habilitação, ação monitória, restauração de autos, mandado de segurança, ação popular, ação civil pública e ação de improbidade administrativa.
13. Processo de execução: disposições gerais, partes, competência, requisitos. Títulos executivos. Responsabilidade patrimonial. Espécies de execução. Execução para entrega de coisa. Execução das obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra a fazenda pública. Embargos à execução. Suspensão e extinção do processo de execução. 14. Recursos: conceito, natureza jurídica, classificação, normas fundamentais, efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, agravo interno, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário. Repercussão geral em recurso extraordinário. Recursos extraordinário e especial repetitivos e seu julgamento. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência.
Direito do Trabalho: 1. Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. 2. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores – direitos sociais. 3. Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário, trabalho terceirizado e trabalho avulso. 4. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho. 5. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.
6. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi. 7. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção. 8. Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da culpa recíproca; da indenização. 9. Do aviso prévio. 10. Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário. 11. Do salário-mínimo: irredutibilidade e garantia. 12. Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias. 13. Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário. 14. Da prescrição e decadência. 15. Da segurança e

medicina no trabalho: das atividades insalubres ou perigosas. Da proteção ao trabalho do menor. 16. Da proteção ao

trabalho da mulher: da estabilidade da gestante; da licença-maternidade. 17. Do Direito Coletivo do Trabalho: das convenções e acordos coletivos de trabalho. 18. Das comissões de Conciliação Prévia.
Noções de Direito Processual do Trabalho: 1. Da Justiça do Trabalho: organização e competência. 2. Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. 3. Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores. 4. Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC). 5. Dos atos, termos e prazos processuais. 6. Da distribuição. 7. Das custas e emolumentos. 8. Das partes e procuradores: do jus postulandi; da substituição e representação processuais; da assistência judiciária; dos honorários de advogado. 9. Das exceções.
10. Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão. 11. Das provas. 12. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da legitimidade para ajuizar. 13. Do procedimento ordinário e sumaríssimo. 14. Da sentença e da coisa julgada: da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento. 15. Da execução: da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens; do mandado e penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/90 e alterações posteriores). 16. Dos embargos à execução. 17. Da praça e leilão; da arrematação; da remição; das custas na execução. 18. Dos recursos no Processo do Trabalho. Informatização do Processo Judicial (Lei nº 11.419/2006).
Noções de Direito Tributário: 1. Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Repartições de competência. Discriminação constitucional de rendas tributárias. 2. Tributos. Conceito; definição e características; determinação da natureza jurídica específica do tributo; denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. 3. Espécies tributárias. Impostos; taxas; contribuição de melhoria; contribuições sociais; preço público; tarifa; pedágio. 4. Competência tributária. Conceito, espécies e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Limitações da competência tributária. 5. Imunidades tributárias. Conceito; imunidades genéricas; imunidades específicas; outras imunidades. 6. Normas gerais de direito tributário. Fontes do direito tributário. Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 7. Norma jurídica tributária. Conceito. Classificação. A regra-matriz de incidência tributária: estrutura lógica; critérios da hipótese e da consequência. 8. O “fato gerador” da obrigação tributária. Classificações dos “fatos geradores”. Efeitos do “fato gerador”. O “fato gerador” no âmbito do Código Tributário Nacional. 9. Obrigação tributária. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou formais. A obrigação tributária no âmbito do Código Tributário Nacional. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade tributária. Capacidade tributária e domicílio tributário. 10. Responsabilidade tributária. Responsabilidade de sucessores, responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. A substituição tributária. 11. Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito; natureza jurídica; atributos; alterabilidade; modalidades; revisão. 12. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória; depósito do montante integral; reclamações e recursos administrativos; medida liminar em mandado de segurança; medida liminar ou tutela ant cipada em outras espécies de ação judicial; parcelamento. 13. Extinção do crédito tributário. Pagamento; consignação em pagamento; repetição do indébito tributário; pagamento antecipado e homologação do lançamento; dação em pagamento; compensação; transação; remissão; decadência; prescrição; conversão de depósito em renda; decisão administrativa irreformável; decisão judicial passada em julgado. Causas extintivas não previstas no Código Tributário Nacional. 14. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia. 15. Infrações e sanções tributárias. Ilícitos administrativos tributários. Sanções tributárias. 16. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. 17. Administração tributária. Fiscalização; dívida ativa; certidões negativas. 18. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário: execução fiscal;
ação cautelar fiscal; ação declaratória; ação anulatória de lançamento; ação de consignação em pagamento; ação de

repetição de indébito tributário; mandado de segurança. 19. Impostos de competência dos Estados. 20. Impostos de
competência dos Municípios.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:ARQUITETO
Conhecimentos Específico: Projeto de arquitetura: Métodos e técnicas de desenho e projeto. Programação de necessidades físicas das atividades. Noções de Topografia e condições do terreno: relevo, cortes, aterros, taludes naturais e arrimadas, lotes e construções vizinhas. Controle ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso). Princípios e normas relacionados à acessibilidade arquitetônica. Gestão democrática e planejamento participativo: Relações do planejamento com o desenho e o projeto urbano. A paisagem, o paisagismo e o meio ambiente. Infra- estrutura urbana. Legislação urbanística Municipal: códigos de obras, uso e ocupação do solo, zoneamento, taxa de ocupações, recuos, parcelamento do solo. Sistemas estruturais e construtivos: noções básicas sobre concreto, alvenaria comum e estrutural, madeira e estrutura metálica. Ênfase nas questões do melhor aproveitamento e alternativas de construções públicas. Projetos de reurbanização de áreas: praças, favelas, prédios, fachadas, sistemas viários, parques, complexos poliesportivos, habitação popular. Acompanhamento de obras. Construção e organização do canteiro de obras. Coberturas e impermeabilização. Esquadrias. Pisos e revestimentos: noções sobre impermeabilização, concreto aparente, argamassas, pedras, cerâmicas, pintura e gesso. Legislação: Normas técnicas, legislação profissional. Informática aplicada à arquitetura. Desenvolvimento de projetos no sistema AUTO CAD 2000. O
uso do BIM (Building Informative Modeling) em projetos de edifícios e urbanísticos.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:ASSISTENTE SOCIAL
Conhecimentos Específico: Conhecimento e procedimentos de pesquisa para identificação das demandas sociais e construção de propostas de intervenção. Questão Social, Política Social e Seguridade Social no Brasil. Movimentos Sociais, Participação Social e Controle Social. Famílias e Políticas Públicas. Política de Assistência Social. SUAS. Gestão, planejamento, monitoramento e avaliação. Territórios e Redes de Proteção Social. Família (novas modalidades e metodologias de abordagem). Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Relações Étnicos Raciais no Brasil. Lei que Regulamenta a Profissão. Código de Ética Profissional. Projeto Ético-Político. Dimensões teóricas-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Trabalho do/a Assistente Social.
Políticas de Educação e de Saúde.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Conhecimentos Específico: Constituição Federal da República Federativa do Brasil (arts. 145 a 161), Código Tributário Nacional – Lei Federal nº 5.172/1966, Código Tributário Municipal, Código de Posturas Municipal, Legislação Municipal sobre Tributos, Simples Nacional – Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei Federal nº 8.137/1990 – crimes contra a ordem tributária, inscrição do crédito em dívida ativa e cobrança judicial do crédito tributário. Contabilidade: Conhecimentos sobre contabilidade empresarial, Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, receitas, despesas e apuração do
resultado. Apuração e registro contábil de tributos próprios e retidos. Documentos fiscais, registro do recolhimento de

tributos, compensação e parcelamento. Conhecimentos sobre contabilidade pública: Receitas, Despesas, Orçamento e registro das mutações patrimoniais. Auditoria: Normas Brasileiras de Contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, procedimentos de auditoria, evidências de auditoria, papéis de trabalho, testes, amostragem e emissão do parecer. Direito Administrativo: organização administrativa, tramitação de propostas legislativas, tramitação, leis ordinárias e complementares, atos administrativos, validade, vigência, revogação, ratificação e retificação dos atos administrativos, processo administrativo, ampla defesa, contraditório, improbidade administrativa e poderes administrativos. Controle Interno e Externo. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Orçamento público. Lei orçamentária anual. Lei de diretrizes orçamentárias. Plano plurianual. Receitas e despesas. Estágios das receitas e despesas orçamentárias. Elaboração do orçamento. Tramitação da proposta orçamentária. Controle interno e
externo da execução orçamentária. Lei Federal nº 14.133/2021 (Licitações e Contratos).

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:CONTADOR
Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos de contabilidade geral: princípios, composição patrimonial, registros contábeis e plano de contas. Contabilidade pública: Lei 4320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), orçamento público, lei de diretrizes orçamentárias, plano plurianual, receitas, despesas, estágios das receitas e despesas orçamentárias, elaboração do orçamento, tramitação da proposta orçamentária, controle interno e externo da execução orçamentária. Aspectos patrimoniais da contabilidade: Balanço Patrimonial, escrituração, Ativo, Passivo, Provisões, Patrimônio Líquido, Contas de Resultado e de Compensação. Contabilidade Gerencial: inventário e movimentações de estoque, apuração dos custos de produtos e serviços vendidos ou prestados, balancete de verificação e cálculo de índices gerenciais (liquidez, endividamento, solvência e de estrutura de capital). Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Consolidação das contas públicas. Registro de operações típicas no serviço público: regime de adiantamento de recursos, dívida ativa, retenção de tributos, provisão de décimo terceiro salário e férias e mensuração de ativos e passivos. Obrigações acessórias a serem prestadas por Entes públicos. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Plano de Contas aplicado ao setor público. Registro e acompanhamento das operações de crédito. Regime especial de previdência. Precatórios. Noções básicas de auditoria. Fiscalização externa realizado pelo Poder Legislativo e Tribunal de Contas. Constituição Federal da República Federativa do Brasil (arts. 165 a 169). Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103/2001 e Portaria
Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Conhecimentos sobre prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:DENTISTA I
Conhecimentos Específico: Ética em Odontologia. Biossegurança. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. Índices epidemiológicos específicos em saúde bucal. Saúde Pública: organização dos Serviços de Saúde no Brasil - SUS: legislação, princípios, diretrizes, estrutura e características. Indicadores de saúde, sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endodontia, Dentística, Periodontia. Biogênese das dentições. Diagnóstico e plano de tratamento: anamnese, exame físico, índices de higiene bucal, radiologia, semiologia bucal, exames complementares. Materiais restauradores: amálgama, resinas compostas, sistemas adesivos, cimentos de ionômero de

vidro. Materiais protetores do complexo dentino-pulpar. Métodos preventivos: educação em saúde, tratamento restaurador atraumático, adequação do meio, selantes, restaurações preventivas, uso de fluoretos em Odontologia. Cariologia: características clínicas das lesões de cárie, prevenção, tratamento, prevalência e incidência, microrganismos cariogênicos, diagnóstico da atividade de cárie. Inter-relação dentística – periodontia. Controle químico e mecânico do biofilme dentário. Periodontia: gengivite e periodontite – diagnóstico, prevenção e tratamento não cirúrgicos. Cirurgia Oral menor: exodontias, ulectomia e ulotomia, frenectomia. Odontopediatria: promoção de saúde bucal em bebês e crianças, educação em saúde, cariologia, uso de fluoretos e outros métodos preventivos (selantes, ART), materiais dentários em Odontopediatria, radiologia em Odontopediatria (técnicas Randall, Mankopf, bite-wing, Clark). Urgências em Odontologia: traumatismos na dentadura decídua e permanente; urgências endodônticas e periodontais. Atendimento de pacientes com necessidades especiais. Farmacologia e terapêutica em Odontologia: analgésicos, anti-inflamatórios, antimicrobianos, sedativos, interações medicamentosas. Anestesiologia: indicações e
contra-indicações dos anestésicos locais em Odontologia, técnicas de anestesia, doses.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:DENTISTA II
Conhecimentos Específico: Ética em Odontologia. Biossegurança. Epidemiologia das doenças bucais no Brasil. Índices epidemiológicos específicos em saúde bucal. Saúde Pública: organização dos Serviços de Saúde no Brasil - SUS: legislação, princípios, diretrizes, estrutura e características. Indicadores de saúde, sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endodontia, Dentística, Periodontia. Biogênese das dentições. Diagnóstico e plano de tratamento: anamnese, exame físico, índices de higiene bucal, radiologia, semiologia bucal, exames complementares. Materiais restauradores: amálgama, resinas compostas, sistemas adesivos, cimentos de ionômero de vidro. Materiais protetores do complexo dentino-pulpar. Métodos preventivos: educação em saúde, tratamento restaurador atraumático, adequação do meio, selantes, restaurações preventivas, uso de fluoretos em Odontologia. Cariologia: características clínicas das lesões de cárie, prevenção, tratamento, prevalência e incidência, microrganismos cariogênicos, diagnóstico da atividade de cárie. Inter-relação dentística – periodontia. Controle químico e mecânico do biofilme dentário. Periodontia: gengivite e periodontite – diagnóstico, prevenção e tratamento não cirúrgicos. Cirurgia Oral menor: exodontias, ulectomia e ulotomia, frenectomia. Odontopediatria: promoção de saúde bucal em bebês e crianças, educação em saúde, cariologia, uso de fluoretos e outros métodos preventivos (selantes, ART), materiais dentários em Odontopediatria, radiologia em Odontopediatria (técnicas Randall, Mankopf, bite-wing, Clark). Urgências em Odontologia: traumatismos na dentadura decídua e permanente; urgências endodônticas e periodontais. Atendimento de pacientes com necessidades especiais. Farmacologia e terapêutica em Odontologia: analgésicos, anti-inflamatórios, antimicrobianos, sedativos, interações medicamentosas. Anestesiologia: indicações e
contra-indicações dos anestésicos locais em Odontologia, técnicas de anestesia, doses.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:EDUCADOR SOCIAL
Conhecimentos Específico: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n.º 8.069/90). Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei n.º 8.742/93). Política Nacional de Assistência Social. Lei da Adoção (Lei n.º 12.010/2009). Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).
Direitos Sociais e Políticas Públicas. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Política Nacional

deProteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012). Política Nacional para Pessoa em Situação de RuaCidadania. Democracia. Rede social. Direitos sociais. Proteção Social. Violência Social. Família. Políticas Públicas. Estado e Serviços Públicos.

Conhecimento sobre: Relações humanas. Participação popular e controle social nas políticas públicas e garantia de direitos. Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com família. Ética e trabalho. A importância da família no convívio social e na proteção social. Família e políticas públicas. Trabalho com grupos. Sistema de Garantia de Direitos. O papel do Educador Social. CRAS. Transporte escolar. Ética e Sociedade.Participação social e Conselhos de Direitos. Família na Contemporaneidade. Estratégias de intervenção profissional com famílias, crianças, adolescentes, pessoas idosas, população em situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.Instrumentais técnicos: entrevista; trabalho com grupos; visita domiciliar; observação; atendimento individual; diário de campo. Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Sistema Único de Assistência
Social – SUAS. Planejamento e Elaboração de projetos sociais.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:ENFERMEIRO PADRÃO
Conhecimentos Específico: Modelo de Atenção à Saúde. Prevenção e Promoção à Saúde. Qualidade e Segurança do Paciente. Estratégia Saúde da Família. A enfermagem e o cuidado na saúde da família. Processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade. SIAB como instrumento de trabalho da Estratégia Saúde da Família: a especificação do enfermeiro. A visita domiciliar no contexto de Saúde da Família. Fases do planejamento, organização e controle do serviço de enfermagem. Atribuições do enfermeiro e da equipe de enfermagem. Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência. Processo de Enfermagem e Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). Procedimentos de enfermagem. Biossegurança. Promoção da saúde e segurança no trabalho. Educação em Saúde. Processamento e reprocessamento de materiais médico-hospitalares. Saúde da criança: ações de enfermagem na promoção da saúde infantil. Parâmetros de crescimento e desenvolvimento infantil nas diferentes faixas etárias. SISVAN. Recém-nascido de risco e crianças de baixo peso. Enfermagem em Pediatria. Aleitamento materno. Patologias e transtornos comuns na infância. Assistência de enfermagem à criança com diarreia aguda e/ou desidratação. Saúde da mulher: assistência de enfermagem no pré-natal, parto e puerpério. Distúrbios ginecológicos da puberdade até o climatério. Sexualidade da mulher e autocuidado. Saúde da mulher no curso da vida. Temas relacionados à saúde do adulto e do idoso. Cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas do cliente/paciente. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças infecciosas e infectocontagiosas. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças agudas e crônicas. Necessidades nutricionais nos diferentes períodos da vida. Prevenção e tratamento de lesões de pele. O processo de envelhecimento nos aspectos fisiológicos, sociais e patológicos. Temas relacionados à Vigilância Epidemiológica. Prevenção e controle das doenças transmissíveis na Saúde Pública. Perfil epidemiológico das comunidades. Vigilância em saúde. Aspectos gerais das imunizações. Temas relacionados à saúde mental. Prevenção, tratamento e controle de transtornos mentais e de comportamento. História das Políticas de Saúde no Brasil. Saúde Coletiva (Pública). Sistema Único de Saúde (SUS). Sistema de Informação em Saúde. Noções básicas de plantão hospitalar. Atendimento de enfermagem em urgência e emergência: cardiovascular, respiratória, metabólica, ginecológica e obstétrica, psiquiátrica, pediátrica, no trauma, entre outras. Política Nacional de
Atenção Básica. Código de ética e legislação profissional.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:ENGENHEIRO AGRÔNOMO
Conhecimentos Específico: Solos regionais: Classificação, morfologia e gênese. Características e propriedades químicas, físicas e biológicas. Aptidão agrícola dos solos. Microbiologia dos solos. Correção da acidez do solo: Causas e tipos de acidez do solo. Calagem. Corretivos agrícolas, qualidade e tipos de calcários, gesso. Fertilidade do solo: Adubos e adubação. Macro e micronutrientes, matéria orgânica, adubação orgânica, fontes alternativas de adubação. Clima. Variáveis climáticas. Hidrologia. Ciclo hidrológico. Meteorologia. Bacias Hidrográficas. Zoneamento agrícola. Produção vegetal: As principais culturas da região: anuais, perenes, pastagens nativas e cultivadas, hortaliças. Tratos culturais. Manejo de pragas e doenças. Manejo de plantas invasoras. Agrotóxicos: conceito e características gerais dos produtos. Tecnologia e produção de sementes. Produção animal: principais aspectos técnicos da bovinocultura, ovinocultura, suinocultura, avicultura e aquicultura. Nutrição animal: princípios fundamentais, macro e micronutrientes. Alimentos concentrados e volumosos. Máquinas e mecanização agrícola: Preparo do solo. Principais máquinas e implementos agrícolas, manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas. Hidráulica agrícola: Princípios fundamentais. Estruturas hidráulicas e seu dimensionamento. Irrigação e drenagem. A água no solo. Relação solo- água-clima-planta. Evapotranspiração. Os métodos de irrigação. Drenagem: princípios gerais e tipos de drenos. Barragens de terra. Características gerais. Detalhes construtivos. Comportas e vertedores. Bacias hidrográficas e hidráulicas. Planejamento e práticas conservacionistas: Manejo e conservação. Sistema plantio direto. Agroecologia:
Conceitos e princípios. Avaliação e perícia agronômica: Princípios gerais, objetivos e metodologias.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:ENGENHEIRO CIVIL
Conhecimento Específico: Materiais de construção civil: Classificação, propriedades gerais e normalização, Materiais cerâmicos, Aço para concreto armado e protendido. Polímeros. Agregados. Aglomerantes não?hidráulicos (aéreos) e hidráulicos. Concreto. Argamassas. Tecnologias das construções. Terraplanagens. Canteiros de obras. Locações de obras. Sistemas de formas para as fundações e elementos da superestrutura (pilares, vigas e lajes). Fundações superficiais e profundas. Lajes. Telhados com telhas cerâmicas, telhas de fibrocimento e telhas metálicas. Isolantes térmicos para lajes e alvenaria. Impermeabilizações. Sistemas hidráulicos prediais. Projetos de instalações prediais hidráulicas, sanitárias e de águas pluviais. Materiais e equipamentos. Instalações de prevenção e combate ao incêndio. Instalações de esgoto sanitário e de águas pluviais. Instalações prediais elétricas e baixa tensão Informáticas (programas de softwares básicos para uso em escritório e AutoCAD). Probabilidade e estatística. Cálculos de probabilidade. Variáveis aleatórias e suas distribuições. Medidas características de uma distribuição de probabilidade. Modelos probabilísticos. Análises estática e dinâmica de observações. Noções de testes de hipóteses. Compras na Administração Pública. Licitações e contratos. Princípios básicos da licitação. Definições do objeto a ser licitado. Planejamentos das compras. Controles e cronogramas. Conhecimento e procedimentos de construção de estradas de rodagem, vias públicas, obras de abastecimento de água, drenagem, irrigação e saneamento urbano e rural, processos de aprovação de projetos, qualidade e segurança de obras, vistorias, pericias, avaliações, arbitramentos e laudos técnicos, normas e documentação técnica, processos licitatórios de obras e serviços de engenharia, infração a normas e posturas municipais, desmembramentos, loteamentos, abertura de ruas; teoria e dimensionamento de estruturas em geral; saneamento e meio ambiente (redes de esgoto, estação de tratamento de esgoto, lagoas de estabilização, abastecimento de água, limpeza urbana - acondicionamento, coleta, transporte, destinação final do lixo), poluição do
meio ambiente, arquitetura e urbanismo, geologia e geotécnica, materiais de construção, técnicas de construção,

organização de canteiro de obras, solos. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Patologia na Construção Civil. Acessibilidade (NBR 9050/2020). Legislação Federal: Constituição Federal - Arts. 182 e 183; disposições constitucionais para proteção ao meio ambiente (art. 225); disposições constitucionais para construção e adaptação dos logradouros públicos, edifícios públicos e adequação de transporte coletivo adequado a pessoa com deficiência (art. 227, parágrafo 2o e art. 244); Lei Federal 10.257, de 10/07/2001 - Estatuto das Cidades. Lei Federal 6.766/1979. Legislação Profissional: Lei Federal 5.194/66. Código de Ética Profissional - Resolução Confea - 1002.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:FARMACÊUTICO
Conhecimentos Específico: Legislação farmacêutica, ética profissional, gestão da farmácia hospitalar, sistema de distribuição de medicamentos: coletivo, individualizado e dose unitária. Farmacotécnica de produtos não estéreis: análise de formulações, manipulação de fórmulas magistrais e oficinas, estabilidade de formulações extemporâneas, unitarização de medicamentos sólidos e líquidos, controle de qualidade. Farmacotécnica de produtos estéreis: reconstituição, diluição e estabilidade de medicamentos injetáveis, unitarização e fracionamento para dispensação por dose unitária, preparo de soluções para nutrição parenteral e outras formulações de grande volume, controle microbiológico, controle de qualidade, manipulação de quimioterápicos antineoplásicos, validação de processos. Cálculos em farmácia, gestão de estoque: aquisição, armazenamento econtrole de produtos farmacêuticos, sistema informatizados de controle de estoque. Farmacodinâmica: vias de administração de medicamentos, mecanismos de ação dos fármacos, interação medicamentosa, fatores que interferem na ação dos fármacos, efeitos colaterais e reações adversas, alergia, tolerância e intoxicação. Utilização de medicamentos em populações especiais: neonatos, crianças, gestantes, idosos. Utilização de medicamentos em condições especiais: insuficiência renal, hepática, cardio vascular e respiratória. Farmacocinética: conceitos gerais, parâmetros farmacocinéticos, metabolismo de medicamentos, margem terapêutica, posologia, fatores que alteram a farmacocinética, monitorização de fármacos na prática clínica, metodologia de monitorização. Farmácia clínica e atenção farmacêutica: conceitos, uso racional de medicamentos, controle e seguimento de paciente, problemas relacionados ao medicamento, monitorização da farmacoterapia. Fármaco epidemiologia: farmacovigilância e estudos de utilização de medicamentos. Fármaco economia: conceitos gerais; análise custos-benefício, custo-utilidade e custo minimização. Seleção de medicamentos: conceitos, padronização de medicamentos. Leis Orgânicas na Saúde – Lei 8.080/90 Lei 8.142/90, Normativas do SUS, Artigos 196 e 198 da Constituição Federal, PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética
e legislação profissional.

CARGODE NÍVEL SUPERIOR
CARGO:FISCAL TRIBUTÁRIO
Conhecimentos Específico: Tributos: espécies tributárias, características dos tributos, sujeito passivo, domicílio tributário, fato gerador, obrigação tributária, lançamento dos tributos, administração tributária, fiscalização tributária, dívida ativa, certidão de situação fiscal, extinção, suspensão e exclusão do crédito tributário, denúncia espontânea e sigilo fiscal. Código Tributário Nacional, dispositivos da Constituição Federal da República Federativa do Brasil sobre tributos, legislação federal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, Código Tributário Municipal, Código de Posturas Municipal, legislação tributária municipal, obrigações acessórias inerentes aos tributos municipais, Simples
Nacional – Lei Complementar Federal nº 123/2006 e nota fiscal eletrônica. Conhecimentos básicos de auditoria.

Conhecimentos básicos de Contabilidade. Livros e documentos fiscais e contábeis. Competência tributária,
procedimentos de fiscalização e repartição de tributos entre os Entes Públicos. Lei Federal nº 8.137/1990 – crimes contra a ordem tributária.

CARGODE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FISIOTERAPEUTA I
Conhecimento Específico: Fundamentos de Fisioterapia, Conhecimentos anatômicos, fisiológicos e patológicos das alterações musculoesqueléticas, neurológicas e mentais, cardiorrespiratórias, angiológicas e pediátricas. Conhecimento dos princípios básicos da cinesiologia. Exame clinico, físico, semiologia, exames complementares e plano de trabalho emfisioterapia. Fisioterapia geral: efeitos fisiológicos, indicações e contra-indicações de termoterapia, crioterapia, hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, cinesioterapia motora e respiratória, eletroterapia, manipulação vertebral. Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia. Fisioterapia em neurologia. Fisioterapia em ginecologia e obstétricia. Fisioterapia em pediatria, geriatria e Neonatologia. Fisioterapia cardiovascular. Amputação: indicações e tipos de prótese e orteses. Mastectomias. Fisioterapia em pneumologia. Fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar, insuficiência respiratória aguda e crônica, infecção do sistema respiratório. Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças relacionadas ao trabalho, praticas preventivas no ambiente de trabalho. Assistência fisioterapeutica domiciliar. Riscos ocupacionais na fisioterapia e sua prevenção. Código de ética e legislação
profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FISIOTERAPEUTA II
Conhecimento Específico: Fundamentos de Fisioterapia, Conhecimentos anatômicos, fisiológicos e patológicos das alterações musculoesqueléticas, neurológicas e mentais, cardiorrespiratórias, angiológicas e pediátricas. Conhecimento dos princípios básicos da cinesiologia. Exame clinico, físico, semiologia, exames complementares e plano de trabalho emfisioterapia. Fisioterapia geral: efeitos fisiológicos, indicações e contra-indicações de termoterapia, crioterapia, hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, cinesioterapia motora e respiratória, eletroterapia, manipulação vertebral. Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia. Fisioterapia em neurologia. Fisioterapia em ginecologia e obstétricia. Fisioterapia em pediatria, geriatria e Neonatologia. Fisioterapia cardiovascular. Amputação: indicações e tipos de prótese e orteses. Mastectomias. Fisioterapia em pneumologia. Fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar, insuficiência respiratória aguda e crônica, infecção do sistema respiratório. Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças relacionadas ao trabalho, praticas preventivas no ambiente de trabalho. Assistência fisioterapeutica domiciliar. Riscos ocupacionais na fisioterapia e sua prevenção. Código de ética e legislação
profissional.

CARGODE NÍVEL SUPERIOR
CARGO:FONOAUDIÓLOGO I
Conhecimentos Específico: Audiologia: Desenvolvimento do Sistema Auditivo. Potenciais Evocados Auditivos.
Emissões otoacústicas. Triagem auditiva nenonatal. Exames audiométricos. Processam nto Auditivo. Implante Coclear e outras tecnologias Auditivas Implantáveis. Audiologia Educacional. Linguagem: Anatomia e Fisiologia dos Órgãos

Fonoarticulatórios. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem. Etiologia. Avaliação. Classificação. Diagnóstico. Abordagens Terapêuticas. Transtorno do desenvolvimento da linguagem. Alterações do desenvolvimento da Linguagem. Distúrbios de Aprendizagem e Dislexia. Alterações da Linguagem de Origem Neurológica. Gagueira na Criança e no Adulto. Motricidade Orofacial: Deglutição. Mastigação. Atuação Fonoaudiológica em Neonatologia nas funções Orofaciais, nas Disfunções da Articulação Temporomandibular, nas Alterações de Fala, na Fissura Labiopalatal, na Disfagia Orofaríngea Neurogênica e Mecânica. Voz: Avaliação. Classificação. Diagnóstico Clínico.
Alterações Vocais. Orientação e Higiene Vocal. Saúde Pública: Saúde Escolar. Lei nº 8.112/90.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:FONOAUDIÓLOGO II

Conhecimentos Específico: Audiologia: Desenvolvimento do Sistema Auditivo. Potenciais Evocados Auditivos. Emissões otoacústicas. Triagem auditiva nenonatal. Exames audiométricos. Processamento Auditivo. Implante Coclear e outras tecnologias Auditivas Implantáveis. Audiologia Educacional. Linguagem: Anatomia e Fisiologia dos Órgãos Fonoarticulatórios. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem. Etiologia. Avaliação. Classificação. Diagnóstico.
Abordagens Terapêuticas. Transtorno do desenvolvimento da linguagem. Alterações do desenvolvimento da Linguagem. Distúrbios de Aprendizagem e Dislexia. Alterações da Linguagem de Origem Neurológica. Gagueira na Criança e no Adulto. Motricidade Orofacial: Deglutição. Mastigação. Atuação Fonoaudiológica em Neonatologia nas funções Orofaciais, nas Disfunções da Articulação Temporomandibular, nas Alterações de Fala, na Fissura Labiopalatal, na Disfagia Orofaríngea Neurogênica e Mecânica. Voz: Avaliação. Classificação. Diagnóstico Clínico. Alterações Vocais.
Orientação e Higiene Vocal. Saúde Pública: Saúde Escolar. Lei nº 8.112/90.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA
Conhecimentos Específico: Saúde Comunitária, Análise previdenciária, Saúde da família, Medicina preventiva, Cuidados gerais com o paciente em medicina interna. Repercussões da gravidez sobre o organismo, sistêmicas e do aparelho genital. Assistência pré-natal e puerpério. Propedêutica da gravidez. Planejamento familiar. Doenças intercorrentes no ciclo grávido puerperal. Doença hemolítica perinatal. Gravidez na adolescência. Doença hipertensiva específica da gravidez: pré-eclampsia e eclampsia. Vulvovaginites. Endometriose, doença inflamatória pélvica. Infecção geniturinária. Oncologia ginecológica, neoplasias benignas e malignas, propedêutica e tratamento. Síndrome do climatério e menopausa. Doenças benignas e malignas da mama. Sangramento genital anormal, hemorragia uterina disfuncional. Doenças sexualmente transmissíveis, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Abortamento. Gravidez ectópica. Placenta prévia e descolamento prematuro de placenta. Sexualidade humana, disfunção sexual e violência sexual. Endoscopia Ginecológica (Videoisteroscopia e Videolaparoscopia). Incontinência urinária e prolapsos e distúrbios do assoalho pélvico. Anatomia da pelve feminina e embriologia. Cirurgias ginecológicas, avaliações pré- operatórias e tratamento pós-operatório. Dor pélvica e dismenorreia. Gestação de alto risco. Parto conceitos,
contratilidade uterina, mecanismo, estudo clínico e assistência.

CARGODE NÍVELSUPERIOR

CARGO:MÉDICO PEDIATRA
Conhecimentos Específico: Atenção Primária à Saúde. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; Princípios e Prática da Medicina de Família e Comunidade. PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional. Política Nacional de Promoção de Saúde. Procedimentos de urgência e emergência. Anatomia. Farmacologia. Indicadores de mortalidade perinatal, neonatal e infantil, Crescimento e desenvolvimento: desnutrição, obesidade e distúrbios do desenvolvimento neuro-psicomotor, Imunizações: ativa e passiva, Alimentação do recém-nascido e lactente: carências nutricionais, desvitaminoses. Patologia do lactente e da criança: Distúrbios cárdio-circulatórios: Cardiopatias congênitas, Choque, Crise Hipertensa, Insuficiência cardíaca, Reanimação cardiorrespitória. Distúrbios respiratórios: Afecções de vias aéreas superiores, Bronquite, bronquiolite, Estado de mal asmático, Insuficiência respiratória aguda, Pneumopatias agudas e derrames pleurais. Distúrbios metabólicos e endócrinos: Acidose e alcalose metabólicas, Desidratação aguda, Diabetes mellitus, Hipotireoidismo e hipertireoidismo, Insuficiência supra-renal. Distúrbios neurológicos: Coma, Distúrbios motores de instalação aguda, Estado de mal convulsivo. Distúrbios do aparelho urinário e renal: Glomerulopatias, Infecções do trato urinário, Insuficiência renal aguda e crônica, Síndrome hemolítico-urêmica, Síndrome nefrótica. Distúrbios onco-hematológicos: Anemias carenciais e hemolíticas, Hemorragia digestiva, Leucemias e tumores sólidos, Síndromes hemorrágicas. Patologia do fígado e das vias biliares: Hepatites virais, Insuficiência hepática. Doenças Infecto-contagiosas: AIDS, Diarréias agudas. Doenças infecciosas comuns da infância. Estafilococcias e estreptococcias. Infecção hospitalar. Meningoencegalites virais e fúngicas. Sepse e meningite de etiologia bacteriana. Tuberculose. Viroses respiratórias. Acidentes: Acidentes por submersão. Intoxicações exógenas agudas. Violência Doméstica. Primeiros Socorros no
Paciente Politraumatizado. Acidentes por animais peçonhentos. Meningites virais e bacterianas.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO GENERALISTA I
Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e
cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos

distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política
Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO GENERALISTA II
Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica

da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política
Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO GENERALISTA III

Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política
Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO GENERALISTA IV
Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite.
Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de

Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política
Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO GENERALISTA V
Conhecimentos Específico: Princípios da assistência preventiva à saúde. O exame de saúde preventivo. Cuidados com a dieta. A atividade física. O tabagismo e abuso do álcool. Avaliação nutricional. Princípios de terapia farmacológica. Alergia medicamentosa. Princípios de eletrocardiograma. Conduta na insuficiência cardíaca. Abordagem clínica das arritmias cardíacas supraventriculares. Hipertensão arterial sistêmica. Abordagem clínica da cardiopatia isquêmica. Obesidade. Dislipidemias. Diabetes mellitus e suas complicações. Hipo e hipertireoidismo. Asma brônquica. Doença bronco pulmonar obstrutiva crônica. Pneumonias comunitárias. Tromboembolismo pulmonar. Cálculos renais. Hiperplasia prostática benigna. Cistite e pielonefrite. Glomerulopatias. Insuficiência renal aguda e crônica. Doença do refluxo gastro-esofágico. Úlceras pépticas. Intolerâncias e alergias alimentares. Síndrome do cólon irritável. Dispepsia por H. pylori e funcional. Abordagem do paciente com diarreia. Doença intestinal inflamatória. Pancreatite aguda e crônica. Hepatites virais. Cirrose hepática. Doenças da vesícula biliar e dos ductos biliares. Abordagem das anemias. Abordagem

do paciente com linfadenopatia. Leucemias e linfomas. Abordagem do paciente com sangramento e trombose. Prevenção e rastreio de câncer. Marcadores tumorais. Síndromes paraneoplásicas. Rinite alérgica. Anafilaxia. Artrite reumatóide. Gota e metabolismo do ácido úrico. Colagenoses. Febre reumática. Osteoartrite. Espondiloartropatias. Dorsalgia e cervicoalgias. Tuberculose. Doenças sexualmente transmissíveis. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Gripe e resfriado. Abordagem clínica das orofaringites agudas. Princípios da prevenção vacinal. Parasitoses intestinais. Arboviroses e síndromes febris ictéricas. Princípios da antibioticoterapia. Síncope e cefaléias. Acidente vascular cerebral. Princípios de radiologia. Acidentes com animais peçonhentos. Interpretação dos distúrbios hidroeletrolíticos e ácido-básicos. Doença hepática gordurosa do fígado. Abordagem clínica das lesões valvares cardíacas. Síndrome metabólica. Parada cardiorrespiratória. Hérnias abdominais. Doenças Orificiais. Tumores benignos e malignos de pele. Psoriase. Doenças infectoparasitárias de pele. Avaliação e distúrbios nutricionais. Lesões de pares cranianos. Depressão e transtorno de ansiedade generalizada. Lei 8080/90, Lei 8142/90 e Normas Operacionais Básicas do SUS. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família; PNAB (Política
Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO VETERINÁRIO I

Conhecimentos Específico: Diagnóstico clínico e tratamento de patologias em animais de produção, companhia, silvestres e exóticos. Controle e fiscalização sanitária de patologias com potencial zoonotico. Controle e elaboração de programa de imunização de animais de produção, companhia, silvestres e exóticos. Combate de vetores e transmissões de zoonoses. Controle, elaboração de pareceres de informe técnicos veterinários para toxinfecção, envenenamento alimentar e por animais peçonhentos. Controle epidemiológico e de investigação epidemiológica. Controle de qualidade de alimentos de origem animal. Inspeção de produtos de origem animal. Controle de qualidade de produtos e insumos utilizados na alimentação animal. Epidemiologia e Saúde. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Higiene, fiscalização, vigilância sanitária e segurança de alimentos. Microbiologia de alimentos e toxinfecções. Controle higiênico-sanitário de alimentos. Conservação dos alimentos. Ciência, higiene e tecnologia de carnes, pescados e produtos derivados. Imunologia veterinária. Clínica Veterinária, Patologias e Zoonoses. Procedimentos veterinários, diagnóstico e tratamento. Anestesiologia veterinária. Farmacologia veterinária. Terapêutica Veterinária. Reprodução dos Animais e Inseminação Artificial. Nutrição animal, alimentos e alimentação. Anatomia e Fisiologia Veterinária. Microbiologia Veterinária. Parasitologia Veterinária. Medicina Veterinária Preventiva. Cirurgia Veterinária. Produção e manejo animal. Processo Administrativo Sanitário. Toxicologia Veterinária. Plantas
Tóxicas de interesse pecuário. Bem-estar de animais pecuários. Código de Ética Profissional. Legislação.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:MÉDICO VETERINÁRIO II
Conhecimentos Específico: Diagnóstico clínico e tratamento de patologias em animais de produção, companhia, silvestres e exóticos. Controle e fiscalização sanitária de patologias com potencial zoonotico. Controle e elaboração de programa de imunização de animais de produção, companhia, silvestres e exóticos. Combate de vetores e transmissões de zoonoses. Controle, elaboração de pareceres de informe técnicos veterinários para toxinfecção, envenenamento alimentar e por animais peçonhentos. Controle epidemiológico e de investigação epidemiológica. Controle de qualidade de alimentos de origem animal. Inspeção de produtos de origem animal. Controle de qualidade de produtos e insumos utilizados na alimentação animal. Epidemiologia e Saúde. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Higiene, fiscalização, vigilância sanitária e segurança de alimentos. Microbiologia de alimentos e toxinfecções. Controle higiênico-sanitário de alimentos. Conservação dos alimentos. Ciência, higiene e tecnologia de carnes, pescados e produtos derivados. Imunologia veterinária. Clínica Veterinária, Patologias e Zoonoses. Procedimentos veterinários, diagnóstico e tratamento. Anestesiologia veterinária. Farmacologia veterinária. Terapêutica Veterinária. Reprodução dos Animais e Inseminação Artificial. Nutrição animal, alimentos e alimentação. Anatomia e Fisiologia Veterinária. Microbiologia Veterinária. Parasitologia Veterinária. Medicina Veterinária Preventiva. Cirurgia Veterinária. Produção e manejo animal. Processo Administrativo Sanitário. Toxicologia Veterinária. Plantas
Tóxicas de interesse pecuário. Bem-estar de animais pecuários. Código de Ética Profissional. Legislação.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:NUTRICIONISTA I
Conhecimentos Específico: Princípios Nutricionais: digestão, absorção, transporte e excreção de
nutrientes.Metabolismo energético, macro e micronutrientes. Biodisponibilidade de nutrientes. Fisiologia humana e da

nutrição. Patologia geral e da nutrição. Necessidades e recomendações nutricionais para indivíduos e coletividades. Dietoterapia. Terapia nutricional. Avaliação nutricional de indivíduos e coletividad s. Interpretação de exames laboratoriais aplicada a nutrição. Nutrição nos ciclos da vida. Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN): características, planejamento físico e funcional, recursos humanos, organização e funcionamento dos setores, administração. Elaboração de cardápios e fichas técnicas de preparação. Técnica dietética. Boas práticas de fabricação de alimentos. Microbiologia e higiene de alimentos. Doenças transmitidas por alimentos (DTA). Rotulagem nutricional. Análise sensorial de alimentos. Alimentos funcionais. Programa de Alimentação do trabalhador (PAT). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segurança alimentar e nutricional (SAN). Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição. Epidemiologia das doenças nutricionais. Código de Ética e Conduta do Nutricionista. Legislações relacionadas a área de alimentação e nutrição. Atualidades em alimentação e
nutrição.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:NUTRICIONISTA II
Conhecimentos Específico: Princípios Nutricionais: digestão, absorção, transporte e excreção de nutrientes.Metabolismo energético, macro e micronutrientes. Biodisponibilidade de nutrientes. Fisiologia humana e da nutrição. Patologia geral e da nutrição. Necessidades e recomendações nutricionais para indivíduos e coletividades. Dietoterapia. Terapia nutricional. Avaliação nutricional de indivíduos e coletividad s. Interpretação de exames laboratoriais aplicada a nutrição. Nutrição nos ciclos da vida. Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN): características, planejamento físico e funcional, recursos humanos, organização e funcionamento dos setores, administração. Elaboração de cardápios e fichas técnicas de preparação. Técnica dietética. Boas práticas de fabricação de alimentos. Microbiologia e higiene de alimentos. Doenças transmitidas por alimentos (DTA). Rotulagem nutricional. Análise sensorial de alimentos. Alimentos funcionais. Programa de Alimentação do trabalhador (PAT). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segurança alimentar e nutricional (SAN). Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição. Epidemiologia das doenças nutricionais. Código de Ética e Conduta do Nutricionista. Legislações relacionadas a área de alimentação e nutrição. Atualidades em alimentação e
nutrição.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:PSICOLÓGO
Conhecimentos Específico: Psicologia do desenvolvimento. Psicopatologias. Exames mentais e funções psíquicas em Psicologia. Processo psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica. Teorias da Personalidade. Recrutamento e Seleção. Sistema Único de Saúde (Legislação SUS). Conceitos fundamentais sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). História das Políticas de Saúde no Brasil. Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial. Saúde Mental Coletiva. Grupos (terapêuticos, operativos, de apoio e nas organizações). Psicologia das Instituições e Organizacional. Teorias e técnicas psicoterápicas. Diferentes campos de atuação. Psicologia Social e Comunitária. Código de ética profissional do psicólogo e resoluções. ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente. Normas Operacionais Básicas do Sistema
Único de Assistência Social (SUAS).

T

CARGODE NÍVEL SUPERIOR

CARGO:PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL / FUNDAMEN AL)
Conhecimentos Específico: Psicologia da Educação. História da Educação. Filosofia e sociologia da educação. Plano Nacional de Educação. Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. Pensamento Pedagógico Brasileiro. Projeto Político Pedagógico. Didática Geral e Prática de Ensino. Planejamento escolar. Pedagogia e autonomia. Organização e gestão da escola. Escola e cidadania. Alfabetização e letramento. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Referencial Curricular do Paraná. Gestão Educacional. LDB, Diretrizes
Nacionais Curriculares para a Educação Infantil e Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica de 2013.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL
Conhecimentos Específico: Concepções histórica, social e educacional da Educação Especial e as múltiplas relações com o atendimento educacional do estudante com deficiência. Considerações iniciais da Educação Especial – retrospectiva histórica. Educação Especial no século XX. Educação Inclusiva: uma visão histórica. Educação Especial no Brasil: políticas públicas e organizacionais. Fundamentos legais: a Educação Especial na perspectiva das leis. Princípios e diretrizes básicas do trabalho educacional especial: a escola especial, o atendimento educacional especializado e a escola inclusiva. Organização pedagógica, adaptação e flexibilização curricular, mod los de orientação e apoio e serviços e programas de atendimento educacional especial. Características e processo educacional do estudante com deficiência nas áreas intelectual, físico-motora, sensoriais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. A deficiência intelectual: características, processo de ensino-aprendizagem, estratégias pedagógicas. A deficiência nas áreas visual e auditiva: características, processo de ensino aprendizagem, estratégias pedagógicas. A deficiência físico motora: características, processo de ensino-aprendizagem, estratégias pedagógicas. Os transtornos globais do desenvolvimento: características, processos de ensino aprendizagem, estratégias pedagógicas. As altas habilidades: características, processos de ensino aprendizagem, estratégias pedagógicas. Temas em Educação Especial: Formação inicial, permanente e em serviço. Família. Preconceito, exclusão e estigma. Relação entre educação e saúde.
Aspectos sociais e de autonomia. Profissionalização. Prevenção. Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA
Conhecimentos Específico: Educação Física e sociedade. Fundamentos didático-pedagógicos da educação física. Metodologias de ensino do esporte. Atividade física e saúde. Crescimento e desenvolvimento. Aspectos da aprendizagem motora. Aspectos sócio históricos da educação física. Política educacional e educação física. Cultura e educação física. Aspectos da competição e cooperação no cenário escolar. Aspectos técnicos, táticos e regras das
Modalidades esportivas coletivas e individuais. Plano nacional de Educação. Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei

n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. ECA – Estatuto da
Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. Pensamento pedagógico brasileiro. Projeto político pedagógico. Didática geral e prática de ensino. Base nacional comum curricular (BNCC).

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:PROFESSOR DE ARTES
Conhecimento Específico: ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90. Pensamento Pedagógico Brasileiro. Projeto Político Pedagógico. Didática Geral e Prática de Ensino. Linguagens da Arte. História da Arte. Histórico do ensino das artes no Brasil e suas perspectivas atuais. Teoria e prática do ensino das artes nas escolas brasileiras. Critérios para seleção de conteúdos no ensino das artes. Organização do tempo e do espaço na prática do
ensino das artes. Critérios para avaliação no ensino das artes.

CARGODE NÍVELSUPERIOR
CARGO:TERAPEUTA OCUPACIONAL
Conhecimentos Específico: Conceitos de Reabilitação e sua relação com as práticas atuais; Terapia Ocupacional na Estratégia Saúde da Família; A lesão medular e o modelo de ocupação humana; Transdisciplinaridade e práticas hibridam em saúde mental; Itinerários terapêuticos e construção de projetos terapêuticos cuidadores; A inserção da Terapia Ocupacional na rede de assistência em saúde mental; Fundamentos e história da Terapia Ocupacional no Campo Social; Tecnologia assistiva, Terapia Ocupacional e abordagens no cotidiano da pessoa com deficiência; Reabilitação psicossocial e a prática da Terapia Ocupacional em saúde mental; Recursos tecnológicos e estratégia de promoção do auto-cuidado, atividades e participação para pessoa com doença de Parkinson; A Terapia Ocupacional social, diversidade, cultura e saber técnico; Terapia ocupacional e as ações no contexto da educação; 13. Terapia Ocupacional e o dispositivo grupal como intervenção em reabilitação; Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital; Rede de cuidados da pessoa com deficiência e a Terapia Ocupacional. Diretrizes para tratamento e reabilitação/habilitação de pessoas com deficiência física. Saúde Coletiva (Pública). Atenção Básica - Estratégia Saúde da Família e NASF; PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e
legislação profissional.

CARGODE NÍVEL SUPERIOR
CARGO:TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Conhecimentos Específico: Organização e arquitetura de computadores. Processadores: arquitetura, instruções, modos de operação. Memórias: tipos, hierarquia de memória, sistemas de armazenamento. Dispositivos de entrada e saída. Gerenciamento de processos, memória, dispositivos e sistemas de arquivos. Sistemas operacionais Windows, Linux e outros. Virtualização e sistemas operacionais em nuvem. Segurança em sistem s operacionais. Arquitetura de redes, modelos OSI e TCP/IP. Protocolos de rede (IPv4, IPv6, HTTP, FTP, DNS, DHCP). Configuração e gerenciamento de redes locais (LAN, VLAN). Segurança de redes (firewalls, VPNs, IDS/IPS). Configuração de servidores de rede (DNS, DHCP, Web, E-mail). Políticas de segurança da informação, normas ISO/IEC 27001 e 27002. Controle de acesso, autenticação, criptografia (simétrica e assimétrica). Gestão de riscos e resposta a incidentes de
segurança. Segurança em redes, sistemas operacionais e aplicativos. Técnicas de ataque e defesa em segurança

C

cibernética (malware, phishing, ransomware). Modelagem de dados: modelo entidade-relacionamento, modelo relacional. Noções de Linguagem SQL. Administração de bancos de dados (backup, recuperação, tuning). Sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD) como MySQL, PostgreSQL, Oracle. Noções de bancos de dados NoSQL. Engenharia de software, ciclo de vida do desenvolvimento de software. Metodologias ágeis (Scrum, Kanban). Programação orientada a objetos (conceitos, UML, design patterns). Linguagens de programação (Python, JavaScript). Desenvolvimento web (HTML, CSS, JavaScript, frameworks front-end e back-end). Integração com APIs e serviços web. Modelos de governança (COBIT, ITIL). Gestão de serviços de TI (ITSM). Gestão de projetos em TI (PMBOK, Scrum). Gestão de ativos de TI. Conceitos e tipos de computação em nuvem (I aS, PaaS, SaaS). Principais fornecedores de serviços em nuvem (AWS, Azure, Google Cloud). Segurança e conformidade em ambientes de nuvem. Ferramentas de ETL e Data Warehousing. Conceitos básicos de IA e aprendizad de máquina. Algoritmos de aprendizado supervisionado e não supervisionado. Aplicações de IA em reconhecimento de padrões, processamento de linguagem natural e automação. Funcionamento e serviços da internet (DNS, HTTP/HTTPS, e-mail). Segurança na internet (SSL/TLS, certificados digitais, práticas de segurança). Ética profissional na área de TI. Questões sobre
privacidade, propriedade intelectual e direitos autorais em TI. Aspectos legais da TI (LGPD, Marco Civil da Internet).

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CONHECIMENTOSCOMUNSAOSCARGOSDENÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
Língua Portuguesa: Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou idéia central defendida pelo autor; argumentação, elementos de coesão, inferências, estrutura e organização do texto e dos parágrafos). Som e fonema. Encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Divisão silábica. Ortografia Oficial. Acentuação gráfica. Classes de palavras e seus empregos. Sintaxe da oração e do período. Tipos de Subordinação e Coordenação. Concordância nominal e verbal. Regência Verbal e Nominal. Emprego de sinal indicativo de crase. Sentido Conotativo e Denotativo. Relações de homonímia e parônima. Tipologia textual. Pontuação. Estrutura e
Processos de Formação de palavras.
Matemática/ Raciocínio Lógico: Conceitos básicos de raciocínio lógico: proposições, valores lógicos das proposições, sentenças abertas, número de linhas da tabela verdade, conectivos, proposições simples, proposições compostas. Tautologia. Operação com conjuntos. Cálculos com porcentagens. Resolução de situações-problema. As questões desta prova poderão tratar das seguintes áreas: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, equações e funções matemáticas (1º grau, 2º grau, exponencial), razão, proporção, seqüência numéricas,
análise combinatória, estatística descritiva, áreas e volumes.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais sobre História, Cultura, Geografia e Turismo em escala municipal, estadual e
nacional. Atualidades sobre política, economia, sociedade, cultura, direitos humanos, esportes, ciência e tecnologia, meio ambiente e sustentabilidade, segurança, saúde e obras públicas.

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

ARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Conhecimentos Específico: Noções básicas sobre saúde, saneamento, ética e relações inter-pessoais. Saúde
física, mental e social. Higiene na prevenção das doenças. Necessidades nutricionais. Amamentação. Principais doenças na comunidade (diarreia, desnutrição, vermes, doenças respiratórias). Doenças Sexualmente Transmissíveis. Prevenção de Hipertensão e Diabetes. Medidas preventivas em Odontologia; Planejamento Familiar (métodos contraceptivos). Programa Saúde da Família (ESF) – objetivos, métodos de trabalho, expectativas. PNAB (Política Nacional da Atenção Básica de 2017). Código de ética e legislação profissional. SUS. Noções de primeiros
socorros.

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:AGENTE DE ENDEMIAS
Conhecimentos Específico: Processo saúde-doença; Vigilância Epidemiológica; Dengue Instruções para Pessoal
de Combate ao Vetor; Manual de Normas Técnicas – 2001 – Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde - 3ª Edição Revisada.

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:AUXILIAR DE DENTISTA
Conhecimentos Específico: Administração e organização dos serviços odontológicos; Anatomia do corpo humano;
Anatomia de cabeça e pescoço; Anatomia dentária (notação dentária); Doenças infecciosas de interesse à Odontologia. Biossegurança: Equipamento de proteção individual; Higienização das mãos; Limpeza dos instrumentais odontológicos; Embalagens para esterilização; Processo de esterilização; Armazenamento de artigos. Validação do processo de esterilização: Indicadores físico, químicos e biológicos; Desinfecção de superfícies; Desinfecção das tubulações; Plano de Gerenciamento de Resíduos em Odontologia; Cuidados com equipamentos; Vacinação; Infecção cruzada. Biofilme dentário; Cárie dentária; Doença periodontal; Controle químico e mecânico do biofilme
dentário; Utilização de fluoretos; Odontologia preventiva e uso do flúor; Vigilância Epidemiológica; Políticas de Saúde /

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:CUIDADOR
Conhecimentos Específico: Desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem. O espaço social, família, escola. Formas de violência contra a família. Abuso sexual contra crianças e adolescentes. Gravidez Precoce. Trabalho Infantil. Características especiais dos maus tratos. Trabalhando com grupos. Mediação de conflitos. Trabalho com famílias: famílias em situação de vulnerabilidade social, exclusão social, as famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares, multifamiliar, violência e abuso na família. Envolvimento com diferenças: síndrome de down, autismo, TDAH, alienação parental, transtornos mentais. Atendimento em abrig s. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Vivência de rua. Convivência familiar e comunitária: poder familiar, colocação em família substituta, medidas protetivas.ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Ética profissional. Desenvolvimento de atividades de acordo com as atribuições do cargo.

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:MONITOR EDUCACIONAL
Conhecimentos Específico: Lei n° 12.796, de 04.04.2013 - Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Procedimentos adequados ao atendimento à criança: saúde, alimentação e higiene. Os brinquedos: Normas para utilização dos brinquedos e normas de segurança. A brincadeira de papéis sociais e formação da personalidade. Adaptação à escola: escola e família. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de monitor educacional.

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:RECEPCIONISTA
Conhecimentos Específico: Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de recepcionista; Noções básicas de informática; Noções básicas de atendimento ao público; Boas Maneiras; Organização do local de trabalho.Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de recepcionista.

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:TÉCNICO CONTÁBIL
Conhecimentos Específico: Contabilidade Pública: conceito, campo de atuação; bens públicos, entidades públicas,

conceito e classificação; orçamento: conceito, elaboração e regime orçamentário; créditos adicionais: conceito e

classificação; receitas e despesas

orçamentárias; estágios e classificação;

ingressos e dispêndios

extraorçamentários, variações patrimoniais quantitativas e qualitativas; avaliação e mensuração de ativos e passivos; plano de contas e subsistemas contábeis; demonstrações contábeis: balanço orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstração das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa. Escrituração contábil. Despesas e receitas orçamentárias. Classificação institucional, funcional e programática da despesa orçamentária. Sistema de Planejamento Integrado: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA. Atividade financeira do Município: conceitos, características e finalidades. Direito financeiro: conceito e delimitação. Orçamento Público: conceito, espécies, natureza jurídica, elementos essenciais, classificação, princípios orçamentários, vedações constitucionais Despesas públicas: conceito, aspectos jurídicos e econômicos, classificação, processamento, autorização, empenho, liquidação e pagamento. Despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos sociais da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida. Receita pública: conceito, classificação, fontes e estágios. Receita Corrente Líquida. Crédito Público e Dívida Pública. Créditos adicionais: suplementares, especiais e extraordinários e fontes para sua abertura. Reserva de Contingência. Despesas de exercícios anteriores. Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Plano de Contas aplicado ao setor público. Registro e acompanhamento das operações de crédito. Regime especial de previdência. Contabilidade pública: Lei 4320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Conhecimentos básicos de contabilidade geral: princípios, composição patrimonial, registros contábeis e plano de contas.

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
Conhecimentos Específico: Conhecimento Específico: Anatomia Bucal: Anatomia e fisiologia dentária; Sistema de notação dentária; Tipos de dentes: incisivos, caninos, pré-molares e molares; Funções e constituição dos elementos constituintes do sistema estomatognático; Diferenças morfológicas entre a dentição decídua e permanente; Embriologia e histologia dental; ATM: constituição e funções. Biossegurança e Controle Biológico: Biossegurança; Medidas profiláticas para a higiene e segurança do trabalhador em saúde; Riscos e doe ças ocupacionais em saúde; As relações entre microbiologia, imunologia e a prática odontológica e a aplicação dos EPIs e EPCs; Exposição acidental com material biológico; Técnicas de limpeza e desinfecção terminal e concorrente; Princípios ativos dos produtos químicos e preparo de soluções; Organização, estrutura e funcionamento da central de material e esterilização; Classificação das áreas e artigos odonto-médico-hospitalares; Processamento e reprocessamento de artigos e controle da qualidade nos diferentes serviços de saúde; Gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde; Comissão e serviços de controle de infecção nos serviços de saúde; Conceitos de assepsia, anti-sepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização; Gerenciamento do descarte de resíduos, fluídos, agentes biológicos, físicos, químicos e radioativos; Terminologia científica da área. Materiais Odontológicos: Nomenclatura e funcionamento dos equipamentos odontológicos e instrumentais; Substâncias evidenciadoras de placa bacteriana; Pastas profiláticas e flúor; Vernizes cavitários; Materiais de base e forramento; Amálgama; Resinas compostas; Cimentos de fosfato de zinco, de hidróxido de cálcio, ionômero de vidro; Materiais para cimentação: dual, com eugenol e sem eugenol, cimentos cirúrgicos; Materiais para

moldagem, alginatos e siliconas; Instrumentos e instrumentação em endodontia, periodontia, dentística, prótese, ortodontia e cirurgia oral; Princípios de conservação e limpeza de equipamentos e
instrumental; Armazenamento e controle de estoque. Odontologia Preventiva e Social: Métodos e técnicas para a

CARGODE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

CARGO:TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Conhecimentos Específico: Modelo de Atenção à Saúde. Prevenção e Promoção à Saúde. Qualidade e Segurança
do Paciente. Estratégia Saúde da Família. A enfermagem e o cuidado na saúde da família. Processo saúde-doença do indivíduo, da família e coletividade. SIAB como instrumento de trabalho da E tratégia Saúde da Família. Atribuições do auxiliar/técnico de enfermagem. A visita domiciliar no contexto de Saúde da Família. Fases do planejamento, organização e controle do serviço de enfermagem. Planejamento estratégico como instrumento de gestão e assistência. Biossegurança. Promoção da saúde e segurança no trabalho. Educação em Saúde. Processamento e reprocessamento de materiais médico-hospitalares. Saúde da criança: ações de enfermagem na promoção da saúde infantil. Parâmetros de crescimento e desenvolvimento infantil nas diferentes faixas etárias. SISVAN. Recém-nascido de risco e crianças de baixo peso. Enfermagem em Pediatria. Aleitamento materno. Patologias e transtornos comuns na infância. Assistência de enfermagem à criança com diarreia aguda e/ou desidratação. Saúde da mulher: assistência de enfermagem no pré-natal, parto e puerpério. Distúrbios ginecológicos da puberdade até o climatério. Sexualidade da mulher e autocuidado. Saúde da mulher no curso da vida. Temas relacionados à saúde do adulto e do idoso. Cuidados de enfermagem no atendimento das necessidades básicas do cliente/paciente. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças infecciosas e infectocontagiosas. Ações que visam a prevenção, tratamento e controle de doenças agudas e crônicas. Necessidades nutricionais nos diferentes períodos da vida. Prevenção e tratamento de lesões de pele. O processo de nvelhecimento nos aspectos fisiológicos, sociais e patológicos. Temas relacionados à Vigilância Epidemiológica. Prevenção e controle das doenças transmissíveis na Saúde Pública. Perfil epidemiológico das comunidades. Vigilância em saúde. Aspectos gerais das imunizações. Temas relacionados à saúde mental. Prevenção, tratamento e controle de transtornos mentais e de comportamento. História das Políticas de Saúde no Brasil. Saúde Coletiva (Pública). Sistema Único de
Saúde (SUS). Sistema de Informação em Saúde. Noções básicas de plantão hospitalar. Atendimento de enfermagem

O

O

O

M

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CONHECIMENTOSCO UNSAOSCARGOSDENÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos, tipos e gêneros textuais. Acentuação gráfica, ortografia. Conjugação de verbos usuais. Regência. Concordância Verbal e Nominal. Antônimos e Sinônimos. Classes de Palavras variáveis e invariáveis e suas funções no texto. Estrutura e Processos de Formação de Palavras, Significação
das Palavras. Divisão silábica: identificação do número de sílabas. Fonética e Fonologia. Flexão de gênero e número.
Matemática/ Raciocínio Lógico: Resolução de situações problemas, conjuntos, porcentagens, seqüências (com
números, com figuras, de palavras). Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.
Conhecimentos Gerais: Noções gerais e/ou atualidades sobre história, geografia, turismo, economia, sociedade,
segurança, instituições e política, em escala municipal e estadual. Atualidades sobre cultura e sociedade brasileira, cinema, jornais, televisão, festas, música, religião e esportes.

CARG DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO:AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA
Conhecimentos Específico: Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Boas Maneiras. Comportamento no
ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no
trabalho.

CARG DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL
Conhecimentos Específico: Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo. Boas Maneiras. Comportamento no
ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Aplicação de inseticidas e fungicidas. Noções básicas de construção, hidráulica e elétrica. Higiene pessoal e com todo o material
mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho.

CARG DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: COZINHEIRO
Conhecimentos Específico: Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Diferentes processos de execução.

O

O

O

Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho:
acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção. Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de Cozinheiro.

CARG DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: ELETRICISTA
Conhecimentos Específico: Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Diferentes processos de execução.
Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho:acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção; Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentosde proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de eletricista.

CARG DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO:MECÂNICO
Conhecimentos Específico: Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Diferentes processos de execução.
Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho: acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção. Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos
de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de mecânico.

CARG DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: MERENDEIRA
Conhecimentos Específico: Equipamentos e materiais utilizados na atividade. Diferentes processos de execução.
Noções básicas de higiene: pessoal, ambiental, de utensílios e equipamentos. Noções de segurança do trabalho:
acidentes do trabalho, conceitos, causas e prevenção. Normas de segurança, conceito de proteção e equipamentos de proteção. Desenvolvimento de atividades relacionadas com a execução do serviço de Merendeira.

CARGODE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO:MOTORISTA I
Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro. Resoluções,
Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Direção defensiva. Noções gerais de circulação e conduta. Noções de mecânica de autos. Noções de primeiros socorros. Manutenção e Limpeza de veículos. Habilidade na condução de Veículo.

CARGODE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO:MOTORISTA II
Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro. Resoluções,

CARGODE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS / PATROLA
Conhecimentos Específico: Conhecimentos básicos inerentes ao Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções,
Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. Direção defensiva. Noções de mecânica de autos/maquinários. Noções de primeiros socorros. Habilidade na operação de máquinários. Higiene e limpeza de maquinários. Habilidade e manuseio referente as atividades correlatadas ao cargo de Operador de Máquinas / Patrola.

ANEXO I - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS CONCURSO PÚBLICO N° 01/2026

NÍVEL SUPERIOR

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ADVOGADO
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Direito ou Ciências Jurídicas, em Estabelecimento de Ensino
devidamentereconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscriç o na Ordem dos Advogados do Brasil.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pela Ordem dos Advogados do Brasil e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pelo Departamento Jurídico.
Sob a supervisão e orientação do Assessor Jurídico, tem a tarefa de produzir pareceres e defesas judiciais, participar de audiências nos feitos de sua responsabilidade ou naqueles que for determinado pelo Chefe do Setor, interpor os recursos cabíveis e acompanhá-los até o fim, elaborar o estudo pertinente e propor ações judiciais de interesse do Município, ou que forem determinadas pelo Assessor Jurídico, e, ainda, função e obrigação do Advogado, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.
CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ARQUITETO
Requisitos: Curso Superior em Arquitetura e registro no órgão de classe da categoria.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS;

Projetar, dirigir e fiscalizar obras, realizar projetos de escolas e edifícios públicos; realizar e fazer arbitramentos; colaborar na elaboração de projetos de plano diretor do Município; Elaborar projetos de conjuntos residenciais e praças públicas; Realizar orçamentos e cálculos sobre projetos; Planejar ou orientar a construção e reparos de monumentos públicos; Projetar, dirigir e fiscalizar serviços de urbanismo e construção de obras de arquitetura paisagística; Examinar projetos e proceder à vistoria de construções; emitir parecer sobre questões de sua especialidade; Elaborar projetos complementares (elétrico, hidráulico e outros); executar outras tarefas correlatas ao cargo.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso superior em Serviço Social em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovação de inscrição Conselho Regional de Serviço Social. (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025).

Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Assistentes Sociais e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Assistência Social. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal da Assistência Social, tem a tarefa de produzir pareceres e relatórios, atender ao público, fazer os encaminhamentos necessários. Compreende ainda a função e obrigação do Assistente Social, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas, desde que respeitadas às regras de sigilo profissional disposto no seu Código de Ética, resguardando o caráter confidencial das comunicações, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações a que tenha acesso no exercício profissional. O Assistente Social poderá ser cedido a outros órgãos ou instituições por força de convênios;

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Ciências Contábeis, Ciências Econômica, Direito ou Administração Pública,em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional Correspondente.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Exercer funções especializadas e estratégicas no âmbito da administração tributária municipal, tanto em caráter exclusivo quanto geral, além de dispor de prerrogativas específicas no desempenho de suas atividades. Suas atribuições abrangem: Realizar ações de tributação, arrecadação, constituição e cobrança administrativa dos tributos municipais. Lançar e fiscalizar tributos instituídos por outros entes federativos, conforme a legislação ou convênios. Constituir e revisar créditos tributários, inclusive com emissão eletrônica, homologar e aplicar penalidades legais. Executar auditorias, diligências, perícias e fiscalizações, inclusive com apreensão de documentos e lacração de bens. Supervisionar o intercâmbio de cadastros e informações fiscais com outras esferas governamentais. Especificar e avaliar parâmetros de tratamento da informação tributária. Planejar e executar ações de repressão à sonegação fiscal e à ocultação de bens, direitos e valores. Desconsiderar atos simulados que visem disfarçar o fato gerador do tributo. Proferir manifestação técnica em processos administrativo-fiscais, inclusive sobre restituição, imunidade, isenção, suspensão, extinção e reconhecimento de crédito tributário. Elaborar pareceres técnicos tributários e responder a consultas formais. Redigir minutas de atos normativos e manifestar-se sobre projetos de lei tributários. Supervisionar ações de orientação ao contribuinte e formalização de processos. Elaborar minutas de cálculo tributário conforme decisões judiciais ou administrativas. Prestar assistência técnica extrajudicial aos órgãos jurídicos do Município (exceto quando parte interessada). Informar débitos para inscrição em dívida ativa. Planejar e supervisionar as atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança de tributos. Realizar investigações de inteligência fiscal. Examinar documentos e registros financeiros de contribuintes em processo ou procedimento fiscal. Verificar livros e documentos relacionados aos repasses constitucionais. Emitir pareceres conclusivos sobre a regularidade fiscal de contribuintes. Assessorar autoridades superiores da Secretaria da Fazenda ou de outros órgãos da Administração. Participar da implantação de projetos e programas da Administração Tributária. Sugerir aperfeiçoamentos na legislação tributária e rotinas

administrativas. Preparar atos para conversão de depósitos judiciais em receita municipal. Acompanhar a execução orçamentária, sem prejuízo das competências de outros órgãos. Supervisionar órgãos setoriais de orçamento. Planejar e desenvolver sistemas de informação tributária e de informática fiscal. Avaliar e propor capacitações e concursos de acesso para a carreira. Acessar informações sobre ações judiciais envolvendo créditos tributários. Atuar na prevenção e repressão a infrações ético-disciplinares dos Auditores Fiscais. Emitir informações e pareceres em processos administrativos tributários. Realizar análises contábeis, econômicas e financeiras de interesse fiscal. Elaborar estudos de avaliação e controle da receita tributária. Controlar repasses oriundos de transferências constitucionais. Orientar os contribuintes quanto à legislação e cumprimento de obrigações fiscais. Iniciar e concluir ações fiscais, inclusive sem ordem superior, diante de indícios de irregularidades. Ter acesso irrestrito a estabelecimentos públicos e privados, inclusive residências, para fins de fiscalização. Requisitar força policial para garantir o exercício das funções fiscais. Prioridade no recebimento de recursos para execução das atividades. Atuar de forma integrada como outros entes federativos, inclusive com compartilhamento de dados. Ter acesso e permanência livres em logradouros públicos no exercício de suas funções. Exercer fé pública, conferindo presunção de legitimidade e veracidade aos seus atos.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: CONTADOR
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior na área de contabilidade em Estabelecimento de Ensino devidamentereconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Contabilidade - CRC. (Redação acrescida pela Lei nº2201/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Organizar e dirigir os trabalhos inerentes à contabilidade do Município de Terra Roxa-PR, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle. Poderá, ainda, ser designado para responder pela Autarquia Municipal de Previdência.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: DENTISTA I

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Odontologia, em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Odontologia.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Odontologia e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Saúde. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal da Saúde, é o responsável pelo atendimento ambulatorial pessoal a cada um que buscar socorro e tratamento dentário, de acordo com o agendamento realizado pela recepção de cada uma das unidades de saúde onde for designado para prestar o serviço, emitindo encaminhamentos, receituários, realizando a orientação a cada um dos pacientes, elaborando os relatórios que lhe forem determinados pela Secretaria Municipal de Saúde ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais. Pode, ainda, o Dentista ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre

determinado aspecto, principalmente relativos ao tratamento preventivo de doenças da boca ou no cumprimento de campanhas de saúde pública. São, ainda, função e obrigação do Dentista, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: DENTISTA II
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Odontologia, em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Odontologia.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Odontologia e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Saúde. Sob supervisão e orientação do Secretário Municipal da Saúde, é o responsável pelo atendimento ambulatorial pessoal a cada um que buscar socorro e tratamento dentário, de acordo com o agendamento realizado pela recepção de cada uma das unidades de saúde onde for designado para prestar o serviço, emitindo encaminhamentos, receituários, realizando a orientação a cada um dos pacientes, elaborando os relatórios que lhe forem determinados pela Secretaria Municipal de Saúde ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais. Pode, ainda, o Dentista ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinado aspecto, principalmente relativos ao tratamento preventivo de doenças da boca ou no cumprimento de campanhas de saúde pública. É, ainda, função e obrigação do Dentista, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: EDUCADOR SOCIAL
Requisitos: Comprovação de conclusão de curso superior em áreas relacionadas à Educação (pedagogia) ou Ciências Sociais (serviço social) em estabelecimento de ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). (Redação acrescida pela Lei nº**2201**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS Executar atividades e apoiar no planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios das políticas públicas sob gestão da Secretaria de Assistência Social. Acolher e recepcionar pessoas, a fim de propiciar ambiência acolhedora, bem como realizar cadastro, triagem, prestar informações, orientações e realizar os encaminhamentos necessários para a rede de serviços; Orientar, informar e encaminhar, conforme normativas vigentes, para demais políticas públicas, de modo a contribuir para o usufruto de direitos sociais; Inserir dados, realizar pesquisas e registrar atendimentos e ações em sistemas de informação e demais instrumentos oficiais, bem como assegurar a privacidade das informações e subsidiar a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar; Organizar e facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e/ou na comunidade, sob orientação técnica; Participar das reuniões de equipe para estudo, planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Operacionalizar em conjunto com

a equipe técnica a implantação de serviços, projetos, programas e benefícios; Apoiar e desenvolver ações para a promoção do acesso de indivíduos e famílias aos serviços sócio-assistenciais, por meio de busca ativa, abordagem social, visita domiciliar, entre outros; Participar do mapeamento dos recursos comunitários existentes no território de abrangência da sua unidade de trabalho; Apoiar no monitoramento dos encaminhamentos realizados a usuários para a rede sócio-assistencial, políticas públicas e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, e acompanhar em deslocamentos para atendimentos externos à sua unidade de atuação, quando necessário; Apoiar na organização e execução de eventos artísticos, lúdicos e culturais, entre outros nas unidades e/ou na comunidade; Desenvolver atividades sócio-educativas e de convivência e socialização, com indivíduos, famílias e grupos, com vista à atenção, defesa e garantia de direitos; Acompanhar, orientar e auxiliar usuários nas Atividades de rotina e instrumentais da vida diária; Apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e/ou pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das unidades sócio-assistenciais; Apoiar na articulação e no desenvolvimento de ações com a rede de serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e outros órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; Informar, sensibilizar, encaminhar e monitorar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional e comportamental para o trabalho, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; Participar de capacitações, supervisões técnicas, oficinas, seminários, espaços de estudo, e demais ações de educação permanente, com o objetivo de aprimorar suas competências para o exercício do trabalho; Promover capacitações, oficinas, seminários e espaços de estudo; Contribuir para a humanização e melhoria dos serviços e atendimentos ofertados; Desempenhar atividades inerentes ao cargo, bem como atividades de apoio a gestão e outras correlatas ao cargo.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ENFERMEIRO PADRÃO
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior de Enfermagem em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecidopelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Enfermagem e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Saúde Municipal. Sob a supervisão e

orientação do Secretário Municipal da Saúde e/ou do Diretor do Departamento de Saúde, é o responsável pela Coordenação Geral da Enfermagem no Hospital Municipal, distribuindo tarefas e orientando o Auxiliar de Enfermagem e a cada um dos que necessitarem de acompanhamento específico, emitindo encaminhamentos, realizando a orientação necessária às pessoas que acompanhar, elaborando os relatórios que lhe forem determinados pela Secretaria Municipal de Saúde ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais. Pode, ainda, o Enfermeiro ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinado aspecto, principalmente relativos ao tratamento preventivo de doenças ou no cumprimento de campanhas de saúde pública. São, ainda, função e obrigação do Enfermeiro, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que possam ser
detectadas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Engenharia Agronomia em estabelecimento de ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Curso superior em Agronomia e comprovante de
inscrição no Conselho Regional da Categoria.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Agronomia e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Agricultura. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal da Agricultura e/ou do Chefe do Departamento, é o responsável pela elaboração de projetos de engenharia e pela fiscalização de obras em andamento na área agrícola ou rural, subscrevendo os laudos finais e acompanhando a medição de etapas para fins de pagamento. Na Área de Meio Ambiente, é o fiscal das áreas de preservação permanente, e será consultado sempre que for necessário qualquer desmatamento. Ainda, junto com o Engenheiro Agrônomo, tem a responsabilidade de zelar pela conservação dos solos, evitando a erosão, orientando a população, e, se for ocaso, aplicar as sansões cabíveis ou denunciar o fato a quem de direito. Deve ainda, elaborar os relatórios que lhe forem determinados pela Secretaria Municipal a que está subordinado ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais. Pode, ainda, o Engenheiro Agrônomo ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinado aspecto de sua área de conhecimento. São, ainda, função e obrigação do Engenheiro Agrônomo, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre
eventuais irregularidades que possam ser detectadas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: ENGENHEIRO CIVIL
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior de Engenharia Civil em Estabelecimento de Ensino
devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025).
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS;
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Viação e Obras. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal e/ou do Chefe do Departamento, é o responsável pela elaboração de projetos de engenharia e pela fiscalização de obras em andamento, subscrevendo os laudos finais e acompanhando a medição de etapas para fins de pagamento. É sua tarefa, ainda, fazer vistorias em prédios recém-construídos para a emissão do "habite-se" e de prédios antigos, para verificar as condições da habitação, suas instalações elétricas, e hidráulicas, determinando a interdição daqueles que não possuam condições para a habitação. Na Área de Meio Ambiente, é o fiscal das áreas de preservação permanente, e será consultado sempre que for necessário qualquer desmatamento. Ainda, junto com o Engenheiro Agrônomo, tem a responsabilidade de zelar pela conservação dos solos, evitando a erosão, orientando a população, e, se for o caso, aplicar as sansões cabíveis ou denunciar o fato a quem de direito. Deve ainda, elaborar os relatórios que lhe forem
determinados pela Secretaria Municipal a que está subordinado ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais.

Pode, ainda, o Engenheiro Civil ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinado aspecto. São, ainda, função e obrigação do Engenheiro Civil, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que
possam ser detectadas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FARMACÊUTICO
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior na área de Farmácia em Estabelecimento de Ensino
devidamentereconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Fornecer medicamentos de acordo com prescrições médicas, interpretando as instruções de uso dos produtos e repassando aos pacientes, bem como supervisiona a distribuição e o controle dos medicamentos, emitindo laudos, pareceres e diagnósticos sobre possíveis efeitos colaterais quanto o uso de produtos farmacêuticos. Subministra produtos médicos e cirúrgicos, seguindo o receituário apropriado; Controla entorpecente e produtos equiparados, através de mapas, guias e livros, assim atendendo a dispositivos legais; Analisa produtos farmacêuticos, valendo-se de métodos químicos, para verificar qualidade, teor. pureza e quantidade de cada elemento na composição; Orienta os responsáveis por farmácias e drogarias para que cumpram as leis vigentes; Assessora as autoridades superiores no preparo de informações e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica; Fornece sempre que solicitado subsídios para elaboração de ordens de serviço, portarias, pareceres e manifestos; Controla o estoque a compra de medicamentos, assim como, o prazo de validade dos mesmos; Colabora com a limpeza e organização do local de
trabalho; Executa outras atividades correlatas ao cargo e/ou determinadas pelo superior imediato.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FISCAL TRIBUTÁRIO
Requisitos: Comprovação de conclusão de Curso de nível Superior em Estabelecimento de Ensino devidamente
reconhecido peloMinistério da Educação (MEC). (Redação acrescida pela Lei nº 2201/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Dar cumprimento à legislação tributária pertinente; Lavrar termos, intimações, notificações autos de infração e apreensão, na conformidade da legislação competente; Constituir o crédito tributário mediante o respectivo lançamento, inclusive o decorrente de tributo informado e não pago; Exercer a fiscalização preventiva através de orientações aos contribuintes com vistas ao exato cumprimento de legislação tributária; Exercer a fiscalização repressiva, com imposição das multas cabíveis, nos termos da lei; Responder verbalmente as consultas formuladas por contribuintes.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FISIOTERAPEUTA I

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Fisioterapia em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecidopelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria. (Redação acrescida pela Lei nº2201/2025)

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Prestar assistência fisioterapêutica; Anatomia; Fisiologia; Neurologia; Ortopedia; Fundamentos de Fisioterapia, Cinesioterapia, Fisioterapia aplicada à neurologia infantil e adulta; comprometer-se com a implantação de Programas de Saúde específicos do município; obedecer as Políticas de Saúde municipais; manter conduta que propicie ao usuário do Sistema de Saúde um atendimento eficaz, honesto, agradável e atencioso; atender consultas em ambulatórios, hospitais e unidades volantes; examinar casos especiais e serviços especializados; preencher relatórios mensais relativos às atividades do emprego; participar de programas e pesquisa em Saúde Pública e/ou Coletiva; e executar outras tarefas correlatas, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FISIOTERAPEUTA II

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Fisioterapia em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecidopelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria.
(Redação acrescida pela Lei nº2201/2025)

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Prestar assistência fisioterapêutica; Anatomia; Fisiologia; Neurologia; Ortopedia; Fundamentos de Fisioterapia, Cinesioterapia, Fisioterapia aplicada à neurologia infantil e adulta; comprometer-se com a implantação de Programas de Saúde específicos do município; obedecer as Políticas de Saúde municipais; manter conduta que propicie ao usuário do Sistema de Saúde um atendimento eficaz, honesto, agradável e atencioso; atender consultas em ambulatórios, hospitais e unidades volantes; examinar casos especiais e serviços especializados; preencher relatórios mensais relativos às atividades do emprego; participar de programas e pesquisa em Saúde Pública e/ou Coletiva; e executar outras tarefas correlatas, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FONOAUDIÓLOGO I

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Fonoaudiologia em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria. (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025)

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Prestar assistência fonoaudiológica, através da utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas a fim de desenvolver e/ou restabelecer a capacidade de comunicação dos pacientes; avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação do fonoaudiólogo, nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas; desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados à Fonoaudiologia; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes á sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos - científicos para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos, direta ou indiretamente, à política de atendiment à criança e ao adolescente; e realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: FONOAUDIÓLOGO II

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Fonoaudiologia em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria. (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025)

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Prestar assistência fonoaudiológica, através da utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas a fim de desenvolver e/ou restabelecer a capacidade de comunicação dos pacientes; avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação do fonoaudiólogo, nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas; desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente; avaliar os pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação,

desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados à Fonoaudiologia; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes á sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando,
oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnicos - científicos para fins de formulação de diretrizes,

planos e programas de trabalho afetos, direta ou indiretamente, à política de atendimento à criança e ao adolescente; e
realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Medicina em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido
pelo Ministério da Educação (MEC), Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Medicina e Título de Especialista em Ginecologia e Obstetrícia. (Redação acrescida pela Lei nº 2201/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública. Descrição analítica: prestar assistência médica integral à saúde da mulher, na área de ginecologia e obstetrícia, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; Orientar mulheres e gestantes quanto ao planejamento familiar, uso de métodos contraceptivos, pré- natal, parto e puerpério, aleitamento materno, entre outros; Realizar acompanhamento de pré-natal das gestantes, com encaminhamentos quando se fizer necessário; Coletar material para exame preventivo de Câncer de colo uterino quando julgar necessário; coletar material para outros exames ginecológicos. Requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica, tratamento prescrito e evolução da doença; encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso; participar da formulação de di gnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades,para determinação de programação a serem desenvolvidos; realizar avaliação periódica dos serviços prestados; opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos,particularmente, daqueles prioritários e de alto risco; participar da operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; efetuar pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; elaborar os planos de atendimento em função das necessidades básicas de saúde da coletividade; participar do planejamento, execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade; participar dos programas de treinamento de pessoal médico; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões comunidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao
Município; executar outras tarefas correlatas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: MÉDICO PEDIATRA
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Medicina em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido
pelo Ministérioda Educação (MEC), Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Medicina e Título de Especialista em Pediatria. (Redação acrescida pela Lei nº2201/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública. Descrição analítica: prestar assistência médica integral à saúde da criança e adolescente, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente, diagnosticando,prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; avaliar e acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças; realizar puericultura em crianças menores de 02 anos; requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica, tratamento prescrito e evolução da doença; encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso; participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades, para determinação de programação a serem desenvolvidos; realizar avaliação periódica dos serviços prestados; opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos, particularmente, daqueles prioritários e de alto risco; participar da operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; efetuar pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; elaborar os planos de atendimento em função das necessidades básicas de saúde da coletividade; participar do planejamento, execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade; participar dos programas de treinamento de pessoal médico; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões,revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e
programas de trabalho afetos ao Município; executar outras tarefas correlatas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO GENERALISTA I
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Medicina em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido

pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Medicina. (Redação acrescida pela Lei nº 2201/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Medicina e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela

Secretaria de Saúde, com as seguintes especificações: Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública. Descrição analítica: efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica tratamento prescrito e evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas,cirúrgicas e traumatológicas; encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso; participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades,para determinação de programação a serem desenvolvidos; realizar avaliação periódica dos serviços prestados; participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (programas de vigilância epidemiológica); opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos,particularmente, daqueles prioritários e de alto risco; participar da operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; efetuar pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; supervisionar e avaliar a coleta de dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade principalmente os relativos à mortalidade e morbilidade, orientando as tarefas da equipe de pesquisas, e analisando resultados das mesmas, para obter informes atualizados e, através delas, indicadores de saúde da população estudada; identificar e avaliar os problemas de saúde da unidade em estudo, analisando os dados coletados, a fim de conhecer os fatores determinantes, os recursos disponíveis para as ações de saúde e estabelecer prioridades; elaborar os planos de atendimento em função das necessidades básicas de saúde da coletividade, montando programas de ações médico-sanitário com base numa escala de prioridades, tais como, tempo, pessoal, recursos materiais e financeiros, para controlar ou baixar os níveis de endemias, evitar epidemias de elevar os níveis de saúde; elaborar normas técnicas e administrativas, relacionadas ao desenvolvimento dos trabalhos, consultando documentos de outros serviços, legislação pertinente e boletins bioestatísticos, para obter, em bases científicas, programações padronizadas das ações de saúde; assessor ou executar atividades de controle de poluição da água, do solo, do ar e do destino adequado do lixo e dejetos, guiando-se pelo resultado de pesquisas pré- realizadas nesse sentido para melhorar as condições de saneamento do meio ambiente; estimular medidas de notificação das doenças epidêmicas e conseqüentes medidas de controle das mesmas, seguindo as 26 determinações da Organização Mundial da Saúde, para possibilitar a identificação e controle dos processos mórbidos; participar do planejamento,execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade, coordenando reuniões, divulgando a legislação sanitária e outros assuntos relativos à saúde, através de palestras e recursos audiovisuais, para motivar o desenvolvimento de atitudes e hábitos sadios; participar dos programas de treinamento de pessoal médico e paramédico, promovendo reuniões de estudo e discussão de problemas de saúde ou debates de temas técnico-administrativos para proporcionar aos profissionais a observação e a experiência no campo da saúde pública e manter ou elevar o padrão de atendimento; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação,desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividade em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e
auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento

qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; executar outras tarefas correlatas. Atuação no PSF - Programa Saúde da Família: Realizar consultas clínicas aos usuários da área pela qual é responsável; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida:criança, adolescente, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da região pela qual é responsável e,quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Ocupacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática de saúde coletiva;Fomentar a formação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc. Realizar o pronto atendimento médico de urgências e emergências; Encaminhar os serviços de maior complexidade, quando necessário,garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde, por meio de um sistema de acompanhamento; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internações hospitalares; Solicitar exames complementares; Verificar óbitos; Registrar no Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB e no sistema de Informática do órgão municipal de saúde, todos os procedimentos realizados. Cumprir demais atividades que venham ser determinadas pelo Ministério da Saúde concernente ao Programa Saúde da
Família; Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo órgão municipal de saúde.
CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO GENERALISTA II
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Medicina em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido
pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Medicina. (Redação acrescida pela Lei nº 2201/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Medicina e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Saúde, com as seguintes especificações: Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública. Descrição analítica: efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica tratamento prescrito e evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas, cirúrgicas e traumatológicas; encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso; participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades,para determinação de programação a serem desenvolvidos; realizar avaliação periódica dos serviços prestados; participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (programas de vigilância epidemiológica); opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos, particularmente, daqueles prioritários e de alto risco; participar da operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar de programas e

atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; efetuar
pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; supervisionar e avaliar a coleta de dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade principalmente os relativos à mortalidade e morbilidade, orientando as tarefas da equipe de pesquisas, e analisando resultados das mesmas, para obter informes atualizados e, através delas, indicadores de saúde da população estudada; identificar e avaliar os problemas de saúde da unidade em estudo, analisando os dados coletados, a fim de conhecer os fatores determinantes, os recursos disponíveis para as ações de saúde e estabelecer prioridades; elaborar os planos de atendimento em função das necessidades básicas de saúde da coletividade, montando programas de ações médicas-sanitárias com base numa escala de prioridades, tais como, tempo, pessoal, recursos materiais e financeiros, para controlar ou baixar os níveis de endemias, evitar epidemias de elevar os níveis de saúde; elaborar normas técnicas e administrativas, relacionadas ao desenvolvimento dos trabalhos, consultando documentos de outros serviços, legislação pertinente e boletins bioestatísticos, para obter, em bases científicas, programações padronizadas das ações de saúde; assessor ou executar atividades de controle de poluição da água, do solo, do ar e do destino adequado do lixo e dejetos, guiando-se pelo resultado de pesquisas pré-realizadas nesse sentido para melhorar as condições de saneamento do meio ambiente; estimular medidas de notificação das doenças epidêmicas e conseqüentes medidas de controle das mesmas, seguindo as 26 determinações da Organização Mundial da Saúde, para possibilitar a identificação e controle dos processos mórbidos; participar do planejamento,execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade, coordenando reuniões, divulgando a legislação sanitária e outros assuntos relativos à saúde, através de palestras e recursos audiovisuais, para motivar o desenvolvimento de atitudes e hábitos sadios; participar dos programas de treinamento de pessoal médico e paramédico, promovendo reuniões de estudo e discussão de problemas de saúde ou debates de temas técnicos-administrativos, para proporcionar aos profissionais a observação e a experiência no campo da saúde pública e manter ou elevar o padrão de atendimento; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividade em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; executar outras tarefas correlatas. Atuação no PSF - Programa Saúde da Família: Realizar consultas clínicas aos usuários da área pela qual é responsável; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida:criança, adolescente, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da região pela qual é responsável e,quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Ocupacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática de saúde coletiva; Fomentar a formação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc. Realizar o pronto atendimento médico de urgências e emergências; Encaminhar os serviços de maior complexidade, quando necessário,garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde, por meio de um sistema de acompanhamento; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internações hospitalares; Solicitar exames complementares; Verificar óbitos; Registrar no Sistema de Informação da Atenção
Básica - SIAB e no sistema de Informática do órgão municipal de saúde, todos os procedimentos realizados. Cumprir
demais atividades que venham ser determinadas pelo Ministério da Saúde concernente ao Programa Saúde da
Família; Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo órgão municipal de saúde.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: MÉDICO GENERALISTA III

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Medicina em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido
pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Medicina. (Redação acrescida pela Lei nº 2201/2025)

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Medicina e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Saúde, com as seguintes especificações: Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública. Descrição analítica: efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica tratamento prescrito e evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas,cirúrgicas e traumatológicas; encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso; participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades,para determinação de programação a serem desenvolvidos; realizar avaliação periódica dos serviços prestados; participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (programas de vigilância epidemiológica); opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos,particularmente, daqueles prioritários e de alto risco; participar da operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; efetuar pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; supervisionar e avaliar a coleta de dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade, principalmente os relativos à mortalidade e morbilidade,orientando as tarefas da equipe de pesquisas, e analisando resultados das mesmas, para obter informes atualizados e, através delas, indicadores de saúde da população estudada; identificar e avaliar os problemas de saúde da unidade em estudo, analisando os dados coletados, a fim de conhecer os fatores determinantes, os recursos disponíveis para as ações de saúde e estabelecer prioridades; elaborar os planos de atendimento em função das necessidades básicas
de saúde da coletividade, montando programas de ações médicas-sanitárias com base numa escala de

prioridades, tais como, tempo, pessoal, recursos materiais e financeiros, para controlar ou baixar os níveis de endemias, evitar epidemias de elevar os níveis de saúde; elaborar normas técnicas e administrativas, relacionadas ao desenvolvimento dos trabalhos, consultando documentos de outros serviços, legislação pertinente e boletins bioestatísticos, para obter, em bases científicas, programações padronizadas das ações de saúde; assessor ou executar atividades de controle de poluição da água, do solo, do ar e do destino adequado do lixo e dejetos, guiando-se pelo resultado de pesquisas pré-realizadas nesse sentido para melhorar as condições de saneamento do meio ambiente; estimular medidas de notificação das doenças epidêmicas e conseqüentes medidas de controle das mesmas, seguindo as 26 determinações da Organização Mundial da Saúde, para possibilitar a identificação e controle dos processos mórbidos; participar do planejamento,execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade, coordenando reuniões, divulgando a legislação sanitária e outros assuntos relativos à saúde, através de palestras e recursos audiovisuais, para motivar o desenvolvimento de atitudes e hábitos sadios; participar dos programas de treinamento de pessoal médico e paramédico, promovendo reuniões de estudo e discussão de problemas de saúde ou debates de temas técnicos-administrativos, para proporcionar aos profissionais a observação e a

experiência no campo da saúde pública e manter ou elevar o padrão de atendimento; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividade em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; executar outras tarefas correlatas. Atuação no PSF - Programa Saúde da Família: Realizar consultas clínicas aos usuários da área pela qual é responsável; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida:criança, adolescente, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da região pela qual é responsável e,quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Ocupacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática de saúde coletiva;Fomentar a formação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc. Realizar o pronto atendimento médico de urgências e emergências; Encaminhar os serviços de maior complexidade, quando necessário,garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde, por meio de um sistema de acompanhamento; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internações hospitalares; Solicitar exames complementares; Verificar óbitos; Registrar no Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB e no sistema de Informática do órgão municipal de saúde, todos os procedimentos realizados. Cumprir demais atividades que venham ser determinadas pelo Ministério da
Saúde concernente ao Programa Saúde da Família; Executar outras atividades correlatas ou determinadas
pelo órgão municipal de saúde.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: MÉDICO GENERALISTA IV

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Medicina em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido
pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Medicina. (Redação acrescida pela Lei nº 2201/2025)

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Medicina e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Saúde, com as seguintes especificações: Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública. Descrição analítica: efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de emergência, examinando o paciente, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; manter registro dos pacientes examinados,anotando a conclusão diagnostica tratamento prescrito e evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas,cirúrgicas e traumatológicas; encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso; participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades,para determinação de programação a serem desenvolvidos; realizar avaliação periódica dos serviços prestados; participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (programas de vigilância epidemiológica); opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos,particularmente, daqueles prioritários e de alto risco; participar da operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; efetuar pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; supervisionar e avaliar a coleta de dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade, principalmente os relativos à mortalidade e morbilidade,orientando as tarefas da equipe de pesquisas, e analisando resultados das mesmas, para obter informes atualizados e, através delas, indicadores de saúde da população estudada; identificar e avaliar os problemas de saúde da unidade em estudo, analisando os dados coletados, a fim de conhecer os fatores determinantes, os recursos disponíveis para as ações de saúde e estabelecer prioridades; elaborar os planos de atendimento em função das necessidades básicas de saúde da coletividade, montando programas de ações médicas-sanitárias com base numa escala de prioridades, tais como, tempo, pessoal, recursos materiais e financeiros, para controlar ou baixar os níveis de endemias, evitar epidemias de elevar os níveis de saúde; elaborar normas técnicas e administrativas, relacionadas ao desenvolvimento dos trabalhos, consultando documentos de outros serviços, legislação pertinente e boletins bioestatísticos, para obter, em bases científicas, programações padronizadas das ações de saúde; assessor ou executar atividades de controle de poluição da água, do solo, do ar e do destino adequado do lixo e dejetos, guiando-se pelo resultado de pesquisas pré-
realizadas nesse sentido para melhorar as condições de saneamento do meio ambiente; estimular medidas de
notificação das doenças epidêmicas e conseqüentes medidas de controle das mesmas, seguindo as 26 determinações da Organização Mundial da Saúde, para possibilitar a identificação e controle dos processos mórbidos; participar do planejamento,execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade, coordenando reuniões, divulgando a legislação sanitária e outros assuntos relativos à saúde, através de palestras e recursos audiovisuais, para motivar o desenvolvimento de atitudes e hábitos sadios; participar dos programas de treinamento de pessoal médico e paramédico, promovendo reuniões de estudo e discussão de problemas de saúde ou debates de temas técnico-administrativos, para proporcionar aos profissionais a observação e a experiência no campo da saúde pública e manter ou elevar o padrão de atendimento; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação,desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividade em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; executar outras tarefas correlatas. Atuação no PSF - Programa Saúde da Família: Realizar consultas clínicas aos usuários da área pela qual é responsável; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida:criança, adolescente, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da região pela qual é responsável e,quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Ocupacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática de saúde coletiva;Fomentar a formação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc. Realizar o pronto atendimento médico de urgências e emergências; Encaminhar os serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde, por meio de um sistema de acompanhamento; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internações hospitalares; Solicitar exames complementares; Verificar óbitos; Registrar no Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB e no sistema de Informática do órgão municipal de saúde, todos os procedimentos realizados. Cumprir demais atividades que venham ser determinadas pelo Ministério da Saúde concernente ao Programa Saúde da
Família; Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo órgão municipal de saúde.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO GENERALISTA V
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso de Medicina em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Medicina. (Redação acrescida pela Lei nº 2201/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Medicina e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Saúde, com as seguintes especificações: Realizar tarefas inerentes à área de saúde pública. Descrição analítica: efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva, terapêutico ou de

emergência, examinando o paciente, diagnosticando, prescrevendo tratamento, prestando orientações e solicitando hospitalização, se necessário; requisitar, analisar e interpretar exames complementares de laboratório, para fins de diagnóstico e acompanhamento clínico; manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica tratamento prescrito e evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas,cirúrgicas e traumatológicas; encaminhar pacientes para tratamento especializado quando for o caso; participar da formulação de diagnósticos de saúde pública, realizando levantamento da situação dos serviços de saúde do município, identificando prioridades,para determinação de programação a serem desenvolvidos; realizar avaliação periódica dos serviços prestados; participar dos trabalhos de prevenção e controle de doenças transmissíveis em geral (programas de vigilância epidemiológica); opinar e participar tecnicamente dos programas e atividades de assistência integral e saúde individual, bem como de grupos específicos,particularmente, daqueles prioritários e de alto risco; participar da operacionalização do sistema de referência e contra-referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde; participar de programas e atividades de educação sanitária, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da comunidade; efetuar pesquisas na área, visando contribuir para o aprimoramento da prestação dos serviços de saúde; participar das definições dos programas de atualização e aperfeiçoamento das equipes, que atuam na área de saúde, fornecendo subsídios técnicos para a composição dos conteúdos programáticos; supervisionar e avaliar a coleta de dados bioestatísticos e sócio-sanitários da comunidade, principalmente os relativos à mortalidade e morbilidade,orientando as tarefas da equipe de pesquisas, e analisando resultados das mesmas, para obter informes atualizados e, através delas, indicadores de saúde da população estudada; identificar e avaliar os problemas de saúde da unidade em estudo, analisando os dados coletados, a fim de conhecer os fatores determinantes, os recursos disponíveis para as ações de saúde e estabelecer prioridades; elaborar os planos de atendimento em função das necessidades básicas de saúde da coletividade, montando programas de ações médicas-sanitárias com base numa escala de prioridades, tais como, tempo, pessoal, recursos materiais e financeiros, para controlar ou baixar os níveis de endemias, evitar epidemias de elevar os níveis de saúde; elaborar normas técnicas e administrativas, relacionadas ao desenvolvimento dos trabalhos, consultando documentos de outros serviços, legislação pertinente e boletins bioestatísticos, para obter, em bases científicas, programações padronizadas das ações de saúde; assessor ou executar atividades de controle de poluição da água, do solo, do ar e do destino adequado do lixo e dejetos, guiando-se pelo resultado de pesquisas pré- realizadas nesse sentido para melhorar as condições de saneamento do meio ambiente; estimular medidas de notificação das doenças epidêmicas e conseqüentes medidas de controle das mesmas, seguindo as 26 determinações da Organização Mundial da Saúde, para possibilitar a identificação e controle dos processos mórbidos; participar do planejamento,execução e avaliação de programas educativos destinados a grupos da comunidade, coordenando reuniões, divulgando a legislação sanitária e outros assuntos relativos à saúde, através de palestras e recursos audiovisuais, para motivar o desenvolvimento de atitudes e hábitos sadios; participar dos programas de treinamento de pessoal médico e paramédico, promovendo reuniões de estudo e discussão de problemas de saúde ou debates de temas técnicos-administrativos, para proporcionar aos profissionais a observação e a experiência no campo da saúde pública e manter ou elevar o padrão de atendimento; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação,desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividade em sua área de atuação; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; executar outras tarefas correlatas. Atuação no PSF - Programa Saúde da Família: Realizar consultas clínicas aos usuários da área pela qual é responsável; Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida:criança, adolescente, adulto e idoso; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da região pela qual é responsável e,quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Ocupacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática de saúde coletiva;Fomentar a formação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc. Realizar o pronto atendimento médico de urgências e emergências; Encaminhar os serviços de maior complexidade, quando necessário,garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde, por meio de um sistema de acompanhamento; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internações hospitalares; Solicitar exames complementares; Verificar óbitos; Registrar no Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB e no sistema de Informática do órgão municipal de saúde, todos os procedimentos realizados. Cumprir demais atividades que venham ser determinadas pelo Ministério da Saúde concernente ao Programa Saúde da Família; Executar outras atividades correlatas ou determinadas pelo órgão municipal de saúde.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO I
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior de Medicina Veterinária em Estabelecimento de Ensino devidamentereconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria. (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializadapelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria deSaúde. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal da Saúde e do Chefe da Vigilância Sanitária, é o responsável pelafiscalização na Área da Vigilância Sanitária, se do de sua responsabilidade, a fiscalização em todos os estabelecimentos Comerciais,principalmente aqueles que comercializam produtos farmacêuticos e alimentícios, com enfoque especial para aqueles quecomercializam tais produtos "in natura", principalmente, quanto ao armazenamento e aos equipamentos de conservação,procedendo, primeiramente, a orientação, conforme determina a lei que rege a matéria, determinando providências, fiscalizando oseu cumprimento, e em caso de não cumprimento e conforme a gravidade dos fatos, aplicar as sanções cabíveis. É responsáveltambém, pela fiscalização dos abatedouros públicos ou particulares, verificando a saúde dos animais abatidos para consumohumano, bem com a qualidade do produto, emitindo o competente laudo liberatório para a comercialização. Deve ainda, elaboraros relatórios que lhe forem determinados pela Secretaria Municipal de Saúde ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais.Pode, ainda, o Médico

Veterinário ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinadoaspecto, principalmente relativos ao tratamento preventivos de doenças causadas armazenamento inadequado ou pelo uso deequipamentos de conservação de alimentos "in natura" também inadequados ou no cumprimento de campanhas de saúdepública. É, ainda, função e obrigação do Médico Veterinário, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento queenvolva os servidores ou os usuários do sistema,
sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO II

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior de Medicina Veterinária em Estabelecimento de Ensino
devidamentereconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria. (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025)

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializadapelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria deSaúde. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal da Saúde e do Chefe da Vigilância Sanitária, é o responsável pelafiscalização na Área da Vigilância Sanitária, se do de sua responsabilidade, a fiscalização em todos os estabelecimentos Comerciais,principalmente aqueles que comercializam produtos farmacêuticos e alimentícios, com enfoque especial para aqueles quecomercializam tais produtos "in natura", principalmente, quanto ao armazenamento e aos equipamentos de conservação,procedendo, primeiramente, a orientação, conforme determina a lei que rege a matéria, determinando providências, fiscalizando oseu cumprimento, e em caso de não cumprimento e conforme a gravidade dos fatos, aplicar as sanções cabíveis. É responsáveltambém, pela fiscalização dos abatedouros públicos ou particulares, verificando a saúde dos animais abatidos para consumohumano, bem com a qualidade do produto, emitindo o competente laudo liberatório para a comercialização. Deve ainda, elaboraros relatórios que lhe forem determinados pela Secretaria Municipal de Saúde ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais.Pode, ainda, o Médico Veterinário ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinadoaspecto, principalmente relativos ao tratamento preventivos de doenças causadas armazenamento inadequado ou pelo uso deequipamentos de conservação de alimentos "in natura" também inadequados ou no cumprimento de campanhas de saúdepública. É, ainda, função e obrigação do Médico Veterinário, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento queenvolva os servidores ou os usuários do sistema,
sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: NUTRICIONISTA I

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Nutrição em Estabelecimento de Ensino devidamente
reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Curso superior em Nutrição e comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria.

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Planejar, implantar e acompanhar avaliação nutricional; promover a avaliação nutricional e do consumo alimentar dos indivíduos; promover adequação alimentar considerando as necessidades específicas da faixa etária atendida; integrar a equipe multidisciplinar com participação plena na atenção prestada aos usuários; zelar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio
da alimentação do setor da Administração Pública que for lotada, com base no diagnostico nutricional e nas referências

nutricionais, observando, adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológico das populações atendidas para definir a quantidade e a qualidade dos alimentos; Respeito aos hábitos alimentares e a cultura alimentar de cada localidade, a sua vocação agrícola e a alimentação saudável e adequada; Utilização dos produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agro ecológicos; local, regional, territorial, estadual, ou nacional, nesta ordem de prioridade; Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio; ajudar as na aquisição de alimentos, elaborando a lista de compras e auxiliando no planejamento da chamada pública da agricultura familiar; realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional,calculando os parâmetros nutricionais para atendimento com base no resultado da avaliação nutricional; Estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas, para que recebam o atendimento adequado; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do emprego levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; apresentar de relatórios semestrais das atividades para análise; executar outras tarefas
da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu emprego.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: NUTRICIONISTA II

Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior em Nutrição em Estabelecimento de Ensino devidamente
reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Curso superior em Nutrição e comprovante de inscrição no Conselho Regional da Categoria.

Atribuições:

FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:

Planejar, implantar e acompanhar avaliação nutricional; promover a avaliação nutricional e do consumo alimentar dos indivíduos; promover adequação alimentar considerando as necessidades específicas da faixa etária atendida; integrar a equipe multidisciplinar com participação plena na atenção prestada aos usuários; zelar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; Planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação do setor da Administração Pública que for lotada, com base no diagnostico nutricional e nas referências nutricionais, observando, adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológico das populações atendidas para definir a quantidade e a qualidade dos alimentos; Respeito aos hábitos alimentares e a cultura alimentar de cada localidade, a sua vocação agrícola e a alimentação saudável e adequada; Utilização dos produtos da agricultura familiar e dos empreendedores familiares rurais, priorizando, sempre que possível, os alimentos orgânicos e/ou agro ecológicos; local, regional, territorial, estadual, ou nacional, nesta ordem de prioridade; Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio; ajudar as na aquisição de alimentos, elaborando a lista de compras e auxiliando no planejamento da chamada pública da agricultura familiar; realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional, calculando os parâmetros nutricionais para atendimento com base no resultado da avaliação nutricional; Estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas, para que recebam o atendimento adequado; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do emprego levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; apresentar de relatórios semestrais das atividades para análise; executar outras tarefas
da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu emprego.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: PSICOLÓGO
Requisitos: Comprovação de conclusão de curso Superior em Psicologia em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Psicologia e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação e/ou Secretaria de Saúde. Sob a supervisão e orientação do Secretário Municipal da Assistência Social, Educação e/ou Saúde, é o responsável pelo atendimento pessoal a cada um dos que necessitarem de acompanhamento psicológico, de acordo com o agendamento realizado pelo setor responsável pela Assistência Social, Educação e/ou Saúde, emitindo encaminhamentos, receituários, realizando a orientação necessária às pessoas que acompanhar elaborando os relatórios que lhe for determinado pela Secretaria Municipal a que estiver subordinado ou aqueles devidos aos órgãos Estaduais e Federais. Pode, ainda, o Psicólogo ser convocado para a realização de palestras e/ou orientações coletivas sobre determinado aspecto, principalmente relativos ao tratamento preventivo de doenças ou no cumprimento de campanhas de saúde pública. Compreende ainda a função e obrigação do Psicólogo, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema, sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas, desde que respeitadas às regras de sigilo profissional disposto no seu Código de Ética, resguardando o caráter confidencial das comunicações, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações a que tenha acesso no exercício profissional.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: PROFESSOR (EDUCAÇÃO INFANTIL/FUNDAMENTAL)
Requisitos: Formação em nível Superior em Curso de Licenciatura Plena ou CursoNormal Superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal(Magistério).
Atribuições:
Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:- Participar na elaboração da proposta pedagógica da escola; - Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; - Zelar pela aprendizagem dos alunos; - Estabelecer e programar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas; - Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; - Divulgar as experiências educacionais realizadas; - Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.
Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:- Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola; - Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; - Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; - Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento; - Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; - Informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; - Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; - Acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; - Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino, ou da escola; - Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e de escola em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros de pessoal e de recursos materiais; - Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL
Requisitos: Formação em nível superior de Licenciatura plena em EducaçãoEspecial; ou Licenciatura Plena em Pedagogia e Curso de Pós-Graduação em Educação Especial ou Educação Inclusiva (com nomínimo 360 horas);
Atribuições:
A docência na educação especial no ensino fundamental, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições: - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos e estratégias de acessibilidade. - Avaliar constantemente a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. - Elaborar e executar o Plano Educacional Individualizado - PEI, garantindo suporte educacional aos alunos da Educação Especial. - Organizar atendimentos, estabelecendo o tipo e o número de atendimentos necessários para cada aluno. - Monitorar a aplicação dos recursos pedagógicos e garantir sua efetividade no ensino comum. - Estabelecer parcerias intersetoriais para ampliar a acessibilidade dos alunos. - Capacitar professores e orientar famílias sobre o uso adequado dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. Oferecer suporte na disponibilização de serviços, recursos e estratégias educacionais inclusivas. - Contribuir com o planejamento anual da área e garantir sua execução conforme as diretrizes e a legislação vigente. - Adaptar materiais considerando as necessidades individuais dos alunos. - Equilibrar teoria e prática na condução das aulas. - Realizar acompanhamento contínuo do desenvolvimento dos alunos e intervir quando necessário. - Empregar diferentes metodologias para tornar as aulas mais acessíveis e dinâmicas. - Observar e registrar dados relevantes para a realização de intervenções pedagógicas eficazes. - Identificar e respeitar as diferenças individuais, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo. - Expressar-se com clareza, manter o equilíbrio emocional e mediar conflitos na sala de aula. - Desenvolver aulas que favoreçam a comunicação e a interação entre alunos e professores. - Seguir as normas da Constituição Federal, LDB, ECA, Lei da Inclusão e Lei do TEA, entre outras. - Utilizar de estímulos visuais, auditivos e motores como suporte para aprendizagem. - Atuar em atividades extracurriculares para complementar o desenvolvimento dos alunos. - Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar.
- Garantir a continuidade do ensino para alunos que necessitem de suporte educacional hospitalar e domiciliar. - Criar um ambiente educacional acessível, respeitando diferenças e valorizando o potencial dos alunos.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

Requisitos: Formação em nível Superior, com Licenciatura Plena em EducaçãoFísica.
Atribuições:
- Planejar e ministrar aulas que estimulem o desenvolvimento físico, motor, cognitivo e social dos alunos. - Desenvolver metodologias diversas para qualificar o ensino. - Elaborar o plano de trabalho docente conforme o regimento da instituição e a legislação vigente. - Realizar atividades práticas, jogos e exercícios. - Ministrar e ensinar técnicas esportivas e habilidades motoras. - Orientar os alunos, na prática de atividades físicas, esportivas e recreativas. - Promover aulas dinâmicas e interativas para incentivar o diálogo e a participação. - Ressaltar os benefícios físicos, mentais e

emocionais das atividades físicas. - Incentivar os estudantes a adotarem um estilo de vida ativo e saudável. - Adaptar os conhecimentos pedagógicos às especificidades dos alunos. - Integrar teoria e prática no ensino. - Respeitar as diferenças individuais dos alunos. - Contribuir para o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola. - Utilizar os espaços e tempos escolares. - Cumprir a legislação educacional vigente. - Participar de programas de formação continuada e capacitação. - Manter uma postura de estudo, pesquisa e produção. - Expressar-se de forma clara e objetiva nas instruções e correções de atividades. - Utilizar de diferentes formas de linguagem para tornar as aulas mais compreensíveis e atrativas. - Manter o equilíbrio emocional na condução das aulas e na mediação de conflitos. - Incentivar a interação entre alunos e professor.- Ministrar aulas em diversas modalidades esportivas, como futsal, voleibol, basquete, handebol e futebol de campo. - Conduzir ações esportivas contemplando as dimensões teóricas e
práticas dos saberes escolares.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: PROFESSOR DE ARTES
Requisitos: Formação em nível superior de licenciatura plena em Artes.
Atribuições:
- Planejar e ministrar aulas de artes plásticas para grupos de crianças, jovens e adultos. - Organizar exposições e atividades gerais de estímulo à arte. - Planejar, executar o trabalho de docente, levantar dados e interpretá-los; - Contribuir para a qualidade do ensino e aprendizagem da Arte; - Estabelecer mecanismos de avaliação, considerar diferenças individuais, saber tratá-las e encaminhá-las; - Cooperar com os setores de supervisão e orientação escolar; - Organizar e manter os suprimentos e equipamentos de arte, garantindo que os materiais estejam disponíveis e em boas condições de uso. - Participar efetivamente da elaboração da proposta pedagógica da escola; - Participar das reuniões sistemáticas de estudo na escola, inclusive nas horas-atividade; - Acompanhar e avaliar com o professor regente o desenvolvimento integral dos alunos, a partir de uma avaliação diagnóstica, cumulativa e processual. - Planejar com a equipe pedagógica, nas horas-atividade, estratégias de trabalho e encaminhamentos adequados para os conteúdos de sua área; - Estimular a criança para a percepção estética da realidade, ampliando a sua leitura de mundo por meio de atividades lúdicas contextualizadas, que permitam ao aluno perceber a presença da arte no seu cotidiano; - Realizar atividades que contemplem as diferentes linguagens: música, teatro, dança e artes visuais, acompanhando o processo de desenvolvimento da criança. - Manter-se atualizado com as tendências educacionais e artísticas, participando de oficinas, conferências e cursos de formação contínua; - Manter uma comunicação aberta com os pais ou responsáveis sobre o progresso e o bem-estar dos alunos, além de envolvê-los em atividades relacionadas às artes. - Executar atividades correlatas ao cargo nas escolas municipais ou órgãos e setores de competência da
Secretaria Municipal de Educação. (Redação dada pela Lei nº 2202/2025)

C

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
ARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL
Requisitos: Comprovação de conclusão de curso superior de Terapia Ocupacional em estabelecimento de ensino
devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovação de inscrição no Conselho Regional da Categoria (Redação acrescida pela Lei nº **2201**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS, Promover a interação do indivíduo com deficiência física, psíquica e social, sua inserção familiar e social, dedicando-se ao resgate da sua auto-estima, realização e auto cuidado, a fim de melhorar o seu estado psicológico, social, labor ativo e de lazer; Realizar avaliações, diagnósticos e acompanhamento referente às necessidades e demandas do desempenho ocupacional, ou seja, das relações do sujeito/família/grupo com as atividades/ocupações da vida humana (atividades da vida diária de auto cuidado, do trabalho/renda, socioculturais, lazer); Planejar, coordenar, desenvolver, acompanhar e avaliar estratégias nas quais as atividades humanas são definidas como tecnologia complexa de mediação sócio-ocupacional para a emancipação social, desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural de pessoas, famílias, grupos e comunidades; Utilizar técnicas específicas nos níveis preventivo, curativo, de reabilitação e/ou inclusão social; Identificar alterações nas funções práticas, considerando faixa etária e/ou desenvolvimento da formação pessoal, familiar e social; Realizar encaminhamentos conforme a demanda identificada; Elaborar, planejar e executar atividades terapêuticas, individuais e/ou grupais; Desenvolver a criatividade, motricidade em atividades manuais, horticultura e outros; Estabelecer tarefas de acordo comas prescrições médicas; Executar o treinamento das funções para o desenvolvimento das capacidades de desempenho das Atividades de Vida Diária (A V s) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (A I V D s) para as áreas comprometidas no desempenho ocupacional, motor, sensorial, perceptocognitivo, mental, emocional, comportamental, funcional, cultural, social e econômico de crianças, adolescentes, adultos e idosos; Planejar e executar atividades orientadas para a participação e facilitação no desempenho ocupacional e expressivo de pessoas com deficiência, com processos de ruptura de rede, de risco, desvantagem e vulnerabilidade social nos diversos ciclos da vida; Promover adaptações de jogos, brincadeiras e brinquedos; Orientar sobre: as adequações posturais para o desempenho ocupacional por meio de adaptações instrumentais; adaptações para déficits sensoriais (visuais,auditivos, táteis, dentre outros) e cognitivos em equipamentos e dispositivos para mobilidade funcional; adaptações estruturais em ambientes domésticos, laborais, em espaços públicos e de lazer; Promover ajuste, acomodação e adequação do indivíduo a uma nova condição e melhoria na qualidade de vida ocupacional; Realizar o acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes do sistema público em hospitais, escolas, domicílios e outros locais de interesse da prefeitura, bem como promover adaptações estruturais nestes ambientes; Realizar atividades em conjunto com os demais profissionais, como o desenvolvimento de oficinas artesanais e atividades comunitárias, enfocando a interação do indivíduo na comunidade; Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações, bem como participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas; Estudar casos e contribuir na sua área de
atuação, preventiva e corretivamente,participando de equipes multidisciplinares, interdisciplinares e trans-disciplinares.

CARGO DE NÍVEL SUPERIOR
CARGO: TÉCNICO DE INFORMÁTICA
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Superior na área de informática em Estabelecimento de Ensino

devidamentereconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). (Redação dada pela Lei nº2103/2024)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realizar manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de informática, identificando os defeitos e substituindo componentes; programar arquiteturas de rede e analisar meios físicos, dispositivos e padrões de comunicações aplicáveis em soluções de TI, avaliar a necessidade de substituição e atualização tecnológica dos componentes de redes; instalar, configurar e desinstalar programas e softwares, utilitários e aplicativos; realizar procedimentos de backup e recuperação de dados; executar manutenção de software; executar manutenção de equipamentos e sistemas de

telefonia, dados, som e imagem; cumpre anda ao TI garantir a segurança da informação, bem como fornecer suporte técnico, diagnosticar problemas, solucionar falhas de hardware e software, promover montagem, instalação e
manutenção de computadores, alimentar Portal de Transparência;

NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
Requisitos:Comprovação de conclusão do Curso Médio em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo
Ministério da Educação (MEC). (Redação dada pela Lei nº **2225**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Escriturários de modo geral, para serviços a serem desenvolvidos nos departamentos de Tributação, Contabilidade, Secretaria Geral, Tesouraria, Assistência Social, Jurídico, Recursos Humanos, Engenharia, Departamento de Cultura e Desportos, Secretaria de Educação e outros que forem criados ou que foram omitidos, mas que exigem qualificação
inerente à função, podendo ser designado para trabalhar em qualquer uma das secretarias.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso nível médio em Estabelecimento de Ensino devidamente
reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC). (Redação dada pela Lei nº **2225**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS; Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; Trabalhar com a descrição de famílias em base geográfica definida, a micro área; Estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe; Cadastrar todas as pessoas da sua micro área e manter os cadastros atualizados; Orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco; Acompanhar, por
meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades

definidas pela equipe.

ARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AGENTE DE ENDEMIAS
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso nível médio em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido
pelo Ministérioda Educação (MEC). (Redação dada pela Lei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realizar ações de educação em saúde e de mobilização social. Orientar o uso de medidas de proteção individual e coletiva. Orientara comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores. Identificar sintomas e encaminhar o paciente a unidade de saúde para diagnóstico e tratamento. Promover o acompanhamento dos pacientes em tratamento, ressaltando a importância de sua conclusão. Investigar a existência de casos na comunidade, a partir de sintomático. Preencher a ficha de notificação dos casos ocorridos e encaminhar à Secretaria da Saúde. Realizar ações de educação em saúde e de mobilização social. Orientar o uso de medidas de proteção individual e coletiva. Mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores. Promover o acompanhamento dos pacientes em tratamento, ressaltando a importância de sua
conclusão.
CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: AUXILIAR DE DENTISTA
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Médio em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo
Ministério daEducação (MEC), específi co na área de Auxiliar própria e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional próprio. (Redação dada pela Lei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional próprio e/ou conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria Municipal de Saúde. Atuar na qualidade de Auxiliar de Saúde Bucal - ASB, em favor do profissional dentista nas tarefas diárias do serviço público odontológico e realizar tarefas administrativas conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. O ASB é responsável por garantir a limpeza e esterilização dos instrumentos, além de seguir as medidas de biossegurança, o que contribui para a segurança do paciente, devendo participar do treinamento e capacitação; participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais; participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; ensinar técnicas de higiene bucal; organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; registrar
dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar

limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; e adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção. As atividades relacionadas com a profissão serão desenvolvidas no atendimento público odontológico conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ainda ser determinado uma função específica dentro de cada unidade de saúde. É dever do ASB, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou os usuários do sistema de saúde,
sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: CUIDADOR
Requisitos: Ensino Médio completo. (Redação dada pela Lei nº **1312**/2015) (Redação dada pela Lei nº **2225**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS;
Desenvolver atividades junto aos abrigos residenciais municipais com crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade social acolhidos sob medida de proteção, exigido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, através dos Conselhos Tutelares e Ministério Público; participar da elaboração, execução e avaliação de planos personalizados para cada ingresso nos programas; planejar e desenvolver, em conformidade com a proposta pedagógica, atividades lúdicas, sociais, culturais e de rotinas pessoais diárias - como higiene pessoal e alimentação;
demais tarefas afins com os programas sociais do Município.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: MONITOR EDUCACIONAL
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Médio em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo
Ministério da Educação (MEC). (Redação dada pela Lei nº **2225**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Função de Auxiliar em Creches e Escolas Municipais, auxiliar os alunos no processo de adaptação às normas da unidade escolar, bem como organizar a entrada e saída dos alunos, garantindo a observação do uso adequado do uniforme. Orientar os alunos quanto à conservação do patrimônio e à manutenção da limpeza do espaço escolar. Supervisionar e acompanhar os alunos em ambientes externos à sala de aula, incluindo corredores, banheiros, pátio e em atividades eventuais, além de realizar ações de recepção e zelar pelo cumprimento dos horários das aulas. Deverá prestar assistência ao aluno que adoecer ou sofrer acidente, informando imediatamente a autoridade escolar competente, bem como relatar à direção escolar casos de infração e indisciplina, encaminhar alunos retardatários e garantir que nenhum estudante deixe a unidade sem a devida autorização, e também informar à direção sobre a presença de pessoas não autorizadas no ambiente escolar. Orientar e acompanhar a criança na sua higienização, alimentação e repouso. Cantar músicas, Criar espaço para brincadeiras, Brincar com alunos, Contar estórias. Promover situação de comunicação oral desde os primeiros meses de vida da criança, realizar estimulação precoce,
conversar com as crianças. Desenvolver capacidades motoras, desenvolver capacidades emocionais, desenvolver
capacidades intelectuais, trabalhar dificuldades e potencialidades. Auxiliar crianças na colocação de peças de vestuário; trocar fralda; trocar roupa; dar banho. Acompanhar as crianças em eventos extracurriculares. Organizar juntamente com a supervisão escolar, espaço e tempo para momento de sono e descanso das crianças. O profissional deve conhecer e cumprir os termos do regimento escolar, acatar as orientações superiores e manter um relacionamento respeitoso e urbano com servidores, alunos e toda a comunidade escolar,desenvolvendo as atividades inerentes à função, de acordo com a orientação e Supervisão dos respectivos Diretores das Unidades onde forem
designados.
CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: RECEPCIONISTA
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Médio em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo
Ministério da Educação (MEC). (Redação acrescida pela Lei nº **2225**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Exercer atribuições administrativas e de atendimento ao público, com foco em organizar o fluxo de informações, auxiliar na comunicação entre os setores públicos e dar suporte às atividades do órgão; recepcionar todas as pessoas que se dirigem ao serviço público em órgãos em repartições ou prédios da administração pública; prestar informações necessárias e encaminhamento a local desejado; Operar telefones e equipamentos de comunicação; Anotar recados e repassar mensagens aos servidores responsáveis; Encaminhar ligações ou contatos para os setores adequados; Apoiar na marcação de reuniões, audiências e atendimentos; Organizar a agenda de compromissos do setor ou da autoridade que assessora; Receber correspondências internas e externas. Registrar, organizar e encaminhar documentos aos setores responsáveis. Apoiar no controle de e-mails, malotes, ofícios e expedientes administrativos por sistema interno ou externo. Auxiliar na organização de arquivos físicos e digitais; Elaborar pequenos relatórios, planilhas e registros de controle; Apoiar na digitação de documentos, ofícios e memorandos; Auxiliar na preparação de salas de reunião, recepção de convidados e autoridades; Prestar apoio logístico em eventos promovidos pelo município; podendo ser aproveitado para qualquer uma das atividades inerentes à função, a critério do Secretário
Municipal da Administração Geral;
CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
CARGO: TÉCNICO CONTÁBIL
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Médio em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido pelo
Ministério da Educação (MEC), especificamente na área de Contabilidade e Registro no Conselho Regional próprio. (Redação dada pela Lei nº 2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Auxiliar no Departamento de Contabilidade, podendo ser aproveitado para qualquer uma das atividades inerentes à função, a critério do Diretor do Departamento de Contabilidade.
CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO

C

ARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
Requisitos: Comprovação de conclusão de Curso de Técnico em Saúde Bocal, em Estabelecimento de Ensino
devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Odontologia. (Redação dada pela Lei nº **2225**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS: executar, sempre sob a supervisão do cirurgião- dentista, Executar ações de atenção à saúde bucal, regulamentadas no exercício profissional, sob supervisão técnica do Cirurgião Dentista, além das atividades estabelecidas para os Auxiliares de Saúde Bucal em Saúde Pública, bem como participar junto à equipe de saúde em ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e prevenção de agravos, nos diversos equipamentos e serviços. Realizar atenção integral por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e ações curativas, individuais, coletivas, e a grupos específicos, respeitando os princípios do SUS, de acordo com suas competências técnicas e legais. Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe e

integrações de saúde de forma multidisciplinar. Realizar o cuidado em saúde da população, no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários, quando necessário. Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários, proporcionarem atendimento humanizado e viabilizar o estabelecimento do vínculo. Acolher situações de urgência referida pelo usuário e direcioná-las ao profissional responsável. Executar as ações de saúde, clínicas e as atividades extra clínicas de sua competência técnica, com supervisão direta ou indireta do Cirurgião Dentista. Colaborar com o monitoramento das necessidades de atenção especializada dos usuários, fortalecendo a coordenação do cuidado. Realizar as ações de atenção integral de acordo com as prioridades e protocolos instituídos pela gestão. Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea. Participar na realização de estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador. Participar com a equipe no levantamento das necessidades em saúde bucal da comunidade, para fortalecer as ações de planejamento e vigilância em saúde coletiva. Registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal. Registrar as ações realizadas em prontuário e/ou formulários do serviço, garantindo a qualidade do registro das atividades. Exercer todas as atividades de sua competência técnica bem como instrumentar o cirurgião dentista, em ambiente clínico e hospitalar. Orientar e ensinar técnicas de higiene bucal. Fazer uso dos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs adequados, como medida preventiva ao controle de infecção, nos pacientes e no profissional. Promover a prevenção de doenças bucais conforme Protocolo SMS. Executar a evidenciação de placa bacteriana com produtos padronizados na instituição. Fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo Cirurgião Dentista. Realizar fotografias e tomadas radiográficas de uso odontológico. Inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo Cirurgião Dentista. Remover suturas. Preparar materiais de forramento e restauradores. Realizar isolamento do campo operatório. Supervisionar, sob delegação do Cirurgião Dentista, o trabalho dos Auxiliares em Saúde Bucal em Saúde Pública. Participar do treinamento e capacitação de Auxiliar em Saúde Bucal em Saúde Pública e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde. Contribuir, participar e realizar ações, programas e atividades de promoção, prevenção e educação em saúde à população. Contribuir e participar de ações de educação continuada e permanente. Fazer a limpeza e anti-sepsia do campo operatório, antes e após os atos cirúrgicos. Manter organizado o local de trabalho, zelando pelos insumos, materiais, instrumentais e equipamentos. Executar atividades de limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais, instrumentais e equipamentos. Cuidar da manutenção, conservação, limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais, instrumentos e equipamento odontológico, assim como o ambiente de trabalho. Aplicar medidas de
biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos, para o controle de infecção.

C

Participar do gerenciamento dos insumos, material permanente e de consumo necessários ao funcionamento da Unidade de Saúde. Realizar atualização do cadastramento das famílias e dos usuários no sistema de informação. Desenvolver ações de vigilância em saúde nas áreas sanitária, epidemiológica, saúde do trabalhador. Colaborar nas atividades de promoção à saúde e prevenção de agravos previstos pela instituição. Realizar busca ativa, notificação de doenças e agravos, de notificação compulsória e de outras situações de importância local. Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis. Promover a mobilização e a participação da comunidade, para estimular a participação do controle social. Realizar atividades intersetoriais segundo planejamento local. Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais,
segundo suas competências técnicas. Desempenhar outras atividades correlatas ao cargo.

CARGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO
ARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Requisitos: Comprovação de conclusão do Curso Médio em Estabelecimento de Ensino devidamente reconhecido
pelo Ministério da Educação (MEC), específico na área de Técnico de Enfermagem e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem. (Redação acrescida pela Lei nº **2225**/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realização de Procedimentos inerentes à função, conforme o contido no regulamento federal que rege a profissão, materializada pelo Conselho Regional de Enfermagem e conforme regulamento próprio a ser elaborado e publicado pela Secretaria Municipal de Saúde. Todas as atividades relacionadas com a profissão serão desenvolvidas no Hospital Municipal ou nos Postos de Saúde, conforme determinar o Secretário de Saúde, sendo que poderá, ainda, ser determinado a cada servidor uma função específica dentro de cada unidade de saúde. E, ainda, função e obrigação do Técnico de Enfermagem, sob pena de responsabilidade, a comunicação de todo evento que envolva os servidores ou
os usuários do sistema de saúde, sobre eventuais irregularidades que possam ser detectadas.

A

NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
C RGO: AUXILIAR DE LIMPEZA E COPA
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público.
(Redação acrescida pelaLei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS DE RESPONSABILIDADE DA FUNÇÃO:
Auxiliar Geral da Administração, podendo ser designado para trabalhar em qualquer um das Secretarias Municipais, a critério do Senhor Secretário Municipal da Administração. Poderá ser designado para qualquer uma das seguintes tarefas, dentre outras que poderão surgir, a critério da administração, e respeitando a capacidade física, bem como o
gênero de cada indivíduo; Executar trabalhos de limpeza e conservação em geral nas dependências internas e

externas da Administração, efetuar a limpeza e conservação de prédios públicos, utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso, executar atividades de copa e cozinha, zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho, podendo ser aproveitado para qualquer uma das atividades inerentes à função, a critério do Secretário Municipal da Administração Geral;

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público.
(Redação acrescida pelaLei nº2225/2025)

Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Auxiliar Geral da Administração, podendo ser designado para trabalhar em qualquer uma das Secretarias, a critério do Senhor Secretário Municipal da Administração. Poderá ser designado para qualquer uma das seguintes tarefas, dentre outras que poderão surgir, a critério da administração, e respeitando a capacidade física, bem como o gênero de cada indivíduo: serviço braçal em geral; responsável pelo almoxarifado. Serviços auxiliares de: mecânico, borracheiro, eletricista e pedreiro. Prestar serviços de carpinteiro; contínuo, coveiro, viveirista, jardineiro, controle de acesso em portões e/ou prédios públicos, vigia, zelador, podendo ser aproveitado para qualquer uma das atividades inerentes à
função, a critério do Secretário Municipal da Administração Geral;

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: COZINHEIRO (A)
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público e ter
conhecimento mínimo em arte culinária e submeter-se a teste de conhecimento perante a banca examinadora. (Redaçãodada pela Lei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS;
Preparar alimentação e zelar pela limpeza do seu local de trabalho, nas diversas unidades onde seja necessário, podendo, a critério do Senhor Secretário da Administração ser designado para trabalhar em qualquer secretaria unidade de serviço público que exija preparo de alimento, passando, então a subordinar-se ao Departamento de Copa e Cozinha daquela Secretaria, até ser designado para outra, sempre a critério do Secretário da Administração Municipal. Além de preparar alimentação, tem a tarefa de verificar todos os itens necessários para sua preparação, requisitando o que for necessário, sendo ainda responsável pela lavagem da louça e dos utensílios utilizados para o preparo da alimentação, e outras tarefas inerentes á sua função, na forma do regulamento que poderá ser emitido pelo seu Chefe Imediato. Deve trabalhar observando todas as normas e com os equipamentos de segurança de uso obrigatório, desenvolvendo as atividades inerentes à função, de acordo com a orientação, cardápio de nutricionista ou requisição onde forem designados; informar da necessidade de reposição do estoque; conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento conforme legislação sanitária em vigor; zelar pela organização e limpeza do
refeitório, da cozinha e do depósito;receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha;

participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional; auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário; respeitar as normas de segurança ao manusear fogões,aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração; zelar pelo sigilo de informações pessoais;manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, e administrados.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: ELETRICISTA
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público.Ter
conhecimentos na área de instalações elétricas e submeter-se a teste prático perante banca examinadora. Redaçãodada pela Lei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realizar serviços de reparo ou construção de instalações elétricas, sob a orientação e supervisão do Departamento de Engenharia da Municipalidade, e outras tarefas inerentes à sua função, na forma do regulamento que poderá ser emitido pelo Chefe do Setor de Engenharia, a quem o servidor estará subordinado.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: MECÂNICO
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público, ter
conhecimentos de mecânica e submeter-se a teste prático perante banca examinadora para ser admitido ao serviçopúblico. (Redação dada pela Lei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Realizar serviços simples de mecânica em automóveis, ônibus, caminhões, máquinas e motocicletas, motores movidos a diesel, gasolina, álcool e gás natural, além de ter conhecimento dos princípios de funcionamento e condições de operar torno mecânico,encaminhando ao responsável os problemas de maior gravidade para ser remetido para oficinas especializadas, sob a orientação e supervisão do Chefe da Garagem Municipal, onde o servidor desempenhara suas funções, e outras tarefas inerentes á sua função,na forma do regulamento que poderá
ser emitido pelo Chefe da Garagem Municipal, a quem o servidor estará subordinado.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: MERENDEIRA
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público.Ter
conhecimento mínimo em arte culinária e submeter-se a teste de conhecimento perante a banca examinadora. (Redaçãodada pela Lei nº2225/2025)

Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Preparar alimentação da merenda escolar e zelar pela limpeza do seu local de trabalho, nas diversas unidades onde seja necessário. Além de preparar alimentação, tem a tarefa de verificar todos os itens necessários para sua preparação, requisitando o que for necessário, sendo ainda responsável pela lavagem da louça e dos utensílios utilizados para o preparo da alimentação e outras tarefas inerentes á sua função. Deve trabalhar observando todas as normas e com os equipamentos de segurança de uso obrigatório, desenvolvendo as atividades inerentes à função, de acordo com a orientação e Supervisão dos respectivos Diretores das Unidades Escolares onde forem designados; informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar; conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor; zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar; receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar; cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias; participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional; auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário; respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração; zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos,professores, funcionários e famílias; manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas,

com alunos,com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as atribuições específicas da sua função;
executar tarefas afins.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: MOTORISTA I
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público;Ser
habilitado para conduzir veículos há mais de um ano, com Carteira Nacional de Habilitação na Categoria "D" ou "E";Submeter-se a teste perante banca examinadora (prova prática). (Redação dada pela Lei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Conduzir automóveis, caminhões, ônibus, peruas, motocicletas, enfim, todos os veículos da Municipalidade, podendo, a critério do Senhor Secretário da Administração ser designado para trabalhar em qualquer secretaria, passando, então a subordinar-se ao Departamento de Transporte daquela Secretaria, até ser designado para outra, sempre a critério do Secretário da Administração Municipal. Além de conduzir o veículo a que foi designado, tem a tarefa de verificar todos os itens como água, óleo, nível de combustível, tensão das correias, nível de água da bateria, extintor de incêndio e outros itens de segurança obrigatório, pneu de reserva, ferramentas necessárias enfim, todos os itens para o bom funcionamento do veículo, e outras tarefas inerentes à sua função, na forma do regulamento que poderá ser emitido pelo seu Chefe Imediato. Deve conduzir os veículos observando todas as normas e com os equipamentos de segurança de uso obrigatório, e será o responsável pelo pagamento de multa se der causa para a autuação. CARGA HORÁRIA: 40 (Quarenta) horas semanais.
REQUISITOS:
Idade Mínima de 18 (dezoito) anos completos.
Comprovação de Quitação com o Serviço Militar para Servidor do Sexo Masculino;

O

Comprovação de Quitação Eleitoral;
Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda, com a comprovação de regularidade;
Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público.
ter conhecimentos de mecânica e submeter-se a teste prático perante banca examinadora para ser admitido ao serviço público. (Redação dada pela Lei nº **2225**/2025)

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: MOTORISTA II
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público;Ser
habilitado para conduzir veículos há mais de um ano, com Carteira Nacional de Habilitação na Categoria "C";Submeter- se a teste perante banca examinadora (prova prática). (Redação dada pela Lei nº2225/2025)
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS:
Conduzir automóveis, caminhões, peruas, motocicletas, enfim, todos os veículos da Municipalidade, podendo, a critério do Senhor Secretário da Administração ser designado para trabalhar em qualquer secretaria, passando, então a subordinar-se ao Departamento de Transporte daquela Secretaria, até ser designado para outra, sempre a critério do Secretário da Administração Municipal. Além de conduzir o veículo a que foi designado, tem a tarefa de verificar todos os itens como água, óleo, nível de combustível, tensão das correias, nível de água da bateria, extintor de incêndio e outros itens de segurança obrigatório, pneu de reserva, ferramentas necessárias enfim, todos os itens para o bom funcionamento do veículo, e outras tarefas inerentes à sua função, na forma do regulamento que poderá ser emitido pelo seu Chefe Imediato. Deve conduzir os veículos observando todas as normas e com os equipamentos de
segurança de uso obrigatório, e será o responsável pelo pagamento de multa se der causa para a autuação.

CARGO DE NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO
CARGO: OPERAD R DE MÁQUINAS/OPERADOR DE MAQUINA PATROLA
Requisitos: Ser alfabetizado, com condições de, pelo menos, realizar os testes de admissão ao serviço público.ser habilitado para conduzir veículos, com Carteira Nacional de Habilitação na Categoria "C".Possuir curso de formação para operação de pelo menos um dos equipamentos de máquina pesada (retro escavadeira, moto niveladora, pá carregadeiras, escavadeira hidráulica), comprovado mediante certificado.submeter-se a teste perante banca
examinadora.
Atribuições:
FUNÇÕES OU TAREFAS QUE PODERÃO SER DESENVOLVIDAS, Operar máquinas e tratores da Municipalidade, podendo, a critério do Secretário da Administração ser designado para trabalhar em qualquer secretaria, passando, então a subordinar-se ao departamento de próprio daquela secretaria, até ser designado para outra, sempre a critério do Secretário da Administração Municipal. Além de Operar a máquina a que foi designado, tem a tarefa de verificar todos os itens como água, óleo, nível de combustível, tensão das correias, nível de água da bateria, extintor de incêndio e outros itens de segurança obrigatório,ferramentas necessárias enfim, todos os itens para o bom funcionamento do veículo, e outras tarefas inerentes à sua função, na forma do regulamento que poderá ser emitido
pelo seu Chefe Imediato. Deve operar a máquina observando todas as normas e como os equipamentos de segurança

de uso obrigatório, e será o responsável pelo pagamento de multa se der causa para a autuação. Operar e dirigir escavadeira hidráulica, rolo compressor, retro escavadeira, moto niveladora, tratores agrícolas, pá carregadeiras, caminhão, trator de esteira, escavadeira hidráulica e outros veículos assemelhados, realizando terraplanagem, aterros, nivelamento, desmatamento e atividades correlatas, devendo se capacitar para todas as máquinas pesadas existentes, mediante cursos profissionalizantes.

Publicado por:
Alcenia May
Código Identificador:602D2012

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR			
Relatório de Gestão Fiscal			
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R$ 1,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até o 1° Semestre	**Até o 2° Semestre**
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.085,05	10.844,50	1.451,45
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	16.085,05	10.844,50	1.451,45
% DA DC SOBRE A RCL (I/VI)	0,00	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: (120% da RCL AJUSTADA)	19.302,06	13.013,40	1.741,74
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF): (108% da RCL AJUSTADA)	17.371,85	11.712,06	1.567,57
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até o 1° Semestre	**Até o 2° Semestre**
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	173.314.224,15	173.314.224,15	183.070.822,24
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:05:54.			
* Na linha "Disponibilidade de Caixa" se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".			
* A linha "PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)" refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".			
NOTA:			

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:5EDE6868

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA			
Prestação de Contas			
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES			
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro			
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			R$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até 1° Semestre	**Até 2° Semestre**
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	16.085,05	10.844,50	1.451,45
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	16.085,05	10.844,50	1.451,45
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.538,71	2.385,79	319,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	3.184,84	2.147,21	287,39
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	**SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025**	
		Até 1° Semestre	**Até 2° Semestre**
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:05:07.			
NOTA:			

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:267D5C13

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR		
Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR REALIZADO**	
	No Período	**Até o Período (a)**
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
Total (III)	**0,00**	**0,00**
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.451,45	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	1.451,45	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	232,23	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	209,01	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	101,60	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR REALIZADO**	
	No Período	**Até o Período (a)**
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:03:50.		
[1] Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		
NOTA:		

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:DCE31A1D

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 04 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS MILITARES

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**
		Até 6º Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	25.134.932,00	25.622.706,07
Receita de Contribuições dos Segurados	3.979.452,00	4.730.202,70
Ativo	3.498.000,00	4.085.105,62
Inativo	481.452,00	645.097,08
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	4.505.000,00	6.061.726,00
Ativo	4.505.000,00	6.061.726,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.882.160,00	6.879.469,81
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	7.882.160,00	6.879.469,81
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	8.768.320,00	7.951.307,56
Compensação Financeira entre os Regimes	500.320,00	529.677,79
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) [1]	8.268.000,00	7.420.546,96
Demais Receitas Correntes	0,00	1.082,81
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**16.866.932,00**	**18.202.159,11**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios	21.950.612,00	14.536.239,28	14.536.239,28	14.536.239,28	0,00
Aposentadorias	16.450.612,00	13.272.572,70	13.272.572,70	13.272.572,70	0,00
Pensões por Morte	5.500.000,00	1.263.666,58	1.263.666,58	1.263.666,58	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.548.320,00	98.971,08	98.971,08	97.253,70	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.548.320,00	98.971,08	98.971,08	97.253,70	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**24.498.932,00**	**14.635.210,36**	**14.635.210,36**	**14.633.492,98**	**0,00**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V) [2]	**(7.632.000,00)**	**3.566.948,75**	**3.566.948,75**	**3.568.666,13**	**0,00**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
VALOR	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outro Bens e Direitos	136.907.498,93

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**
		Até 6º Bimestre (b)
Receitas Correntes	0,00	12.465,51
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	**0,00**	**12.465,51**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Despesas Correntes (XIII)	935.000,00	336.620,56	314.523,86	314.410,52	22.096,70
Pessoal e Encargos Sociais	572.000,00	247.503,72	247.503,72	247.503,72	0,00
Demais Despesas Correntes	363.000,00	89.116,84	67.020,14	66.906,80	22.096,70
Despesas de Capital (XIV)	250.000,00	11.655,00	11.655,00	11.655,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.185.000,00**	**348.275,56**	**326.178,86**	**326.065,52**	**22.096,70**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV) [2]	**(1.185.000,00)**	**(335.810,05)**	**(313.713,35)**	**(313.600,01)**	**0,00**
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**SALDO ATUAL**				
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00				
Investimentos e Aplicações	0,00				
Outro Bens e Direitos	0,00				

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**
		Até 6º Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII) [2]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:41:08.					
[1] Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.					
[2] O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e as despesa liquidada.					
NOTA:					

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:B2811EFF

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL		
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro		
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		Em reais
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2025
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**0,00**	**0,00**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	17.252.772,00	18.743.604,90
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	7.882.160,00	6.891.566,68
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	0,00	0,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**0,00**	**0,00**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**17.252.772,00**	**18.743.604,90**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 6º Bimestre/2025					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	25.433.932,00	14.971.830,92	14.949.734,22	14.947.903,50	108,00	28.143,12	28.143,12
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	250.000,00	11.655,00	11.655,00	11.655,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**25.683.932,00**	**14.983.485,92**	**14.961.389,22**	**14.959.558,50**	**108,00**	**28.143,12**	**28.143,12**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]							**3.755.795,28**

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**0,00**
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	6.160.485,00
JUROS NOMINAIS	Até 6º Bimestre/2025
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**0,00**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024 (a)	Até 6º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa [1]	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	0,00	0,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**0,00**
AJUSTE METODOLÓGICO	Até 6º Bimestre/2025	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	0,00	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	**0,00**	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**0,00**	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:14:18.		
[1] Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".		
NOTA:		

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:ABC5F091

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 06 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR		
Relatório de Gestão Fiscal		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro		
RGF - ANEXO 6 (LRF, Art.48)		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ 2º SEMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	0,00	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	1.451,45	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	0,00	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	0,00	0,00
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,00	0,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	0,00	0,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.741,74	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	319,32	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	232,23	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	101,60	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	22.096,70	(1.712,04)
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:09:27.		
NOTA:		

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:BFECBDDE

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro		
R$ 1,00		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 6º Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	0,00	0,00
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte ITR	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte IPVA	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	0,00	0,00
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	0,00	0,00
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	0,00	0,00
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 6º Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	0,00	0,00
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00
6.1.1- Principal	0,00	0,00
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00

7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4) 1	0,00	0,00
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		0,00
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)		0,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) 7 (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO 9 (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal 2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO 10 (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI)	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) 3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior) 3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.2- Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					0,00
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					0,00
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL					0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))					0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					0,00
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e	VALOR EXIGIDO 16 (z)		VALOR APLICADO % (aa)		APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	0,00		0,00		0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE 8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1.4- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Configuração Ano Empenho >= 2025)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2.4 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos (Configuração Ano Empenho >= 2025)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3.5 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR) (Configuração Ano Empenho >= 2025)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até 6º Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	0,00	0,00
31.1.1- Salário-Educação	0,00	0,00
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até 6º Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até 6º Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até 6º Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1- Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.1- Pessoal Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2- Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)				SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00				0,00
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	0,00				0,00
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	0,00				0,00
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00				0,00
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00				0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00				0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	0,00				0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:19:59.					
1					

Se o resultado líquido da transferência do FUNDEB (linha 7) > 0 = acréscimo resultante das transferências do FUNDEB; Se < 0 = decréscimo resultante das transferências do FUNDEB
2
Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3
Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.".
Utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional.
4
Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5
Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6
As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7
Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites.
8
Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9
Excepcionalmente, para o exercício de 2021, o cálculo da coluna "VALOR DE SUPERÝVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE", da linha 23 - Total das Despesas Custeadas com Superávit do FUNDEB, será considerado as despesas executadas no idGrupoFontePadrão = 3 até o término do exercício de 2021.
10
Os valores das despesas executadas no cdGrupoFonte = 3, relativos ao cdOrigem = 1 - Recursos Ordinários/Livres, tabela: OrigemRecurso, estão apresentados no quadro OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO.
11
Os recursos arrecadados relativos a indenizações e restituições, com código cdOrigem = 2 (Transferências do FUNDEB), estão computados nas linhas 6.1.2, 6.2.2 e 6.3.2, tendo em vista que devem ser reaplicados no exercício.
12
O valor da linha 23 (s) não integra o cálculo do limite constitucional do presente exercício, uma vez que o município poderá utilizá-lo no recálculo do índice do exercício anterior.
13
O valor da linha 50 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar), Coluna FUNDEB, é composto por RAP pago e despesa orçamentária empenhada na Função 12 – Educação, pagos com recursos do FUNDEB, independentemente de eles terem sido computados nos
14
A coluna 'VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÝCIO ANTERIOR (t)', relativa às linha 19, 19.1, e 19.2, apresenta o resultado da execução orçamentária do exercício anterior (nrAno-1) dos recursos com idOrigemRecurso = 2 - FUNDEB, inclusive quando este for deficitário.
15
A coluna DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) do quadro OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO poderá ter valor menor que a coluna DESPESAS EMPENHADAS (d), já que no quadro são consideradas também as despesas cdOrigemFonte = 1, combinadas com cdGrupoFonte <> 1, sendo esta uma informação somente da execução da despesa.
NOTA:

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:A2B95C22

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 09 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA			
Prestação de Contas			
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E			
DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)			
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro			
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO [1] (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)**
DESPESAS DE CAPITAL	250.000,00	11.655,00	238.345,00
Investimentos	250.000,00	11.655,00	238.345,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	250.000,00	11.655,00	238.345,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	**250.000,00**	**11.655,00**	**238.345,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:42:04.			
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.			
NOTA:			

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:9535AE39

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 10 - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE				
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025				
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				Em Reais
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	**RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)**	**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)**	**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)**	**SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)**
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00

2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:42:52.				
[1] A coluna "EXERCÍCIO" identifica os exercícios para as projeções das receitas e despesas. Será apresentada a projeção anual, de pelo menos 75 (setenta e cinco) anos, tendo como ano inicial o ano anterior ao da publicação deste demonstrativo, ano em que os valores demonstrados deverão ser os efetivamente executados.				
NOTA:				

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:4AF27B7D

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA
Prestação de Contas
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro			
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS (b)**	**SALDO (c) = (a - b)**
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (f)**	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)**	**SALDO (h) = (d - e)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	**2024 (i)**			**2025 (j) = (Ib - (IIf + IIg))**		**SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)**	
VALOR (III)	0,00			0,00		0,00	
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:21:31.							

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:748D6AD3

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA	
Prestação de Contas	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	**Até Dezembro**
RECEITAS	
Previsão Inicial	25.134.932,00
Previsão Atualizada	25.134.932,00
Receitas Realizadas	25.635.171,58
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	25.683.932,00
Créditos Adicionais	0,00
Dotação Atualizada	25.683.932,00
Despesas Empenhadas	14.983.485,92
Despesas Liquidadas	14.961.389,22
Despesas Pagas	14.959.558,50
Superávit Orçamentário	10.673.782,36
DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	**Até Dezembro**
Despesas Empenhadas	14.983.485,92
Despesas Liquidadas	14.961.389,22
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**Até Dezembro**
Receita Corrente Líquida	1.451,45
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Até Dezembro**
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	3.566.948,75
Receitas Previdenciárias Realizadas	18.202.159,11
Despesas Previdenciárias Empenhadas	14.635.210,36
Despesas Previdenciárias Liquidadas	14.635.210,36
Resultado Previdenciário	3.566.948,75
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	**Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)**	**Resultado apurado Até Dezembro(b)**	**% em Relação à Meta (b/a)**
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário	6.160.485,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	**Inscrição**	**Canc. Até Dezembro**	**Pag. Até Dezembro**	**Saldo a pagar**
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	108,00	0,00	108,00	0,00
Poder Executivo	108,00	0,00	108,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	38.338,22	10.195,10	28.143,12	0,00
Poder Executivo	38.338,22	10.195,10	28.143,12	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Publico	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	38.446,22	10.195,10	28.251,12	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	**Valor Apurado Até Dezembro**	**Limites Constitucionais Anuais**	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	**% Aplicado Até Dezembro**
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	70,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	50,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	15,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	**Valor Apurado Até Dezembro**	**Saldo Não Realizado**
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	11.655,00	238.345,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**Exercício**	**10º Exercício**	**20º Exercício**	**35º Exercício**
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	**Valor Apurado Até Dezembro**	**Saldo a Realizar**
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	**Valor Apurado Até Dezembro**	**Limite Constitucional Anual**	
		% Mínimo a Aplicar Exer.	**% Aplicado Até Dezembro**
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	**Valor Apurado no Exercício Corrente**
Total das Despesas / RCL (%)	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:30:24.	
NOTA:	

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:FED9DE62

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DECRETO 4602

DECRETO Nº.4602/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 2.700.000,00 (dois milhões, setecentos mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	906	Secretaria Municipal deInfraestrutura e Obras Públicas	**12.1.15.451.1350.1021 - Construir, Revitalizar,Pavimentar e Urbanizar Avenidas e Ruas doPerímetro Urbano** 449051 - Obras e instalações **Vínculo:** 01011 - Pavimentação Asfáltica conv:01/2025 - SEIL - prolongamento Av. Pres. CasteloBranco	2.700.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o excesso de arrecadação, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, na importância de R$ 2.700.000,00 (dois milhões, setecentos mil reais), nas seguintes fontes de recursos:

Fonte de Recurso				
Excesso			**4242299010100000000** **Vínculo:** 01011 - Pavimentação Asfáltica conv:01/2025 - SEIL - prolongamento Av. Pres. CasteloBranco	2.700.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 29 de Janeiro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:8C49188F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6028, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Homologa as Inscrições para o Transporte Universitário de 2026, do Município de Tijucas do Sul/PR.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1° Ficam homologadas as Inscrições para o Transporte Universitário de 2026 do Município de Tijucas do Sul:

INSCRIÇÕES TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO 2026 – NOITE

ALUNO	INSTITUIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO
Henrique Nascimento Karpinski	UFPR	Inscrição Deferida
Artur Varela Rosa	UFPR	Inscrição Deferida
Otavio Augusto Rezende da Silva	Tuiuti	Inscrição Deferida
Gabriele Maria Kersher	Senac	Inscrição Deferida
Jeniffer Kamile Correa	Positivo	Inscrição Deferida
Leonardo Edmundo Ferreira	Positivo	Inscrição Deferida
Gabrielle Aparecida Camargo	Tuiuti	Inscrição Deferida
Simão Luiz Dalmolin	PUC	Inscrição Deferida
Gabriel de Lima Andrade	Positivo	Inscrição Deferida
João Victor Zeglin Nascimento	PUC	Falta Declaração de Matrícula
Pedro Zeglin Nascimento	Positivo	Inscrição Deferida
Maria Alice Woiakievicz	PUC	Inscrição Deferida
Julia Eloiza de Oliveira	Tuiuti	Inscrição Deferida
Estefany Eduarda de Oliveira	Positivo	Inscrição Deferida
Cibele Atner Bandeira	Positivo	Inscrição Deferida
Kaisa Cristina Pereira	São Cristovão	Inscrição Deferida
Jennefer Tainá Pinheiro	Positivo	Inscrição Deferida
Gabrielle Edelingue Leandro	Positivo	Inscrição Deferida
Emily de Lima Hadas	Tuiuti	Inscrição Deferida
Damilly Claudino de Lima	Positivo	Inscrição Deferida
Isabel dos Santos da Maia	PUC	Inscrição Deferida
Pamella Nayara da Rocha	Uniandrade	Inscrição Deferida
Gabriela da Rocha Bestal	Positivo	Inscrição Deferida
Ketlyn Nayara de Souza	Positivo	Inscrição Deferida
Leticia Theurer	Tuiuti	Inscrição Deferida
Aline Pereira Gomes de Moura	Positivo	Inscrição Deferida
Flavia Cristyna Matte da Rocha	Positivo	Inscrição Deferida
Amanda Santana da Cruz	Uniandrade	Inscrição Deferida
Ana Paula Sozzeki	Tuiuti	Inscrição Deferida
Gustavo Rocha de Lima	Positivo	Falta Declaração de Matrícula
Alvaro Pereira Alves	PUC	Inscrição Deferida
Patrick Alan Franco	UFPR	Inscrição Deferida
Alice da Maia Moreira	UFPR	Inscrição Deferida
Ivan Juliano Maoski	PUC	Inscrição Deferida
Taina Aparecida Camargo de Lima	Tuiuti	Inscrição Deferida
Heloisa Claudino nunes	PUC	Inscrição Deferida
Heloa Poliana Farias Carvalho	Positivo	Inscrição Deferida
Manoela Scorsim Smangozevski	Tuiuti	Inscrição Deferida
Mariana Gralaki Matucheski	Positivo	Inscrição Deferida
Iris da Cruz Nascimento	Tuiuti	Inscrição Deferida
Wallerya Carvalho da Cruz	Pequeno Principe	Inscrição Deferida
Sara Vitoria Lourenço Adas	Positivo	Inscrição Deferida
Robert Gustavo Cruz	Uniandrade	Inscrição Deferida
Lays Geisiane Ferreira	Positivo	Inscrição Deferida
Gustavo Camargo Andrade	Tuiuti	Inscrição Deferida
Cintia Ferreira da Cruz	UniCuritiba	Inscrição Deferida
Geovana Cruz Waldmann	Positivo	Inscrição Deferida
Marilia Gabrieli da Silva Souza	Positivo	Inscrição Deferida
Marcos Vinicius de Oliveira Costa	Positivo	Inscrição Deferida
Jorge Sato Neto	Positivo	Inscrição Deferida
Ellen Maria Godke	Positivo	Inscrição Deferida
Branda Palkowki Neves	PUC	Inscrição Deferida
Kamila Katzmann	Tuiuti	Inscrição Deferida
Luana Lineve	Positivo	Inscrição Deferida
João Elias Claudino da Costa	PUC	Inscrição Deferida
Gustavo Palkowski Camargo	PUC	Inscrição Deferida
Lais Vitoria Farias do Valle	UniAndrade	Inscrição Deferida
Kelvin Cruz Borck	Tuiuti	Inscrição Deferida
Amanda Vitória Ribeiro	UniCuritiba	Falta Declaração de Endereço
Rafael Costa Batista	PUC	Inscrição Deferida
Andre Lucas Claudino	Positivo	Inscrição Deferida
Luis Guilherme Carbornal Santos		Falta Declaração de Matrícula
Valquiria Mikus da Rocha	Positivo	Falta Declaração de Matrícula
Leticia Oliveira de Souza	Tuiuti	Inscrição Deferida
Geovana Emanuelle da Rocha	Uniandrade	Falta Declaração de Matrícula
Jonas Alan da Rocha	UniCuritiba	Falta Declaração de Matrícula
Laura Lexinoski Dupin	UniCuritiba	Inscrição Deferida
Victor da Rocha Alves	Tuiuti	Inscrição Deferida

Vinicius Oliveira de Almeida	Positivo	Falta Declaração de Matrícula
Gleiciane Mirkovicz Vaz		Falta Declaração de Matrícula
Eder Fabiano Santos	IFPR	Falta Declaração de Matrícula
Pedro Alves Machado	Tuiuti	Inscrição Deferida
Thiago Gilberto Moreira da Rocha	UFPR	Inscrição Deferida
Monica Camargo Pires	UniCuritiba	Inscrição Deferida
Gabrieli Cristini de Brito Teles	UniCuritiba	Inscrição Deferida
Kauan Brum de Camargo	Tuiuti	Inscrição Deferida
Vitor Luiz Souza Zaclikevic	Positivo	Inscrição Deferida
Anna Clara Cruz	Tuiuti	Inscrição Deferida
Marcos Jesse Farias	UFPR	Inscrição Deferida
Marilia Camargo Pereira	Tuiuti	Falta Declaração de Matrícula
Wagner Alex Rozario	Tuiuti	Inscrição Deferida
Taiane Caroline Fagundes	Positivo	Inscrição Deferida
Nathalia Giacomini Aversa	Positivo	Falta Declaração de Matrícula
Jackson Luquini Camargo	Tuiuti	Falta Declaração de Matrícula
Eduarda Guerreiro Rocha	Tuiuti	Falta Declaração de Matrícula
Anna Clara de Souza de Paula	Positivo	Falta Declaração de Matrícula
Ana Paula de Oliveira	Positivo	Inscrição Deferida
Alessandra Teixeira	Tuiuti	Inscrição Deferida
Matheus Piva Pelegrini	Tuiuti	Inscrição Deferida
Eloiza Milene da Silva	PUC	Falta Declaração de Matrícula
Evelyn Monique Vieira	Positivo	Inscrição Deferida
Evellyn Alessandra Motta Santos	UniCuritiba	Falta Declaração de Matrícula
Priscila Kaliene Saad	Uniandrade	Falta Declaração de Matrícula
Rafaela de Lima	Tuiuti	Inscrição Deferida
Raissa de Oliveira Farias	UniCuritiba	Inscrição Deferida
Gabriel Pietro da Cruz Santos	Positivo	Inscrição Deferida
Flavia Manuelle Machado	Tuiuti	Inscrição Deferida
Flavio Augusto Nunes de Oliveira	Positivo	Falta Declaração de Matrícula
Heloisa Meira	UFPR	Falta Declaração de Matrícula
Benicio Santos Buhrer Machado		Falta Declaração de Matrícula

INSCRIÇÕES TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO 2026 – MANHÃ

ALUNO	INSTITUIÇÃO	DOCUMENTAÇÃO
Cauani Michele de Lima Moura	Tuiuti	Falta Declaração de Matrícula
Amanda Ferreira	PUC	Inscrição Deferida
Clarice Maria Rosario		Falta Declaração de Matrícula
Gabriela Eduarda Bernardes	UFPR	Inscrição Deferida
Maria Eduarda Borges Ferreira	UFPR	Inscrição Deferida
Hellena Skirzinski da Luz	IFPR	Falta Declaração de Matrícula
Ian Rinklin Reikdal	SESC	Inscrição Deferida
Kauan Rodrigues dos Santos	IFPR	Falta Declaração de Matrícula
Luis Henrique da Rocha	IFPR	Inscrição Deferida
Nalmin Catharine Machado	Tuiuti	Inscrição Deferida
Sarah Burgenrotto da Rocha	Tuiuti	Falta Declaração de Matrícula
Eloisa Mariana Alves de Siqueira	UFPR	Inscrição Deferida
Elian Lima Gabardo	UFPR	Inscrição Deferida
Anakim Ravi Vieira Reinert	PUC	Inscrição Deferida
Ana Rafaela Cordeiro Lacerda	UFPR	Inscrição Deferida
Manuella Carolina Matt Rocha	UFPR	Inscrição Deferida
Hannah Rinklin Reikdal	IFPR	Inscrição Deferida
Evelinn Vitoria Maciel Manrich	IFPR	Inscrição Deferida
Heloise Ramos Alves Farias	IFPR	Inscrição Deferida
Ester Carbonal Wimmer	Tuiuti	Inscrição Deferida
Fabiane Cristine Wasch	Positivo	Inscrição Deferida
Yuhri Blanski Claudino	UFPR	Inscrição Deferida
Lucca Blanski Claudino	UFPR	Inscrição Deferida
Monalisa Pereira Pampu	Positivo	Inscrição Deferida
Leticia Valaski Rocha	Tuiuti	Inscrição Deferida
Caio Roberto Scholosser	IFPR	Inscrição Deferida
Renata Rafaela Cruz da Rocha	UFPR	Inscrição Deferida
Saymon de Paula Senter	SESC-SENAC	Inscrição Deferida
Gabrielly Kamilly Cruz Claudino	Tuiuti	Inscrição Deferida
Luan Matheus Cruz Claudino	PUC	Inscrição Deferida
Isabella Yared Alarcão	Tuiuti	Inscrição Deferida
Eduardo Varela Rosa	IFPR	Inscrição Deferida
Thaisa Schueda de Oliveira	PUC	Inscrição Deferida
Bruno Rafael de Lima	UTFPR	Inscrição Deferida
Flaviane Aparecida de Carvalho	PUC	Inscrição Deferida
Emanuelle da Silva Rosa	CEP	Inscrição Deferida
Enzo Claudino Bestel	Positivo	Inscrição Deferida
Bruno Oliveira de Almeida	IFPR	Falta Declaração de Matrícula
Allifer Santana Farias	UFPR	Falta Declaração de Matrícula
Valquiria Colin da Rosa	Tuiuti	Inscrição Deferida
Mariana Muzzolon dos Santos	UFPR	Falta Declaração de Matrícula
Barbara Borges da Rocha	Tuiuti	Inscrição Deferida
Jessica Gama Brito	Positivo	Inscrição Deferida
Luana Aparecida Pinheiro	Tuiuti	Inscrição Deferida
Nathan Eliel Valter	Tuiuti	Falta Declaração de Matrícula
Willian dos Anjos Lima	UFPR	Falta Declaração de Matrícula
Lais Cavalheiro Alessi	Elite	Inscrição Deferida
Emanuela Ap. Alves Fagundes	UFPR	Falta Declaração de Matrícula
Eduarda Graboski Leite	Unitec	Inscrição Deferida

Art. 2º Alunos com pendências de documentação terão até o dia 16 de fevereiro de 2026 para entregar o que está faltando.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de fevereiro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Flavio Adolfo Veiga
Código Identificador:E8AAF5C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
EDITAL 002/2026 - CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PSS Nº 002/2026

Tomazina, 02 de fevereiro de 2026.

AGENTE COMBATE A ENDEMIAS		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	SOLANGE DOS SANTOS	60,00
2º	ALEXANDRE DA SILVA	60,00
3º	GILBERTO SIQUEIRA DA SILVA	40,00
4º	EMILI GRABRIELI BATISTA FRANÇA	40,00
5º	JEANNECLEI FERRAZ	30,00
6º	DANIELLE DOS SANTOS SILVA LEMES	30,00
7º	MARIO HASS JUNIOR	30,00
8º	ANTONIO BAUMGUERTNER NETO	30,00
9º	LEONARDO PILONI RIBEIRO	30,00
10º	LINDOMAR RODRIGUES DE CARVALHO	10,00
11º	SILVANA DE FATIMA SABINO DA SILVA	10,00
12º	THUANY MONICK RIBEIRO SANTOS	10,00
13º	ODAIR CALIXTO DA SILVA	10,00
14º	LUCIANO BATISTA CAMPOS	10,00
15º	HELENICE APARECIDA PEREIRA	10,00
16º	SILVIA REGINA DE OLIVEIRA	10,00
17º	ROSANGELA BARBOSA	10,00
18º	LEANDRO HENRIQUE DIAS	10,00
19º	JORGIANA CRISTINA JURASKI	10,00
20º	VANESSA OLIVEIRA DEPIZZOL HASS	10,00
21º	JOELMA DE FATIMA DE OLIVEIRA	10,00
22º	DANIELA OLIVEIRA DA SILVA	10,00
23º	ADRIANA MARIA DA SILVEIRA	10,00
24º	ANGELITA DE FATIMA RIBEIRO SENE	10,00
25º	NARA ALVES DA SILVA	10,00
26º	JULIANO DA SILVA BATISTA	10,00
27º	INGRID CRISTINA GOMES ARAUJO	10,00
28º	MARIANA DOS SANTOS CARVALHO	10,00
29º	ALISSON MORAES SOARES	10,00
30º	JESSICA MENDES DA COSTA	10,00
31º	JULIANA CANEWSKI DE FARIAS	10,00
32º	BRUNA MAYARA PEREIRA DA COSTA	10,00
33º	JOAO VITOR DE LIMA	10,00
34º	SILVAMARA DE FATIMA DA CUNHA	10,00
35º	RENAN REIS VIDAL	10,00
36º	LIVIA ALICE LOPES DA SILVA	10,00
37º	DANYELLA HESALINA TEIXEIRA	10,00
38º	MÁRCIO GUILHERME SANTOS DA SILVA	10,00
39º	SAMOEL DOS SANTOS LEAL	10,00
40º	ELIEL DOS SANTOS PEREIRA	10,00
41º	GABRIELE DE FATIMA PEREIRA	10,00
42º	ANA BEATRIZ DA SILVA	10,00
43º	GUSTAVO HENRIQUE SILVA RIBEIRO DE FRANÇA	10,00
44º	GABRIEL DE SOUZA RIBEIRO	10,00
45º	CAMILA BORGES FERNANDES	0,00
46º	DANIELE INOCENCIA LABROSIO	0,00
47º	YASMIN SILVA LEMES	0,00
INDEF	GEDSON ANJO FERRAZ DE AZEVEDO	INDEF
ASSISTENTE SOCIAL - 20H		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	MARCIA REGINA RODRIGUES DO PRADO	100,00
2º	VANDERLEIA DE LIMA	90,00
3º	ADRIANA FURIATTI	80,00
4º	SUZELI MARLENE FIRMINO	80,00
5º	TATIANE FRANCIELE RODRIGUES DO PRADO	70,00
6º	JENIFFER DA ROCHA ROSA BUENO	70,00
7º	SIRLENE DE OLIVEIRA E SILVA DE MARIA	60,00
8º	ELDA DE SOUZA	50,00
9º	LAZARA CRISTINA LEMES PEREIRA DA SILVA	40,00
10º	ROSÂNGELA MARIA PIMENTEL VILAS BOAS	30,00
11º	SUELLEN CRISTINA MOTA	30,00
12º	CAMILA CRISTINA DE SOUSA PRADO	30,00
13º	RAFAELA SANCHEZ SANTOS	30,00

14º	LAYANE ARAUJO DITTMANN	20,00
15º	DANIELE DE SOUZA SIQUEIRA	0,00
INDEF	LILIAN GONÇALVES DE SOUZA	INDEF
INDEF	MARIA CLEIDINA BARBOSA	INDEF
INDEF	NAARA MIRANDA DE OLIVEIRA PRESTES	INDEF
ASSISTENTE SOCIAL - 30H		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	ROSÂNGELA MARIA PIMENTEL VILAS BOAS	30,00
2º	LAYANE ARAUJO DITTMANN	20,00
3º	ANA JULIA CUNHA RODRIGUES	20,00
INDEF	LILIAN GONÇALVES DE SOUZA	INDEF
AUX. ADM. DE NÍVEL MÉDIO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	LAURINEY INOCENCIO DE OLIVEIRA	100,00
2º	FRANCINI RIBEIRO BORGES	90,00
3º	CLODOALDO DOMINGUES BARBOSA	90,00
4º	FRANCIELI HONORIO MARTINS	80,00
5º	MARIO SERGIO DE OLIVEIRA	70,00
6º	FABIA CRISTINA PASQUALOTTO	70,00
7º	ROSELI DE JESUS RIBEIRO	70,00
8º	CAMILA DA COSTA	70,00
9º	LETICIA GONÇALVES SILVA DO VALE	70,00
10º	ANA PAULA TAVARES DOS SANTOS	70,00
11º	LUCAS ARAUJO DITTMANN	70,00
12º	PATRICIA APARECIDA CLEMENTE	50,00
13º	MICHELE CRISTINA GERAGE BARBOSA	50,00
14º	BRUNA XAVIER DE LIMA CHUEIRE	50,00
15º	ALESSANDRA DE FATIMA RODRIGUES ANDRADE	40,00
16º	FERNANDA CRISTINA DE BARROS ALMEIDA	40,00
17º	ROMERSON MILITÃO	40,00
18º	LUCIMAR DOS SANTOS	40,00
19º	KONSTANTINOS PREUSS TZELEPIS	20,00
20º	GERALDINA INOCENCIA RIBEIRO	20,00
21º	RICHARD ALESSANDRO DOMBROSKI	20,00
22º	ANDREZA BATISTA DA SILVA PINTO	20,00
23º	VANIELE APARECIDA SABINO	10,00
24º	ANA MARIA RIBEIRO	0,00
25º	EDSON JOSE DE OLIVEIRA	0,00
26º	JAMAIRY LAIS FERREIRA DA CRUZ SANTOS	0,00
27º	LUIS PAULO DA COSTA	0,00
28º	SABRINA DOS SANTOS MACHADO	0,00
29º	TAMIRIS DA SILVA VIEIRA	0,00
30º	LARISSA DA LUZ BRODOWSKI	0,00
31º	GIULIA DA SILVA CHAVES	0,00
32º	DAVI DOS SANTOS MELO	0,00
33º	WENDELL GABRIEL RIBEIRO DO VALE	0,00
34º	STEFANI PEREIRA DA SILVA	0,00
35º	JUAN VICTOR LOUSANO VIEIRA	0,00
36º	YASMIN ALVES DOS SANTOS	0,00
INDEF	JOSE CARLOS DA SILVA	INDEF
AUXILIAR SERVICOS GERAIS - URBANO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	HELENA MARIA DO PRADO BARBOSA	70,00
2º	ELSA MARIA RIBEIRO MASSUQUINI	70,00
3º	MARIA APARECIDA DOMICIANO	70,00
4º	SANDRA DE JESUS BARBOSA	70,00
5º	JOSIBEL SANTOS GONÇALVES	70,00
6º	JESSICA CRISTINA DO VALE	70,00
7º	CAMILA ISABEL DOS SANTOS TELES	70,00
8º	DUCINEA FRANCISCO ALVES	60,00
9º	ROSA HONORIA MARTINS DOS SANTOS	60,00
10º	EDNA CRISTINA GONÇALVES	60,00
11º	IZANETE DE FATIMA AZEVEDO SENE	60,00
12º	NEIDE PEREIRA ALVES TOLEDO	50,00
13º	JUCELINA PEREIRA MARANI	50,00
14º	RONALDO ADRIANO DE OLIVEIRA	50,00
15º	SILVANA AURELIA DO VALE	40,00
16º	SUELEN MESSIAS DOS SANTOS DO VALE	40,00
17º	KATIJANE LOPES DOS SANTOS RIBEIRO	40,00
18º	VITÓRIA DA SILVA SABINO	40,00
19º	MARIA HELENA DOS SANTOS	30,00
20º	SANDREIA DA SILVA MOURA	30,00
21º	JOELMA APARECIDA SANTOS	30,00
22º	JENIFFER JANAINA DOS SANTOS RIBEIRO	30,00
23º	ANA ELLEN DE ASSIS DE OLIVEIRA	30,00
24º	NILCE MERES DE JESUS GONÇALVES LIMA	20,00
25º	ROZINEIA DA SILVA	20,00
26º	TATIELE INOCENCIA VALE NOVAES	20,00
27º	PRISCILA DE ARAUJO DIAS	20,00
28º	GUILHERME DOS SANTOS BARCELOS	20,00
29º	CARINE DE CAMPOS MELLO	20,00
30º	ANDRESSA APARECIDA GONÇALVES	20,00
31º	EDUARDA DO VALE OLIVEIRA	20,00
32º	EDINA RIBEIRO	20,00
33º	LEONARDO CARLOS DA SILVA BISPO	20,00
34º	MATHEUS HENRIQUE ALVES	20,00
35º	LAUDAISA MAGALHAES DE MATOS	10,00

36º	LUCIANE DE OLIVEIRA	10,00
37º	VALQUIRIA INOCÊNCIA DE FARIAS	10,00
38º	NATALY DE ASSIS NOGUEIRA	10,00
39º	TATIANE SANTOS LOPES	10,00
40º	GENI GRACINO DA SILVA	0,00
41º	MARILZA APARECIDA DA SILVA BALESTRA	0,00
42º	MARIA LUCIA DA SILVA	0,00
43º	SANDRA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	0,00
44º	MARCELLI TAINARA GONÇALVES DOS SANTOS	0,00
AUXILIAR SERVICOS GERAIS - ANTA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	MARIA TEREZINHA VIEIRA	40,00
2º	ALESSANDRA DE FÁTIMA GOMES RODRIGUES	40,00
3º	MARCILIANA RODRIGUES RAMOS DE CARVALHO	20,00
4º	SILVANA INOCÊNCIA BENTO	10,00
5º	MARISTELA DE FATIMA DA ROSA MORENO	0,00
AUXILIAR SERVICOS GERAIS - BARRA MANSA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	ROSEMARY APARECIDA DA COSTA	70,00
AUXILIAR SERVICOS GERAIS - BARRO PRETO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	SILVANA CRISOSTOMO DOS SANTOS	50,00
2º	JAQUELINE DE CASTRO BARBOSA	20,00
AUXILIAR SERVICOS GERAIS - SAPÉ		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	CACILDA APARECIDA DA SILVA	110,00
2º	ALINE BARBOSA CRUZ	80,00
3º	JOICE SANTOS DE OLIVEIRA	40,00
4º	MAISA APARECIDA GONÇALVES DA SILVA	40,00
5º	CLAUDIA CRISOSTOMO DOS SANTOS	20,00
6º	ZILDA CRISTINA GAZZI	20,00
7º	GABRIEL CAETANO FRANCISCO DA SILVA	20,00
ENFERMEIRO PADRAO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	EDINA DE SOUZA	90,00
2º	CHRYSTIAN RIBEIRO DE GRANÇA FRANCISCO	80,00
3º	PETHALA FURINI MACHADO ASSIS	70,00
4º	ANNA LETICIA CAVALHEIRO SABIO MARTINS	60,00
5º	CHRYSTOFFER RIBEIRO DE FRANÇA FRANCISCO	60,00
6º	CATIA SIMONE CARDOSO MEIRA	50,00
7º	ELEANDRA DOS SANTOS	50,00
8º	GISLAINE GONÇALVES DA SILVA	40,00
9º	JOSIANE FERREIRA DE CARVALHO BORGES	40,00
10º	JULIETE DA SILVA PROENÇA	30,00
11º	GIOVANNA ANGELO COUTO	20,00
12º	AMANDA LAZARA FRANCISCO	0,00
ENGENHEIRO CIVIL		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	VANIA MARIA STAUT	80,00
2º	AMANDA BRIENE PRADO	60,00
3º	FELIPE DE OLIVEIRA MANCHUR	50,00
4º	LILIANE CRISTINA BARBOSA TEIXEIRA	40,00
5º	NELSON CALIXTO DE SOUZA NETO	40,00
6º	GABRIELA BOIKO	20,00
7º	LIANE DE ASSIS SENE	20,00
8º	LUIS HENRIQUE DA SILVA	10,00
9º	LUCAS GALVAO KUNS	0,00
10º	MARIA EDUARDA CAPORASO BARBOSA	0,00
FARMACEUTICO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	MAILA ROBERTA PIMENTEL	70,00
2º	IGOR VINICIUS FURTADO	70,00
3º	KELLI VIEIRA DA FONSECA	40,00
INDEF	RAFAEL AUGUSTO BASSANI	INDEF
FISCAL GERAL		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	VINICIUS BARBOSA	80,00
2º	JEAN DE MELO DA LUZ	40,00
3º	FERNANDA NOGUEIRA SEVERO	30,00
4º	PHILIPE DE CARVALHO DE PAIVA	30,00
5º	ANTONIO NOGUEIRA DIAS	20,00
6º	AMAURI BATISTA DA SILVA	20,00
7º	TATIANE CAMILLO RAMALHO	20,00
8º	GILSIMAR ALVARENGA	20,00
9º	GABRIEL VITOR FERREIRA DA SILVA	20,00
10º	GUSTAVO SIMOES COUTINHO	20,00
11º	JOAO OLIVEIRA DE AZEVEDO	0,00
12º	ANA PAULA DA COSTA	0,00
13º	TAINI MARTINS ALVES DE SOUZA	0,00
14º	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA DE CASTRO	0,00
15º	RAFAEL ANDERSON DE OLIVEIRA DE SOUZA	0,00

INDEF	MAICON PEREIRA RAMOS	INDEF
MÉDICO VETERINARIO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	VALDEMAR ANTONIO VALENTINI JUNIOR	90,00
2º	ROBERTO LIMA DE OLIVEIRA	80,00
3º	ADRIANO BARDUCO LAVORATO	60,00
4º	VANDERLEI SEBASTIAO TEIXEIRA JUNIOR	40,00
5º	FABIOLA ELOISA SOUTO PALMERI	40,00
6º	FERNANDA MARIA DE OLIVEIRA DIAS	40,00
7º	FERNANDA MONTANHOLI DE LIRA	40,00
8º	VITOR MATEUS DA SILVA DA LUZ	40,00
9º	ANA LIDIA PRONKO GOUVEIA	10,00
10º	PEDRO CELSO MENDES	0,00
11º	LETICIA DE CARVALHO FERRO	0,00
12º	MILENA DE OLIVEIRA COSTA	0,00
13º	EDUARDO LIMA MANTOANI	0,00
INDEF	LUCAS EMILIANO PEREIRA	INDEF
INDEF	MICHELLY BELLEI DE BARROS	INDEF
MONITOR - URBANO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	JANAINA ACOSTA DO PRADO	30,00
2º	ALINE DO PRADO FREITAS	30,00
3º	MOYSES BERTOLOTTE CHUEIRE	20,00
4º	CARLOS ALBERTO INOCENCIO DA SILVA	20,00
5º	INDIANARA DE SOUSA PRADO	20,00
6º	MARIA ISABELE DE OLIVEIRA BIANCHINI	20,00
7º	NEUSA MARIA RIBEIRO	10,00
8º	NEIVA DE OLIVEIRA SANTOS	10,00
9º	ANDREIA LEITE DE MIRANDA OLIVEIRA	10,00
10º	EUNICE SOARES	10,00
11º	RENATA INOCENCIA DE OLIVEIRA FROGERI	10,00
12º	EDUARDO BARCELOS CRUZ DE SOUZA	10,00
13º	PAMELA TAINA DA CRUZ SANTOS	10,00
14º	CARLOS ALEXANDRE SIMÃO DA COSTA	10,00
15º	MYKHAEL FARIA DO VALE	10,00
16º	VITORIA APARECIDA DOS SANTOS BARBOSA	10,00
17º	LEONILDA MARIA LEAL NASCIMENTO	0,00
18º	MARLI CARDOSO DE OLIVEIRA	0,00
19º	REGINALDO DE OLIVEIRA ALFERES	0,00
20º	JOISANE VENANCIA ALVES SOUSA	0,00
21º	CARLA SIMONE PINTO VIEIRA	0,00
22º	JULIANE DO VALE PINTO	0,00
23º	FRANCIELE DE FATIMA CARVALHO	0,00
24º	KELLY CRISCIANE DA SILVA NOGUEIRA	0,00
25º	SIMONE INOCENCIO RIBEIRO TOLEDO	0,00
26º	ELIANE BENEDITA ALFERES	0,00
27º	GLEICIELI DOS SANTOS BARCELOS	0,00
28º	LEDIANE APARECIDA DE AZEVEDO	0,00
29º	JULIANA INOCENCIA DE AZEVEDO	0,00
30º	RONALDO MACHADO GUIMARAES	0,00
31º	JUAN DE ASSIS CALAZANS	0,00
32º	FABIELE FERNANDA CAMARGO	0,00
33º	ANA CLAUDIA FERREIRA DA SILVA	0,00
34º	PAULO HENRIQUE LOPES PEREIRA	0,00
35º	ANA CAROLINA PEREIRA DA SILVA	0,00
36º	NICOLE FATIMA BRIZOLA	0,00
37º	THAIS GABRIELLE DOS SANTOS GONÇALVES	0,00
38º	MARIA EDUARDA PEREIRA DA SILVA	0,00
39º	INDIANARA REGINA DE CARVALHO	0,00
40º	CHAYENNE PEREIRA DO PRADO	0,00
41º	LARISSA VITÓRIA DA SILVA AZEVEDO	0,00
42º	LORENA IDALINA ALBERGONI DE CARVALHO	0,00
43º	MARIO CELSO DE SOUZA JUNIOR	0,00
44º	ISABELE NOGUEIRA DA SILVEIRA	0,00
45º	FABRICIO SILVA DOS SANTOS	0,00
46º	NATALIA DE FATIMA MOTA DO VALE	0,00
47º	ANA CLARA DE BARROS ALMEIDA	0,00
48º	MONIQUE VITORIA LEMES DE ALMEIDA	0,00
49º	ADRIANA MACIEL	0,00
50º	VITOR BARCELOS FALARZ	0,00
51º	JHENYFER DE AZEVEDO SANTOS	0,00
52º	PAMELA NATASHA DE MOURA	0,00
53º	KAYO HENRIQUE BALESTRA MARTINS	0,00
54º	ROBERTA SANTOS DA ROSA	0,00
55º	MARCELO AUGUSTO VIEIRA	0,00
56º	AMANDA CAROLINE RIBEIRO TOLEDO	0,00
57º	RAFAELA SANTOS TERRA	0,00
58º	MONIQUE DE FATIMA EVANGELISTA CORREA	0,00
59º	MARIA EDUARDA DE JESUS FONSECA	0,00
60º	EMANUEL BARCELOS CRUZ DE SOUZA	0,00
61º	RAFAEL DEPIZZOL BATISTA	0,00
62º	NICOLE ROCHA GOMIDES	0,00
63º	MARIA EDUARDA BAPTISTA	0,00
64º	KAUANY CRISTINE BALESTRA MARTINS	0,00
65º	MARCELA VITORIA DOS SANTOS SILVA	0,00
66º	MARCELA NASCIMENTO CARDOSO FARIA	0,00
67º	BIANCA MARTINS ELISIO DE CARVALHO	0,00

68º	LIVIA DANIEL MORAES SANCHES DA SILVA	0,00
INDEF	LUANA DA SILVA FONSECA	INDEF
INDEF	VITALINA DE OLIVEIRA CRISOSTIMO	INDEF
MONITOR - RURAL		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	JESSICA DE CASTRO TOLEDO	20,00
2º	RONNY DA CUNHA BRIZOLA	20,00
3º	MAIARA GABRIELE DOS SANTOS	0,00
4º	RENATA DE CASSIA FABIANO	0,00
5º	KELLY FERNANDA DA SILVA BATISTA	0,00
6º	ADAILTON GOMES DA SILVA	0,00
7º	MAYARA APARECIDA DE FREITAS	0,00
8º	LUANA DE CASSIA RODRIGUES GOMES	0,00
9º	RENATA DA CUNHA MORAES	0,00
10º	MARIA EDUARDA GONÇALVES DE ALMEIDA	0,00
11º	GABRIELA APARECIDA FREITAS DE GODOI	0,00
12º	LARISSA MONIQUE SILVA DE SOUZA	0,00
13º	KELLYN DA SILVA CARDOZO GOMES	0,00
INDEF	MARILSA INOCENCIA NUNES DA ROSA	INDEF
MOTORISTA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	ODAIR NABOR DA SILVA	60,00
2º	VALDEMAR EMILIANO DOS SANTOS	60,00
3º	JOAO NUNES PROENÇA	60,00
4º	ADILSON SILVIO AMBROSIO	60,00
5º	JESUINO NUNES DA ROSA	60,00
6º	JOAQUIM FRANCISCO DA SILVA	60,00
7º	JOCIMAR MARCOS RODRIGUES	60,00
8º	MARCELO SOARES DE OLIVEIRA	60,00
9º	JOSE RODOLFO DE JESUS BRAGA	60,00
10º	DANILO DE OLIVEIRA CAMPOS	60,00
11º	JOAO VITOR RIBEIRO LEAL	60,00
12º	BRAULIO INÁCIO RIBEIRO	50,00
13º	LUIS FERANDO XAVIER DE CAMARGO	50,00
14º	RICARDO RIBEIRO BORGES	50,00
15º	EMERSON RICHTER	50,00
16º	MAIKON HENRIQUE DA SILVA LIMA	50,00
17º	CLODOALDO MARCOS ALVES DA ROSA	40,00
18º	RAFAEL ARCI SEVERO	40,00
19º	CRISTIANO MARCONDES TOSTA	40,00
20º	PHILLIP HENRIQUE WALLENDORF	40,00
21º	VALBER JOSÉ DE PAULA LIMA	40,00
22º	AMARILDO RODRIGUES LOPES	10,00
23º	DIONEL DA SILVA	10,00
24º	JOSÉ FERNANDO DE OLIVEIRA	10,00
25º	RIVANIL RIBEIRO DO VALE	10,00
26º	FERNANDO LOPES DOS SANTOS	10,00
27º	ALLAHN TAGORE BAHR RICCETO	10,00
28º	ANDERSON RODRIGUES DE CAMPOS	10,00
29º	EDIVAN JUNIOR LIMA PEDRO	10,00
30º	RODRIGO GUSMÃO RIBEIRO	10,00
31º	CARLOS EDUARDO VIEIRA	10,00
32º	JOAO VITOR LOPES	10,00
33º	ANDERSON DAVILA CALAZANS	0,00
INDEF	CECILIO LUIZ DEPIZZOL	INDEF
INDEF	DIRCEU INOCENCIO MIGUEL DA SILVA	INDEF
INDEF	GEORGE LUIS SALATA	INDEF
INDEF	GILBERTO OGG FILHO	INDEF
INDEF	VAGNER FUENTES	INDEF
NUTRICIONISTA		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	MICHELE LOUISE BOMFIM	50,00
2º	ARIANE CAROLINA CANONICI LIMA MELO	20,00
3º	PAMELA APARECIDA DE FARIA	10,00
4º	ARTUR BLANCO BALESTRA JORGE	10,00
5º	RITA FABIANA BIANCHINI DE ANDRADE	0,00
OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	CLAUDEMIR INOCÊNCIO RIBEIRO	30,00
2º	MARCO ANTONIO BRODOWSKI	20,00
3º	DENIS DANIEL DA SILVA	10,00
4º	CRISTIANO JOSE DA SILVA	10,00
5º	VANDERLEI BALESTRA BONINI	10,00
OPERARIO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	OSMAR DOS SANTOS JUNIOR	70,00
2º	ANTONIO PEREIRA MACHADO NETO	60,00
3º	LUCIANO INOCÊNCIO FARIAS	60,00
4º	VANDERSON VALERIO DA CRUZ	60,00
5º	LUIS GRACIANO DA SILVA	50,00
6º	DOUGLAS SANTOS	50,00
7º	HADRIAN FERNANDO DE CAMPOS	40,00
8º	ALEXANDRO FERREIRA DA SILVA	30,00
9º	ROGERIO INOCENCIO DA SILVA	30,00

10º	ANGELITA APARECIDA TOLEDO CARVALHO	30,00
11º	CHARLES FERREIRA RODRIGUES	30,00
12º	VALDEMAR GERONIMO	20,00
13º	KAUAN RANGEL UMBELINO	20,00
14º	GABRIEL CARVALHO DOS SANTOS	20,00
15º	LUIZ CLAUDIO DA PROENÇA	10,00
16º	ANDERSON RODRIGUES DA COSTA	10,00
PEDAGOGO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	MARIA DE FATIMA LEMES GALDINO	80,00
2º	VANESSA PAULIK DALLER	80,00
3º	MAGDA DIAS MARIA CARVALHO	50,00
4º	ROSANGELA MACHADO AZEVEDO SILVA	50,00
5º	VANESSA BASSANI MARQUES DE GOES	50,00
6º	JOAO EMERSON DOS SANTOS KONDO	50,00
7º	EMILENE DANIEL DA SILVA MENDES	50,00
8º	IVONE LISBOA	50,00
9º	SIRLENE DE OLIVEIRA E SILVA DE MARIA	50,00
10º	JULIANA ACOSTA DO PRADO OLIVEIRA	50,00
11º	JORDANO JOSE VIDAL	50,00
12º	SIMONI STIVAN	50,00
13º	ANA HELENA DELL ANHOL DANIEL	50,00
14º	TONY SANTOS RIBEIRO	50,00
15º	GESSICA FRANCA DE LIMA	50,00
16º	MAGNA CRISTIE ROGENSKI	50,00
17º	MAIARA DA SILVA BATISTA	50,00
18º	LAZARA CRISTINA LEMES PEREIRA DA SILVA	40,00
19º	ELIANE CASSAROTI DA COSTA	40,00
20º	FLAVIO GABRIEL MUNIZ MARTINS	40,00
21º	CRISTOVÃO MACHADO GOUVEIA	40,00
22º	NATAINE DE CARVALHO RDRIGUES	40,00
23º	EDNA GUSMÃO PEREIRA	30,00
24º	MARCIA HELENA SAVENHAGO BETTANIN	30,00
25º	SILVIA DE ALMEIDA MESQUITA GANZERT	30,00
26º	CLAUDINEIA DE MOURA	30,00
27º	LILIANE CAMILA DE OLIVEIRA	30,00
28º	AMANDA APARECIDA SANTOS	30,00
29º	ELISIANE MARIA DA SILVA	20,00
30º	BIANCA ANGELINA DELMONICO DE SOUSA	20,00
31º	GABRIELY BATISTA DE OLIVEIRA	20,00
32º	ANGELICA FERREIRA BARBOBA DOS SANTOS	10,00
33º	VIVIANE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO	0,00
34º	ALINE TEIXEIRA MENDES	0,00
35º	LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA	0,00
INDEF	LEDIANE INOCENCIA MENDES	INDEF
INDEF	VANIA PEREIRA DA SILVA BATISTA	INDEF
PEDREIRO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	ANTONIO FRANCISCO MARTINS	10,00
PROFESSOR - CMEI / ADEMAR		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA ALMEIDA	100,00
2º	LEILANE VIEIRA DA SILVA CRISTIANO	100,00
3º	JORDANO JOSE VIDAL	100,00
4º	SIMONI STIVAN	100,00
5º	SONIA BATISTA DA SILVA	100,00
6º	TONY SANTOS RIBEIRO	100,00
7º	MARIANE APARECIDA DE BRITO	100,00
8º	BRUNA RAFAELA BATISTA CAPRONI	100,00
9º	ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA MARQUINI	100,00
10º	MAIARA DA SILVA BATISTA	100,00
11º	LILIAM RIBEIRO DE FRANÇA FRANCISCO	90,00
12º	RITA DE CASSIA ANTUNES FABIANO	90,00
13º	ALBERTINA TEREZINHA DE SOUZA	90,00
14º	ELIANE CASSAROTI DA COSTA	90,00
15º	MARIA LUCIA DOS SANTOS PIRES	90,00
16º	LAURILENA DA SILVA MARTOS	90,00
17º	DRIELI GOMES MACIEL	90,00
18º	GABRIELLY APARECIDA COUTO VILLELA	90,00
19º	MARIA JOSE DA SILVA REIS	80,00
20º	ROSINES SILVEIRA	80,00
21º	EDNA GUSMÃO PEREIRA	80,00
22º	VALQUIRIA DA SILVA DE LIMA	80,00
23º	ROSANGELA MACHADO AZEVEDO SILVA	80,00
24º	CLAUDINEIA DE MOURA	80,00
25º	SILVANA DE FATIMA LEITE VASSALO	80,00
26º	JULIANA ACOSTA DO PRADO OLIVEIRA	80,00
27º	RITA DE CASSIA SIQUEIRA	80,00
28º	ANANIAS DA SILVA CAMARGO	80,00
29º	ROSANA RIBEIRO DE BARROS	70,00
30º	SILVIA DE ALMEIDA LIMA MESQUITA	70,00
31º	VANESSA OLIVEIRA GONÇALVES	70,00
32º	LUCIMARA INOCENCIA MIGUEL DUARTE STIVAN	70,00
33º	JEANNINE CRISTINE DOS REIS DEPIZZOL NEGRIZOLI	70,00
34º	ALINE ALBERGONI DO VALE	70,00
35º	JAINE APARECIDA DIAS SOARDI	70,00

36º	JANE APARECIDA DE CARVALHO	60,00
37º	MARGARIDA DE JESUS MIRANDA	60,00
38º	MARIA SIMONE DE ALMEIDA	60,00
39º	ZILANDIA BARBOSA AMBROSIO	60,00
40º	CRISTINA RABELO MENDES	60,00
41º	FRANCIELI EMANUELA DELMONICO DOS SANTOS	60,00
42º	SHAYELLEN RIBEIRO DE GRANÇA GABARDO	60,00
43º	VALQUIRIA RIBEIRO TOSTA SILVA	50,00
44º	FLAVIA APARECIDA INOCENCIA DA SILVA	50,00
45º	EMILENE DANIEL DA SILVA MENDES	50,00
46º	DAYANE BARBOSA	50,00
47º	MAGNA CRISTIE ROGENSKI	50,00
48º	CAROLINE DOS SANTOS PEREIRA	50,00
49º	BRUNA APARECIDA BORDGNON	50,00
50º	HELLIM REGINA PEREIRA PEROTTI	40,00
51º	ANDREA ADRIANA PEREIRA	40,00
52º	JOSIANE APARECIDA BATISTA BELO DA SILVA	40,00
53º	ROSENILDA DA SILVA	40,00
54º	MARIANA FERREIRA ARAUJO EUGENIO	40,00
55º	RENATA DA COSTA MORAES LEAL	40,00
56º	YARA STEFANI BARBOSA MARTINEZ	40,00
57º	ANGELA MARIA FERREIRA DA SILVA	30,00
58º	RENATA BARBOSA	30,00
59º	IZIS LEITE DE CARVALHO OLIVEIRA	30,00
60º	MICHELI VIEIRA DA FONSECA	30,00
61º	PALOMA LIDIANA FREITAS DOS SANTOS	30,00
62º	ALESSANDRA APARECIDA DE FREITAS	20,00
63º	SILVANA LOPES PEREIRA LIMA	20,00
64º	LAIS ALINE MIRANDA	20,00
65º	RICARDO LIMA DOS SANTOS	20,00
66º	BIANCA DE OLIVEIRA GOMES	20,00
67º	MYLENA DA SILVA MARTOS	20,00
68º	ALINE MACHADO DE AZEVEDO	20,00
69º	DANIEL RICIERE SENE DOS SANTOS	20,00
70º	SARAH RAMOS BATISTA	20,00
71º	JULIA BARBOSA GOMES	20,00
72º	VIVIANE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO	10,00
73º	KARINE PEREIRA DO AMARAL	10,00
74º	MARCIELE AZEVEDO BERZERUSKA	10,00
75º	ANNA ELISA DOS SANTOS	10,00
76º	TAIS INOCENCIA LOPES	0,00
77º	LUCAS GABRIEL DE OLIVEIRA	0,00
INDEF	CARMEM JOSIANE DA SILVA PINTO	INDEF
INDEF	KAROLAYNE FRANÇA DE OLIVEIRA	INDEF
INDEF	LEDIANE INOCENCIA MENDES	INDEF

PROFESSOR - ZONA RURAL 1

CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	CARMEM LUCIELE RODRIGUES GOMES	100,00
2º	LAURILENA DA SILVA MARTOS	90,00
3º	GABRIELLY APARECIDA COUTO VILLELA	90,00
4º	JEANNINE CRISTINE DOS REIS DEPIZZOL NEGRIZOLI	70,00
5º	JAINE APARECIDA DIAS SOARDI	70,00
6º	MARGARIDA DE JESUS MIRANDA	60,00
7º	MARIA SIMONE DE ALMEIDA	60,00
8º	SANDRA MARIA RODRIGUES DEPIZZOL	30,00
9º	MARIANA LOPES	30,00
10º	KELLY PATRICIA HIRAMA REFUNDINI	30,00
11º	JESSICA ADRIANA MESSIAS COUTINHO	30,00
12º	MARIANA FERREIRA ARAUJO EUGENIO	30,00
13º	ELIANA MESSIAS SANTOS	30,00
14º	IRLANA SILVA	10,00

PROFESSOR - ZONA RURAL 2

CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	IVONE LISBOA	100,00
2º	SONIA BATISTA DA SILVA	100,00
3º	LUCIANO APARECIDO SAI	100,00
4º	ANDRESSA CRISTINA DE OLIVEIRA MARQUINI	100,00
5º	MARIA ELIZABETE DE BORBA SILVA	80,00
6º	LUCIMARA INOCENCIA MIGUEL DUARTE STIVAN	70,00
7º	KELLY ANDRESSA FERREIRA	70,00
8º	LILIANE CAMILA DE OLIVEIRA	60,00
9º	BRUNA AZEVEDO	60,00
10º	VALQUIRIA RIBEIRO TOSTA SILVA	50,00
11º	ANA ISABEL FONSECA MACHADO	50,00
12º	SUELI MARTINS DA SILVA MOREIRA	40,00
13º	ALINE DA SILVA GARDINO	40,00
14º	RENATA DA COSTA MORAES LEAL	40,00
15º	NATAINE DE CARVALHO RODRIGUES	40,00
16º	FRANCISLENE SILVA DA CUNHA BRIZOLA	30,00
17º	JESSICA ADRIANA MESSIAS COUTINHO	30,00
18º	SILVIA REGINA MENDES	30,00
19º	PALOMA LIDIANA FREITAS DOS SANTOS	30,00
20º	CLARICE PRADO DA SILVA	20,00
21º	MARIANA RIBEIRO KOPP	20,00
22º	DANIEL RICIERE SENE DOS SANTOS	20,00
23º	KARINE PEREIRA DO AMARAL	10,00
24º	ANNA ELISA DOS SANTOS	10,00

25º	CONSUELO FOGAÇA DE MEDEIRO	0,00
INDEF	JULIA CAROLINA DE CARVALHO	INDEF
PROFESSOR CONTRATURNO - URBANO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	MARIA LUCIA DOS SANTOS PIRES	100,00
2º	BRUNA RAFAELA BATISTA CAPRONI	100,00
3º	ROSINES SILVEIRA	80,00
4º	MARLI APARECIDA NOGUEIRA	70,00
5º	VANESSA OLIVEIRA GONÇALVES	70,00
6º	MARIANE APARECIDA DE BRITO DOS SANTOS	70,00
7º	ZILANDIA BARBOSA AMROSIO	60,00
8º	DAYANE BARBOSA	50,00
9º	HELLIM REGINA PEREIRA PEROTTI	40,00
10º	ALESSANDRA APARECIDA DE FREITAS	40,00
11º	CLAUDIA XAVIER DE LIMA CHUEIRE	40,00
12º	RENATA BARBOSA	40,00
13º	ROSENILDA DA SILVA	40,00
14º	MARIANA LOPES	40,00
15º	ANGELA MARIA FERREIRA DA SILVA	30,00
16º	MICHELI VIEIRA DA FONSECA	30,00
17º	SILVIA REGINA MENDES	30,00
18º	MYLENA MOURA PEREIRA	30,00
19º	SILVANA LOPES PEREIRA LIMA	20,00
20º	LAÍS ALINE MIRANDA	20,00
21º	ERIKA TOLEDO DA COSTA	20,00
22º	GABRIELY BATISTA DE OLIVEIRA	20,00
23º	JULIA BARBOSA GOMES	20,00
24º	IRLANA SILVA	10,00
25º	CAMILA MIRANDA DE OLIVEIRA	0,00
26º	DAFILIN VIEIRA DE MELO	0,00
INDEF	GABRIELLI RAMOS MIRANDA	INDEF
INDEF	JULIA CAROLINA DE CARVALHO	INDEF
INDEF	RITA DE CASSIA SIQUEIRA	INDEF
PROFESSOR CONTRATURNO – ZONA RURAL 2		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	SUELI MARTINS DA SILVA MOREIRA	40,00
2º	ANA ISABEL FONSECA MACHADO	40,00
3º	CLAUDIA XAVIER DE LIMA CHUEIRE	40,00
4º	FRANCISLENE SIVA DA CUNHA BRIZOLA	30,00
5º	MYLENA DA SILVA MARTOS	20,00
6º	ANA PAULA RIBEIRO DE OLIVEIRA	0,00
PROFESSOR MÚSICA - URBANO E RURAL		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
INDEF	CARLOS ROBERTO RAFAEL	INDEF
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - URBANO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	FLAVIA APARECIDA INOCENCIA DA SILVA	50,00
2º	BRUNA APARECIDA BORDIGNON	50,00
3º	LUCIMARA DOS SANTOS MACHADO DE SOUZA	40,00
4º	JOSE LEAL JUNIOR	40,00
5º	THAY MANOEL PINTO	30,00
6º	KORALAYNE PROENÇA DE OLIVEIRA	30,00
7º	ROBSON LUIZ LEMES DE ALMEIDA	30,00
8º	NATHALIA ROCHA ANTONIO BONINI	10,00
9º	NATHALIA ROGENSKI FONSECA	0,00
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - RURAL		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	LUCIANO APARECIDO SAI	50,00
2º	BRUNA AZEVEDO	50,00
3º	LETICIA NOGUEIRA MIRANDA BRAZ	30,00
INDEF	THAÍS SANTOS RIBEIRO	INDEF
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - CONTRATURNO - URBANO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	JOÃO EMERSON DOS SANTOS KONDO	50,00
2º	LUCIMARA DOS SANTOS MACHADO DE SOUZA	40,00
3º	JOSE LEAL JUNIOR	40,00
4º	LETICIA NOGUEIRA MIRANDA BRAZ	30,00
5º	ROBSON LUIZ LEMES DE ALMEIDA	30,00
6º	EWAIR MENESES CORREIA	20,00
7º	NATHALIA ROCHA ANTONIO BONINI	10,00
INDEF	THAÍS SANTOS RIBEIRO	INDEF
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - CONTRATURNO - ZONA RURAL 1		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
	N/A	
PROFESSOR DE INGLÊS - URBANO		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	CAMILA DE FATIMA ALVES DE SOUZA	50,00
2º	REBECA REIS BARBOSA LEMES LEAL	40,00
3º	FRANTIESCOLY PIMENTEL VILAS BOAS	10,00
PROFESSOR DE INGLÊS - RURAL		

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	NOTA
1º	CAMILA DE FATIMA ALVES DE SOUZA	50,00
PSICOLOGO - 20 HORAS		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	JOSILAYNE CAMILA ZANY LIMA DE MELO	90,00
2º	ANDREA FERREIRA PIMENTEL	60,00
3º	GEOVANNA BARTH SILVEIRA MARQUINI	50,00
4º	NICOLE LEAL PEREIRA	40,00
5º	ALINE GALVAO VELASCO	30,00
6º	JULIANA PIMENTA DE ANDRADE	20,00
7º	ISABEL FERREIRA MACEDO	0,00
INDEF	ISABELLA REIS CAPRONI DA SILVA	INDEF
PSICOLOGO - 30 HORAS		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	ANDREA FERREIRA PIMENTEL	60,00
2º	MARINÊS SILVEIRA MARCONDES	30,00
3º	ALINE GALVAO VELASCO	30,00
4º	JULIANA DE FARIA VIEIRA VIANA	30,00
5º	GABRIELA SANTOS BENTO	20,00
TECNICO EM ENFERMAGEM		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	SANDRA TENORIO DE CARVALHO	70,00
2º	SIDULIA IRACEMA DE LIMA	50,00
3º	JOELMA INOCENCIA CARDOSO	50,00
4º	SILMARA PEREIRA GARCIA DE PONTES	50,00
5º	IARA APARECIDA DA ROSA	50,00
6º	VALERIA BATISTA DOS SANTOS	50,00
7º	TATIANE VIEIRA DA FONSECA	50,00
8º	FRANCIELI CRISTINA FARIA	50,00
9º	AMANDA PORTELLA	50,00
10º	AMABILE VARGAS CORREA	40,00
11º	ROSENILDA MARCONDES DOS SANTOS	20,00
12º	MAGDA REGINA DE CARVALHO PERES	10,00
13º	GRACIANE PIERROTI	0,00
14º	JENNIFER DOS SANTOS GODOI	0,00
INDEF	KEULY GONZAGA SOBRAL	INDEF
INDEF	RAFAEL DOS SANTOS FERNANDES	INDEF
TECNICO EM ENFERMAGEM - SAPÉ		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
1º	GLAUCIA MARIA DE MELO	0,00
2º	RAFAEL OLIVEIRA DE MELO	0,00
TECNICO EM HIGIENE BUCAL		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME COMPLETO**	**NOTA**
INDEF	SILVIA HONORIO MARTINS	INDEF

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:67DBB148

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR E A EMPRESA TCI – TRANSPORTES COLETIVOS IGUAÇU LTDA., QUE TEM POR OBJETO A ALTERAÇÃO QUALITATIVA DA CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA REGULAR COMUM E ESPECIAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, POR ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR (Concorrência N.º 06/2002 - Processo N.º 289/2002).

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sito à Rua Dr. Cruz Machado, 205, 3.º e 4.º pavimentos, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n. º 75.967.760/0001-71, neste ato representado por seu Prefeito em Exercício, **CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA**, portador da cédula de identidade n. º 62329700/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob n. º 792.658.479-72, doravante denominado CONTRATANTE, empresa **TCI – TRANSPORTES COLETIVOS IGUAÇU LTDA**., com sede na cidade de União da Vitória/PR, na Av. Paula Freitas, n.º 798, Bairro Nossa Senhora da Salete, inscrita no CNPJ sob nº 13.114.184/0001- 62, NIRE 41206952124 e, neste representado por seu Sócio **ILSON ALBERTO RAVANELLO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 5.378.707-0/SSP/PR, inscrito no CPF nº. 848.061.179-00 e **JAIRO RAVANELLO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 6.468.987-8/SSP/PR, inscrito no CPF nº 897.528.649- 53, celebram o presente Termo Aditivo com fundamento na Lei n.º 8.666/93 e o no Processo Administrativo n.º 289/2002 e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desse TERMO ADITIVO formalizar a alteração do CONTRATO DE CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SISTEMA REGULAR COMUM E ESPECIAL DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, POR ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA – PR celebrado entre as partes em 12/03/2003, nos termos previstos no art. 65, I, "a" da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS ALTERAÇÕES NA GRADE DE HORÁRIO

2.1. Pelo presente termo aditivo, fica estabelecida a redução da grade de horários do serviço de transporte coletivo urbano em dias úteis e sábados, conforme Anexo 01.

2.2. Nos dias de domingos e feriados, a prestação do serviço observará a escala especial abaixo discriminada:

LINHA		SAÍDA DO TERMINAL	SAÍDA DO BAIRRO
U01	RIO D'AREIA	08:30A / 11:00A / 17:00A	09:00A / 11:30A / 17:30A
Legenda: A: Via bairro Bela Vista			
U02	SÃO SEBASTIÃO	07:30A / 12:00A / 16:00A	08:00A / 12:30A / 16:30A
U03	SÃO GABRIEL	08:30A / 12:00A / 17:00A	09:00A / 12:30A / 17:30A
Legenda: A: Via Ervateira Nutrivale retorno Colônia Furlan			
U04	JOÃO PAULO II	07:30A / 11:00A / 16:00A	08:00A / 11:30A / 16:30A
Legenda: A: Jardim Muzzolon, Jardim Roseira, João Paulo II, retorno bairro Cristo Rei			
U05	CRISTO REI	07:30A / 11:00A / 16:00A	08:00A / 11:30A / 16:30A
Legenda: A: Integrado com a Linha João Paulo II			
U06	SÃO BRAZ	07:30A / 11:00A / 16:00A	08:00A / 11:30A / 16:30A
U07	MALLON	08:30A / 12:00A / 17:00A	09:15A / 12:45A / 17:45A
Legenda: A: Integrado com a Linha Panorama			
U08	PANORAMA	08:30A / 12:00A / 17:00A	09:00A / 12:30A / 17:30A
Legenda: A: Via Conjunto Guerino Massignan, Loteamento Ouro Verde e Mallon			

CLÁUSULA TERCEIRA DA EXCLUSÃO DE LINHAS

3.1. Ficam excluídas do objeto da concessão as linhas que atendem ao interior do Município (linhas rurais), desobrigando-se a CONTRATADA de sua operação a partir da assinatura deste termo.

CLÁUSULA QUARTA DA GRATUIDADE

4.1. Exclusivamente nos dias de domingos e feriados, a prestação do serviço ocorrerá na modalidade de "Porta Aberta", com isenção total da tarifa aos usuários.

CLÁUSULA QUINTA

DA COMISSÃO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL

5.1. Fica estabelecido que todas as decisões relativas à execução, alteração ou gestão do transporte coletivo deverão ser submetidas e discutidas pela Comissão de Transporte Coletivo Urbano Municipal, e com base na Lei nº 4394/2014.

5.2. As reuniões e deliberações da referida Comissão deverão contar, obrigatoriamente, com a participação de representantes da CONTRATADA (TCI) e da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA SEXTA

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1. O presente aditivo tem fundamento a Lei Municipal n.º 1063/77, o Decreto n.º 11/2003 e demais normas aplicáveis, notadamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA VIGÊNCIA E CONDICIONANTES

7.1. O presente Termo Aditivo terá vigência pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura.

7.2. A eventual prorrogação deste instrumento fica expressamente condicionada à apresentação e aprovação de estudo técnico de análise de reequilíbrio econômico- financeiro do contrato, ou mediante justificativa idônea.

CLÁUSULA OITAVA DA RATIFICAÇÃO

8.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato, no que não colidam com a presente disposição.

CLÁUSULA NONA DOS EFEITOS

9.1. O presente aditivo produzirá seus efeitos a partir da data de sua assinatura e publicação na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA DA PUBLICIDADE

10.1. O Município de União da Vitória fará publicar, na Imprensa Oficial, o texto integral ou extrato dos termos deste Aditivo, para sua validade *erga omnes.*

União da Vitória/PR, 28 de janeiro de 2026.

CONTRATANTE CLAUDIOMIR DE OLIVEIRA FRANÇA
Prefeito Em Exercício

Contratada
ILSON ALBERTO RAVANELLO
Representante Legal

Contratada
JAIRO RAVANELLO
Representante Legal

Testemunhas:

1ª Nome/CPF

2ª Nome/CPF

A Comissão de Transporte Coletivo Urbano de União da Vitória/PR declara ciência e total anuência aos termos deste Aditivo:

ANGELA ANDREA HORBATIUK

PAULO CESAR DA SILVA

CESAR AUGUSTO STRAPASSOLA

GERMANO HOBI GONCHO

DEVERSON FRAITAY RAFAEL

DILAY MALUCELLI

LOURENÇO JOHANN

ANEXO 01

HORÁRIOS REDUZIDOS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)					
Nesta tabela estão apenas os horários alterados, permanecendo os demais.					
Linha	Horários que saem	Horários que entram		Horários Sábado que saem	Horários sábado que entram
Rio d'Areia Centro/Bairro	08h30	09h		09h	
	10h35			14h30	
	16h			16h20	
	17h35			17h30	17h
	20h			18h50	18h
	21h10			20h10	
				21h10	
Rio d'Areia Bairro/Centro	09h	09h30		09h40	
	11h			15h30	
	16h30			16h50	17h30
	18h05			18h10	18h30
	20h30			20h30	
	21h30			21h30	
São Sebastião Centro/Bairro	08h30	09h		09h	
	10h35			14h	
	16h30			16h20	17h
	17h35			17h30	18h
	20h30			18h50	
	21h10			20h10	
				21h	
São Sebastião Bairro/Centro	9h	09h30		09h40	
	11h			15h30	
	16h30			16h50	17h30
	18h05			18h10	18h30
	20h30			19h30	
	21h30			20h30	
				21h30	
São Gabriel Centro/Bairro	11h10			9h	
	14h10	15h		14h50	
	15h10	16h		16h10	17h10
	20h			17h30	18h
				18h50	
São Gabriel Bairro/Centro	10h40			09h40	
	14h40			15h30	
	15h40	15h30		16h50	17h30
	16h30			18h10	18h

	20h30			19h20	
João Paulo II Centro/Bairro	20h30			09h40	
	21h10			14h50	
				16h20	
				17h30	17h
				18h50	18h
				20h10	
				21h30	
João Paulo II Bairro/Centro	20h30			09h40	
	21h40			15h30	
				16h50	17h40
				18h10	18h40
				19h30	
				20h50	
				22h	
Cristo Rei Centro/Bairro	09h10	09h30		09h	
	14h20	14h10		14h50	
	16h	15h30		16h20	17h
	17h10	17h05		17h30	18h
	18h10	18h05		18h50	
	20h			20h10	
	21h10			21h30	
Cristo Rei Bairro/Centro	09h50	10h		09h40	
	15h	14h50		15h30	
	16h30	16h10		16h50	17h40
	20h30			18h10	18h40
	21h40			19h30	
				20h50	
				22h	
São Braz Centro/Bairro	08h25			09h	
	10h10			14h50	
	16h10			16h30	17h
	20h			17h30	18h
				18h50	
São Braz Bairro/Centro	08h50			06h30	06h50
	10h30			07h10	07h30
	16h30			08h	08h30
	20h30			09h	
				10h50	
				16h50	17h30
				18h	18h30
				19h20	

Mallon Centro/Bairro	08h30	09h		09h	08h20
	10h15			14h	
	14h15	14h30		16h20	17h
	15h45			17h30	18h
	17h15	17h05			
	19h20				
	22h40				
Mallon Bairro/Centro	09h	09h30			
	10h50				
	14h45	15h		14h30	
	16h15			17h	17h40
	17h40	17h30		18h10	18h40
	18h30	18h55			
	19h40				
	23h				
Panorama Centro/Bairro	10h30				
	16h15			14h50	
	20h05			16h20	17h
				17h30	18h
				18h50	
				20h30	
Panorama Bairro/Centro	11h10				
	16h30	17h		15h30	
	17h10	17h50		17h	17h30
	17h55	18h40		18h	18h30
	18h50			19h30	
	20h35			21h	

Publicado por:
Maria Celeste de Assunção Mance
Código Identificador:B6E471FE

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

SETOR DE PESSOAL
DIÁRIAS

Relatório Sintético de Concessão e Pagamento de Diárias Período de 16/01/2026 a 31/01/2026									
Nome do Beneficiario	N° Matricula	Meio de Transporte	Cargo/Função	Destino	Periodo de Afastamento	Atividade a ser Desenvolvida	N° de Diarias	Valor	Nº Proc. Adm
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	1711/01/2026 a 18/01/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	38
Joacir Ferreira de Mello	373362	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	18/01/2026 a 19/01/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	39
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	20/01/2026 a 21/01/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	46
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	22/01/2026 a 23/01/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	60
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	26/01/2026 a 27/01/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 203,82	63

Publicado por:
Evelin Nurmberg
Código Identificador:E422CB77

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

PODER LEGISLATIVO - CÂMARA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ANEXOS 1 AO 6

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Adrianópolis - PR (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 00532195000110
Exercício: 2025
Período de referência: 3º quadrimestreRGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	111.300,11	124.748,42	181.413,13	125.287,23	125.287,23	143.427,57	136.260,58	131.328,36	125.598,72	128.685,48	128.405,88	251.293,07	1.713.035,78	0,00
Pessoal Ativo	111.300,11	124.748,42	181.413,13	125.287,23	125.287,23	143.427,57	136.260,58	131.328,36	125.598,72	128.685,48	128.405,88	251.293,07	1.713.035,78	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	93.572,27	105.107,60	161.727,88	105.601,98	105.601,98	123.700,96	115.877,47	111.248,95	105.872,11	108.768,80	108.306,56	211.167,43	1.456.553,99	0,00
Obrigações Patronais	17.727,84	19.640,82	19.685,25	19.685,25	19.685,25	19.726,61	20.383,11	20.079,41	19.726,61	19.916,68	20.099,32	40.125,64	256.481,79	0,00

Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	111.300,11	124.748,42	181.413,13	125.287,23	125.287,23	143.427,57	136.260,58	131.328,36	125.598,72	128.685,48	128.405,88	251.293,07	1.713.035,78	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	**DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal**	
	Valor	**% sobre a RCL Ajustada**
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	49.881.795,79	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	49.881.795,79	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	1.713.035,78	3,43
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.992.907,75	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.843.262,36	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.693.616,98	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	**Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**								
	Exercício em que Excedeu o Limite			**Exercício do Primeiro Período Seguinte**			**Exercício do Segundo Período Seguinte**		
	No Quadrimestre/Semestre			**Primeiro Período Seguinte**			**Segundo Período Seguinte**		
	Limite Máximo (a)	**% DTP (b)**	**% Excedente (c) = (b-a)**	**Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)**	**Limite (e) = (b-d)**	**% DTP (f)**	**Redutor Residual (g) = (f-a)**	**Limite (h) = (a)**	**% DTP (i)**
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	**Percentual**
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	

Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	49.881.795,79

Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	49.881.795,79

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	**Valor Realizado no Período**	
	Apuração do Valor	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.713.035,78	3,95
Limite Máximo (incisos I, II e III art. 20 da LRF) - <%>	2.599.623,95	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	2.469.642,75	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	2.339.661,56	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	**Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa**	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	**Valores**
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas
Assinatura: 1

Digitally signed by DANIEL RODRIGUES ALVES DE CRISTO LEITE:80576800910 Date: 2026.01.30 10:11:45 BRT
Reason: Perfil: Contador Responsável
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Adrianópolis - PR
Assinatura: 2

Digitally signed by SANDRO JUNIOR DOS SANTOS:61122939949 Date: 2026.01.30 10:19:43 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Adrianópolis - PR
Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicado por:
Juarez Tiago do Amaral da Fonseca
Código Identificador:CEB8102C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

GABINETE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO - COME 01 2026

RESOLUÇÃO COME Nº 01, de 02 de fevereiro de 2026.

Dispõe sobre a Aprovação do Plano de trabalho do Esporte em Agudos do Sul

O Conselho Municipal do Esporte, COME no uso das atribuições que lhe são conferidas Lei Municipal de Nº 1268 de 01 abril de 2025 e pelo Decreto Municipal nº 156/2025 e com base nas deliberações tomadas na Plenária extraordinária do COME de 02 de fevereiro de 2026

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho do Esporte do Município de Agudos do Sul/Pr,

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Agudos do Sul, 02 de fevereiro de 2026

ADRIANO JOSÉ TURECK
Presidente COME

PLANO DE TRABALHO

1. Identificação do Proponente

PROPONENTE			
Identificação	Município de Agudos do Sul		
CNPJ	76.105.667/0001-10		
Natureza	MUNICÍPIO		
Endereço	AVENIDA BRASIL, 38 - CENTRO		
Telefone	41996818228		
Responsável	GENEZIO GONÇALVES DA LUZ		
RG	8048339-2	CPF	**039.766.649-79**
Cargo	PREFEITO	Nomeação	
Conselho Municipal do Esporte		Lei n.º 1268	
Fundo Municipal do Esporte		Lei n.º 1281	
Fundo Municipal do Esporte		CNPJ n.º 62.922.953/0001-64	
Agência	2266-7	Conta **37822-4**	
Banco	**BANCO DO BRASIL**		

Objeto

Ampliação da quadra sintética da Taquara Lisa.

Construção e Ampliação da cobertura e da arquibancada do campo municipal.

Aquisição de material de consumo.

Serviços terceiros pessoa jurídica.

2.1 Objetivos

•	Ampliar o número de usuários atendidos nos espaços esportivos;
•	Proporcionar melhores condições para a realização de campeonatos e eventos esportivos municipais e regionais;
•	Garantir conforto e segurança a atletas e espectadores;
•	Promover a integração social e comunitária por meio do esporte.

Justificativa

O Município de Agudos do Sul possui forte tradição esportiva e mantém atividades regulares nas comunidades, com destaque para a quadra da Taquara Lisa e o Campo Municipal, que são amplamente utilizados por atletas, escolinhas e torneios comunitários.

Atualmente, a quadra de grama sintética da Taquara Lisa apresenta dimensões reduzidas, limitando o uso para jogos e treinamentos, enquanto o Campo Municipal carece de cobertura e ampliação da arquibancada, dificultando a acomodação adequada do público durante eventos e competições.

Com a execução deste projeto, será possível ampliar a capacidade de atendimento, melhorar o conforto dos espectadores e fortalecer o esporte local, contribuindo para o bemestar e a integração social da comunidade.

Metas

4.1

Objeto	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total Estimado
Cobertura e ampliação da arquibancada do campo municipal	375 m²	R$ 480,00	R$ 180.000,00

Objeto	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total Estimado
Ampliação da quadra de grama sintética da taquara lisa	400 m²	R$ 250,00	R$ 100.000,00

Objeto	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total Estimado
Aquisição de materiais de construção		R$	R$ 50.000,00

Objeto	Quantitativo	Valor Unitário	Valor Total Estimado
Mão de obra		R$	R$ 70.000,00

4.2 Com a execução do projeto proposto pretende-se atingir as seguintes metas qualitativas:

Meta	Atletas/Ano	Treinadores/Ano	Avaliação
Treinamento Esportivo	100	2	Relatório Mensal
Competições ou Eventos Esportivos	1500	25	Relatório de Evento
Formação Esportiva	2000	12	Relatório Mensal

4.3 Os valores indicados são estimativos, fixados a partir das contrações municipais que podem ser utilizadas como parâmetros e/ou tabelas das carreiras.
4.4 Eventuais saldos remanescentes serão empregados exclusivamente na gestão esportiva do município.

Etapas

O projeto terá execução estimada de 12 (doze) meses, em conformidade ao seguinte cronograma:

			Cronograma Administrativo									
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Planejamento			Contratações				Execução				Execução Prestação de Contas

				Cronograma Financeiro							
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
R$ 70.000,00	R$ 95.000,00	R$ 95.000,00	R$ 70.000,00	R$ 50.000,00	R$ 20.000,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Os dados do cronograma podem ser adequados ao período de execução e a necessidade de cada projeto e os itens 5.1 a 5.3 podem ser adaptados.

5.2 As avaliações do projeto serão realizadas pelo proponente de forma trimestral e encaminhadas ao Conselho Municipal do Esporte, com informação do cumprimento das metas, a partir dos indicadores de resultado e financeiro estabelecidos neste projeto.
5.3 Ao final da execução será encaminhada prestação de contas financeira e esportiva ao Conselho Municipal do Esporte, para posterior remessa ao Conselho Estadual do Esporte.

Local de Execução do Projeto

•Quadra de grama sintética da Taquara Lisa, situada na comunidade rural de Taquara Lisa – Agudos do Sul/PR.

• Campo Municipal de Agudos do Sul, localizado na área central do município.

Ambos os locais possuem infraestrutura básica existente, que será ampliada e melhorada com o presente projeto.

Responsável e Corpo Técnico do Projeto

•Coordenador do Projeto: [Adriano José Tureck]
•Engenheiro Responsável: [Cleiton Luiz da Silva Pereira e CREA PR- 202395 / D]
•Equipe Técnica: [Sebastião Ramos Junior, CREF 038823-G/PR]
•Fiscalização: Secretaria de Planejamento e Obras, em conjunto com o Conselho Municipal de Esporte.

Custo do Projeto

O projeto tem custo estimado de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), com prazo de execução de 12 meses, sendo os valores desembolsados conforme o cronograma financeiro.

09. Aprovação do Projeto

10.1 O presente projeto foi avaliado e aprovado pelo responsável legal do município nos aspectos técnicos e financeiros.

Publicado por:
Claudinei Hitnak
Código Identificador:72F054FB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 23/2025

EDITAL Nº 23/2026 - RETIFICAÇÃO
CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA, ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 08/2025
O **Prefeito do Município de Bocaiúva do Sul**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na legislação municipal aplicável, e **em estrita observância às disposições do Edital nº 08/2025**, torna público o presente **EDITAL DE CONFIRMAÇÃO, ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE DOCUMENTOS**, para conhecimento dos interessados, nos seguintes termos:
1. DO OBJETO
1.1. O presente Edital tem por objeto **dar publicidade à análise da documentação entregue pelos candidatos**, realizada pela Comissão Organizadora, **em conformidade com as exigências previstas no Edital nº 08/2025**, bem como **formalizar o resultado da validação documental** no âmbito do Processo Seletivo Simplificado.
1.2. A análise documental compreende a verificação da **existência, regularidade, autenticidade, legibilidade e adequação** dos documentos exigidos no Edital nº 16/2026, incluindo, quando aplicável, escolaridade, títulos, experiência profissional e demais requisitos obrigatórios para o cargo.
2. DA CONFIRMAÇÃO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS
2.1. Fica confirmada a entrega da documentação **exclusivamente pelos candidatos que constam na relação nominal anexa a este Edital**, apresentada dentro do prazo, forma e local definidos no Edital nº 16/2026.

2.2. É de **inteira responsabilidade do candidato** a correta entrega de toda a documentação exigida, conforme especificações constantes do Edital nº 16/2026.

3. DA ANÁLISE E VALIDAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. A documentação entregue foi analisada pela **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado**, designada por ato administrativo próprio, **observando rigorosamente os critérios, requisitos e condições estabelecidos no Edital nº 16/2026**.

3.2. A análise documental teve por finalidade verificar, entre outros aspectos:

• o atendimento integral aos requisitos do cargo;
• a correspondência entre os documentos apresentados e as declarações prestadas pelo candidato;
• a compatibilidade dos títulos e da experiência profissional com o cargo pretendido;
• a observância dos prazos, períodos e cargas horárias exigidos;
• a regularidade formal e material da documentação apresentada.

3.3. Documentos ilegíveis, incompletos, sem identificação, fora do período previsto, desacompanhados dos requisitos mínimos ou em desacordo com o Edital nº 16/2026 **não foram validados** para quaisquer efeitos no certame.

4. DA DESCLASSIFICAÇÃO

4.1. Foi **DESCLASSIFICADO do Processo Seletivo Simplificado** o candidato que:

• deixou de entregar a documentação exigida pelo Edital nº 16/2026;
• entregou documentação incompleta;
• apresentou documentos em desacordo com as exigências editalícias;
• não comprovou os requisitos obrigatórios para o cargo;
• apresentou documentação inválida, inconsistente ou incompatível com o cargo pretendido.

4.2. A desclassificação decorre da **inobservância das regras editalícias**, sendo aplicada de forma objetiva e impessoal, em respeito aos princípios da **legalidade, isonomia, vinculação ao edital e segurança jurídica**.

4.3. A relação dos candidatos **classificados e desclassificados**, com a respectiva indicação da situação, consta em **anexo próprio** a este Edital.

5. DA PUBLICIDADE E DOS RECURSOS

5.1. O presente Edital, bem como seus anexos, será publicado no **Diário Oficial do Município de Bocaiúva do Sul**, para conhecimento geral e produção de seus efeitos legais.

5.2. Caberá **recurso administrativo**, nos prazos e condições previstos no Edital nº 16/2026, exclusivamente quanto a eventuais erros materiais ou de procedimento, devidamente fundamentados.

5.3. Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo, sem fundamentação ou que visem rediscutir critérios expressamente previstos no edital.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A análise e validação documental **não geram direito subjetivo à contratação**, constituindo etapa eliminatória do Processo Seletivo Simplificado.

6.2. A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, **anular atos**, inscrições ou classificações, caso constatada irregularidade ou falsidade documental, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, em consonância com o Edital nº 16/2026 e a legislação vigente.

Classificação	Nome Completo	Data de nascimento	Cargo de inscrição	Total	Cota Racial	Pessoa com deficiência	Situação
5	Josiane Slompo De Lima	18/09/1991	Psicólogo	85	sim		deferido
6	Paula Cristina França Menegusso	21/08/1995	Psicólogo	85			deferido
7	Ingrid Stefani De Souza Ferreira	20/09/1996	Psicólogo	85			indeferido
4	Edmar Rocha Damasceno	10/09/1976	Nutricionista	85			deferido
5	Mylena Rodrigues De Araújo	01/10/1993	Nutricionista	85	sim	sim	deferido
2	André Vieira De Souza	27/03/1987	Cirurgião Dentista 20h	94			indeferido
2	Dionatan Gomes	24/02/1992	Cirurgião Dentista 40h	100	sim		indeferido
18	Tatiele Tavares Vieira	04/09/1990	Técnico de enfermagem	94			deferido
19	Elen Da Silva	25/06/1978	Técnico de enfermagem	92	sim		indeferido
20	Geysa Alessandra	09/05/1980	Técnico de enfermagem	92	sim		indeferido
21	Andreza Formigheri Matheus	21/06/1998	Técnico de enfermagem	92	sim		deferido
22	Rosa Aparecida Paulo	20/03/1972	Técnico de enfermagem	90	sim		deferido
23	Josiane Silveira Dos Santos Da Rosa	21/09/1984	Técnico de enfermagem	90	sim		indeferido

Classificação	Nome Completo	Data de Nascimento	Cargo de Inscrição	Ensino Médio	Cursos	Tempo de Serviço	Total	Cotas Raciais	Pessoa com Deficiência	Situação
1	Indianara dos Santos Veiga	28/10/1994	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100			Deferido
2	Thamiris Christina De Souza	30/08/1996	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100			Desistência por não comparecimento
3	Talita Karen Rodrigues Souto	08/06/2000	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100			Deferido
4	Thaila Rhuana Lourenço de Negreiro	05/02/2002	Agente de Apoio Educacional	50	20	30	100			Deferido
5	Carlos Eduardo Machado da Conceição	22/01/1988	Agente de Apoio Educacional	50	16	30	96	Sim	Sim	Desistência por não comparecimento
6	Leticia de Oliveira Batista	03/10/1996	Agente de Apoio Educacional	50	16	30	96			Final de lista
7	Uriene Peixoto da Costa	27/08/1988	Agente de Apoio Educacional	50	12	30	92			Deferido
8	Victoria Ferraz Celestino	05/03/2005	Agente de Apoio Educacional	50	8	30	88			Deferido
9	Grasiele Broto Bomfim	23/10/2000	Agente de Apoio Educacional	50	12	24	86			Deferido
10	Jannaina Cristina da Silva Miranda	26/12/1987	Agente de Apoio Educacional	50	4	30	84			Desistência por não comparecimento
11	Alessandra da Rosa Dalazoana	07/07/1991	Agente de Apoio Educacional	50	4	30	84			Deferido
12	Bruna Rodrigues dos Santos	12/01/2000	Agente de Apoio Educacional	50	4	30	84			Deferido
13	Elis Thaina da Cruz	16/08/2002	Agente de Apoio Educacional	50	4	30	84			Desistência por não comparecimento
14	Vanessa Pontes de Carvalho	27/02/1982	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80			Desistência por não comparecimento
15	Cilene Bandaszewski Da silva	24/11/1982	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80			Desistência por não comparecimento
16	Rafaela Trindade Da Silva	16/04/1983	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80			Desistência por não comparecimento
17	Maria Daniela de Freitas	22/07/1986	Agente de Apoio Educacional	50	4	26	80			Deferido
18	Jaqueline Ribas dos Santos	29/09/1993	Agente de Apoio Educacional	50	16	14	80			Deferido
19	Gabriella Barbosa Chiquiti	20/01/2005	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80			Deferido
20	Vinícius Zanoni Andrade	12/04/2005	Agente de Apoio Educacional	50	0	30	80			Deferido
21	Thaynara Freitas Correia Siqueira	12/11/2003	Agente de Apoio Educacional	50	4	24	78			Desistência por não comparecimento
22	Suzeli Chius Mazzini	05/10/1978	Agente de Apoio Educacional	50	4	20	74			Deferido
23	Kauane Alves de Lima	09/11/2005	Agente de Apoio Educacional	50	8	16	74			Final de lista
24	Paula Priscila de Mattos	21/04/2003	Agente de Apoio Educacional	50	4	18	72			Deferido
25	Ovidia Maria de França	18/09/1967	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70			Desistência por não comparecimento
26	José Nilson Vitoria Lima Lopes	03/11/1967	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70			Desistência por não comparecimento
27	Eliane Vianna dos Santos	18/01/1987	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70	Sim	Sim	Deferido
28	Daiane de Mattos dos Santos	28/03/1992	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70			Desistência por não comparecimento
29	Mariane Cordeiro Rocha	23/07/2003	Agente de Apoio Educacional	50	20	0	70			Desistência por não comparecimento
30	Thays Gabrielle Santos Godoi	04/06/2005	Agente de Apoio Educacional	50	0	20	70			Final de lista

Colocação	Nome Completo:	Data De Nascimento	Cargo De Inscrição	Graduação	Doutorado/ Mestrado	Pós - Graduação	Cursos	Tempo De Serviço	Total	Cotas Raciais	Pessoa Com Deficiência	Situação
1	Erinaldo Ferreira Do Nascimento	22/03/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	10	15	10	20	95	Sim		Final de lista
2	Edson José Veiga Silva	17/09/1960	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	10	15	4	20	89			Desistência por não comparecimento
3	Roberto Cunha Bittencourt	05/12/1961	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Desistência por não comparecimento
4	Maria Inês De Deus	13/06/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Deferido
5	Silmara Dannemann Rocha Maia	08/03/1973	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Deferido
6	Sonia Elizabete Santos	23/05/1975	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Deferido
7	Elizangela De Oliveira	20/10/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Deferido
8	Vanderli Alves Dos Santos	24/03/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Desistência por não comparecimento
9	Lucimara Morais De Paula Martinowitz	11/03/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Desistência por não comparecimento
10	Anilly Fernanda Santos Ribeiro	08/02/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	20	85			Deferido
11	Marili Bonfim De Lima	01/07/1968	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	6	20	81			Final de Lista
12	Vivian Costacurta	14/12/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	6	20	81			Desistência por não comparecimento
13	Maria Antonia Moreira Vais	07/02/1971	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Deferido
14	Gislaine Gonçalves Conti	17/05/1976	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Deferido
15	Beatriz De Souza Assunção	15/03/1981	Professor Educação Infantil E Anos	40		10	10	20	80			

			Iniciais 30h									Deferido
16	Veralucia Thomaz Cardozo Silva	18/09/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Desistência por não comparecimento
17	Francisco Muriel Antunes Pereira	03/10/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Desistência por não comparecimento
18	Elizangeles De Lima Cachoeira	03/06/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Final de Lista
19	Camila Santos Rodrigues Pedroso	10/11/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Deferido
20	Flávia Fernanda Nascimento Vandelao	31/05/1999	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Deferido
21	Elisiely De Jesus Pádua	22/08/2000	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	10	20	80			Deferido
22	Vanea Elizabete Costa	09/08/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	4	20	79			Deferido
23	Vanilza Martins	03/11/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	4	20	79			Desistência por não comparecimento
24	Megui Talita Padilha Costa	02/12/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	4	20	79			Deferido
25	Elisandra Gonçalves Calixto	02/12/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	8	20	78	Sim	Sim	Desistência por não comparecimento
26	Franciele Patrícia Almeida Depoli	20/12/1991	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	8	20	78			Deferido
27	Jhony Lucas Fagundes Barboza	11/11/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	8	20	78			Desistência por não comparecimento
28	Adriane Aparecida Mocelin Polli	29/12/1970	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	12	77			Final de Lista
29	Salete Gomes Da Silva Schneider	21/09/1978	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	10	5	2	20	77			Desistência por não comparecimento
30	Tatiana Regina Collet Repetti	15/03/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	12	77			Desistência por não comparecimento
31	Jheniffer Antunes Nichele	31/05/1990	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	2	20	77			Deferido
32	Laura Hiromi Ouyama	29/03/1970	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	6	20	76			Deferido
33	Queleonirce Dos Santos Pacheco Lucas	22/01/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	6	20	76			Deferido
34	Maria Da Aparecida De Oliveira Rosa	21/03/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	6	20	76			Deferido
35	Regina Ramos Cavalheiro	09/07/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	6	20	76			Final de Lista
36	Vania Silva De Oliveira	11/01/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	6	20	76			Desistência por não comparecimento
37	Aniziane Fron Fitz	01/03/1987	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	6	20	76			Desistência por não comparecimento
38	Mistia Roberta Sanches	09/08/1964	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Deferido
39	Joao Batista Costa Ribeiro	19/05/1977	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Desistência por não comparecimento
40	Claudia Angelina De Almeida Cavalli	10/07/1977	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Final de Lista
41	Juciliane Lopes Dos Santos De Lima	01/11/1979	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Deferido
42	Paulo Carvalho De Moura	04/07/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	0	20	75	Sim		Desistência por não comparecimento
43	Valdilene Silva Da Silva	29/11/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Desistência por não comparecimento
44	Adrielly Caroliny Prezniska	12/01/1996	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Deferido
45	Gabrieli Aparecida Tavares Milani	11/06/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Deferido
46	Lucilaine Maiara Dos Santos Batista	23/09/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	20	75			Deferido
47	Mari'stela Sanches	25/03/1960	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	4	20	74			Deferido
48	Clarice Santos Bandeira	11/10/1980	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	4	20	74			Final de Lista
49	Daiane Do Rocio Krigas	11/06/1997	Professor Educação Infantil E Anos	40	0	10	4	20	74			Deferido

			Iniciais 30h									
50	Liliane Ferreira Dos Santos	29/10/1983	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	8	20	73			Desistência por não comparecimento
51	Marinez De Lima Dos Santos	09/10/1992	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	8	73			Desistência por não comparecimento
52	Carolaine Nascimento Lopes	30/04/1998	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	10	18	73			Deferido
53	Lindinaura Rodrigues Da Cruz Nagita	29/06/1979	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	2	20	72			Desistência
54	Ana Maria Morais	21/07/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	8	18	71			Deferido
55	Mariane Aparecida Godoi Falcade	30/05/1991	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	6	71			Deferido
56	Stheffany Alanis Da Luz De Brito	19/03/1999	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	6	71			Deferido
57	Daniel Eugênio De Lara	22/12/1967	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	0	10	20	70			Final de Lista
58	Vanderlene Santos Machado Da Silva	09/09/1969	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	0	10	20	70			Deferido
59	Selma Ceccon	02/11/1970	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	10	10	2	8	70			Deferido
60	Lucimeire Santana Messias	02/10/1972	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	0	20	70	Sim		Desistência
61	Vivian De Oliveira Correa	21/01/1978	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	0	10	20	70			Desistência por não comparecimento
62	Nilceia Miss Bazzotti	07/02/1981	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	0	20	70			Desistência por não comparecimento
63	Kelli Martin Dos Santos	13/03/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	5	8	17	70			Deferido
64	Gisele Nascimento Beira Soares	05/11/1982	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	0	20	70			Final de Lista
65	Rosicler Eroni De Siqueira Carvalho	26/08/1984	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	0	10	20	70			Desistência por não comparecimento
66	Ana Caroline Fernandes Koehler	09/02/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	10	0	20	70			Desistência por não comparecimento
67	Jandesmeri De Oliveira De Souza	26/05/1986	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	0	10	20	70	Sim		Deferido
68	Miriam Guth De Paula	09/11/1988	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	15	10	5	70			Desistência por não comparecimento
69	Andressa Carla De Oliveira Duarte	05/09/1994	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	0	10	20	70			Desistência por não comparecimento
70	Ingrid Dos Santos Neres	18/10/1995	Professor Educação Infantil E Anos Iniciais 30h	40	0	0	10	20	70			Deferido

Bocaiúva do Sul, 02 de fevereiro de 2026.

Prefeito Municipal
Presidente da Comissão Organizadora do PSS nº 08/2025

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:0DA3D5C7

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF 3º QUADRIMESTRE 2025 - ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025	
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LÍQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	1 / 2.025	2 / 2.025	3 / 2.025	4 / 2.025	5 / 2.025	6 / 2.025	7 / 2.025	8 / 2.025	9 / 2.025	10 / 2.025	11 / 2.025	12 / 2.025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.934.943,01	2.046.964,96	2.007.762,57	2.232.957,06	2.074.976,48	2.134.446,51	2.157.462,12	2.494.561,74	2.133.694,33	2.127.360,59	2.377.269,00	4.803.256,51	28.525.654,88	164.198,58
Pessoal Ativo	1.868.391,13	1.991.740,86	1.952.538,47	2.177.732,96	2.019.752,38	2.079.222,41	2.102.238,02	2.439.337,64	2.078.470,23	2.070.566,81	2.117.072,95	4.334.633,49	27.231.697,35	0,05
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.627.342,42	1.739.503,76	1.695.892,07	1.918.436,30	1.758.844,88	1.811.707,04	1.831.605,67	2.161.964,34	1.811.694,28	1.802.774,27	1.851.726,89	3.813.866,04	23.825.357,96	0,00
Obrigações Patronais	241.048,71	252.237,10	256.646,40	259.296,66	260.907,50	267.515,37	270.632,35	277.373,30	266.775,95	267.792,54	265.346,06	520.767,45	3.406.339,39	0,05
Pessoal Inativo e Pensionistas	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	55.224,10	110.448,20	717.913,30	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	34.038,78	68.077,56	442.504,14	0,00
Pensões	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	21.185,32	42.370,64	275.409,16	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.569,68	204.971,95	358.174,82	564.716,45	164.198,53
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	11.327,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.327,78	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	26.726,69	55.619,78	28.462,99	135.913,58	24.288,00	31.878,60	24.288,00	242.987,52	24.288,00	32.362,16	23.775,32	129.472,48	780.063,12	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	2.438,69	31.972,12	3.250,62	111.625,58	0,00	7.590,60	0,00	218.007,52	0,00	8.074,16	0,00	105.184,48	488.143,77	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	24.288,00	23.647,66	25.212,37	24.288,00	24.288,00	24.288,00	24.288,00	24.980,00	24.288,00	24.288,00	23.775,32	24.288,00	291.919,35	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.908.216,32	1.991.345,18	1.979.299,58	2.097.043,48	2.050.688,48	2.102.567,91	2.133.174,12	2.251.574,22	2.109.406,33	2.094.998,43	2.353.493,68	4.673.784,03	27.745.591,76	164.198,58

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	76.764.275,27	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	1.604.694,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	320.559,26	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	74.839.022,01	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**27.909.790,34**	**37,29**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	40.413.071,89	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	38.392.418,29	51,30
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	36.371.764,70	48,60
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 30/jan/2026 as 16h e 19m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		

JOÃO DE LIMA	*MARCOS NISHIDA AOKI*
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:83ACC296

SECRETARIA DE FINANÇAS
RGF 3º QUADRIMESTRE 2025- ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO
DE 2.025

RGF - ANEXO V (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)1 (g) = (a – (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	9.310.302,31	-69.207,26	564.249,63	228.752,75	0,00	0,00	8.586.507,19	3.525.652,01	3.129.374,67	5.060.855,18
Recursos Ordinários	9.155.633,50	-69.207,26	564.249,63	228.752,75	0,00	0,00	8.431.838,38	3.525.071,95	3.129.174,67	4.906.766,43
Outros Recursos não Vinculados	154.668,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.668,81	580,06	200,00	154.088,75
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	12.890.345,49	-11.453,78	267.986,62	285.084,44	700.249,18	0,00	11.648.479,03	3.647.449,13	3.012.587,57	8.001.029,90
Recursos Vinculados à Educação	1.266.350,22	-7.858,83	192.700,88	16.305,65	700.249,18	0,00	364.953,34	195.730,99	763.638,17	169.222,35
Transferências do FUNDEB	214.119,17	-7.858,83	105.601,78	16.305,65	0,00	0,00	100.070,57	72.072,40	591.150,55	27.998,17
Outros Recursos Vinculados à Educação	1.052.231,05	0,00	87.099,10	0,00	700.249,18	0,00	264.882,77	123.658,59	172.487,62	141.224,18
Recursos Vinculados à Saúde	5.437.550,95	-0,01	43.069,59	2.996,86	0,00	0,00	5.391.484,51	795.790,27	61.168,86	4.595.694,24
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	5.321.142,54	-0,01	43.069,59	2.996,86	0,00	0,00	5.275.076,10	794.110,27	61.168,86	4.480.965,83
Outros Recursos Vinculados à Saúde	116.408,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.408,41	1.680,00	0,00	114.728,41
Recursos Vinculados à Assistência Social	854.525,60	0,00	8.542,70	0,00	0,00	0,00	845.982,90	100.651,04	7.642,46	745.331,86
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	2.591.984,47	-3.594,94	22.774,20	247.547,93	0,00	0,00	2.325.257,28	2.299.352,79	1.831.244,59	25.904,49
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	1.463.921,03	0,98	0,00	0,01	0,00	0,00	1.463.920,04	2.112.315,84	1.460.062,92	-648.395,80
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.128.063,44	-3.595,92	22.774,20	247.547,92	0,00	0,00	861.337,24	187.036,95	371.181,67	674.300,29
Demais Vinculações Legais	2.739.934,25	0,00	899,25	18.234,00	0,00	0,00	2.720.801,00	255.924,04	348.893,49	2.464.876,96
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	2.513,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.513,44	0,00	0,00	2.513,44
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	1.497.808,58	0,00	296,70	0,00	0,00	0,00	1.497.511,88	40.592,87	0,00	1.456.919,01
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	11.491,21	0,00	602,55	0,00	0,00	0,00	10.888,66	0,00	0,00	10.888,66
Outras Vinculações Legais	1.228.121,02	0,00	0,00	18.234,00	0,00	0,00	1.209.887,02	215.331,17	348.893,49	994.555,85
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**22.200.647,80**	**-80.661,04**	**832.236,25**	**513.837,19**	**700.249,18**	**0,00**	**20.234.986,22**	**7.173.101,14**	**6.141.962,24**	**13.061.885,08**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA DO SUL, emitido em 30/jan/2026 as 16h e 23m.

NOTA:

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

JOÃO DE LIMA	***MARCOS NISHIDA AOKI***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:D919138A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CONSOLIDADO DE CAFELÂNDIA - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2025

CONSOLIDADO DE CAFELÂNDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2025

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	146.311.103,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

ALTAIR PAULETTI
Téc. Em Contab. CRC-PR.30.705

ADRIANO HEINZEN
Controle Interno

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:AEC74546

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
CONSOLIDADO DE CAFELÂNDIA - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

CONSOLIDADO DE CAFELÂNDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c +	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i +	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**424.013,47**	**424.013,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
EXECUTIVO												
Município de Cafelândia	**0,00**	**424.013,47**	**424.013,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	164,31	164,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	98.116,19	98.116,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	43.199,69	43.199,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	35.182,02	35.182,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	20.396,81	20.396,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN DE AGRIC, MEIO AMB, COM, IND E TUR	0,00	133.954,45	133.954,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	0,00	93.000,00	93.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I +	**0,00**	**424.013,47**	**424.013,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

ALTAIR PAULETTI
Téc. Em Contab. CRC-PR.30.705

ADRIANO HEINZEN
Controle Interno

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:40755023

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - 3.º QUADRIMESTRE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.	
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	96.804,23	87.489,69	86.033,57	83.210,09	86.863,11	85.054,00	86.548,02	85.053,99	86.267,08	85.053,99	88.549,52	110.123,33	1.067.050,62	0,00
Pessoal Ativo	96.804,23	87.489,69	86.033,57	83.210,09	86.863,11	85.054,00	86.548,02	85.053,99	86.267,08	85.053,99	88.549,52	110.123,33	1.067.050,62	0,00
Vencimentos, Vantagens e	83.099,32	73.307,16	72.154,59	69.450,53	72.891,72	71.068,00	72.562,02	71.067,99	72.281,08	71.067,99	74.134,24	91.734,73	894.819,37	0,00

Outras Despesas Variáveis														
Obrigações Patronais	13.704,91	14.182,53	13.878,98	13.759,56	13.971,39	13.986,00	13.986,00	13.986,00	13.986,00	13.986,00	14.415,28	18.388,60	172.231,25	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	96.804,23	87.489,69	86.033,57	83.210,09	86.863,11	85.054,00	86.548,02	85.053,99	86.267,08	85.053,99	88.549,52	110.123,33	1.067.050,62	0,00

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	Memória de cálculo TCE: Versão 1.0 - Publicada em 09/08/2024.

DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.848.641,13	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	1.400.000,00	

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	552.552,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	49.896.089,13	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	1.067.050,62	2,14%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.993.765,35	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.844.077,08	5,70%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.694.388,81	5,40%

Publicado por:
Jamel Sultane
Código Identificador:863B1ED0

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - 3º QUADRIMESTRE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2025 À 12/2025
RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alinea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a – (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 01/02/2026 03:31

Publicado por:
Jamel Sultane
Código Identificador:544F70C6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
RGF - I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

CAMARA MUNICIPAL DE ITAMBE														
PODER LEGISLATIVO														
ESTADO DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LÍQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	1 / 2.025	**2 / 2.025**	**3 / 2.025**	**4 / 2.025**	**5 / 2.025**	**6 / 2.025**	**7 / 2.025**	**8 / 2.025**	**9 / 2.025**	**10 / 2.025**	**11 / 2.025**	**12 / 2.025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	73.379,44	76.307,31	76.862,51	76.862,51	76.541,31	87.829,62	78.863,93	78.677,00	82.973,00	84.373,00	83.271,64	103.850,95	979.792,22	0,00
Pessoal Ativo	73.379,44	76.307,31	76.862,51	76.862,51	76.541,31	87.829,62	78.863,93	78.677,00	82.973,00	84.373,00	83.271,64	103.850,95	979.792,22	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	65.167,66	67.804,71	68.296,03	68.296,03	68.099,23	79.289,00	70.182,79	69.947,80	74.225,16	75.625,16	74.523,80	91.470,55	872.927,92	0,00
Obrigações Patronais	8.211,78	8.502,60	8.566,48	8.566,48	8.442,08	8.540,62	8.681,14	8.729,20	8.747,84	8.747,84	8.747,84	12.380,40	106.864,30	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (Exceto Elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos das Demissões Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira (CF/88, art. 198, §§12 a 15)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	73.379,44	76.307,31	76.862,51	76.862,51	76.541,31	87.829,62	78.863,93	78.677,00	82.973,00	84.373,00	83.271,64	103.850,95	979.792,22	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	42.724.727,58	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	800.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	-
(-) Outras Deduções Constituicionais ou Legais (VIII)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	41.924.727,58	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (X) = (III a + III b)	**979.792,22**	**2,34**
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.515.483,65	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 % XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.389.709,47	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 % XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.263.935,29	5,40
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 02/fev/2026 as 10h e 29m.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse		

campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

MARCOS ROBERTO RIBEIRO DA COSTA	***EDUARDO TAVARES***
Presidente Da Câmara Municipal	Contador

Publicado por:
Sonia Saade Youssef Said
Código Identificador:AF055480

DEPARTAMENTO DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL Nº 001, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Prefeito Municipal de Itambé, Estado do Paraná, **ANANIAS SOARES VIEIRA**, no exercício de suas atribuições, com fundamento nas disposições contidas no art. 198, parágrafo 4º, da Constituição Federal, nas Leis Federais nº 11.350/2006, 12.994/2014, 13.595/2018, Emenda Constitucional nº 51/2006, Decreto nº 8.474/2015, Portarias GM/MS nº 2.436/2017, nº 243/2015, nº 83/2018, nº 44/2024 e 441/2024, e nos termos do art. 278 e ss. da Lei Complementar Municipal n.º 631/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) c/c art. 54 e ss. da Lei Orgânica Municipal, e, com amparo no Decreto n.º 117/2021, que tratam da contratação temporária, por excepcional interesse público, **TORNA PÚBLICO**, e estabelece normas para a realização de **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**, destinado à contratação para a função pública de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)** para vagas existentes e formação de cadastro de reserva, conforme especificação contida no Anexo I.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 - O(A) candidato(a) poderá obter informações e orientações sobre o Processo Seletivo Público no site **www.itambe.pr.gov.br**, ou na sede da Prefeitura Municipal de Itambé, situada na Praça Rui Barbosa, n° 34, Centro, Itambé/PR, ou pelo telefone (44) 98826-9739, no horário de expediente, (**08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h**).
1.2 – A Seleção Pública regida por este Edital será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.
1.3 – O(A) candidato que se inscrever para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)** deverá residir na cidade de Itambé da UBS (Unidade Básica de Saúde) para a qual concorrerá a vaga desde a data de publicação do Edital de Abertura, conforme Lei Federal nº. 11.350 de 05 de outubro de 2006, alterada pela Lei Federal nº. 13.595/2018.
1.3.1 Para o cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)** os(as) candidatos(as) deverão apresentar no momento da posse, um comprovante de residência do mês e ano do período da publicação do Edital de Abertura, em seu nome e/ou esposo(a), juntamente com a Certidão de Casamento e/ou dos pais, e com a Certidão de Nascimento.
1.4 - A jornada de trabalho ocorrerá durante o turno diurno, nos termos da lei, de acordo com a data da homologação do resultado final do Processo Seletivo.
1.5 - O prazo de validade do Processo Seletivo é de 01 (um) ano, contados da data da homologação do seu resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez.
1.6 - As funções, vagas disponíveis, carga horária, remunerações, pré-requisitos e atribuições dos cargos serão aqueles informados, conforme quadro descritivo do item 2 e atribuições constantes do anexo I do presente Edital.
1.7 - Caso surjam, no prazo de validade deste Processo Seletivo, outras vagas além das previstas para a mesma função constante neste Edital, observada a necessidade do serviço, poderão ser chamados os candidatos aprovados neste certame, limitados ao quantitativo das vagas e observada à ordem classificatória.
1.8 - O Processo Seletivo terá caráter eliminatório e classificatório e a seleção de que se trata este Edital será realizada mediante análise curricular e avaliação de títulos.
1.9 - Os candidatos selecionados serão chamados de acordo com sua classificação no Processo Seletivo.
1.10 - Todo o Processo Seletivo será regido e supervisionado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo da Prefeitura, designada pelo Decreto nº. 18, de 30 de janeiro de 2026.
1.11 - Os trabalhos da Comissão designada terminarão com o envio da classificação final do certame para a homologação do Prefeito.
1.12 - Integram o presente edital os seguintes anexos:
ANEXO I – Atribuições da função;
ANEXO II – Critérios de julgamento
ANEXO III – Área de abrangência de atuação;
ANEXO IV – Ficha de Inscrição
ANEXO V – Cronograma do processo seletivo público;
ANEXO VI – Formulário de interposição de recurso.
ANEXO VII – Declaração de Residência

2 – DOS EMPREGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIAS, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO MENSAL

2.1 – O Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento de vagas e de contrato de trabalho por tempo determinado, conforme segue:

CARGO/EMPREGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REQUISITOS MÍNIMOS	REMUNERAÇÃO MENSAL
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	*CR	40 horas	Ensino Médio completo em curso devidamente reconhecido pelo MEC	R$ 3.036,00

***CADASTRO RESERVA**

3 – DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INGRESSO NA FUNÇÃO

3.1 – Ter sido aprovado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital.
3.2 – Possuir, na data da contratação, comprovação da escolaridade especificada no Anexo II, obtido em instituição de ensino público ou privado, devidamente reconhecido pelo MEC.
3.3 – Estar em dia com as obrigações eleitorais.
3.4 – Estar em dia com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.
3.5 – Ter, na data da inscrição, idade de 18 (dezoito) anos completos ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003.
3.6 – Estar em pleno gozo de seus direitos civis.
3.7 – Gozar de boa saúde física e mental, estando apto para exercer todas as atribuições da função.
3.8 – Apresentar, no ato da contratação, os documentos descritos no item 4.6 e documentação comprobatória.
3.9 – Para investidura na função, o candidato será submetido a exames pré-admissionais e psicológicos.
3.10 – Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português, a quem foi conferida igualdade nas condições previstas no parágrafo 1° do inciso II do artigo 12 da Constituição Federal.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1 – A inscrição será efetivada com início no dia **11 de fevereiro de 2026** e término no dia **13 de fevereiro de 2026**, no horário de expediente, no Setor de Recursos Humanos, localizado no Paço Municipal, na Praça Rui Barbosa, nº. 34, Centro, Itambé/PR, no horário de expediente (**08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h**).
4.2 - No ato da inscrição, o(a) candidato(a) deverá possuir maioridade civil e apresentar pessoalmente, além da ficha de inscrição devidamente preenchida, os documentos que comprovem o grau de escolaridade, aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço declarados, obedecido os critérios previstos no anexo II do presente Edital.
4.3 – No dia **03 de março de 2026**, serão divulgadas as inscrições deferidas com as pontuações, podendo o(a) candidato(a), em caso de indeferimento, recorrer no prazo de 02 dias úteis.
4.4 – Realizar somente uma inscrição e apenas para o cargo disponível, observando os requisitos mínimos exigidos e atribuições do cargo pretendido, conforme quadro descritivo do item 2 e atribuições constantes do anexo I do presente Edital.
4.5 – A inscrição implica o conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
4.6 – No ato de sua inscrição o candidato deverá apresentar, além do formulário de inscrição devidamente preenchido, fotocópia e original dos documentos a seguir:
4.6.1 – Carteira de Identidade (RG) (fotocópia)
4.6.2 – CPF (fotocópia)
4.6.3—Diploma ou Declaração e Histórico Escolar, de acordo com as exigências da função, obtido em instituição de ensino, devidamente reconhecida pelo MEC (fotocópia).
4.6.4 – Comprovante de residência atualizado;
4.6.5 – Caso o comprovante de residência não esteja em nome do candidato, deverá ser apresentada Declaração de Residência (Anexo VII), devidamente assinada pelo proprietário do imóvel e reconhecido firma (por verdadeiro) no cartório.
4.6.5.1 – Serão aceitos comprovantes de residência em nome dos pais do candidato.
4.7 – O(A) candidato(a) poderá apresentar, no ato da inscrição, documento que comprove tempo de experiência profissional, **EXCLUSIVAMENTE**, como agente comunitário de saúde ou outra função pública na área da saúde, se houver.
4.8 – O tempo de experiência profissional será computado **EXCLUSIVAMENTE** para fins de desempate da pontuação obtida pelo candidato(a), nos termos do item 7.2.
4.8.1 – Será computado 05 (cinco) pontos para cada ano completo na função, limitado a 10 (dez) anos.
4.8.2 – Para fins de comprovação de experiência profissional, serão aceitos os seguintes documentos:
4.8.2.1 – Atividades exercidas em Instituições Públicas: Portaria de Nomeação expedida pelo Gestor Público, Contrato de Prestação de Serviços ou Declaração fornecida pelo Setor de Recursos Humanos do órgão de lotação (fotocópia);
4.8.3.2 – Atividades profissionais exercidas em Setor Privado: apresentar original e fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contendo a página de identificação do trabalhador e a página que conste o registro do empregador com a informação da função e do período, com início e fim.
4.8.3.3 – Não será considerada fração de tempo inferior a 01 (um) ano de experiência profissional.
4.9 – O(A) candidato(a) é responsável pela veracidade das informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros ou do não preenchimento de qualquer campo desse formulário ou da não apresentação do formulário.
4.10 – O(A) candidato(a), ao preencher o Formulário de Inscrição, declara, sob pena da lei, estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo e estar de acordo com as normas, bem como possuir os requisitos para o provimento da função e estar em condições de apresentar os documentos comprobatórios, sob pena de perda do direito à vaga.
4.11— A inscrição do candidato implicará o conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
4.12 – O Edital estará disponível no site Oficial da Prefeitura Municipal (**www.itambe.pr.gov.br**).
4.13 – A Prefeitura de Itambé não se responsabiliza por eventuais prejuízos aos candidatos(as) decorrentes de endereço ou número de telefone incorretos.

4.14 – A obtenção do Edital na íntegra e o preenchimento do formulário de inscrição são de responsabilidade exclusiva do candidato.
4.15 – A inscrição no Processo Seletivo será gratuita.

5. DAS PROIBIÇÕES
5.1 - Não poderão concorrer ao Processo Seletivo Público:
a) os servidores públicos cuja cumulação de cargo/função seja proibida;
b) Não ser beneficiário(a) de proventos de aposentadoria advindas de cargo e/ou emprego público, ressalvados os casos disciplinados pela Constituição Federal.
c) o(a) candidato(a) que não apresentar documentação exigida para o cargo/função, nos termos deste Edital.

6.DA SELEÇÃO
6.1 - A seleção será procedida da contagem de pontos e serão apurados conforme descrito nos quadros de critérios abaixo:

CRITÉRIOS AVALIADOS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
• Curso ou capacitação específicos na área do cargo/emprego, além da exigida para o cargo/emprego, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.	05 pontos	50 pontos
• Tempo de exercício na Administração Pública, na função/cargo a que concorre (informar se administração pública federal, estadual ou municipal ou na inciativa privada em cargo de atribuições igual ou semelhante	10 por ano completo	50 pontos

6.2 – Cada título será considerado uma única vez.
6.3 – Serão considerados títulos aptos a serem valorizados:
a) Cursos de Aperfeiçoamento em (CARGO), com carga horária igual ou superior a 20 horas, com previsão de início e término.
6.4 – Documentos comprobatórios para a Prova de Títulos:
a) Certificados de Conclusão conforme item 6.3, alínea "a".
6.5 – Documentos Comprobatórios Para Tempo de Serviço:
a) Declaração Funcional que expresse claramente a função exercida pelo candidato e indique o período de trabalho (data de início – dia, mês e ano – de permanência ou término, se for o caso), prestados para a Administração Pública.
6.6 – Quando houver diferença no nome do candidato, entre os documentos apresentados para a Prova de Títulos e o que consta no Requerimento de Inscrição, o mesmo deverá anexar comprovante de alteração de nome.
6.7 – A avaliação de títulos (análise curricular) serão realizadas pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde, designada por Decreto, conforme item 1.9.
6.8—A classificação será feita em ordem crescente da pontuação final obtida individualmente, considerando todos os candidatos aprovados.
6.8.1 – Havendo empate na **AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**, o critério para desempate será:
1º – O(A) candidato(a) de maior idade, conforme os termos da Lei nº. 10.741/2023;
2º – O(A) candidato(a) com maior tempo de serviço público.

7 – DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS/CONVOCAÇÃO
7.1 – Todos os atos do processo seletivo serão devidamente divulgados no site da Prefeitura Municipal de Itambé (**www.itambe.pr.gov.br**), e quadro de avisos no Paço Municipal e Secretaria Municipal de Saúde. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as etapas do processo seletivo simplificado nos canais de comunicação supracitados.
7.2 – A convocação para designação e/ou contratação obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos.
7.3 – O candidato que não comparecer no prazo de 03 (três) dias úteis, após convocação de que trata o item anterior, será considerado desistente.

8 – DOS RECURSOS
8.1 – Recursos a fatos extraordinários deverão ser dirigidos ao(a) Presidente da Comissão do Processo Seletivo, em impresso próprio, entregues sob protocolo pelo próprio candidato, devidamente fundamentado, constando o nome do candidato, número da inscrição, endereço para correspondência e telefone.
8.2 – O prazo para interposição de recursos, quanto à homologação de inscritos e pontuação, será de 02 (dois) dias úteis após publicação dos respectivos editais, no site da Prefeitura Municipal de Itambé (**www.itambe.pr.gov.br**) e no mural da Secretaria Municipal de Saúde.
8.3 – O prazo para interposição de recursos, quanto à homologação de classificação final, será de 02 (dois) dias úteis após publicação dos respectivos editais, no site da Prefeitura Municipal de Itambé (**www.itambe.pr.gov.br**) e no mural da Secretaria Municipal de Saúde.
8.3 – Admitido o recurso, caberá a Assessoria Jurídica manifestar-se pela reforma ou manutenção do ato ocorrido, cuja decisão será comunicada ao candidato por telefone informado pelo candidato na ficha de recurso, e disponibilizado cópia no prazo de 01 (um) dia útil nesta secretaria.

9.DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E O REGIME JURÍDICO DE CONTRATAÇÃO
9.1 - Os contratos serão vinculados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.
9.2 - O Regime Jurídico de contratação será o CELETISTA;
9.3- Os contratos serão por prazo determinado, que não excederá a 12(doze) meses.
9.4 - Permanecendo a necessidade que gerou a contratação, o prazo estabelecido no subitem 9.3, poderá ser prorrogado, desde que não ultrapasse o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses.
9.5 - As prorrogações serão formalizadas em termo aditivo ou contrato inicial.

10.DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO
10.1 - O candidato deverá apresentar os documentos para contratação em, no máximo, 3 (três) dias úteis contados de sua convocação, sob pena de perda do direito à vaga.
10.2 - Após a entrega dos documentos do(a) convocado(a), será encaminhado(a) para realização de exames admissionais exigidos, conforme subitem 3.9.
10.3 - O candidato aprovado e convocado deverá apresentar ao Setor de Recursos Humanos cópia dos seguintes documentos para admissão e contratação:
a) Cédula de Identidade (RG.);
b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
c) Comprovante de Residência atualizado;
d) Comprovante de quitação do serviço militar, original e fotocópia, para candidatos do sexo masculino;
e) Título de eleitor;
f) Comprovante de quitação eleitoral;
g) Comprovante de escolaridade e habilitação exigida para a função;
h) Certidão de casamento ou nascimento, se houver;
i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos, se houver;
j) Uma fotografia 3x4 recente;
k) Atestado médico admissional e psicológico;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais estadual e federal;
10.4 - Todos os documentos deverão ser entregues ao Setor de Recursos Humanos
10.5 - Perderá o direito à vaga, o candidato que não apresentar todos os documentos exigidos no item 10.3, no ato da investidura na função.
10.6 - Os candidatos que se inscreverem a vaga de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** ficam cientes dos seguintes itens:
a) De acordo com a Lei Federal n° 11.350 de 05 de outubro de 2006, para a contratação dos Agentes Comunitários de Saúde é necessário que o candidato convocado faça um Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada de Agente Comunitário de Saúde.
10.7 - É vedada a contratação de servidor ou empregado da Administração Pública Direta, autárquica ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas empresas públicas, sociedades de economia mista, bem como de suas subsidiárias ou controladas, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
10.8 - São condições para a designação e/ou contratação:
a) Ter sido aprovado/classificado no processo seletivo simplificado;
b) Apresentar documentação completa, devidamente relacionada no item 10.3 deste edital
10.9 - A remuneração mensal atribuída neste edital é correspondente ao valor-base – inicial do cargo efetivo correspondente, proporcional à carga horária que se pretende contratar e obedecerá às disposições legais pertinentes.
10.10- Havendo(a) candidato(a)s inscrito(a)s na reserva especial para portadores de deficiência, no momento da contratação, será assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas como reserva especial, ressalvado os demais requisitos deste Edital, que se aplica em igualdade de condição aos portadores deste benefício e desde que a Deficiência do(a) candidato(a) não importe em prejuízo do desempenho do contrato.
10.11 - Antes da contratação, o(a) candidato(a) portador(a) de deficiência física será submetido(a) a perícia médica, para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atividades do cargo.
10.12 - A perícia médica será realizada pela Junta Médica oficial do Município ou Médico do Trabalho, devendo o laudo ser emitido no prazo de até 05 dias úteis, contados da data do respectivo exame.
10.13 - Caso a Junta Médica ou Médico do Trabalho conclua pela inaptidão do(a) candidato(a), será constituída de ofício, no prazo de até 15 (quinze) dias, equipe médica para nova perícia, da qual participará um médico especialista na deficiência de que é portador(a) o(a) candidato(a) e um Médico indicado pelo(a) candidato(a).
10.14 - A equipe médica deverá apresentar conclusão da avaliação no prazo de 05 dias úteis contados da realização do exame.
10.15 - Nos termos do art. 281 da LCM n.º 631/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), o pessoal contratado não poderá receber atribuições funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
10.16 - A inobservância das disposições do caput importará em nulidade do contrato sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

11 – DA CONTRATAÇÃO
11.1 – A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem dos aprovados do cadastro de reserva no Processo Seletivo Simplificado, não gerando, entretanto, o fato de ter classificado direito à contratação, somente em caso de necessidade será convocado obedecendo rigorosamente a ordem dos classificados.
11.2 – A contratação será realizada por meio de contrato administrativo, por tempo determinado, que não excederá a 12(doze) meses.
11.3 – Permanecendo a necessidade que gerou a contratação, o prazo estabelecido no subitem 11.4, poderá ser prorrogado, desde que não ultrapasse o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses.
11.5 – As prorrogações serão formalizadas em termo aditivo ou contrato inicial.

11.6 – O contrato será automaticamente rescindido em caso de alteração ou extinção no programa de saúde, pelo Governo Estadual e/ou Federal.
11.7 – O(A) candidato(a) que apresentar declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos neste Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do Processo Seletivo, com a consequente anulação da contratação, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
11.8 – O(A) candidato(a) que, convocado(a), recusar-se a assumir a função ou não entrar em exercício no prazo estipulado, perderá o direito à vaga.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
12.1 – O preenchimento da ficha de inscrição será formalizado pelo(a) candidato(a), sendo de sua inteira responsabilidade as informações prestadas, bem como a juntada tempestiva da documentação declarada.
12.2 – A inscrição no processo seletivo implica a aceitação, por parte do(a) candidato(a), das normas contidas neste Edital.
12.3 – O(a) candidato(a) que tenha sido afastado por cometimento de falta grave, mediante processo administrativo, ou demitido com justa causa pelo Município ou por qualquer outro órgão público, nos últimos 5 (cinco) anos, a contar da publicação do edital deste Processo Seletivo, será eliminado da lista de classificação.
12.4 – Na convocação do(a)s candidato(a)s, será respeitada rigorosamente a ordem de classificação, sendo que o(a) candidato(a) que não estiver presente, ou não puder atender ao ato de convocação, perderá sua classificação.
12.5 – O(a) candidato(a) classificado que não aceitar o contrato será considerado desistente, tendo seu nome eliminado da lista de classificação, e assinará Termo de Desistência.
12.6 – É de responsabilidade do(a) candidato(a), informar cadastro (endereço e telefone) atualizado no Setor de Recursos Humanos.
12.7 – O Processo de Seleção Simplificado disciplinado por este Edital tem validade de 12 (doze) meses, podendo, em caso de excepcional interesse público, ser prorrogado, uma única vez, por igual período.
12.8 – O prazo de vigência do presente edital não se confunde com as contratações dele decorrentes, que obedecerão aos prazos previstos neste edital.
12.9 – O(a) candidato(a) poderá impugnar o presente edital ou apresentar recurso em relação ao julgamento, observadas as seguintes regras:
12.9.1 – Somente serão aceitas as impugnações e os recursos formulados por escrito devidamente justificados e fundamentados, protocolados no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da publicação do ato correspondente à impugnação e/ou recurso.
12.9.2 – Recursos ou pedidos de revisões fora do prazo serão desconsiderados.
12.9.3 – O resultado do julgamento dos recursos será publicado em extrato.
12.10 – O pessoal contratado nos termos deste Edital fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social, cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.
12.11 – Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste Edital os seguintes direitos:
a) remuneração não inferior ao salário-mínimo federal;
b) irredutibilidade dos vencimentos, ressalvados os casos de supressão e/ou majoração de jornada;
c) décimo terceiro vencimento, nos termos da Lei, tendo por base de cálculo a remuneração integral, proporcional ao período contratual;
d) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;
e) duração da jornada normal do trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horário e redução de jornada, nos termos da lei;
f) repouso semanal remunerado;
g) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
h) Direitos previdenciários, previstos na legislação específica.
i) afastamentos decorrentes de casamento por até 5 (cinco) dias e em razão de luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, por até 5 (cinco) dias.
12.12 – São deveres dos contratados, na forma da Lei, os previstos para os Servidores efetivos do Município.
12.13 – São vedados aos contratados, na forma da Lei, as condutas vedadas aos Servidores efetivos do Município.
12.14 – As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos deste Edital serão apuradas mediante averiguação sumária apurada mediante sindicância pelo órgão a que estiver vinculado o contratado, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e ampla defesa.
12.15 – O pessoal contratado não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.
12.16 – O pessoal contratado responderá civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
12.17 – O pessoal contratado na forma deste Edital sujeita-se às seguintes penalidades:
a) advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;
b) suspensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres e reincidência em falta de que tenha resultado na pena de advertência;
c) rescisão da contratação, nos termos deste Edital, no caso de incidência de qualquer das hipóteses de infração administrativa, prevista em Lei, ainda:
c.1) É motivo de rescisão da contratação, nos termos deste Edital, a ausência ao serviço por mais de 07 (sete) dias úteis, consecutivos ou alternados, sem motivo justificado.
c.2) É também motivo de rescisão da contratação, nos termos deste Edital, a nomeação ou designação do(a) contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo. 12.18 – Em caso de afastamentos a que se refere o item 12.11 – “i”, o(a)s contratado(a)s deverão apresentar justificativa e documentação comprobatória dos fatos ensejadores da licença à unidade de recursos humanos para fins de registro:
a) no caso de casamento, a documentação deverá ser entregue ao órgão de pessoal com antecedência mínima de 24 horas, sob pena de rescisão contratual;
b) nos demais casos previstos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contados do fato gerador do afastamento, sob pena de rescisão contratual.
12.19 – O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional: a) pelo término do prazo contratual; b) por iniciativa do contratado; c) por iniciativa do Município; d) Pelo provimento do cargo em concurso público; e) Pelo retorno do Servidor efetivo detentor do Cargo que deu origem e/ou motivou o presente certame público.

12.19.1 – A extinção do contrato, nos casos da letra “b” supra, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de renúncia das verbas rescisórias.
12.19.2 – A extinção do contrato por iniciativa do Município, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que percebe em 01 (um) mês de contrato.
12.20 – É proibida a contratação, através deste processo, de servidores Municipais efetivos, exceto nos casos de cumulação lícita de cargos, prevista na Constituição Federal, ainda, havendo compatibilidade de horários, devidamente comprovada.
12.21 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo (CEPSS).

Itambé – Paraná, 02 de fevereiro de 2026.

CLODOALDO PENHA ANTONIASSI
Presidente da Comissão
(Decreto Municipal Nº. 18/2026)

ANEXO I
DAS ATRIBUIÇÕES

CARGO/EMPREGO	ATRIBUIÇÕES
Agente Comunitário de Saúde (ACS)	• utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade de sua atuação; • executar atividades de educação para a saúde individual e coletiva; • registrar, para controle das ações de saúde, nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; • estimular a participação da comunidade nas políticas públicas como estratégia da conquista de qualidade de vida; • realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; • participar ou promover ações que fortaleçam os elos entre o setor Saúde e outras políticas públicas que promovam a qualidade de vida: • desenvolver outras atividades pertinentes à função do Agente Comunitário de Saúde.

ANEXO II
DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

CARGO	CRITÉRIOS		
	ESCOLARIDADE	**APERFEIÇOAMENTO**	**TEMPO DE SERVIÇO/EXPERIÊNCIA**
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	Ensino Médio Completo, conforme Lei Federal nº. 11.350/2006, alterada pela Lei Federal nº. 13.595/2018	Curso ou capacitação específicos na área do cargo/emprego, além da exigida para o cargo/emprego, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas: **05 pontos cada.**	Comprovação de experiência no cargo/emprego específico: **10 pontos por ano.**

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PONTUAÇÃO

CARGO	CRITÉRIOS			
	ESCOLARIDADE	**APERFEIÇOAMENTO**	**TEMPO DE SERVIÇO/ EXPERIÊNCIA**	**PONTUAÇÃO TOTAL**
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	Classificatório	(a)	(b)	+ (b)

ANEXO III
DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO

ÁREA 09 **ESF 02**	Conjunto Habitacional Lucindo Ferreira de Lima e Conjunto Habitacional Monte Sinai

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO Nº _____
CARGO/EMPREGO:

NOME COMPLETO

CPF . . -
SEXO MAS. FEM.
RG / **Órgão Expedidor** U.F.

NASCIMENTO NACIONALIDADE

/ /

NOME DA MÃE

ENDEREÇO

RUA/AV

Nº BAIRRO

CIDADE UF CEP

FONE -
E-MAIL:

TÍTULO	**QUANTIDADE**	**PONTOS**	**PONTOS TOTAL**
Curso ou capacitação específico na área do emprego público (PSS)			
Comprovação de experiência no cargo a que refere-se a inscrição (PSS)			
PONTUAÇÃO TOTAL			

Ao assinar o presente formulário, declaro que as informações prestadas são verdadeiras; que tenho pleno conhecimento do Edital que rege o presente processo seletivo, bem como, que preencho todos os requisitos exigidos para o contrato pleiteado. Declaro ainda que, caso classificado(a), entregarei, se for convocado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo.
_____ , _____ de fevereiro de 2026.

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO V
CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

FASE	**PERÍODO**
INSCRIÇÕES	SEM TAXA DE INSCRIÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	03/02/2026
PERÍODO DE INSCRIÇÕES	11/02/2026 A 13/02/2026
PUBLICAÇÃO DE INSCRITOS E PONTUAÇÃO	03/03/2026
PRAZO PARA RECURSOS	04/03/2026 A 05/03/2026
PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL	10/03/2026
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	13/03/2026

ANEXO VI
FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

EDITAL Nº 01/2026, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

À Comissão de Processo Seletivo Público.

Prezados (as) Senhores (as):

Eu _____, inscrito(a) no CPF/MF nº._____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. _____SESP/_____, residente e domiciliado(a) a Rua/Avenida _____,nº._____, bairro:_____, no Município de _____, Estado_____ Telefone:_____, candidato (a) à função de _____, nº de inscrição _____ do Processo Seletivo Público, Edital nº 01/2026 da Prefeitura Municipal de Itambé, venho através deste solicitar: _____
_____

Itambé/PR, _____ de _____de 2026.

_____
Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu _____, inscrito(a) no CPF/MF nº._____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº. _____SESP/_____ Telefone:_____, candidato (a) à função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para fins de admissão junto ao Processo Seletivo Simplificado destinado – Edital Nº 001/2026, de 02 de fevereiro de 2026, DECLARO sob as penas da lei, que resido no endereço: _____, nº. _____bairro:_____, no Município de _____, Estado do _____ desde a data de _____/_____/____.

Por fim, declaro estar ciente da natureza criminal que implica a falsidade de declaração nos termos do artigo 299 do Código Penal Brasileiro. Falsidade ideológica.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Por ser verdade, firmo a presente.

Itambé – Paraná, em _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do candidato(a)

Publicado por:
Tatiana Emergente Gonçalves Antoniassi
Código Identificador:5B1D8DD5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO
PODER: CONSOLIDADO

	MUNICIPIO DA LAPA - PR
	Relatório de Gestão Fiscal
	DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	Entidade: Consolidado
	Poder: Consolidado
	Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") | R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras		1			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a-(b+c+d+e)-f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**15.702.599,74**	**76.670,15**	**7.576.901,19**	**303.433,29**	**0,00**	**0,00**	**7.745.595,11**	**7.449.749,93**	**0,00**	**295.845,18**
Recursos Não Vinculados de Impostos	15.666.831,73	76.670,15	7.576.901,19	303.433,29	0,00	0,00	7.709.827,10	7.449.749,93	0,00	260.077,17
Outros Recursos não Vinculados	35.768,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.768,01	0,00	0,00	35.768,01
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**63.033.908,36**	**66.550,51**	**783.513,89**	**0,01**	**1.135.273,97**	**0,00**	**61.048.569,98**	**2.898.247,03**	**0,00**	**58.150.322,95**
Recursos Vinculados à Educação	**2.651.743,17**	**0,00**	**354.168,55**	**0,01**	**0,00**	**0,00**	**2.297.574,61**	**78.259,95**	**0,00**	**2.219.314,66**
Transferências do FUNDEB	2.224.513,38	0,00	331.181,95	0,00	0,00	0,00	1.893.331,43	38.931,00	0,00	1.854.400,43
Outros Recursos Vinculados à Educação	427.229,79	0,00	22.986,60	0,01	0,00	0,00	404.243,18	39.328,95	0,00	364.914,23
Recursos Vinculados à Saúde	**16.971.671,71**	**8.571,72**	**171.473,43**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.791.626,56**	**1.318.786,94**	**0,00**	**15.472.839,62**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	16.894.092,68	8.571,72	158.274,33	0,00	0,00	0,00	16.727.246,63	1.312.082,74	0,00	15.415.163,89
Outros Recursos Vinculados à Saúde	77.579,03	0,00	13.199,10	0,00	0,00	0,00	64.379,93	6.704,20	0,00	57.675,73
Recursos Vinculados à Assistência Social	2.702.146,78	0,00	12.061,44	0,00	0,00	0,00	2.690.085,34	53.480,75	0,00	2.636.604,59
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**16.779.470,51**	**56.897,00**	**35.534,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**16.687.039,26**	**619.137,35**	**0,00**	**16.067.901,91**
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	12.453.560,38	0,00	23.016,12	0,00	0,00	0,00	12.430.544,26	459.690,71	0,00	11.970.853,55
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	4.325.910,13	56.897,00	12.518,13	0,00	0,00	0,00	4.256.495,00	159.446,64	0,00	4.097.048,36
Demais Vinculações Legais	**33.696.518,94**	**1.081,79**	**210.276,22**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.485.160,93**	**828.582,04**	**0,00**	**32.656.578,89**
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	23.429.439,95	0,00	194.343,19	0,00	0,00	0,00	23.235.096,76	519.940,52	0,00	22.715.156,24
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	2.623.148,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.623.148,82	96.927,00	0,00	2.526.221,82
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	1.707.272,46	600,00	379,70	0,00	0,00	0,00	1.706.292,76	24.492,62	0,00	1.681.800,14
Outras Vinculações Legais	5.936.657,71	481,79	15.553,33	0,00	0,00	0,00	5.920.622,59	187.221,90	0,00	5.733.400,69
Recursos Extraorçamentários	**(9.767.642,75)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.135.273,97**	**0,00**	**(10.902.916,72)**	**0,00**	**0,00**	**(10.902.916,72)**
Outras Vinculações	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	**1.243.153,76**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.243.153,76**	**65.258,61**	**0,00**	**1.177.895,15**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	672.309,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	672.309,05	0,00	0,00	672.309,05
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	394.056,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	394.056,55	0,00	0,00	394.056,55
Recursos Vinculados ao RPPS	176.788,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176.788,16	65.258,61	0,00	111.529,55

- Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**79.979.661,86**	**143.220,66**	**8.360.415,08**	**303.433,30**	**1.135.273,97**	**0,00**	**70.037.318,85**	**10.413.255,57**	**0,00**	**59.624.063,28**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DA LAPA. Emissão: 27/01/2026, às 09:50:49.

1

Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2

Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

NOTA:

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS PREFEITO	CARLITO MACHADO DOS SANTOS FILHO COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	SUMAIA MARIA DAWAGI DOS SANTOS CRC 040238-O-9

Identificador: WPR4251101-6690-UOVKJFGULVJD-8 - Emitido por: ANA DANIELE KOSSOSKI

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F839459A

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO

MUNICIPIO DA LAPA - PR
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Poder: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro

LRF, art. 48 - Anexo 6		R$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VALOR ATÉ 2º SEMESTRE**	
Receita Corrente Líquida	251.166.272,22	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	249.016.272,22	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	246.608.724,22	
DESPESAS COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	118.960.062,76	48,24
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	147.965.234,53	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	140.566.972,80	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	133.168.711,08	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida	11.790.885,98	4,73
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	298.819.526,66	120,00
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	54.783.579,89	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas	39.053.468,21	15,68
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	39.842.603,56	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	17.431.139,06	7,00
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)**
Valor Total	10.413.255,57	59.624.063,28

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DA LAPA. Emissão: 27/01/2026, às 10:26:01.

NOTA:

Identificador: WPR3811101-6690-NEAUETZOVPNL-3 - Emitido por: ANA DANIELE KOSSOSKI

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:C4111C03

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ENTIDADE: CONSOLIDADO

MUNICIPIO DA LAPA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO**
			No 2º Semestre	**%**	**Até 2º Semestre**	**%**	
		(a)	**(b)**	**(b/a)**	**(c)**	**(c/a)**	**(a-c)**
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	286.382.205,68	452.962.376,99	188.929.090,16	41,71	352.703.109,65	77,87	100.259.267,34
RECEITAS CORRENTES	278.253.948,42	364.183.770,95	155.277.405,41	42,64	305.489.967,92	83,88	58.693.803,03
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	37.010.546,19	38.710.066,19	25.816.654,28	66,69	49.736.323,24	128,48	(11.026.257,05)
Impostos	35.215.728,78	35.215.728,78	24.128.496,32	68,52	47.114.281,96	133,79	(11.898.553,18)
Taxas	1.794.199,17	3.493.719,17	1.688.157,96	48,32	2.622.041,28	75,05	871.677,89
Contribuição de Melhoria	618,24	618,24	0,00	0,00	0,00	0,00	618,24
CONTRIBUIÇÕES	26.341.812,83	27.073.962,83	16.292.887,85	60,18	28.909.046,48	106,78	(1.835.083,65)
Contribuições Sociais	23.372.000,00	23.372.000,00	14.590.194,02	62,43	25.459.944,49	108,93	(2.087.944,49)
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.969.812,83	3.701.962,83	1.702.693,83	45,99	3.449.101,99	93,17	252.860,84
RECEITA PATRIMONIAL	28.054.619,13	54.959.769,24	16.592.788,96	30,19	34.490.749,79	62,76	20.469.019,45
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	19.276,90	19.276,90	11.831,87	61,38	26.091,38	135,35	(6.814,48)
Valores Mobiliários	27.880.120,77	54.785.270,88	16.580.957,09	30,27	34.449.059,27	62,88	20.336.211,61
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	155.221,46	155.221,46	0,00	0,00	15.599,14	10,05	139.622,32
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	321.500,00	0,00	(321.500,00)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	321.500,00	0,00	(321.500,00)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	181.064.282,58	237.454.285,00	95.439.608,11	40,19	189.934.033,25	79,99	47.520.251,75
Transferências da União e de suas Entidades	75.091.606,14	94.705.708,94	45.457.780,92	48,00	82.572.394,92	87,19	12.133.314,02
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	71.511.990,21	96.712.993,21	31.409.198,06	32,48	68.398.927,74	70,72	28.314.065,47
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	34.460.686,23	46.035.582,85	18.572.629,13	40,34	38.962.710,59	84,64	7.072.872,26
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.782.687,69	5.985.687,69	1.135.466,21	18,97	2.098.315,16	35,06	3.887.372,53
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	57.830,31	57.830,31	26.733,49	46,23	47.505,04	82,15	10.325,27
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	2.313.943,98	2.313.943,98	76.627,87	3,31	266.185,83	11,50	2.047.758,15
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	141,19	0,00	141,19	0,00	(141,19)
Demais Receitas Correntes	3.410.913,40	3.613.913,40	1.031.963,66	28,56	1.784.483,10	49,38	1.829.430,30

RECEITAS DE CAPITAL	8.128.257,26	88.778.606,04	33.651.684,75	37,91	47.213.141,73	53,18	41.565.464,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.499.774,11	67.546.369,63	26.053.468,21	38,57	39.053.468,21	57,82	28.492.901,42
Operações de Crédito - Mercado Interno	7.499.774,11	67.546.369,63	26.053.468,21	38,57	39.053.468,21	57,82	28.492.901,42
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	100.000,00	1.283.900,00	1.283,90	1.283.900,00	1.283,90	(1.183.900,00)
Alienação de Bens Móveis	0,00	100.000,00	863.900,00	863,90	863.900,00	863,90	(763.900,00)
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	420.000,00	0,00	420.000,00	0,00	(420.000,00)
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	628.483,15	21.132.236,41	6.314.316,54	29,88	6.875.773,52	32,54	14.256.462,89
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	12.193.436,91	6.249.316,54	51,25	6.436.816,54	52,79	5.756.620,37
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	628.483,15	8.938.799,50	65.000,00	0,73	438.956,98	4,91	8.499.842,52
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	240.000,00	240.000,00	121.718,82	50,72	238.691,78	99,45	1.308,22
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	286.622.205,68	453.202.376,99	189.050.808,98	41,71	352.941.801,43	77,88	100.260.575,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	286.622.205,68	453.202.376,99	189.050.808,98	41,71	352.941.801,43	77,88	100.260.575,56
DÉFICIT (VI)[1]	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**286.622.205,68**	**453.202.376,99**	**189.050.808,98**	**41,71**	**352.941.801,43**	**77,88**	**100.260.575,56**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	32.850.352,90	-	-	32.850.352,90	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	32.850.352,90	-	-	32.850.352,90	-	-

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO**	**DESPESAS PAGAS ATÉ 2º Semestre**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
			No 2º Semestre	**Até 2º Semestre**		**No 2º Semestre**	**Até 2º Semestre**			
	(d)	**(e)**		**(f)**	**(g) = (e-f)**		**(h)**	**(i) = (e-h)**	**(j)**	**(k)**
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	271.390.761,54	466.094.092,77	126.985.790,43	277.993.764,95	188.100.327,82	149.543.270,69	267.580.509,38	198.513.583,39	260.329.245,45	10.413.255,57
DESPESAS CORRENTES	233.700.287,30	321.398.066,91	112.675.617,46	245.287.957,43	76.110.109,48	130.087.454,11	238.006.575,47	83.391.491,44	231.211.617,89	7.281.381,96
Pessoal e Encargos Sociais	124.694.382,98	175.769.340,07	79.152.413,57	141.748.815,30	34.020.524,77	79.442.383,00	141.614.252,93	34.155.087,14	141.383.962,68	134.562,37
Juros e Encargos da Dívida	5.550.000,00	8.865.590,00	5.303.091,19	8.865.476,52	113,48	5.303.091,19	8.865.476,52	113,48	8.865.476,52	0,00
Outras Despesas Correntes	103.455.904,32	136.763.136,84	28.220.112,70	94.673.665,61	42.089.471,23	45.341.979,92	87.526.846,02	49.236.290,82	80.962.178,69	7.146.819,59
DESPESAS DE CAPITAL	25.585.381,10	133.464.344,38	14.310.172,97	32.705.807,52	100.758.536,86	19.455.816,58	29.573.933,91	103.890.410,47	29.117.627,56	3.131.873,61
Investimentos	20.289.131,10	126.568.094,38	10.735.962,02	26.447.268,26	100.120.826,12	15.881.605,63	23.315.394,65	103.252.699,73	22.859.088,30	3.131.873,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	5.296.250,00	6.896.250,00	3.574.210,95	6.258.539,26	637.710,74	3.574.210,95	6.258.539,26	637.710,74	6.258.539,26	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.105.093,14	11.231.681,48	0,00	0,00	11.231.681,48	0,00	0,00	11.231.681,48	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.231.444,14	19.958.637,12	8.620.218,12	15.776.578,02	4.182.059,10	8.620.218,12	15.776.578,02	4.182.059,10	14.667.426,87	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	286.622.205,68	486.052.729,89	135.606.008,55	293.770.342,97	192.282.386,92	158.163.488,81	283.357.087,40	202.695.642,49	274.996.672,32	10.413.255,57
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	286.622.205,68	486.052.729,89	135.606.008,55	293.770.342,97	192.282.386,92	158.163.488,81	283.357.087,40	202.695.642,49	274.996.672,32	10.413.255,57
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	59.171.458,46	-	-	69.584.714,03	-	77.945.129,11	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**286.622.205,68**	**486.052.729,89**	**135.606.008,55**	**352.941.801,43**	**-**	**158.163.488,81**	**352.941.801,43**	**-**	**352.941.801,43**	**10.413.255,57**
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DA LAPA. Emissão: 27/01/2026, às 09:44:52.										
[1] O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										
NOTA:										

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO**
			No 2º Semestre	**%**	**Até 2º Semestre**	**%**	
		(a)	**(b)**	**(b/a)**	**(c)**	**(c/a)**	**(a-c)**
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	240.000,00	240.000,00	121.718,82	50,72	238.691,78	99,45	1.308,22
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	240.000,00	240.000,00	121.718,82	50,72	238.691,78	99,45	1.308,22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	240.000,00	240.000,00	121.718,82	50,72	238.691,78	99,45	1.308,22
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO**	**DESPESAS PAGAS ATÉ 2º Semestre**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
			No 2º Semestre	**Até 2º Semestre**		**No 2º Semestre**	**Até 2º Semestre**			
	(d)	**(e)**		**(f)**	**(g) = (e-f)**		**(h)**	**(i) = (e-h)**	**(j)**	**(k)**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.231.444,14	19.958.637,12	8.620.218,12	15.776.578,02	4.182.059,10	8.620.218,12	15.776.578,02	4.182.059,10	14.667.426,87	0,00
DESPESAS CORRENTES	14.131.444,14	18.807.587,12	8.033.254,97	14.625.543,40	4.182.043,72	8.033.254,97	14.625.543,40	4.182.043,72	13.516.392,25	0,00
PESSOAL E ENGARGOS SOCIAIS	12.613.044,14	18.129.286,12	8.033.254,97	14.621.691,22	3.507.594,90	8.033.254,97	14.621.691,22	3.507.594,90	13.512.540,07	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.518.400,00	678.301,00	0,00	3.852,18	674.448,82	0,00	3.852,18	674.448,82	3.852,18	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.100.000,00	1.151.050,00	586.963,15	1.151.034,62	15,38	586.963,15	1.151.034,62	15,38	1.151.034,62	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.100.000,00	1.151.050,00	586.963,15	1.151.034,62	15,38	586.963,15	1.151.034,62	15,38	1.151.034,62	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito

CARLITO MACHADO DOS SANTOS FILHO
Coordenação Da Unidade De Controle Interno

SUMAIA MARIA DAWAGI DOS SANTOS
CRC 040238-O-9

Identificador: WPR4171101-6690-XUEEYGNVKDKM-9 - Emitido por: ANA DANIELE KOSSOSKI

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:E922B7F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR (PR)

MUNICIPIO DE MANGUEIRINHA - PR						
CONSOLIDADO					Exercício de 2025	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL						
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
JANEIRO A DEZEMBRO/ATÉ 2º SEMESTRE DE 2025						
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")					R$ 1,00	
IDENTIFICAÇÃO DOS	DISPONIBILIDADE DE	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	INSUFICIÊNCIA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	RESTOS A PAGAR	EMPENHOS NÃO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA

RECURSOS	CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	FINANCEIRA VERIFICADA (CONSÓRCIO PÚBLICO) (f)	(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a–(b+c+d+e)-f)	EMPENHADOS / LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (NÃO INSCRITOS POR (h)	LIQUIDADOS CANCELADOS INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**23.340.864,41**	**337.696,89**	**1.377.414,97**	**2.065.931,86**	**2.584.415,86**	**0,00**	**16.975.404,83**	**7.836.856,09**	**0,00**	**9.138.548,74**
Transferências do FUNDEB	-260.047,60	5.991,63	11.288,93	0,00	0,00	0,00	-277.328,16	0,00	0,00	-277.328,16
Transferências Voluntárias	9.059.645,17	270.033,02	1.165.018,42	1.977.159,11	0,00	0,00	5.647.434,62	7.378.836,72	0,00	-1.731.402,10
Alienação de Bens	900.800,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.800,01	0,00	0,00	900.800,01
Operações de Crédito	119.301,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.301,99	0,00	0,00	119.301,99
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	5.562.774,85	18.136,00	66.027,93	88.772,75	0,00	0,00	5.389.838,17	278.355,97	0,00	5.111.482,20
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias – Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	2.945.211,41	43.536,24	100.327,00	0,00	0,00	0,00	2.801.348,17	169.573,22	0,00	2.631.774,95
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	6.765,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.765,51	0,00	0,00	6.765,51
Cessão Onerosa – Pré-Sal	53.881,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.881,48	0,00	0,00	53.881,48
Valores Restituíveis	2.948.093,28	0,00	0,00	0,00	2.584.415,86	0,00	363.677,42	0,00	0,00	363.677,42
Outras Origens	2.004.438,31	0,00	34.752,69	0,00	0,00	0,00	1.969.685,62	10.090,18	0,00	1.959.595,44
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**9.481.688,33**	**4.745,90**	**921.898,22**	**103.092,93**	**0,00**	**0,00**	**8.451.951,28**	**1.134.953,32**	**0,00**	**7.316.997,96**
Recursos Ordinários / Livres	9.481.688,33	4.745,90	921.898,22	103.092,93	0,00	0,00	8.451.951,28	1.134.953,32	0,00	7.316.997,96
TOTAL (III) = (I + II)	32.822.552,74	342.442,79	2.299.313,19	2.169.024,79	2.584.415,86	0,00	25.427.356,11	8.971.809,41	0,00	16.455.546,70
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	**32.822.552,74**	**342.442,79**	**2.299.313,19**	**2.169.024,79**	**2.584.415,86**	**0,00**	**25.427.356,11**	**8.971.809,41**	**0,00**	**16.455.546,70**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA. Emissão: 30/01/2026, às 11:21:16.

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Tatiane Nonnemacher
Código Identificador:05EFED7A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
BALANÇO ORÇAMENTARIO DESPESAS

MUNICÍPIO DE MIRASELVA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b"

DESPESAS	Dotação inicial (d)	Dotação atualizada (e)	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo (i) = (e-h)	Despesa pagas até o bimestre (j)	Inscritas em restos a pagar não
			No bimestre	Até bimestre		No bimestre	Até bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.798.640,00	35.236.242,53	6.101.481,15	30.306.833,09	4.929.409,44	7.735.694,98	30.288.117,87	4.948.124,66	29.962.592,74	18.715,22
DESPESAS CORRENTES	23.611.040,00	26.431.359,12	5.174.035,22	24.741.198,40	1.690.160,72	5.341.800,23	24.729.653,10	1.701.706,02	24.404.174,48	11.545,30
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.457.540,00	14.960.703,00	3.038.155,02	14.667.354,68	293.348,32	3.038.155,02	14.667.354,68	293.348,32	14.416.888,68	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	124.000,00	83.100,00	12.019,27	83.009,62	90,38	12.019,27	83.009,62	90,38	83.009,62	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.029.500,00	11.387.556,12	2.123.860,93	9.990.834,10	1.396.722,02	2.291.625,94	9.979.288,80	1.408.267,32	9.904.276,18	11.545,30
DESPESAS DE CAPITAL	927.600,00	8.804.883,41	927.445,93	5.565.634,69	3.239.248,72	2.393.894,75	5.558.464,77	3.246.418,64	5.558.418,26	7.169,92
INVESTIMENTOS	547.600,00	8.394.883,41	856.319,72	5.156.739,61	3.238.143,80	2.322.768,54	5.149.569,69	3.245.313,72	5.149.523,18	7.169,92
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	380.000,00	410.000,00	71.126,21	408.895,08	1.104,92	71.126,21	408.895,08	1.104,92	408.895,08	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.798.640,00	35.236.242,53	6.101.481,15	30.306.833,09	4.929.409,44	7.735.694,98	30.288.117,87	4.948.124,66	29.962.592,74	18.715,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	24.798.640,00	35.236.242,53	6.101.481,15	30.306.833,09	4.929.409,44	7.735.694,98	30.288.117,87	4.948.124,66	29.962.592,74	18.715,22
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	1.461.360,00	0,00	1.759.807,92	2.425.463,60	(2.425.463,60)	125.594,09	2.444.178,82	(2.444.178,82)	2.769.703,95	(18.715,22)
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	26.260.000,00	35.236.242,53	7.861.289,07	32.732.296,69	2.503.945,84	7.861.289,07	32.732.296,69	2.503.945,84	32.732.296,69	0,00
Entidades:										
Município de Miraselva										

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:9B8604C7

GABINETE
DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR

MUNICÍPIO DE MIRASELVA												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L=(e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k=(f+g)-**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**157,13**	**195.193,05**	**164.478,40**	**29.900,00**	**971,78**	**12.033,53**	**3.367,24**	**3.536,58**	**3.536,58**	**0,00**	**11.864,19**	**12.835,97**
EXECUTIVO												
Município de Miraselva	**157,13**	**195.193,05**	**164.478,40**	**29.900,00**	**971,78**	**12.033,53**	**3.367,24**	**3.536,58**	**3.536,58**	**0,00**	**11.864,19**	**12.835,97**
	76,76	0,00	0,00	0,00	76,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,76
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	16.369,34	16.369,34	0,00	0,00	1.813,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.813,12	1.813,12
SECRETARIA DE FINANCAS ADMINISTRACAO E	0,00	28.424,07	28.424,07	0,00	0,00	6.424,66	3.367,24	3.536,58	3.536,58	0,00	6.255,32	6.255,32
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	14.975,56	14.975,56	0,00	0,00	670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	670,00	670,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	30.167,47	267,47	29.900,00	0,00	50,50	0,00	0,00	0,00	0,00	50,50	50,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO	80,37	103.658,90	103.658,90	0,00	80,37	2.209,25	0,00	0,00	0,00	0,00	2.209,25	2.289,62
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.192,57	377,92	0,00	814,65	865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	865,00	1.679,65
SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	405,14	405,14	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) =	**157,13**	**195.193,05**	**164.478,40**	**29.900,00**	**971,78**	**12.033,53**	**3.367,24**	**3.536,58**	**3.536,58**	**0,00**	**11.864,19**	**12.835,97**
Entidades:												
Município de Miraselva												

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:292E2D70

GABINETE
DEMONSTRATIVO GASTOS COM PESSSOAL

CONSOLIDADO DE MIRASELVA														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.175.211,75	1.141.131,21	1.247.657,74	1.135.001,84	1.144.386,23	1.208.367,47	1.399.733,29	1.108.336,65	1.138.628,59	1.114.277,68	1.133.523,88	1.975.204,63	14.921.460,96	0,00
Pessoal Ativo	1.175.211,75	1.141.131,21	1.247.657,74	1.135.001,84	1.144.386,23	1.208.367,47	1.399.733,29	1.108.336,65	1.138.628,59	1.114.277,68	1.133.523,88	1.975.204,63	14.921.460,96	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	986.596,53	951.178,54	1.048.786,96	948.175,49	951.209,62	1.016.713,32	1.190.590,69	922.526,65	949.608,28	926.882,39	941.723,67	1.610.928,17	12.444.920,31	0,00
Obrigações Patronais	188.615,22	189.952,67	198.870,78	186.826,35	193.176,61	191.654,15	209.142,60	185.810,00	189.020,31	187.395,29	191.800,21	364.276,46	2.476.540,65	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.175.211,75	1.141.131,21	1.247.657,74	1.135.001,84	1.144.386,23	1.208.367,47	1.399.733,29	1.108.336,65	1.138.628,59	1.114.277,68	1.133.523,88	1.975.204,63	14.921.460,96	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													29.754.908,31	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													556.046,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)													0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)													0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)													29.198.862,31	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)													14.921.460,96	51,1%
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											**VALOR**		**% SOBRE A RCL AJUSTADA**	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											15.767.385,65		54%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											14.979.016,37		51,3%	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)											14.190.647,08		48,6%	
Entidades:														
Município de Miraselva														

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE Miraselva)

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/01/2026 14:19

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:D2B1DC8A

GABINETE
DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS SAUDE

MUNICÍPIO DE MIRASELVA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.628.000,00	1.628.000,00	2.015.253,17	123,79
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	345.000,00	345.000,00	96.282,43	27,91
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	500.000,00	500.000,00	141.176,52	28,24
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	203.000,00	203.000,00	807.332,52	397,70
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	580.000,00	580.000,00	970.461,70	167,32
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.965.000,00	18.606.000,00	22.576.146,33	121,34
Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.641.000,00	18.943.956,21	113,84
Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	143.775,00	359,44
Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	443.175,47	110,79
Cota-Parte ICMS	1.500.000,00	1.500.000,00	3.001.623,05	200,11
Cota-Parte IPI-Exportação	25.000,00	25.000,00	43.616,60	174,47
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	19.593.000,00	20.234.000,00	24.591.399,50	121,54

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.136.950,00	5.283.950,00	5.064.785,52	95,85	5.064.785,52	95,85	5.008.461,66	94,79	0,00
Despesas Correntes	4.121.350,00	5.203.350,00	5.041.327,18	96,89	5.041.327,18	96,89	4.985.049,83	95,80	0,00
Despesas de Capital	15.600,00	80.600,00	23.458,34	29,10	23.458,34	29,10	23.411,83	29,05	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	131.000,00	102.300,00	89.908,31	87,89	89.908,31	87,89	88.682,58	86,69	0,00
Despesas Correntes	131.000,00	102.300,00	89.908,31	87,89	89.908,31	87,89	88.682,58	86,69	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	223.000,00	229.000,00	157.039,84	68,58	157.039,84	68,58	154.540,96	67,49	0,00
Despesas Correntes	223.000,00	229.000,00	157.039,84	68,58	157.039,84	68,58	154.540,96	67,49	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.491.950,00	5.616.250,00	5.311.733,67	94,58	5.311.733,67	94,58	5.251.685,20	93,51	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	5.311.733,67	5.311.733,67	5.251.685,20

(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	5.311.733,67	5.311.733,67	5.251.685,20
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.688.709,92
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	1.623.023,74	1.623.023,74	1.562.975,28
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	21,60	21,60	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n -	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p -	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado
Empenhos de 2025	3.688.709,9	5.311.733,6	1.623.023,7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.623.023,7
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.548.000,00	1.548.000,00	2.407.509,08	155,52
Proveniente da União	1.329.000,00	1.329.000,00	912.582,58	68,67
Proveniente dos Estados	219.000,00	219.000,00	1.494.926,50	682,61
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	113.500,00	113.500,00	254.726,53	224,43
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.661.500,00	1.661.500,00	2.662.235,61	160,23

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.641.000,00	2.358.735,52	1.627.565,88	69,00	1.620.395,96	68,70	1.613.609,15	68,41	7.169,92
Despesas Correntes	1.602.000,00	1.671.810,06	1.339.582,70	80,13	1.339.582,70	80,13	1.332.795,89	79,72	0,00
Despesas de Capital	39.000,00	686.925,46	287.983,18	41,92	280.813,26	40,88	280.813,26	40,88	7.169,92
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	54.290,95	54.290,95	100,00	54.290,95	100,00	54.290,95	100,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	54.290,95	54.290,95	100,00	54.290,95	100,00	54.290,95	100,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	15.000,00	4.500,00	30,00	4.500,00	30,00	4.500,00	30,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	15.000,00	4.500,00	30,00	4.500,00	30,00	4.500,00	30,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.641.000,00	2.428.026,47	1.686.356,83	69,45	1.679.186,91	69,16	1.672.400,10	68,88	7.169,92

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.777.950,00	7.642.685,52	6.692.351,40	87,57	6.685.181,48	87,47	6.622.070,81	86,65	7.169,92
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.000,00	55.290,95	54.290,95	98,19	54.290,95	98,19	54.290,95	98,19	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	131.000,00	102.300,00	89.908,31	87,89	89.908,31	87,89	88.682,58	86,69	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	223.000,00	244.000,00	161.539,84	66,20	161.539,84	66,20	159.040,96	65,18	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	6.132.950,00	8.044.276,47	6.998.090,50	86,99	6.990.920,58	86,91	6.924.085,30	86,07	7.169,92
Entidades:									
Município de Miraselva									

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:295BBBC4

GABINETE
DEMONSTRATIVO RESTOS A PAGAR

CONSOLIDADO DE MIRASELVA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2025 À 12/2025
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	936.878,46	891,41	196.533,20	10.640,04	0,00	0,00	728.813,81	1.158,30	0,00	727.655,51
Recursos Ordinários (Livres)	5.674,27	0,00	40.041,35	0,00	0,00	0,00	(34.367,08)	0,00	0,00	(34.367,08)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	942.552,73	891,41	236.574,55	10.640,04	0,00	0,00	694.446,73	1.158,30	0,00	693.288,43
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	1.808,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.808,85	0,00	0,00	1.808,85
CONVENIO IMPLEMENTO AGRICOLA	35.918,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.918,47	0,00	0,00	35.918,47
Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	6.404,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.404,74	0,00	0,00	6.404,74
PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA - F.787	124,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,31	0,00	0,00	124,31
PROGRAMA ITAIPU MAIS ENERGIA - F.789	1.691.421,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.691.421,94	0,00	0,00	1.691.421,94
TRANSFERENCIA ESPECIAL - EMENDA PIX 2024	39.373,82	0,00	8.670,00	0,00	0,00	0,00	30.703,82	0,00	0,00	30.703,82
CONV. EST. SEAB - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLA - 2025	8.811,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.811,82	0,00	0,00	8.811,82
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	18.197,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.197,00	0,00	0,00	18.197,00
Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa	59.637,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.637,23	0,00	0,00	59.637,23

família e										
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	283.343,49	0,00	47.197,90	373,95	0,00	0,00	235.771,64	0,00	0,00	235.771,64
INCREMENTO TEMPORÁRIO CUSTEIO DOS SERV.DE AT. PRIM. EM SAUDE - F.	88.059,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.059,75	0,00	0,00	88.059,75
Emendas Individuais Impositivas - Hauly 2025	177.804,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.804,54	0,00	0,00	177.804,54
PROGRAMA PROCAD - SUAS - F. 952	24.495,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.495,22	0,00	0,00	24.495,22
PROGRAMA INCENTIVO À 1ª INFANCIA RES. 461 - F. 953	51.935,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.935,84	10.387,00	0,00	41.548,84
CENTRO DIA DELIBERAÇÃO - 019 - F.956	35.678,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.678,37	0,00	0,00	35.678,37
PROGRAMA PAS - PISO UNICO	117,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117,21	0,00	0,00	117,21
PROGRAMA PAS - PISO UNICO - F.959	41.816,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.816,77	0,00	0,00	41.816,77
Incentivo e Garantia aos Direitos das Crianças e Adolescente	315.038,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.038,09	0,00	0,00	315.038,09
Assistência Farmacéutica Nova - CUSTEIO - F.2498	16.538,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.538,01	0,00	0,00	16.538,01
PROGRAMA - CONSTRUÇÃO DO NOVO CRAS	120.721,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.721,61	0,00	0,00	120.721,61
PROGRAMA CUISA + INVESTIMENTO	30.270,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.270,95	0,00	0,00	30.270,95
Pró-Vigia - INVESTIMENTO - F. 2500	144.116,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.116,58	4.499,95	0,00	139.616,63
Incentivo Estadual ao Prog Saude da Familia	0,00	80,37	0,00	0,00	0,00	0,00	(80,37)	0,00	0,00	(80,37)
Custeio de Atenção Primária - F. 328	133.263,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.263,88	0,00	0,00	133.263,88
Assistencia Farmaceutica Nova - INVESTIMENTO	5.706,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.706,81	0,00	0,00	5.706,81
Atenção Básica - Estadual	86.995,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.995,24	0,00	0,00	86.995,24
Assistência Farmacéutica - Estadual	144.026,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.026,87	0,00	0,00	144.026,87
Gestão do SUS - Estadual	8.692,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.692,99	0,00	0,00	8.692,99
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Estadual	1.225.225,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.225.225,14	2.669,97	0,00	1.222.555,17
Retenções em Caráter Consignatário	179.892,86	0,00	0,00	0,00	182.600,35	0,00	(2.707,49)	0,00	0,00	(2.707,49)

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Fundeb 60%	69.168,95	0,00	34.505,02	0,00	0,00	0,00	34.663,93	0,00	0,00	34.663,93
Fundeb 40%	756,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	756,09	0,00	0,00	756,09
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	124.706,43	0,00	16.576,99	180,00	0,00	0,00	107.949,44	0,00	0,00	107.949,44
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	57.521,40	0,00	15.255,21	0,00	0,00	0,00	42.266,19	0,00	0,00	42.266,19
Transferências Voluntárias Públicas Federais	12.246,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.246,65	0,00	0,00	12.246,65
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	80.050,09	0,00	6.786,81	0,00	0,00	0,00	73.263,28	0,00	0,00	73.263,28
Atenção Básica - Federal	668,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668,85	0,00	0,00	668,85
Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs	84.981,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.981,54	0,00	0,00	84.981,54
Vigilância em Saúde - Federal	225.931,80	0,00	0,00	670,00	0,00	0,00	225.261,80	0,00	0,00	225.261,80
Receitas de Alienações de Ativos	162.580,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.580,27	0,00	0,00	162.580,27

Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	134.943,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.943,48	0,00	0,00	134.943,48
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não	26.829,34	0,00	0,00	0,20	0,00	0,00	26.829,14	0,00	0,00	26.829,14
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	15.770,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.770,45	0,00	0,00	15.770,45
Taxas - Exercício Poder de Polícia	2.297,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.297,30	0,00	0,00	2.297,30
Taxas - Prestação de Serviços	2.418,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.418,23	0,00	0,00	2.418,23
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	5.976.309,27	80,37	128.991,93	1.224,15	182.600,35	0,00	5.663.412,47	17.556,92	0,00	5.645.855,55
TOTAL (III) = (I + II)	6.918.862,00	971,78	365.566,48	11.864,19	182.600,35	0,00	6.357.859,20	18.715,22	0,00	6.339.143,98
Entidades:										
Município de Miraselva										
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE Miraselva)										

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:6BD5E134

GABINETE
EXECUÇÃO DESPESAS FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea											
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	24.798.640,00	35.236.242,53	6.101.481,15	30.306.833,09	100,00	4.929.409,44	7.735.694,98	30.288.117,87	100,00	4.948.124,66	18.715,22
ESSENCIAL À JUSTIÇA	320.000,00	277.000,00	31.099,13	273.142,26	0,90	3.857,74	31.099,13	273.142,26	0,90	3.857,74	0,00
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	320.000,00	277.000,00	31.099,13	273.142,26	0,90	3.857,74	31.099,13	273.142,26	0,90	3.857,74	0,00
ADMINISTRAÇÃO	4.952.440,00	8.263.831,21	1.520.234,45	7.555.270,62	24,93	708.560,59	1.643.704,72	7.555.270,62	24,94	708.560,59	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.487.440,00	7.677.896,21	1.404.294,43	6.980.392,02	23,03	697.504,19	1.527.764,70	6.980.392,02	23,05	697.504,19	0,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	465.000,00	585.935,00	115.940,02	574.878,60	1,90	11.056,40	115.940,02	574.878,60	1,90	11.056,40	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	881.500,00	1.259.009,85	319.275,01	1.091.001,81	3,60	168.008,04	308.888,01	1.080.614,81	3,57	178.395,04	10.387,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	871.500,00	1.258.009,85	319.275,01	1.091.001,81	3,60	167.008,04	308.888,01	1.080.614,81	3,57	177.395,04	10.387,00
SAÚDE	6.132.950,00	8.109.276,47	1.499.759,05	7.012.277,56	23,14	1.096.998,91	1.498.289,51	7.005.107,64	23,13	1.104.168,83	7.169,92
ADMINISTRAÇÃO GERAL	223.000,00	199.000,00	20.408,12	126.680,96	0,42	72.319,04	20.408,12	126.680,96	0,42	72.319,04	0,00
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	0,00	110.000,00	15.184,72	45.477,86	0,15	64.522,14	15.184,72	45.477,86	0,15	64.522,14	0,00
ATENÇÃO BÁSICA	5.777.950,00	7.642.685,52	1.442.977,91	6.695.919,48	22,09	946.766,04	1.441.508,37	6.688.749,56	22,08	953.935,96	7.169,92
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.000,00	55.290,95	0,00	54.290,95	0,18	1.000,00	0,00	54.290,95	0,18	1.000,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	131.000,00	102.300,00	21.188,30	89.908,31	0,30	12.391,69	21.188,30	89.908,31	0,30	12.391,69	0,00
EDUCAÇÃO	8.774.250,00	7.825.744,00	1.494.418,64	7.329.437,32	24,18	496.306,68	1.493.260,34	7.328.279,02	24,20	497.464,98	1.158,30
ADMINISTRAÇÃO GERAL	189.000,00	283.400,00	42.133,06	237.889,97	0,78	45.510,03	42.133,06	237.889,97	0,79	45.510,03	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	5.638.250,00	5.261.953,00	1.002.356,00	4.865.367,94	16,05	396.585,06	1.001.197,70	4.864.209,64	16,06	397.743,36	1.158,30
EDUCAÇÃO INFANTIL	2.947.000,00	2.280.391,00	449.929,58	2.226.179,41	7,35	54.211,59	449.929,58	2.226.179,41	7,35	54.211,59	0,00
CULTURA	308.000,00	427.620,00	(143,50)	356.805,29	1,18	70.814,71	163.856,50	356.805,29	1,18	70.814,71	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	308.000,00	427.620,00	(143,50)	356.805,29	1,18	70.814,71	163.856,50	356.805,29	1,18	70.814,71	0,00
URBANISMO	30.000,00	100.341,00	0,00	92.716,11	0,31	7.624,89	0,00	92.716,11	0,31	7.624,89	0,00
SERVIÇOS URBANOS	30.000,00	100.341,00	0,00	92.716,11	0,31	7.624,89	0,00	92.716,11	0,31	7.624,89	0,00
AGRICULTURA	356.000,00	2.573.722,00	149.569,31	1.755.866,92	5,79	817.855,08	1.503.569,31	1.755.866,92	5,80	817.855,08	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	103.000,00	28.300,00	267,28	24.768,31	0,08	3.531,69	267,28	24.768,31	0,08	3.531,69	0,00
EXTENSÃO RURAL	253.000,00	2.545.422,00	149.302,03	1.731.098,61	5,71	814.323,39	1.503.302,03	1.731.098,61	5,72	814.323,39	0,00
TRANSPORTE	1.745.500,00	5.370.318,00	915.613,40	3.829.739,96	12,64	1.540.578,04	921.371,80	3.829.739,96	12,64	1.540.578,04	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.744.500,00	5.370.318,00	915.613,40	3.829.739,96	12,64	1.540.578,04	921.371,80	3.829.739,96	12,64	1.540.578,04	0,00
DESPORTO E LAZER	307.000,00	278.580,00	36.488,36	265.845,02	0,88	12.734,98	36.488,36	265.845,02	0,88	12.734,98	0,00
TURISMO	81.000,00	58.100,00	10.258,32	55.337,53	0,18	2.762,47	10.258,32	55.337,53	0,18	2.762,47	0,00
DESPORTO COMUNITÁRIO	226.000,00	220.480,00	26.230,04	210.507,49	0,69	9.972,51	26.230,04	210.507,49	0,70	9.972,51	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	731.000,00	750.800,00	135.167,30	744.730,22	2,46	6.069,78	135.167,30	744.730,22	2,46	6.069,78	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	731.000,00	750.800,00	135.167,30	744.730,22	2,46	6.069,78	135.167,30	744.730,22	2,46	6.069,78	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o	% (b/total b)		No bimestre	Até o	% (d/total d)		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I +	24.798.640,00	35.236.242,53	6.101.481,15	30.306.833,09	100,00	4.929.409,44	7.735.694,98	30.288.117,87	100,00	4.948.124,66	18.715,22
Entidades:											
Município de Miraselva											
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/01/2026 13:55											

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:7E2DEFFD

GABINETE
RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MUNICÍPIO DE MIRASELVA														
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA														
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III														
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**													**Previsão atualiza 2025**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL**	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.611.571,71	2.907.107,03	2.493.764,54	2.337.840,90	2.548.123,22	2.682.344,69	2.800.996,29	2.251.632,92	2.651.714,38	2.841.377,85	2.596.074,02	5.109.400,59	33.831.948,14	28.179.778,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	216.910,64	190.145,21	260.709,90	186.728,81	168.653,25	209.240,47	153.583,17	117.625,04	46.374,83	183.657,27	121.758,52	214.486,34	2.069.873,45	1.728.000,00
IPTU	1.083,74	546,12	48.932,26	28.799,62	5.559,08	4.374,53	839,71	773,72	2.096,38	291,73	268,21	2.717,33	96.282,43	345.000,00
ISS	108.923,96	85.872,48	85.230,67	129.340,52	63.961,28	74.747,44	48.690,99	46.059,74	24.623,48	44.837,87	43.135,14	51.908,95	807.332,52	203.000,00
ITBI	29.834,43	9.338,20	13.448,00	13.105,89	11.740,00	0,00	32.000,00	6.400,00	11.704,00	2.406,00	5.800,00	5.400,00	141.176,52	500.000,00
IRRF	73.664,62	84.802,80	91.595,91	7.005,83	85.630,51	125.628,19	69.486,11	62.296,62	6.900,47	134.750,49	71.944,44	156.755,71	970.461,70	580.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.403,89	9.585,61	21.503,06	8.476,95	1.762,38	4.490,31	2.566,36	2.094,96	1.050,50	1.371,18	610,73	(2.295,65)	54.620,28	100.000,00
Contribuições	10.618,72	8.920,74	8.688,03	242,58	9.096,09	9.475,12	8.065,83	7.008,33	5.571,75	3.660,05	6.306,87	5.673,60	83.327,71	100.000,00
Receita patrimonial	42.008,46	49.146,49	47.912,28	64.930,21	46.803,76	65.650,36	70.622,90	69.303,55	69.302,23	64.648,21	66.783,94	(7.175,16)	649.937,23	521.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	42.008,46	49.146,49	47.912,28	64.930,21	46.803,76	65.650,36	70.622,90	69.303,55	69.302,23	64.648,21	66.783,94	(7.175,16)	649.937,23	521.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	729,67	647,12	1.228,76	0,00	0,00	908,55	216,97	4.061,64	7.009,59	2.386,02	1.072,20	78.840,06	97.100,58	192.000,00
Transferências correntes	2.339.506,99	2.656.450,24	2.173.428,34	2.085.939,30	2.321.772,89	2.393.475,73	2.539.593,31	2.049.432,13	2.520.170,50	2.580.146,36	2.395.069,78	4.812.493,04	30.867.478,61	25.628.778,05
Cota parte do FPM	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,32	1.850.021,63	1.944.488,43	1.498.336,02	1.901.447,26	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	21.279.404,04	19.019.700,00
Cota parte do ICMS	265.140,28	221.117,33	240.332,27	268.504,23	204.921,05	243.368,65	279.478,20	224.407,01	275.940,12	250.003,07	232.956,52	295.454,32	3.001.623,05	1.500.000,00
Cota parte do IPVA	184.818,34	38.728,96	44.281,81	43.569,48	43.318,99	19.906,63	11.769,93	9.365,73	20.146,67	9.228,75	7.972,54	10.067,64	443.175,47	400.000,00
Cota parte do ITR	6.140,76	523,79	455,77	543,19	558,79	4.867,68	472,95	634,32	12.767,97	92.242,43	16.066,67	8.500,68	143.775,00	40.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	3.017,28	3.415,59	3.719,68	3.492,34	3.392,88	3.862,53	3.313,97	3.660,67	3.882,05	3.722,92	3.679,61	4.457,08	43.616,60	25.000,00
Transferências do FUNDEB	189.216,14	153.502,08	140.194,52	155.535,83	135.633,63	144.268,37	138.064,37	129.078,89	125.328,28	146.171,88	135.681,85	159.369,53	1.752.045,37	1.700.000,00
Outras transferências correntes	118.815,52	129.238,70	354.962,41	202.343,56	132.804,23	127.180,24	162.005,46	183.949,49	180.658,15	803.543,44	265.236,51	1.543.101,37	4.203.839,08	2.944.078,05
Outras receitas correntes	1.797,23	1.797,23	1.797,23	0,00	1.797,23	3.594,46	28.914,11	4.202,23	3.285,48	6.879,94	5.082,71	5.082,71	64.230,56	10.000,00
DEDUÇÕES (II)	406.295,00	474.741,83	335.654,21	345.611,93	410.666,92	424.405,36	286.139,52	347.280,67	304.498,35	326.086,15	398.830,23	455.018,31	4.515.228,48	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	406.295,00	474.741,83	335.654,21	345.611,93	410.666,92	424.405,36	286.139,52	347.280,67	304.498,35	326.086,15	398.830,23	455.018,31	4.515.228,48	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.205.276,71	2.432.365,20	2.158.110,33	1.992.228,97	2.137.456,30	2.257.939,33	2.514.856,77	1.904.352,25	2.347.216,03	2.515.291,70	2.197.243,79	4.654.382,28	29.316.719,66	28.179.778,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	206.046,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	556.046,00	840.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.205.276,71	2.432.365,20	1.952.064,33	1.992.228,97	2.137.456,30	2.257.939,33	2.514.856,77	1.904.352,25	2.347.216,03	2.165.291,70	2.197.243,79	4.654.382,28	28.760.673,66	27.339.778,05
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	2.205.276,71	2.432.365,20	1.952.064,33	1.992.228,97	2.137.456,30	2.257.939,33	2.514.856,77	1.904.352,25	2.347.216,03	2.165.291,70	2.197.243,79	4.654.382,28	28.760.673,66	27.339.778,05
Entidades:										Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/01/2026 13:56				
Município de Miraselva														

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:0C3B583C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF- ANEXO I

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR														
PODER EXECUTIVO													Exercício de 2025	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
(JANEIRO/2025 - DEZEMBRO/2025)														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art 55, inciso I, alínea "a")														
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Janeiro/2025 - Dezembro/2025)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	565.519,56	956.014,04	950.939,68	893.805,98	845.005,09	864.297,42	1.350.283,91	947.132,58	881.903,31	994.780,20	1.047.794,48	1.316.465,62	11.613.941,87	111.540,75
Pessoal Ativo	565.519,56	863.273,19	762.137,77	851.823,72	845.005,09	864.297,42	1.046.923,17	947.132,58	655.794,73	659.679,18	812.552,25	1.064.502,51	9.938.641,17	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	565.519,56	756.300,75	762.137,77	619.573,14	845.005,09	864.297,42	919.108,17	947.132,58	655.794,73	659.679,18	812.552,25	1.064.502,51	9.471.603,15	0,00
Obrigações Patronais	0,00	106.972,44	0,00	232.250,58	0,00	0,00	127.815,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467.038,02	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	92.740,85	188.801,91	41.982,26	0,00	0,00	303.360,74	0,00	226.108,58	335.101,02	235.242,23	251.963,11	1.675.300,70	111.540,75
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	565.519,56	956.014,04	950.939,68	893.805,98	845.005,09	864.297,42	1.350.283,91	947.132,58	881.903,31	994.780,20	1.047.794,48	1.316.465,62	11.613.941,87	111.540,75

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	33.097.791,57	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	605.097,76	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	32.492.693,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	11.725.482,62	36.09%
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.546.054,66	54%
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	16.668.751,93	51,3%
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	15.791.449,19	48,6%
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:17:04.		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:555853C0

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RGF - ANEXO V

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR										
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA								Exercício de 2025		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A DEZEMBRO										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a–(b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g-h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**-7.080.417,24**	**1.312.409,71**	**162.789,70**	**1.319.625,65**	**2.830,86**	**0,00**	**-9.878.073,16**	**593.689,88**	**0,00**	**-10.471.763,04**
Recursos Não Vinculados de Impostos	-7.163.732,85	1.312.409,71	162.789,70	1.319.625,65	2.830,86	0,00	-9.961.388,77	593.689,88	0,00	-10.555.078,65
Outros Recursos não Vinculados	83.315,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.315,61	0,00	0,00	83.315,61
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**10.886.560,07**	**222.159,83**	**20.913,16**	**1.149.056,61**	**842.334,98**	**0,00**	**8.652.095,49**	**3.001.572,27**	**0,00**	**5.650.523,22**
Recursos Vinculados à Educação	167.011,27	76.776,26	1.799,16	81.338,16	0,00	0,00	7.097,69	10.628,02	0,00	-3.530,33
Transferências do FUNDEB	-701.782,32	61.512,76	0,00	11.457,05	0,00	0,00	-774.752,13	0,00	0,00	-774.752,13
Outros Recursos Vinculados à Educação	868.793,59	15.263,50	1.799,16	69.881,11	0,00	0,00	781.849,82	10.628,02	0,00	771.221,80
Recursos Vinculados à Saúde	6.114.214,30	53.730,16	1.223,60	358.753,01	0,00	0,00	5.700.507,53	1.360.084,50	0,00	4.340.423,03
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	5.788.164,54	41.259,82	1.223,60	352.152,39	0,00	0,00	5.393.528,73	1.360.084,50	0,00	4.033.444,23
Outros Recursos Vinculados à Saúde	326.049,76	12.470,34	0,00	6.600,62	0,00	0,00	306.978,80	0,00	0,00	306.978,80
Recursos Vinculados à Assistência Social	45.648,03	18.497,79	17.740,40	45.200,62	0,00	0,00	-35.790,78	0,00	0,00	-35.790,78
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	2.873.842,02	56.783,60	0,00	156.115,54	0,00	0,00	2.660.942,88	1.630.859,75	0,00	1.030.083,13
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto	1.109.893,89	57,70	0,00	52.416,71	0,00	0,00	1.057.419,48	1.630.200,00	0,00	-572.780,52

Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.763.948,13	56.725,90	0,00	103.698,83	0,00	0,00	1.603.523,40	659,75	0,00	1.602.863,65
Demais Vinculações Legais	681.912,70	13.880,52	150,00	82.882,32	0,00	0,00	584.999,86	0,00	0,00	584.999,86
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	8.894,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.894,05	0,00	0,00	8.894,05
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	457.341,77	5.599,17	0,00	1.000,00	0,00	0,00	450.742,60	0,00	0,00	450.742,60
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	215.676,88	8.281,35	150,00	81.882,32	0,00	0,00	125.363,21	0,00	0,00	125.363,21
Recursos Extraorçamentários	989.958,27	0,00	0,00	0,00	842.334,98	0,00	147.623,29	0,00	0,00	147.623,29
Outras Vinculações	13.973,48	2.491,50	0,00	424.766,96	0,00	0,00	-413.284,98	0,00	0,00	-413.284,98
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**3.806.142,83**	**1.534.569,54**	**183.702,86**	**2.468.682,26**	**845.165,84**	**0,00**	**-1.225.977,67**	**3.595.262,15**	**0,00**	**-4.821.239,82**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:19:51.

1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.

Nota(s) Explicativa(s):

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:8F1D28B9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - ANEXO I

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR							
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA							Data: 30/01/2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							Exercício de 2025
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.380.898,50	31.380.898,50	4.063.622,05	12,95	36.664.595,93	116,84	-5.283.697,43
RECEITAS CORRENTES	30.045.578,95	30.045.578,95	3.424.622,05	11,40	33.097.791,57	110,16	-3.052.212,62
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.272.114,83	2.272.114,83	351.158,17	15,46	1.623.108,44	71,44	649.006,39
Impostos	2.144.776,07	2.144.776,07	340.392,00	15,87	1.464.784,94	68,30	679.991,13
Taxas	127.338,76	127.338,76	10.766,17	8,45	158.323,50	124,33	-30.984,74
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	665.430,80	665.430,80	15.780,65	2,37	186.491,86	28,03	478.938,94
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Púbica	665.430,80	665.430,80	15.780,65	2,37	186.491,86	28,03	478.938,94
RECEITA PATRIMONIAL	744.786,88	744.786,88	91.130,08	12,24	1.733.202,62	232,71	-988.415,74
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.157,63	1.157,63	0,00	0,00	0,00	0,00	1.157,63
Valores Mobiliários	743.629,25	743.629,25	91.130,08	12,25	1.733.202,62	233,07	-989.573,37
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	24.051.117,98	24.051.117,98	2.962.272,33	12,32	27.979.810,21	116,33	-3.928.692,23
Transferências da União e de suas Entidades	13.750.269,75	13.750.269,75	1.591.622,39	11,58	18.406.505,01	133,86	-4.656.235,26
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.278.652,53	6.278.652,53	873.388,20	13,91	6.399.396,83	101,92	-120.744,30
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	590.388,75	590.388,75	0,00	0,00	0,00	0,00	590.388,75
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	3.431.806,95	3.431.806,95	497.261,74	14,49	2.912.301,59	84,86	519.505,36
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	261.606,78	0,00	-261.606,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.312.128,46	2.312.128,46	4.280,82	0,19	1.575.178,44	68,13	736.950,02
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.254.247,21	2.254.247,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.254.247,21
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	57.881,25	57.881,25	4.280,82	7,40	1.575.178,44	2.721,40	-1.517.297,19
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.335.319,55	1.335.319,55	639.000,00	47,85	3.566.804,36	267,11	-2.231.484,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	664.563,14	664.563,14	0,00	0,00	0,00	0,00	664.563,14
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	664.563,14	664.563,14	0,00	0,00	0,00	0,00	664.563,14
ALIENAÇÃO DE BENS	6.193,30	6.193,30	0,00	0,00	0,00	0,00	6.193,30
Alienação de Bens Móveis	6.193,30	6.193,30	0,00	0,00	0,00	0,00	6.193,30
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	664.563,11	664.563,11	639.000,00	96,15	3.566.804,36	536,71	-2.902.241,25
Transferências da União e de suas Entidades	664.563,11	664.563,11	0,00	0,00	0,00	0,00	664.563,11
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	639.000,00	0,00	3.566.804,36	0,00	-3.566.804,36
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.380.898,50	31.380.898,50	4.063.622,05	12,95	36.664.595,93	116,84	-5.283.697,43
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	31.380.898,50	31.380.898,50	4.063.622,05	12,95	36.664.595,93	116,84	-5.283.697,43
DÉFICIT (VI)	----	----	----	----	0,00	----	----
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	31.380.898,50	31.380.898,50	4.063.622,05	12,95	36.664.595,93	116,84	----
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	----	----	----	----	----
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	----	0,00	----	----	0,00	----	----

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.016.573,50	49.506.573,50	8.516.989,79	33.994.373,40	15.512.200,10	5.802.454,75	30.399.111,25	19.107.462,25	30.215.408,39	3.595.262,15
DESPESAS CORRENTES	24.759.911,42	36.519.911,42	5.059.943,06	25.607.444,88	10.912.466,54	5.402.642,80	25.071.153,51	11.448.757,91	24.887.450,65	536.291,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.790.022,88	15.890.022,88	1.877.054,76	9.938.641,17	5.951.381,71	1.877.054,76	9.938.641,17	5.951.381,71	9.938.641,17	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.969.888,54	20.629.888,54	3.182.888,30	15.668.803,71	4.961.084,83	3.525.588,04	15.132.512,34	5.497.376,20	14.948.809,48	536.291,37
DESPESAS DE CAPITAL	4.756.678,01	12.486.678,01	3.457.046,73	8.386.928,52	4.099.749,49	399.811,95	5.327.957,74	7.158.720,27	5.327.957,74	3.058.970,78
INVESTIMENTOS	3.599.053,01	11.180.557,14	3.393.651,47	7.980.079,97	3.200.477,17	336.416,69	4.921.109,19	6.259.447,95	4.921.109,19	3.058.970,78
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.157.625,00	1.306.120,87	63.395,26	406.848,55	899.272,32	63.395,26	406.848,55	899.272,32	406.848,55	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	499.984,07	499.984,07	----	----	499.984,07	----	----	499.984,07	----	----
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS)(X) = (VIII + IX)	30.016.573,50	49.506.573,50	8.516.989,79	33.994.373,40	15.512.200,10	5.802.454,75	30.399.111,25	19.107.462,25	30.215.408,39	3.595.262,15
AMORTIZAÇÃO DA DIV./ REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	30.016.573,50	49.506.573,50	8.516.989,79	33.994.373,40	15.512.200,10	5.802.454,75	30.399.111,25	19.107.462,25	30.215.408,39	3.595.262,15
SUPERÁVIT (XIII)	----	----	----	2.670.222,53	----	----	6.265.484,68	----	6.449.187,54	----
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	30.016.573,50	49.506.573,50	8.516.989,79	36.664.595,93	----	5.802.454,75	36.664.595,93	----	36.664.595,93	3.595.262,15
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	----	----	0,00	----	----	0,00	----	----
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:07:32.										
Nota(s) Explicativa(s):										

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:F6F18E5F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - ANEXO II

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR											
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											Exercício de 2025
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c")											R$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO S (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	30.016.573,50	49.506.573,50	8.516.989,79	33.994.373,40	100,00	15.512.200,10	5.802.454,75	30.399.111,25	100,00	19.107.462,25	3.595.262,15
ADMINISTRAÇÃO	8.214.911,94	9.916.416,07	1.348.365,60	7.242.476,86	21,30	2.673.939,21	1.323.226,00	7.099.944,25	23,36	2.816.471,82	142.532,61
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	507.039,74	507.039,74	2.730,53	247.207,23	0,73	259.832,51	2.730,53	247.207,23	0,81	259.832,51	0,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	7.186.940,95	8.888.445,08	1.303.290,30	6.775.203,40	19,93	2.113.241,68	1.278.150,70	6.632.670,79	21,82	2.255.774,29	142.532,61
CONTROLE INTERNO	173.643,75	173.643,75	14.409,40	95.545,42	0,28	78.098,33	14.409,40	95.545,42	0,31	78.098,33	0,00

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	347.287,50	347.287,50	27.935,37	124.520,81	0,37	222.766,69	27.935,37	124.520,81	0,41	222.766,69	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	347.866,31	347.866,31	52.593,42	53.593,42	0,16	294.272,89	52.593,42	53.593,42	0,18	294.272,89	0,00
DEFESA CIVIL	347.866,31	347.866,31	52.593,42	53.593,42	0,16	294.272,89	52.593,42	53.593,42	0,18	294.272,89	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.203.539,19	2.353.539,19	93.288,53	794.068,40	2,34	1.559.470,79	108.623,73	787.233,12	2,59	1.566.306,07	6.835,28
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	645.375,93	795.375,93	51.942,56	409.981,53	1,21	385.394,40	66.849,76	407.929,53	1,34	387.446,40	2.052,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	69.457,50	69.457,50	0,00	28.000,00	0,08	41.457,50	0,00	28.000,00	0,09	41.457,50	0,00
ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	312.558,75	312.558,75	0,00	78.133,27	0,23	234.425,48	0,00	78.133,27	0,26	234.425,48	0,00
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.176.147,01	1.176.147,01	41.345,97	277.953,60	0,82	898.193,41	41.773,97	273.170,32	0,90	902.976,69	4.783,28
PREVIDÊNCIA SOCIAL	208.372,50	208.372,50	0,00	0,00	0,00	208.372,50	0,00	0,00	0,00	208.372,50	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	208.372,50	208.372,50	0,00	0,00	0,00	208.372,50	0,00	0,00	0,00	208.372,50	0,00
SAÚDE	4.558.837,17	8.888.837,17	2.827.229,70	6.628.328,35	19,50	2.260.508,82	1.520.418,48	5.165.033,71	16,99	3.723.803,46	1.463.294,64
ATENÇÃO BÁSICA	4.408.345,91	8.738.345,91	2.800.837,42	6.601.936,07	19,42	2.136.409,84	1.494.026,20	5.138.641,43	16,90	3.599.704,48	1.463.294,64
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	75.245,63	75.245,63	8.957,10	8.957,10	0,03	66.288,53	8.957,10	8.957,10	0,03	66.288,53	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	75.245,63	75.245,63	17.435,18	17.435,18	0,05	57.810,45	17.435,18	17.435,18	0,06	57.810,45	0,00
EDUCAÇÃO	6.563.733,75	11.313.733,75	1.759.953,67	7.983.216,85	23,48	3.330.516,90	1.913.564,81	7.754.883,71	25,51	3.558.850,04	228.333,14
EDUCAÇÃO BÁSICA	1.273.387,50	5.573.387,50	1.129.046,25	3.987.167,40	11,73	1.586.220,10	1.129.046,25	3.987.167,40	13,12	1.586.220,10	0,00
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	34.728,75	34.728,75	0,00	0,00	0,00	34.728,75	0,00	0,00	0,00	34.728,75	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	3.058.714,38	3.058.714,38	423.161,33	1.910.388,74	5,62	1.148.325,64	563.499,15	1.880.108,83	6,18	1.178.605,55	30.279,91
ENSINO FUNDAMENTAL	2.196.903,12	2.646.903,12	207.746,09	2.085.660,71	6,14	561.242,41	221.019,41	1.887.607,48	6,21	759.295,64	198.053,23
CULTURA	57.881,25	357.881,25	131.143,20	139.434,60	0,41	218.446,65	131.143,20	139.434,60	0,46	218.446,65	0,00
DIFUSÃO CULTURAL	57.881,25	357.881,25	131.143,20	139.434,60	0,41	218.446,65	131.143,20	139.434,60	0,46	218.446,65	0,00
FUNCÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO S (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
URBANISMO	1.284.963,75	934.963,75	11.408,60	556.192,84	1,64	378.770,91	42.029,60	552.092,84	1,82	382.870,91	4.100,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	752.456,25	402.456,25	0,00	137.301,36	0,40	265.154,89	0,00	137.301,36	0,45	265.154,89	0,00
SERVIÇOS URBANOS	532.507,50	532.507,50	11.408,60	418.891,48	1,23	113.616,02	42.029,60	414.791,48	1,36	117.716,02	4.100,00
GESTÃO AMBIENTAL	186.956,44	186.956,44	9.433,90	33.248,52	0,10	153.707,92	9.433,90	33.248,52	0,11	153.707,92	0,00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	186.956,44	186.956,44	9.433,90	33.248,52	0,10	153.707,92	9.433,90	33.248,52	0,11	153.707,92	0,00
AGRICULTURA	581.706,63	4.281.706,63	32.309,82	3.370.036,13	9,91	911.670,50	30.129,82	3.367.856,13	11,08	913.850,50	2.180,00
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	581.706,63	4.281.706,63	32.309,82	3.370.036,13	9,91	911.670,50	30.129,82	3.367.856,13	11,08	913.850,50	2.180,00
INDÚSTRIA	231.525,00	231.525,00	79.471,71	79.471,71	0,23	152.053,29	76.638,38	76.638,38	0,25	154.886,62	2.833,33
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	231.525,00	231.525,00	79.471,71	79.471,71	0,23	152.053,29	76.638,38	76.638,38	0,25	154.886,62	2.833,33
COMÉRCIO E SERVIÇOS	434.109,31	1.634.109,31	39.855,70	1.282.026,02	3,77	352.083,29	39.577,08	1.281.747,40	4,22	352.361,91	278,62
PROMOÇÃO COMERCIAL	202.584,31	202.584,31	22.707,87	57.798,27	0,17	144.786,04	22.707,87	57.798,27	0,19	144.786,04	0,00
TURISMO	231.525,00	1.431.525,00	17.147,83	1.224.227,75	3,60	207.297,25	16.869,21	1.223.949,13	4,03	207.575,87	278,62
TRANSPORTE	2.911.536,81	5.771.536,81	1.980.537,12	4.997.416,33	14,70	774.120,48	403.677,51	3.252.541,80	10,70	2.518.995,01	1.744.874,53
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	2.911.536,81	5.771.536,81	1.980.537,12	4.997.416,33	14,70	774.120,48	403.677,51	3.252.541,80	10,70	2.518.995,01	1.744.874,53
DESPORTO E LAZER	115.762,50	115.762,50	17.060,59	22.179,52	0,07	93.582,98	17.060,59	22.179,52	0,07	93.582,98	0,00
LAZER	115.762,50	115.762,50	17.060,59	22.179,52	0,07	93.582,98	17.060,59	22.179,52	0,07	93.582,98	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	1.614.886,88	2.463.382,75	134.338,23	812.683,85	2,39	1.650.698,90	134.338,23	812.683,85	2,67	1.650.698,90	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	457.261,88	1.157.261,88	70.942,97	405.835,30	1,19	751.426,58	70.942,97	405.835,30	1,34	751.426,58	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	1.157.625,00	1.306.120,87	63.395,26	406.848,55	1,20	899.272,32	63.395,26	406.848,55	1,34	899.272,32	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	499.984,07	499.984,07	0,00	0,00	0,00	499.984,07	0,00	0,00	0,00	499.984,07	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	499.984,07	499.984,07	0,00	0,00	0,00	499.984,07	0,00	0,00	0,00	499.984,07	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------
TOTAL (III) = (I + II)	**30.016.573,50**	**49.506.573,50**	**8.516.989,79**	**33.994.373,40**	**100,00**	**15.512.200,10**	**5.802.454,75**	**30.399.111,25**	**100,00**	**19.107.462,25**	**3.595.262,15**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:08:25.											
Nota(s) Explicativa(s):											

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:025A6453

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - ANEXO III

MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2025
	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.880.205,42**	**3.159.696,31**	**2.550.319,89**	**2.625.928,22**	**3.078.631,44**	**3.257.247,63**	**5.434.966,60**	**2.998.842,05**	**3.710.310,92**	**4.140.887,07**	**2.893.976,66**	**1.099.166,18**	**37.830.178,39**	**33.611.929,19**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.851,05	73.096,17	65.331,95	86.072,26	201.029,45	99.741,18	210.820,46	104.465,09	120.316,16	245.226,50	197.236,11	153.922,06	1.623.108,44	2.272.114,83
I.P.T.U.	0,00	24,89	24,89	0,00	24,89	16.709,73	31.556,66	15.080,24	23.852,84	62.050,80	55.167,60	0,00	204.492,54	1.075.187,04
I.S.S.	11.137,56	26.511,53	8.751,32	14.828,36	65.878,79	26.347,71	72.860,96	22.067,18	28.624,85	36.827,34	44.949,43	27.051,98	385.837,01	242.261,42
I.T.B.I.	9.940,00	800,00	1.000,00	14.621,08	2.700,00	1.711,16	11.036,87	3.744,59	2.118,34	19.008,89	24.775,84	0,00	91.456,77	452.142,84
I.R.R.F.	39.601,91	42.481,59	46.373,86	52.489,88	55.578,20	52.052,15	90.781,54	60.205,79	61.954,06	93.032,49	61.577,07	126.870,08	782.998,62	375.184,77
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.171,58	3.278,16	9.181,88	4.132,94	76.847,57	2.920,43	4.584,43	3.367,29	3.766,07	34.306,98	10.766,17	0,00	158.323,50	127.338,76
Contribuições	18.757,33	19.346,13	19.279,28	21.634,10	19.521,21	18.536,83	12.400,93	16.039,91	11.749,83	13.445,66	15.780,65	0,00	186.491,86	665.430,80
Receita Patrimonial	67.634,81	178.237,24	267.200,83	228.195,86	130.958,64	70.318,49	88.795,05	90.113,58	140.611,53	380.006,51	84.329,76	6.800,32	1.733.202,62	744.786,88
Rendimentos de Aplicação Financeira	67.634,81	178.237,24	267.200,83	228.195,86	130.958,64	70.318,49	88.795,05	90.113,58	140.611,53	380.006,51	84.329,76	6.800,32	1.733.202,62	743.629,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.157,63
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	2.727.962,23	2.888.720,01	2.196.907,83	2.278.680,04	2.726.982,39	3.068.377,16	3.574.867,41	2.785.229,99	3.437.421,43	3.496.255,42	2.592.349,32	938.443,80	32.712.197,03	27.617.468,22
Cota-Parte do F.P.M.	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	0,00	18.487.861,58	14.748.142,50
Cota-Parte do I.C.M.S.	522.827,89	436.544,90	474.480,34	530.099,36	404.569,12	480.474,99	551.764,93	443.039,61	544.779,75	493.573,11	459.918,65	583.306,03	5.925.378,68	5.313.373,30
Cota-Parte do I.P.V.A.	174.485,65	60.726,31	60.287,60	55.568,14	54.646,93	22.031,78	17.316,08	18.569,73	14.762,51	41.570,46	13.801,80	18.644,77	552.411,76	1.456.978,62
Cota-Parte do I.T.R.	3.696,87	1.603,73	0,00	147,95	5.710,90	813,42	2.722,96	4.400,85	15.366,23	58.836,81	17.393,02	0,00	110.692,74	76.403,24
Transferências da LC 61/1989	5.956,95	6.743,30	7.343,63	6.894,82	6.698,46	7.625,67	6.542,66	7.227,11	7.664,20	7.350,01	7.264,47	8.799,48	86.110,76	354.233,24
Transferências do FUNDEB	312.216,33	257.355,47	233.960,25	258.088,88	224.355,40	238.544,11	226.994,72	211.373,26	207.992,47	244.158,96	224.960,93	272.300,81	2.912.301,59	3.431.806,95
Outras Transferências Correntes	136.419,87	15.822,51	31.354,13	15.930,22	229.858,27	468.865,56	825.037,64	602.283,41	745.409,03	1.375.532,20	135.534,37	55.392,71	4.637.439,92	2.236.530,37
Outras Receitas Correntes	0,00	296,76	1.600,00	11.345,96	139,75	273,97	1.548.082,75	2.993,48	211,97	5.952,98	4.280,82	0,00	1.575.178,44	2.312.128,46
DEDUÇÕES (II)	**455.865,15**	**523.108,35**	**386.318,61**	**400.932,12**	**454.553,66**	**472.193,44**	**342.801,81**	**394.314,59**	**358.465,52**	**375.312,78**	**446.370,77**	**122.150,02**	**4.732.386,82**	**3.566.350,24**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	455.865,15	523.108,35	386.318,61	400.932,12	454.553,66	472.193,44	342.801,81	394.314,59	358.465,52	375.312,78	446.370,77	122.150,02	4.732.386,82	3.566.350,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**2.424.340,27**	**2.636.587,96**	**2.164.001,28**	**2.224.996,10**	**2.624.077,78**	**2.785.054,19**	**5.092.164,79**	**2.604.527,46**	**3.351.845,40**	**3.765.574,29**	**2.447.605,89**	**977.016,16**	**33.097.791,57**	**30.045.578,95**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	405.097,76	0,00	0,00	0,00	605.097,76	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.424.340,27	2.636.587,96	2.164.001,28	2.224.996,10	2.624.077,78	2.785.054,19	4.892.164,79	2.604.527,46	2.946.747,64	3.765.574,29	2.447.605,89	977.016,16	32.492.693,81	30.045.578,95
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(VII)														
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.424.340,27	2.636.587,96	2.164.001,28	2.224.996,10	2.624.077,78	2.785.054,19	4.892.164,79	2.604.527,46	2.946.747,64	3.765.574,29	2.447.605,89	977.016,16	32.492.693,81	30.045.578,95

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:07:44.

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:FC6CDE2B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - ANEXO XII

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR				
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA				Exercício de 2025
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A DEZEMBRO / BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**2.144.776,07**	**2.144.776,07**	**1.464.784,94**	**68,30**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.075.187,04	1.075.187,04	204.492,54	19,02
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	452.142,84	452.142,84	91.456,77	20,23
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	242.261,42	242.261,42	385.837,01	159,26
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	375.184,77	375.184,77	782.998,62	208,70
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**21.398.101,41**	**21.398.101,41**	**23.661.937,96**	**110,58**
Cota-Parte FPM	14.169.330,00	14.169.330,00	16.987.344,02	119,89
Cota-Parte ITR	76.403,24	76.403,24	110.692,74	144,88
Cota-Parte IPVA	1.456.978,62	1.456.978,62	552.411,76	37,91
Cota-Parte ICMS	5.313.373,30	5.313.373,30	5.925.378,68	111,52
Cota-Parte IPI-Exportação	354.233,24	354.233,24	86.110,76	24,31
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	27.783,01	27.783,01	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**23.542.877,48**	**23.542.877,48**	**25.126.722,90**	**106,73**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até o Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	1.491.130,90	4.341.130,90	2.926.768,44	67,42	2.823.558,30	65,04	2.792.722,85	64,33	103.210,14
Despesas Correntes	1.085.962,15	3.935.962,15	2.903.333,44	73,76	2.800.123,30	71,14	2.769.287,85	70,36	103.210,14
Despesas de Capital	405.168,75	405.168,75	23.435,00	5,78	23.435,00	5,78	23.435,00	5,78	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	17.364,38	17.364,38	16.535,18	95,22	16.535,18	95,22	16.535,18	95,22	0,00
Despesas Correntes	17.364,38	17.364,38	16.535,18	95,22	16.535,18	95,22	16.535,18	95,22	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	17.364,38	17.364,38	8.957,10	51,58	8.957,10	51,58	8.957,10	51,58	0,00
Despesas Correntes	17.364,38	17.364,38	8.957,10	51,58	8.957,10	51,58	8.957,10	51,58	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**1.525.859,66**	**4.375.859,66**	**2.952.260,72**	**67,47**	**2.849.050,58**	**65,11**	**2.818.215,13**	**64,40**	**103.210,14**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.952.260,72	2.849.050,58	2.818.215,13
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**2.952.260,72**	**2.849.050,58**	**2.818.215,13**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			3.769.008,44
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]			-816.747,72
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII)	-816.747,72		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**11,75**	**11,34**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido no exercício de referência 2025	-816.747,72	0,00	0,00	0,00	-816.747,72
Diferença de limite não cumprido no exercício anterior 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**-816.747,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**-816.747,72**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) =0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))**
Empenhos do exercício de referência 2025	3.769.008,44	2.952.260,72	0,00	134.045,59	0,00	134.045,59	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos do exercício anterior 2024	3.964.975,26	4.793.530,11	828.554,85	792.909,23	177.714,81	0,00	0,00	792.909,23	0,00	1.006.269,66
Empenhos de 2023	3.001.922,56	3.232.062,94	230.140,38	0,00	151.661,60	0,00	0,00	0,00	0,00	381.801,98
Empenhos de 2022	3.033.320,98	3.355.032,79	321.711,81	0,00	71.624,63	0,00	0,00	0,00	0,00	393.336,44
Empenhos de 2021 e anteriores	2.524.637,23	2.553.354,88	28.717,65	0,00	8.466,51	0,00	0,00	0,00	0,00	37.184,16
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	115.762,50	115.762,50	1.844.245,31	1.593,13
Proveniente da União	115.762,50	115.762,50	1.503.620,18	1.298,88
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	340.625,13	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**115.762,50**	**115.762,50**	**1.844.245,31**	**1.593,13**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.917.215,01	4.397.215,01	3.675.167,63	83,58	2.315.083,13	52,65	2.313.859,53	52,62	1.360.084,50
Despesas Correntes	2.865.121,89	2.465.121,89	1.903.771,51	77,23	1.848.246,79	74,98	1.847.023,19	74,93	55.524,72
Despesas de Capital	52.093,12	1.932.093,12	1.771.396,12	91,68	466.836,34	24,16	466.836,34	24,16	1.304.559,78
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	57.881,25	57.881,25	900,00	1,55	900,00	1,55	900,00	1,55	0,00
Despesas Correntes	57.881,25	57.881,25	900,00	1,55	900,00	1,55	900,00	1,55	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	57.881,25	57.881,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	57.881,25	57.881,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**3.032.977,51**	**4.512.977,51**	**3.676.067,63**	**81,46**	**2.315.983,13**	**51,32**	**2.314.759,53**	**51,29**	**1.360.084,50**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	4.408.345,91	8.738.345,91	6.601.936,07	75,55	5.138.641,43	58,81	5.106.582,38	58,44	1.463.294,64
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	75.245,63	75.245,63	17.435,18	23,17	17.435,18	23,17	17.435,18	23,17	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	75.245,63	75.245,63	8.957,10	11,90	8.957,10	11,90	8.957,10	11,90	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**4.558.837,17**	**8.888.837,17**	**6.628.328,35**	**74,57**	**5.165.033,71**	**58,11**	**5.132.974,66**	**57,75**	**1.463.294,64**

Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:12:24.

Notas:

[1] Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2] Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Nota(s) Explicativa(s):

NOVA AMÉRICA DA COLINA, 30/01/2026

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:E2BED04C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO VII

MUNICIPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR	
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA	Data de emissão: 30/01/2026
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Exercício de 2025
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO 2025 / MÊS DEZEMBRO 2025	
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)	R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	609.342,67	2.724.672,02	1.799.445,15	0,00	1.534.569,54	1.631.776,19	922.603,69	85.730,14	85.697,62	0,00	2.468.682,26	4.003.251,80
PODER EXECUTIVO	609.342,67	2.724.672,02	1.799.445,15	0,00	1.534.569,54	1.631.776,19	922.603,69	85.730,14	85.697,62	0,00	2.468.682,26	4.003.251,80
GOVERNO MUNICIPAL	24.250,66	24.207,00	13.080,00	0,00	35.377,66	34.988,96	3.833,52	0,00	0,00	0,00	38.822,48	74.200,14
SECR. MUNICIPAL DE ASSISTENCIA A MULHER E AO IDOSO	0,00	9.158,30	9.158,30	0,00	0,00	0,00	3,77	0,00	0,00	0,00	3,77	3,77
SECRET. DE SEGURANCA PUBLICA E DEFESA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.685,00	0,00	0,00	0,00	1.685,00	1.685,00
SECRET. DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	0,00	107.901,63	8.214,73	0,00	99.686,90	940,00	79.103,57	0,00	0,00	0,00	80.043,57	179.730,47
SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO	1.070,13	2.138,40	2.145,21	0,00	1.063,32	499.801,87	40.993,17	0,00	0,00	0,00	540.795,04	541.858,36
SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL	2.206,39	0,00	0,00	0,00	2.206,39	2.974,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.974,00	5.180,39
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.147,90	128.632,90	40.978,09	0,00	112.802,71	89.349,20	71.691,20	0,00	0,00	0,00	161.040,40	273.843,11
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESP E RECREAÇÃO	86.953,91	763.851,81	622.016,28	0,00	228.789,44	118.502,88	171.320,30	7.767,76	7.767,76	0,00	282.055,42	510.844,86
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇ	10.896,30	0,00	0,00	0,00	10.896,30	20.963,89	0,00	0,00	0,00	0,00	20.963,89	31.860,19
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	166.453,82	340.390,18	280.277,53	0,00	226.566,47	38.468,47	114.635,92	1.819,94	1.819,94	0,00	151.284,45	377.850,92
SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	17.408,26	0,00	63,27	0,00	17.344,99	124,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,00	17.468,99
SECRETARIA DE FAZENDA	9.174,57	49.278,86	47.062,86	0,00	11.390,57	8.782,36	12.175,18	0,00	0,00	0,00	20.957,54	32.348,11
SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERV PÚBLICOS	134.393,78	562.710,37	390.048,49	0,00	307.055,66	287.939,85	190.051,80	5.370,00	5.370,00	0,00	472.621,65	779.677,31
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLIC	1.199,12	0,00	0,00	0,00	1.199,12	12.468,23	0,00	0,00	0,00	0,00	12.468,23	13.667,35
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	1.418,71	0,00	0,00	0,00	1.418,71	5.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.900,00	7.318,71
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE	166,11	0,00	0,00	0,00	166,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166,11
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	128.603,01	736.402,57	386.400,39	0,00	478.605,19	510.572,48	237.110,26	70.772,44	70.739,92	0,00	676.942,82	1.155.548,01
Total (III) = (I + II):	**609.342,67**	**2.724.672,02**	**1.799.445,15**	**0,00**	**1.534.569,54**	**1.631.776,19**	**922.603,69**	**85.730,14**	**85.697,62**	**0,00**	**2.468.682,26**	**4.003.251,80**
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:10:21.												
Nota(s) Explicativa(s):												

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:B08E5FEC

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
RREO - XIII

MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025 / SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL (Acumulado até o semestre)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00

Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	36.194.308,23	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57	33.097.791,57
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte: Sistema Contábil - Betha Sistemas.Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMERICA DA COLINA. Emissão: 30/01/2026, às 08:13:25.											
Nota(s) Explicativa(s):											

MUNICÍPIO DE NOVA AMÉRICA DA COLINA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025 / SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO	
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R$ 1,00

Publicado por:
Josiane Luiz
Código Identificador:947468BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 6º BIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2025

A Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranavaí, Estado do Paraná, em conformidade com as normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, apresenta o seguinte Relatório:
I – Das ações do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Assistência Social, desenvolvidas no **6º Bimestre do exercício de 2025**, compreendendo os meses de **novembro e dezembro 2025.**
A Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família – SEASMF, com apoio, orientação e deliberações dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, programaram e realizaram as ações voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes por meio dos serviços abaixo relacionados:

OBJETIVO
O Relatório de Gestão tem como objetivo cumprir uma determinação legal de avaliação das ações da rede executora da Política de Assistência Social no Município de Paranavaí, constituindo-se num dos instrumentos de publicação e prestação de contas dos recursos financeiros do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Assistência Social, garantindo transparência e visibilidade ao financiamento da área da Infância e Adolescência.

Este documento apresenta os dados quantitativos e qualitativos dos serviços, programas, projetos da rede executora, apontando os avanços e resultados alcançados no **Sexto Bimestre do Exercício de 2025** na execução das ações.

Ações Executadas:
O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para a estruturação e organização da rede de atendimento, define dois tipos de atendimento: o de **Proteção Social Básica** e o de **Proteção Social Especial**.
Para cumprir esta regulamentação no atendimento aos cuidados com a criança e o adolescente (fundamentado na construção de uma infância plena e cidadã) as ações são organizadas na **Rede Executora Pública Governamental** e **Não Governamental**, em dois níveis:

A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
"*Serviços de Proteção Social Básica objetivam processar inclusão de grupos em situação de risco social nas políticas públicas, na vida comunitária e societária. A proteção social básica tem caráter preventivo e processador de inclusão social. Destina-se a segmentos da população que vivem condição de vulnerabilidade social: vulnerabilidades decorrentes da pobreza,privação (ausência de renda, precária, ou nulo acesso aos serviços públicos (...)e ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social(discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências (...)".1*

1 (sic) extraído do texto Bases Políticas e Institucionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ... uma construção coletiva nos 10 anos de LOAS, aprovada na IV Conferência Nacional de Assistência Social.

Os Serviços de Proteção Social Básica são executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro da Juventude articulando os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica.

Inclui a oferta de:
- Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;
- Serviços e processos de fortalecimento da convivência comunitária e de
desenvolvimento do sentido de pertencimento as redes micro territoriais;
- Serviços de referência para escuta, informação, apoio psicossocial, defesa e de encaminhamentos monitorados;
- Inclusão nos serviços das demais políticas públicas;

A Rede Pública é composta por 04 CRAS e 01 Centro da Juventude
- CRAS Vila Operária
- CRAS São Jorge
- CRAS Maringá
- CRAS Zona Leste

São Ações específicas direcionadas à Criança e ao Adolescente:

•
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

•
Oficinas socioeducativas com crianças, pré-adolescentes e adolescentes;

•
Articulação com a rede de serviços das áreas de assistência social, saúde e educação;

•
Interface com as ações de Proteção Social Especial;

•
Concessão de benefícios eventuais temporários;

•
Programa Leite das Crianças (Estadual)

•
Programa Mais Leite das Crianças (Municipal)

•
Projeto Água Solidária: aproximadamente três mil crianças estão sendo beneficiadas com acesso ao saneamento básico que proporciona água tratada, higienizada e de qualidade.

•
Paranavaí Cuida: Programa Municipal para concessão de bens de consumo, que desde março de 2014 vem auxiliando com 1 kit natalidade para o recém-nascido. **(novembro e dezembro 2025 foram distribuídos 23 Kits.**

Entidades que compõem a Rede Não Governamental: 06
- Centro de Atendimento Especial a Criança e ao Adolescente de Paranavaí (CECAP): Números de Atendimentos:240
- Lar Escola das Meninas de Paranavaí (Casa da Criança):
Número de atendimentos:75
- Associação Educacional Vigilantes Mirins (Guarda Mirim):
Número de atendimentos: 170
- Pastoral da Criança (APAM) -Associação de Proteção ao Amor Materno
Números de atendidos: 60
- Associação Agentes da Paz - atendimento à criança e adolescente
Número de Atendidos: 80
- Gotas de Esperança (GOES): atendimento à criança e adolescente não exclusivo:
Número de Atendidos: 240

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Os Serviços de Proteção Social Especial são executados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).
É uma modalidade de atenção assistencial destinada para indivíduos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social; crianças, adolescentes, jovens, idosos e portadores de deficiência. As várias situações caracterizadas como risco pessoal podem constituir: ocorrência de abandono, vítimas de maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, usuários de drogas, adolescentes em conflito com a lei, moradores de rua. São vulnerabilidades decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, delinquência etc.
É importante ressaltar que os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de justiça exigindo muitas vezes uma gestão mais complexa e compartilhada com o poder judiciário e outras ações do executivo (SUAS – 2004).

Os Serviços se subdividem em:
Serviços de Proteção Social Especial (Média Complexidade)

Aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

Equipamento que compõe a Rede Pública:
CREAS

Capacidade para 140 atendimentos mês

São Ações específicas direcionadas à Criança e ao Adolescente:

•
Acolhida e escuta qualificada

•
Entrevista para triagem e orientação;

•
Visitas domiciliares de acompanhamento e busca ativa;

• Atendimento psicológico;

•
Encaminhamento e acompanhamento para a rede de serviços;

•
Participação na Comissão Executora da Rede de Enfrentamento a violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes de Paranavaí;

Cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Consistem no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, na faixa etária de 12 a 18 anos, mediante o cumprimento das medidas socioeducativas especificadas no artigo 112 da ECA, oportunizando atividades educativas que o leve a repensar seus atos e buscar – com o apoio da família, equipe técnica, rede de atendimento e comunidade, novas perspectivas de vida e futuro.

As medidas socioeducativas já implantadas são:

•
Prestação de Serviços à Comunidade (PSC): **41 acompanhamentos (novembro e dezembro de 2025)**

•
Liberdade Assistida (LA): **30 acompanhamentos (novembro e dezembro de 2025)**

PSC + LA- novembro/2025 - 34
PSC + LA- dezembro/2025- 37

São Ações específicas direcionadas à Criança e ao Adolescente:

•
Acolhida – escuta qualificada;

•
Oficinas socioeducativas e psicossociais;

•
Visitas domiciliares de acompanhamento e busca ativa;

•
Orientação, apoio e atendimento psicossocial às famílias;

•
Participação na Comissão Intersetorial de Socioeducação

Conselho Tutelar

São algumas atribuições do Conselho Tutelar:
I- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts.98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
II- Atender e aconselhar pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art.129, I a VII;
III- Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
b) Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
IV- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;
V- Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
VI- Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor do ato infracional;

VII- Expedir notificações;

Entidades que compõem a Rede Não Governamental:
- Associação dos Amigos dos Excepcionais de Paranavaí (APAE):
Número de atendimentos: 317

Serviços de Proteção Social Especial (Alta Complexidade)
Oferecidos em unidades de Alta Complexidade que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido - para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. Destinam-se, principalmente, às situações nas quais houve rompimento de vínculos familiares. O abrigamento de criança/adolescente é previsto, no Artigo 90, inciso IV,do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como medida excepcional e de proteção, último recurso após todos os esforços terem sido tentados no sentido de manter a criança/adolescente em sua família.
O encaminhamento de crianças e/ou adolescentes aos Abrigos é determinado pelos Conselhos Tutelares e Vara da Infância e da Juventude.

Inclui a oferta de: Serviços de abrigamento de longa ou curta duração e serviços de acolhimento e atenção psicossocial especializado, destinados a criar vínculos de pertencimento e possibilidades de reinserção social.

Equipamento que compõe a Rede Pública:
Programa Guarda Subsidiada
Novembro/2025: 13 famílias recebem. Ao todo, essas famílias são responsáveis por 25 crianças e adolescentes que são beneficiadas pelo benefício.

Dezembro/2025: 11 famílias recebem. Ao todo, essas famílias são responsáveis por 23 crianças e adolescentes que são beneficiadas pelo benefício.

Bolsa Auxílio Família Acolhedora:

Novembro/2025: 05 famílias recebem. 06 crianças beneficiadas.
Dezembro/2025: 05 famílias recebem. 06 crianças beneficiadas.

•
Abrigo Anjo da Guarda: capacidade para atendimento de até 20 crianças

Entidades que compõem a Rede Não Governamental:
No momento não há esse serviço oferecido pela Rede não Governamental

Participações
Controle Social:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Paranavaí – Gestão 2023-2025

Composição: 16 representantes Governamentais
16 representantes Não Governamentais

Reuniões Ordinárias mês de Novembro /2025: 07
Reuniões Ordinárias mês Dezembro/2025: 06
Reuniões Extraordinárias mês Novembro/2025: 02
Reuniões Extraordinárias mês Dezembro/2025: 03

Atividades Prioritárias: Campanha de arrecadação de recursos em benefício do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), que visa dar subsídios para o desenvolvimento de trabalhos sociais realizados no município. Essa ação permite a arrecadação dos recursos através da contribuição descontada do Imposto de Renda de pessoas físicas (limite de doação 6%) e jurídicas (1%). “O valor doado será descontado na declaração do imposto de renda do ano seguinte, sendo apenas um repasse da contribuição para projetos sociais do município”.

REALIZAÇÕES

Inclusão de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, dando visibilidade aos entes federados em diagnosticar a realidade de nossos munícipes, proporcionando melhor qualidade de vida.

Recadastramento do Cadastro Único para Programas Sociais, visando garantir a continuidade dos benefícios concedidos às famílias de baixa renda pelos três níveis de governo como: Auxilio Brasil, Luz Fraterna, Leite Estadual e Mais Leite das Crianças, Casa verde e Amarela, Carteira do Idoso, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; entre outros.

RESULTADOS ALCANÇADOS

O Orçamento previsto para o Exercício de **2025**, mais precisamente para o **Sexto Bimestre de 2025** foi executado, atendendo a demanda e não apresentando déficit orçamentário.

Instrução Normativa TCE/PR n° 36/2009

Demonstrativo das Receitas			
Conta	**Valor Orçado**	**Valor Arrecadado**	
		No Período	**Até Período**
Aliciação Financeira			
4132101010401000000 - 880 - Rem. de Dep. Banc. - FMDCA	0,00	35.700,52	208.265,40
4132101010402000000 - 884 - Rem. de Dep. Banc. - Programa AEPET	0,00	0,35	1,99
4132101010453000000 - 1105 - Rem. de Dep. Banc.- Deliberação 078/2022 CEDCA/FIA - Incentivo "Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima"	0,00	189,28	1.803,86
4132101010465000000 - 1124 - Rem. de Dep. Banc. - Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches -Resolução Nº 212/2024 - SEDEF	0,00	7.917,56	42.109,57
4132101010469000000 - 1032 - Rem. de Dep. Banc. - Deliberação nº 13/2025-Fortalecimento SEPCA/PR	500.000,00	6.926,71	22.372,87
Total:	500.000,00	50.734,42	274.553,69
Demais Receitas			
4172951011700000000 - Deliberação nº 13/2025-Fortalecimento SEPCA/PR	0,00	0,00	500.000,00
4179199010200000000 - Contribuições / Doações - ECA / FMDCA - 880	500.000,00	49.840,00	688.595,02
4199913010000000000 - Recursos recebidos de órgãos, entidades ou fundos, por força de determinação constitucional ou legal - principal	0,00	1.825,64	24.991,72
4242999010200000000 - Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches - Resolução Nº 212/2024 - SEDEF - 1124	2.350.000,00	0,00	137.913,96
4242999010700000000 - Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches - Resolução nº 479/2025 - SEDEF - 1160	0,00	199.436,20	199.436,20
Total:	2.850.000,00	251.101,84	1.550.936,90
Total Geral:	3.350.000,00	301.836,26	1.825.490,59

Instrução Normativa TCE/PR n° 36/2009

DETALHAMENTO DA DESPESA		Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c) = (a) + (b)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (g/c)	Saldo a Liquidar (c-g)
					Janeiro Até Dezembro (d)	Até Dezembro (e)	Janeiro Até Dezembro (f)	Até Dezembro (g)		
PROJETO (I)										
07 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família										
003 - FMIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA										
0008.0243.0007.5601 - Construções e Reforma de Unidade Assistenciais e Comunitárias para Infância E Adolescência										
344905100 - Obras e instalações	000	50.000,00	(25.000,00)	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
344905100 - Obras e instalações	1124	2.350.000,00	0,00	2.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.350.000,00
Total do Projeto		**2.400.000,00**	**(25.000,00)**	**2.375.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.375.000,00**
total Unidade		**2.400.000,00**	**(25.000,00)**	**2.375.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.375.000,00**
total Órgão		**2.400.000,00**	**(25.000,00)**	**2.375.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.375.000,00**
Total dos Projetos		**2.400.000,00**	**(25.000,00)**	**2.375.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.375.000,00**
ATIVIDADES (II)										
07 - Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família										

001 - GABINETE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
0008.0243.0007.6603 - Atividades do Conselho Tutelar										
331901100 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	000	240.000,00	(10.000,00)	230.000,00	223.042,54	223.042,54	223.042,54	223.042,54	96,98	6.957,46
331901300 - Contribuições patronais	000	45.000,00	0,00	45.000,00	44.608,51	44.608,51	44.608,51	44.608,51	99,13	391,49
331901600 - Outras despesas variáveis - pessoal civil	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
331909400 - Indenizações e restituições trabalhistas	000	5.000,00	0,00	5.000,00	1.721,41	1.721,41	1.721,41	1.721,41	34,43	3.278,59
333900800 - Outros benefícios assistenciais do servidor e do militar	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
333901400 - Diárias - civil	000	5.000,00	0,00	5.000,00	348,00	348,00	348,00	348,00	6,96	4.652,00
333903000 - Material de consumo	000	10.000,00	0,00	10.000,00	8.858,88	8.858,88	8.858,88	8.858,88	88,59	1.141,12
333903600 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	000	50.000,00	0,00	50.000,00	30.496,56	30.496,56	30.496,56	30.496,56	60,99	19.503,44
333903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	20.000,00	(2.500,00)	17.500,00	8.673,58	8.673,58	8.673,58	8.673,58	49,56	8.826,42
333904000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	000	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
333904600 - Auxílio-alimentação	000	32.000,00	4.000,00	36.000,00	34.450,00	34.450,00	34.450,00	34.450,00	95,69	1.550,00
344905200 - Equipamentos e material permanente	000	3.000,00	2.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Total da Atividade		**417.000,00**	**(6.000,00)**	**411.000,00**	**352.199,48**	**352.199,48**	**352.199,48**	**352.199,48**	**85,69**	**58.800,52**
total Unidade		**417.000,00**	**(6.000,00)**	**411.000,00**	**352.199,48**	**352.199,48**	**352.199,48**	**352.199,48**	**85,69**	**58.800,52**
002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
0008.0243.0007.6607 - Centro da Juventude										
333903000 - Material de consumo	000	5.000,00	(5.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333903100 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	000	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
333903600 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	000	1.000,00	(1.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
333903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	15.000,00	(5.000,00)	10.000,00	4.973,00	4.973,00	4.973,00	4.973,00	49,73	5.027,00
333904000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	000	5.000,00	(3.000,00)	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
344905100 - Obras e instalações	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
344905200 - Equipamentos e material permanente	000	5.000,00	(5.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Atividade		**34.000,00**	**(19.000,00)**	**15.000,00**	**4.973,00**	**4.973,00**	**4.973,00**	**4.973,00**	**33,15**	**10.027,00**
0008.0244.0007.6611 - Fortalecimento do Controle Social - IGD PBF										
333901400 - Diárias - civil	940	500,00	0,00	500,00	348,00	348,00	348,00	348,00	69,60	152,00
333903000 - Material de consumo	940	1.200,00	0,00	1.200,00	997,97	997,97	997,97	997,97	83,16	202,03
333903300 - Passagens e despesas com locomoção	940	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
333903500 - Serviços de consultoria	940	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
333903600 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	940	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
333903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	940	600,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
333904000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	940	50,00	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
344905200 - Equipamentos e material permanente	940	5.000,00	(5.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Atividade		**7.500,00**	**(5.000,00)**	**2.500,00**	**1.345,97**	**1.345,97**	**1.345,97**	**1.345,97**	**53,84**	**1.154,03**

total Unidade		**41.500,00**	**(24.000,00)**	**17.500,00**	**6.318,97**	**6.318,97**	**6.318,97**	**6.318,97**	**36,11**	**11.181,03**
003 - FMIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA										
0008.0243.0007.6600 - Ações de Proteção, Defesa e Garantia de Direitos da Criança e Adolescente										
333903000 - Material de consumo	000	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
333903200 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
333903200 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1105	0,00	30.000,00	30.000,00	23.806,50	23.806,50	23.806,50	23.806,50	79,36	6.193,50
333903600 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	000	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
333903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
333904800 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	000	316.000,00	3.000,00	319.000,00	312.708,00	312.708,00	312.708,00	312.708,00	98,03	6.292,00
344905200 - Equipamentos e material permanente	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Total da Atividade		**320.000,00**	**33.000,00**	**353.000,00**	**336.514,50**	**336.514,50**	**336.514,50**	**336.514,50**	**95,33**	**16.485,50**
0008.0243.0007.6901 - Contribuições e Legados										
331504300 - Subvenções sociais	880	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
333304100 - Contribuições	880	60.000,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
333404100 - Contribuições	880	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
333504100 - Contribuições	880	17.000,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
333504300 - Subvenções sociais	880	300.000,00	446.111,96	746.111,96	440.971,96	440.971,96	440.971,96	440.971,96	59,10	305.140,00
333604500 - Subvenções econômicas	880	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
333901400 - Diárias - civil	880	2.000,00	0,00	2.000,00	192,00	192,00	192,00	192,00	9,60	1.808,00
333903000 - Material de consumo	880	4.500,00	0,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.500,00
333903100 - Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	880	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
333903500 - Serviços de consultoria	880	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
333903600 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	880	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
333903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	880	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
333904000 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	880	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
344504200 - Auxílios	880	40.000,00	810.779,72	850.779,72	810.756,22	810.756,22	810.756,22	810.756,22	95,30	40.023,50
344905100 - Obras e instalações	880	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
344905200 - Equipamentos e material permanente	880	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Total da Atividade		**500.000,00**	**1.256.891,68**	**1.756.891,68**	**1.251.920,18**	**1.251.920,18**	**1.251.920,18**	**1.251.920,18**	**71,26**	**504.971,50**
0008.0243.0007.6907 - ABRIGO PARA ADOLESCENTES SEXO MASCULINO										
333903000 - Material de consumo	000	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
333903600 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	000	500,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
333903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
344905200 - Equipamentos e material permanente	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Total da Atividade		**5.000,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
0008.0306.0017.6609 - Combate a Deficiência Nutricional Infantil										
333903000 - Material de consumo	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

333903200 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	000	720.000,00	(65.000,00)	655.000,00	650.359,37	650.359,37	511.531,52	511.531,52	78,10	143.468,48
333903600 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
333903900 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
333904800 - Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
344905200 - Equipamentos e material permanente	000	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Total da Atividade		**725.000,00**	**(65.000,00)**	**660.000,00**	**650.359,37**	**650.359,37**	**511.531,52**	**511.531,52**	**77,50**	**148.468,48**
total Unidade		**1.550.000,00**	**1.224.891,68**	**2.774.891,68**	**2.238.794,05**	**2.238.794,05**	**2.099.966,20**	**2.099.966,20**	**75,68**	**674.925,48**
total Órgão		**2.008.500,00**	**1.194.891,68**	**3.203.391,68**	**2.597.312,50**	**2.597.312,50**	**2.458.484,65**	**2.458.484,65**	**76,75**	**744.907,03**
Total das Atividades		**2.008.500,00**	**1.194.891,68**	**3.203.391,68**	**2.597.312,50**	**2.597.312,50**	**2.458.484,65**	**2.458.484,65**	**76,75**	**744.907,03**
TOTAL (III) = (I) + (II)		**4.408.500,00**	**1.169.891,68**	**5.578.391,68**	**2.597.312,50**	**2.597.312,50**	**2.458.484,65**	**2.458.484,65**	**44,07**	**3.119.907,03**

Instrução Normativa TCE/PR n° 36/2009

Balanço Financeiro			
Receita		**Despesa**	
Receita Orçamentária	1.825.490,59	**Despesa Orçamentária**	1.483.425,21
1032 - Rem. de Dep. Banc. - Deliberação nº 13/2025-Fortalecimento SEPCA/PR	22.372,87	Do Exercício	1.483.425,21
1105 - Rem. de Dep. Banc.- Deliberação 078/2022 CEDCA/FIA - Incentivo "Apoio a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do acesso a produtos de Higiene Íntima"	1.803,86	Exercícios Anteriores	0,00
1124 - Rem. de Dep. Banc. - Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches -Resolução Nº 212/2024 – SEDEF	42.109,57		
880 - Rem. de Dep. Banc. – FMDCA	208.265,40		
884 - Rem. de Dep. Banc. - Programa AEPET	1,99		
Contribuições / Doações - ECA / FMDCA – 880	688.595,02		
Deliberação nº 13/2025-Fortalecimento SEPCA/PR	500.000,00		
Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches - Resolução Nº 212/2024 - SEDEF – 1124	137.913,96		
Fortalecimento e desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância - Creches - Resolução nº 479/2025 - SEDEF – 1160	199.436,20		
Recursos recebidos de órgãos, entidades ou fundos, por força de determinação constitucional ou legal – principal	24.991,72		
Receita Extraorçamentária	1.483.425,21	**Despesa Extraorçamentária**	2.112.721,36
Consignações a pagar	0,00	Depósito a Receber	660.027,37
Devedores Diversos	0,00	Devedores Diversos	0,00
Despesa Empenhada a pagar (Emitida)	1.483.425,21	Despesa Empenhada a pagar (Paga)	1.452.693,99
Despesa Empenhada a pagar (Emitida) - Exercícios Anteriores	0,00	Despesa Empenhada a pagar (Paga) - Exercícios Anteriores	0,00
Saldo do Período Anterior	6.204.519,42	**Saldo para o Período Seguinte**	5.917.288,65
Direitos da Criança e do Adolescente	3.124.522,61	Direitos da Criança e do Adolescente	2.440.833,18
SUAS	3.079.996,81	SUAS	3.476.455,47
Total	**9.513.435,22**	**Total**	**9.513.435,22**

Paranavaí, 02 de fevereiro de 2026

LETÍCIA L. W. P. LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social, Mulher e Família
Decreto n°27045/2025

Publicado por:
Jessica Mayara Dos Santos Silva
Código Identificador:CFD91A62

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DESPESA COM PESSOAL

CONSOLIDADO DE PORTO AMAZONAS														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO														
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea														1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.328.498,05	1.307.600,13	1.313.474,88	1.321.438,30	1.341.013,05	1.395.628,75	1.373.741,52	1.332.622,76	1.422.661,24	1.452.327,75	1.510.031,03	2.913.460,28	18.012.497,74	5.884,76
Pessoal Ativo	1.313.432,93	1.298.840,13	1.293.343,15	1.312.678,30	1.319.642,81	1.386.868,75	1.364.689,52	1.332.622,76	1.422.661,24	1.452.327,75	1.510.031,03	2.913.460,28	17.920.598,65	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.090.044,50	1.104.980,52	1.081.714,21	1.101.141,95	1.106.886,71	1.162.213,21	1.141.419,96	1.115.630,80	1.190.766,48	1.218.565,24	1.262.776,45	2.437.441,84	15.013.581,87	0,00
Obrigações Patronais	223.388,43	193.859,61	211.628,94	211.536,35	212.756,10	224.655,54	223.269,56	216.991,96	231.894,76	233.762,51	247.254,58	476.018,44	2.907.016,78	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	15.065,12	8.760,00	20.131,73	8.760,00	21.370,24	8.760,00	9.052,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.899,09	5.884,76
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	71.911,53	46.770,94	41.808,36	48.856,46	43.967,31	43.439,47	45.402,84	86.252,60	92.032,27	104.571,97	65.193,23	93.156,48	783.363,46	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	30.353,92	6.011,85	1.116,91	8.132,13	3.260,65	2.855,03	13.482,13	44.556,03	51.905,16	64.562,38	23.154,81	25.463,39	274.854,39	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	30.022,05	30.121,52	30.053,88	30.086,76	30.069,09	29.946,87	21.283,14	30.301,24	30.511,80	30.394,28	30.360,00	42.300,79	365.451,42	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	11.535,56	10.637,57	10.637,57	10.637,57	10.637,57	10.637,57	10.637,57	11.395,33	9.615,31	9.615,31	11.678,42	25.392,30	143.057,65	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.256.586,52	1.260.829,19	1.271.666,52	1.272.581,84	1.297.045,74	1.352.189,28	1.328.338,68	1.246.370,16	1.330.628,97	1.347.755,78	1.444.837,80	2.820.303,80	17.229.134,28	5.884,76

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	40.106.898,95	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	100.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	394.680,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	39.612.218,95	

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	17.235.019,04	43,51%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													23.767.331,37	60%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													22.578.964,80	57%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													21.390,598,23	54%
Entidades:														
Câmara Municipal de Porto Amazonas														
Prefeitura Municipal de Porto Amazonas														
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 31/01/2026 08:56														

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:260820B8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DISPONIBILIDADE CAIXA RESTOS A PAGAR

CONSOLIDADO DE PORTO AMAZONAS										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
01/2025 À 12/2025										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	1.655.324,59	0,00	358.343,21	8.500,00	0,00	0,00	1.288.481,38	97.859,49	0,00	1.190.621,89
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.655.324,59	0,00	358.343,21	8.500,00	0,00	0,00	1.288.481,38	97.859,49	0,00	1.190.621,89
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	5.803,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.803,76	0,00	0,00	5.803,76
FNDE ETI - ESCOLA TEMPO INTEGRAL	9.363,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.363,94	0,00	0,00	9.363,94
CONVÊNIO Nº 238/2023 - SECID	3.017,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.017,87	0,00	0,00	3.017,87
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial -	140.550,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140.550,59	0,00	0,00	140.550,59
Convênio Ministério do Esporte nº 53/2023	30.605,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.605,18	0,00	0,00	30.605,18
INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4120101/2023 CEF/ITAIPU	799.702,71	0,00	44.332,31	0,00	0,00	0,00	755.370,40	143.576,53	0,00	611.793,87
Fundo Nacional da Cultura - SEFIC	928,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	928,58	0,00	0,00	928,58
CONVENIO 166/2024 SECID	707,05	0,00	0,00	159.727,07	0,00	0,00	(159.020,02)	0,00	0,00	(159.020,02)
Plano Paraná Mais Cidades III - PPMCIII	51.467,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.467,40	27.852,00	0,00	23.615,40
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa	269,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	269,27	2,25	0,00	267,02
EMENDAS - CONSTRUÇÃO MUSEU	13.861,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.861,53	0,00	0,00	13.861,53
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa	282,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282,05	0,00	0,00	282,05
SEAB CONV 273 SEGURANÇA ALIMENTAR	69.938,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.938,74	4.334,40	0,00	65.604,34
ORNAMENTACAO NATAL - SETU	100.644,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.644,38	0,00	0,00	100.644,38
Emenda 20380004 - Transferencia Especial	57.361,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.361,53	0,00	0,00	57.361,53
EMENDA - PARQUE LINEAR	203.121,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.121,76	0,00	0,00	203.121,76
Emendas - Aquisição Mobiliário e Equipamentos FNDE	201.050,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.050,54	0,00	0,00	201.050,54
Transferências provenientes do Governo Federal destinadas	30.435,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.435,89	0,00	0,00	30.435,89
CONVEIO 983448/2025/MCIDADES/CAIXA - 10 MORADIAS	114.563,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	114.563,14	0,00	0,00	114.563,14
CONVENIO 974649/2024/MCIDADES/CAIXA - 25 MORADIAS	258.520,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	258.520,86	0,00	0,00	258.520,86

IGDSuas Portaria MDS 337/2011 (3% Conselho de Assistência Social)	162,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162,64	0,00	0,00	162,64
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	117.448,38	0,00	7.751,80	0,00	0,00	0,00	109.696,58	13.314,35	0,00	96.382,23
Assistência financeira da União destinada à complementação ao	32.222,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.222,33	0,00	0,00	32.222,33
Transferências Lei 9615/98	1.425,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.425,39	0,00	0,00	1.425,39
FIA INC HIG INTIMA	282,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	282,18	0,00	0,00	282,18
Construção CRAS	213.649,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.649,18	129.569,66	0,00	84.079,52
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	671.407,83	1.308,54	250.833,10	34.874,70	0,00	0,00	384.391,49	404.197,45	0,00	(19.805,96)
PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ	55.856,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.856,53	0,00	0,00	55.856,53
PROGRAMA VIAJA MAIS 60	5.687,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.687,61	0,00	0,00	5.687,61
VIDAS AQUECIDAS CEAS/PR	37.102,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.102,46	0,00	0,00	37.102,46
Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA	344.333,76	0,00	14.143,33	0,00	0,00	0,00	330.190,43	0,00	0,00	330.190,43
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d +	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
CUIDA + INVESTIMENTO	30.348,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.348,91	0,00	0,00	30.348,91
RESOL 479-2025 CRECHE PROG INFANCIA FELIZ	200.549,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.549,31	0,00	0,00	200.549,31
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de	144.580,39	0,00	0,00	662.618,95	0,00	0,00	(518.038,56)	0,00	0,00	(518.038,56)
FAF Estadual Investimento	584.680,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	584.680,51	0,00	0,00	584.680,51
SERV PREST FAT SUS	3.379,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.379,98	0,00	0,00	3.379,98
Operações de Crédito Internas	131.542,57	0,00	0,00	73.348,66	0,00	0,00	58.193,91	109.726,22	0,00	(51.532,31)
Retenções em Caráter Consignatário	60.231,30	0,00	0,00	0,00	60.231,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundeb 40%	122.315,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	122.315,26	0,00	0,00	122.315,26
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	89.802,66	0,00	80.272,07	0,00	0,00	0,00	9.530,59	1.674,88	0,00	7.855,71
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	137.432,98	0,00	21.178,02	0,00	0,00	0,00	116.254,96	39.997,99	0,00	76.256,97
Salário-Educação	32.559,97	0,00	5.151,78	0,00	0,00	0,00	27.408,19	14.099,23	0,00	13.308,96
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.966,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.966,27	0,00	0,00	3.966,27
Atenção Basica	511.795,10	0,00	46.050,00	0,00	0,00	0,00	465.745,10	11.809,69	0,00	453.935,41
Assistência Farmacéutica	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
Investimentos na Rede de Serviços de Saúde - Portaria 203-GM, de	163,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163,12	0,00	0,00	163,12
Alienação Recursos Livres	108.691,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108.691,75	10.956,00	0,00	97.735,75
Programa Estadual de Transporte Escolar - PETE	22.915,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.915,85	5.331,00	0,00	17.584,85
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não	46.127,04	0,00	9.703,75	0,00	0,00	0,00	36.423,29	0,00	0,00	36.423,29
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial -	706.742,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	706.742,77	499.550,33	0,00	207.192,44
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	17.258,22	0,00	7.258,83	0,00	0,00	0,00	9.999,39	0,00	0,00	9.999,39
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial -	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	140,00
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	4.439,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.439,52	0,00	0,00	4.439,52
Taxas - Exercício Poder de Polícia	12.813,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.813,35	0,00	0,00	12.813,35
REPASSE TERRENO	464,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	464,75	0,00	0,00	464,75
Taxas - Prestação de Serviços	10.905,73	0,00	5.733,10	0,00	0,00	0,00	5.172,63	0,00	0,00	5.172,63
MEC/FNDE	1.460,75	0,00	0,00	92.152,31	0,00	0,00	(90.691,56)	0,00	0,00	(90.691,56)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	6.569.083,12	1.308,54	492.408,09	1.022.721,69	60.231,30	0,00	4.992.413,50	1.415.991,98	0,00	3.576.421,52
TOTAL (III) = (I + II)	8.224.407,71	1.308,54	850.751,30	1.031.221,69	60.231,30	0,00	6.280.894,88	1.513.851,47	0,00	4.767.043,41
Entidades:										
Câmara Municipal de Porto Amazonas										
Prefeitura Municipal de Porto Amazonas										

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:87E62ECD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 08.01/2025 – DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

EDITAL N.º 08.01/2025 – DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

O Prefeito do Município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Gabarito preliminar, caderno de questões e prazo para recurso** do Concurso Público n.º 001/2025, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no **ANEXO ÚNICO** deste edital o gabarito preliminar da prova objetiva aplicada na data de **01/02/2026**.
Art.2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 03/02/2026 às 23h59min do dia 04/02/2026**, observado o horário oficial de Brasília/DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o caderno de questões e o gabarito preliminar da Prova Objetiva aplicada na data em referência, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.
Art.3º Registra-se que os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, observando-se as seguintes ressalvas:
Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada questão;
Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados;
Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

Art.4º Os Cadernos de Questões ficarão disponíveis para download na "Área do Candidato", do dia **02/02/2026 até às 23h59min do dia 12/02/2026**.
Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas (PR), 02 de fevereiro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito

7928 - MOTORISTA II									
01: C	02: C	03: A	04: C	05: D	06: C	07: D	08: B	09: D	10: D
11: D	12: C	13: C	14: E	15: B	16: C	17: C	18: A	19: D	20: A
21: E	22: B	23: D	24: C	25: C	26: E	27: A	28: D	29: E	30: D
7929 - PROFESSOR									
01: B	02: C	03: B	04: C	05: C	06: C	07: B	08: C	09: A	10: C
11: C	12: D	13: B	14: D	15: A	16: B	17: A	18: C	19: B	20: A
21: E	22: B	23: B	24: E	25: B	26: A	27: D	28: C	29: A	30: B
7930 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM									
01: B	02: C	03: B	04: C	05: C	06: C	07: B	08: C	09: A	10: C
11: C	12: D	13: B	14: D	15: A	16: B	17: A	18: C	19: B	20: A
21: E	22: B	23: D	24: E	25: C	26: A	27: B	28: D	29: D	30: A
7931 - FARMACÊUTICO II									
01: A	02: B	03: B	04: E	05: E	06: B	07: B	08: D	09: B	10: E
11: C	12: E	13: C	14: E	15: E	16: A	17: B	18: A	19: C	20: C
21: C	22: E	23: C	24: D	25: D	26: E	27: E	28: E	29: E	30: A
7932 - PSICÓLOGO									
01: A	02: B	03: B	04: E	05: E	06: B	07: B	08: D	09: B	10: E
11: C	12: E	13: C	14: E	15: E	16: A	17: B	18: A	19: C	20: C
21: C	22: E	23: B	24: B	25: A	26: B	27: C	28: D	29: C	30: C

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:80D44E27

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICIPIO DE REALEZA		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	
	LIQUIDADAS	**INSCRITAS EM**

	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.959.118,97	3.887.019,13	4.055.360,51	3.856.440,05	4.108.866,98	4.023.318,27	5.444.153,69	3.987.582,02	5.805.798,74	4.067.114,97	4.865.201,56	6.738.606,10	54.798.580,99	90.714,62
Pessoal Ativo	3.818.734,51	3.747.187,84	3.914.649,67	3.717.285,56	3.969.271,52	3.884.163,78	5.247.457,74	3.849.338,33	5.668.162,25	3.893.274,48	4.685.479,39	6.416.119,47	52.811.124,54	30,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.400.037,14	3.344.263,80	3.489.715,95	3.300.192,45	3.538.847,80	3.455.782,56	4.811.725,90	3.419.763,04	5.227.460,11	3.457.037,73	4.181.442,95	5.563.550,15	47.189.819,58	30,00
Obrigações Patronais	418.697,37	402.924,04	424.933,72	417.093,11	430.423,72	428.381,22	435.731,84	429.575,29	440.702,14	436.236,75	504.036,44	852.569,32	5.621.304,96	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	140.384,46	139.831,29	140.710,84	139.154,49	139.595,46	139.154,49	196.695,95	138.243,69	137.636,49	137.636,49	137.636,49	213.537,09	1.800.217,23	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	108.655,00	108.101,83	108.981,38	108.981,38	108.981,38	108.981,38	153.583,34	108.070,58	107.463,38	107.463,38	107.463,38	166.864,81	1.403.591,22	0,00
Pensões	31.729,46	31.729,46	31.729,46	30.173,11	30.614,08	30.173,11	43.112,61	30.173,11	30.173,11	30.173,11	30.173,11	46.672,28	396.626,01	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.204,00	42.085,68	108.949,54	187.239,22	90.684,62
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	96.227,15	95.752,97	125.695,96	33.950,81	156.685,21	38.310,23	230.224,14	37.286,44	1.752.646,66	16.290,26	53.193,66	88.960,30	2.725.223,79	30,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	96.227,15	95.752,97	121.451,45	30.731,15	148.935,18	34.909,22	224.359,57	34.655,82	89.755,80	12.335,28	49.760,59	86.426,18	1.025.300,36	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	1.024,85	0,00	4.530,37	181,35	2.644,91	0,00	1.660.356,74	1.420,86	898,95	0,00	1.671.058,03	30,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15	0,00	0,00	3.219,66	3.219,66	3.219,66	3.219,66	3.219,66	2.630,62	2.534,12	2.534,12	2.534,12	2.534,12	28.865,40	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.862.891,82	3.791.266,16	3.929.664,55	3.822.489,24	3.952.181,77	3.985.008,04	5.213.929,55	3.950.295,58	4.053.152,08	4.050.824,71	4.812.007,90	6.649.645,80	52.073.357,20	90.684,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	117.484.633,56	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	3.010.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	500.000,00	
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	113.974.633,56	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	52.164.041,82	45,77%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	61.546.302,12	54%

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	58.468.987,02	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	55.391.671,91	48,6%

Entidades:

Municipio de Realeza

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/01/2026 10:09

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:0EF1751F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

MUNICIPIO DE REALEZA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2025 À 12/2025
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Recursos Ordinários (Livres)	(1.614.033,84)	109.253,22	108.173,73	395.514,73	0,00	0,00	(2.226.975,52)	2.450.209,65	0,00	(4.677.185,17)
Recursos Ordinários (Livres) - GINASTICA RITMICA	16.067,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.067,77	0,00	0,00	16.067,77
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	(1.597.966,07)	109.253,22	108.173,73	395.514,73	0,00	0,00	(2.210.907,75)	2.450.209,65	0,00	(4.661.117,40)
CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	27.103,16	0,00	0,00	107,77	0,00	0,00	26.995,39	0,00	0,00	26.995,39
Indenizações Recebidas por bens sinistrados de outras áreas	9.751,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.751,05	0,00	0,00	9.751,05
Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	19.438,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.438,91	5.887,35	0,00	13.551,56
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais-Fundo Municipal do Esporte	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº	2.553,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.553,65	0,00	0,00	2.553,65
Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº	38.304,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.304,65	0,00	0,00	38.304,65
Transferências da Política Nacional Aldir	8.157,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.157,08	0,00	0,00	8.157,08
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais MINI ESCAVADEIRA	329.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	329.500,00	0,00	0,00	329.500,00
Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA - HIGIENE	2.314,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.314,15	0,00	0,00	2.314,15
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	3.248,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.248,30	0,00	0,00	3.248,30
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - PAÇO MUNICIPAL	245.189,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.189,75	0,00	0,00	245.189,75
Transferências de Outros Programas - DIREITOS DA MULHER	50.423,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.423,55	527,76	0,00	49.895,79
Compensação entre Regimes Previdenciários	6.115,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.115,59	0,00	0,00	6.115,59
Transferências de Outros Programas SIGTV CUSTEIO GND3 PORTARIA 886	95.610,83	0,00	884,40	63,22	0,00	0,00	94.663,21	38.968,94	0,00	55.694,27
Transferências de Outros Programas - RESOLUÇÃO SESA 516/2024 VEICULOS	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
Outras Transferências de Recursos do FNDE-EDUCACAO TEMPO INTEGRAL	7.033,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.033,52	1.512,08	0,00	5.521,44
Transferências de Outros Programas - EQUIPAMENTOS HOSPITAL - RESOLUÇÃO	410.855,35	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.850,35	0,00	0,00	410.850,35
Transferências de Outros	110.622,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.622,42	0,00	0,00	110.622,42

Programas-RESOLUCAO SESA 1431/2023										
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-	37.998,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.998,97	0,00	0,00	37.998,97
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) DEP. WELTER	23.923,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.923,81	282,20	0,00	23.641,61
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - VEICULOS AGRICULTURA	55.310,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.310,34	0,00	0,00	55.310,34
Transferências Voluntárias Públicas Federais-CONVENIO CAMPO GRAMA	5.480,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.480,21	0,00	0,00	5.480,21
Transferências de Outros Programas Dep Padovani Equipamentos UBS	220.176,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.176,41	0,00	0,00	220.176,41
Transferências de Outros Programas-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.830.979,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.830.979,68	0,00	0,00	1.830.979,68
Transferências de Outros Programas-INCENTIVO CUSTEIO CAPS RESOLUCAO	88.349,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.349,04	64.490,68	0,00	23.858,36
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - PARQUINHO DEP.	2.584,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.584,03	0,00	0,00	2.584,03
Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	3.787,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.787,04	0,00	0,00	3.787,04
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais-CONVENIO 687/2024 BARRACAO	(42.552,51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(42.552,51)	0,00	0,00	(42.552,51)
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - PATROCINIO EXPOREAL	33.404,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.404,43	0,00	0,00	33.404,43
CONVENIO ITAIPU-4121406-ENERGIAS RENOVAVEIS-MAIS QUE ENERGIA	1.302.594,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.302.594,10	518.100,00	0,00	784.494,10
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Repasse de Incentico Financeiro de Custeio PROAPS Parana Resol. 709/2025 e	85.764,73	0,00	1.692,64	0,00	0,00	0,00	84.072,09	3.531,92	0,00	80.540,17
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - INCREMENTO PAP DEP.	2.887,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.887,62	702,38	0,00	2.185,24
Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida-DEP.	54.972,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.972,56	14.743,90	0,00	40.228,66
Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida-	32.523,15	0,00	977,50	0,00	0,00	0,00	31.545,65	19.539,80	0,00	12.005,85
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - SEAB PARANA MAIS CIDADES III	43.391,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.391,46	0,00	0,00	43.391,46
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 422/2025 SECID	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,00	0,00	0,45
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 394/2025 SECID	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,00	0,00	0,45
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 395/2025 SECID	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	100.000,00	0,00	(99.999,55)
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 396/2025 SECID	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,00	0,00	0,45

Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 454/2025 SECID	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,00	0,00	0,45
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 545/2025 SECID	0,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,00	0,00	0,45
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 390/2025 SEAB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.559.700,00	0,00	(3.559.700,00)
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 609/2025 SECID	170.163,46	0,00	834.417,93	0,00	0,00	0,00	(664.254,47)	0,00	0,00	(664.254,47)
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais-DELIBERACAO 13/2025-	356.401,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.401,27	6.354,24	0,00	350.047,03
RECURSO EXTRA INCREMENTO TEMPORARIO PAP - DEP ZECA DIRCEU-	112.424,91	0,00	12.941,23	0,00	0,00	0,00	99.483,68	75.791,62	0,00	23.692,06
Transferências de Outros Programas-HOSPSUS-HOSPITAL	46.653,18	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	46.353,18	11.333,97	0,00	35.019,21
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais-CONVENIO SEDU-MAGIA DO	(474.807,03)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(474.807,03)	8.310,36	0,00	(483.117,39)
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-	116.084,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.084,65	0,00	0,00	116.084,65
Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00	0,00	0,00	1.556.971,86	0,00	(1.556.971,86)	0,00	0,00	(1.556.971,86)
Fundeb 60%	241.135,51	610,87	63.218,61	0,00	0,00	0,00	177.306,03	0,00	0,00	177.306,03
Fundeb 40%	120.914,72	13.830,42	0,00	4.560,52	0,00	0,00	102.523,78	773,50	0,00	101.750,28
Transferências de Outros Programas-RESOLUCAO SESA 1357/25 TRANSPORTE	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	450.000,00
5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	301.094,61	751,31	9.840,58	12.692,52	0,00	0,00	277.810,20	275.466,24	38.625,96	2.343,96
RECURSO EXTRA INCREMENTO TEMPORARIO CUSTEIO MAC - DEP FED	54.477,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.477,94	52.000,00	0,00	2.477,94
Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	199.396,10	2.798,18	108.256,92	29.016,00	0,00	0,00	59.325,00	208.225,97	0,00	(148.900,97)
RECURSO EXTRA INCREMENTO TEMPORARIO CUSTEIO PAP - DEP FED PAULO	559.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	559.671,00	180.386,05	0,00	379.284,95
Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros -Educação	75.925,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.925,00	0,00	0,00	75.925,00
RECURSO EXTRA INCREMENTO TEMPORARIO CUSTEIO PAP - SENADOR	503.015,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	503.015,08	0,00	0,00	503.015,08
Salário-Educação	254.610,23	0,00	8.168,60	0,00	0,00	0,00	246.441,63	13.573,44	0,00	232.868,19
CONVENIO ITAIPU - BARRACAO ATERRO SANITARIO	154.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.000,00	0,00	0,00	154.000,00
Serviços Prestados SUS/Faturamento AIHs-PRODUCAO SUS AIH HOSPITAL NSA	56.948,87	0,00	11.736,72	0,00	0,00	0,00	45.212,15	21.614,04	0,00	23.598,11
RECURSO EXTRA INCREMENTO TEMPORARIO CUSTEIO PAP-DEP.ALIEL	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)-MAC-INCREM TEMPOR.	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							

Emendas Individuais Impositivas-INCREMENTO TEMPORARIO-MAC-DEP.	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00
Transferências de Outros Programas	5.493,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.493,36	0,00	0,00	5.493,36
Transferências de Outros Programas	6.611,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.611,75	0,00	0,00	6.611,75
Transferências de Outros Programas	29,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,19	0,00	0,00	29,19
Transferências de Outros Programas	131.361,23	0,00	0,60	15.865,49	0,00	0,00	115.495,14	40.731,24	0,00	74.763,90
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de	(59.905,71)	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00	(59.906,11)	474,25	0,00	(60.380,36)
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio	38.339,01	525,00	0,00	7.702,54	0,00	0,00	30.111,47	0,00	0,00	30.111,47
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - percentual	71.083,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.083,25	0,00	0,00	71.083,25
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	722.146,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722.146,18	0,00	0,00	722.146,18
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70%	485.095,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485.095,61	0,00	0,00	485.095,61
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de	638.275,50	0,00	4.601,01	72.772,67	0,00	0,00	560.901,82	544.975,47	0,00	15.926,35
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - Escola Tempo Integral	785,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785,82	0,00	0,00	785,82
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI - máximo de 30%	29.757,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.757,91	0,00	0,00	29.757,91
Transferências de Outros Programas	272.962,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	272.962,14	0,00	0,00	272.962,14
Transferências de Outros Programas	46.067,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.067,37	0,00	0,00	46.067,37
Transferências de Outros Programas	2.097,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.097,61	0,00	0,00	2.097,61
Transferências de Outros Programas	90,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,42	0,00	0,00	90,42
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	1.288,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.288,60	0,00	0,00	1.288,60
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	1.072,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.072,68	0,00	0,00	1.072,68
Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	17.218,38	27.640,08	33.305,85	11.627,79	0,00	0,00	(55.355,34)	385.385,05	0,00	(440.740,39)
Receitas de alienação de Ativos da Saúde/Indenização de Sinistros	98.954,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.954,50	0,00	0,00	98.954,50
Transferências de Outros Programas	1.286,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.286,91	0,00	0,00	1.286,91
Transferências de Outros Programas	641,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641,61	0,00	0,00	641,61
Transferências de Outros Programas	33.830,37	3.031,20	100,00	0,00	0,00	0,00	30.699,17	956,70	0,00	29.742,47
Transferências de Outros Programas	173,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173,07	0,00	0,00	173,07
Transferências Voluntárias Públicas Federais	21,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21,01	0,00	0,00	21,01
Cessão Onerosa - Pré-Sal - Lei nº 13.885/2019	404.630,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	404.630,23	0,00	0,00	404.630,23
Transferências de Outros Programas	431,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431,66	0,00	0,00	431,66
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM - MP938/2020	127.389,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.389,40	0,00	0,00	127.389,40
Transferências de Outros	154,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154,13	0,00	0,00	154,13

Programas - FNAS COVID19 - ALIMENTAÇÃO										
Transferências de Outros Programas	(43.486,50)	0,00	0,00	72.331,50	0,00	0,00	(115.818,00)	0,00	0,00	(115.818,00)
Transferências de Outros Programas - FNAS COVID19 - EPI	3.829,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.829,39	0,00	0,00	3.829,39
Transferências de Outros Programas - FNAS - COVID19 - ACOLHIMENTO	11.856,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.856,24	0,00	0,00	11.856,24

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Transferências de Outros Programas	629,33	0,00	0,00	350,00	0,00	0,00	279,33	0,00	0,00	279,33
Transferências de Outros Programas	4.919,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.919,24	0,00	0,00	4.919,24
Transferências de Outros Programas	124,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124,80	0,00	0,00	124,80
Transferências de Outros Programas	11,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,46	0,00	0,00	11,46
Transferências Voluntárias Públicas Federais - Aastecimento de Água - FUNASA	5.720,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.720,70	0,00	0,00	5.720,70
Transferências de Outros Programas	120,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,55	0,00	0,00	120,55
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-	11,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,02	0,00	0,00	11,02
Transferências de Outros Programas	163,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163,41	0,00	0,00	163,41
Transferências de Outros Programas	7.889,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.889,11	0,00	0,00	7.889,11
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais	444.235,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444.235,22	0,00	0,00	444.235,22
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23	0,00	0,00	0,23
Transferências de Outros Programas	9.347,90	0,00	0,00	63,75	0,00	0,00	9.284,15	0,00	0,00	9.284,15
Transferências de Outros Programas - Construção de UBS	43.345,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.345,06	0,00	0,00	43.345,06
Transferências de Outros Programas - SESA DENGUE RESOLUÇÃO 345/20	84,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84,86	0,00	0,00	84,86
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-	5,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,15	0,00	0,00	5,15
Transferências de Outros Programas - PROVIGIA PR	6.256,40	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	2.956,40	87,00	0,00	2.869,40
Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - PORTARIA	2.629,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.629,47	0,00	0,00	2.629,47
Transferências de Outros Programas - EQUIPAMENTOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	0,00	0,07
Transferências de Outros Programas - Incentivo Assistencia Farmaceutica	15.971,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.971,01	0,00	0,00	15.971,01
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
Transferências de Outros Programas - PROVIGIA - CUSTEIO	21.030,20	0,00	0,00	60,75	0,00	0,00	20.969,45	5.207,76	0,00	15.761,69
Emendas de Bancadas (Art. 166,	80,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,92	0,00	0,00	80,92

§ 12 E.C. 100/2019) - INCREMNETO ATENÇÃO										
Transferências de Outros Programas-PROVIGIA Capital	82.153,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.153,88	9.427,86	0,00	72.726,02
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - INCREMENTO PAB	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
Transferências de Outros Programas	7.455,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.455,31	0,00	0,00	7.455,31
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde- IMPLEMENTACÃO DE	890,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	890,70	0,00	0,00	890,70
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde- IMPLEMENTAÇÃO DA	30.819,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.819,63	0,00	0,00	30.819,63
Transferências de Outros Programas-INCENTIVO IOAF- INVESTIMENTO A	37.463,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.463,68	0,00	0,00	37.463,68
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-	356,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356,88	0,00	0,00	356,88
Transferências de Outros Programas-INCENTIVO COAF- CUSTEIO A	12.546,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.546,00	0,00	0,00	12.546,00
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Coronavírus (COVID-	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	100,00
Assistência Farmacéutica- CUSTEIO QUALIFICACAO DA ASSIST FARM- QUALIFAR-	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00
Transferências de Outros Programas	31.872,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.872,93	0,00	0,00	31.872,93
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde- QUALIF ASSIST	38.141,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.141,09	0,00	0,00	38.141,09
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Convênio SEAB 258/2021 -	9.785,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.785,99	0,00	0,00	9.785,99
Transferências de Outros Programas-INCENT FINAN CUSTEIO PROAPS RESOL	37.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.800,00	0,00	0,00	37.800,00
Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida -	177.089,87	0,60	0,00	0,00	0,00	0,00	177.089,27	0,00	0,00	177.089,27
Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos	27.833,31	0,00	0,00	1.407,95	0,00	0,00	26.425,36	0,00	0,00	26.425,36
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - INCREMENTO PAP	1.949,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.949,07	0,00	0,00	1.949,07
Transferências de Outros Programas - CUSTEIO ATENÇÃO BÁSICA DEP.	19.928,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.928,02	0,00	0,00	19.928,02
Transferências de Outros Programas - INCENTIVO FARMACEUTICO CUSTEIO	43.942,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.942,02	0,00	0,00	43.942,02
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019)	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
Transferências de Outros Programas - INCENTIVO CUSTEIO ATENÇÃO PRIMARIA	11.960,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.960,24	0,00	0,00	11.960,24
Emendas de Bancadas (Art. 166,	68,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68,32	0,00	0,00	68,32

§ 12 E.C. 100/2019)										
Transferências de Outros Programas - FARMACEUTICA CAPITAL	34.313,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.313,52	0,00	0,00	34.313,52
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-	8.158,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.158,50	0,00	0,00	8.158,50
Transferências de Outros Programas - RESOLUÇÃO SESA 171382023 - CAPS	1.804,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.804,86	0,00	0,00	1.804,86
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - DEP. GERAL DO MENDES	40.544,50	34.644,60	0,00	0,00	0,00	0,00	5.899,90	0,00	0,00	5.899,90
Transferências de Outros Programas Resolução 788/2022	771,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	771,94	475,36	0,00	296,58
Transferências de Outros Programas UBS Bairro Primavera	1.238.352,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.238.352,71	400.001,25	0,00	838.351,46
FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social - Incentivo Benefício Eventual -	131,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	131,41	0,00	0,00	131,41
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	102.481,43	0,00	0,00	25.723,10	0,00	0,00	76.758,33	57.401,12	0,00	19.357,21
Componente para Qualificação da Gestão - SUAS	2,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,79	0,00	0,00	2,79
Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade -	52.685,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.685,87	22.634,85	0,00	30.051,02
Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único	33.439,04	0,00	0,00	82,45	0,00	0,00	33.356,59	21.434,83	0,00	11.921,76
Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida -	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - IMPLEMENTACAO DE	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Recursos Ordinários (Livres) - Defesa Civil	392,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	392,72	0,00	0,00	392,72
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - ZECA DIRCEU	2.319,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.319,77	0,00	0,00	2.319,77
Operações de Crédito Internas	3.409,11	0,00	0,00	294.700,00	0,00	0,00	(291.290,89)	0,00	0,00	(291.290,89)
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Convênio 827/2022 - SEDU	169.352,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.352,81	0,00	0,00	169.352,81
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Convênio 693/2022 - SEDU -	3.301,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.301,94	0,00	0,00	3.301,94
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVÊNIO 644/2022 - SEDU -	8.953,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.953,34	0,00	0,00	8.953,34
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Convênio 670/2022 - SEDU -	2.807,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.807,24	0,00	0,00	2.807,24
Transferências de Outros Programas - FIA IMPACTO COVID	1.121,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.121,20	0,00	0,00	1.121,20
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - ATENÇÃO PRIMARIA A	499,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	499,89	0,00	0,00	499,89
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - ATENÇÃO PRIMARIA A	24,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,88	0,00	0,00	24,88

Emendas Individuais Impositivas - transferência com finalidade definida -	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - ATENÇÃO PRIMARIA A	86,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,70	0,00	0,00	86,70
Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - ATENÇÃO PRIMARIA A	173,88	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	167,88	0,00	0,00	167,88
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - BARRACÃO INDUSTRIAL -	1.365,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.365,92	0,00	0,00	1.365,92
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - ARENA MEU CAMPINHO	90.333,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.333,29	0,00	0,00	90.333,29
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 757/2022 -	2.201,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.201,87	0,00	0,00	2.201,87
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 924/22 PRAÇA	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	10,00
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 180/2022 - SEAB	194.713,00	0,00	0,00	33.801,38	0,00	0,00	160.911,62	0,00	0,00	160.911,62
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO SEED AQUISIÇÃO DE	23,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,00	0,00	0,00	23,00
Transferências de Outros Programas - Resolução SESA 1071/2021	220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220,00	0,00	0,00	220,00
Transferências Voluntárias Públicas Federais - Convenio 918875/21 -	(221.433,02)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(221.433,02)	0,00	0,00	(221.433,02)
Transferências de Outros Programas - SIGTV G32021	928,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	928,61	0,00	0,00	928,61
Emendas Individuais Impositivas - transferência especial - (Inciso I do Art. 169-	295.878,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295.878,65	0,00	0,00	295.878,65
Transferências Voluntárias Públicas Federais - Convênio MAPA - Caminhão	14.651,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.651,75	0,00	0,00	14.651,75
Transferências de Outros Programas - Incremento Primeira Infancia	999,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,10	0,00	0,00	999,10
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO MEU CAMPINHO	11,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11,50	0,00	0,00	11,50
Transferências de Outros Programas - Resolução 932/2021 - Reforma Postos	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00
Transferências de Outros Programas - SIGTV - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE	15.057,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.057,75	0,00	0,00	15.057,75
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Pavimetação Avenida Edmundo	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,00	0,00	0,00	12,00
Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	56.278,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.278,28	0,00	0,00	56.278,28
Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	28.660,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.660,91	0,00	0,00	28.660,91
Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	574,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	574,64	574,64	0,00	0,00
Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação	2.388,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.388,42	0,00	0,00	2.388,42
Bloco de Custeio das Ações e	796.677,58	9.115,44	70,00	4.966,00	0,00	0,00	782.526,14	173.168,20	0,00	609.357,94

Serviços Públicos de Saúde										
Transferências de Outros Programas - PROCAD-SUAS	7.716,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.716,61	0,00	0,00	7.716,61
Atenção Básica	39,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39,94	0,00	0,00	39,94
Transferências de Outros Programas - RESOLUÇÃO SESA 860/2022	2.657,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.657,33	0,00	0,00	2.657,33
Transferências de Outros Programas - RESOLUÇÃO 860/2022 ODONTOLOGIA	16,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,06	0,00	0,00	16,06
Vigilância em Saúde	1.129,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129,54	0,00	0,00	1.129,54
Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - CONVENIO 308/2023 -	(457.575,60)	0,00	0,00	228.969,02	0,00	0,00	(686.544,62)	0,00	0,00	(686.544,62)
Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º -	3.932,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.932,74	0,00	0,00	3.932,74
Transferências de Outros Programas	447.949,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	447.949,23	0,00	0,00	447.949,23
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigaçãoes Fianceiras (e)					
		De Exercício Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º -	1.581,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.581,40	0,00	0,00	1.581,40
Receitas de Alienações de Ativos	330.804,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.804,32	58.661,70	0,00	272.142,62
Transferências do Fundo Estadual para Calamidades Públicas - FECAP - Lei	3.421,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.421,92	0,00	0,00	3.421,92
Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	2.256.652,10	0,00	84.949,56	183.828,43	0,00	0,00	1.987.874,11	479.926,75	0,00	1.507.947,36
Transferências de Outros Programas - SIGTV GND3	33.708,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.708,33	15.384,60	0,00	18.323,73
Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS - IGD-PAB	2.327,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.327,83	0,00	0,00	2.327,83
Transferências Voluntárias Públicas Federais - PICADOR DE RESIDUOS	84.341,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.341,56	73.170,39	0,00	11.171,17
COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	2.062.874,44	1.000,00	0,00	502,54	0,00	0,00	2.061.371,90	78.370,90	0,00	1.983.001,00
Taxas - Exercício Poder de Polícia	(86.610,91)	384,77	0,00	71.450,69	0,00	0,00	(158.446,37)	132.972,19	0,00	(291.418,56)
Taxas - Prestação de Serviços	764,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	764,49	0,00	0,00	764,49
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	22.138.139,27	94.343,87	1.175.462,15	1.075.946,08	1.556.971,86	0,00	18.235.415,31	7.683.238,55	38.625,96	10.552.176,76
TOTAL (III) = (I + II)	20.540.173,20	203.597,09	1.283.635,88	1.471.460,81	1.556.971,86	0,00	16.024.507,56	10.133.448,20	38.625,96	5.891.059,36
Entidades:										
Municipio de Realeza										
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/01/2026 10:16										

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:9F05F58D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

MUNICIPIO DE REALEZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025														
LRF, Art. 53, inciso I - Anexo III														
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL**	**Previsão atualiza 2025**
	01/2025	**02/2025**	**03/2025**	**04/2025**	**05/2025**	**06/2025**	**07/2025**	**08/2025**	**09/2025**	**10/2025**	**11/2025**	**12/2025**		
RECEITAS CORRENTES (I)	12.311.314,85	10.242.601,77	10.221.806,92	10.741.774,30	11.234.040,51	10.310.090,97	11.456.727,61	9.967.228,83	10.459.511,85	8.976.111,65	11.725.403,82	12.859.633,39	130.506.246,47	135.274.230,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.169.841,74	942.417,20	1.514.042,15	1.593.033,59	2.663.629,17	1.340.466,33	1.492.369,29	1.708.780,12	1.415.744,03	1.429.105,65	1.283.078,30	810.117,46	17.362.625,03	19.010.356,37
IPTU	44.069,21	90.464,80	463.678,69	552.120,39	1.292.421,13	230.163,19	283.070,84	229.479,89	106.570,78	96.761,69	90.654,55	64.736,81	3.544.191,97	4.292.262,00
ISS	574.309,11	269.305,63	407.507,74	372.562,23	346.760,04	488.136,21	507.464,39	521.162,85	533.311,35	562.934,28	556.912,88	399.775,09	5.540.141,80	5.928.372,09
ITBI	154.515,25	178.251,91	106.394,68	281.799,73	262.575,71	266.402,16	302.031,35	179.697,31	177.306,37	251.775,90	162.092,91	246.005,08	2.568.848,36	2.480.101,89
IRRF	336.300,35	300.783,66	351.399,57	37.880,40	636.759,36	291.142,41	304.132,17	295.225,36	409.077,84	322.953,25	309.997,83	50.533,59	3.646.185,79	3.782.514,18
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.647,82	103.611,20	185.061,47	348.670,84	125.112,93	64.622,36	95.670,54	483.214,71	189.477,69	194.680,53	163.420,13	49.066,89	2.063.257,11	2.527.106,21
Contribuições	124.226,25	9.470,28	464.702,50	7.842,52	172.757,95	159.546,22	168.517,23	281.153,13	7.645,94	132.258,69	3.490,42	121.744,35	1.653.355,48	2.531.500,00
Receita patrimonial	155.806,04	155.374,21	157.276,30	146.409,46	200.640,66	188.796,99	207.792,60	267.890,64	218.154,28	198.851,81	176.139,40	138.868,55	2.212.000,94	3.421.400,12
Rendimentos de Aplicação Financeira	154.264,37	152.726,92	154.976,17	144.255,50	190.456,91	182.340,92	205.379,69	265.183,24	213.067,29	196.883,41	174.412,32	138.418,55	2.172.365,29	3.341.100,12
Outras Receitas Patrimoniais	1.541,67	2.647,29	2.300,13	2.153,96	10.183,75	6.456,07	2.412,91	2.707,40	5.086,99	1.968,40	1.727,08	450,00	39.635,65	80.300,00
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de serviços	17.258,34	15.589,46	24.845,90	13.689,81	79.119,41	14.782,04	62.533,10	34.169,75	19.386,40	24.845,46	5.849,95	25.693,02	337.762,64	276.643,32
Transferências correntes	10.821.363,70	9.101.139,30	8.040.893,30	8.959.701,60	8.099.063,36	8.589.861,40	9.505.227,85	7.640.237,76	8.729.433,39	7.155.065,61	10.046.524,54	11.731.963,61	108.420.475,42	109.761.280,55
Cota parte do FPM	3.144.717,36	4.219.847,57	2.778.963,77	2.823.901,38	3.602.286,60	3.700.043,28	3.888.976,87	2.996.671,99	3.802.894,52	2.550.467,76	3.466.952,16	5.583.084,85	42.558.808,11	45.246.252,00
Cota parte do ICMS	1.800.899,07	1.503.598,01	1.634.259,55	1.825.828,98	1.393.463,34	1.654.907,05	1.900.452,05	1.525.967,82	1.613.557,89	1.700.021,10	1.584.104,53	2.009.089,51	20.146.148,90	21.068.255,51
Cota parte do IPVA	2.579.775,27	799.797,66	726.485,44	710.483,95	620.019,46	229.107,43	258.705,20	226.213,95	171.291,38	181.768,82	69.312,48	114.132,33	6.687.093,37	7.797.043,79
Cota parte do ITR	616,69	424,70	2.163,17	0,00	152,45	159,19	461,20	3.742,56	17.978,16	50.478,57	1.227,21	9.941,34	87.345,24	532.400,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	20.517,57	23.226,01	25.293,83	23.747,96	23.071,62	26.265,20	22.534,94	24.892,41	26.397,88	25.315,75	25.021,12	30.308,16	296.592,45	289.800,00
Transferências do FUNDEB	2.395.370,38	1.755.676,75	1.624.397,42	1.882.923,49	1.617.542,32	1.721.631,62	1.655.451,84	1.564.133,90	1.514.692,61	1.819.343,72	1.666.204,16	1.957.848,10	21.175.216,31	19.623.775,85
Outras transferências correntes	879.467,36	798.568,60	1.249.330,12	1.692.815,84	842.527,57	1.257.747,63	1.778.645,75	1.298.615,13	1.582.620,95	827.669,89	3.233.702,88	2.027.559,32	17.469.271,04	15.203.753,40
Outras receitas correntes	22.818,78	18.611,32	20.046,77	21.097,32	18.829,96	16.637,99	20.287,54	34.997,43	69.147,81	35.984,43	210.321,21	31.246,40	520.026,96	273.050,00
DEDUÇÕES (II)	1.509.345,64	1.309.419,59	1.033.473,48	1.076.837,71	1.127.848,24	1.122.144,86	890.752,87	955.550,31	849.802,73	901.668,99	1.029.372,39	1.215.396,10	13.021.612,91	13.726.280,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	40,52	40,89	40,39	45,32	49,65	48,50	57,13	52,64	55,63	58,67	48,97	57,03	595,34	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.509.305,12	1.309.378,70	1.033.433,09	1.076.792,39	1.127.798,59	1.122.096,36	890.695,74	955.497,67	849.747,10	901.610,32	1.029.323,42	1.215.339,07	13.021.017,57	13.726.280,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	10.801.969,21	8.933.182,18	9.188.333,44	9.664.936,59	10.106.192,27	9.187.946,11	10.565.974,74	9.011.678,52	9.609.709,12	8.074.442,66	10.696.031,43	11.644.237,29	117.484.633,56	121.547.950,36
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	1.760.000,00	850.000,00	3.010.000,00	1.291.127,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	10.801.969,21	8.933.182,18	9.188.333,44	9.664.936,59	10.106.192,27	9.187.946,11	10.165.974,74	9.011.678,52	9.609.709,12	8.074.442,66	8.936.031,43	10.794.237,29	114.474.633,56	120.256.822,96
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	500.000,00	300.000,00
(-) Recursos destinadas ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VIII) = (V - VI - VII)	10.801.969,21	8.933.182,18	9.188.333,44	9.664.936,59	10.106.192,27	8.887.946,11	10.165.974,74	9.011.678,52	9.609.709,12	8.074.442,66	8.936.031,43	10.594.237,29	113.974.633,56	119.956.822,96
Entidades: Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/01/2026 09:55														
Municipio de Realeza														

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:D24D89B8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICIPIO DE REALEZA	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
2025	
RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	SALDO FINAL Até o bimestre (b)
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	0,00	117.484.633,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades:											
Municipio de Realeza											

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6D179BBC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

MUNICIPIO DE REALEZA											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025											
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	109.697.713,68	161.958.819,95	21.874.904,26	125.831.801,84	100,00	36.127.018,11	23.482.224,24	115.698.353,64	100,00	46.260.466,31	10.133.448,20
LEGISLATIVA	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00
AÇÃO LEGISLATIVA	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	5.649.000,00	9.907.524,34	1.041.042,54	8.098.737,07	6,44	1.808.787,27	1.405.270,10	7.938.694,19	6,86	1.968.830,15	160.042,88
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.151.000,00	7.668.804,46	763.147,73	5.860.037,12	4,66	1.808.767,34	1.096.632,92	5.738.667,17	4,96	1.930.137,29	121.369,95
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	553.000,00	1.211.930,09	104.420,42	1.211.910,95	0,96	19,14	105.807,08	1.206.130,24	1,04	5.799,85	5.780,71
TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	103.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	303.000,00	395.002,78	75.636,73	395.001,99	0,31	0,79	84.314,80	390.987,87	0,34	4.014,91	4.014,12
DEFESA CIVIL	539.000,00	631.787,01	97.837,66	631.787,01	0,50	0,00	118.515,30	602.908,91	0,52	28.878,10	28.878,10
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.683.217,08	4.132.632,42	347.001,23	3.844.730,03	3,06	287.902,39	706.048,00	3.523.201,48	3,05	609.430,94	321.528,55
ASSISTÊNCIA À PESSOA IDOSA	494.000,00	645.917,20	60.672,69	634.556,90	0,50	11.360,30	166.229,43	567.175,67	0,49	78.741,53	67.381,23
ASSISTÊNCIA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	553.500,00	753.716,45	13.908,59	691.133,84	0,55	62.582,61	93.002,11	650.453,79	0,56	103.262,66	40.680,05
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.615.717,08	2.732.998,77	272.419,95	2.519.039,29	2,00	213.959,48	446.816,46	2.305.572,02	1,99	427.426,75	213.467,27
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.896.000,00	3.447.052,43	697.232,04	3.302.923,19	2,62	144.129,24	697.232,04	3.302.923,19	2,85	144.129,24	0,00
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	3.896.000,00	3.447.052,43	697.232,04	3.302.923,19	2,62	144.129,24	697.232,04	3.302.923,19	2,85	144.129,24	0,00
SAÚDE	29.889.256,94	37.939.476,96	5.343.691,68	37.265.878,89	29,62	673.598,07	6.764.811,67	35.381.936,41	30,58	2.557.540,55	1.883.942,48

ATENÇÃO BÁSICA	20.466.693,68	24.844.308,88	3.864.687,57	24.234.353,07	19,26	609.955,81	4.549.187,08	22.859.330,72	19,76	1.984.978,16	1.375.022,35
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	9.091.563,26	12.832.538,78	1.422.543,47	12.770.794,81	10,15	61.743,97	2.151.255,21	12.271.996,53	10,61	560.542,25	498.798,28
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	331.000,00	262.629,30	56.460,64	260.731,01	0,21	1.898,29	64.369,38	250.609,16	0,22	12.020,14	10.121,85
TRABALHO	145.000,00	117.776,81	2.413,51	116.776,34	0,09	1.000,47	9.239,72	105.626,57	0,09	12.150,24	11.149,77
FOMENTO AO TRABALHO	145.000,00	117.776,81	2.413,51	116.776,34	0,09	1.000,47	9.239,72	105.626,57	0,09	12.150,24	11.149,77
EDUCAÇÃO	32.530.706,64	38.925.218,44	6.728.014,22	37.574.447,82	29,86	1.350.770,62	8.030.574,79	35.455.714,56	30,64	3.469.503,88	2.118.733,26
ENSINO FUNDAMENTAL	24.491.046,14	28.808.098,11	4.306.931,01	27.533.834,68	21,88	1.274.263,43	5.986.265,32	26.124.475,89	22,58	2.683.622,22	1.409.358,79
ENSINO MÉDIO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENSINO SUPERIOR	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	7.999.660,50	10.117.120,33	2.421.083,21	10.040.613,14	7,98	76.507,19	2.044.309,47	9.331.238,67	8,07	785.881,66	709.374,47
CULTURA	2.020.714,00	3.301.787,86	895.777,16	3.215.073,78	2,56	86.714,08	1.102.032,56	3.090.809,80	2,67	210.978,06	124.263,98
DIFUSÃO CULTURAL	2.020.714,00	3.301.787,86	895.777,16	3.215.073,78	2,56	86.714,08	1.102.032,56	3.090.809,80	2,67	210.978,06	124.263,98
URBANISMO	10.754.774,78	37.554.895,68	1.623.911,65	10.023.473,89	7,97	27.531.421,79	2.169.583,34	9.273.190,43	8,01	28.281.705,25	750.283,46
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.294.000,00	889.098,27	184.786,39	889.094,72	0,71	3,55	200.616,35	853.565,86	0,74	35.532,41	35.528,86
INFRA-ESTRUTURA URBANA	2.291.578,80	29.559.919,73	1.074.975,56	4.082.725,15	3,24	25.477.194,58	1.131.211,40	3.652.886,47	3,16	25.907.033,26	429.838,68
SERVIÇOS URBANOS	7.084.959,20	7.105.877,68	364.149,70	5.051.654,02	4,01	2.054.223,66	837.755,59	4.766.738,10	4,12	2.339.139,58	284.915,92
TURISMO	84.236,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	176.500,00	115.544,42	5.139,63	115.544,42	0,09	0,00	0,00	104.709,00	0,09	10.835,42	10.835,42

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)		No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)		
HABITAÇÃO URBANA	176.500,00	115.544,42	5.139,63	115.544,42	0,09	0,00	0,00	104.709,00	0,09	10.835,42	10.835,42
SANEAMENTO	66.000,00	61.500,00	0,00	61.500,00	0,05	0,00	0,00	61.500,00	0,05	0,00	0,00
SANEAMENTO BÁSICO RURAL	33.000,00	61.500,00	0,00	61.500,00	0,05	0,00	0,00	61.500,00	0,05	0,00	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.425.000,00	2.015.136,00	221.640,06	1.973.931,51	1,57	41.204,49	311.903,11	1.740.933,62	1,50	274.202,38	232.997,89
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.425.000,00	2.015.136,00	221.640,06	1.973.931,51	1,57	41.204,49	311.903,11	1.740.933,62	1,50	274.202,38	232.997,89
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	138.000,00	15.081,02	0,00	15.081,02	0,01	0,00	0,00	15.081,02	0,01	0,00	0,00
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	138.000,00	15.081,02	0,00	15.081,02	0,01	0,00	0,00	15.081,02	0,01	0,00	0,00
AGRICULTURA	2.622.102,87	3.665.671,48	358.392,51	2.664.493,25	2,12	1.001.178,23	476.418,52	2.463.892,45	2,13	1.201.779,03	200.600,80
EXTENSÃO RURAL	2.549.602,87	3.591.570,76	358.392,51	2.591.291,33	2,06	1.000.279,43	464.218,20	2.390.690,53	2,07	1.200.880,23	200.600,80
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	72.500,00	74.100,72	0,00	73.201,92	0,06	898,80	12.200,32	73.201,92	0,06	898,80	0,00
INDÚSTRIA	1.495.000,00	1.463.595,51	105.654,12	1.461.791,75	1,16	1.803,76	257.102,86	1.415.952,66	1,22	47.642,85	45.839,09
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	1.495.000,00	1.463.595,51	105.654,12	1.461.791,75	1,16	1.803,76	257.102,86	1.415.952,66	1,22	47.642,85	45.839,09
COMÉRCIO E SERVIÇOS	638.000,00	2.497.913,69	(203.570,04)	2.293.243,65	1,82	204.670,04	19.520,43	2.097.835,96	1,81	400.077,73	195.407,69
COMERCIALIZAÇÃO	418.000,00	2.372.655,19	(204.670,04)	2.167.985,15	1,72	204.670,04	17.320,43	2.045.488,46	1,77	327.166,73	122.496,69
TURISMO	220.000,00	125.258,50	1.100,00	125.258,50	0,10	0,00	2.200,00	52.347,50	0,05	72.911,00	72.911,00
TRANSPORTE	6.520.550,00	8.816.407,10	4.239.096,02	8.585.764,14	6,82	230.642,96	900.691,64	4.691.900,17	4,06	4.124.506,93	3.893.863,97
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	6.520.550,00	8.816.407,10	4.239.096,02	8.585.764,14	6,82	230.642,96	900.691,64	4.691.900,17	4,06	4.124.506,93	3.893.863,97
DESPORTO E LAZER	1.807.808,61	1.631.777,18	115.886,94	1.438.369,27	1,14	193.407,91	211.664,52	1.255.575,58	1,09	376.201,60	182.793,69
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.807.808,61	1.631.777,18	115.886,94	1.438.369,27	1,14	193.407,91	211.664,52	1.255.575,58	1,09	376.201,60	182.793,69
ENCARGOS ESPECIAIS	2.643.104,42	3.849.828,61	353.580,99	3.780.041,82	3,00	69.786,79	420.130,94	3.778.876,55	3,27	70.952,06	1.165,27
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	720.000,00	835.608,04	120.515,69	766.637,30	0,61	68.970,74	169.462,65	766.637,30	0,66	68.970,74	0,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	724.341,20	1.343.131,49	232.166,35	1.342.316,49	1,07	815,00	249.769,34	1.341.181,22	1,16	1.950,27	1.135,27
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	1.198.763,22	1.671.089,08	898,95	1.671.088,03	1,33	1,05	898,95	1.671.058,03	1,44	31,05	30,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.096.978,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.096.978,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL III = (I + II)	109.697.713,68	161.958.819,95	21.874.904,26	125.831.801,84	100,00	36.127.018,11	23.482.224,24	115.698.353,64	100,00	46.260.466,31	10.133.448,20
Entidades:											
Municipio de Realeza											
Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 30/01/2026 09:54											

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:F73D6BE2

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

MUNICIPIO DE REALEZA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	14.433.162,00	16.483.250,16	15.299.367,92	92,82
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.049.262,00	4.292.262,00	3.544.191,97	82,57
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.310.000,00	2.480.101,89	2.568.848,36	103,58
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.149.900,00	5.928.372,09	5.540.141,80	93,45
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.924.000,00	3.782.514,18	3.646.185,79	96,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	68.631.400,00	71.002.151,30	65.105.092,43	91,69
Cota-Parte FPM	40.300.000,00	41.314.652,00	37.887.912,47	91,71
Cota-Parte ITR	532.400,00	532.400,00	87.345,24	16,41
Cota-Parte IPVA	6.459.200,00	7.797.043,79	6.687.093,37	85,76
Cota-Parte ICMS	21.050.000,00	21.068.255,51	20.146.148,90	95,62
Cota-Parte IPI-Exportação	289.800,00	289.800,00	296.592,45	102,34
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	83.064.562,00	87.485.401,46	80.404.460,35	91,91

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	14.353.390,00	14.493.069,17	14.362.041,84	99,10	13.930.575,69	96,12	13.913.432,87	96,00	431.466,15
Despesas Correntes	13.720.070,00	14.261.478,91	14.130.454,20	99,08	13.742.581,73	96,36	13.729.038,91	96,27	387.872,47
Despesas de Capital	633.320,00	231.590,26	231.587,64	100,00	187.993,96	81,18	184.393,96	79,62	43.593,68
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	8.560.817,26	11.171.207,49	11.111.206,14	99,46	10.698.357,85	95,77	10.678.350,79	95,59	412.848,29
Despesas Correntes	8.390.817,26	11.035.457,64	11.035.456,29	100,00	10.622.608,00	96,26	10.602.600,94	96,08	412.848,29
Despesas de Capital	170.000,00	135.749,85	75.749,85	55,80	75.749,85	55,80	75.749,85	55,80	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	116.000,00	87.043,81	87.043,81	100,00	87.043,81	100,00	87.043,81	100,00	0,00
Despesas Correntes	116.000,00	87.043,81	87.043,81	100,00	87.043,81	100,00	87.043,81	100,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	23.030.207,26	25.751.320,47	25.560.291,79	99,26	24.715.977,35	95,98	24.678.827,47	95,84	844.314,44

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	25.560.291,79	24.715.977,35	24.678.827,47
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	385.959,69	385.959,69	385.959,69
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	25.174.332,10	24.330.017,66	24.292.867,78
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			12.060.669,05
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	13.113.663,05	12.269.348,61	12.232.198,73
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)	31,31	30,26	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) =0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2025	12.060.669,0	25.174.332,1	13.113.663,0	0,00	385.959,69	0,00	0,00	0,00	115.300,77	13.499.622,7
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										0,00

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			(aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Saldo final (não aplicado) Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	115.300,77	115.300,77	115.300,77	-115.300,77
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	6.500.761,68	8.916.809,68	10.508.289,13	117,85
Proveniente da União	5.381.070,00	7.205.695,14	8.596.750,29	119,30
Proveniente dos Estados	1.119.691,68	1.711.114,54	1.911.538,84	111,71
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	612.391,25	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	6.500.761,68	8.916.809,68	11.120.680,38	124,72

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	5.663.875,68	9.689.748,87	9.547.066,54	98,53	8.604.020,36	88,80	8.588.238,99	88,63	943.046,18
Despesas Correntes	5.663.875,68	8.222.438,07	8.096.093,74	98,46	7.562.476,67	91,97	7.546.695,30	91,78	533.617,07
Despesas de Capital	0,00	1.467.310,80	1.450.972,80	98,89	1.041.543,69	70,98	1.041.543,69	70,98	409.429,11
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	367.946,00	1.654.627,91	1.659.588,67	100,30	1.573.638,68	95,11	1.561.601,96	94,38	85.949,99
Despesas Correntes	367.946,00	1.654.627,91	1.659.588,67	100,30	1.573.638,68	95,11	1.561.601,96	94,38	85.949,99
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	215.000,00	175.585,49	173.687,20	98,92	163.565,35	93,15	163.565,35	93,15	10.121,85
Despesas Correntes	215.000,00	175.585,49	173.687,20	98,92	163.565,35	93,15	163.565,35	93,15	10.121,85
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	6.246.821,68	11.519.962,27	11.380.342,41	98,79	10.341.224,39	89,77	10.313.406,30	89,53	1.039.118,02

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS						
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Liquidadas até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Pagas até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em restos a pagar não processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	20.017.265,68	24.182.818,04	23.909.108,38	98,87	22.534.596,05	93,18	22.501.671,86	93,05	1.374.512,33
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	8.928.763,26	12.825.835,40	12.770.794,81	99,57	12.271.996,53	95,68	12.239.952,75	95,43	498.798,28
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	331.000,00	262.629,30	260.731,01	99,28	250.609,16	95,42	250.609,16	95,42	10.121,85
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	29.277.028,94	37.271.282,74	36.940.634,20	99,11	35.057.201,74	94,06	34.992.233,77	93,89	1.883.432,46
Entidades:									
Municipio de Realeza									

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:14EF9396

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

MUNICIPIO DE REALEZA												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO												
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2025												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ORGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L=(e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c +**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(i+**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro de (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro de (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIOS) (I)	**182.884,28**	**2.791.834,16**	**2.788.618,32**	**0,00**	**186.100,12**	**780.521,12**	**14.531.741,80**	**12.784.789,47**	**12.767.292,50**	**1.056.012,64**	**1.488.957,78**	**1.675.057,90**
EXECUTIVO												
Municipio de Realeza	**182.884,28**	**2.791.834,16**	**2.788.618,32**	**0,00**	**186.100,12**	**780.521,12**	**14.531.741,80**	**12.784.789,47**	**12.767.292,50**	**1.056.012,64**	**1.488.957,78**	**1.675.057,90**
GOVERNO MUNICIPAL	308,00	0,00	0,00	0,00	308,00	3.772,12	7.805,14	4.645,93	4.645,93	4.422,92	2.508,41	2.816,41
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	66.860,03	31.379,59	87.191,83	0,00	11.047,79	19.574,30	833.139,37	822.384,85	822.357,85	16.521,15	13.834,67	24.882,46
SECRETARIA DE FINANCAS	283,52	86,71	0,00	0,00	370,23	2.960,72	17.759,80	5.982,39	5.982,39	2.036,33	12.701,80	13.072,03
SECRETARIA DESENV E AGROPECUARIA E DESENV E MEIO	4.872,01	155,85	0,00	0,00	5.027,86	12.562,95	1.837.786,38	1.709.366,24	1.709.069,24	85.718,44	55.561,65	60.589,51
SECRETARIA DE EDUCACAO	18.907,18	38.848,35	36.679,14	0,00	21.076,39	59.532,22	2.227.182,11	2.063.323,78	2.049.493,36	69.402,31	167.818,66	188.895,05
SECRETARIA DE SAUDE PUBLICA	26.492,41	544.980,17	494.597,63	0,00	76.874,95	333.701,38	3.047.093,32	2.688.738,50	2.688.020,73	592.121,70	100.652,27	177.527,22
SECRETARIA DE VIACAO E DESENV URBANO	52.525,62	2.148.527,08	2.144.296,20	0,00	56.756,50	215.775,98	5.736.606,79	4.841.722,48	4.839.697,70	105.831,02	1.006.854,05	1.063.610,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	423,10	13.762,67	13.762,67	0,00	423,10	22.782,62	75.277,70	39.752,60	39.752,60	29.421,61	28.886,11	29.309,21
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	11.925,44	1.690,60	112,67	0,00	13.503,37	12.943,46	212.650,32	124.700,45	124.700,45	72.104,28	28.789,05	42.292,42
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E LAZER	286,97	12.189,01	11.977,99	0,00	497,99	14.148,26	506.168,63	473.959,35	473.359,35	33.942,34	13.015,20	13.513,19
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E	0,00	214,13	0,19	0,00	213,94	82.767,11	30.272,24	10.212,90	10.212,90	44.490,54	58.335,91	58.549,85
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I +	**182.884,28**	**2.791.834,16**	**2.788.618,32**	**0,00**	**186.100,12**	**780.521,12**	**14.531.741,80**	**12.784.789,4**	**12.767.292,5**	**1.056.012,64**	**1.488.957,78**	**1.675.057,90**
Entidades:												
Municipio de Realeza												

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:23F549C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 13 - DEMONSTR DAS PARCERIAS PUBLICOS-PRIVADAS

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA			
PODER EXECUTIVO			
ESTADO DO PARANÁ			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO			
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO			
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25			R$ 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	**SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR**	**REGISTROS EFETUADOS EM 2025**	
		No bimestre	**Até o Bimestre**
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**EXERCÍCIO CORRENTE**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031**	**2032**	**2033**	**2034**
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Notas Explicativas											

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:F360FA95

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

MUNICIPIO DE RENASCENCA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/SEMESTRAL JULHO-DEZEMBRO														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos12 Meses)**													
	LIQUIDADAS													**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (b)**
	Janeiro 2025	**Fevereiro 2025**	**Março 2025**	**Abril 2025**	**Maio 2025**	**Junho 2025**	**Julho 2025**	**Agosto 2025**	**Setembro 2025**	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**	**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)**	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.502.340,49	1.812.796,85	1.788.255,10	1.818.143,96	1.826.034,00	1.866.794,87	1.973.373,48	1.887.083,22	1.992.833,61	1.934.753,91	2.065.402,27	3.580.238,52	24.048.050,28	0,00
Pessoal Ativo	1.494.852,07	1.804.260,07	1.780.242,50	1.810.131,36	1.818.021,40	1.858.782,27	1.965.360,88	1.879.070,62	1.984.821,01	1.926.741,31	2.057.389,67	3.564.213,32	23.943.886,48	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.270.396,04	1.543.541,00	1.523.646,61	1.552.037,12	1.558.885,97	1.598.285,77	1.696.892,55	1.612.967,57	1.716.477,96	1.662.639,25	1.793.195,31	3.033.635,85	20.562.601,00	0,00
Obrigações Patronais	224.456,03	260.719,07	256.595,89	258.094,24	259.135,43	260.496,50	268.468,33	266.103,05	268.343,05	264.102,06	264.194,36	530.577,47	3.381.285,48	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.488,42	8.536,78	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	16.025,20	104.163,80	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.488,42	8.536,78	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	8.012,60	16.025,20	104.163,80	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	61.597,42	56.158,86	70.462,55	74.295,76	71.365,86	51.612,00	69.636,32	72.852,42	112.171,05	90.739,98	116.781,10	115.066,29	962.739,61	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.244,27	0,00	42.656,94	38.773,94	49.655,55	24.549,86	166.880,56	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	57.050,56	51.612,00	65.915,69	72.755,00	67.975,82	51.612,00	51.612,00	69.462,38	66.124,07	48.576,00	63.735,51	83.526,02	749.957,05	0,00
Despesas custeadas com recursos financeiros repassados pela União para o cumprimento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem e parteira, conforme estabelecido pela CF/88, art. 198, §§12 a 15)	4.546,86	4.546,86	4.546,86	1.540,76	3.390,04	0,00	6.780,05	3.390,04	3.390,04	3.390,04	3.390,04	6.990,41	45.902,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.440.743,07	1.756.637,99	1.717.792,55	1.743.848,20	1.754.668,14	1.815.182,87	1.903.737,16	1.814.230,80	1.880.662,56	1.844.013,93	1.948.621,17	3.465.172,23	23.085.310,67	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**52.017.036,49**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	**100.000,00**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	**0,00**	**0,00**
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	**789.360,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	**51.127.676,49**	**0,00**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**23.085.310,67**	**45,15**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**27.608.945,30**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**26.228.498,04**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**24.848.050,77**	**48,60**
Notas Explicativas		

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:6A49814D

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 3 - DEMONSTR DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)														**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES**												**TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)**	**PREVISÃO ATUALIZADA 2025**
	Janeiro 2025	**Fevereiro 2025**	**Março 2025**	**Abril 2025**	**Maio 2025**	**Junho 2025**	**Julho 2025**	**Agosto 2025**	**Setembro 2025**	**Outubro 2025**	**Novembro 2025**	**Dezembro 2025**		
RECEITAS CORRENTES (I)	**5.928.188,56**	**6.135.147,83**	**4.953.728,35**	**5.612.229,88**	**5.300.262,31**	**5.574.252,12**	**5.802.579,24**	**5.138.203,47**	**5.794.468,00**	**5.365.094,06**	**5.223.406,23**	**8.070.739,21**	**68.898.299,26**	**73.676.000,00**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	248.844,74	516.711,73	407.771,64	366.262,09	485.098,55	740.558,58	409.531,82	491.413,43	519.099,09	548.772,47	388.420,12	705.693,67	5.828.177,93	6.469.000,00
IPTU	4.182,13	2.868,37	2.695,87	5.363,48	61.320,76	291.858,85	20.677,83	26.733,94	23.903,12	26.407,47	7.514,07	20.124,94	493.650,83	873.000,00
ISS	100.255,59	130.296,42	133.546,87	121.913,77	152.276,52	147.883,98	143.751,75	191.932,67	179.755,80	211.881,97	159.405,42	236.360,94	1.909.261,70	1.479.000,00
ITBI	119.686,89	63.950,76	33.131,61	25.343,29	50.020,05	32.894,72	38.055,08	83.522,11	65.443,56	108.172,72	10.975,85	81.452,00	712.648,64	1.510.000,00
IRRF	18.147,90	306.906,61	167.034,57	199.713,43	188.665,56	182.666,15	192.245,56	172.379,90	227.279,67	181.520,20	203.879,63	351.488,81	2.391.927,99	1.685.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.572,23	12.689,57	71.362,72	13.928,12	32.815,66	85.254,88	14.801,60	16.844,81	22.716,94	20.790,11	6.645,15	16.266,98	320.688,77	922.000,00
Receita de Contribuições	33.584,27	657.033,31	359.320,29	361.604,22	368.252,02	378.316,43	362.615,89	357.050,00	377.903,21	339.653,73	361.867,26	736.777,61	4.693.978,24	4.536.000,00
Receita Patrimonial	804.411,72	468.976,02	439.126,55	816.044,50	511.111,04	415.873,77	527.853,47	683.950,97	563.843,85	672.514,52	597.266,58	626.315,90	7.127.288,89	2.823.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	803.340,26	467.904,56	438.055,09	814.973,04	510.039,58	414.802,31	526.782,01	682.879,51	562.772,39	672.514,52	597.266,58	626.315,90	7.117.645,75	2.154.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.071,46	1.071,46	1.071,46	1.071,46	1.071,46	1.071,46	1.071,46	1.071,46	1.071,46	0,00	0,00	0,00	9.643,14	669.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	305.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336.000,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610.000,00
Transferências Correntes	4.835.907,76	4.457.030,52	3.729.097,93	4.048.823,66	3.917.144,79	4.020.895,39	4.485.361,93	3.586.369,12	4.319.929,69	3.780.209,87	3.854.454,49	5.935.318,70	50.970.543,85	54.016.000,00
Cota-Parte do FPM	1.572.358,67	2.109.923,79	1.389.481,88	1.411.950,67	1.801.143,31	1.850.021,63	1.944.488,42	1.498.336,02	1.901.447,24	1.275.233,87	1.733.476,08	2.791.542,42	21.279.404,00	19.100.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.428.115,81	1.138.483,90	1.252.453,65	1.446.991,88	1.082.760,58	1.267.950,25	1.494.816,52	1.209.348,23	1.487.064,39	1.347.287,60	1.255.422,30	1.592.228,12	16.002.923,23	16.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	901.178,11	331.046,76	181.674,56	233.392,68	193.334,01	66.318,32	48.047,60	35.924,83	49.346,31	23.174,77	33.885,37	33.514,30	2.130.837,62	2.000.000,00
Cota-Parte do ITR	195,94	1.347,55	0,00	849,84	412,78	37,28	339,57	2.532,91	54.607,40	154.550,84	4.365,91	1.298,02	220.538,04	240.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	16.260,44	18.406,92	20.045,67	18.820,56	18.284,54	20.815,50	17.859,23	19.727,56	20.920,65	20.063,06	19.829,55	24.019,59	235.053,27	380.000,00
Transferências do FUNDEB	579.525,55	476.479,56	433.070,66	479.485,14	415.072,12	441.453,15	421.717,52	392.695,44	385.002,80	495.044,12	439.806,44	526.869,11	5.486.221,61	6.624.000,00
Outras Transferências Correntes	338.273,24	381.342,04	452.371,51	457.332,89	406.137,45	374.299,26	558.093,07	427.804,13	421.540,90	464.855,61	367.668,84	965.847,14	5.615.566,08	9.672.000,00
Outras Receitas Correntes	5.440,07	35.396,25	18.411,94	19.495,41	18.655,91	18.607,95	17.216,13	19.419,95	13.692,16	23.943,47	21.397,78	66.633,33	278.310,35	4.581.000,00
DEDUÇÕES (II)	**1.439.571,26**	**1.651.105,00**	**1.172.247,20**	**1.571.854,68**	**1.259.711,63**	**1.223.402,22**	**1.196.895,69**	**1.388.365,33**	**1.259.066,84**	**1.393.163,07**	**1.398.550,21**	**1.927.329,64**	**16.881.262,77**	**13.223.000,00**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	2.587,77	241.648,01	130.575,99	130.184,45	130.933,01	131.494,14	132.681,87	130.860,16	131.001,40	131.119,45	132.657,60	273.301,27	1.699.045,12	1.226.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	9.506,58	399.629,89	219.896,98	219.280,50	220.702,00	221.583,79	220.524,22	218.418,57	209.614,22	218.455,11	220.872,17	456.292,02	2.834.776,05	3.353.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	643.855,18	279.358,16	244.499,72	599.988,67	284.574,42	220.578,97	302.081,49	485.912,75	354.112,48	479.526,53	435.624,66	476.201,99	4.806.315,02	1.400.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	783.621,73	730.468,94	577.274,51	622.401,06	623.502,20	649.745,32	541.608,11	553.173,85	564.338,74	564.061,98	609.395,78	721.534,36	7.541.126,58	7.244.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**4.488.617,30**	**4.484.042,83**	**3.781.481,15**	**4.040.375,20**	**4.040.550,68**	**4.350.849,90**	**4.605.683,55**	**3.749.838,14**	**4.535.401,16**	**3.971.930,99**	**3.824.856,02**	**6.143.409,57**	**52.017.036,49**	**60.453.000,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	885.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	4.488.617,30	4.484.042,83	3.781.481,15	4.040.375,20	4.040.550,68	4.350.849,90	4.605.683,55	3.749.838,14	4.535.401,16	3.871.930,99	3.824.856,02	6.143.409,57	51.917.036,49	59.568.000,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	121.440,00	789.360,00	824.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI - VII-VIII)	4.427.897,30	4.423.322,83	3.720.761,15	3.979.655,20	3.979.830,68	4.290.129,90	4.544.963,55	3.689.118,14	4.474.681,16	3.811.210,99	3.764.136,02	6.021.969,57	51.127.676,49	58.744.000,00
Notas Explicativas														

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:7E6B1869

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 6 - DEMONSTR DOS RESULTADOS PRIMARIO E NOMINAL

MUNICÍPIO DE RENASCENÇA
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	**PREVISÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre 2025**
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	60.443.000,00	52.017.036,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.469.000,00	5.828.177,93
IPTU	873.000,00	493.650,83
ISS	1.479.000,00	1.909.261,70
ITBI	1.510.000,00	712.648,64
IRRF	1.685.000,00	2.391.927,99
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	922.000,00	320.688,77
Contribuições	410.000,00	357.751,90
Receita Patrimonial	1.423.000,00	2.320.973,87
Aplicações Financeiras (II)	754.000,00	2.311.330,73
Outras Receitas Patrimoniais	669.000,00	9.643,14
Transferências Correntes	46.772.000,00	43.429.417,27
Cota-Parte do FPM	15.580.000,00	17.490.613,21
Cota-Parte do ICMS	12.800.000,00	12.802.338,81
Cota-Parte do IPVA	1.600.000,00	1.704.670,06
Cota-Parte do ITR	192.000,00	176.430,56
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	304.000,00	188.042,57
Transferências do FUNDEB	6.624.000,00	5.486.221,61
Outras Transferências Correntes	9.672.000,00	5.581.100,45
Demais Receitas Correntes	5.369.000,00	80.715,52
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	5.369.000,00	80.715,52
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	59.689.000,00	49.705.705,76
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	4.589.000,00	4.533.821,17
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	1.400.000,00	4.806.315,02
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.232.291,47	10.336.523,97
Operações de Crédito (VI)	80.000,00	2.992.600,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	693.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	693.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.459.291,47	7.343.923,97
Convênios	836.291,47	6.466.410,75
Outras Transferências de Capital	623.000,00	877.513,22
Outras Receitas de Capital	2.984.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	2.984.000,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	2.152.291,47	7.343.923,97
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	66.430.291,47	61.583.450,90
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	61.841.291,47	57.049.629,73

DESPESAS PRIMÁRIAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**Até o Bimestre/ 2025**					
		DESPESAS EMPENHADAS	**DESPESAS LIQUIDADAS**	**DESPESAS PAGAS (a)**	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)**	**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	
						LIQUIDADOS	**PAGOS (c)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	63.265.493,45	47.555.531,08	45.421.984,97	45.395.102,51	7.940,00	130.271,27	130.271,27
Pessoal e Encargos Sociais	29.513.335,21	25.087.431,08	25.087.431,08	25.087.431,08	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	534.000,00	513.729,88	513.729,88	513.729,88	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	33.218.158,24	21.954.370,12	19.820.824,01	19.793.941,55	7.940,00	130.271,27	130.271,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	62.731.493,45	47.041.801,20	44.908.255,09	44.881.372,63	7.940,00	130.271,27	130.271,27
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	5.901.000,00	4.599.043,48	4.599.043,48	4.599.043,48	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	31.119.532,48	20.125.772,80	7.907.810,56	7.907.810,56	0,00	11.488.766,70	11.488.766,70

Investimentos	30.368.532,48	19.544.044,34	7.326.082,10	7.326.082,10	0,00	11.488.766,70	11.488.766,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	751.000,00	581.728,46	581.728,46	581.728,46	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	30.368.532,48	19.544.044,34	7.326.082,10	7.326.082,10	0,00	11.488.766,70	11.488.766,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	250.062,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	99.299.088,17	71.184.889,02	56.833.380,67	56.806.498,21	7.940,00	11.619.037,97	11.619.037,97
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	93.350.088,17	66.585.845,54	52.234.337,19	52.207.454,73	7.940,00	11.619.037,97	11.619.037,97

ESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-6.850.025,28
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-6.784.802,97
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**Até o Bimestre 2025**
JUROS NOMINAIS	**VALOR INCORRIDO**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.310.439,22
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.005.729,88
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	**-7.480.093,63**
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	**VALOR CORRENTE**
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	**SALDO**	
	Em 31/Dez/2024 (a)	**Até o bimestre/ 2025 (b)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.653.862,49	3.564.134,03
DEDUÇÕES (XL)	19.646.018,15	13.282.651,88
Disponibilidade de Caixa	19.646.018,15	13.282.651,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.653.958,15	13.310.233,53
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	7.940,00	26.882,46
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	699,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-17.992.155,66	-9.718.517,85
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-8.273.637,81
AJUSTE METODOLÓGICO		
		Até o Bimestre/ 2025
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa		18.942,46
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]		-8.254.695,35
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII) INFORMAÇÕES ADICIONAIS		**-7.559.404,69 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		15.713.715,23
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		15.713.715,23
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:D8796730

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 7 - DEMONSTR DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGAO

MUNICIPIO DE RENASCENCA												
PODER EXECUTIVO												
ESTADO DO PARANÁ												
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA												
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO												
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL												
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO												
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	**RESTOS A PAGAR PROCESSADOS**					**RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**						**Saldo Total L= (e+k)**
	Inscritos		**Pagos (c)**	**Cancelados (d)**	**Saldo e = (a + b) - (c+ d)**	**Inscritos**		**Liquidados (h)**	**Pagos (i)**	**Cancelados (j)**	**Saldo k = (f+g)-(**	
	Em Exercícios Anteriores (a)	**Em 31 de dezembro 2024 (b)**				**Em Exercícios Anteriores (f)**	**Em 31 de dezembro 2024 (g)**					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**7.940,00**	**7.940,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.058.031,45**	**11.619.037,97**	**11.619.037,97**		**200.000,00**	**200.000,00**
PODER EXECUTIVO	**0,00**	**7.940,00**	**7.940,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.058.031,45**	**11.619.037,97**	**11.619.037,97**		**200.000,00**	**200.000,00**
PODER LEGISLATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
Câmara Municipal	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
Tribunal de Contas do Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**7.940,00**	**7.940,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.058.031,45**	**11.619.037,97**	**11.619.037,97**		**200.000,00**	**200.000,00**
FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública ENTIDADES CONSOLIDADAS: null												30/01/2026 - 16:48:56
Notas Explicativas												

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:96BDEACA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO 8 - DEMONSTR DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRAL NOVEMBRO-DEZEMBRO		
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)		R$1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	5.547.000,00	5.507.489,16
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	873.000,00	493.650,83
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.510.000,00	712.648,64
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.479.000,00	1.909.261,70
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.685.000,00	2.391.927,99
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.824.000,00	40.041.084,45
2.1- Cota-Parte FPM	19.100.000,00	21.279.404,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.600.000,00	18.943.956,19
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.500.000,00	2.335.447,81
2.2- Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	16.002.923,23
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	380.000,00	235.053,27
2.4- Cota-Parte ITR	240.000,00	220.538,04
2.5- Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.130.837,62
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	104.000,00	172.328,29
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**43.371.000,00**	**45.548.573,61**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	**7.264.800,00**	**7.541.127,33**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB = 5% DE	**3.577.950,00**	**3.846.016,07**

((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)+ (2.7))		

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	6.666.000,00	5.429.943,16
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	6.581.000,00	5.429.943,16
6.1.1- Principal	6.539.000,00	5.398.751,82
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	42.000,00	31.191,34
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	37.000,00	0,00
6.2.1- Principal	37.000,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	39.000,00	0,00
6.3.1- Principal	39.000,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	9.000,00	0,00
6.4.1- Principal	9.000,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**-725.800,00**	**-2.142.375,51**
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	164.779,34	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	164.779,34	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.594.722,50**	

DESPESAS COM RECUROS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	6.830.779,34	5.580.147,72	5.580.147,72	5.580.147,72	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.793.779,34	5.099.592,99	5.099.592,99	5.099.592,99	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	2.887.000,00	2.526.623,48	2.526.623,48	2.526.623,48	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	2.906.779,34	2.572.969,51	2.572.969,51	2.572.969,51	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.037.000,00	480.554,73	480.554,73	480.554,73	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	585.000,00	164.779,34	164.779,34	164.779,34	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	452.000,00	315.775,39	315.775,39	315.775,39	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.250.589,04	5.250.589,04	5.250.589,04	0,00	0,00	0.0
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.250.589,04	5.250.589,04	5.250.589,04	0,00	0,00	0.0
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.934.813,65	4.934.813,65	4.934.813,65	0,00	0,00	0.0
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO- VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.0

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.800.960,21	4.934.813,65	4.934.813,65	90,88
16 - PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	542.994,32	179.354,12	179.354,12	0,00	3,30

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	540.741,99	436.890,86	164.779,34	0,00	272.111,52	272.111,52
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	540.741,99	436.890,86	164.779,34	0,00	272.111,52	272.111,52
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	8.101.762,44	5.070.413,28	5.052.505,04	5.052.505,04	17.908,24
20.1- Educação Infantil	701.000,00	403.236,36	385.328,12	385.328,12	17.908,24
20.2- Ensino Fundamental	7.125.762,44	4.667.176,92	4.667.176,92	4.667.176,92	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	14.205.541,78	10.005.226,93	9.987.318,69	9.987.318,69	17.908,24
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.588.000,00	2.929.859,84	2.911.951,60	2.911.951,60	17.908,24
21.1.1- Creche	3.588.000,00	2.929.859,84	2.911.951,60	2.911.951,60	17.908,24
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	10.617.541,78	7.075.367,09	7.075.367,09	7.075.367,09	0,00

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	R$1,00
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	5.070.413,28
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	7.541.127,33
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10%	0,00
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL	436.890,86
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**12.174.649,75**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	11.387.143,40	12.174.649,75	26,73

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.364.000,00	927.178,15
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	981.000,00	608.016,44
31.1.1- Salário-Educação	549.000,00	414.592,18
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	168.000,00	113.386,77
31.1.4 - PNATE	150.000,00	73.046,70
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	114.000,00	6.990,79
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	383.000,00	319.161,71

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	2.219.003,60	1.629.021,02	1.614.184,53	1.614.184,53	14.836,49
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	301.401,56	76.019,54	70.862,74	70.862,74	5.156,80
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.561.602,04	1.349.888,94	1.349.888,94	1.349.888,94	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	356.000,00	203.112,54	193.432,85	193.432,85	9.679,69

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	16.892.706,56	12.395.732,76	12.362.988,03	12.362.988,03	32.744,73
33.1- Despesas Correntes	15.362.702,94	11.757.885,63	11.725.140,90	11.725.140,90	32.744,73
33.1.1- Pessoal Ativo	9.202.779,34	7.565.917,89	7.565.917,89	7.565.917,89	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	326.000,00	315.775,39	315.775,39	315.775,39	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	5.833.923,60	3.876.192,35	3.843.447,62	3.843.447,62	32.744,73
33.2- Despesas de Capital	1.530.003,62	637.847,13	637.847,13	637.847,13	0,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.530.003,62	637.847,13	637.847,13	637.847,13	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	164.779,34	31.595,20
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.517.412,95	414.592,18
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.458.407,22	405.367,37
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	223.785,07	40.820,01

38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	223.785,07	40.820,01
Notas Explicativas		

Publicado por:
João Henrique Borges
Código Identificador:80AE6163

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
DECRETO N° 005/2026 - INSTRUMENTO DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
CNPJ: 01.612.413/0001-90
Av. Rio Branco, 500 – CEP: 86848-000 – Rio Branco do Ivaí - PR
FONEFAX: (43) 3467-1000 – 3467-1057

DECRETO N.º 005/2026

Súmula: Dispõe sobre a Programação Financeira de Arrecadação Mensal e Cronograma de Execução de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ, Estado do Paraná, Sr. PEDRO TABORDA DESPLANCHES, no uso de suas atribuições legais, e que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei Municipal n.º 767/2025, de 29 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Art. 1º - Em cumprimento às determinações emanadas no artigo 8º da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000, fica estabelecida a programação mensal e cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2026 do Orçamento Fiscal, Fundo Municipal de Saúde - FUS e da Seguridade Social.

Art. 2º - As receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária Anual aprovada pela Lei Municipal n.º 767/2025, de 29 de dezembro de 2025, para o exercício financeiro de 2026, ficam desdobrados nos quadros oficiais de arrecadação do presente decreto consoante às disposições do Art. 13 da referida Lei Complementar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo os efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de RIO BRANCO DO IVAÍ, em 23 de Janeiro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAI													
Estado do Paraná													
Exercício: 2026													
Programação Financeira por Fonte de Recurso													
	JANEIRO	**FEVEREIRO**	**MARÇO**	**ABRIL**	**MAIO**	**JUNHO**	**JULHO**	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**	**TOTAL**
000 - Emendas Parlamentares Individuais e de Bancadas Municipais - Exercício Corrente	2.753.217,58	2.950.684,77	2.598.839,18	1.251.983,61	1.484.633,18	1.536.199,10	1.605.000,38	1.215.320,94	1.283.331,97	1.238.802,14	1.677.473,23	1.981.133,93	21.576.620,01
001 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
040 - Regime Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

de Previdência Social - Exercício Corrente													
094 - Retenções de Carater Consignatório - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - Reserva de Sobras de Taxa de Adm do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10031 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10054 - Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - ECA/FMDCA - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10059 - Transferências Voluntárias Estaduais, exceto SUS e SUAS - OUTRAS ÁREAS - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10069 - Transferências Voluntárias Públicas Federais, exceto SUS e SUAS - OUTRAS ÁREAS - Exercícios Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101 - Transferência do FUNDEB 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art. 212-A da CF - Exercício Corrente	477.447,50	511.691,13	450.676,07	217.111,95	257.456,74	266.399,00	278.330,14	210.754,11	222.548,21	214.826,09	290.897,96	343.557,10	3.741.696,00
1016 - Emendas Individuais Impositivas - Transf. Especial (Inc. I Art. 169-A da EC 105/19) - Exercícios Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1017 - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1018 - Emendas Indivi Impositivas-transf c/ finalidade definida - Inciso II do Art 166-A-Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1019 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públ. em Saúde (COVID-19)-Port nº 480/2020-Execr. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102 - Transferência do FUNDEB 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF - Exercício Corrente	61.970,76	66.415,43	58.495,93	28.180,26	33.416,84	34.577,52	36.126,12	27.355,03	28.885,85	27.883,56	37.757,38	44.592,32	485.657,00
1020 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (COVID)-MAC-Port nº 395/2020-Tranf de Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1022 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1023 - Prestação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pecuniária do Poder Judiciário alocado no FES - (COVID-19) - Exercícios Anteriores													
1024 - Auxílio Fin. p/ ações de Saúde Assistência Social p/ enfrentamento à COVID-19-LC nº 173-Inciso I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1029 - Outras Transferências Voluntárias Públicas - (COVID-19) - Origem Estadual - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	364.876,00	391.045,81	344.416,68	165.921,78	196.754,18	203.588,05	212.706,09	161.062,99	170.076,29	164.174,89	222.310,69	262.553,99	2.859.487,45

1033 - Transf FAF de Recursos do SUS-BL de Investimento (COVID19) no bojo da ação 21C0 - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1036 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF, mínimo de de 70% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1037 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF, máximo de de 30% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1038 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104 - Demais impostos vinculados à educação básica - Exercício Corrente	179.452,39	192.323,14	169.390,14	81.603,24	96.767,14	100.128,17	104.612,58	79.213,60	83.646,50	80.744,08	109.336,29	129.128,64	1.406.345,92
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - Exercício Corrente	10.862,49	11.641,60	10.253,41	4.939,55	5.857,44	6.060,89	6.332,34	4.794,90	5.063,23	4.887,55	6.618,27	7.816,33	85.128,00
1041 - Transf. de Recursos do FNDE ref. ao Progr. Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Exerc. Corrente	271,66	291,15	256,43	123,54	146,49	151,58	158,37	119,92	126,63	122,23	165,52	195,48	2.129,00
1042 - Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Exerc. Corrente	9.980,00	10.695,80	9.420,40	4.538,25	5.381,57	5.568,49	5.817,89	4.405,35	4.651,89	4.490,47	6.080,58	7.181,31	78.212,00
1043 - Transf. de Rec. do FNDE Ref. ao Progr. Nacional de Apoio ao Transp Escolar (PNATE) - Exerc. Corrente	27,18	29,12	25,66	12,36	14,66	15,16	15,84	12,00	12,67	12,23	16,56	19,56	213,00
1044 - Outras Transferências de Recursos do FNDE - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1051 - Transf. Federais p/ Vencimentos de ACS/ACE (CF 1988 Art. 198 §4, §8, §9, §10 e § 11)-Exerc. Corrente	71.964,02	77.125,47	67.928,85	32.724,54	38.805,57	40.153,41	41.951,75	31.766,24	33.543,92	32.380,00	43.846,05	51.783,18	563.973,00
1053 - Transf. Dest. ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual - Exerc.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Anterior													
1054 - Transf. Dest. ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1056 - Auxílio Financeiro - Outorga Créd. Trib. ICMS-Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Exercicio Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1060 - Recursos não vinculados da Compensação de impostos - Recursos Livres - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1061 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1063 - Transf. Política Nac. Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064 - Assist Financ União Desti a Compl ao Pgto dos Pisos Sal. p/ Prof. da Enfermagem - Exerc Corrente	8.146,87	8.731,19	7.690,06	3.704,66	4.393,08	4.545,67	4.749,25	3.596,18	3.797,43	3.665,66	4.963,70	5.862,25	63.846,00
1065 - Particip. na Exploração de Petróleo e Gás Natural Dest. ao FEP - Lei 9.478/97- Exerc. Corrente	41.277,55	44.238,09	38.963,04	18.770,33	22.258,33	23.031,43	24.062,93	18.220,67	19.240,33	18.572,71	25.149,48	29.702,11	323.487,00
107 - Salário Educação - Exercício Corrente	39.376,54	42.200,72	37.168,62	17.905,88	21.233,24	21.970,73	22.954,72	17.381,53	18.354,23	17.717,36	23.991,24	28.334,19	308.589,00
1072 - Transf. Voluntárias Públ. Fed.-ITAIPU BINACIONAL-PROGR. ITAIPU MAIS QUE ENERGIA - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1073 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receita - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1075 - Apoio Fin p/ ações Emerg c/ ênfase em Dengue no PR-Res SESA 285/2024 e Similares - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1080 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União (ETI) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110 - Programa Apoio a Creches - Transferência Direta - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111 - Merenda Escolar - Exercicios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112 - Ed. de jovens e adultos atendimento ao EJA - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113 - Programa Dinheiro Direto na Escola - Exercicios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115 - Educação para Jovens e Adultos- Exercicios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117 - Programa Transporte Escolar Federal - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

119 - Programa PEJA - Merenda - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125 - PETE - Programa Estadual T. Escolar - Exercício Corrente	27.156,36	29.104,09	25.633,65	12.348,94	14.643,68	15.152,30	15.830,92	11.987,32	12.658,14	12.218,92	16.545,76	19.540,92	212.821,00
127 - Aquisição de Veículo Automotor para Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20051 - Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045 - Transferências de Outros Programas (Programas Estaduais ECA/FMDCA) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21126 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - Exercício Corrente	9.570,15	10.256,51	9.033,53	4.351,88	5.160,56	5.339,81	5.578,96	4.224,44	4.460,84	4.306,06	5.830,87	6.886,39	75.000,00
2494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	32.837,96	35.193,24	30.996,67	14.932,56	17.707,40	18.322,42	19.143,04	14.495,26	15.306,45	14.775,35	20.007,42	23.629,23	257.347,00
2518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	43.449,98	46.566,30	41.013,65	19.758,21	23.429,78	24.243,57	25.329,35	19.179,62	20.252,94	19.550,19	26.473,09	31.265,32	340.512,00
2879 - Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA (Progr. Estaduais) - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2934 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) (Programas Estaduais) - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.069.150,70	1.145.832,68	1.009.201,29	486.179,94	576.524,23	596.548,69	623.266,14	471.942,80	498.353,38	481.061,21	651.409,35	769.329,22	8.378.799,62
314 - Programa de Financiamento Alimentação e Nutrição - Transf. Federais - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
318 - Cotas dos SIA/SIH - SUS ESTADUAL - Transferencias Estaduais - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	132.598,54	142.108,79	125.163,47	60.297,16	71.501,87	73.985,34	77.298,90	58.531,43	61.806,93	59.662,31	80.789,29	95.413,97	1.039.158,00
495 - Atenção Básica (Programas Estaduais) - Transferencias Estaduais - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transf. Federais - Exerc. Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
497 - Vigilancia em Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
501 - Receitas de Alienações de Ativos - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
504 - Outros Royalties e Comp. Financ. e Patr. Não Previ. - Exercício Corrente	2.172,68	2.328,51	2.050,86	987,99	1.171,58	1.212,28	1.266,57	959,06	1.012,72	977,59	1.323,76	1.563,40	17.027,00
507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Exercício Corrente	31.062,26	33.290,10	29.320,53	14.125,09	16.749,87	17.331,66	18.107,88	13.711,46	14.478,77	13.976,37	18.925,53	22.351,48	243.431,00
510 - Taxas - Exercício Poder	6.789,44	7.276,39	6.408,76	3.087,39	3.661,11	3.788,28	3.957,94	2.996,98	3.164,69	3.054,89	4.136,65	4.885,48	53.208,00

de Polícia - Exercício Corrente													
511 - Taxas - Prestação de Serviços - Exercício Corrente	14.664,78	15.716,54	13.842,50	6.668,59	7.907,77	8.182,44	8.548,89	6.473,30	6.835,55	6.598,38	8.934,92	10.552,34	114.926,00
512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) - Exercício Corrente	188,98	202,53	178,38	85,94	101,91	105,45	110,17	83,41	88,08	85,03	115,14	135,98	1.481,00
518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	16.293,74	17.462,38	15.380,12	7.409,33	8.786,17	9.091,33	9.498,50	7.192,36	7.594,85	7.331,32	9.927,41	11.724,49	127.692,00
6494 - Bl de Custeio das Ações e Serv. Púb. de Saúde (Em. Parlamentar) - Transf. Federais - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços de Saúde - Emendas Individuais - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
728 - AMPLIAÇÃO DA QUADRA COBERTA - CONVENIO 011/2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
732 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) (Programas Estaduais) - Exercícios Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
734 - Convênio FIA 2006 - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - SUAS	15.615,03	16.734,97	14.739,46	7.100,70	8.420,18	8.712,64	9.102,85	6.892,76	7.278,48	7.025,94	9.513,88	11.236,11	122.373,00
936 - Componente para Qualificação da Gestão (SUAS) - Exercício Corrente	51,04	54,70	48,18	23,21	27,52	28,48	29,75	22,53	23,79	22,97	31,10	36,73	400,00
940 - Bloco de Gestão Programa Bolsa Família Cadastro Único FNAS - Exercício Corrente	68,01	72,89	64,20	30,93	36,67	37,95	39,65	30,02	31,70	30,60	41,44	48,94	533,00
Cota Inicial da Receita	**5.420.540,20**	**5.809.314,04**	**5.116.599,72**	**2.464.907,81**	**2.922.948,76**	**3.024.471,85**	**3.159.927,91**	**2.392.726,20**	**2.526.626,46**	**2.438.956,10**	**3.302.612,57**	**3.900.460,38**	**42.480.092,00**

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
000 - Emendas Parlamentares Individuais e de Bancadas Municipais - Exercício Corrente	2.454.384,58	2.630.420,89	2.316.761,93	1.116.093,44	1.323.491,88	1.369.460,78	1.430.794,51	1.083.410,28	1.144.040,19	1.104.342,97	1.495.400,10	1.766.102,46	19.234.704,01
001 - Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

040 - Regime Próprio de Previdência Social - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
094 - Retenções de Carater Consignatório - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100 - Reserva de Sobras de Taxa de Adm do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10031 - Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10054 - Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - ECA/FMDCA - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10059 - Transferências Voluntárias Estaduais, exceto SUS e SUAS - OUTRAS ÁREAS - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10069 - Transferências Voluntárias Públicas Federais, exceto SUS e SUAS - OUTRAS ÁREAS - Exercícios Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101 - Transferência do FUNDEB 60% / Fundeb mínimo 70% - inciso XI do art.	477.447,48	511.691,22	450.676,04	217.111,95	257.456,73	266.399,00	278.330,13	210.754,11	222.548,21	214.826,10	290.897,95	343.557,08	3.741.696,00

212-A da CF - Exercício Corrente													
1016 - Emendas Individuais Impositivas - Transf. Especial (Inc. I Art. 169-A da EC 105/19) - Exercícios Ant	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1017 - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 E.C. 100/2019) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1018 - Emendas Indivi Impositivas-transf c/ finalidade definida - Inciso II do Art 166-A-Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1019 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públ. em Saúde (COVID-19)-Port nº 480/2020-Execr. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102 - Transferência do FUNDEB 40% / Fundeb máximo 30% - inciso XI do art. 212-A da CF - Exercício Corrente	61.970,74	66.415,45	58.495,91	28.180,28	33.416,84	34.577,50	36.126,12	27.355,02	28.885,88	27.883,58	37.757,37	44.592,31	485.657,00
1020 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (COVID)-MAC-Port nº 395/2020-Tranf de Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1022 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - (COVID-19) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1023 - Prestação Pecuniária do Poder Judiciário alocado no FES - (COVID-19) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1024 - Auxílio Fin. p/ ações de Saúde Assistência Social p/ enfrentamento à COVID-19-LC nº 173-Inciso I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1029 - Outras Transferências Voluntárias Públicas - (COVID-19) - Origem Estadual - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103 - 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	364.876,02	391.045,99	344.416,63	165.921,77	196.754,16	203.588,03	212.706,10	161.062,91	170.076,37	164.174,87	222.310,67	262.553,93	2.859.487,45
1033 - Transf FAF de Recursos do SUS-BL de Investimento (COVID19) no bojo da ação 21C0 - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1036 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF, mínimo de de 70% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1037 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF, máximo de de 30% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1038 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, mínimo de 70% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT, máximo de 30% - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104 - Demais impostos vinculados à educação básica - Exercício Corrente	179.452,41	192.323,42	169.390,09	81.603,19	96.767,13	100.128,17	104.612,60	79.213,53	83.646,56	80.744,03	109.336,19	129.128,60	1.406.345,92
1040 - Transferências do FUNDEB - Complementação	10.862,49	11.641,59	10.253,41	4.939,55	5.857,45	6.060,89	6.332,34	4.794,90	5.063,23	4.887,55	6.618,27	7.816,33	85.128,00

da União - VAAR - Exercício Corrente													
1041 - Transf. de Recursos do FNDE ref. ao Progr. Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - Exerc. Corrente	271,66	291,14	256,43	123,54	146,49	151,58	158,36	119,92	126,63	122,24	165,52	195,49	2.129,00
1042 - Transf. de Rec. do FNDE ref. ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Exerc. Corrente	9.980,00	10.695,77	9.420,39	4.538,26	5.381,58	5.568,50	5.817,89	4.405,35	4.651,89	4.490,47	6.080,58	7.181,32	78.212,00
1043 - Transf. de Rec. do FNDE Ref. ao Progr. Nacional de Apoio ao Transp Escolar (PNATE) - Exerc. Corrente	27,18	29,12	25,65	12,36	14,66	15,17	15,85	11,99	12,67	12,23	16,56	19,56	213,00
1044 - Outras Transferências de Recursos do FNDE - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1051 - Transf. Federais p/ Vencimentos de ACS/ACE (CF 1988 Art. 198 §4, §8, §9, §10 e § 11)-Exerc. Corrente	71.964,02	77.125,47	67.928,85	32.724,54	38.805,57	40.153,41	41.951,75	31.766,24	33.543,92	32.380,00	43.846,05	51.783,18	563.973,00
1053 - Transf. Dest. ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1054 - Transf. Dest. ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1056 - Auxílio Financeiro - Outorga Créd. Trib. ICMS-Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - Exercicio Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1060 - Recursos não vinculados da Compensação de impostos - Recursos Livres - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1061 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Educação - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1062 - Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1063 - Transf. Política Nac. Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1064 - Assist Financ União Desti a Compl ao Pgto dos Pisos Sal. p/ Prof. da Enfermagem - Exerc Corrente	8.146,87	8.731,19	7.690,06	3.704,66	4.393,08	4.545,67	4.749,25	3.596,18	3.797,43	3.665,66	4.963,70	5.862,25	63.846,00
1065 - Particip. na Exploração de Petróleo e Gás Natural Dest. ao FEP - Lei 9.478/97- Exerc. Corrente	41.277,55	44.238,09	38.963,03	18.770,34	22.258,33	23.031,43	24.062,94	18.220,67	19.240,32	18.572,71	25.149,48	29.702,11	323.487,00
107 - Salário Educação - Exercício Corrente	39.376,54	42.200,67	37.168,64	17.905,89	21.233,24	21.970,73	22.954,74	17.381,53	18.354,23	17.717,36	23.991,24	28.334,19	308.589,00
1072 - Transf. Voluntárias Públ. Fed.-ITAIPU BINACIONAL-PROGR. ITAIPU MAIS QUE ENERGIA - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1073 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receita - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1075 - Apoio Fin p/ ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emerg c/ ênfase em Dengue no PR-Res SESA 285/2024 e Similares - Exerc. Anteriores													
1080 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União (ETI) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110 - Programa Apoio a Creches - Transferência Direta - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111 - Merenda Escolar - Exercicios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112 - Ed. de jovens e adultos atendimento ao EJA - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113 - Programa Dinheiro Direto na Escola - Exercicios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115 - Educação para Jovens e Adultos- Exercicios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117 - Programa Transporte Escolar Federal - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119 - Programa PEJA - Merenda - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125 - PETE - Programa Estadual T. Escolar - Exercício Corrente	27.156,36	29.104,07	25.633,65	12.348,94	14.643,68	15.152,30	15.830,92	11.987,32	12.658,15	12.218,93	16.545,76	19.540,92	212.821,00
127 - Aquisição de Veículo Automotor para Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20051 - Transferências Voluntárias Públicas Estaduais - Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2045 - Transferências de Outros Programas (Programas Estaduais ECA/FMDCA) - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21126 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social - Exercício Corrente	9.570,14	10.256,54	9.033,53	4.351,88	5.160,56	5.339,80	5.578,95	4.224,44	4.460,84	4.306,06	5.830,87	6.886,39	75.000,00
2494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	32.837,98	35.193,19	30.996,67	14.932,56	17.707,41	18.322,41	19.143,03	14.495,26	15.306,45	14.775,36	20.007,44	23.629,24	257.347,00
2518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	43.449,98	46.566,29	41.013,65	19.758,21	23.429,78	24.243,57	25.329,36	19.179,62	20.252,94	19.550,19	26.473,09	31.265,32	340.512,00
2879 - Transf. Voluntárias de Entidades Gov. Nacionais - ECA/FMDCA (Progr. Estaduais) - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2934 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) (Programas Estaduais) - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%) - Exercício Corrente	1.069.150,66	1.145.833,09	1.009.201,20	486.179,90	576.524,21	596.548,68	623.266,17	471.942,74	498.353,42	481.061,18	651.409,20	769.329,17	8.378.799,62
314 - Programa de Financiamento Alimentação e Nutrição - Transf. Federais - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
318 - Cotas dos SIA/SIH - SUS ESTADUAL - Transferencias Estaduais -	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercícios Anteriores													
494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	132.598,53	142.108,80	125.163,46	60.297,15	71.501,87	73.985,33	77.298,91	58.531,43	61.806,95	59.662,32	80.789,28	95.413,97	1.039.158,00

495 - Atenção Básica (Programas Estaduais) - Transferencias Estaduais - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
496 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transf. Federais - Exerc. Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
497 - Vigilancia em Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
501 - Receitas de Alienações de Ativos - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
504 - Outros Royalties e Comp. Financ. e Patr. Não Previ. - Exercício Corrente	2.172,69	2.328,48	2.050,85	988,00	1.171,59	1.212,27	1.266,57	959,07	1.012,73	977,59	1.323,77	1.563,39	17.027,00
507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF - Exercício Corrente	31.062,26	33.290,11	29.320,53	14.125,09	16.749,87	17.331,65	18.107,88	13.711,45	14.478,77	13.976,37	18.925,54	22.351,48	243.431,00
510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia - Exercício Corrente	6.789,44	7.276,41	6.408,75	3.087,39	3.661,11	3.788,27	3.957,93	2.996,98	3.164,70	3.054,89	4.136,65	4.885,48	53.208,00
511 - Taxas - Prestação de Serviços - Exercício Corrente	14.664,77	15.716,60	13.842,50	6.668,58	7.907,77	8.182,43	8.548,89	6.473,30	6.835,55	6.598,37	8.934,91	10.552,33	114.926,00
512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB) - Exercício Corrente	188,98	202,56	178,38	85,93	101,91	105,44	110,16	83,41	88,08	85,03	115,14	135,98	1.481,00
518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Exercício Corrente	16.293,74	17.462,36	15.380,12	7.409,33	8.786,17	9.091,34	9.498,51	7.192,36	7.594,85	7.331,32	9.927,41	11.724,49	127.692,00
6494 - Bl de Custeio das Ações e Serv. Púb. de Saúde (Em. Parlamentar) - Transf. Federais - Exerc. Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6518 - Bloco de Investimento na Rede de Serviços de Saúde - Emendas Individuais - Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
728 - AMPLIAÇÃO DA QUADRA COBERTA - CONVENIO 011/2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
732 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS) (Programas Estaduais) - Exercícios Anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
734 - Convênio FIA 2006 - Exercício Corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
934 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - SUAS	15.615,02	16.734,98	14.739,47	7.100,69	8.420,17	8.712,64	9.102,85	6.892,76	7.278,49	7.025,94	9.513,87	11.236,12	122.373,00
936 - Componente para Qualificação da Gestão (SUAS) - Exercício Corrente	51,04	54,70	48,18	23,21	27,52	28,48	29,75	22,53	23,79	22,97	31,10	36,73	400,00
940 - Bloco de Gestão Programa Bolsa Família Cadastro Único FNAS - Exercício Corrente	68,01	72,89	64,20	30,93	36,67	37,95	39,65	30,02	31,70	30,60	41,44	48,94	533,00
Cronograma de Desembolso Inicial	**5.121.707,14**	**5.489.051,08**	**4.834.522,20**	**2.329.017,56**	**2.761.807,43**	**2.857.733,42**	**2.985.722,11**	**2.260.815,32**	**2.387.334,94**	**2.304.496,89**	**3.120.539,15**	**3.685.428,76**	**40.138.176,00**

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE BIAZOTTO
Contador

Publicado por:
Bruna Gabriela Dos Santos Bernardes
Código Identificador:03472F0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

CAMARA MUNICIPAL
SICONFI

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138
Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	153.445,69	155.414,58	157.881,88	158.807,38	155.188,90	161.285,91	155.188,90	155.188,90	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	1.943.845,98	0,00
Pessoal Ativo	153.445,69	155.414,58	157.881,88	158.807,38	155.188,90	161.285,91	155.188,90	155.188,90	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	1.943.845,98	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	126.814,63	128.287,30	130.480,90	131.195,51	128.205,03	133.243,84	128.205,03	128.205,03	128.205,03	127.790,32	183.777,06	130.985,95	1.605.395,63	0,00
Obrigações Patronais	26.631,06	27.127,28	27.400,98	27.611,87	26.983,87	28.042,07	26.983,87	26.983,87	26.983,87	26.835,96	38.593,17	28.272,48	338.450,35	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	153.445,69	155.414,58	157.881,88	158.807,38	155.188,90	161.285,91	155.188,90	155.188,90	155.188,90	154.626,28	222.370,23	159.258,43	1.943.845,98	0,00

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138
Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	123.115.553,72	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF)	3.082.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	115.450,37	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.249.676,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	117.668.427,35	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	1.943.845,98	1,65
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.060.105,64	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.707.100,36	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	6.354.095,08	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138
Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138
Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138

Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138
Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF – Anexo 01 | Tabela 1.2 – Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138
Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa								
	Disponibilidade de Caixa								
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR (Poder Legislativo)
CNPJ: 95590998000138
Exercício: 2025
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	123.115.553,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	117.668.427,35

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.943.845,98	1,65
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	7.060.105,64	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	6.707.100,36	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	6.354.095,08	5,40

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2025
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by VALDIR ANTONIO CARVALHO:53882903015 Date: 2026.01.30 16:40:05 BRT
Reason: Perfil: Titular do Poder Legislativo
Location: Instituição: Câmara de Vereadores de Santo Antônio do Sudoeste - PR
Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicado por:
Tanal Massoud Karam
Código Identificador:481EE746

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MUNICÍPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.800.000,00	7.800.000,00	567.235,56	7,27 %	6.015.062,08	77,12 %	1.784.937,92
RECEITAS CORRENTES	7.800.000,00	7.800.000,00	567.235,56	7,27 %	6.015.062,08	77,12 %	1.784.937,92
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	80.000,00	80.000,00	27.735,50	34,67 %	162.633,06	203,29 %	-82.633,06
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Valores Mobiliários	80.000,00	80.000,00	27.735,50	34,67 %	162.633,06	203,29 %	-82.633,06
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.720.000,00	7.720.000,00	539.500,06	6,99 %	5.852.429,02	75,81 %	1.867.570,98

Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	7.720.000,00	7.720.000,00	539.500,06	6,99 %	5.852.429,02	75,81 %	1.867.570,98
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.800.000,00	7.800.000,00	567.235,56	7,27 %	6.015.062,08	77,12 %	1.784.937,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	7.800.000,00	7.800.000,00	567.235,56	7,27 %	6.015.062,08	77,12 %	1.784.937,92
DÉFICIT (VI)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00 %	531.732,41	0,00 %	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	7.800.000,00	7.800.000,00	567.235,56	7,27 %	6.546.794,49	83,93 %	1.253.205,51
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.800.000,00	7.800.000,00	710.350,29	6.546.794,49	1.253.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	1.425.824,63	6.190.323,78	172.619,12
DESPESAS CORRENTES	7.701.000,00	7.586.000,00	710.350,29	6.417.263,70	1.168.736,30	1.157.754,70	6.246.594,47	1.339.405,53	6.062.742,88	170.669,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	598.000,00	628.000,00	139.472,26	608.780,26	19.219,74	139.472,26	608.780,26	19.219,74	599.457,28	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.103.000,00	6.958.000,00	570.878,03	5.808.483,44	1.149.516,56	1.018.282,44	5.637.814,21	1.320.185,79	5.463.285,60	170.669,23
DESPESAS DE CAPITAL	21.000,00	136.000,00	0,00	129.530,79	6.469,21	0,00	127.580,90	8.419,10	127.580,90	1.949,89

INVESTIMENTOS	21.000,00	136.000,00	0,00	129.530,79	6.469,21	0,00	127.580,90	8.419,10	127.580,90	1.949,89
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.800.000,00	7.800.000,00	710.350,29	6.546.794,49	1.253.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	1.425.824,63	6.190.323,78	172.619,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	7.800.000,00	7.800.000,00	710.350,29	6.546.794,49	1.253.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	1.425.824,63	6.190.323,78	172.619,12
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	7.800.000,00	7.800.000,00	710.350,29	6.546.794,49	1.253.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	1.425.824,63	6.190.323,78	172.619,12
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Informatizado - CODENOP - CONSÓRCIO INTERM DESENV TERR NORDESTE DO PARANÁ - 29/jan/2026 - 15h e 08m										
Nota: ¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										
CONSOLIDAÇÃO GERAL										

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:255AC34F

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
DESPESA COM PESSOAL

CODENOP - CONSÓRCIO INTERM DESENV TERR NORDESTE DO PARANÁ														
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL														
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL														
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025														
CODENOP - CONSÓRCIO INTERM DESENV TERR NORDESTE DO PARANÁ														
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														Em Reais
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/25	Fev/25	Mar/25	Abr/25	Mai/25	Jun/25	Jul/25	Ago/25	Set/25	Out/25	Nov/25	Dez/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	35.599,41	39.932,84	45.138,79	56.471,22	42.315,53	61.845,28	52.790,00	49.863,61	46.157,89	39.193,43	55.050,70	84.421,56	608.780,26	0,00
Pessoal Ativo	35.599,41	39.932,84	45.138,79	56.471,22	42.315,53	61.845,28	52.790,00	49.863,61	46.157,89	39.193,43	55.050,70	84.421,56	608.780,26	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	29.124,44	32.705,79	36.105,20	46.514,80	42.315,53	41.996,29	42.993,00	40.426,33	37.191,42	39.193,43	37.510,66	68.707,20	494.784,09	0,00
Obrigações Patronais	6.474,97	7.227,05	9.033,59	9.956,42	0,00	19.848,99	9.797,00	9.437,28	8.966,47	0,00	17.540,04	15.714,36	113.996,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art . 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.599,41	39.932,84	45.138,79	56.471,22	42.315,53	61.845,28	52.790,00	49.863,61	46.157,89	39.193,43	55.050,70	84.421,56	608.780,26	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	6.015.062,08	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00
(-) Transferência obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §16, da CF)	0,00	0,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	6.015.062,08	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	608.780,26	10,12
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.248.133,52	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.085.726,84	51,30
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.923.320,17	48,60
FONTE: Sistema Informatizado - CODENOP - CONSÓRCIO INTERM DESENV TERR NORDESTE DO PARANÁ - 29/jan/2026 - 15h e 12m		
1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL		

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:AEF7F6A1

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

CODENOP - CONSÓRCIO INTERM DESENV TERR NORDESTE DO PARANÁ										
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
JANEIRO A DEZEMBRO/2025										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)[1] (g) = (a - (b + c + d + e) - f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigações Financeiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**258.186,19**	**128.421,39**	**1.486.163,49**	**939.295,50**	**0,00**	**0,00**	**-2.295.694,19**	**0,00**	**0,00**	**-2.295.694,19**
Recursos Não Vinculados de Impostos	258.186,19	128.421,39	1.486.163,49	939.295,50	0,00	0,00	-2.295.694,19	0,00	0,00	-2.295.694,19
Outros Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**65.722,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**65.722,93**	**0,00**	**0,00**	**65.722,93**
Recursos Vinculados à Educação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos de Operações de Crédito (exceto Vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários	**11.988,93**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.988,93**	**0,00**	**0,00**	**11.988,93**
Outras Vinculações	**53.734,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**53.734,00**	**0,00**	**0,00**	**53.734,00**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**323.909,12**	**128.421,39**	**1.486.163,49**	**939.295,50**	**0,00**	**0,00**	**-2.229.971,26**	**0,00**	**0,00**	**-2.229.971,26**
FONTE: Sistema Informatizado - CODENOP - CONSÓRCIO INTERM DESENV TERR NORDESTE DO PARANÁ - 29/jan/2026 - 15h e 12m										
Nota:										
1. Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
2. Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.										
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL										

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:2AEF1FCB

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
FUNÇÃO E SUB FUNÇÃO

MUNICÍPIO DE SAO JERONIMO DA SERRA											
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA											
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO											
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL											
JANEIRO A DEZEMBRO 2025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO											
RREO - Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											Em Reais
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/tot. b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/tot. d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.800.000,00	7.800.000,00	710.350,29	6.546.794,49	100,00	1.253.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	100,00	1.425.824,63	172.619,12
Urbanismo	7.722.000,00	7.722.000,00	710.350,29	6.546.794,49	100,00	1.175.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	100,00	1.347.824,63	172.619,12
Infra Estrutura Urbana	7.722.000,00	7.722.000,00	710.350,29	6.546.794,49	100,00	1.175.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	100,00	1.347.824,63	172.619,12
Reserva de Contingência	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00
Reserva de Contingência	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.800.000,00	7.800.000,00	710.350,29	6.546.794,49	100,00	1.253.205,51	1.157.754,70	6.374.175,37	100,00	1.425.824,63	172.619,12
FONTE: Sistema Informatizado - CODENOP - CONSÓRCIO INTERM DESENV TERR NORDESTE DO PARANÁ - 29/jan/2026 - 15h e 11m											
Parâmetro: CONSOLIDAÇÃO GERAL											

Publicado por:
Dianara Christina Martins Pereira
Código Identificador:B22E7893

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 011/2026 DE: 30/01/2026 - ANEXO I RECEITA

Prefeitura Municipal de Sulina - PR
Programação Financeira da Receita Mensal
Janeiro/2026
DECRETO Nº 011/2026. - Anexo I

R$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL						Total Programação Financeira	Previsão Atualizada 2026
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun		
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
RECEITAS CORRENTES (A)	4.384.937,49	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30		
	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30	4.308.359,30	51.776.889,79	51.776.889,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	277.967,70	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30		
	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	276.639,30	3.321.000,00	3.321.000,00
Impostos	251.183,70	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30		
	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	249.983,30	3.001.000,00	3.001.000,00
Taxas	25.947,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00		
	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	310.000,00	310.000,00
Contribuição de Melhoria	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Contribuições	34.233,30	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70		
	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	409.000,00	409.000,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	34.233,30	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70		
	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	34.069,70	409.000,00	409.000,00
Receita Patrimonial	29.295,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00		
	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	29.155,00	350.000,00	350.000,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.348,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00		
	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	3.332,00	40.000,00	40.000,00
Valores Mobiliários	25.947,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00		
	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	25.823,00	310.000,00	310.000,00
Receita Agropecuária	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
Receita Agropecuária	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
Receita de Serviços	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
Outros Serviços	5.022,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00		
	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	4.998,00	60.000,00	60.000,00
Transferências Correntes	4.033.397,49	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30		
	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30	3.958.499,30	47.576.889,79	47.576.889,79
Transferências da União e de suas Entidades	2.733.117,99	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80		
	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	2.664.433,80	32.041.889,79	32.041.889,79
Transfe. dos Estados, Distrito Federal e de suas Entidades	1.031.602,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50		
	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	1.026.672,50	12.325.000,00	12.325.000,00
Transferências de Instituições Privadas	837,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00		
	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	833,00	10.000,00	10.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	267.840,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00		
	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	266.560,00	3.200.000,00	3.200.000,00

FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 30/Jan/2026, 07h e 37m.

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA MENSAL						Total Programação Financeira	Previsão Atualizada 2026
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun		
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		

DEDUÇÕES (B)	-604.397,70	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30		
	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-601.509,30	-7.221.000,00	-7.221.000,00
RECEITAS CAPITAL (D)	28.704.223,12	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	-	-	28.704.223,12	28.704.223,12
RECEITA TOTAL (A-B+D)	32.484.762,91	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00		
	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00	3.706.850,00	73.260.112,91	73.260.112,91
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 30/Jan/2026, 07h e 37m.								

Publicado por:
Elenice Minuzzi
Código Identificador:5C654340

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária							
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social							
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							Em Reais
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**				**SALDO (a-c)**
			No 6º Bimestre (b)	**% (b/a)**	**Até 6º Bimestre (c)**	**% (c/a)**	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.134.932,00	25.134.932,00	5.456.571,89	21,71	25.635.171,58	101,99	(500.239,58)
RECEITAS CORRENTES	25.134.932,00	25.134.932,00	5.456.571,89	21,71	25.635.171,58	101,99	(500.239,58)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	8.484.452,00	8.484.452,00	2.664.305,73	31,40	10.791.928,70	127,20	(2.307.476,70)
Contribuições Sociais	8.484.452,00	8.484.452,00	2.664.305,73	31,40	10.791.928,70	127,20	(2.307.476,70)
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.882.160,00	7.882.160,00	1.281.415,12	16,26	6.891.566,68	87,43	990.593,32
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	7.882.160,00	7.882.160,00	1.281.415,12	16,26	6.891.566,68	87,43	990.593,32
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.768.320,00	8.768.320,00	1.510.851,04	17,23	7.951.676,20	90,69	816.643,80
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	368,64	0,00	(368,64)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Multa e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	8.768.320,00	8.768.320,00	1.510.851,04	17,23	7.951.307,56	90,68	817.012,44
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.134.932,00	25.134.932,00	5.456.571,89	21,71	25.635.171,58	101,99	(500.239,58)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	25.134.932,00	25.134.932,00	5.456.571,89	21,71	25.635.171,58	101,99	(500.239,58)
DÉFICIT (VI)[1]	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**25.134.932,00**	**25.134.932,00**	**5.456.571,89**	**21,71**	**25.635.171,58**	**101,99**	**(500.239,58)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	**DOTAÇÃO INICIAL (d)**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**SALDO (g) = (e-f)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		**SALDO (i) = (e-h)**	**DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (j)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)**
			No 6º Bimestre	**Até 6º Bimestre (f)**		**No 6º Bimestre**	**Até 6º Bimestre (h)**			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.618.932,00	25.618.932,00	3.494.727,17	14.965.756,93	10.653.175,07	3.477.802,52	14.943.660,23	10.675.271,77	14.941.829,51	22.096,70
DESPESAS CORRENTES	25.368.932,00	25.368.932,00	3.492.237,17	14.954.101,93	10.414.830,07	3.475.312,52	14.932.005,23	10.436.926,77	14.930.174,51	22.096,70
Pessoal e Encargos Sociais	22.455.612,00	22.457.612,00	3.431.893,55	14.766.014,01	7.691.597,99	3.431.893,55	14.766.014,01	7.691.597,99	14.766.014,01	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.913.320,00	2.911.320,00	60.343,62	188.087,92	2.723.232,08	43.418,97	165.991,22	2.745.328,78	164.160,50	22.096,70
DESPESAS DE CAPITAL	250.000,00	250.000,00	2.490,00	11.655,00	238.345,00	2.490,00	11.655,00	238.345,00	11.655,00	0,00

Investimentos	250.000,00	250.000,00	2.490,00	11.655,00	238.345,00	2.490,00	11.655,00	238.345,00	11.655,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	65.000,00	65.000,00	4.372,56	17.728,99	47.271,01	4.372,56	17.728,99	47.271,01	17.728,99	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.683.932,00	25.683.932,00	3.499.099,73	14.983.485,92	10.700.446,08	3.482.175,08	14.961.389,22	10.722.542,78	14.959.558,50	22.096,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (X + XI)	25.683.932,00	25.683.932,00	3.499.099,73	14.983.485,92	10.700.446,08	3.482.175,08	14.961.389,22	10.722.542,78	14.959.558,50	22.096,70
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	10.651.685,66	-	-	10.673.782,36	-	10.675.613,08	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	**25.683.932,00**	**25.683.932,00**	**3.499.099,73**	**25.635.171,58**	**-**	**3.482.175,08**	**25.635.171,58**	**-**	**25.635.171,58**	**22.096,70**
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA -PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:39:39.										
[1] O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.										
NOTA:										

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No 6º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 6º Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 6º Bimestre (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (f)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	65.000,00	65.000,00	4.372,56	17.728,99	47.271,01	4.372,56	17.728,99	47.271,01	17.728,99	0,00
DESPESAS CORRENTES	65.000,00	65.000,00	4.372,56	17.728,99	47.271,01	4.372,56	17.728,99	47.271,01	17.728,99	0,00
PESSOAL E ENGARGOS SOCIAIS	65.000,00	65.000,00	4.372,56	17.728,99	47.271,01	4.372,56	17.728,99	47.271,01	17.728,99	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:2B38AB6C

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 01 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA		
Prestação de Contas		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
Poder: Consolidado		
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro		
RGF - ANEXO 1 (LRF, art . 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	**DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)**	

	LIQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/2025	Fev/2025	Mar/2025	Abr/2025	Mai/2025	Jun/2025	Jul/2025	Ago/2025	Set/2025	Out/2025	Nov/2025	Dez/2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.060.954,51	1.173.615,03	1.125.198,61	1.133.198,63	1.126.099,47	1.135.301,40	1.143.066,79	1.144.554,69	1.152.743,88	1.152.743,88	1.152.874,23	2.283.391,88	14.783.743,00	0,00
Pessoal Ativo	16.986,37	18.051,40	18.051,41	26.051,43	18.175,97	18.374,26	21.135,20	18.348,81	18.577,63	18.577,63	18.577,63	36.595,98	247.503,72	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.325,78	15.224,01	15.224,01	22.659,15	15.478,22	15.478,22	17.976,80	15.478,22	15.478,22	15.478,22	15.478,22	30.600,53	208.879,60	0,00
Obrigações Patronais	2.660,59	2.827,39	2.827,40	3.392,28	2.697,75	2.896,04	3.158,40	2.870,59	3.099,41	3.099,41	3.099,41	5.995,45	38.624,12	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.043.968,14	1.155.563,63	1.107.147,20	1.107.147,20	1.107.923,50	1.116.927,14	1.121.931,59	1.126.205,88	1.134.166,25	1.134.166,25	1.134.296,60	2.246.795,90	14.536.239,28	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	947.706,77	1.058.471,48	1.010.055,05	1.010.055,05	1.010.907,22	1.020.738,61	1.023.628,80	1.028.517,47	1.037.363,34	1.037.363,34	1.034.063,51	2.053.702,06	13.272.572,70	0,00
Pensões	96.261,37	97.092,15	97.092,15	97.092,15	97.016,28	96.188,53	98.302,79	97.688,41	96.802,91	96.802,91	100.233,09	193.093,84	1.263.666,58	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.714.301,56	1.134.166,25	1.134.296,60	2.246.795,90	11.229.560,31	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.714.301,56	1.134.166,25	1.134.296,60	2.246.795,90	11.229.560,31	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.060.954,51	1.173.615,03	1.125.198,61	1.133.198,63	1.126.099,47	1.135.301,40	1.143.066,79	1.144.554,69	(5.561.557,68)	18.577,63	18.577,63	36.595,98	3.554.182,69	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.451,45	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00	-
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22)	0,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	1.451,45	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	3.554.182,69	244.871,18
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	870,87	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	827,33	57,00
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	783,78	54,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:07:14.		
* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a		
ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
NOTA:		

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:E4DD7423

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 02 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO-SUBFUNÇÃO

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR												
Relatório Resumido da Execução Orçamentária												
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO												
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social												
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro												
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")												Em Reais
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A	
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	%		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre	%			

		(a)		(b)	(b/total b)			(d)	(d/total d)		PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	26.254.932,00	26.254.932,00	3.494.727,17	14.965.756,93	99,88	11.289.175,07	3.477.802,52	14.943.660,23	99,88	11.311.271,77	22.096,70
ADMINISTRAÇÃO	26.004.932,00	4.243.161,28	78.655,90	3.692.052,85	24,64	551.108,43	61.731,25	3.669.956,15	24,53	573.205,13	22.096,70
Demais Subfunções	26.004.932,00	4.243.161,28	78.655,90	3.692.052,85	24,64	551.108,43	61.731,25	3.669.956,15	24,53	573.205,13	22.096,70
PREVIDÊNCIA SOCIAL	250.000,00	22.011.770,72	3.416.071,27	11.273.704,08	75,24	10.738.066,64	3.416.071,27	11.273.704,08	75,35	10.738.066,64	0,00
Previdência do Regime Estatutário	250.000,00	22.011.770,72	3.416.071,27	11.273.704,08	75,24	10.738.066,64	3.416.071,27	11.273.704,08	75,35	10.738.066,64	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**65.000,00**	**65.000,00**	**4.372,56**	**17.728,99**	**0,12**	**47.271,01**	**4.372,56**	**17.728,99**	**0,12**	**47.271,01**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**26.319.932,00**	**26.319.932,00**	**3.499.099,73**	**14.983.485,92**	**100,00**	**11.336.446,08**	**3.482.175,08**	**14.961.389,22**	**100,00**	**11.358.542,78**	**22.096,70**

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:40:42.

NOTA:

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (b)	% (b/III b)		No 6º Bimestre	Até 6º Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	65.000,00	65.000,00	4.372,56	17.728,99	0,12	47.271,01	4.372,56	17.728,99	0,12	47.271,01	0,00
ADMINISTRAÇÃO	65.000,00	65.000,00	4.372,56	17.728,99	0,12	47.271,01	4.372,56	17.728,99	0,12	47.271,01	0,00
Demais Subfunções	65.000,00	65.000,00	4.372,56	17.728,99	0,12	47.271,01	4.372,56	17.728,99	0,12	47.271,01	0,00

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:DF253837

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 03 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA

Prestação de Contas

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.028.744,74	1.641.171,71	1.799.091,98	2.126.121,37	1.873.949,18	2.015.812,91	2.094.033,09	2.236.785,76	1.403.109,98	2.959.778,97	2.418.803,06	3.037.768,83	25.635.171,58	25.134.932,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	730.077,30	753.314,62	851.293,47	799.831,29	802.815,19	873.171,43	871.227,74	801.076,66	71.571,36	1.573.243,91	982.732,78	1.681.572,95	10.791.928,70	8.484.452,00
Receita Patrimonial	756.381,08	345.913,28	404.121,37	782.639,03	527.482,94	363.123,67	486.276,43	699.180,18	595.009,70	650.023,88	699.603,94	581.811,18	6.891.566,68	7.882.160,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	756.381,08	345.913,28	404.121,37	782.639,03	527.482,94	363.123,67	486.276,43	699.180,18	595.009,70	650.023,88	699.603,94	581.811,18	6.891.566,68	7.882.160,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	542.286,36	541.943,81	543.677,14	543.651,05	543.651,05	779.517,81	736.528,92	736.528,92	736.528,92	736.511,18	736.466,34	774.384,70	7.951.676,20	8.768.320,00
DEDUÇÕES (II)	2.028.402,19	1.641.171,71	1.799.065,89	2.126.121,37	1.873.949,18	2.014.730,10	2.094.033,09	2.236.785,76	1.403.109,98	2.959.778,97	2.418.803,06	3.037.768,83	25.633.720,13	25.134.932,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	332.894,92	318.405,89	419.114,99	365.312,47	366.395,34	367.474,45	366.781,68	365.616,56	4.399,93	680.022,48	419.589,41	724.194,58	4.730.202,70	3.979.452,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	939.126,19	976.852,54	975.829,53	978.169,87	980.070,90	1.284.131,98	1.240.974,98	1.171.989,02	803.700,35	1.629.732,61	1.299.609,71	1.731.763,07	14.011.950,75	13.273.320,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	756.381,08	345.913,28	404.121,37	782.639,03	527.482,94	363.123,67	486.276,43	699.180,18	595.009,70	650.023,88	699.603,94	581.811,18	6.891.566,68	7.882.160,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	**342,55**	**0,00**	**26,09**	**0,00**	**0,00**	**1.082,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.451,45**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**342,55**	**0,00**	**26,09**	**0,00**	**0,00**	**1.082,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.451,45**	**0,00**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferência da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**342,55**	**0,00**	**26,09**	**0,00**	**0,00**	**1.082,81**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.451,45**	**0,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:11:01.														
NOTA:														

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:A093A49E

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 05 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA										
Prestação de Contas										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
Poder: Consolidado										
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Semestre Julho-Dezembro										
RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)**	**OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS**				**INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1 (g) = (a-(b+c+d+e)-f)**	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)**	**EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)**	**DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)**
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		**Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)**	**Demais Obrigações Financeiras (e)**					
		De Exercícios Anteriores (b)	**Do Exercício (c)**							
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntarias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Voluntárias - Emendas Individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Ordinários / Livres	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES (IV)	**22.215,38**	**0,00**	**1.830,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.384,66**	**22.096,70**	**0,00**	**(1.712,04)**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)2	5,34	0,00	1.717,38	0,00	0,00	0,00	(1.712,04)	0,00	0,00	(1.712,04)
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	22.210,04	0,00	113,34	0,00	0,00	0,00	22.096,70	22.096,70	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	**22.215,38**	**0,00**	**1.830,72**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.384,66**	**22.096,70**	**0,00**	**(1.712,04)**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:08:10.										
1 Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.										
2 Nessa linha não devem ser informados os investimentos destinados à acumulação para pagamentos futuros.										
NOTA:										

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:DAE4ADBA

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 07 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)												Em Reais
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total l = (e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2024 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2024 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	0,00	108,00	108,00	0,00	0,00	0,00	38.338,22	28.143,12	28.143,12	10.195,10	0,00	0,00
Executivo	0,00	108,00	108,00	0,00	0,00	0,00	38.338,22	28.143,12	28.143,12	10.195,10	0,00	0,00
Superintendência da Previsterra	0,00	108,00	108,00	0,00	0,00	0,00	38.338,22	28.143,12	28.143,12	10.195,10	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**108,00**	**108,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**38.338,22**	**28.143,12**	**28.143,12**	**10.195,10**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:41:40.												
NOTA:												

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:F4A902D5

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social				
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro				
RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)				R$ 1,00
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até 6º Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até 6º Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até 6º Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até 6º Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	**DESPESAS EMPENHADAS (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS (e)**	**DESPESAS PAGAS (f)**
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (LC 141/2012)		0,00	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15,00 % (Lei Orgânica Municipal)		0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (h ou i) - XVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	-	-
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**0,00**	**0,00**	**-**

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))**
		Empenhadas (i)	**Liquidadas (j)**	**Pagas (k)**	
Diferença de limite não cumprido em 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	**Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)**	**Valor aplicado em ASPS no exercício (n)**	**Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0**	**Total inscrito em RP no exercício (p)**	**RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício s/ Disponibilidade Financeira (q) = (XIIId)**	**Valor inscrito em RP considerado no Limite[1] (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = 0**	**Total de RP pagos (s)**	**Total de RP a pagar (t)**	**Total de RP cancelados ou prescritos (u)**	**Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados[2] (v) = ((o + q) - u)**
Empenhos de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										**0,00**
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w-(x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a compensar (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até 6º Bimestre (b)	**% (b/a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente da União - Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até 6º Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até 6º Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até 6º Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)**
			Até 6º Bimestre (d)	**% (d/c) x 100**	**Até 6º Bimestre (e)**	**% (e/c) x 100**	**Até 6º Bimestre (f)**	**% (f/c) x 100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:27:59.									
[1] A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.									
[2] O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".									
[3] Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.									
NOTA:									

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:C5C0C688

PREVISTERRA - PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2025 / Bimestre Novembro-Dezembro	
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)	Em reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até 6º Bimestre
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2025)	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	6.270.450,64	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41	7.421.998,41
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREVISTERRA - PREV. SOC. S. P. TERRA ROXA. Emissão: 29/01/2026, às 09:43:28.											
NOTA:											

Publicado por:
Eizabeth Cristina Aloisio
Código Identificador:E16B97EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

Câmara Municipal de Tijucas do Sul
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.

Súmula “Estabelece a Programação Financeira e Cronograma de Desembolso Mensal para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, Estado do Paraná, aprovou e o Presidente promulgou a seguinte Resolução:
Art. 1º Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso Mensal para o exercício financeiro de 2026, do legislativo Municipal de Tijucas do Sul.
Parágrafo único – O Anexo I desta resolução estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso par o exercício financeiro de 2026.
Art. 2º A verificação do cumprimento da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso se dará mensalmente e, caso, seja verificado o desequilíbrio fiscal, o mesmo deverá ser reduzido no bimestre seguinte.

Art. 3º A Programação Financeira e o Desembolso Mensal aprovadas por esta resolução abrangem as despesas e receitas já previstas no orçamento, sendo que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento de despesas e que não estejam previstas no orçamento inicial, somente possuirão sua programação e execução após expressa determinação da Mesa Diretora.
Art. 4º A programação Financeira e o Cronograma de Desembolso Mensal aprovada por esta Resolução poderá ser alterada durante o corrente exercício, sempre que o comportamento da arrecadação e a realização das despesas indicarem a necessidade de intervenção para alcançar o equilíbrio proposto pelas metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tijucas do Sul, 29 de janeiro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

SANDRA DE FATIMA ANDRADE
1° Secretária

Câmara Municipal de Tijucas do Sul
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 29 DE JANEIRO DE 2026.
MENSAGEM
Apresentamos a presente resolução que estabelece um planejamento financeiro e um cronograma de desembolso mensal para 2026. Este planejamento é essencial para garantir a gestão eficiente e transparente das despesas e receitas do legislativo municipal, promovendo a estabilidade financeira ao longo do ano.
Além disso, a resolução permite ajustes na programação financeira e no cronograma de desembolso, conforme necessário, para alcançar as metas fiscais estabelecidas. A verificação mensal do cumprimento do planejamento financeiro garante que qualquer desequilíbrio seja corrigido prontamente, promovendo o controle fiscal a longo prazo.
Por fim, a presente matéria atende as exigências do Art 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Contamos com a colaboração do Plenário para aprovação da presente matéria.

Tijucas do Sul, 29 de janeiro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

SANDRA DE FATIMA ANDRADE
1° Secretária

Câmara Municipal de Tijucas do Sul							
CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL PR							
ESTADO DO PARANA							
ANEXO III	CRONOGRAMA FINANCEIRO, Exercicio 2026						
ART. 13º - L.R.F 101/00 - METAS BIMESTRAIS							R$ 1,00
INTERFÊNCIAS	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	Total
VALOR	1.033.333,33	1.033.333,33	1.033.333,33	1.033.333,33	1.033.333,33	1.033.333,33	6.200.000,00

ART. 8.º L.R.F 101/00 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA													
Despesas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Pessoal e encargos	313.076,92	313.076,92	313.076,92	313.076,92	313.076,92	407.000,00	313.076,92	313.076,92	313.076,92	313.076,92	313.076,92	532.230,77	4.070.000,00
Despesas Correntes	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	1.210.000,00
Investimentos	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	76.666,67	920.000,00
Total Despesas	490.576,92	490.576,92	490.576,92	490.576,92	490.576,92	584.500,00	490.576,92	490.576,92	490.576,92	490.576,92	490.576,92	709.730,77	6.200.000,00

Tijucas do Sul, 27 de janeiro de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Marcia Regina Valaski
Código Identificador:9A343E8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEM FUNDO CRIANÇA ADOLESCENTE

ESTADO DO PARANÁ													
MUNICÍPIO DE VITORINO											Exercício de 2025		
Balancete da Despesa (Detalhamento mensal empenhado)											Período de: Janeiro a Dezembro		
ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO													
Parâmetros: Tipo do Recurso: TODOS; Agrupar por: ²: QA2; Exercício: 2025; Entidades: [{"valor":"554","descricao":"PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO"}]; Mês Fim: 12; Categoria do Recurso: TODOS; Agrupar por: ¹: QO_N1; Demonstrar despesas: O; Organograma: [{"valor":"07002","descricao":"07002 / FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE"}]; Tipo de Período: NO; Consolidado: N; Mês Início: 1; Colunas: CLE; Listar despesas orçamentárias por: NPE - Versão: 62 de 28/01/2026 08:21:13													
Organograma Nível 1 / Ação Nível 2 / Natureza da despesa (Executada)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**48.848,58**	**63.280,40**	**54.071,65**	**53.771,45**	**54.123,69**	**54.074,30**	**28.270,86**	**48.717,18**	**110.319,50**	**51.557,23**	**57.015,12**	**62.435,69**	**686.485,65**
6015 - MANTER O CONSELHO TUTELAR	**33.106,99**	**45.146,11**	**37.133,71**	**41.178,81**	**33.257,90**	**31.616,33**	**28.270,86**	**28.526,48**	**32.362,75**	**31.113,27**	**33.910,03**	**56.245,88**	**431.869,12**
3.1.90.11.01.07.00.00 - REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE CONSELHOS	25.452,80	27.324,00	27.474,28	27.490,98	23.393,90	22.770,00	20.965,16	22.770,00	22.770,00	22.770,00	22.770,00	22.770,00	288.721,12
3.1.90.11.42.00.00.00 - FÉRIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	707,45	371,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.033,87	0,00	0,00	2.112,41
3.1.90.11.43.07.00.00 - 13º SALÁRIO-MEMBROS DE CONSELHOS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.518,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.770,00	24.288,00
3.1.90.11.45.01.00.00 - FÉRIAS-ABONO CONSTITUCIONAL-PESSOAL EFETIVO	0,00	4.580,96	-60,16	0,00	0,00	3.430,57	1.908,55	0,00	809,88	1.839,79	0,00	842,49	13.352,08
3.1.90.11.45.07.00.00 - FÉRIAS-ABONO CONSTITUCIONAL-MEMBROS DE	1.518,00	6.072,00	2.813,36	2.924,68	2.024,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524,22	15.876,26
3.1.90.13.02.09.00.00 - INSS SOBRE A REMUNERAÇÃO DE MEMBROS DE	5.394,16	5.667,20	5.738,04	5.768,40	5.009,40	4.554,00	4.554,00	4.554,00	4.554,00	4.554,00	4.554,00	9.108,00	64.009,20
3.3.90.30.01.02.00.00 - GASOLINA	427,75	480,22	481,15	397,03	551,02	458,06	283,97	776,11	550,67	584,24	549,65	231,17	5.771,04
3.3.90.30.99.01.00.00 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.655,75	0,00	4.655,75
3.3.90.39.19.99.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161,82	0,00	0,00	0,00	161,82
3.3.90.39.69.03.00.00 - SEGUROS DE DEMAIS VEÍCULOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.230,86	0,00	0,00	0,00	3.230,86
3.3.90.40.06.00.00.00 - LOCAÇÃO DE SOFTWARE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.227,87	0,00	1.227,87
3.3.90.40.14.00.00.00 - TELEFONIA FIXA E MÓVEL - PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE	314,28	314,28	315,95	274,08	331,37	338,70	338,18	331,37	209,52	331,37	85,76	0,00	3.184,86
3.3.90.93.04.01.00.00 - Restituição de Convênios e Transferencias	0,00	0,00	0,00	4.151,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.151,63
3.3.90.93.99.00.00.00 - OUTRAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	172,01	430,21	65,00	221,00	95,00	76,00	0,00	67,00	0,00	1.126,22
6046 - ADOLESCENTE APRENDIZ	**15.741,59**	**18.134,29**	**16.937,94**	**0,00**	**17.500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.639,75**	**0,00**	**71.953,57**
3.1.90.04.01.00.00.00 - SALÁRIO CONTRATO TEMPORÁRIO	15.741,59	18.134,29	16.937,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.813,82
3.3.90.30.16.00.00.00 - MATERIAL DE EXPEDIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.639,75	0,00	3.639,75
3.3.90.39.99.99.00.00 - DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00
6049 - PSE -PLANO DE ATENDIMENTO PROTETIVO E SOCIOEDUCATIVO	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.592,64**	**3.365,79**	**22.457,97**	**0,00**	**20.190,70**	**77.956,75**	**20.443,96**	**19.465,34**	**6.189,81**	**182.662,96**
3.1.90.11.01.01.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL EFETIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.168,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.168,85
3.1.90.11.31.01.00.00 - VENCIMENTOS COMISSIONADOS-NÃO OCUPANTES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.548,71	13.425,45	14.018,25	19.465,34	0,00	60.457,75
3.1.90.11.43.06.00.00 - 13º SALÁRIO-COMISSIONADOS-NÃO OCUPANTES DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.982,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.982,03
3.1.90.11.45.06.00.00 - FÉRIAS-ABONO CONSTITUCIONAL-COMISSIONADOS-NÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.265,44
3.3.90.30.07.99.00.00 - OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	0,00	0,00	0,00	1.224,13	3.365,79	3.041,65	0,00	0,00	2.830,50	6.425,71	0,00	6.189,81	23.077,59
3.3.90.30.21.00.00.00 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.640,00	4.670,10	0,00	0,00	0,00	7.310,10
3.3.90.39.99.99.00.00 - DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00	0,00	11.368,51	0,00	0,00	0,00	4.001,99	-4.001,99	0,00	0,00	0,00	11.368,51
4.4.90.52.52.00.00.00 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61.032,69	0,00	0,00	0,00	61.032,69
Total:	**48.848,58**	**63.280,40**	**54.071,65**	**53.771,45**	**54.123,69**	**54.074,30**	**28.270,86**	**48.717,18**	**110.319,50**	**51.557,23**	**57.015,12**	**62.435,69**	**686.485,65**

Publicado por:
Cleonete Spigiorin
Código Identificador:E287ACD3